

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO**

ROSANE MARCIA NEUMANN

VOLUME 1/2

UMA ALEMANHA EM MINIATURA:

**O PROJETO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
ÉTNICO PARTICULAR DA *COLONIZADORA MEYER*
NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1897-1932)**

Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Orientador

Porto Alegre

2009

ROSANE MARCIA NEUMANN

UMA ALEMANHA EM MINIATURA:
O PROJETO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
ÉTNICO PARTICULAR DA *COLONIZADORA MEYER*
NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1897-1932)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N492u Neumann, Rosane Marcia
Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). / Rosane Marcia Neumann. – Porto Alegre, 2009.
2 v. 632 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientação: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.
Conteúdo: v.1. Capítulos 1 e 2.

1. História – Rio Grande do Sul – Século XX.
2. Migração. 3. Colonização Alemã – Rio Grande do Sul. 4. Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. 5. Neu-Württemberg - Panambi. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDD 981.65052

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

ROSANE MARCIA NEUMANN

***UMA ALEMANHA EM MINIATURA: O PROJETO DE IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO ÉTNICO PARTICULAR DA COLONIZADORA MEYER NO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1897-1932)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Arthur Blásio Rambo
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Para

Werno Júnior

Gabrieli Ribeiro Steinhorst

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor doutor René E. Gertz, pela orientação desse trabalho, sua leitura crítica, disponibilidade e atenção; aos professores doutores Arthur B. Rambo e Charles Monteiro, pelas considerações na banca de qualificação; ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e seus professores pelos seminários e discussões, aos funcionários, pela colaboração; aos colegas mestrandos e doutorandos pela oportunidade da convivência; ao ex-orientador professor doutor Marcos Justo Tramontini (*In Memoriam*), pelo incentivo e entusiasmo contagiante; aos professores doutores Paulo A. Zarth e Paulo R. Staudt Moreira, pela confiança; à Isabel Cristina Arendt, Patrícia Schmidt e Fabrício R. de Moura, pela amizade, troca de idéias e auxílio; aos amigo(a)s Carmem A. Ribeiro, Eliane de Mello, Ingart Grützmann, Cláudia Toso, Karyne Johann, Elmar S. de Almeida, Jane Altmann, Valdecir Schenkel, Nilsa Huyer Ely pelo apoio; à Elis Regina Bayer, pela leitura. Agradeço em especial aos colegas do doutorado Andrea Helena Petry Rahmeier e Marcos Antônio Witt, pela amizade, as discussões, a troca de informações, bem como a hospedagem nas minhas idas e vindas à capital, juntamente com seus familiares, respectivamente, Marcos e Guilherme Rahmeier, Adalberto Nascimento e Elma Witt. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão de bolsa; às instituições de pesquisa e seus funcionários, em particular à equipe do Museu e Arquivo Histórico de Panambi, Carmem A. Ribeiro, Sérgio A. Lopes e Inês Winterfeldt, pelo atendimento e cooperação incansáveis, e o bate-papo na hora do cafezinho. Agradeço à minha família pela compreensão e infra-estrutura, meus pais Norberto e Traudi, irmãos Carine, Denise e Werno, cunhada Elenice, sobrinho Werno Júnior e tio Ruben; e aos meus avós Alfredo e Elsa Neumann (ambos *In Memoriam*), protagonistas desse movimento migratório das *colônias velhas* para a colônia Neu-Württemberg/Panambi no início do século passado.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o projeto colonizador particular da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e a sua implementação no complexo colonial, sob os aspectos cultural, econômico e social, nas primeiras décadas do século XX, na região Noroeste do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma empresa de capital estrangeiro, com sede em Leipzig, Alemanha, de propriedade do Dr. Herrmann Meyer, sócio-proprietário do *Instituto Bibliográfico* daquela cidade, que tinha como propósito formar uma colônia étnica alemã, a-confessional, proporcionando o suporte necessário para que imigrantes e colonos alcançassem um rápido desenvolvimento econômico e social, oferecendo assistência religiosa e educacional, bem como a possibilidade de se tornarem proprietários de um lote colonial. Era um empreendimento com fins lucrativos, mas, ao mesmo tempo, pretendia-se diferenciado em relação a similares pelo seu trabalho cultural em prol da manutenção da germanidade, ponto ressaltado pela propaganda. Delimita-se como espaço de estudo um complexo colonial localizado nos municípios de Cruz Alta (colônia Neu-Württemberg, hoje municípios de Panambi e Condor) e Palmeira das Missões (colônias Xingu, Erval Seco, respectivamente, municípios de Novo Xingu e Erval Seco; posse Boi Preto, atual distrito do município de Chapada), no período entre 1897, quando a empresa iniciou a compra de terras, e 1932, ano que marca o encerramento oficial das suas atividades, em virtude do falecimento de seu proprietário. Para a realização da pesquisa e o tratamento das fontes, buscou-se aporte teórico-metodológico na micro-história. Assim, trata-se de um estudo de (i)migração e colonização, vinculado à *nova* história cultural.

Palavras-chave: Imigração. Colonização. Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. Neu-Württemberg. Panambi. Rio Grande do Sul Século XX.

ABSTRACT

This paper aims at analysing the private colonizer project from the Company of Colonization Dr. Herrmann Meyer, and its implementation in the colonial complex, under the cultural, economic and social aspects, in the first decades of the 20th century, in the northwestern region of Rio Grande do Sul. It deals about a foreign capital company, with its headquarters in Leipzig, Germany, owned by Dr. Herrmann Meyer, associate-owner of the *Bibliographic Institute* from that city, which had the purpose of forming a German ethnic colony, aconfessional, providing the necessary support so that immigrants and colonists could reach a fast economic and social development, offering religious and educational assistance, as well as the possibility of becoming the owners of a colonial lot. It was a for-profit undertaking, but, at the same time, it was intended to be differentiated in relation to others for its cultural work in favor of the germanity maintenance, point stood out by the advertising. A colonial complex located in the cities of Cruz Alta (colony Neu-Württemberg which is nowadays the towns Panambi and Condor) and Palmeira das Missões (colonies Xingu, Erval Seco, which are respectively the towns Novo Xingu and Erval Seco; property Boi Preto, currently a district of Chapada town) is delimited as space of study, in the period between 1897, when the company began to buy territories, and 1932, the year which marks the official closing of its activities due to the death of its owner. For doing the research and the sources handling, theoretical-methodological contributions were searched in the micro-history. This way, it deals about a study of immigration and colonization, linked to the new cultural history.

Key-words: Immigration. Colonization. Company of Colonization Dr. Herrmann Meyer. Neu-Württemberg. Panambi. Rio Grande do Sul 20th century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Herrmann Meyer	66
Figura 2 – Traçado da ferrovia da <i>Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande</i>	70
Figura 3 – Colônias do Dr. Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul	116
Figura 4 – Localização das colônias Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul, e o estado na América do Sul	121
Figura 5 – Hermann e Marie Faulhaber	160
Figura 6 – Convite para palestra, 1908	163
Figura 7 – Planta <i>Stadtplatz</i> Elsenau, 1901	202
Figura 8 – Planta <i>Stadtplatz</i> Elsenau, 1906	203
Figura 9 – Planta definitiva do <i>Stadtplatz</i> de Neu-Württemberg	204
Figura 10 – Estrada principal pela colônia Neu-Württemberg	235
Figura 11 – Queda d'água no rio Palmeira	236
Figura 12 – Casa do Imigrante	238
Figura 13 – Casa Pastoral	239
Figura 14 – Residência do diretor da colônia	241
Figura 15 – Jovens escolares	242
Figura 16 – <i>Stadtplatz</i> Elsenau	243
Figura 17 – Parte do <i>Stadtplatz</i> Elsenau	244
Figura 18 – Nova-Württemberg, Cartão-postal	245
Figura 19 – Instalação de um imigrante em seu lote colonial	246
Figura 20 – A primeira cozinha dos colonos	247
Figura 21 – Plantação de milho de um colono	248
Figura 22 – Colônias com plantação de milho, tabaco e banana	249
Figura 23 – Vista parcial de Neu-Württemberg	252

Figura 24 – Vista parcial de Neu-Württemberg com formação de geada	254
Figura 25 – Vista do morro da Igreja e escola	255
Figura 26 – Cartão-postal da Igreja Luterana de Neu-Württemberg	256
Figura 27 – Cartão-postal da Igreja Luterana de Neu-Württemberg	257
Figura 28 – Igreja Luterana de Neu-Württemberg	257
Figura 29 – Cascata do rio Palmeira	258
Figura 30 – Planta da colônia Xingu	288
Figura 31 – Planta da Posse de Boi Preto	307
Figura 32 – Planta das Linhas Schwaben, Hindenburg e München II	348
Figura 33 – Grupo de homens nos trabalhos de construção de estrada	358
Figura 34 – Anúncio de Venda de terras, colônia Neu-Württemberg	372
Figura 35 – Anúncio de venda de terras, Neu-Württemberg	375
Figura 36 – Anúncio de venda de terras, colônia Fortaleza, 1927	376
Figura 37 – Venda de terras na colônia Erval Seco, 1937	377
Figura 38 – Anúncio de venda de terras, <i>Colonização Cash</i> , 1927	379
Figura 39 – Planta da colônia Neu-Württemberg, 1906	392
Figura 40 – Gráfico da venda de lotes coloniais, 1900-1947	394
Figura 41 – Planta da colônia Erval Seco, com as linhas e lotes coloniais	397
Figura 42 – Gráfico da entrada de imigrantes em Neu-Württemberg entre 1920-26	451
Figura 43 – Gráfico do número de pessoas por família imigrante estabelecida em Neu-Württemberg entre 1920-26	452
Figura 44 – Prédio da <i>Genossenschaft</i> ou <i>Cooperativa de Produção e Compras de Neu-Württemberg</i>	526
Figura 45 – Capa do Guia Pela Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria	538
Figura 46 – Grupo 3. Indústria	539
Figura 47 – <i>Castelinho</i> , residência da família Wolgien	552

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Remessa de dinheiro de Herrmann Meyer para a Firma Herrmann Meyer, 1898-1900	77
Quadro 2 – Funcionários da administração da <i>Colonizadora Meyer</i>	85
Quadro 3 – Denominação das ruas na colônia Neu-Württemberg	199
Quadro 4 – Movimento do correio de 1905 a 1908 da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer	211
Quadro 5 – Terras adquiridas por Carlos Dhein – 1897-1900	296
Quadro 6 – População da colônia Neu-Württemberg, 1905-1926	338
Quadro 7 – Posses legitimadas adquiridas pela <i>Colonizadora Meyer</i> , 1915-1917	349
Quadro 8 – Lotes por colônia e linha colonial	389
Quadro 9 – Composição étnica da população da colônia Neu-Württemberg, 1910	441
Quadro 10 – Criação e distribuição de animais por propriedade em Neu-Württemberg, 1903	513
Quadro 11 – Preço dos produtos em Cruz Alta, 1903	516
Quadro 12 – Preço dos produtos na colônia Neu-Württemberg, 1906	516
Quadro 13 – Exportação na colônia Neu-Württemberg de 1/8/1909 a 31/7/1910	520
Quadro 14 – Importação na colônia Neu-Württemberg de 1/8/1909 a 31/7/1910	521
Quadro 15 – Comparativo da arrecadação do município de Cruz Alta por distrito, 1923-1927	528
Quadro 16 – Estabelecimentos profissionais em Neu-Württemberg, 1906-1925	534
Quadro 17 – Contratos de compra e venda da <i>Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer</i> , 1900-1942	567

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico Municipal

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CMV – Câmara Municipal de Vereadores

MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana

MAHMCA – Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta

MAHP – Museu e Arquivo Histórico de Panambi

MMPKR – Museu Municipal Pastor Karl Ramminger

OP - Secretaria dos Negócios das Obras Públicas

RGNW – Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft

Ha. – Hectare

Mk. – Marco (moeda da Alemanha)

Rs. – Réis (moeda brasileira)

SUMÁRIO

VOLUME 1

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – EMPRESA DE COLONIZAÇÃO DR. HERRMANN MEYER: ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO	40
1.1 Imigração e colonização no Rio Grande do Sul republicano	41
1.1.1 Cruz Alta: a <i>Rainha da Serra</i> e a colonização	45
1.2 Várias trajetórias, um destino: o “Schingu”	56
1.3 Investimentos de Herrmann Meyer no Brasil	67
1.3.1 <i>Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande</i>	67
1.3.2 <i>Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer</i>	74
1.4 “Minha viagem pelas colônias do Rio Grande do Sul”: uma avaliação de mercado	93
1.5 Herrmann Meyer: a construção do projeto de colonização	112
CAPÍTULO II – A NOVA HEIMAT: O TRABALHO EM PROL DA GERMANIDADE	132
2.1 “A obra da minha vida”: colonização e germanidade	133
2.1.1 Um projeto a-confessional	145
2.1.2 Hermann Faulhaber: “o símbolo do nosso ‘ <i>Serra-Deuschtums</i> ”	156
2.1.2.1 A rede escolar na colônia	172
2.1.3 Marie Faulhaber e a construção da identidade teuto-brasileira	183
2.1.4 Colônias: uma Alemanha em miniatura	193
2.2 Propaganda: uma imagem de si, para si, e para os outros	207
2.2.1 A colonização em imagens fotográficas	224

2.2.1.1 Um prospecto fotográfico	230
2.2.1.2 Neu-Württemberg: o cartão-postal da <i>Colonizadora Meyer</i>	250

VOLUME 2

CAPÍTULO III – COMPRAR, VENDER, LUCRAR: UM EMPREENDIMENTO DE COLONIZAÇÃO CAPITALISTA	271
3.1 Terra: uma propriedade particular	272
3.2 Delimitação do espaço colonial	279
3.2.1 Caso Boi Preto	305
3.2.2 <i>Lavrador nacional</i> : o excluído do projeto de colonização	312
3.2.3 Hermann Faulhaber: ousadia e empreendedorismo	333
3.3 Colonização: um negócio lucrativo	345
3.3.1 Infra-estrutura das colônias	350
3.3.2 Vendem-se terras: os anúncios	369
3.3.3 Lotes coloniais para compradores com dinheiro	380
3.4. A colônia sustenta o colonizador	400
CAPÍTULO IV – COTIDIANO DA COLONIZAÇÃO E DA COLÔNIA	424
4.1 Impasses da colonização: imigrantes ou colonos	425
4.1.1 Imigrantes desejáveis e indesejáveis para a colônia	453
4.1.2 Projeto de colonização Meyer: um alvo de críticas	458
4.2 A rede de relações no cotidiano da colônia	487
4.3 Colonos e o desenvolvimento da produção agrícola	504
4.3.1 Industrialização e urbanização	529
4.4 Chegar, permanecer, partir. A migração interna	556
CONCLUSÃO	575
FONTES DE PESQUISA	586
ANEXOS	621

INTRODUÇÃO

Vêm-se os emigrantes partirem uns após os outros, vêm-se os imigrantes chegarem uns atrás dos outros e uns seguindo os outros, mas só se compreende o que é a emigração lá e o que é a imigração aqui, posteriormente, quando o processo já está bem encaminhado, quando a duna já está formada (SAYAD, 2000: 26).

O Brasil se caracterizou ao longo do século XIX e de parte do século XX como um país receptor de imigrantes de nacionalidades múltiplas, trazidos às expensas do governo, ou imigrados de forma espontânea, redirecionados internamente para os núcleos coloniais formados nas diferentes regiões, para serem *colonos*, facilitando o acesso à propriedade da terra; ou para as fazendas de café como mão-de-obra assalariada; ou, ainda, para os centros urbanos, como trabalhadores especializados.

Paralelamente ao poder público atuava a iniciativa privada, de forma mais incisiva a partir da segunda metade do XIX, tanto na arregimentação de imigrantes quanto no estabelecimento de colônias. Seu interesse primeiro estava na comercialização de terras, facultada pela *Lei de Terras* (1850), baseada na compra de extensas glebas de terras, e a sua posterior venda, de forma fracionada, a imigrantes e colonos nacionais¹, com uma margem de lucros significativa, retirando-

¹ Para fins de análise, emprega-se a categoria *colono nacional* para definir aquele descendente de imigrantes nascido no Brasil, nesse caso, um migrante interno, para diferenciá-lo do *imigrante*, vindo diretamente do exterior, o qual, uma vez estabelecido na colônia, acabava transformando-se também em *colono*. Logo, a categoria genérica *colono* engloba tanto os *imigrantes* quanto os *colonos nacionais*.

se em seguida. Nessas condições, o imigrante deveria dispor de recursos financeiros suficientes para adquirir a sua propriedade, bem como arcar com as demais despesas para sua sobrevivência. Em geral, os subsídios oferecidos nas colônias públicas – passagem, sementes, instrumentos de trabalho, terras baratas, etc. – estavam ausentes nas colônias particulares, o que limitava o acesso da maioria, e funcionava como artifício para a seleção dos imigrantes: aqueles considerados pobres ou com poucos recursos eram direcionados para as colônias públicas, enquanto os mais *remediados* eram disputados pelos colonizadores particulares.

Essa seleção tornou-se mais nítida ainda no início da República, quando as verbas para imigração e colonização foram reduzidas, e tais encargos transferidos, definitivamente, aos estados. No Rio Grande do Sul, esse período marcou o início da colonização por parte da iniciativa pública e particular da metade Norte do estado, atendendo à demanda dos colonos por terras, permitindo dessa forma a reprodução do campesinato, bem como solucionou o problema do excedente populacional, somado ao esgotamento do solo, da *antiga* zona de colonização alemã e italiana.² Para inaugurar o deslocamento do eixo colonial para essa região, a União fundou, em 1890, a colônia Ijuí, no município de Cruz Alta, como o protótipo de colônia etnicamente mista e planejada, provida pela imigração espontânea, modelo desejado a partir de então. Para Theodor Amstad (*Cem anos de germanidade...*, 1999), Ijuí e São Leopoldo apresentaram traços e papéis similares. Enquanto São Leopoldo era o centro de irradiação das chamadas *colônias antigas*, ou *colônias velhas*, Ijuí seria o centro de irradiação das *colônias novas*, no Norte e Noroeste do estado.

Inseriu-se, nesse cenário, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, a partir de 1897, com a fundação das colônias *Xingu* (1897), *Guarita/Fortaleza/Erval Seco* (1899) e *Neu-Württemberg* (1898),³ respectivamente, situadas nos municípios

² Entende-se por *colônias velhas* ou *antigas* a região colonial alemã (e italiana) formada no século XIX, tendo como ponto de expansão a colônia de São Leopoldo, ocupando toda a região dos vales dos rios Sinos, Caí e Taquari. Em contraposição a estas, denominam-se *colônias novas* ou *nova* zona colonial aquelas fundadas na última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, nos mesmos moldes, na região do Planalto Rio-grandense, especialmente nos municípios de Cruz Alta, Palmeira, Passo Fundo e Santo Ângelo.

³ O nome da colônia Neu-Württemberg sofreu várias alterações. Pelo decreto nº 7.199, de 31/3/1938, do Interventor Cordeiro de Farias, a colônia Neu-Württemberg foi elevada oficialmente à categoria de *Vila* e o nome alterado para Nova-Württemberg. No mesmo ano, pelo Decreto nº 7.589, de 29 de

de Palmeira⁴ e Cruz Alta, na região Noroeste do estado, além de ser proprietária das posses *Boi Preto* (1898), em Palmeira, e *Castilhos* (1903), em Júlio de Castilhos (ver Anexo A).⁵ Esse complexo colonial, com área descontínua, foi comprado de particulares e, com raras exceções, do Estado, sendo posteriormente fracionado e vendido na forma de *lotes coloniais*, cuja área-padrão na região era de 25 hectares (250.000m²). Tratava-se de uma empresa de capital estrangeiro, formalizada em 1898, de propriedade do intelectual alemão Dr. Herrmann Meyer, sócio-proprietário do *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, Alemanha, empenhada em promover um projeto de colonização étnico, a-confessional, voltado a emigrantes alemães. Uma vez não alcançada a repercussão esperada na Alemanha, o foco de recrutamento foi redirecionado para a antiga zona colonial do Rio Grande do Sul, que forneceu então o maior contingente populacional.

Colonizadora e colônia, nesse caso, são instâncias interdependentes. Em nível de empresa, foram pensadas e traçadas as linhas mestras de um projeto de colonização, incluindo os procedimentos de compra e venda de terras, os preços, as regras de funcionamento, os cálculos de custo e benefício. A colônia, por sua vez, é

novembro, sua denominação foi modificada para Pindorama, que no linguajar tupi-guarani significava *Terra das Palmeiras*. Em 29/5/1943, o prefeito de Cruz Alta, atendendo a uma solicitação do IBGE, modificou mais uma vez o nome do distrito. Em nota oficial, justificava que a mudança dava-se em decorrência de existir uma cidade com o nome Pindorama em São Paulo. Para substituir, foi escolhido então *Tabapirã*, elucidando que “na escolha da denominação TABAPIRÃ, fomos levados a recordar o nome histórico do Arroio Fiúza, que banha a vila. Esse arroio chamou-se Piranga, isto é, ‘Vermelho’, entretanto, é nome muito repetido e banal. Daí o arranjo do topônimo Tabapirã, que significa ‘Vila Vermelha’. E essa inspiração histórica, encontra justificativa na terra e aspecto geral da vila, que se retrata nessa viva cor local” (*Diário Serrano*, 23/7/1943, n. 119, p. 2). Essa justificativa é no mínimo curiosa, pois as fontes indicam Corticeira como nome anterior do rio Fiúza. A última e definitiva alteração ocorreu em 29/12/1944, pelo decreto-lei nº 720, por ato do interventor do estado, Ernesto Dornelles, de Pindorama, passou a se chamar Panambi, que significava borboleta (ou mariposa) – daí o cognome fantasia *Vale das Borboletas Azuis* (cf. LEITZKE, 1997; NEUMANN, 2003).

⁴ Por determinação do IBGE, o decreto-lei estadual n.º 720, de 29/11/1944 alterou o nome do município de Palmeira para Palmeira das Missões.

⁵ A colônia *Neu-Württemberg* é a matriz dos municípios de Panambi e Condor. O município de Panambi, criado em 1954, tem área de 490,7 km², uma população de 36.360 habitantes, 90% no meio urbano e 10% no meio rural, conforme a contagem populacional de 2007, e como base econômica a indústria e agricultura. Já o município de Condor, desmembrado de Panambi em 1965, possui uma área de 465km², ocupada por 6.607 habitantes (pelo censo de 2000, havia 6.491, dos quais 3.420 no meio urbano, e 3.071 no meio rural), base econômica a agricultura (mais de 60%). A colônia *Xingu*, hoje município de Novo Xingu, criado em 1996, com área de 80,59km², tem uma população de 1.858 habitantes, e como base econômica a agricultura. Já a colônia *Fortaleza* ou *Erval Seco*, pois os dois nomes eram usados, até afirmar-se o último, que hoje denomina o município, criado em 1963, com área de 345 km², e população de 8.212 habitantes (pelo censo de 2000, 3.246 na área urbana, e 5.931 na área rural), e base econômica a agricultura. A posse *Boi Preto* é hoje um distrito do município de Chapada, e a colônia *Castilhos* pertence atualmente ao município de Pinhal Grande, desmembrado de Júlio de Castilhos em 1992 (cf. IBGE, contagem populacional de 2007; Censo de 2000).

o lugar de ação, de execução ou desvio desse plano, envolvendo tanto o espaço físico, a colônia, quanto os elementos humanos, os colonos, objetos da colonização. Trabalhar então a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e o seu complexo colonial é pertinente, uma vez que permite acompanhar as discussões internas da empresa sobre a colonização, e ao mesmo tempo, como esse projeto funcionou na prática na colônia por ela fundada, e como foi visto e recebido pelos de fora, incluindo o poder público.

Define-se aqui como *colônia* a terra a ser ocupada e cultivada pelos *colonos*, destinada à atividade agrícola em pequena propriedade. Todavia, nem todo colono era imigrante, mas a maioria dos imigrantes eram colonos. A colonização, portanto, é o ato ou efeito de ocupar a terra e torná-la produtiva. Paulatinamente, os imigrantes passaram a se identificar e a se reconhecer como *colonos*, e a seus espaços como *colônias* (cf. GIRON, 1997; SEYFERTH, 2000a; WEBER, 2002).⁶

Por sua razão social, chama-se de *colônias públicas* aquelas fundadas pelo/com recursos do governo; e *colônias particulares* aquelas implantadas pela/com recursos da iniciativa privada. Desdobrando ainda mais essa tipologia, Theodor Amstad (*Cem anos de Germanidade...*, 1999: 49-56) subdivide as *colônias públicas* em Imperiais/Governo Federal, Provinciais/Governo Estadual e Municipais.⁷ Já as colônias de iniciativa privada, ele subdividiu em *colônias de empresas* e as *colônias particulares*, sendo as primeiras implantadas por empresas de capital e as segundas por pessoas físicas.⁸ No arrolamento das colônias fundadas no estado até 1924, independente da nacionalidade dos colonos, somou 50 colônias do governo, 27 colônias de empresas e 186 colônias particulares, totalizando 263. Isso significa que 80,9% das colônias pertenceram à iniciativa privada, todavia, a área colonizada por elas era inferior àquela colonizada pelo poder público.

⁶ Na atualidade, há uma nítida diferenciação: *colono* refere-se ao homem do meio rural, e, em muitos casos, de forma depreciativa, como sinônimo de *ignorante*, *atrasado*; e *colônia* designa o meio rural nas áreas de formação colonial.

⁷ Colônias Imperiais/Federais: São Leopoldo (1824), Jaguari (1889), Ijuí (1890), Guarani (1891), etc.; Provinciais/Estaduais: Santa Cruz (1849), Nova Petrópolis (1858), Santa Rosa (1915), Guarita (1917), etc.; Municipais: Pelotas (1882), Santo Ângelo (1902 [em Santo Ângelo das Missões]) e São Luis (1918).

⁸ Dentre as empresas de colonização particulares, destacaram-se na região do Planalto: *Schmitt e Opitz* (Não-Me-Toque); *Colonizadora* (Barra do Colorado, General Osório); *Kreiser & Cia.* (Sarandi); *Bauernverein* (Serro Azul), etc. Nesse último caso, era uma colonização fundada por uma associação. Como colônias particulares, destacam-se: em Cruz Alta: Santa Clara, Rio Branco, Emílio Calo (por Emílio Calo), 15 de Novembro (por Albert Schmitt); em Palmeira: Tesoura (por Matte, Vargas, Meira); Augusta (por Achilles Couto), Chapada (por Sudbrack).

Com referência à formação territorial de uma colônia particular, sobressaem-se duas tendências: a primeira, o colonizador recebia, mediante requerimento, uma gleba de terras devolutas com o compromisso de colonizá-la com imigrantes em um prazo preestabelecido, implicando o descumprimento em rescisão de contrato, comum durante no Império; a segunda, o colonizador comprava as terras de particulares ou do próprio governo, arcando com todas as despesas, contando com a imigração espontânea ou migração interna, modelo predominante durante a República. Nos dois casos, a colônia limitava-se a uma área delimitada, sem muitas opções de expansão, e seus proprietários retiravam-se quando concluída a comercialização das terras. Como empreendimentos localizados no tempo e no espaço, desvinculados entre si, cada qual apresentava traços característicos específicos naquilo que se refere à política de arregimentação de camponeses, profissionais de ofício, compra e venda de terras, preços, infra-estrutura, etc. Enfim, todo projeto de colonização privada é singular e complexo, seguindo seus próprios preceitos, dentro dos limites permitidos pela legislação brasileira, pouco propensa para generalizações.

Para Amstad (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 53), a vantagem da colonização particular estava no fato de “ser executada com relativa rapidez, com custos adicionais insignificantes e, na maioria dos casos, adotando a separação étnica e confessional”. Distanciava-se, nesse ponto, do modelo de colonização *mista* adotada pelo governo republicano, que tinha por propósito estabelecer diferentes grupos étnicos em uma mesma colônia. Na contramão, vários empreendimentos de colonização particular, de capital nacional ou estrangeiro, fundaram colônias étnicas ou confessionais,⁹ e em raros casos, de caráter político.

⁹ Dentre os projetos de colonização confessionais, destaca-se a fundação da colônia de Serro Azul, hoje Cerro Largo, na região das Missões, em 4/10/1902, pela *Associação de Agricultores*, a *Bauernverein*, na pessoa de Pe. Max von Lassberg, SJ, juntamente com Karl Culmey. A partir dessa experiência, o mesmo religioso fundou ainda ao lado Santo Cristo, e na província de Misiones, Argentina, as colônias Puerto Rico e San Alberto. Na continuidade, e a partir da experiência de Serro Azul, a Sociedade União Popular Católica ou *Volksverein* fundou, na pessoa de Pe. João Evangelista Rick, SJ, a colônia Porto Novo, hoje Itapiranga, em Santa Catarina, na margem norte do rio Uruguai, em 31/7/1926, terras estas adquiridas da *Empresa Chapecó-Pepery*. A *Volksverein* tinha como finalidade “promover os interesses materiais e ideais do povo católico de fala alemã. Seu programa, sobretudo na sua concepção ideal, avançou muito mais do que a antiga Associação de Agricultores. Este era interconfessional e tinha a melhoria material como objetivo principal. No breve tempo de sua existência realizou muito com a fundação de caixas de poupança, melhoria dos métodos de trabalho, introdução de novas raças de gado e de modo especial pela fundação da esplêndida colônia de Cerro Largo. A mistura confessional, porém, continha o germen de sua dissolução” (RICK in RAMBO e RABUSKE, 2004: 44; cf. SCHALLENBERGER, 2001).

A Tese ocupa-se, então, com um projeto de colonização particular de empresa, instalado no Rio Grande do Sul no início da República, sem receber qualquer auxílio governamental, dentro do modelo de imigração espontânea e realocação do excedente populacional da *antiga* zona de colonização, situado nos municípios de Cruz Alta e Palmeira, na região Noroeste.¹⁰ A colonização em si extrapola a atuação formal da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, razão pela qual, para fins de estudo, delimitou-se o período compreendido entre 1897 e 1932, respectivamente, a compra da primeira gleba de terras com a fundação de uma colônia e o falecimento de seu idealizador, Herrmann Meyer, encerrando oficialmente as atividades da empresa. A liquidação efetiva da sucessão *Colonizadora Meyer*,¹¹ com a venda dos lotes de terras remanescentes, arrastou-se ainda até pelo menos 1967. Nesse aspecto, o projeto de Tese inicial foi modificado, com a redefinição do recorte temporal, bem como do enfoque da análise, pois inicialmente objetivava-se estudar a empresa de colonização, desde a sua fundação até a liquidação.

Justamente por ser um complexo colonial com área descontínua, o tratamento dado a cada uma das frações por parte da empresa foi diferenciado. Assim, a colônia Neu-Württemberg foi escolhida como sua sede e transformada em *colônia-modelo*, resultando no produto mais representativo desse empreendimento de colonização. Por isso, delimitou-se essa colônia como espaço privilegiado de estudo, durante a atuação da *Colonizadora*. Defende-se como tese que, em termos práticos, o projeto de colonização de Herrmann Meyer era capitalista, visava ao lucro, igualando-se aos empreendimentos dessa natureza atuantes no estado. Ao mesmo tempo, era um projeto de colonização étnico, destinado aos emigrantes alemães, com uma proposta de trabalho cultural na colônia em prol da germanidade,

¹⁰ Historicamente, tanto Palmeira das Missões quanto Cruz Alta são enquadrados na região do Planalto Médio Rio-Grandense. Hoje, para fins administrativos e até de identificação regional, o Planalto Médio Rio-Grandense foi subdividido pelo IBGE em regiões menores. A grande área de estudo é a Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense. Na divisão em Cored (Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), há variações: Panambi e Condor pertencem ao Cored Noroeste Colonial, Microrregião de Ijuí; Palmeira das Missões, Cored Produção, Microrregião de Carazinho; Cruz Alta, Cored Alto Jacuí, Microrregião de Cruz Alta; Erval Seco, Cored Médio Alto Uruguai, Microrregião de Frederico Westphalen; Novo Xingu, dados não disponíveis; Distrito Boi Preto (Chapada), Cored Produção, Microrregião de Carazinho; Júlio de Castilhos, Cored Central, Microrregião Santiago, e Mesorregião Central. Mais informações sobre os municípios podem ser consultadas *on line* em <http://www.riogrande.com.br/municipios/> e <http://www.famurs.com.br/>.

¹¹ No decorrer da Tese, para facilitar a leitura, emprega-se o termo *Colonizadora* ou *Colonizadora Meyer* ao remeter-se à *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*.

aspecto apresentado e executado como o seu diferencial, e social, pois visava o bem-estar dos imigrantes.

Herrmann Meyer era um empresário do meio editorial na Alemanha e, no Rio Grande do Sul, um investidor e negociante de terras, constituindo para isso uma empresa de colonização, visando à obtenção de lucros. Para ampliar seus ganhos e facilitar o acesso às terras devolutas, procurou aliar a colonização com o projeto de construção de uma ferrovia às margens do rio Uruguai, associado a outros investidores alemães de Berlim, constituindo assim um imenso complexo colonial na zona florestal do Alto Uruguai, o que acabou não se concretizando. Por outro lado, pretendia e apresentava-se como um projeto de colonização diferenciado, em função de seu cuidado com a formação de uma colônia étnica alemã, que objetivava a preservação da cultura dos emigrantes no estrangeiro – a germanidade ou *Deutschtum* –, geralmente negligenciados nas demais colônias. Propunha-se, então, a oferecer uma infra-estrutura material e um aporte cultural capaz de suprir tal deficiência, através da educação e assistência religiosa, mantendo, às expensas da *Colonizadora*, um professor e um pastor, além de incentivar a organização de entidades sociais, culturais e associativas. Em síntese, a colônia deveria ser um prolongamento da terra natal, uma nova *Heimat*¹², idealizada e construída nos trópicos por Meyer para receber seus compatriotas.

Conseqüentemente, não se tratava de um empreendimento de colonização filantrópico ou assistencialista. Pretendia-se, sim, um modelo exemplar de colonização, pelo seu formato e pelos seus objetivos, mas todos os investimentos realizados, incluindo o trabalho cultural, estavam embutidos no preço do lote colonial, ou seja, o comprador pagava por esse *diferencial*. A *Colonizadora Meyer*, porém, tentava fugir do senso comum que via nela mais um empreendimento capitalista estrangeiro.

Metodologicamente, trabalha-se na perspectiva da micro-história. Com a redução da escala de observação a uma única empresa de colonização estrangeira, seu projeto e complexo colonial, pretende-se analisar a operacionalidade interna e externa de um empreendimento de tal natureza, a elaboração e aplicação de seu projeto, bem como as articulações entre a prática capitalista e o discurso em prol da germanidade. Relação esta nem sempre harmônica, ora esses dois

¹² O termo *Heimat* pode ser traduzido por pátria. Dentro da linha do romantismo alemão, seu significado é mais ampliado, remetendo à terra natal, ao lar, e a todos os sentimentos correlatos. Logo, como é um termo complexo, optou-se por mantê-lo no original.

posicionamentos eram convergentes, ora divergentes, gerando momentos de tensão, obrigando os agentes da colonização a fazerem escolhas, muitas vezes ambíguas e incoerentes com seus princípios, abalando o tripé colonizador x diretor x colonos. Também se analisa esse empreendimento colonial como uma empresa capitalista, preocupada com a sua sustentabilidade econômica, sujeita às leis e oscilações do mercado, às variações cambiais, elaborando suas próprias estratégias para manter sua competitividade frente à concorrência. A Tese procura acompanhar os desdobramentos das relações cotidianas dentro da *Colonizadora Meyer*, e desta para com os *outros*, incluindo os colonos, os *lavradores nacionais*, os círculos políticos e consulares, etc., bem como os interesses divergentes aí presentes, ou seja, aqueles elementos desajustados e desajustadores do projeto de colonização como um todo (GINZBURG, 1986; LEVI, 1992; VAINFAS, 2002, BERTRAND, 2002).¹³

Não interessa só a colonização em si, por si mesma, mas as continuidades que a inscrevem em durações que a ultrapassam. No caso, a empresa criou um espaço próprio, onde imperavam as leis por ela ditadas, mas ao mesmo tempo deixou de certa forma intacto o espaço circundante, justamente limitando com isso os que pertencem à colônia e aqueles que não fazem parte, mas cuja atuação não os afetou (CHARTIER, 2002).

Portanto, a Tese tenta evitar o caráter laudatório muitas vezes presente em estudos produzidos sobre a *Colonizadora Meyer* e o seu complexo colonial, marcados por certa idealização do passado, seguindo uma descrição linear, desconectada do contexto macro, iniciada com a fundação das colônias e o seu desenvolvimento progressista posterior, tudo isso atribuído ao trabalho de dois personagens exponenciais, Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber. Prevalecem nessas narrativas, destinadas para divulgação ou comemorativas, referências ao consenso e à ausência de conflitos, ou, quando os conflitos são citados, isso ocorre de modo amenizado. Pode ser considerada como obra inaugural desse gênero *Neu-Württemberg. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien*, editada pela

¹³ Giovanni Levi (2000: 45) lembra que “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”. Assim, pretende-se “reconstruir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem” (CHARTIER, 2002: 84).

Faulhaberstiftung, em 1933; e a reprodução desse discurso, encontrado em *Cinquentenário de Panambi 1899-1949*, de Erich Fausel (1949); *Panambi: o Vale das Borboletas Azuis*, Adil A. Malheiros (1990);¹⁴ *Pontos de nossa história*, Eugen Leitzke (1997);¹⁵ *Porto Feliz, a história de uma colonização às margens do rio Uruguai*, Arno Koelln (1980); *Xingu 100 anos*, Darci Fenner (1997); *Condor: comunidade, história e cultura*, Bruno Wehrmann (2004); e artigos diversos em jornal de Ivo Beuter, Armim Philipp, Milton Fensterseifer; além de *Panambi ontem-hoje*, produzido pela Prefeitura Municipal (1985), do DVD *Panambi. Um pouco da nossa história*, organizado por Francisca Marilene Abreu (2006) e do livro de literatura infantil *Outra vez... o Vale das Borboletinhas Azuis*, de Suzi Schefer Meirelles (2008), produzidos como material didático para a rede de escolas municipais e estaduais do município de Panambi.

Segundo Paulo A. Zarth (2007: 21-28), a história regional do Planalto até recentemente foi construída “por historiadores diletantes, sem grandes preocupações acadêmicas”. A mesma tem como ponto de contato “uma determinada visão comum sobre a imigração e a colonização e que vem sendo questionada pelas novas pesquisas”. De modo geral, apresentavam a região como isolada, uma *zona pioneira*, que se tornou importante somente após a colonização, iniciada oficialmente no final do século XIX com a instalação das primeiras colônias; uma leitura a partir da dicotomia de campo e floresta; colonização e progresso como duas coisas interligadas; e menosprezando os nacionais. Já as novas pesquisas tendem a ver a colonização como um negócio; os imigrantes e suas diferenças; e os resultados econômicos e demográficos da colonização. Para Michael Pollak (1989: 4), “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”.

Assim, Paulo A. Zarth (1997; 2002a) iniciou os estudos sobre a questão agrária regional e sobre o lugar ocupado pelos lavradores nacionais, aprofundados para a região de Cruz Alta por Márcio Antônio Both da Silva (2004), e Palmeira das

¹⁴ A primeira narrativa sobre Panambi escrita por alguém fora do grupo étnico alemão, foi de Adil A. Malheiros, com a primeira edição publicada em 1979. Seu objetivo estava em colocar, ao lado de Meyer e Faulhaber, os primeiros estancieiros lusos e luso-brasileiros que receberam sesmarias na região, no caso, Encarnação e Malheiros, seus antepassados.

¹⁵ Uma característica do trabalho de Eugen Leitzke consiste na coleta, transcrição e publicação de documentos históricos, mas sem proceder a uma análise crítica dos mesmos. Sua produção é vasta, e hoje uma das principais fontes de pesquisa para os historiadores. Foi ele quem reuniu o acervo documental e organizou o Museu e Arquivo Histórico de Panambi – MAHP.

Missões, por José Antonio Moraes do Nascimento (2007).¹⁶ Nos dois últimos, um dos focos de análise é justamente a relação entre o *lavrador nacional* e o colono/imigrante. Já os estudos acadêmicos sobre a colonização de Neu-Württemberg/Panambi, entre monografias e dissertações de mestrado, em sua maioria, concentram-se no período pós-emancipação (1954); sobressaem-se as temáticas: trabalhadores metalúrgicos, industrialização, educação, religião, nacionalização, identidade, relações interétnicas, questões de gênero, cooperativismo, mapeando as permanências e rupturas em relação à fase inicial de colonização. Citam-se as dissertações de Elmar S. de Almeida (2000), Sérgio E. Michels (2001), José Tadeu L. Peixoto (2003), Rosane Marcia Neumann (2003), Eliane T. S. Limberger (2005),¹⁷ Carmem A. Ribeiro (2005) e Eliane de Mello (2006).¹⁸

Ampliando essa discussão, Martin Dreher (2003) identifica três matrizes interpretativas na escrita da história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, gestadas no período entre as duas guerras mundiais. A primeira ligada ao *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, destacando-se as obras de Aurélio Porto, Francisco de Leonardo Truda e Ernesto Pellanda. A segunda foi desenvolvida sob a influência de sacerdotes jesuítas alemães, destacando-se Carlos Teschauer SJ, Ambros Schupp, Theodor Amstad e Carlos Henrique Oberacker. A terceira, no seio do Sínodo Rio-grandense, destacando-se a geração de Wilhelm Rotermund e Hermann Gottlieb Dohms. Essas obras, por muito tempo, influenciaram a produção da historiografia sobre a imigração, bem como suas concepções de germanidade. Nesse contexto, também foi produzida a primeira tese acadêmica sobre o tema, de autoria de Ferdinand Schröder.

Nas décadas seguintes, surgiram novas matrizes interpretativas, posteriores àquelas elencadas por Dreher, circunscritas aos círculos acadêmicos. Três estudos

¹⁶ Em seu estudo, Nascimento (2007) trabalhou a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, como um empreendimento privado e a sua relação com o Estado. Todavia, acabou por reproduzir basicamente o discurso de Leitzke, Fausel e Wehrmann, e as fontes por eles traduzidas e citadas, ou seja, fragmentos de documentos, sem avançar a discussão, e caindo nas mesmas incoerências.

¹⁷ A pesquisa de Limberger (2005) trabalha com a hipótese de que a colônia Neu-Württemberg era e manteve-se alemã devido à forte religiosidade de sua população. Restringiu-se, basicamente, em reafirmar um discurso laudatório baseado no senso comum, e nos escritos de Leitzke, sem acrescentar novos dados.

¹⁸ Tendo em vista que esses estudos permanecem circunscritos ao espaço acadêmico, o MAHP publicou uma coletânea de textos, reunindo artigos baseados nessas dissertações e monografias de graduação, intitulada *Panambi: múltiplos olhares* (2007), lançada no início de 2008.

fundamentais inauguraram essa nova fase: do antropólogo Emílio Willems (1980 [1940]), do geógrafo Leo Waibel (1958) e do historiador Jean Roche (1969). Independente da filiação teórica e da área do saber, caracterizaram-se como grandes sínteses, perpassadas pelo olhar do pesquisador europeu em relação à região de imigração e colonização alemã do sul do país. Desde então, a produção historiográfica vem crescendo, explorando as mais diferentes temáticas, segundo as suas concepções teórico-metodológicas. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Arthur B. Rambo, Martim N. Dreher, Helga Piccolo, Marcos Justo Tramontini, Lúcio Kreutz, René E. Gertz, Jorge Luis da Cunha, Alexandre Fortes, Magda R. Gans, Regina Weber, Dalva Neraci Reinheimer, Sílvio Correa, Marcos A. Witt, Imgart Grützmann, Isabel C. Arendt, além de outros, incluindo nesse rol várias coletâneas de textos e anais de eventos.¹⁹

Portanto, a Tese é um estudo de emigração/imigração histórica, envolvendo um deslocamento populacional transatlântico, e de migração interna entre os núcleos coloniais, visando, como fim último, a colonização, no caso, a formação de colônias particulares. Em termos teóricos, inscreve-se entre a história social e a história cultural (CHARTIER, 1990; 2002; CERTEAU, 2007; BURKE, 1992). No Brasil, ao longo do Império e nas primeiras décadas da República, imigração e colonização foram tratadas como política pública.

As migrações internacionais históricas e as migrações atuais são processos multiformes e complexos, possibilitando análises sob a perspectiva econômica, demográfica e a histórico-social, lançando novos olhares sobre esse processo (VIALES HURTADO, 2000). Em cada momento histórico, fatores específicos foram/são propulsores desses movimentos populacionais. Abdelmalek Sayad (2000) ressalta que é preciso ver o que há de universal no fato de emigrar (que é ele mesmo um fato universal), e o que há de específico a cada uma das migrações histórica e sociologicamente caracterizadas, ou seja, cada migração é particular. Também chama atenção para as diferenças que existem entre as migrações transoceânicas e as migrações internas, sejam elas rural-rural, ou rural-urbanas. Para a historiadora Miriam Halpern Pereira (2002: 15), “emigração é palavra que reconhece fenômenos

¹⁹ Vale lembrar a realização e publicação dos respectivos anais do *Simpósio de História da Imigração e Colonização*, promovido pelo Instituto Histórico de São Leopoldo e Unisinos; e o *Seminário Nacional de Pesquisadores das Comunidades Teuto-Brasileiras*, pela Associação Nacional de Pesquisadores das Comunidades Teuto-Brasileiras.

inteiramente diferentes: no espaço tem dimensão correspondente à escala terrestre e no tempo cobre a globalidade da história da humanidade”.

As populações migram de um ponto para o outro por razões as mais diversas. Jean Pierr Raison (1986: 488) define a migração como “qualquer deslocação individual ou colectiva de um ponto para outro, desde o contínuo movimento dos povos caçadores ou recolectores até ao grande êxodo estival que sobrepovoa, no mês de Agosto, as praias do Mediterrâneo”. Segundo ele, trata-se de um fenómeno variado e polimorfo, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência. Já Sayad (1998: 16) entende a imigração como “um fato social completo”, pois há o *emigrante*, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o *imigrante*, aquele que chegou a uma terra de estranhos: “o paradoxal é que ambos são a mesma e única pessoa”. Ou seja, “o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante ‘nasce’ nesse dia para a sociedade que assim o designa”. Para Pierre Bourdieu (in SAYAD, 1998: 11),

o imigrante é *atopos*, sem lugar, deslocado, inclassificável. [...]. Nem cidadão nem estrangeiro, nem totalmente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, o ‘imigrante’ situa-se nesse lugar ‘bastardo’ [...], a fronteira entre o ser e o não-ser social.

Mas, por que algumas pessoas migram, enquanto outras, nas mesmas condições, permanecem? Para Ralfo Matos e Fernando Braga (2004), o migrante é uma entidade dotada de relações que se conecta a outros conjuntos definidos por laços de parentesco, amizade, conhecimento, trabalho. Assim, é também a expressão das possibilidades criadas por um conjunto de relações no qual o indivíduo se insere. Na realidade, são redes sociais²⁰ que migram, pessoas que têm alguma ligação entre si. Isso fica mais evidente ainda nas migrações internacionais. O emigrante, dentre uma série de opções de destino, opta por aquela sobre a qual tem mais informações, aquela que foi indicada por alguém no local de origem, ou onde já possui um conhecido ou parente residindo, ou a indicada por algum agente de emigração, deixando de considerar outros possíveis destinos. Sob esse ponto de

²⁰ Dimitri Fazito (2002: 1-2) emprega a metáfora “rede social” como “representação de um sistema migratório onde determinadas regiões espaciais trocam pessoas, recursos materiais e informações, e estabelecem laços ou conexões sólidas que poderiam explicar a origem, o desenvolvimento e o recrudescimento de tais fluxos”.

vista, o migrante não se faz sozinho, pois ele sempre migra num coletivo, mas com um itinerário individual.

Esse movimento pendular provoca alterações no local de origem, bem como no de destino. No primeiro, imediatamente, causa um decréscimo demográfico, com a redução do mercado de mão-de-obra de reserva. No segundo, um aumento demográfico acelerado e desordenado, com o aumento da oferta de mão-de-obra, problemas de habitação, alimentação, saúde, instrução, etc. Contudo, esse impacto bilateral só pode ser avaliado a *posteriori*, quando “a duna já está formada” (SAYAD, 2000: 26). O movimento migratório exige a existência de duas vontades, social e politicamente construídas, que convergem: a receptividade aos *de fora*, a compatibilidade entre a sociedade acolhedora e o grupo acolhido, e as questões culturais implícitas no processo de integração entre ambas (PEREIRA, 2000). Nessa relação, o grupo estabelecido e o *outsider* elaboram as suas respectivas representações em relação ao “outro”, criando um outro contrastivo (ELIAS e SCOTSON, 2000; BARTH, 1998), numa relação em que o indivíduo se vê sendo visto por um outro, que está se vendo sendo visto por esse indivíduo (DAWSEY, 2005).

A migração pressupõe uma ponte entre o local de origem e o local de destino. Viver essa fragmentação representa para o migrante desenvolver um sentimento ambíguo em relação à terra natal e a de imigração, fazendo com que esta nunca se efetive por completo – aliás, é nessa posição que ele se mantém: um transplante que não se quer definitivo.

A imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (SAYAD, 1998: 45).

Sendo assim, o imigrante vive em uma constante dialética de expulsão e atração, segundo o mercado de trabalho e, nessa perspectiva, jamais deixa de ser um estrangeiro, nem para ele nem para a sociedade que o acolhe, onde é tolerado nesse sentido de provisoriedade, vinculado diretamente ao trabalho. Ele é percebido essencialmente como uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito, com um papel social bem definido e revogável em qualquer momento (SAYAD, 1998).

Intrínseco, o imigrante carrega consigo o desejo e o sonho do retorno, uma vez esse se mostrando impossível, só lhe resta refugiar-se numa intranquã nostalgia ou saudade da terra.

Em verdade, a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou (SAYAD, 2000:12).

No século XIX, a Europa experimentava um grande crescimento econômico e demográfico, refletido numa rápida industrialização e urbanização. Essa transição implicou profundas mudanças no sistema produtivo, como o encarecimento das terras e a conseqüente expulsão do campesinato, a substituição gradativa do trabalhador pela máquina etc., resultando em um movimento de emigração em massa. Segundo Miriam Halpern Pereira (2002: 16-18),

a análise da motivação de cada onda emigratória exige perspectiva biunívoca em torno do eixo constituído das zonas de origem e de destino, varia conforme o momento histórico, as áreas nacionais consideradas e tem um condicionamento socioeconômico, ideológico e político específico.

A autora chama atenção para a distinção entre duas grandes regiões de emigração, ou seja, a Europa do Norte e a Europa Mediterrânica, cujo nível de desenvolvimento econômico começava a demarcar-se claramente, na segunda metade do século XIX. Nos países industrializados, a emigração “permitiu diminuir o desemprego e o pauperismo inerentes à industrialização oitocentista, sem afetar o crescimento demográfico”. O emigrante desses países “parte com o projeto de instalação definitiva noutro país: a emigração inglesa ou alemã é com freqüência uma emigração familiar. O mito do retorno não é cultivado pelo país de origem”. Já nos países da Europa Mediterrânica, a emigração, “predominantemente jovem e masculina, insere-se em um projeto de regresso, que determina forte corrente de remessas de divisas”, como o caso português.

Por sua vez, a América se apresentou como um dos destinos desse fluxo emigratório europeu, pois necessitava de mão-de-obra, tinha terras propícias para a agricultura em abundância e por preços reduzidos. Dessa forma, as correntes migratórias européias que rumavam para o *Novo Mundo* resolviam os problemas demográficos e de trabalho de ambos (cf. MERRICK, 1997; OZAN, 1986; PATARRA,

1995). Naquele século, a emigração alemã para o além-mar atingiu proporções de massa, e o destino mais importante foram os Estados Unidos, nos quais “imensa quantidade de terras estava aberta à colonização em período, no qual a Alemanha se encontrava mergulhada em crise agrária, sentida especialmente em virtude da grande explosão demográfica” (SCHMAHL, 2007: 29).

Relativo à imigração na América Latina, Nicolas Sánchez-Albornoz (1991) salienta a imprecisão dos dados estatísticos, tendo em vista que o termo imigrante era claro na linguagem comum, mas não nas estatísticas. Em muitos casos, as estatísticas dos países de origem não concordam com as dos países receptores. Além disso, nem todos os imigrantes se fixaram e outros chegaram de forma extra-oficial; a remigração entre os países latino-americanos era freqüente; e os registros não marcavam as saídas, ou seja, aqueles que retornaram. No período de 1850 a 1930, a Argentina recebeu o maior número de imigrantes, seguida pelo Brasil, por Cuba e pelo Chile.

O Império brasileiro investiu maciçamente na imigração subsidiada, e em propaganda na Europa para atrair trabalhadores estrangeiros, com o intuito de povoar os “vazios geográficos”, assegurar fronteiras, desenvolver a agricultura, obter soldados, defender territórios estratégicos. Outro objetivo, nem sempre declarado, mas que preocupava as oligarquias, era o branqueamento da população (ROCHE, 1969; DREHER, 1995). Essa política de imigração e colonização oficial sofreu vários reveses e remodelações em virtude de mudanças constitucionais. Os grupos étnicos privilegiados também se adequavam a esses interesses; disso resulta a explicação por que portugueses, espanhóis, italianos e alemães dividiam a lista dos imigrantes em maior número.

Porém, a situação das colônias oficiais formadas no Brasil até 1840 não havia atendido plenamente às expectativas do Império. De acordo com Giralda Seyferth (2004b), os fatos indicavam altas taxas de mortalidade e registros de deserção, fuga e retorno de imigrantes insatisfeitos, os quais reclamavam dos contratos não cumpridos pelo governo brasileiro. Como resultado positivo, estava a produção agrícola familiar. Em São Leopoldo, queixavam-se do atraso na discriminação dos lotes e das demarcações precárias, aliadas às dificuldades de exploração agrícola em áreas florestais. Na busca de causas para os resultados diminutos obtidos com a colonização, surgia a questão do valor da terra e, por

extensão, a condenação da concessão gratuita do lote colonial. O insucesso e a mobilidade espacial dos colonos, exemplificada no caso de São Pedro de Alcântara, foram atribuídos à facilidade de se obter terra sem nada pagar por ela. Para aqueles que formulavam as políticas de imigração e colonização, a culpa cabia aos próprios colonos, acusados de só pensar nos subsídios e de não ter nenhum apego à terra recebida. Mais tarde, uma das razões apontadas para o fracasso de algumas companhias colonizadoras era também a gratuidade da concessão e os subsídios.

Atendendo às suas especificidades, cada província delineou o seu próprio plano de imigração e colonização, subordinado ao poder central. No Rio Grande do Sul, pleiteavam-se imigrantes que viessem a desenvolver a agricultura em pequenas propriedades familiares, contrapondo-se ao poder econômico dos estancieiros.²¹ As primeiras experiências de colonização, ainda no século XVIII, foram com açorianos. A colonização com imigrantes alemães iniciou com a fundação da colônia São Leopoldo, em 1824, localizada na Real Fitoria do Linho e Cânhamo, nas margens do rio dos Sinos, próxima a Porto Alegre. Com essa colônia, além de ocupar e povoar de forma densa esse ponto estratégico supriria a demanda por mantimentos da capital.

Desde 1834, imigração e colonização eram de competência do governo provincial, regulamentadas com o *Estatuto da Colonização*, de 1848.²² Com um breve interregno, em virtude da Revolução Farroupilha (1835-1845), as atividades de imigração e colonização foram retomadas. Predominaram, a partir de então, as iniciativas particulares, como a pioneira de Tristão José Monteiro, proprietário da *Colônia do Mundo Novo* (atual Taquara), formada em 1846 pela junção da área da Fazenda do Mundo Novo e Fazenda do Padre Tomé. Valendo-se da propaganda perante o governo, através do envio de relatórios, e propaganda externa, Monteiro conseguiu construir uma imagem positiva de seu empreendimento, atraindo compradores para seus lotes de terras, principalmente o excedente populacional de

²¹ A colonização em São Paulo, por exemplo, privilegiava os trabalhadores rurais e não incentivava a propriedade da terra para os imigrantes; não se formaram colônias etnicamente homogêneas; pequenas propriedades surgiram na periferia dos latifúndios de café muito tempo depois de iniciado o processo imigratório; e, por fim, os subsídios estaduais para atrair imigrantes resultaram no maior contingente de imigrantes para o estado paulista. “Braços para a lavoura” era o *slogan* da política de imigração em São Paulo (HOLLOWAY, 1986; PETRI, 2005).

²² Segundo a Lei Geral n. 514, de 28 de outubro de 1848, cada província recebia do Império trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, reservadas exclusivamente à colonização. Proibia-se a introdução e o emprego de escravos nessas áreas; os colonos só se tornariam proprietários de seus lotes após tê-los desbravado e explorado num prazo máximo de cinco anos (cf. ROCHE, 1969: 101).

São Leopoldo (cf. MAGALHÃES, 2003). No mesmo ano, nas proximidades de São Leopoldo, Guilherme Winter fundou a colônia Bom Princípio, e Miguel Kroeff, a colônia Pinhal, em Santa Maria da Boca do Monte. Entre 1824 e 1889, foram fundadas no estado 16 colônias alemãs oficiais e 63 colônias com capital privado, totalizando 79 colônias (PELLANDA, 1925; ROCHE, 1969).

Com a República, a política imigratória em si não sofreu modificações significativas, passando a ser de responsabilidade dos estados.²³ Ao longo de mais de um século de imigração no Brasil, o perfil do imigrante se modificou, tal qual as exigências para o seu recebimento. De 1824 até 1907, não havia uma lei constitucional brasileira que regulamentasse a imigração, nem ao menos uma definição sobre quem era o imigrante. As leis editadas em 1924 passaram a exigir o registro das companhias de navegação autorizadas a desembarcar imigrantes, entendendo-se como tal “todo passageiro de segunda ou terceira classe, chegado em navio pertencente a uma dessas companhias” (ROCHE, 1969: 131).

Decorrente da queda da República Velha e a ascensão de uma nova elite ao poder, em 1930, houve uma reorientação da política imigratória, com a intervenção direta do governo federal. Um decreto em 1932, proibiu momentaneamente a entrada de estrangeiros almejando a permanência. A Constituição de 1934 reservou ao governo federal o serviço de imigração e colonização, o qual passou a ser dirigido pelo sistema de quotas – quota anual de 2% do número de imigrantes de cada nação que haviam chegado nos cinquenta anos anteriores, dando preferência (quase exclusividade) aos agricultores.²⁴

No Estado Novo, as restrições aos imigrantes foram cada vez mais severas. Através do Decreto-lei nº. 406, de 4/5/1938 (LEX, 1938: 162-173), foi instituído o

²³ O Decreto nº. 528, de 28/6/1890, foi o primeiro documento republicano tratando de imigração, traçando em linhas gerais um programa imigratório. A Constituição de 24/2/1891 concedeu liberdade de ação e passou os encargos de promover a imigração aos Estados (cf. IOTTI, 2001).

²⁴ De acordo com o art. 4º, se a quota de uma nacionalidade não atingisse 3.000 pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização – CIC poderia elevá-la até esse limite. “E, no caso do saldo real das quotas não ser utilizado, o CIC poderia autorizar o aproveitamento *em favor de agricultores* de outra nacionalidade cuja quota já se estivesse esgotado. Entretanto, uma ressalva pondera esta aparente elasticidade: o Conselho deveria ter sempre em vista ‘a *necessidade de assegurar a integridade étnica, social e moral da nação*’” (CARNEIRO, 1988: 182) [grifo do autor]. Em seu parecer sobre o sistema de quotas, Artur Hehl Neiva (1944: 233) assegurou: “se a capacidade de absorção de imigrantes pelo Brasil é considerável, e a necessidade de braços se faz sentir com acuidade, por que motivo foi estabelecida a quota constitucional? A resposta é simples. O legislador quis, já que era conveniente para o país ser dotado de uma civilização branca, proibir a entrada de elementos amarelos e negros, julgando suficientes os que já aqui existiam”.

Conselho de Imigração e Colonização, diretamente subordinado ao Presidente da República, responsável a partir de então pela imigração e distribuição dos imigrantes no país, bem como pela resolução dos problemas de assimilação, permissão de entrada e estudos relativos à questão. O mesmo decreto também estabelecia o perfil dos imigrantes: não eram aceitas pessoas com algum problema físico ou psíquico, com doenças contagiosas, menores de 18 e maiores de 60 anos que viajassem sós, salvo exceções; além de pessoas de “conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”, bem como os expulsos de outros países ou do Brasil.

Dos estudos das diferentes comissões desse *Conselho*, nasceriam os Decretos nº. 24.215 e nº. 24.258, orientando a conduta das autoridades brasileiras: primeiro porque conflitaram com a tradição de considerar o imigrante como todo estrangeiro que viajasse de 3ª classe. Esse passou a ser classificado em duas categorias: imigrante e não-imigrante. Imigrante seria “todo estrangeiro que se dirigisse para o Brasil por mais de 30 dias com o intuito de exercer atividades profissionais lícitas e lucrativas que lhe assegurassem subsistência,” dando preferência aos agricultores e técnicos. O art. 4º, do Decreto nº. 24.258, instituiu as *cartas de chamada* requeridas por um parente, fazendeiro ou firma que aqui o contratasse, e que seriam enviadas ao consulado para a obtenção do visto de entrada. A autorização de livre embarque e desembarque no território nacional era fornecida pela polícia. Aos não-imigrantes era dispensável a *carta de chamada* (CARNEIRO, 1988: 159).²⁵ Colocadas estas limitações, surgiu o conceito de

“imigração cientificamente policiada e orientada”, tendo em vista o imigrante como elemento de composição racial no “*melting-pot* brasileiro”. Aquele, destinado a “contribuir para a melhoria crescente de nossa etnia”, deveria ter como requisito essencial: “*raça branca*, escolhida dentre as nacionalidades que já provaram *ser facilmente assimiláveis pela nossa demografia brasileira*” (CARNEIRO, 1988: 343-344) [grifo do autor].

O governo no controle da imigração poderia, a qualquer momento, “limitar ou suspender, por motivos econômicos e sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens”, conforme as recomendações do *Conselho de Imigração e Colonização*. Muitos grupos que anteriormente ingressavam no país em

²⁵ As cartas de chamada abriram espaço para um comércio paralelo ilegal, ou seja, a emissão em massa de cartas de chamada falsas, envolvendo tanto particulares quanto altas autoridades do Itamaraty (cf. CARNEIRO, 1988).

larga escala foram apontados como “perigosos” para a sociedade brasileira. Criaram-se categorias de grupos aceitável-desejáveis e não-aceitável-indesejáveis. Ou seja, os imigrantes “eram diferentes, num país onde o sentido popularmente dado a essa palavra descreve algo que se equilibra na linha divisória entre o aceitável e o inaceitável”. Por outro lado, “a aspiração das elites de tornar ‘brancos’ os imigrantes, independentemente de sua raça biológica ostensiva, casou-se bem com as esperanças dos imigrantes, de virem a ser incluídos na categoria desejável” (LESSER, 2001: 18, 20).²⁶

Por sua vez, no Rio Grande do Sul, o Estado republicano reduziu, gradualmente, os subsídios para a imigração e colonização, até retirá-los completamente, incentivando a imigração espontânea. Assim, cedeu espaço para a atuação da iniciativa privada, motivada pelo aumento da demanda por novas áreas coloniais. Dispondo de capital, esses empreendedores gerenciavam a arregimentação de imigrantes ou migrantes internos, como também a compra e venda de terras, arcando com as despesas atinentes. Para tais empreendimentos, entretanto, o Estado vedava o acesso às terras devolutas. Nesse aspecto, seu projeto de colonização era ambíguo, pois, por um lado, *protegia* as florestas da colonização, mas, por outro, reservava-as para si, procedendo à sua colonização, como por exemplo, as terras do Alto Uruguai (OLSOWSKI, 2002; NASCIMENTO, 2007). Nas primeiras décadas do regime republicano, o número de colônias alemãs se multiplicou rapidamente no estado: até 1922, foram instaladas 12 colônias oficiais e 51 colônias particulares, totalizando 63 colônias (PELLANDA, 1924; ROCHE, 1969).

Esgotadas as possibilidades de ampliar as áreas coloniais no estado, o excedente populacional bem como os empreendimentos de colonização procuraram novas áreas a serem exploradas em Santa Catarina e no Paraná, e assim sucessivamente, reproduzindo ali o modelo colonial e evitando a fragmentação

²⁶ Jeffrey Lesser (1994: 150) ressalta que “a política imigratória durante o governo Vargas continuou a ser expressão importante de uma ideologia ‘racista’ que pretendia refazer o Brasil daqui para diante numa espécie de linha mítica européia/norte-americana. Embora o mito de um futuro Brasil após 1930 não fosse diferente do de décadas anteriores, esperava-se que os métodos para atingir as futuras metas fossem radicalmente novos. Políticos federais e intelectuais tornaram claro que a política imigratória do passado tinha recebido bem muitos ‘indesejáveis’ simplesmente por não serem descendentes de africanos. As novas políticas assim funcionavam no sentido de dar ao regime o direito de escolher quem era apto a entrar enquanto assumia serem todos os demais indesejáveis”.

excessiva da propriedade dos colonos. Muitas dessas companhias coloniais contavam com a sua sede no Rio Grande do Sul.

A produção historiográfica sobre a imigração e colonização alemã no estado é numerosa e variada, como já apontado. Contudo, os estudos sobre colonizadores e colônias particulares no Planalto Rio-Grandense ainda são modestos, dificultando análises comparativas ou generalizações, o que torna o tema ainda mais relevante. Menciona-se o trabalho de Isabel Gritti (1992), sobre a empresa estrangeira *Jewish Colonization Association* (ICA), criada pelo Barão de Hirsch, em 1891, que tinha por objetivo auxiliar, inicialmente, os judeu-russos, vítimas de discriminação e massacres e, posteriormente, os israelitas dos demais países do leste europeu e Ásia. Assim, fundou no Rio Grande do Sul em 1904, a colônia Filipson, no município de Santa Maria, e em 1909 comprou a Fazenda Quatro Irmãos, no então município de Passo Fundo – hoje municípios de Erechim, Getúlio Vargas, Campinas do Sul e São Valentim –, com a área de 93.985 hectares, fundando a colônia de Quatro Irmãos. Como o projeto inicial não obteve êxito, as terras foram vendidas a colonos de diferentes nacionalidades. Tratava-se de um projeto filantrópico, mas, ao mesmo tempo, havia uma preocupação com a sua lucratividade financeira. Talvez esse fosse o empreendimento mais próximo, pelas suas características e pelos seus objetivos, da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*.

Destacam-se as pesquisas de Isléia Rossler Streit (2003) sobre a colônia particular de Saldanha Marinho, fundada por Evaristo Affonso de Castro;²⁷ e Gladis Helena Wolff (2005), sobre a colônia Barro (Gaurama), fundada pela empresa *Luce e Rosa & Cia.*,²⁸ cada qual com as suas especificidades.

²⁷ Uma colônia de caráter político fundada no município de Passo Fundo, região norte do estado, em 1899, foi Saldanha Marinho. Conforme Isléia Rossler Streit (2003), era seu fundador Evaristo Affonso de Castro, um luso-brasileiro, federalista, abolicionista e maçom, que juntamente com seu sócio Francisco Claro Silva, formou a companhia de terras *Sociedade Norte Industrial Castro, Silva e Cia.* Como jornalista, escritor, político e líder federalista da República Velha, Castro, ao fundar Saldanha Marinho, pretendia recuperar o poder político na região, com a possibilidade de formar um grupo de resistência ao republicanismo do Planalto, representado pelos coronéis da região (Firmino de Paula, de Cruz Alta; Valumiro Dutra, de Palmeira; e Victor Dumoncel Filho, de Santa Bárbara do Sul). Os coronéis desde cedo se preocuparam com esse núcleo federalista em seu seio, tentando cooptá-lo, colaborando para isso a morte de Castro, logo no início da colonização, em 1910.

²⁸ Um exemplo de colonização mista, tanto no modelo de colonização quanto nos elementos sociais que ocuparam a área, foi a colônia *Barro*, hoje município de Gaurama, fundada em 1910, no então município de Erechim. Tratava-se, em parte, de uma colônia pública, colonizada pela *Comissão de Terras*, predominando na ocupação poloneses e outras etnias eslavas; e a outra parte, pelo sistema privado, por meio da *Gesellschaft Luce Rosa & Cia. Ltda* – empresa criada em 1883, com sede em Porto Alegre –, cujos compradores, na sua maioria, eram de origem italiana, alemã e alguns

Sobre as companhias de colonização privadas, em sua maioria com sede no Rio Grande do Sul, e suas respectivas colônias em Santa Catarina, há uma vasta bibliografia, contemplando projetos consagrados, como o de Hermann Blumenau, na segunda metade do século XIX, e aqueles da primeira metade do século XX,²⁹ valendo o mesmo para o Paraná.³⁰

Na Alemanha, Herrmann Meyer acompanhava de perto o desenvolvimento da *Companhia Hanseática de Colonização – Colonizadora Hansa* –, sua concorrente direta mas, ao mesmo tempo, um modelo de empresa e projeto, que tinha suas colônias em Santa Catarina, mantendo uma relação próxima com o administrador da mesma.³¹ No Rio Grande do Sul, costurou algumas alianças com os padres jesuítas

espanhóis. O processo de ocupação teve início com a demarcação e construção da ferrovia, e somente mais tarde consolidado por formas planejadas de colonização. Conforme Gladis H. Wolff (2005), os trilhos de trem foram a linha divisória entre duas formas de colonização distintas na colônia Barro.

²⁹ Sobre a *Volkverein* e a fundação da colônia Porto Novo, hoje Itapiranga, no oeste catarinense, há os estudos de Maria Zilles (1992) e André Carlos Werle (2001). Na mesma região, Renilda Vicenzi (2003) analisou a atuação, a partir de 1918, da *Companhia Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.*, tendo como proprietários Ernesto Francisco Bertaso, Manoel Passos Maia, Agilberto Atílio Maia. Em 21 de novembro de 1923 a sociedade foi dissolvida, permanecendo todo o capital ativo da empresa com Bertaso, originando então a *Companhia Colonizadora Bertaso S/A*. Segundo Alceu Antonio Werlang (2006), no oeste catarinense, área disputada entre os estados de Santa Catarina e Paraná, ficando para o primeiro, criando assim em 1917 Chapecó, atuaram várias empresas de colonização, na sua maioria, com sede no Rio Grande do Sul, procedendo à colonização por meio da remigração do estado sulino para essa região, formando colônias étnicas e confessionais. Dentre as empresas, destaca: *Bertaso e Maia; Barth e Benetti; Chapecó-Pepery; Volkverein; Luce e Rosa; Cia. Sul Brasil* – esta, sucedendo a *Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense*. As terras, em sua maioria, eram concedidas às colonizadoras em troca da abertura de estradas, o que geralmente beneficiava as próprias empresas, além da possibilidade de exploração da madeira e a comercialização da madeira. Estudos mais generalizados sobre essas empresas, suas colônias e seus materiais de propaganda foram produzidos também por Eunice S. Nodari (2002; 2004), Giralda Seyferth (2004), Manoel P. R. T. dos Santos (2004), dentre outros.

³⁰ No Paraná, atuaram dezenas de colonizadoras privadas. Há o estudo de Liliane da Costa Freitag (1997) sobre a ocupação do território do atual município de Palotina, no extremo-oeste, de 1937 a 1954, conjugando o interesse dos religiosos palotinos e a *Companhia Colonizadora Pinho e Terra Ltda*. João Bosco Feres (1990) estuda a atuação de empresas de colonização estrangeiras na ocupação do Paraná moderno, como as colonizadoras *Corain e Cia.* e a *Leopoldo de Paula Vieira*, que em 1919 fundaram as cidades de Primeiro de Maio e Sertanópolis, e o consórcio composto pela *Paraná Plantations Limited*, a *Companhias de Terras do Norte do Paraná* e a *Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná*, que fundou as cidades de Londrina (1931) e Maringá (1947), criando uma frente organizada de colonização, que ficou conhecida como *Norte Novo*. Solange da Silva Portz (2002) investiga o processo de colonização do Oeste do Paraná através das atividades da *Indústria Madeireira Rio Paraná S/A – MARIPÁ*, analisando seu Plano de Colonização através de um relatório fotográfico produzido por Ondy Hélio Niederauer. Além destes, encontra-se outras pesquisas mais gerais.

³¹ O espólio da *Companhia Hamburguesa de Colonização*, empresa responsável pela colonização de Joinville, em Santa Catarina, foi assumido, em 30 de março de 1897, pela *Companhia Hanseática de Colonização*, com sede em Hamburgo, que, sob a direção de Karl Fabri, fundou as colônias Hansa Humboldt (7/7/1897, hoje Corupá), contendo um total de 787 lotes coloniais; e Hansa Hamonia (8/11/1897, hoje Ibirama).

alemães, no sentido de desviar parte do fluxo de colonos e imigrantes católicos para a sua colônia.

Traçado esse quadro geral sobre o processo de imigração e colonização, passa-se à apresentação da estrutura da Tese. Ela se divide em quatro capítulos.

O capítulo I – *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer: elaboração de um projeto de colonização* contextualiza a política de imigração e colonização republicana no Rio Grande do Sul, passando pelas negociações visando ao estabelecimento de um núcleo colonial em Cruz Alta, iniciadas ainda durante o Império. Assim, o empreendimento de colonização de Herrmann Meyer chegou para atender a uma antiga reivindicação local, com um papel bem definido, e como tal foi recebido e seu desenvolvimento acompanhado com expectativa.

Nesse cenário, onde predominavam e transitavam estancieiros, ervateiros e *lavradores nacionais*, foram enxertadas colônias, povoadas por imigrantes e seus descendentes, num sistema de pequena propriedade agrícola, voltada para a produção de subsistência, como as colônias de Herrmann Meyer. Esses empreendimentos de colonização concentravam-se nas áreas florestais, não alterando a propriedade latifundiária dos grandes estancieiros, mas afetando diretamente o *lavrador nacional* e o ervateiro.

Trata-se ainda da formação jurídica, administrativa e funcionamento da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, até sua liquidação, apresentando uma breve biografia de seu proprietário. Ainda, a elaboração e sistematização do projeto de colonização e sua circulação nos prospectos publicitários da empresa, bem como os demais investimentos de Meyer no Rio Grande do Sul.

O capítulo II – *A nova Heimat: o trabalho em prol da germanidade* analisa o projeto cultural voltado à manutenção da germanidade no seu complexo colonial, com a reprodução de todos os elementos possíveis da *velha Heimat* na *nova Heimat*. Ocupa-se também da construção e manipulação de uma imagem da *Colonizadora Meyer* e do seu complexo colonial, para si e para os outros, e os diferentes canais e suportes de circulação da mesma, reforçando o caráter étnico. Em essência, a preocupação de Herrmann Meyer com a sua imagem e de seu empreendimento de colonização; e as vias de manutenção e reatualização do discurso germanista na colônia, por meio de escola, de igreja, de eventos sociais e

culturais, destacando o trabalho do casal Faulhaber. Um discurso construído e manipulado, capaz de convencer seus receptores a abandonar o seu lar e dirigir-se até essa nova *Heimat*, querendo fazer parte – ou seja, o *consumo*, como uma outra produção (CERTEAU, 2007).

A propaganda, nesse caso, precisava ser bem articulada, para conseguir impor-se à concorrência, e convencer os compradores em potencial de que realmente se tratava de um empreendimento sério, sólido e capaz de cumprir as suas promessas, aspectos discutidos no capítulo *III – Comprar, vender, lucrar: um empreendimento de colonização capitalista*. Também a escolha e a definição do espaço a ser ocupado pelo complexo colonial, sua ampliação com a aquisição de novas áreas de terras particulares, os preços praticados, os problemas de regularização de terras, bem como a organização interna da colônia em termos de infra-estrutura. A relação entre a *Colonizadora Meyer*, os *lavradores nacionais*, os grandes proprietários, as aproximações e os conflitos.

Por fim, o capítulo *IV – Cotidiano da colonização e da colônia*, busca compreender a articulação entre o trabalho cultural e o interesse capitalista refletidos no cotidiano da colônia e dos colonos, definitivos, em última instância, na seleção dos elementos *aptos* a fazer parte do projeto de colonização e aqueles *inadequados*, na ótica da empresa. Em um segundo momento, a vinculação dos colonos com o poder local e as suas redes de relações. Também o desenvolvimento econômico da colônia Neu-Württemberg, numa inter-relação entre imigração, industrialização e urbanização, considerando que os imigrantes que se estabeleceram nesse complexo colonial eram em sua quase totalidade provenientes de áreas urbanas da Alemanha e portadores de alguma especialização profissional ou algum ofício, o que significa dizer que os camponeses eram minoria. Já os *colonos nacionais*, na sua quase totalidade, eram agricultores, e preferiram o comércio à indústria. Ainda, a migração interna, indício do baixo índice de fixação dos (i)migrantes nos locais de chegada. A migração interna criou um mega-espaço de circulação da população colonial entre as *colônias velhas* e as *colônias novas*, e, destas, para com as *colônias novíssimas*, fundadas em Santa Catarina, impulsionados pelas atividades econômicas, as redes de parentesco e sociais, evidenciando que não eram nem se mantinham isolados (cf. TRAMONTINI, 2003; WITT, 2008).

A Tese também busca os *anônimos* da colônia, geralmente invisíveis nos demais estudos, ao desfocar a atenção dos personagens exponenciais Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber, e dar visibilidade aos demais protagonistas, sua resistência frente à atuação da *Colonizadora Meyer* e a oposição crítica ao projeto como um todo. Afinal, o cotidiano das relações na colônia, onde esses personagens circulavam e atuavam, onde emerge o “homem ordinário”, o “herói comum”, “sem nome, ao mesmo tempo é todos e ninguém” (CERTEAU, 2007: 63).

Por fim, a documentação. Carlo Ginzburg (1993), comparando o ofício do historiador ao do juiz, afirma que o juiz, em seu processo, trabalha com testemunhas vivas, enquanto o historiador trabalha com o passado e com os indícios e resíduos que restaram. Para o autor, as noções de prova e verdade são partes constitutivas da história. A principal fonte de pesquisa da Tese é a documentação produzida pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, praticamente toda ela em língua alemã – com exceção da documentação enviada às autoridades brasileiras ou luso-brasileiros em geral –, de circulação e acesso restrito no período, mas hoje de domínio público. Predominam relatórios, cartas e ofícios trocados entre o proprietário, os administradores, particulares, e também com o poder público e o consulado; notas publicadas na imprensa. Como a documentação é extremamente detalhista e volumosa, após a análise de toda série documental, optou-se por privilegiar os documentos produzidos por Herrmann Meyer, justamente por ele ser o idealizador do empreendimento e ditar as políticas a serem adotadas, e os relatórios da administração. Toda documentação, mesmo quando avulsa, possui uma cópia manuscrita nos denominados *Livros Copiativos*, dos quais foram identificados 44, organizados de acordo com o administrador, o assunto e por ano, variando o número de páginas entre 200 e 1.000, e em estado de conservação precário. Os livros-caixa e balancetes da empresa são detalhados e abrangem todo o período de sua existência. Os contratos particulares de compra e venda de terras celebrados entre a *Colonizadora Meyer* e os colonos são numerosos e detalhados, informando sobre a área adquirida, localização, valor pago, observações, permanência ou não no lote. Há também as escrituras das terras compradas a particulares, títulos de legitimação de posse, cartas de arrematação, procurações, processos, citações,

mapas, fotografias, dentre outros. Toda esta documentação foi doada ao Museu e Arquivo Histórico de Panambi, onde está disponível para pesquisa.³²

Foram pesquisadas as atas da Câmara de Vereadores de Cruz Alta e da Intendência Municipal, livros da Tesouraria, ofícios, cartas, telegramas, leis e outros documentos concernentes, disponíveis no Museu e Arquivo Municipal de Cruz Alta. Somam-se ainda processos, protestos, inventários, correspondência da câmara de vereadores e da Comissão de Terras e Colonização, documentação esta pesquisada junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acrescentam-se os artigos de jornais e anuários, relatos de viagem, de autorias diversas, fotografias e publicações de Meyer, encontradas em arquivos e bibliotecas. Paralelo a isso, realizou-se uma revisão da bibliografia relativa à temática. No caso da documentação em língua alemã, foi realizada uma tradução livre pela autora.

Finalmente, emigração/imigração e colonização particular são partes de uma engrenagem com um mecanismo de funcionamento complexo, cujas peças mais importantes, que se movem no tempo e no espaço, são os homens. Para Carlo Ginzburg (2001: 85), “o significado dos acontecimentos está na distância entre eles e entre as várias formas de vê-los”, ou seja, a perspectiva de cada observador.

Deter-se por vezes aos mínimos detalhes é justamente para compreender o mecanismo de funcionamento de um empreendimento de colonização privado, pois se sabe muito sobre as colônias públicas, os problemas com os funcionários, as reivindicações dos colonos, mas sempre com o poder público como última instância

³² Cabe observar que a identificação das pastas de documentos do arquivo do MAHP e a documentação efetivamente arquivada nas mesmas nem sempre conferem (por exemplo: pela identificação, *Cartas de Eduard Hempe a Herrmann Meyer*, mas na realidade constam cartas de Eduard Hempe a Herrmann Meyer; Herrmann Meyer a Eduard Hempe; e Eduard Hempe a Elisabeth Meyer, embora haja outras pastas específicas para cada conjunto dessas correspondências), bem como se encontram duplicatas do mesmo documento ou conjunto documental em pastas e caixas distintas. Ainda, a documentação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* foi dissolvida em várias pastas e caixas, não mantendo a unidade de *fundo documental* ou *acervo particular*, o que implica em pesquisar todas as caixas e demais materiais avulsos, como os livros copiativos e livros-caixa, para ter acesso ao conjunto documental da mesma. Já ao fim da pesquisa, houve uma troca das caixas que acondicionavam a documentação por outras maiores, desse modo, o material que antes ocupava duas caixas, foi colocado em apenas uma, mantendo porém a numeração interna das pastas e a numeração externa das caixas que permaneceu inalterada (ou seja, foi escrito a lápis o número das duas caixas anteriores). Assim, como foi apenas uma mudança no acondicionamento físico da documentação, sem ocorrer qualquer outra modificação ou reorganização da documentação, manteve-se a numeração das caixas original. Quando encontrados documentos em duplicata, procurou-se sempre utilizar o original.

para levar as suas reclamações (cf. TRAMONTINI, 2003). Porém, sobre as colônias particulares sabe-se pouco, as reclamações eram dirigidas aos seus proprietários, que tomavam as providências cabíveis – no caso de Meyer, uma empresa estrangeira, sendo as questões mais graves resolvidas com a intervenção do consulado, não podendo acionar o poder público, pois estava fora de sua alçada. Essa estrutura independente também dificulta muitas vezes o acesso à documentação desses empreendimentos, isso quando foi preservada.

Resultados preliminares desta Tese foram apresentados, em versões reduzidas, em eventos acadêmicos e publicados nos respectivos anais, em revistas e capítulos de livros. Cabe, porém, alertar que, em vários casos, a Tese avançou em relação aos resultados ali apresentados, de forma que a posição final da autora sobre o tema está neste texto.³³

³³ É evidente que também esta posição poderá mudar, no futuro.

CAPÍTULO I

EMPRESA DE COLONIZAÇÃO DR. HERRMANN MEYER: ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO

Sobre a sua pergunta de como havia chegado à idéia de iniciar uma colonização no sul do Brasil, eu respondo que foi quase por um acaso, que a colônia foi instalada no estado do Rio Grande do Sul.

Herrmann Meyer, 1930³⁴

Trabalhar para assegurar aos nossos emigrantes, que na América do Norte encontram sempre maiores dificuldades, uma região colonial salubre e fértil, onde, por seu trabalho, possam conquistar uma posição segura em prazo relativamente curto.

Herrmann Meyer, (1899: 33)

Com o advento da República no Brasil, em 1889, a colonização passou a ser responsabilidade dos estados. No Rio Grande do Sul, o governo positivista defendeu a imigração espontânea e a colonização particular, porém, reservando para si as terras públicas. Rapidamente, a região do Planalto gaúcho foi transformada em zona colonial, com a instalação das *colônias novas*, tanto pela iniciativa pública, quanto pela iniciativa privada, atraídas pelas possibilidades de exploração do comércio de terras e pela obtenção de lucros fáceis. Nesse contexto, inseriu-se o capitalista

³⁴ Carta. Leipzig, 31/7/1930. Herrmann Meyer à *Faulhaber-Stiftung*, Sr. Fr. Krahe, Neu-Württemberg. Pasta 2 - Cartas - Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP.

alemão Herrmann Meyer e o seu projeto de colonização, por meio da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*.

Herrmann Meyer, ao lançar-se como colonizador nessa região, não tinha um projeto de colonização pré-definido. Seu modelo de colonização foi construído lentamente, fruto da observação e da negociação entre os seus interesses pessoais e as possibilidades legais, as exigências dos colonos e dos administradores, fazendo concessões quando necessário. Em sua essência, procurou ser diferente dos demais, ao propor um *modelo ideal de colônia étnica*. Publicou o esboço de seu projeto de colonização no formato de prospectos publicitários, destinados, em primeira linha, aos potenciais emigrantes na Alemanha. Busca-se também mapear quem eram os personagens que pensavam esse projeto de colonização, de onde falavam, e em que meios sociais circulavam.

1.1 IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL REPUBLICANO

Ao longo do século XIX, a política de imigração e colonização era tratada como questão oficial do Império. Passava por ele a elaboração e propaganda do país no exterior com o fim de redirecionar o fluxo emigratório europeu para o Brasil; contratação de agentes de propaganda; passagem paga pelo governo; distribuição e redistribuição interna dos imigrantes conforme a sua chegada nos portos; organização e administração das colônias; subsídios aos colonos nos primeiros meses, etc. Os altos custos dessa colonização oficial e dirigida seriam compensados pelo povoamento de locais estratégicos do país, bem como pela formação de uma classe de pequenos agricultores familiares voltados para a produção de subsistência, dentro de uma sociedade latifundiária e escravista, baseada na monocultura de exportação. No caso paulista, os imigrantes substituíram gradativamente o braço escravo nos cafezais, inicialmente pelo sistema de parceria, e posteriormente como trabalhadores assalariados. Já no sul do país, tornaram-se proprietários de terras logo após a chegada.

Com a queda do Império, as terras devolutas passaram para os estados e juntamente também as políticas de imigração e colonização. A partir de 1896, a União retirou qualquer subsídio ao serviço de colonização, que a partir de então corria às expensas dos estados. No Rio Grande do Sul, o governo republicano, com fortes traços positivistas, passou a apoiar oficialmente a imigração espontânea, auxiliando apenas no transporte e no estabelecimento do imigrante, mas com a retirada gradual de quaisquer subsídios, bem como permitiu a atuação da iniciativa privada no campo da colonização. Com essa política, a entrada de imigrantes reduziu-se sensivelmente nos anos seguintes, correspondentemente os gastos com esse setor também decresceram.

Na concepção do chefe republicano rio-grandense, Julio Prates de Castilhos,³⁵ essa política não afastava os imigrantes do estado, uma vez que eram contínuos os pedidos de colonos já estabelecidos para que fosse facilitada a vinda de seus parentes e patrícios, o que por si só era um bom sinal. Segundo ele, “importa encaminhar e desenvolver a imigração denominada espontânea, única a que sou doutrinariamente adepto, por ser a mais profícua e destituída de perigos no ponto de vista nacional e no tocante à normalidade da atividade agrícola” (*Mensagem...*, 1896: 24). Por essa razão, no Rio Grande do Sul,

felizmente, a colonização constitui uma exceção moralizadora, que nos é assaz honrosa. Ela não equivale aqui à importação de simples trabalhadores ou assalariados, a tanto por cabeça, que formam ordinariamente uma massa flutuante ou movediça, inassimilável e refratária aos nossos costumes e às nossas leis, encerrando um verdadeiro perigo nacional.

O colono aqui se transforma logo em pequeno proprietário agrícola, sente imediato bem-estar na sua modesta propriedade, adquire condições de fixidez normal, radica-se afetuosamente ao solo hospitaleiro e fértil que lhe dá o pão para a família e a prosperidade doméstica como pronto resultado do seu trabalho honesto e frutífero, adapta-se facilmente aos nossos hábitos, familiariza-se em pouco tempo com a nossa língua, procura, enfim, nacionalizar-se sem nenhum constrangimento, acatando as leis e as autoridades com uma reverência inalterável, associando-se às nossas alegrias e às nossas mágoas, como se tivesse nascido nesta terra privilegiada (*Mensagem...*, 1896: 24-25).

³⁵ Julio Prates de Castilhos, líder do *Partido Republicano do Rio Grande do Sul* (PRR), foi praticamente o único autor da Constituição do estado, de inspiração positivista, aprovada em 14 de julho de 1891, ano em que foi eleito também presidente do estado, cargo que ocupou até janeiro de 1898, com um breve interregno – entre 12/11/1891 e 17/6/1892, período do chamado *governicho*. A Constituição estabelecia um legislativo estadual com poderes limitados a questões orçamentárias e um executivo forte com poderes de legislar por decretos sobre matérias não-financeiras. O vice-presidente seria nomeado pelo presidente estadual, enquanto este poderia ser reeleito continuamente, desde que obtivesse $\frac{3}{4}$ dos votos. Castilhos faleceu em 24/10/1903. Sobre Castilhos e o castilhismo, conferir a obra coletiva *Julio de Castilhos e o paradoxo republicano* (2005).

Borges de Medeiros, além de suceder Castilhos na política, representou a continuidade de seus preceitos ideológicos.³⁶ Acreditava que o desenvolvimento das colônias estava diretamente vinculado à existência de uma infra-estrutura adequada, incluindo vias de ligação para o escoamento da produção e a aquisição dos bens dos quais necessitavam, constituídas de estradas de rodagem, vias fluviais e a ferrovia, aspectos que o governo republicano estava privilegiando na virada para o século XX e nas suas primeiras décadas. De acordo com Borges de Medeiros, “não basta introduzir o imigrante; é mister, outrossim, preparar a colônia para recebê-lo, dotando-a de todos os melhoramentos imprescindíveis” (*Mensagem...*, 1899: 24).

Conforme o posicionamento do governo, a imigração espontânea, embora numericamente reduzida, voltada para a agricultura, transformava o imigrante de imediato em pequeno proprietário, evitando assim uma massa de população flutuante, migrando de um lugar para o outro, como ocorria, por exemplo, em São Paulo (*Mensagem...*, 1902). Aqueles que já estiverem radicados ao solo, “servirão de exemplo e incentivo aos que necessitarem imigrar” (*Mensagem...*, 1906: 18). Além disso, como a quase totalidade desses imigrantes contavam com poucos recursos financeiros, quanto mais numerosos, mais elevadas também seriam as despesas. Para o secretário dos *Negócios das Obras Públicas*, João J. P. Parobé, como não era possível seguir o exemplo dos Estados Unidos, ou seja, só permitir a entrada de imigrantes com recursos suficientes para se estabelecerem, “devemos contentarmo-nos com a pequena imigração, pois assim não recearemos as perturbações que podem trazer as grandes massas e poderemos, sem grande ônus, atender aqueles que para aqui vem trabalhar conosco e achar o bem estar e muitas vezes a riqueza que não tinham conseguido no país natal”. Aliás, o desenvolvimento da imigração além de certo limite, obrigaria à fundação de novos núcleos coloniais, mais afastados dos centros consumidores e de exportação, onde a falta de meios de comunicação “obrigaria o colono a arrastar uma vida de quase miséria, por não achar comprador para os seus produtos e, quando achasse, seria por valor tal que talvez não desse para a parca manutenção da família” (*Relatório. Obras Públicas*, 1903: 9). Portanto, a espontânea e ininterrupta corrente imigratória

³⁶ Antonio Augusto Borges de Medeiros sucedeu Júlio de Castilhos no governo em 1898, e assumiu a chefia do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) com a morte deste, em 1903. Consolidou no estado o regime republicano autoritário e centralizado, e permaneceu à frente do executivo de 1898-1907; 1913-1928.

continua a ser fator preponderante no povoamento feraz do vasto território rio-grandense. Atraído pelas condições excepcionais de solo e de clima, bem como por outras vantagens materiais e morais, o colono encaminha-se voluntariamente para a nossa terra, sem nenhum vislumbre de coação oficial (*Mensagem...*, 20/9/1899: 23).

Em maio de 1914, o governo estadual rescindiu o acordo celebrado com a União em agosto de 1908, referente à instalação de imigrantes introduzidos por ela no país pelo *Serviço de Povoamento do Solo*, cessando, a partir de então, as entradas de novas levas. Explicando o fato, a *Diretoria de Terras e Colonização* justificava que o governo tinha por objetivo dar maior atenção aos imigrantes já instalados, apontando que as medidas gerais a serem tomadas em relação ao serviço de colonização eram de duas naturezas: “medidas relativas à instalação dos agricultores e medidas relativas à nacionalização gradual dos de origem estrangeira”. Salientava que, dada a elevada população colonial no estado, a medida foi bem recebida por parte dos “humildes colonos até os próprios empresários particulares de colonização” (*Relatório Diretoria de Terras e Colonização. Obras Públicas*, 1915: 83-84). Acrescentava:

porque testemunhando o estabelecimento [do] intrusamento do excesso de população dos antigos núcleos coloniais, já em terras do domínio público, já do domínio privado; conhecedores, por experiência própria, da superioridade dos colonos velhos e seus descendentes, comparados aos imigrantes recém-chegados; confrontando o rápido progresso das regiões colonizadas por aqueles com o lento evoluir dos núcleos povoados por imigrantes, apresentava-se-lhes logo a seguinte indagação, que mais de uma vez ouvimos formular: por que o Estado não aproveita o numeroso elemento colonial que possui, e, em vez disso, promove a instalação dispendiosa de mais imigrantes? (*Relatório Diretoria de Terras e Colonização. Obras Públicas*, 1915: 83-84).

Havia ainda as razões de ordem política e moral, igualmente contrárias à rápida elevação artificial da população do Estado. Logo, a realocação do elemento colonial não implicava em ônus para o estado, cujos recursos poderiam ser aplicados no melhoramento das colônias. No mesmo relatório de 1915, informava ainda que a população de estrangeiros e descendentes formava mais de 1/3 da população total do estado. Desses, 60% de origem germânica e eslava, e 40% latina. A assimilação desse contingente à população nacional era urgente e necessária. Para viabilizar esse processo, apontava como medidas: cessar a instalação de mais imigrantes; instalação e proteção do elemento genuinamente nacional, bem como a organização de colônias mistas; desenvolvimento da viação

nas colônias para permitir maior contato entre a população; e difusão da instrução primária.

Na prática, essas medidas políticas referentes à imigração e realocação do excedente populacional da antiga zona colonial, implicaram no avanço da fronteira agrícola para a região Norte do estado, onde se formou a *nova zona colonial* ou as chamadas *colônias novas*. Caracterizou-se pela atuação da iniciativa privada, seja individual ou de empresas; e iniciativa pública, no caso estadual ou municipal. Atendendo aos propósitos oficiais, ou seja, à rápida nacionalização dos elementos estrangeiros, as colônias deveriam ser etnicamente mistas – o caso exemplar de Ijuí (1890). Contudo, no que se refere à iniciativa privada, esse quesito nem sempre foi regra, e o governo não dispunha de mecanismos eficientes para interferir, permitindo assim a formação de colônias étnicas, como foi o caso das colônias fundadas pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*.

1.1.1 Cruz Alta: a *Rainha da Serra* e a colonização

A grande região Norte/Noroeste do estado, também chamada de *região serrana*, *Cima da Serra*,³⁷ geograficamente integra o Planalto Médio gaúcho. Durante o século XIX, após a conquista das Missões, instalaram-se nessa região grandes latifúndios de criação de gado, ocupando as áreas de campo. Paralelamente, desenvolveu-se o extrativismo sazonal da erva-mate nos ervais públicos, fonte de renda dos pequenos *lavradores nacionais* e *posseiros*.³⁸ Em menor escala, praticava-se uma agricultura de subsistência nas áreas relegadas

³⁷ Na documentação da época, é comum encontrar-se a referência *Cima da Serra*, englobando a região de Cruz Alta. Atualmente, a designação *Campos de Cima da Serra* refere-se, geograficamente, a Vacaria e arredores. Utiliza-se no decorrer da tese a denominação de *região serrana* para Cruz Alta, considerando que essa era e continua sendo uma identidade corrente, embora não se sustente geograficamente.

³⁸ Por *lavrador nacional* entende-se aquele pequeno agricultor estabelecido em terras de sua propriedade, de outro proprietário ou devolutas, praticando ali uma agricultura de subsistência. Já o termo nacional é utilizado no sentido de diferenciá-lo do pequeno lavrador imigrante. Em muitos casos, o *lavrador nacional*, quando não proprietário de suas terras, era denominado, pautado na lei, por posseiro ou intruso. Na região noroeste do estado, era denominado pelos *outros* de *caboclo* (cf. ZARTH, 1997; 1998; SILVA, 2004).

pelo latifúndio. Predominavam, contudo, extensas áreas de terras devolutas,³⁹ cobertas de mata nativa, as quais foram incorporadas gradativamente às zonas coloniais. O município mais antigo e proeminente da região serrana era Cruz Alta, fundado em 1834.⁴⁰ Dele desmembrou-se, em 1874, Palmeira.⁴¹

Na sua formação histórica, há muitas diferenças entre a região Planalto Médio e, por exemplo, a campanha, na metade sul do estado, até a fronteira. Uma delas é a presença de extensas áreas de matas nativas de erva-mate – por dois motivos básicos. A extração da erva-mate foi a riqueza econômica primordial da região, mantendo essa importância ao longo do séc. XIX e durante a República Velha, com tudo que trouxe de conseqüências sócio-políticas, e que veremos configurada na luta entre o poder do mato (representado pelos ervateiros, lavoureiros e chacareiros, identificados com as forças da oposição política) e o poder do campo (representado pelos estancieiros, identificados com as forças do situacionismo). Por outro lado, a mata densa, ao contrário dos pampas da campanha, constituía-se em local de fácil refúgio até para a fuga pelo Rio Uruguai, o que terminou fazendo da região, no Império e na República Velha, sobretudo de Palmeira das Missões, um reduto de grande concentração de bandidos e marginais, responsável pelo alto grau de violência que acompanhou a história deste município. [...]. Enquanto Cruz Alta, juntamente com Passo Fundo são cidades formadas por tropeiros paulistas e paranaenses, e voltadas para criação de gado, Palmeira é de formação heterogênea, com bandidagem oculta na mata (FÉLIX, 1987: 83-84).

Remetendo ao processo de ocupação desse espaço, Paulo A. Zarth lembra que cerca de 130 anos depois da conquista das Missões,

a fronteira estava definitivamente conquistada e a estrutura social configurava-se da seguinte forma: nas áreas de campo nativo, os latifúndios na forma de estâncias pastoris; nas florestas, pequenas propriedades de colonos europeus; os índios aldeados em reservas e os lavradores nacionais desestabilizados diante da radical mudança na antiga prática de extrativismo de mate e de uso da terra (ZARTH, 2002b: 53).

³⁹ Terras devolutas eram as terras pertencentes ao Estado, que ainda não haviam sido requeridas e legitimadas por proprietários particulares.

⁴⁰ O povoamento de Cruz Alta teve início por volta de 1810-20, predominando os militares e tropeiros portugueses, paulistas, paranaenses e lagunenses. Formaram suas estâncias arrebanhando o gado remanescente das missões jesuíticas. A extração de erva-mate, o comércio de mulas e a pecuária perfaziam a fonte de renda dessa população. Na área se formaram poucas sesmarias, visto sua doação ser proibida já em 1822. Mesmo assim, a grande propriedade foi predominante. De Cruz Alta ele se desmembraram outros grandes municípios, que se esfacelaram ao longo do século XX: Passo Fundo (1857), Palmeira (1874), Soledade (1875), Vila Rica (Júlio de Castilhos, 1891). Sobre a formação de Cruz Alta, ver as obras: Evaristo Affonso de Castro (1887), Hemetério José Velloso da Silveira (1979); Josino dos Santos Lima (1931), Prudêncio Rocha (1964), Aristides de Moraes Gomes (1966), Isaltina Vidal do Pilar Rosa (1981), Maria Catharina Lima Pozzebon (2002), Rossano Viero Cavallari (2004), bem como Carl Axel Magnus Lindman (1974) sobre a vegetação da região, dentre outros.

⁴¹ Sobre a formação histórica de Palmeira, há os estudos de Mozart Pereira Soares (1974), Lurdes Grolli Ardenghi (2003), Jussara Jacomelli (2004) e José A. Moraes do Nascimento (2007).

No decorrer do século XIX, o governo do Rio Grande do Sul procedeu a um levantamento minucioso das terras devolutas disponíveis, bem como à medição e legalização das posses privadas, atendendo às exigências estabelecidas pela Lei de Terras de 1850 e o Ato Adicional de 1854.⁴² No início da República, essa fiscalização foi mais rigorosa, com o objetivo de recuperar novamente as terras apropriadas irregularmente por fazendeiros e posseiros, revendendo-as posteriormente a particulares e empresas de colonização, bem como de proceder a um estudo sobre a viabilidade de colônias nessa área.

A idéia de estabelecer colônias no Planalto Rio-grandense foi cogitada. Por essa razão, o Presidente da Província enviou vários ofícios à Câmara de Vereadores da então Vila de Cruz Alta, solicitando informações. Questionava sobre as possibilidades de exploração econômica e a viabilidade de instalar ali colônias voltadas à produção agrícola. Em resposta, a Câmara emitiu os seus relatórios, dando conta da existência de grandes áreas de matos devolutos,⁴³ ao contrário da área de campo, praticamente toda apropriada.⁴⁴ Salientava a variedade e abundância de madeiras, próprias para a exploração comercial e a construção. Destacava também a fertilidade dos solos, propícios para todos os tipos de cultura –

⁴² A privatização da propriedade da terra no Brasil foi um processo lento, evitando mudanças radicais e conflitos. O primeiro passo foi a proibição da doação de sesmarias, em 1822. O seguinte foi a lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, em 1850. Por seu intermédio, procurou-se legalizar as terras, com a emissão do título de posse, controlando assim o acesso a elas, que só seria possível por meio da compra – ou doação e herança. A Lei, regulamentada em 1854 pelo decreto 1.318, era burlada de todas as formas. A terra adquiriu então um caráter comercial e não mais só de *status* social.

⁴³ Segundo a Câmara Municipal, havia uma extensa zona de mato que bordava os rios Ijuizinho, Conceição, Ijuí Grande, contornada pelos campos; do Cadeado, Rincão de Nossa Senhora, Porongos, Palmeira, Ramada, São Jacob e assim por diante, até o rio Uruguai. Que, embora existissem algumas poucas propriedades nessa área, predominavam as áreas devolutas.

⁴⁴ Quanto ao relevo, o município de Cruz Alta estava dividido em três cordilheiras de matos chamadas impropriamente, segundo Silveira (1979), de serras, as quais bordavam os limites norte e leste do município: Serra do Cadeado, Serra do Conceição e do Ijuí Grande, circundando os rios de mesmo nome, e a do Faxinal dos Valos. Eram assim denominadas porque eram mais elevadas do que as onduladas coxilhas que perfazem o relevo da região. Relativo à rede hidrográfica, “o mencionado território, a começar pelo limite Norte, é regado pelos arroios denominados dos Barbosas, do Gramado, da Cachoeira, Caxambu ou Porongos, Fiúza ou Corticeira, o Palmeira, o Faxinal ou Bugiganga, o Nossa Senhora ou da Ponte, o Conceição (com uma ponte no passo denominado do Cambará), o arroio da Taipa, o Mambuca, o do Inglês, o da Ronda, o Chico Preto, o do Angu, o do Engenho, o Urupu, o Santa Maria afluente do último. Os últimos 6 arroios já ao rumo de Oeste e Noroeste da cidade. Pelos limites Leste e Sul regam o município os arroios das Tronqueiras e Varejão (que formam o Jacuí Ocidental ou Alto Jacuí), os Dois Irmãos (19 e 29 que unidos lançam-se no mesmo Jacuí), o Lagoão, o Santa Bárbara (confluente do último), o Ingaí ou Gaí (por corruptela do povo) e seus afluentes. Passo Novo, dos Thomazes, do Laureano, da Divisa, da Cruz ou dos Telles, a vertente do Papagaio, o rio Ivaí e seus afluentes, o dos Alemães, o da Conga do Velho Baptista, o Japépó ou Panela, o dos Buracos, (bastante caudaloso), o rio Jacuizinho (limite com o município de Soledade) e seus afluentes: Colorado com a subconfluência do Arroio Grande, o rio das Almas, o Cotovelo e o Pinheirinho” (cf. SILVEIRA, 1979: 269).

grãos, legumes, raízes, árvores frutíferas, fumo e cana-de-açúcar; além da extração da erva-mate. Esses dados eram oriundos, segundo os relatores, de resultados produtivos concretos, ou hipóteses baseadas no tipo de solo encontrado na região. Para a Câmara, eram essenciais para o estabelecimento e desenvolvimento de uma colônia: mercado consumidor próximo, vias de escoamento da produção, como rios navegáveis, estradas transitáveis ou, mais tarde, a viação férrea. Por isso as terras próximas ao rio Ijuí Grande, por este não ser navegável, e a carência de estradas de ligação, apesar da fertilidade do solo, não eram indicadas para a colonização. Também deveriam afastar essas colônias da região de fronteira, como justificativa, a possibilidade de ataques estrangeiros.⁴⁵

A Câmara Municipal de Cruz Alta também estava preocupada com o crescimento urbano e a demanda por alimentos, o que implicava na elevação dos seus preços, em virtude do desequilíbrio entre a oferta e a procura. Respondendo a um questionário do Ministério do Império de outubro de 1858, remetido por circular pelo Presidente da Província, referente à carestia de alimentos, explicava:

A pouca população deste município, em relação ao seu vasto território, se ocupa especialmente, ou no fabrico de erva-mate, ou no comércio das bestas: ambos estes ramos nos últimos tempos têm florescido em demasia, oferecendo uma perspectiva de lucros quase certos, daqui provém a falta de estabelecimentos agrícolas no município, e conseqüentemente a de produção suficiente para o seu consumo, de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como sejam o milho, feijão e mandioca. O estabelecimento de algumas colônias nas margens do Uruguai, nas do Ijuí Grande, acima de Santo Ângelo, e mesmo nas Serras do Padilha e dos Jacuí aliviarão estes inconvenientes.⁴⁶

Alternativas para solucionar esses problemas foram ventiladas nas suas reuniões.⁴⁷ Para acelerar o povoamento de seu imenso território, a partir de 1867, a Câmara passou a conceder *datas* de terras, geralmente de 200 braças, nas margens

⁴⁵ Nesse sentido ver, por exemplo, o relatório emitido pela Câmara Municipal de Cruz Alta ao governo estadual, em 10/4/1847. Outra missiva tratava do mesmo tema, em 14/4/1847. Câmara Municipal de Cruz Alta - 1834-1835; 1840-1841; 1843-1847. Correspondência Expedida. Correspondência das Câmaras Municipais. Maço A.MU - 59 - Caixa 27, AHRS.

⁴⁶ Ofício n. 28 da Câmara Municipal da Vila do Espírito Santa da Cruz Alta ao Presidente da Província, em 1º/6/1858. Câmara Municipal de Cruz Alta – 1856-1859 – Correspondência Expedida – Maço A.MU – 61, Caixa 28, AHRS.

⁴⁷ Com o incremento da colonização privada, a Câmara foi sondada por interessados em estabelecer colônias, mostrando-se favorável, como no caso da petição de “Samuel Huggens, cidadão norte-americano pedindo para fazer ao alto conhecimento de S. M. I. uma petição do suplicante na qual pede faculdade e auxílio para colonizar 25 léguas quadradas do sertão deste Município à margem do Uruguai, com as informações necessárias dadas por esta Câmara”. Provavelmente, não recebeu o apoio esperado por parte do governo imperial, e acabou desistindo (Ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 23/3/1868, p. 60. Atas AHM-CMV 179, MAHMCA).

das estradas que estavam sendo abertas, como aquela que interligava o Faxinal com a Vila. Quem recebia essas terras tinha por compromisso ocupá-las e conservar a estrada, do contrário, não ganhava a escritura e perdia as mesmas. Os poucos moradores que já ocupavam essas terras de forma mansa e pacífica aproveitavam a oportunidade para solicitar preferência na medição de suas propriedades, em troca da colaboração na abertura e manutenção da referida estrada.⁴⁸

Ainda em 1867, pensando em dar mais um impulso econômico à área do Faxinal, o vereador Vellozo da Silveira, em seu requerimento à Câmara, pedia que fosse enviado um ofício ao agente intérprete da Colonização, em Porto Alegre, solicitando a sua “coadjuvação para obter dez colonos alemães preferindo-se os que tiverem prática da indústria vinhateira a fim de serem estabelecidos na estrada do Faxinal”, o que foi aprovado.⁴⁹ Segundo os vereadores, trazer colonos entendidos em alguma atividade industrial era uma necessidade emergente, dado o desinteresse pela industrialização na cidade, tanto público quanto privado. Ao mesmo tempo, acompanhava-se a decadência da indústria da erva-mate, em virtude da destruição desenfreada dos ervais, uma das principais fontes de renda da municipalidade.⁵⁰

Desenvolver a *indústria agrícola* era outra necessidade. Na opinião de Henrique Uflaker, a população agrícola de cima da serra “tem vegetado infelizmente em um completo abandono e atraso”, desconhecendo os avanços tecnológicos desse setor, vivendo, por isso, na “mais vergonhosa miséria”. A fertilidade das terras atraía uma significativa população de lavradores nacionais, mas,

constituída de gente tão indolente e imprevidente, que, muitas vezes, não consegue colher, em anos adversos, como o foram os deste último decênio, o indispensável para a sua própria subsistência, e muito menos, para o abastecimento dos mercados vizinhos, ou para a exportação (*Aurora da Serra*, n. 1, ano 2, 1/1/1885, p. 99-100).

⁴⁸ Ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 1/6/1867, p. 11. Atas AHM-CMV 179, MAHMCA.

⁴⁹ Ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 21/8/1867, p. 19-20. Atas AHM-CMV 179, MAHMCA. O responsável pela Colonização “tomou o pedido com atenção” (Ofício de 30/8/1867. Ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 25/10/1867, p. 31. Atas AHM-CMV 179, MAHMCA). Em dezembro, enfim, receberam um ofício datado de 4 de novembro do agente intérprete da colonização, comunicando que foi enviado um colono entendido na cultura da uva. Todavia, até fins de dezembro, o mesmo ainda não havia chegado a Cruz Alta, talvez estivesse a caminho, e o assunto foi encerrado ali (Ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 23/12/1867, p. 45. Atas AHM-CMV 179, MAHMCA).

⁵⁰ Ata da Câmara de Vereadores de Cruz Alta, 23/3/1868, p. 75-77. Atas AHM-CMV 179, MAHMCA.

Desqualificava totalmente esse pequeno agricultor, responsabilizando-o pelo atraso da indústria agrícola, devido a sua “ignorância e indolência”, visto que “o homem inteligente e abastado” não se dedicava exclusivamente a essa indústria, preferindo a atividade pastoril. Acreditava que o prolongamento da via férrea até a região serrana, permitindo assim o escoamento da produção, era a saída mais apropriada para o desenvolvimento agrícola, além de atrair imigrantes. Defendia, ainda, a modernização da agricultura, mas era totalmente contrário à derrubada da mata e queimada para o seu avanço, e sinalizava para o cultivo das áreas de campo (*Aurora da Serra*, n. 1, ano 2, 1/1/1885, p. 99-100). Com os seus artigos, Uflaker tinha por objetivo “instruir e guiar, por meio dos nossos conselhos, a classe pobre e abandonada dos nossos lavradores”, e assim, “retirá-los desse estado de vegetação e encaminhá-los ao caminho do progresso” (*Aurora da Serra*, n. 2, ano 2, 1/2/1885, p. 106-107).

O tom crítico e pessimista de Uflaker, por sinal, desagradou muitos leitores do periódico *Aurora da Serra*⁵¹, porque logo no número subsequente, seu redator, Evaristo Affonso de Castro, emitiu uma pequena nota, na qual ressaltou que a inauguração em breve da ferrovia já era uma garantia de mercado para a produção agrícola, que, a partir de então, se desenvolveria. Logo, o *lavrador nacional* precisava ser “incentivado e conscientizado” – e não depreciado – sobre a riqueza das terras dessa região, além de “atrair os braços estrangeiros” (*Aurora da Serra*, n. 6, ano 2, 1/6/1885, p. 131-132). A idéia de instalar um núcleo colonial próximo à sede de Cruz Alta, para produzir alimentos, retornava com freqüência, conquistando novos adeptos. Todavia, não poderia ser qualquer imigrante, mas gente “morigerada, de bons costumes e trabalhadora”. Para agilizar tal propósito, precisavam atrair a imigração espontânea, porque não poderiam esperar pela imigração oficial (*Aurora da Serra*, n. 4, ano 3, 1/4/1886, p. 25-26). Nos discursos da época, enquanto o *lavrador nacional* era apresentado como o símbolo do atraso, necessitando de ajuda, o imigrante representava o símbolo do progresso.

Durante o Império, a instalação de uma colônia com imigrantes na região do Planalto ficou apenas na intenção. Enquanto isso, as terras devolutas foram sendo

⁵¹ O periódico *Aurora da Serra* era uma publicação mensal, a cargo de Evaristo Affonso de Castro, como uma revista literária e abolicionista, editada em Cruz Alta, a partir de 1/1/1884. Foi possível localizar os exemplares de 1884 a 1886, reunidos em uma encadernação, disponível na biblioteca do Colégio Santíssima Trindade, em Cruz Alta.

requeridas e legalizadas por grandes estancieiros e pessoas abastadas; já os pequenos *lavradores nacionais*, sem dinheiro para proceder às medições, ocupavam-nas de forma mansa e pacífica. Somente com o advento da República, foi instalada uma colônia oficial e etnicamente mista em Cruz Alta: a colônia Ijuí, em 1890, às margens do rio de mesmo nome. Na seqüência, em 1894, foi inaugurado o trecho da linha férrea São Paulo – Rio Grande, interligando Santa Maria a Cruz Alta. A chegada dos trilhos do trem propiciou um novo impulso ao município, pois como ponto de ramificação da via-férrea, tornou-se um importante centro de entrada e saída de pessoas e mercadorias.⁵² Segundo Ana Paula Wickert e Adriana Gelpi (2005), com a implantação da ferrovia no norte do estado, havia a expectativa de modernização desse espaço, pois o trem significava a adequação à modernidade européia, bem como facilitava o transporte de passageiros e mercadorias. Todavia, a expectativa e a posterior realidade da presença de uma estação de trem, aliadas às altas tarifas e aos freqüentes acidentes, comprometiam a imagem desse meio de transporte. Nas cidades já existentes, a indústria chegou com a ferrovia – e não antes, o que seria a ordem mais natural – e quando realmente se desenvolveu, a ferrovia já estava em decadência no estado.⁵³

Nesse quadro, um projeto de colonização privada, como o apresentado por Herrmann Meyer em 1897/98, atendia plenamente a essa antiga reivindicação da municipalidade, suprimindo a demanda por alimentos do mercado cruzaltense, que enfrentava nova carestia e alta de preços. Os resultados da colonização foram notados por Velloso da Silveira (1979: 268), já em 1909: “nos últimos doze anos

⁵² Cruz Alta era o ponto de ramificação da via férrea em cinco direções: a primeira, ao norte, em direção a Santo Ângelo e região das Missões; a segunda, a leste, com direção a Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Vacaria, Santa Catarina e Paraná, com ramais para Palmeira, Nonoai, Campo Novo e Alto Uruguai; a terceira, a oeste, em direção a São Borja, com desvio para Itaqui, ramificações para São Xavier, Santiago do Boqueirão, São Francisco de Assis e Alegrete; a quarta estrada, rumo ao sul, indo até São Martinho; a quinta e última, a sudeste, que segue até o município de Soledade. Em diferentes locais, juntam-se ou ramificam-se, interligando essa região (cf. SILVEIRA, 1979). Em 1897 foi inaugurado o percurso da ferrovia de Cruz Alta até Carazinho, e em janeiro de 1898, até Passo Fundo. O trecho até Ijuí foi concluído em 1911.

⁵³ Analisando a expansão da via férrea para a região Norte do estado, Gladis Helena Wolff (2005) e Adelar Heinsfeld (2007) salientam que a chegada do trem trouxe a reboque os colonos, pois em cada estação de trem formou-se um núcleo colonial, o qual evoluiu para um pequeno centro urbano. A ferrovia consistia no ponto de contato dessa população com o restante do estado. Em 1905, a rede ferroviária do estado foi unificada em quase sua totalidade e entregue à companhia belga *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fera u Brésil*. Em 1920, por seus serviços não corresponderem às expectativas, e tentando resolver o problema dos transportes, a rede foi encampada pelo Estado (cf. KLIEMANN, 1977).

afluem também colonos, oferecendo à venda produtos de seu trabalho, leitões e aves, etc., outrora raros e muito caros, hoje baratíssimos”.

Sendo assim, o complexo colonial de Herrmann Meyer foi instalado em uma zona de transição entre a área de campo e o latifúndio, característico de Cruz Alta, onde a propriedade da terra estava bem definida, e a zona de mato de Palmeira, onde predominavam os ervateiros e as posses não legitimadas, contribuindo a instalação de colônias para a definição da organização fundiária da região. No limite, a própria característica fundiária foi definitiva ao desenvolvimento das colônias, pois, em Cruz Alta, como não alteraram a estrutura agrária vigente, obtiveram o apoio necessário por parte do poder público, bem como os proprietários viram na colônia uma forma de valorização de suas terras. Já em Palmeira, onde a propriedade de terras era mais caótica, a colonização foi justamente localizada nas mesmas áreas ocupadas pelo pequeno *lavrador nacional* e os ervateiros, desalojando-os, o que resultou em conflitos e resistência, afastando os colonos. Para Marcos Tramontini (1994), mais do que critérios legais, a forma de ter acesso à terra dentro de uma estrutura fundiária caótica era através do uso da força e da violência, onde se incluiu a influência militar e burocrática.

As rivalidades políticas também contribuíram para tornar essa região instável. Maximiliano Beschoren, ao referir-se a *Vilinha da Palmeira*, onde esteve demarcando terras, de fevereiro de 1877 até outubro de 1880; e de janeiro de 1882 até janeiro de 1884, registrou as suas impressões:

o lugar não é o que eu supunha ser e daria para viver muito bem aqui, se não fosse a constante competição partidária, com as conseqüentes intrigas e rixas, de tal modo, que viver em paz é quase impossível. Quem quiser tranqüilidade terá que tapar os ouvidos, para não escutar, vendar os olhos para não enxergar (BESCHOREN, 1989: 78).

Além das questões já apontadas, o Planalto Médio terminava o século XIX mergulhado em uma profunda crise no setor da pecuária, carestia de alimentos e alta de preços, decorrente da *Revolução Federalista* de 1893-1895, que mobilizou essa região. Nessa situação, a chegada de um empresário com capital, interessado na compra de terras e o estabelecimento de um núcleo colonial, colocaria, a curto prazo, novamente dinheiro em circulação e, a longo prazo, resolveria os problemas relativos ao abastecimento de gêneros alimentícios.

Cruz Alta, aos olhos europeus de Herrmann Meyer, não passava de uma pequena cidade de campo provinciana, localizada em uma colina, onde era possível conhecer a elite política, econômica e intelectual ao descer na estação de trem. Contudo, como salientou o engenheiro Augusto Pestana, em 1900, que era o município mais “próspero e adiantado” da região, e, por essa razão, onde tem “havido maior negócio de terras” (*Relatório. Obras Públicas*, 1900: 191). Consistia no maior núcleo urbano da região serrana e o município de maior relevância política e econômica, com cerca de 40.000 habitantes e uma área de 1.300 léguas quadradas.⁵⁴ Por isso, adotou o cognome *Princesa* ou *Rainha da Serra*. Em 1909, Hemetério José Velloso da Silveira (1979: 267) descreveu a cidade nesses termos:

o viandante aí passando não encontra obras de arte. Os edifícios, inclusive a própria estação da estrada de ferro, aliás tão moderna, as casas particulares, não se recomendam pela arquitetura. Alguns *espécimens*, ainda não substituídos, das construções primitivas, mostram as paredes exteriores de casas, feitas com tijolo e barro assentando em barrotes (que aí chamam baldrames) ou entremeadas de esteios de madeira de cerne, presos aos fechais que sustentam os tetos. A maior parte dessas construções arcaicas tem sido, pouco a pouco, substituídas por paredes de alvenaria sobre alicerces de pedra. Mas como a cal é caríssima, as paredes são de tijolo e barro, rebocadas com argamassa de cal.

Dentro dos limites urbanos havia, então, “802 casas térreas, 3 sobrados, o edifício da intendência com a cadeia do lado e quartel da polícia, a igreja matriz, o teatro Carlos Gomes, a loja maçônica Harmonia Cruzaltense, dois chafarizes e um cemitério extramuros” (SILVEIRA, 1979: 269). Nas ruas centrais, sem calçamento, residia a elite pecuarista e comerciantes, ao lado de pequenas oficinas. A população mais humilde ocupava as ruas periféricas, formando a mão-de-obra das estâncias, trabalhando na abertura de estradas, derrubada de mata, etc. A estação de trem representava a entrada da cidade na era da modernidade, bem como um ponto de sociabilidade relevante: o local de chegadas e despedidas, de circulação das

⁵⁴ Em dezembro de 1869, a população de Cruz Alta era composta por 20.235 almas, assim distribuída por freguesia: Cruz Alta 5.551; Palmeira, 4.156; Santo Ângelo 5.275; São Martinho, 5.253 almas. (Ofício n. 1 enviado pela Câmara Municipal da Vila de Cruz Alta ao Presidente da Província, em 21 de janeiro de 1870. Câmara Municipal de Cruz Alta - 1869-1873, Correspondência Expendida, Maço A.MU-63, Caixa 29, AHRS). A população de Cruz Alta, após vários desmembramentos, em 1889 era de 16.440 habitantes; em 1913, já estava em 26.432; chegando em 1928 em 55.000 habitantes, esse número sempre ascendente mesmo em meio a uma série de desmembramentos de novos municípios. Parte desse aumento populacional era devido ao crescimento da zona colonial. Relativo à composição étnica, “a população da zona do campo e serra é toda nacional, mantendo os costumes rio-grandenses; a da zona colonial é composta de elementos heterogêneos, de origem imigratória, principalmente italianos, teutos, poloneses e eslavos, bem como de seus numerosos descendentes” (*Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, 1928: 259-260).

peças anônimas e das altas autoridades, de importação e exportação de mercadorias. Foi nesse espaço que em novembro de 1898 um significativo grupo de cruzaltenses se reuniu para receber e saudar o empresário alemão Herrmann Meyer. Conforme seu relato,

quando o trem entrou na estação de Cruz Alta, começou a estalar em todos os cantos. Foguetes estouraram e uma banda de música executou um dobrado alegre. A plataforma estava literalmente tomada por enorme multidão, e qual não foi o meu espanto, quando vi à frente o meu Carlos Dhein e um grupo de cavalheiros trajados a rigor que logo tomaram conta de mim, ao descer do vagão. Em poucos segundos conhecia as mais altas autoridades da cidade e logo eu me encontrei cercado de gente. A música silenciou, todos descobriram as cabeças, embora chovesse torrencialmente, eu fui saudado com um solene discurso, no qual me chamaram de *“distintíssimo explorador, colonizador e amigo da terra ilustríssima do Rio Grande do Sul”*, atribuindo-se-me, ainda, qualidades e virtudes, das quais nunca sequer sonhara. Para externar os meus mais profundos agradecimentos pela régia recepção, faltaram-me, na verdadeira acepção do termo, “as palavras”. Evidentemente devia eu responder em português; creio ter-me portado a altura, apesar das muitas palavras mal empregadas que deram um sentido completamente deturpado ao discurso. O brasileiro, porém, é muito cortês para rir em tais ocasiões e disso os nossos patrícios alemães poderiam tirar um bom exemplo. A seguir fui conduzido numa carruagem pela cidade por algumas autoridades à residência de Dhein. Esperava poder descansar após o ingente esforço despendido na estação, entretanto, errara completamente os cálculos. Em breve encheu-se a casa com uma multidão de pessoas e eu verifiquei que não se via impunemente a Cruz Alta, e essa cidade é uma região de cultura. Trouxeram champanhe, e oito discursos me alvejaram, da câmara, da municipalidade, da imprensa e de diversas sociedades, e fui obrigado a responder todos. Eu suei sangue e, depois da recepção, caí semimorto numa cadeira, mais exausto do que se tivesse andado por 24 horas a cavalo. Meus companheiros, os músicos e outros visitantes, haviam, entretanto, realizados um ataque contra uma bateria de garrafas de cerveja, o que constitui brilhante prova de sua valentia. Aos esforços conjugados de Carlos e de sua esposa, porém, coube a glória de pôr-nos novamente em pé, graças à mobilização dos recursos os mais variados de sua casa hospitaleira (MEYER, 1899: 79-80, grifo no original).

Meyer representava o capital e a possibilidade de futuros investimentos, cujos resultados beneficiariam a municipalidade como um todo. Também foi a oportunidade para a elite intelectual e econômica local se apresentar e especificar os meandros das relações de poder e mando local – provavelmente integravam o grupo Firmino de Paula, então chefe político republicano da região, ao lado do Intendente Municipal João de Deus Oliveira Mello. Ainda, era o resultado da rede de relações que Carlos Dhein havia tecido nesses poucos meses em que se encontrava em Cruz Alta, tornando conhecido o projeto de colonização e garantindo o apoio político para a sua execução. Herrmann Meyer, ao responder os vários discursos em língua portuguesa, reafirmava o seu interesse pelo Brasil, não precisando de tradutores

para se comunicar com seus habitantes. Enfim, o ato da recepção e o ser recebido na estação de trem representavam simbolicamente os interesses mútuos envolvidos na consecução desse projeto de colonização e das benesses financeiras daí advindas a curto e longo prazo. Atendia plenamente às expectativas do governo estadual, baseado na imigração espontânea e, ao mesmo tempo, objetivava a realocação do excedente populacional das colônias velhas.

Na virada de século e nas primeiras décadas do século XX foram instaladas em Cruz Alta várias colônias particulares, povoadas pela remigração interna do excedente populacional da zona de colonização alemã e italiana do estado.⁵⁵ Já em Palmeira, a maior parte das terras foi loteada pelo governo estadual e revendida diretamente aos colonos ou nacionais.⁵⁶ Firmino de Paula Filho sintetizou o pensamento regional em relação a colonização, ao emitir um boletim incentivando a população a plantar, aumentando assim a produção de alimentos: “no arado está a salvação de todos nós, e a solução do problema da fome” (*Boletim*, 28/9/1914).

⁵⁵ Em 1919, havia as seguintes colônias em Cruz Alta: *Visconde Rio Branco*, no 1º Distrito, fundada em 8 de abril de 1898, particular, por Antonio Alves Ramos, com área de 6.988 hectares, com uma população aproximada de 2.000 habitantes, predominando a nacionalidade italiana. *Santa Clara*, no 3º Distrito, fundada em junho de 1896, particular, com área de 666 hectares, com uma população aproximada de 1.200 habitantes, predominando a nacionalidade alemã. *General Osório*, no 7º Distrito, fundada em 1898, particular, com área de 14.735 hectares, uma população aproximada de 3.000 habitantes, predominando a nacionalidade alemã. *Neu-Württemberg* (parte), no 8º Distrito, fundada em 31 de agosto de 1898, particular, com área de 10.146 hectares, uma população aproximada de 3.500 habitantes, predominando a nacionalidade alemã. *Emilio Callo*, no 7º Distrito, fundada em 1916, particular, com área de 6.000 hectares, uma população aproximada de 300 habitantes, predominando a nacionalidade alemã. (Outra parte no município de Palmeira). *15 de Novembro*, no 7º Distrito, fundada em 1916, particular, [área não informada], com uma população aproximada de 800 habitantes, predominando a nacionalidade alemã e italiana (Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no Estado. Relatório da Diretora de Terras e Colonização, 1919). Desse período não há um mapa municipal, tendo em vista que o primeiro apenas foi elaborado e impresso em 1920 (*Anexo B*), quando a divisão distrital apresentava outra configuração.

⁵⁶ Em Palmeira, formaram-se as colônias: *Thesouras*, no 1º Distrito, fundada em 1915, particular, com área de 3.700 hectares, uma população aproximada de 300 habitantes, predominando a nacionalidade brasileira e alemã. *Xingu*, no 9º Distrito, fundada em 12 de novembro de 1897, particular, com área de 2.087 hectares, uma população aproximada de 200 habitantes, predominando a nacionalidade alemã. *Neu-Württemberg* (parte), no 4º Distrito, fundada em 13 de dezembro de 1910, particular, com área de 3.744 hectares, com uma população aproximada de 200 habitantes, predominando a nacionalidade alemã. *Alto Uruguai*, no 5º Distrito, fundada em 25 de dezembro de 1879, União, com área de 130.000 hectares, com uma população aproximada de 1.400 habitantes, predominando a nacionalidade brasileira. *Guarita*, no 6º Distrito, fundada em 13 de Fevereiro de 1917, Estado, com área de 5.000 hectares, com uma população aproximada de 5.500 habitantes, predominando a nacionalidade brasileira (Quadro 11 – Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas – Diretoria de Terras e Colonização – Organização do quadro das colônias no Estado. Relatório da Diretora de Terras e Colonização, 1919).

1.2 VÁRIAS TRAJETÓRIAS, UM DESTINO: O “SCHINGU”⁵⁷

No século XIX, o Brasil foi cenário para vários pintores europeus, que nas suas obras registraram o exótico da natureza e dos tipos humanos, o trabalho escravo, etc. Ao mesmo tempo, naturalistas realizaram estudos científicos sobre a fauna e a flora do país, até então pouco conhecida, com a publicação dos resultados na Europa, acompanhados, muitas vezes, de seu relato de viagem.

O estudo dos povos indígenas que habitavam a região do rio Xingu, no estado do Mato Grosso, região central do Brasil, foi a razão da viagem do médico de formação e pesquisador de antropologia e etnologia pela Universidade de Berlim, Karl von den Steinen, em 1884, da Alemanha. Inventariou as nascentes do rio Xingu, então desconhecido, navegando até a foz do rio Amazonas. Publicou os resultados da expedição em livro, em 1886, intitulado *Durch Central-Brasilien (Através do Brasil Central)*. Realizou a sua segunda viagem para a região em 1887-1888, quando então contratou os rio-grandenses Carlos Dhein e o seu irmão Pedro Dhein para integrar a expedição, como guias. Como resultado de seus estudos, publicou *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens (Entre os Povos Nativos do Brasil Central)*. Nas duas expedições, contou com o apoio financeiro do Império brasileiro, que tinha interesse nesses estudos, e lhe forneceu alguns militares como guias.⁵⁸

⁵⁷ Na documentação de Meyer e do período, o termo Xingu foi grafado como *Schingu*, quando se referia ao Mato Grosso, e Xingu, quando se relacionava à colônia de Meyer fundada no Rio Grande do Sul.

⁵⁸ Anteriormente, já o naturalista norte-americano Herbert Huntiston Smith (1851-1919) havia feito estudos sobre a fauna e a flora do Brasil, nas suas viagens em 1871, 1873/1877 e em 1881/1886. Sua última viagem ao Brasil, teve início em maio de 1881, acompanhado de sua esposa, quando passou alguns meses no Pará; dez dias em Pernambuco; seis meses no Rio de Janeiro, seis meses no Rio Grande do Sul e quatro anos no Mato Grosso. Conforme seus escritos, teria chegado ao Rio Grande do Sul em fins de 1881, permanecendo até o início do inverno do ano seguinte, estabelecido em Montenegro, mas também excursionando para outras regiões próximas. Uma das maiores dificuldades encontradas referia-se à comunicação, pois poucos falavam a língua portuguesa. Segundo Smith (1922: 49), “quase todos os aldeões [de Montenegro] eram alemães; alguns, como Pedro e Carlos [Dhein], falavam português, porém a maioria entendia-o mal, ou mesmo nada”. Para ajudá-lo na caça e coleta de aves, contratou então “dois jovens alemães, irmãos, chamados Peter e Karl [Dhein]. Pedro era um latagão de vinte anos, um tanto desajeitado, mas que servia bem para os trabalhos pesados. Carlos tinha quatorze anos, era muito inteligente e vivo; dentro em pouco aprendeu a colecionar aves e insetos tornando-se auxiliar precioso. Fiquei tão satisfeito com ambos que os levei para o Mato Grosso, onde continuaram muito tempo a meu serviço”. Com o fim da

Os estudos de Karl von den Steinen foram amplamente divulgados na Europa, atraindo outros pesquisadores. Um desses interessados foi o recém-doutor Herrmann Meyer. Recomendado pelo primeiro ao governo republicano brasileiro, teve seu projeto de pesquisa aprovado, mas sem apoio financeiro.⁵⁹ Dessa forma, as suas duas expedições ao Xingu foram custeadas pelo *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, de propriedade de seu pai, Herrmann Julius Meyer.

Heinrich August Herrmann Meyer⁶⁰ nasceu em 11 de janeiro de 1871, em Hildburghausen, no estado da Turíngia. Na sua formação acadêmica, estudou geografia e etnologia nas universidades de Strassburg, Berlin e Jena. Obteve seu título de Doutor [*Doktor der Philosophie*] em 1895, na Universidade de Jena, ao defender a sua tese *Bogen und Pfeil in Central-Brasilien. Ethnographische Studie* [*Arco e Flecha no Brasil-Central. Um estudo etnográfico*].⁶¹ No ano seguinte, iniciou seu trabalho como assistente no *Museum für Völkerkunde* de Leipzig.⁶²

expedição, em 1886, Carlos e Pedro Dhein permaneceram em Cuiabá, onde trabalhavam em padaria e olaria. Ali foram contratados por Karl von den Steinen em 1887. Concluída a expedição, em 1888, Carlos e Pedro continuaram a serviço de Paul Ehrenreich, um cientista integrante da mesma, que ainda explorou o rio Araguaia e o rio Amazonas atingindo o Purus, até o ano de 1889. Posteriormente, retornaram para o Rio Grande do Sul. Smith publicou *Brazil, the Amazonas and the Coast*, 1880; *Do Rio de Janeiro a Cuiabá*, 1886; *His Majesty's Sloop Diamond Rock*, 1904.

⁵⁹ Aos olhos de Herrmann Meyer (1899), o novo regime político não tinha interesse em avançar nas pesquisas sobre o Brasil, que durante o Império tinham D. Pedro II como o grande incentivador e agente. O descaso era verificado também nos museus. Meyer lamentava que sua intenção de levar um trabalho etnográfico adiante no Museu Nacional do Rio de Janeiro só seria possível com grande dificuldade, porque a Quinta Real, o antigo palácio, onde os objetos coletados estavam guardados, estava em obras. Os objetos estavam em um espaço inadequado e desordenados, sem cuidado algum.

⁶⁰ Em sua certidão de óbito, no inventário e outros documentos, consta como seu nome completo Heinrich August Herrmann Meyer. Assinava somente como Dr. Herrmann Meyer – referência utilizada ao longo do trabalho.

⁶¹ Em 1890, Herrmann Meyer foi para Heidelberg e Strassburg estudar ciências físicas e naturais (*Naturwissenschaften*). No outono de 1891, interrompeu seus estudos para prestar o serviço militar. Devido a isso, transferiu seus estudos para Berlin, onde estudou Geografia e Etnologia (*Geographie und Ethnologie*). Em 1894, iniciou uma viagem pela Europa, e visitou com isso coleções etnográficas. Após, foi para Jena e concluiu os seus estudos em 1895. Seu trabalho de conclusão foi editado no mesmo ano pela editora da família. É provável que Meyer não chegou à etnologia só por seu estudo, mas influenciado pela família, pois desde 1877 seu pai era membro da Sociedade *Museum für Völkerkunde zu Leipzig*, que foi fundado em 1869. Posteriormente, seu irmão, Hans, trouxe uma coleção etnográfica de sua viagem de volta ao mundo, que doou ao referido museu, integrando o mesmo à sua direção. No *Instituto Bibliográfico*, Hans era o responsável pela publicação dos trabalhos de etnologia e diretor da seção de etnologia (*Volkerkunde*), de 1885 a 1888 (HERMANNSTÄDTER, 2004).

⁶² Sobre a formação de Meyer e seu empreendimento, há várias controvérsias. Sua formação acadêmica era em geografia e etnologia, mas, na prática, transitava em vários campos do conhecimento, conforme as pesquisas do Instituto Bibliográfico. Contudo, em alguns trabalhos, encontram-se menções desencontradas. Por exemplo, Mercedes Gassen Kothe escreveu que **“a não interrupção da imigração no estado do Rio Grande do Sul com o rescrito Von der Heydt ocorreu, em parte, devido à atuação no estado do empreendimento New Württemberg (sic), do**

Seu objeto de estudo – a cultura indígena do Brasil central – e sua abordagem o aproximou dos pesquisadores americanistas. Para aprofundar seus conhecimentos e coletar material empírico, Herrmann Meyer organizou duas expedições à região das nascentes do rio Xingu, no estado do Mato Grosso:

a) primeira expedição: de fevereiro de 1896 a janeiro de 1897. Partiu da Europa em setembro de 1895, permaneceu por várias semanas no Rio de Janeiro e duas semanas em Florianópolis, quando depois passou pelo Rio Grande do Sul para contratar Carlos Dhein.⁶³

b) segunda expedição: de janeiro de 1899 a novembro de 1899. Nessa ocasião, Meyer partiu da Alemanha em fins de agosto de 1898, fazendo várias escalas no Brasil, chegando ao estado sulino provavelmente dia 23 de setembro, demorando-se por alguns dias na capital, quando realizou uma viagem pela antiga zona colonial alemã e pelas colônias italianas em outubro/novembro. Posteriormente, uma viagem de reconhecimento pelo Noroeste rio-grandense, quando conheceu seu complexo colonial, entre novembro/dezembro. Na virada daquele ano, encerrou sua passagem pelo estado deslocando-se pela região da campanha até o Uruguai.

Uma expedição dessa magnitude envolvia várias semanas de preparativos, após a definição do roteiro. Iniciava com a contratação de um grupo de homens dispostos a se embrenhar na mata por meses – o que foi difícil, pois muitas expedições malogravam – dentre eles um guia com conhecimentos sobre a região e que dominasse alguma língua indígena. Em Cuiabá, faziam-se as compras de mais

médico alemão Meyer, que adquiriu, na região de Panambi, grandes extensões de terras, revendendo-as em glebas de 25 a 40 hectares em prestações aos imigrantes” (2007: 386, grifo nosso). Primeiro, o rescrito *von der Heydt* foi promulgado pela Prússia em 1859, e estendido em 1871 para toda a Alemanha, e apenas revogado em 1896 em relação aos três estados meridionais do Brasil. Meyer só ingressou no campo da colonização pós-revoação do rescrito, mais precisamente, a partir de 1897. Além disso, ele não era médico. Outro caso, em um artigo tratando dos exploradores da região do Amazonas, especialmente Koch-Grünberg, Erwin H. Frank (2005) apresentou em uma nota de rodapé uma rápida biografia de Meyer, informando que Hermann “em **1885**, recebeu título de doutor da Universidade de Jena, (...). [Por ocasião da segunda expedição ao Xingu, em 1899], somente com grandes dificuldades, Meyer e os seus companheiros conseguiram voltar a **Curitiba**. Essa experiência levou Meyer a abandonar a *Völkerkunde*. **Ele passou os últimos anos de sua vida no sudoeste do Brasil, organizando (e financiando) colônias de imigrantes alemães (HERMANNSTÄDTER, 2004)**” (grifo nosso). Nesse caso, Frank apresenta um ano bem anterior à titulação de Meyer; e, a expedição partiu de Cuiabá, no Mato Grosso, e não de Curitiba, no Paraná; e Meyer jamais viveu no Brasil, mantendo apenas representantes.

⁶³ Acompanharam-no na expedição o médico e antropólogo Dr. Karl Ranke, de München, e o fotógrafo e encarregado pela coleta zoológica, Heinrich Dahlen, de Düsseldorf, o qual contraiu febre amarela, ainda no Rio de Janeiro, onde faleceu.

mantimentos, mulas e demais apetrechos necessários para uma longa temporada na selva. Essas expedições eram morosas, caras e perigosas, tanto no que diz respeito aos animais selvagens e ataques indígenas, quanto às doenças, que não poupavam ninguém. Além dos mantimentos e utensílios necessários para sobreviver na mata, levavam uma grande quantidade de objetos de troca.

Na primeira expedição, por recomendação de Karl von den Stein e Paul Ehrenreich, Herrmann Meyer contratou Carlos Dhein⁶⁴ para a função de guia, em 1º de março de 1896, junto com os seus irmãos Arthur e Alfonso, e seu cunhado Alfredo Schreiner – o primeiro residia então em Pinhal, próximo a Santa Maria, e os demais em Montenegro. Essa expedição foi registrada em detalhe no *Diário de Viagem* de Carlos Dhein, publicado posteriormente no *Kozeritz' Deutscher Volkskalender für Brasilien*, de 1898.⁶⁵

Os resultados dessa expedição foram produtivos: além da descoberta de um rio, batizado rio Von den Steinen, e o contato com índios que até então não haviam tido relação com brancos, Meyer coletou cerca de 4.000 objetos, que logo foram expostos em Leipzig. A maior parte dos objetos foi doada ao *Völkerkundemuseum* de Leipzig, e parte foi para outras instituições. Para o Museu Real de Etnologia [*Königliches Museum für Völkerkunde*] de Berlin, ele doou cerca de 300 etnógrafos (HERMANNSTÄDTER, 2004). Paralelamente à coleta de artefatos indígenas, Meyer e Karl Ranke realizaram um levantamento geográfico da região e dos rios, baseado

⁶⁴ Carlos Dhein nasceu em 1866, na Picada Café, na zona de colonização antiga, filho do imigrante alemão Pedro Dhein (nascido em 1827 na Alemanha – falecido em 1894 em Montenegro), que emigrou para o Brasil já moço, e de Margarida Schaefer (nascida em 1833 em Hamburgo Velho – falecida em 1914, em Neu-Württemberg). O casal residiu até a década de 1870 na Picada Café, onde nasceram seus filhos – Carlos, Arthur, Alfonso, Pedro Filho, Lina, Otília, Hilda, Emílio, Adolfo – quando se mudaram para o interior de Montenegro. Os dados sobre Carlos Dhein são vagos, e há várias lacunas ainda não desvendadas, tendo em vista que já em 1901 perdeu o vínculo com o projeto de colonização, e os registros divergem nas informações. Mas, segundo consta, Carlos casou-se com Cândida Reinheimer, provavelmente em Montenegro, por volta de 1890, visto que em 1887 ainda era solteiro, quando acompanhou Karl von den Steinen na segunda expedição ao Xingu, e em 24 de agosto de 1892 e 24 de dezembro de 1893, respectivamente, foi registrado no cartório de Maratá o nascimento das filhas Izolina e Celina Rosamunda. Segundo os indícios, mudou-se, em 1895, para Pinhal, próximo a Santa Maria, onde já residia um cunhado seu, permanecendo na atividade agrícola (cf. LEITZKE, E. A estirpe dos Dhein. *A Notícia Ilustrada*, 11/3/1980).

⁶⁵ Conforme o seu diário, a expedição iniciou em 8 de março de 1896, quando embarcaram na cidade de Porto Alegre em um vapor, com destino a Buenos Aires. De lá, subiram o estuário do Rio da Prata até o rio Paraná, alcançando o rio Paraguai, de onde seguiram até o rio Corumbá, e de lá, pelo Pantanal, até o rio Cuiabá. Em 5 de abril, chegaram a Cuiabá, onde permaneceram por várias semanas ultimando os preparativos da expedição. De lá seguiram para o Xingu, em 19 de maio de 1896, prolongando-se a expedição até o final daquele ano. Uma tradução desse diário foi publicada em 1980 por Eugen Leitzke, em vários números do jornal *A Notícia Ilustrada*, e republicada, de forma condensada, em Beuter (2000: 296-315).

no mapa de von den Steinen; estudos botânicos, medições dos índios, anotações sobre a sua língua e cultura. Todo material coletado era colocado em latas lacradas com solda. Meyer também se encarregou da obtenção de imagens fotográficas, revelando as chapas e armazenando-as em latas. Na avaliação geral por parte de seus integrantes, a viagem foi bem sucedida.⁶⁶

Sobre a segunda expedição de Meyer ao Alto Xingu, realizada entre janeiro e dezembro de 1899, os dados são mais vagos. Acompanharam-no o filólogo e pesquisador de etnologia Dr. Theodor Koch-Grünberg – o qual relatou essa viagem em seu diário de campo, *Die Xingu-Expedition (1898-1900). Ein Forschungstagebuch* (2004), publicado recentemente – e novamente o Dr. Karl Ranke.⁶⁷ Essa expedição também foi amplamente documentada em fotografias. Seguindo o roteiro, entraram mais ainda mata adentro, explorando o Alto Xingu, para conhecer outras tribos indígenas. Em junho, os três pesquisadores haviam contraído malária. Tiveram uma série de infelicidades, como o afundamento de canoas, fome, doenças e uma série de problemas e discussões entre os membros do grupo, problemas com a tropa de mulas, roubos, etc.⁶⁸ Concluíram a expedição em fins de outubro, quando retornaram para Cuiabá. Em termos científicos, não resultou em novos conhecimentos etnológicos. Segundo Hermannstädter (2004), Meyer saiu superdepressivo dessa viagem, principalmente por causa dos afundamentos de canoas, onde perderam parte da comida, bem como a caixa com os seus pertences particulares. Na avaliação dele, nunca houve na América do Sul uma expedição de

⁶⁶ Conforme o diário de Carlos Dhein, houve apenas alguns incidentes, como canoas virando, roubo de objetos pelos índios, extravio de mulas. O acidente mais sério foi com um estilhaço de arma de fogo, que perfurou um olho do Dr. Ranke, já no final da viagem. Princiaram a viagem de retorno do Xingu em 31 de outubro, chegando a Cuiabá em 4 de dezembro de 1896. Em 2 de janeiro de 1897, os integrantes da expedição despediram-se na cidade de Buenos Aires, retornando Herrmann Meyer e Karl Ranke para a Alemanha, sem aportar no Rio de Janeiro, visto que o governo não demonstrou interesse pelos resultados da expedição. Os quatro rio-grandenses voltaram para Montenegro, onde a sua chegada, em 12 de janeiro, causou grande euforia, e foram “recebidos como verdadeiros heróis, com estrondos de rojões no porto da cidade” (DHEIN, 1898).

⁶⁷ De acordo com as informações de Anita Hermannstädter (2004), acompanharam-no ainda Robert Pilger (1876-1953) e Alfred Mansfeld (1870-1932).

⁶⁸ Nessa expedição, Meyer teve problemas com o sobrinho de Dhein, Alfredo Schreiner, que já provocara problemas na colônia, incitando brigas. Dos que o acompanharam, Rudolfo, Alfonso e Adriano, já em início de dezembro de 1899 estavam de volta a Cruz Alta, Bopp permaneceu em Pinhal com seus pais; Alfredo e Leopoldo estariam ainda em Corumbá, em razão da malária. Contudo, todos reclamavam do pagamento que haviam recebido, alegando que Meyer lhes ficara devendo. Essas questões permaneceram em aberto e aborreceram profundamente Meyer (Carta. Cruz Alta, 22/11/1899; 1º/1/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP).

tal envergadura, para a qual trabalhou por dois anos, para retornar com absolutamente nada.

Tendo em vista os prejuízos e problemas decorrentes dessa expedição, Herrmann Meyer afastou-se do grupo de pesquisadores americanistas, passando a se ocupar cada vez mais dos negócios da família, trabalhando como pesquisador do *Instituto Bibliográfico*.

Conforme Anita Hermannstädter (2004),⁶⁹ embora a segunda expedição representasse um *fiasco* e o final da carreira para Meyer, foi o início da carreira como pesquisador de Koch-Grünberg. Sobre Herrmann Meyer, lembra que a sua família era proprietária de uma grande empresa em Leipzig, a qual, na segunda metade do século XIX, alcançou grande prosperidade, assim, pertencia à elite econômica em ascensão e vivia nesse ambiente, ou seja, tinha a mentalidade da grande burguesia da época. Contava para isso o capital econômico e a rede de relações, também a relação acadêmica, que o inseria em outro círculo social. “Essa distância social e distinção elitista, colocados sob o nível da representação simbólica, resultava na acentuação de um estilo de vida exclusivo” (HERMANNSTÄDTER, 2004: 406). Logo, haveria por parte dessa elite, pelo seu estilo de vida e consumo, um chamado “nacionalismo da champagne” (*Champagnernationalismus*), distinguindo-se claramente dos demais alemães. Como filho de uma próspera família empresarial, Meyer pertencia à grande burguesia e cultivava esse estilo de vida. Em busca de prestígio e renome público, Meyer teria então planejado as suas expedições ao Xingu. Uma vez no Brasil, também teve interesses econômicos, ao fundar colônias para a colocação de emigrantes alemães (*Siedlungskolonien*⁷⁰). Assim, era desse lugar de *elite* que Meyer falava e escrevia, e muitos dos preconceitos presentes em suas publicações – como contra os negros,

⁶⁹ Na publicação do diário de viagem de Theodor Koch-Grünberg – *Die Xingu-Expedition (1898-1900). Ein Forschungstagebuch* –, em 2004, organizada e apresentada por Michael Kraus, foram incluídos três artigos, no sentido de contextualizar o período em questão e os pesquisadores envolvidos. O primeiro, de Anita Hermannstädter, *Herrmann Meyer Der Sertão als schwieriger sozialer Geltungsraum*; o segundo de Mark Münzel, *Die ethnologische Erforschung des Alto Xingu*; e o terceiro de Michael Kraus, *Am Anfang war das Scheitern. Theodor Koch-Grünberg und die zweite Meyer'sche Schingú-Expedition*. Agradeço a Isabel Cristina Arendt que gentilmente fotografou uma parcela desse material no *Instituto Ibero-Americano* de Berlim.

⁷⁰ Literalmente, *colônias de povoamento*, em contraposição as colônias de exploração fundadas na Ásia e na África, no mesmo período.

os pobres, os poloneses, os brasileiros (MEYER, 1899) – eram posicionamentos de classe.

A autora se pergunta, então, até que ponto e se, para Herrmann Meyer, as ambições pessoais e econômicas não tiveram mais importância do que o interesse científico, como pesquisador de etnologia da cultura indígena. Nessa linha, apresenta a sua argumentação. Meyer, antes de realizar uma grande viagem, propôs-se a estudar, “para poder compreender tudo, e não passar como um observador da natureza despercebido do geral” (MEYER, 1893 citado por HERMANNSTÄDTER, 2004: 404). Com esse ideal, no verão de 1893, aos 22 anos, realizou “uma clássica viagem de conhecimento”, embarcando “em um vapor do *Norddeutscher Lloyd*, que o levaria à *Exposição Mundial de Chicago*, apresentando-se como turista e alguém que estava realizando uma viagem de volta ao mundo (*Globetrotter*). Era estudante. Se autodefiniu como acadêmico”. Detentora de capital, a família Meyer costumava viajar de primeira classe e ficar nos melhores hotéis. “Nessa viagem, teve pouca relação com os demais, pois seu conhecimento em inglês era extremamente precário. Expressou, nas cartas escritas no decorrer dessa viagem, o seu preconceito contra os judeus” (HERMANNSTÄDTER, 2004: 404).⁷¹ Essa sua distinção clara de nível social trouxe dificuldades para Meyer na sua viagem a Chicago e posteriormente nas suas expedições. Segundo Hermannstädter, os maiores problemas de Meyer nas suas expedições ao Xingu eram resultantes do seu *hábito burguês*, ou seja, *seu modo elitista de ser e agir*, pois tinha dificuldades em lidar com pessoas que não fossem *do mesmo nível* que o dele, mantendo distância.⁷²

Nessa busca de prestígio, Herrmann Meyer empenhou-se em tornar a sua expedição pública, por meio da publicação de notas na imprensa alemã, anunciando a mesma e, posteriormente, através do envio de notícias por meio de cartas aos seus familiares, os quais se encarregavam de alimentar o noticiário. Ao mesmo tempo, ficou estarecido que a imprensa de Cuiabá não tivesse dispensado uma linha sobre sua expedição. Como resultado, a primeira expedição ao Xingu lhe

⁷¹ Seu preconceito contra os judeus centrava-se principalmente no aspecto econômico, pois eram os concorrentes da alta burguesia alemã.

⁷² Como exemplo, Hermannstädter (2004) cita que Meyer levou para a segunda expedição 40 caixas de mantimentos e instrumentos, todas vedadas com borracha. Muitas coisas típicas de sua classe, como embutidos, compotas e conservas de várias espécies, bebidas, além de um gramofone, um aparelho fotográfico e inúmeras chapas em vidro para fotografia.

trouxe reconhecimento na Alemanha, tanto em Berlim quanto em Leipzig, onde ele e seu irmão Hans foram nomeados, em 1897, membros de honra do *Museu de Etnologia*. Em julho de 1898, Herrmann Meyer recebeu o posto de diretor-assistente da sessão *América*, no mesmo *Museu*, o que não assumiu, pois em agosto já estava viajando novamente ao Brasil.

Para Anita Hermannstädter (2004: 428), as expedições de Herrmann Meyer representaram mais uma *viagem de volta ao mundo* do que de pesquisa científica – expedição de grande burguês *Globetrotter* –, a começar pelo fato de que eram raros aqueles que podiam financiar a sua própria expedição. Já na expedição de 1896, havia ficado claro que seu *status* era mais importante do que o prosseguimento do estudo científico. Referente à segunda expedição, o que Meyer mais lamentou foi ter perdido totalmente o crédito no seu círculo social e científico, pois estava decepcionado e envergonhado do fracasso, e não tinha mais vontade nem forças para mais uma viagem. Na verdade, só uma grande expedição poderia reaver a sua credibilidade. Para a autora, as expedições de Meyer não seguiram nem criaram um modelo científico, e não continham uma tese a ser provada – ou seja, qual era a sua pergunta ao vir ao Xingu mato-grossense? Ao contrário de outros pesquisadores, Meyer não estava ligado a uma instituição acadêmica, à qual deveria prestar contas – enquanto Karl von den Steinen permaneceu por uma semana sozinho em uma aldeia indígena para conhecê-la melhor, Meyer manteve distância. Doou seu material de etnologia para o *Völkerkundemuseum* de Leipzig, como um local seguro para guardá-lo, buscando ser reconhecido por esse ato de desprendimento, visto que na época era comum os pesquisadores venderem os seus recolhimentos etnográficos às instituições interessadas. Com essas manobras, tinha por ambição ver “seu nome ser honrado no círculo científico”.

A vida da família Meyer na Alemanha esteve diretamente vinculada ao *Bibliographisches Institut* [Instituto Bibliográfico], editor da *Meyers Konversations-Lexikon* [Enciclopédia Meyer], composta por vários volumes, reeditada várias vezes com as devidas atualizações e inclusões, desde 1840.

Em 1826, após concluir seus estudos, Carl Joseph Meyer (9/5/1796, Gotha – 27/6/1856, Hildburghausen), juntamente com sua esposa Hermine Grobe, fundaram em Gotha, o *Bibliographisches Institut*. Naquele ano, também nasceu o filho primogênito do casal, sucessor nos seus negócios, Herrmann Julius Meyer

(4/4/1826, Gotha – 12/3/1909, Leipzig). Na busca de um mercado maior para a colocação de seu produto, a família se transferiu em 1828, para Hildburghausen, no estado da Turíngia. Com o falecimento de seu fundador, em 1856, permaneceu como proprietária sua esposa, Minna [Hermine] Meyer. Por essa razão, Herrmann Julius Meyer retornou novamente para a Alemanha, assumindo os negócios da família – devido ao seu envolvimento nos movimentos políticos de 1848 que convulsionaram a Europa, emigrou para Nova York, Estados Unidos, onde mantinha uma filial do *Instituto Bibliográfico*. Com o falecimento da mãe, Herrmann Julius Meyer recebeu, em 1870, a editora como parte de sua herança, e a sua irmã Meta Meyer manteve seu capital aplicado na mesma. Com a consolidação da empresa e a ampliação dos negócios, sua sede foi transferida, em 1874, para a cidade de Leipzig, na Saxônia (Estado Livre da Saxônia), sob a razão social *Bibliographisches Institut Herrmann Julius Meyer*, alterada em 1876 para *Bibliographisches Institut Meyer*. Era, então, a maior editora da Alemanha, detentora de um grande capital. Dez anos mais tarde, Herrmann Julius Meyer entregou a direção da editora aos seus dois filhos mais velhos, Hans (1858-1929) – responsável pelo planejamento editorial e análise de textos – e Arndt (1859-1920) – responsável pelo setor de vendas. No ano de 1895, os dois filhos tornam-se sócios da firma, e esta foi transformada em uma *Offene Handelsgesellschaft* – OHG [Sociedade Aberta]. A partir de então, um terceiro filho, Carl Meyer, assumiu o trabalho técnico (tipografia, livro e litografia), sob a denominação *Carl Meyers Graphisches Institut*, até a sua morte, em 1908, quando retornou à organização anterior. Somente em 1903 Herrmann Meyer entrou como sócio na firma.⁷³

Por consequência da I Guerra Mundial (1914-1918), a casa editora assumiu outra organização, com a saída de Hans Meyer, que assumiu o cargo de professor na Universidade de Leipzig. Em 1915, o até então OHG *Bibliographisches Institut* foi transformado em *Bibliographisches Institut Aktien-Gesellschaft* [Instituto Bibliográfico Sociedade Anônima], tendo como fundadores os irmãos Arndt e Herrmann Meyer, mais a irmã Minna Schlobach (nasc. Meyer), o livreiro-editor Alfred Bornmüller, bem

⁷³ A partir de 1890, o *Instituto Bibliográfico* manteve uma filial em Viena, e desde 1900 em Berlin. Em 1904, ainda, o *Instituto Bibliográfico* adquiriu o jornal diário de Berlin, *Tägliche Rundschau* [die nationalpolitische Berliner Tageszeitung *Tägliche Rundschau*] (cf. *Meyers Großes Konversations-Lexikon*). Na primeira década do século XX ainda instalou uma filial da editora do *Instituto Bibliográfico* na Rússia.

como os gerentes das casas Ferdinand Krähmer e Ulrich Frohwein (JÄGER, *on line*).⁷⁴

No início da década de 30, com o falecimento dos irmãos Meyer, os herdeiros permaneceram apenas com uma parcela das ações. Com a eclosão da II Guerra Mundial, os prejuízos financeiros do *Instituto Bibliográfico* foram de grande monta. Após o término da guerra, com a divisão política da Alemanha, os acionistas da firma transferiram sua sede para Mannheim, no estado de Baden-Württemberg, na então República Federal da Alemanha, em 1956. Por fim, em 1984, os dois maiores institutos bibliográficos da Alemanha se fundiram em um só: a *F. A. Brockhaus* e o *Bibliographisches Institut AG*, formando o *Bibliographisches Institut & F. A. Brockhaus AG*.

Portanto, a família Meyer, além de capital financeiro, possuía prestígio. Sua rede de relações se ramificava no espaço acadêmico, editorial, político, consular, imprensa, etc. Desse lugar, então, Herrmann Meyer falava e circulava, e por esses caminhos negociou a concessão de emigração para a sua colônia no Brasil, bem como defendeu os seus interesses pessoais. Viajava também com freqüência a trabalho pela Alemanha e países europeus, além de participar de congressos. Essa rede de relações pessoais foi um dos fatores que contribuiu para a divulgação e credibilidade de seu empreendimento de colonização no Brasil, e como um meio de defesa frente às críticas dos mais céticos.

A terceira e última viagem de Herrmann Meyer ao Brasil foi por conta de seu projeto de colonização, acompanhado de sua esposa, Elisabeth Margaretha Johanne Gareis Meyer – assinava como Else Meyer.⁷⁵ O casal Meyer chegou em Porto Alegre no dia 10 de setembro de 1900, hospedando-se na residência de seu compatriota e procurador Dr. Horst Hoffmann. Em novembro, os casais Meyer e Hoffmann viajaram a Cruz Alta, donde em 3 de dezembro se deslocaram para a colônia Neu-Württemberg, permanecendo até 7 de dezembro, quando retornaram para Porto Alegre. Em 10 de janeiro de 1901 o casal Meyer voltou para a Alemanha.

⁷⁴ Eram integrantes do Conselho Administrativo: Arndt Meyer, Herrmann Meyer, Alfred Bornmüller; conselho fiscal: Fr. Hillig (presidente), Ernst Petersen e Richard Mentz da *Allgemeine Deutsche Credit-Anstalt AG*, bem como o editor Anton Kippenberg (JÄGER, *on line*, p. 11).

⁷⁵ Elisabeth Margareth Johanne Gareis era filha do diretor da *Süddeutsche Bodencreditbank* de München. Casaram em março de 1900.

Assim, no seu complexo colonial e entre os colonos, Meyer foi um ilustre desconhecido e ausente, pois representava apenas um nome, uma vez que não investiu na divulgação de sua auto-imagem na propaganda da *Colonizadora*. Logo, Meyer ficou conhecido através de uma fotografia, datada do final da década de 1920 (*Figura 1*), reproduzida a partir de então em diferentes publicações, e utilizada como modelo no medalhão do monumento em bronze erguido em sua homenagem junto ao muro da Igreja Luterana, na colônia Neu-Württemberg, em 1937.⁷⁶



Figura 1 – Herrmann Meyer, s./d. [final da década de 1920].
Fonte: FAULHABERSTIFTUNG, 1933: 44.

⁷⁶ O monumento foi inaugurado no dia 1º de maio, às 3 horas da tarde, com uma extensa programação festiva. Em nome da *Colonizadora Meyer*, falou Eduard Hempe. Participaram as pessoas do *Stadtplatz* e das linhas coloniais (Carta. Neu-Württemberg, 6/4/1937. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig (Haydnstrasse 91). Pasta 5 - Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP; Carta. Neu-Württemberg, 29/5/1937. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 - Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP).

1.3 INVESTIMENTOS DE HERRMANN MEYER NO BRASIL

Herrmann Meyer investiu em dois setores estratégicos no Brasil: no setor do transporte ferroviário e no comércio de terras. No primeiro caso, aplicou capital em um projeto de construção de um ramal ferroviário associado a um grupo de investidores alemães na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, o qual recebeu pelo risco do investimento uma extensa área de terras. Com a chegada da ferrovia, as terras nas suas proximidades sofreriam uma rápida valorização, e a sua venda traria elevados lucros. Logo, Meyer havia projetado um mega-investimento na região Noroeste do estado, no binômio ferrovia/terras, embora desconhecesse totalmente a região, no momento em que entrou no negócio.

1.3.1 Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande

No final do século XIX, a ferrovia representava o símbolo da modernidade e da velocidade: um meio de transporte de pessoas e mercadorias, interligando espaços e povos, contribuindo para a mundialização do comércio, junto com os navios e o telégrafo.⁷⁷ Assim, a ferrovia povoou o imaginário social através de seus símbolos, alegorias e rituais. No Brasil, a estrada de ferro era vista como progresso e o caminho para o desenvolvimento. Assim, ainda no Império, foi elaborado um amplo projeto de construção de ferrovias, interligando as diferentes regiões do país, com a contratação de empresas estrangeiras para a realização dessas obras (cf. HARDMAN, 2005).⁷⁸

⁷⁷ Marshall Berman (1986: 15) entende a modernidade como “um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje”.

⁷⁸ Hardman (2005: 141) lembra que no século XIX, surgiram empresas e investidores especializados na construção de ferrovias, atuando em nível internacional. “A combinação entre imaginação romântica, espírito empreendedor e especulação financeira produziu um tipo característico de capitalista, que dominará o cenário de construção das grandes obras públicas internacionais, em especial no terceiro quartel do século XIX. [...] ‘Para eles, o mundo era uma única coisa, interligado por trilhos de ferro e máquinas a vapor, pois seus horizontes comerciais eram como seus sonhos

No Rio Grande do Sul, havia uma preocupação com o desenvolvimento da malha de transportes, interligando as áreas mais afastadas à capital e aos portos. Com isso, os núcleos populacionais teriam a infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento autônomo. Em 1897, Júlio de Castilhos informava que havia sido requerida a concessão para a construção de duas vias-férreas, uma de Tupanciretã a São Luiz, lançando, dessas vilas, ramais para Itaqui e Nonoai; e outra de Nonoai a Caxias, tocando em Alfredo Chaves. Para a execução da obra, foi aberta concorrência pública e celebrado contrato com o único proponente que se apresentou (*Mensagem...*, 1897: 21). No ano seguinte, Borges de Medeiros informava que “segundo informações trazidas ao meu conhecimento, já conseguiu o contratante levantar na praça de Berlim parte do capital necessário ao início das obras” (*Mensagem...*, 1898: 27). Em 1900, explicava:

a 13 de fevereiro último foram aprovados os estudos dos ramais de Tupanciretã a S. Luiz e desta vila a Nonoai, faltando apenas explorar o traçado que deste último ponto se dirigirá à vila de Caxias. Esta concessão outorgada primitivamente a Henrique Schüller, que a transferiu depois à Sociedade Commanditaria hoje denominada “Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande” não obteve outro favor senão o direito à aquisição, por título oneroso das terras devolutas situadas dentro da zona privilegiada, sem garantia de juros (*Mensagem...*, 1900: 20).

A *Rio Grande Nord-West-Bahn Gesellschaft* ou *Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande, sociedade com responsabilidade limitada*, era formada por um grupo de acionistas, com sede em Berlim.⁷⁹ Dentre eles, estava Francisco José Simch, o qual também era o representante da mesma no Rio Grande do Sul, com o escritório central em Porto Alegre. Como Herrmann Meyer já tinha outro empreendimento no estado, a titularidade oficial da concessão para a construção da ferrovia também ficou no seu nome, embora fosse apenas um acionista minoritário.

sobre o mundo. Para tais homens, destino, história e lucro eram uma e a mesma coisa’ [citando HOBBSAWM, 1979: 76]”.

⁷⁹ Sobre a *Rio Grande Nord-West-Bahn Gesellschaft*, há as publicações: *Prospekt der Rio Grande Nord-West-Bahn-Gesellschaft*, Berlin, mit 2 Karten, 1900; GERNHARD, [Robert]. *Die Rio Grande Nord-West-Bahn*, Gesellschaft m. b. H. Kolonialwirtschaftliche Studie. S. Schottländer, Breslau 1901. Não foi possível ter acesso aos mesmos, mas a segunda publicação consta no catálogo da biblioteca do *Instituto Ibero-Americano* de Berlim. Na bibliografia sobre as ferrovias no Rio Grande do Sul, não há menção a esse projeto ou essa empresa, pois a preocupação centra-se na construção efetiva dos ramais e as empresas implicadas. Seguem essa linha: KLIEMANN, 1977; WICKERT e GELPI (2005); WOLFF, 2005; HEINSFELD, 2007. Em sua tese de doutorado, José A. Moraes do Nascimento (2007), tratando da intervenção do Estado na ocupação das terras sitas na região do Norte gaúcho, mencionou esse projeto ferroviário, a partir dos Relatórios dos Presidentes de Província do Rio Grande do Sul.

Até setembro de 1901, os engenheiros da *Companhia* já haviam estudado 781 quilômetros, faltando apenas 426 para completar o traçado geral. Dentro da zona privilegiada, foi cedida à *Companhia*, ao preço de Rs. 2\$020 por hectare, a área de 85.291 hectares e 87 ares de terras devolutas, medidas e discriminadas, pela importância total de Rs. 173:289\$594.

E, se posso assim me exprimir, o único auxílio oficial que, aliás, consiste em ceder por um preço mínimo as terras devolutas situadas dentro da faixa de 10 metros para cada lado do eixo da linha. Sob uma direção idônea e com o concurso de valiosos capitais importados a Alemanha, esta empresa oferece todas as garantias de êxito infalível, quer considerada quanto à colonização das feracíssimas terras adquiridas, quer apreciada em relação à via-férrea, que tão larga influência há de exercer no futuro da prodigiosa e dilatada região serrana (*Mensagem...*, 1901: 24-25).

De fato, a Companhia adquiriu já em 1900 uma área de 29.160 hectares na margem direita do rio Ijuí, no município de São Luiz Gonzaga, fundando ali a colônia Serro Azul (hoje, Cerro Largo), um ponto estratégico, pois futuramente seria o local de entroncamento dos ramais da referida Estrada de Ferro, e teria comunicação direta com Porto Alegre e o porto de Rio Grande (*Cruz Alta*, 10/10/1901, p. 3). Assim, a concessionária avisava sobre a medição das terras a que pretendia proceder:

A sociedade Dr. Meyer & Cia. (limitada) tendo de proceder à discriminação de uma faixa de terras a que tem direito ao longo do traçado da Estrada de Ferro de Tupanciretã a S. Luiz e daí a Nonoai, de acordo com a autorização do Governo do Estado, previne a todos a quem interessar possa, que vai iniciar os trabalhos na zona compreendida entre os rios Ijuí Grande e Santo Cristo e convida os posseiros com títulos legítimos de suas terras e a todos que se julgarem com direito a posses legítimas nos termos da Lei vigente, a virem exhibir os seus documentos legais perante o abaixo assinado, a fim de poderem ser tomados na devida consideração.

E para que ninguém se chame a ignorância, publica-se o presente pelos jornais, afixando-o igualmente nos lugares mais públicos da zona referida.

Avisa-se também que, o abaixo assinado, não tendo residência fixa na zona aludida, caso não seja encontrado, poderão os interessados entregar as suas reclamações: em S. Luiz ao exmo. Sr. General Salvador A. Pinheiro Machado; em Comandá, ao chefe da Comissão Sr. Clarimundo d'Almeida Santos; e em Santo Cristo, ao Sr. Bernardino Antonio de Oliveira. Porto Alegre, 23-2-1900. Francisco José Simch (*Cruz Alta*, 3/3/1900, p. 2).

No *Relatório da Secretaria das Obras Públicas*, de 1900, encontram-se maiores detalhes dos trâmites dessa concessão:

Estradas de Ferro de Tupanciretã a S. Luiz e de Nonoai a Caxias. O privilégio concedido a Henrique Schüler por decreto de 26 de Julho de 1897, foi transferido em 12 de Maio do ano passado [1899] à sociedade D. Meyer & C.

Esta sociedade tomou mais tarde a denominação de “Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande”, que foi aprovada por ato n. 13 de 4 do corrente mês [julho 1900].

Foram apresentados em Outubro do ano passado [1899] os traçados da estrada de ferro de Tupanciretã a S. Luiz e do ramal de S. Luiz a Nonoai, a fim de ser determinada a zona de terras devolutas que, na conformidade da cláusula 14ª do contrato de 30 de Julho de 1897 e termo de aditamento de 24 de Maio de 1899, tem de ser discriminada pela mesma sociedade para colonizar.

A 13 de Fevereiro último [...] foram aprovados os traçados com indicação da zona de terras devolutas concedidas à sociedade [...] (*Relatório da Secretaria das Obras Públicas*, 1900: 27).

Nos prospectos publicitários de Meyer, datados de 1901 e 1903, o traçado da futura ferrovia foi apresentado (*Figura 2*), indicando a sua localização em relação ao seu complexo colonial: marcado por I – Neu-Württemberg; II – Xingu; III – Guarita; e IV – Comandaí, nesse último caso, eram as terras demarcadas por conta da ferrovia.

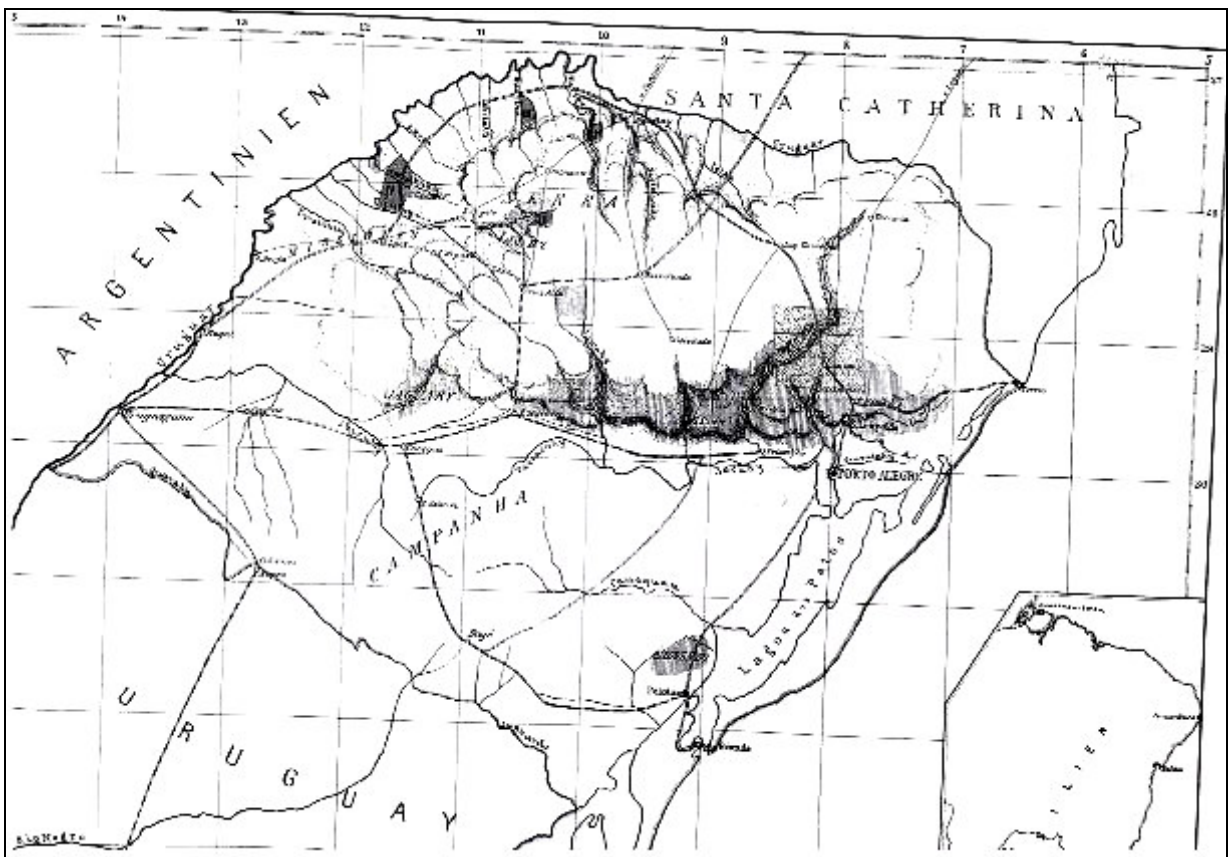


Figura 2 – Traçado da ferrovia da Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande e colônias do Dr. Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul
Fonte: MEYER, 1901.

Pelo traçado, é evidente a estratégia da *Sociedade Estrada de Ferro* em ocupar a zona florestal da margem do rio Uruguai, garantindo assim para si uma região em fase de valorização para a colonização, bem como a possibilidade de exploração madeireira. Ao mesmo tempo, a interligação que a ferrovia pretendia fazer com o complexo colonial particular de Herrmann Meyer, valorizando assim as suas terras.

A execução desse projeto era aguardada pela região, bem como estava estreitamente vinculada à colonização. Conforme um artigo publicado no jornal *Cruz Alta* (10/10/1901, p. 2), da cidade de Cruz Alta, e transcrito de *A Federação*, as plantas dos estudos para a construção dessa ferrovia foram exibidas na *Exposição Estadual* de 1901, reavivando o assunto. Mencionava que no Brasil e na Europa “pessoas malévolas” prognosticaram curta duração da empresa e o fracasso do projeto, o que se mostrou como uma inverdade. Os estudos técnicos para a obra foram contratados a uma importante firma de Berlim, que enviou em outubro de 1898 quatro engenheiros. Os trabalhos de campo teriam iniciado em 16 de dezembro de 1898, em Tupanciretã, sendo concluídos em 22 de março de 1900 em Nonoai.⁸⁰ A elaboração dos projetos e demais trabalhos foi realizada no escritório de Berlim. “Para que a empresa pudesse prosperar, era mister que o traçado ficasse locado de modo a encontrar de ambos os lados terreno devoluto, conforme o contrato existente”. Isso só era possível seguindo pelo centro da faixa de mato que acompanha o rio Uruguai, “aí se acham, quase em sua total extensão, terrenos devolutos ao passo que, tanto à margem do Uruguai como à beira campo, existem muitos habitantes, quer com posse legal, quer intrusamente estabelecidos”. Logo, o traçado técnico precisava atender a esses quesitos (*Cruz Alta*, 10/10/1901, p. 2).

⁸⁰ Foram estudados os trechos: Tupanciretã – S. Luiz com 176 km; S. Luiz – S. Borja com 133 km; S. Luiz – Nonoai com 467 km, totalizando 781 quilômetros. Precisavam ser estudados ainda os trechos: S. Borja – Itaqui com cerca de 96 km; Nonoai – Caxias com cerca de 330 km, totalizando 426 km (*Cruz Alta*, 10/10/1901, p. 2). No trecho predominava o campo. Somente no trecho Rio Ijuí a Nonoai era praticamente só de mato virgem, em seus 128 km. Do total dos 781 km explorados, 360 km em campo, 46%, e 421 em mato, ou 54%. Para sobrepor os rios e vales, haviam sido projetadas grandes pontes (*Cruz Alta*, 24/10/1901).

Concluídos os estudos e a medição das terras recebidas pelo risco da obra, a sociedade não conseguiu levantar o capital necessário na Alemanha para iniciar a obra de construção da via férrea.⁸¹ Assim,

por despacho de 31 de julho de 1903 foi declarada caduca a concessão feita a Henrique Schüller pelo decreto n° 104 de 26 do mesmo mês de 1897 e insubsistentes os contratos de 30 de julho de 1897 e 24 de maio de 1899, todos relativos ao privilégio transferido pelo concessionário à “Sociedade Dr. Meyer & Companhia”, para exploração de uma via-férrea que partindo de Tupanciretã fosse a S. Luiz, mandando deste ponto um ramal para Itaqui, outro para Nonoai e de outra linha deste último ponto a Caxias... e para a colonização dos terrenos devolutos existentes ao longo das linhas, numa zona de dez quilômetros para cada lado do eixo das mesmas, concedidos ao preço de 2\$020 o hectare, com exclusão dos ocupados por posses legítimas e dos necessários ao desenvolvimento dos núcleos coloniais aí situados (*Relatório. Obras Públicas*, 1904: 20).

Para administrar e posteriormente liquidar os negócios da *Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande*, foi nomeado o Dr. Horst Hoffmann, que assumiu tal função em Porto Alegre em 18/7/1900. Como ressarcimento do capital aplicado, Herrmann Meyer recebeu uma gleba de terras no município de Júlio de Castilhos, com a área de 1.882 hectares, formando a colônia Castilhos.⁸² Por sua vez, Horst Hoffmann permaneceu como titular das terras da colônia Serro Azul, transferindo o contrato de compra e venda para o *Bauernverein*, ligado aos padres jesuítas, os quais instalaram ali uma colônia alemã católica. Essa transação foi criticada em um ofício posterior remetido por Carlos Torres Gonçalves, da *Diretoria de Terras e Colonização*, ao presidente do estado, Carlos Barbosa, o qual aprovou, por despacho de 2 de agosto de 1910, a concessão de terras realizada pelo governo do

⁸¹ Na tentativa desesperada de salvar o projeto da ferrovia, Herrmann Meyer, respondendo pela *Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft*, informava ao seu representante em Porto Alegre, Horst Hoffmann, sobre as negociações extra-oficiais com uma empresa belga do trecho Cruz Alta-São Luiz, e com uma empresa francesa, pois estavam sem dinheiro para continuar na construção da ferrovia. Além disso, na Alemanha não era possível levantar capital, pois os bancos estavam em crise. Do contrário, teriam de recorrer à América do Norte ou para Paris-Frankfurt. Apesar dele já ter escrito muito contra os EUA, por conhecer perfeitamente a política *Monroe* em relação à América do Sul, seria essa a única solução, infelizmente. Por isso, Meyer não estava mais enviando dinheiro para Horst Hoffmann, pois não o tinha. Na semana anterior havia se reunido com Henrique Schüller e outros sócios para estudar uma saída (Carta. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

⁸² Essa área foi arrematada pela sociedade *Estrada de Ferro*: “Carta de arrematação passada a favor da *Empresa Noroeste Rio Grande Sociedade Limitada* extraída do auto de inventário do falecido *Francisco Ferreira Castilhos*. Cartório de Vila Rica, distrito de Cruz Alta. Que após término do inventário de Francisco Ferreira Castilhos foi separado para o pagamento das legítimas dos herdeiros menores, Tito, Hermínio(e?), Clara e Francisco, “uma parte de matos e terras de cultura”, situada na Serra Geral, segundo distrito deste Município [Cruz Alta], para serem postos em praça pública para serem vendidos, e foram arrematados pela dita Empresa. Área avaliada em 10 contos de réis. 20/11/1900 – Arrematação por 20 contos de réis (Rs. 20:000\$000)” (Carta de Arrematação. Caixa 26, MAHP).

estado ao Dr. Horst Hoffmann, dos núcleos de Serro Azul e Boa Vista.⁸³ Até aquele momento, só havia efetivado a colonização do primeiro, onde as terras já estavam quase esgotadas.

A escritura de venda ao Dr. Herrmann Meyer é de 25 de agosto de 1903, dando-se o prazo de 10 anos para o pagamento integral das terras, expirado o qual reverterão ao domínio do Estado as glebas ou lotes que não estiverem pagos integralmente, perdendo além disto o concessionário o direito à restituição de quaisquer quantias dadas em conta do respectivo pagamento. A venda foi feita ao preço de 6.020 por hectare, dos quais 2.020 já se acham pagos pela antiga Empresa Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande, cuja concessão caducou, e os restantes 4.000, devendo ser pagos pelo concessionário em prestações trimestrais, a proporção que as terras forem colonizadas.

Esse contrato profundamente lesivo dos interesses do Estado, resume-se assim essencialmente no seguinte: o Estado vende a um empresário, ao preço de 0.4 do real o m², dando-lhe o prazo de 10 anos, sem nenhuma obrigação, 831.761.804 m² de terras, permitindo-lhe ainda fazer o pagamento à medida que for vendendo as terras.

Por escritura de 25 de setembro de 1903, o concessionário, conforme autorização da cláusula 5ª do seu contrato com o Governo, transferia a sua concessão à Confederação de lavradores rio-grandenses [*Bauernverein*].⁸⁴

Torres Gonçalves aconselhava o governo a fiscalizar de perto esse contrato e os pagamentos revertidos aos cofres do Estado, para ver se efetivamente estava sendo cumprido.

Enfim, o projeto de construção desse ramal ferroviário foi engavetado, juntamente com o grande plano de colonização associado ao mesmo, por falta de recursos financeiros. A ferrovia jamais chegou à região norte do estado da forma como planejado, apesar das inúmeras reivindicações. Tal impasse prejudicou em parte os investimentos privados de Herrmann Meyer, no que se refere à localização e ao desenvolvimento das colônias Xingu e Fortaleza/Erval Seco, que, nessas circunstâncias, permaneceram desprovidas de uma via de comunicação rápida e de estradas de rodagem em condições favoráveis de trânsito.

⁸³ Segundo o mencionado ofício, o primeiro desses núcleos, Serro Azul, tem a área de 274.201.804 m² e fica situado no município de São Luiz Gonzaga; o segundo, Boa Vista, com a área de 557.560.000 m², fica no município de Santo Ângelo.

⁸⁴ Ofício n. 584, Porto Alegre, 27 de Agosto de 1910, de Carlos Torres Gonçalves, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. OP, Maço 111, Caixa 52, AHRs.

1.3.2 Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer

Integrante do grupo dos estudiosos americanistas da Alemanha, Herrmann Meyer já possuía um conhecimento prévio sobre o Brasil e as suas zonas de colonização alemã no sul, e as suas viagens representaram a oportunidade de conhecer pessoalmente o país e as suas potencialidades. Diante do que viu e ouviu, vislumbrou um vasto campo de possibilidades para aplicar capital. Avaliando, retrospectivamente, seu empreendimento, Herrmann Meyer escreveu:

Sobre a sua pergunta de como havia chegado à idéia de iniciar uma colonização no sul do Brasil, eu respondo que foi quase por um acaso, que a colônia foi instalada no estado do Rio Grande do Sul. Eu naquela época procurava por recomendação de Karl v. d. Steinen, o rio-grandense Carlos Dhein, para levar ele e seus parentes na minha primeira expedição ao Xingu. Com isso, eu cheguei a conhecer uma parte das colônias e Dhein me contou muito mais durante a expedição, que eu cheguei a conclusão de eu mesmo tentar ser colonizador. Eu liberei uma soma de dinheiro para Dhein e o encarreguei de adquirir um pedaço de terra apropriado. Meio ano mais tarde, quando novamente vim ao Brasil, eu pude conhecer a região da serra e as terras até então adquiridas.⁸⁵

Terminada a expedição, em janeiro de 1897, Carlos Dhein colocou em prática imediatamente os planos de colonização, enquanto Herrmann Meyer mostrou-se reticente e receoso, e somente em 16 de setembro de 1897, passou uma procuração para Dhein, investindo-o de plenos poderes para a compra e venda de terras em seu nome. A sociedade entre ambos foi formalizada na assinatura de um contrato, em 3 de novembro de 1898, criando a *Firma Herrmann Meyer*, com sede em Porto Alegre, definindo e delimitando os papéis sociais de cada um nesse empreendimento. A sociedade destinava-se “para o comércio de compra e venda de terras no Estado do Rio Grande do Sul”. Nas condições, especificava que “a sociedade será de capital e indústria, fornecendo o sócio o doutor Herrmann Meyer a quantia de cento e oitenta [e] cinco contos de réis, que [é] o capital social e o sócio Carlos Dhein a sua indústria somente”. Essa sociedade poderia liquidar-se a qualquer momento, por qualquer um dos sócios. O sócio de indústria só poderia atuar mediante procuração, ficando encarregado de desempenhar “os encargos da sociedade, que lhe forem cometidos pelo sócio capitalista com especialidade de encarregar-se da compra e venda de terras em nome do sócio capitalista, da

⁸⁵ Carta. Leipzig, 31/7/1930. Herrmann Meyer a “Faulhaber-Stiftung”, Sr. Fr. Krahe, Neu-Württemberg. Pasta 2 - Cartas - Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP.

administração das propriedades compradas, da legalização das compras e de todos os serviços aderentes”. Dentre as suas obrigações, deveria “ocupar-se exclusivamente dos negócios da firma, não podendo absolutamente sem autorização de essa empresa empregar-se em operações alguma com gente estranha à sociedade sob pena de ser privado dos lucros dela e ser excluído desta”. Sobre a divisão dos lucros, Carlos Dhein teria porcentagem de 10% das compras de terras efetuadas, ficando as despesas de origem para realizá-las por conta da firma, e mais 10% das vendas das terras efetuadas, valor este que só lhe seria pago após efetuar o pagamento do valor total das terras vendidas. Anualmente, este só poderia retirar 50% do valor de sua metade dos lucros, cabendo-lhe a mesma porcentagem de 10% nos prejuízos da firma, caso houvesse lucros creditados na sua conta. Toda entrada de dinheiro deveria ser depositada no *Banco da Província* de Porto Alegre. Herrmann Meyer, por sua vez, não poderia desfalcocar o capital da firma. Em caso de morte de um dos sócios, a sociedade seria imediatamente dissolvida. Dhein ficaria encarregado da escrituração dos livros da firma, na forma da lei, devendo o balanço do caixa ser feito e encerrado no mês de dezembro de cada ano e remetido ao sócio capitalista, ficando a cópia no diário da sociedade, o qual Meyer poderia inspecionar a qualquer momento, bem como as suas propriedades.⁸⁶

O primeiro impasse verificado na firma foi a própria ausência de um plano de colonização claro e previamente traçado, com uma previsão de investimentos. Somava-se a isso a completa inexperiência e o desconhecimento de ambos sobre a implementação de uma colônia, no que se refere à compra de terras, medição, divisão e venda dos lotes coloniais; abertura de estradas e construção de pontes, bem como investimentos de infra-estrutura para atrair e fixar os colonos. Todos esses trabalhos implicavam na contratação de trabalhadores temporários, mantimentos e ferramentas. A construção de um moinho, por pressão dos colonos, não havia sido orçada e jamais imaginada. Ainda, para os rio-grandenses, Meyer era um estrangeiro desconhecido, da mesma forma que Dhein era um colono descapitalizado, que tinha dificuldades para escrever, seja em alemão ou português, que não freqüentava os círculos políticos e intelectuais, que desconhecia os

⁸⁶ Pública Forma. Primeira Via. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP.

caminhos da burocracia do país, enfim, que não conseguia fazer as articulações necessárias para o empreendimento deslançar, tal qual Meyer imaginava.⁸⁷

Essa situação gerou um *déficit* acentuado nas contas da firma, já em 1899. Os investimentos superavam em muito os cálculos preliminares dos sócios, e não havia retorno imediato de capital. As despesas cotidianas relacionadas à organização da colônia e à manutenção de uma estrutura administrativa mínima, eram elevadas. Por exemplo, a publicação de anúncios para a venda de terras em três jornais, em junho de 1899, resultou em um investimento de Rs. 1:020\$000. Comprar e sustentar animais para o transporte e trabalho era indispensável, o que implicava em alugar um potreiro e comprar milho – em 1899, foram compradas 295,5 sacas de milho, o que representou uma despesa de Rs. 1:688\$000, com o preço por saca variável entre Rs. 5\$000 a 6\$000, chegando a Rs. 10\$500 no ano de 1900, decorrente da pouca oferta do produto no mercado. Já os gastos com trabalhadores – os peões – nos serviços de medição e mantimentos chegaram em fevereiro de 1900 a Rs. 7:735\$550; e as obras em pontes e abertura de caminhos consumiram Rs. 14:679\$440.

Na tentativa de contornar a situação e não causar alarde, bem como garantir a continuidade da colonização, Carlos Dhein retardou ao máximo a elaboração do balanço relativo ao segundo semestre de 1899. Alegava, como razão, a falta de tempo e o pedido de demissão do contador Juengling, fazendo-se necessária a contratação de outro contador e guarda-livros, assumindo Schütz.⁸⁸ Ao longo do ano de 1900, o desequilíbrio nas contas foi mais acentuado ainda, pois os trabalhos iniciados precisavam ser concluídos, bem como a aquisição de mais terras. Para honrar seus compromissos, Dhein contraiu empréstimo junto ao banco e aos colonos, pagando juros elevados. O balanço do primeiro semestre de 1900 somente foi apresentado em outubro, e registrou um déficit de cerca de Rs. 146:316\$796, dos quais Rs. 109:054\$593 eram provenientes de adiantamentos fornecidos a colonos e empréstimos.⁸⁹ Até aquele momento, Meyer havia investido um capital de 205.000

⁸⁷ Conferir a correspondência de Carlos Dhein enviada a Herrmann Meyer, onde em vários momentos justificava que havia solicitado para outra pessoa escrever, por se tratarem de questões muito complexas para quem tinha pouco estudo (Caixa 63, MAHP).

⁸⁸ Nos dois casos, a correspondência de Carlos Dhein informava apenas o sobrenome de ambos os contadores, residentes em Cruz Alta.

⁸⁹ Segundo Erich Fausel (1949: 11), o escriturário de Dhein faleceu misteriosamente de intoxicação de ópio, nos primeiros meses de 1900, justamente quando Horst Hoffmann pretendia se deslocar até

marcos, que convertido em réis, rendeu Rs. 315:340\$000, conforme *Quadro 1*. Em 1900, em decorrência dos elevados prejuízos da expedição ao Xingu, os recursos destinados para colonização foram restritos.

Data da Remessa	Valor em marcos (Mk.)	Valor em réis (Rs.)
28/abril/1898	90.000	140:440\$000
1º/abril/1899	20.000	33:780\$000
18/abril/1899	20.000	33:640\$000
19/agosto/1899	50.000	73:000\$000
30/maio/1900	25.000	34:480\$000
Total	205.000	315:340\$000

Quadro 1 – Remessa de dinheiro de Herrmann Meyer para a Firma Herrmann Meyer, 1898-1900⁹⁰

Fonte: A autora (2008).

Diante das complicações financeiras e prevendo um déficit financeiro de grandes proporções, Herrmann Meyer antecipou sua viagem ao Rio Grande do Sul para setembro de 1900, permanecendo em Porto Alegre, onde conferiu pessoalmente a contabilidade da firma. Dentre outras irregularidades, destacou o superfaturamento no valor das diárias pagas aos trabalhadores e das obras de construção das pontes, cujos valores foram restituídos ao caixa novamente. Outros indícios apontaram que as compras de terras também foram superfaturadas. Isso foi comprovado pelo menos na compra da primeira posse, feita a Rita Maria do Espírito Santo [Rodrigues]. Em correspondência de 13 de outubro de 1900, o Tenente-Coronel Serafim de Moura perguntou à mesma por quanto ela havia vendido a sua propriedade de *terras de agricultura* junto ao rio da Várzea, no 3º distrito da Palmeira, para Carlos Dhein, e por quanto havia sido passada a escritura de

Cruz Alta para regularizar as contas da empresa. Como não dominava a parte da escrituração, Dhein justificou que a prestação de contas era impossível, até a contratação dos serviços de outro escriturário. Sobre a veracidade desse episódio, se foi suicídio ou assassinato, não foram encontrados maiores dados, nem a certeza do sobrenome do mesmo, mas pelos indícios, deveria ser o último contratado, no caso, Schütz. Sobre o valor do déficit, Fausel o estimou em Rs. 148:766\$000, mas, pelo balanço e pelos livros caixas da empresa, chegou-se apenas ao valor de Rs. 146:316\$796, quantia esta confirmada também na correspondência de Herrmann Meyer.

⁹⁰ Inicialmente, essas remessas eram realizadas via *Brasilianische Bank für Deutschland*, com sede no Rio de Janeiro, e mais tarde também em Rio Grande e Porto Alegre. A *Colonizadora* também tinha uma conta corrente no *Banco da Província*, em Porto Alegre, transferida posteriormente para a agência de Cruz Alta.

transmissão “permitindo-me fazer o uso que me convier da vossa declaração”. Rita Maria do Espírito Santo declarou, em 15 de outubro do mesmo ano, que “a referida posse vendi por dez contos e quinhentos mil-réis, ao Sr. Carlos Dhein, e a escritura foi passada por quinze contos de réis”.⁹¹ Somente nessa transação, Carlos Dhein desviou do caixa da empresa Rs. 4:500\$000, além de descontar a sua porcentagem sobre o valor total supostamente pago.⁹²

Antes mesmo da tomada de medidas legais, Herrmann Meyer desfez a sociedade com Carlos Dhein, tornando pública tal decisão pela imprensa, para fins de esclarecimento e transparência do empreendimento de colonização:

Sociedade Dr. Herrmann Meyer

O Dr. Herrmann Meyer faz público que nesta data cessou a sociedade de capital e indústria para a compra e venda de terras etc. firmada entre ele e Carlos Dhein e que por isso cessou na mesma data a procuração por ele passada ao sócio de indústria Carlos Dhein; assim como que a sociedade entrou em liquidação, sendo liquidante o sócio capitalista Herrmann Meyer com quem se devem entender todos aqueles que tiverem negócios a liquidar com a referida sociedade. Porto Alegre 6 Outubro 1900. Dr. Herrmann Meyer (*Cruz Alta*, 13/10/1900, p. 2).⁹³

A sociedade foi dissolvida formalmente em 6 de novembro de 1900, quando foi assinada a “escritura de distrato, liquidação e separação social”. Conforme o documento, ficava extinta a partir do primeiro dia deste mês “a sociedade civil de capital e indústria que entre eles existia sob a firma de Herrmann Meyer”, conforme o contrato formalizado em 3 de novembro de 1898, e quitadas as pendências

⁹¹ Declaração. Taquarussú, 15/10/1900. Rita Maria do Espírito Santo ao Tenente-Coronel Serafim de Moura. Pasta Xingu, Caixa 29, MAHP.

⁹² Manobras semelhantes permaneceram como práticas da *Colonizadora* posteriormente, mas em seu benefício. Por exemplo, sobre a compra das terras de Lourenço Gomes de Moraes, foi pago o valor de Rs. 12:000.000, mas ao fazer os papéis, para economizar a sisa, foi informado como valor de compra Rs. 8:000.000, pagando então, 7% do valor de compra Rs. 560.000, mais a comissão de Marcos Costa de 2% sob o valor total, Rs. 240.000; ou seja, a mesma *malandragem* de Dhein, mas aqui em favor da empresa (Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP). Marcos Costa era comerciante em Cruz Alta, e, inicialmente, as transações financeiras da colônia passavam por ele, bem como a correspondência, até a contratação de Rudolf Scharf.

⁹³ Gesellschaft Herrmann Meyer. **Dr. Herrmann Meyer** macht bekannt, dass am heutigen Tage die Gesellschaft von Capital und Arbeit zum Kauf und Verkauf von Ländereien etc., die zwischen ihm und Herrn **Carlos Dhein** geschlossen war, sich auflöst und damit auch am selben Tag die von ihm für den Arbeitsgesellschafter Carlos Dhein ausgestellte Vollmacht abläuft; dass ferner die Gesellschaft liquidiert unter der Leitung des Capitalgesellschafters Herrmann Meyer mit welchem sich alle diejenigen verständigen mögen, welche Geschäfte mit der genannten Firma zu liquidieren haben. Porto Alegre, 6. October 1900. Dr. Herrmann Meyer (*Tageblatt*, 14/10/1900, n. 732, ano 2, Porto Alegre. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP).

financeiras entre ambos.⁹⁴ Na mesma ocasião, Carlos Dhein entregava para Herrmann Meyer todos os livros de escrituração, documentos e papéis da sociedade, colocando-se à disposição para fornecer qualquer esclarecimento necessário e responder por qualquer irregularidade encontrada.⁹⁵

Resolvidas as pendências legais, em 1º de novembro de 1900, Herrmann Meyer, acompanhado do Dr. Horst Hoffmann, seguiu até Cruz Alta para certificar-se do andamento dos trabalhos de colonização, além de fornecer aos colonos os respectivos *contratos de compra e venda*, os quais assinou pessoalmente. Com o documento em mãos, muitos colonos também realizaram o pagamento integral ou parcial de seu lote, revertendo em dinheiro para o caixa da *Colonizadora*.

Em linhas gerais, Herrmann Meyer, artigos da imprensa e pesquisadores trataram essa primeira fase da colonização como um *erro*, justamente pela ausência de um plano de colonização definido; e Carlos Dhein como uma *decepção*, por ser desonesto e desordeiro, subsumindo em vários relatos, ou apresentado como um aventureiro e explorador do Xingu mato-grossense, mas para a colonização, um mal necessário, erradicado em tempo. Pautados nessas concepções maniqueístas, esquecem que, bem ou mal, foi Carlos Dhein quem definiu e delimitou a área das colônias de Herrmann Meyer, ao comprar terras em Palmeira e Cruz Alta. Também coube a ele conquistar a confiança dos grandes proprietários dessa região e assegurar que se tratava de um projeto sério, e que Meyer era uma pessoa que tinha capital suficiente para arcar com as despesas de implantação de um núcleo colonial. Ainda, em função de sua propaganda e insistência, as primeiras famílias instalaram-se na colônia Xingu e Neu-Württemberg. É preciso levar em conta

⁹⁴ Tendo-se procedido ao balanço social, em 31 de outubro de 1900, foi verificado que Carlos Dhein era credor da quantia total de Rs. 52:524\$863, incluindo as suas porcentagens sobre a compra e venda de terras e os juros. Por outro lado, foi verificado que o mesmo sócio Carlos Dhein era devedor à sociedade em sua conta particular, calculados os juros, da quantia de Rs. 37:591\$910. Autorizado este débito daquele crédito, ficava o saldo de Rs. 14:932\$953, quantia essa que era devida pela sociedade ao seu sócio. O pagamento desse saldo foi feito da seguinte forma: Herrmann Meyer pagou em moeda corrente a Carlos Dhein a quantia de Rs. 5:086\$660; assumiu a responsabilidade de pagar ao colono Germano Venske a quantia de Rs. 593\$093, ao colono Augusto Schmidt a quantia de Rs. 5:604\$200, e ao colono Augusto Steinhorst Rs. 3:582\$003, totalizando Rs. 9:846\$293, valor este que Carlos Dhein estava devendo aos mesmos (Contrato e distrato entre Herrmann Meyer e Carlos Dhein. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP). A Empresa possuía um modelo bilíngüe de uma “carta de declaração de dívida”, registrada em cartório, e fornecida quando ocorria algum empréstimo de dinheiro (Pasta 1 – Recibos Diversos, de 1917-1953. Caixa 41, MAHP).

⁹⁵ Contrato e distrato entre Herrmann Meyer e Carlos Dhein. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP.

também que Herrmann Meyer e Carlos Dhein são dois personagens distintos e de mundos completamente diferentes: Meyer era um intelectual, urbano, oriundo de uma família de capital, freqüentando as rodas da intelectualidade da época, em meio aos pesquisadores do *Instituto Bibliográfico*, e para os brasileiros, um estrangeiro; Carlos Dhein, por sua vez, vinha de uma família de colonos da antiga zona colonial, e também era um colono, com o diferencial de ter participado de expedições científicas ao Xingu como ajudante e guia; e como colono e junto com estes, procurava organizar uma colônia dentro dos parâmetros que julgava imprescindíveis para oferecer-lhes um espaço apropriado para a sua instalação, minimizando as dificuldades. Então, cada qual agiu e reagiu de acordo com os seus princípios e as circunstâncias frente à implementação e expansão da colonização e do elevado investimento necessário para isso, acarretando um *déficit* financeiro inicial, totalmente previsível em empreendimentos de tal natureza.

Os problemas financeiros afetaram a operacionalidade interna da empresa, não comprometendo, contudo, a sua estrutura e a colonização no seu conjunto. O colonizador também não desistiu de seu projeto perante essa primeira crise. Em 5 de janeiro de 1901, formalizou a continuação da colonizadora sob a razão social *Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer* ou *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, com sede em Leipzig. Herrmann Meyer, como único proprietário, concentrava a direção geral e o controle financeiro, nomeando um procurador para representar a empresa no Rio Grande do Sul. Em tais circunstâncias, contratou em 5 de janeiro de 1901, por um período de três anos, para ser seu procurador, gerente e administrador de seu complexo colonial na região serrana do estado, o Dr. Horst Hoffmann,⁹⁶ de Jena, Alemanha, então residente em Porto Alegre, por considerá-lo a pessoa mais indicada para fazer a transição e reestruturação da *Colonizadora*.⁹⁷

⁹⁶ No mesmo período, Horst Hoffmann foi nomeado como cônsul alemão e austríaco, para o consulado em Porto Alegre. Enquanto ocupou essa função, trabalhou no sentido de favorecer o projeto da ferrovia, bem como o projeto de colonização de Meyer (MEYER, 1901: 7).

⁹⁷ Carta. Leipzig, 12/6/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Caixa 42, MAHP. Pelo contrato, o Dr. Herrmann Meyer entregava e confiava ao Dr. Horst Hoffmann a “gerência e administração da *Empresa de Colonização*” que tem na região serrana do estado, “e de todos os negócios referentes à mesma empresa”. Como remuneração pelos seus serviços, receberia seis contos de réis por ano, pagos pelo Dr. Meyer. O Dr. Horst Hoffmann poderia acumular a gerência da *Estrada de Ferro Rio Grande Nord West* limitada com a gerência da *Empresa de Colonização*. Caso a hipoteca que o mesmo assinou se verificasse ou realizasse, e quando deixasse, por qualquer razão, a gerência da referida *Estrada de Ferro*, poderia também deixar a gerência da Empresa de Colonização, desde que comunicasse essa decisão com antecedência ao Dr. Meyer, para que este

Mesmo residindo em Porto Alegre, Horst Hoffmann se comprometia a ir “ao lugar das colônias ao menos uma vez em cada trimestre, bem como sempre que for necessário, a bem das necessidades e conveniências da empresa de colonização tais como inspeção de trabalhos, arrecadação de dívida etc.”. Além da gerência da *Empresa de Colonização*, teria a seu cargo “toda a correspondência e escrituração”, ficando obrigado a remeter balanços semestrais, “bem como informar sobre tudo o que ocorrer nos negócios da dita empresa”. Também era o responsável pelo caixa, obrigando-se em recolher em conta corrente no *Banco da Província*, de Porto Alegre, “todos os fundos da mesma empresa que receber ou arrecadar e que não sejam necessárias para qualquer pagamento”, recebendo procuração para movimentar a referida conta corrente e retirar as quantias ali depositadas.⁹⁸

Montou-se, a partir de então, uma organização administrativa mais profissional, expandida e, até certo ponto, ofensiva, com representantes em pontos estratégicos, articulada a uma rede de relações pessoais, acionada quando fosse necessário defender os interesses da *Colonizadora*. O espaço de circulação de Horst Hoffmann era mais amplo, bem como seu poder de barganha, pois como representante consular, gerente da *Colonizadora Meyer* e da sociedade *Estrada de Ferro*, freqüentava o palácio do governo do estado, onde tratava pessoalmente com Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, e com os secretários de governo; também tinha contatos importantes na Alemanha. Em síntese, transitava em espaços de poder impenetráveis até então para Carlos Dhein.

Um escritório para a *Colonizadora* foi instalado em Porto Alegre – até então, era a própria casa de Carlos Dhein, em Cruz Alta –, por ser o ponto de convergência de imigrantes e dos colonos da *antiga* zona colonial. Como funcionário, além do gerente, havia o guarda-livros Ernesto Laurent, encarregado pela correspondência e

pudesse nomear outro gerente. Além dos vencimentos, a *Empresa de Colonização* se encarregava do pagamento das despesas de viagem que o mesmo teria de realizar a serviço da mesma (Contrato entre Herrmann Meyer e Horst Hoffmann. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP).

⁹⁸ Contrato entre Herrmann Meyer e Horst Hoffmann. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP. Em 9 de janeiro de 1901, o “Dr. Herrmann Meyer e sua mulher Elsa Meyer” passaram uma procuração a Horst Hoffmann, válida em Porto Alegre e em todo estado do Rio Grande do Sul, concedendo-lhe plenos poderes “para o fim de comprar e vender por eles outorgantes bens de raiz; bem como para vender os que eles aqui já possuem”, dando-lhe “todos os poderes em direito precisos, inclusive as de assinar as respectivas escrituras, receber o preço e dar as quitações necessárias, substabelecendo estes poderes em quem lhe convier” (Procuração passada pelo Dr. Herrmann Meyer e sua mulher ao Dr. Horst Hoffmann. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP).

contabilidade. No porto de Rio Grande, o hoteleiro Georg Hanssen recebia, orientava e encaminhava os imigrantes, até 1904, quando o pastor protestante Bruno Stysinski (ex-jesuíta) se encarregou dessa função. Já em Cruz Alta foi contratado o imigrante Rudolf Scharf⁹⁹ como representante e administrador das colônias Neu-Württemberg e Xingu.

Superada a fase de transição da empresa, Meyer providenciou a contratação de seu primo, Alfred Bornmüller,¹⁰⁰ ex-oficial da marinha e com longa experiência como diretor de uma fazenda em Camarões, na África, para assumir a administração e direção de suas colônias serranas no Rio Grande do Sul, por um período de cinco anos. Bornmüller partiu da Alemanha em 15 de julho e assumiu oficialmente a direção do empreendimento em 18 de novembro de 1903, permanecendo até o final do ano em Porto Alegre, inteirando-se dos negócios. Uma das primeiras medidas de impacto foi a transferência do escritório da empresa de Porto Alegre para a colônia Neu-Württemberg, em 1º de janeiro de 1904, transformando-a em sede da *Colonizadora Meyer*. Tal questão foi longamente estudada e discutida, pois o escritório em Porto Alegre tinha por objetivo tornar o projeto de colonização conhecido nas *colônias velhas*, meta então já alcançada, visto que os colonos seguiam diretamente para Cruz Alta ou à própria colônia. Horst Hoffmann era da opinião de que o escritório, conjugado a um alojamento, deveria ficar na cidade portuária de Rio Grande, por ser a porta de entrada dos imigrantes, mantendo a mesma estrutura em Cruz Alta, fazendo-se presente nas duas pontas da linha férrea. Porém, Meyer discordava, argumentando que a *Colonizadora* deveria estar

⁹⁹ Seu nome aparece também como Rodolpho Scharf, em um documento de substabelecimento de procuração (Procuração passada por Alfred Bornmüller a Rodolpho Scharf. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP). Sobre essa contratação, Horst Hoffmann relatou: “Para a empresa, imagino ter encontrado a pessoa certa para colocar como administrador nas colônias: Rudolf Scharf, que conheci na venda [da colônia Neu-Württemberg?] e chamei pessoalmente para Porto Alegre para conversar, e me pareceu uma pessoa honesta e ideal para a função, além de conhecer bem Neu-Württemberg e Xingu, tem interesse no seu desenvolvimento”. Até então tinham como representante em Cruz Alta o comerciante Marco Herrmann, que ganhava 5% de comissão, sendo que a metade era paga pela *Colonizadora* e a outra pela *R.G.N.W.Bahn*, a um salário de Rs. 240.000 por mês, mantendo duas mulas. Além de negociar a área das colônias, tinha o encargo de negociar as terras da ferrovia, mas tinha interesse em vender muito e por preços elevados, contrariando os interesses de ambas as empresas (Relatório 10/11. De 16/11 a 15/12/1901. Porto Alegre, 26/12/1901. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig [conclusão do relatório de 18/12]. Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP).

¹⁰⁰ Alfred Bornmüller era filho do livreiro Franz Bornmüller, e sobrinho de Julius Bornmüller, o qual coordenava a secção de atualização da Enciclopédia do *Instituto Bibliográfico*. Durante a sua permanência na colônia, coletou amostras de plantas para biólogos alemães. Quando retornou para Alemanha, entrou como sócio no *Instituto Bibliográfico*, onde também era pesquisador.

representada na colônia, pois era ali que ocorriam sempre os problemas, e a proximidade com os colonos era essencial para garantir a ordem e dar mais credibilidade ao empreendimento como um todo. Bornmüller acatou as instruções de Meyer, convencendo-se posteriormente de que foi a melhor solução.¹⁰¹

Com essas modificações, o escritório de Cruz Alta perdeu sua funcionalidade, e Rudolf Scharf foi realocado como representante da colonizadora em Rio Grande, em março de 1905, para dinamizar a recepção e o encaminhamento dos imigrantes, bem como reduzir a intromissão de agentes de outras empresas. Em Cruz Alta, o comerciante Eduardo Erhardt passou a representar a empresa,¹⁰² em Porto Alegre, o engenheiro Rudolf Ahrons; na colônia Xingu, o colono João Kölln.¹⁰³

Com o término do contrato, Alfred Bornmüller retornou para a Alemanha, em maio de 1908, e em seu lugar assumiu o pastor protestante Hermann Faulhaber, o qual, desde 1902, desempenhava o ofício de pastor nas colônias Neu-Württemberg e Xingu, e de professor na primeira. Faulhaber, um imigrante de Württemberg, permaneceu no cargo de administrador da *Colonizadora Meyer* e diretor da colônia Neu-Württemberg de setembro de 1908 até julho de 1926, quando faleceu.¹⁰⁴

¹⁰¹ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig, e relatórios seguintes. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP; Carta. Leipzig, 16/6/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

¹⁰² Eduard Ehrhardt tinha como atribuições: encaminhar a correspondência da empresa para Neu-Württemberg através dos carreteiros; despachar telegramas; assumir pessoalmente as transações financeiras; receber pessoalmente os imigrantes na estação e encaminhá-los até a colônia, bem como as suas mercadorias; fornecer informações aos colonos das colônias velhas que estão em busca de terras para comprar; por vezes negócios nas repartições públicas de Cruz Alta, comissões, etc., além de propagar os interesses da empresa (Carta. Neu-Württemberg, 25/1/1905. Alfred Bornmüller a Eduard Ehrhardt, Cruz Alta. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

¹⁰³ Kölln permaneceu nessa função até 26/11/1911, quando faleceu, tragicamente, ao tentar atravessar o rio da Várzea (Relatório. Neu-Württemberg, 22/12/1911. Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 20, MAHP). Em seguida, o agrimensor Richard Brüggemann desempenhou essa função, de 1913 até 1920.

¹⁰⁴ O primeiro contrato, assinado no segundo semestre de 1908, era para cinco anos, recebendo um salário anual de 6.000 Mil-réis (seis mil-réis). O pagamento poderia ser mensal ou trimestral, ou como quisesse. Assumiria a função a partir do momento em que iniciasse a sua viagem de retorno da Alemanha, o que ocorreu em março de 1909. A *Colonizadora* comprometia-se em pagar a sua viagem de retorno para a Alemanha, ao findar o contrato, em vapor de 1ª classe. Nesse período de 5 anos, teria direito a férias de meio ano. Faulhaber teria residência na casa da direção (*Direktionshaus*) e das demais construções, na colônia n. 10 da Linha Italiana em Neu-Württemberg, bem como poderia explorar o referido lote, e poderia contratar um empregado para auxiliar, caso necessário, por sua conta, ou arrendar essa área aos colonos. Também teria dois animais de montaria que teria de manter. Ficava responsável por enviar a cada trimestre (4 vezes por ano) um relatório detalhado sobre o desenvolvimento da colônia e um balanço anual. Para o orçamento anual deveria ser sempre fornecido o programa de atividades com antecedência, e o Dr. Meyer ficava

Nota-se que, com exceção de Carlos Dhein, os demais administradores – Horst Hoffmann, Alfred Bornmüller, Hermann Faulhaber – eram imigrantes alemães, provisoriamente na colônia a serviço, mas com data de retorno prevista. Logo, o domínio da língua vernácula era precário. Um personagem central, então, era o guarda-livros, que, além do trabalho burocrático, servia de intérprete entre a empresa e o meio nacional. Dentre eles, sobressai João Diehl Filho, que esteve nessa função de dezembro de 1903 até dezembro de 1909, quando transferiu residência para Porto Alegre, onde ainda prestava serviços para a empresa.¹⁰⁵ Por vários períodos, respondeu interinamente pela mesma. Com a sua saída – possivelmente pressionada por Faulhaber, para empregar alguém de suas relações – assumiu o imigrante Otto Deiss, já há vários anos na colônia, desempenhando essa atividade até 1915. De 1915 a 1926, Eduard Hempe¹⁰⁶ trabalhou como guarda-livros, e com o falecimento de Faulhaber, assumiu a direção da empresa, até 1940, quando foi substituído por seu genro, Paul Pflüger,¹⁰⁷ que concluiu a liquidação dos

encarregado de proporcionar os recursos para a manutenção da *Empresa*, enviando dinheiro para o Banco em Porto Alegre. Os trabalhos de medição deveriam ser assumidos por um colono entendido, acompanhado de um agrimensor de Porto Alegre. Paralelo aos negócios da gerência, Faulhaber também assumiria a direção geral da escola em Neu-Württemberg e se comprometia em lecionar 10 horas por semana. Um relatório escolar deveria ser enviado anualmente para Meyer. A organização incluía a administração da biblioteca e jornais, observação meteorológica e demais questões ficariam a seu cargo. Faulhaber deveria realizar regularmente viagens pela colônia, e poderia dispor para isso até dez mil-réis como despesas de viagem. Ele deveria visitar anualmente, ou até duas vezes ao ano a colônia Xingu, para o que poderia dispor até cinqüenta mil-réis. Todos os funcionários da *Colonizadora* no Rio Grande do Sul estavam subordinados diretamente a Faulhaber (Contrato entre Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber. Pasta Hermann Faulhaber. Caixa 52, MAHP). O mesmo contrato foi renovado posteriormente, variando contudo os prazos entre 3 e 5 anos.

¹⁰⁵ João Diehl Filho apresentou-se para a função de guarda-livros em fins de novembro de 1903, assumindo em 10/12/1903, após a publicação de vários anúncios em jornais por parte da *Colonizadora*. Ele era de Porto Alegre, e sua primeira incumbência foi a organização do escritório da empresa na colônia Neu-Württemberg.

¹⁰⁶ Eduardo Hempe nasceu no dia 27 de junho de 1883, em Kölzig, município de Arnswalde, província Brandenburg, na Alemanha, e faleceu em 17 de julho de 1940, em Neu-Württemberg. Filho de Eduardo Hempe e Guilhermina Hempe. Casou na Alemanha com Charlotte Juliane Röhl, esta nascida em 6 de julho de 1887, em Lebus. Chegou ao Brasil com sua esposa, filhos Fritz e Ruth, e sogra, Franziska Dressler Röhl, em abril de 1908, instalando-se na colônia Neu-Württemberg, primeiramente no lote n. 19 da Linha Magdalena. Em 1911, adquiriu o lote n. 20 na mesma Linha. Em 1915, mudou-se para a sede da colônia, passando a trabalhar no escritório da Empresa de Colonização, a convite de Hermann Faulhaber. No Brasil nasceram mais quatro filhos: Herbert, Hildegard, Paul e Joana. Também teve importante atuação na Comunidade Evangélica Luterana da colônia (Disponível *on line* em <http://hempe.blogspot.com/2007/10/eduardo-hempe.html>. 8.out.2007).

¹⁰⁷ Paul Pflüger emigrou para a colônia Neu-Württemberg em 1924, oriundo de Bissingen a. d. Eng, na Alemanha. Casou em 1926 com Ruth Hempe, transferindo residência para a colônia Erval Seco, onde, juntamente com o cunhado Fritz Hempe e o sogro Eduard Hempe, instalou uma serraria e um moinho. Em 1940, retornou para a colônia Neu-Württemberg. Trabalhou desde então até fins da década de 1960 no setor de pessoal da Empresa Faulhaber (hoje Metalúrgica Faulhaber S/A.), falecendo em 26/6/1968.

negócios da *Colonizadora*, atuando como tal até 1967. No total, a empresa contou com 6 administradores, além do guarda-livros, conforme o *Quadro 2*.

Administrador/diretor da <i>Colonizadora Meyer</i>		Guarda-livros		Proprietário da <i>Colonizadora</i>
Nome	Período	Nome	Período	_____
Carlos Dhein	1897-1900	Juegling Schütz	1898-1899 1900	Herrmann Meyer
Horst Hoffmann	1901-1903	Ernesto Laurent	1901-1903	Herrmann Meyer
Alfred Bornmüller	1903-1908	João Diehl Filho	1903-1909	Herrmann Meyer
Hermann Faulhaber	1908-1926	Otto Deiss Eduard Hempe	1909-1915 1915-1926	Herrmann Meyer
Eduard Hempe	1926-1940	_____	_____	Sucessão Elisabeth Meyer - 1932-1948
Paul Pflüger	1940-1967	_____	_____	Sucessão Elisabeth Meyer - 1932-1948 Herança: Gertraud e Annemarie Meyer - 1949-1968

Quadro 2 – Funcionários da administração da *Colonizadora Meyer*
Fonte: A autora (2008).

Regularmente, o administrador da *Colonizadora* era também o diretor da colônia Neu-Württemberg. Já na colônia Xingu, Erval Seco e na posse Castilhos havia pessoas encarregadas pela venda de terras, recebendo uma porcentagem sobre as vendas de lotes coloniais e gratificações pelos serviços prestados.¹⁰⁸

Na cidade de Leipzig, Herrmann Meyer organizou outro escritório, localizado inicialmente em anexo ao *Instituto Bibliográfico*, e a partir de 1902 em endereço próprio (*Bismarkstrasse 9*), cuja função central consistia em fornecer informações gerais sobre o projeto de colonização como um todo e as colônias em particular, aos emigrantes alemães em potencial e interessados. Além disso, o guarda-livros era responsável pelo recebimento e encaminhamento de toda a correspondência, resolução de pendências legais, e as providências necessárias durante a ausência

¹⁰⁸ Por vezes, essas pessoas tinham atribuições específicas, como Reinhold Sturzbecher, que estava em Fortaleza/Erval Seco desde 1918, encarregado especialmente por Faulhaber para assentar os intrusos e mostrar as colônias aos colonos, bem como abrir estradas. Para isso ele ganhava 4% de comissão pela venda de terras (Neu-Württemberg, 18/9/1926. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

do proprietário, o que era freqüente – a negócio, estudos, passeio ou por questões de saúde, tendo em vista que desde 1903 sofria com um sério problema de visão, que o dificultava a leitura, por isso toda a sua correspondência era datilografada, pois não tinha condições de ler manuscritos. Significativa parcela da correspondência do período foi recebida, encaminhada e assinada pelo seu guardalivros, N. Müller e, posteriormente, Walther Schimpf.¹⁰⁹ Em outros casos, Meyer apenas assinava, ficando sem escrever por longos períodos.

Portanto, ao manter um escritório-sede em Neu-Württemberg, centralizando toda a administração da *Colonizadora* nas mãos de seu gerente, e um segundo escritório em Leipzig, com um funcionário encarregado de cuidar estritamente dos interesses da empresa de colonização, Herrmann Meyer acabou por terceirizar cada vez mais as funções administrativas, concedendo autonomia aos seus procuradores para tomar as decisões que julgavam cabíveis em relação a questões administrativas, financeiras, burocráticas, compra e venda de terras, problemas com colonos, etc. – aliás, a própria distância geográfica entre o proprietário e a colônia obrigava a isso. Nesse caso, o proprietário apenas deveria ser consultado em casos mais delicados, e notificado sobre as deliberações através dos relatórios e memoriais financeiros mensais, balanços semestrais, imagens fotográficas, jornais e outros documentos relevantes.

Na prática, a centralização administrativa e burocrática da empresa no escritório da colônia Neu-Württemberg objetivava contornar casos embaraçosos ocorridos até então, em razão da demora e do extravio da correspondência, como a reserva ou venda do mesmo lote mais de uma vez, cobrança de pagamentos já efetuados, acordos celebrados com Meyer e contestados pela administração da empresa, ou incoerentes com a legislação brasileira, dentre outros.

Uma das preocupações centrais de Herrmann Meyer referia-se à questão legal das transações, mantendo registros detalhados, compostos de livros-copiativos de toda a correspondência recebida e expedida, livro-caixa e balanço, mapas, contratos e recibos. A escrita e contabilidade deveriam estar sempre atualizadas e atendendo às exigências legais, lembrando que era uma empresa alemã com

¹⁰⁹ Walter Schimpf era conselheiro econômico, e por muito tempo foi o administrador da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* em Leipzig, bem como dos demais negócios de Meyer – estava nessa função já em 1908, permanecendo ainda no início da década de 30 (cf. Correspondência à Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, MAHP).

negócios no Brasil, e sob a fiscalização do governo de ambos os países. Referente à correspondência, havia a correspondência de *negócios da Empresa* e a correspondência *privada*, a qual era de acesso restrito. Os primeiros relatórios enviados por Carlos Dhein consistiram em pequenas cartas pessoais. Esse modelo persistiu ainda nos primeiros relatórios remetidos por Horst Hoffmann, redigidos em um único parágrafo, retomando o mesmo assunto em diversas oportunidades, tornando a leitura confusa. Já em 1902, encontram-se relatórios sistematizados, com divisão por parágrafo e com subtítulos quanto aos assuntos tratados, mantendo de ora em diante sempre a mesma estrutura organizacional – exemplo: colônia Neu-Württemberg, Xingu, Boi Preto, Medições, Balanço, etc., além de observações e acréscimos no final do mesmo, e uma listagem dos documentos/cartas/objetos enviados em anexo.

Entretanto, Meyer era extremamente minucioso e detalhista, conferindo e averiguando o que lhe parecia obscuro. Em várias ocasiões, reclamou da displicência dos administradores relativo ao registro dos nomes dos imigrantes/colonos, o que levava a interpretações dúbias: Karl, Carl e Carlos eram registrados indistintamente, ficando a dúvida se se tratava realmente da mesma pessoa. Em outros casos, constava apenas o sobrenome – por exemplo, Buss: tinha o pai e o filho, ficando ininteligível a qual se referia. Logo, um registro correto era essencial. Essa exigência era mais formal para o próprio Meyer, para quem os colonos e imigrantes significavam apenas nomes, do que para o diretor da colônia, o qual convivia com os mesmos e sabia perfeitamente de quem se tratava. Os nomes também não deveriam ser abrigados, afinal, era uma colônia alemã e os nomes alemães deveriam ser mantidos – Richard e não Ricardo; Wilhelm e não Guilherme, Hermann, e jamais Germano.¹¹⁰

Relativo à administração e condução dos negócios da *Colonizadora Meyer*, nota-se uma atuação moldada pelo próprio estágio do empreendimento e da personalidade do administrador. Horst Hoffmann, administrando a partir de Porto Alegre, não tinha muita flexibilidade para lidar com os imigrantes e colonos, ficando isso a cargo de Rudolf Scharf, em Cruz Alta. Já Alfred Bornmüller teve uma atuação mais diplomática e flexível, convivendo no cotidiano da colônia, preocupado com a

¹¹⁰ Carta. Leipzig, 22/10/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

organização interna da mesma, dotando-a de uma infra-estrutura mínima, garantindo com isso a sua credibilidade e solidez. Assumindo a empresa após uma década de trabalho e a superação da fase de instalação, Hermann Faulhaber foi o administrador da fase áurea da colonização, tornando-se o mais conhecido: um homem de dois continentes, como pastor protestante e professor, defensor dos ideais germanistas, conquistou prestígio na colônia e fora dela, prestígio do qual se valeu posteriormente quando assumiu a direção da colônia Neu-Württemberg, implementando uma administração personalista, paternalista e ousada. Isto é, valeu-se integralmente dos poderes concedidos pela sua procuração, conduzindo a colonização de acordo com os seus interesses e princípios, empregando estratégias arriscadas, especulação de terras, ampliação da área das colônias; ao mesmo tempo, costurou uma rede de relações sólida nas colônias e fora delas, incluindo as lideranças políticas de Cruz Alta e Palmeira, garantindo assim o apoio necessário para a execução de seus planos.

No Noroeste do Rio Grande do Sul, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* era proprietária de várias áreas de terras descontínuas, não conseguindo formar um único e extenso complexo colonial, o que era o seu objetivo inicial. No município de Cruz Alta, implantou a colônia Neu-Württemberg, em 1898, escolhida como sede do empreendimento e modelo mais acabado do projeto de colonização como um todo, com a maior área territorial, ampliada com sucessivas compras de terras. Hoje constitui parte do município de Panambi e Condor. Já no município de Palmeira, possuía a colônia Xingu, fundada em 1897, de pequena extensão territorial, formando hoje o município de Novo Xingu; a colônia Fortaleza/Guarita/Erval Seco, adquirida em 1899, mas só colonizada no final da década de 1920, área que integra hoje o município de Erval Seco. Ainda, possuía as posses Boi Preto, adquirida em 1898, mas que não chegou a ser colonizada, sendo vendida novamente. Por fim, a colônia Castilhos, localizada no município de Julio de Castilhos (ex-Vila Rica), região central do estado, adquirida em 1903 por dívida da *Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande*. As particularidades de cada colônia ou posse e o modelo de colonização ali aplicado serão tratados nos próximos capítulos.

Todavia, um projeto de colonização tem início e fim. Com o término da I Guerra Mundial, Herrmann Meyer encontrava-se em dificuldades financeiras. Em

correspondência de abril de 1920, instruiu Hermann Faulhaber a proceder à liquidação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, agilizando para isso a venda dos lotes coloniais restantes, e negociar as glebas não colonizadas na íntegra, economizando assim com os serviços de medição. No entanto, a liquidação efetiva dos bens da empresa só teve início após a morte de Faulhaber, quando Eduard Hempe assumiu a direção dos negócios, mas de uma forma extremamente lenta, o que preocupava Meyer, pois, segundo ele, um homem na sua idade precisava pensar em deixar seus bens em ordem. “Quando eu iniciei a colonização, nem por sombras pensei que tal atividade poderia se estender por mais de 30 anos para se desenvolver. Eu só te relembro [Hempe] que o encerramento definitivo precisa ser mais acelerado”.¹¹¹

Restava concluir a medição, divisão e venda dos lotes coloniais da colônia Fortaleza/Erval Seco, quando, na manhã de 17 de março de 1932, após um longo período de convalescença, Hermann Meyer faleceu, aos 61 anos, em sua residência.¹¹² Em seu testamento, designou sua esposa, Elisabeth Meyer, como sua única herdeira, pelo direito alemão.¹¹³ A partir de então, ela ficou à frente dos negócios da família, até o seu falecimento, em 30 de março de 1948. Posteriormente, procedeu-se à partilha dos bens restantes entre as duas filhas, Gertraud Henriette Antonie Erika Meyer¹¹⁴ e Annemarie Elizabeth Margareth Antonie Meyer.¹¹⁵

Como sucessora da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, Elisabeth Meyer tinha por objetivo se desfazer definitivamente da empresa e de seus bens no Brasil. Para isso, porém, o principal empecilho foi o próprio valor de venda da empresa, somado ainda às dívidas pendentes. Várias propostas de venda foram apresentadas pelos representantes de Elisabeth Meyer a Eduard Hempe, que como

¹¹¹ Leipzig, 15/8/1931. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Caixa 44, MAHP.

¹¹² O casal Meyer tinha sua residência em Leipzig, na *Plagwitzer Strasse 50*, além de uma casa de campo na Baviera.

¹¹³ Carta. Leipzig, 15/2/1933. Walter Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 - Cartas Walther Schimpf a Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer, Caixa 45, MAHP.

¹¹⁴ Gertraud Henriette Antonie Erika nasc. Meyer, (divorciada Schieschke), sem profissão, nascida em 27/6/1912, em Leipzig, casou em 18/9/1947 em Garmisch-Partenkirchen, em Viena, com Herberth Johann Franziska Tauber, nascido em 4/11/1899, comerciante diplomado e Conselheiro Administrativo. Se divorciou em setembro de 1953, casando novamente em 1957 com o representante comercial Kurt Hosse.

¹¹⁵ Annemarie Elizabeth Margareth Antonie Meyer casou com o Dr. Otto Mittelstädt, livreiro-editor.

procurador e administrador da empresa, era o comprador preferencial.¹¹⁶ Entretanto, justamente por ser conhecedor de toda a estrutura da empresa e das condições do mercado de terras do período, Hempe não quis assumir o compromisso, pois a compra implicava em ter capital suficiente para liquidar as dívidas pendentes.

Finalmente, em junho de 1939, foi fechado na Alemanha o contrato de venda da *Colonizadora Meyer*, com todo o seu capital ativo e passivo, então em 360 contos de réis, assumindo o comprador também as dívidas, com o compromisso de dar continuidade ao empreendimento, pelo preço de 20.000 *Reichsmark* (vinte mil marcos). O comprador, Adolfo Baumann, de nacionalidade argentina, cambista, então residente em Berlim, assumiria o empreendimento já em janeiro de 1940. Contudo, quando as negociações já estavam bem adiantadas, havendo Hempe realizado todos os relatórios financeiros da empresa, o comprador alegou falta de capital para assumir o empreendimento dessa monta e desistiu do negócio.¹¹⁷

Nas décadas seguintes, os entraves burocráticos, a morosidade do poder judiciário, e a falta de dinheiro foram os principais obstáculos para a liquidação da empresa. Primeiro, foi necessário concluir o inventário de Herrmann Meyer, iniciado em 1933 e apenas concluído em 1936. Na seqüência, em 1944, temendo a penhora de bens, a *Colonizadora Meyer* requereu a sua falência na Junta Comercial do Estado, objetivando assim proceder a uma liquidação coletiva, onde poderiam pagar

¹¹⁶ Em 20/9/1933, Elisabeth Meyer, residente na Helfferich-Strasse 50, em Leipzig, na Alemanha, passou uma procuração a Eduard Hempe, para que ele administrasse, sem restrições, os negócios da empresa, inclusive liquidando os negócios dentro do possível, não caducando essa procuração em caso de morte da proprietária, passando os herdeiros a serem os responsáveis. Foi registrada no dia 26/9/1933, em Leipzig, Alemanha. (Procuração a Eduard Hempe. Pasta Dr. Herrmann Meyer – Procurações e Contratos. Caixa 31, MAHP). Antes de dar início ao inventário de Herrmann Meyer, Walter Schimpf, respondendo pela sucessão, informou que Hempe era o comprador preferencial da *Colonizadora*, e caso assumisse toda a regularização das terras e o inventário, poderia vender-lhe todo o complexo por 30.000 Marcos (Carta. Leipzig, 15/2/1933. Walter Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 - Cartas Walther Schimpf a Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer. Pasta 45, MAHP).

¹¹⁷ Esboço do contrato de venda da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer para Adolfo Baumann. Caixa 31, MAHP. A venda era retroativa a 1º de janeiro de 1939, e baseada no balanço da empresa de 1938; Carta. Leipzig, 5/7/1939. p. Else Meyer Sächsische Revisions-und Treuhandgesellschaft A.-G. a Eduard Hempe, Pindorama. Pasta 5 - Cartas diversas, Caixa 46, MAHP. A anulação do negócio foi comunicada a Hempe, explicando que Baumann encontrava-se desde agosto em Londres, e que não conseguiu o capital para confirmar o negócio. Assim, Hempe deveria vender as terras, por preços que não trouxessem grandes prejuízos para Else Meyer, e cobrar as dívidas energicamente, além de tentar encontrar um comprador para a empresa (Carta. Leipzig, 30/10/1939. p. Else Meyer Sächsische Revisions-und Treuhandgesellschaft A.-G. a Eduard Hempe, Pindorama. Pasta 5 - Cartas diversas, Caixa 46, MAHP). Essa posição foi mantida posteriormente pelos demais herdeiros, pressionando constantemente pelo encerramento dos negócios da empresa, pois não pretendiam mais se preocupar com isso (Mannheim, 2/8/1966. Otto Mittelstädt a Paul Pflüger, Panambi. Pasta 3 – Diversas Cartas a Paul Pflüger, Caixa 148, MAHP).

os credores vendendo os bens com alvará concedido pelo juiz. “A falência foi denegada, sob o fundamento de que a Empresa devedora não era comerciante. Em vista de esta praticar insofismáveis atos de comércio”, recorreram da sentença, para o Tribunal de Apelação, mas permaneceu a primeira sentença. Outra saída seria a liquidação amigável da empresa, mediante um alvará concedido pela comissão controladora dos bens de estrangeiros do eixo, no Brasil.¹¹⁸ Depois de várias idas e vindas, por despacho judicial de abril de 1953, foram liberados os bens necessários para a liquidação das dívidas constantes no inventário de Elisabeth Meyer, procedendo-se o pagamento da segunda e última parcela aos respectivos credores.¹¹⁹ O inventário, iniciado em 1948, foi concluído em 1956.¹²⁰

Em virtude do Decreto-lei 4.166, de 11 de março de 1942, tratando dos bens dos súditos do Eixo, os bens da herança permaneciam retidos, impedindo e

¹¹⁸ Ofício. Cruz Alta, 2/10/1944. Flávio Castro, advogado, a Ilmo. Sr. Dr. Neyton Souza Correa, Palmeira. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos, Caixa 47, MAHP. Uma estratégia empregada para forçar a falência, foi a inclusão de títulos de dívida fictícios ou já quitados, em comum acordo com a casa comercial Fischer e Franke, por exemplo, e com essa manobra, além de poder disponibilizar de mais terras para venda, também conseguiria algum capital para o pagamento de outras despesas.

¹¹⁹ Carta. Cruz Alta, 1/4/1953. Lucídio Ramos a Paul Pflüger, Panambi. Pasta 2 – Cartas diversas a Paul Pflüger, Caixa 148, MAHP; Carta. Cruz Alta, 14/7/1953. Mario Moraes a Paul Pflüger, Panambi. Pasta 2 – Cartas diversas a Paul Pflüger, Caixa 148, MAHP. Essa questão foi problemática, pois a maior parte dos credores eram pessoas físicas, que tinham seu capital depositado junto a empresa, e foram obrigados a aguardar por mais de uma década para reaver seu dinheiro, pagando ainda 20% do valor ao advogado, que em uma ação conjunta, garantiu os pagamentos – sem a intervenção de advogado, os pagamentos não seriam realizados. Óbvio que os credores pressionaram Paul Pflüger, como o diretor da empresa, que se via numa situação embaraçosa, pois os bens permaneceram na maior parte do tempo bloqueados.

¹²⁰ Respondendo a um questionamento do advogado Erich List, representando os herdeiros e sob pressão destes, Paul Pflüger explicou que, em 25/3/1942 o capital da *Colonizadora* era de Rs. 274:083\$90, e as dívidas eram de Rs. 296:732\$330. Em 1948, quando Elisabeth Meyer faleceu, e foi preciso iniciar o inventário, contratou em Cruz Alta os advogados Lucídio Ramos para dar prosseguimento às questões da empresa, e Mário Moraes para o inventário. “Assim, para não perdermos todas as terras restantes, o Juiz de Cruz Alta nos concedeu um novo alvará, para que possamos vender tanta terra quanto conseguir, para levantar capital para pagar as despesas do inventário” (Carta. Panambi, 12/3/1955. Paul Pflüger ao Dr. Erich List, advogado, Frankfurt. Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha, Caixa 148, MAHP). “Registro da escritura pública de partilha amigável dos bens de Elisabeth Margareth Johanna Meyer, registrada em 17 de dezembro de 1958, em Panambi, pelo procurador advogado Mário Moraes, de Cruz Alta, que deixou como herdeiras suas duas filhas, Annemarie Mittelstaedt, de nacionalidade alemã, doméstica, e o doutor Otto Mittelstaedt, que também assinava Annemarie Elisabeth Margareth Antonie Mittelstaedt, e Gertraud Hosse, ex-Gertraud Henriethe Antonie Erika Tauber, também de nacionalidade alemã, doméstica, e seu marido Kurt Hosse. Ambas residentes em Mannheim, Alemanha. O monte-mor era de C\$ 448.977,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil novecentos e setenta e seta cruzeiros). Dividindo esse valor, ficava cada legítima com C\$ 224.488,50. Toda área inventariada ficava em uma única gleba em Erval Seco, com 758,2 hectares. Naquele ano de 1958, não tinham dívidas de impostos, bem como os bens haviam sido liberados pelo governo” (Certidão do Tabelionato e Registro Civil Paulo Weber, Panambi, 28/3/1973. Caixa 30, MAHP).

dificultando a venda e escrituração das terras.¹²¹ Para proceder à liberação, foi necessário a intervenção, em abril de 1957, da *Câmara do Comércio* de São Paulo, além da pressão por parte dos herdeiros através do consulado da Áustria.¹²² As informações eram ambíguas e contraditórias, pois naquele momento o nome de Elisabeth Meyer não figurava mais na lista dos bens de súditos alemães retidos no Banco do Brasil. Os bens da *Colonizadora Meyer* foram liberados em 1959, após recorrer à *Agência Especial de Defesa Econômica* do Banco do Brasil, responsável pelo assunto.¹²³

A incerteza em obter a escritura definitiva e o aumento da concorrência nesse mercado, afastou os possíveis compradores de terras da colônia, o que retardou a liquidação definitiva dos bens dos herdeiros da *Colonizadora Meyer*.

¹²¹ Sobre a situação gerada pelo Decreto-lei 4.166 e leis complementares, e diante da negativa do Oficial do Registro de Imóveis de Palmeira em registrar os lotes vendidos pela *Colonizadora Meyer*, o advogado contratado da empresa, Mario Moraes, argumentou: “o Dec. em questão exclui, expressamente, das exigências nele contidas, os casos de execução por dívida anterior à lei. Vale dizer que, em tais casos, comprovada a existência dos débitos em apreço, não vigoram quaisquer restrições às vendas de bens e, conseqüentemente, não se torna necessário, como é óbvio, ouvir representantes da União. [...]. Os bens da Empresa não foram incorporados ao patrimônio da União, como afirma o titular do Cartório de Palmeira [...]. O Dec. 4.166 determina que os bens de súditos do Eixo domiciliados no estrangeiro passem à administração do Governo Federal. Note bem: Súditos domiciliados no estrangeiro, e ainda assim, com indicação, unicamente, de que perdem a administração dos imóveis. Ora, D. Elizabeth Meyer residia na Alemanha, mas era domiciliada no Brasil, conforme consta expressamente dos autos de inventário e provaremos com certidão. E ainda que assim não fosse, continuaria na propriedade dos bens, que não foi transferida à União. Outro aspecto interessante: Encontrei uma decisão do Tribunal de Justiça deste Estado, esclarecendo que os contratos de promessa de venda anteriores à lei, embora não registrados, valem para ser lavrada a escritura definitiva, desde que o preço integral tenha sido já pago” (Cruz Alta, 15/3/1950. Mario Moraes a Paul Pflüger. Pasta 2 – Cartas diversas a Paul Pflüger, Caixa 148, MAHP).

¹²² Carta. Panambi, 6/4/1957, Paul Pflüger a Erich List, Frankfurt. Pasta 1 – Cartas diversas - sucessão H. Meyer a. Caixa 45, MAHP; Carta. Panambi, 21/11/1954, Paul Pflüger a Erich List, Frankfurt. Pasta 1 – Cartas diversas - sucessão H. Meyer a. Caixa 45, MAHP. A pressão através do consulado da Áustria devia-se ao fato da herdeira Gertraud Tauber ter cidadania austríaca, a qual não perdeu em função do divórcio.

¹²³ Carta. Panambi, 25/1/1959, Paul Pflüger a Erich List, Frankfurt. Pasta 1 – Cartas diversas - sucessão H. Meyer a. Caixa 45, MAHP.

1.4 “MINHA VIAGEM PELAS COLÔNIAS DO RIO GRANDE DO SUL”: UMA AVALIAÇÃO DE MERCADO

O ideal que norteou a atuação de Herrmann Meyer na área da colonização foi o de “trabalhar para assegurar aos nossos emigrantes, que na América do Norte encontram sempre maiores dificuldades, uma região colonial salubre e fértil, onde, por seu trabalho, possam conquistar uma posição segura em prazo relativamente curto” (MEYER, 1899: 33).¹²⁴ Posteriormente, acrescentou ao seu projeto, além dos interesses econômicos, também intenções políticas, alinhando-se com a política colonial nacionalista [*kolonialpolitisch*], com o objetivo de trabalhar em prol da “ampliação e manutenção do *Deutschtum* no exterior” [*Ausbreitung und Erhaltung des Deutschtums im Ausland*] – inserindo, ao lado da África, então foco principal, também o Brasil (HERMANNSTÄDTER, 2004). Entretanto, esse posicionamento de Meyer era ambíguo, ou seja, enquanto pleiteou a concessão para a emigração, aproximou-se dessa linha política, mas, uma vez atendidos os seus intentos, afastou-se novamente, procurando conduzir seu projeto de colonização de forma independente.

Segundo o historiador alemão Helmut Schmahl (2007: 30),

a motivação para a emigração para a América do Norte foi, na maioria das vezes, de natureza econômica. [...]. Via de regra, estava-se bem informado na Alemanha sobre as condições a serem encontradas. Jornais e revistas buscavam satisfazer à curiosidade. De maior importância para a decisão de

¹²⁴ Quase meio século antes, o Dr. Hermann Blumenau (1819-1899) apontou a mesma razão ao investir na formação de uma colônia privada no estado de Santa Catarina, ainda durante o Império, destacando que no Brasil o colono recebia ajuda, ao contrário da América do Norte, onde imperava a máxima americana “ajuda-te a ti mesmo” (BLUMENAU, 2002: 39). Hermann Blumenau, antes de investir em um projeto de colonização, também fez uma viagem pela zona de colonização do Rio Grande do Sul. Fundou a colônia Blumenau, às margens do rio Itajaí, em 1848. Os prospectos de propaganda publicados por Blumenau e os prospectos da *Colonizadora Meyer* apresentavam um perfil semelhante, no que tange aos assuntos tratados e à sua estrutura. O discurso de que a colônia se faz por si mesma, por meio do trabalho do colono, esteve presente em Blumenau, em 1856: “a Colônia, sustentada com recursos relativamente ínfimos, se desenvolveu lenta, mas progressivamente, por si própria, de maneira segura e natural, conseguindo firmar sua existência através do trabalho” (BLUMENAU, 2002: 26). Pelos flancos deixados na correspondência de Herrmann Meyer, é possível depreender que era um profundo conhecedor e seguidor das idéias de Blumenau, pois era membro-fundador da *Blumenau-Stiftung*, na Alemanha, entidade que tinha como fim central auxiliar as escolas alemãs no sul do Brasil. Ainda, estavam empenhados em construir um monumento em homenagem a Blumenau (Carta. Leipzig, 17/2/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

emigrar foram, no entanto, as cartas, escritas por emigrantes a amigos e parentes da velha pátria.

Jorge Luiz da Cunha (2000) explica que a idéia de desviar a emigração alemã dos Estados Unidos para a América do Sul esteve na pauta de discussão da intelectualidade e dos círculos políticos da Alemanha, desde a década de 1840. A partir de então, a emigração passou a ser encarada como uma questão da nação alemã, e como tal tratada – anteriormente era uma questão interna de cada estado.

A América do Sul, mais precisamente o sul do Brasil, apresentou-se como a região ideal para onde deveria ser dirigida a emigração alemã em proveito dos interesses da Alemanha. A partir daí, acreditava-se poder, em contraposição a uma América do Norte vinculada econômica e culturalmente à Inglaterra, desenvolver uma América do Sul vinculada à Alemanha (SCHMIDT, 1842: 44 citado por CUNHA, 2006: 284).

A idéia foi levada a cabo, por exemplo, em 1847, com a fundação da colônia Petrópolis, no Rio de Janeiro, a *Versalhes* brasileira, por Julius Friedrich Köler e Ludwig Friedrich Kalkmann. Cunha conclui dizendo que embora “somente no final do século XIX essas idéias e planos tenham encontrado repercussão na Alemanha, desempenharam um importante papel no reconhecimento público de que a emigração vinculava-se à questão da economia nacional alemã” (CUNHA, 2006:284). Já em 1897, surgiu na Alemanha a *Lei de Emigração*, que determinava que a emigração só poderia ser realizada em portos e navios alemães, bem como vedava a saída para países que subsidiavam a passagem. A partir de então, forçava-se a emigração espontânea, restrita àqueles em condições financeiras para arcar com as suas despesas.

A família Meyer, além do *Instituto Bibliográfico*, possuía capital aplicado em outros setores no país e no exterior. Investiu capital no setor ferroviário da Alemanha, mas sem grande sucesso; em áreas coloniais alemãs da África Oriental; além de contribuir financeiramente para projetos sociais e entidades beneficentes.¹²⁵

Para a atualização da *Enciclopédia Meyer*, o *Instituto Bibliográfico*, financiava viagens de pesquisas científicas. Na década de 1880, o irmão mais velho de Herrmann Meyer, Hans Meyer, após concluir sua formação em ciências

¹²⁵ Em 1888, Herrmann Julius Meyer fundou em Leipzig o *Verein zur Erbauung billiger Wohnungen* – Sociedade para construção de casas populares. Essa sociedade foi transformada em 3 de abril de 1900 na *Stiftung zur Erbauung billiger Wohnungen*. Essa entidade organizou até 1914 quatro colônias residenciais – *Wohnkolonien* –, em Leipzig, com cerca de 2.700 residências, localizadas em Lindenau, Eutritzsch, Reudnitz e Kleinzschocher.

econômicas, filologia germânica, história e geografia em Leipzig, Berlin e Strassburg, entre 1878 e 1880, realizou uma viagem em volta ao mundo. Em 1884, entrou como pesquisador no referido *Instituto Bibliográfico*, dedicando-se de 1886 a 1911 a pesquisas na África. Para isso, realizou expedições à África Oriental alemã em 1887, 1888, 1889 e 1911. Era membro da *Deutsch-Ostafrikanische Gesellschaft* e favorável a uma expansão da política colonial da Alemanha. Em 1889, escalou o monte *Kilimandscharo*. A partir de 1894, dedicou-se aos estudos sobre vulcões, viajando por tal razão ao Equador, em 1903.¹²⁶ Seguindo essa tendência, posteriormente, o *Instituto Bibliográfico* financiou as duas expedições de Herrmann Meyer ao Xingu mato-grossense, e sua viagem pela zona colonial alemã e italiana do Rio Grande do Sul.

Nessa linha de exploração científica e empreendedorismo, Herrmann Meyer conduziu sua idéia de formar um complexo colonial no Rio Grande do Sul, associado ao projeto de construção de uma linha ferroviária. Entretanto, investir capital em outro ramo, em um país estrangeiro, requer no mínimo uma avaliação criteriosa de mercado, dos riscos financeiros em jogo, a viabilidade, e os meandros burocráticos respectivos. Já em uma correspondência, datando de 20 de junho de 1896, Meyer sinalizava para a colonização como uma área lucrativa no país.

É possível pela aquisição [de terras] e [sua] colonização, em alguns anos, ganhar colossal capital aqui. Pode-se inaugurar um empreendimento lucrativo com os emigrantes nas áreas que aqui são abundantes e ainda obter deduções por parte do Estado. Assim, pode-se acertar três moscas com um golpe só e com isso obter grandes lucros. Eu quero aceitar essas coisas como verdadeiras, explorar e verificar essa possibilidade exaustivamente (MEYER, 20/6/1896 citado por HERMANNSTÄDTER, 2004: 427).

Para uma avaliação *in loco* do mercado de terras e colonização no Rio Grande do Sul, realizou, no último trimestre de 1898, uma viagem discreta de reconhecimento do território e dos resultados concretos da zona colonial dos vales dos rios Sinos, Taquari e Caí, incluindo a região de colonização italiana.¹²⁷

¹²⁶ Hans Meyer (22/3/1858 – 5/7/1929) defendeu em 1881 seu trabalho “Die Straßburger Goldschmiedezunft von ihrer Entstehung bis zum Jahre 1681”, recebendo seu título de Doktor Phil. em 1907. Foi professor na Universidade de Leipzig de 1915 a 1928, lecionando *Kolonialgeographie*. Também publicou vários estudos e relatórios de pesquisa, bem como foi um dos idealizadores do *Museum für Völkerkunde zu Leipzig* (cf. *On line*: <http://www.mvl-grassimuseum.de>).

¹²⁷ Na sua pauta de viagem, constava como primeiro roteiro a zona de colonização antiga, e como segundo roteiro uma inspeção ao planalto rio-grandense, região na qual estava instalando o seu

Acreditava que uma estada mais demorada lhe permitiria familiarizar-se e conhecer a fundo a realidade das colônias e dos seus colonos, bem como extrair informações pormenorizadas e grande quantidade de material estatístico, o mais exato possível, junto às repartições públicas. Para isso, “questionário e aparelho fotográfico serão os meus instrumentos”. Segundo ele, seu esforço foi recompensado, pois além do que viu e pôde avaliar a partir da convivência na zona de colonização, recolheu “uma grande amostra de vários Relatórios dos Municípios, diretores de colônias, preenchimento de questionários e livros de notas, bem como cerca de 150 fotografias que esperam apenas uma elaboração mais adiante” (MEYER, 1899: 38). Com a coleta de todo esse material empírico e a sua sistematização, pretendia

em palavras e imagens, em seu próprio lar e junto ao seu trabalho, despertar no povo alemão o interesse e amor pelo Rio Grande, seus compatriotas, e promover a sua relação e novas ligações, com isso assentar a pedra fundamental para uma “Alemanha no Brasil” (“*Deutschland in Brasilien*”): essa é a minha aspiração (MEYER, 1899: 33-34).

Assim, além de mostrar aos alemães o espaço construído e o cotidiano de seus compatriotas no Rio Grande do Sul, Meyer (1899) queria colaborar diretamente para o desenvolvimento desse estado. Os resultados de suas observações também seriam apresentados ao governo da Alemanha, que só obteria vantagens se auxiliasse nos seus projetos.

Aos seus familiares e amigos, Herrmann Meyer enviou uma extensa *carta de viagem*, com detalhes desde a sua saída de trem da Alemanha, até seu embarque no vapor *Amazonas*, que o trouxe ao Brasil, após 19 dias de viagem.¹²⁸ Na solidão da viagem, “o que me consolava era o fato de ser um alemão: a lembrança da *Heimat* e o servir à outra terra, prestando o meu trabalho” (MEYER, 1899: 1). Para atingir um público mais amplo, e já pensando na divulgação de seu projeto de colonização, essa carta foi publicada em 1899, em Leipzig, pela editora da família (*Carl Meyers Graphisches Institut*), enquanto seu autor ainda estava no Brasil: *Meine*

complexo colonial e pretendia investir na construção de uma linha férrea. Por fim, seguiria de trem de Pelotas até Bagé, rumo a Montevideú, com o propósito de conhecer a região de campanha.

¹²⁸ O relato não segue um rigor cronológico, ao estilo de diário. Mas sim, são suas anotações acerca do que viu e ouviu, anotando apenas algumas datas-chave, valendo-se mais de termos como “uma semana”, depois de três dias, etc. Chegou ao Rio Grande do Sul, provavelmente, no dia 23 de setembro, permanecendo até 29 de dezembro de 1898, quando seguiu rumo ao Uruguai, atravessando a fronteira já nos primeiros dias de janeiro do ano seguinte, até Buenos Aires, com destino ao Xingu, no Mato Grosso.

Reise nach den deutschen Kolonien in Rio Grande do Sul. 1898-1899 [Minha viagem para as colônias alemãs no Rio Grande do Sul, 1898-1899].¹²⁹

Sua *carta de viagem* foi escrita, *a priori*, para informar aos seus sobre a sua vida em país estrangeiro, bem como fornecer um retrato, o mais próximo possível, daquilo que vivenciou e sentiu nesse lugar distante, em meio aos seus compatriotas. Em diversas passagens, registrou seu estranhamento frente ao diferente, ao tipo brasileiro e o seu modo de vida; sua indignação com os trens poeirentos, a má conservação das estradas, o abandono dos Museus do Rio de Janeiro e de São Paulo, a derrocada dos clubes alemães.¹³⁰ Quanto aos habitantes do país, o índio representava o exótico, seu próprio objeto de estudo. O negro era visto com reserva e preconceito, e o brasileiro como desapegado ao trabalho.

O relato de viagem sinaliza para a sua condição social e a rede de relações pessoais e institucionais na qual estava inserido. A começar, era uma viagem particular, custeada pelo seu pai, Hermann Julius Meyer, via *Instituto Bibliográfico*. Sua posição social privilegiada permitiu que empreendesse pequenas excursões paralelas durante as escalas do vapor, isso no trajeto da Europa para a América, e posteriormente no Brasil, hospedando-se sempre em bons hotéis ou pousadas. Por exemplo, na escala em Pernambuco, foi conhecer Recife – a cidade das pontes, cúpulas de igreja, teatro, construções municipais, que fazem dela uma *Dresden brasileira (brasilianisches Dresden)*, faltando apenas as muitas palmeiras reais junto ao Elba – e Olinda. Porém, sua antipatia pelas pessoas que estavam no porto de Pernambuco foi imediata: brasileiros, mulatos e negros, que falavam alto, discutiam sobre política, fumavam, cuspiam, parados no meio do caminho, atrapalhando o

¹²⁹ Esse relato de viagem também foi objeto de análise de Jorge Luiz da Cunha e Angelika Gärtner, no artigo *As culturas alemã e brasileira no relato da viagem de Herrmann Meyer, nos anos 1898 e 1899, pelas colônias alemãs no Rio Grande do Sul* (2001). O enfoque do artigo centra-se na forma como Meyer percebeu os diferentes grupos étnicos estabelecidos no estado, e os brasileiros de modo geral; bem como a sua estrutura política, econômica, social e cultural.

¹³⁰ No Rio de Janeiro, conforme Giralda Seyferth (in GOMES, 2000: 12-13), “apesar de pouca expressividade numérica, [os imigrantes alemães] tinham visibilidade entre os estrangeiros residentes na cidade e, em 1821, fundaram a *Gesellschaft Germania*, a primeira associação demarcadora de pertencimento étnico germânica surgida no país”. Na mesma aparece, entre seus 30 fundadores, “uma forma de solidariedade étnica que anula a subdivisão pela cidadania de origem [...]. Durante 100 anos a *Germania* foi a ‘espinha dorsal’ da colônia alemã do Rio de Janeiro – lugar da *Geselligkeit* (sociabilidade) germânica mas, igualmente, o espaço para os negócios de uma pequena burguesia etnicamente definida”.

deslocamento das pessoas. “É assim que tratam o que está na sua bandeira: ‘Ordem e Progresso’” (MEYER, 1899: 15-17).¹³¹

Para o Rio de Janeiro, Meyer (1899) reservava mais adjetivos: a “cidade mais bonita do mundo, onde a natureza se superou”. Considerou que desde a sua última visita, em 1895, não havia mudado muito. Encontrou ainda nas estradas os mesmos “pedintes negros, as mesmas negras idiotas”, que tiravam café de sacos, peneiravam e vendiam. Permaneceu a maior parte do tempo em Petrópolis, de onde seguiu várias vezes ao Rio, para expor, junto ao Ministério, os seus planos. Em São Paulo, observou que os alemães haviam se apoderado das principais casas comerciais e ofícios, e o rápido crescimento da capital São Paulo, onde os comerciantes se concentravam, era, em grande parte, devido à diligência e ao capital alemão, na sua ótica. Rapidamente, visitou Santos e uma fazenda de café em Campinas.¹³²

Parte do tempo preencheu com visitas aos cônsules da Alemanha no Brasil, muitos deles seus amigos pessoais de longa data; e capitalistas alemães instalados particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, alguns também seus conhecidos. O exemplo de sucesso financeiro de seus compatriotas serviu para ele como mais um motivador para também aplicar capital no país. Essa rede de relações favoreceu, mais adiante, a divulgação e recomendação de seu projeto de colonização, com o apoio oficial da Alemanha.

Justificando seu investimento no Rio Grande do Sul – e não em São Paulo, por exemplo –, Meyer afirmava que sob o seu ponto de vista, era o estado mais adiantado do Brasil, o “estado modelo do Brasil” (MEYER, 1899: 33), e o mais germânico – “*Rio Grande do Sul, das deutsche Brasilien*”. Ao chegar à cidade de Rio Grande, já era notável o elemento alemão. Em Porto Alegre, o comércio mais significativo estava em mãos de alemães, refletindo a crescente prosperidade da colônia alemã. Sugeriu, para incrementar o desenvolvimento do estado, uma

¹³¹ A esse aspecto retornou em várias oportunidades em seu relato de viagem, lembrando que os brasileiros não cumpriam esse dizer, pois o que via era uma perfeita desordem e um atraso total. Esse panorama mudava apenas onde predominavam os imigrantes alemães e italianos, segundo ele.

¹³² Todavia, esse tipo de pensamento etnocêntrico e racista, presente na descrição dos usos e costumes dos brasileiros e suas cidades, não era exclusivo de Herrmann Meyer, mas sim, fruto de uma época. Analisando esses aspectos em três livros de jornalistas italianos, publicados entre 1889 e 1897, Núncia Santoro de Constantino (2005) encontrou um padrão semelhante ao descreverem os brasileiros e a cidade do Rio de Janeiro.

colonização alemã racional e um remanejamento econômico, com o aumento das exportações e a redução das importações. O caminho para a emigração estava aberto, e os alemães dificilmente perderiam o prestígio que haviam conquistado.

Preocupava-se também em assegurar a credibilidade de seu projeto de colonização, diferenciando-o dos demais. Segundo Meyer, a migração dos colonos rumo às novas fronteiras agrícolas deu margem para a atuação de especuladores, que formavam grandes complexos coloniais, o que não era o seu caso. Devido aos problemas, o Estado não vendia mais terras, a princípio, a privados, reservando-as para empreendimentos de grande porte, como *Companhias Ferroviárias*, às quais eram realizadas grandes concessões de terras, como contrapartida pelo risco da construção de uma ferrovia. Referia-se, no caso, à *Companhia Estrada de Ferro* e o seu projeto de colonização, pelo qual “milhares de colonos esperam o momento para poder se estabelecer ali. Uma vinda organizada de novos imigrantes vai trazer em breve à essa terra um grande desabrochar” (MEYER, 1899: 37).

Na correlação entre colonização privada e ferrovia se configurava o projeto de investimento de Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul. Sua determinação em comprar terras nas margens do rio Uruguai explicava-se pelo fato de estas se somarem às terras da concessão à *Companhia Estrada de Ferro*, permitindo assim formar um imenso complexo colonial, com uma via de acesso privilegiada. Aproximadamente 100 km nas margens do rio Uruguai eram terras do Estado – “ele guardou para si esse Paraíso” (MEYER, 1899: 37) – e as colônias privadas ali eram quase inexistentes. De acordo com os seus cálculos, a compra de terra e a sua posterior venda em forma de lotes coloniais por Rs. 800\$000 (oitocentos mil-réis) a Rs. 1:000\$000 (um conto de réis) cada, era um negócio lucrativo, ainda mais com o encarecimento das terras verificado nos últimos anos. Portanto, se o governo estava vedando a venda de terras públicas para empresas privadas, obter essas terras via construção de uma linha férrea era um outro caminho para garantir a sua inserção no comércio de terras e colonização.

Efetivamente, a maior área de terras devolutas do Estado localizava-se na faixa do rio Uruguai, predominando as terras florestais. Já naquele momento e posteriormente apoiado no *Regulamento de Terras de 1900*, o governo estava procedendo à verificação e legitimação de posses nessa região, com a instalação de uma comissão para tal fim em Ijuí, a cargo do engenheiro Augusto Pestana,

abrangendo Cruz Alta e Palmeira. Com isso, centenas de hectares de terras, ocupadas de forma mansa e pacífica, e não legitimadas dentro dos prazos legais, reverteram novamente ao Estado. Também havia uma preocupação em coibir a exploração de madeireiros na região. Uma das tendências então adotadas foi justamente não conceder mais terras em grandes extensões para particulares ou empresas de colonização, reservando-as para si e, nas décadas seguintes, o próprio Estado providenciou a medição, divisão em lotes e venda dessas terras diretamente aos colonos e aos nacionais.

Sem demora, Meyer entendeu que para levar um projeto de colonização adiante, só capital não bastava, era necessária também vontade política. Durante sua permanência em Porto Alegre, na primeira quinzena de novembro, ele conseguiu uma audiência com o líder republicano, Julio de Castilhos, e o presidente do Estado, Borges de Medeiros, quando apresentou seu projeto de estudo e os planos da ferrovia, da qual saiu com uma boa impressão.¹³³ “Castilhos passa a executar ou viabilizar os projetos que estão em sua mão”, e seu parecer favorável à *Companhia Estrada de Ferro* valia mais do que todas as demais garantias. Os elogios prosseguem: “Castilhos é uma cabeça genial, eu desejo ao Brasil ele como presidente. Então em muitos estados seriam menos preguiçosos [sua população]. É favorável à livre expressão” (MEYER, 1899:38-39). Passou também por várias repartições públicas, apresentando seu projeto de estudo pela zona colonial para encaminhar a autorização necessária.

Apostando no setor dos transportes ferroviários, também pretendia ser um referencial moderno e distinto do modelo aplicado até então, o qual julgou extremamente irracional e inadequado, como a linha que conduzia de Triunfo até Santa Maria.

Com essa viagem até Santa Maria, é possível perceber como as empresas constroem ferrovias aqui, quando a construção é paga por quilômetro, e nenhum controle [há] sobre o andamento da construção. A via é uma autêntica minhoca: tem curvas sem fundamento, que quase voltam por elas mesmas, e só matam muitos quilômetros. Só isso é possível, que se levam pelo trem rápido nove horas até Santa Maria. O que o Estado ganhou com essa construção ele em breve viveu, pois as rodas da locomotiva não rodam mais do que três meses, quando precisam ser trocadas. Mais rápido é o trajeto de Itararé [Santa Maria] até Cruz Alta, trecho construído por uma

¹³³ Meyer ficou surpreso pela sistemática das audiências privadas, pois era o único estado onde estas se realizavam em grandes salas abertas, com a presença de grande número de partidários curiosos, que posteriormente debatiam os assuntos tratados nos cafés (cf. MEYER, 1899).

empresa belga, que tem a concessão até Cruz Alta, de Cruz Alta a Passo Fundo, que está em construção, ligando-se a Santa Catarina e Paraná até São Paulo, permitindo ir até o Rio de Janeiro em 18 horas (MEYER, 1899: 45-46).

Tendo em vista a extensão da zona colonial alemã e italiana, e o pouco tempo disponível, Meyer optou em colher uma amostragem dos resultados da colonização, incluindo colônias oficiais e privadas, de formação muito remota e mais recente. Seu estudo visava a estabelecer tipologias, procurar diferenças e semelhanças entre as colônias e os seus colonos, apontar aspectos positivos e negativos da colonização, e a partir dos seus resultados, traçar o seu modelo de colônia e colonização.

Santa Maria, na região central do estado, foi o ponto de saída dessa primeira incursão.¹³⁴ Todo o trajeto foi percorrido em lombo de mulas, pois era a única forma de percorrer essa região, na maior parte de serra, por estradas e trilhas precárias. Meyer registrou seu estranhamento perante os trajes de seus três companheiros rio-grandenses, para ele, um tanto pitorescos:

o grande chapéu de aba larga, o poncho colorido, as largas bombachas com detalhes em vermelho e as grandes botas com esporas, espada prateada e a pistola ao cinto, lhe dão quase uma aparência selvagem, ainda mais quando eles freiam as suas selas revestidas de prata, que brilham ao se movimentar. Para mim, Carlos trouxe um prático exemplar de sela para mula, bem autêntico rio-grandense: freio prateado e arreios da mais alta categoria (MEYER, 1899: 47).

Baseado em suas observações a campo, Meyer traçou um comparativo entre a colônia italiana e a colônia alemã. Nas colônias italianas, as casas eram quase todas de pedra, traço acentuado em Silveira Martins, mas com uma arquitetura mais brasileira do que italiana, explicando que os italianos, a cada geração no Brasil, se afastavam mais de sua cultura de origem. O grande hotel ou hospedaria eram semelhantes aos locais de descanso de Trento, e se destacavam entre as construções, ao contrário das colônias alemãs, onde era necessário procurar pelas hospedarias, que geralmente eram construções muito rústicas; e as

¹³⁴ Conforme o combinado, Carlos Dhein o esperava em Santa Maria com os animais de montaria. Herrmann Meyer, acompanhado pelo Sr. Fregue e mais uma pessoa, e de Carlos Dhein e Alfred Schreiner, mais o “negro Alfonso”, partiram de Santa Maria em 4 de outubro de 1898, com destino a Silveira Martins, colônia Santo Ângelo (hoje Agudo), monte Botucaraí (Soledade), Santa Cruz, Venâncio Aires, Taquari, Estrela, Lajeado, Teutônia, Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Antônio Prado, Caxias, São Sebastião do Caí, Feliz, Picada Portuguesa, Hortênsio, 48, até a estação de trem de Novo Hamburgo, de onde seguiu para Porto Alegre, chegando entre 20 e 22 de outubro (cf. MEYER, 1899).

pequenas casas que os alemães haviam construído há 50 anos atrás ainda eram as mesmas. Os camponeses italianos eram gentis e atenciosos, compartilhando com os visitantes vinho e polenta, bem como auxiliavam em sua pesquisa, ao contrário dos alemães, que além de sua desvantagem material, geralmente foram *resmungões*. Ao chegar à colônia Santo Ângelo (Agudo), percebeu logo que ali havia o trabalho de alemães: as pequenas construções de madeiras cobertas de zinco ou tabuinhas, distantes cerca de 200 metros da estrada; em frente a casa, um potreiro com gado, e atrás dela, viam-se as lavouras, que se estendiam até o fim da colônia, até onde a mata já havia sido derrubada.

O sistema agrícola adotado pelos colonos, embora fosse o racionalmente possível, foi duramente criticado. Segundo ele, o *sistema de roças* trazia como ônus a rápida devastação das matas e sua queimada, tanto que nas áreas percorridas as matas não existiam mais, e o solo, antes muito fértil, dava mostras de desgaste. Quando a mata existente no lote colonial estivesse toda devastada, não restaria outra saída ao colono senão migrar, rumo a uma nova área florestal. Era, portanto, um sistema agrícola predador.

Meyer também destacou o estilo de vida e o modo de trabalho do brasileiro em relação dos demais grupos étnicos estabelecidos no estado.

É inacreditável, como os colonos brasileiros imitam pouco o bom exemplo dos alemães. As casas dos colonos brasileiros diferem muito pelo seu triste estado, em contraposição às moradias limpas dos alemães, e também os seus campos, são eles muito escassos, testemunham precisamente não de grande ordem e trabalho (MEYER, 1899: 58).

Por sua vez, o italiano “é econômico e diligente, seus campos parecem, sim, bem desfavoráveis aos dos alemães; seu maior ganho ele procura como profissional ou comerciante” (MEYER, 1899: 72). Em quase todas as casas em Alfredo Chaves, por exemplo, se faziam chapéus de palha, que eram exportados para o Rio de Janeiro e a Bahia, e fabricavam salame para comercialização. A criação era diversificada.

Já os imigrantes poloneses eram desaconselháveis para a colonização, o que pôde averiguar em Lajeado, uma colônia mais recente, onde o Intendente havia lhe passado muitas informações:

que já estão instalados 12.000 alemães, 6.000 italianos e 400 poloneses. Os últimos representam um mal cancerígeno para a colonização, eles são

muito preguiçosos para trabalhar, deixam sua terra abandonada e são para os outros colonos um peso por mendigar e roubar (MEYER, 1899: 69).

Na colônia Ijuí, notou situação semelhante: “por ser domingo, havia muitas pessoas na venda, colonos poloneses trocavam seu pouco dinheiro por cachaça”. Em frente à venda, havia também dois comerciantes árabes, tentando vender os seus produtos a preços elevados e os “polacos tolos são para isso os mais apropriados” (MEYER, 1899: 112).

Chamou atenção para a heterogeneidade da zona colonial alemã. Em sua opinião, o modelo mais acabado de colônia que deu certo era Santa Cruz¹³⁵, “a metrópole da germanidade no Rio Grande do Sul [*die Metropole des Deutschtums in Rio Grande do Sul*]” (MEYER, 1899: 60). No estado, Santa Cruz era a colônia mais conhecida e a mais visitada pelos viajantes: primeiro, pelo acesso fácil para quem vinha de Porto Alegre; segundo, pela comodidade, que faltava em outros lugares; e terceiro, era a mais rica e perfeita colônia para uma visita de passagem, evidência nítida da vitalidade salubre e o resultado propício da colonização alemã. Algumas *picadas* da colônia eram apresentadas como modelares. As casas, os campos, o modo de vida com a qual se deparou ali não havia encontrado em outro lugar ainda. A área urbana ligava-se às terras camponesas, havia duas igrejas, a municipalidade e uma série de casas de um pavimento; as estradas eram mantidas limpas. Santa Cruz já era emancipada, e contava com 17.000 habitantes, predominando os alemães (14.000 alemães e 3.000 brasileiros). Ali, a população de origem alemã havia se solidificado em todas as áreas, contando com uma série de pequenas indústrias, firmas de exportação e importação, assegurando bons preços; boas escolas alemãs; formaram-se clubes e sociedades de canto, e sociedades de atiradores. Enfim, Santa Cruz era considerada o modelo mais acabado de colônia, pois apresentava uma infra-estrutura digna de qualquer cidade que se prezasse. Ali, com certeza, não se reproduzia a situação encontrada na colônia Santo Ângelo (Agudo), onde conheceu um indivíduo que era farmacêutico, professor, pastor, médico e fabricante de cigarros, sem formação específica para essas áreas (MEYER, 1899).

Na maioria das colônias, o atendimento religioso e educacional era precário, principalmente nas comunidades protestantes, visto que os católicos eram atendidos

¹³⁵ Hoje, município de Santa Cruz do Sul.

pela Diocese. Nas colônias protestantes, os camponeses mesmos escolhiam o seu pastor, dentre eles alguém com mais capacidade, ou o professor, que estudou um pouco mais na Alemanha e que emigrou para o Brasil. Meyer apostava que em todas as colônias não havia uma meia dúzia de pastores protestantes que estudaram na Alemanha. O mesmo acontecia com os advogados.

A religiosidade era outro aspecto que diferia da colônia italiana para a alemã. Na colônia italiana, havia a venda, a casa comercial, logo também havia a igreja, na maioria pequenas capelas de madeira sem torre; e a religiosidade tinha sobre esse povo grande influência. No domingo, os colonos vinham de longe e se reuniam na e ao redor da igreja, ajoelhados por horas para ouvir a prédica. A simplicidade do italiano/descendente prevalecia nessas ocasiões: suas roupas simples, sem muitos adereços, ao contrário dos alemães, que iam à igreja com roupas de festa, seus cavalos com arreios de prata, numa grande ostentação. Era perceptível que os alemães estavam se afastando cada vez mais da prática religiosa, o que representava um perigo.

Deficiências desse gênero representavam problemas graves aos olhos de Herrmann Meyer, os quais, no seu projeto de colonização, deveriam ser sanados desde o princípio, para evitar a decadência cultural dos imigrantes. Os erros e acertos da zona colonial que percorreu serviriam para ditar as coordenadas para a formação de sua *colônia-modelo*.

Conhecer o colono no seu espaço social e as relações ali estabelecidas levou Meyer a uma festa de *Kerb*, entre 14 e 15 de outubro, na pequena localidade de Sampaio, ao norte de Venâncio Aires.

Viajar pelas colônias sem participar de uma festa de *Kerb* deixaria a viagem incompleta. Se quiser conhecer a vida do povo, não pode contemplar o camponês sozinho no seu trabalho, mas também nas suas festas. O *Kerb*, a festa de inauguração da Igreja, é a principal festa dos colonos (MEYER, 1899: 68).

Esse evento reunia os colonos da localidade em festa, bem como das imediações. Todavia, era uma festa de um grupo de famílias que tinham entre si laços de parentesco e amizade. Por essa razão, Meyer e seus companheiros de viagem se viram numa situação embaraçosa ao chegar a outra festa de *Kerb* que estava acontecendo na venda onde iriam pernoitar, em Teutônia. “Nós não éramos bem vindos, isso nós notamos à primeira vista, então nós éramos encarados como

elementos perturbadores na *Kerb* de amigos, e ninguém quis nos jogar para fora”. Mais tarde, um camponês reconheceu Carlos Dhein, e o reinseriu no grupo, junto com os demais, e tudo correu bem (MEYER, 1899: 70).

Avaliando os resultados desse seu *giro* pela zona colonial antiga, Meyer escreveu:

ele me mostrou o que a diligência alemã chega a legar. Assim, é necessário inaugurar novas áreas coloniais próximas às matas das Missões, para eles [os alemães] poderem expandir as raízes da germanidade, pelas suas próprias glórias e para a prosperidade da terra (MEYER, 1899: 75).

Justamente naquele momento, o Planalto rio-grandense estava se afirmando como a *nova* zona de colonização ou *colônias novas*, destacado pela qualidade de suas terras e extensas áreas florestais, propícias para a prática da agricultura, atraindo para si o fluxo migratório interno e os imigrantes. Herrmann Meyer excursionou por várias semanas nessa região, com o objetivo de conhecer e avaliar as suas potencialidade, como um todo, e, em particular, seu complexo colonial e o ramal ferroviário, ambos em fase de instalação.¹³⁶

Nessa ocasião, acompanharam-no de Porto Alegre até Cruz Alta, Friedrich Zügel e Holzwart¹³⁷, dois camponeses de Württemberg, Alemanha, que haviam aderido ao seu convite de emigrarem para o Brasil e se estabelecerem, como os pioneiros, nas terras de sua propriedade, dando início à colonização. No caminho, as novas paisagens chamavam a atenção dos viajantes: “viam-se grandes plantações enfeitando as casas dos colonos, e meus emigrantes assim já com o coração cheio de alegria diante dos sorridentes campos, que dão sinais de agradável prosperidade” (MEYER, 1899: 78). Após cinco horas de viagem, chegaram numa pequena cidade de campo: Cruz Alta. A recepção, em grande estilo, surpreendeu Meyer. Na mesma ocasião, foi apresentado às altas autoridades locais, que demonstraram boa vontade política para com o seu empreendimento. Permaneceu na cidade por dois dias, para resolver as pendências burocráticas e

¹³⁶ Para efetuar o reconhecimento dessa região, novamente, Herrmann Meyer seguiu de trem de Triunfo até Santa Maria, onde era necessário pernoitar para no dia seguinte fazer baldeação, e seguir para Cruz Alta (cf. MEYER, 1899).

¹³⁷ Em toda a documentação pesquisada, esse indivíduo apenas foi mencionado pelo sobrenome, pois permaneceu por poucos meses na colônia, quando então teria retornado para Porto Alegre e de lá, para a colônia Guarani.

retribuir visitas de cortesia, a fim de tornar-se conhecido e conquistar adeptos locais para viabilizar a execução dos seus planos.

Contudo, o objetivo central em Cruz Alta consistia em conhecer as terras adquiridas por Carlos Dhein para a instalação de sua colônia. Para chegar até lá, iniciaram uma grande cavalgada em direção ao rio Caxambu, ao norte da cidade. Os detalhes desse trajeto foram anotados cuidadosamente por Meyer, impressionado com a região, com as suas matas exuberantes, regadas por dezenas de pequenos rios – acreditando que *a primeira impressão é a que fica*, e é definitiva para convencer o comprador em potencial a se estabelecer na colônia ou desistir.

Seguimos uma légua a estrada que vai a Palmeira, pelo leito da estrada de ferro que vai a Passo Fundo, desviando então para oeste, avançando por um trilho estreito, onde desaparecíamos quase totalmente, escondidos pelo alto capim do campo, barba de bode, cujas lancetas se enganchavam firmemente em nossas roupas. Formava também, grossos rolos semelhantes a feltro, juntados pelo vento. Meus companheiros não puderam furtar-se ao prazer de incendiá-los. O fogo propagou-se imediatamente e, avançando avidamente, detinha-se apenas às margens dos arroios que cortam o campo em grande número.

Íris pequenas e encantadoras, amarelas, brancas e azuis cobriam as relvas úmidas à margem dos regatos; betúnias e verbenas purpurinas reluziam na grama viçosa. Semelhantes a parques artificiais surgiam, agora, maravilhosos capões de vegetação exuberante, à beira de pequenas lagoas e riachos que se destacavam nitidamente do campo.

Após algumas horas de estrada, durante as quais meus emigrantes não habituados a passarem tanto tempo a cavalo, soltaram gemidos involuntários que nem as reservas de cachaça das vendas encontradas pelo caminho, puderam abafar.

Atravessamos o rio Caxambu e penetramos em maravilhosa mata virgem. Esta cobre toda a região situada entre os rios que formam o Ijuí e acompanha-o até à margem do Uruguai. A fertilidade extraordinária do vale do Uruguai já pode ser observada aqui. Todo este terreno no limite com as terras de campo é sumamente valioso para a colonização, porque o acesso é relativamente fácil – cerca de três horas – e os produtos encontram colocação vantajosa em Cruz Alta. Há ainda a linha férrea que oferece grandes possibilidades para a exportação, duas horas até a estação Santa Bárbara. Em breve toda a região de mata do Alto Uruguai, de Itaqui até Nonoai e mais adiante até Caxias será atravessada pela ferrovia, mas para os colonos, que pensaram em comprar seu lote agora, é indicado que o façam em Cruz Alta, onde nós estamos trabalhando. E me alegra por isso e mais ainda, que Carlos Dhein foi bem sucedido, essas diversas terras privadas, a região de mata na bifurcação do rio Ijuí superior, veio para mim por suas mãos (MEYER, 1899: 82-83).¹³⁸

¹³⁸ Do relato de viagem de Meyer (1899), é a passagem mais reproduzida por várias publicações posteriores, mas sem mencionar a fonte. A primeira reprodução aparece na publicação da Faulhaberstiftung (1933), com uma versão em português realizada por Fausel (1949), a qual é citada pelos demais pesquisadores, sejam eles acadêmicos ou diletantes.

O futuro de uma colônia distante de vias de comunicação e mercado consumidor era incerto. Esse foi o primeiro aspecto observado por Meyer: o seu complexo de terras localizava-se próximo à via férrea – para ele, o trem era o meio de transporte mais importante e sinônimo de modernidade e progresso –, porta de saída para a exportação da produção excedente e entrada de mercadorias e pessoas. Além disso, Cruz Alta era um mercado consumidor em potencial. A localização dessa futura colônia não podia ser melhor, somados ainda a abundância da mata, a fertilidade do solo, os recursos hídricos. Demonstrava desde já uma inclinação em estabelecer ali a sede e o ponto de expansão de seu projeto de colonização.

Permaneceram na área por três dias, traçando os primeiros planos de demarcação dos lotes e possibilidades de povoamento.

Atravessamos a região em todos os sentidos, dentro, naturalmente, dos limites que nos ofereciam os trilhos estreitos. Penetramos nos soberbos matos, abrimos clareiras nas elevações para podermos apreciar o panorama todo; descemos aos rios, onde, em mente, já via surgir moinhos, curtumes e, o que em colônia alguma deve faltar, cervejarias, enquanto a fantasia me fazia ouvir do alto da colina mais próxima o tanger dos sinos da torre alta da igreja, em torno da qual artífices e comerciantes construíam as suas casas na cidade (*Stadtplatz*). Bonitos sonhos para o futuro, que agora poderão se realizar facilmente.

Então os meus emigrantes de Württemberg estavam entusiasmados com essa terra, iniciaram por isso aqui a construção de ranchos, para conceder a mais 150 famílias da Suábia [*Schwabenland*] que virão para a colônia “Neu-Württemberg”. E 400 famílias encontrarão aqui seu lugar, e cada uma obterá sua própria colônia com 250.000 metros quadrados.¹³⁹

É bom para o morador da colônia que, nas terras adquiridas, há muitas casas e galpões em bom estado. Existiam também ali plantações maiores, quase maduras para a colheita. Estas eu dei aos Württembergers, como postos avançados, as casas como primeira moradia e a colheita por sua conta, para logo obterem um ganho para si. Quando cada um construiu sua própria cabana, as casas vão servir como primeira moradia para os recém-chegados (MEYER, 1899: 82-83).

¹³⁹ Os suabos são provenientes do sul do estado de Württemberg. O mesmo está localizado no sudoeste da Alemanha. Tem como limite sul a Suíça, e a oeste a França, além dos estados alemães da Baviera, ao leste e nordeste, Hessen a norte e Renânia-Palatinado a oeste. O Reno traça a sua fronteira oeste, assim como uma parte significativa da fronteira sul. Para leste situa-se a Floresta Negra. No sul, acha-se o sopé norte dos Alpes; aí se situam também o Lago Constança e a nascente do Danúbio. No pós-II Guerra Mundial, em 1952, estes território dos ducados históricos de Baden, Württemberg e Hohenzollern foram unidos para criar o atual estado de Baden-Württemberg, com capital em Stuttgart. Hoje é o terceiro maior estado da Alemanha, tanto em área quanto em população, e a região mais industrializada do país. Entre as suas principais cidades contam-se Stuttgart, Mannheim, Karlsruhe, Freiburg, Heidelberg, Heilbronn, Ulm, Tübingen, Pforzheim e Reutlingen.

O nome da colônia deveria ser representativo, sintetizando seus objetivos, e chamativo, para os emigrantes em potencial da Alemanha e os colonos da antiga zona colonial. *Neu-Württemberg* parecia resumir tudo isso: uma colônia alemã e para alemães, em um novo espaço: o sul do Brasil, com novas possibilidades e oportunidades, em oposição à *antiga Württemberg*; outra leitura sugere que se tratava de uma reprodução em escala reduzida da antiga Württemberg, servindo assim como um referencial familiar aos emigrantes. Nova também em contraposição às *colônias velhas*, por se localizar no Planalto rio-grandense, a nova fronteira de expansão colonial.

Segundo o discurso construído *a posteriori* e parte do senso comum ainda hoje, a escolha do nome *Neu-Württemberg* visava a homenagear aos seus dois camponeses de Württemberg, e ao numeroso grupo de camponeses e artesãos que aguardavam por um sinal afirmativo de Meyer para também emigrar, constituindo-se então como um posto avançado para esses pioneiros (MEYER, 1901). Por esses caminhos, seria uma nova *Schwabenland* (terra de *suabos*¹⁴⁰), com um afluxo regular de imigrantes da velha *Heimat*. Conforme a Sra. Kapffs, Ludwig Zügel era imigrante alemão de Stuttgart e Holzwart, de Stiftsgrundhof. Vieram ao Brasil a cargo de Ernst Kapffs, o qual era amigo pessoal de Meyer e o mentor intelectual do projeto de colonização e grande incentivador, empenhado na preservação da germanidade no exterior, bem como a escolha de um nome emblemático para a colônia, realizada já em 1897: Neu-Württemberg – Nova Württemberg.¹⁴¹ Assim, a sua apresentação exterior – o nome – já indicava a sua composição interna e quem eram os seus compatriotas.

Neu-Württemberg, nos ideais de Meyer, seria uma cidade alemã em todos os sentidos, com uma igreja e seus sinos, escola, pequenos artesãos, indústrias, e nos seus arredores, pequenas chácaras e os campos com suas plantações. Dentre as culturas que poderiam trazer bons rendimentos ao colono, estava o trigo. “Na produção de trigo está um grande futuro dessa terra, e é muito provável que também

¹⁴⁰ Erroneamente, Erich Fausel (1949) traduziu *Schwabe* por suevo, equívoco que continua sendo reproduzido na maioria dos estudos sobre a colonização de Neu-Württemberg. O imigrante proveniente da Suábia é *suabo*.

¹⁴¹ Embora Kapffs tenha trabalhado de 1900 a 1902 em Witzenhausen, na Auslandschule, as duas famílias suabas não tinham nada a ver com Witzenhausen (Documento avulso, Caixa 44, MAHP).

o campo para essa produção é propício, após o solo ser arado profundamente e preparado” (MEYER, 1899: 84).

Em contrapartida, para a posse *Boi Preto*, localizada no caminho para Palmeira, também de sua propriedade, Meyer previa maiores dificuldades de colonização, porque era uma área de campo, propícia para criação de gado, com muitos rios menores, pequenos capões de mato, só faltava algo muito importante: o próprio gado. A ligação com Cruz Alta não era tão boa quanto a de Neu-Württemberg, “mas oito até dez léguas para os brasileiros não é uma longa distância” (MEYER, 1899). Dadas as circunstâncias, não pensava em dividir essa posse em colônias a curto prazo. Aliás, seu projeto não foi recebido tão entusiasmamente em Palmeira por parte do Intendente Municipal, o que é indicado pelas linhas rápidas e lacônicas de seu relato (MEYER, 1899).

No trajeto da Vila de Palmeira até a colônia Xingu, chamaram-lhe a atenção a precariedade das habitações e o modo de vida dos *nacionais*.

Uma série de pequenas colônias nós encontramos na margem das estradas. Intrusos, nacionais fora da lei, ali estão estabelecidos, eles derrubam as matas e iniciam as suas plantações, até que um legítimo proprietário os expulsa. Eles são pessoas pobres, que ali em seus ranchos de palha vegetam sem ver outra coisa do que a sua mata e não chegam a conhecer mais do que seu vizinho e de vez em quando um tropeiro de passagem (MEYER, 1899: 92).

Ainda, seus usos e costumes: a cuia de mate sempre na mão, a simplicidade das casas, o costume dos homens sempre andarem armados, a ausência de lavouras paralelas à pecuária e de uma pequena horta. Na sua passagem por Cruz Alta e Palmeira, notou o clima tenso resultante da *Revolução de 1893*, pois política ainda era um assunto complicado para ser discutido. Essas populações não liam jornal, “porque leitura ali era algo complicado”. Os estancieiros com um nível cultural um pouco mais elevado moravam na cidade de Cruz Alta ou Palmeira e deixavam na fazenda um capataz (MEYER, 1899).

A colônia Xingu estava localizada nas margens do rio da Várzea, no município de Palmeira, diziam ser “um pequeno paraíso”, e causou melhor impressão do que a posse *Boi Preto*. Ali havia uma “grande construção de tábuas da casa comercial de Affonso, irmão de Carlos Dhein, meu velho companheiro de viagem, está ali nos saudando com os seus, com salvas de espingarda, e logo vamos até o rio”. Na casa nova, “nos esperavam as camas para o nosso repouso”.

Na manhã seguinte, “saímos para uma cavalgada pela colônia e uma visita aos meus vizinhos, os índios, que mantêm seu aldeamento a duas horas da colônia” (MEYER, 1899: 93-94).¹⁴² Essa proximidade com os indígenas era interessante para um estudioso como Meyer, mas um fator de instabilidade para os colonos.

Nessa colônia, as medições dos lotes já estavam em estágio adiantado e, como ficava numa curva do rio da Várzea, e era cortada por um pequeno rio secundário, possibilitava uma divisão igualitária dos lotes, para que todos se limitassem com o rio.

A colonização já está em pleno andamento e os colonos sentem-se satisfeitos, mesmo que eles agora, ainda longínquos de todo mundo, precisam procurar seu sustento com muito trabalho. Bonitas casinhas asseadas, de tábuas lascadas, servem-lhes para os primeiros anos para alojamento provisório. E também o mobiliário necessário é cru, de tronco e tábuas, um encaixado no outro. Mas a plantação é muito vigorosa. O homem pode tratar grandes espigas de milho aos cavalos, e o tabaco está em excelente estado. Na nova “Venda” podem vender seus produtos bem, principalmente o tabaco lhe traz muito dinheiro, e o milho dá pasto o suficiente, e cerca 50 a 60 porcos gordos podem carnear, e a banha comercializar na venda. Em dois anos, os colonos, que iniciaram com dívidas, conseguirão superá-las completamente. Todos os olhos esperam só pela ferrovia do Alto Uruguai, também a estrada para Nonoai, que irá passar nesse local. A terra é a melhor de todo estado, e virá mais tarde a ter um grande valor para a prosperidade dos colonos (MEYER, 1899: 93-94).

Visto desse ângulo, o desenvolvimento da colônia Xingu estava comprometido diretamente com a construção da ferrovia do Alto Uruguai, sem esta e a estrada de rodagem que estava sendo planejada, seu desenvolvimento se tornava inviável, pois carecia de vias de escoamento e mercado consumidor.

Exploradas as áreas de Nonoai, Guarita e Erval Seco, Meyer seguiu para a colônia militar do Alto Uruguai, que também não havia se desenvolvido devido ao

¹⁴² Meyer visitou a área indígena de Nonoai, mas ficou decepcionado com esses índios como elementos para o seu estudo de etnologia, porque já haviam absorvido muito da cultura brasileira, mantendo de sua cultura de origem apenas a língua, mas esta também já desconhecida pelos mais jovens. Considerava a cachaça como o grande mal dos indígenas, a grande vilã, pois em troca desta bebida, forneciam grande quantidade de objetos: era a moeda de troca mais aceita. Naquela oportunidade, encarregou “o mais velho” da reserva para realizar um levantamento etnográfico junto aos seu habitante, encaminhando o mesmo para a *venda*, onde alguém recolheria essas informações (cf. MEYER, 1899). Cruzando esses dados com a correspondência remetida por Carlos Dhein a Meyer, ainda em 1899, fica claro que quando ele se referiu ao envio de uma caixa contendo artefatos indígenas para Leipzig, tratava-se desse material recolhido nas reservas de Nonoai e Guarita pelo próprio Dhein, atendendo ao pedido de Meyer, incluindo na mesma remessa peles de animais e amostras de madeira. Todavia, a leitura isolada da correspondência de Dhein não informa esse contato anterior com as reservas indígenas, e que conduziu vários estudos à conclusão errônea de que esses objetos indígenas teriam sido recolhidos na colônia Neu-Württemberg e Xingu, como, por exemplo, Eugen Leitzke (1997), idéia reproduzida por outros estudos recentes, como Peixoto (2003) e Simão (In: MUSEU E ARQUIVO..., 2007).

seu isolamento. Passando por Campo Novo, seguiu rumo a Santo Ângelo, nas Missões.¹⁴³ De lá, foi verificar o andamento das obras da futura ferrovia, no lugar chamado Carajazinho, onde os engenheiros estavam realizando as medições. De lá, regressou até Cruz Alta passando por São João, São Miguel e colônia Ijuí.¹⁴⁴ Concluído o roteiro no prazo, passou o Natal em Porto Alegre, “uma autêntica festa de Natal alemã, em família” (MEYER, 1899: 115).

Na região Sul do estado, visitou a colônia particular de São Lourenço, localizada em Pelotas, fundada por Jacob Rheingantz, em 1858, colonizada com imigrantes da Renânia e Pomerânia.¹⁴⁵ Segundo seu parecer, tratando-se de uma colônia privada, seu desenvolvimento estava adiantado, caminhando paralelo ao desenvolvimento de Pelotas, cidade mais próxima e mercado para a colocação de sua produção. O solo era propício para a agricultura e o clima mais frio. As matas ainda estavam bem preservadas, demonstrando o uso racional do solo, evitando o desmatamento. Enfim, São Lourenço era um modelo de colônia particular no qual Meyer se espelhou para traçar o perfil de *sua* colônia particular.

Na avaliação de Herrmann Meyer, as condições gerais de mercado do Rio Grande do Sul eram propícias para o desenvolvimento de um projeto de colonização, bem como para a execução do projeto da ferrovia, contudo, ambos

¹⁴³ Meyer ficou admirado com as ruínas que restaram do auge de desenvolvimento das antigas reduções jesuíticas, registrando-as em fotografia. “Das grandes cidades, restam hoje as terras abandonadas, alguns casebres miseráveis, nas quais miseráveis e preguiçosos brasileiros estão e ali vegetam e na sua indolência sufocam” (1899: 108).

¹⁴⁴ Os demais integrantes de viagem seguiram direto para Cruz Alta. Meyer pretendia estar em Porto Alegre antes do Natal, pois tinha várias questões para resolver ainda relativas à ferrovia. Provavelmente partiu de Cruz Alta, junto com Carlos Dhein e demais pessoas que havia conseguido engajar para sua expedição ao Xingu mato-grossense em 21 ou 22 de dezembro, com a baldeação em Santa Maria, chegando à capital entre 23 e 24 de dezembro. Deixou a capital no dia 29 de dezembro, rumo ao porto de Rio Grande, de onde despachou os seus pertencentes e os demais membros para a sua expedição ao Xingu, os quais seguiriam por mar. Nos primeiros dias de janeiro de 1899, seguiu de trem de Pelotas até Bagé, encerrando assim seu terceiro e último giro pelo Rio Grande do Sul. Daquela cidade foi de diligência até a estação de trem na cidade uruguaia de Nicoperes, de lá para Montevideú, onde encontrou os seus companheiros rio-grandenses que haviam seguido por mar até ali. O grupo então seguiu viagem no vapor que os levaria a Mato Grosso, com uma escala em Buenos Aires, onde no dia 12 de janeiro encontrou com seus três companheiros alemães, que haviam vindo diretamente da Alemanha, para acompanhá-lo. O grupo permaneceu na capital argentina por oito dias, fazendo os últimos preparativos, quando zarparam rumo a Cuiabá. “Novos planos e expectativas me acompanhavam” (MEYER, 1899: 127).

¹⁴⁵ Para a instalação da mesma, Rheingantz adquiriu oito mil milhas quadradas de terras devolutas, comprometendo-se em medir a terra no prazo de cinco anos e colonizá-la com, no mínimo, 1.440 imigrantes agricultores, os quais vieram com a passagem paga (cf. *Cem anos de Germanidade...*, 2005; PELLANDA, 1924; SCHRÖDER, 2003; ROCHE, 1969; IEPSSEN, 2008).

implicavam em altos investimentos de capital, e o risco de fracasso ou sucesso, seja por fatores internos ou externos, era igual e imprevisível.

Enfim, o relato de viagem de Herrmann Meyer destinava-se a um círculo de leitores específico e conhecido. Prevalece o seu caráter informativo e descritivo, apresentando um retrato próximo daquilo que era o Brasil e, nesse todo, a parte singular, distinta: o Rio Grande do Sul, onde estava aplicando parte de seu capital. Com isso, procurava convencer os ainda incrédulos – no caso, sua própria família e amigos – do acerto de sua escolha para investimento, agora com conhecimento de causa. Seu estudo empírico permitiu mapear o mercado de terras, os preços praticados, sua valorização, oferta, demanda, bem como conhecer o perfil das colônias que progrediram ou estagnaram e o perfil de seus colonos. Ao coligir todas essas informações, convenceu-se efetivamente de que valia a pena investir nesse setor, e que a implantação de uma *pequena Alemanha* no Noroeste do Rio Grande do Sul era possível. Então, finalmente, esboçou o seu projeto de colonização e o seu modelo de colônia ideal – tendo implícito como modelo de colônia particular São Lourenço e como exemplo de desenvolvimento econômico e humano, em prol da preservação do *Deutschtum*, Santa Cruz.

1.5 HERRMANN MEYER: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO

Herrmann Meyer e Carlos Dhein entendiam por *colonização* a compra de terras e a sua posterior venda, no formato de lotes coloniais, aos colonos, ou seja, uma transação imobiliária simples. Contudo, a ausência de um projeto de colonização naquele momento, ou pelo menos, de um discurso claro e coerente capaz de responder à demanda, tornava o empreendimento vulnerável e pouco confiável, o que dificultava a aquisição de terras, afastava os colonos e alimentava a crítica. Um dos obstáculos na elaboração de um plano de colonização era o próprio desconhecimento e inexperiência nesse setor, do mecanismo de montagem e funcionamento interno de uma colônia, dentro dos parâmetros permitidos pela legislação. Assim sendo, o projeto de colonização da *Colonizadora Meyer* foi

construído ao longo do processo, com adaptações, concessões, reformulações, ditadas tanto pelo contexto interno quanto externo, resultando em uma mescla entre o modelo *ideal imaginado* e o *real possível*.

A viagem pela zona colonial do estado, em 1898, e a dissolução da sociedade com Dhein, foram fundamentais para a delimitação do objetivo e perfil da *Colonizadora*. Definiu como finalidade a formação de uma colônia para emigrantes alemães, com o diferencial de que nesse espaço pudessem preservar a sua cultura, ou seja, o *Deutschtum*. Logo, seria um empreendimento capitalista aliado a um trabalho cultural, tendo como preocupação central o desenvolvimento humano dos seus habitantes. Os demais pontos do projeto, incluindo a regulamentação da venda de terras, contrato, preços, direitos e deveres dos colonos, e regras de funcionamento da colônia, foram sistematizados por Meyer e tornados públicos através de uma pequena brochura escrita logo após a sua visita ao seu complexo colonial, no segundo semestre de 1900, publicada pelo *Instituto Bibliográfico*, com sucessivas reatualizações e reedições – a última edição anulava automaticamente a edição anterior e entrava em vigor imediatamente, não sendo retroativa. Os pontos não contemplados nesse material e os casos excepcionais eram tratados separadamente entre as partes interessadas.

Subjacente, esse material destinava-se à propaganda do empreendimento de colonização junto aos emigrantes alemães em potencial, ou seja, seu público leitor estava na Alemanha. No Rio Grande do Sul, tais prospectos tiveram pouca circulação nas zonas coloniais, em geral, foram enviados para órgãos de imprensa, padres e pastores, hotéis próximos ao porto ou estações de trem. Sobre a leitura e interpretação dessa brochura, é preciso levar em conta, conforme Roger Chartier (1995), a “pluralidade e a mobilidade das significações que públicos diferentes atribuem ao mesmo texto”, que escapam da alçada de seu autor.

A primeira brochura foi publicada por Meyer em outubro de 1901, *Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul* [*As colônias privadas do Dr. Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul*],¹⁴⁶ imediata à sua última viagem ao Noroeste do estado no segundo semestre de 1900, oportunidade na qual já pôde constatar as transformações ocorridas na área desde 1898. Esse prospecto,

¹⁴⁶ Parte desse prospecto foi reproduzida por Alfred Funke, no livro *Deutsche Siedlung über See*, editado em 1902, na Alemanha.

contendo 26 páginas mais anexos, difere dos posteriores, tanto por sua estrutura quanto pelo conteúdo. O texto discorre longamente sobre a política colonial da Alemanha e a imigração no Brasil, bem como a sua opinião em relação a essas políticas, apresentando em seguida um quadro geral das suas colônias e aspectos do seu cotidiano. Como anexos, incluiu um modelo do contrato particular de compra e venda de terras de sua *Colonizadora*, e quatro mapas – um mapa do Rio Grande do Sul localizando as colônias e o traçado da ferrovia; mapa do seu complexo colonial; mapa da colônia Neu-Württemberg com a área de então; e mapa da colônia Xingu. Por fim, citou algumas referências de autores e obras sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Comparando essa publicação com os prospectos posteriores, se sobressai seu caráter sensacionalista, motivado, em parte, pelo próprio otimismo de Meyer em relação ao desenvolvimento e à futura expansão de seu complexo colonial, além de estar confiante na venda de terras em um ritmo cada vez mais acelerado, reavendo, a curto prazo, o capital investido. Em razão disso, descreveu as colônias de forma idealizada, como por exemplo, Neu-Württemberg, onde enumerou a presença de uma grande *venda*, oficinas, moinho, escola, além dos *grandes telhados com telhas*, salientando que as estradas de carretas estavam em tão perfeitas condições de trânsito, que era possível *ir de bicicleta* da sede de Cruz Alta até a referida colônia.

Comunicando a Horst Hoffmann a confecção do prospecto e os seus propósitos, Meyer afirmou:

eu acho que agora já é tempo de imprimir uma pequena brochura sobre a minha colonização, incluindo um mapa de Neu-Württemberg, Xingu, e os dados sobre a situação da colônia que você (Horst Hoffmann) me mandou. Envio-te um exemplar da brochura, e eu vou divulgá-la no meu país em grande quantidade. Por enquanto, deixei fazer uma tiragem de 1.000 exemplares, e vou enviar vários exemplares à imprensa e a todos os círculos que se interessam pelo Brasil ou a emigração. Nessa publicação, falei abertamente, mas com discrição, sobre as dificuldades que a Empresa [*Unternehmen*] tem no início da colonização. De forma intencional, a publicação tem o caráter de propaganda. Porém, eu explico claramente que não posso dar regalias para a travessia nem fornecer empréstimos, e que também só podemos aceitar lá [na colônia] quem possui capital próprio. Por esse motivo, eu ainda não consegui junto ao governo a concessão para a emigração, sem a qual não podemos pensar ainda em uma emigração em grande escala para as minhas terras. Também mencionei na brochura as terras da *Rio Grande Nordwestbahn*, mas só rapidamente, pois tenho

interesse de levar colonos [*Kolonisten*] com prioridade para as terras de minha propriedade.¹⁴⁷

Naquele momento, apostava na colonização das quatro glebas de terras de sua propriedade – Neu-Württemberg, Xingu, Boi Preto e Guarita/Fortaleza –, referindo-se a elas como colônias. Já os trabalhos de medição haviam sido concluídos apenas na colônia Xingu, e em uma parte da colônia Neu-Württemberg, para as demais, não havia sequer previsão para isso. No mapa incluso no prospecto (*Figura 3*), a distância entre as colônias ficava evidente, mas, por outro lado, sinalizava para a possibilidade de ampliação das mesmas com a incorporação das glebas adjacentes, especialmente em Palmeira, ao norte da colônia Guarita, onde as terras devolutas eram abundantes. Assim, os limites do complexo colonial poderiam ser dilatados conforme os interesses da empresa. Como pontos de referência, assinalou alguns dos grandes proprietários de terras das imediações das colônias. Não distinguiu, porém, as áreas florestais das áreas de campo, pois era da opinião de que as terras de campo também serviam para a agricultura, ao contrário do que muitos pensavam na época.

Justificando o seu envolvimento com um projeto de colonização no exterior, Herrmann Meyer (1901: 1-2) argumentou que no contexto de *depressão* no qual se encontrava a Alemanha no final do século XIX, a emigração se mostrava como uma saída para resolver os problemas sociais internos. Todavia, os emigrantes deveriam ser direcionados para um lugar onde pudessem permanecer alemães, evitando a repetição daquilo que aconteceu nos Estados Unidos, ou seja, os emigrantes alemães ali se tornaram norte-americanos e, por conseguinte, transformaram-se em concorrentes da Alemanha. Em sua opinião, o Brasil tinha todos os quesitos necessários para ser a segunda pátria, especialmente os dois estados sulinos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que já canalizavam parte do fluxo emigratório desde a segunda década do século XIX. “Sobre os resultados que a colonização pode assumir no Rio Grande do Sul se conduzida de forma enérgica e sob uma administração escrupulosa, eu tenho como prova a minha própria Empresa de Colonização”, cujas colônias Neu-Württemberg e Xingu “estão se desenvolvendo de

¹⁴⁷ Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP. É importante observar que Meyer utiliza indistintamente os termos *colono/Kolonist* e *camponês/Bauer*, para se referir aos imigrantes e seus descendentes, já nascidos no Brasil. Por essa razão, na tradução, manteve-se o termo empregado originalmente.

um moinho ou casa comercial, mas não uma infra-estrutura mínima, como uma escola, a qual os próprios colonos precisavam providenciar. Além disso, para essas empresas era indiferente a nacionalidade dos colonos, desde que pagassem pelos seus lotes. Reagindo a essa prática, “surgiu logo em mim o desejo de me envolver na fundação de uma colônia, onde o primeiro princípio será a manutenção do *Deutschtum* por meio do desligamento de nacionalidades estranhas, boas escolas e assistência espiritual, oferecendo todo apoio material necessário” (MEYER, 1901: 6). Atribuía então o crescimento de suas colônias ao fato de que os colonos “vêm que aqui realmente é feito algo por eles, e tem a certeza de que com o desabrochar da colônia, e a valorização da terra de dia a dia aumentará a sua própria prosperidade” (MEYER, 1901: 7).

Um espaço dinâmico, em rápida transformação e crescimento, assim Meyer apresentou a colônia Neu-Württemberg. Decorridos três anos desde a sua fundação, a área já havia sido dividida em 200 lotes coloniais, localizados entre os rios Fiúza e Palmeira, e mais 200 lotes a oeste destes primeiros. As primeiras famílias já estavam instaladas.

Uma sólida ponte conduz por sobre o [rio] Fiúza e dá um quadro da entrada da Colônia. [...]. Após percorrermos cerca de 20 minutos pelas primeiras colônias, avista-se um pequeno planalto limpo, com uma linha de casas, emoldurado por uma magnífica floresta, um pequeno moinho se escuta batendo alegremente, situado ao lado do açude. Essa é a cidade da Colônia, que recém foi demarcada. Uma imponente construção de madeira serve como hospedaria para os recém-chegados [*Casa* ou *Barracão dos Imigrantes*]. Uma casa comercial, que também serve de taberna, e uma série de outras construções já começaram (MEYER, 1901: 11).

Explicou que *Casa do Imigrante* [*Einwandererhaus*], construída em 1901, além de sua função primeira, abrigava provisoriamente a escola, a cargo de um professor permanente, e a realização das atividades religiosas, celebradas por um pastor protestante e um padre católico das redondezas, até a construção da igreja. Com a demarcação da área urbana, recém concluída, seria possível escolher o local mais adequado para essas edificações. O rápido crescimento da colônia, verificado em 1901, tornava necessária a contratação de um pastor ordenado na Alemanha, para os próximos meses, o qual atenderia à igreja e à escola.

Na casa comercial, os colonos podiam prover suas necessidades, bem como vender seus produtos ou trocá-los. A construção de uma segunda casa comercial fazia-se necessária, para promover a concorrência, muito valiosa para os colonos.

Alguns colonos levavam seus produtos com carroças até a sede de Cruz Alta. No moinho, o colono podia pagar a moagem do milho, ou fornecer milho como pagamento, ou vender o milho para o moleiro, que posteriormente comercializava a farinha. O sistema era o mesmo na serraria, instalada ao lado, mas, por enquanto, toda madeira serrada destinava-se a atender às necessidades da administração da *Colonizadora*. Os lotes coloniais estavam interligados com a sede da colônia por estradas principais e caminhos vicinais. As matas cediam espaços a plantações variadas e frutíferas, comprovando a fertilidade do solo.

Enfim, tinha por objetivo assentar os camponeses alemães em pequenos lotes coloniais, voltados para a produção de subsistência e mão-de-obra familiar. Por essa razão, Meyer se deteve longamente em explicar sobre o sistema agrícola adotado nas zonas coloniais do Rio Grande do Sul, uma região de mata subtropical. Como exemplo, citou o desenvolvimento de um lote colonial em Neu-Württemberg. Segundo ele, o colono recém-chegado na sede permanecia, no primeiro dia, na *Casa do Imigrante*, mas no dia seguinte deveria providenciar uma colônia para se estabelecer, caso não tenha reservado um lote junto ao procurador geral da *Colonizadora*, em Porto Alegre. A permanência na *Casa do Imigrante* só era permitida por um dia. Em meio à mata nativa, havia consideráveis áreas de capoeira, que apresentavam uma coloração diferente. Tratava-se das áreas cultivadas anteriormente pelos “intrusos, negros ou brasileiros”, que migravam com grande frequência, abrindo novas roças em outra área de mata nativa. As terras de capoeiras eram mais indicadas para os imigrantes alemães, pois tornavam a derrubada da mata menos penosa. Já os colonos rio-grandenses preferiam uma colônia com mata fechada. Após a escolha do lote, o colono iniciava a derrubada de uma área de mata para o plantio, levando consigo machado, foice de roçar e machete. Para ajudar, recorria a um vizinho, “ou confiava a um negro, por pouco dinheiro, o trabalho de derrubada e fazer a roça”. Os imigrantes “não vão longe sem ajuda, aqui não é tão fácil”. Um colono com prática, em um dia, derrubava até duas jeiras¹⁴⁸ de mato. Enquanto o desordenado de troncos, galhos, folhas, era deixado ao sol para secar, o colono iniciava a construção de sua cabana. “De lenha lascada, galhos, bambus e folhas de palmeira é organizada a primeira cabana no mato, bom

¹⁴⁸ Uma jeira ou *Morgen* é uma medida agrária, consistindo na extensão de terras que uma junta de bois pode arar num dia de trabalho.

o suficiente para ajudar a proteger o colono das intempéries. Tão sólida que serve para esse fim por meses. Assim que conclui a construção de sua cabana, então novamente a roça toma todo o seu tempo”. A retirada dos galhos e restos das árvores era simplificada: simplesmente queimavam. Os grandes troncos, dentro do possível, eram retirados e levados até a serraria, fornecendo tábuas baratas para a construção das casas, e outra parte lascada para telhas de madeira. O uso do arado só se tornava possível bem mais tarde, quando os cepos e raízes que permaneceram na terra haviam apodrecido. Até então, usava-se a enxada e a pá. O milho, o primeiro produto a ser plantado, ainda nas cinzas restantes da queimada, “é o produto mais importante para o colono, e lhe proporciona a farinha para o pão de cada dia e é o melhor meio para a capitalização do colono, associado a criação de porcos, que através da venda de sua preciosa banha, daqui a pouco, traz dinheiro para dentro de casa”. Paralelo, plantavam feijão, mandioca, amendoim, abóbora e outros produtos brasileiros, e os produtos europeus também medravam bem, como árvores frutíferas. Obviamente, o empreendedor não estava contando com uma safra frustrada ou qualquer outro obstáculo.

O tempo livre [do colono] serve para construir uma casa sólida, os estábulos, os galpões e as cercas para o gado, e não demora mais que dois anos, trabalhando com dedicação, então o colono fundou uma existência segura, e já pode pensar em pagar a parte do valor pendente da colônia (MEYER, 1901: 13-15).

Como bem lembra Daniel Schneider (2005), o *lavrador nacional* produz para subsistência, preservando a mata. Já o colono produz numa lógica capitalista, logo, para ele, a derrubada da mata era necessária e aceitável, e era sinal de progresso. Nessa fase de instalação do colono, percebe-se uma mistura de técnicas dos colonos, consideradas mais *modernas*, com as técnicas dos lavradores nacionais, consideradas mais *arcaicas*, processo esse denominado de hibridismo cultural (cf. ZARTH, 2002).

A brochura *Ackerbaukolonien. Neu-Wuerttemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)* [Colônias Agrícolas Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul, sul do Brasil] foi editada pelo *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, em 1903, como uma versão definitiva e acabada de prospecto de propaganda, reeditada com algumas rápidas atualizações em 1904, e uma versão ampliada em 1906, previamente aprovada pelo *Auswärtiges Amt*, aumentando o número de páginas de

16 para 32, com uma primeira tiragem de 200 exemplares. O texto, com uma estrutura mais simplificada em relação à publicação anterior – *Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul* –, evidencia seu caráter de *prospecto de propaganda*, ao apresentar com detalhes o seu produto e as possibilidades de exploração, sem se deter em considerações gerais sobre a política de colonização. Reafirmou que a *Colonizadora* tinha como princípio atender aos imigrantes alemães e aos compatriotas já residentes, propiciando uma existência melhor e, “para promover a firme união alemã, preservar seus modos e costumes” (MEYER, 1906a: 5).

Com o propósito de orientar o leitor, Meyer elaborou um mapa do Rio Grande do Sul, identificando a zona de colonização antiga e a nova zona de colonização, localizando nesta as suas colônias Neu-Württemberg e Xingu, ambas em áreas florestais – note-se que a partir de então, com o naufrágio do projeto da ferrovia, não constava mais o traçado da mesma (*Figura 4*). A relevância do mapa pode ser notada pela sua posição no prospecto: em 1904, ocupava a última página; já em 1906, a primeira página. Ao entrar em contato com o material, imediatamente o leitor tomava conhecimento do espaço geográfico do qual tratava. Esse mesmo mapa foi reproduzido também em publicações posteriores de outros autores. Comparando com o mapa anexado em 1901, nota-se já uma definição mais clara do foco da colonização, centrado nas colônias Xingu e Neu-Württemberg.

Na edição do prospecto de 1906, encontrava-se ainda uma planta da colônia Xingu e Neu-Württemberg, com a divisão dos lotes e as respectivas linhas coloniais, mais uma planta da sede urbana de Neu-Württemberg, o *Stadtplatz Eisenau*, com os seus quarteirões e ruas demarcados. Visualmente, as plantas indicavam para a ampliação e modernização da colônia Neu-Württemberg. Outras informações imprescindíveis integravam a publicação, como o regulamento de terras da colônia, o modelo de contrato do vapor da linha *Hamburgo-América*, variações do câmbio, preços de utensílios, ferramentas, produtos e animais, etc.



Figura 4 – Localização das colônias Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul, e o estado na América do Sul, mapas confeccionados por Herrmann Meyer
 Fonte: MEYER, 1904a; 1906a

Esse prospecto tinha como função específica, naquele momento, defender a *Colonizadora Meyer* contra uma série de ataques que estava sofrendo, especialmente de parte da imprensa alemã e por colonos, colocando em dúvida a sua credibilidade e a legitimidade das terras que estava comercializando, visto que em 1906 a grande maioria dos compradores receberia sua escritura definitiva. Havia especulações também quanto à situação financeira, então muito instável. Problemas de inadimplência e outras questões haviam resultado em processos judiciais, movidos pela *Colonizadora* e contra ela, além de uma campanha de difamação. Em sua defesa, Herrmann Meyer reafirmou seus preceitos e propósitos para com a colonização no Rio Grande do Sul, bem como o perfil do imigrante desejado. Para ele, os problemas verificados em suas colônias eram os mesmos que aconteciam em outros lugares ou colônias, em qualquer tempo, e nenhum empresário estava livre deles. Pretendia, assim, restabelecer a versão da *Colonizadora* sobre os fatos. Garantiu a escrituração dos lotes adquiridos pelos colonos, visto que o título de propriedade das terras da empresa foi devidamente reconhecido pelo presidente do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o decreto de 14 de outubro de 1902.

Percebe-se um deslocamento do eixo principal da colonização, até então, centrado na pessoa de Meyer para a *Colonizadora Meyer*, ou seja, de um projeto pessoal para um empreendimento empresarial.

Ao mesmo tempo, ocorreu uma reformulação do projeto de colonização, com a dilatação dos prazos e maior flexibilidade, no sentido de se adequar às exigências do *Auswärtiges Amt* e do *Bundesrat*, que após anos de estudos e avaliações, haviam oficializado em 28 de abril de 1906 a concessão para o envio de emigrantes para as colônias de Meyer – o pedido foi protocolado em junho de 1902.¹⁴⁹ Dentre as alterações mais importantes estava a ampliação do período para a permanência na *Casa do Imigrante* e o prazo para o pagamento do lote colonial, além de oferecer assistência religiosa regular aos católicos e protestantes, paga pela empresa.¹⁵⁰

De modo geral, a brochura *Ackerbaukolonien* visava a orientar o emigrante sobre as condições que iria encontrar, bem como aconselhá-lo. Apresentava,

¹⁴⁹ De acordo com as informações de Meyer, “Neu-Württemberg, a única colônia no Rio Grande do Sul que pertence a um cidadão alemão e está sob a inspeção do governo alemão. Já recebeu a visita de ilustres personalidades: em 1902 do ministro alemão no Brasil; 1903 do cônsul alemão em Joinville; 1904 do economista e político alemão Prof. Jannasch e do rio-grandense secretário de Estado Dr. Parobé” (MEYER, 1906a: 19). “No segundo semestre de 1904, o assessor Ramalow visitou a colônia, assim teremos mais alguém a nosso favor para interceder pela colônia. Sobre a visita de Jannasch e Paboré, tiveram boa repercussão, pois pelo menos a primeira teve destaque em toda a imprensa alemã. Foi muito importante que Parobé tenha visto a colônia pessoalmente, pois dependemos muito dele. Pelo visto, é um simpatizante da causa alemã. Até onde vai cumprir com as suas promessas, temos que ver. Escrevi uma longa carta de agradecimento ao mesmo” (Carta. Leipzig, 26/9/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

¹⁵⁰ Meyer encaminhou o pedido para a concessão já em junho de 1902, mas por tratar-se de um empreendimento em pequena escala, em fase de instalação, somado aos trâmites burocráticos, a concessão para a emigração somente foi aprovada em 1905 e oficializada em 1906, concedendo a permissão para transportar os emigrantes pelas companhias marítimas autorizadas, no caso, a *Norddeutscher Lloyd* ou com a companhia *Hamburg-Amerika-Linie* para as suas colônias no Rio Grande do Sul, atendendo assim à lei de emigração aprovada pelo governo alemão em 1897. Inicialmente, o limite de emigrantes a serem enviados anualmente não deveria ultrapassar 600 indivíduos. O *Auswärtiges Amt* autorizou o envio de emigrantes após Meyer efetuar um depósito de 50.000 marcos como garantia. A Empresa deveria se responsabilizar pelo repatriamento, sem custos, de emigrantes sem capital, em caso de não serem aceitos no momento do desembarque ou serem expulsos, bem como prestar assistência em casos de doença, falecimento, etc., e auxiliar viúva e órfãos. O cônsul era o representante ao qual a Empresa ou os emigrantes poderiam recorrer caso se verificasse alguma irregularidade. A Empresa, ao solicitar os emigrantes, passou a ser obrigada a assumir o transporte do porto até a colônia, isso porque os emigrantes desconheciam o trajeto e os custos de transporte eram muito elevados para eles arcarem. Em caso de falecimento do comprador antes de assumir o lote, o valor pago deveria ser devolvido aos seus familiares. Os prospectos, formulários, bem como os contratos assinados com os emigrantes e o regulamento de terras confeccionados pela Empresa deveriam ser apresentados ao Reichskanzler. Para cada nova aquisição de terras a serem acrescidas às colônias Neu-Württemberg e Xingu, a Empresa deveria informar ao Reichskanzler, e dentro do prazo de três anos, fazer a legalização para que o título de posse esteja em ordem. A concessão poderia ser cancelada caso os termos não fossem seguidos (Cópia da concessão para a emigração. Berlin, 28/4/1906. von Tschirschky, Reichskanzler, Auswärtigen Amt a Herrmann Meyer, Leipzig. Cópia para Alfred Bornmüller. Caixa 47, MAHP).

inicialmente, os aspectos gerais das colônias, situação da colonização, a agricultura, questões legais, calendário de plantio e colheita, tabela das precipitações meteorológicas.

Na primeira parte, descrevia as condições favoráveis à colonização do Rio Grande do Sul, com dados geográficos, meios de comunicação, população, língua, economia. Destacava a localização privilegiada do estado, o qual contava com linhas regulares de vapores e várias linhas de interligação interna, levando passageiros, mercadorias e correspondências. Inclusive, a linha férrea levava até próximo a colônia Neu-Württemberg. O imigrante não precisava se preocupar com a questão da língua, pois o comércio principal, desde a chegada ao estado até a colônia estava em mãos de alemães, que eram em grande número. A língua oficial era o português, mas na zona colonial predominava o alemão. O clima era muito propício, sem grandes variações, com formação de geada no inverno. Enfim, o estado reunia todos os quesitos necessários para permitir aos imigrantes alemães uma existência próspera.

Se ele [imigrante] **em primeira linha se dedicar à agricultura**, e ao lado puder exercer com êxito seu ofício no que mais faltar. Há condições para todas as coisas lá, como em todos os lugares, para aqueles colonos que com **perseverança, diligência e economia** vão ao trabalho e com seus próprios recursos, organizar a compra de ferramentas e os primeiros mantimentos para o início de sua colônia. Uma pequena soma [de dinheiro], que na Alemanha não oferece nenhuma ajuda essencial, é para os colonos rio-grandenses um capital, que com emprego sensato, pode trazer ricos frutos (MEYER, 1906a: 2, grifo no original).

Como já mencionado, Meyer pretendia para suas colônias um desenvolvimento rápido e independente, necessitando, para isso, de camponeses, mas também de artesãos e profissionais técnicos. No contexto de formação de uma colônia, era difícil sobreviver apenas de seu ofício, logo, conciliar a agricultura e o seu ofício era a forma mais aconselhável. Para o camponês, as perspectivas para a agricultura eram favoráveis, devido à fertilidade do solo. Mas, como em qualquer lugar, poderiam ocorrer safras frustradas. Informava ainda as principais culturas que medravam na região, as nacionais e as européias. Aconselhava ao emigrante levar pequenas quantidades de diversas variedades de sementes. As mesmas também poderiam ser adquiridas na colônia, através do *Bauernverein* (Associação de Agricultores) ou junto à própria administração da *Colonizadora*. Sobre a criação de animais, predominava a criação de porcos, que forneciam a banha, a qual tinha bons

preços. Os cavalos eram baratos, mas bois ainda faltavam para o serviço. Retomava, outra vez, o sistema de derrubada das matas, queimada, plantio e colheita, indicando caminhos para a comercialização do excedente produtivo. Recomendava ao colono para ter o cuidado de preservar no seu lote uma pequena área de mato, especialmente nas nascentes dos rios.

O imigrante poderia contar com os *brasileiros* que moravam na beira das colônias como mão-de-obra alternativa, contratados por 2-3 mil-réis ao dia. Especialmente a derrubada da mata, de mais ou menos 2,4 hectares, necessária para depois plantar, era possível fazer com um gasto de aproximadamente 60 mil-réis, “porque o novo imigrante entende pouco ainda desse trabalho e pode estragar muito” (MEYER, 1906a: 4). A *Colonizadora* era a responsável pelas obras de infraestrutura, como a construção de estradas e pontes, com o auxílio dos colonos, que recebiam diárias de 3 mil-réis. Para os recém-chegados, era uma oportunidade para obter um rendimento extra.

Em 1906, o desenvolvimento da colônia já franqueava o acesso ao material de construção necessário para as edificações. Tábuas e vigas eram fornecidas pela serraria, por colonos instalados há mais tempo ou por negociantes de madeira que moravam fora da colônia. As telhas de madeira podiam ser compradas junto a colonos mais antigos. Pregos, gonzo e outros artefatos de ferro eram encontrados junto aos negociantes da colônia. “Mas o imigrante economiza muito dinheiro se ele contentar-se no início com um *Rancho* – pequeno casebre provisório. Paulatinamente, ele mesmo cortar vigas, tábuas, telhas para sua primeira casa, e um gonzo etc. já trazer junto da Alemanha” (1906a: 4-5). Esse modelo de vida simples na fase de instalação na colônia, com o estritamente necessário, aparece em outras publicações da época. A argumentação ia no sentido de que o imigrante precisava prover primeiro o seu sustento, fazendo para isso a sua roça, cuidando do plantio e da colheita. Entrementes, poderia começar a melhorar as suas condições de habitação. Aqueles que primeiro se preocupavam com a construção de uma casa confortável, descuidavam de suas roças, e corriam o risco de ficar sem colheita e sem dinheiro para prover o seu sustento (cf. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, 1927).

Durante quase um decênio de colonização, o propósito inicial de formar um extenso complexo colonial concentrou-se em apenas duas colônias: Xingu e Neu-

Württemberg. Sobre a colônia Xingu, situada a nordeste da cidade de Palmeira, em uma curva do rio da Várzea, contava com uma área de 21 quilômetros quadrados, toda demarcada, e com uma série de lotes vendidos. Ali, o colono ainda tinha a opção de comprar terras limítrofes do governo, de igual qualidade. No último trajeto da estrada de Palmeira para Xingu, não era possível passar de carroça, assim, todo o transporte era realizado em lombo de mulas. Havia na colônia uma casa para receber os imigrantes, um moinho e, em breve, seria enviado um professor. O número de habitantes era de aproximadamente 70 pessoas. A colônia Neu-Württemberg, em termos de “colonização e organização, estava bem mais adiantada”, o *cartão de visita* da empresa. Localizada a 45 quilômetros ao norte da sede do município de Cruz Alta, distância esta percorrida em 7 horas com carroça, por estradas em boas condições de tráfego. A área da colônia, até então, perfazia 130 quilômetros quadrados. A medição dos lotes coloniais estava quase toda concluída, cada lote com 25 hectares, com a divisão, dentro do possível, realizada a partir de um curso d’água. Uma grande área, pertencente ao complexo colonial, seria demarcada assim que necessário. A colônia contava com aproximadamente 650 habitantes (MEYER, 1906a).

O ponto central da colônia Neu-Württemberg era o *Stadtplatz Elsenau* (sede Elsenau) ou, simplesmente, *Stadtplatz*, que localizava-se no início da estrada principal que conduzia às linhas coloniais, com acesso facilitado em todas as direções e sediava a direção da *Colonizadora*. “A sede Elsenau está instalada sob uma planície, livre de mato. As estradas estão demarcadas e muitas já construídas, contornando as quadras, contando cada qual com até 22 terrenos”. Após tomar posse do terreno, o proprietário tinha o prazo de três meses para construir uma casa, além de contribuir para manter a ordem (MEYER, 1906a: 6). Meyer lembrava que, no sul do Brasil, a designação *Stadtplatz* nem sempre se referia a uma cidade ou povoação, mas referenciava aquele lugar mais central de convergência dos camponeses, demarcado em terrenos e com estradas, evoluindo com o passar do tempo para uma povoação e, só muito mais adiante, para uma cidade.

Pelo período de até um mês, os recém-chegados à colônia Neu-Württemberg ficavam abrigados na *Casa do Imigrante*, que oferecia: 8 espaçosos quartos e 48 camas de madeira etc., cozinha, forno e pasto. Havia também 3 casas comerciais; 1 hospedaria; 2 serrarias a água; 1 moinho; estação meteorológica; casa

pastoral; escola com duas salas; uma farmácia de responsabilidade da direção da *Colonizadora*; trabalhadores de ofício como: ferreiro, marceneiro/carpinteiro, construtor de galpões, alfaiate, sapateiro, seleiro, funileiro, pedreiro, curtidor, padeiro etc. Já haviam se instalado também na colônia um médico e uma parteira, ambos diplomados.¹⁵¹ A empresa oferecia assistência religiosa e mantinha a escola, pagando o salário do pastor e professor, investindo nesse setor considerável capital, somado a uma contribuição módica dos colonos. Aceitavam-se os cultos católicos, celebrados até então por um padre itinerante, mas assim que uma comunidade estivesse formada, um padre católico viria residir na colônia. O atendimento das almas da colônia Xingu era realizado pelo pastor de Neu-Württemberg, que viajava para lá a cada dois meses.

Emigrar para as colônias de Meyer significava manter os laços com a pátria de origem e com os seus parentes. Por isso, de todo o registro paroquial das colônias Xingu e Neu-Württemberg, havia uma duplicata no escritório da Empresa em Leipzig, para poder fornecer sempre informações atualizadas sobre cada emigrante.

O preço da terra, motivado pela sua própria valorização e as oscilações do câmbio, variava muito. Os prazos para a quitação, que em 1904 eram de 6 anos, passaram para 7 anos em 1906. Salientava como uma das vantagens de suas colônias: **“o imigrante pode escolher seu lote entre uma grande série que lhe é oferecida, e ele mesmo encontrar o seu lugar”** (MEYER, 1906a: 4, grifo no original). Porém, não era permitido escolher um lote colonial já na Alemanha, a partir do mapa da colônia, mas aceitava-se o pagamento do valor total ou parcial do lote.

O prospecto fornecia também informações específicas aos emigrantes, como custos e duração da viagem, a linha de vapor, dias e horário de partida, documentos necessários. Emigrantes camponeses com destino às colônias da *Colonizadora Meyer* deveriam retirar uma certidão no escritório em Leipzig ou junto ao seu representante em Hamburgo, mediante a qual a empresa subsidiava parte dos custos da passagem, pelo menos para os adultos, no itinerário da linha

¹⁵¹ A parteira era a Sra. Springer, esposa de Wilhelm Springer, remigrantes provenientes da colônia Ijuí, em 1904. Adquiriram um lote colonial na linha Italiana, próximo à sede.

Hamburg-Südamerika-Linie.¹⁵² Constavam informações sobre recepção, hospedagem e ajuda nas cidades do Rio Grande do Sul, bem como os representantes da *Colonizadora* a serem procurados – em Rio Grande, podiam obter informações no consulado, além de Rudolf Scharf, que recebia os imigrantes e os encaminhava; em Porto Alegre, o Dr. Rudolf Ahrons; em Cruz Alta, o comerciante Eduard Ehrhardt recebia os imigrantes na estação de trem e os encaminhava para Neu-Württemberg (em 1904 era Rudolf Scharf). Na sede Elsenau, estava situada a administração da *Colonizadora Meyer*, tendo como administrador geral Alfred Bornmüller. Os agentes da empresa estavam distribuídos em pontos-chave da linha de trem, ou seja, nos pontos de conexão, onde os colonos e imigrante faziam as referidas baldeações, e poderiam desistir da viagem em favor de outra oferta mais atraente, visto que era o território de atuação dos agenciadores dos diferentes empreendimentos de colonização. Ocupar – e saber ocupar – esses pontos era uma jogada estratégica para quem precisava vender seu produto, nesse caso, um lote colonial.

Perder imigrantes que estavam se dirigindo para a colônia era um prejuízo com o qual a *Colonizadora* não esperava arcar. Orientá-los e prever os percalços que poderiam vir a encontrar na travessia e no caminho até a colônia consistia em uma das formas de evitar esses fatos, além de não criar falsas expectativas. Meyer alertava o imigrante sobre os agentes de terras que poderiam encontrar, cujas propostas eram mais tentadoras do que a sua, mas geralmente duvidosas. Havia outro elemento, mais nocivo ainda, espalhado pelo seu trajeto:

aqueles elementos que antigamente estiveram na colônia, mas não se adaptaram ao trabalho de colono e logo de novo deixaram a colônia e vão contra a Empresa, trabalham pagos para os concorrentes. Que um ou outro novamente abandona a colônia, é natural e acontece em todos os lugares, então esse único trabalhador não vale por todos, por isso os humanos são diferentes. Porém, esses retirantes raramente procuram a culpa em sua própria incapacidade, mas colocam todo o seu insucesso na carga da Empresa e procuram muitas vezes prejudicá-la. **Antes, é preciso advertir com insistência sobre semelhantes ex-colonos bem como agentes estranhos. Aquele que se fia nos acima mencionadas, deve certificar-se primeiro, pessoalmente, na própria Colônia, da solidez dessa Empresa. Aqui, muitos que se deixaram persuadir por agentes**

¹⁵² Os vapores saíam de Hamburgo dia 15 e no último dia de cada mês, e levavam de 4 a 5 semanas até o Rio Grande do Sul. De Rio Grande até a colônia, o emigrante viajava melhor de trem na linha Bagé – Santa Maria, que saía a cada dois dias, até Cruz Alta, com a duração de dois dias e meio. De Cruz Alta em diante a viagem era realizada de carroça. Deveriam levar em uma pequena caixa o extremamente necessário, porque o restante da bagagem só chegava 14 dias depois (MEYER, 1906a).

estranhos, ainda na última hora, tiveram que padecer muito por isso (MEYER, 1906a: 13, grifo no original).

Conforme o colonizador, a infra-estrutura existente nas suas colônias era a prova viva da solidez de seu projeto de colonização e da própria Empresa. Aqueles “elementos” que tentavam comprometer o seu trabalho pertenciam ao grupo daqueles que vinham “pescar no Brasil” ou as “laranjas podres”, tipos encontrados em qualquer área colonial e problemas enfrentados por todas as empresas do gênero. Mesmo assim, havia certo temor em relação a uma campanha difamatória movida contra a *Colonizadora*, abalando a sua imagem, o que poderia desviar o fluxo migratório, logo, era preciso se precaver.¹⁵³

Finalmente, o prospecto apresentava ao emigrante uma listagem daquilo que ele deveria e poderia levar na travessia, e o extremamente inconveniente ou desnecessário, evitando excesso de bagagem, o que implicaria taxas extras. A Alemanha e o Noroeste do Rio Grande do Sul eram dois lugares bem diferentes, mas com um clima parecido. Logo, deveriam levar roupas para todas as estações e em grande quantidade, porque esses artigos eram muito caros no Brasil; colchões de pena, travesseiros, acolchoados; os utensílios para cozinha, lâmparinas, máquina de costura e uma chapa de fogão, instrumentos de trabalho e ferramentas para construção; botões, agulhas, linha, atadura, material para escrever, livros e outras coisas pequenas, também alguns condimentos. Móveis, em hipótese nenhuma, pois as caixas onde havia a bagagem poderiam ser reutilizadas como cômodas.¹⁵⁴ Os instrumentos agrícolas eram encontrados nas colônias, mas por preços muito elevados, com exceção de foice grande e machado para derrubar o mato, que só se encontraria no Rio Grande do Sul. Arado, grade e outras máquinas no início não eram necessários e poderiam ser adquiridos depois por baixos preços, bem como a

¹⁵³ Para Anastassia Bytsenko (2006), esses materiais de propaganda precisavam fazer um malabarismo para desestimular a emigração de trabalhadores urbanos e “caçadores de felicidade” ou aventureiros, mas ao mesmo tempo, deixar evidente aos agricultores que não existia lugar melhor para alcançar a prosperidade do que aquele que lhe apresentavam. A autora encontrou essa dualidade nos livros de Janis Gutman (1908) e Ivan Rébrin (1909), tratando da propaganda de emigração da Rússia para o Brasil, identificando o primeiro como um material em prol da emigração, construindo uma imagem do Brasil como um misto de *Paraíso Terreno* com *Eldorado*. Já a segunda publicação tinha por objetivo desviar os emigrantes do Brasil para a colonização da Sibéria, fazendo a contrapropaganda, apresentando-o como o *Inferno*.

¹⁵⁴ Explicava que deveriam mandar fazer caixas resistentes de madeira, mas não muito grandes, que depois seriam muito úteis na casa, com tampas dobráveis e fechadura – tamanho ideal: 70-80 cm de comprimento, 40-50 cm de largura e 30-40 cm de altura. Cada caixa deveria trazer legível o nome e o destino Rio Grande do Sul (MEYER, 1906a: 16).

munição. Todos esses utensílios e ferramentas deveriam estar sem a embalagem original, e de preferência já usados, para não pagarem impostos de importação. Segundo a lei da tarifa de alfândega de 19 de março de 1900, os colonos e os que iriam se estabelecer como tais estavam isentos de impostos sobre seus instrumentos de trabalho. Chegados ao porto de Rio Grande, deveriam procurar por Rudolf Scharf, que os auxiliaria a preencher os formulários necessários e a retirar seus pertences, bem como pagar as taxas necessárias.¹⁵⁵

Na colônia Neu-Württemberg, a direção da *Colonizadora*, para evitar que o imigrante permanecesse com muito dinheiro em mãos, oferecia um sistema de depósito, pagando ao depositante 4% de juro, devolvendo o valor quando solicitado, ao câmbio do dia do depósito ou da retirada. O emigrante também podia enviar dinheiro da Alemanha para o Brasil através do consulado, o que era extremamente fácil e barato.

Meyer enfatizou que se tratava de um projeto de colonização particular, desvinculado de subsídios governamentais, isso significava que o emigrante deveria prover todas as despesas de viagem e instalação – ou seja, as colônias se destinavam aos alemães com certo capital, e não aos miseráveis. Calculava que uma família de emigrantes composta de 4 a 5 pessoas deveria ter em mãos no mínimo 2.500 marcos, o que equivalia a cerca de Rs. 2:500.000, valor este que cobriria as despesas iniciais e algum imprevisto.

É bom para o novo colono, ter tanto dinheiro disponível para poder se manter por cerca de 7 meses na colônia após nela se estabelecer, quando ele pode fazer a sua primeira colheita e dar início a novas plantações. Também é bom ter uma boa reserva de dinheiro para os imprevistos. Para uma família com 2-3 crianças é necessário calcular para os primeiros tempos 60-70 mil-réis, desde que tenham o mínimo, sejam saudáveis e se adaptem a um modo de vida simples (MEYER, 1906a: 17).

¹⁵⁵ A entrada e liberação da bagagem dos imigrantes na alfândega foi um dos maiores problemas enfrentados pela *Colonizadora Meyer* até pelo menos 1905. O caso mais grave foi a retenção da bagagem do pastor Hermann Faulhaber, em outubro de 1902, que levava consigo várias caixas com utensílios para a estação experimental, escola e igreja, além de seus pertences pessoais. A questão estendeu-se por vários meses, até ocorrer a intervenção do Barão do Rio Branco, a partir do Rio de Janeiro, e do cônsul von Treutler e Feindel, sendo liberada então em agosto de 1903, com isenção de impostos, mas com grandes prejuízos para Faulhaber. Conforme as reclamações de Meyer, o consulado do Brasil, em Berlin, fornecia informações e fazia acordos, os quais, no entanto, não eram aceitos na alfândega. Em alguns casos, Meyer aconselhou os emigrantes a passarem pela alfândega do Rio de Janeiro, onde havia maior tolerância, pois “tenho como compromisso moral com meus emigrantes dar-lhes informações corretas e a entrada no país sem problemas”. Acionando o consulado, pessoas *bem relacionadas* e pressionando os funcionários da alfândega de Rio Grande, lentamente as coisas se ajustaram (cf. Correspondência de Herrmann Meyer com Horst Hoffmann, Hermann Faulhaber, Alfred Bornmüller, Caixa 42 e 43, MAHP).

O prospecto trazia um arrolamento de preços praticados na colônia, incluindo produtos agrícolas, animais e artigos diversos, propiciando uma amostragem do custo de vida no local, para avaliação do emigrante sobre as vantagens da emigração, alertando que esses preços oscilavam muito, em razão das colheitas, das épocas de safra e do câmbio.

Analisando o prospecto *Ackerbaukolonien* (MEYER, 1906a) no seu conjunto, nota-se o esforço de Meyer em desconstruir a imagem do Brasil, incluindo as suas colônias, como a *terra da promessa*, do enriquecimento fácil, pelo contrário, somente com muito trabalho e privações, o imigrante conquistava uma estabilidade econômica favorável. Era indispensável adaptar-se ao novo modo de vida, economizar, investir na propriedade, cautela na hora da escolha da colônia onde se estabelecer, bem como **“ter sempre diante dos olhos, que só muito trabalho conduz ao seu objetivo”** (MEYER, 1906a: 18, grifo no original). Suas colônias, segundo ele, reuniam todos os quesitos para permitir o progresso do imigrante e do migrante.

Cada colono, também quando ele dispuser suficientes recursos, inicia do mesmo jeito como o imigrante pobre, e primeiro precisa adquirir os conhecimentos necessários da agricultura brasileira, e se guardar e investir seu dinheiro logo em maiores plantações, organização, etc., tudo o que nos primeiros tempos é necessário. Senão ele perde seu dinheiro sem salvação, então vai pagar cara a lição em nova situação. Ele deve juntar primeiro experiência suficiente, para então duplicar o capital-reserva, e permitir uma melhora econômica (MEYER, 1906a: 18, grifo no original).

A *Colonizadora* selecionava os seus imigrantes e colonos, acionando vários mecanismos, iniciando pela questão financeira. Na colônia não se aceitavam solteiros, pessoas desligadas de uma família, porque, por experiência, facilmente desanimavam, pois se sentiam sobrecarregados com o serviço da roça e da casa. Logo, era uma colonização familiar. Para essas regras, não havia exceção. Quem concordasse com a proposta apresentada no prospecto, tinha capital suficiente e o desejo de emigrar, era bem-vindo nas suas colônias, e poderia procurar seus representantes no escritório de Leipzig (MEYER, 1906a).¹⁵⁶

Resumindo, Herrmann Meyer pretendeu implantar um modelo de colonização próprio, voltado ao grupo étnico alemão, oferecendo um espaço onde

¹⁵⁶ O mesmo localizava-se na *Bismarckstrasse 9*, funcionava das 9 às 12 e das 3 às 7 horas (MEYER, 1906a). Em 1912, o escritório mudou para a *Täubchenweg 17*, onde também exercia sua função de cônsul do Brasil (Correspondência de Herrmann Meyer, 1912. Caixa 44, MAHP).

efetivamente pudessem manter sua cultura de origem, oferecendo assistência religiosa e educacional; e alcançar um desenvolvimento econômico seguro e autônomo, como proprietários de terras, pequena propriedade agrícola, conjugada a atividades de ofício e (i)migração de famílias. Possuir capital para comprar seu lote era fundamental. A emigração/migração para sua colônia deveria ser espontânea. Na apresentação de seu produto – um lote colonial no exterior – procurava ser a mais realista possível, evitando assim alimentar ilusões e posteriores decepções – ou seja, era preferível perder um emigrante em potencial a perder capital ou criar uma situação de população flutuante e correr o risco de uma campanha difamatória. Nesse sentido, seu projeto oscilava entre as duas tendências: um discurso defendendo um projeto social e cultural comprometido com o *Deutschtum*/germanidade – ou como ele o definia, um esforço cultural; e na prática, a implementação de um projeto capitalista, que antes de tudo, objetivava o lucro. Nesses prospectos, Meyer esboçou e apresentou ao público, em linhas gerais, a sua proposta de colonização e colônia. A sua operacionalidade na prática, bem como os conflitos decorrentes, são investigados nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

A NOVA HEIMAT: O TRABALHO EM PROL DA GERMANIDADE

“Um pedacinho da Alemanha aqui [Neu-Württemberg], o *ser alemão*, os usos e costumes alemães’ após persistirem por quase 40 anos, ‘continuam sendo próprios”.

(*Deutsche Post*, 11/5/1928, citado por FAULHABERSTIFTUNG, 1933: 5)

Uma das frentes do projeto de colonização de Herrmann Meyer consistiu em proporcionar aos emigrantes alemães uma nova *Heimat* no Brasil, onde poderiam ser e permanecer alemães – no caso dos *colonos nacionais*, uma *regermanização*. A realização de um *trabalho cultural* nas suas colônias era apresentada como a *marca registrada* da *Colonizadora*, diferenciando-a dos demais empreendimentos da mesma natureza atuantes no país. É objetivo mapear como esse espaço colonial foi pensado – a utopia de Meyer – e construído, e a *venda* dessa imagem pela *Colonizadora Meyer* através de sua propaganda, fazendo-se lembrada pela imprensa, e como esse discurso foi recebido e apropriado pelos *de fora*.

2.1 “A OBRA DA MINHA VIDA”: COLONIZAÇÃO E GERMANIDADE

O projeto de colonização republicano no Rio Grande do Sul apregoava a formação de colônias mistas, acelerando assim a nacionalização dessas populações, evitando a formação de quistos étnicos. Foi nesse contexto, e contra essa corrente, que Herrmann Meyer insistiu na formação de uma colônia étnica alemã – e, por acaso, ao lado da colônia Ijuí, a primeira colônia oficial mista, fundada em 1890 –, defendendo como princípio de seu empreendimento a realização de um trabalho cultural junto aos alemães ali estabelecidos. Assim, ele pretendia evitar a repetição de problemas observados nas regiões coloniais do estado, como o processo acelerado de perda da germanidade, assimilação ao meio nacional e negligência em relação à assistência religiosa e educacional (MEYER, 1899).¹⁵⁷

Na prática, com o seu projeto de colonização, Meyer visava a mediar a formação de uma *nova Heimat*, reproduzindo um modelo de cidade alemã utópica, representada concretamente pela colônia Neu-Württemberg, dotando-a de todos os elementos materiais e imateriais da *velha Heimat*. Seus propósitos atendiam às expectativas dos emigrantes alemães, que abandonavam sua *Heimat* em busca de melhores condições de vida, unindo-os em um mesmo projeto. Segundo Rambo (2009 [*no prelo*]), o homem é um eterno migrante, movido pelo instinto de alcançar a sua realização pessoal, logo, onde ele se sente bem, aí está a sua pátria. Nas migrações transoceânicas e intercontinentais, partia-se em busca da *terra prometida* – a *Canaã* bíblica, ou o *Paraíso*, o *Eldorado*.

¹⁵⁷ Segundo Meyer, a derrocada dos clubes alemães era uma realidade em todo país. Ele lamentou que no Rio de Janeiro, o *Clube Germânia*, onde em 1895 havia passado tantos momentos agradáveis, estava quase se apagando em 1898 e, era uma pena que os alemães não suportavam continuar reunidos, pois era conhecido o princípio de que “onde tem três alemães, há com certeza duas sociedades”. Em São Paulo, encontrou uma situação mais otimista, considerando que “para o meu estudo sobre o desenrolar da germanidade (*Deutschtum*) no sul do Brasil, foi para mim de grande valia conhecer essa cidade” (MEYER, 1899: 20, 23). A aceleração desse processo ocorreu no final do século XIX, com o crescimento das áreas urbanas e a redução do fluxo imigratório, aumentando o contato com o meio nacional. Circulando pela zona colonial do Rio Grande do Sul, em 1871, o inglês Michael George Mulhall (1974: 54) ainda não percebeu esse processo com tanta nitidez, apontando para o caminho inverso, visto que “nunca pensam eles em voltar à Europa, pois tornaram-se, como os irlandeses na América do Norte e em Buenos Aires, habitantes definitivos da pátria adotiva. Ainda conservam, entretanto, a mais profunda ligação com o seu país de origem e, na língua, nos sentimentos e tradições, são tão fiéis à sua terra natal como se fossem apenas viajantes numa terra estranha”.

Portanto, o projeto de colonização de Meyer foi apresentado e reconhecido como um empreendimento engajado na manutenção do *Deutschtum*/germanidade.¹⁵⁸ A velha *Heimat* funcionava como matriz e sustentáculo da germanidade, uma ponte de ligação com a nova *Heimat*, realimentada e reatualizada constantemente. Os imigrantes e descendentes deveriam manter-se etnicamente alemães e fiéis à pátria de origem¹⁵⁹ – nacionalidade –, mas politicamente brasileiros – cidadania¹⁶⁰ –, contribuindo desse modo para o bem-estar e o progresso do Brasil (cf. GRÜTZMANN, 2002), retardando ao máximo o processo de assimilação.¹⁶¹

¹⁵⁸ Por vezes, *Deutschtum* é usada para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas, de modo geral, entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. Por vezes, essa palavra aparece significando as duas coisas ao mesmo tempo (cf. DREHER, 1984; GERTZ, 1991; SEYFERTH, 1982). Conforme Irgart Grützmann (2002: 312), na ótica do germanismo, a identidade alemã, também denominada de *Deutschtum*, é formada “pelo conjunto das características étnicas e culturais do povo alemão, entre as quais constam a língua, a literatura, as virtudes, a religião e a história, ao qual, por influência das teorias raciais em voga no final do século XIX, é acrescido o sangue. Na sua caracterização, o ideário germanista retoma a noção romântico-nacionalista, oriunda do pensamento de J. G. Herder, de que cada povo possui um caráter ou espírito nacional que se externa em sua cultura, principalmente na língua, na poesia popular e na mitologia, responsável pela sua identificação e diferenciação do contexto de outras culturas e nações”.

¹⁵⁹ A obra comemorativa ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, *Cem anos de germanidade*, reforçou esse aspecto, pretendendo levar “a notícia daquilo que os nossos antepassados realizaram a todos os lares dos colonos. Acende nos netos o fogo sagrado da emulação, para que um dia também os seus nomes se perpetuem em obras que enobrecem. Entra também nos majestosos palácios das cidades, onde quer que more um alemão, pois, de mãos dadas, colônia e cidade realizaram a grande obra cultural do século. [...]. Arauto do Centenário, cruza também os mares do mundo e leva notícias, para a velha pátria, do trabalho e das aspirações alemãs no longínquo Brasil. Mostra aos nossos compatriotas de lá, por palavras e imagens, que permanecemos fiéis à índole alemã, permanecemos fiéis aos bons ensinamentos, aos bons costumes que nossos pais trouxeram da velha pátria e nos transmitiram como o mais precioso dos legados” (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 9-10).

¹⁶⁰ Segundo o princípio do *jus sanguinis*, a nacionalidade é transmitida pelo sangue, assim, em qualquer lugar, um alemão sempre permanece como tal; já a cidadania é dada pelo local de nascimento. No Brasil emprega-se o princípio do *jus soli*, onde cidadania e nacionalidade são coisas indistintas e definidas pelo solo de nascimento, ou seja, quem nasce em solo brasileiro é brasileiro.

¹⁶¹ Segundo Emílio Willems (1940: 7-8), a assimilação constitui-se em “um processo social e cultural que envolve, de um lado, a fusão de heranças culturais e, de outro lado, a modificação de sentimentos e atitudes e a incorporação gradativa dos estrangeiros na cultura do grupo”. Para isso, era necessário haver contato e comunicação entre os grupos. Parte desse processo seria inevitável, iniciando no momento do desembarque em solo estrangeiro, podendo ser acelerado ou retardado via medidas formais ou oficiais, mas jamais parado. É um movimento bilateral, provocando mudanças em ambos os lados. A “assimilação pode ser definida como mudança da personalidade realizada pela substituição de combinações de atitudes e valores, que vêm a integrar o indivíduo em uma sociedade culturalmente diferente”. Ela implicará na seleção de certos dados dos grupos advéncios e a eliminação de outros, abrangendo caracteres transmitidos pelo convívio e pela educação, apresentando-se sempre incompleta, mas viável em todas as culturas, mesmo precedida de vários conflitos oriundos do confronto de um certo número de padrões culturais. Esse processo, geralmente, mostrava-se mais lento nos núcleos rurais e mais acelerado nos urbanos, também variando conforme os grupos religiosos e as classes sociais.

O processo de construção da identidade implantado pelo germanismo nega o outro, o novo, postulando a eterna repetição do mesmo. Seus defensores fornecem ao imigrante um espelho no qual ele apenas vê a si mesmo refletido, exigindo dele a fidelidade absoluta ao seu reflexo e a desconsideração de tudo o que não corresponder à sua imagem inserida nos estreitos limites de sua moldura (GRÜTZMANN, 1999: 364).

Explicando as suas intenções, Meyer escreveu para a *Koloniale Zeitschrift* de Berlim, em 21 de novembro de 1901:

quando eu visitei, no ano de 1896, pela primeira vez o Rio Grande eu tive uma ótima impressão do desenvolvimento desta terra e numa curta permanência numa região colonial eu fui me convencendo de que aqui e em nenhum outro lugar no mundo os nossos alemães encontrariam a felicidade [...] então amadureceu em mim a decisão de me envolver de forma prática, fundando colônias nas quais o princípio primeiro da germanidade se manteria através de boas escolas e cura d'alma estariam ao lado da conquista material, com a exclusão de nacionalidades estranhas (MEYER citado por FENNER, 1997 :17-18).

Referindo-se à mesma questão, a *Enciclopédia Meyer* assegurou que Meyer estava empenhado em “garantir aos emigrantes alemães no Brasil um desenvolvimento próspero e manter a sua língua e a sua cultura/*Volkstum*”, por isso, ele fundou “com seus próprios recursos” as colônias Neu-Württemberg e Xingu, “com escola, igreja, oficinas, forneceu suporte técnico e um povoamento permanente” (Meyers Grosses Konversations-Lexikon, 1905-1909: 741-749, v.13).

Já no relatório dos diplomatas, encarregados de avaliar as condições das colônias de Meyer, transparece também o interesse colonialista da Alemanha, recomendando ao governo fazer a concessão para a emigração, considerando que estas colônias seriam estratégicas para a construção e manutenção da posição alemã no sul do Brasil, constituindo-se como um caminho para a instalação de outras colonizações nessa região. Também o cônsul de Porto Alegre, Feindel, se pronunciou favorável ao pedido, indicando que a posse das terras era segura, além disso, a direção das colônias era totalmente independente da influência do governo do estado; podendo-se assim manter o princípio de assentar somente imigrantes alemães ou de descendência alemã (FENNER, 1997).¹⁶²

¹⁶² O representante diplomático no Brasil no Rio de Janeiro, Karl Georg von Treutler (1858-1933) – desempenhou esse cargo de 14/5/1901 até 10/4/1907 –, ficou encarregado de analisar o pedido de concessão para a emigração de Meyer e verificar as condições das colônias Neu-Württemberg e Xingu. Treutler delegou este serviço ao cônsul em Joinville, senhor Schmidt. Desde a última década do século XIX, a Alemanha, por intermédio de seus cônsules e representantes, estudava a viabilidade de enviar oficialmente emigrantes alemães para a América do Sul. As opiniões sobre como proceder e qual política a ser adotada variavam. Um relatório, datado de 1896, citado por Darci Fenner (1997: 10-11) e Jorge Luiz da Cunha (2006: 122-123), elaborado pelo representante do governo alemão em

Por ocasião da realização do *Congresso Colonial* em 1902, na Alemanha, Herrmann Meyer, embora sem explicitar a autoria, publicou um panfleto relatando as decisões ali tomadas, intitulado *Deutsche Kolonien in Südbrasilien* [Colônias alemãs no sul do Brasil].¹⁶³ A primeira resolução referia-se ao desvio dos emigrantes alemães da América do Norte para a América do Sul, mais precisamente, o sul do Brasil, trabalhando todos em prol desse objetivo sem perseguir objetivos políticos. Seria uma empresa com o ideal e o aporte material para um desenvolvimento vigoroso. A segunda resolução, na mesma linha, relacionava-se à manutenção da língua alemã no exterior através da instalação de escola e igreja, além da busca de recursos junto ao governo alemão para subsidiar essas atividades, para que os emigrantes encontrassem verdadeiramente uma segunda *Heimat*. Desse modo, visavam a amparar os alemães no estrangeiro, material e culturalmente, o que, em essência, era o próprio projeto de Herrmann Meyer, e o exemplo concreto apresentado na ocasião.

A *colônia ideal* imaginada por Meyer, destinada essencialmente para emigrantes alemães, rapidamente cedeu lugar para um modelo de *colônia real possível*, aceitando então descendentes de imigrantes alemães das colônias velhas e, com certa resistência, tolerando a presença de luso-brasileiros nas cercanias e na própria colônia. Comprometia-se com isso a pretensa homogeneidade da colônia, bem como forçava o contato com o *outro*.

Buenos Aires, Kaerger, encarregado de avaliar a Argentina e o Brasil com o propósito de definir para qual dos dois países seria mais interessante dirigir o fluxo de emigrantes alemães. Como resultado de seu estudo, apontou o sul do Brasil como o mais propício. Argumentou que poderia ocorrer o esfacelamento do país, dada a recente implantação da República federativa, repartindo as diferentes regiões em benefício e para as diversas potências da Europa. Além disso, no sul do país havia a presença de um significativo contingente de alemães, formando uma zona mais homogênea, logo, resistiriam menos a uma germanização e administração da Alemanha, do que outras áreas brasileiras ou da Argentina. Acreditava que anexar todo o Brasil iria trazer uma reação imediata na Europa e na América do Norte, levando a um conflito armado. Ainda, se a Alemanha necessitasse de um mercado consumidor para os seus produtos, a América era o mais valioso, pois contava com uma população com poder de consumo e vastas áreas de terras que poderiam ser ocupadas com emigrantes europeus. Entretanto, nos círculos envolvidos com a colonização, essa posição expansionista não recebeu apoio, prevalecendo como política de Estado a preocupação com a preservação do *Deutschtum* entre os emigrantes no exterior e a garantia de mercado para a comercialização de seus produtos.

¹⁶³ *Deutsche Kolonien in Südbrasilien*. Pasta 1 – Hermann Faulhaber, Caixa 52, MAHP. No artigo não consta assinatura, mas todos os indícios indicam que foi elaborado e publicado por Herrmann Meyer. Provavelmente foi editado em fins de setembro ou início de outubro de 1902, visto que se referia à saída do pastor Faulhaber em 16 de setembro, e depois explicava que em outubro, quando o mesmo chegaria na colônia, as obras da casa pastoral já estariam concluídas. Ainda, apresentou uma lista de objetos e doações que ele estava levando para a colônia.

Uma vez em território estrangeiro, os imigrantes necessitavam construir uma identidade pessoal e um elo de ligação entre si, como uma forma de defesa frente ao *outro*, representado pelo nacional, no caso, o luso-brasileiro. Para isso, buscavam, desesperadamente, qualquer dimensão de imagem que remetesse à pátria de origem. Para Fredrik Barth (1998), a pertença étnica seria, ao mesmo tempo, uma questão de origem bem como de identidade corrente. O grupo étnico seleciona, dentro das suas características, as que são relevantes para a sua identificação e diferenciação em relação ao *outro*, o que implica “em critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”. Os imigrantes alemães carregavam cada qual as marcas de sua origem, dadas pela região e época da emigração. Segundo Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux (1997: 317-318),

a travessia marítima da Europa para o Brasil, quando todos se achavam misturados no navio anonimamente, despertava no imigrante a sensação de isolamento. Nome, origem, profissão e tudo o mais que até então servira como identificação social e motivo de amor-próprio se diluía nessa nova situação que, aliás, já começava no porto de embarque.

Logo, de acordo com Ellen F. Woortmann (2000: 210), “o que se tinha, então, era uma espécie de *colcha de retalhos* em que uma diversidade enorme de trajetórias se entrecruzavam, movidas pelo estímulo da emigração, da busca de terra própria ou de liberdade em face dos constrangimentos políticos, sociais ou religiosos do ‘velho mundo’”. Então, em meio à pluralidade,¹⁶⁴ construiu-se como identidade comum o *ser alemão*. Ou, como afirma Giralda Seyferth (2005: 17-18), “enfrentar a travessia e compartilhar o mesmo processo histórico de colonização transforma os imigrantes em colonos no Brasil e, a partir daí, em alemães vivendo numa nova pátria”.

Para Sérgio Bairon Sant’ana (1993-94: 21-22), a sustentação desse imaginário estava na “presença de uma ausência”, ou seja, “a presença da pátria-mãe no imaginário teuto-brasileiro na forma de pequenas narrativas metafóricas já que no campo simbólico ela está ausente”. Aqui, a rememoração tornar-se-ia o sustentáculo da memória coletiva, cuja referência a qualquer objeto alemão remetia à pátria de origem. Em outros termos, nunca se fora tão apegado às tradições

¹⁶⁴ Uma sociedade plural seria aquela sociedade “poliétnica integrada no espaço mercantil, sob o controle de um sistema estatal dominado por um dos grupos, mas deixando amplos espaços de diversidade cultural nos setores de atividade religiosa e doméstica” (BARTH, 1998: 197).

culturais como na diáspora – nunca se havia sido tão alemão quanto no Brasil. A colonização tornara e via-se como o resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria dos pioneiros transformara-se em heroísmo e as suas raízes brasileiras firmavam-se na epopéia pioneira, onde o colono, abandonado à própria sorte, mas objetivo, decidido e corajoso, vencera no novo mundo – novo, mas não seu, pois o seu mundo continuava com a pátria-mãe.

Engana-se, porém, aquele que pensar que existem sujeitos históricos de nomes-próprios bem definidos em tal discurso, [pois] o sujeito da narrativa é o colono, símbolo da comunidade, o herói é anônimo e define-se na relação de qualquer colono com sua ‘nova’ *Heimat*... (SANT’ANA, 1993-94: 19).

Então, conforme o autor, os imigrantes/descendentes alemães tornam seu ser cultural uma grande denegação, pois

ao identificar-se como teuto, denega o brasileiro e, ao dizer-se ‘brasileiro’ denega o teuto. Sua ‘dupla identidade’ aprofunda-se numa enorme crise com seu universo simbólico. A necessidade de repetir os significados de ‘alemão’ simboliza, prioritariamente, uma falta presente (SANT’ANA, 1993-94: 29).

Outro elemento que ligava o imigrante à sua *Heimat* e alimentado pelo discurso germanista era a nostalgia – *Heimweh* –, presente especialmente nas canções e na literatura (cf. GRÜTZMANN, 2002). Silvana Pirilo Ramos (2003) salienta que a nostalgia alimenta a esperança de regresso que os imigrantes não querem perder. Ao mesmo tempo, há o grande temor da decepção com o reencontro da terra, pois se é sempre possível o regresso, não se pode, porém, voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, e reencontrar a mesma situação, os lugares e os homens que se deixou tal qual se os deixou. A saudade consiste, então, num sentimento muito presente no cotidiano das migrações. Portanto, a migração traz intrínsecas questões de identidade, expectativas, frustrações, a esperança manifesta ou não do retorno. “Estrangeiros para o grupo de origem, estrangeiros para o grupo de destino e estrangeiros para si mesmos... os imigrantes deparam-se com as incertezas: para onde ir?” (RAMOS, 2003: 179).

Projetos de colonização étnica, como o de Meyer, foram bem recebidos pela ala germanista no estado, enquanto criticavam a formação de colônias mistas, pela sua despreocupação com questões étnicas e confessionais, o que comprometia o seu desenvolvimento como um todo. Dentre os maiores críticos, estavam os jesuítas

católicos, envolvidos diretamente na assistência religiosa da zona colonial alemã e italiana e ligados ao *Bauernverein*, defenderam abertamente a colonização confessional e étnica, tendo como seus expoentes os padres jesuítas Theodor Amstad, João Evangelista Rick, Max von Lassberg – nessa perspectiva, fundaram as colônias Serro Azul (Cerro Largo) e Porto Novo (Itapiranga). De acordo com Amstad,

a mistura étnica e confessional se constitui num dos grandes males das atuais colonizações do governo [republicano]. Em não poucos casos, põe-se em prática uma ação planejada nesse sentido, visando, como se diz, a estimular a formação de “um tipo brasileiro uniforme”. Como consequência desse sistema, os elementos melhores e mais bem dotados abandonam as “colônias misturadas” e vão fixar-se em colônias de associações nas quais se pratica a colonização étnica e confessionalmente identificada (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 51).

Aliás, na avaliação do padre jesuíta Balduino Rambo,

não demorou para ficar claro que era preciso separar não só por confissões como também por nacionalidades. As colônias mistas de alemães, italianos e poloneses não logravam organizar uma vida comunitária como era de desejar. Em muitos casos o segmento mais fraco migrava para outro lugar, fato que criava também sérios obstáculos para o desenvolvimento econômico (RAMBO in: RAMBO e RABUSKE, 2004: 58).

Inspecionar e observar comparativamente a formação e o desenvolvimento de uma colônia étnica e uma colônia mista na região do Planalto rio-grandense, respectivamente, Neu-Württemberg e Ijuí, foi o objetivo do representante do consulado da Alemanha em Porto Alegre, de sobrenome Reinhardt, produzindo como documento conclusivo um Relatório, datado de 20 de julho de 1921.¹⁶⁵ Como aspectos relevantes destacou como primeiro ponto: Ijuí, como colônia pública, recebeu ajuda oficial, todos os lotes foram ocupados sistematicamente, e logo um ramal da linha férrea foi prolongado até lá, bem como serviu estrategicamente como um ponto adiantado para impedir o avanço argentino. Do outro lado, Neu-Württemberg só teve apoio passivo do governo, sendo todo o trabalho realizado pelo diretor da colônia e algumas parcerias com o Intendente de Cruz Alta; e a linha férrea passava a uma longa distância da sede da colônia. Segundo ponto: as duas progrediram, mas Neu-Württemberg permaneceu alemã na sua configuração

¹⁶⁵ No documento não consta o prenome de Reinhardt, nem fica explícita a sua função no consulado (Relatório de Reinhardt. *Deutscher Konsulat in Porto Alegre ao Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao *Auswärtige Amt*, Berlin. Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha).

externa bem como o caráter de seus habitantes; já Ijuí, primeiro sob a administração do Dr. Augusto Pestana, seguido por Antônio Soares de Barros, havia se transformado em um “centro colonial internacional”, onde o elemento nacional (*Lusobrazilianertum*) estava colocado ao lado dos imigrantes (alemães, poloneses, italianos, russos e suecos) para acelerar a sua assimilação. Assim sendo,

Neu-Württemberg é um *piece de résistance* do *Deutschtum* nesse Estado; ali o espírito alemão se manifesta muito vigoroso, e tem tamanha força, que podemos falar de uma regermanização da população de origem alemã, que fala um alemão legítimo, sem preencher por termos abasileirados. Essa regermanização mostra-se claramente junto àqueles que remigraram das colônias velhas de Santa Cruz, Teutônia, São Leopoldo, etc., onde em grande medida haviam se tornado brasileiros e se juntaram à colônia, onde, sob a influência dos *Neu-Württemberger*, novamente se emanciparam. No seu atual estado, a colônia é a obra singular **de um homem**, o diretor Hermann Faulhaber e de sua esposa. Primeiro, ele foi pastor, mas conscientemente abandonou seu ofício religioso; esse distinto suabo, desde o princípio, assumiu seu trabalho aqui não como comerciante, mas como colonizador em sentido cultural, com sua grande integridade, habilidade e praticidade, ele foi um dos primeiros – sim, eu não hesito em dizer – o primeiro e distinguido propagandista do *Deutschtum* neste Estado e talvez em todo sul do Brasil; mesmo sendo muito culto, permaneceu um homem simples, atuando como fator de cultura sob a extensa área colonial de Neu-Württemberg, bem como além de seus limites. O melhor e o mais simpático nele é que ele mesmo nem sabe disso. Como mostra a experiência, aqueles que se fixam nos centros urbanos aceitam mais rapidamente o caráter lusobrasileiro. Contudo, Faulhaber esforça-se para preservar a cultura alemã na sua aldeia. Até agora, ele foi bem sucedido.¹⁶⁶

Concluiu seu relatório apontando a *Serra* como “o lugar onde o *Deutschtum* se mantinha e avançava, mais do que em outros lugares. Um lugar alemão”.¹⁶⁷

Viajantes alemães e estudiosos em geral, atraídos pela propaganda em relação à nova zona colonial do Rio Grande do Sul, passaram a incluir essa região em seu roteiro de viagem, com destaque para a colônia Neu-Württemberg. Alguns publicaram, posteriormente, o seu relato de viagem na Alemanha, contribuindo voluntariamente na propaganda em prol da emigração, ao confirmar com dados empíricos que o discurso e a prática seguiam os mesmos caminhos no espaço colonial, e, indiretamente, prestando contas também às autoridades alemãs. Contudo, muitos desses autores mostraram-se otimistas demais, projetando uma

¹⁶⁶ Relatório de Reinhardt, fl. 3-4. *Deutsches Konsulat in Porto Alegre à Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao Auswärtiges Amt, Berlin, Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

¹⁶⁷ Relatório de Reinhardt, fl. 3-4. *Deutsches Konsulat in Porto Alegre à Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao Auswärtige Amt, Berlin, Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

realidade inexistente – ou seja, descreviam o espaço colonial com os olhos no futuro, implicando em sérias críticas de propaganda enganosa.

A publicação mais danosa ao projeto de colonização de Herrmann Meyer e duramente criticada por ele, em razão de exagerar na sua descrição, foi o livro de autoria do pastor Alfred Funke, *Deutsche Siedlung über See. Ein Abriss ihrer Geschichte und ihr Gedeihen in Rio Grande do Sul* [Colônias alemãs além-mar. Um esboço de sua história e prosperidade no Rio Grande do Sul], publicado em 1902, com o claro objetivo de incentivar a emigração para o estado sulino, onde considerava que os alemães haviam alcançado, embora muitas vezes abandonados pelo poder público, um grau de desenvolvimento considerável. Mais importante ainda, haviam conseguido manter o seu *Deutschtum*, não se assimilando à cultura da terra de adoção (*Vaterland*). Outro ponto positivo era o fato de já haver no país milhares de alemães, evitando o isolamento do imigrante. Todavia, “o Brasil não é o país da cucanha, Rio Grande é, não obstante sua fertilidade, nenhum Paraíso” (FUNKE, 1902: 58). A vida nos primeiros anos era extremamente difícil, e bem mais primitiva do que na Alemanha, com poucas possibilidades de lazer e sociabilidade. Como modelo de colônia pensada nesses parâmetros, destacava a colônia Neu-Württemberg e Xingu, citando, inclusive, várias páginas do prospecto *Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul*, publicado no ano anterior.

Da mesma forma que Meyer, Alfred Funke tinha por objetivo desviar o fluxo emigratório alemão, que tinha como destino preferencial os Estados Unidos, para o Rio Grande do Sul, onde encontrariam condições de existência mais favoráveis, especialmente na região Noroeste. Sublinhava ainda que para ocupar suas colônias, Meyer poderia arrebanhar, facilmente, poloneses, italianos e outros colonos em quantidade suficientes. Todavia, ele havia reservado essa área à nova geração dos colonos da antiga zona colonial e aos imigrantes, que ali se tornariam proprietários de terras, algo muito difícil na Alemanha. Destacou que embora em meio ao abandono, o *Deutschtum* permaneceu autêntico, mostrando a fibra e o lado positivo da emigração para o Brasil, seguindo a máxima “lembra-te que tu és um alemão”. Notava, porém, um rápido processo de assimilação que vinha ocorrendo, processo este que não era benéfico aos alemães, e somente a injeção de “sangue novo alemão” poderia detê-lo – justamente esse era o propósito de Meyer.

Na mesma linha, o alemão Wilhelm Steinitzer realizou uma viagem para o Brasil entre 1926 e 1927, publicando os seus resultados em 1928, na Alemanha, sob o título *Brasilianisches Bilderbuch* [Livro de ilustrações brasileiras]. Tinha por objetivo apresentar aos alemães mais informações sobre essa terra.¹⁶⁸ No roteiro, esteve incluída a colônia Neu-Württemberg, sobre a qual já teria ouvido falar muito como *colônia-modelo*, incluindo uma fotografia do visitante em frente ao hotel e uma vista parcial do povoado. Considerou o hotel uma construção simples de madeira, mas que se diferenciava pelo asseio e pela boa comida. A vista da sede a partir do alto da igreja era simpática. Constatou que a colônia era realmente alemã, pois não ouviu uma frase em português. Cavalgando por extensa área, a paisagem *graciosa* era composta por mato fechado, quebrada por colônias e fileiras de palmeiras, sendo comum também os cactos. Os colonos eram simpáticos e mostravam-se satisfeitos. Afirmou que com essa visita, compreendeu a razão da denominação de *colônia-modelo* (*Musterkolonie*). Sobre a vida na colônia, Steinitzer ressaltou que apesar de todos os relatos que já havia lido ou de que havia ouvido falar, somente compreendeu *in loco* o trabalho necessário para transformar uma área de mato em terra produtiva, considerando que apenas quem é jovem, com saúde e força e não foge de nenhum trabalho poderia obter êxito. Mas o calor úmido, a falta do costume, e muitas vezes também a alimentação insuficiente deixava o trabalhador relaxar-se. Os colonos enfrentavam mil dificuldades para as quais não estavam preparados. Aquele que acreditava que em uma colônia nova poderia adquirir riqueza em pouco tempo, esse iria desfrutar de uma amarga desilusão. Cada um deveria ter o mínimo de capital para comprar uma colônia fértil, com isso teria naturalmente melhores perspectivas, quando os trabalhos mais difíceis estivessem superados. Dadas as ressalvas, a colônia Neu-Württemberg ainda era o melhor destino para os emigrantes.

Contudo, essa singularidade da colônia Neu-Württemberg deveria ter alguma explicação que fosse além do interesse e da dedicação de Herrmann Meyer. Esse foi o caráter da publicação *Die Schwaben im Ausland* [Os suabos no exterior], em 1935, editada pelo *Deutsches Ausland Institut*. Tinha por objetivo lembrar aos

¹⁶⁸ Wilhelm Steinitzer iniciou a viagem no Rio de Janeiro, passando por São Paulo e pelas cidades e colônias alemãs do sul – no caso, Curitiba, Blumenau, Hammonia, Florianópolis, Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Rio Pardo, Agudo, Neu-Württemberg –, de onde partiu para Campinas, Foz do Iguaçu, Paraguai, Buenos Aires, Minas Gerais. Ao lado da descrição de cada um desses locais, trazia uma série de fotografias.

suabos no estrangeiro a sua origem, sua cultura, e um chamamento à preservação das mesmas, ou seja, a manutenção do *Schwabentum*. No sul da América do Sul, havia somente uma colônia suaba, com reduzido número de imigrantes: Neu-Württemberg.¹⁶⁹ O próprio nome já remetia à ligação com o estado de Baden-Württemberg, e também era esta a intenção de seu fundador, o saxão Herrmann Meyer. A obra apresentava os suabos como trabalhadores, resistentes, persistentes e habilidosos. Muito religiosos, característica essa que, somada ao trabalho, lhes permitia superar as dificuldades. Foi com a contribuição desse material humano que a colônia Neu-Württemberg se transformou em uma *colônia alemã modelo*, um exemplo de colonização no exterior, cujos frutos ultrapassavam as fronteiras da colônia. O êxito era resultante, sobretudo, do trabalho incansável do diretor da colônia, Hermann Faulhaber, um *württemberger*, que organizou o ensino de tal forma que serviu de exemplo para toda a serra do Rio Grande do Sul. A colônia foi provida de imediato de escola e igreja, ambas contribuindo para manter a cultura e a língua alemã. Outro ponto importante da colônia era o associativismo, com a formação de *Vereine*, presente em todos os segmentos econômicos e sociais.

As três publicações, colocadas em circulação em três décadas distintas, concordam no ponto central: a colonização levada adiante por Herrmann Meyer estava realmente empenhada na manutenção do *Deutschtum*, graças aos investimentos em escola, igreja e incentivo ao associativismo – conferiam o mérito pela formação e consolidação desse tripé, ao pastor, professor e posterior diretor da colônia, Hermann Faulhaber. Esse era o objetivo também da publicação da *Faulhaberstiftung* (1933: 5) sobre Neu-Württemberg, visando despertar na Alemanha o interesse pelos alemães no exterior, e mostrar como no Brasil “em condições difíceis, mas sob uma organização alemã hábil e idealista, se formou e se desenvolveu uma colônia, que por todo amor à nova *Heimat* Brasil mantivera seu autêntico caráter alemão”.

Neu-Württemberg era considerada uma colônia alemã autêntica – pelo menos em sua fase inicial. Atendendo aos propósitos de Meyer, a colônia deveria permanecer alemã e, por extensão, os imigrantes precisavam acatar a essas

¹⁶⁹ No Brasil, havia as seguintes colônias em que predominavam os suabos: em Presidente Wenceslau e Aimoré, no estado de São Paulo; Perdizes, Hindenburg e Schwabenland, no estado de Santa Catarina; e em Neu-Württemberg, no estado do Rio Grande do Sul. Havia apenas mais uma colônia com o nome de Neu-Württemberg, em Bessarábia, na Romênia.

prerrogativas.¹⁷⁰ Em 1903, diante da insistência de Horst Hoffmann de atrair poloneses para a colônia, Meyer assegurou mais uma vez que “meu propósito não é colocar outras nacionalidades em Neu-Württemberg, só alemães. Além disso, conheço os poloneses como maus colonos – ou só o lado ruim do colono”.¹⁷¹ Em nível de gerência da *Colonizadora*, havia como ordem enviar dentro do possível as famílias alemão-polonesas para a colônia Xingu.¹⁷²

Finalmente, na apreciação de Herrmann Meyer,

se, daqui a alguns anos, pudermos abandonar Neu-Württemberg à sua própria sorte, sentiremos a imensa satisfação de termos realizado, lá, um bom trabalho cultural e de havermos criado uma colônia modelar no país. E, por ser colônia pequena, maior será seu valor intrínseco (MEYER citado por FAUSEL, 1949: 30).¹⁷³

Concretamente, Meyer via a execução desse ideal por meio da escola e assistência religiosa, propiciando a infra-estrutura para isso bem como o envio da Alemanha de professores e pastores; e a remessa do material necessário para o exercício de tais atividades – livros didáticos, literatura, jornais, revistas, livros religiosos, bíblias. Como livreiro, propiciou a formação de uma biblioteca popular na colônia Neu-Württemberg, disponibilizando material de leitura a todos os habitantes, fomentando ou criando, assim, o hábito de ler nas famílias.¹⁷⁴

¹⁷⁰ Carta. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

¹⁷¹ Carta. Leipzig, 2 e 4/3/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

¹⁷² Relatório 5-7. De 1/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 18/04/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

¹⁷³ Em 14 de maio de 1931, Herrmann Meyer recebeu a maior comenda de honra do *Deutsches Ausland-Institut*, o *Deutscher Ring* [anel alemão], em reconhecimento pela fundação de Neu-Württemberg e o trabalho realizado em defesa do *Deutschtum* no exterior (FAULHABERSTIFTUNG, 1933).

¹⁷⁴ Herrmann Meyer se encarregou de formar o acervo da biblioteca popular, coletando material junto a diferentes editoras e instituições da Alemanha, inclusive o *Instituto Bibliográfico*. Para reduzir as despesas, costumava despachar as caixas de livros com as bagagens dos emigrantes. Manteve também a assinatura de jornais e revistas relevantes da Alemanha – *Tägliche Rundschau*; *Umschau*; *Deutsche Monatsschrift*; *Echo*; além de jornais e anuários editados no Rio Grande do Sul, inclusive em língua portuguesa.

2.1.1 Um projeto a-confessional

O complexo colonial de Meyer ficou conhecido e reconhecido como étnico e confessional protestante, um exemplar de povoamento homogêneo, onde o *outro* inexistia. Essa imagem foi construída ao longo do processo de formação e reproduzida pela historiografia da imigração e colonização, permanecendo até os dias atuais.

Analisando os prospectos de propaganda da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* (MEYER, 1901; 1903; 1904a; 1906a), bem como a correspondência privada e administrativa trocada entre Meyer e os seus administradores, em nenhum momento ele definiu o seu projeto de colonização como confessional. Ao contratar o pastor protestante Hermann Faulhaber, em 1902, quis garantir a assistência religiosa aos colonos, devendo o mesmo atender a todos que o procurassem, e não afastar os católicos ou de outras confissões religiosas, como os batistas alemães. Não se propunha a formar uma comunidade no sentido de instituição igreja, pois isso ficaria a cargo do pastor juntamente com os habitantes da colônia, devendo os católicos fazer o mesmo, usufruindo da infra-estrutura colocada a sua disposição. Para Meyer, assistência religiosa consistia em colocar à disposição dos habitantes da colônia um pastor ordenado para ministrar batismo, confirmação, casamento, enterro e cultos esporádicos.

Uma das exigências contidas no termo de concessão à *Colonizadora Meyer* para o envio de emigrantes alemães, redigido pelo *Auswärtiges Amt* e o *Reichsamt*, e oficializado pelo *Bundesrat*, em 1906, era a contratação também de um padre católico – exigência que Meyer atribuiu aos católicos ultramontanos –, responsabilizando-se “por zelar pela escola e a igreja de ambas as confissões [protestante e católico], concedendo terras sem custos para a construção de igreja e escola, sempre que necessário”. Segundo as ordens de Meyer, a empresa providenciaria para que os cultos católicos fossem realizados com regularidade, pagando uma subvenção ao padre de Cruz Alta, mas não o contrataria. Para a colônia Xingu, tentariam um padre de Palmeira, visto que ali havia um considerável

número de católicos.¹⁷⁵ A *Colonizadora* foi a responsável pelo contrato e pagamento do salário do pastor protestante até 1913, quando essas funções passaram para a comunidade já formada. Negou-se, quando solicitado, a subvencionar o pastor e a comunidade batista alemã.¹⁷⁶

Interessava para Meyer, em primeiro lugar, colonizar as suas terras, independente de questões religiosas, o que tornava as suas orientações muitas vezes incoerentes, mas compreensíveis se analisadas no seu conjunto. Recuando para 1903, quando foi acertada a liquidação da *Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft* e a venda das terras para o *Bauernverein*, ele percebeu esse novo empreendimento como o seu maior concorrente, visto que era confessional católico. Naquelas circunstâncias, para se contrapor, aconselhou Alfred Bornmüller a reforçar o lado protestante de seu projeto de colonização.¹⁷⁷ Contudo, em 1906, Meyer emitiu uma contra-ordem, reclamando que essa imagem de que Neu-Württemberg era uma *colônia de e para protestantes* deveria ser desconstruída com brevidade, visto que não podiam perder compradores de terras por questões confessionais. Em Neu-Württemberg, até então, não havia sido feito nada pela igreja católica e a própria realização dos seus cultos havia *adormecido* novamente. “Não é de menos que Neu-Württemberg é conhecida como uma colônia absolutamente protestante. Isso precisa ser mudado. É necessário dar mais atenção à igreja católica, para que da zona de colonização antiga venham mais colonos”. Como primeira providência,

¹⁷⁵ Carta. Leipzig, 27/6/1905. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber. Pasta 2 - Cartas - Herrmann Meyer a diversos. Caixa 44, MAHP.

¹⁷⁶ Respondendo a uma solicitação de J. Gaiser, responsável pela assistência religiosa aos batistas da colônia Neu-Württemberg, Herrmann Meyer alegou que para uma comunidade tão pequena como a dele, não podia dispensar o capital para a construção de uma igreja, pois pagava um pastor para a comunidade evangélica luterana que eram maioria, e ainda não tinham igreja também. Havia ainda os católicos e qualquer outra crença que ali se instalasse, iam se dirigir a ele pedindo recursos para a construção de igreja. Assim, pedia para entrar em contato com Alfred Bornmüller, que este doaria a eles um terreno no Stadtplatz para então executarem seu plano de edificar sua igreja (Carta. Leipzig, 15/5/1905. Herrmann Meyer a J. Gaiser, Neu-Württemberg. Pasta 2 - Cartas - Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP). Em 1905, a *Colonizadora* doou um terreno com área de 1.250 metros quadrados para a edificação da capela batista. Em seu relatório de 16 de fevereiro de 1905, Alfred Bornmüller assinalava: “Comunidade Batista local se colocou o propósito de construir uma igreja própria. Estou apoiando essa iniciativa e, portanto, reservei, para a localização da capela, o terreno n. 9 da quadra 33, situado em lugar alto e panorâmico” (BORNMÜLLER citado por LEITZKE, 1997: 33-34).

¹⁷⁷ Carta. Leipzig, 17/6/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Leipzig. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

solicitou ao Dr. Ahrons,¹⁷⁸ para que contatasse junto à direção do *Bauernverein*, “onde ele é muito conhecido, e frisar que ele [Meyer] não tinha o objetivo de causar uma animosidade religiosa, e que já havia solicitado um padre católico para a colônia”. Acreditava e esperava que Faulhaber não se opusesse em conceder uma sala da escola para a realização das missas. Segundo Meyer, era óbvio que a concorrência entre católicos e protestantes poderia aparecer na colônia e se manifestar também em relação à escola, pois os católicos poderiam não querer freqüentar as aulas de Faulhaber. Como solução imediata, poderiam então freqüentar a escola pública, e mais tarde, com o aumento dos alunos, contratariam um professor católico, resolvendo esse problema. “O fato é que precisamos direcionar a migração de católicos para nossa colônia também. Mas isso precisa ser muito bem organizado. Uma necessidade é a afluência de católicos, particularmente da Alemanha”.¹⁷⁹

Analisando o leque de opções dos imigrantes alemães e colonos nacionais no início do século XX na região norte do estado, constata-se que as colônias Neu-Württemberg e Xingu se transformaram no escoadouro dos protestantes, justamente porque eram etnicamente alemãs e a-confessionais. Acolheram, então, aquele contingente populacional excluído de outros projetos confessionais, como Serro Azul, e aqueles que não pretendiam se instalar em colônias mistas.

A religiosidade fazia parte do cotidiano dos alemães, e a existência de um pastor/padre na colônia era fator positivo, contribuindo para a valorização da mesma. Martin N. Dreher (1998: 243) explica que na Pré-Modernidade, “a religião é ar que se respira. A pessoa nasce, vive e morre na religião”. Batismo, casamento e enterro cristãos faziam parte de sua estrutura orgânica. No caso, “a religião é forte, mas a *instituição* religiosa é fraca”. Já na Modernidade, houve mudanças: a religião passou a ser uma questão de opção, ligada à conversão, que nada mais é do que o

¹⁷⁸ Em viagem para a Alemanha no primeiro semestre de 1906, Rudolf Ahrons reuniu-se longamente com Herrmann Meyer, discutindo os rumos da colonização no Rio Grande do Sul e de seu projeto de colonização em particular, como alguém que acompanhava seu desenvolvimento de fora e a partir da capital do estado. A partir dessa conversação, Meyer acabou por fazer algumas concessões (Carta. Leipzig, 12/4/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

¹⁷⁹ Leipzig, 12/4/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP. Meyer lembrava que com a instalação da igreja católica efetivamente, poderia atuar junto às ordens católicas, como a *Raphaelverein*, e pleitear o envio de emigrantes para Neu-Württemberg, o que até então não podia fazer.

abandono da tradição. “Daí brota e surge a importância da comunidade institucional”, a qual precisava ser forte para se contrapor às outras instituições. “Mesmo que os imigrantes ainda tenham trazido consigo parte da situação pré-moderna, na qual religião era questão de base da sociedade, a organização da ‘sua’ Igreja já se deu em termos modernos: foi Igreja de comunidade”. Recentemente, manifestam-se com mais força as tradições da religião pós-moderna, cujo sujeito “afirma viver e ter religião sem comunidade. Ele busca Deus na interioridade, busca a religião em si, dentro de si mesmo”.¹⁸⁰

O Sínodo Rio-Grandense foi criado em 1886 e oficializado em 1887, representando a partir de então a igreja luterana como instituição.¹⁸¹ Sua pregação foi do tipo evangelístico, criando em 1891 o cargo de pregador itinerante, para acompanhar as famílias que se dirigiam às diferentes zonas de colonização do estado. Todavia, os próprios colonos migrantes carregavam consigo a *sua* igreja. Assim,

em muitas localidades os pastores do Sínodo construíram sobre a base que já fora lançada pelos próprios migrantes. De interesse é que a proposta de igreja destes nem sempre coincidiu com a proposta de igreja daqueles. Em relação ao modelo de igreja evangélico-luterana que se formou entre os migrantes colonizadores das então novas fronteiras agrícolas, pode-se afirmar que ele conta com a presença dos pastores do Sínodo, mas de nenhuma forma é dependente dessa mesma presença. Pelo contrário, são muitas as iniciativas dos próprios colonos para preservarem sua identidade confessional (WITT, 1998: 284).

Nas colônias, havia diferentes posturas em relação à presença da igreja.

A primeira delas julga imprescindível, para que haja igreja, a presença de um pastor “verdadeiro”, isto é, com formação regular e ordenado para o ministério. Outra também não rejeita e até mesmo deseja a presença do pastor, mas não depende dele. Pode-se viver como autêntico cristão sem a presença do ministro religioso. Uma terceira postura é representada pelo indiferentismo, que julga a igreja desnecessária ou como indicativo de atraso (WITT, 1998: 286-287).

Percorrendo as zonas de colonização, o trabalho desses pastores itinerantes ora recebia apoio, ora oposição ou indiferença. Contudo, a pregação itinerante foi “a

¹⁸⁰ Seguindo essa linha de pensamento, “transforma o convertido em tipo ideal para a nova sociedade que se quer criar: individualista. Ele é sujeito de sua própria existência. A religião é dele e não mais da família. Básica é a relação: eu e Deus. O novo homem moderno: responsável, honesto, progressista, que busca cultura” (DREHER, 1998: 249).

¹⁸¹ Houve uma primeira tentativa de institucionalização em fevereiro de 1868, quando foi fundado o *Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul*. Frente a pouca adesão das comunidades e as próprias discussões internas quanto a sua estrutura e orientação teológica, deixou de atuar oficialmente em 1875.

forma concreta de o Sínodo estar ao lado do povo, que os pastores queriam ver integrado às comunidades a ele vinculadas, e foi também um instrumento para frear o avanço do modelo independista de Igreja” (WITT, 1998: 294).

Segundo Roberto Radünz (2003: 105-113) “o que se considera indiferentismo religioso no discurso oficial [dos pastores] talvez possa ser interpretado como uma ‘nova’ forma de vivência religiosa; vivência essa que incorporou novos comportamentos”. Gradualmente, aquilo que no discurso Pietista era rotulado como *prazeres da vida*, foi tolerado. “Os jogos, a bebida e a dança, tidos normalmente como desvios de uma boa conduta cristã, foram trazidos para dentro da igreja”. O pastor que desejava um trabalho bem-sucedido na comunidade precisava adaptar-se à nova realidade, “tanto em termos de postura quanto em sentimento”, levando um modo de vida semelhante à do colono – o que Meyer denominou de *didática* para lidar com os colonos.

Ciente desse desencontro entre a igreja-instituição e igreja-religiosidade no Rio Grande do Sul, e ao mesmo tempo de sua importância como fator de unidade da colônia e de construção e reatualização de cultura, Meyer colocou um pastor à disposição dos colonos. Entre o ano de 1898 e 1902, pregadores itinerantes visitaram a colônia Neu-Württemberg, realizando celebrações ecumênicas. Entre julho e agosto de 1901, o missionário batista Karl Roth¹⁸², oriundo de Porto Alegre, oficiou o culto de inauguração do *Einwandererhaus* ou *Casa/Barracão dos Imigrantes* e, por várias noites consecutivas, realizou reuniões de oração nesse local. Entre a segunda quinzena de novembro e a primeira quinzena de dezembro, ocorreu uma situação inusitada, relatada pelo engenheiro Alexandre Ahrons, então na colônia, representando a *Colonizadora*, e transcrita por Horst Hoffmann, em seu relatório:

O pastor [Paul W. L.] Sudhaus chegou na colônia nesses dias, e 24 horas depois, o pastor Schultz, criando uma situação constrangedora para eles, que não sabiam um da visita do outro, e para ele [Alexandre Ahrons]. Como ele já havia arrumado o “galpão” [*Einwandererhaus*] e prometido para o primeiro, não pôde voltar atrás. Assim, pela manhã Schultz fez seu culto, e

¹⁸² Karl Roth era missionário do *Allgemeine Missionskomitee der deutschen Baptisten Nordamerikas nach Brasilien* (cf. *50 JAHRE BAPTISTENGEMEINDE “IMANUEL” – PANAMBI. 1906-1956*, 1956).

pela tarde Sudhaus. Todos os colonos estavam presentes. O pastor Sudhaus seguiu para Xingu, onde pretende realizar um culto.¹⁸³

Já na segunda quinzena de dezembro de 1901, esteve em Neu-Württemberg, com o objetivo de celebrar missa e realizar batismos e outros ofícios religiosos, o padre jesuíta Max von Lassberg, demorando-se por vários dias no local. Ao contrário dos demais, não foi recebido no *Barracão dos Imigrantes* e, sim, na residência particular da Sra. Wagner, uma alemã católica.

O Padre jesuíta von Lassberg realizou uma visita nos últimos dias a Neu-Württemberg, onde realizou uma missa, e ao retornar, conversou comigo, elogiando muito a estrutura e o cotidiano da colônia. Ele pediu para mim vários documentos, como brochura, fotografias, plantas, etc. para enviar aos jornais católicos daqui e da Alemanha informações sobre a nossa colônia. Von Lassberg, um culto e respeitado jesuíta, pode ser de grande utilidade para nós.¹⁸⁴

Mas, essas visitas assíduas e desencontradas de religiosos na colônia preocupavam Meyer, no sentido de que pudessem ter maiores conseqüências: “que os protestantes e os católicos com isso não se peguem nos cabelos. Nós precisamos evitar dentro do possível qualquer atrito confessional. Por enquanto os cultos vão se realizar no Barracão (*Schuppen*)”. Todavia, esperava que em breve os colonos construíssem, com o seu trabalho, uma pequena igreja de madeira no *Stadtplatz*.¹⁸⁵

Fruto desse trabalho de pregação itinerante, a primeira comunidade a ser organizada como tal foi a batista alemã. Contribuiu para isso a presença regular de missionários, e a vinda, em 1900, de uma leva de imigrantes alemães batistas, liderados por Adolf Schwarz, após uma curta estada em Porto Alegre, onde haviam trabalhado em atividades urbanas. Na ausência de pastor formado, um pastor leigo, Hermann Gaiser, vindo de Württemberg, Alemanha, em 1903, atendia a essas

¹⁸³ Relatório 10/11. De 16/11 a 15/12/1901. Porto Alegre, 26/12/1901. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. (conclusão do relatório de 18/12). Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

¹⁸⁴ Relatório 12. De 16 a 31/12/1901. Porto Alegre, 3/1/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP. Na opinião de Meyer, contatos de tal natureza deveriam ser mantidos, e surtiam bons efeitos, visto que havia conhecido, em München, o irmão do jesuíta, Major v. Lassberg, e este já tinha conhecimento de sua colônia por intermédio daquele (Carta. Leipzig, 17/2/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

¹⁸⁵ Correspondência privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

famílias.¹⁸⁶ Realizavam seus cultos no *Barracão dos Imigrantes* e em casas particulares.¹⁸⁷ Várias famílias luteranas acabaram participando da comunidade batista.

A contratação de um pastor luterano foi uma questão longamente estudada e discutida entre Herrmann Meyer e o gerente da *Colonizadora*, Horst Hoffmann, justamente porque o projeto de colonização não tinha um formato confessional. Em 1902, sentindo-se pressionado pelos emigrantes, os quais questionavam sobre a assistência educacional e religiosa na colônia, Meyer considerou, depois de vencidas as principais dificuldades, ter condições para arcar com as despesas de contratação de um pastor, que ao mesmo tempo também assumisse o ensino e outras atividades necessárias, sendo pago no início diretamente pela empresa. O pastor cobraria pelos serviços prestados, e estudaria a viabilidade de formar uma comunidade e construir a igreja. Logo, a colônia deveria, via anuidade, custear o pastor/professor. Todavia, Horst Hoffmann, mais próximo da colônia, discordava de Meyer, com o argumento de que

todo o dinheiro destinado para escola foi gasto com os colonos, e como pode ver, depois da última colheita, estão passando por necessidade, e há uma total falta de dinheiro, bem como a Empresa também não tem agora como arcar com mais esse custo. Mesmo que a próxima colheita seja melhor, os colonos vão precisar desse capital para aos poucos se reerguer. Além disso, batizado, casamento e enterros, os pregadores itinerantes vem realizando de graça há muito tempo. Em consideração à propaganda, seria necessário termos um pastor próprio, mas desde que ele seja mantido diretamente por Leipzig [por Herrmann Meyer, e não pela *Colonizadora*]. Porque nem se cogita as 65 famílias que agora residem na colônia Neu-Württemberg manterem o salário de um pastor, muito menos a Empresa

¹⁸⁶ Os batistas no Rio Grande do Sul têm suas origens em imigrantes pomeranos, que se estabelecem na Linha Formosa, em Santa Cruz do Sul, no ano de 1881. A organização da primeira igreja batista ocorreu em 1893. Famílias fundadoras da comunidade batista de Neu-Württemberg: Wilhelm Restel, Jacob Rehn, Adolf Schwarz, Adolf Kepler, Karl Hasenritter, Johann Rehn Filho, Heinrich Rehn, Peter Rehn e Fritz Retzlaff. Todos imigrantes alemães – russos, poloneses e prussianos (cf. *50 JAHRE BAPTISTENGEMEINDE "IMANUEL" – PANAMBI. 1906-1956*, 1956). Sobre a emigração do Império Russo e depois da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para o Brasil, há o estudo de Anastassia Bytsenko (2006), segundo o qual, de 1870 a 1953, emigraram 118.600 pessoas, tendo como destino principal as regiões sul e sudeste brasileiro. Destacou três grandes levas: a primeira, de 1905 a 1914; a segunda pós-Revolução de 1917 e posterior a Guerra Civil; e a terceira leva, constituída pelos “deslocados de guerra”, que começaram a chegar no pós-II Guerra Mundial. O transporte gratuito era o principal atrativo para a emigração para o Brasil, especialmente entre os camponeses e pobres.

¹⁸⁷ A 22 de março de 1906, por ocasião da visita do missionário Karl Roth, ocorreu a fundação oficial da *Igreja Batista Imanuel*. A sua pequena capela de madeira foi a primeira igreja edificada na colônia, inaugurada em 8 de março de 1908. A partir de 1914, passaram a contar com um pastor efetivo. Somente no final da década de 1940 construíram uma igreja de alvenaria.

tem condições de manter um pastor, e se ele vai conseguir dominar os velhos colonos aqui, é algo duvidoso.¹⁸⁸

Hoffmann estava convicto de que os colonos não tinham condições nem interesse em despender dinheiro para tal fim. Caso forçassem, teriam um resultado negativo, pois

a maior parte da população vai se manter totalmente afastada da igreja, e quando necessitarem dos serviços religiosos, vão apelar a outros pastores/padres. Aqui só tem pastores pagos pelas comunidades, como do *Sínodo Missouri*¹⁸⁹, ou outros segmentos que realizam o atendimento religioso sem cobrar (itinerantes/missionários).¹⁹⁰

Assim, era evidente que o colono colocaria em primeiro lugar a sua sobrevivência, e depois a igreja, que, como instituição, não era tão importante assim. Além disso, sinalizava para as dificuldades que o pastor poderia encontrar ao tentar “dominar os velhos colonos”, trazendo-os para dentro de uma estrutura de comunidade. Para resolver o impasse, ele até cogitava buscar a assistência religiosa junto aos padres jesuítas, remunerados pelas suas comunidades de origem; ou, junto ao *Sínodo Missouri*, no mesmo esquema.¹⁹¹

¹⁸⁸ Relatório 6, de 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP. Em 1904, havia em Neu-Württemberg 100 famílias luteranas, e em Xingu, 13. No ano de 1905, o número de famílias na colônia Neu-Württemberg subiu para 126 (635 almas), das quais 107 eram luteranas, 6 católicas, 5 batistas e 11 mistas. Já em 1909, de 170 famílias, 11 eram batistas, 3 católicas com filhos mistos, 2 mistas com filhos católicos, 11 mistas com filhos luteranos, 1 de igreja livre (originalmente católica), 1 sem religião (berlinense), e 129 eram luteranos. Na colônia Xingu havia então 11 famílias, atendidas duas vezes por ano. Em 1913, já havia 5 comunidades formadas nas linhas coloniais de Neu-Württemberg: *Stadtplatz* (sede) com a Linha *Leipzig*, *Nordbezirk*, *Westbezirk*, *Magdalenenland*, *Hinter der Palmeira*. Já em 1927, a comunidade possuía 490 famílias, distribuídas em 11 comunidades, e, em 1930, 640 famílias, somando 3.950 almas (cf. *PROTOKOLLEBUCH der Evangelischen Gemeinde Neu-Württemberg, 1913-1941*, Secretaria da Paróquia Evangélica – IECLB, Panambi-Centro; SCHRÖDER, 1936).

¹⁸⁹ O Sínodo Missouri tinha como marca registrada o caráter confessional. Constituiu-se nos Estados Unidos em meados do século XIX como genuinamente luterano. Em 1899, o Conclave Missouriano decidiu iniciar o trabalho missionário na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil. O mesmo iniciou em 1900, com o envio de missionário, mas criticavam muito o estilo religioso reinante no Rio Grande do Sul, especialmente o quadripé: bailes, cachaça, jogos e dinheiro. Iniciaram o trabalho missionário, com a fundação do Sínodo em Rincão São Pedro, mas não tiveram a adesão esperada. Em 1904, no Rincão São Pedro formaram o *Distrito Brasileiro do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados*. Permaneceu muito ligado à igreja-mãe. Então a atuação foi dividida em três regiões: São Lourenço, Porto Alegre e Noroeste (RADÜNZ, 2003). Conferir também Rieth (1998).

¹⁹⁰ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Horst Hoffmann, Porto Alegre, 6/11/1902 para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP.

¹⁹¹ Relatório 6. De 16 a 31/3/1902. Horst Hoffmann, Porto Alegre, 3/4/1902 para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP.

Na opinião de Hoffmann, os colonos de Neu-Württemberg e Xingu eram “avessos à igreja”.¹⁹² Já Hermann Faulhaber, ao assumir os trabalhos, queixava-se da baixa assistência aos cultos; e apontava como uma das razões a ignorância e o desinteresse religioso, na semicultura e na indiferença de muitos imigrantes novos e na fundação de sociedades mundanas. Ainda, a dispersão dos colonos pelas linhas coloniais.¹⁹³ Em relatório já mencionado, Reinhardt afirmou que a vida em igreja existia em Neu-Württemberg devido à influência de Faulhaber sobre os filhos dos colonos, mantendo uma moral religiosa, pois “os Neu-Württemberger são boas pessoas, mas maus cristãos”.¹⁹⁴

Hoffmann contratou o escritório de engenharia Ahrons, de Porto Alegre, para elaborar a planta e realizar a construção da casa pastoral, obra que se estendeu ao longo do segundo semestre de 1902, sendo concluída em início de 1903.¹⁹⁵

Com a chegada do pastor Faulhaber, foram lançadas também as diretrizes para a operacionalidade do atendimento religioso:

Domingo, dia 30/11/02, o pastor Faulhaber irá celebrar, às 9:30 horas, o primeiro culto evangélico na casa do imigrante no *Stadtplatz* Elsenau. Os cultos serão realizados sempre aos domingos e em dias de festas, e serão avisados com antecedência. Fora isso, o Pastor Faulhaber pode ser procurado na casa pastoral para tratar de todos os assuntos concernentes, como batismo, confirmação, casamentos e sepultamentos. A *Colonizadora*

¹⁹² Segundo Meyer, ele sabia perfeitamente da antipatia de Horst Hoffmann em relação à instalação da igreja e escola, o que transparecia também no seu silêncio nas cartas, mas, ao mesmo tempo, percebia pelas cartas dos colonos, o quanto isso era importante para eles e como os motivava a se empenhar para concretizar isso. E era importante para eles a existência de um centro religioso e um pastor. Óbvio que poderia ocorrer um revés, mas o pastor Faulhaber era muito competente na sua atividade e saberia resolver. Assim, solicitava para que Hoffmann olhasse com atenção a igreja e a escola e facilitasse as coisas onde fosse possível, enviando sempre informações atualizadas para Scharf e Faulhaber, para que realmente pudessem trabalhar juntos (Carta. Leipzig, 18/5/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

¹⁹³ Para Radünz (2003: 107), “na nova realidade, os colonos conseguiam vislumbrar, de forma muito mais nítida do que na pátria de origem, a possibilidade de uma vida melhor, resultado do esforço, do trabalho, do empenho. Por essa razão lançaram-se ao trabalho, criando um ‘ethos’ distinto da realidade de subordinação e subserviência que marcou a realidade produtiva anterior. Nessa atitude, os colonos por vezes tiveram que optar entre o culto e a roça”.

¹⁹⁴ Relatório de Reinhardt, fl. 3-4. *Deutsches Konsulat* in Porto Alegre à *Deutsche Gesandtschaft*, no Rio de Janeiro e ao *Auswärtige Amt*, Berlin, Porto Alegre, 20/7/1921. R- 79001 a 05. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

¹⁹⁵ Meyer considerou a planta original da escola e casa pastoral elaborada por Rudolf Ahrons muito luxuosa para a ocasião. Queria que fossem duas construções separadas e em terrenos vizinhos também, e não como aparecia na planta, como uma única construção conjugada. O estilo para a casa pastoral era aceitável, mas pelo valor limitado de 3 contos de réis, e desde que a torre e a área para escola fossem suprimidos. Já na escola, queria uma construção mais simples, investindo ao máximo 2 contos de réis (Carta. Leipzig, 12/6/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

para manter o registro religioso e providenciar os papéis, cobra a seguinte taxa: 1) Batismo na igreja Rs. 4.000; 2) para batismos na casa, confirmação, casamentos e enterros Rs. 6.000.¹⁹⁶

Os cultos passaram a realizar-se a cada 14 dias já no ano de 1905, porque nos períodos de colheita, era difícil aos colonos virem para o *Stadtplatz* cada domingo para participar dos ofícios religiosos, conseqüentemente, a freqüência também seria maior.¹⁹⁷

A comunidade evangélica luterana da colônia Neu-Württemberg foi formalizada em 1908, com a aprovação dos estatutos, mas permaneceu sob a tutela da *Colonizadora* até 1913, justamente porque os colonos queriam a presença de um pastor, ao qual pagavam pelos serviços prestados, mas não da instituição igreja, a qual deveriam sustentar por meio do pagamento de anuidade.¹⁹⁸ Isso se refletiu diretamente, por exemplo, na construção do templo, postergada até 1923, porque os membros da comunidade sempre alegavam não dispor de capital suficiente para levar tal obra adiante.¹⁹⁹

Para compreender melhor esse mosaico religioso da colônia Neu-Württemberg e as dificuldades interpostas ao trabalho de um pároco, cite-se o relatório de atividades do pastor L. Merz (1908-1912), referente ao ano de 1909, originalmente publicado na revista evangélica *Ansiedler*, de 1910, e reproduzido por

¹⁹⁶ Cartas em anexo ao Relatório 21. De 1-15/11/1902. Horst Hoffmann, Porto Alegre, 17/11/1902 para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

¹⁹⁷ Carta. Leipzig, 16/2/1905. Herrmann Meyer a Pastor Hermann Faulhaber, colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

¹⁹⁸ O compromisso de subsidiar a comunidade religiosa estava previsto, inicialmente, para o mesmo período do contrato do pastor Faulhaber, ou seja, cinco anos. Em 1907, com a contratação de outro pastor, diante das dificuldades dos colonos, Meyer concordou em conceder seu auxílio por mais cinco anos. Em 6/4/1909 a comunidade foi filiada ao Sínodo Rio-Grandense e, em 19/7/1909 foi ligada a *Landeskirche* prussiana (Igreja Territorial Prussiana). Em 1910 foi fundada a Ordem Auxiliadora de Senhoras (*Frauenhilfe*) para ajudar os doentes e manter uma *Krankenschwester* (cf. *Kalender für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien*. Porto Alegre, 1928, p. 158-160; DREHER, 1984).

¹⁹⁹ Essa situação, talvez, era reflexo de uma colônia em fase de instalação, onde o colono ainda não dispunha de um excedente produtivo suficiente para aplicar em obras grandiosas, como o projeto da igreja – envolvendo aprovação, planta e construção efetiva, arrastou-se desde 1914. Faulhaber, como diretor da colônia Neu-Württemberg, participou de várias reuniões da comissão e auxiliou financeiramente, para ver concluída a obra. A edificação grandiosa, de alvenaria, em estilo gótico, no alto da colina, foi inaugurada em 22 de abril de 1923, com grandes festividades (cf. [Boletim da] COMUNIDADE EVANGÉLICA PANAMBI. Maio a junho/1973, N. 229. Cinqüentenário da Inauguração da Igreja Evangélica de Panambi-Cidade. Caixa 123, MAHP). Já os sinos, importados da Alemanha, chegaram apenas em 1927, sendo recebidos festivamente, levados em grande cortejo até a igreja em 11 de dezembro do mesmo. Na ocasião, também foram feitas homenagens a Marie Faulhaber e lembrado Hermann Faulhaber, pois há 25 anos haviam celebrado o primeiro culto na colônia (*Die Serra-Post*, 13/12/1927, Caixa 123, MAHP). A partir de então, seu badalar integrou-se ao cotidiano dos habitantes, até os dias atuais.

Schröder (1936: 191-192). Tratava-se de um pastor vindo há pouco tempo da Alemanha, com permanência temporária na colônia – um imigrante provisório, daí o seu estranhamento e lugar de onde falava. Segundo as constatações de Merz, “a maioria dos moradores da colônia são hábeis camponeses alemães, pois aqueles imigrantes da Alemanha, aristocratas e burgueses, logo foram embora novamente”. Calculava que havia então cerca de 170 famílias estabelecidas e, destas, talvez 40 de imigrantes alemães, 10 vindas da Rússia ou Áustria, e, o restante, teuto-brasileiros migrados das colônias velhas. O caráter da colônia era protestante, mas,

o trabalho religioso tem aqui algumas dificuldades. Primeiro, os alemães recém-chegados [*frische Deutschländer*], ficam admirados, porque religião é uma “questão de Estado” na Alemanha; eles já leram o volumezinho sobre o cosmos [*Kosmosbändchen*] e se acham esclarecidos. No trabalho da igreja eles valem tão pouco quanto no seu trabalho na colônia. Uma exceção são os imigrantes de Württemberg, que têm necessidade de comunidade e ficaram sectários (batistas), então sua comunidade é pouco social, tem pouco sentimento de responsabilidade para com os demais. Os alemães russos são o tronco dos batistas, têm precário conhecimento religioso; os restantes são originários de Württemberg e são fanáticos. Dos velhos colonos, são os westfalianos, que são de Teutônia, os mais fiéis freqüentadores de igreja; os renanos da colônia de Santa Cruz são um povo livre, e se reconhece neles o mais visível a influência do pastor-bebedor [*Trinkerpfarrer*]. Aqueles oriundos de São Lourenço são completamente desleixados, nunca vêm para a igreja e são ignorantes até o último limite. Mesmo assim, forma-se dentro do possível um tronco religioso; colaboradores há por enquanto poucos... (SCHRÖDER, 1936: 191-192).

Entre os católicos, esse desinteresse religioso, ou a própria irregularidade da visita do padre, resultava no esvaziamento das missas. Tentando contornar essa situação, procurava-se avisar com antecedência a realização desses encontros. O número de famílias alemãs católicas na colônia era reduzido, contudo, havia um grande número de luso-brasileiros católicos nas imediações, que participavam das celebrações. Em 28 de julho de 1909, por ocasião da visita do padre Carlos Kolb, foi fundada a comunidade católica de Neu-Württemberg.²⁰⁰

²⁰⁰ A construção de uma capela em madeira passou a ser articulada em 1911, recebendo para isso um terreno da *Colonizadora*. Ao contrário da igreja batista e luterana, a capela católica ficara localizada a rua Bismarck, afastada da área central, ao sul. Também não lhe foi destinado o alto de uma “colina”, e sim, um terreno próximo ao rio Fiúza, com risco de inundação. Logo após a construção da capela, esta foi destruída por um furacão em 1916. Novamente sem capela, os católicos adquiriram então um pequeno prédio com terreno em frente à praça central, que servira de casa comercial e estava desativado, pertencente à viúva Ketzer. Após uma reforma e a colocação da torre, passou a servir de igreja. A comunidade recebia atendimento pastoral por padres pertencentes à Paróquia de Pejuçara e Cruz Alta, subordinada à Diocese de Santa Maria (cf. SCHMITT-PRYM, 1997).

Os choques religiosos, mesmo de pequenas proporções, foram inevitáveis, impondo uma relação de tolerância. Em 1905, foi registrada uma discussão entre Hermann Faulhaber e o missionário batista Karl Roth. Nessa disputa, Meyer não tomou partido, confidenciando a Alfred Bornmüller:

o pastor Faulhaber me escreveu sobre a situação dele com o missionário batista Roth. Pedi para ele não se deixar enredar em novas controvérsias com esses *fanáticos incultos*. Pedi para ele deixar os Batistas no seu desejo de bem-aventurado, e aqueles que vieram até ele, receber bem.²⁰¹

Entretantes, reclamou com Faulhaber a respeito, pois

a situação com os batistas é de toda forma aborrecedora. Mas eu não posso te isentar de toda culpa na sua diferença com o missionário Roth. Você como pastor ordenado e teólogo instruído, não deveria ter entrado em uma discussão com tal fanático. Com tais pessoas não adianta levar adiante tal discussão, e o melhor é virar-lhes as costas. Uma segunda disputa com tais elementos, com certeza não deve acontecer. A separação entre batistas e a sua comunidade agora com certeza vai ser maior ainda, mas não se deixa remediar. Quem quiser vir para você, você aceita, no mais deixa as pessoas pela sua própria vontade serem felizes. Essa situação com certeza vai mudar novamente.²⁰²

Finalmente, no aspecto religioso, o complexo colonial de Herrmann Meyer caracterizou-se como *misto*, permitindo a prática de qualquer crença religiosa, predominando os protestantes. É fato notório que os imigrantes alemães e migrantes internos se reagrupavam conforme as suas afinidades, ingressando na congregação religiosa que melhor respondia aos seus princípios, ou mantendo as suas crenças paralelas. Assistência religiosa era uma prioridade dessa população, mas rechaçavam a instituição igreja, adeptos do sistema de comunidades livres.

2.1.2 Hermann Faulhaber: “o símbolo do nosso ‘*Serra-Deutschtums*’”

A elaboração do projeto de colonização, mantendo como espinha dorsal o trabalho cultural em prol do *Deutschtum*, foi obra de Herrmann Meyer, sob a influência do Dr. Ernst Kapffs, o qual também intermediou a contratação do pastor

²⁰¹ Carta. Leipzig, 26/6/1905. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas de Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

²⁰² Carta. Leipzig, 27/6/1905. Herrmann Meyer a Pastor Hermann Faulhaber, colônia Neu-Württemberg. Pasta 2 – Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

Hermann Faulhaber, que em sua opinião, era a pessoa indicada para a consecução desse ideal no complexo colonial no Rio Grande do Sul, e havia se oferecido espontaneamente para tal. Recém-formado em Teologia, na Turíngia, Faulhaber exercia a função de professor na *Deutsche Kolonialschule* em Witzenhausen, bem como era administrador do *Evangelischer Hauptverein für deutsche Ansiedler und Auswanderer* [Sociedade Evangélica para Alemães Colonos e Emigrantes]. Para exercer seu cargo na colônia, Faulhaber obteve uma licença junto ao *Konsistorium* de Württemberg, podendo retornar a qualquer momento.²⁰³ Já sua esposa, Marie Faulhaber, era professora formada e atuava na escola secundária para moças em Tübingen, desde 1896, quando também freqüentou a Universidade como ouvinte, nas disciplinas de história, história da cultura (ou civilização) e astronomia.²⁰⁴

De acordo com Meyer, Faulhaber era uma pessoa “prática, com brios e enérgico”, ideal para a sua colônia e tinha os requisitos imprescindíveis para tal tipo de trabalho. Ainda, ele era suabo (*Schwabe*), de Württemberg, o que beneficiaria muito a emigração, e quem sabe, iria conseguir apoio financeiro oficial daquele

²⁰³ Em 1907, ao findar seu contrato de pastor e professor na colônia, Hermann Faulhaber rascunhou uma pequena autobiografia, com várias lacunas ainda a serem preenchidas: “Eu, [Karl] Hermann Faulhaber, nasci em 19 de abril de 1877 em Triensbach, Crailsheim em Württemberg, filho do pastor Hermann Faulhaber e sua esposa Fanny nascida Leiss. Por um curto tempo freqüentei um curso preparatório para a escola primária (*Vorschule*) em Stuttgart, e após freqüentar cerca de dois anos a escola primária (*Volkschule*), eu fui aluno do ginásio (*Gymnasium*), que eu terminei no ano de 1895. De 1º de outubro de 1895 até 30 de setembro de 1896 eu servi no regimento de infantaria, do reino da Prússia, n. 125. Então eu estudei Teologia na Turíngia, e realizei ali em março de 1901 o primeiro exame de Teologia. Depois eu era, por um ano, professor-inspetor em Witzenhausen junto ao Werra (*Regierungsbezirk Cossel*), na *Deutsche Kolonialschule*, e, ao mesmo tempo, administrador do *Evangelischer Hauptverein für deutsche Ansiedler und Auswanderer*. Em agosto de 1902, em Cannstatt, Stuttgart, sobre a ordem do Consistório Evangélico de Württemberg, fui ordenado, e desde 1º de setembro de 1902 assumi o cargo de pastor em Neu-Württemberg, por 5 anos. Eu inaugurei em janeiro de 1903 a escola daqui, na qual eu atuei como professor. Era de minha responsabilidade toda a questão pedagógica da escola. Como isso vai ficar agora tem de ser visto com a *Colonizadora*, ou quem vai exercer essa atividade pedagógica. Desde 4 de setembro de 1902, eu estou casado com Marie, nascida Reinhardt, filha do Major-General von Reinhardt de Stuttgart. Eu tenho dois filhos na idade de 2 ½ e 1 ½ anos. Neu-Württemberg, 2 de fevereiro de 1907. Hermann Faulhaber”. Em outro rascunho avulso, constam seus dados genealógicos: Karl Hermann Faulhaber – Pai: Hermann Faulhaber, pastor evangélico, e Fanny Leiss Faulhaber, residentes em Stettin, Alemanha; Marie Faulhaber – Pais: General August von Reinhardt e Emilie Widenmann von Reinhardt, residentes em Cannstatt, em Stuttgart, na Alemanha; Filhos - Maria Sofia Faulhaber (6/8/1903), casada com Erich Schild; Walter Faulhaber (12/8/1905), casado com Gerda Irmgard Gudrun Guse e segundas núpcias com Siegrid Holmquist; Gertrud Faulhaber (1912), casada com Karl Klemm (Documentos avulsos. Caixa 52, MAHP).

²⁰⁴ Marie Faulhaber nasceu em 8/9/1867, em Hohenasperg, e faleceu em 11/4/1939, na colônia Neu-Württemberg, aos 72 anos, vítima de um ataque do coração. Freqüentou a escola secundária para moças em Ulm, Ludwigsburg e Heilbronn, e nos anos de 1884-1886 o *Lehrerinnenseminar* – seminário para professoras – em Stuttgart. Formada professora, trabalhou por um ano na escola particular em Backnang, e permaneceu por um ano na parte francesa da Suíça. Posteriormente, por cinco anos, foi professora no *Prieserei*, uma escola secundária em Stuttgart, até a páscoa de 1896, quando se transferiu para Tübingen (cf. SCHNEIDER, *on line*).

estado. Inclusive tinha esperanças de que ele assumisse a administração da colônia Neu-Württemberg – o que não se concretizou imediatamente.²⁰⁵ Ao conhecê-lo pessoalmente, em outubro de 1901, Meyer mostrou-se convencido do acerto de sua escolha, pois “ele me deu uma impressão extremamente favorável. Ele ainda é jovem, tem 26 anos, vivo, enérgico e prudente”.²⁰⁶ Talvez “é idealista demais, mas ao mesmo tempo uma pessoa prática”.²⁰⁷ Decorrido quase um ano de negociações, Hermann Faulhaber foi contratado como pastor e professor por um período de 5 anos, a contar de 1º de setembro de 1902.²⁰⁸

As funções e os compromissos de Hermann Faulhaber nas colônias Neu-Württemberg e Xingu eram múltiplas, e extrapolavam o espaço formal da igreja e da escola. Competia a ele ordenar a vida cotidiana dos colonos, manter *a moral* e os *bons costumes na colônia*, como um representante direto de Meyer, mas sem vínculos com a administração burocrática e a comercialização de terras.²⁰⁹ Ainda,

²⁰⁵ Carta de negócios. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

²⁰⁶ Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

²⁰⁷ Carta. Leipzig, 24/11/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Porto Alegre. Pasta 1 – Cartas de Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

²⁰⁸ Conforme o contrato, o pastor receberia uma remuneração de 4.500 Marcos, pagos a cada 4 meses, no escritório da empresa. Passagem paga de ida e volta de vapor, na 2ª classe, direto, de Hamburgo a Rio Grande. O pastor terá residência livre na colônia. Para isso, foi construída a casa pastoral, previamente aprovada por ele, contando com 4 quartos, cozinha e varanda. Um dos quartos destinava-se a hóspedes da *Colonizadora*. Ainda, pertenceriam à casa pastoral dois terrenos no *Stadtplatz*, para horta, galpões, etc., bem como meia colônia, a qual poderia tratar com a empresa, mas a mesma não deveria distar mais de uma hora de estrada da casa pastoral. As suas despesas, bem como compra e a manutenção dos animais deveriam ser por sua conta. A Empresa iria colocar à sua disposição dois animais de montaria. A escola e igreja seriam mantidas pela *Colonizadora*, e em breve deveria ser construída uma escola e igreja. Para as viagens a trabalho para Xingu, a serem realizadas a cada 2 meses, e que não deveriam durar mais que 6 dias, havia uma verba de Rs. 50\$000 (Contrato entre Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber, assinado em Leipzig, 19/7/1902. Caixa 31, MAHP).

²⁰⁹ Conforme os termos do contrato, Faulhaber deveria exercer como funções na colônia: a) assistência espiritual da colônia Neu-Württemberg e da anexa Posse Maria Magdalena, bem como a colônia Xingu; b) o atendimento escolar na colônia Neu-Württemberg; c) o trabalho estatístico nas duas colônias; d) a administração da estação meteorológica, para a qual os instrumentos serão fornecidos pelo Dr. Meyer. Dentre os seus compromissos, estavam: a) celebrar culto cada domingo e feriado, com exceção dos dias em que se encontrava em viagem de trabalho a Xingu ou outra; b) durante os dias da semana, dedicar-se pelo menos 2-3 horas ao ensino escolar, auxiliado por sua esposa, supervisionando ainda o professor da colônia Xingu. Para a celebração de cultos e para o atendimento escolar não receberia remuneração por parte dos colonos; c) solicitar o material escolar para a Gerência da Empresa de Colonização, a qual, por sua vez, encaminharia o pedido para Meyer; d) organizar e manter um livro de registros para as duas colônias, enviando uma cópia dos mesmos para a Gerência de Porto Alegre e uma para Meyer, bem como fornecer um relatório mensal às duas instâncias – gerência e Meyer; e) controlar o desenvolvimento da atividade econômica da colônia, a situação dos colonos, suas plantações, colheitas, habitação, bem como se orientar sobre a qualidade moral de alguns elementos. Todas essas observações deveriam ser remetidas para a Administração

era mais um canal de comunicação direto entre o colonizador e a colônia, paralelo ao administrativo. Acatando os termos do contrato, Faulhaber se comprometeu em auxiliar nesse projeto, pois “quanto mais penso em poder contribuir com o meu modesto quinhão para desenvolver a grande obra de colonização e cultura, tanto maior, mais linda e mais atraente ela se me afigura. Sinto-me feliz em poder colaborar em tão nobre tarefa que me é apontada por minha inclinação e por meu estudo” (FAULHABER citado por FAUSEL, 1949: 15).

O casal Faulhaber (*Figura 5*) chegou a Porto Alegre em 1º de novembro de 1902, seguindo para a colônia Neu-Württemberg no dia 17 do mesmo, celebrando o primeiro culto no dia 30 de novembro, no *Barracão dos Imigrantes*.²¹⁰ No Natal de 1903, passado um ano na colônia, Faulhaber escreveu em correspondência a Meyer: “preciso dizer-lhe que minha esposa e eu ainda nos sentimos muito bem aqui, que estamos entusiasmados com o nosso trabalho e que, apesar das muitas dificuldades, olhamos confiantes para o futuro. Queira a nossa querida Neu-Württemberg prosseguir em sua ascensão vigorosa também no ano novo” (FAULHABER citado por FAUSEL, 1949: 15).

de forma secreta, para assim evitar maiores problemas; f) procurar aconselhar os colonos e buscar um bom relacionamento com eles e com a Administração; g) poderia buscar uma aproximação com o Sínodo Rio-grandense, desde que isso não fosse contra o seu contrato e a Empresa Meyer, e nem contra seu vínculo com o *Oberkirchenrat* de Stuttgart (Contrato entre Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber, Leipzig, 19 de julho de 1902. Caixa 31, MAHP). Hermann Faulhaber, ao ser designado para trabalhar no Brasil, atuando em igreja e escola, em 20 de junho de 1902, obteve uma licença do *Evangelisches Konsistorium*, com sede em Stuttgart, até 1908, quando essa foi prorrogada até 31 de dezembro de 1913. Em julho de 1914, a referida instituição prorrogou a licença até dezembro de 1915, bem como solicitava a Faulhaber quanto tempo ainda pretendia permanecer no Brasil, visto que não estava mais trabalhando na igreja, mas apenas na escola. A partir de então, não foram encontradas mais referências (cf. *Die Serra-Post* 16/12/1927, Caixa 123 – MAHP; Ofício do *Evangelisches Konsistorium* – Stuttgart, 16/7/1908; 23/2/1914 e 10/7/1914 a Hermann Faulhaber, Caixa 123, MAHP).

²¹⁰ A pedido do Sínodo Rio-Grandense, durante quase todo o ano de 1903 o pastor Faulhaber atendeu também a comunidade evangélica da colônia de Ijuí, com a autorização da *Colonizadora*, com a condição de que essa atividade não atrapalhasse as suas funções na colônia Neu-Württemberg e Xingu, realizando cultos trimestrais, quando também deveriam ser realizados os batismos, casamentos e confirmações. Todavia, em início de 1903, Hermann Faulhaber foi citado como pastor da comunidade de Ijuí no *Sonntagsblatt*, o que “é inadmissível, pois era contratado da Empresa de Colonização, e assim temos que recorrer ao Sínodo no sentido de corrigir tal informação” (Carta. Leipzig, 4/3/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).



Figura 5 – Hermann e Marie Faulhaber
 Fonte: DEUTSCHES AUSLAND INSTITUT, 1935: 22

Na Alemanha, o envio do pastor Faulhaber para o trabalho junto aos alemães no Rio Grande do Sul foi bem recebido, conforme o jornal *Deutsche Post*, de Berlim:

Em 16 de setembro, Sr. Faulhaber, de Württemberg, teólogo, pretende iniciar sua viagem ao Brasil, para assumir o posto de pastor na colônia Neu-Württemberg, do Sr. Dr. Herrmann Meyer. Logo, ele mesmo irá organizar a escola, assumindo o ensino ao lado de sua esposa, filha do württemberger general D. von Reinhardt, formada professora. O Sr. Faulhaber, enquanto atuou como secretário do *Ev. Hauptverein für deutsche Ansiedler und Auswanderer* e também como professor na *Kolonialschule* de Witzhausen, já se familiarizou com a situação dos alemães do além-mar e a emigração, assim vai desempenhar sua profissão com essa preparação. No círculo dos simpatizantes da iniciativa das colônias alemãs, o Sr. Faulhaber, com seu realismo, seu sólido caráter pessoal e o seu entusiasmo para o *Deutschtum* no além-mar, se fará notável e será proveitoso. Não só do interesse das colônias do Dr. H. Meyer, mas também e principalmente para a prosperidade cultural do Rio Grande do Sul é de desejar que, nesse posto que irá ocupar na colonização, o homem certo vai estar no lugar certo.²¹¹

²¹¹ Faulhaber. *Deutsche Post*, 1902 – n. 2405. Nota avulsa. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP.

Essa autonomia de Faulhaber e o fato de tratar-se de homem de confiança de Meyer na colônia Neu-Württemberg, logo provocou atritos com o gerente geral da *Colonizadora*, Horst Hoffmann, então em Porto Alegre. Na prática, Faulhaber acabava por se envolver com questões dos colonos que teoricamente não eram de sua responsabilidade, bem como reclamava que o administrador nunca vinha para a colônia, além de questões pessoais. Hoffmann, por sua vez, alegava que o pastor estava se intrometendo demais na administração da colônia, desautorizando-o perante os colonos. Criou-se então um triângulo de intrigas entre Hermann Faulhaber, em Neu-Württemberg, Rudolf Scharf, como representante da *Colonizadora* em Cruz Alta e diretor da colônia, e Horst Hoffmann, gerente geral da empresa, cujo desfecho sempre acabava em Herrmann Meyer, o qual procurava não se envolver, aconselhando que eles devessem se entender pelo bem do empreendimento. Segundo Hoffmann,

o pastor Faulhaber não é em absoluto um orador de púlpito, isso já é público; e, em geral, parte para a discussão. Eu acho que a sua prédica em Xingu realmente não pode ter nada de escandaloso. Contra o Pastor Faulhaber, eu pessoalmente não tenho a mais simples objeção; mas nos seus relatórios, que são elaborados pela sua inteligente e prudente esposa, trata de muitas coisas além do que lhe compete pessoal e oficialmente. Entre Faulhaber e Scharf existem as maiores diferenças intelectuais. Eu me permito aqui rapidamente recapitular as observações sobre as duas pessoas de nossa administração em Neu-Württemberg apontadas pelo velho Cônsul Schmith. Ele considerou Scharf um funcionário extraordinário, hábil, sensato e que trabalha em prol do interesse da *Empresa*; já o pastor Faulhaber, um homem jovem, inexperiente e confuso, o que vai atrapalhar o deslanchar da colônia, e no campo religioso, tem a sua esposa como a sua mentora fiel.²¹²

Gradualmente, Hermann Faulhaber, detentor de uma diplomacia própria ou *a didática de lidar com os colonos*, conquistou a confiança dos colonos e acabou por se tornar a pessoa-chave dentro do projeto de colonização. Como pontos de atuação, destaca-se seu empenho na formação de uma rede de ensino na colônia Neu-Württemberg e Xingu, e a organização associativa dos colonos. Como pastor, há poucas referências, e ao findar o contrato, abandonou o pastorado. Em 1908, assumiu a administração da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e a

²¹² Relatório 11-15 – Fim. De 1/6 a 15/8/1903. Horst Hoffmann, Porto Alegre, 20/08/1903, para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP. Intermediando a relação entre ambos, Meyer aconselhou-os a separar os interesses gerais envolvidos no desenvolvimento da colônia, e as suas diferenças e controvérsias pessoais, não confundindo as duas instâncias e provocando maiores problemas, prejudicando a todos (Carta. Leipzig, 16/5/1903. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Elsenau, colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

direção da colônia Neu-Württemberg, função na qual permaneceu até 1926, consistindo na fase áurea de sua atuação, extrapolando o seu trabalho e nome os limites da colônia, transformando-se em uma referência de administrador bem-sucedido de uma colônia particular, étnica e predominantemente protestante – uma *colônia-modelo*. Ao longo desse período, construiu sua própria rede de relações e influência, com base na colônia, conquistando a confiança da ala germanista do estado, e da elite política de Cruz Alta e Palmeira – como estrangeiro, não participava dos pleitos eleitorais, o que lhe permitia barganhar com ambas as facções políticas em prol de seus interesses.

Nos escritos da época, geralmente ligava-se o desenvolvimento exemplar da colônia Neu-Württemberg à personalidade de seu administrador, pois

era o Dr. Faulhaber um homem de vasta capacidade de trabalho, inteligente, amigo sincero da Pátria Brasileira, motivo por que sua administração, durante muitos anos, foi sempre tida como modelar, cercado-se de vastas simpatias de toda a população e autoridades, prosperando a colônia de um modo admirável (*Diário Serrano*, 19/4/1942, capa, edição especial).

Em outros casos, como na publicação, já mencionada, *Die Schwaben im Ausland* (1935), à origem suábica de Faulhaber e de muitos imigrantes, carregando consigo como valores o trabalho e a família.

Expirado o contrato para com a *Colonizadora Meyer*, em 1907, Faulhaber retornou para a Alemanha – viagem retardada para 26 de maio de 1908, devido a vários contratemplos – permanecendo lá até março de 1909. No momento da partida, na incerteza de um possível retorno, as colônias Neu-Württemberg e Xingu organizaram um abaixo-assinado, enviado para Herrmann Meyer, solicitando a sua permanência.²¹³ Por isso, “com grande alegria foi recebida aqui [Neu-Württemberg e Xingu] a notícia de que o Dr. Meyer lhe atribuiu a função de diretor da Colônia”, a qual ele aceitou e, a partir de então, “o desenvolvimento da colônia readquiriu novo ânimo, caminhando a passos acelerados”.²¹⁴ Por sua vez, Herrmann Meyer, ao apresentar seu novo administrador e diretor, em 11 de fevereiro de 1909, justificou a sua escolha:

²¹³ Abaixo-assinado de 24 de maio de 1908; vinha assinado pela direção da comunidade evangélica, a Sociedade Escolar, a Sociedade cemitério, Cooperativa, Sociedade de Agricultores, Clube de Lanceiros e colônia Xingu (*Illustrierter Familien...*, 1927).

²¹⁴ Hermann Faulhaber. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*. Ano 4, Santa Cruz do Sul: Friedrich Brüggemann, p. 73-81, 1927.

Com infatigável energia, cumprindo sua função, ele formou uma sólida comunidade religiosa; começou a atender como professor, de forma precária, com várias classes, e ergueu a escola. O desenvolvimento cultural da colônia e do colono era objetivo da administração, que tanto quanto possível fomentou a Biblioteca e promoveu a cultura alemã, e fortaleceu diversas sociedades de utilidade pública. Pela sua solícitude a toda hora e paciente bondade, pelo seu interesse na vida de cada um, ele ganhou para si a simpatia de todos os colonos, eles avistam nele o cuidado de “pai da colônia”. O que em Neu-Württemberg, nesses poucos anos, foi realizado no interior e exterior, e o seu significado para a germanidade em toda a terra e para os emigrantes alemães principalmente, eu devo em primeiro lugar ao Sr. Faulhaber (*Illustrierter Familien...*, 1927: 77).

Designado como diretor da *Colonizadora*, Faulhaber aproveitou a sua permanência na Alemanha para realizar uma palestra e exibição de *slides*, a convite do núcleo de Cannstatt da *Verein für das Deutschtum im Ausland (Allgemeiner Deutscher Schulverein)*, em 8 de dezembro de 1908, sobre a temática colonização alemã no sul do Brasil particularmente em Neu-Württemberg (*Figura 6*).

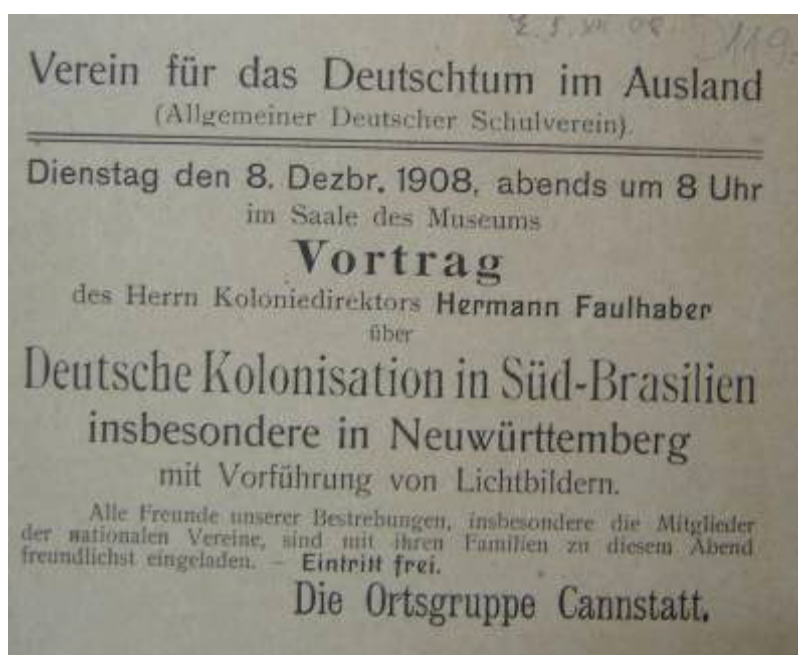


Figura 6 – Convite para palestra, 1908

Fonte: Pasta 6 – Recortes de jornal, Caixa 119, MAHP

Para Faulhaber, Neu-Württemberg foi um ensaio em miniatura de uma pequena colônia alemã no Rio Grande do Sul. No final da década de 1910, ele foi convidado para administrar um mega-projeto de colonização no oeste de Santa Catarina, a cargo da *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*, com sede em Carazinho e escritório em Neu-Württemberg, pois o consideravam a pessoa mais competente e

indicada para tal função. Ao ligar-se a essa empresa, Faulhaber teve por objetivo reproduzir ali em grande escala o projeto de uma colônia exclusivamente para alemães protestantes, ensaiado em Neu-Württemberg, com as devidas correções e adaptações. Como ponto de partida, fundou-se a colônia Porto Feliz [Mondaí], à margem direita do rio Uruguai.²¹⁵

Mesmo ocupando uma posição de destaque dentro do projeto de colonização e da germanidade, Hermann Faulhaber atuou de forma discreta e nos bastidores, pois não possuía as qualidades de um grande orador de massas;²¹⁶ nem era um intelectual que escrevia sobre seu ideário germanista ou o trabalho cultural que estava sendo realizado em Neu-Württemberg. Destacava-se, porém, como o articulador de base para a execução desse projeto maior. Quando solicitado, fornecia dados objetivos sobre a colônia e material para divulgação na imprensa.

²¹⁵ Em 1916, Bruno Kertscher, um ex-oficial austríaco, instalado em Carazinho, tentou comprar a ponta do oeste catarinense. As negociações emperraram pelas muitas indefinições legais, somado ao problema da I Guerra Mundial. Em 1919, os madeireiros Bruno Kertscher, Gustavo Stangler, Carlos Angst, Germano Flad, Adolfo Stangler e ainda as madeireiras *Gomes, Sturm e Cia, Weidlich e Cia. e Kreiser e Cia.* fundaram uma empresa, em Carazinho, incluindo Hermann Faulhaber como sócio-gerente. O objetivo era colonizar as margens catarinenses do Rio Uruguai, desde o Rio Chapecó até a fronteira com a Argentina. A firma foi registrada com o nome de *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*, com um capital inicial de R\$ 450:000\$000, junto a Junta Comercial de Porto Alegre em 11/8/1922 (JUNGBLUT, 2000). A *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*, comprou suas terras em 12 de dezembro de 1919, na cidade de Curitiba, a *Brazil Development e Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway*, com sede no Rio de Janeiro, uma superfície de terra estimada em 20.978 lotes coloniais de 25 hectares cada, pagando Rs. 15\$835 o hectare, localizados entre os rios Chapecó, Uruguai e Pepery. Todavia, essas terras estavam em litígio, e a empresa norte-americana perdeu a área para a *Empresa Oeste Catarinense*. Assim, em 28 de abril de 1922, no Rio de Janeiro, foi assinado novo contrato, por meio do qual a *Empresa Chapecó-Pepery* adquiriu para colonização 13.000 colônias de 25 hectares cada, situadas entre os rios Pepery, Uruguai e rio das Antas. Com essa mudança, a empresa teve enormes prejuízos, além de receber uma área onde não tinha estradas que a interligassem ao Rio Grande do Sul – a primeira área ficava defronte a cidade de Iraí. A situação melhorou em 1926, quando foi construída a Estrada do Prado, ligando Mondaí às cidades do Rio Grande do Sul. Em 1926, devido às dificuldades financeiras, a referida empresa vendeu 2.340 lotes coloniais à *Volksverein*, com o objetivo de ali formar uma colônia teuto-brasileira católica. Assim, em 10 de abril de 1926, sob a direção dos jesuíta padre Max von Lassberg foi fundada a sede Porto Novo (hoje Itapiranga e arredores). Com a fundação de uma colônia católica ao lado da protestante, pretendia-se manter em ambas a uniformização no cultivo da língua, fé e escola (cf. WERLANG, 2006; KOELLN, 1980). A documentação da *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.* encontra-se, em parte, misturada à documentação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, no MAHP. Outra parcela está no Arquivo Municipal P. Karl Raminger, em Mondaí, Santa Catarina. Na praça central de Mondaí, há uma placa em homenagem “ao diretor Hermann Faulhaber fundador de Porto Feliz - Mondaí 20 de maio de 1922”.

²¹⁶ É interessante ressaltar que Faulhaber, como diretor da *Colonizadora*, era o responsável por receber as autoridades e demais visitantes na colônia Neu-Württemberg. Nessas ocasiões, cabia-lhe o discurso de saudação, em geral, pronunciado em língua alemã, mas jamais transcrito na íntegra em algum noticioso da época, e geralmente mencionado como *um breve discurso* de saudação. Em outras oportunidades, delegou essa função a Minoly Gomes de Amorim.

No círculo dos germanistas do estado, Faulhaber integrava o grupo daqueles que defendiam, sob qualquer circunstância, a integração dos imigrantes alemães e seus descendentes ao meio nacional brasileiro, utilizando inclusive a língua vernácula, desde que isso não implicasse na renúncia da sua cultura de origem. Ou seja, conciliar a nacionalidade alemã com a cidadania brasileira – um dos expoentes dessa linha de pensamento era o pastor Hermann Dohms, líder do Sínodo Rio-grandense (cf. DREHER, 2001). O ensino do vernáculo foi introduzido no currículo da *Stadtplatzschule*. Como responsável pedagógico pelo sistema de ensino implementado na colônia, elaborou um pequeno conjunto de informações sobre o Brasil, o que acabou sendo editado sob a forma de um livreto intitulado *Pequeno Tratado de História do Brasil por perguntas e respostas para uso das escolas primárias*, editado em Ijuí por Ulrich Löw. Em 1937, já estava na 5ª edição, e era utilizado em muitas escolas da região.

Portanto, Hermann Faulhaber representava bem mais do que um projeto de colonização privada: era ele próprio o sustentáculo desse projeto, e a colônia Neu-Württemberg, a sua obra-modelo mais bem acabada. Por ocasião de seu suicídio, em 8 de julho de 1926, os artigos, breves biografias e homenagens publicados na imprensa trataram de exaltar o seu trabalho e caráter pessoal, permitindo situá-lo melhor nesse meio colonial.

O *Manifesto da Faulhaberstiftung* [Fundação Faulhaber]²¹⁷ veiculado pela imprensa em outubro de 1927, com o objetivo de angariar fundos para a construção de um amplo prédio escolar para *Stadtplatzschule*, explicou:

²¹⁷ A *Faulhaberstiftung* foi fundada em 1927 na colônia Neu-Württemberg. Tinha como objetivo principal manter viva na memória a figura de Hermann Faulhaber e o seu trabalho, entendendo-se aqui o sistema de ensino formado por ele. Na seqüência, essa entidade publicou um pequeno livro, *Neu-Württemberg. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien* (1933), visando tornar a colônia Neu-Württemberg conhecida na Alemanha e angariar fundos para a construção de um novo prédio escolar. Os textos exaltam a pessoa de Faulhaber como o grande responsável pela prosperidade da colônia, como seu organizador; e Herrmann Meyer, de forma menos enfática, como o idealizador desse projeto, ressaltando que ele jamais teve interesse em ganhar dinheiro com a colonização, mas sim, oferecer aos alemães um espaço e uma terra onde pudessem ser felizes, oferecendo-lhes o que a *Heimat* havia lhes negado. Além de colônia-modelo, Neu-Württemberg era o “coração da Serra”, pois, a partir dela, se haviam irradiado vários modelos de organização para toda região, como o sistema de ensino e o associativismo. Lembravam que na colônia havia uma bem diversificada vida social. Na escola, além do ensino formal, as crianças aprendiam os autênticos valores alemães: cumprimento do dever, ordem, pontualidade, economia. Enfim, Neu-Württemberg era uma autêntica colônia alemã no Brasil (cf. FAULHABERSTIFTUNG, 1933). O prédio escolar era uma autêntica colônia alemã no Brasil (cf. FAULHABERSTIFTUNG, 1933). O prédio escolar antigo ficaria sob a denominação de *Faulhaber-Haus*, para a comunidade realizar suas atividades.

onde soa sempre a língua alemã, ele [Hermann Faulhaber] era conhecido e bem conceituado. Na sua atividade de colonização, ele trabalhou em prol da cultura alemã [*deutsches Kulturwerk*], o que refletiu como um exemplo positivo para todo o Brasil. Com sua autoridade respondeu à altura a todas as perguntas sobre o *Deutschtum*. Ele não se interessava pelo dinheiro, mas pelo valor cultural [*Kulturwerte*], não pelas mercadorias mas pelas pessoas.²¹⁸

Segundo o *Manifesto*, a base de seu trabalho em prol do *Deutschtum* foi a escola, a qual criou e idealizou, e era tida como modelo para toda a região serrana. Apelava a todos os alemães, sem distinção, para que contribuíssem na concretização dessa obra, pois “é válida a construção de um *monumento a Hermann Faulhaber*, não de pedra ou de bronze: o monumento a Hermann Faulhaber é a obra de sua vida, a escola. Seu coração pertenceu ao ensino, à formação e cultura alemã”. Enfim, ele havia se ido, “mas seus ideais criaram raízes profundas nos seus admiradores”, os quais queriam se empenhar em “cuidar e manter o *Deutschtum*” na região serrana.²¹⁹

A morte de Faulhaber representava a perda do próprio referencial da colônia e da *Colonizadora Meyer*.

Em 8 de julho, a notícia da morte repentina do nosso respeitado diretor Hermann Faulhaber, percorreu a colônia, trouxe para todas as casas profunda dor e tristeza. Para cada um era como se fosse uma perda pessoal. Cada um que recebeu a notícia de sua morte sabia o que isso significava para a colônia, pois tudo que Neu-Württemberg era devia-o a ele. [...]. Ele era o guia, ele ia adiante com clareza, com espírito objetivo, de olhos abertos, estava preparado, todo confiante, cuja força tanto necessitamos para a solução de muitos problemas. Ele não está mais. Uma cruel fatalidade o arrancou do nosso meio (*Illustrierter Familien...*, 1927: 73).²²⁰

²¹⁸ Aufruf. Neu-Württemberg, outubro de 1927. Caixa 52, MAHP.

²¹⁹ A conclamação vinha assinada pelos dirigentes da *Faulhaber-Stiftung* (Pastor Michel, presidente; Friedrich Krahe, administrador; Adolf Franke, tesoureiro; Dr. Phil. Gustav Kuhlmann e Diretor E. Hemepe – diretor da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*). Comissão de homenagem: Probst Hübbe, Porto Alegre; Alberto Bins, Porto Alegre – deputado estadual; Pastor Pl. Bedler, Santa Maria; Pastor Jh. Dietschi, Novo Hamburgo – professor Sinodal; Aloys Friedrichs, Porto Alegre, presidente da Sociedade Ginástica do Rio Grande do Sul; Dr. Hans Kastner, Porto Alegre, Secretário da Legação; Jorge Pfeiffer, Porto Alegre, diretor de banco; Arthur Bromberg, Porto Alegre; Pastor Herm. Dohms, São Leopoldo, diretor do Pró-seminário; Dr. Jur. Martin Fischer, São Leopoldo, redator do *Deutschen Post*; Studienrat Fräger, São Leopoldo, Diretor do Seminário; Dr. Méd. Ulrich Kuhlmann, Ijuí; Pastor A. Steltmann, Novo Hamburgo, administrador Sinodal. Solicitavam aos jornais, aos pastores e professores, para organizarem listas para receber doações, que poderiam ser enviadas a Friedrich Krahe, administrador, o qual também poderia dar maiores informações. As doações também poderiam ser depositadas nos bancos *Banco Brasileiro Alemão* e na *Casa Bancária Jorge Pfeiffer & Cia*, ambos em Porto Alegre (*Aufwurf*. Neu-Württemberg, outubro de 1927. Caixa 52, MAHP).

²²⁰ Esse artigo, lançando uma *versão oficial* sobre o episódio, foi publicado originalmente nas páginas do informativo da comunidade evangélica da colônia, *Evangel. Gemeindeblatt für Neu-Württemberg*,

Naquele contexto, a colônia Neu-Württemberg representava a sua *obra-modelo* concluída, enquanto Porto Feliz, sob sua administração desde 1919, estava no seu primeiro desdobramento, com uma área dez vezes maior do que a primeira, “era para vir a ser uma grande cidade de cultura alemã”, onde ele

colocou toda sua força, e as dificuldades, que desse trabalho inicial e mais tarde vieram de encontro para superar, também custaram a sua saúde, pois trabalhava dia e noite. Suas forças estavam esgotadas, seus nervos arrebatados, sua mente pesava e estava depressivo. Em tais condições, precisou só uma carta, que um sócio lhe escreveu anunciando novos problemas para ele e para o desenrolar da obra, o que foi um duro golpe. Pouco depois de receber essa carta ele pôs fim à sua vida através de um tiro na sua testa. Nos minutos entre a recepção da carta e a sua morte, o que se passou em sua alma nunca será esclarecido. Em honra de todos os outros sócios da Empresa, podemos dizer que eles em todas as questões concordavam com Faulhaber e a sua administração era elogiada por todos (*Illustrierter Familien...*, 1927: 73-75).²²¹

Finalmente, em nome da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, seu proprietário, Herrmann Meyer, emitiu uma nota na imprensa, lamentando o sucedido, atribuindo ao seu diretor o mérito do desenvolvimento de seu complexo colonial e o trabalho cultural ali realizado.

Em 8 de julho do corrente faleceu repentinamente em Elsenau, colônia Neu-Württemberg, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o diretor da minha Empresa de Colonização, Hermann Faulhaber. Por vinte e quatro anos ele, primeiro como pastor da comunidade evangélica, e desde 1906 [1908] como diretor da colônia, com sua força estruturou a Empresa de Colonização, em sua incansável atividade, sua inteligência para a colonização, para o bem estar dos colonos e a ampliação do ensino. Deve a colônia Neu-Württemberg em primeiro lugar a ele o seu desabrochar. Os colonos pela sua prosperidade, o seu empenho de conhecer a realidade de todos. Milhares de colonos alemães sentem profundamente a sua morte, ele era

de autoria do pastor Karl Michel, e reproduzido integral ou parcialmente em vários outros noticiosos (*Evangel. Gemeindeblatt für Neu-Württemberg*. n. 8, Agosto 1926, capa, 30-32. Caixa 52, MAHP. Reproduzido por: Hermann Faulhaber. *Uhles Kalender. Jahrbuch für handel – Industrie – Landwirtschaft Haus und Familie in Brasilien*. São Paulo: A. Otto Uhle, p. 279-280, 1927; Hermann Faulhaber. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*. Ano 4, Santa Cruz do Sul: Friedrich Brüggemann, p. 73-81, 1927). O pastor Karl Michel assumiu a Paróquia Evangélica de Neu-Württemberg em 1º de dezembro de 1925, permanecendo até 25 de maio de 1931. Em janeiro de 1926 iniciou a edição do Boletim Paroquial *Evangelisches Gemeindeblatt*, até 1929.

²²¹ Segundo o *Evangel. Gemeindeblatt...* (1926), para o seu funeral, em 9 de julho, às 16 horas, compareceram mais de mil pessoas, vindas de toda a Colônia. As sociedades e clubes da cidade e das linhas coloniais, com dez bandeiras recolhidas e cerca de 400 estudantes da sede e as escolas das linhas com seus professores, tomaram parte. Também vieram pessoas de outros lugares, Ijuí, Cruz Alta, Vila Palmeira e Carazinho. Depois de uma silenciosa cerimônia na residência, o cortejo fúnebre se deslocou até o cemitério, localizado num local mais elevado, onde encontrou seu último descanso. Na sepultura falou o pastor, depois o professor Staiger fez um discurso inflamado de despedida e deitou uma coroa na sepultura, pois o falecido era presidente da Sociedade Escolar. Em seguida, falaram e colocaram uma coroa: Sr. Hermann Wegener, em nome da diretoria da Igreja e da comunidade evangélica, o Sr. Johann Heinrich, em nome do Coral Elsenau. Cinco corais trouxeram seus cantos aos enlutados.

para eles um verdadeiro e sempre solícito pai e conselheiro. O *Deutschtum* (germanidade) no Brasil perde com ele seu melhor propugnador, seu nome está para sempre gravado no quadro de honra dos pioneiros da cultura alemã. Para minha Empresa, Hermann Faulhaber significa uma perda insubstituível. Com o maior altruísmo, por vinte anos ele retirou a colonização da condição mais precária para a hoje elevada edificação, e o seu trabalho, com idealismo e inteligência, vinha de encontro aos meus esforços para em minhas colônias no sul do Brasil formar um lugar de cultura alemã, para oferecer ao diligente emigrante alemão uma oportunidade para um desenvolvimento salubre. Eu sinto profundamente a sua morte. Eu serei sempre grato a ele pela sua fidelidade abnegada, guardo dele uma honrosa lembrança (*Illustrierter Familien...*, 1927: 80-81).

Sintetizando seu significado para a época, o editor do anuário *Uhle's Kalender* (1927: 279-280), de São Paulo, escreveu: “ele [Hermann Faulhaber] não está mais entre nós, ficará a lembrança de sua pessoa, de seu trabalho incansável e o mérito pela germanidade no Brasil continuam a viver em muitos corações e em sua obra, que construiu com muito sacrifício”.

Empenhados em abafar possíveis especulações em torno do suicídio de Faulhaber, seus amigos pessoais, Dr. Ulrich Kuhlmann, vice-cônsul da Alemanha, e Ulrich Löw, proprietário do jornal *Die Serra Post*, ambos de Ijuí, tomaram cada qual as suas providências.

Em carta reservada ao cônsul geral em Porto Alegre, de 10 de julho de 1926, Ulrich Kuhlmann reforçava sua versão dos fatos, justificando que estava muito abalado com o sucedido, e que para ele era bem mais difícil falar sobre o fato do que para o cônsul e os demais “senhores do *Deutschtum* porto-alegrense”. Argumentava que geralmente criava-se uma sombra em torno de um suicídio, o que no caso de Faulhaber não poderia ocorrer. “Faulhaber com certeza era o maior, mais importante e o homem *mais alemão* aqui na serra; de uma pureza e integridade de caráter, de um escrúpulo quase exagerado, como nós não encontramos outros”. Relacionava o desfecho trágico à colonização de Porto Feliz, iniciada há 6 anos por capitalistas de Carazinho,²²² e onde Faulhaber, com seu “conhecido talento de organização e com seu nome reconhecido em todos os lugares”, assumiu a administração. Depois de muito esforço e trabalho, as primeiras dificuldades em

²²² A *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.* tinha então como sócios: Adolfo Stangler, Gustavo Stangler; Kreiser & Cia.; Fr. Weidlich & Cia.; Bruno Kertscher; Dr. Otto Schmiedt; Germano Faulhaber; e Pedro Garcia de Figueiredo e Antonio Honsiser.

relação ao título de propriedade foram superadas: mas sempre novos obstáculos se colocaram no caminho.²²³

Ele superou todos [os obstáculos] bem sozinho; os sócios só dificultavam tudo, queriam dinheiro, só estavam interessados em lucrar. Faulhaber, mesmo quase que só, levou a colonização pelo lado dos ideais – trabalhar pelo *Deutschtum*, acomodar os camponeses da *Heimat*, igreja e escola alemã para todos, esta última era sua ‘menina dos olhos’ mais querida.²²⁴

Justamente esse era o ponto de discórdia entre Faulhaber e os demais acionistas, pois entendiam que a colonização implicava apenas na compra, divisão, medição e venda dos lotes, sem implicar em investimentos de infra-estrutura. O interesse predominantemente capitalista dos acionistas divergia do ideal germanista de Faulhaber, de construir ali a sua idealizada colônia alemã e protestante. O vice-cônsul apontava também o Dr. Otto Schmiedt como o responsável direto por essa situação, visto ter protestado a letra em seu poder, devendo o pagamento ser realizado em três dias, valor que ultrapassava a soma de 100 contos de réis, caso contrário, o pagamento seria reclamado na justiça.²²⁵ Esse fato tornou-se público, “a

²²³ Assinalou que o andamento dessa colonização foi retardado, primeiro, pela legitimidade do título das terras. Posteriormente, como todo o transporte de colonos era realizado via colônia Neu-Württemberg, passando por Palmeira, até a travessia do rio Uruguai, foi paralisada ao longo da revolução assistida de 1923, a qual transformou essa região em um local muito instável. Já a coluna Prestes, logo em seguida, além da insegurança ao longo do trajeto, atingiu diretamente a colônia Porto Feliz, pois por semanas, tropas de ambos os lados atravessavam a área, além de uma epidemia de tifo. Ainda, por tratar-se de uma colônia étnica, o governo do Rio Grande do Sul também impôs dificuldades nos serviços de abertura de estradas que ligavam a colônia Neu-Württemberg até Porto Feliz. Passada a revolução, veio o período de crise, quando os colonos não tinham mais dinheiro para fazer aplicações ou comprar terras, estagnando dessa forma totalmente a colonização. Mas uma empresa recém-criada sempre precisa de mais e mais dinheiro, e o lucro demora a vir. Contudo, os acionistas queriam enfim receber sua participação nos lucros e já opunham a Faulhaber vários obstáculos há tempo, intervindo nos métodos de colonização, querendo acompanhar as subvenções da Empresa e o livro caixa. Logo, Faulhaber tinha os problemas externos da Empresa e os problemas internos com os demais acionistas (cf. Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao Cônsul Geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha).

²²⁴ Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao Cônsul Geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

²²⁵ “Na quinta de manhã Faulhaber estava bem no café da manhã, tudo estava em perfeita harmonia. Na sexta haveria assembléia geral dos acionistas em Carazinho, e o auto já estava contratado. Então chegou o carteiro e entre outras trouxe uma carta a ele endereçada, o diretor retornou para o seu escritório, para conferir as cartas; sua esposa estava entretida na horta junto com a empregada (e o filho estava acamado no quarto superior, já há semanas com tifo), então escutou-se um estouro. A Sra. Diretora pensou que um gato teria derrubado alguma louça na cozinha e não se preocupou mais. Dez minutos depois foi ver o marido, estava ele sentado, com uma perfuração a bala na testa, morto sob a cadeira, diante de si uma carta do advogado Dr. Schmiedt, ele, queria pago em três dias, uma enorme soma conhecida – eram para ser mais de 100 contos. Faulhaber em um estado completamente tresloucado, apelou ao revólver. Na sua frente havia um bilhete que ele com as suas mãos trêmulas ainda escreveu uma linha, mas essa ninguém consegue ler. Talvez ele diga que todo seu trabalho, os esforços de tantos anos desabaram sobre ele; talvez também era a invencível necessidade de, enfim, poder descansar; pois já havia dito várias vezes para sua esposa, como

revolta contra o Dr. Schmiedt é geral. Em Neu-Württemberg pessoas queriam linchá-lo caso aparecesse, e eles também chegariam a isso”. Diante dessa situação, “sobre o futuro de todo esse trabalho ninguém sabe. Tudo estava atrelado ao nome de Faulhaber, a confiança de todo público”. Mostrava-se ainda preocupado com a situação da família do mesmo, “que está sem nada, pois Faulhaber nunca entendeu isso de trabalhar para seu próprio bolso, e na própria Empresa Porto Feliz está empregado [o seu pouco capital]”. Concluía dizendo que esses esclarecimentos todos eram necessários para evitar qualquer tipo de especulação ou suspeitas.²²⁶

A notícia publicada por Ulrich Löw no jornal *Die Serra-Post*, de 13 de julho de 1926, resumiu o episódio em uma frase “um tiro na testa pôs fim a sua grande vida”. Justificava esse ato extremo devido aos problemas que o estavam sufocando e a depressão. Hermann Faulhaber representava “o símbolo do nosso ‘*Serra-Deutschums*’, com o qual nós estávamos acostumados, em todos os momentos de incertezas de nossa cultura mostrava o caminho certo”. O articulista ressaltava também que o “Diretor Faulhaber nunca em sua vida trabalhou em benefício próprio ou se preocupou com a questão material, pois trabalhava em prol do progresso dos demais. Assim, pelo que sabemos, possui apenas duas ou três colônias em Neu-Württemberg”. Para complicar mais, havia investido suas economias na Empresa Chapecó-Pepery Ltda., a qual, devido às dificuldades financeiras, não o havia ressarcido ainda. Assim, “deixa apenas a família, o seu nome e os seus compromissos, que morrem com ele”. Sobre o protesto da letra por parte “daquele sócio” [Dr. Otto Schmiedt], do qual nem o nome citava, interpretou o fato do seguinte modo: “diante de sua alma levanta duas possibilidades: ou paga a letra protestada e

deveria ser maravilhoso o homem estar na sua sepultura e finalmente ter descanso” (Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao Cônsul Geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11, Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha).

²²⁶ Carta. Ijuí, 10/7/1926. Ulrich Kuhlmann ao Cônsul Geral da Alemanha, Porto Alegre. Pasta POA 11, Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha. No inventário de Hermann Faulhaber, iniciado em 1930 e concluído em 1933, constavam como bens: uma posse de terras de cultura de 50 hectares, no valor de Rs. 10:000\$000, e mais 15 quotas integralizadas na *Sociedade Empresa Chapecó-Pepery*, no valor de Rs. 75:000\$000 (cada quota Rs. 5:000\$000), totalizando um capital de Rs. 85:000\$000. Na descrição e avaliação de bens, chama atenção a forma de obtenção das terras: um lote colonial n. 16, na Linha Fiúza, com área de 38,7 hectares, confrontando-se ao norte, oeste e sul com o rio Fiúza, e ao leste com o lote n.15. Foi adquirido por adjudicação de Manoel Antonio de Jesus, em 14/5/1917, pela quantia de Rs. 600\$000. Avaliado em Rs. 7:800\$000. No total, Faulhaber possuía 109 hectares de terras, dos quais havia vendido 70 hectares antes de sua morte, rendendo Rs. 10:450\$000, mas sem passar escritura. Em 1933, com a venda de mais 12 hectares, o *monte-mor* reduziu para Rs. 82:800\$000, ficando na partilha para a viúva Rs. 41:400\$000, e a legítima de cada filho Rs. 13:800\$000 (Inventariado: Hermann Faulhaber; Inventariante: Maria Faulhaber. Entrada do processo: 6/2/1930. Inventário N 2.263, Maço 62, E 61. Cruz Alta. Cartório do Civil e Crime, APERS).

cai em ruína moral e financeira; ou beneficia um sócio em prejuízo dos outros, o que o seu caráter e justiça nunca permitiram. Sua alma magoada não teve saída. Suas últimas forças ele tinha gasto nesse empreendimento e não queria levá-lo à falência”.²²⁷

Enfim, o suicídio não deveria macular a boa reputação de Hermann Faulhaber, sacralizando o seu trabalho engajado em defesa do *Deutschtum*, da escola e da igreja. “*Gemeinnutz geht vor Eigennutz*” [o interesse comum vem antes do interesse particular], teria sido o seu *slogan* ao conduzir os trabalhos de colonização (FAULHABERSTIFTUNG, 1933). Representantes do governo alemão e de outros países, personalidades notórias, homens de ciência, ocupando funções e com interesses distintos, “chegam à colônia [Neu-Württemberg], atraídos pela personalidade e pelo trabalho de Hermann Faulhaber, a cada ano”.²²⁸ Os dados numéricos também confirmavam a eficiência de sua administração: a área que recebeu para administrar em 1909 praticamente duplicara, com a aquisição de novas propriedades e sua divisão em colônias. Em 1926, a colônia Neu-

²²⁷ Na época, o suicídio de Hermann Faulhaber foi narrado minuciosamente na imprensa como o drama de um homem de negócios com um desfecho fatal. Nos anos seguintes, na conformação da memória dessa comunidade, permaneceu apenas a imagem de Faulhaber ligada ao seu trabalho, e o seu suicídio como um passado doloroso a ser apagado da memória e da história. Lembre-se que Faulhaber além de professor e diretor das Colonizadoras Meyer e Chapecó-Pepery, foi o primeiro pastor protestante da colônia Neu-Württemberg e Xingu, deixando a função em 1908, e, nessa posição, não é interessante para a igreja local mencionar seu fim trágico. O único dos pesquisadores diletantes da história de Panambi que menciona o fato, mas de forma sutil, foi Erich Fausel (1949: 35): “a dupla sobrecarga de Faulhaber, as dificuldades da modificação financeira da Sociedade Chapecó-Pepery Ltda., e o protesto repentino e deselegante de uma promissória fizeram arrebentar os seus nervos. A resolução de morrer por sua própria mão, foi como que um sacrifício, sobre o qual se edificaria a existência futura da colônia”. Para o autor, a morte de Faulhaber representava a salvação econômica da colônia.

²²⁸ As visitas de personalidades brasileiras e alemãs à colônia Neu-Württemberg eram regulares, podendo ser acompanhada pelo noticiário dos jornais, especialmente quando se tratava de autoridades alemãs. “No último sábado chegou à colônia Neu-Württemberg o ministro alemão Hubert Knipping, em viagem oficial ao estado, sendo recebido por grande número de pessoas no salão União, onde foi servido um banquete e houve vários discursos. No domingo, permaneceu na colônia, e na segunda-feira, ainda houve manifestações de despedida, sendo o mesmo acompanhado até a estação Belizário por 8 autos, onde se despediu, agradecendo a recepção” (*O Commercio*, 29/10/1925, n. 726, ano VII, p. 3). Também recebeu a visita do almirante Behncke, da marinha alemã, em viagem de 18 meses pelo mundo para conhecer o trabalho dos alemães. “Na segunda-feira última, passou pela estação de Cruz Alta, com destino a Neu-Württemberg. Junto, viajavam seu ajudante e secretário, capitão Goetting e o deputado estadual Alberto Bins. Na colônia Neu-Württemberg foi realizada grande festa de recepção aos mesmos, que visitaram todos os grandes estabelecimentos comerciais e industriais daquela zona, onde avulta a população alemã e de origem germânica. Tudo quanto o almirante viu impressionou-o agradavelmente, conforme declarou em um discurso proferido diante numerosa assistência. Anteontem à noite, no salão União, do Sr. Christmann, foi oferecido um banquete ao almirante e sua comitiva. Proferiu discurso de saudação o pastor Schiller. Ontem a comitiva retornou para Porto Alegre, sendo cumprimentada pelas autoridades locais na estação local” (*O Commercio*, 12/3/1925, n. 628, ano VI, p. 4).

Württemberg era composta por 1.400 lotes coloniais, ocupados por cerca de 1.800 famílias calculadas em quase 14.000 almas.²²⁹ “Na sede Elsenau está estabelecida uma vida agradável e conta com cerca de 200 casas e casa de negócio” (cf. *Illustrierter Familien...*, 1927). O fim da *era Faulhaber* sinalizava para um *antes* e um *depois* no trabalho da *Colonizadora Meyer*.

2.1.2.1 A rede escolar na colônia

Oferecer a infra-estrutura básica para possibilitar o posterior desenvolvimento autônomo da colônia – ou *caminhar pelas próprias pernas* –, essa era a idéia de Herrmann Meyer, ao subsidiar a instalação de uma escola nas colônias Neu-Württemberg e Xingu, e contratar um professor. Além de alfabetizar os filhos dos colonos, tinha por objetivo maior o ensino da língua e cultura maternas, delimitando o espaço étnico da colônia. O casal Hermann e Marie Faulhaber notabilizou-se pelo seu trabalho na organização de uma rede escolar na colônia Neu-Württemberg e a supervisão da escola na colônia Xingu, como a base para a manutenção, transmissão e reatualização da cultura alemã.

Nos municípios de Cruz Alta e Palmeira, a carência ou total ausência de escolas durante o século XIX é evidente, situação que pouco mudou com a ascensão do governo republicano, tendo em vista sua premissa de deixar o ensino a cargo da livre iniciativa. Conseqüentemente, o número de analfabetos era elevadíssimo, dado evidente, por exemplo, nas transações de terras, quando a maior parcela dos proprietários vendedores de terras para a *Colonizadora Meyer* não assinava a escritura de transmissão de bens “por não saber ler nem escrever”, nomeando um procurador. Nota-se que os grandes proprietários de terras, residentes na maioria nos centros urbanos, eram alfabetizados; já os pequenos *lavradores nacionais*, alguns com a posse da terra já legitimada, outros ainda por

²²⁹ Relatório anual da colonização, 1925. Eduard Hempe. Anexo ao Balanço da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, 1925. Caixa 38, MAHP.

legitimar, em sua totalidade, eram analfabetos.²³⁰ Já entre os imigrantes alemães e os migrantes oriundos da antiga zona colonial, os casos de analfabetismo eram raros.

Antes da organização formal da escola, por parte da *Colonizadora Meyer*, as crianças em idade escolar eram alfabetizadas por Luiz Böhl, reunindo-se para isso no *Barracão dos Imigrantes*, dentro das condições então existentes, visto que ele não tinha formação como professor. No relatório de dezembro de 1901, Horst Hoffmann informava que Böhl havia fechado sua casa de negócios, “pois além de não fazer mais negócios, não sabia lidar com os velhos colonos, como também não mandavam mais seus filhos para a sua aula”.²³¹ Ainda no relatório do ano seguinte, informava que a aula de Böhl iniciou dia 20 de março com 22 crianças e a aula vai das 8 às 12 horas.²³²

Em fins de 1902, a *Colonizadora* iniciou a construção de um prédio escolar na sede da colônia Neu-Württemberg, inaugurado em 8 de fevereiro de 1903.²³³

²³⁰ Nesse sentido, conferir as escrituras de compra e venda, pedidos de legitimação de posses de terras, procurações. Por exemplo, os *nacionais* residentes na Ramada, que acabou sendo incorporada na colônia Neu-Württemberg, no momento em que solicitaram ao governo do estado a legitimação de suas posses, e a posterior transação de venda dessas terras para a *Colonizadora*, nomearam como seus procuradores Minoly Gomes de Amorim e Hermann Faulhaber, porque “não sabem ler nem escrever” (Caixas diversas, MAHP). Na segunda metade do século XIX, havia uma escola na sede de Cruz Alta, e mais algumas aulas particulares. Conforme Silveira (1979), em 1909 havia em Cruz Alta cinco aulas de ensino primário e secundário, dez professores nos distritos rurais, pagos pelos cofres do Estado, e cinco outros pelos cofres municipais.

²³¹ Relatório 10/11. De 15/11 a 15/12/1901. Porto Alegre, 18/12/1901, Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo, Caixa 109, MAHP.

²³² Relatório 7. De 1 a 15/4/1902. Porto Alegre, 17/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo, Caixa 109, MAHP.

²³³ “Festa de inauguração da escola [*Schuleinweihungsfeier*] – no domingo, 8 de fevereiro, nós inauguramos aqui festivamente a escola. Para a nossa alegria veio no dia anterior inesperadamente o sino e ainda pôde ser instalado. No sábado, após o meio dia, nós decoramos juntamente com os alunos da escola, a sala da escola com verde [ramos] e flores. No domingo iniciou a comemoração com a participação de quase toda a Neu-Württemberg às 10 horas com um culto, para o qual pela primeira vez bateu o sino. Durante o culto realizou-se ainda uma pequena festividade com a seguinte programação: 1) Canto das crianças: “*Grosser Gott, wir loben Dich*”; 2) Breve saudação minha sobre o significado da igreja e escola para a manutenção e cuidado do nosso *Deutschtums*; 3) Declamação de uma poesia festiva de autoria de minha esposa por duas crianças; 4) Canto por um coral de colonos batistas [*Kolonistenchors – Baptisten*]; 5) Discurso do colono H. Nickhorn em nome de Dr. Meyer; 6) Canto das crianças: “*Wie lieblich schallt*”. Sobre o discurso de Nickhorn, agradeceu do fundo do coração pelo seu cuidado para com a escola e a igreja. Escola. De 2 a 9 de fevereiro entraram mais 6 crianças na escola, sendo 4 meninos e 2 meninas. Todos puderam ser aceitos ainda para esse semestre porque o seu conhecimento e acompanhamento o permitem. (Até 12 de fevereiro o número de alunos somou 42, sendo 28 meninos e 14 meninas com idade entre 7-15 anos). Desde 10 de fevereiro eu dou aulas de reforço entre às 11-12 horas em acordo com os pais de algumas crianças, que tem dificuldades de aprendizagem, ou que estão em estágios mais atrasados. Algumas crianças participam também por livre vontade ou pelo desejo de seus pais, tanto que tenho

Construiu outro prédio em 1905 na colônia Xingu, no lote 2 da linha Dr. Meyer, onde as aulas estavam a cargo do professor Hermann Staiger.²³⁴ Na colônia Erval Seco, a escola foi inaugurada em 1929.²³⁵

Tratava-se de um sistema de ensino particular, mantido financeiramente pelos próprios colonos, por meio de seu *Schulverein* [Sociedade Escolar].

A aula no *Stadtplatz* Elsenau ministrada pelo Sr. e Sra. Pastor Faulhaber será iniciada quarta-feira, dia 7 de janeiro de 1903, com duas classes (uma para iniciantes e outra para os mais adiantados). Ao fim de cada trimestre deve ser paga a taxa escolar para a Empresa de Colonização, como já foi publicado. Mas considerando a situação econômica geral desfavorável, a taxa escolar foi reduzida pela metade até 30 de junho de 1903. Quem no final do segundo trimestre ainda não pagou o valor referente ao primeiro, essa criança não poderá mais frequentar a escola.²³⁶

Herrmann Meyer tinha por meta subvencionar a escola, naquilo que diz respeito ao provimento de material e pagamento do salário do professor por um prazo relativamente curto. Devido às más colheitas dos colonos e para evitar uma debandada para a escola pública, a empresa ainda assumiria os encargos

de 10-15 alunos participantes” (Carta. Elsenau, 12/2/1903. Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Cartas – Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer, Caixa 42, MAHP).

²³⁴ Aviso. Neu-Württemberg, 25/11/1904. Alfred Bornmüller pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. “1) A partir de 1 de agosto Sr. Staiger assumirá o ensino escolar em Xingu a serviço da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer; 2) O horário escolar será no verão das 7 às 10 horas, e no inverno das 8 às 11 horas, conforme o professor; 3) A mensalidade a ser paga à Administração como dinheiro para a escola será fixado em: para 1 criança Rs. 1.000 por mês, para 2 crianças Rs. 1.500 por mês, para 3 crianças Rs. 1.750 por mês, para 4 crianças Rs. 2.000 por mês; 4) As aulas para as crianças mais velhas vão ocorrer aos domingos, das 8 às 11 horas; 5) Crianças alemãs que residem fora da área da colônia Xingu não serão aceitas na escola. Exceções serão analisadas pela Administração; 6) Férias serão estipuladas em 30 dias, e serão conforme o professor decidir; 7) O material escolar necessário, cujos preços foram estipulados pela Direção, podem ser adquiridos junto ao professor Staiger, na própria casa escolar; 8) O professor Staiger também assumirá a administração da biblioteca que será instalada. Os livros serão emprestados por no máximo 4 semanas para a leitura dos colonos, e então passados adiante para outro colono ou leitor” (Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Hermann Staiger permaneceu na colônia Xingu de 1903 até 1908, quando transferiu residência para Neu-Württemberg, assumindo a *Stadtplatzschule* e escolas das linhas coloniais, permanecendo até sua aposentadoria, na década de 1930, quando retornou para a Alemanha.

²³⁵ “Uma nota do jornal *Trinta e Cinco*, n. 153, 19/5/1929, informando: Inauguração de uma escola na ‘colônia Méier’. No dia 12 deste mês, teve lugar, no Erval Seco, a inauguração do edifício mandado construir na sede da colonização do ‘dr. Herrmann Méier’, destinado à escola que ali foi instalada. O sr. cel. Intendente fez-se representar no ato pelo seu secretário. O sr. cel. Intendente, vai mandar subvencionar a escola e providenciar para ligar aquela sede à Boca da Picada, mandando construir uma Ponte sobre o Rio Fortaleza” (Nota de jornal. Palmeira, 5/1929. Germano Krapf à Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Neu-Württemberg. Pasta 6 - Cartas diversas à Colonizadora, Caixa 45, MAHP). Para a escola de Erval Seco, a *Colonizadora* doou 4 terrenos na quadra 27, além de arcar com os custos de construção da mesma, o que implicou em um gasto de Rs. 5:000\$000 (Carta. Neu-Württemberg, 14/11/1929. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

²³⁶ Cartas em anexo ao Relatório 21. De 1 a 15/11/1902. Horst Hoffmann, Porto Alegre, 17/11/1902 para Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

financeiros da escola durante o ano de 1906, “mas não posso mais arcar com essa despesa visto que isso não estava nos seus propósitos”. Caso as mensalidades fossem muito elevadas para aqueles que tinham mais filhos, deveriam estudar um valor intermediário, e manter essas crianças na escola. “Se os filhos daqueles que foram para a escola pública não retornarem, então os pais devem ser desligados do *Schulverein*, e eu também não tenho interesse em subsidiá-los mais. Peço que torne isso público”.²³⁷ Definitivamente, os objetivos da *Sociedade Escolar* colidiam com seus planos.

Eu sou da seguinte posição: as mensalidades foram reduzidas ao mínimo, a escola tem os melhores professores e material escolar, que estão à disposição dos colonos por um preço muito baixo. E eles até agora não precisaram pagar um *Pfennig* para a construção e manutenção da escola, eles que por si mesmos encaminhem uma solicitação de subvenção ao *Allgemeiner Deutscher Schulverein*. Como eu já há muito tempo informei, eu tenho em vista, tanto para a escola como para a igreja, solicitar uma subvenção do *Allgemeiner Deutscher Schulverein* e do *Gustav-Adolf Verein*, e considero que também conseguiremos isso. Assim, não vai ter que sair tudo do bolso dos colonos, como agora. Os colonos precisam entender e saber se virar para transformar o *Schulverein* com o tempo em uma entidade independente e autônoma, e para que não necessitem sempre e para tudo de auxílios; e para isso precisam ser acostumados aos poucos, para que consigam as coisas em seu próprio benefício. Enfim, o *Schulverein* que se dirigisse diretamente ao órgão competente para almejar o subsídio, sem passar por mim. Quero que você [Alfred Bornmüller] explique a situação, para que não haja uma animosidade dos colonos contra mim ou contra a Empresa.²³⁸

Ou seja, os colonos precisavam “saber se virar” e não ficar na dependência paternalista da *Colonizadora* ou de outra instituição qualquer e, caso não aprendessem isso logo, depois seria mais difícil. Insistindo nesse ponto, a *Sociedade Escolar* procurou então caminhos alternativos para obter recursos financeiros, tanto junto ao governo da Alemanha, quanto a instituições de apoio aos emigrantes no estrangeiro.²³⁹

²³⁷ Carta. Leipzig, 4/4/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

²³⁸ Carta. Leipzig, 14/7/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

²³⁹ Em ofício de 10/11/1909, o consulado da Alemanha em Porto Alegre explicava ao diretor Hermann Faulhaber sobre a possibilidade de obter um subsídio, “já que se tratava de uma Empresa alemã, e na qual se empenham pela manutenção do *Deutschtum* dos imigrantes alemães”, tendo por contrapartida zelar pela escola e igreja, e em caso de uma nova construção, disponibilizar o terreno gratuitamente. Aconselhava ainda recorrer ao *Verein für das Deutschtum im Ausland*, através da *Ortsgruppe Hamburg*, e ainda via *Evangelischer Lehrerverein*. Para encaminhar o pedido do benefício para o ano de 1910, deveriam preencher os formulários remetidos, bem como um questionário do *Auswärtige Amt* (Ofício. Porto Alegre, 10/11/1909. Consulado da Alemanha ao diretor Hermann Faulhaber. Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha, Caixa 148, MAHP). Em junho do ano seguinte, o

Todavia, na prática, contrariando as orientações de Meyer, quando assumiu a direção da empresa, Faulhaber voltou a custear a maior parte das despesas da escola, assumindo a folha de pagamento dos professores e outros gastos. Em 1927, Meyer proibiu definitivamente qualquer investimento nesse sentido.²⁴⁰ Segundo ofício de Eduard Hempe, tal questão veio à tona novamente por ocasião da inauguração do novo prédio escolar, em 1935, quando em seu discurso, perante as autoridades, o presidente da *Faulhaberstiftung*, Friedrich Krahe, havia deixado a *Colonizadora* e o Dr. Meyer *mal vistos*, ao afirmar que desde a morte repentina de Faulhaber, que sempre trabalhara em prol da escola, a empresa não remetia mais recursos. Esqueciam, porém, que em 1925 Meyer já havia estabelecido que a partir de então a escola tinha condições plenas de se manter sozinha, retirando todo e qualquer subsídio dali por diante. Ademais, Krahe havia levado o cônsul na segunda-feira após as festividades para conhecer as colônias e as escolas coloniais, sem avisar Hempe do fato.

Ora, as colônias e as escolas coloniais são propriedade e responsabilidade da *Colonizadora Meyer*, e quem tem autorização para mostrá-las aos visitantes sou eu, como o representante da Empresa. Logo, Krahe estava desrespeitando as regras internas da colônia.²⁴¹

Enfrentando dificuldades para manter a estrutura educacional da colônia de forma autônoma, em 1929 a *Sociedade Escolar* – e as escolas de forma individual, por meio de abaixo-assinado – recorreu à municipalidade de Cruz Alta, requerendo

consulado comunicava que por parte da *Ortsgruppe* de Hamburgo, estava disponível para a construção de duas escolas em Neu-Württemberg o valor de 1.000 marcos, que poderia ser sacado (Ofício. Porto Alegre, 15/6/1910. Idem). Em 1913, o rei da Alemanha, através do *Auswärtige Amt*, disponibilizou para as escolas *Stadtplatz-Schule*, *Magdalenenschule*, *Nordschule*, *Palmeiraschule* e *Westerschule*, uma ajuda de 1.500 marcos (no câmbio resultou em Rs. 1:104\$000) (Ofício. Porto Alegre, 18/9/1913. Idem). Já em 1914, disponibilizou para as mesmas escolas mais 2.000 marcos (no câmbio, Rs. 1:800\$0003) (Ofício. Porto Alegre, 22/10/1914. Idem). Essas organizações estrangeiras também providenciavam ou vendiam o material didático. Conforme o estudo de Paiva (1987: 14), o núcleo inicial da *Verein für das Deutschtum im Ausland*, uma associação germanista, surgiu em Viena, na segunda metade do século XIX. Já a seção VDA-hamburguesa estruturou-se em 1904, propondo-se a apoiar as escolas de língua alemã localizadas fora da Europa, e o sul do Brasil tornara-se seu principal campo de ação. As escolas de língua alemã eram encaradas não somente como um meio de evitar a *Entdeutschung* (desalemanização) dos jovens de ascendência alemã residentes no exterior, mas também como instrumentos do comércio externo alemão.

²⁴⁰ A partir de fevereiro de 1927, Eduard Hempe retirou o subsídio da *Stadtplatzschule*, já as escolas das linhas coloniais há vários anos se mantinham de forma autônoma. Na assembléia geral da *Deutscher Schulverein*, em dezembro de 1927, a entidade tornou-se independente. As terras seriam divididas entre a sociedade escolar e as sociedades das linhas, ficando todas independentes (Carta. Neu-Württemberg, 2/1/1928. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

²⁴¹ Ofício. Neu-Württemberg, 11/6/1935. Eduard Hempe à Faulhaberstiftung. Pasta 7, Caixa 74, MAHP.

uma subvenção para os professores de todas as escolas de Neu-Württemberg, o que também foi aprovado. Ao justificar a reivindicação, reforçaram que todo sistema educacional existente na colônia era fruto do seu trabalho e dedicação.

Há mais de quinze anos a Sociedade Escolar desta colônia, vem mantendo 6 escolas particulares, com frequência de 470 alunos atualmente, sendo a 1ª na sede deste distrito com 157 alunos, que está a cargo de professores os cidadãos Carlos Frauens, Germano Staiger, Gerhard Paschke e João Antonius; a 2ª escola na linha Brasil com 72 alunos, que está a cargo de professor o cidadão Felix Weissbrot; a 3ª na linha Magdalena com 73 alunos, que está ao cargo de professor o cidadão Frederico Krebs, a 4ª na linha Rincão n. 1, com 68 alunos, que está ao cargo de professor o cidadão Luiz Kling; a 5ª na linha Rincão n. 2, com 51 alunos, que está ao cargo de professor o cidadão Henrique Ruff; a 6ª na linha Leipzig com 49 alunos, que está ao cargo de professor o cidadão Henrique Werner. Desde muitos anos as referidas escolas eram mantidas com uma subvenção fornecida pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, nesta colônia, como auxílio. Porém como a referida Empresa de colonização está em liquidação, suspendeu o auxílio que foi fornecido pela mesma. Com a retirada do dito auxílio que lhe era dada, é impossível quase, de manter as referidas escolas, o que deixará uma lacuna grandemente prejudicial nesta colônia por falta de escolas. E como os professores supracitados têm apresentado os melhores resultados em suas aulas, como são públicos, ensinando o português com grande proveito por parte dos colonos dos filhos que falam o alemão. Assim, a diretoria abaixo assinada, crente de que V. Excia. está inspirado pelos melhores e nobres propósitos de servir à coletividade deste município, a contento de todos e de forma que proporcione a sua prosperidade e riqueza, pede, por este, que seja fornecida uma subvenção pela municipalidade, aos professores acima mencionados, a fim de que estes podem continuar com as suas aulas. Assinam a presente a diretoria da Sociedade Escolar nesta colônia. P. defº. Eduard Hempe – Presidente; Carlos Blum – Vice-Presidente; Carlos Frauens – Secretário; Germano Staiger – Tesoureiro.²⁴²

Em termos de sistema de ensino, por ser um educandário particular, tinha plena autonomia para elaborar sua grade curricular, o que coube a Hermann e Marie Faulhaber, que implementaram o seu *método de ensino*.²⁴³ O sistema, como um todo, era bem conceituado, como Reinhardt anotou em seu relatório ao consulado:

²⁴² Diretoria da Sociedade Escolar Neu-Württemberg ao Doutor Pedro Paulo Scheunemann, Intendente de Cruz Alta. Dezembro de 1929. Pasta 7, Caixa 74, MAHP; Abaixo-Assinado enviado por colonos da Linha Hindenburg, com 25 assinaturas. Ofícios enviados para a Câmara de Vereadores, 1929, 001 AHM - CMV 257, MAHMCA.

²⁴³ Inicialmente, as aulas concentravam-se apenas no turno da manhã, das 8 às 11 horas, com horário fechado de segunda a sábado. O primeiro ano ou série tinha aulas de leitura e escrita, cálculo, religião, canto, ginástica, geografia e noções gerais. O segundo e terceiro ano tinham aulas de religião, cálculo, leitura e escrita, história natural, ginástica, canto. Conforme o *Relatório III*, de 10 a 23 de janeiro de 1903, a primeira classe contava com 20 alunos, e a segunda classe com 16 alunos. Consultando a grade do horário escolar, uma turma tinha por semana: 4 horas de aula de religião, por Hermann Faulhaber; 4 horas de cálculo, com Marie Faulhaber; 6 horas de leitura e escrita, com Marie Faulhaber; 2 horas de ginástica, com Hermann Faulhaber; e 2 horas de canto com Marie Faulhaber. Essa grade curricular foi aprimorada, incluindo as demais disciplinas, a partir do ano seguinte, quando os alunos estavam *nivelados* e em condições de acompanhar seu sistema de ensino. Em setembro de 1903, a *Schulverein* possuía 41 sócios. (Relatório de Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer,

As escolas de Neu-Württemberg, no *Stadtplatz* e nas picadas, são de grande proveito para os alunos e toda metodologia de ensino encontrada é de nível tal que se fica admirado. É uma alegria visitar as salas de aula. Encontra-se um ensino e uma aplicação que nem sempre são encontrados nos estabelecimentos de ensino da Alemanha. As escolas públicas, aqui e lá, deixaram os imigrantes em difícil situação. Faulhaber cuida da escola com interesse e considera-a a obra mais importante a ser levada adiante; todas as atividades de docência são realizadas e supervisionadas por ele mesmo ou por sua esposa. Uma grande e variada biblioteca, grandes mapas e imagens, de grande valor capital, estão ali como material de apoio. Hoje as escolas de Faulhaber estão a tal ponto que já possuem condições de pagar mesmo os professores, se esforçam para continuar o trabalho de Faulhaber. Há vários jovens levando a sua obra adiante de forma independente.²⁴⁴

Em 1909, uma nota na imprensa cruzaltense, enviada pelo correspondente da colônia, informava:

a escola alemã, que funciona em edifício próprio, sob direção do ilustrado pastor Mertz, é montada a capricho, com todos os elementos para completa difusão do ensino teórico e prático, tendo uma biblioteca composta de 3.000 volumes. É custeada pela direção da colônia e nela estão matriculados mais de 100 alunos (*Álbum de recortes de...*, 17/10/1909).

Elsenau, 23/1/1903. Livro Copiativo 11, fl. 18-29; 109, MAHP). Em 1905, Hermann Faulhaber pleiteava a contratação de mais um professor para a *Stadtplatzschule*, de preferência, um professor acadêmico – então era auxiliado por Robert Neubert, que não era professor formado. Nesse ponto, Herrmann Meyer discordou, enviando então, após várias negociações, um jovem professor de Hannover, F. Grape. Do mesmo modo, insistiu com Hermann Faulhaber que era dispensável ampliar a escola no *Stadtplatz*, mas mais adiante talvez instalar outra escola no interior da colônia, uma *Pikadenschule*, e ministrar aulas nos dois turnos – manhã e tarde. O ano 1904 terminou com 55 crianças, e em 16/1/1905 iniciou com exatas 100 crianças. Das mesmas, 79 eram evangélicas, 11 católicas e 4 batistas. As turmas eram divididas em 2 classes, e internamente, em mais duas, freqüentando a escola até o quarto ano. Como professores, atuava o pastor Faulhaber e sua esposa, e desde 1/6 o professor Freur Grape, com formação em seminário, de Hannover. Em dias de chuva as crianças não precisavam vir à escola. Na crônica sobre o andamento do ano letivo, constam as comemorações: 27/1 comemoração do aniversário do Kaiser; 20-26/4 – férias de Páscoa; 10/5 – pequena comemoração das crianças; 11-13/6 – Férias de Pentecostes; 23/9 a 15/10 – Férias; 29/10 – *Kinderfest*; 11/12 – exames dos alunos e distribuição dos prêmios enviados pelo Dr. Meyer; 20/12 – Sonnenrufs; 25/12 – festa de natal da colônia, com a apresentação de cantos (Relatório das atividades da escola em 1905. Neu-Württemberg, 28/5/1906. Hermann Faulhaber. Livro Copiativo s.n.b., 1906 a 1908, Fl. 52-60, MAHP). Por sua vez, em 1907 as crianças estavam divididas em 6 classes. Já as aulas, estavam assim distribuídas: **1ª classe:** Leitura – Livro *Fibel für evangelische Volksschulen!*, Escrita, Língua alemã, Cálculo, Ensino visual [*Anschauungsunterrichte*], Contar histórias, Canto [14 cantos de crianças e populares; 10 canções populares e religiosas]; **2ª e 3ª classe:** Leitura [Livro *Lesebuch für die evangelischen Volksschulen Württembergs*], Ortografia, Língua alemã, Caligrafia, Cálculo, Canto; **4ª classe:** Leitura [Willy Scheel, e outros], Ortografia, Língua alemã, Português [livro *Sabe falar português?*], Caligrafia, Cálculo, Geografia, História, Ciências Naturais, Canto [17 canções populares; 14 canções populares e...?]; **5ª classe:** Leitura [Willy Scheel; Heinrich Solger]; Ortografia; Língua alemã; Redação; Português [livro *Sabe falar português?*]; Caligrafia; Cálculo; Geografia; História; Ciências Naturais; Canto [17 canções populares; 14 canções populares e...?]; **6ª classe:** Leitura [Willy Scheel; Schiller; Goethe; Geibel; Fontane], Ortografia, Língua alemã, Redação, Português [livro *Sabe falar português?*; Rottermund Livro de Leitura], Caligrafia, Cálculo, Geografia, História, Ciências Naturais, Canto [17 canções populares; 14 canções populares e...?] (Relatório de Hermann Faulhaber. Neu-Württemberg, 31/3/1908. Livro Copiativo s.n.b., 1906 a 1908, Fl. 255-266, MAHP).

²⁴⁴ Relatório de Reinhardt, Porto Alegre, 20/7/1921. Pasta R- 79001 a 05. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

As aulas de língua portuguesa foram incluídas no currículo escolar em 1905, e era o próprio Hermann Faulhaber quem ministrava a disciplina, “que mostra-se assim interessado pelo desenvolvimento da instrução, entre os filhos de seus subordinados, despertando-lhes o amor pela nossa língua e conseqüentemente pela nossa grande Pátria” (*Álbum de recortes de...*, 17/10/1909). Em 1912, os resultados dos exames aplicados nas escolas de língua alemã de Neu-Württemberg haviam provado mais uma vez que o ensino da língua portuguesa não era descurado, o que era atestado pelo conhecimento das crianças (*Álbum de recortes de...*, 09/10/1912).²⁴⁵

No pós-I Guerra Mundial, Hermann Faulhaber recebeu uma série de ofícios do consulado da Alemanha, manifestando uma preocupação maior em relação ao desenvolvimento do *Deutschum* na colônia, questionando se houve fechamento de escolas, qual livro escolar estava sendo usado, número de escolas e alunos. Em um ofício de 1924, assegurava que a Alemanha foi arrasada pela guerra, mas que agora predominava um clima de reconstrução e esperança, e que essa visão deveria ser passada a todos, e especialmente às crianças.²⁴⁶

Embora contando com um sistema de ensino exemplar na colônia Neu-Württemberg, oferecendo as classes iniciais (1ª a 4ª classe) e as classes superiores (5ª a 8ª classe), a freqüência de alunos concentrava-se nas séries iniciais. Conforme o relatório escolar de 1934, as crianças eram tiradas cedo da escola para ajudar a trabalhar, bem como havia uma resistência generalizada dos pais em não deixar seus filhos freqüentarem as classes superiores. Naquele ano, o número de alunos das séries iniciais até havia aumentado, ao contrário das classes superiores, que iniciou o ano com 10 alunos e terminou com 7. No ano seguinte, esse número aumentaria para 18 alunos, o que era inédito.²⁴⁷

Contudo, o acesso à educação era restrito. Nem todos os colonos dispunham de condições financeiras para manter os filhos em uma escola particular.

²⁴⁵ Em uma carta, dirigida ao *Lehrerverein*, datando de 17/6/1924, Faulhaber dava conta de que foi encontrado um professor de português para a escola *Stadtplatzschule*, porque o professor Krahe, que lecionava essa disciplina, havia deixado a escola. O referido(a) professor(a) deveria conhecer tão bem o português quanto o alemão (Carta de 6/6/1924. *Cartas ao Deutscher Evangelischer Lehrerverein do Rio Grande do Sul*. Pasta 7, Caixa 46, MAHP).

²⁴⁶ Consulado de Porto Alegre a Hermann Faulhaber. Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha, Caixa 148, MAHP.

²⁴⁷ Relatório sobre o ano escolar de 1934. Pasta 7, Caixa 74, MAHP.

Essa situação mostrava-se mais crítica em relação às famílias mais numerosas e aos recém imigrados. Por outro lado, excluía-se os luso-brasileiros, tanto econômica quanto lingüisticamente. Atendendo a essas peculiaridades, em fevereiro de 1906, a municipalidade de Cruz Alta instalou uma escola pública na área central da colônia Neu-Württemberg, nomeando como professor o republicano Capitão Minoly Gomes de Amorim.

No entanto, a escola pública gerou certo descontentamento e apreensão, pois representava uma ameaça concreta à manutenção da germanidade, mais precisamente a língua alemã. Em maio de 1906, o administrador da *Colonizadora*, Alfred Bornmüller, em uma carta dirigida a Hermann Meyer, chamava atenção para o fato de que o professor público dominava precariamente a língua alemã, o que dificultava o seu trabalho com crianças alemãs ou de origem. Do contrário, fatalmente as crianças se “perderiam” no português (aprendendo a língua portuguesa e não a alemã), o que não podiam impedir, dado que se encontravam no Brasil.²⁴⁸ Posteriormente, outro cidadão debateu-se sob o mesmo ponto: lembrando que desde fevereiro havia no local uma escola pública nacional, sem ônus aos seus alunos. Mas, tinha por objetivo a assimilação dos colonos através do desconhecimento da germanidade, oferecendo-lhes em troca o conhecimento da língua portuguesa.²⁴⁹

Por sua vez, Herrmann Meyer recorreu a Robert Jannasch, solicitando a intervenção do consulado alemão, a fim de eliminar o professor público, “mas ele me aconselhou que nesse momento não era indicado, porque a concessão [para emigração] estava por sair, e os nativistas poderiam se manifestar, e isso poderia prejudicar muito a colônia”. Rudolf Ahrons compartilhava da mesma opinião. Mas Jannasch e Ahrons não tinham dado tanta importância à escola pública, pois se no primeiro momento perdessem alguns filhos de colonos para a escola pública, em breve ocorreria também “uma reação, quando os alunos não receberem o apoio que recebem em nossa escola [particular]. E se nos próximos anos aumentar o número

²⁴⁸ Carta. Neu-Württemberg, 17/05/1906. Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer. Livro copiativo 04, Fl. 41 (traduzido, avulso), Pasta 4, Caixa 56, MAHP.

²⁴⁹ Carta. Neu-Württemberg, 28/05/1906. Johann Heinrich ao *Allgemeiner Deutscher Schulverein*. Livro Copiativo 17, Fl. 149 (traduzido, avulso), Pasta 4, Caixa 56, MAHP. Em novembro de 1907, João Diehl informava a Herrmann Meyer que a escola pública já contava com 50 alunos, dos quais 15 rapazes filhos dos colonos alemães (Carta. Neu-Württemberg, 06/11/1907. João Diehl a Herrmann Meyer. Livro copiativo 04, Fl. 425 [traduzido, avulso], Pasta 4, Caixa 56, MAHP).

de imigrantes, rapidamente a escola da colônia voltaria ao seu número inicial de alunos. E aos poucos, a escola pública ficaria para os brasileiros”²⁵⁰. Baseado nessa argumentação, Meyer não tomou nenhuma medida em relação à escola pública, a qual permaneceu em funcionamento na colônia, sem receber qualquer benesse por parte da *Colonizadora*.

Tudo indica que a escola pública foi instalada na colônia pela Intendência Municipal como uma forma de inserção e representação do poder público no espaço particular, para impedir a formação de um *quisto étnico*. Isso porque, naquele momento, o número de escolas em Cruz Alta era reduzido, não atendendo à demanda dos distritos e povoados do município, o que não era a realidade da colônia Neu-Württemberg, onde já existia uma escola particular, e não havia interesse em instalar um educandário público.

Para a municipalidade de Cruz Alta, a responsabilidade pela tentativa de boicotar a escola pública, bem como os problemas enfrentados por aquelas famílias que enviavam seus filhos à mesma, foi atribuída à Sociedade ou Junta Escolar. Em sua defesa, a entidade emitiu uma nota, entregue ao General Firmino de Paula, explicando os propósitos da Junta Escolar [*Schulverein*] e o seu funcionamento interno, entendendo que o referido general e as demais autoridades de Cruz Alta estavam mal informados sobre os seus fins. Notificava que a agremiação já existia há três anos, e era “um grêmio dos pais de alunos, que mandam os seus filhos à nossa escola”. Seu objetivo central consistia em “discutir assuntos referentes à nossa escola e conseguir obter utensílios escolares e publicações juvenis com condições mais vantajosas”. Pela última resolução dessa agremiação, “todos os pais que mandassem todos os seus filhos em outra escola, que não seja a nossa, não tivessem direito de tomar parte nas conferências sobre os negócios de nossa agremiação, por conseguinte não podem também ser sócios”. Tal resolução “não alcança somente aos pais que mandaram todos os seus filhos freqüentar a escola municipal, como também aqueles pais que os mandam freqüentar qualquer outra escola particular, como por exemplo a dos batistas, que está em vias de estabelecer-se”. Naqueles casos em que alguns filhos freqüentavam a escola pública, e os demais a escola particular, os pais permaneciam como sócios da

²⁵⁰ Carta. Leipzig, 12/4/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

agremiação. “Ligamos a maior importância para que os moradores de nossa colônia aprendam a língua do país”, salientando que em todas as classes o ensino da língua portuguesa estava presente, bem como nas aulas de canto, acrescentando o ensino de história pátria (brasileira) e geografia. “Esforçamo-nos em educar as nossas crianças para bons cidadãos de sua pátria brasileira”.²⁵¹ Em resposta ao ofício, a Intendência Municipal expôs os seus motivos, pois “o general disse estranhar a oposição que estava informado ser feita pela junta escolar de que seus diretores, de que os filhos de alemães ali, freqüentassem a aula municipal ou aprendessem a língua nacional-português”. Agradecia então a sua exposição clara sobre a situação, aplaudindo o seu empenho e disposição em “cooperar para a difusão do ensino da língua do país, sobre a mocidade dessa futura colônia, sem embargo de manter também o idioma da mãe pátria dos pais da aludida mocidade”.²⁵²

Efetivamente, a escola de língua alemã retardava a assimilação cultural, sem ela, rapidamente o imigrante perdia sua cultura ancestral (PAIVA, 1987). Mas cabe lembrar que se tratava de uma colônia alemã, mas heterogênea quanto à procedência daqueles que se definiam como tais. Em suas anedotas humorísticas sobre o cotidiano da colônia e os seus colonos, Luis Meisinger [1933/34?: 7-8], um imigrante alemão que se estabeleceu na colônia Xingu no início do século XX, lembrou de um *velho* professor suabo que lecionou na escola local, *transformando os filhos de camponeses russos-poloneses-alemães em autênticos suabos em seu dialeto*. Nesse caso, um agente externo – o professor –, por meio do ensino, unificou um grupo heterogêneo pelo emprego de uma língua comum – no caso, o dialeto suabo, o que, como bem destaca Meisinger, era uma unidade artificial, mascarando as diferenças e a composição étnica da colônia.

Em 1/12/1920, foi formada a *Junta Escolar Nova-Württemberg [Deutschbrasilianischer Schulverband Neu-Württemberg]*, integrada por todos os *Schulvereine* de Neu-Württemberg, localizados no 8° distrito de Cruz Alta e no 4° distrito de Palmeira. Tinha por objetivo “juntar e manter na colônia Nova-Württemberg, boas escolas para a instrução primária e trabalhar para o desenvolvimento do ensino e da educação no mesmo núcleo”. A *Stadtplatzschule*

²⁵¹ Ofício. Colônia Neu-Württemberg, 4/7/1906. Diretoria da Junta Escolar [*Schulverein*] ao General Firmino de Paula, Cruz Alta. Livro Copiativo 14, Fl. 370-372, MAHP.

²⁵² Ofício. Cruz Alta, 12/7/1906. Antonio Pereira dos Santos a Junta Escolar, Neu-Württemberg. Livro Copiativo s.n.b., Fl. 116-117, MAHP.

Elsenau ou *Deutsche Stadtplatzschule* era a escola-sede, supervisionando pedagogicamente as demais.²⁵³ Faulhaber liderou no mesmo período também a fundação do *Verband der deutsch-evangelischen Schulen auf der Serra* [Federação das Escolas Alemãs Evangélicas da Serra], que tinha Neu-Württemberg como exemplo e como objetivo a discussão de métodos de ensino. Embora ressaltasse sua confissão, não era anticatólica, tanto que professor católico era aceito e os alunos poderiam ser de confissões diferentes.²⁵⁴

Portanto, o sistema de ensino particular implantado na colônia Neu-Württemberg, incluindo a organização e ramificação das escolas, o aporte metodológico, o currículo, e o material didático, serviu de modelo para a organização de toda a rede escolar privada da região serrana do estado.

2.1.3 Marie Faulhaber e a construção de uma identidade teuto-brasileira

Imigrantes de nacionalidade alemã vindos da Alemanha, Rússia, Polônia, Áustria, somados com migrantes internos das colônias antigas, descendentes de alemães imigrados no século XIX, formaram o mosaico cultural da colônia Neu-Württemberg, cada qual carregando seus costumes e suas tradições. Segundo E. P. Thompson (1998), o costume é um campo para a mudança e a disputa, enquanto a tradição é permanente e transmitida pela tradição oral, em suas narrativas e anedotas; mas mesmo quando impressa, tende a atender às expectativas dessa tradição oral. Os costumes, por vezes, podem transformar-se em regras de conduta de uma comunidade dada, dependendo de sua aceitação e prática.

²⁵³ Tinha como diretoria: Hermann Faulhaber, presidente; João Hepp; Albino Hack; Richard Stumpf; Joseph Döth; Frederico Prante; Carlos Mohr; Julius Schermak (Extrato dos estatutos da Junta Escolar Nova-Württemberg. Pasta 7, Caixa 74, MAHP). No final do ano de 1927, Marie Faulhaber afastou-se por cerca de um ano da *Stadtplatzschule*, quando empreendeu uma viagem para a Alemanha. Desde o falecimento de seu marido, ela havia assumido a escola integralmente. Por essa ocasião, também foi presenteadada com o álbum *Frau Direktor Faulhaber zum 25-jährigen Jubiläum gewidmet von Neu-Württemberger Schulen*, contendo uma fotografia de cada prédio escolar e outra com os alunos e o respectivo professor, fornecendo assim um balanço visual da rede escolar particular existente na colônia. Tratava-se de prédios pequenos e em madeira – *Stadtplatzschule*; *Nordschule*; *Schule Palmeirabezirk*; *Magdalenenschule*; *Schule Linie Leipzig* –, com exceção de dois prédios em estilo enxaimel – *Schule Vorderer Rincão* e *Schule Hinterer Rincão* (Acervo de livros, MAHP).

²⁵⁴ Relatório de Reinhardt. Porto Alegre, 20/7/1921, fl. 3-4. Pasta R- 79001 a 05. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

Logo, era necessário construir uma identidade de *Neu-Württemberger*, dentro dos parâmetros de alemães no exterior, negociando costumes e valores entre o espaço de partida e o de chegada, retomando ou mesmo inventando uma tradição comum (HOBSBAWN e RANGER, 1997). Como exemplo de tradição inventada ou recente, cita-se a pretensa religiosidade da colônia. Pelo já exposto, ficou evidente que os imigrantes e colonos carregavam consigo um modelo de igreja moderna, apegados à religiosidade, mas pouco afeitos a práticas religiosas regradas. Foi tarefa dos religiosos – pastores e padres – trazer essa população novamente para a igreja como instituição, reativando o costume de freqüentar as celebrações religiosas. Essa reinvenção de uma tradição religiosa, realizada nas primeiras décadas da colônia, foi incorporada nos discursos construídos *a posteriori* como uma tradição presente já no momento da fundação da colônia, transmitida de geração em geração. Assim, passou a constituir um dos aspectos da identidade da população local, e reforçada pelo senso comum e os estudos bibliográficos – construção de uma identidade de cidade alemã, cidade evangélica, cidade do trabalho e cidade do progresso (MICHELS, 2001).

No elenco das festividades populares e religiosas, o Natal foi transformado na festa popular [*Volksfest*] mais importante da colônia, mesclando apresentações religiosas e profanas – hinos natalinos, velhas canções alemãs, declamação de poesias, teatro, combinando elementos trazidos pelos imigrantes de diferentes regiões da Alemanha com aqueles já adaptados pelos migrantes das regiões de colonização antiga do estado. No programa da festa de Natal de 1904 constavam cantos, poesias, e a apresentação da peça teatral “de autoria de Marie Faulhaber, *Eigen Land*, uma peça sobre a vida dos camponeses, em sete atos, com a participação de 18 personagens, incluindo famílias com seus filhos, um professor, prefeito, grupo de canto, etc.”.²⁵⁵ Esse formato de festa manteve-se nos anos seguintes.

A tradicional festa do Natal foi este ano [1912] comemorada brilhantemente, nesta colônia. A Sociedade Alemã Escolar e o Club Dramático, no vasto salão do novo edifício do Hotel Heinrich, perante uma numerosíssima concorrência demonstrando desempenho ao seu programa, que contava de vários hinos, cantos escolares, monólogos e comédias. [...]. Essa linda festa

²⁵⁵ Relatório. Dezembro de 1904. Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer. Livro Copiativo 11, MAHP. Anualmente no Natal Herrmann Meyer enviava presentes para as crianças da colônia, os quais eram distribuídos durante as festividades. Enviava também livros para serem distribuídos às crianças por ocasião dos festejos pelo aniversário do *Kaiser*, realizados na colônia Neu-Württemberg.

de Natal, a festa alemã por excelência e que tão bem traduz o nobre caráter destes dedicados colaboradores do nosso adiantamento material e social, tão cheia de simplicidade e de poesia, todos os anos repetida no dia 25 de Dezembro, é uma das mais eloqüentes e expressivas que conhecemos (*Cruz Alta*, janeiro/1913. *Álbum de recortes...*).

Oportunizar momentos de sociabilidade era uma das funções do casal Faulhaber. Observando esse trabalho cultural à distância, Herrmann Meyer ficou “impressionado como você [Faulhaber] sabe lidar com os colonos e dar-lhes fomento moral e exigir união e reavivar o seu espírito corporativo alemão em todas as festividades por você organizadas”.²⁵⁶

Transformar a colônia em um espaço realmente alemão, ou a tão sonhada *pequena Alemanha no Rio Grande do Sul*, implicava na *regermanização* dos colonos, bem como a negociação de hábitos e valores com os imigrantes, construindo uma identidade local própria. Essa negociação e adaptação transparecem nas peças de teatro de autoria de Marie Faulhaber, encenadas nas ocasiões festivas pelo grupo de teatro existente na colônia. Algumas dessas peças foram impressas em forma de pequenos livros, enquanto as demais, provavelmente manuscritas, perderam-se.²⁵⁷

²⁵⁶ Carta. Leipzig, 6/8/1904. Herrmann Meyer ao Pastor Hermann Faulhaber, colônia Neu-Württemberg. Pasta 2 – Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

²⁵⁷ As peças foram impressas na *Livraria Serrana*, de propriedade de Ulrich Löw, em Ijuí. Poderiam ser adquiridas diretamente na Livraria Serrana ou em livrarias, ao preço de Rs. 1\$500 (Caixa 52, MAHP). No mesmo período, Luiz Meisinger, um imigrante alemão instalado na colônia Xingu, onde era o representante da *Colonizadora*, e de onde transferiu residência em 1934 para o *Stadtplatz* da colônia Neu-Württemberg, também escreveu um romance sobre a vida nessa área, intitulado *Ein abenteuerliches Kolonistenleben in Brasilien. Von ihm selbst erzählt*, cujo original manuscrito enviou em fins de 1931 para a apreciação de Herrmann Meyer, solicitando a publicação do mesmo, em forma de livro, pelo *Instituto Bibliográfico*. Todavia, Meyer, já muito debilitado, encarregou seu administrador Walther Schimpf para proceder à leitura e os comentários concernentes. De forma geral, considerou a obra muito extensa, muito cara e de circulação restrita, comprometendo-se, porém, de levá-la a algum editor, mas avisando que para tal tipo de publicação não havia interesse na Alemanha. Nesse meio tempo, Meyer faleceu e o original havia ficado em sua casa de campo, demorando-se vários meses na sua localização e devolução ao autor. Ao que tudo indica, essa obra não chegou a ser publicada. Possivelmente em 1933 ou 1934, Meisinger publicou pela Livraria Serrana de Ijuí, um pequeno livro, com 70 páginas, de poesias humorísticas sobre fatos pitorescos ocorridos na colônia Xingu e Neu-Württemberg, sob o título *Humor aus der Kolonie: Heitere Erlebnisse und Begebnisse aus den riograndenser deutschen Kolonien*. Na apresentação, deixou claro que a sua preocupação não eram as pessoas, mas sim, o lugar onde morou por 25 anos, entre muitos sacrifícios, mas, também, alegrias. Por essa razão, geralmente mencionava apenas o primeiro nome dos personagens envolvidos nos episódios, ou a inicial do nome ou, ainda, a sua ocupação. Logo, as anedotas giravam em torno do cotidiano da colônia e dos colonos, nos seus afazeres domésticos, caçadas, plantio/colheita, escola, casa comercial, serraria, animais, insetos, festas, crise financeira, etc. De forma implícita, apresentava o vendeiro da colônia como um explorador dos colonos, e outros problemas como o alcoolismo, o latrocínio; e a incorporação de usos e costumes nacionais por parte dos imigrantes, como o churrasco e o chimarrão, bem como o emprego de termos em português. Subjacente, as fissuras internas do grupo dito *alemães*, ao referir-se aos berlinenses como aqueles que se achavam os “mais inteligentes”, e os suabos, como “reclamões e gritões”.

Percebe-se Marie Faulhaber como uma das personagens mais proeminentes da colônia, embora obscurecida pela sombra de seu marido – enquanto Hermann Faulhaber era uma personalidade pública, a atuação de Marie permaneceu restrita ao âmbito privado da colônia, embora exercesse forte influência sob a *Colonizadora Meyer*. Coube a ela, de fato, a administração direta da escola (*Stadtplatzschule*), de 1902 até 1932, quando de sua aposentadoria, não como professora remunerada, mas como “esposa do pastor/diretor”. Era de sua responsabilidade também a biblioteca – transformada em 1927 em *Sociedade de Leitura Faulhaber*. Paralelo, era regente de coral, foi uma das fundadoras da *Frauenhilfe*,²⁵⁸ em 1910, auxiliando através dela as pessoas necessitadas tanto na colônia, como organizando a coleta de donativos a serem enviados via *Cruz Vermelha* para entidades assistencialistas da Alemanha.²⁵⁹ A “Frau Direktor Faulhaber”, como era referida e respeitada, veio jovem para a colônia, e dedicou a ela toda a sua vida e o seu amor”, pois “tudo estava por fazer” (*Die Serra-Post*, 14/4/1939).

Marie Faulhaber caracteriza-se como a imigrante provisória, cujo estado de provisoriedade acabou por tornar-se permanente, vivendo então a nostalgia da terra natal, tentando reconstruir a sua nova *Heimat*, junto com os demais, na terra de destino – a colônia Neu-Württemberg. Logo, o imigrante oscila entre esses dois pólos, “por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo”, para não quebrar a ilusão (SAYAD, 1998: 45-46). Acrescente-se ainda o fato de integrar aquele conjunto de profissionais contratados pela

²⁵⁸ Denominada atualmente de Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas – OASE.

²⁵⁹ Em sua correspondência, constam vários ofícios da Cruz Vermelha de Stuttgart, agradecendo os donativos enviados por Marie Faulhaber e as “senhoras de Neu-Württemberg”, especialmente no contexto da I Guerra Mundial, e no início da década de 1920 para um abrigo de crianças, o *Schwäbische Sonnenstrahlen*. “Para quem conhece a necessidade e a miséria das nossas crianças suabas, sabe bem o que significa essa ajuda”. Em 1922, em várias prestações, doou para esse projeto Mk. 20.000 (Carta. Stuttgart, 14/11/1922. Württemberg Landesverein vom Roten Kreuz a Direktor Marie Faulhaber, Neu-Württemberg. Caixa 52, MAHP). Em outra correspondência, agradeciam ao núcleo da Cruz Vermelha de Neu-Württemberg pelas doações (Carta. Stuttgart, 18/9/1922, Cruz Vermelha. - *A Württembergische Landesverein* da Cruz Vermelha ao núcleo da Cruz Vermelha de Neu-Württemberg. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP).

empresa, por prazo determinado, o que efetivava a sua situação de provisoriedade.²⁶⁰

Enfim, essa complexidade do espaço colonial e a tentativa de construir/preservar uma identidade étnica no estrangeiro consiste em um dos aspectos centrais das peças de teatro escritas por Marie Faulhaber, nas três primeiras décadas do século XX. Uma nota na contracapa orientava tratar-se de peças destinadas a “escolas, sociedades, e recomendadas para pequenos palcos”. A publicação era composta por pelo menos sete volumes:

Vol. 1 – ***Ein schlechter Tausch*** [Uma troca desfavorável]

Vol. 2 – a) ***Aschenbrödel*** [Gata borralheira]

b) ***Ein Weihnachtsmärchen*** [Um conto de Natal]

Vol. 3 – ***Fritz***

Vol. 4 – ***Das verlorene Kind*** [A criança perdida]

Vol. 5 – ***Herrmann, ein deutschbrasilianischer Junge*** [Herrmann, um rapaz teuto-brasileiro]

Vol. 6 – a) ***Ein Bubenstreich und seine Folgen*** [Uma velhacaria e as suas conseqüências]

b) ***Heulepeterle*** (um conto de D. Wildermuth, adaptado por Paula Braunschweig).

Vol. 7 – ***Nur immer Paciencia*** [Sempre paciência]

Esses escritos trabalhavam de forma simples e direta com o cotidiano da colônia e das famílias dos colonos que interagem com/nesse espaço em construção, no tempo presente – pelo menos as peças encontradas: *Ein schlechter Tausch*; *Das verlorene Kind*; *Herrmann, ein deutschbrasilianischer Junge*; *Ein Bubenstreich und seine Folgen*. Em todas elas, a família constituía o núcleo central da drama, composta pelo pai, a mãe e os filhos. Como cenários, predominavam *uma casa simples de um colono*; *a cozinha colonial*, com poucos móveis rústicos, a roça e a mata.

²⁶⁰ No período em que trabalharam na colônia Neu-Württemberg, a família Faulhaber retornou para a Alemanha em 1908, ao expirar o seu contrato como pastor e professor. Porém, em 1909 voltaram para a colônia, quando Hermann Faulhaber assumiu a direção da *Colonizadora Meyer*. Em inícios de 1928, Marie Faulhaber realizou nova viagem para sua terra natal, permanecendo até o segundo semestre de 1929. Os filhos do casal - Maria Sofia, professora; Walter, engenheiro; e Gertrud – concluíram os seus estudos na Alemanha. A família se radicou em definitivo na colônia Neu-Württemberg, com exceção da filha Maria Sofia, que no final da década de 1930 retornou para a Alemanha.

As crianças eram apresentadas como pequeno-adultos, com as suas responsabilidades bem delimitadas. Como exemplo mais significativo, *Das verlorene Kind* [A criança perdida], uma peça em 3 atos, que narrava a história de uma menina de 7 anos que, levada pela sua curiosidade e distração, acabou se perdendo na mata. Sobressai a dualidade do mundo infantil de uma família de colonos na sua fase de instalação, na simplicidade de sua casa, mas já com meios de sobrevivência – chiqueiro, potreiro com uma vaca, fonte d’água e uma roça, esta um pouco mais afastada –, e a criança como um adulto em miniatura, com as suas responsabilidades em casa – cuidar do bebê, lavar a louça, varrer a casa, cuidar do seu almoço –, na roça – onde “o tempo passa mais depressa” –, e na escola, pois aos 7 anos já sabia ler e era “uma das melhores alunas”, segundo o professor. Por outro lado, a criança curiosa, que poderia se distrair por um momento, vivendo a sua infância – e daí a sua irresponsabilidade, e as conseqüências desse ato. A mata é apresentada como o lugar do desconhecido, do perigo, habitada por fantasmas, despertando medo e alimentando fantasias – no caso, citava o hospedeiro da mata como o mau, e os anjos como protetores. Fazia menção também às relações de cooperação entre os vizinhos, e a religiosidade feminina, representada pela mãe orando enquanto os homens saíam em busca da criança. Nos diálogos, nota-se a incorporação de termos da língua vernácula, como por exemplo, *barbaridade*, *potreiro*.

Seguindo a mesma linha educativa ou de “lição de moral”, *Ein Bubenstreich und seine Folgen* [Uma velhacaria e as suas conseqüências], também uma pequena peça em três atos, contava a história de dois meninos, amigos de escola, que saíram escondidos de seus pais para fumar charutos. Um deles passou muito mal depois, sendo necessário chamar o médico da colônia, o qual diagnosticou uma forte intoxicação de nicotina. Descoberto, o menino prometeu nunca mais fumar charutos.

Já as peças *Herrmann, ein deutschbrasilianischer Junge* [Herrmann, um rapaz teuto-brasileiro], em 5 atos, e *Ein schlechter Tausch* [Uma troca desfavorável], em 4 atos, exploravam questões relacionadas à identidade étnica e às dificuldades presentes no cotidiano de uma colônia em fase de formação. *Herrmann, um rapaz teuto-brasileiro*, traçava um comparativo entre a Alemanha e o Brasil, e as perspectivas de viver nesses dois países, sob a ótica do duplo pertencimento.

Dentre os personagens, Fritz representava o “importado da Europa”, um *Deutschländer*, um imigrante recente, enquanto os demais rapazes do grupo eram teuto-brasileiros, curiosos em relação à vida na Alemanha. Segundo Fritz, cada país tinha a sua beleza singular, com a diferença que no Brasil havia *liberdade*. Na Alemanha, por exemplo, precisavam de uma licença para caçar, ao contrário da colônia, onde simplesmente qualquer um caçava – pela narrativa, os rapazes “trouxeram várias aves abatidas, e só erraram uma caça porque um velho caboclo se atravessou na frente”, ou seja, até rapazes em idade escolar manejando armas de fogo. O personagem Hermann/*Germano* representava o teuto-brasileiro e o seu sonho: “tivesse a grande sorte de poder visitar a Alemanha, conhecer o grande Hitler e o III *Reich*. Quero ver a Alemanha pelo menos uma vez na vida, mas depois retornar para a minha *Heimat*, o Brasil”. Herrmann era um caso excepcional para a realidade da colônia: filho de colono, havia cursado as 8 classes oferecidas na escola particular; não gostava da vida de colono, que achava tão sem graça; e tinha o sonho de continuar os seus estudos em seminário para professores, o que ia contra as expectativas dos pais, visto que como filho mais velho, deveria tornar-se “um bom colono” e trabalhador como seu pai. Aliás, o pai não entedia o desapego do filho pela vida de colono, pois por todas as gerações, desde o seu avô, o maior desejo de cada um era ser colono, ter o próprio pedaço de terra, extrair o seu próprio pão. Então, não trocava a sua vida de colono por nenhuma outra, e ficava triste, pois seu filho mais velho não queria ser o que ele mais amava. A família não tinha condições para continuar custeando os estudos do filho fora da colônia, justificando haver os filhos menores, que também precisavam estudar, para não crescerem como “gado selvagem”. Sinalizava ainda para as mudanças ocorridas nas relações de vizinhança, passando da cooperação entre os colonos para o individualismo, tornando-se mais necessário ainda a presença do filho na colônia, para auxiliar o pai.²⁶¹

Por essa razão, as perspectivas de futuro para os dois rapazes também eram diversas. Fritz retornaria para a Alemanha, onde prosseguiria os seus estudos,

²⁶¹ Marie Faulhaber remetia indiretamente à falência do sistema de vizinhança, base de organização da colônia até então. Conforme Dreher (2005: 16), “o sistema da *vizinhança*, [era a] unidade formada por grupo de moradores da picada que se auxiliavam mutuamente na colheita, nas festividades e no luto, mas também em época de doença, quando era assumido inclusive o plantio da terra do vizinho doente. A partir desta organização, é possível entender o restante da organização da picada: ela é comunitária, cooperativa”.

dispondo dos recursos necessários para isso graças a uma herança que sua família recebera. Enquanto isso, Herrmann, então com 16 anos, dali a 5 ou 6 anos, estaria casando, teria filhos e continuaria um pobre colono. Um ponto essencial distanciava ambos: Fritz estava voltando para a Alemanha e permaneceria lá, pois essa era a sua *Heimat*; já Herrmann tinha por propósito realizar a sua formação profissional na Alemanha e posteriormente retornar para o Brasil e desempenhar suas atividades, pois essa era a sua *Heimat*. Como desfecho da peça, a surpresa: um amigo de infância do pai e padrinho de Herrmann, que abandonou a colônia quando jovem e migrou para a cidade, onde enriqueceu, propôs-se custear os estudos do afilhado na Alemanha, pois era muito importante para ele prosseguir os seus estudos, para tornar-se um condutor do *Deutschtum*. Ir para a cidade não representava, necessariamente, desligar-se da colônia e, assim, a família desejava que ele se tornasse “realmente um homem alemão, para a benção de nosso *Vaterland*, o Brasil”.

Em síntese, Marie Faulhaber representava nessa peça teatral um modelo de família de colonos excepcional normal ou o ideal desejado. Porque mesmo se autodefinindo como “colonos pobres”, eram alfabetizados, assinavam jornal, retiravam livros de literatura na biblioteca da colônia, trabalhavam regularmente na roça, tinham orgulho de ser colono e ter o seu próprio pedaço de terra. Discutia ainda a construção de uma identidade teuto-brasileira na nova *Heimat* no Brasil, e o sonho do retorno dos imigrantes, cuja *Heimat* permanecia na Alemanha. Mesmo não-dito, tratava explicitamente da colônia Neu-Württemberg, com seu sistema de ensino exemplar e reconhecido localmente e na Alemanha, a possibilidade de auxílios para continuar os seus estudos, e a situação de muitas famílias de imigrantes e descendentes, que na década de 1930 enviaram seus filhos para estudar na Alemanha, alguns retornando, outros não. Enfim, um lugar de cultura alemã, mantendo seus laços com a velha *Heimat* agora distante, mas empenhados em trabalhar em benefício da germanidade na nova *Heimat*, como teuto-brasileiros.

Finalmente, *Uma troca desfavorável* [*Ein schlechter Tausch*] pode ser lida quase como uma comédia da vida doméstica, pois tratava da divisão de trabalho por gênero na propriedade colonial, onde o pai e os rapazes eram responsáveis pelo trabalho na roça, enquanto a mãe, com as meninas, encarregava-se das atividades domésticas. O ponto de discórdia consistia em definir o que realmente era trabalhar.

Segundo a esposa, o marido “ultimamente só reclama, e não está satisfeito com nada; eu trabalho o dia todo, mas, para ele, nunca é o suficiente. Afinal, já temos o nosso tão desejado lote de terras, os filhos, todos juntos e com saúde”. Não desejava essa vida aos seus filhos, por isso queria que estudassem. Na opinião do marido, o que eles chamavam de “trabalho, para mim é coisa de preguiçoso, pois só pode dizer que trabalhava aquele que com enxada na mão ou com arado vira os campos, de sol a sol”. Para solucionar o problema, a família optou por inverter as tarefas por um dia. Em resumo, a troca foi desastrosa para ambos os lados, chegando à conclusão de que todo trabalho tinha o seu mérito e não deveria ser desmerecido.

Além de a autora explorar as relações de gênero e a desvalorização do trabalho doméstico/da mulher em relação ao trabalho na roça/do homem, retomava novamente o trabalho infantil, bem como a simplicidade da casa de um colono, com um número reduzido de móveis.

Como testemunhas dessa família de costumes *esquisitos*, o caixeiro-viajante e o seu chofer, de passagem pelo local. Naquele contexto, representavam o *outro*, pois é significativo o esforço da mãe em tentar articular uma frase em português para se comunicar com eles, e a sua rápida reinserção no grupo étnico, quando responderam em alemão. Ainda, representavam o comércio e o capital, que vinham até a colônia oferecer os seus produtos, com o seu automóvel, ícone da modernidade e da sua ascensão social. Reforçava também a hospitalidade da casa do colono, e o costume de fazer o café da tarde.

Nas discussões sobre o pertencimento étnico e a construção de uma identidade teuto-brasileira, chama atenção o diálogo entre os personagens caixeiro-viajante, um teuto-brasileiro, e o chofer, um recém-imigrado. O primeiro, considerava a terra brasileira “muito linda, a natureza tão bela e verdejante, eu sou um importante negociante, mas essa primavera me tocou verdadeiramente”. O segundo, por sua vez, concordava, pois “já vi muitas terras, mas tão bela como essa, é difícil de encontrar igual”. Lembravam que na *Heimat* do chofer deveria estar iniciando o frio inverno e com ele todos os tipos de necessidades. Em seguida, o caixeiro-viajante aconselhou o chofer para que

deixe agora de lado os pensamentos de lá [da *Heimat*], e dá graças que conseguiu superar isso, e a bala não ter posto fim a sua vida jovem

[provavelmente referindo-se a I Guerra Mundial]. Para você está aí aberto esse mundo belo, há para você todas as possibilidades. Hoje você é chofer, seu melhor amigo é engarrafador em Porto Alegre. Nunca é demais quem aprende a língua da terra. Erguer a cabeça e trabalhar com diligência, então tem um mundo de possibilidades aqui, [...] assim, você me agrada. Veja a vida de caixeiro-viajante, também por vezes é extremamente difícil, sempre na estrada. Se for uma pessoa sozinha como eu, tudo bem, mas se tem família, e crianças, sempre precisa prover suas necessidades e está longe. Sempre andando por aí, antigamente com minha carroça a cavalo [...]. Com o auto é outra coisa agora, imprimindo bem mais velocidade. Contudo, quando atolamos, precisamos de ajuda e de bois para desatolar, e quando chegamos a um lugar pequeno, de noite, onde não é possível encontrar gasolina, é uma dificuldade.

Na construção de um discurso em prol na germanidade e de uma identidade étnica teuto-brasileira, as peças de teatro de Marie Faulhaber faziam essa ponte entre a *velha Heimat* Alemanha, que representava o passado, à qual se devia fidelidade, e a *nova Heimat* Brasil, como o presente e a possibilidade de um futuro de progresso para aqueles que “erguem a cabeça e trabalham”, onde era possível ser proprietário de um pedaço de terra e realizar-se como camponês/colono. Ao mesmo tempo, a simplicidade e as dificuldades da vida do colono, o trabalho familiar, as peripécias das crianças, seus sonhos e expectativas em relação à nova e à velha *Heimat*, as relações interétnicas. Como ponto central, perpassando todas as peças, estava a maior preocupação da autora, ou seja, a educação dos filhos dos colonos, disponibilizando uma escola de qualidade para isso, oferecendo além das séries iniciais, também as séries mais avançadas (de 5ª a 8ª série); bem como o sacrifício dos pais para manter seus filhos em uma escola particular, acreditando que assim teriam mais oportunidades, além da vida de colono. Enfim, a colônia como um espaço em construção, uma mescla de utopia e realidade, uma nova *Heimat* teuto-brasileira, e o sonho do retorno como algo cada vez mais distante e improvável.

Portanto, Marie Faulhaber no seu trabalho em prol da preservação da germanidade na colônia, oportunizou momentos culturais e de sociabilidade, produzindo o próprio discurso a ser reatualizado, transformando assim Neu-Württemberg na colônia *mais alemã* da região, em que tudo lembrava a *velha Heimat*.²⁶²

²⁶² As poesias escritas por Marie Faulhaber não foram localizadas. Foi encontrada ainda a seguinte referência de um texto assinado pela mesma: FAULHABER, Marie. Ein deutsches Kinderfest in südbrasilischem Urwald (in der Kolonie Neu-Württemberg). In. WEITBRECHT, K. (org.). *Jugendblätter*, 74. Jahrgang.

[Neu-Württemberg] praticamente só povoada por alemães. [...]. Elsenau, que já evoluiu para uma cidadezinha [...], é o povoado principal da colônia. Tudo faz lembrar a velha pátria nesta colônia: a fundação por Herrmann Meyer, chefe da grande editora de mapas de Leipzig, os moradores todos alemães, muitos diretamente imigrados da Alemanha, a vida e a maneira de ser na cidadezinha, em especial o fervor da vida associativa, que tem a sua flor mais preciosa numa grande cooperativa de agricultores, a autêntica vida escolar e eclesiástica. A colônia honra a velha pátria alemã, não só pelo nome Neu-Württemberg, mas, antes de mais nada, pelo espírito e o modo de ser genuinamente alemão das pessoas (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 590; 592).

2.1.4 Colônias: uma Alemanha em miniatura

A imigração “representa uma longa viagem. E *viagens*, na precisa expressão de Leed (1992: 14-15), têm três diferentes momentos, cuja duração varia: há sempre uma partida, um trânsito e uma chegada” (CONSTANTINO, 2007: 395). Todavia, esse deslocamento no espaço influencia os indivíduos, configura grupos sociais e modifica estruturas, tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada. Sonhos, expectativas, ambições, embarcavam junto nessa *viagem*. O (e)imigrante deixa de existir em um espaço e passa a existir em outro, pois

o momento de viagem dos imigrantes pode ser comparado com a transferência de um mundo para outro. Naquela época, em que o emigrante raramente tinha possibilidade de voltar, a emigração era um tipo de morte simbólica, transplante de sua alma. Ele “morria” no lugar onde vivera toda a vida anterior, para as pessoas que deixara para sempre, e “nascia” no lugar novo (BYTSENKO, 2006: 102).

No momento da chegada, o imigrante imaginava encontrar a nova *Heimat* com uma infra-estrutura semelhante àquela deixada em sua aldeia natal: um pequeno povoado central, cercado pelos campos de cultivo.²⁶³ Transposto isso para o projeto de colonização de Herrmann Meyer, que se propunha a formar uma colônia étnica e onde os imigrantes realmente pudessem permanecer alemães, isso estava

²⁶³ Günter Weimer (2005: 37) afirma que o termo *aldeia* possui um sentido ambíguo, pois “por um lado, significa pequeno aglomerado urbano onde moravam os agricultores. Por outro, significa o conjunto de terras agrícolas, pastagens e florestas sob jurisdição do conglomerado urbano”. A estrutura de uma aldeia e o formato dos seus campos adjacentes variava de uma região alemã para a outra.

mais presente – Neu-Württemberg como a *Alemanha brasileira*,²⁶⁴ e o seu proprietário, um compatriota.

A organização geral do complexo colonial de Meyer seguiu o mesmo padrão adotado nas demais colônias oficiais e privadas instaladas no Rio Grande do Sul, no decorrer do século XIX e início do século XX, com os devidos ajustes. Predominou como forma de organização social a denominada *picada*. Martin Dreher (2005) explica que essa designação também pode ser substituída, regionalmente, por *linha*, *lajeado*, *travessa* ou *travessão*. Na literatura, ainda é possível encontrar a designação alemã *Schneise* ou a forma alemanizada *Pikade*. A *picada* consistiu na forma básica de penetração na floresta subtropical, com a abertura de pequenas trilhas, ao longo das quais foram sendo instalados os imigrantes nos seus respectivos lotes coloniais, os quais se limitavam, em uma extremidade, com a estrada, e na outra, com o lote oposto, dividindo-se geralmente por um rio. A *picada*, que inicialmente, nada mais era do que trilha de acesso a uma propriedade, passou a ser, em pouco tempo, orientadora e organizadora de vida comunal, geograficamente identificável, concentrando escola, igreja, casa comercial, profissionais de ofício. Na região Noroeste predominou a designação *linha*.

Em seu respectivo lote colonial, o colono estabelecia a sede de sua propriedade agrícola, o seu *Hof*. Weimer (2005: 29) explica que o *Hof* “compõe-se da residência, das benfeitorias, da horta, do pomar e do pátio, que, dentro da aldeia, definiam a posse da unidade familiar”. Nas colônias rio-grandenses, esse termo permaneceu em uso, embora adaptado ao novo contexto, pois “na Alemanha o *Hof* era, primordialmente, aldeão, aqui passou a ser rural”.²⁶⁵

²⁶⁴ João Raimundo de Araújo (2003) analisa a construção do mito de Nova Friburgo como a *Suíça Brasileira*, no período de 1910 a 1960. Concebe o “Mito da Suíça brasileira” como uma construção ideológica, datada no âmago do processo industrial vivido por Nova Friburgo, a partir dos investimentos efetuados por empresários de nacionalidade alemã, iniciados em 1911, no setor têxtil. Segundo o autor, a identificação de Nova Friburgo com a Suíça era mais interessante: um país neutro na guerra, adiantado, civilizado, moderno, branco e europeu. No reverso, mostra uma cidade pobre, com os seus tipos populares. Uma classe operária explorada e pouco organizada. As manifestações operárias isoladas em prol de melhorias salariais; o surgimento dos primeiros sindicatos, mediados pelo “peleguismo”. Ao mesmo tempo, as festas da cidade cumpriam os objetivos de mostrar a força da indústria, da lavoura e do comércio, enaltecer o passado suíço, fortalecer a ligação da população com a Igreja Católica e, sobretudo, afirmar a identidade friburguense pela sua diferença em relação às demais cidades do Brasil. Tinha um passado calcado num povo europeu, era moderna, industrializada. “O discurso do mito fundador e a realidade, no caso de Nova Friburgo, combinaram-se para consolidar um projeto de cidade capitalista industrial” (ARAÚJO, 2003: 281).

²⁶⁵ Weimer (2005) traduziu *Hof* por *sítio*, considerando que não há uma tradução literal que dê conta desse termo. No senso comum, é traduzido e entendido como *pátio*.

Como não foi possível compor um único complexo colonial, formaram-se dois núcleos centrais, Xingu e Neu-Württemberg. As plantas baixas dessas duas colônias dão a ver um espaço previamente planejado, dividido por linhas coloniais, com lotes regulares, ordenados, devidamente numerados, permitindo uma localização rápida. Ao mesmo tempo, para a colônia Neu-Württemberg havia sido delimitada uma área para a instalação do *Stadtplatz*, ou sede urbana, com suas quadras, terrenos e ruas, cercada por um conjunto de áreas menores denominadas chácaras, e os lotes coloniais propriamente ditos.

O ideal de colônia alemã em toda sua plenitude, na prática, foi adaptado às condições permitidas pelo meio, bem como reinterpretado pelos administradores da *Colonizadora Meyer*, diretor de colônia, agrimensor, advogado, colonos nacionais, imigrantes, formando uma colônia com características próprias, singular. Era prática comum, pelo menos no Rio Grande do Sul, a preferência dada aos agrimensores denominarem os lugares por eles demarcados, incluindo a área como um todo e os rios, utilizando-se de pontos de referência que futuramente facilitassem a identificação do local. Essa prática permitiu que colônias, linhas coloniais e ruas ostentassem nomes tipicamente brasileiros, contrariando as expectativas do colonizador, razão também das queixas de Horst Hoffmann:

relativo aos nomes das linhas, eu sou bem do seu ponto de vista e lamento que nós temos nomes como 7 de Setembro, 15 de Novembro, etc. em Neu-Württemberg. É a parte mais antiga demarcada por Silvestre [Manoel da Silva]. O nome da área medida pelo Dr. Ahrons (terra dos Mello), para Xingu e o *Stadtplatz* eu mesmo escolhi, contra isso eu antecipei o Dr. Ahrons na medição da linha no Rincão, como também as ruas no *Stadtplatz*, porque aqui o dar os nomes é um direito primeiro do agrimensor. Mas eu em todos esses casos vou saber colocar seu [Meyer] desejo em primeiro lugar.²⁶⁶

Nessa disputa pela denominação dos lugares, sobressaía outro aspecto: a região colonial formada em Cruz Alta e Palmeira já estava povoada há várias décadas, cuja população, para sua localização e comunicação cotidiana, havia nomeado os lugares. Assim, no momento da entrada da *Colonizadora Meyer* na área, a renomeação acabou por constituir um ato meramente formal, permanecendo em uso o antigo nome. Por exemplo, na linha Leipzig, no momento da medição, os arroios até então identificados simplesmente como *sanga*, receberam nomes como Carlos Dhein, Dr. Horst Hoffmann, ou tiveram seus nomes trocados, como o *Arroio*

²⁶⁶ Relatório 5-7. De 1/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 25/04/1903 (cont.). Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

dos Veados que passou a Arroio Dr. Herrmann Meyer, mas apenas formalmente, visto que no uso diário, permaneceram as antigas referências. O mesmo ocorria com os nomes alemães, pois o *Stadtplatz Eisenau*, no cotidiano era apenas *Stadtplatz da colônia Neu-Württemberg*, caindo o nome *Eisenau* em desuso, já na década de 1910. Na própria correspondência da direção da *Colonizadora* nome *Eisenau* não era usado, sendo comum apenas na correspondência do pastor Faulhaber, enquanto ocupava tal função. Afinal, na questão nominal dos lugares, é difícil

impor regras, local onde certas práticas e costumes devem acontecer, pois não cedem a decretos oficiais de prefeitos e governantes. No imaginário popular e nas relações cotidianas, permanecem as antigas denominações, ou convivem nomes oficiais com nomes dados pelos populares conforme o uso que faziam do local (SOUSA, 2001: 82).

Para Michel de Certeau (2007: 184-185), os nomes hierarquizam e denominam semanticamente os lugares e, dessa forma, acabam ligados também a essa funcionalidade. Essas palavras “perdem aos poucos o seu valor gravado, como moedas gastas, mas a sua capacidade de significar sobrevive à sua determinação primeira”. Assim,

nesses núcleos simbolizadores se esboçam (e talvez se fundam) três funcionamentos distintos (mas conjugados) das relações entre práticas espaciais e práticas significantes: o *crível*, o *memorável* e o *primitivo*. Designam aquilo que “autoriza” ou (faz possíveis ou críveis) as apropriações espaciais, aquilo que ali se repete (ou se recorda) de uma memória silenciosa e fechada, e aquilo que aí se acha estruturado e não cessa de ser marcado por uma origem infantil (*in-fans*). Esses três dispositivos simbólicos organizam os *topoi* dos discursos sobre/da cidade (a legenda, a lembrança e o sonho) de uma maneira que escapa também à sistematicidade urbanística. Pode-se reconhecê-los já nas funções dos nomes próprios: eles tornam habitável ou crível o lugar que vestem com uma palavra (esvaziando-se do seu poder classificador, adquirem o de “permitir” outra coisa): lembram ou evocam os fantasmas (mortos supostamente desaparecidos) que ainda perambulam, escondidos nos gestos e nos corpos que caminham; e, enquanto nomeiam, isto é, impõem uma injunção vinda do outro (uma história) e alteram a identidade funcionalista afastando-se dela, criam no próprio lugar essa erosão ou não-lugar aí cavado pela lei do outro (CERTEAU, 2007: 185-186).

A colônia Xingu teve seu nome atribuído por Carlos Dhein, em 1897, como uma reverência ao Xingu mato-grossense, destino da primeira expedição de Meyer, recém concluída. Logo, não atendia aos propósitos de Meyer, pois em nada lembrava a Alemanha, por conseqüência, pouco chamativo. Na mesma, também não foi instalada uma sede urbana. Em virtude da localização da área, os lotes coloniais, formaram longas e estreitas faixas retangulares, ao contrário do projeto inicial de seguir o modelo europeu de lotes com formato de quadrado. O formato dos

lotes coloniais surpreendeu Meyer: “a justificativa de que os colonos velhos preferem as colônias retangulares/estreitas às mais quadradas/alargadas me surpreendeu. Eu até agora sempre tive uma opinião contrária, [...] isso dá uma impressão estranha, e gera perguntas curiosas aqui”.²⁶⁷ O nome das linhas coloniais também não atendeu ao princípio imaginado: Linha Dr. Meyer (43 lotes), Linha Nonohay (27 lotes) e Linha Palmeira (14 lotes) – respectivamente, uma homenagem ao colonizador, ao distrito e ao município, nesse caso, referências locais/ nacionais.²⁶⁸

Por sua vez, Neu-Württemberg, por si só, já indicava tratar-se de uma colônia alemã, como uma possibilidade para a construção de uma nova Württemberg no Brasil. Os nomes dos lugares na colônia procuravam reconfigurar simbolicamente a Alemanha deixada para trás. Assim, na denominação das linhas coloniais, o imigrante ou descendente identificava as cidades ou regiões alemãs de origem: *Leipzig*, *Stuttgart* e *Berlin*, as quais formaram o núcleo inicial. Somaram-se a elas, *München*; *Hunsrück*; *Rheinland*; *Hindenburg*; *Schwaben*. Paralelamente, encontravam-se as designações de linhas com reverência a fatos e lugares brasileiros: *Rio Grande*; *Brasil*; *7 de Setembro*; *15 de Novembro*; ou ligados à denominação anterior do lugar ou pontos de referência: *Palmeira sul*; *Rincão*; *Fiúza*; *Serrana*; *Caxambu*; *Inhame*; ou ainda ao sobrenome do vendedor: *Malheiros*; *Posse Magdalena (ou Magdalenenland)*; *Posse Cordeiro*, *Fagundes*; ou ainda aleatória, como *Italiana*. Neste último caso, nota-se que tanto na colônia Neu-Württemberg quanto na colônia Fortaleza/Erval Seco havia uma *linha Italiana*, talvez com o objetivo de delimitar nominalmente esse espaço para os possíveis colonos italianos, ou pela grande quantidade de imigrantes italianos no país, ou ainda, reproduzindo a vizinhança europeia entre Alemanha e Itália.

Como a colônia se localizava nas margens do rio Palmeira, o qual dava o limite entre os municípios de Cruz Alta e Palmeira, expandiu-se nas duas margens do rio. Na parte de Neu-Württemberg-Palmeira, formaram-se as linhas: *Herrmann*;

²⁶⁷ Carta. Leipzig, 16/6/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

²⁶⁸ A colônia Xingu pertenceu inicialmente ao território de Palmeira das Missões. Localizava-se no distrito de Nonoai. Contudo, com a redefinição dos limites entre esse município e Passo Fundo, por vários momentos, passou, juridicamente a integrar o território do último. O limite oficial geralmente aceito entre os dois municípios era o rio da Várzea (Ver Anexo A). Em 1939, desmembrou-se de Passo Fundo o novo município de Sarandi, incluindo em sua área o distrito de Xingu. Já em 1959, com a emancipação de Constantina, passou a distrito deste. Em 1996, o distrito de Xingu emancipou-se sob a denominação *Novo Xingu*.

Alfred; Clara, em homenagem, respectivamente, a Meyer e ao casal Bornmüller; ligados à denominação anterior do lugar ou dos rios das proximidades: *Divisa; Palmeira; Raiz; Pinhal*; ou em relação à Alemanha ou nomes alemães: *Emden; Zeppelin; Weddigen; Siegfried; Roland*. Já a sede denominava-se Sete de Setembro, e posteriormente, Liberdade, situada no limite norte entre as linhas Raiz e Alfred.²⁶⁹

A área da colônia destinada para a sede ou o *Stadtplatz* Elsenau, como foi nomeada, em homenagem a Else Meyer, com as suas colinas, foi descrita em vários relatos como uma “pequena cidadezinha Turíngia”, ou uma “pequena aldeia alemã”. Concentrava o maior número de casas, além de pequenas oficinas, casas comerciais, bares, escola, igreja e uma área destinada para praça-central. A sede urbana foi previamente planejada, como um espaço moderno e interligado com as linhas coloniais e as estradas principais, facilitando a circulação. Além do *Stadtplatz* central, foi planejada mais o *Stadtplatz Sanga do Meio*, como secundário, na linha *Hindenburg*, no extremo oeste da colônia, próximo ao rio Ijuí.

Conforme as orientações de Meyer, uma sede colonial não se comparava a uma cidade européia, tendo em vista a sua simplicidade e sua área reduzida, mas que, lançadas as bases, no futuro, se transformaria em uma cidade – “a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea” (WIRTH, 1979: 91).²⁷⁰ Os resquícios da estrutura de uma aldeia – entendendo-a como um pequeno aglomerado de casas, cercado pelos campos – são visíveis na sede da colônia, e em escala reduzida nas linhas coloniais – para cada conjunto de lotes coloniais, foi reservado um para a instalação de uma escola, igreja, cemitério, concentrando-se nas imediações os pequenos profissionais de ofício, casa comercial, salão de baile,

²⁶⁹ Com a Campanha de Nacionalização levada a efeito pelo governo de Getúlio Vargas, ao longo do Estado Novo, os nomes das linhas coloniais foram “abrasileirados”, bem como o próprio nome da colônia. Neu-Württemberg na parte de Palmeira foi alterado de Vila Liberdade para Condor. As novas denominações das linhas coloniais, modificadas em 1942, por ato do prefeito Pacífico Dias da Fonseca, foram: Linha Stuttgart, passou à Ibagoby que significa Céu Azul; Linha Leipzig, passou a Iriapira, significa Princípio de Rio; Linha Hindenburg, passou a Assis Brasil; Linha Inhame, passou a Maraney, significa Saudade, Bondade, Inocência; Linha München, passou à Morengaba, significa Beleza; Linha Rheinland, passou à Jacicema, significa Esplendor da Lua; Linha Hunsrück, passou a Ocearu, significa Fartura; Linha Berlim, passou a Timbará, significa Plantador (*Diário Serrano*, 21/8/1943, n. 143, p. 4).

²⁷⁰ Conforme Max Weber (1979: 74-77), a cidade não consiste apenas em um aglomerado de casas, mas também “uma associação econômica com propriedade territorial própria, com economia de receitas e despesas”. Já no sentido político-administrativo, “a noção de cidade pode corresponder a uma localidade que economicamente não poderia pretender tal título. [...]. A passagem de uma ‘cidade agrária’ desse tipo para uma cidade de consumidores, produtores ou comerciantes é naturalmente muito fluida”.

etc. No restante das linhas coloniais, a distribuição das casas acompanhava o traçado das estradas e a própria distribuição dos lotes coloniais, concentrando-se ao longo de uma linha retilínea e, por consequência, uma distante da outra.

Seguindo o mesmo modelo das linhas coloniais, a escolha dos nomes para as ruas ou *Strassen* no *Stadtplatz Elsenau* deveria ser criteriosa e representativa. Como resultado, misturavam-se nomes de personagens históricos com pontos de referência utilitários, incorporados no cotidiano dos habitantes. Logo, era comum referir-se à rua da praça, do moinho, do açude, da escola ou o caminho das chácaras; ou de grandes personalidades da Alemanha, como *Bismarck* e *Wilhelm*; ou imigrantes alemães proeminentes no Rio Grande do Sul, como *Koseritz* (Quadro 3).

Neu-Württemberg	Tradução	Panambi-hoje (Rua)
Marktplatz	Rua do Mercado/Praça	Hermann Faulhaber
Bismarckstrasse	Rua Bismarck	7 de Setembro
Blücherstrasse	Rua Blücher	Jacob Bock
Koseritzstrasse	Rua Koseritz	10 de Novembro/ Bento Gonçalves
Schillerstrasse	Rua Schiller	General Osório
Schulstrasse	Rua da Escola	Alfredo Brenner/ Carlos Ernesto Knorr
Wilhelmstrasse	Rua Guilherme	Daltro Filho
Teichstrasse	Rua do Açude	Gaspar Martins
Ludwigstrasse	Rua Luis	Benjamim Constant
Chacaraweg	Caminho das Chácaras	Otto Kepler
Herrmannstrasse	Rua Germano	Barão do Rio Branco
Minolystrasse	Rua Minoly	1° de Maio
Zeppelinstrasse	Rua Zeppelin	Duque de Caxias
Karlstrasse	Rua Carlos	Herrmann Meyer
Mühlstrasse	Rua do Moinho	Josino Lima
Auguststrasse	Rua Augusto	Holanda/ Andrade Neves

Quadro 3 – Denominação das ruas na colônia Neu-Württemberg
Fonte: A autora (2008).

Note-se que predominaram as referências relacionadas a lugares e pessoas, e, do mesmo modo que passaram a identificar uma pequena rua, desapareceram quando não davam mais conta das mudanças ocorridas, esvaziando-se de seu significado. Saliente-se ainda que como colônia privada, a *Colonizadora Meyer* possuía plenos poderes para nomear os lugares, além de determinar o planejamento urbano, incluindo a ampliação da área urbana e abertura de novas ruas.

Concluída essa fase de instalação e comercialização dos terrenos urbanos, essa área passou a ser responsabilidade da municipalidade de Cruz Alta, já no final da década de 1920. Na década seguinte, como resultado da política nacionalista do governo Vargas, as ruas foram renomeadas, prevalecendo nomes de importantes políticos, militares e datas nacionais; e em minoria, pessoas relacionadas à política de Cruz Alta – Josino Lima e Alfredo Brenner – e à própria colônia – Herrmann Meyer e Hermann Faulhaber; o colono Jacob Bock, e os industrialistas Otto Kepler e Carlos Ernesto Knorr. Nesse momento, as referências que até então haviam servido para a orientação simples e prática da população passaram a constituir um campo de disputas pelo poder simbólico.

Observando a planta do *Stadtplatz Elsenau* elaborada em 1901 (*Figura 7*) por Alexandre Ahrons, do Escritório Ahrons, de Porto Alegre, e a planta efetiva adotada em 1904, notam-se várias modificações. A planta como um todo apresentava um formato retangular, limitada ao sul e oeste pelo rio Fiúza, e ao oeste e norte pelo arroio do Engenho ou Moinho, com cinco ruas paralelas cortando a sede no sentido norte-sul, e estas, por sua vez, por ruas transversais. Sobressai ainda a regularidade das quadras (53), e terrenos (aproximadamente 625, de perímetro variado, de 25 a 50 metros de frente, por 50 a 75 metros de lado), formando um conjunto equilibrado e ordenado. Na parte sul, o local para a ponte sobre o rio Fiúza, e uma pequena praça, o *Brücken-Platz*, e, na parte mais a leste ainda, a área reservada para o cemitério. Aproximadamente no centro da sede, na quadra 27, um terreno reservado para a igreja, com uma praça, o *Kirchen-Platz*. Já ao norte da sede, em frente à *Casa do Imigrante*, a *Praça do Mercado* ou *Markt-Platz*. Como limite da sede, o açude do moinho e, a oeste deste, as benfeitorias da administração. A leste ainda indicava as colônias, diretamente, a Linha Berlin, a qual acabou sendo transformada em chácara posteriormente; e a noroeste a Linha

Italiana. As áreas indicadas como terras do Estado, foram incorporadas sucessivamente à colônia.

Quanto à denominação original das ruas, prestava homenagem àqueles diretamente envolvidos com a colonização, vinculados à *Colonizadora*, ou colonos residentes no local. Assim, foram planejadas as ruas paralelas: *Horst-Strasse* (Horst Hoffmann); *Herrmann-Strasse* (Herrmann Meyer); *Mühlen-Strasse*; *Rudolf-Strasse* (Rudolf Scharf) e *Wasser-Strasse*. Como ruas transversais: *Karl-Strasse* (Karl Wagner); *Luiz-Strasse* (Luiz Zügel ou Ludwig); *August-Strasse*; *Elisabeth-Strasse* (Elisabeth Meyer); *Becker-Strasse*; *Kirchen-Strasse*; *Wilhelm-Strasse*; *Friedrich-Strasse*, *Berliner-Strasse*; e *Brücken-Strasse*.

Conforme Horst Hoffmann, essa planta do *Stadtplatz Eisenau*, de 1901, e já distribuída para fins de propaganda por Herrmann Meyer, existia “apenas no papel”, tendo em vista que as ruas ainda não haviam sido abertas, e mostrava-se em parte inviável, pois tratava-se de uma sede ideal, mas não-possível em toda sua extensão no local, em decorrência do terreno acidentado.²⁷¹ Posteriormente, adaptando a planta à realidade, as ruas retilíneas cederam lugar a ruas oblíquas e curvas, sendo incluídas algumas e excluídas outras. A área como um todo também foi reduzida pelo lado sul, bem como as três praças resultaram em apenas uma, e o cemitério passou da parte sul para a parte norte da sede, ao lado da capela Batista. Alfred Bornmüller coordenou a elaboração da nova planta, em 1905/1906, com a redivisão da área leste em chácaras (*Figura 8*);²⁷² e Hermann Faulhaber foi o responsável pelo traçado da ampliação da sede urbana e das ruas, no início da década de 1910 (*Figura 9*).

O núcleo central começou a se formar em torno da *Casa do Imigrante* e a *praça do mercado*. Com as alterações no traçado urbano, a *praça da igreja* foi suprimida, e, a igreja que originalmente seria construída no terreno 12 da quadra 27 (*Figura 7*), foi projetada para ser edificada na *praça do mercado*. Subentende-se que a planta mencionava a igreja protestante luterana, que acabou sendo construída ao lado da escola, pela primeira planta, na quadra 14. Já na praça central, permaneceu a igreja católica, e na quadra 33, a capela batista e o cemitério.

²⁷¹ Relatório 6. De 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

²⁷² Carta. Leipzig, 31/5/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.



Figura 7 – Planta *Stadtplatz* Elsenau, 1901.

Fonte: Pasta Títulos de Legitimação de Posses de Terras, Caixa 27, MAHP

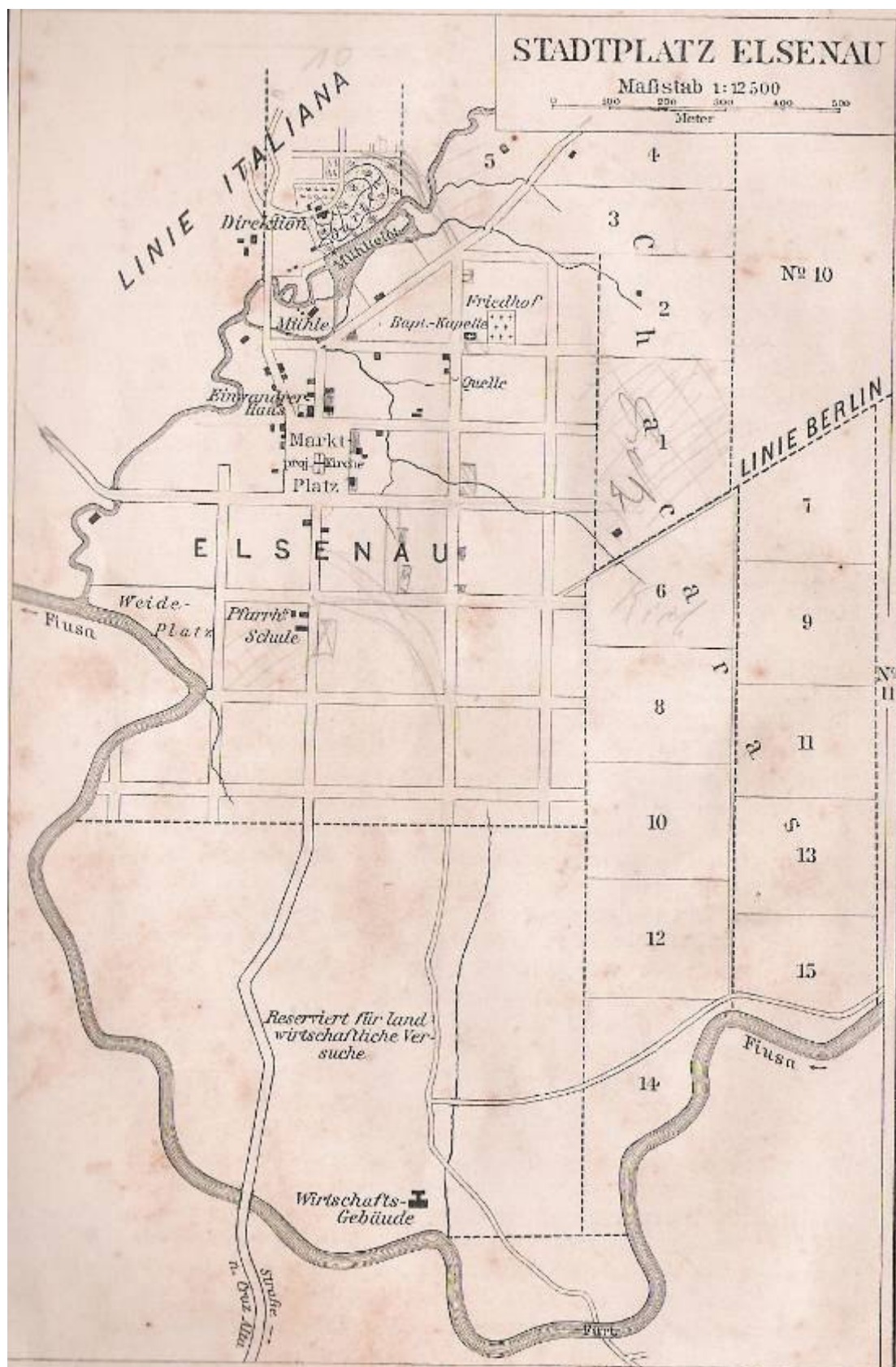


Figura 8 – Planta *Stadtplatz* Elsenau, 1906
 Fonte: MEYER, 1906a.



Figura 9 – Planta definitiva do *Stadtplatz* de Neu-Württemberg, s.d.
Fonte: Pasta *Stadtplatz* Elsenau, Caixa 15, MAHP.

Talvez relacionado à própria formação de Herrmann Meyer como geógrafo, e da especialização do *Instituto Bibliográfico* na produção de plantas e mapas, esse tipo de material foi utilizado com mais ênfase na propaganda das colônias, apresentando pelo seu traçado um lugar planejado, ordenado, projetando a idéia de que essa era a essência também da *Colonizadora* envolvida. Quanto à circulação desse material, além de constarem nos prospectos de propaganda, circulavam de forma isolada, em bem maior número. Por exemplo, em 1902, Meyer remeteu para Horst Hoffmann, em Porto Alegre, “6 brochuras e 150 mapas (*Karte*) dos 4 suplementos do Brasil” – planta das colônias Xingu e Neu-Württemberg, mapa do Rio Grande do Sul com a localização de seu complexo colonial e um da região do complexo. Informou ainda que de cada planta/mapa havia feito 300 cópias, e a planta do *Stadtplatz* Elsenau já havia mandado reproduzir e em breve estaria enviando as cópias.²⁷³

Neu-Württemberg, então, consistiu na colônia em que prevaleceu de forma mais visível e presente o perfil de uma colônia alemã e com um projeto de urbanização. Nas demais áreas não se procurou implementar uma colônia nos mesmos moldes de Neu-Württemberg, muito pelo contrário, prevaleceu a pura e simples venda de lotes de terras, permanecendo as nomeações já adotadas ou de uso corrente no momento da aquisição das terras. Foi o caso de *Boi Preto*, cuja área não foi colonizada, em Palmeira; e da posse ou colônia Castilhos, localizada entre os arroios Monjolo e Anta, e dividida pelo Arroio Felisberta, em Júlio de Castilhos²⁷⁴, comprada à família Castilhos. A área foi fracionada em lote coloniais, terceirizando a sua venda, formando a *Linha Felisberta*.

Finalmente, a última área colonizada pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, já na segunda metade da década de 1920, foi a colônia *Guarita/Fortaleza*, formada por duas grandes posses contíguas, uma localizada no lugar denominado *Guarita*, e a outra, no lugar chamado *Fortaleza*, delimitadas pelos respectivos rios Guarita e Fortaleza, por isso, as duas referências eram utilizadas indistintamente pela administração da empresa. No momento da colonização, oficialmente passou a ser chamada de *Colônia Fortaleza*. Seguindo os modelos

²⁷³ Carta privada. Leipzig, 17/2/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

²⁷⁴ O município de Júlio de Castilhos foi criado em 1891, com o nome de Vila Rica. Até então era distrito do município de São Martinho, desmembrado em 1876 de Cruz Alta.

urbanos da época, bem como as determinações governamentais,²⁷⁵ o engenheiro responsável pelos trabalhos de medição, Alfred Closs, de Carazinho, definiu uma sede maior, *Erval Seco (Anexo – C)* – designação confirmada por Eduard Hempte porque era o nome pelo qual o lugar era conhecido há muito tempo – e uma sede secundária, *Italiana (Anexo – D)*, e, adjacente a elas, as chácaras. Como naquele momento o interesse de Hermann Faulhaber concentrava-se na colônia Porto Feliz, e Herrmann Meyer estava mais interessado em se desfazer dessa área, não houve uma preocupação maior com a composição étnica ou confessional da colônia. Assim, dentre os compradores, além de remigrantes de origem alemã da colônia Neu-Württemberg e outras regiões coloniais, encontrava-se um significativo número de colonos italianos, e um elevado número de luso-brasileiros. Essa despreocupação fica evidente também na designação das linhas coloniais, mantendo os nomes já em uso no local: *Linha Barra; Caçador; Capivara; das Cannas; Fortaleza; Guarita; Italiana; Palmeira; Vitor; 3 de Maio*. Dentro das prerrogativas de uma colônia particular, a *Colonizadora* cedeu um terreno para escola, igrejas e subprefeitura na sede Erval Seco, onde subvencionou por um curto prazo o professor da escola instalada. Já na década de 1940, a denominação *Erval Seco* passou a predominar e denominar toda a área, e posteriormente, por ocasião da constituição como município, prevaleceu.²⁷⁶

A colonização de áreas previamente já ocupadas, abriu um campo de disputas pelo poder de nomear ou renomear os lugares. Onde não enfrentou resistência, tal tentativa obteve sucesso, nos demais casos, nomes duplos concorreram no uso formal e cotidiano, até um se afirmar. No entendimento de Certeau (2007: 189), o que mais impressiona, “é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: ‘aqui vocês *vêm*, aqui *havia...*’, mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades”.

²⁷⁵ A partir de 1919, a *Diretoria de Terras e Colonização* passou a defender a delimitação e organização de áreas urbanas nas colônias como algo obrigatório, bem como a localização de uma colônia próxima a outra e de centros urbanos. Isso prevendo que essas colônias viriam municípios (*Relatório da Diretoria de Terras e Colonização*, 1919). Nas colônias de Meyer, com exceção de Xingu, foi delimitada de imediato uma área urbana.

²⁷⁶ A colônia Fortaleza era o 7º distrito de Palmeira. Com a emancipação de Seberi, em 1959, passou a integrar o território deste município. Foi emancipado sob o nome de Erval Seco em 1963, desmembrando-se em 1992 o município de Dois Irmãos Missões.

2.2 PROPAGANDA: UMA IMAGEM DE SI, PARA SI E PARA OS OUTROS

É evidente um movimento duplo e convergente relativo à construção e difusão de uma imagem consensual do projeto de colonização elaborado e implementado por Herrmann Meyer. Por um lado, o discurso e a propaganda da *Colonizadora Meyer*, empenhados em reforçar a preservação da germanidade no exterior como ponto central de sua atuação – ou o diferencial de seu produto no mercado. De outro lado, a recepção, aceitação e reprodução desse discurso pelos órgãos de imprensa e pelos próprios colonos nacionais e imigrantes alemães. Como resultado, Neu-Württemberg passou a sinônimo de *colônia alemã modelo* formada no Rio Grande do Sul na virada para o século XX, enquanto Xingu permaneceu como a *Bela Adormecida*, esquecida junto com a ferrovia nas margens do rio da Várzea.

Uma publicação do início da década de 1930 afirmava, na sua apresentação, que Neu-Württemberg havia permanecido por muito tempo como uma *violeta*, florescendo escondida, e por isso, não era mencionada pela literatura em geral (FAULHABERSTIFTUNG, 1933). Pesquisando os jornais e anuários disponíveis das três primeiras décadas do século passado, bem como a própria correspondência de Meyer, fica evidente justamente o contrário, ou seja, uma preocupação constante em manter viva na imprensa as referências à *Colonizadora Meyer* e à sua colônia. No primeiro decênio da colonização, Meyer enviava com frequência artigos para jornais e revistas da Alemanha, expondo os seus propósitos e apontando para os resultados concretos já auferidos, bem como rebatendo críticas. Parte desses artigos foi reproduzida nos jornais do Rio Grande do Sul; outros foram escritos pelos seus administradores e enviados para a imprensa local. Paralelo, pagava pela publicação de pequenos anúncios de venda de suas terras.

Por exemplo, em 1901, Meyer comunicava a Horst Hoffmann a respeito de um artigo de sua autoria versando sobre a colonização enviado para ser publicado na *Monatsschrift des Brasilianischen Vereins*, e um segundo, que seria impresso na sua editora para a propaganda do seu projeto e da empresa. Salientava a

importância de publicar artigos informativos sobre a colonização nos jornais alemães, com o intuito de redirecionar o fluxo emigratório ao Rio Grande do Sul.²⁷⁷ Caso Hoffmann precisasse de mais “mapas ou plantas da colônia para efetuar a propaganda, posso mandar imprimir mais 1.000, em papel duro. Nas colônias, precisamos conquistar os pastores, vendeiros, etc.”. A ordem era intensificar a propaganda para abranger o maior público possível e, quanto à concorrência, não estava mais tão receoso, depois de constatar que não conseguiam cumprir suas promessas – citava na região os empreendimentos de Schmitt e Issler, respectivamente, colônias 15 de Novembro e Dona Ernestina. Solicitava a Hoffmann, então na posição de cônsul-substituto, tomar as medidas cabíveis para direcionar os imigrantes para a sua colônia.

Outra estratégia de Meyer para ampliar o seu campo de influência foi aproximar-se do consulado brasileiro. No segundo semestre de 1901, assumiu “funções no consulado”, passando a vice-cônsul do Brasil em Leipzig, até o fim de sua vida. Dentre seus compromissos, deveria participar no inverno de 1901 dos eventos da *Kolonialgesellschaft* de Berlim, Dresden, Göttingen, München e Frankfurt, todos com a temática Rio Grande do Sul.²⁷⁸ Esses eventos eram oportunidades para apresentar o seu projeto de colonização e fazer contatos, como em Stuttgart, no *Congresso Internacional de Americanistas [Internationaler Amerikanisten-Kongress]*, em 1904, quando “conversei longamente com o rei de Württemberg, que já estava a par de Neu-Württemberg, e o ministro da cultura prometeu empenhar-se ao máximo para ajudar na colonização”. Comprometeu-se ainda em mandar um relatório detalhado assim que reunisse toda a documentação”.²⁷⁹

Em resumo, marcar presença nos meios envolvidos com a emigração e colonização na Alemanha, ocupar os espaços disponíveis na imprensa, investir em propaganda, foram os mecanismos empregados por Herrmann Meyer para divulgar

²⁷⁷ Carta. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

²⁷⁸ Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP

²⁷⁹ Carta. Leipzig, 26/9/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP; Carta. Leipzig, 6/8/1904. Herrmann Meyer a Pastor Hermann Faulhaber, colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

o seu empreendimento de colonização. Como resultado, o nome da empresa e das colônias Neu-Württemberg e Xingu tornou-se conhecido e despertou o interesse de curiosos e da imprensa em geral, além, é claro, dos emigrantes alemães e dos colonos rio-grandenses. A partir de então, anuários e jornais passaram a produzir e publicar artigos e fotografias sobre a mesma; já os jornais de Cruz Alta, mantiveram um correspondente na colônia Neu-Württemberg, a partir de 1907, o qual acompanhava e informava aos demais sobre a vida cotidiana da mesma.

Enquanto Meyer, inserido no meio editorial e publicitário, estava envolvido diretamente na propaganda de seu projeto de colonização, a imprensa, ao noticiar fatos e acontecimentos da colônia, ou publicar artigos, contribuía voluntariamente para a circulação dessa propaganda, com um raio de ação bem mais abrangente, e sem custos. Ronaldo Henn (2002) lembra que o todo jornalístico não se delimita geograficamente, dado que está inserido em uma rede de informações que nem sempre se localizam no mesmo local do veículo de comunicação. Ainda, as mediações existentes entre a notícia e o objeto que ela representa, são definitivos para a sua publicação e respectiva repercussão. O cotidiano, por sua vez, “é definido ou mesmo construído pelo sistema jornalístico, no sentido de que a sociedade ocupa-se diariamente com aquilo que os jornais exploram como seus fatos e temas”, dos quais se apropriaram, impondo-os já com as devidas transmutações. Utilizando-se desses mecanismos, os jornais fixam-se “como *centro*, em torno do qual o meio social orbita. E como centro detém aparato ideológico que procura dar *sentido* aos fatos no impulso de *formar opinião*. Absorvem o pânico para depois arrefecê-lo em um fluxo que vai da total expectativa ao desinteresse absoluto” (HENN, 2002: 88; 91). Logo, os noticiosos e as informações por eles veiculadas devem ser lidos com a devida cautela.

Dentre os impressos que circulavam na zona colonial alemã nos séculos XIX e XX, os *Kalender* ou anuários ocupavam um lugar de destaque. Conforme Irgart Grützmann (1999; 2004), a praticidade do anuário confere-lhe um caráter mais duradouro, permitindo, ao contrário do jornal – que logo se torna obsoleto –, ser consultado inúmeras vezes e conservado durante um período maior de tempo como um livro da família. Os editores dos anuários em língua alemã publicados no Rio Grande do Sul inspiraram-se nos modelos do gênero impressos na Alemanha, adaptando as características estruturais e os conteúdos das publicações às

condições de produção e de recepção reinantes entre os imigrantes e seus descendentes. Consistiam em meios de comunicação de massa, destinados para a informação e o entretenimento, utilizando linguagem verbal e não-verbal. Sua estrutura foi pensada justamente para contemplar todos os aspectos da vida cotidiana do seu leitor e de sua família: contava com um calendário, ao lado do qual se reservava espaço para anotações; instruções sobre os meses de plantio e colheita; textos literários; artigos sobre as colônias ou outros temas; pequenas notas publicitárias; além de ilustrações e fotografias. Resumidamente, os anuários atuavam como guia temporal, informativo, normativo, de entretenimento e de leitura. Os anuários podiam ter vinculação religiosa, como o católico e o evangélico, ou serem populares.²⁸⁰

Sobre a circulação desses periódicos e a recepção de seus ideários nas colônias de Meyer não há dados concretos, mas presume-se, pelos indícios, que era significativa, tendo em vista que considerável parcela dos habitantes, pelo menos na colônia Neu-Württemberg, tinha o hábito da leitura, e a própria *Colonizadora* mantinha assinaturas de anuários e jornais, destinados para a biblioteca local. Acrescente-se a entrada de livros e revistas enviados da Alemanha. Esse fato é notório se observarmos o fluxo de impressos na colônia, no período de 1905-1908, além de correspondências, indicando tratar-se de um núcleo em conexão constante com o mundo *de fora*.

Avaliando os dados do *Quadro 4*, fica evidente a elevada entrada de *jornais e impressos*, incluindo entre os impressos os anuários, revistas e livros em geral, pois só a *Colonizadora Meyer* assinava, variando de ano a ano, em torno de 10 jornais e almanaques, dentre eles, jornais diários da capital Porto Alegre e do Rio de Janeiro.²⁸¹ Ao mesmo tempo, o administrador da colônia geralmente mantinha uma assinatura particular de pelo menos 3 a 4 jornais, mais as assinaturas individuais dos colonos. Conforme o ponto de vista de Meyer, a direção da empresa precisava acompanhar o que se publicava na imprensa de modo geral, para então gerir a sua

²⁸⁰ Em sua tese de doutoramento, intitulada *A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul* (1999), Ingart Grützmann analisa os *Kalender* editados no Rio Grande do Sul, sua linha editorial, seus preceitos ideológicos, seu período de existência e circulação.

²⁸¹ Para o ano de 1905, a *Empresa de Colonização* manteve a assinatura dos jornais: *Alto Taquari; Colonie, Fortschritt; Deutsche Post; Bote von S. Lourenço; Deutsche Zeitung; Rio Grandenser Vaterland; Koseritz Deutsche Zeitung; Deutsches Volksblatt; A Federação* (Neu-Württemberg, 29/12/1904 – João Diehl F°. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

política de colonização, bem como acompanhar a publicação legal e oficial. Incluía-se ainda os livros e materiais didáticos enviados para a escola. Justamente porque o escritório da *Colonizadora* concentrava todo fluxo de correspondências e encomendas, através de um sistema próprio, o número de correspondências recebidas e expedidas via agente de correio de Cruz Alta, o qual se dirigia para a colônia com esse propósito, era reduzida. Relativo à saída de impressos, incluía os jornais, anuários e demais impressos da própria empresa remetidos para outros locais e para Herrmann Meyer, na Alemanha.

Ano	Entrada		Saída		Pelo correio	
	<i>Cartas/caixas</i>	<i>Jornais/impressos</i>	<i>Cartas/caixas</i>	<i>jornais/impressos</i>	<i>entrada</i>	<i>saída</i>
1905	3.446	4.927	2.691	98	132	149
1906	3.006	6.066	2.630	231	130	118
1907	2.782	5.471	2.123	72	108	135
1908	3.535	5.923	2.268	93	161	120
Total	12.769	22.387	9.712	494	531	522

Quadro 4 – Movimento do correio de 1905 a 1908 da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* – Colônia Neu-Württemberg²⁸²
 Fonte: A Autora (2008).

Na ausência de uma agência de correio, obrigou a organização de um sistema de distribuição de correspondência próprio. Alfred Bornmüller, em setembro de 1904, comprometeu-se em providenciar um serviço regular de correspondência para a colônia Neu-Württemberg, atendendo assim tanto a demanda da *Colonizadora Meyer* quanto dos colonos.²⁸³ No ano seguinte, com o objetivo de viabilizar esse serviço, de forma ágil e segura, entrou em contato com os carreteiros, solicitando para que os mesmos, a cada vez que se dirigissem para Cruz Alta, levassem/trouxessem a correspondência da/para colônia. O escritório da empresa se encarregava da redistribuição das cartas para os colonos, realizada geralmente

²⁸² Esses dados constavam nos relatórios da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, organizados trimestralmente pelo escriturário da mesma, João Diehl Filho, enquanto Alfred Bornmüller era o diretor da colônia (Livro Copiativo 4, Março 1906/agosto 1910; Livro Copiativo 15, Maio 1905/março 1906, MAHP).

²⁸³ Carta. Neu-Württemberg, 29/9/1904. Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer, Leipzig. Livro Copiativo 13, Fl. 266, MAHP.

através das crianças da escola, e o encaminhamento da correspondência para a colônia Xingu, via emissários e colonos. Isso porque naquele momento a empresa não tinha condições para contratar uma pessoa para prestar esse serviço.²⁸⁴ Já em 1905, considerando o grande volume de cartas e jornais destinados para a colônia, a *Colonizadora* solicitou que fosse mandada uma mala endereçada expressamente da colônia Neu-Württemberg, de Porto Alegre para Cruz Alta, onde o representante pudesse retirá-la mediante recibo e vice-versa.²⁸⁵ Nota-se que o próprio telegrama chegado ao endereço “Horst”, em Cruz Alta, era repassado rapidamente para o escritório da empresa.

Contudo, o extravio de correspondência e impressos pelos correios era freqüente. Em junho de 1906, Alfred Bornmüller assegurou a Herrmann Meyer que a correspondência entre a colônia Neu-Württemberg e Cruz Alta era segura. Até então, toda sexta-feira o peão de Rudolf Scharf ia até a colônia recolher a correspondência. A partir de então, Eduard Ehrhardt havia assumido a correspondência, e a enviava. Portanto, para o administrador, esse sistema era seguro e funcionava; quando se tratavam de cartas registradas, eram retidas no escritório. Defendendo-se de uma queixa de um imigrante residente na colônia, Bornmüller argumentou que na maior parte dos lugares a correspondência era entregue por particulares e poucas vezes por agentes de correio, “mas não sei de nenhum caso onde uma empresa, como nós, fazem esse serviço. Agora, se ainda reclamam disso, também já é pedir demais”.²⁸⁶ Enfim, em 1912 iniciaram as tratativas para a instalação de uma agência dos correios na colônia, que começou a operar efetivamente em 6 de agosto de 1913, com o envio e recebimento de correspondência três vezes por semana – só nos cinco primeiros meses de 1914, entraram 4.547 correspondências e saíram 2.788.²⁸⁷ Com isso, a empresa não

²⁸⁴ Carta. Neu-Württemberg, 15/7/1905. João Diehl F.º a August Steinhorst, Neu-Württemberg. Enviou a mesma correspondência a: Adolf Neumann, Gustav Streppel e Anton Schütz, August Schmidt, Conrad Panzenhagen, Friedrich Koch. Livro Copiativo 19, Fl. 197 e ss., MAHP.

²⁸⁵ Ofício. Neu-Württemberg, 19/1/1905. Alfred Bornmüller ao Administrador dos Correios Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

²⁸⁶ Carta. Neu-Württemberg, 18/6/1906. Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer, Leipzig. Livro Copiativo 4, Fl. 63, MAHP.

²⁸⁷ Em abril de 1913, Otto Deiss, guarda-livros da *empresa* foi nomeado como agente do correio pelo governo, após pagar uma caução, valor adiantado por Faulhaber. Foi nomeado e empossado como agente do correio na colônia Eduardo Hemepe, em 6 de agosto de 1913, expedindo a primeira mala no dia 25 do mesmo mês. Como condutor de malas, foi nomeado Antonio Leopoldo Ewald. (*Cruz Alta*, 09/10/1913). Cf. Carta. Neu-Württemberg, 5/4/1913. Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer. Livro

registrou mais em seus relatórios tais informações, mas presume-se que o fluxo de correspondências tenha aumentado progressivamente.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, as publicações em geral e os anuários em particular contribuíram na construção, circulação e consagração de Neu-Württemberg como a *colônia-modelo*, dentro da categoria de colônia étnica e particular. Como tal, mereceu artigos extensos nos anuários, ilustrados geralmente com diversas imagens fotográficas, sempre atualizadas e com novos elementos, não encontrando tal regularidade imagética nos artigos das demais edições dos anuários. No caso, as imagens fotográficas contribuíam para reforçar as idéias apresentadas, também funcionavam como um convite para a imigração e a migração interna. Tais referências são encontradas em anuários de filiação religiosa ou popular, de circulação regional, nacional ou no exterior.

Na década de 1920, as edições dos anuários dedicaram maior espaço para o complexo colonial de Herrmann Meyer, por duas razões. Em primeiro lugar, vivia-se o auge do desenvolvimento e da expansão da colônia, quando ela adquiriu a solidez necessária para sua autonomia. Em segundo lugar, devido a uma tragédia: a morte de Hermann Faulhaber, administrador da *Colonizadora* e diretor da colônia Neu-Württemberg, conhecido e reconhecido como o grande responsável pela execução do projeto de colonização de Meyer, e como fundador da colônia Porto Feliz, no estado de Santa Catarina. Esse segundo rol de artigos objetivava manter a ordem e afastar as especulações, garantindo que a morte do diretor não significava a morte do projeto como um todo, nem mesmo havia comprometido a sua sustentabilidade e credibilidade no mercado.

No mesmo período, na colônia Neu-Württemberg, houve um ensaio de um anuário, o *Neu-Württemberger Illustrierter Familien Kalender Siedlungshot* (Anuário da Família Ilustrado Refúgio da Colônia de Neu-Württemberg), que circulou apenas nos anos de 1925 e 1926, editado por Fr. W. Brüggemann, proprietário da *Tipografia e Livraria Fr. W. Brüggemann*, estabelecidas na mesma colônia.²⁸⁸ Grützmann

Copiativo 20, Fl. 308, MAHP; Nota publicada no *Serra-Post*, 1/9/1913. Livro Copiativo 19, Fl. 378, MAHP; Relatório. De 1/1/1911 a 15/6/1914. Hermann Faulhaber a Herrmann Meyer. Livro Copiativo 18, Fl. 246, MAHP.

²⁸⁸ Houve outras publicações de periódicos em Neu-Württemberg, mas de curta duração. Em 1916, o imigrante alemão Luiz Zügel deu início à publicação de um periódico mensal em língua alemã: *Die Selbsterziehung* [A auto-educação]. O próprio editor afirmava que aquele órgão “fora fundado por um grupo de colaboradores com o propósito de se dedicar integralmente à educação da humanidade.”

(1999: 161-162) afirma que os editores do anuário tinham propósitos bem definidos e pretendiam, “através de palavras e imagens, apresentar aos imigrantes [recém-chegados e aos migrantes oriundos da antiga zona colonial] a região serrana de colonização”, informando as suas peculiaridades. Em última instância, almejavam incentivar a emigração alemã para Neu-Württemberg. Por isso, o anuário solicitava aos seus leitores o envio da publicação aos seus parentes e conhecidos da Alemanha, desejosos de emigrar. Objetivava, ainda, estabelecer um elo entre a pátria de origem, a *Heimat*, e a pátria de destino, e contribuir para conservar a identidade alemã dos imigrantes e de seus descendentes.

Em 1922, o *Koseritz' Deutscher Volkskalender für Brasilien* trazia aos seus leitores o relato de uma visita realizada por um de seus redatores às *colônias novas*.²⁸⁹ Esclarecia que não tinha o objetivo de propaganda, mas sim, fornecer um panorama mais aproximado dessas colônias, em palavras e imagens, apresentando as diferentes possibilidades existentes para aqueles que pretendiam migrar. Entendia a migração como uma necessidade para resolver os problemas de terra e de excedente populacional – a sina dos colonos alemães: ficavam as colônias velhas, mas não os seus velhos colonos, comparando-a à “marcha para o Oeste”. Na região serrana, visitou apenas a colônia Neu-Württemberg,²⁹⁰ “uma verdadeira pérola sem igual”, “bonita” em muitos aspectos: suas condições climáticas, as lavouras que formavam um enorme “campo amarelo”. Descreveu a sede Elsenau como uma “cidadezinha Turíngia”, localizada entre colinas, onde se destacava a casa da administração, a praça, o núcleo evangélico luterano – escola, igreja em construção, casa pastoral, casa dos professores, pensionato, biblioteca –; a capela batista, o cemitério e o grande complexo da *Cooperativa*. Também visitou as linhas coloniais, observando que os colonos construíam suas casas, geralmente pintadas de branco, próximas da estrada, com jardins e cercadas de grandes plantações.

Luiz Zügel era adepto da teosofia (conhecimento de Deus e a adoção de uma forma de vida humana, visando ao aproveitamento das forças secretas e ignoradas da sua natureza, por meio da meditação e do exercício ascético). O sítio de Zügel estava localizado próximo ao Rio Palmeira, denominava-se de *Retiro dos Ascetas*. Em julho de 1923, o professor Richard Brüggemann ensaiou o lançamento de um pequeno jornal em língua alemã: *Deutscher Anzeiger* [Noticiário Alemão], com duração efêmera, deixando de circular em setembro.

²⁸⁹ Aus den neuen Deutschen Siedelungen. *Koseritz' Deutscher Volkskalender für Brasilien*. Porto Alegre: Krahe & Cia, 1922: 35-49.

²⁹⁰ De lá, o redator seguiu para as colônias argentinas de Monte Carlo, em Puerto Retiro, e Santo Alberto, em Puerto Rico; Marcelino Ramos, V. Barro, Barra Grande. Citou ainda os estados de Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso como possibilidades futuras para os migrantes.

Lamentou que as quedas d'água do rio Palmeira não eram exploradas economicamente. Identificou o aspecto moderno de Elsenau na iluminação elétrica das casas e ruas centrais. Enfim, Neu-Württemberg era uma colônia em pleno desenvolvimento, com inúmeras possibilidades, atestadas também pelas fotografias que acompanhavam o texto – duas vistas parciais da sede Elsenau, uma vista panorâmica e um retrato da casa da direção da *Empresa*.

No número de 1927, o *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*, editado em Santa Cruz do Sul, trazia um texto sobre a colônia privada de Neu-Württemberg, ao lado de outro sobre a colônia Porto Feliz, em Santa Catarina, incluindo um relato sobre o falecimento de Hermann Faulhaber. No campo da colonização particular, Porto Feliz, fundada em 1922, pretendia-se como uma extensão da colônia Neu-Württemberg – uma colônia-filha –, “uma autêntica colônia alemã, com um desenvolvimento material e imaterial extraordinário”, comprovado nas fotografias inclusas no texto. Nas entrelinhas, o texto deixava claro que o suicídio de Hermann Faulhaber não tinha relação direta com a colônia Porto Feliz, mas com a situação financeira interna da *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.* Segundo o anuário, Porto Feliz seria a Neu-Württemberg do futuro, moldada pelos mesmos parâmetros.²⁹¹

Sobre Neu-Württemberg, o anuário relatou uma conferência proferida sobre a colônia, sem contudo informar o nome do conferencista, local e data. Em linhas gerais, o conferencista traçou um perfil da colônia e dos (i)migrantes ideais para a mesma, visando impedir a fuga de capital, retomando os pontos principais do prospecto oficial da *Colonizadora Meyer*, ilustrando a sua fala com vários *slides* com imagens da colônia e dos seus colonos. Segundo ele, após 20 anos de trabalho dedicado, essa colônia recordava em tudo a pátria alemã: seus habitantes alemães, a vida e o movimento na cidadezinha Elsenau, especialmente as atividades das sociedades (das 12 então existentes, 6 eram de canto), a autêntica escola alemã e a vida religiosa, além de *manter-se ligada para sempre em pensamento à antiga pátria-mãe*.²⁹²

²⁹¹ Im brasilianischen Urwald. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*. Ano 4, Santa Cruz do Sul: Friedrich Brüggemann, 1927: 50-56.

²⁹² Vortrag über die Privatkolonie Neu-Württemberg. Die Kolonie Neuwürttemberg in Brasilien. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*. Ano 4, Santa Cruz do Sul: Friedrich Brüggemann, 1927: 69-72.

Finalizando o artigo sobre a colônia Neu-Württemberg, o anuário ainda relatava a ocorrência de uma grande enchente na mesma, entre os dias 21 e 22 de setembro de 1926, como “mais uma surpresa desagradável” – a outra havia sido a morte de Faulhaber.²⁹³ Com a intensa chuva, o rio Fiúza havia transbordado, inundando na área central da sede Elsenau dezenas de residências, uma casa comercial, ferrarias, serrarias, fábrica de telhas; além de danificar a pequena usina elétrica de Kepler. As lavouras nas imediações também foram destruídas. Foi a maior e mais devastadora enchente verificada em Neu-Württemberg na primeira metade do século XX. Essa calamidade afetou, diretamente, a colonização, pois afastou os compradores e os já residentes das áreas alagadiças, iniciando então a debandada para o alto dos morros. Foi uma calamidade inusitada, que causou enormes prejuízos, tanto aos habitantes da colônia quanto para a *Colonizadora Meyer* como um todo, exigindo algumas medidas preventivas e de remodelação urbana.

O *Uhles Kalender*, de 1932, publicou o texto de Friedrich Krahe, republicado em 1933 no livro *Neu-Württemberg, eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/Brasilien*, que consiste em um histórico da colonização promovida pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, no mesmo ano de falecimento de seu proprietário. Por tratar-se de um artigo mais longo, foi ilustrado com dez fotografias, incluindo vistas parciais da sede da colônia e fotografias de atividades cotidianas da colônia. Fazia menção também à colônia Porto Feliz, em Santa Catarina.²⁹⁴

Para a edição do *Uhles Jahrbuch* de 1936, a equipe do anuário realizou uma viagem pelo sul do Brasil, visitando Castro, no Paraná; e Neu-Württemberg, Ijuí e Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul.²⁹⁵ Constataram que na colônia Neu-Württemberg predominavam os colonos suabos. A igreja evangélica luterana, com seu telhado de telhas vermelhas, saudava ao longe aqueles que chegavam. Do lado da igreja, ficava a nova construção da escola, pois a antiga não comportava mais o número elevado de alunos. Diante do resultado material de Neu-Württemberg, considerou que seu único sonho foi realizado há tempo:

²⁹³ Hochwasser in Neu-Württemberg. *Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort*. Ano 4, Santa Cruz do Sul: Friedrich Brüggemann, 1927: 84-87.

²⁹⁴ KRAHE, Friedrich. Neu-Württemberg, die deutsche Siedlung in Rio Grande do Sul. *Uhles Kalender*. São Paulo: A. Otto Uhle, 1932: 238-263.

²⁹⁵ Mit dem Süd-Express durch das Hochland von Paraná, Santa Catarina und Rio Grande do Sul. Fotos de Curt O. Jensch. *Uhles Jahrbuch*. N. 30, São Paulo: A. Otto Uhle, 1936: 190-221.

sair de um despovoado e desbotado deserto e conseguir um paraíso. Isso custou imenso esforço e trabalho para milhares de homens e mulheres alemães, que formaram uma nova e florescente pátria alemã no Brasil, na qual eles, com alegria e amor, trabalham, e onde os seus corações criaram raízes.

Em todas as picadas, havia bonitas moradias dos colonos alemães. Suas plantações, casa, pátio e horta atestavam grande diligência e espírito ordeiro. Os próprios habitantes tornavam sua vida rica em opções, pois mantinham então 32 *Sociedades*. O mercado de terras na colônia era regular, com a disponibilidade de poucos lotes. A sede urbana crescia gradualmente, pois já contava com cerca de 250 casas e várias casas comerciais, as igrejas evangélica luterana, católica e a capela batista; um grande e bem equipado hospital. Estabelecidos na praça, havia duas farmácias alemãs, uma bem organizada e sortida casa comercial, restaurantes e hotéis, correio, telégrafo, coletoria de impostos e cinema. A indústria encontrava-se em franco desenvolvimento, disponibilizando na colônia quase todas as atividades artesanais.

Em 1949, quando a colônia Neu-Württemberg completava o seu cinqüentenário, então já sob o nome de Panambi, e iniciava o seu processo de emancipação, o anuário de Ijuí *Serra-Post Kalender* publicou o artigo *De Leipzig até Panambi: breve esboço histórico sobre uma colônia cinqüentenária*.²⁹⁶ O texto e as fotografias que o ilustravam – um retrato de Hermann Faulhaber, uma vista parcial da colônia no período da administração de Faulhaber e uma gravura da residência particular da família Faulhaber, anteriormente, casa do diretor – sintetizavam a opinião dos editores, ou seja, a colônia como o resultado do trabalho e da dedicação de seu diretor, Hermann Faulhaber. Sugeria também para uma continuidade entre Leipzig/Alemanha e a colônia Neu-Württemberg, pois iniciava o artigo referindo-se à cidade alemã de Leipzig, apresentando-a como uma cidade desenvolvida, um centro cultural avançado, com muitas livrarias. Nessa cidade, havia nascido a idéia de fundar uma colônia alemã no Brasil. Ora, tendo Leipzig como modelo, esperava-se a constituição de uma colônia semelhante, e o artigo buscava essa confirmação. Ressaltava que o Dr. Herrmann Meyer era neto do fundador do mundialmente conhecido *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, ou seja, nasceu e cresceu numa família de posses e em meio a intelectuais e livros. Na seqüência, apresentava os caminhos

²⁹⁶ Von Leipzig bis Panambi. Kurze historische Skizze einer funfzigjährigen Siedlung. *Serra-Post Kalender*. Ijuí, 1949: 74-79.

que trouxeram Meyer ao Noroeste do Rio Grande do Sul e os problemas iniciais da colonização.

O autor dividiu o desenvolvimento de Neu-Württemberg em três fases: até 1902, a era Hermann Faulhaber, e o pós-1926. Explicava que, apesar do sacrifício pessoal do Dr. Meyer, este não conseguia fazer com que a colônia progredisse no ritmo esperado, pois as dificuldades eram muitas, chegando a faltar o essencial necessário, pois se tratava, em regra geral, do desenvolvimento de cada novo colono, para o que, às vezes, era preciso muita paciência. O desenvolvimento de Neu-Württemberg foi possível, segundo o articulista, por Meyer ter conseguido contratar um líder à altura para resolver essas dificuldades. Para justificar a debandada dos primeiros imigrantes trazidos por Meyer, alegava que eles haviam imaginado a vida na mata brasileira de modo diferente do que era na realidade. Do romantismo que o homem havia sonhado na Alemanha, não restava muito ao deparar-se com a floresta. Os colonos oriundos das colônias velhas teriam permanecido porque já estavam adaptados a esse modo de vida. Logo, com Faulhaber na administração, a colônia cresceu rapidamente, tanto em termos de contingente populacional, quanto de infra-estrutura. Na sede Elsenau, organizou-se uma rica vida cultural e uma forte base econômica. O artigo concluiu que, por tudo isso, Neu-Württemberg estava, então, entre as mais desenvolvidas e promissoras colônias do Rio Grande do Sul. A troca do nome de Neu-Württemberg para Pindorama e posteriormente Panambi não havia interferido no seu desenvolvimento. “Independente do nome, quem olhar para trás, verá muitas iniciativas e sacrifício alemão, e como eles conseguiram conduzir seu desenvolvimento com muito trabalho. Ela é um presente do espírito alemão para o Brasil”.

Para o editor do *Serra-Post Kalender*, o grande responsável pelo desenvolvimento da colônia Neu-Württemberg/Panambi era, sem dúvida, Hermann Faulhaber. Colocando o seu idealismo em primeiro plano, e destacando seu falecimento como a maior perda para o núcleo – mais sentida do que a de Herrmann Meyer –, reforçava a ligação pessoal de Faulhaber com a colônia, onde era conhecido e respeitado, conquistando respeito e prestígio em outras zonas coloniais. Por sua vez, Herrmann Meyer era o mentor intelectual e empresário da colônia, mas jamais a visitara novamente, o que poderia ser interpretado como total desinteresse.

Ao passo que os anuários ocupavam-se de aspectos gerais da colonização, os jornais de notícia acompanhavam o cotidiano da colônia, mas seguindo a mesma tendência. Em 30 de junho de 1917, na seção alemã do jornal *O Ijuhyense*, o articulista dizia-se feliz por ter conseguido finalmente visitar essa colônia particular do Dr. Meyer. O teor da reportagem foi resumido em uma linha: “toda Neu-Württemberg sabe que [Hermann] Faulhaber é o homem certo no lugar certo”, reiterando que o Diretor da colônia era conhecido e respeitado em todo Rio Grande do Sul. Sua administração incansável era digna de imitação, tendo em vista a prosperidade da colônia. Minoly Amorim, então subintendente, considerou-o “pessoa leal, honrada, gentil, muito querido e popular”. Destacou ainda a prosperidade da colônia e as suas possibilidades.

Assim, os anuários e jornais contribuíram para a construção de uma imagem coerente e positiva da colônia Neu-Württemberg *olhando de fora*, colocando-a em circulação para diferentes públicos leitores. Em linhas gerais, reafirmaram o discurso oficial da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, comprovando, com depoimentos de seus editores, fotografias, artigos e notícias, que Neu-Württemberg era e permanecia uma autêntica colônia alemã-modelo. Reforçaram tratar-se de uma colônia privada para agricultores e, secundariamente, para artesãos, e somente aqueles que realmente estavam dispostos a se sujeitar a esse modo de vida deveriam (e)migrar – a seleção dos imigrantes era clara. Nesses termos, não se tratava de uma propaganda suntuosa como aquela do século XIX, a qual apresentava o Brasil e suas colônias como uma terra de possibilidades ilimitadas. Colaboraram, ainda, para tornar o Noroeste do estado e as suas colônias conhecidas, indicando-as como mais uma possibilidade para a realocação dos excedentes populacionais.

Outro tipo de evento que merecia destaque e delineava bem a projeção desse núcleo colonial era a visita de autoridades alemãs, como em 1913, do Barão de Lindequist, ex-ministro das colônias da Alemanha na África, que chegou acompanhado pelo Dr. José Watzl, funcionário do Ministério da Agricultura do Brasil, destacado pelo governo brasileiro, permanecendo na colônia por três dias. Na companhia do diretor da *Colonizadora*, visitou vários colonos, “com os quais palestrou amistosamente, colhendo em toda a parte informações, tendo, daquilo que viu e ouviu, recebido as mais agradáveis impressões possíveis”. Ao partir, o Barão

Lindequist assegurou mais uma vez “a sua gratidão a todos que com tanto carinho o haviam tratado, prevendo um futuro de riqueza e prosperidade a esta colônia, que vai a largos passos se desenvolvendo, graças à administração honesta e competente do Sr. Diretor Faulhaber, fortemente auxiliado pela administração municipal” (*Álbum de Recortes de...*, 1913). Em seu discurso de saudação ao Barão, Minoly Gomes Amorim expressou a sua expectativa futura em relação a essa visita:

o alto testemunho, a observação insuspeita daquilo que somos, do modo que aqui vivem e da consideração e justo prestígio de que entre nós gozam os compatriotas de S. Excia.

Muito tem se escrito e muito tem sido dito, cá e lá, referentemente às cousas desta terra; mas a palavra de S. Excia, estamos certos, será a expressão fiel da própria observação, do que viu e ouviu nos longos dias passados na modesta convivência dos nossos bons colonos alemães, nas clareiras das nossas imensas matas virgens e na roça, onde verdeja o milharal.

Esta colônia é bem uma prova do que são as demais colônias alemãs deste Estado: prósperas e felizes, parece que em todas elas sorri a harmonia doce e sossegada da vida e do trabalho.

A civilização, que da vossa grandiosa Alemanha tem, continuamente, se deslocado para o nosso país, vai, pouco a pouco, penetrando em todas as roças, através dos pampas, além das serranias, e em toda a parte confraternizam-se alemães e brasileiros... (Manuscrito. *Álbum de Recortes de ...*, 1913).

Na seqüência, em 21 de maio de 1914, Neu-Württemberg recebeu a visita de dois representantes da Alemanha: Cônsul Freiherr von Stein e o Propost. Braunschweig. Após recepção, discursos, apresentação de alunos, realizaram várias excursões pelo interior da colônia, visitando os principais estabelecimentos industriais e escolares. Os visitantes teriam classificado a colônia como *modelar*, elogiando a administração de Faulhaber. Cumprimentando os visitantes, Minoly Gomes de Amorim, representando na ocasião o Cel. Firmino Paula Filho, fez as melhores referências aos alemães,

colaboradores do progresso do nosso país, estreitamente ligados aos brasileiros na obra do engrandecimento e prosperidade da nossa nacionalidade, não existindo, entre uns e outros, rivalidades de raça, religião ou mal entendido patriotismo, mas sim união completa, sendo a única luta existente a do trabalho, mas o trabalho que dignifica o homem, a pátria e a família (*Cruz Alta*, 4/6/1914).

Nesse aspecto, aproximava-se do modelo italiano, que também procurava se afirmar pelo seu desenvolvimento econômico, buscando sua inserção na vida nacional através do trabalho, mostrando a sua contribuição. Um dos momentos

máximos dessa projeção positiva foi transposta para a *Festa da Uva* (cf. RIBEIRO, 2002).

O brilho da *colônia-modelo* obscureceu a estagnação de Xingu, a *Bela Adormecida*, no decorrer das primeiras décadas do século XX. Em 1920, o jornal *Die Serra-Post*, de Ijuí, assegurou que a colônia Xingu despertava de seu “sono de Bela Adormecida”, porque a “serraria e o moinho dos irmãos Hentschke estavam melhorados na sua reconstrução”, somados a “três casas comerciais e algumas marcenarias”. A produção também se diversificava, pois desde 1919 cultivava-se o tabaco, o qual já ficara famoso, e era levado por enquanto até Neu-Württemberg, de onde seguia para os centros consumidores. Uma das razões para esse novo otimismo foi a anexação de 200 lotes estatais – colônia estatal de Xingu – à colônia particular, cuja medição estava sendo aguardada (*Die Serra-Post*, 12/7/1920).²⁹⁷ Essa medição iniciou-se apenas em 1921, com a subsequente comercialização das terras pelo Estado, atraindo um novo contingente de colonos descendentes de alemães e italianos, repovoando a área – inclusive a colônia privada, visto que a maioria dos colonos havia abandonado o seu lote. Criou-se também a expectativa da construção de estradas ligando a colônia Xingu a Palmeira e a uma estação ferroviária.

O desenvolvimento desigual das colônias Neu-Württemberg e Xingu, ambas formadas ao mesmo tempo por Herrmann Meyer, é decorrente de vários fatores. Um deles, a proximidade de vias de acesso, como a ferrovia, e de um centro consumidor. Outro se refere aos investimentos recebidos por parte da *Colonizadora*, pois estes se concentraram, sobretudo, na colônia Neu-Württemberg, enquanto a colônia Xingu, de extensão territorial inferior, perfazendo cerca de 100 lotes coloniais, localizada numa região conflituosa e instável no interior de Palmeira, despertou pouco interesse, assumindo características de um negócio de compra e venda de terras. Com certa regularidade, recebia assistência religiosa e um pequeno auxílio para manutenção de uma escola. Observando o desenvolvimento inicial da colônia até 1901, Meyer mostrou-se surpreso com o afluxo de colonos, pois “imaginei que enquanto houvesse terras em Neu-Württemberg ninguém ia querer ir para Xingu. Percebe-se o que faz o preço baixo e as dificuldades nem são

²⁹⁷ Essas pequenas notas foram enviadas por um correspondente da colônia Xingu ao jornal de Ijuí *Die Serra-Post* de 1920 a 1925. Encontram-se transcritas em folhas datilografadas em língua alemã, na Pasta Xingu, Caixa 29, MAHP. Uma tradução das mesmas foi publicada por Fenner (1997: 68-91).

consideradas quando a terra é boa”.²⁹⁸ Mas, logo em seguida, o número de interessados em se estabelecer em Xingu tornou-se cada vez menor.

A vida cultural também seguia outro ritmo. Em 3 de setembro de 1921, por ocasião dos festejos do primeiro ano do *Clube de Xadrez Turn*, localizado na nova casa do Sr. Arnold, “foi apresentada pela primeira vez uma peça teatral em Xingu. Uma peça em três atos, intitulada *Die Verschwörung* [A Conspiração], de autoria de Meisinger”, um caso policial seguindo as regras do jogo de xadrez, encenada por membros do próprio grupo. As festividades encerraram com um grandioso baile, segundo um participante, “uma festa tão boa e um tão famoso baile ainda não havia sido vivido em Xingu” (*Die Serra-Post*, 27/9/1921). Durante os festejos do seu jubileu, ela foi descrita como “colônia em miniatura” (*Die Serra-Post*, 17/6/1921). No ano de 1922, o correspondente anotou: “estamos progredindo. No velho Xingu foi aberta a segunda casa comercial, pelo senhor Michael Gedischke. Algumas construções novas estão surgindo”, como a reconstrução da escola, casa do professor, ferraria, serraria, dentre outras. “Por todos os lados estão se vendo os colonos arando as suas terras”, indicando o crescimento da produção agrícola (*Die Serra-Post*, 11/8/1922). Revigorada, tudo indicava que a colônia iria deslanchar, progredindo economicamente.

Os conflitos decorrentes da Revolução de 1923 movimentaram toda a região de Palmeira, transformando a colônia Xingu em local de passagem das tropas de ambas as facções. Ela organizou seu grupo de autodefesa, denominado *Kolonienschutz*, composto por 46 voluntários armados, e emitiu um comunicado aos líderes do movimento em trânsito na área, nesses termos:

Os colonos de Xingu não querem saber de política. Eles não querem ser atrapalhados em seu trabalho pacífico. Para garantir isto eles se uniram e armaram. As estradas continuam livres para todos. Forças que porventura passarem não podem armar acampamentos dentro de Xingu. Qualquer desvio da estrada será entendido como agressão inimiga. Somos fortes o suficiente e decididos a enfrentar esta agressão com armas na mão (*Die Serra-Post*, 27/3/1923).

Desviando toda a atenção e todos os esforços para o conflito armado, a produção de alimentos do município ficou prejudicada, o que acabou por beneficiar a colônia Xingu, pois “Palmeira estava reduzido nos últimos tempos ao fornecimento

²⁹⁸ Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

de mantimentos de Xingu e por isso os colonos recebiam bons preços por seus produtos” (*Die Serra-Post*, 27/3/1923). Em fins de 1923, Xingu foi elevada a distrito, passando a contar com um subintendente – o primeiro foi Mário de Moraes. Com isso, imaginaram que “a nossa miséria teve um fim”. Entrementes, houve a anexação de mais uma área estatal à colônia Xingu, quando também foi demarcada uma área para a localização da vila. “Graças à persistência dos moradores que aqui ficaram e apesar de tudo cultivaram a terra, a colônia preservou a velha fama”. Em fins de 1923, o comércio, ao invés de progredir, havia regredido, pois nenhuma casa comercial estava funcionando em toda sua plenitude, mas havia algumas associações comerciais (*Commandit-Gessellschaften*) nas proximidades, que faziam bons negócios (*Die Serra-Post*, 18/12/1923).

O término da Revolução de 1923 não significou o fim dos conflitos entre grupos políticos rivais em Palmeira. A colônia Xingu foi transformada em local de trânsito das tropas de Leonel Rocha e de choques com as tropas oficiais, além dos ataques de bandos de salteadores, perdendo parte de sua produção. Em novembro de 1924, a maioria dos colonos havia sido deslocada para Palmeira, onde ficaram improvisados, retornando somente os homens para a colheita de seus produtos. Devido à situação de insegurança reinante, o representante da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, Luis Meisinger, levou uma força da Brigada para a colônia.²⁹⁹ No ano de 1925, aos poucos, a colônia reassumiu as suas atividades produtivas e a ordem voltou a reinar. Em fins daquele ano, foi nomeado Sebastião Martins como subintendente de Xingu, 5º distrito de Palmeira. “O nosso Xingu parece que quer acordar de seu sono de *Bela Adormecida*” (*Die Serra-Post*, 21/11/1924; 9/1/1925; 11/12/1925).

²⁹⁹ Em 5 de novembro de 1924, ocorreu um assalto em Xingu. Conforme relato na imprensa, na manhã daquele dia, por volta das 10 horas, sabendo da aproximação de um bando, Luiz Meisinger foi com o filho, a mulher e mais três colonos esconder objetos na mata. Nesse meio tempo, sua casa, estrebaria e galpão foram incendiados pelo bando. Vendo a fumaça, Luiz Meisinger e seus homens atacaram o bando, ficando vários feridos. Dentre eles, ele próprio com uma bala e seu filho Kurt com três. Nessas condições, permaneceram escondidos na mata por mais três dias, até que um grupo da localidade de Taquarussú e também Leonel Rocha, com um grupo armado, entraram na colônia Xingu, reunindo os colonos e empossando Simon como subintendente provisório. Ficou garantido, por escrito, a Meisinger a sua vida e livre retirada de seu grupo para Neu-Württemberg, mediante a entrega de suas armas. A proposta foi aceita, e Leonel Rocha levou então a todos, ficando a família em Palmeira, em razão dos feridos, e os demais em Neu-Württemberg. Durante o incêndio, foi queimada a biblioteca de Meisinger, a qual contava com 1.300 volumes, como também 24 contos de réis, pertencentes à *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* (*Die Serra-Post*, 21/11/1924; 9/1/1925; 11/12/1925).

Com a eclosão do levante tenentista da Coluna Prestes, no quartel de Santo Ângelo, a região ficou sob alerta mais uma vez, e na colônia Neu-Württemberg o *Selbschutz* foi imediatamente reativado, contando então com mais de 1.000 homens, “dispondo de cavalos e caminhões para o deslocamento, além de forte armamento bélico”. Já sobre a colônia Xingu, o correspondente de Palmeira informava que

os malvados grupos sediciosos, que infestam a Serra do Rio da Várzea, obrigaram os laboriosos habitantes da próspera colônia Xingu, a abandonarem suas propriedades agrícolas. Desse fato, resulta a perda total das grandes plantações de trigo e batatas, exuberantes de frutos! Xingu, ainda há pouco próspera e feliz, é hoje uma tapera! (*O Commercio*, 25/12/1924, n. 596, ano VI, p. 3).

Vinculada diretamente ao projeto da ferrovia, mas que não saiu do papel, a colônia Xingu permaneceu geograficamente isolada, pela carência de vias de comunicação, em uma região politicamente conturbada, e em segundo plano nos projetos da empresa. As parcerias com a municipalidade de Palmeira não foram possíveis nas mesmas proporções que em Cruz Alta. Avaliando todos esses percalços, a *Colonizadora Meyer* atuou no sentido de vender o mais rápido possível essas terras e se retirar, deixando a ampliação da colônia para o Estado. Porém, seu sono de *Bela Adormecida* ainda não acabaria na década de 1920, permanecendo ainda por várias décadas.

2.2.1 A colonização em imagens fotográficas

Seduzir, esse era um dos propósitos da propaganda. Herrmann Meyer, por meio de prospectos, panfletos, anúncios em jornais, apresentava e oferecia o seu produto – um lote colonial em uma colônia no Rio Grande do Sul –, despertando o interesse e a imaginação de seu consumidor. Já a fotografia³⁰⁰ funcionava como prova irrefutável de que aquele lugar era real, fornecendo visualmente os mesmos elementos informativos. As fotografias da colonização preenchiam as fantasias dos expectadores com representações visuais concretas.

³⁰⁰ O termo foto vem do grego, *phôs*, e significa luz; enquanto *grafia* corresponde a escrita. Fotografia quer dizer, então, “a arte de fixar a luz de objetos mediante a ação de certas substâncias”, ou quando o lápis de luz escreve (BORGES, 2003; FREUND, 2002).

Cada fotografia é singular, pois apresenta um instante único. O instante fotográfico demarca o propósito da lembrança em oposição ao propósito do esquecimento, numa imbricação profunda entre presença e ausência. A fotografia seria então uma idéia de passado que se quer construir. Fotografar consiste em estabelecer uma distinção entre aquele instante e os demais, e ao mesmo tempo torná-lo passível de ser conhecido.³⁰¹

No princípio, a fotografia foi encarada como um processo mecânico, sem a interferência do homem; uma representação fiel da realidade. Enquanto a pintura permite a imaginação, o devaneio; a fotografia, qualquer que seja seu processo de produção, pressupõe que aquele real existiu em uma fração de segundos, quando foi congelado. É um testemunho do presente, pois registra o aqui e agora.

No final do século XIX, o uso da fotografia para fins de registro e propaganda estava em ascensão, com a modernização dos processos fotográficos.³⁰² Em 1896, Herrmann Meyer já possuía um aparelho fotográfico portátil, o qual usava nos seus trabalhos de campo, como as viagens ao Brasil. Registrar em imagens para mostrar aos seus compatriotas o que era o Rio Grande do Sul, foi seu objetivo em 1898-99, quando viajou pela zona colonial antiga. Como integrante de uma editora, conhecia também o poder de sedução exercido por uma fotografia, especialmente quando utilizada para fins de propaganda. Ciente dessas possibilidades, registrou em imagens fotográficas o crescimento de seu complexo colonial, sob diferentes ângulos, de forma contínua. Dispor de um acervo fotográfico atualizado das colônias

³⁰¹ Conforme Boris Kossov (2005: 35), “a câmara fotográfica e o relógio são instrumentos íntimos, auto-referentes. A câmara fotográfica incorpora o tempo do relógio para seu funcionamento e se insere, através de suas imagens, no tempo enquanto contingência. Com a fotografia descobriu-se que o objeto, embora ausente, poderia ser (re)apresentado, eternamente. É este o *tempo da representação*, que perpetua a memória na longa duração. Com os ponteiros petrificados temos a memória sempre disponível; uma possibilidade consistente de recuperarmos o fato”.

³⁰² O século XIX assistiu à evolução técnica no processo de obtenção de uma imagem fotográfica. Na França, Nicéphore Niépce produziu a primeira foto em 1826. A fotografia tornou-se domínio público a partir de 1839, na França, quando da invenção do daguerreótipo, por Louis Jacques Mandé Daguerre. No Brasil, a primeira fotografia foi obtida pelo imigrante francês Hercules Florense (1804-1871). Em 1851, surgiu o colódio úmido, inventado por Frederick Scott, permitindo a obtenção de negativos de qualidade com maior nitidez, bem como a reprodução de mais cópias, reduzindo os custos. Nas décadas de 1880/1910, predominou a utilização dos negativos em gelatina e brometo de prata sobre vidro, com a realização de provas em papel direto de fabricação industrial (de gelatina ou colódio). Em 1888, iniciou uma “nova era” na fotografia, quando George Eastman inaugurou a primeira câmera Kodak, com o lema “você aperta o botão, nós fazemos o resto”. Nascia o foto-amadorismo e o foto-clubismo. As novas invenções vinham ao encontro da demanda por métodos mais rápidos de produzir a fotografia, proporcionando maior nitidez. O aperfeiçoamento do equipamento tornava-o mais leve, bem como melhorava a qualidade das chapas e das soluções químicas (cf. FREUND, 2002; KOSSOV, 2001, 2002; BORGES, 2003).

servia também para exibir no seu círculo de relações e aos emigrantes interessados em migrar para essa região. Ainda, foi a forma encontrada por Herrmann Meyer para visualizar as suas colônias à distância, uma vez que não viajou mais para o Brasil.

Em novembro de 1899, em carta dirigida a Meyer, Carlos Dhein informou que nos próximos dias pretendia enviar uma correspondência com uma série de fotografias da colônia Neu-Württemberg e Xingu, de sua autoria, pois arranjava um aparelho fotográfico, com o qual conseguia tirar *fotografias bonitas*, já havendo capturado algumas imagens do acampamento e da lavoura agrícola. Caso Meyer se interessasse pelo material, produziria mais imagens. Porém, solicitava que lhe enviasse algumas chapas 13x18, porque no Brasil eram muito caras.³⁰³ A inviabilidade econômica levou-o a vender o aparelho já no final daquele mesmo ano, quando então sugeriu a Meyer que lhe enviasse um aparelho fotográfico usado, visto que *possuía vários*.³⁰⁴

Quando Horst Hoffmann assumiu a administração da *Colonizadora Meyer*, adquiriu um aparelho fotográfico para a mesma, com o objetivo de registrar em imagens o seu desenvolvimento, remetendo os negativos para Meyer. Em fins de 1903, diante da cobrança de Meyer por novas fotografias, Horst Hoffmann justificava que deveria ser de seu conhecimento que Hermann Faulhaber e Rudolf Scharf, os quais estavam na colônia, ao contrário dele, que permanecia em Porto Alegre, não sabiam fotografar.³⁰⁵ Além disso, desconhecia até então o fato de que o colono Hermann Schumacher fotografava. Desde que Faulhaber estava na colônia, “o nosso aparelho fotográfico mais rudimentar, com as placas grandes”, estava com ele. Como recebeu um aparelho mais moderno de Meyer, considerou apropriado emprestar o mesmo ao irmão do colono Julius Haak, estabelecido na colônia Neu-Württemberg, que era “fotógrafo de ofício”, o qual se responsabilizava pelas tomadas fotográficas e o envio dos negativos para o escritório da *Colonizadora*, em

³⁰³ Carta. Cruz Alta, 22/11/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

³⁰⁴ Carta. Cruz Alta, 1º/1/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

³⁰⁵ Explicava ainda que em sua última viagem para a colônia Neu-Württemberg, em dezembro, quis ensinar ao pastor Faulhaber manusear o aparelho fotográfico, “mas ele não quis aprender, alegando falta de tempo” (Relatório 18/20, 2ª Parte. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 10/11/1903, Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig; Relatório 11-15. De 1/6 a 15/8/1903. Porto Alegre, 15/08/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

Porto Alegre, e pagaria pelos serviços.³⁰⁶ Havia certa regularidade nas remessas de fotografias, limitada pelo custo de produção e a própria conservação e qualidade dos negativos – em agosto de 1903, Horst Hoffmann enviou para Meyer 12 fotografias e, logo em seguida, mais 18 fotografias em negativo da colônia Neu-Württemberg.³⁰⁷

Como fonte de estudo, a fotografia foi tratada muitas vezes como o “olho da história”. Para Boris Kossoy (2001; 2002), a fotografia é um documento histórico que deve ser explorado, com os devidos cuidados, pois revela informações visuais que não podem ser apreendidas em outro tipo de fonte. A fotografia é datada em sua fabricação, mas a sua recepção pode ser completamente alterada, quando os seus consumidores desconhecem os códigos culturais a que ela se refere.³⁰⁸ As imagens fotográficas “nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ ocorrência” (KOSSOY, 2002: 21).

Phillipe Dubois (2001: 52) tematiza o realismo da fotografia, pois trata-se de um objeto da cultura material, como qualquer outro documento. Para ele, as fotografias “quase não têm significação nelas mesmas; seu sentido lhes é exterior, é essencialmente determinado por sua relação efetiva com o seu objeto e com sua situação de enunciação”. Estabelece uma distinção entre sentido e existência:

a foto-índice afirma a nossos olhos a *existência* do que ela representa (o “isso foi” de Barthes), mas nada nos diz sobre o sentido dessa representação; ela não nos diz “isso quer dizer aquilo”. O referente é colocado pela foto como uma realidade empírica, mas “branca”, se for possível se expressar assim: sua significação continua enigmática para nós, a não ser que sejamos participantes da situação de enunciação de onde a imagem provém (DUBOIS, 2001: 52).³⁰⁹

³⁰⁶ Relatório 18/20, 2ª Parte. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 10/11/1903, Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP

³⁰⁷ Relatório 11-15. De 1/6/ a 15/8/1903. Porto Alegre, 20/08/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

³⁰⁸ “Destino perverso esse da fotografia que, num dado momento, registra a aparência dos fatos, das coisas, das histórias privadas e públicas, preservando, portanto, a memória desses fatos, e que, no momento seguinte, e ao longo de sua trajetória documental, corre o risco de significar *o que não foi*” (KOSSOY, 2005: 39).

³⁰⁹ Roland Barthes (1990) pondera que a fotografia transmitiria a imagem da própria cena, isto é, a reprodução de um real ao invés da transformação deste. Nessa linha, a fotografia não constitui o próprio real, sendo o seu *analogon* (semelhante). Enquanto objeto, é uma mensagem sem código, contínua e dependente do estilo de sua produção. Essa mensagem poderia ser denotada (que constitui o próprio análogo) e conotada (que depende da maneira como a sociedade a interpreta).

O autor afirma que cada historiador deve encontrar seu método de análise da fotografia, embora isso seja complexo. Em trabalho mais recente, reitera que

o historiador que procura alguma coisa numa imagem vai encontrar o que procura, mas não vai ver o que talvez exista nela. Para que isso aconteça, é preciso basicamente esquecer de procurar aquilo que já se conhece. É preciso deixar a imagem falar; é preciso ter confiança na imagem, entender o que ela tem a nos dizer sobre o qual não temos a menor idéia; mas é preciso, ao mesmo tempo, desconfiar da imagem, porque ela é um artifício, é objeto de manipulação, foi construída, organizada; jamais se pode tomá-la por transparente. [...]. Confiar e desconfiar da imagem, uma dupla atitude, caracteriza-se como uma iniciativa essencial para o pesquisador que se utiliza das fontes visuais (DUBOIS, 2004: 155).

Já Sébastien Darbon salienta que a fotografia, como uma reprodução, sugere

a idéia de semelhança, mas essa semelhança não está de modo algum garantida. Uma imagem fotográfica é algo eminentemente fabricado, e essa fabricação assenta-se sobre convenções relativas à representação: representa somente algo *que se assemelha às cenas no momento em que são fotografadas* (DARBON, 1998: 103, grifo no original).

Acrescenta que a imagem não possui um sentido inerente, mas que o seu sentido é construído. A imagem visual “não é uma simples representação da ‘realidade’, e sim um sistema simbólico. Cada indivíduo, em função de sua cultura e de sua história pessoal, incorporou modos de representação e potencialidade de leitura da imagem que lhe são próprios” (DARBON, 1998: 107).

Numa tentativa de interpretar as imagens fotográficas, Boris Kossoy (2001; 2002) elaborou alguns esquemas, levando em consideração os elementos fotógrafo/técnica/assunto/tema. O fotógrafo é um sujeito pertencente a um determinado grupo social numa certa sociedade, num dado espaço/tempo, e funciona como um filtro social/cultural presente na produção da fotografia. Sua subjetividade seleciona, entre tantas possibilidades, o tema a ser retratado/eternizado. A fotografia, então, resulta de um recorte no tempo e espaço, um fragmento – e não uma narrativa – congelado e datado, produto de seu tempo, deixando revelar cenas, personagens e mentalidade – um instrumento do poder que o produziu. O autor classifica o processo de produção da fotografia em primeira e segunda realidade. A primeira realidade seria o próprio passado, onde a fotografia foi produzida, o real. O ato fotográfico produziria a segunda realidade, ou seja, a realidade fotográfica do documento, referência sempre presente de um passado inacessível.

Segundo Peter Burke (2004), no ato fotográfico existe uma co-presença: uma relação extensiva entre a realidade fotografada e a imagem produzida. As imagens daí resultantes seriam uma espécie de equívoco. O fotógrafo seria, portanto, uma testemunha ocular nem um pouco inocente.

No Brasil, os primeiros fotógrafos eram estrangeiros, predominando os franceses e alemães, e atuavam de forma itinerante. Só as capitais receberam ateliês, vulgarizando a fotografia, limitada pelas técnicas e possibilidades de fotografar.

Os seus formatos, planos, texturas, seus jogos de luz e sombra ajudaram a edificar memórias coletivas, criaram sentimento de pertencimento entre grupos sociais e alicerçaram imaginários concebidos a partir de espelhos culturais estrangeiros, muitos dos quais foram sendo internalizados por membros de diversos segmentos sociais do país (BORGES, 2003: 109).

O crescimento da demanda por mais fotografias tem relação direta com o aumento da imigração e do turismo. Os imigrantes, na ânsia de mandar notícias aos parentes que ficaram e também preocupados com comprovar a sua ascensão econômica, vão ser grandes consumidores de fotografias. Soma-se a isso o desejo das pessoas de se verem representadas. Referente às áreas de colonização, o princípio parece ser o mesmo: a aspiração de ser eterna, comprovar o seu progresso, o crescimento, sua modernização, industrialização ou outro aspecto qualquer. A fotografia aparece então como uma nova forma de percepção do conhecer, que aproximou e tornou visíveis pessoas e lugares através da reprodução de sua imagem: uma imagem presente e um objeto ausente.

A imagem fotográfica, com o intuito de propaganda, também foi empregada amplamente por companhias colonizadoras particulares, como um meio de atrair compradores/imigrantes para os seus núcleos coloniais. Postais e vistas urbanas vendiam uma imagem positiva e recorrente da colônia/cidade, tanto interna quanto externamente. Esse recurso contribuía para a constituição de uma imagem *oficial* da colônia. Porém, ao mesmo tempo em que revela, a fotografia também oculta.

Valendo-se da perspectiva de análise sobre documento/monumento de Jacques Le Goff, Ana Maria Mauad (1996: 74, 86) entende a fotografia como “uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento; tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado”. Nesse caso, a “fotografia é um símbolo, aquilo

que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro”. Logo, se ela informa, também conforma uma determinada visão de mundo, remetendo ainda ao circuito social da fotografia, nos diferentes períodos de sua história, incluindo o processo de produção/o ato de fotografar, circulação e consumo das imagens fotográficas.

Assim, por intermédio das fotografias, é possível perceber como a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* imaginava as colônias Neu-Württemberg e Xingu e como as apresentava/representava em imagens, retratando/comprovando seu progresso e sustentabilidade.

2.2.1.1 Um prospecto fotográfico

Com o objetivo de colocar em circulação um conjunto de vistas parciais da colônia e de seus colonos, Herrmann Meyer organizou e editou pelo *Instituto Bibliográfico* de Leipzig um prospecto fotográfico, *Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)* – [Vista das colônias agrícolas Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul (sul do Brasil)]. A primeira edição veio a público em novembro de 1904, contendo 31 imagens distribuídas em 18 páginas,³¹⁰ e a segunda edição, ampliada para 47 imagens, com 27 páginas, em 1906.³¹¹ O acabamento dos prospectos era simples, com formato de 25x17 cm (altura x largura), capa em papel comum, sem ilustrações, estampando os dados de identificação do mesmo, e as páginas internas em papel liso, não numeradas, e as fotografias em preto e branco. Antes disso, Meyer já havia organizado seu acervo fotográfico sob a forma de álbum, disponibilizando-o para a consulta dos interessados em seu escritório. Por

³¹⁰ Em janeiro de 1905, Meyer comunicava a Faulhaber que no próximo número do periódico *Kulturpionier* estariam publicadas várias fotografias de seu álbum de 1904 e um curto artigo (Carta. Leipzig, 16/1/1905. Herrmann Meyer ao Pastor Hermann Faulhaber, colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

³¹¹ O prospecto fotográfico da edição de 1904 foi localizado pela autora no catálogo *on line* da Biblioteca do Instituto Ibero-Americano de Berlin, Alemanha (*Bibliothek des Ibero-Amerikanischen Instituts* – SPK), e fotografado por Isabel Cristina Arendt. Já a edição de 1906 foi doada, junto com um acervo particular de uma família, ao MAHP em 2006, onde foi consultada.

sua vez, em 1908, a empresa possuía um acervo de 90 *slides* de fotografias de Neu-Württemberg, apresentado na Alemanha em diferentes espaços para fins de propaganda; algumas imagens eram mais recentes, mas a grande maioria já tinha pelo menos 4 anos. Naquela ocasião, o material foi cedido para Hermann Faulhaber proferir a sua palestra em Cannstatt/Alemanha.³¹²

As imagens que compõem os dois prospectos fotográficos foram obtidas entre 1901 e 1906. Em parte, pelo próprio Horst Hoffmann, como já apontado, visto que ele sabia fotografar; outras talvez pelo colono Haak, e aquelas incluídas no segundo prospecto provavelmente foram produzidas por Alfred Bornmüller ou por outra pessoa que soubesse manusear um aparelho fotográfico. A escolha dos ângulos das imagens e os temas a serem retratados eram ditados geralmente por Meyer – “espero em breve novas fotografias da colônia, vistas das casas dos colonos, belas fotos das roças, uma boa foto do *Stadtplatz*, grupos coloniais [sociedades], etc.”.³¹³ Em outra correspondência, orientava Bornmüller sobre os enquadramentos fotográficos a serem privilegiados: “das fotografias que você vai tirar, também inclua as pequenas produções como o alambique de Schmädecke; a criação de abelhas de Stenner; o moinho de vento de Hack ou Trennepohl; e assim por diante”.³¹⁴

Porém, a maior parcela das fotografias da publicação é o resultado do trabalho do imigrante Wilhelm Schäffer, eletrotécnico, chegado em Neu-Württemberg em fins de dezembro de 1902, com esposa e quatro filhos com idade entre 8 e 14 anos, permanecendo até maio de 1903, quando novamente retornou para a Alemanha. Esse imigrante trouxe consigo um moderno aparelho fotográfico, chapas e um pequeno laboratório de produtos químicos – ao que tudo indica, era fotógrafo amador, e ele próprio revelava suas fotografias.³¹⁵ A instalação de uma família de

³¹² Carta. Leipzig, 8/8/1908. Walter Schimpf a Hermann Faulhaber, Stettin/Alemanha. Pasta 9 - Cartas Walther Schimpf a Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer, Caixa 45, MAHP.

³¹³ “Mas não em papel de colódio, porque esses papéis estragam muito fácil. Se conservam melhor em bromo com prata, ou papel com platina são muito bons e aqui é facilmente possível fazer cópias de negativos novamente, no caso de você não conseguir mandar os próprios negativos” (Carta. Leipzig, 29/8/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller e Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta 1 - Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

³¹⁴ Carta. Leipzig, 6/3/1905. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas de Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

³¹⁵ As famílias de Wilhelm Schäffer e Friedrich Garn partiram juntas da Alemanha com o vapor Rosário, e chegaram em Rio Grande no início de dezembro de 1902. Eram oriundos da cidade de Kiel, estado de Schlesvig-Holstein. Garn permaneceu na colônia de Neu-Württemberg, onde adquiriu

imigrante na floresta virgem constituiu o tema central de suas fotografias, bem como vistas parciais de seu lote colonial número 9, na linha *15 de Novembro*. Seu olhar é, ao mesmo tempo, o do imigrante diante da nova *Heimat*, e do *colono*, registrando a sua instalação na floresta e a *civilização* desse lugar. Em 18 de outubro de 1903, Horst Hoffmann identificou um conjunto de 56 fotografias produzidas por Schäffer, remetendo-as para Meyer.³¹⁶ Parte desse acervo foi utilizada para a elaboração do prospecto de 1904, e reproduzido novamente no prospecto de 1906, embora não cite, em nenhum momento, a autoria nem os retratados das/nas imagens.

A edição do prospecto de 1906 foi apresentada com uma pequena nota no verso da capa, como “um prospecto pormenorizado sobre as colônias, gratuito; para receber: Escritório do Empreendedor, Leipzig, Bismarckstrasse, 1”. Como prospecto fotográfico, dispensava maiores explicações, limitando-se a incluir uma curta legenda para identificar o local de obtenção da imagem e o tema geral ali representado, ficando as conclusões a cargo de seu leitor.

Comparando os dois prospectos, apesar de 28 fotografias estarem repetidas, sua distribuição interna permite duas leituras distintas. A primeira ordenação fotográfica conduz a uma leitura linear progressiva da própria trajetória de uma família em uma colônia: a chegada no seu lote colonial na floresta e a construção do primeiro abrigo com toda a precariedade; a passagem para uma cabana [*Hütte*] provisória; indicando, na seqüência, a infra-estrutura disponibilizada pela *Colonizadora Meyer*, incluindo a *Casa do Imigrante*, assistência religiosa e escolar, moinho e serraria; e a superação das dificuldades, com várias imagens de famílias de colonos nos seus lotes, defronte suas sólidas casas, e a floresta cedendo lugar para amplas roças de milho e fumo. O próprio formato das fotografias sinalizava para isso: as primeiras cinco imagens são de página inteira – quatro verticais e uma horizontal.

Já a segunda reordenação fotográfica, com a inclusão de mais 16 fotografias, ressaltava as mudanças ocorridas na colônia Neu-Württemberg nesses dois anos e o seu desenvolvimento material e cultural. Destacava, em primeira linha, a presença da *Colonizadora Meyer* e a infra-estrutura material e imaterial

um lote colonial (Relatório 22/23. De 16/11 a 15/12/1902. Porto Alegre, 17/12/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

³¹⁶ Lista de fotografias. Avulso, Caixa 43, MAHP.

disponibilizada pela mesma; em seguida, o conjunto de imagens retratando os colonos nas suas propriedades, com suas casas e demais benfeitorias, as nascentes oficinas artesanais e casas comerciais, contrastando com as imagens da fase de instalação de uma família de imigrantes na floresta, como *parte do passado*. O crescimento do *Stadtplatz Eisenau* também era evidente, bem como a formação das primeiras sociedades culturais, indício já de uma sociabilidade embrionária.

As fotografias, no seu conjunto, exibiam, ao mesmo tempo, o caráter rústico da vida nas colônias, e belo, bem como as possibilidades de produção. Ainda, asseguravam que em menos de uma década, os imigrantes e colonos alemães haviam domado a selva, transformando-a em extensas lavouras de milho e tabaco, além de outras culturas, paralelo a uma criação de animais diversificada. Nesse contexto, como ressalta Gilmar Arruda (2005), a imagem fotográfica estava a serviço da venda de um produto, de uma mercadoria, naquele momento, a terra. Por isso, as primeiras fotografias eram produzidas com o objetivo de mostrar a vitalidade da terra, expondo a exuberância da natureza e, ao mesmo tempo, a viabilidade do projeto imobiliário, através de elementos urbanos já presentes no meio da floresta. Simbolicamente, comprovava que o homem podia vencer a mata fechada, dando lugar à civilização. Assim, o suporte mais preciso/próximo do real para registrar essas transformações era a fotografia.

Ao mesmo tempo, esse conjunto fotográfico consistiu em um primeiro balanço para o público da colonização, após nove anos de investimentos na colônia Xingu e oito na colônia Neu-Württemberg. Mostrava esse espaço como dinâmico, em constante transformação, criado e recriado a cada dia, próspero e moderno, um convite explícito para a emigração.³¹⁷ Muitas vezes, porém, estava em questão “parecer moderno, mais do que ser moderno. A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista” (MARTINS, 2000: 39-40). Essa seleção de

³¹⁷ Sandra Pesavento (1999) trabalha essa dinâmica em relação às cidades. De acordo com a autora, essa cidade material, construída pelos homens, traz as marcas da ação social. É constantemente erguida, criada e recriada, derrubada e modificada, alterando seus traçados e suas concepções de urbano. A cidade é destinada a ser centro de conflitos, o local “onde as coisas acontecem”. A imagem fotográfica consiste num suporte de registro dessa dinâmica, bem como permite a construção da memória social das cidades e a reafirmação de suas representações. Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa (2001: 10) argumenta que “a cidade se transforma em um palco de ação teatral da modernidade, no qual a população sofre um sentimento de desenraizamento, de perda da individualidade, de grandes mudanças na percepção e circulação urbana. Uma perda de identidade, certamente, mas também uma construção de novas identidades já integradas à modernidade, além do resgate de novas sensibilidades”.

fotografias, além de estar marcada pela primeira mediação realizada pelo fotógrafo no ato fotográfico, sofreu ainda uma segunda mediação, por parte de Herrmann Meyer, o qual, dentre as opções disponíveis no seu acervo, selecionou aquelas que considerou mais significativas para o seu propósito, colocando-as em circulação.

O formato de apresentação das imagens era semelhante: na edição de 1904, havia 5 fotografias de página inteira, aumentando para 7 na edição de 1906. Todas as imagens retratavam a colônia Neu-Württemberg, com a exceção de duas, repetidas em ambos, obtidas na colônia Xingu, possivelmente por Horst Hoffmann, em 1902. Reforçavam mais uma vez, a concentração de todos os investimentos por parte da *Colonizadora* na colônia Neu-Württemberg, cujos resultados eram mais visíveis do que na colônia Xingu. Quanto aos temas, é possível classificá-los, grosso modo, da seguinte forma, na edição de 1906: natureza/recursos hídricos 4; agricultura/criação 9; construções/casas dos colonos 16; igreja/escola/sociedades 6; vistas 3; oficinas/casas comerciais 3; derrubada da mata/instalação provisória 6. Predominam, em larga escala, as fotografias das casas dos imigrantes, no modelo retrato, sendo estas em sua totalidade construções em madeira, geralmente com seus moradores pousando em frente às mesmas.

A primeira fotografia do prospecto de 1904, de página inteira, convidava o seu apreciador a conhecer a colônia Neu-Württemberg, focando a estrada principal de acesso, contornada pela floresta em ambas as margens (*Figura 10*). No centro, um homem a cavalo – o mesmo personagem repete-se em várias fotografias, simbolicamente, como aquele que estava conhecendo a colônia e apresentando-a aos demais. Um convite para virar a página, adentrar na colônia e conhecer o espaço *civilizado* que a mata ocultava.



Figura 10 – Estrada principal pela colônia Neu-Württemberg. 20,5x13 cm.
Foto de Horst Hoffmann, Neu-Württemberg, 1902
Fonte: MEYER, 1904b: fl. 1; MEYER, 1906b: fl. 2

Na seqüência, uma fotografia de página inteira, na horizontal, destacava a riqueza dos rios que banhavam a colônia Neu-Württemberg (*Figura 11*). No rio Palmeira, em foco no primeiro plano, havia uma série de pequenas quedas d'água, que poderiam ser exploradas como força motriz, dado o seu volume de água. Em meio à mata, que ocupava ambas as margens do rio, aparecem as benfeitorias da propriedade de uma família de colonos. Como o rio abastecia as famílias, construir nas proximidades facilitaria o transporte da água. Na curva do rio, onde ele parece ser mais estreito, é possível identificar uma ponte de cordas ou pinguela para permitir a comunicação com a outra margem. O rio também era o limite entre os municípios de Palmeira, à esquerda na imagem, e de Cruz Alta, à direita.



Figura 11 – Queda d'água no rio Palmeira, 16x11,7 cm. Foto de Wilhelm Schäffer, Neu-Württemberg, 1903
 Fonte: MEYER, 1904b: fl. 2; MEYER, 1906b: fl. 1

Em termos de recursos hídricos, atravessam a colônia Neu-Württemberg, no sentido leste-oeste, os rios Palmeira, ao norte; Fiúza, pelo centro do *Stadtplatz*; e o rio Caxambu, ao sul, todos eles afluentes do rio Ijuí. Em termos de volume de água, o rio Palmeira é o maior, bem como o mais caudaloso, com quedas apropriadas para exploração de sua força motriz, mas totalmente impróprio para a navegação como um todo – o que vale também para os outros dois rios. Ao mesmo tempo em que o rio era visto como caminho ou potencial, também representava uma barreira, impedindo a passagem de uma margem para a outra, gerando muitas dificuldades, especialmente nas épocas chuvosas.³¹⁸

Ao longo do prospecto, percebe-se uma clara diferença entre as construções dos colonos e as construções de propriedade da *Colonizadora*, ainda que todas fossem em madeira. As casas dos colonos eram simples, pequenas, ao rés-do-chão. De acordo com Horst Hoffmann, tanto os imigrantes suabos quanto os alemão-russos que já estavam em Neu-Württemberg construíam casas de madeira, visto

³¹⁸ Na iconografia e nos relatos dos viajantes dos séculos XVI-XIX, a presença dos rios como percurso, potencialidade, obstáculo, também é recorrente, inclusive nos próprios relatos de Herrmann Meyer nas suas expedições ao Xingu mato-grossense

serem as mais baratas e rápidas para serem concluídas, e por não disporem de recursos para construir casas como aquelas de sua terra natal.³¹⁹

Referente ao modelo arquitetônico predominante, as construções em estilo enxaimel³²⁰ foram minoria nas colônias de Meyer. Em Neu-Württemberg, foram mais comuns em algumas linhas coloniais, mas numericamente insignificantes na área urbana, onde as construções rústicas em madeira evoluíram para construções em alvenaria, atendendo aos padrões arquitetônicos modernos do início do século XX. Inclusive, em meados de 1903, Herrmann Meyer enviou para Horst Hoffmann “um caderno com modelos de casas em madeira da Noruega, os quais poderiam ser usados nas construções”, desde que se conseguisse um carpinteiro para executá-las.³²¹ Até que ponto esse material serviu de modelo para as construções das casas dos colonos não é possível precisar.³²² Assim, as *maneiras de habitar* próprias de sua pátria são adaptadas nesse e a esse novo meio, e com essa combinação de elementos, “cria para si um espaço de jogo para *maneiras de utilizar* a ordem imposta do lugar”, instaurando a pluralidade e criatividade (CERTEAU, 2007: 92-93).

³¹⁹ Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP. Os custos de construção de uma casa eram extremamente variáveis. Geralmente, do primeiro até o segundo ano o colono morava em um rancho, período no qual ele mesmo cortava as árvores, secava e serrava à mão as tábuas para a construção da casa, que ele mesmo fazia com a ajuda dos filhos ou parentes. Mas, o imigrante da Alemanha queria ter em três meses a sua casa pronta e, para isso, precisa comprar madeira seca e cortada. Já para a construção, só com a ajuda da família era pouco prático, daí precisar engajar outros colonos, mas as diárias cobradas por eles eram extremamente elevadas, e o imigrante tinha pouco dinheiro para arcar com isso. Citou como um caso distinto a casa da família Panzenhagen, a qual foi construída com madeira comprada, empregando toda a família, ressaltando que ele era um velho colono experiente e sabia trabalhar melhor com a madeira brasileira do que um imigrante alemão. Sua casa abrigava a venda e quatro gerações da família (cf. Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 3/11/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

³²⁰ Sobre o estilo *enxaimel* e as suas variações na Europa e no Rio Grande do Sul, há o estudo de Günter Weimer (2005).

³²¹ Carta. Leipzig, 8-10/1/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

³²² A construção da casa do colono era uma preocupação central da *Colonizadora*. Em maio de 1903, Meyer solicitou a Horst Hoffmann para que lhe mandasse os preços de uma casa bem simples, ou seja, a primeira a ser construída pelo colono, pois o valor que lhe repassou de M 1000 era muito elevado para um emigrante. Alegou que era perguntado com frequência sobre os custos de uma casa bem simples. “Se ao menos houvesse uma serraria no local para fornecer as tábuas, mas se precisavam ser trazidas de fora, isso implica em elevados custos também. Assim, quero uma previsão de custos e com as referidas medidas da mesma, e ainda uma fotografia das casas já construídas com tais dimensões. Isso porque os emigrantes não conseguem imaginar o que é uma casa simples na colônia” (Carta. Leipzig, 12/5/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

Por sua vez, as benfeitorias da *Colonizadora* eram amplas, com traços arquitetônicos bem definidos, o que ficou evidente pelos retratos da casa pastoral, casa do imigrante, moradia do diretor da colônia e dependências da administração da empresa, colocados em seqüência no prospecto de 1906, todas elas instaladas na colônia Neu-Württemberg.

Em 1901, a empresa, com o auxílio dos colonos já instalados, ergueu a *Casa dos Imigrantes* ou *Barracão dos Imigrantes*, como ficou conhecido, na colônia Neu-Württemberg – ao mesmo tempo, ergueu construção semelhante na colônia Xingu. Concluído e inaugurado no segundo semestre daquele ano, com celebração de culto por um pastor da missão batista, passou a abrigar, a partir de então, os imigrantes, a escola e a celebração de cultos. Tratava-se de uma construção rústica em madeira, sem pintura, utilizando telhas de madeira, com portas e janelas estreitas (*Figura 12*).



Figura 12 – Casa do Imigrante, 9,5x13 cm. Foto de Horst Hoffmann, Neu-Württemberg, 1902

Fonte: MEYER, 1906b: fl 4; MEYER, 1904b: fl 4

Na ocasião da tomada fotográfica, obtida na diagonal do prédio, um grupo de imigrantes e migrantes internos pousou defronte às portas e janelas, destacando-se dois personagens em primeiro plano. Dispor de um local para abrigar os recém-

chegados contava como mais um ponto positivo para a *Colonizadora* e as suas colônias. Era indício também de que havia pessoas que dominavam a técnica da construção – mais um atrativo e fator de valorização da colônia.

Em dezembro de 1902, foi concluída a casa pastoral, já com um acabamento arquitetônico diferenciado, com seu telhado extremamente inclinado, com detalhes em madeira trabalhada, janelas com vidraças e alguns detalhes com madeira cruzada (*Figura 13*). Conforme as informações de Horst Hoffmann, a planta da casa pastoral e da escola foi confeccionada pelo Escritório de Engenharia de Rudolf Ahrons, e executada pelo construtor Bodenstein, de Porto Alegre, de onde também eram provenientes seus ajudantes, porque os colonos eram *impagáveis*. Já as tábuas para a construção foram serradas “junto a brasileiros”, em Cruz Alta, custando menos da metade do que se fossem serradas na serraria de Karl Wagner, no *Stadtplatz Eisenau*. Mesmo assim, o custo de toda a obra, realizada da forma mais simples possível, ultrapassou os nove contos de réis.³²³ Para o telhado da casa pastoral e da escola, a equipe de construção fabricou na própria colônia cerca de 12.000 telhas de barro.



Figura 13 – Casa Pastoral, 9,5x13 cm. Foto de Wilhelm Schäfer, Neu-Württemberg, 1903
Fonte: MEYER, 1904b: fl. 9

³²³ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 3/11/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

Aparecem, junto ao complexo arquitetônico, os seus moradores, em primeiro plano: o pastor Hermann Faulhaber e a esposa Marie, pousando para a tomada fotográfica. Pelo entorno, nota-se ainda a construção em fase de acabamento, pois faltava colocar as janelas e cercar a mesma, melhoramentos já visíveis pela tomada fotográfica do prospecto de 1906, quando foi privilegiado apenas o conjunto arquitetônico.

Contudo, a construção mais imponente, com dois pavimentos, do lado oposto ao morro da escola e da casa pastoral, um pouco afastada da área central, no lote número 10 da linha Italiana, foi a “residência do diretor da colônia” (*Figura 14*). A construção, obra do marceneiro e construtor Karl Knorr, um imigrante alemão estabelecido na colônia Neu-Württemberg, foi iniciada em 1904 e concluída em meados de 1906, consumindo uma grande soma de capital. Uma arquitetura bem definida, com alicerces de pedra, tábuas trabalhadas, acabamento com detalhes, grandes janelas, telhado de zinco, são alguns dos diferenciais. O retrato da edificação, obtido de um nível mais baixo, denotava a posição submissa da qual a sede urbana via a residência do diretor ou qualquer pessoa que para lá se dirigisse; ao mesmo tempo, reforçava, simbolicamente, o poder do diretor e conferia-lhe uma visão privilegiada sobre a colônia.³²⁴

³²⁴ Das edificações construídas pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer nesse período, essa é a única que ainda existe, na sua forma original, tanto no aspecto interno quanto externo. Em 1928, Herrmann Meyer doou essa casa para a viúva Marie Faulhaber, como reconhecimento pelos serviços prestados à *Colonizadora*. Após o falecimento dela, passou como herança para o seu filho Walter Faulhaber, permanecendo hoje com a filha do mesmo, Cecília Grams e família.



Figura 14 – Residência do diretor da colônia, 9,5x13 cm. Foto de Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1906
Fonte: MEYER, 1906b: fl.5

Segundo Meyer, em suas colônias, o atendimento escolar e religioso não era negligenciado. Como sinal disso, o prospecto (1906) trazia duas fotografias de ofícios religiosos – um grupo de fiéis após o culto e um batizado ao ar livre – e duas de atividades escolares – uma de um grupo de alunos na aula de ginástica, e a outra de um grupo de crianças com seus professores, casal Faulhaber, mais alguns pais na saída da escola (*Figura 15*). Note-se que a fotografia foi obtida de surpresa, com as crianças se movimentando de forma espontânea, distribuídas de modo desordenado, ocupando toda a linha central da imagem. Pelos olhares das três senhoras montadas em seus cavalos à esquerda, e de algumas crianças, algo aconteceu que desviou a sua atenção das lentes do fotógrafo: provavelmente os dois meninos em pé na sela de seu cavalo, à direita. Na extrema direita, delimitando a imagem, o prédio da escola de Neu-Württemberg e, à sua frente, os professores e mais algumas pessoas. Ao fundo, os resquícios da mata nativa. Crianças bem vestidas, outras nem tanto, meninas com seus chapéus, meninos com seus terninhos e chapéus ou bonés. Como era a única escola até então na colônia, as crianças se deslocavam por longas distâncias, utilizando para isso o meio de transporte disponível: o cavalo, representativo na imagem.



Figura 15 – Jovens escolares, 12x16 cm. Foto de Horst Hoffmann, Neu-Württemberg, 1903
 Fonte: MEYER, 1906b: fl.7; MEYER, 1904b: fl.9

Embora o *Stadtplatz Elsenau* ainda fosse uma pequena sede rural, já oferecia momentos de sociabilidade, através da realização de festas – como a “festa das crianças” [*Kinderfest*] –, tema de uma fotografia; e a formação das primeiras sociedades, como o coral e o grupo de lanceiros – respectivamente, *Gesangverein* e *Stechklub* –, temática de outra fotografia, onde os integrantes das duas sociedades pousaram juntos, com as suas bandeiras, para serem retratados.

Nesse ponto, o prospecto era sintomático, ao sinalizar para as mudanças ocorridas na sede Elsenau em questão de dois ou três anos: o aumento do número de edificações era indiscutível, e, caso o crescimento urbano continuasse nessas proporções, logo todos os terrenos estariam ocupados. Na vista urbana produzida em 1903 (*Figura 16*), no sentido norte-sul, em primeiro plano, parte do açude do moinho e uma vegetação rasteira. Na parte superior direita da imagem, e como tema central, o *Barracão dos Imigrantes*, com o cercado do potreiro, além de mais duas construções a direita, e na diagonal, a casa pastoral e a escola. Nota-se ainda a presença da floresta, limitando esse pequeno espaço central da colônia, com as ruas e quadras por construir.



Figura 16 – *Stadtplatz* Elsenau, 9,5x13 cm. Foto de Wilhelm Schäffer, Neu-Württemberg, 1903
Fonte: MEYER, 1904b, fl. 7

A sede urbana Elsenau foi a área mais fotografada de Neu-Württemberg, sob todos os ângulos, produzindo várias vistas parciais e panorâmicas. As lentes dos fotógrafos acompanharam o seu gradual crescimento, até assumir os contornos de uma cidade. Almerinda Lopes (2003: 261) lembra que o termo *vista* “indica uma certa singularidade, do ponto focal, como um momento particular de uma representação complexa do mundo que é um tipo de Atlas topográfico total”. Essencialmente, é um recorte de um todo.

Distanciando-se mais da área central da sede, provavelmente colocado na residência do diretor, no mesmo sentido norte-sul, o fotógrafo conseguiu ampliar o espaço fotográfico, representando com mais realismo ainda as mudanças ocorridas naquele lugar, desde 1903 até início de 1906 (*Figura 17*). As edificações, pequenas e rústicas construções de madeira, multiplicaram-se, com seus cercados. Sua distribuição ordenada pelas ruas e quadras, então já definidas, diferencial em relação à área rural circundante. Nesse espaço, não havia mais vestígios da mata, restando somente uma vegetação rasteira e uma considerável quantidade de troncos a serem serrados. Para além das casas, a mata se confundia com o terreno ondulado.



Figura 17 – Parte do *Stadtplatz* Elsenau, 9,5x13cm. Foto de Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1906
Fonte: MEYER, 1906b: fl. 20

Circulou também no mesmo período um cartão-postal reproduzindo uma vista parcial da sede da colônia com um enquadramento semelhante, obtida de um ponto mais afastado (*Figura 18*). O efeito colorido, simulando casas com cores claras, telhados de telhas, extensos gramados, alguns resquícios da floresta circundante, e, para além desse núcleo colonial, os campos, ocupando as colinas. Comparando esta fotografia com a anterior, é possível afirmar que a primeira primava pelo *real*, marcada pelo seu caráter informativo, enquanto a segunda, dentro de sua própria função como cartão postal, explorava a imaginação, apresentando um lugar idealizado e esteticamente belo. Pelas informações contidas no verso, o cartão-postal foi produzido ou pelo menos distribuído pela *Casa das Novidades*, em Santa Maria/RS.



Figura 18 – Nova-Württemberg. Cartão Postal, 8,5x13,5 cm. Foto de Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg, 1907.
Fonte: Acervo do MAHP.

Contrastando com esse espaço já *civilizado*, estava a floresta ou *Urwald*, onde se localizavam os lotes coloniais. Após uma curta estada no *Barracão do Imigrante*, o recém-chegado estabelecia-se, provisoriamente, no seu lote colonial, principiando a abertura de uma clareira para a construção do *rancho ou cabana*, e a instalação da primeira roça. Essa *simplicidade*, apesar de retomada em vários momentos nos prospectos de Herrmann Meyer, era mais penosa do que os imigrantes imaginavam, e foi o tema central das tomadas fotográficas do imigrante Wilhelm Schäffer, que registrou, detalhadamente, a chegada e instalação de sua família e das famílias Garn e Uhr nos seus respectivos lotes coloniais, a derrubada das primeiras árvores, o trabalho na formação de uma pequena roça e várias outras simplesmente denominadas de “vida de colonos”.³²⁵

Dentre as representações, a mais emblemática da simplicidade e das dificuldades da vida na colônia, foi a chegada de uma família de imigrantes em seu lote colonial (*Figura 19*). A família improvisou um pequeno abrigo com estacas cobertas de palha, para proteger seus pertencentes e alimentos. Além do núcleo central – uma mulher em pé, segurando uma panela, onde provavelmente pretendia

³²⁵ Lista de fotografias. Avulso, Caixa 43, MAHP.

improvisar nas estacas à sua frente um fogo de chão para fazer a comida; atrás dela, sentados no tronco de uma árvore dois meninos maiores, um menor em pé, e uma outra mulher sentada em uma cadeira, o único indício de conforto nesse meio. A ausência do patriarca na imagem deve-se ao fato dele próprio ser o fotógrafo, ou seja, Wilhelm Schäffer. Contornando e limitando o cenário, a floresta.



Figura 19 – Instalação de um imigrante em seu lote colonial, 15,8x13 cm. Foto de Wilhelm Schäffer, Neu-Württemberg, 1903
Fonte: MEYER, 1904b: fl. 3; MEYER, 1906: fl. 17

Esse registro fotográfico talvez foi o mais emblemático desse primeiro contato do imigrante com o seu lote colonial, visto que no século XIX predominaram as gravuras e pinturas, mas as fotografias eram raras. Também é uma das mais conhecidas, por estar publicada na obra de Jean Roche (1969).

Registrando ainda a instalação de uma outra família de colonos em seu lote colonial, o fotógrafo selecionou como tema a *primeira cozinha dos colonos*, instalada junto à cabana provisória (*Figura 20*). Algumas estacas frágeis, com uma cobertura de palha, abrigavam os pouquíssimos utensílios domésticos. Atrás da mesma, um tanto obscurecida, uma outra pequena cabana, que provavelmente abrigava a

família. No entorno, troncos de árvores secando, provavelmente para serem transformados em tábuas ou telhas, tal qual a pilha ali já disponível. Nesse espaço de interação do colono com o meio, a floresta recuava rapidamente.



Figura 20 – A primeira cozinha dos colonos, 7,1x13 cm. Foto de Wilhelm Schäffer, Neu-Württemberg, 1903

Fonte: MEYER, 1904b: fl. 6; MEYER, 1906b: fl. 19

Apesar da rusticidade representada nessas imagens, o imigrante/colono era proprietário de suas terras, de sua produção, e de tudo o mais que ali houvesse. Um lote colonial de 25 hectares era uma área considerável para os parâmetros de propriedade de pequenos camponeses na Alemanha, na época. Outro indício de que valia a pena migrar e se submeter a essas dificuldades era a quantidade de animais para o trabalho que a família já possuía: um cavalo e três mulas, enquanto na Europa o cavalo era de posse restrita da alta elite. E mais: se na Europa a obtenção de lenha era problemática após o cercamento dos campos públicos, na *nova Heimat* havia uma mata inteira para ser explorada.

Portanto, essa fase pioneira era provisória, e fazia parte da epopéia da colonização (cf. SANT'ANA, 1993-94), superada em dois ou três anos, quando então já conseguia acumular capital suficiente para construir uma casa para abrigar a sua família, bem como galpões, estábulos, currais. Novas áreas de matas haviam sido incorporadas às roças, aumentando a produção agrícola, paralela à criação de gado e porcos, além da manutenção de cavalos e mulas para o trabalho. Os prospectos narravam, visualmente, a conquista do território e sua transformação, apresentando,

já em 1904, uma seqüência de residências de colonos. No prospecto de 1906, já foram incluídas imagens de pequenas oficinas artesanais – moinho e serraria, ferraria, venda, engenho de cana-de-açúcar. A orientação de Herrmann Meyer era mais uma vez retomada, ou seja, preocupar-se primeiro em cultivar as suas roças e prover o seu sustento, revertia em acúmulo de capital suficiente para prover as demais necessidades, como as construções e a ampliação da área de cultivo.

Concluindo o prospecto, apresentava então a conquista do território, com extensas plantações de milho, tabaco e mandioca dominando o cenário, com a floresta recuando cada vez mais (*Figura 21*).



Figura 21 – Plantação de milho de um colono, 9,3x13 cm. Foto de Wilhelm Schäffer, Neu-Württemberg, 1903

Fonte: MEYER, 1904b: fl. 16; MEYER, 1906b: fl. 25

Uma vista parcial de lotes coloniais da colônia Xingu deixa evidente que se tratava de um espaço em constante mutação (*Figura 22*). Ao mesmo tempo, a coexistência de diferentes estágios do “sistema de roças”, conhecido na literatura alemã como *Raubbau* ou *Raubsystem*, vigente no Rio Grande do Sul, que foi uma novidade para o camponês alemão (ROCHE, 1969, WAIBEL, 1958; WILLEMS, 1980; CORREA e BUBLITZ, 2006). Em primeiro plano, a derrubada da mata, com restos de árvores secas, e um homem posando para o fotógrafo, na sua atividade de

cortar lenha com o seu machado. Atrás de si, uma faixa larga de plantações, na extrema direita, banana, e, no restante, lavouras de milho e tabaco se confundem. Na parte mais baixa do terreno, uma linha de casas de colonos, e mais um conjunto ao pé da colina. Em todo terreno, há vestígios da mata ainda. Quanto ao terreno, percebe-se que era bastante ondulado, mas mesmo assim, explorado pelos colonos. Enquanto no morro da direita predomina a floresta, o da esquerda foi totalmente desmatado, sobrando apenas um resto de vegetação.

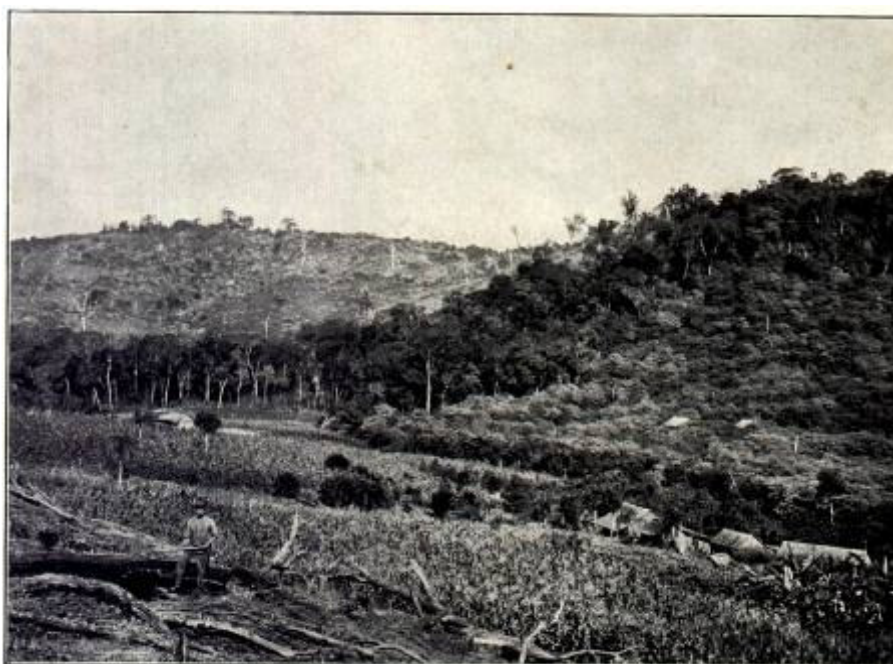


Figura 22 – Colônias com plantação de milho, tabaco e banana, 9,4x13 cm. Foto de Alfred Bornmüller(?), colônia Xingu, 1903
Fonte: MEYER, 1904b: fl. 18; MEYER, 1906b: fl. 27

Analisando a colonização sob o viés da história ambiental, Marcos Gerhardt (2002: 116) lembra que

as mudanças ambientais, como a retirada do mato para formar áreas de cultivos e a construção de estradas e pontes significaram, ao menos para colonos e administradores, o progresso, a vitória do trabalho humano civilizando a natureza; um olhar característico dos séculos XIX e XX, orientado pela crença na tecnologia e no progresso, um modelo de desenvolvimento que utilizou intensamente os "recursos naturais" mas, que esgotou-se nas décadas seguintes.

Enfim, a narrativa do prospecto seguia uma linha construtiva, ou seja, acompanhando a ocupação e construção de um espaço colonial, em todos os seus pormenores, apresentando o modo de vida mais primitivo na floresta até os aspectos

que a caracterizavam como uma proposta de colonização distinta – assistência escolar e religiosa, vida social, espaço urbano. Herrmann Meyer reafirmava, visualmente, a sua concepção de colonização, indicava o perfil do indivíduo apto a integrar seu projeto, e as condições de vida nas colônias. Porém, pela primeira vez, apresentou na Alemanha resultados mais palpáveis e visíveis de seu projeto de colonização no Rio Grande do Sul, assegurando a condição de bem-estar e prosperidade dos imigrantes alemães e colonos nacionais ali estabelecidos. Aos camponeses destinavam-se os lotes rurais, e para os imigrantes urbanos e de ofício, a sede urbana. Contudo, importava que tornar-se-iam, independente da escolha, proprietários. Na organização dos dois prospectos, Meyer deixou bem claro que o seu modelo de colônia e cartão-postal era Neu-Württemberg, enquanto Xingu era uma colônia agrícola, sem maiores atrativos.

2.2.1.2 *Neu-Württemberg: o cartão-postal da Colonizadora Meyer*

A constante produção e atualização do acervo fotográfico sobre a colônia Neu-Württemberg permite acompanhar o seu crescimento urbano e as mudanças verificadas na colônia, quase que anualmente.³²⁶ O enquadramento das imagens é semelhante e ao longo das três primeiras décadas, acabaram por definir e consagrar os locais a serem fotografados, reproduzindo fragmentos da colônia os quais, por si só, identificavam o todo, e confirmavam a imagem de colônia étnica, progressista e moderna construída e reforçada pelos demais discursos. Em síntese, sobressai o poder do fotógrafo em escolher o que fotografar, como fotografar, qual a disposição dos elementos na fotografia, criando assim um padrão fotográfico (cf. LOPES, 2003).

Como já mencionado, a própria *Colonizadora Meyer* produzia as fotografias da colônia, e em alguns casos adquiria os negativos produzidos por terceiros. Quando Hermann Faulhaber assumiu a direção da colônia Neu-Württemberg, em 1908, terceirizou totalmente essa atividade para um fotógrafo profissional. Percebem-se então imagens produzidas com mais cuidado, preocupadas também

³²⁶ Em parte das fotografias foi anotada a data de sua produção. Na ausência desse dado, a identificação por década baseia-se, então, pela datação dos elementos presentes na mesma.

com a sua apresentação estética e visando um público mais amplo, buscando estabelecer uma harmonia entre o tema representado e o seu enquadramento.

Para isso, foi fundamental o estabelecimento na colônia do fotógrafo Georg Malchow, já em 1905.³²⁷ Emigrou da Alemanha com o propósito de tornar-se colono em Neu-Württemberg, adquirindo para isso um lote colonial.³²⁸ Em 1910, transferiu-se para a sede urbana, onde instalou o seu ateliê fotográfico, notabilizando-se como fotógrafo de estúdio.³²⁹ Outro fotógrafo veio para Neu-Württemberg logo em seguida: o imigrante Adam Wilhelm Klos, que imigrou em janeiro de 1912. Na Alemanha, havia freqüentado um curso de fotografia, de onde também trouxe o seu aparelho fotográfico. Estabeleceu-se, definitivamente, na colônia com ateliê fotográfico em 1913. No trabalho de revelação das fotografias, após o seu casamento, passou a contar com o auxílio da esposa Frieda, além de outros ajudantes. Em decorrência da pouca clientela, passou uma temporada, entre 1920 e 1922, como fotógrafo itinerante nas colônias velhas.

Adam Klos foi o fotógrafo oficial da *Colonizadora Meyer*. De acordo com seu filho Otmar,

o que ajudou muito meu pai no início foram as viagens que ele fazia com o velho Hermann Faulhaber, que era o diretor da Companhia de Colonização. Esse era o seu freguês número um. Com esse ele viajava de carroça e a cavalo. Iam pelo interior tirando fotos das colônias que estavam se formando, do trabalho dos colonos derrubando árvores, fazendo roças. [...]. Essas fotos eram compradas pela Companhia e enviados à Alemanha com o objetivo de atrair mais gente para cá. Esse foi o trabalho que meu pai mais fez. Assim, ele conseguiu se manter. As fotos eram uma espécie de propaganda para incentivar a vinda dos alemães, compradores de lotes (KLOS citado por HINNAH, 1999: 25).

³²⁷ Malchow nasceu em Stettin. Casou com Elisa, em 1903, na Alemanha. Veio para o Brasil com a esposa e o filho primogênito. Pasta Genealogia de Georg Malchow, MAHP.

³²⁸ Adquiriu o lote colonial n. 11, na Linha Magdalena, e em 1911, o lote n. 10, na mesma localidade. Vendeu ambos, e adquiriu um terreno na sede urbana. Pasta Genealogia de Georg Malchow, MAHP.

³²⁹ Informações sobre seus artefatos fotográficos podem ser obtidas a partir de algumas notas fiscais onde estão enumerados os materiais adquiridos, na maioria, importados. Colava as fotografias em cartões, dado que comprava de Porto Alegre considerável quantidade dos mesmos. Em 13 de fevereiro de 1924, por exemplo, importou, via A. Brockmann & Cia., de Porto Alegre, “onze caixas de chapas fotográficas; dez grosas postais para fotografia; cinco quilos hiposulfito de soda; três gramas cloreto de ouro; duas prensas de madeira para aparelho fotográfico; um pano com dois e meio metros quadrados para fundo fotográfico”. Ainda, como produtos nacionais, “cinquenta cartões para colar fotografias”. No total, empregou Rs. 500.000. Nos anos seguintes, o que mais comprava eram cartões para colar fotografias, principalmente da marca Ridax, bem como pincéis para retoque. Na fatura de 19 de maio de 1926, adquiriu da A. Brockmann & Cia., 500 cartões 13/18 para colar fotografias, 500 cartões Gabinete de diferentes tamanhos e ½ dúzia de chapas 18/24 Gevaert E. R., num custo total de Rs. 406.000 (Pasta 2 – Georg Malchow - Diversos Documentos, Caixa 69, MAHP).

Quanto à preservação dessas fotografias e os seus negativos,

infelizmente todo esse material foi feito em chapas de 24x30 e cópia direta. Na época o vidro era muito caro e as mesmas chapas de vidro eram muito procuradas para fazer janelas. Depois de tirar as fotos o vidro era reaproveitado: se deixava na água morna um dia para sair aquela gelatina toda. Ficava só o vidro. Na época se pensava: para que guardar essas fotos de mato e roça queimada? (KLOS citado por HINNAH, 1999: 26).

Além de atender à demanda de *Colonizadora*, Adam Klos foi o fotógrafo de eventos sociais, festas, casamentos, cenas de família, batizados, grupos de escolares, entidades sociais etc. Resultado de seu trabalho, as vistas parciais da nascente sede urbana se multiplicaram, representando a colônia como um lugar tranqüilo, ordenado, higiênico, em constante expansão. Houve, ainda, a busca por imagens inusitadas de lugares comuns, explorando a ilusão de profundidade e a perspectiva, bem como molduras e formatos variados.

Passados dez anos da publicação do prospecto fotográfico de Meyer, uma vista parcial da sede urbana de Neu-Württemberg, obtida em 1916, por Klos, sinalizava para as transformações ocorridas naquele espaço (*Figura 23*).



Figura 23 – Vista parcial de Neu-Württemberg. Foto de Adam Klos, Neu-Württemberg, 1916
Fonte: Acervo do MAHP

Àquele pequeno conjunto de casas rústicas das fotografias 16 e 17 foi acrescida uma série de novas e amplas construções, a maioria já com pintura. A imagem, obtida do alto do morro da escola, no sentido sul-norte, registra a demarcação da praça central, naquele momento ainda um extenso gramado. Em primeiro plano, um grupo de homens posando junto aos seus automóveis, emblemas de modernidade e *status* social. No centro da imagem, a rua – nesse caso, um atalho para encurtar caminho – que corta a praça conduz o olhar para a residência do diretor da *Colonizadora*, localizada na colina oposta. Ao fundo, o terreno ondulado, com roças, capoeiras e mata fechada intercaladas. Ainda no canto superior direito da praça, já um pouco mais afastado até a borda da imagem, constam as construções da *Cooperativa* da colônia. Na lateral esquerda da praça, a segunda construção, era o salão Goldhard, centro da vida social do lugar, abrigando também uma sala de cinema.

Essas mesmas décadas assistiram ao processo final de implantação da colônia de Neu-Württemberg, com a venda dos últimos lotes de terras, chácaras e terrenos urbanos. Os colonos já desfrutavam de uma situação econômica mais estável, permitindo dispor de capital para investimento em obras de interesse comum, como a construção do templo da igreja evangélica luterana, inaugurado em 1923.³³⁰ A partir de então, os fotógrafos a consagraram como ponto de referência para as suas fotografias, contribuindo para isso a sua imponência e localização. Nesse ponto, verifica-se aquilo que Sônia Lima (1997) chamou de metonímia, ou seja, os lugares que se repetem com frequência e se consagram como referentes fotográficos. Um exemplo foi o registro de uma formação de geada numa manhã de inverno em 1925, de uma colina a oeste da área central (*Figura 24*). Em primeiro plano, o terreno irregular, com uma significativa camada de gelo, tal qual outras áreas próximas – remete às paisagens européias no inverno, com neve, num dia cinza. Intercalados, vê-se a mata e algumas casas, roças arroteadas, entre uma elevação e outra. As construções formam uma linha retilínea na parte mais baixa do terreno, organização típica de uma linha colonial. Todas as linhas da imagem convergem para um ponto comum: a torre da Igreja Luterana, um pontinho que

³³⁰ Para a construção da mesma, Herrmann Meyer pessoalmente não investiu capital, em função da crise financeira que enfrentava na Alemanha. Mas considerou que a obra contribuiu para “embelezar ainda mais a colônia Neu-Württemberg” (Carta privada. Leipzig, 3/7/1923. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

emerge do meio da vegetação. Como um farol, a torre da igreja orientava os colonos, e no caso, servia de código para a identificação e leitura da imagem.³³¹

Por outro lado, ausência de plantações nas roças indica para uma época imprópria para o plantio da maioria das culturas, além da escassez de pastos para os animais, decorrente da formação de geada.



Figura 24 – Vista parcial de Neu-Württemberg com formação de geada. Foto de Adam Klos, Neu-Württemberg, inverno de 1925
Fonte: Acervo do MAHP

Na segunda metade da década de 30, a área urbana de Neu-Württemberg já possuía contornos de uma pequena cidade colonial, com suas igrejas, escolas, algumas residências suntuosas em alvenaria com acabamentos arquitetônicos bem definidos, cobertas com telhas (*Figura 25*). O uso de cores e o retoque da fotografia realçavam a beleza do lugar, compondo um cenário harmonioso: as casas claras com telhados vermelhos junto ao verde das árvores e dos gramados. É a síntese de como a *Colonizadora* imaginava e representava sua colônia, e o resultado concreto de seus investimentos. Na linha do horizonte, a Igreja Luterana, e ao seu lado esquerdo, o novo prédio escolar. Ambos, imponentes no alto da colina, de frente para o centro da cidade. A tomada fotográfica, obtida de um plano mais baixo em

³³¹ Em 20 de agosto de 1965, pela primeira vez, registrou-se a ocorrência de neve em Panambi. Sobre o fato, há várias crônicas e um variado acervo fotográfico. Na construção identitária local, foi o momento em que a ex-colônia Neu-Württemberg vivia seu inverno europeu (cf. Acervo fotográfico do MAHP).

direção ao alto do morro, dá a impressão que o prédio da igreja é o limite: além da torre, somente o céu.



Figura 25 – Vista do morro da Igreja e escola, 12x17 cm. Foto de Adam Klos, Neu-Württemberg, final da década de 1930
Fonte: Acervo do MAHP

O templo da Igreja Luterana, a cascata do rio Palmeira e vistas da colônia Neu-Württemberg foram temas de postais, produzidos na Alemanha, para fins de propaganda. Os cartões-postais têm por princípio desvendar o belo, no caso das cidades, os lugares consagrados, que a representem melhor, no sentido de encantar os olhos do observador.³³² No início do século XX, o cartão-postal ilustrado por fotografias alcançou o auge de sua produção e de seu consumo, auxiliado pelos grandes deslocamentos migratórios e pelo crescimento do turismo. Também surgiu o hábito, entre a elite e as camadas médias, de formar coleções de postais. Eram utilizados tanto para a intimidade quanto para a exposição. Esse registro visual objetiva estabelecer uma comunicação entre ausentes e assim restituir uma

³³² O cartão-postal, surgido no final da década de 1860 na Europa, provocou uma queda abrupta nos custos de produção das fotografias. Consiste numa carta aberta, com um espaço no verso para o recado e o endereço. A partir de então, passou a ser uma das formas mais utilizadas para a circulação de correspondências. “Consumindo os ícones que as representavam, o turista, que durante suas viagens interrompia a mesmice de seu cotidiano, queria mostrar aos seus parentes e amigos que também ele participava do ‘avanço da civilização’, simbolizada nos cartões-postais, por um mundo ordenado por signos já identificados com as noções de belo, prazer e avanço, sobretudo tecnológico” (BORGES, 2003: 59-60).

distância. A mensagem escrita pelo remetente individualiza cada postal (cf. SCHAPOCHNIK, 1998).

Os postais de Neu-Württemberg retratando o templo da Igreja Luterana, datados de 1930, foram confeccionados pela Graser & Schneider, da cidade de Leipzig, na Alemanha. A arquitetura, em estilo gótico, não difere das igrejas da Alemanha e foi realçada no postal. A imagem foi obtida, na diagonal, do lado leste da igreja, permitindo o enquadramento do prédio como um todo e uma noção de sua área. A torre mais alta abriga os três sinos e um relógio, ambos marcando a passagem do tempo e ordenando o cotidiano dos seus habitantes. À direita da igreja, a casa pastoral, e na sua esquerda, o prédio da escola (*Figura 26*).



Figura 26 – Cartão-postal da Igreja Luterana de Neu-Württemberg, 9x14 cm. Produzido pela Graser & Schneider, Leipzig C1. 1930
Fonte: Acervo do MAHP

O composição do referido postal assemelhava-se a uma pintura, permitindo assim ao seu produtor retocar a fotografia original, atribuindo-lhe contornos, cores e realces imaginários, compondo um conjunto belo e atraente aos olhos de seus consumidores. Isso é evidente ao comparar a fotografia original da igreja luterana com o postal produzido a partir da mesma (*Figuras 27 e 28*).³³³

A cascata do rio Palmeira foi talvez o ponto mais fotografado e disputado na colônia Neu-Württemberg, devido ao seu valor econômico e possibilidades de

³³³ Relatório 8-10. De 16/4 a 31/5/1903. Porto Alegre, 4/06/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

exploração. Já em 1903, Horst Hoffmann enviou três fotografias da mesma para Herrmann Meyer usar na propaganda da colônia na Alemanha. Nas décadas seguintes, integrou o roteiro de passeios familiares e atraiu banhistas, pela sua beleza (*Figura 29*).



Figura 27 – Cartão-postal da Igreja Luterana de Neu-Württemberg, 14x9 cm, final da década de 1920. Produzido pela Graser & Schneider, Leipzig C1. 1930
Fonte: Acervo do MAHP



Figura 28 – Igreja Luterana de Neu-Württemberg, 11,5x8,5 cm, final da década de 1920
Fonte: Álbum de Emilie Reich, MAHP



Figura 29 – Cascata do rio Palmeira, 8,5x11,5 cm. Neu-Württemberg, década 1920
 Fonte: Álbum de Emilie Reich, MAHP

Herrmann Meyer, além de seu uso privado das fotografias e para fins de propaganda, participava de eventos e exposições fotográficas realizadas por diferentes instituições da Alemanha sobre o Brasil ou os alemães no exterior. Para a exposição promovida pelo Instituto de Stuttgart, intitulada *Aus der Auswanderungs-Ausstellung des Deutschen Ausland*, que tinha por objetivo mostrar os emigrantes alemães no estrangeiro, Meyer enviou três fotografias da colônia Neu-Württemberg no final da década de 1910, no formato cartão-postal. As mesmas eram integrantes de uma coleção de fotografias e postais sobre o Brasil, pois foram identificadas como Brasil III.

Em maio de 1911, Meyer informou à gerência da *Colonizadora* que “aquela bonita vista de Neu-Württemberg [*Ansichten von Neu-Württemberg*]” cujo exemplar recebeu há pouco, foi montado em um quadro, acompanhado de um texto e um mapa, e exposto na secção reservada para os emigrantes da *Higiyene-Ausstellung* de Dresden.³³⁴

Já no final da década de 1930, paralela à produção de imagens de si, fotógrafos *de fora* também retrataram a colônia Neu-Württemberg. Em 1939, foi

³³⁴ Carta. Leipzig, 11/5/1911. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP.

fundado em Cruz Alta o jornal *Diário Serrano*, o qual, nas suas primeiras edições, dedicou um caderno especial a cada distrito do município. Na edição de abril, sob a manchete “O progresso dos distritos de Cruz Alta – Vila Pindorama” [ex-colônia Neu-Württemberg, 6º distrito de Cruz Alta], informava sobre uma exposição de fotografias da Vila Pindorama no *placard* do jornal. “O primeiro quadro contendo 48 fotografias, dão uma nítida e agradável impressão, a quem o admira, demonstrando de maneira plausível o que é o grande centro industrial e progressista do 6º distrito de Cruz Alta” (*Diário Serrano*, 2/4/1939, capa). Explicava ainda que o autor das fotografias em exposição era o “conhecido amador fotográfico” João Mostardeiro, o qual havia produzido as mesmas quando do exercício de suas funções no local. Logo na seqüência, em outro número do noticioso, sob a manchete “Uma célula vigorosa do progresso municipal – Pindorama através [de] uma reportagem fotográfica”, atribuía a iniciativa em expor essas fotografias à sua “admiração e entusiasmo”, visando, assim,

mostrar ao maior número de pessoas o que é Pindorama, com os seus prédios bonitos e modernos, as suas indústrias, a sua topografia, enfim, a sua vida social, física e comercial, foram recompensados abundantemente com o fato altamente significativo de que, durante todos os dias em que as fotografias de Pindorama permaneceram em nosso *placard*, não houve um instante sequer em que elas não atraíssem grupos e pessoas que vinham admirá-las, podendo-se mesmo afiançar que, nesses dias, se realizava uma verdadeira romaria ao *placard* fotográfico deste diário.

Aliás, isto não seria de estranhar, quando todas as pessoas e estatísticas, são unânimes em afirmar que Pindorama é uma das mais possantes células do progresso municipal. Acontece, entretanto, que nos últimos tempos, a sede do 6º distrito tem progredido de forma a se tornar credor dessa admiração sincera que desperta em todos aqueles que, observando a marcha de todas as parcelas da Nação, se congratulam patrioticamente com o seu progresso moral, material e econômico (*Diário Serrano*, 16/4/1939, contracapa).

Sempre existe uma razão para a criação de uma fotografia, permeada pela opção do fotógrafo, o qual seleciona o assunto, influenciando na concepção e construção da imagem final. As vistas urbanas das décadas de 1910, 20 e 30 da colônia Neu-Württemberg foram produzidas a partir dos interesses dos fotógrafos, atendendo às expectativas da *Colonizadora Meyer*, para a qual uma imagem positiva da colônia era essencial para sua propaganda e venda de terras, devendo para isso ser representada como um lugar atraente. Eram produções em busca do espelho,

retirando/ocultando tudo aquilo que perturbava a imagem desejada.³³⁵ Isto é, o *invisível*, aquilo que existe, mas não é privilegiado como tema fotográfico, como os *lavradores nacionais*, o desbravamento da mata, as doenças, a morte, etc.

Se o fotógrafo atua como um filtro cultural, o seu leitor também olha para a fotografia a partir de sua cultura, selecionando o que deseja ver ou não. Kossoy (2002) ressalta que a imagem fotográfica entendida como documento/representação, contém em si realidades e ficções, o que a torna ambígua. Apesar dessas particularidades, a imagem fotográfica fornece provas, indícios, e funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade, um testemunho que contém evidências sobre algo que em algum momento existiu. Ou, como reitera Ulpiano T. B. Meneses (2003b: 142), “a imagem não mente jamais, o discurso dos homens sobre ela ou por seu intermédio é que pode ser mentiroso. Como diz o ‘social photographer’ americano do começo do século passado, Lewis Hine, fotógrafos não podem mentir, mas mentirosos podem fotografar”. Para Ivo Canabarro (2005: 38),

as intenções de construção da visualização da mesma sociedade é um meio de mostrar-se para si e para os outros, revelando não somente o que se havia conquistado, mas a organização das diferentes sociedades em suas formas produtivas ou mesmo nos modelos idealizados de representação, os quais podem ser apropriados de outros contextos, tanto pelos fotógrafos quanto pelos fotografados.

Portanto, nas três primeiras décadas do século XX, Herrmann Meyer, por meio da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, esteve envolvido na construção de um projeto social e cultural de preservação da germanidade/*Deutschtum* no exterior, funcionando a colônia Neu-Württemberg como laboratório para esse experimento. Pretendendo-se modelar a nível de Rio Grande do Sul e como uma via alternativa dentro da própria Alemanha e para os emigrantes alemães, investiu maciçamente em propaganda, bem como na produção e divulgação de prospectos e artigos informativos. Reafirmava, diante de todas as críticas, a viabilidade de seu projeto de uma colônia étnica alemã, mas não necessariamente confessional, em pleno século XX; e que Neu-Württemberg

³³⁵ O fotógrafo alemão Albert Richard Dietze (1838-1906), por exemplo, atuou no Rio de Janeiro, em Vitória e na antiga colônia de Santa Leopoldina, na região serrana do Espírito Santo. Nessa última, acabou por se estabelecer, produzindo várias fotografias de “vistas” com o intuito de atrair novos imigrantes para o local. Era uma propaganda particular. Porém, as suas fotografias não diferem muito das vistas produzidas pelos fotógrafos de Neu-Württemberg (cf. Lopes, 2003).

realmente era “um pedaço da Alemanha no sul do Brasil”, criando essa *imagem de si, para si* e para os *outros*, sendo paulatinamente reconhecida pelos *outros* como tal, construindo assim a sua identidade individual e coletiva.³³⁶ Enquanto Herrmann Meyer foi o idealizador desse projeto, traçando suas coordenadas gerais, Hermann e Marie Faulhaber foram os responsáveis diretos pela sua execução na prática, especialmente no campo religioso, educacional e cultural.

Dessa forma, as narrativas produzidas na primeira metade do século XX pela e sobre a colônia Neu-Württemberg – e ainda reproduzidos e reatualizados atualmente – destacaram, em primeira linha, o lado *supostamente* filantrópico e cultural do projeto de colonização de Meyer, ocultando ou esquecendo, sob todos os aspectos, o seu projeto capitalista, evidente no cotidiano da colonização.

³³⁶ Para Roger Chartier (2002: 10-11), “é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto, de seu ‘ser percebido’, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros de realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação de representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada”.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL – PUCRS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ROSANE MARCIA NEUMANN

UMA ALEMANHA EM MINIATURA:

**O PROJETO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
ÉTNICO PARTICULAR DA *COLONIZADORA MEYER*
NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1897-1932)**

Porto Alegre

2009

ROSANE MARCIA NEUMANN

UMA ALEMANHA EM MINIATURA:
O PROJETO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
ÉTNICO PARTICULAR DA *COLONIZADORA MEYER*
NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1897-1932)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N492u Neumann, Rosane Marcia
Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). / Rosane Marcia Neumann. – Porto Alegre, 2009.
2 v. 632 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
Orientação: Prof. Dr. René Ernaini Gertz.
Conteúdo: v.2 - Capítulos 3 e 4.

1. História – Rio Grande do Sul – Século XX.
2. Migração. 3. Colonização Alemã – Rio Grande do Sul. 4. Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. 5. Neu-Württemberg - Panambi. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.

CDD 981.65052

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

ROSANE MARCIA NEUMANN

***UMA ALEMANHA EM MINIATURA: O PROJETO DE IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO ÉTNICO PARTICULAR DA COLONIZADORA MEYER NO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL (1897-1932)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. René Ernaini Gertz (Orientador)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Arthur Blásio Rambo
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr. Paulo Afonso Zarth
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul – UCS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Herrmann Meyer	66
Figura 2 – Traçado da ferrovia da <i>Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande</i>	70
Figura 3 – Colônias do Dr. Herrmann Meyer no Rio Grande do Sul	116
Figura 4 – Localização das colônias Neu-Württemberg e Xingu no Rio Grande do Sul, e o estado na América do Sul	121
Figura 5 – Hermann e Marie Faulhaber	160
Figura 6 – Convite para palestra, 1908	163
Figura 7 – Planta <i>Stadtplatz</i> Elsenau, 1901	202
Figura 8 – Planta <i>Stadtplatz</i> Elsenau, 1906	203
Figura 9 – Planta definitiva do <i>Stadtplatz</i> de Neu-Württemberg	204
Figura 10 – Estrada principal pela colônia Neu-Württemberg	235
Figura 11 – Queda d'água no rio Palmeira	236
Figura 12 – Casa do Imigrante	238
Figura 13 – Casa Pastoral	239
Figura 14 – Residência do diretor da colônia	241
Figura 15 – Jovens escolares	242
Figura 16 – <i>Stadtplatz</i> Elsenau	243
Figura 17 – Parte do <i>Stadtplatz</i> Elsenau	244
Figura 18 – Nova-Württemberg, Cartão-postal	245
Figura 19 – Instalação de um imigrante em seu lote colonial	246
Figura 20 – A primeira cozinha dos colonos	247
Figura 21 – Plantação de milho de um colono	248
Figura 22 – Colônias com plantação de milho, tabaco e banana	249
Figura 23 – Vista parcial de Neu-Württemberg	252

Figura 24 – Vista parcial de Neu-Württemberg com formação de geada	254
Figura 25 – Vista do morro da Igreja e escola	255
Figura 26 – Cartão-postal da Igreja Luterana de Neu-Württemberg	256
Figura 27 – Cartão-postal da Igreja Luterana de Neu-Württemberg	257
Figura 28 – Igreja Luterana de Neu-Württemberg	257
Figura 29 – Cascata do rio Palmeira	258
Figura 30 – Planta da colônia Xingu	288
Figura 31 – Planta da Posse de Boi Preto	307
Figura 32 – Planta das Linhas Schwaben, Hindenburg e München II	348
Figura 33 – Grupo de homens nos trabalhos de construção de estrada	358
Figura 34 – Anúncio de Venda de terras, colônia Neu-Württemberg	372
Figura 35 – Anúncio de venda de terras, Neu-Württemberg	375
Figura 36 – Anúncio de venda de terras, colônia Fortaleza, 1927	376
Figura 37 – Venda de terras na colônia Erval Seco, 1937	377
Figura 38 – Anúncio de venda de terras, <i>Colonização Cash</i> , 1927	379
Figura 39 – Planta da colônia Neu-Württemberg, 1906	392
Figura 40 – Gráfico da venda de lotes coloniais, 1900-1947	394
Figura 41 – Planta da colônia Erval Seco, com as linhas e lotes coloniais	397
Figura 42 – Gráfico da entrada de imigrantes em Neu-Württemberg entre 1920-26	451
Figura 43 – Gráfico do número de pessoas por família imigrante estabelecida em Neu-Württemberg entre 1920-26	452
Figura 44 – Prédio da <i>Genossenschaft</i> ou <i>Cooperativa de Produção e Compras de Neu-Württemberg</i>	526
Figura 45 – Capa do Guia Pela Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria	538
Figura 46 – Grupo 3. Indústria	539
Figura 47 – <i>Castelinho</i> , residência da família Wolgien	552

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Remessa de dinheiro de Herrmann Meyer para a Firma Herrmann Meyer, 1898-1900	77
Quadro 2 – Funcionários da administração da <i>Colonizadora Meyer</i>	85
Quadro 3 – Denominação das ruas na colônia Neu-Württemberg	199
Quadro 4 – Movimento do correio de 1905 a 1908 da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer	211
Quadro 5 – Terras adquiridas por Carlos Dhein – 1897-1900	296
Quadro 6 – População da colônia Neu-Württemberg, 1905-1926	338
Quadro 7 – Posses legitimadas adquiridas pela <i>Colonizadora Meyer</i> , 1915-1917	349
Quadro 8 – Lotes por colônia e linha colonial	389
Quadro 9 – Composição étnica da população da colônia Neu-Württemberg, 1910	441
Quadro 10 – Criação e distribuição de animais por propriedade em Neu-Württemberg, 1903	513
Quadro 11 – Preço dos produtos em Cruz Alta, 1903	516
Quadro 12 – Preço dos produtos na colônia Neu-Württemberg, 1906	516
Quadro 13 – Exportação na colônia Neu-Württemberg de 1/8/1909 a 31/7/1910	520
Quadro 14 – Importação na colônia Neu-Württemberg de 1/8/1909 a 31/7/1910	521
Quadro 15 – Comparativo da arrecadação do município de Cruz Alta por distrito, 1923-1927	528
Quadro 16 – Estabelecimentos profissionais em Neu-Württemberg, 1906-1925	534
Quadro 17 – Contratos de compra e venda da <i>Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer</i> , 1900-1942	567

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico Municipal

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CMV – Câmara Municipal de Vereadores

MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana

MAHMCA – Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta

MAHP – Museu e Arquivo Histórico de Panambi

MMPKR – Museu Municipal Pastor Karl Ramminger

OP - Secretaria dos Negócios das Obras Públicas

RGNW – Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft

Ha. – Hectare

Mk. – Marco (moeda da Alemanha)

Rs. – Réis (moeda brasileira)

SUMÁRIO

VOLUME 1

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – EMPRESA DE COLONIZAÇÃO DR. HERRMANN MEYER: ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO	40
1.1 Imigração e colonização no Rio Grande do Sul republicano	41
1.1.1 Cruz Alta: a <i>Rainha da Serra</i> e a colonização	45
1.2 Várias trajetórias, um destino: o “Schingu”	56
1.3 Investimentos de Herrmann Meyer no Brasil	67
1.3.1 <i>Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande</i>	67
1.3.2 <i>Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer</i>	74
1.4 “Minha viagem pelas colônias do Rio Grande do Sul”: uma avaliação de mercado	93
1.5 Herrmann Meyer: a construção do projeto de colonização	112
CAPÍTULO II – A NOVA HEIMAT: O TRABALHO EM PROL DA GERMANIDADE	132
2.1 “A obra da minha vida”: colonização e germanidade	133
2.1.1 Um projeto a-confessional	145
2.1.2 Hermann Faulhaber: “o símbolo do nosso ‘ <i>Serra-Deuschtums</i> ”	156
2.1.2.1 A rede escolar na colônia	172
2.1.3 Marie Faulhaber e a construção da identidade teuto-brasileira	183
2.1.4 Colônias: uma Alemanha em miniatura	193
2.2 Propaganda: uma imagem de si, para si, e para os outros	207
2.2.1 A colonização em imagens fotográficas	224

2.2.1.1 Um prospecto fotográfico	230
2.2.1.2 Neu-Württemberg: o cartão-postal da <i>Colonizadora Meyer</i>	250

VOLUME 2

CAPÍTULO III – COMPRAR, VENDER, LUCRAR: UM EMPREENDIMENTO DE COLONIZAÇÃO CAPITALISTA	261
3.1 Terra: uma propriedade particular	262
3.2 Delimitação do espaço colonial	269
3.2.1 Caso Boi Preto	295
3.2.2 <i>Lavrador nacional</i> : o excluído do projeto de colonização	302
3.2.3 Hermann Faulhaber: ousadia e empreendedorismo	323
3.3 Colonização: um negócio lucrativo	335
3.3.1 Infra-estrutura das colônias	340
3.3.2 Vendem-se terras: os anúncios	359
3.3.3 Lotes coloniais para compradores com dinheiro	370
3.4. A colônia sustenta o colonizador	390
CAPÍTULO IV – COTIDIANO DA COLONIZAÇÃO E DA COLÔNIA	414
4.1 Impasses da colonização: imigrantes ou colonos	415
4.1.1 Imigrantes desejáveis e indesejáveis para a colônia	443
4.1.2 Projeto de colonização Meyer: um alvo de críticas	448
4.2 A rede de relações no cotidiano da colônia	478
4.3 Colonos e o desenvolvimento da produção agrícola	495
4.3.1 Industrialização e urbanização	520
4.4 Chegar, permanecer, partir. A migração interna	547
CONCLUSÃO	566
FONTES DE PESQUISA	577
ANEXOS	612

CAPÍTULO III

COMPRAR, VENDER, LUCRAR: UM EMPREENDIMENTO DE COLONIZAÇÃO CAPITALISTA

Lamentavelmente, contrariando a minha expectativa, Dhein não adquiriu uma área de terras contínua, mas sim comprou quatro áreas em lugares distintos, o que dificultou muito a colonização, encareceu e, como por exemplo a colônia Guarita/Fortaleza mostra, em parte retardada por uma geração. Se toda força e todo dinheiro desde o princípio foram concentrados em Neu-Württemberg, foi com todo respeito o melhor. Com certeza, mais tarde, foi investido dinheiro o suficiente em Neu-Württemberg e, infelizmente, muitas vezes com um resultado lastimoso.

Herrmann Meyer, 1930

337

Sobre a questão da rentabilidade da colonização, eu também já havia pensado. Eu imaginei que a colonização era algo mais fácil e barato, e que em pouco tempo poderia sair desse negócio. Mas em virtude dos grandes prejuízos com Dhein, e o progresso muito lento da colônia, eu cheguei à conclusão, de que a colonização não é um negócio brilhante.

Herrmann Meyer, 1904³³⁸

Ser proprietário de terras, esse era o objetivo central que impulsionava colonos e emigrantes a deixarem o seu lar ou a sua *Heimat* e migrar para as novas

³³⁷ Carta. Leipzig, 31/7/1930. Herrmann Meyer à “Faulhaber-Stiftung”, Sr. Fr. Krahe, Neu-Württemberg. Pasta 2 - Cartas - Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP.

³³⁸ Carta. Leipzig, 4/6/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43. MAHP.

zonas de colonização. Logo, *colonização* e *comércio de terras* são indissociáveis. A *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, por sua vez, desempenhou o papel de intermediária na consecução desse objetivo, com a formação de um complexo colonial e a posterior venda, na forma de lotes coloniais, das terras aos colonos, formando uma colônia baseada na pequena propriedade com produção agrícola diversificada. A delimitação espacial do complexo colonial, com a incorporação de novas áreas de terras, implicou, por sua vez, na expulsão do *outro*, que até então ocupava essa região, bem como a legitimação dessas terras. Investiga-se então a inserção dessa *Empresa de Colonização* e de seu complexo colonial na região Noroeste do estado, no comércio de terras e a valorização das mesmas, a expulsão do *lavrador nacional* e os reflexos do contexto econômico nacional e internacional no desenrolar da colonização.

3.1 TERRA: UMA PROPRIEDADE PARTICULAR

Na Inglaterra, de modo mais acentuado no século XVIII, ocorreu um rápido processo de *enclosure*,³³⁹ motivado pelo aumento da criação de carneiros, deslocando os camponeses para as áreas urbanas, gerando um processo de erosão da propriedade camponesa, estruturada na aldeia tradicional. Os pequenos proprietários foram expropriados, e aqueles que não podiam provar a posse da terra, desterrados,³⁴⁰ resultando na concentração de terras nas mãos de grandes proprietários. Também foi o momento da modernização da agricultura inglesa, com a

³³⁹ O termo *enclosure* significa encerrar, rodear de sebe ou tapume de vedação, vedar. Trata-se do processo de cercamento dos campos ocorrido na Europa, em diferentes momentos. Na Grã-Bretanha, ocorreram dois movimentos nesse sentido: um no século XVI, outro no XVIII. Os proprietários vedam as suas propriedades, de modo a impedir que continuem a servir de logradouros comuns, ou apropriam-se de bens comuns, transformando-os em propriedades privadas cerradas. (MOORE JR., 1967: 28-30, 617).

³⁴⁰ Antes mesmo desse período de cercamentos já existia uma numerosa população sem terra na Inglaterra: em 1690, havia cinco trabalhadores sem terra para cada três com terra; em 1831, a proporção era de cinco para dois (MOORE JR., 1967).

introdução de novas técnicas de cultivo e adubação (MOORE JR., 1967). Para Raymond Williams, o que realmente aconteceu nas regiões economicamente dinâmicas foi

a imposição de um sistema social capitalista através de confiscos legalizados, realizados por representantes da classe beneficiada [os proprietários de terras]. Este é um dado de importância crucial, e a quantidade de terra atingida por ele – um quarto de todas as terras cultivadas – nos permite afirmar que se trata de um fator decisivo. Porém, não podemos isolá-lo do longo processo de anexação de propriedades fundiárias, da estratificação de proprietários e arrendatários e do número crescente de pessoas sem terra – as conseqüências gerais do capitalismo agrário (WILLIAMS, 1989: 139-140).

Já a França, numa situação oposta à da Inglaterra, não passou por um movimento extensivo de *enclosures*. Em larga medida, o grande proprietário estava interessado em conservar os arrendamentos aos camponeses, porque eles lhe proporcionavam a base da sua existência. Apenas no último quartel do século XVIII a situação começou a mudar. A agricultura comercial nos séculos XVII e XVIII não se desenvolveu na França tal qual na Inglaterra, pois faltavam produtos para o mercado (MOORE JR., 1967; WILLIAMS, 1989). No mesmo período, na Alemanha, a classe predominante era a agrária, mas não havia um *campesinato* estruturado (MOORE JR., 1967; WILLIAMS, 1989).³⁴¹

Por sua vez, na sociedade chinesa, a posse de terra era absolutamente necessária para alguém ser um membro completo da aldeia. A terra proporcionava as bases para as atividades do clã. A família era a principal unidade da produção econômica. A falta de uma propriedade significava a falta de família e a falta de religião. Logo, na China havia *campesinato*, e “a coesão da sociedade aldeã chinesa parece ter sido consideravelmente menor do que a de outras sociedades rurais e

³⁴¹ O tamanho da propriedade na Alemanha era extremamente reduzido, pois 4/5 das propriedades tinham menos de 5 hectares, variando contudo de uma região para outra, não permitindo que uma família sobrevivesse na mesma. Ainda, variava o sistema de herança, onde todos os filhos herdavam estava mais fracionada, e os pequenos proprietários buscavam a obtenção de renda em atividades complementares, como a extração de madeira sob a forma de lenha e carvão; o artesanato doméstico, especialmente na região do *Hunsrück*, a que mais resistiu ao avanço da industrialização e de onde vieram inúmeros emigrantes para o Rio Grande do Sul. Onde apenas um dos filhos – o primogênito ou o caçula – herdava a propriedade, esta mostrava-se menos fracionada, mas esse sistema, de modo geral, expulsou grande parcela da população para as áreas urbanas tornando-se operários de fábricas, prevalecendo na região do *Schleswig-Holstein* e na *Vestfália* (cf. WILLEMS, 1940; ROCHE, 1969; WEIMER, 2005).

dependia muito fortemente da existência de propriedades suficientes” (MOORE JR., 1967: 254).

Barrington Moore Jr. destaca que uma das principais diferenças entre a via americana para a moderna democracia capitalista e as vias seguidas pela Inglaterra e a França provém do começo tardio da América. Os Estados Unidos, por exemplo, não enfrentaram o problema de desmantelar uma sociedade agrária complexa e bem estabelecida, quer fosse ela feudal ou burocrática. Assim, desde o início, a agricultura comercial foi importante, tornando-se predominante. A sociedade americana não teve uma classe de camponeses comparável às da Europa e da Ásia. Na América do Norte, não havia *campesinato* nesse período, o que pode ser generalizado para o restante da América também.

O termo *campesinato*, no sentido clássico, designa os pequenos proprietários sujeitos às obrigações sociais e políticas. Conforme Otávio Velho (1979), o *campesinato*, em alguns momentos, assumiu mesmo um papel político, agindo como um corpo mais ou menos coerente. Sugere que o *campesinato* não é, no sentido marxista do termo, uma classe, dado que não se opõe a outro grupo no próprio processo de produção. Contudo, na medida em que é subordinado, efetivamente se opõe a outro grupo em outro nível. O *campesinato*, então, constitui o que denomina de “uma *classe política*”.³⁴²

O camponês, segundo Marc Bloch (2001), pelo menos na Europa, independente da sua época e espaço, é antes de tudo um cultivador, e como tal deve ser entendido. Isto é, o camponês é o homem que trabalha a lavoura com mão-de-obra familiar, com o objetivo de produzir para a sua subsistência e do seu núcleo familiar, comercializando os possíveis excedentes de produção. Acrescenta que a vida rural é dinâmica, passando por um constante processo de mudança e adaptação, manifesta nos instrumentos de trabalho, saberes tecnológicos, plantas

³⁴² Explorando as diferentes teorias explicativas sobre o campesinato, Márcio A. Both da Silva (2004: 17) salienta que “a questão camponesa é um problema complexo, pois envolve uma série de detalhes difíceis de serem apreendidos sem que se faça antes uma observação profunda de tudo aquilo que está ligado a um determinado tipo de sociedade camponesa. Circunstâncias como a história particular de cada grupo, a sua inserção dentro dos quadros de uma sociedade maior, sua atuação política, sua cultura, seu modo de interpretação do mundo social e também a sua relação com o mundo natural, são fatores importantes para a compreensão detalhada do mundo campesino. Em consequência, é muito difícil apontar uma teoria ou escola teórica capaz de dar conta de toda a complexidade relacionada ao modo de vida camponês”.

cultivadas, sistemas de rotação, etc. Questiona, assim, o suposto tradicionalismo atribuído ao campesinato, indicando que o mesmo estava vinculado mais ao costume do que à resistência propriamente dita às inovações tecnológicas. Éster Boserup (1987) entende que a passagem de um sistema agrícola a outro, isto é, um menos intensivo a um mais intensivo, não está associado apenas a questões de cunho cultural ou intelectual, mas está diretamente vinculado à pressão demográfica e conseqüentemente, às necessidades de sobrevivência dos camponeses.

No final do século XV, na Inglaterra, percebe-se a derrocada do feudalismo, marcando a transição do conceito medieval de terra como base de funções e obrigações políticas para a idéia moderna de terra, como um investimento para a obtenção de rendimentos. A terra passou a ser tratada cada vez mais como algo que podia ser comprado e vendido, usado e abusado, uma mercadoria com valor de mercado, enfim, a propriedade particular para o moderno capitalista (MOORE JR., 1967).

Essa reestruturação capitalista do meio rural mostrou que a “santidade da propriedade tem de coexistir com violentas mudanças de relações de propriedade, e um ideal de caridade deve conviver com relações de trabalho rigorosas tanto no velho sistema quanto no novo” (WILLIAMS, 1989: 68). Uma das conseqüências imediatas mais visíveis foi a emigração, primeiramente dos camponeses expropriados e sem terra e, em seguida, dos artesãos, que não podiam mais concorrer com as novas formas de produção industrial. Contribuíram, também, para esse movimento sucessivas crises agrícolas. O destino: as áreas urbanas. Quando estas não comportaram mais os excedentes populacionais, os mesmos foram canalizados para fora de suas fronteiras territoriais.

No Brasil, a questão agrária apresentou feições próprias. Não obstante na Europa a modificação do sistema agrário tenha sido essencial para o desenvolvimento do capitalismo em sua plenitude, ao promover o desmoronamento do mundo rural e aristocrático então vigente, no Brasil, o mesmo não sucedeu.

Aqui, o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização pode prescindir de uma virtual mudança dos padrões de propriedade no campo – como foi o exemplo francês – e de uma revolução agrícola que, em alguns casos, precedeu – exemplo inglês – e, em outros, acompanhou a Revolução Industrial. No Brasil, o capitalismo reforçou a tendência histórica da grande

propriedade e da expropriação do trabalhador e sua família, que desbravam e alargam a fronteira agrícola (LINHARES e SILVA, 1999: XIV-XV).

Portanto, tentou-se uma modernização liberal, evitando mudanças radicais e conflitos. Em julho de 1822, foi proibida a doação de sesmarias. A razão, embora não declarada, estava relacionada à constatação de que, com o aumento da população e o advento do progresso, a terra tornava-se um bem cada vez mais escasso e valorizado, na medida em que se integrava ao processo produtivo, transformando-se, por isso, em fonte de constantes disputas entre os proprietários do interior (cf. FERES, 1990). Tanto no Brasil quanto na América Latina em geral, imperava a grande propriedade, cuja característica era não dividir. Assim, habitualmente permanecia por várias gerações na mesma família.

O passo seguinte foi a *Lei de Terras*, em 1850. Por seu intermédio, procurou-se legalizar as terras, com a emissão do título de posse. O acesso à terra só seria possível por meio da compra – ou doação e herança. Porém, a *Lei de Terras*, regulamentada em 1854, era burlada de todas as formas. Nessa nova fase, como explica Ruy Feres, a corrida às terras foi realizada com apoio, de um lado, nas chicanas burocráticas locais; e de outro, literalmente, no poder de fogo do posseiro, desencorajando o concorrente, mostrando-se capaz de manter a integridade da nova propriedade. “A posse *passa a ser atividade exclusiva de proprietários ricos, em nada diferindo das antigas sesmarias* – ou diferindo exatamente nos aspectos menos vantajosos das sesmarias: a limitação das extensões e a obrigação de cultivo” (FERES, 1990: 139 - grifo no original). A imigração também foi pensada dentro dessa perspectiva, servindo como um referencial para a seleção dos imigrantes, privilegiando a entrada daqueles que possuíam certo capital para a aquisição de sua gleba de terras. Contudo, para Giralda Seyferth (2004b: 143), a mudança mais significativa da segunda metade do século XIX, paradoxalmente, contrariou os preceitos modernizantes que instituíram o acesso à terra pública por meio da compra: “a redução do lote colonial, até chegar à média de 25 hectares, produziu camponeses e não os pequenos fazendeiros capitalistas imaginados pelos setores imigrantistas”.

Com a proclamação da República em 1889, apostou-se na introdução de bancos para fins de financiar a agricultura. Os bancos, como garantia, hipotecavam

a terra, o que até então não era possível, pois era permitido apenas bloquear a produção. De acordo com Maria Yeda L. Linhares e Francisco Carlos T. da Silva (1999: 71-72), “tal proposta representava, em verdade, uma ruptura radical com o passado agrário brasileiro: a rejeição dos interesses fundiários como hegemônicos, a intangibilidade da propriedade fundiária e a subalternização do capital (representado, no caso, pelos bancos)”. Nos primeiros dias da República, dado o vácuo político, os setores urbanos e reformistas, na figura de Rui Barbosa, procuraram desenvolver o projeto de mobilizar a propriedade fundiária, implantando um novo padrão, a via *farmer*, de desenvolvimento agrário, ao lado do incentivo à industrialização (resultante do Encilhamento) e do fomento da imigração, como resposta às necessidades de mão-de-obra.³⁴³ Em 1889, o novo regime republicano estipulou que as posses anteriores a 15 de novembro deveriam ser legitimadas em um prazo de 2 anos, comprovando a moradia efetiva e a sua exploração. A *Lei de 1900* abria outras formas de acesso à terra, como o arrendamento, reconhecia as posses feitas à revelia da *Lei de 1850* e consagrava todos os atos contrários realizados desde então.

Seguindo esse movimento de regularização da propriedade da terra, o governo republicano do Rio Grande do Sul adotou como política a verificação e legitimação das posses de terras, reavendo para o Estado as terras apropriadas de forma ilegal ou duvidosa, bem como a discriminação das terras devolutas e a sua posterior venda e colonização.³⁴⁴ Foi aprovado também o *Regulamento de Terras e Colonização*, em 4 de julho de 1900 (IOTTI, 2001). Para Aldomar Rückert (1997: 29),

³⁴³ “O modelo assim montado de desenvolvimento agrário nos Estados Unidos seria denominado *via farmer* (de *farmer*, significando em inglês agricultor familiar, pequeno fazendeiro), em oposição a um outro caminho de desenvolvimento agrário dominado pela grande propriedade e seu proprietário enobrecido, a denominada *via prussiana* (de Prússia, região alemã de agricultura comercial, voltada para a exportação e dominada por grandes proprietários). No primeiro caso, a *via farmer*, que os liberais propunham para o Brasil, a terra seria totalmente mercantilizada pelo capital que lhe atribuiria um preço (e não um valor: valor seria próprio das mercadorias, produzidas pelo trabalho humano; ora, a terra não é produzida, logo não é mercadoria). Assim, a terra entraria definitivamente na esfera de circulação do capital e seu preço seria conferido de acordo com procedimentos econômicos explícitos, como os mecanismos de renda diferencial da terra, renda de situação, além, é claro, das benfeitorias e demais bens disponíveis sobre a mesma” (LINHARES e SILVA, 1999: 71-72).

³⁴⁴ As medições e a legitimação das posses de terras foram um processo lento, estendendo-se ao longo das duas primeiras décadas do século XX, pressionado, principalmente, pela expansão das áreas de colonização e a própria escassez e valorização das terras. Segundo o *Relatório da Diretoria de Terras e Colonização*, em 1919, havia mais de dois mil autos de legitimação pendentes, bem como inúmeros casos onde os títulos de legitimação já haviam sido expedidos, mas havia dúvidas

o primeiro período de apropriação de terras – acesso à propriedade privada – ocorreu no contexto da crise do capitalismo mercantil no Império, entre 1827-1897. No segundo período (1897/1931), durante a República Velha, com o incremento populacional nas *colônias velhas* e a busca de terras no Norte do estado, aumentam os pedidos de legitimação de posses de terras públicas. No entanto, com o grande número de indeferimentos pelo governo estadual (fechamento do acesso às posses públicas) na passagem do século, a única alternativa aos demandantes de terras são os projetos de colonização ou de loteamento de companhias particulares e de fazendeiros, além das *colônias* públicas. Abre-se aí um amplo mercado de terras.

Na região do Planalto rio-grandense, foi instalada em 1897 uma *Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas*, com sede na então colônia de Ijuí, pertencente ao município de Cruz Alta, tendo como objetivo a organização e administração dessa colônia pública, bem como a verificação e legitimação das posses de terras na região.³⁴⁵ As novas medições de terras confrontaram-se com a precariedade das medições anteriormente realizadas e as projeções aproximadas do tamanho da área e os seus limites, de modo geral, imprecisos. Porém, em vários casos, a área constante no título de legitimação e a área real encontrada não conferiam, chegando a apresentar uma área excedente por vezes de mais de cem hectares, além das *sobras* de terras entre uma propriedade e outra, que geralmente um dos proprietários acabava por anexar à sua área, sem registrar o fato.³⁴⁶

sobre as divisas. Outro caso era a invasão da colonização do Estado de áreas privadas, resultando em indenização aos proprietários, com o fornecimento de outras terras. Ainda havia casos de aquisição de terras públicas como se fosse de particulares, já divididas e destinadas à colonização, sendo que o Estado era benevolente nesses casos, fazendo essas compras boas (*Relatório da Diretora de Terras e Colonização*, 1919).

³⁴⁵ Pelo decreto N. 95, de 5 de março de 1897, foram criadas duas comissões de discriminação de terras e verificação de posses, funcionando a primeira nos municípios de Santa Cruz, Rio Pardo, Santo Amaro e Estrela; e a segunda nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira, a cargo do engenheiro Augusto Pestana – verifica-se que a partir de então, o número de verificação e legitimação de posses na área de abrangência dessa comissão teve um sensível crescimento. Uma terceira comissão foi criada em 6 de junho de 1900, abrangendo Vila Rica e Cachoeira. Essas comissões funcionaram até 1904 (cf. *Mensagem à Assembléia dos Representantes...*, 1899: 22; 1906: 16-17; *Relatório da Secretaria de Obras Públicas*, 1900).

³⁴⁶ O Relatório de Medição “de um quinhão além do arroio Palmeira pertencente antigamente a Marcelino e Domingo Ribeiro Martins”, no 4º distrito do município de Palmeira, por solicitação de Hermann Faulhaber, em 1911, com o objetivo de dar entrada no registro Torrens, registrou tal problemática. A área foi medida pela primeira vez há 30 ou 32 anos, pelo engenheiro Maximiliano Beschoren, e a nova medição seguiu a planta antiga. O agrimensor A. Meichelt assinalava que da primeira para esta medição, encontrou diferenças no tamanho da área: 7.503.774 m² (750ha), ou seja, 1.116.274 m² (111ha) a mais do que constava na planta antiga e no título de posse. Nesse caso, as divisas conferiam. Essas terras foram vendidas para a *Empresa de Colonização*, sendo a escritura de compra e venda lavrada dia 14 de janeiro de 1911, pelo preço de Rs. 8:000\$000 (cf. Relatório de Medição, procedida por A. Meichelt. Neu-Württemberg, junho de 1911. Caixa 57, MAHP).

Assim, na virada para o século XX, o preço de mercado da terra seguia ascendente, motivado pelo aumento da demanda e a sua conseqüente escassez. Limitado o acesso à terra pública, Herrmann Meyer optou pela compra de terras de particulares, criando para isso uma companhia de colonização, com a posterior revenda das mesmas em forma de lotes coloniais.

3.2 DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL

A ocupação portuguesa da região das Missões jesuíticas, a partir de 1801, veio acompanhada pela doação de uma série de sesmarias, especialmente para militares, pelo Comandante Geral das Missões Orientais (ou Comando de Fronteira), com sede, então, em São Borja, com o fim de ocupar e defender essa região. Tal sistema deu origem ao grande latifúndio pecuarista na região, ocupando, em primeira linha, as áreas de campo. Essa era a estrutura fundiária do município de Cruz Alta. Já em Palmeira, a propriedade da terra estava mais indefinida, e predominavam as extensas áreas florestais, bem como vários ervais, explorados de forma itinerante pelos ervateiros. Relativo à legitimação dessas posses no pós-*Lei de Terras*, nota-se que esse processo foi seguido com maior regularidade em Cruz Alta, justamente onde predominava o latifúndio, tanto que, no final do século XIX, a área de terras devolutas era quase insignificante, se comparada com Palmeira, onde predominava a posse precária.

Assim, a colônia Neu-Württemberg ocupou, em parte, as terras de duas antigas sesmarias, concedidas entre 1810 e 1822, então já subdivididas em propriedades menores: a sesmaria do Tenente-Coronel Joaquim Thomaz da Silva Prado, paulista, o qual, segundo Silveira (1979: 324-325), trouxe sua esposa, filhos e mais de cem escravos, ocupando toda a área da costa da serra do rio Ijuí, estendendo-se ao norte dos arroios Corticeira (Fiúza), Palmeira, e entre o rio Alegre e o rio Divisa, até próximo a sede de Palmeira. Nessa área, “levantou sua casa de

vivenda, senzala e mais benfeitorias”. No total, possuía mais de 16 ou 20 léguas quadradas de terras (mais de 57.600ha ou 72.000ha). A outra sesmaria pertenceu ao também paulista, Manoel José da Encarnação, localizada entre os arroios Corticeira (Fiúza) e Porongos (Caxambu), consistindo na área mais próxima da sede de Cruz Alta.³⁴⁷

Todavia, era *senso comum* então que a região do Planalto era *desocupada* – um grande vazio demográfico com extensas áreas de terras devolutas – e o preço das terras irrisório. Baseado no *senso comum*, Herrmann Meyer – o capital e o ideal – e Carlos Dhein – o conhecimento de agricultor, o trabalho e o elo com os colonos – , planejaram a sua incursão no campo da colonização, cuja operacionalidade era totalmente desconhecida para ambos, escolhendo como espaço para a execução desse plano a referida região do Planalto rio-grandense, que estava se configurando então como uma nova zona de colonização. O impasse entre o Planalto gaúcho imaginário – uma terra de possibilidades – e o Planalto gaúcho real – uma fronteira de expansão em vias de se fechar, onde as terras públicas e as terras privadas se intercalavam, com a presença de um elevado número de posseiros e toldos indígenas na borda do rio Uruguai –, atravancaram o início da colonização, lançando dúvidas sobre o seu futuro.³⁴⁸

³⁴⁷ Ao lado sul dessa área, havia ainda a estância do Lagoão, do paulista Manoel Gomes de Moraes, que adquiriu essa área por compra antes de 1820, com cerca de duas léguas de campo. O mesmo era genro de Encarnação. Ainda na região de campo havia a estância do português João Luis Malheiros, que veio ao Brasil em 1855, e comprou uma área de terras, que denominou *Boa Vista*. Malheiros dedicava-se à agricultura e pecuária, e explorava uma cascata no Arroio Farinheiro, onde montou uma atafona para a fabricação de farinha de mandioca e outros. Em 1880, juntamente com seus filhos, montou uma loja de secos, molhados e ferragens, abastecendo vasta região. Nessa época, também instalou uma olaria para fabricar telhas e tijolos. O povoamento dessa região de campo, próximo as estâncias *Encarnação* e *Boa Vista*, foi intensificado a partir de 1880, em razão da construção da ferrovia. Em 31 de maio de 1897 foi inaugurada a *Parada Belizário* – localizada na Estância de Belizário Amaral – no povoado das nascentes do Arroio Lajeado. A parada foi elevada à categoria de Estação em 13 de novembro de 1922, conforme Aviso Ministerial nº 156 dessa data (cf. MALHEIROS, 1990; LEITZKE, 1997).

³⁴⁸ Segundo Souza Martins (1986: 113-114), a designação de *frente pioneira* “é sempre empregada no sentido de que pioneiro é aquele que leva para outras regiões, por isso mesmo concebidas como novas, as velhas virtudes, concepções e relações sociais essenciais da sociedade que representa. A própria noção de ‘pioneira’ escamoteia de imediato qualquer ocupação territorial anterior”. Já a *frente de expansão* “é o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por cidades, por uma infra-estrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização da mercadoria, que é a frente pioneira, e os territórios tribais. Nessa faixa encontramos uma população muito característica, cuja existência se baseia em relações sociais imediatas distintas daquelas que caracterizam a frente pioneira. Enquanto nesta o personagem

Logo, com uma estrutura fundiária já definida e sem chances de receber terras públicas, os colonizadores viram seu projeto inicial de adquirir uma extensa área de terras contínua, com algumas centenas de lotes coloniais inviável. Dessa forma, na ausência de um planejamento minucioso e de uma localização estratégica para a colônia, a compra de terras foi realizada por Carlos Dhein de forma aleatória, seguindo a sua oferta no mercado, ou seja, negócios de ocasião – ora estava em Cruz Alta, ora em Palmeira, Passo Fundo ou nas margens do rio Uruguai –, imaginando que essas glebas poderiam ser ampliadas com a incorporação de terras públicas situadas nas imediações. Assim, as primeiras áreas foram compradas no município de Palmeira, formando a colônia Xingu e as posses Boi Preto e Guarita/Fortaleza, e uma no município de Cruz Alta, formando a colônia Neu-Württemberg. Essa estrutura descontínua dificultou, encareceu e retardou a colonização.

No período compreendido entre 1897 e 1900, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, então ainda sob a razão social *Firma de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, apresentava-se e era vista como uma empresa de capital estrangeiro, desconhecida no meio, cujo projeto de colonização não apresentava um discurso coerente e objetivos claros, e a garantia de fornecer a escritura dos lotes de terras vendidos ainda era algo duvidoso. Essas incertezas foram o primeiro obstáculo para a aquisição de terras, superado logo em seguida, quando a empresa se consolidou, regularizou os títulos das terras adquiridas, bem como comprovou ter capital suficiente para quitar os seus compromissos, pagando as terras adquiridas no ato de compra. Com isso, a empresa passou a receber várias propostas de venda de terras, permitindo levar adiante longas negociações e pressionar os proprietários das terras confinantes que lhe interessavam a vendê-las pelos preços que estava interessada em pagar. Entretanto, as negociações não progrediam com a rapidez esperada, em virtude das próprias exigências impostas por Dhein, pois

característico e ideologicamente dominante é o proprietário e sobretudo o *proprietário capitalista*, na frente de expansão o personagem característico é o *posseiro*. Enquanto na primeira reinam o capital e a mercadoria diretamente produzida como tal, na segunda reinam o trabalho familiar e o excedente que se torna mercadoria eventualmente e após terem sido definidos, nas condições dadas, os meios de vida necessários à sobrevivência da família (essa definição pode se alterar dependendo das circunstâncias sociais, econômicas e históricas)”.

queria certificar-se, “do seu jeito”, de que as terras eram realmente indicadas para a agricultura, para não “comprar gato ensacado”.

Paralelo a isso, Carlos Dhein imaginava que promover a colonização, por meio da fundação de uma colônia, era um negócio muito lucrativo, possibilitando-lhe, além de ascensão financeira, prestígio social. A inclinação de Herrmann Meyer em investir nessa área, foi então explorada por Dhein, logo após o retorno da expedição ao Xingu, em janeiro de 1897. Por conta da expedição, Dhein viveu momentos de *celebridade*, pois foi recebido festivamente em Montenegro pelos seus familiares e amigos como um *aventureiro*, atraindo significativo número de curiosos e interessados, inclusive de Porto Alegre, em busca de maiores informações sobre a expedição, bem como conhecer a sua coleção de objetos indígenas.³⁴⁹

Na seqüência, Dhein iniciou as tratativas com Meyer para então formar uma sociedade de colonização de fato, seguindo os planos traçados no Xingu.³⁵⁰ Argumentava que a idéia de uma colonização na região do Planalto rio-grandense foi bem recebida em Montenegro,³⁵¹ onde havia um considerável número de colonos dispostos a migrar, pressionados pelos elevados preços de um lote de terras, que então já custava em torno de dez contos de réis, um valor muito alto para os padrões de renda de um colono. O próprio Dhein já havia migrado com a sua família para a nova colônia de Pinhal, próxima a Santa Maria, na região central. Esse movimento era impulsionado, em primeiro lugar, pelo desejo de se tornarem

³⁴⁹ Carta. São João de Montenegro, 19/1/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. Tradução de Eugen Leitzke.

³⁵⁰ Em sua correspondência, Dhein dirigia-se a Meyer como amigo, subscrevendo-se como “fiel servo, criado”. Seu vocabulário claro, objetivo, e sua escrita em uma letra quase ilegível, com erros de ortografia e concordância, Dhein justificava como próprio de alguém que só havia cursado o primário. Os relatórios mais extensos e complexos da *Colonizadora* eram elaborados e escritos pelo contador da mesma ou outra pessoa de confiança. Enquanto era o administrador da empresa, entre 1897 e 1900, Dhein escreveu em torno de 45 correspondências para Herrmann Meyer. As mesmas encontram-se arquivadas no MAHP, no original manuscrito, bem como uma cópia datilografada, e uma versão traduzida por Eugen Leitzke, a qual foi publicada no jornal *A Notícia Ilustrada*, em 1992/93. Esses três formatos da correspondência estão sendo utilizados simultaneamente, e quando não informado, trata-se de tradução livre da autora a partir do original. Traçar o perfil de um projeto de colonização, efetuar a compra das terras, com uma pessoa na Alemanha e a outra no Brasil, no final do século XIX, deveria ser uma tarefa um pouco complicada. As cartas demoravam a chegar, e, nesse meio tempo, muita coisa já havia se modificado. Isso quando não eram extraviadas. O telégrafo somente chegou a Cruz Alta na virada do século. Em razão dessas dificuldades, Dhein registrava em cartório as cartas que considerava importantes.

³⁵¹ São João de Montenegro, uma colônia povoada por alemães, localizada no vale do rio Caí, já era resultado da expansão da colônia de São Leopoldo.

proprietários de um lote colonial, e, em segundo lugar, pela possibilidade de investimento em uma zona pioneira, onde o seu capital se transformava em vários lotes coloniais, o que era percebido como um sinal de progresso.

Segundo ele, havia também interessados em aplicar seu capital em tal empreendimento, como sócios. Por essas razões, fazia-se urgente a aquisição de uma área de terras e a sua divisão em lotes, aproveitando o mercado favorável para isso. Restava saber se Meyer continuava interessado em aplicar capital nesse projeto, “e para tanto seria bom remeter-me o dinheiro necessário, conforme havíamos conversado durante a expedição lá em Mato Grosso. Estou convicto de que vai ser bom negócio para o senhor, pois a venda dos lotes coloniais vai render bons lucros”.³⁵²

O anúncio da fundação de uma nova colônia e a venda de lotes coloniais por preços mais competitivos, gerou certo alvoroço entre os colonos, que saíram em busca de mais informações, as quais, porém, Dhein não podia fornecer, visto tratar-se de uma *futura colônia*, existente até então só no imaginário de seu idealizador. Ao final de março de 1897, em virtude do silêncio de Meyer, Dhein remeteu-lhe uma carta em tom de ultimato.

Estou um tanto constrangido, pois não sei o que deveria fazer, e se o Senhor ainda continua com o propósito de comprar terras aqui em sociedade comigo. Continuo aguardando alguma missiva sua. A demora me deixa em desassossego e me causa gastos em dinheiro. [...]. Eu já poderia ter comprado alguma gleba de terras, mas não disponho do dinheiro suficiente. Numerosos colonos me procuram diariamente para saber de novas áreas de colonização. Mas o meu capital não chega para tanto. Prometi terras aos colonos interessados e me é difícil agora explicar que o senhor talvez não queira mais colonizar no Rio Grande do Sul. Portanto rogo-lhe mais uma vez, por favor, mande-me numerário, pois do contrário sou obrigado a pagar de oito a doze por cento de juros sobre o dinheiro levantado. Aqui em São João de Montenegro, continuamente me vem procurar gente que tem capital disponível, propondo de entrar em sociedade comigo. Mas não posso decidir nada até que eu receba carta do Senhor.³⁵³

Na correspondência de Dhein, transparece a sua concepção de colonização, baseada na compra de terras, sua divisão em lotes coloniais e venda imediata,

³⁵² Carta. São João de Montenegro, 19/1/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. Tradução de Eugen Leitzke.

³⁵³ Carta. São João de Montenegro, 23/3/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. Retomou o mesmo ponto na correspondência subsequente, de 11/4/1897. Tradução de Eugen Leitzke.

obtendo uma larga margem de lucros – um negócio planejado a curto prazo, calculando que todos os colonos pagariam a vista pelo seu lote colonial ou em no máximo duas parcelas, e que as despesas se limitariam à compra e medição das terras. A afirmação de que havia muitos colonos dispostos a comprar terras na sua futura colônia, por um lado, comprovava a demanda por novas áreas coloniais, mas por outro, criava uma falsa expectativa, ao confundir uma *remigração em potencial* com uma *remigração efetiva* desses colonos, isto é, solicitar informações não significava a compra de um lote colonial. Por outro lado, apontava a colonização como um negócio em expansão, com o aumento do número de empresários envolvidos no setor. Em síntese, o projeto de fundar uma colônia na região Planalto do estado era um projeto pessoal de Dhein, e para a sua execução, buscou o capital necessário junto ao capitalista Herrmann Meyer.

Finalmente, em 24 de abril de 1897, por telegrama, Meyer confirmou sua pretensão em fundar uma colônia, disponibilizando, em 28 de abril, uma carta de crédito no *Banco da Província* de Porto Alegre, no valor de noventa mil marcos, num momento em que o câmbio estava favorável.³⁵⁴ Essa remessa de capital consistiu na carta de apresentação, propaganda e credibilidade para a compra de terras no estado, notícia que rapidamente se espalhou. Com certo exagero, Dhein afirmou que “todos do Rio Grande querem ser meus amigos desde que chegou o telegrama”. Grandes proprietários o procuravam com a pretensão de vender as suas terras, cada qual por preços mais baixos. Conseqüentemente, poderia fazer bons negócios, não deixando escapar boas oportunidades. Calculava que dispunha de tempo para comprar as primeiras terras, mas não muito, dado que algumas famílias já haviam se

³⁵⁴ Em fins de junho, quando Dhein foi para a capital, não conseguiu fazer a retirada do dinheiro, em virtude de um mal-entendido ocorrido no consulado de Porto Alegre, que não entendeu a remessa e devolveu o dinheiro ao Banco de Leipzig. O problema seria solucionado nos próximos dias. Sobre essa trapalhada, Dhein escreveu: “o Senhor já deve estar sabendo como as coisas funcionam aqui no Brasil – devagar e com paciência”. Resolvidas as questões burocráticas, Dhein fez a primeira retirada de dinheiro no Banco da Província, em 30 de agosto de 1897, no valor de Rs. 14:840\$000, equivalente a dez mil marcos, convertido pelo câmbio na data de 7 15/16. Com esse valor, pretendia comprar algumas mulas e viajar novamente para as margens do rio Uruguai e demorar-se por alguns dias. Em 21 de outubro de 1897, efetuou outro saque de Rs. 15:700\$000, equivalente a dez mil marcos, por ordem do *Brasilianische Bank für Deutschland* do Rio de Janeiro, do saldo da carta de crédito. Dois dias depois, em 23 de outubro, fez mais uma retirada para aplicação de Rs. 109:900\$000, equivalente a setenta mil marcos (Carta. Pinhal, 1/7/1897; Porto Alegre, 29/8/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP; Recibos do Banco da Província a Carlos Dhein. Pasta Outros documentos, Caixa 63, MAHP).

desfeito de suas propriedades, esperando para se estabelecer no novo lote colonial. Garantia que poderiam auferir lucros de 200% a 300% com a venda das terras aos colonos.³⁵⁵ Conforme seus cálculos, em cinco anos, com uma participação de trinta contos, poderia lucrar cinquenta contos. Já Meyer, investindo cem contos, lucraria em trezentos contos, sem levar em consideração o câmbio até lá. “E se tudo continuar como as coisas evoluíram até agora, o Senhor, acredito eu, não desistirá mais do negócio”. Isso porque “os camponeses de todos os lugares já sabem que a nossa sociedade já está prosperando. E porque eu sou um camponês e conheço a terra própria para agricultura, todos dizem que vão esperar por mim, pois confiam que não vou comprar terras imprestáveis”.³⁵⁶ Para Dhein, tudo poderia ser convertido em dinheiro com uma margem de lucros: “já comprei dez mulas e alguns cavalos e quando esses animais forem dispensáveis, poderemos revendê-los com lucros”.³⁵⁷

No mês de setembro de 1897, Herrmann Meyer passou uma procuração para Carlos Dhein, para fins de compra de terras em seu nome, não ultrapassando o valor disponível na carta de crédito, e representá-lo em qualquer circunstância.³⁵⁸ No

³⁵⁵ Carta. Pinhal, 1/7/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP. Em outubro de 1897, quatro colonos acompanharam Carlos Dhein em mais uma viagem para as imediações do rio Uruguai, com o intuito de já escolherem os seus lotes, caso adquirisse alguma posse. O grupo ficou surpreso com a fertilidade do solo, “no início eu nem acreditei que acima da Serra pudesse haver terras tão excelentes”, escreveu Dhein. As terras na margem do rio da Várzea ainda eram na maior parte devolutas, daí que calculava que poderia comprá-las por Rs. 140\$000 a colônia. Acreditava que poderia comprar quase 1.000 colônias de 484.000 m², vendendo as primeiras 50 colônias por preços menores, daí elevando o valor da colônia para mais de Rs. 500\$000 (Carta. Porto Alegre, 22/10/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP).

³⁵⁶ Carta. Porto Alegre, 29/8/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP. Nas suas cartas, Dhein utiliza sempre o termo “Bauer”, traduzido por camponês, e não o termo colono, corrente no Rio Grande do Sul para designar o pequeno agricultor imigrante.

³⁵⁷ Carta. Porto Alegre, 22/10/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

³⁵⁸ A procuração foi traduzida em 16 de setembro de 1897, em Porto Alegre. Autorizava-o ainda a “deduzir do crédito que lhe abri no Banco da Província, as seguintes quantias para empregá-las na maneira infra declarada. Primeira: cinco contos de réis, que ainda lhe devo de honorários atrasados da nossa viagem. Segundo, trezentos mil-réis, dos quais lhe faço presente a ele mesmo e a seus dois irmãos Affonso e Arthur. Terceiro, dez contos de réis, que lhe empresto a ele, Carlos Dhein, vencendo anualmente de juros quatro e meio por cento, devendo ele me passar o competente documento” (Procuração. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP). Herrmann Meyer passou uma nova procuração a Carlos Dhein em 31 de outubro, no cartório de Porto Alegre, conferindo-lhe plenos poderes para compra, venda e administração do capital financeiro e das colônias (Procuração de Herrmann Meyer passada a Carlos Dhein, 31/10/1898. Pasta Dr. Herrmann Meyer – Procurações e contratos, Caixa 31, MAHP). Para resolver os problemas burocráticos relacionados à colonização, como a elaboração de documentos oficiais, Meyer havia encarregado o

mesmo mês, Dhein transferiu residência de Pinhal para uma casa na sede urbana de Cruz Alta.³⁵⁹ Naquela situação, apesar da insistência, Meyer não forneceu um breve esboço de seu plano de colonização, como o local preferencial para a localização da colônia e o seu perfil, formas de pagamento, ou seja, em termos concretos, a colonização permanecia uma incógnita. Sendo assim, Dhein atuava conforme os seus propósitos, tomando as atitudes que considerava mais plausíveis.³⁶⁰

Em novembro de 1897, Dhein comunicou a Meyer a sua primeira aquisição de terras, no município de Palmeira³⁶¹: “ontem eu vim da sua *Colônia Xingu* para cá [Cruz Alta] para lhe escrever essa carta”,³⁶² explicando que denominou assim a referida gleba, localizada a uma distância de 4 léguas da vila de Palmeira, às margens do rio da Várzea, a 5 léguas de onde esse desembocava no rio Uruguai. Adquiriu essas terras, com a área de 1.818 hectares (18.182.812 m²), de Rita Maria do Espírito Santo, pagando a importância de Rs. 15:500\$000, somado-se ainda os gastos no registro de transferência, o que implicou em Rs. 1:200\$000 – o registro

advogado Constans Josepfsohn, o qual também respondia pela *Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft*, e era tradutor juramentado em Porto Alegre.

³⁵⁹ Carlos Dhein comprou em Cruz Alta um imóvel de Carlos Luiz de Vries, escriturado em cinco de setembro de 1900, no valor de Rs. 800\$000 (oitocentos mil-réis), constante de uma casa de material em construção sita à rua General João Manoel, com terreno correspondente a cento e vinte palmos de frente por outros tantos de fundo (Certidão do Registro de Imóveis de Cruz Alta, de 12/8/1996. Pasta Outros documentos, Caixa 63, MAHP). Nesse local, residiu durante o período em que trabalhou para Meyer. Segundo Darci Fenner (1997), Carlos Dhein permaneceu entre 1901 e 1903 na margem esquerda do rio da Várzea, em Palmeira, onde tinha a posse de algumas colônias. Já em 1904, teria se mudado com a esposa e os filhos (em número de 12) para Santa Catarina, na margem direita do rio Chapecó, junto à foz do rio Fortaleza, defronte à reserva indígena Xanxerê, na então localidade Fortaleza, atual localidade Nova Brasília, e município de Quilombo, onde possuía um alambique. Por volta de 1933, Carlos Dhein teria sido morto por um índio que trabalhava com ele como agregado. Os dois filhos de Dhein que o acompanhavam, teriam desarmado o índio e o matado com golpes de facão. Após esse episódio, os filhos de Dhein teriam abandonado o local e tomado diferentes rumos. De modo geral, essas informações são vagas. De fato, a partir do momento em que Carlos Dhein foi desligado do projeto de colonização, tornou-se uma *persona no grata*, sendo tratado sempre com reserva.

³⁶⁰ Carta. Porto Alegre, 22/10/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

³⁶¹ Como se tratava ainda de um espaço em organização e definição dos limites territoriais entre um município e outro, no final do século XIX e início do século XX, era comum a mesma área aparecer ora como alocada em um, ora em outro município, o mesmo ocorrendo com os distritos. Foi o caso, por exemplo, da posse de Rita Maria do Espírito Santo, formadora da colônia Xingu, que na documentação da época, como o título de legitimação de posse, estava lotada no 5° distrito do município de Passo Fundo, no caso, Nonoai, e posteriormente, com as alterações nos limites, passou a 9° distrito de Palmeira. Toda documentação da *Colonizadora* refere essa colônia como localizada em Palmeira.

³⁶² Carta. Cruz Alta, 17/11/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

ficou em nome de Herrmann Meyer.³⁶³ À primeira vista, considerou que pagou um preço muito alto por essa posse, mas justificou essa atitude pelo fato de não poder adiar mais a delimitação de um espaço físico para a colônia, diante da pressão dos colonos – algumas famílias já estavam morando em sua casa aguardando pelo seu lote colonial – e, certamente, o dinheiro investido seria reembolsado novamente.

Sobre a comercialização dessa área, Dhein já havia se comprometido em vender o lote colonial por Rs. 700\$000. Após vender 10 ou 15 lotes, elevaria o seu preço para Rs. 1:000\$000, e assim por diante. Conforme sua descrição da *colônia Xingu*, nas proximidades do *passo* – divisa dos lotes 6 e 7 da linha Palmeira (*Figura 30*) –, onde havia uma barca, ficava a casa de moradia construída de madeira, com algumas laranjeiras e um potreiro. Dada a localização e as edificações, 2 ou 3 colônias poderiam ser vendidas logo por 2 a 3 contos de réis cada. Pretendia contratar imediatamente a medição dessas terras, formando lotes com área de 480.000 metros quadrados, obtendo assim cerca de 40 colônias. Nas imediações da posse adquirida, havia terras privadas, as quais já estava negociando, sem pressa. Duas famílias haviam se mudado para a colônia, e mais duas estavam por chegar por esses dias, para também se estabelecerem.³⁶⁴ “Por enquanto vou anunciar pouco a compra, até ter umas cem colônias”. Foi concedido um prazo de dois anos para os compradores quitarem a dívida de seu lote colonial, com um juro de 6%. Pensava que deveria permanecer pelo menos mais um ano em Cruz Alta, porque ali era o ponto central, onde todos os colonos desembarcavam do trem, perguntando onde havia terras para venda. Manteria as mulas para o transporte dos colonos pelos 120 quilômetros que os separavam da Colônia Xingu. “Quando as nossas

³⁶³ Cf. Translado de Escritura Pública de Compra e Venda, como vendedora Rita Maria do Espírito Santo, e como comprador Herrmann Meyer. Pasta Títulos de Legitimação de Posses de Terras, Caixa 27, MAHP. Só o imposto de transmissão de posse implicava em 7%, do valor pago pelas terras, além das taxas de registro. Em 1904, o valor do imposto de transmissão de posse havia reduzido para 5,5%.

³⁶⁴ Em razão do atraso nos trabalhos de medição, as famílias que já haviam tratado a compra de um lote colonial foram instaladas provisoriamente. Logo foram construídas casas de moradia, procedeu-se à derrubada do mato e às primeiras plantações. Um dos primeiros moradores foi Alfonso Dhein, que em maio comunicou a Meyer que já residia há seis meses na colônia Xingu, onde cultivava uma pequena plantação e cortava tábuas, o que lhe dava um pouco de dinheiro (Carta. Alfonso Dhein a Herrmann Meyer, Cruz Alta, 21/5/1898. Caixa 63, MAHP).

terras ficarem conhecidas nas colônias alemãs, daí ninguém mais vai precisar mostrar o caminho para os camponeses”.³⁶⁵

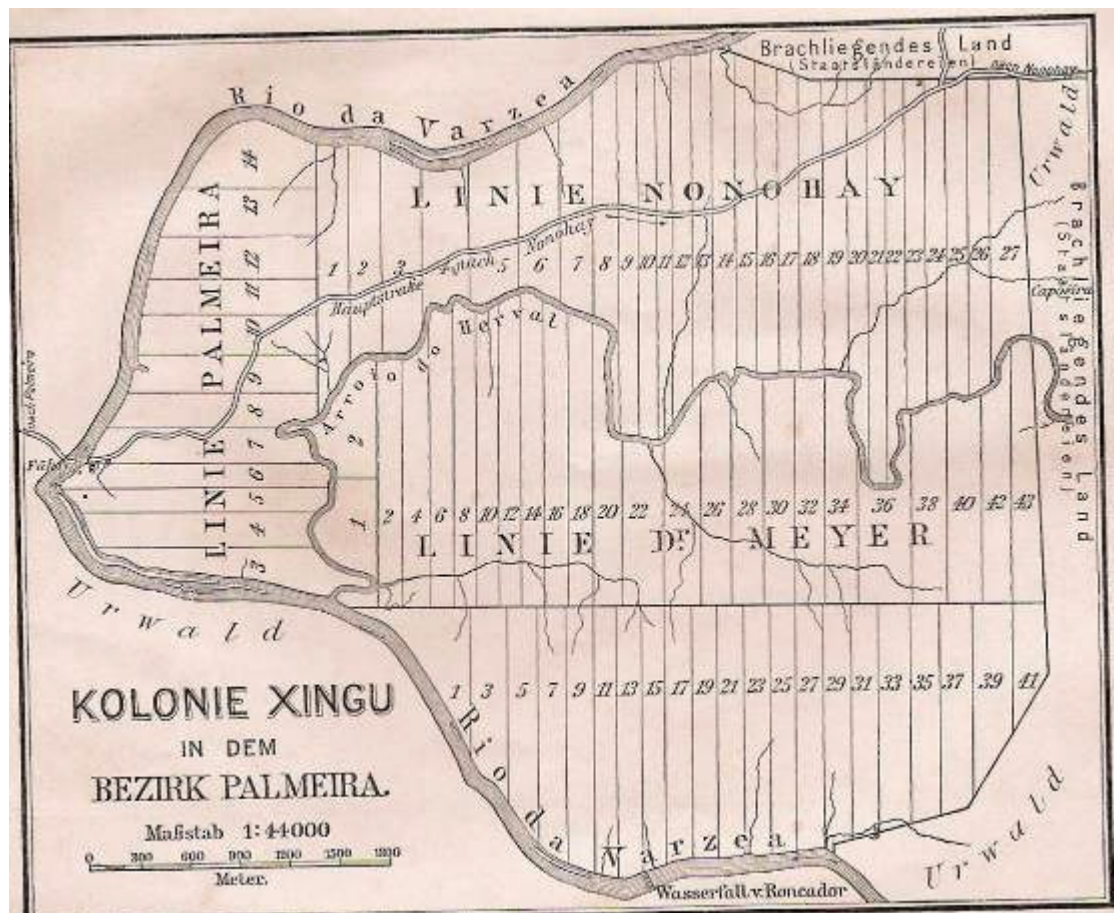


Figura 30 – Planta da colônia Xingu
Fonte: MEYER, 1906a

Chama atenção o fato de Dhein querer aplicar na sua colônia localizada na nova zona colonial o padrão de lote colonial predominante em sua zona de origem, ou seja, 48 hectares, quando o novo padrão estava reduzido a apenas 25 hectares, regra essa que prevaleceu no momento das medições, a conselho do agrimensor.

Contudo, o principal empecilho para a delimitação de um espaço para estabelecer o núcleo da colônia, pensando na sua futura expansão, era a própria estrutura agrária da região – segundo Dhein, “os negócios aqui vão bem brilhantes,

³⁶⁵ Carta. Cruz Alta, 17/11/1897. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

só é difícil comprar terras”³⁶⁶ –, pois se a colonização não afetou o latifúndio pecuarista, mexeu com as propriedades privadas das zonas florestais com áreas menores, na maioria dos casos inexploradas economicamente e, justamente por isso, aguardando pelos títulos de legitimação. Além disso, a maior parte das terras florestais eram terras públicas, e o Estado limitava ou negava a venda para colonizadoras, conduzindo ele próprio a colonização, impedindo, desse modo, a expansão do núcleo colonial. Já os proprietários de terras particulares mostravam-se resistentes frente às propostas de compra, apostando na sua virtual valorização com a instalação efetiva de colônias nas proximidades.

A situação tornou-se mais crítica no primeiro semestre de 1898, quando uma violenta carestia assolou a região de Palmeira e Cruz Alta, provocando uma acentuada elevação dos preços em geral, inclusive das terras, além do câmbio desfavorável. Essa situação exigia muita negociação, e quando se tratava de negócios de terras, “dá até certo receio. Os preços das terras nunca baixarão no Rio Grande do Sul, sobem a cada dia. Quando as terras passam para as mãos de alemães, e estão divididas em colônias, logo já dobram os preços”.³⁶⁷

Na opinião de Carlos Dhein, a colônia Xingu deveria ser a sede do complexo colonial e o ponto para a sua ampliação em todas as direções. Os proprietários, embora resistentes frente à venda de suas propriedades, acabariam cedendo, pois estavam sedentos por dinheiro, bem como o comércio em geral.³⁶⁸ Intimidava-o, entretanto, o *banditismo* do interior das matas, do qual antes sabia de *ouvir falar*, mas agora, estava receoso e temia por sua vida, pois a cada momento uma bala estava esperando por ele, visto que ele lidava com um negócio de grandes proporções, e havia um sem número de bandidos refugiados nesses locais, caçados pela polícia. Mas, “as balas dos xinguanos impunham respeito”, sempre andavam em grupo e com cuidado. Insinuava que os *xinguanos* já haviam sido atacados por esses grupos e atirado contra eles.³⁶⁹ Esses conflitos faziam parte da *limpeza do terreno* para o posterior estabelecimento do colono. Os índios – os coroados,

³⁶⁶ Carta. Cruz Alta, 1º/1/1898. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

³⁶⁷ Carta. Cruz Alta, 21/5/1898. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

³⁶⁸ Carta. Cruz Alta, 15/2/1898. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

³⁶⁹ Carta. Cruz Alta, 1º/1/1898. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

descritos como pacíficos, e os botocudos, como perigosos³⁷⁰ – e os *lavradores nacionais* ou *caboclos*, que habitavam essa região há décadas, mas não possuíam o título de propriedade das terras, na iminência de serem deslocados, acabavam por reagir, por vezes com violência, defendendo a terra que julgavam ser sua. Na pior das hipóteses, essa disputa pelo espaço e o *banditismo* poderiam afastar os colonos da colônia Xingu.³⁷¹

Ficou mais uma vez evidente a ausência de um plano de colonização por parte da *Colonizadora* e do próprio Dhein, ao adquirir duas posses de terras descontínuas localizadas no 4º distrito do município de Cruz Alta no segundo semestre de 1898.

A primeira compra foi efetuada em 31 de agosto de 1898, tratando-se de duas posses conjugadas localizadas na Serra do rio Porongos (Caxambu), pertencentes aos herdeiros de Maria Magdalena de Moraes – José Joaquim dos Santos Lima e sua mulher Anna Gomes de Lima, e a viúva Maria Silveira Moraes, todos residentes na vila de Cruz Alta –, composta de matos e terras de cultura, com área de 947,83 hectares [9.478.349 m²], pelo preço de Rs. 6:000\$000.³⁷² Essa área foi ampliada com a arrematação em hasta pública de mais uma posse adjacente, por ocasião do inventário dos bens de Maria Antonia Fagundes, a parte que coube no mesmo a Manoel Francisco Fagundes, em 7 de maio de 1900, com área de 134

³⁷⁰ Os indígenas remanescentes que ocupavam essa região foram sendo rechaçados para áreas cada vez mais longínquas, concentrando-se no Alto Médio Uruguai, onde foram alocados em reservas indígenas (OLKOSKI, 2002).

³⁷¹ As relações entre o *poder do mato*, em Palmeira, e o *poder do campo*, em Cruz Alta, na formação dessa região e os conflitos decorrentes, com a emergência de seus líderes políticos, são tratadas no trabalho de Loiva Otero Félix (1987). Focalizando essencialmente as relações nessa rede de poder local em Palmeira, há a pesquisa de Lurdes Grolli Ardenghi (2003).

³⁷² As terras de José Joaquim dos Santos Lima e sua mulher haviam sido ganhas por herança de sua mãe e sogra Maria Magdalena de Moraes, conforme inventário. Foi legitimada em 5 de agosto de 1878, por título da Presidência desta então Província, tendo a área de 4.062.336 m². A outra posse, de Maria da Silveira Moraes, foi havida por herança de seu marido Procópio Gomes de Moraes, legitimada por título do então presidente da província em 12 de outubro de 1882, tendo a área de 5.445.000 m². A primeira confrontava-se ao Norte com matos devolutos; ao Oeste com matos devolutos e com a posse que foi de José da Silva Loureiro; ao Sul com campos que foram da sua referida sogra e mãe; e ao Leste, com cultivados de Bernardino de Camargo Vieira e de Felipe Cordeiro. Já a segunda tinha como confrontações: ao Nordeste com a posse acima descrita; ao Leste, em pequena parte, com a mencionada posse que foi de José da Silva Loureiro e com matos devolutos; e ao Norte, Oeste e Sul com matos devolutos (Escritura Pública de Compra e Venda. Posse Magdalena. Caixa 21, MAHP).

hectares.³⁷³ Ao proceder a medição em 1902, o agrimensor assinalou no respectivo relatório que a área total de 1.082 hectares – divididos em 230 hectares de capoeiras e 852 hectares de matos – eram terras propícias para a agricultura, com predomínio das matas, com abundância de árvores valiosas, podendo encarecê-las por isso. Era bem servida por caminhos vicinais, próxima de Cruz Alta, da sede de Neu-Württemberg e de Palmeira, entre os rios Caxambu ou Porongos e Fiúza ou Corticeira. Sobre os recursos hídricos, havia dois arroios principais: o Tigre e o Santa Cruz, ambos com pouco volume de água, mas o suficiente para mover as indústrias que aí viriam se estabelecer. Nessas terras, havia as seguintes construções: “um valo, pertencente à divisa da posse Silveira, então pertencente ao Tenente Coronel João de Deus de Moreira Mello, e 7 pequenos galpões ou antes, ranchos, dos quais 2 se acham imprestáveis e há muito tempo abandonados”. Calculando a Rs. 20\$000 por hectare, as terras valiam Rs. 21:642\$306, e os sete ranchos Rs. 140\$000, importando a avaliação total do imóvel em Rs. 21:782\$306.³⁷⁴

Por sua vez, a segunda compra foi concluída durante a permanência de Meyer em Cruz Alta, em 26 de novembro: a *Posse dos Mello*, com 1.260 hectares, localizada na serra do Ijuí, no lugar denominado *Serrito*, ao norte da *Posse Magdalena*, entre o rio Fiúza e o rio Palmeira, comprada de Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher Felismina Antunes de Mello, residentes nessas terras, e os demais herdeiros, por ocasião do inventário de sua mãe e sogra, pelo preço de Rs.

³⁷³ Segundo o inventário de Manoel Francisco Fagundes, de 1885, o mesmo tinha três posses de terras, muitos muars e pouco gado vacum, 6 escravos. Uma das posses ficava no 4º distrito de Cruz Alta, medida judicialmente, com a extensão de 575ha, confrontando ao norte com terrenos devolutos; a leste com a pose legitimada de Procópio Gomes de Moraes e Antonio Nunes dos Santos; ao sul com o rio Caxambu; e ao Oeste com o mesmo rio e com a posse não legitimada de Antonio Pereira dos Santos e com terrenos devolutos. A outra no 3º distrito de Cruz Alta, com três quartos de légua de frente e de fundo. A viúva ganhou pela meação Rs. 6:724\$000. Logo, tinha como capital total Rs. 13:448\$000 (Inventário. Caixa 23, MAHP). Dos bens do inventário de Maria Antonia Fagundes, iniciado em 1899, Carlos Dhein arrematou no pregão em hasta pública por Rs. 631\$000, “uma posse de matos medida e legitimada tendo meia légua de extensão localizada no 4º distrito desse município”, avaliada inicialmente em Rs. 3:000\$000, em 20/4/1900 (Carta de arrematação passada a favor da firma Herrmann Meyer extraída dos autos de inventário de Maria Antonia Fagundes. Caixa 26, MAHP).

³⁷⁴ Relatório de Silvestre Manoel da Silva. Cruz Alta, 10/2/1902. Pasta Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer – Memoriais de agrimensura. Caixa 148, MAHP.

8:000\$000. Composta por terras de matos e de cultura, havia também casas de moradia e demais benfeitorias, em bom estado de conservação.³⁷⁵

Herrmann Meyer denominou as duas posses – *Magdalena* e *dos Mello* – de colônia *Neu-Württemberg*. Discordando de Carlos Dhein, ao inspecionar as terras até então adquiridas, considerou que a probabilidade de uma colônia prosperar em Cruz Alta era maior do que em Palmeira, em razão da proximidade da ferrovia, permitindo tanto o escoamento da produção quanto a entrada de mercadorias e imigrantes/migrantes, além de contar com o mercado consumidor da sede. Seguindo essa orientação, estas duas posses serviram como ponto de expansão para a colônia *Neu-Württemberg*, redesenhando o seu contorno com a anexação das terras confinantes, obtidas por compra ou permuta com os seus proprietários (cf. *Anexo F*). Para tal propósito, não interessavam os preços das terras, e sim, garantir a ampliação da área a ser colonizada.³⁷⁶

Porém, na avaliação de Dhein, aproveitando-se das circunstâncias,

os proprietários das glebas lindeiras das *Posses Mello e Magdalena* estão pedindo um preço elevado demais. Por causa dos valores, eu não posso e ainda não comprei essas terras adjacentes. Assim pretendo primeiro tocar a colonização de Xingu e Boi Preto. Se esses proprietários “brasileiros” acreditarem que não pretendemos instalar colônias ali, talvez eles mesmos venham e me ofereçam as suas terras ou pelo menos baixam um pouco os seus preços. Para não perder tempo comprando pequenas posses vizinhas,

³⁷⁵ Essa posse foi obtida pelo capitão José Gonçalves de Oliveira Mello, já falecido, através de requerimento ao governo, com título de posse expedido em 2 de setembro de 1885. Ao proceder o inventário da matriarca da família, Maria de Oliveira Mello, os herdeiros, representados por Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher, optaram pela venda. Eram herdeiros: Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher Felismina Antunes de Mello; Hortêncio de Oliveira Mello; Etelvina de Oliveira Mello; Deolinda de Oliveira Mello e Maria de Deus de Oliveira Mello; Hipolyto Antunes de Camargo e sua mulher Adelina Mello de Camargo; Aureliano de Oliveira Mello e sua mulher Amélia Dornelles de Mello; e Leonço de Oliveira Mello, de menor. A maior parte dos herdeiros residia na fazenda São Joaquim da Boa Vista. A referida posse tinha as seguintes confrontações: pelo Leste, com campos de Francisco Leite Garcia, pelo Norte, com terras de cultura do mesmo Garcia; pelo Oeste, com terras devolutas, pelo Sul, com terras de Joaquim Dias de Oliveira (Escritura Pública de compra e venda, Posse Mello. Caixa 21 e cópia Caixa 24, MAHP). Pelo auto de avaliação de bens, a “posse de terras lavradas” foi avaliada em Rs. 6:500\$000, e a “casa de material sita na referida posse com 70 palmos de frente e 20 palmos de fundo, com paiol e demais benfeitorias” avaliadas por Rs. 2:000.000, somando então, Rs. 8:500\$000 (Autos do Inventário. Cruz Alta, 25/11/1898. Capitão José Gonçalves de Oliveira Mello, inventariante; Maria de Oliveira Mello, inventariada. Inventário julgado e aprovado. Julio José Vianna, escrivão do Cartório de órfãos de Cruz Alta. Certidão. Caixa 23, MAHP).

³⁷⁶ Carta. Cruz Alta, 2/4/1899; idem 9/4/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

estou fechando negócio com o Evaristo. É meu propósito assentar ali imediatamente alguns colonos, que olhem por essa terra.³⁷⁷

De modo geral, a ampliação do complexo colonial em Cruz Alta ocorreu com a incorporação de frações de terras menores – em poucos casos, posses com mais de 1.000 hectares –, indício de que a grande propriedade já estava em pleno processo de fragmentação. Em Palmeira, onde as terras públicas eram mais abundantes, as propriedades privadas também eram mais extensas. Assim, em 9 de março de 1899, Carlos Dhein adquiriu uma posse de terras de *agricultura e matos*, com área superficial de 9.294 hectares, pertencente ao Major Evaristo Teixeira do Amaral, sua mulher Ana Maria Teixeira e outros, residentes em Porto Alegre.³⁷⁸ A mesma deu origem à colônia Erval Seco – na documentação administrativa da empresa, foi registrada por um período como Colônia Evaristo, posteriormente, como Colônia Guarita ou Fortaleza, até chegar ao nome definitivo. Essa transação teve um custo de Rs. 60:000\$000.³⁷⁹ O memorial de medição dessa área permite acompanhar a sua valorização: em 1839, João da Cruz fez posse e em 1855 vendeu a Antonio Teixeira do Amaral pelo preço de Rs. 300\$000 conforme a escritura de 24 de dezembro de 1855, passando aos seus filhos como herança.³⁸⁰ Dividindo essa área em lotes de 25ha, obtêm-se 371,7 lotes; vendendo cada um a Rs. 1:000\$000, renderia em valores absolutos Rs. 371:700\$000; levando essa venda a efeito em um momento mais favorável, poderia vender o lote a Rs. 2:000\$000 ou mais, obtendo ainda um ganho superior.

³⁷⁷ Carta. Cruz Alta, 15/2/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP.

³⁷⁸ Demais herdeiros: José Evaristo Teixeira e sua mulher Cândida Clarinda Teixeira, Rita Amália Teixeira, solteira; Bráulio Evaristo Teixeira, de menor, assistido por sua mãe e tutora Anna Alexandrina Teixeira.

³⁷⁹ Houveram a propriedade por legítima por falecimento do pai e sogro dos outorgantes, coronel Evaristo Teixeira, composta de duas posses unidas uma a outra, sendo a primeira havida por seu dito pai e sogro por compra de Silvestre da Silva Goulart e sua mulher, e a segunda de José de Mesquita Lobo e sua mulher, e ambas havidas por estes por títulos de legitimação de 20 de dezembro de 1890 e 3 de setembro de 1892, respectivamente. Essa venda foi tratada em inícios de 1899, mas efetivada recém então. As terras limitavam-se ao Norte pelo rio Fortaleza e terras devolutas; ao Leste com o mesmo rio e terras devolutas e por uma linha com terras legitimadas de Antonio Manoel Leite de Azevedo e de Virissimo Alves do Amaral; ao Sul com terras devolutas e ditas de João Alberto de Borba; e a Oeste pelo lajeado do Caçador, até a sua foz no rio Guarita, e por este abaixo até a sua confluência com o rio Fortaleza, limitando-se com terras devolutas e não legitimadas de Joaquim Elias de Castro (Pública Forma de traslado de escritura de compra e venda. Caixa 24; Escritura Pública de compra e venda, Caixa 27, MAHP).

³⁸⁰ *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* – Memoriais de agrimensura. Caixa 148, MAHP.

Sobre as posses de terras adquiridas no primeiro decênio de atuação da *Colonizadora Meyer*, percebem-se algumas características recorrentes. A primeira refere-se à situação da posse. Todas elas receberam o seu título de *legitimação de posse* recentemente, muitos já no período republicano, sendo o mais antigo de 1878, denotando que a incorporação dessas terras devolutas ao domínio privado ocorreu ao longo do século XIX, mas nem sempre foram legitimadas imediatamente, nem mesmo depois da *Lei de Terras*. A verificação de posses só foi agilizada a partir de 1897, em função da instalação de uma comissão encarregada por esse trabalho, em Ijuí. Segunda: parcela considerável desses grandes proprietários era militar do Exército ou da Guarda Nacional,³⁸¹ obtendo essas terras em recompensa por serviços prestados ou por requerimento ao governo, ou compra e herança. Terceira: com raras exceções, os proprietários não residiam nessas terras, pois mantinham sua residência na vila de Cruz Alta, Palmeira, ou estâncias próximas. Por essa razão, diante de uma oferta de compra razoável dessas *terras de mato*, que não lhes proporcionavam rendimentos, não hesitavam em vender. Quarta: a situação da venda ocorria geralmente no momento do inventário. Após a morte do casal que requereu essa propriedade ao governo, ou pelo menos de um dos consortes, os herdeiros, para talvez evitar um fracionamento excessivo dessas glebas, ou porque já tinham sua própria propriedade, ou outras razões, optavam pela venda, dividindo entre si os dividendos. Ou seja, ao contrário do que ocorria ao longo do Império, onde havia a possibilidade de expandir a propriedade, legitimando novas áreas de terras devolutas, no início da República ocorreu o processo inverso, isto é, o fracionamento da propriedade no momento do inventário, implicando na redução da área de cada herdeiro. Quinta: a quase totalidade desses moradores/proprietários era analfabeta, pois não assinavam os documentos de transmissão de posse *por não saber ler nem escrever*, nomeando procuradores para representá-los. Sexta: a área de terras geralmente era maior do que a constante nos títulos de posse e as divisas confusas. Isso porque as medições nem sempre eram efetuadas por pessoa habilitada, daí a dificuldade em encontrar o mapa da medição. Ampliar suas terras para além da divisa, ou acordar limites entre vizinhos contemplando objetivos

³⁸¹ A Guarda Nacional foi criada em Cruz Alta pelo decreto n. 2.164, de 1º de maio de 1858, e diversas vezes reorganizada, contando em 1911 com 4 brigadas, sendo uma de cavalaria, duas de infantaria e uma de artilharia.

comuns, eram práticas habituais também. Sétima: as terras compradas para a colonização eram *terras de mato*, com pequenas áreas de agricultura. Perfaziam as áreas marginais das grandes estâncias de criação de gado, localizadas nas terras de campo.³⁸² Oitava: como na maioria eram ocupações recentes ou propriedades inexploradas, predominavam as grandes extensões de matas. Nos locais onde as famílias residiam e praticavam a agricultura de subsistência, esta rapidamente deslocava a mata, encontrando-se *terras de agricultura* e *capoeiras*. Nona: fica evidente, principalmente no caso das terras compradas para a colônia Neu-Württemberg, a existência de uma rede de parentesco entre esses proprietários, ampliada por casamentos e compadrio. Ao confrontar diferentes documentos, como escritura, inventário, memorial de medição, esses laços tornam-se mais visíveis, e acabam remontando às primeiras famílias ali estabelecidas e a circulação da propriedade de terras nas mesmas.³⁸³

Embora Carlos Dhein e Herrmann Meyer divergissem em aspectos centrais no que se refere ao conceito de colonização e a condução do projeto como um todo, essa fase de experimentação foi fundamental no sentido de assentar as bases do complexo colonial; familiarizar-se com a operacionalidade interna de formação de uma colônia, o mercado de terras, as oscilações do câmbio e a questão legal, e, a partir daí, pensar uma política de colonização, com regras claras e prioridades bem definidas. Em termos de resultados práticos, Dhein aplicou, entre 1897 e outubro de 1900, um capital de Rs. 154:731\$000, só na compra de terras, afora as demais despesas com trabalhos de medição, mantimentos, animais, salário, etc. Esse capital todo remetido diretamente por Meyer, visto que naquele momento a entrada de capital para o caixa da *Colonizadora* era insignificante. Relativo ao espaço, adquiriu três posses isoladas em Palmeira, somando 12.112 hectares, ou 484,48 lotes coloniais; e mais sete posses em Cruz Alta, totalizando 6.895 hectares, ou

³⁸² Pelo estudo de Nilo Bernardes (1997), as colônias de Herrmann Meyer localizaram-se exatamente na região florestal do norte do estado, a qual iniciava entre os rio Fiúza e Palmeira, estendendo-se a oeste em direção ao rio Ijuí, e ao norte, até o rio Uruguai. O avanço da colônia Neu-Württemberg, em Cruz Alta, foi justamente barrada a leste e sul pelas áreas de campo, cujos proprietários não estavam interessados em se desfazer das mesmas.

³⁸³ José A. Moraes do Nascimento (2007) analisando a configuração da propriedade e os seus proprietários em Cruz Alta e Palmeira, reconstruiu a árvore genealógica de algumas dessas famílias, tornando visíveis esses laços de parentesco e casamento, e como a propriedade de terras tramitava nessas famílias, ora tendendo à ampliação, ora à divisão.

275,8 lotes colônias, todas elas confinantes com a *Posse dos Mello* ou a *Posse Magdalena*. Assim, a Empresa de Colonização findou o século XIX com uma área de 19.007 hectares, perfazendo 760,28 lotes coloniais, conforme discriminado no *Quadro 5*.

Nome vendedor	Título de legitimação	Data da compra	Área (hectare)	Valor pago (Rs.)	Localização
Rita Maria do Espírito Santo	18/7/1883	12/11/1897	1.818	15:500\$000	Palmeira
Antonio Galvão Pereira	23/4/1890	26/4/1898	1.000	9:000\$000	Palmeira (Boi Preto)
<i>Posse Magdalena</i> – José Joaquim dos Santos Lima e Anna Gomes de Lima, e a viúva Maria Silveira Moraes	2/8/1878 12/10/1882	31/8/1898	947	6:000\$000	Cruz Alta (Serra do Porongos)
<i>Posse dos Mello</i> – Cassiano de Oliveira Mello e sua mulher e outros	21/9/1885	26/11/1898	1.260	8:000\$000	Cruz Alta (Serrito)
Evaristo Teixeira do Amaral, sua mulher e outros	17/12/1887 3/9/1892	9/3/1899	9.294	60:000\$000	Palmeira (Guarita e Fortaleza)
Joaquim Dias de Oliveira e sua mulher		11/3/1899	504	600\$000	Cruz Alta
Francisco Manoel de Barros e sua mulher	31/7/1888	1º/5/1899	1.290	15:000\$000	Cruz Alta (Salina)
Belisário Moreira do Amaral	14/11/1881	11/8/1899	600	10:000\$000	Cruz Alta (Pavão)
Ignácio Eleuthério dos Santos e sua mulher	22/2/1888	8/2/1900	2.160	30:000\$000	Cruz Alta (Serpentina)
Maria Antonia Fagundes – arrematação em hasta pública		7/5/1900	134	631\$000	Cruz Alta
TOTAL			19.007	154:731\$000	

Quadro 5 – Terras adquiridas por Carlos Dhein – 1897-1900
Fonte: A autora (2008).

Dentre essas posses, merece destaque a comprada a Francisco Manoel de Barros (vulgo “Saleiro”) e sua mulher Felicidade Maria Antonia, localizada às margens do rio Fiúza, pelas construções nela existentes: “uma posse de matos,

terras de cultura, contendo casas de moradia, engenho de serrar madeira e mais benfeitorias, situada na serra geral do Ijuí, no lugar denominado ‘Salina’”.³⁸⁴ Essa área, então a mais central da colônia, foi dividida em lotes urbanos e transformada no *Stadtplatz Elsenau*, em 1901. Inicialmente, Dhein havia planejado instalar a sede urbana na *Posse dos Mello*, às margens do rio Palmeira.

Outra posse, adquirida ao Coronel Ignácio Eleuthério dos Santos e sua mulher Luzia Borges dos Santos, residentes e domiciliados em Palmeira, apresentava características semelhantes: “terras de cultura, com casas, ranchos, paióis e mais benfeitorias, sita na serra geral do Ijuí, no lugar denominado ‘Serpentina’”.³⁸⁵ A posse comprada a Joaquim Leite Garcia e outros, com a área de 504 hectares, em 1907, foi mais um caso atípico em relação às demais. Tratava-se de “terras e matos de cultura efetiva com moradia habitual”. Conforme o memorial de medição,

as terras são de muita boa qualidade e prestam-se a toda sorte de cultura, são banhados ao Norte pelo Rio Palmeira, ao Oeste pelo arroio Lima, a Leste pelo arroio da Pedra ou Monjolo e cortados por outro arroio que também deságua no Rio Palmeira, e mais outros córregos. As poucas matas que ainda existem tem madeiras de lei, tem moradias habituais e cultura efetiva em grande escala, têm um açude para regar plantações de arroz e um monjolo. A área superficial é de 5.045.122 metros quadrados [504,5ha].³⁸⁶

Essa seria uma das características das posses adquirida posteriormente, pois justamente pelas suas áreas menores, com uma ou mais famílias residindo – no

³⁸⁴ Escritura Pública de Compra e venda. Caixa 21, MAHP. A partir do processo de inventário, iniciado em 30/9/1905, por ocasião do falecimento do patriarca, Francisco Manoel de Barros, em 16/4/1903, no 4º distrito de Cruz Alta, é possível saber o que restavam de bens para essa família, após desfazer-se de sua propriedade de terras. Como herdeiros, estavam seus dez filhos – Isabel de Barros Nunes, casada com Manoel Antonio Nunes; Anna Antonia de Barros, casada com Amantino Barboza de Oliveira; Amélia Chagas, casada com Januário Pinto das Chagas; Virgílio Antonio de Barros; Florência Antonia de Barros; Cassiano Manoel de Barros; José Manoel de Barros; Avelino Manoel de Barros; João Manoel de Barros; Amantino Manoel de Barros. Todos maiores de idade e residentes nesse distrito. “Bens de raiz: Uma parte de campo situada no 4º distrito com casa de moradia e mais benfeitorias, avaliada em Rs. 450\$000; Um pequeno pedaço de matos sito junto à colônia do cidadão Antonio Dias de Oliveira, avaliada em Rs. 30\$000. Total: Rs. 480\$000. A pequena área de matos ficou para o pagamento das custas do processo. Os filhos todos desistiram da herança, em favor da mãe e do irmão João Manoel de Barros” (Inventariante: Felicidade Maria Antonia; Inventariado: Francisco Manoel de Barros; Requerente: João Manoel de Barros. Entrada do processo: 30/9/1905. Cruz Alta. Cartório do Civil e Crime - Arrolamento N 2534, M 79, E 63, APERS).

³⁸⁵ Escritura Pública de compra e venda. Caixa 21, MAHP.

³⁸⁶ Memorial de Silvestre Manoel da Silva. Cruz Alta, 14/6/1900. Pasta Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer – Memoriais de agrimensura, Caixa 148, MAHP.

caso específico, residiam nessa área os herdeiros de Francisco Leite Garcia –, aumentavam as áreas de *cultura efetiva* e de *capoeiras*, além de poteiros, reduzindo, conseqüentemente as partes de mato.

Cabe salientar que o 4º distrito de Cruz Alta localizava-se ao norte da sede do município, limitando-se ao oeste com a colônia Ijuí; ao norte pelo rio Palmeira com o município de Palmeira; e ao leste englobava parte de Santa Bárbara; e ao sul, com a sede. Essa região, nas escrituras de compra e venda e na documentação em geral, era denominada de Serra do [rio] Ijuí. Para especificar a localização exata das posses privadas, foram adotados nomes relacionados a características do lugar, geralmente estendidos também aos arroios existentes na área, incorporados ao uso cotidiano dos seus moradores, atendendo às suas necessidades de nominação, passando posteriormente a denominar aquele lugar oficialmente. Assim tinha-se: *Serrito (Posse dos Mello)*; *Serpentina (Posse Ignácio Eleuthério dos Santos)*; *Pavão (Posse Belisario Moreira do Amaral)*; *Serra ou Lagoão do Porongos (Posse Magdalena)*; *Salina ou Saleira (Posse Francisco Manoel de Barros)*; *Serro Alegre (Posse dos herdeiros de João Luiz Malheiros)*. Outro ponto de referência era o arroio do *Paio*, arroio do *Engenho*, e assim por diante. Assim, eram pequenos fragmentos isolados, e a *Colonizadora Meyer*, ao apropriar-se dessa área, unificando-a em uma única colônia, renomeou esses lugares, como já apontado no capítulo II.³⁸⁷

Por sua vez, o agrimensor Silvestre Manoel da Silva, em seu relatório de medição das posses contíguas compradas a Belisário Moreira do Amaral, Francisco Manoel de Barros e Ignácio Eleuthério dos Santos, perfazendo uma área de aproximadamente 3.921 hectares ou 156 colônias, entregue em 3 de julho de 1900, apresentava um panorama geral da estrutura dessa área pré-colonização. Destacou que a maior dificuldade eram as divisas indefinidas entre essas terras. Apenas Belisário Moreira do Amaral possuía um mapa de sua posse, que serviu de parâmetro para as demais. Na parte oeste da posse de Eleutério não encontrou a

³⁸⁷ Na construção de uma memória coletiva para os nomes que Panambi já teve, os agentes responsáveis entenderam que *Salina* foi o primeiro nome do município, isto é, estenderam o nome de uma única posse de terras localizada para o todo, apagando da memória as demais denominações pontuais. Erroneamente, ainda, apontam Elsenau como o segundo nome, então já na fase colonial, ignorando que este apenas referia-se à área urbana da colônia Neu-Württemberg, e não à colônia como um todo. São questões problemáticas construídas no pós-Campanha de Nacionalização e reproduzidas até os dias atuais, seja pelos pesquisadores em geral, imprensa e rede de ensino.

antiga divisa, que seria uma picada, considerando assim que esse ponto de referência foi mudado. Na *Posse de Barros*, a descrição das divisas era muito deficiente, mas os marcos ainda visíveis, a não ser pelo leste, na divisa com Joaquim Dias de Oliveira, cujo marco encontrava-se à margem de um arroio tributário do *Engenho*, que parecia mais antigo, onde era ignorada a direção da linha divisória. O proprietário informou que essa linha havia sido acordada entre Barros e Joaquim, que abriram uma picada para tal, até o marco da *Posse do Mello*. Foi considerado como divisa a linha reta que unia os dois marcos. As divisas seguiam linhas *zig-zag*, retardando os trabalhos, bem como a definição de lotes regulares.

Segundo o agrimensor, a topografia dessa área era favorável à colonização, pela qualidade de suas terras e a abundância de matos e capoeiras. Seus terrenos com pouca acidentação eram próprios para a aplicação racional do arado. A rede hidrográfica também contribuía. O rio Fiúza ou Corticeira, com menor volume de água, era importante para futuras indústrias, cortando as terras de leste a oeste na parte sudoeste, porém, marcado por seus constantes transbordamentos, impedindo a travessia por vários dias. O rio Palmeira, com grande volume de água, era importante como força motora para o local, além de contar com cascatas. Sua sinuosidade contribuía para evitar os transbordamentos.³⁸⁸ Sobre as benfeitorias ali existentes, relatou:

As 9 casas que designo pelo nome de casas de moradia, são, na sua grande maioria, casas imprestáveis e indignas desta qualificação: de construção primitiva, mais semelhantes a galinheiros impróprios para este mister, do que, propriamente, a moradias habituais; entretanto, notamos a casa que foi de Saleiro, último proprietário da posse de Francisco Manoel de Barros, que em péssimo estado, embora esteja, é, no entanto, a principal ou melhor de todas que existem na propriedade, adquirida pelo Sr. Dr. Meyer – é de pau-a-pique, coberta de taboinhas, com cômodos espaçosos, sendo o seu compartimento principal assoalhado; acha-se ela situada num local apazibilíssimo, rodeado por um campestre que a destaca, agradavelmente. As casas conhecidas como Paióis do Ignácio e do Belisário ou Pavão, situados nas posses legitimadas por aqueles senhores,

³⁸⁸ Tributários do rio Fiúza: arroio do Engenho, o mais importante, com 6 km, arroio Paiol Queimado com o arroio Tatu Morto, com 3,5 km; arroio Paiol Velho com 1,8 km; e o do arroio Pavão, com 2,2 km. Os arroios Carlos Dhein, 2 km, e Dr. Hoffmann, 2,5 km tributários do arroio Engenho. Tributários do rio Palmeira: arroio dos Veados ou Dr. Meyer, com 6 km; arroio Serpentina, com 3.200 m, e seus contribuintes: arroio Zaluar com 2.500 m, e o arroio José Grande, com 2.480 m, e arroio do Chimarrão, com 3.700 m (Memorial de agrimensura apresentado por Silvestre Manoel da Silva, 3/7/1900. Pasta Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer – Memoriais de agrimensura, Caixa 148, MAHP).

são de construção de madeira, cobertas de taboinhas, de aspecto sombrio e sem gosto algum nem cuidado artístico.

Galpões. Os dois galpões que servem de engenho de serrar madeira e de olaria, estão, mais ou menos, apropriados aos fins a que se destinam.

O engenho é movido a água e mal construído: a roda motora, de pequeno diâmetro, não satisfaz ao fim e, na maioria do tempo, está parada, por falta d'água, ou melhor, por falta de capacidade profissional de seus administradores. O açude, construído a pouca distância da casa do engenho tem capacidade e, senão todas as condições para fornecer água, constantemente, ao motor do engenho, é susceptível de melhoramentos que satisfaçam aquelas condições.

A olaria é um estabelecimento, onde a primitividade do método desta indústria, tem uma sagração quotidianamente renovada, por uma família de pobres polacos, que, de alvorecer a escurecer, fazem, no barro, a apologia do trabalho perseverante. Seu produto, mal preparado, é, no entanto, já uma esperança para o desenvolvimento desta indústria útil que, melhor cuidada, já iniciada, prenuncia uma realização rápida de bem estar para os futuros colonos que para aí se dirigirem.³⁸⁹

O fato de haver uma serraria, moinho e olaria indicam para a existência de outras fontes de renda nas áreas de mata, bem como um mercado consumidor para os seus produtos, estabelecendo relações comerciais com os moradores das redondezas e com a sede do município. O agrimensor constatou nessas glebas uma realidade já assinalada por vários viajantes do século XVIII e XIX, ou seja, grandes proprietários de terras residindo em casas simples, com pouquíssimo mobiliário. Outro indício para esse modo de vida ainda precário está relacionado à obtenção recente do título de posse, presumindo que ocupavam essas terras como posseiros anteriormente. Ou seja, até ontem era um *lavrador nacional* ou *caboclo*, persistindo resquícios dessa sua condição social em suas habitações e benfeitorias, visto que ser proprietário de extensas posses de terras não garantia riqueza. Nesse sentido, a categoria *caboclo* está muito mais relacionada a um modo de vida e uma condição social e econômica do que à sua origem étnica – se luso-brasileiros, portugueses ou mestiços. No momento em que se tornavam proprietários, deixavam de ser chamados de *caboclos* (POLI, 1995).

Voltando ao relatório do agrimensor Silvestre Manoel da Silva, este assinalou que no seu aspecto geral, o terreno era “montuoso e de acidentação comum, pouco sensível, suavemente ondulado, sem depressões abruptas, próximo ao arroio Pavão o terreno era muito dobrado”. A riqueza florestal era dada pela sua

³⁸⁹ Memorial de agrimensura apresentado por Silvestre Manoel da Silva, 3/7/1900. Pasta Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer – Memoriais de agrimensura, Caixa 148, MAHP.

variedade, havendo matos fechados e capoeiras mais ralas nos locais onde foram derrubadas as matas para a agricultura. Em alguns lugares, foram encontradas “culturas recentes, ou roças onde o milho, o feijão, a batata, a abóbora e o aipim predominavam”. Em outros, a utilização do terreno para poteiros, o transformou em campestres ou campinas, notando-se: as que ficam no extremo sudeste, e se estendem, desde a divisa da propriedade, ao sul, até a margem do arroio Fiúza e as campinas que se acham nas proximidades da ponte deste arroio e aquelas, “nas vizinhanças do engenho e olaria e demais casas que aí se encontra, à margem do arroio do Engenho, onde forma, com este grupo de habitações, um povoado de belo e aprazível aspecto”. Sobre esse lugar, considera: “si não fosse a conveniência de localizar-se a sede de uma colônia no centro de suas terras e outros interesses, dignos de atenção, esta posição seria um bom local para o seu estabelecimento, pelos requisitos que também oferece pela sua aproximação daquela ponte, escoadouro natural dos produtos daquela colônia”. Da área total de 39.219.939 m², mato alto e capoeirões ocupavam 34.019.939 m², e de capoeiras 5.200.000 m². A área foi avaliada da seguinte forma: 9 casas de moradia: Rs. 2:300\$000; 2 galpões: Rs. 800\$000; a área total de terras, a 2 réis o hectare: Rs. 78:439\$878, totalizando o valor avaliado da propriedade em Rs. 81:539\$878.³⁹⁰

Calculado em números absolutos, a idéia da colonização era lucrativa e ia ao encontro da expectativa de Carlos Dhein. Por exemplo, nessas três aquisições, a *Colonizadora Meyer* empregou Rs. 55:000\$000, enquanto a propriedade foi avaliada no memorial de medição em Rs. 81:539\$878. No caso, pagaram 67% do valor do imóvel. Dividindo essas terras em lotes de 25 hectares, obtiveram aproximadamente 156 colônias. Vendendo cada colônia por Rs. 1:000\$000, faturavam Rs. 156:000\$000, ou seja, um lucro de 283,6%.

Desapropriados os grandes proprietários das terras de matos, os pequenos proprietários também acabaram vendendo, pressionados, por preços bem inferiores, e saindo daquele espaço, que ia se fechando cada vez mais em torno da

³⁹⁰ Memorial de agrimensura apresentado por Silvestre Manoel da Silva, 3 de julho de 1900, 11 fls. Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer – Memoriais de agrimensura. Caixa 148, MAHP. O agrimensor Silvestre Manoel da Silva, residente na sede de Cruz Alta, era um entusiasta do projeto de colonização, imbuído das idéias em voga na época, associava o imigrante ao progresso e o nacional ao atraso. Com essas lentes, elaborou os seus relatórios.

colonização, excluindo-os. Para o caboclo, restou a opção de se empregar como mão-de-obra barata nos serviços de demarcação dos lotes, abertura de estradas, construção de pontes, ou no próprio lote colonial, nos serviços de derrubada da mata, queimada e plantio. Assim sendo, a região colonizada por Meyer não era um *vazio demográfico*. Muito pelo contrário, seus proprietários e habitantes foram deslocados para outras áreas, o que nem sempre ocorreu de forma pacífica.

A *Colonizadora Meyer* formou o seu complexo colonial com a incorporação de terras de particulares. Restringiu-se a compra de terras ao Estado a casos isolados, quando se tratava de áreas confinantes à colônia e essenciais no desenho dos limites da mesma. Em fevereiro de 1901, Horst Hoffmann iniciou a negociação para a compra de uma extensa área de terras devolutas, remetendo um ofício ao presidente do estado, justificando a compra nesses termos:

desejo adquirir por compra as terras devolutas situadas no rincão formado pela confluência dos rios Palmeira e Fiúza, e que dividem pelo Norte, Sul e Oeste com os dois sobreditos rios e pelo Leste com as terras que constituem a colônia particular Neu-Württemberg, pertencente à Empresa referida. As terras deste rincão cuja aquisição não poderá oferecer grandes vantagens a qualquer outra colônia tão particular, por se acharem quase isoladas pelos sobreditos rios Palmeira e Fiúza e pelas terras da referida Companhia, são para esta de sabido valor, a fim de poder por meio delas, arredondar os terrenos cujo domínio já lhe pertence e que por esta compra (?) cultura efetiva, contribuindo assim para o engrandecimento e o progresso desse Estado.

V. Ex^a. talvez não ignore que esta Empresa no começo de sua existência sofreu graves prejuízos devidos a faltas e erros cometidos pela gerência anterior, devendo portanto a principal tarefa da atual administração consistir no restabelecimento das condições normais da Empresa que ao suplicante se afiguram como extremamente favoráveis no caso dele ter a felicidade de merecer a benevolência de V. Ex^a. e poder sanar, pelo menos em parte, os erros cometidos.³⁹¹

Argumentava ainda ter recebido outras propostas de venda de terras, mas nenhuma interessava tanto quanto esta. Assim, estavam oferecendo Rs. 4\$500 a 5\$000 por hectare. Aumentou a oferta para Rs. 6\$000 por hectare, após ler um anúncio dessas terras no jornal *Cruz Alta*, datado do dia 16 de março, enviando outro ofício a Augusto Pestana, questionando a demora na aprovação de sua

³⁹¹ Ofício. Porto Alegre, 16/2/1901. Horst Hoffmann ao Desembargador Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Livro Copiativo 1, Fl. 86-87, MAHP.

petição, e chamando-lhe a atenção sobre a mesma.³⁹² Vencidos os entraves burocráticos, a compra foi concretizada em 14 de outubro de 1901, quando a *Colonizadora* adquiriu da Fazenda do Estado a área de 2.662 hectares, formando a linha *Rincão*, com a condição de serem “respeitados os direitos de posse dos moradores dessas terras”. Com isso, a área superficial da colônia Neu-Württemberg ampliou consideravelmente.³⁹³

Aliás, Herrmann Meyer, juntamente com Horst Hoffmann, estabeleceram como meta da *Colonizadora* a ampliação, em primeiro lugar, da colônia Neu-Württemberg, com a compra de terras aos particulares das imediações e do Estado, quando fosse o caso. Em segundo plano, e só quando aquela pudesse se auto-sustentar, seria estudada uma possível ampliação da colônia Xingu, entrando em negociação com o Estado para a aquisição das terras públicas adjacentes.³⁹⁴

O reconhecimento desses títulos de posse da *Colonizadora Meyer* por parte do governo também foi um processo moroso, comprometendo assim a propaganda

³⁹² Ofício. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1901. Horst Hoffmann ao Desembargador Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Livro Copiativo 1, Fl. 83-84, MAHP.

³⁹³ Em 6 de abril de 1901, Augusto Pestana enviou à Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas a documentação concernente tratando de propostas para aquisição de terras, com o seu parecer favorável às propostas em questão. Julgava também aceitável a proposta apresentada pelo representante do Dr. Herrmann Meyer para a compra de terras entre o rio Palmeira e o Fiúza, “no caso de ser o Estado indenizado das despesas feitas com a medição dessas terras, ou de ser elevado o preço da proposta à 8.000 rs. por hectare”. Na ata que acompanhava o seu parecer, datada de 31 de março de 1901, havia mais detalhes sobre a referida transação. As propostas de aquisição de terras foram apresentadas atendendo edital de venda publicado em 15 de março do mesmo. Dentre as propostas, foi apresentada uma por Rudolpho Ahrons, em nome do Dr. Horst Hoffmann, como representante do Dr. Herrmann Meyer, “para compra das terras entre o Fiúza e o Palmeira, ao preço de seis mil-réis (6.000) por hectare, pagando a vista” (Ijuí, 6/4/1901, Ofício n. 106, Comissão de Verificação de Posses e discriminação de terras públicas em Ijuí. Augusto Pestana a João José Pereira Parobé, Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas. OP, Maço 91, Caixa 43, AHRS).

³⁹⁴ Relatório 10/11. De 16/11 a 15/12/1901. Porto Alegre, 26/12/1901. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig (conclusão do relatório de 18/12). Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP. Muitas negociações da *Colonizadora* eram tentadas e quando improdutivas, nem comunicadas para Herrmann Meyer. Assim, ainda em agosto de 1901, Horst Hoffmann, como procurador geral e gerente da *Colonizadora*, em ofício ao Presidente do Estado, manifestou seu interesse em “adquirir por compra e para propriedade da Empresa que ele tem a honra de administrar, as terras devolutas com uma área aproximada de 5.000 hectares, situada no município da Palmeira, na direção da Estrada Geral que liga a cidade da Palmeira a vila de Nonohay e que se limitam a oeste com a colônia Xingu, pertencente à Empresa supra mencionada. Assim pois o abaixo assinado toma a liberdade de solicitar a V. Ex.^{cia}, que se digne mandar abrir concorrência pública para a venda das terras acima referidas” (Ofício. Porto Alegre, ?/8/1901. Horst Hoffmann a E.^{xo}. Sr. Dr. Desembargador Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Fl. 338, Livro Copiativo 1, MAHP). Nesse caso, não foi aberta concorrência pública e as terras reservadas para a colonização estatal.

em prol da emigração alemã, bem como nas zonas coloniais do estado, pois não havia garantias legais para o fornecimento de escrituras. O requerimento para tal fim foi enviado ao presidente do estado, Borges de Medeiros, em 30 de junho de 1902. Os títulos foram reconhecidos como legítimos e livres de quaisquer dívidas pela *Diretoria Central das Obras Públicas*, em 28 de agosto de 1902, e pelo presidente do Estado, em 14 de Outubro de 1902.³⁹⁵

Em 10 de junho de 1903, em decorrência da liquidação da *Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft*, Herrmann Meyer assumiu parte da Fazenda Castilhos, localizada em Vila Rica (Júlio de Castilhos), com a área superficial de 1.882 hectares, e distante de todo o complexo colonial, pelo valor de Rs. 20:000\$000.³⁹⁶ Imaginando as dificuldades para a colonização da mesma, Meyer investigou a possibilidade de explorar madeiras na mesma.³⁹⁷ Posteriormente, foi uma área problemática por não atender aos quesitos legais, pois a empresa não possuía o mapa da área, e surgiram diferenças entre área real e aquela lotada junto à Coletoria de Impostos do estado, criando uma questão que se estendeu por vários anos até a sua regularização.³⁹⁸

³⁹⁵ Ofícios. Pasta 4, Caixa 148, MAHP. A demora para o reconhecimento dos títulos de terras da empresa gerou alguns embaraços. “Que o ministro von Treutler havia se reunido com o presidente Castilhos, eu fiquei sabendo direto do *Auswärtiges Amt*, e também foi comentado pela imprensa alemã, sobre o fato de que as terras da Empresa ainda não têm os seus títulos reconhecidos pelo governo. Ora, você [Horst] sabia disso, e poderia ter me alertado, tendo em vista que se a imprensa descobrisse, ia sair comentando, como aconteceu” (Carta. Leipzig, 12/5/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

³⁹⁶ Tratava-se de um “quinhão de terras em Vila Rica, vendido por Júlio Prates Castilhos e sua mulher Honorina Castilhos à *Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande*, representada por Francisco José Simch e Henrique Schüler”. Com a área de 1.086 hectares, aproximadamente, a qual recebeu como herança de seus pais. A venda foi realizada em Porto Alegre, 6 de novembro de 1900, pelo valor de Rs. 54:339\$000. Uma segunda área conjugada foi adquirida na mesma data, de Hermínio Francisco do Espírito Santo e sua esposa Adelaide Castilhos do Espírito Santo, residentes na capital federal, com a área de 7.949.642 m² [794ha] de terras de mato, situadas em Vila Rica, pelo valor de Rs. 14:500\$000. Essas duas áreas foram transferidas para Herrmann Meyer (Escritura Pública de Compra e Venda. Pasta Júlio de Castilhos, Caixa 29, MAHP).

³⁹⁷ Carta. Leipzig, 29/8/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller e Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

³⁹⁸ Carta. Neu-Württemberg, 16/5/1904. Alfred Bornmüller ao coronel Francisco José Simch, Porto Alegre. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP. Por uma razão pouco clara, na Coletoria de Impostos estaduais permaneceu lançado o valor total dessa área, de 2.698 hectares, com valor venal de Rs. 95:000\$000, desde 1905. A regularização dessa situação só ocorreu para o exercício de 1912, após recorrer à Secretaria da Fazenda e diretamente ao Presidente do Estado (Ofícios diversos. Pasta Júlio de Castilhos, Caixa 29, MAHP). Relativo ao pagamento de impostos, verificaram-se também outros problemas. Em 1904, Alfred Bornmüller devido à *má interpretação da legislação e o desconhecimento de alguns termos*, pois não haviam compreendido o

Portanto, o complexo colonial da *Colonizadora Meyer* foi sendo montado como um mosaico, colocando inicialmente as peças maiores, e posteriormente, preenchendo com os pedaços menores, até formar um todo. Esse primeiro desenho coube a Carlos Dhein, Horst Hoffmann e Alfred Bornmüller; e o seu contorno final, a Hermann Faulhaber. A ampliação da área concentrou-se nos arredores da colônia Neu-Württemberg, evitando assim a formação de novos núcleos coloniais. Mesmo tomando todas as precauções para só adquirir terras legitimadas, *livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou hipoteca*, houve problemas para obter o registro *Torrens*³⁹⁹ da posse Boi Preto e com posseiros.

3.2.1 Caso *Boi Preto*

Na fase mais otimista da colonização, ainda em 1901, Herrmann Meyer, referindo-se a posse *Boi Preto*, escreveu:

quero ouvir em breve que colonos também estejam ocupando essas terras, pois os protestos dos vizinhos devem ser revidados, pois não admito em hipótese alguma ceder aos mesmos, a não ser que tivessem título. É interessante que você [Horst] faça uma visita aos mesmos e lhe exponha a situação. Sobre a questão com Galvão Pereira, peço que remeta cópia da documentação e do mapa, e assim resolveremos a mesma, pois não quero que a *Empresa* perca novamente a confiabilidade que conquistou sob a sua administração por causa dessa questão.⁴⁰⁰

que era valor venal, solicitava para que fosse recalculado o valor dos impostos sobre os lotes coloniais, porque haviam enviado para a base do cálculo o valor de venda do lote, ou seja, Rs. 1:000\$000, sendo que o valor venal era de Rs. 350\$000 (Ofício. Neu-Württemberg, 26/9/1904. Alfred Bornmüller ao Coletor de Rendas Estaduais, Cruz Alta. Livro Copiativo 32, Fl. 470-471, MAHP).

³⁹⁹ O *Registro Torrens* é uma modalidade de sistema registrário de propriedade imóvel rural criado em 1858 na Austrália, e passou a ser conhecido pelo nome de seu idealizador, o irlandês Robert Richard Torrens. No Brasil, esse sistema foi introduzido no início da República, e disciplinado em 31/5/1890, pelo Decreto 451-B, que foi regulamentado pelo Decreto 955-A, de 5/11/1890, visando a ordenar o registro e transmissão de bens imóveis, garantindo a sua propriedade definitiva e incontestável. Tal sistema deveria se estender persuasivamente e de modo facultativo a todo Brasil, mas, concentrou-se principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais. Inicialmente, era válido tanto para áreas rurais quanto urbanas, mas depois acabou sendo usado só para áreas rurais.

⁴⁰⁰ Carta. Leipzig, 16/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre Cartas - Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

Aparentemente de fácil resolução, essa questão arrastou-se e o registro *Torrens* só foi obtido em 5 de maio de 1905, após concluir o processo, impedindo, até então, a demarcação e venda dos lotes.

Movido pelas dificuldades em comprar terras, e as negociações complicadas com os proprietários das redondezas da colônia Xingu e o Estado, Carlos Dhein recebeu a oferta de uma área de terras distante da primeira, mas atendendo aos requisitos mínimos para a colonização. A compra foi acertada com seu proprietário Antonio Galvão Pereira, em 26 de abril, e a terra escriturada para a *Colonizadora Meyer* em 5 de maio de 1898. Tratava-se de uma posse com a área de 1.000 hectares (10.000.000 m²), pelo valor de Rs. 9:000\$000, localizada no 1º distrito de Palmeira, no lugar chamado *Boi Preto*, na serra geral do rio da Várzea, sita a duas horas da vila (*Figura 31*). O título de legitimação da mesma foi obtido em 23 de abril de 1896. Essa propriedade era composta “quase que exclusivamente de terras de agricultura, cobertas de matos, abundante de erva-mate, pinheiros e outras madeiras de lei. Foi avaliada em Rs. 20:050\$000”, encontrando-se nela “três paióis em mau estado”.⁴⁰¹ Ainda segundo o relatório do agrimensor, o terreno “é todo de ondulações suaves”, e as suas águas suficientemente distribuídas para atender aos fins da colonização, com o rio da Várzea, ao Leste, e o lajeado D. Maria. “O valor do manancial do rio da Várzea é de importância considerável pelo seu volume d’água, pela energia de seu salto, podendo produzir forças de potência bastante apreciável aos estabelecimentos de moinhos e outras fábricas de interesses vários”. Já os ervais, “principal recurso e ocupação dos moradores desta região, estão em boas condições de continuar a produzir bastante. É antiga aí a exploração desta indústria, no entanto, encontra-se, em alguns lugares, erval que não foi tocado e outros que se estão formando. A exportação de erva destas terras tem sido de muitas milhares de

⁴⁰¹ A medição judicial foi procedida em 18 de agosto de 1885, e a área total era de 10.783.000 m² (10.783 hectares). Recebeu multa por não ter feito o registro no prazo legal concedido. Seus limites: ao Norte com terras de Guilhermina Maria de Vargas, Joaquim Ignácio Fernandes e Joaquim Bueno da Rosa, por linhas retas que unem os marcos de número um a onze; a Oeste com terras de João de Deus Magalhães e Olivério Marques, por linhas retas do marco onze ao treze; ao Sul com terras de Antonio Galvão Pereira e Salvador José Pereira, também por linha reta, indo do marco treze ao dezesseis do Poço Bonito do rio da Várzea, que une o limite ao Sul e Leste deste ponto da Rocha no mesmo rio, ponto este também conhecido por Caminho das Antas (Folha avulsa: Matrícula dos Imóveis e Transcrição dos Imóveis; Certidão. Pasta Boi Preto, Caixa 29, MAHP). O proprietário só vendeu uma parte da área para a *Colonizadora*.

arrobas anualmente”. A distância entre o centro da propriedade e a estrada de carretas era de cerca de 10 quilômetros.⁴⁰²



Figura 31 – Planta da Posse Boi Preto. Neu-Württemberg, 15/7/1916, Richard Brüggemann, agrimensor
Fonte: Rolos de Mapas, MAHP

No momento em que iniciaram os trabalhos de medição da referida área, os proprietários vizinhos opuseram protesto junto ao juiz distrital, tornado público, nesses termos:

João de Deus Magalhães, Joaquim Bueno da Rosa, Joaquim Ignácio Fernandes e Guilhermina Maria Vargas, residente no 1º distrito do Termo da Palmeira, lugar denominado Boi Preto, onde são proprietários, mantendo mansa e pacificamente na Serra Geral do rio da Várzea, posses de terras de cultura estabelecidas há muitos anos e garantidas pelas constituições Federal e Estadual, acontece que tendo o Dr. Herrmann Meyer, chefe de

⁴⁰² Relatório de agrimensura. Silvestre Manoel da Silva, agrimensor, Cruz Alta, 25/7/1901. Certidão fornecida em Santo Ângelo, em 8/11/1902. Documento do Registro Torrens da Comarca de Santo Ângelo. Requerente, Herrmann Meyer. Contém: procuração de Carlos Dhein, Escritura de compra e venda; título de legitimação, Relatório de agrimensura. Pasta Boi Preto, Caixa 29, MAHP.

uma empresa de colonização, comprado a Antonio Galvão Pereira uma área de terras, de dez milhões de metros quadrados, que se confrontam com as dos protestantes e mandando discriminar e subdividir as terras que comprou pelo agrimensor Silvestre Silva e este por ordem ou a seu talante invadiu as terras dos protestantes a despeito dos protestos verbais que perante ele fizeram e aos quais não quis o referido agrimensor atender, incorporando parte delas na medição a que procedeu. Por este motivo protestamos perante o juiz distrital do Termo contra semelhante invasão feita em nossas propriedades, bem como pelas perdas e danos que venham a sofrer com semelhante discriminação e como o Dr. Herrmann Meyer reside na Alemanha, e ignoramos quem seja seu representante legal neste estado, vamos pelo presente ratificar o protesto judicial que fizemos para ressaltar os nossos direitos. E para que em todo e qualquer tempo não se alegue a publicidade de nosso protesto, fazemos este por meio da imprensa. Palmeira, 15 de julho de 1901.⁴⁰³

O protesto por si só não conseguiu embargar os trabalhos de medição. Mas, serviu para chamar a atenção da *Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas*, pois seu chefe, Augusto Pestana, em relatório relativo a 1902, informava que o procurador de Herrmann Meyer havia requerido, em 18 de abril de 1902, o registro *Torrens* de “umas terras sitas no ‘Boi Preto’”, 1º distrito do município de Palmeira, comarca de Santo Ângelo. O prazo para a contestação ia até 17 de julho próximo. “Futuramente examinarei os autos, fazendo embargar o referido registro si houver razão para isso” (*Relatório*. Obras Públicas, 1902: 103). Em seu relatório de junho de 1903, confirmou haver embargado em setembro de 1902 o registro *Torrens* requerido por Meyer, “por ter havido engano na medição”. Explicava que “as terras adquiridas pelo Dr. Meyer faziam parte de uma posse com título, legitimada por Antonio Galvão Pereira e as terras medidas eram outras como facilmente se verificou pelo confronto das respectivas plantas” (*Relatório*. Obras Públicas, 1903: 112).⁴⁰⁴ Já no relatório de 1904 informou que, após o embargo, o interessado mandou fazer nova medição e requereu novamente o registro “a que nada mais tive a opor” (*Relatório*. Obras Públicas, 1904: 115).

No processo de embargo, o protesto dos lindeiros foi incluído como mais uma prova confirmando a irregularidade da medição, bem como garantia a legitimidade da posse dos mesmos, pois “os embargantes possuem posse legal visto terem cultura efetiva e moradia habitual em terras situadas no lugar

⁴⁰³ Protesto. *Correio do Povo*, 27/7/1901. Pasta Boi Preto, Caixa 29, MAHP.

⁴⁰⁴ Conferir também Ofício n. 1039, assinado por Francisco de Ávila Silveira ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, 1º/10/1902. OP, Maço 95, Caixa 44, AHRs.

denominado 'Boi Preto', neste município, (?) anos até hoje sem apelação de quem quer que fosse". Concluiu, também, que o auto de medição para a legitimação da posse de Antonio Galvão Pereira, havia respeitado essas posses, e pela nova medição, estavam nas terras compradas por Meyer. Logo, o protesto foi recebido, julgado e provado, sendo a petição da *Colonizadora Meyer* embargada, e condenada a pagar as custas do processo, em 8 de maio de 1902, em Palmeira.⁴⁰⁵ A Fazenda do Estado também considerou que Meyer ou teria invadido as terras dos lindeiros, ou terras do Estado, para conseguir discriminar a referida área, pois, do contrário, não restaria quase nada da posse de Galvão, assim, considerou também como provas os embargos impostos pelos lindeiros, solicitando a condenação do embargado pelas custas do processo, em 29 de maio de 1902. Em início de junho, a ação foi encerrada em nível de juiz distrital, correndo, a partir de então, no foro de Santo Ângelo, onde a *Colonizadora Meyer* contratou o advogado Coronel Bráulio de Oliveira, também intendente do município, para defendê-la.⁴⁰⁶

Com o desenrolar moroso do processo, Horst Hoffmann mostrava-se desanimado, "pois sempre aparecem mais dificuldades. Primeiro a contestação do Estado, agora um contraprotesto". Nesse meio tempo, já havia enviado uma correspondência diretamente ao Dr. Pestana, e estava aguardando a sua resposta, caso contrário trataria diretamente com Dr. Castilhos, pois afinal, foi ele quem concedeu o título de legitimação de posse. Além disso, o Coronel Bráulio já estava querendo deixar o caso. Achava que os gastos com um advogado seriam desnecessários e entre levar um processo caríssimo adiante, preferia vender as terras a preço de custo ao Estado, que sairia bem mais em conta.⁴⁰⁷

Ao perceber que via Augusto Pestana a questão não avançaria, Horst Hoffmann recorreu diretamente a Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.⁴⁰⁸

⁴⁰⁵ Ação Precatória. N 389, Maço 11, E 59. Cartório de Palmeira. Cartório Civil. Execuções, Inventários, Medições, P Crime, Ordinárias. 1900 a 1901. APERS.

⁴⁰⁶ Carta. Neu-Württemberg, 19/4/1904. Alfred Bornmüller a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

⁴⁰⁷ Relatório 14. De 15 a 31/7/1902. Porto Alegre, 7/8/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP.

⁴⁰⁸ Em seu ofício a Augusto Pestana, Horst Hoffmann manifestou toda a sua surpresa em relação ao embargo que opôs ao registro da posse Boi Preto, no momento da inscrição no registro Torrens, apresentado pelo Coletor de Santo Ângelo. Questionava o embargo, visto que o título foi passado por

Reunindo-se com eles, segundo ele, enfim ficou sabendo “o que realmente aconteceu”, pois “Silvestre Silva, junto com o antigo proprietário Galvão nos enganou”. Pois “nós tínhamos uma antiga planta da posse Boi Preto e pretendíamos legalizar a posse por esta, enquanto o título de posse foi concedido baseado em uma planta posterior, logo, as duas diferem”. A partir dessas constatações, o presidente do Estado indicou como caminho mais rápido e barato a realização de uma nova medição da área, pelas duas partes interessadas, ou seja, pelo Dr. Pestana e o Dr. Ahrons, arcando a *Colonizadora Meyer* com as despesas. Com isso, seria dispensada a entrada no registro *Torrens*.⁴⁰⁹ Então, surgiu a possibilidade de uma “solução amigável” para o caso, pois o “título de posse era legítimo e iguais as áreas e havendo apenas divergências quanto aos limites”. Para tanto, o processo de inscrição seguiria os seus trâmites legais, mas agora em Porto Alegre, sem a necessidade da intervenção de um advogado.⁴¹⁰ Em março de 1903, a nova medição estava concluída bem como a planta e o relatório respectivo, prosseguindo assim o processo.⁴¹¹

Em seu memorial de medição, Silvestre Manoel da Silva assinalou as dificuldades em proceder tal trabalho, em razão da ausência de marcos, e que a

Julio de Castilhos. Assim, queria saber quais as irregularidades. Comunicava também que o caso foi entregue ao Coronel Bráulio de Oliveira. Percebe-se nesse ofício a sua decepção com Augusto Pestana por essa atuação sorrateira, pois imaginava ele como um aliado na colonização. Nota-se que a partir de então passou a recorrer diretamente ao presidente do Estado e a Secretaria de Obras Públicas, pressionando “de cima para baixo”, até Augusto Pestana mostrar-se menos intransigente. (Ofício. Porto Alegre, 2/8/1902. Horst Hoffmann ao Dr. Augusto Pestana, diretor da Colônia Ijuí. Livro Copiativo 2, Fl. 111-112, MAHP). Em ofício ao secretário Parobé, Horst Hoffmann solicitou uma cópia do mapa apresentado por Augusto Pestana para impor o embargo das terras de Boi Preto (Ofício. Porto Alegre, 11/9/1902. Horst Hoffmann a Dr. João José de Pereira Parobé, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Livro Copiativo 1, Fl. 156-157, MAHP). Para pressionar a regularização dessas terras por parte do governo, Horst Hoffmann utilizou-se também de uma informação privilegiada, passada pelo ministro alemão von Treutler, sobre uma hipoteca no Banco a favor da Alemanha, para a qual Julio de Castilhos havia dado como garantia uma área de terras. Como sabiam que havia irregularidades nessa posse, poderiam solicitar a legitimação, causando assim um problema com a Alemanha. Ao apresentar essa informação, imediatamente Castilhos teria se comprometido em auxiliar no reconhecimento dos títulos de posse da *Empresa de Colonização* (Relatório 11/12. De 1/6 a 12/7/1902. Porto Alegre, 17/7/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP).

⁴⁰⁹ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP.

⁴¹⁰ Telegrama. Porto Alegre, 3/10/1902 Horst Hoffmann a Bráulio Oliveira, Santo Ângelo. Livro Copiativo 1, Fl. 162, MAHP; Carta. Porto Alegre, 11/10/1902 Horst Hoffmann a Bráulio Oliveira, Santo Ângelo. Livro Copiativo 1, Fl. 168-169, MAHP.

⁴¹¹ Carta. Porto Alegre, 24/3/1903 Horst Hoffmann a Coronel Bráulio Oliveira, Santo Ângelo. Livro Copiativo 1, Fl. 282, MAHP.

área descrita pelo proprietário anterior não conferia com a área real. Optou então usar como parâmetro para proceder à medição os limites constantes no título de legitimação de posse.⁴¹²

Compreendendo o funcionamento da máquina política do Estado, Horst Hoffmann foi o gerente da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* que tratou mais de perto com Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, pressionando pelo andamento dos processos e o reconhecimento dos títulos de terras em questão, bem como acionando os meios necessários para isso. Sem essas relações pessoais e o tráfico de influência, uma resolução governamental arrastava-se por muitos anos. Ainda, no caso específico das questões de terras, o chefe da Comissão de Terras recomendava ou não a aprovação de uma petição. Como Augusto Pestana embargou o registro *Torrens* dessa posse, poderia embargar futuros registros de posses também, inviabilizando a prosseguimento da colonização. Seguindo essa lógica, ao apelar ao poder central, era uma forma de contestar as decisões do funcionário, e demonstrar que se tratava de um empreendimento de relevância e que tinha respaldo. Em última instância, quem decidia entre o legal e o ilegal era o presidente do Estado.

Meyer acreditava que a empresa lucraria mais se desfazendo imediatamente dessa área, por ser pouco propícia para a colonização, em razão de pouca extensão, o isolamento e as questões legais. Talvez pudessem obter algum lucro na exploração da erva-mate, arrendando os ervais a terceiros, tendo em vista que “está bastante na moda agora na Europa tomar mate”.⁴¹³ Apenas em 1916, a empresa se desfez dessa área, vendendo-a abaixo do preço mínimo, de forma fracionada, formando grandes propriedades, ou seja, não seguiu o modelo colonial. A partir de então, essa área não constava mais na lista de seus bens.⁴¹⁴

⁴¹² Relatório de agrimensura. Silvestre Manoel da Silva, agrimensor, Cruz Alta, 25/7/1901. Certidão fornecida em Santo Ângelo, em 8/11/1902. Documento do Registro Torrens da Comarca de Santo Ângelo. Requerente, Herrmann Meyer. Contém: procuração de Carlos Dhein, Escritura de compra e venda; título de legitimação, Relatório de agrimensura. Pasta Boi Preto, Caixa 29, MAHP.

⁴¹³ Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

⁴¹⁴ Em 1916, a posse *Boi Preto*, com a área de 1.000ha, representava um capital de Rs. 19:048\$107. Mesmo com a venda dessas terras abaixo do preço mínimo, ainda foi possível para a *Colonizadora* auferir algum lucro. Dentre os compradores de terras em *Boi Preto*, foi possível apurar os seguintes: em 13/10/1916, 250ha, Antonio Polydoro Pinto, por Rs. 5:000\$000; em 18/10/1916, 250ha, Albert

3.2.2 *Lavrador nacional: o excluído do projeto de colonização*

A *Lei de Terras* tinha por propósito desenvolver a pequena propriedade agrícola sem, no entanto, destruir o latifúndio. Nas duas últimas décadas do século XIX, considerável parcela dos proprietários latifundiários requereu a medição judicial e o título de posse das terras que até então ocupavam de forma mansa e pacífica e com cultura efetiva. Registrar ou não as terras era um ato de poder e de reconhecimento entre os senhores proprietários, marcado por inúmeros acordos implícitos. Segundo Márcia Motta (2001), para o fazendeiro do século XIX, não bastava somente dizer que era dono da terra por ele invadida, era preciso que outros o reconhecessem como tal. Nessas condições, os posseiros tentavam limitar sua expansão com as suas pequenas lavouras. Da mesma forma, a obtenção ou não do título de legitimação de posse dependia de despacho governamental, que poderia conceder ou anular o título. No reverso do incremento da colonização, houve a valorização das terras. José de Souza Martins (1986) lembra que as questões de terras só surgiram a partir do momento em que as terras passaram a ter valor.

A colonização tinha como premissa povoar uma área literalmente desocupada, incorporando-a ao sistema de produção capitalista. Tratando-se da formação de colônias particulares, étnicas e/ou confessionais, tal aspecto tornava-se mais relevante ainda, pois nesses casos o elemento humano a ser assentado nas mesmas também deveria atender a tais requisitos.

O projeto de colonização da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* era bem claro nesse aspecto, tanto na teoria quanto na sua prática, cedendo apenas quando as circunstâncias o forçavam. Uma colônia étnica alemã e para alemães não comportava o *outro*, representado pelo *luso-brasileiro*. Excluía-se dessa forma duplamente o *lavrador nacional* ou *caboclo*, primeiro pelo fator étnico, e depois, pela

Grethe, por Rs. 5:000\$000; em 18/10/1916, 100ha, Eleutherio Câmara de Nascimento, por Rs. 2:000\$000; em 18/10/1916, 25ha, Valencio Bueno da Rosa, por Rs. 600\$000; em 18/10/1916, 125ha, Albert Grethe F°, por Rs. 2:500\$000; em 3/1/1928, Laurindo Pinto Carneiro comprou 41,6ha da *Colonizadora* e 11ha de Luiza Dhein; Friedrich Klein comprou 34,6ha; e Friedrich Schalleberg comprou 72,3ha. Ao que tudo indica, Eleutherio Câmara de Nascimento adquiriu mais 100 hectares ainda em 1916. Nesses casos, os prazos para o pagamento dessas terras eram de um a dois anos, quando então era passada a escritura definitiva (cf. Documentos avulsos, Pasta Boi Preto, Caixa 29, MAHP; Livro-Caixa e Livro de Balanço da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, MAHP).

sua condição de *intruso*. Invertendo as relações, os *estabelecidos* no local há muitos anos foram deslocados para além da margem da área colonial, e esse espaço ocupado pelos colonos alemães recém-chegados, que a partir de então se tornaram os naturais do lugar (ELIAS e SCOTSON, 2000).

Paulo A. Zarth (1998) chama atenção que o termo *caboclo* não pode ser sinônimo de camponês no sul do Brasil, visto que há uma distinção nítida entre dois tipos de camponeses que formam o campesinato regional. O *colono* é o camponês imigrante ou descendente de imigrantes europeus de origem não-ibérica, enquanto *caboclo* se refere ao *lavrador nacional* e ao seu modo de vida diferenciado, que se aproxima ao modo de vida indígena – por essa razão Willems (1980) e Waibel (1979) consideraram que muitos imigrantes alemães haviam se *acaboclado*. Tanto para o colono quanto para o caboclo, a terra constitui um lugar de trabalho, necessário para a produção e a reprodução do seu modo de vida.

Ivaldo Gehlen (1998: 125) salienta que para o *caboclo*, a terra é “espaço e lugar de vida”, essencial para a sua reprodução familiar (biológica, social e religiosa), incluindo o compadrio. O trabalho se orienta pela lógica da subsistência familiar. Sua matriz socioeconômica e cultural estava baseada na aldeia indígena e na fazenda latifundiária. Do indígena, herdou “a idéia da terra-fonte geradora da vida, num sentido cosmológico, cuja possessão sempre é ‘provisória’ e serve para atender às necessidades imediatas”. Do latifundiário, a concepção de patrimônio, no entanto, expandida para a família ampliada, incluindo o compadrio e de uso produtivo tradicional. “Na falta de terra, não somente se exclui como se aniquila, pois não cumpre sua reprodução por outras vias”.

Já Maria Luiza Martini (2006: 155) entende o *caboclo* como o camponês pobre. Segundo ela,

cabocoulo (caboclo) denominou, ao longo do tempo, aquele trabalhador livre que viveu da natureza, da terra pública, e nela circulava, até 1850, em posse legal, a partir de quando foi enxotado legalmente por pretendentes mais poderosos; que viveu em terra devoluta, quase sempre não devassada, inapropriada, mas por princípio em condição ilegal, a menos que comprovasse posse; foi aquele que fez cultivo sazonal, extração vegetal, caça, pesca, comércio e trabalho eventual em derrubada de mato, roça, cuidando de rebanhos nos momentos de grande serviço (tosa de ovelhas, marcação de gado); eram os mestiços em geral; eram aqueles que

não eram vistos por serem andejos; eram aqueles que se escondiam para fugir.

Foi com a *Lei de Terras* “que o ignorado tornou-se clandestino, fora da lei, objeto de penalização. Seu espaço era a terra devoluta, não mais a pública” (MARTINI, 2006: 184). Ou seja, passou de *caboclo* a *intruso*, e, como tal, passível de expulsão.

Para Luís A. E. Farinatti (1999: 99), a mobilidade era uma alternativa que os *lavradores nacionais* colocavam em prática seguidamente, em busca de melhores condições econômicas. A migração, porém, era uma tentativa de fixação nos lugares de chegada, partindo do pressuposto de contar com o acesso a uma porção de terras florestais. “Esses lavradores eram, invariavelmente, posseiros de terras próprias. Ou seja, as terras onde moravam e faziam suas roças, criavam seus filhos eram sempre suas”. Porém, a opção por migrar implicava em custos, em romper relações sociais que já tinham ou em vias de consolidação no local onde estavam estabelecidos. A condição de posseiro exigia mão-de-obra abundante, daí predominavam as famílias numerosas. O tamanho das posses era variável, chegando a 200, 300 hectares. Havia caboclos que gozavam de uma situação financeira mais propícia do que a de grandes estancieiros. Nas áreas florestais, onde predominava a pequena propriedade e a agricultura, havia uma alta densidade demográfica. Já no campo, onde havia o latifúndio e a pecuária, registrava-se uma baixa densidade demográfica (cf. FARINATTI, 1999).

Ernst Wagemann (1949) afirma que freqüentemente o colono adquiria para se estabelecer um terreno já ocupado por um trabalhador nacional. Essa terra desbravada, mas ainda plenamente explorável, era um excelente ponto de partida para um trabalho agrícola mais intensivo. O nativo, desfazendo-se dessas terras, penetraria mais ainda mato adentro para recomeçar todo o processo novamente. O nativo ou *caboclo* estaria então presente nas duas pontas de colonização dos imigrantes: seriam os pioneiros da colonização teuta; e a retaguarda, pois costumavam instalar-se sobre os restos de um sítio alemão, formado de terras esgotadas e, por isso, abandonadas.

A racionalidade própria dos *lavradores nacionais* e o seu modo de vida e trabalho eram vistos sob o prisma europeu como *atrasados*, enquanto o

imigrante/colono era visto e descrito como agente de modernização, de progresso – ao menos era isso que se esperava dele.⁴¹⁵ Essa dicotomia estava presente, por exemplo, nos discursos das autoridades de Cruz Alta e nos noticiosos na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, quando apontavam as zonas coloniais presentes no município, dentre elas a colônia Neu-Württemberg, como locais de trabalho, de progresso, contrapondo-as às demais áreas do município, apresentadas como estagnadas. No espaço não-colonial, predominavam os lavradores nacionais, ervateiros, estancieiros, comerciantes, cujas atividades não representavam tanto dinamismo e impacto econômico a curto prazo na arrecadação do município – o extrativismo da erva-mate, atividade sazonal, consistiu em uma das principais fontes de renda para os ervateiros/caboclos e de arrecadação das Câmaras Municipais de Cruz Alta e Palmeira, no decorrer do século XIX (ZARTH, 2002a).

Na região norte do estado, a intrusão era um problema complexo e um dos principais entraves para a colonização, especialmente nas terras públicas.⁴¹⁶ Segundo a *Diretoria de Terras e Colonização*, a intrusão é “uma forma de perturbação da propriedade, circunscrita às terras de mato, e praticada raras vezes com intenção criminosa”. No seu entender, a intrusão teve origem no abandono em que estiveram por um longo tempo as terras devolutas, tornando-se hábito com o passar dos anos, avolumando-se com o crescimento da população colonial, somado a outros fatores, como o último movimento revolucionário (1893), e o estabelecimento da última corrente imigratória pela União. A referida *Diretoria*, baseada em dados imprecisos de intrusos em terras públicas e particulares, calculava-os em mais de 50.000 pessoas, a julgar pelas áreas ocupadas e a densidade da ocupação. Para combater essa prática, foram emitidos vários editais, a

⁴¹⁵ Nota-se um embate entre o modo de vida tradicional do caboclo e as exigências dos novos padrões capitalistas. Porque “o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (‘necessidades’), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos” (THOMPSON, 1998: 21).

⁴¹⁶ Como constatou Wilson Olkoski (2002), os intrusos foram empurrados cada vez mais adiante, até o limite do rio Uruguai. Nesse aspecto, a intrusão também atingiu a área reservada para a localização dos toldos indígenas de Guarita e Nonoai, criados em 1848 e demarcados entre 1911 e 1913, com uma área de 34.980 hectares. Na região do Médio Alto Uruguai do estado predominavam as terras devolutas, e foram as últimas a serem demarcadas e colonizadas.

partir de outubro de 1918, permitindo o *despejo, com a perda completa das benfeitorias*, dos intrusos recentes. Aos mais antigos, a *Comissão de Terras* demarcava a área ocupada até então para a agricultura, quando solicitado, podendo o ocupante adquiri-la pelo valor de mercado, acrescido de mais 50%. “A nenhum agricultor que necessite de terras para o seu estabelecimento, o Estado as recusa [...]. Quando não tiverem dinheiro, o pagamento dos lotes será feito em prestação de serviços na construção de estradas e caminhos”. Já pelo Edital complementar de 30 de maio de 1919, estabeleceu que nos casos de intrusão “*em terras do domínio privado*”, o Estado só ampararia os ocupantes estabelecidos anteriormente aos editais contra a intrusão. Já os “intrusos recentes, estabelecidos *em terras do domínio privado*, posteriormente àqueles editais, o Governo do Estado deixará inteiramente *expostos aos despejos* que os respectivos proprietários promoverem” (*Relatório da Diretora de Terras e Colonização*, 1919: 351-355).

Embora a legislação apenas tenha tratado diretamente da intrusão no final da década de 1910, a legislação anterior, desde a *Lei de Terras*, já amparava a expulsão do intruso, ao limitar o acesso à terra por meio da compra, exigindo então como documento probatório o título de legitimação. Ainda, a escritura pública de compra e venda assegurava tratar-se de terras *livres e desembaraçadas*, argumento sempre retomado nos casos de despejo. A partir do momento em que as terras passavam ao domínio de uma companhia de colonização, cujas florestas existentes nelas representavam mais um fator de valorização, proibiu-se a retirada de lenha por terceiros,⁴¹⁷ ou a permanência de posseiros nas mesmas áreas, efetuando a abertura de novas roças.⁴¹⁸ Com as devidas ressalvas, a colonização representou o *cercamento dos campos* na região do Planalto rio-grandense, último reduto do *lavrador nacional*.

Segundo Márcio A. Both da Silva (2004:12), foi com a migração das colônias velhas para a região norte do estado que os caboclos “passam a experimentar uma

⁴¹⁷ Carta. Neu-Württemberg, 29/11/1920. Hermann Faulhaber a Jovino Freitas, Caxambu. Livro Copiativo 27, Fl. 253, MAHP.

⁴¹⁸ Carta. Neu-Württemberg, 20/8/1919. Hermann Faulhaber a Moyses Prevedello, Júlio de Castilhos. Livro Copiativo 27, Fl. 154, MAHP. Moyses Prevedello era o subintendente do 8º distrito de Júlio de Castilhos, onde localizava-se a colônia Castilhos e era o responsável pela venda de terras e zelar pelas matas da *Colonizadora*.

transformação na sua realidade cultural e social, a qual é decorrente, entre outros motivos, do encontro, dos novos rumos que a política agrária nacional e estadual vinha tomando e do avanço da fronteira agrícola”. Assim, o *lavrador nacional* foi o mais expulso com o começo da colonização ou incorporado ao processo produtivo, como agregado, aquele que derrubava a mata, que trabalhava na abertura de estradas, etc.

Nas áreas florestais de Cruz Alta e Palmeira, a ocupação de pequenas áreas pelos *lavradores nacionais* era comum, e, até certo ponto, tolerada, dentro de uma rede de relações de poder local, pois eram justamente eles que abasteciam as estâncias, vendendo o seu excedente de produção. Essa ocupação era um entrave para a expansão da colonização. O chefe da *Comissão de Terras e Colonização* na Colônia Ijuí, Horácio da Silva Lima, ao enviar o recenseamento da colônia Ijuí até 31 de julho de 1897, informou:

compreendendo o número de habitantes brasileiros (que se consideram posseiros) estabelecidos em lotes à margem direita do rio Ijuí, seção medida pelo *Banco Iniciador de Melhoramentos* e cujo número de intrusos eleva-se a mais de 1.000 habitantes que ilegalmente invadiram os referidos lotes.

Diante desta situação, solicitava “providências enérgicas sobre tais indivíduos”, salvaguardando com isso os interesses do Estado, tendo em vista que “a invasão de cerca de 800 lotes, trará um prejuízo de mais de 500 contos de réis”.⁴¹⁹ Na mesma área, foram anulados vários títulos de posse provenientes de uma medição antiga, cuja documentação comprobatória não foi localizada. Essas terras foram incorporadas, então, à colônia Ijuí e vendidas aos colonos, atendendo à crescente demanda.⁴²⁰

A relação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* com o *lavrador nacional* foi diversa: era empregado como mão-de-obra nos trabalhos de abertura e construção de estradas e pontes – só Carlos Dhein empregava de 30 a 40 trabalhadores caboclos, já em 1899 –, na construção de casas, etc. Todavia, quando

⁴¹⁹ Ofício n. 13 da Comissão de Terras e Colonização na Colônia Ijuí ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 2/8/1897. OP, Maço 72, Caixa 35, AHRs.

⁴²⁰ Cf. Relatórios de Augusto Pestana. Comissão de Terras e Colonização, Pasta 2, MADP.

atravancavam o andamento regular da colonização, recorria judicialmente contra eles, despejando-os.

Em 1898, quando a *Colonizadora Meyer* escriturou a *Posse dos Mello*, foi informada sobre a intrusão ali existente: “em tempo, declaram os vendedores que na posse vendida existem alguns intrusos, e que eles, vendedores, não se obrigam a quaisquer despesas que possam advir para efetuar despejos, sendo tais despesas exclusivamente por conta do comprador”.⁴²¹ Os referidos intrusos, considerando-se legítimos proprietários das terras que ocupavam pelo tempo de posse, resistiram em abandoná-las. Para complicar, as medições conduzidas pelo engenheiro Rudolf Ahrons também geraram contestações de limites. O primeiro protesto, liderado por Jorge Dias de Oliveira, tornou-se público em 3 de maio de 1899, na imprensa cruzaltense, reclamando nesses termos:

Os abaixo assinados, senhores e possuidores de umas posses de terras de culturas, situados no quarto distrito deste município, que as quais ocupam há cerca de trinta anos para mais, mansamente e pacíficos e tendo as mesmas sido medidas pelo cidadão Carlos Dhein, vem pelo presente, protestar tal medição e mesmo declarar, que não desistem dos direitos, que lhes assistem em ditas terras. Quarto distrito do Termo a Cruz Alta, 3 de maio de 1899.

Jorge Dias de Oliveira

Antonio Dias de Oliveira

A rogo de Joaquim Leite Garcia

Manoel Castro

A rogo de Maria Joaquina de Jesus

Agostinho José da Luz

Dionísio Paes de Camargo

A rogo de Pedro Pires dos Santos

Martinho Teixeira da Silva

A rogo de João Damasceno de Camargo

Jacinto Dias de Oliveira (Protesto. *Cruz Alta*, 20/5/1899, p. 2).⁴²²

Defendendo a sua propriedade e a imagem da empresa, o seu representante, Carlos Dhein, emitiu um contraprotesto.

Ao protesto publicado no jornal “Cruz Alta”, com data de 3 de Maio do corrente ano, assinado pelos cidadãos Jorge Dias de Oliveira, Antonio Dias de Oliveira e outros, tenho a responder o seguinte:

As terras que mandei medir e subdividir em lotes coloniais, situadas no 4º distrito deste termo, compõe-se de duas partes a saber:

⁴²¹ Escritura pública de compra e venda da Posse Mello, fl. 12-13. Caixa 21, MAHP.

⁴²² Cópia manuscrita do documento encontra-se na Pasta 4 – Empresa de Colonização diversos documentos, Caixa 149, MAHP.

1ª. terras da posse do Serrito;

2ª. idem de Joaquim Dias de Oliveira e ambas havidas legalmente por escrituras públicas lavradas nesta cidade.

A posse do Serrito foi legitimada há muitos anos pelo falecido Cap. José Gonçalves de Oliveira Mello, sendo o título respectivo passado pelo Governo da ex Província no dia 12 de Setembro do ano de 1885; no levantamento das divisas desta posse seguiu-se rigorosamente por elas, de marco a marco, de conformidade com o memorial e planta de legitimação, incluindo depois a segunda parte acima citada, não havendo durante este serviço, embargo ou protesto por parte dos lindeiros.

Si por ventura existir alguém que se julgar lesado em seus direitos, a este aconselho que procure os meios legais, assim como eu tratarei pelo mesmo canal, zelas (sic) dos que me assistem, evitando assim polêmicas pelos jornais que repugno.

Faço esta declaração para destruir juízos menos acertados que se possa fazer a meu respeito e tranqüilizar aqueles que queiram se estabelecer nas terras aludidas. Cruz Alta, 30 de Maio de 1899. Calos Dhein (Contra-Protesto. *Cruz Alta*, 3/6/1899, p. 2).

Na disputa em questão, os reclamantes foram qualificados como *posseiros*. A *Colonizadora*, por sua vez, estava agindo dentro da legalidade, pois a escritura garantia todos os poderes sobre a dita área. Carlos Dhein também deixou claro que repugnava polêmicas pela imprensa, discutindo em público questões que poderiam ser tratadas pessoalmente entre as partes. Evidente que tais discussões pela imprensa lançavam dúvidas e especulações em torno da credibilidade da empresa, além de fomentar a imprensa sensacionalista e aos concorrentes para desacreditar o seu empreendimento de colonização. Enfim, uma colônia onde os limites estavam sendo questionados e a escritura das terras era incerta, afastaria os compradores em potencial.

Na seqüência, para evitar novos problemas e contestações, Carlos Dhein publicou uma nota no jornal *Cruz Alta*, destinada aos *interessados do 4º distrito*, acompanhada de uma declaração:

Tendo de se proceder já a discriminação das terras ultimamente adquiridas pelo Dr. Herrmann Meyer no 4º distrito ficam convidados os confrontantes ou proprietários limítrofes a assistirem as medições e mais trabalhos da dita discriminação.

Para quaisquer informações ou esclarecimentos poderão dirigir-se ao agrimensor Silvestre Silva que naquele ponto será sempre encontrado depois do dia 31 de Outubro. O representante do Dr. Herrmann Meyer. Carlos Dhein

DECLARAÇÃO NECESSÁRIA

O abaixo assinado, para evitar dúvidas futuras previne a esta praça e a toda a região Serrana que não se responsabiliza por qualquer transação que quem quer que seja efetue, em seu nome, sem que para isso se mostre plenamente autorizado por documento escrito e firmado pelo signatário desta declaração necessária. Cruz Alta, 30 de Outubro de 1899. Carlos Dhein (*Cruz Alta*, 4/11/1899, capa).

Essas disputas e contestações de limites surgiram, em parte, justamente porque as medições não respeitaram os acordos pessoais existentes na área, e pela própria irregularidade dos seus limites. Além disso, as medições invadiram as terras confinantes, como foi verificado posteriormente.

Há poucos dias estive aqui um senhor Gärtner, um agrimensor diplomado e membro da comissão encarregada de inspecionar as terras devolutas em todo o Estado. Ele mediu mais uma vez a terra dos Mello e constatou que as medições feitas pelo Ahrons não são bem exatas. Ele acha que o Ahrons, nas respectivas medições, entrou em áreas lindeiras, o que também é confirmado por moradores circunvizinhos. É minha obrigação agora restabelecer as pazes, o que não vai ser fácil.⁴²³

Comprovada a irregularidade, o chefe da respectiva *Comissão de Verificação de Posses* de Ijuí chamou os confrontantes e demais interessados para que apresentassem, dentro de 15 dias, a contar de 18 de maio de 1900, seus documentos e suas reclamações, para resolver as pendências (*Cruz Alta*, 19/5/1900, p. 3).

Aos intrusos remanescentes nas terras de propriedade da *Colonizadora*, foi concedido um prazo para que procedessem à desocupação.

O abaixo assinado a fim de evitar qualquer desavença e para que não se chamem à ignorância, previne e declara a todos os seus confinantes, proprietários e agregados das posses da Serra do 4º distrito deste município, que por compra a diversos fez aquisição, cujas posses está dividindo em colônias e derrubando matos para grandes plantações, para que até o fim do mês de Dezembro futuro façam retirar todos os gados de sua criação e costeiro; e os que não fizeram dentro do referido prazo, ficarão sujeitos verem ditos animais serem remetidos à Intendência municipal para serem arrematados em hasta pública, conforme a lei.

Aos mesmos Snrs. que em ditas posses que já tenham feito suas plantações, será-lhes concedido o direito da colheita e os que o fizeram sem sua concessão perderão o direito às referidas colheitas.

⁴²³ Carta. Cruz Alta, 28/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

E para que chegue ao conhecimento de todos, mandei publicar o presente pela imprensa. Cruz Alta, 25 de Novembro de 1899. Carlos Dhein (*Cruz Alta*, 25/11/1899, p. 2-3).⁴²⁴

Carlos Dhein, além de notificar os ocupantes de suas posses, intimando-os a abandonar a área, informava sobre o modelo de propriedade e agricultura a ser adotado na colônia: grandes plantações avançando rapidamente sobre as matas, diferindo do tipo de agricultura praticada pelo *lavrador nacional*. O ultimato aos ditos intrusos foi dado logo na seqüência.

Previno as pessoas que têm roças na posse situada na serra do Ijuí, neste município, que pertence a José Gonçalves de Oliveira Mello e hoje pertence ao Dr. Herrmann Meyer, que lhes concedo o prazo até 31 de Junho do corrente ano, para colherem ditas roças e mudarem paióis, porque findo esse prazo, fecho as picadas sob pena de proceder judicialmente contra os recalcitrantes. Cruz Alta, 14 de Fevereiro de 1900. O procurador do Dr. Herrmann Meyer: Carlos Dhein (*Cruz Alta*, 24/2/1900).

Perante a recusa desses indivíduos em desocupar as terras, Dhein apelou ao despejo: “fui obrigado a recorrer à força policial para desalojar vários intrusos, que moravam ilegalmente nas terras que comprei dos Mello. E isso me rendeu acirrada inimizade e já por duas semanas permaneço em Cruz Alta [sede] e não tenho ido mais para a colônia”.⁴²⁵

Essa situação acabou por provocar uma investigação por parte da *Comissão de Verificação de Posses e de Discriminação de Terras Públicas*, por solicitação da *Secretaria de Terras e Colonização*.

Há cerca de dois meses Carlos Dhein, representante do Dr. Meyer, anunciou pelo jornal “Cruz Alta” que tendo adquirido por compra diversas posses, ia mandar dividi-las em colônias e derrubar matos para grandes plantações. Em 13 de dezembro p. findo intimei Carlos Dhein a apresentar no prazo de 8 dias os documentos que provassem seu direito a tais posses. Dentro do prazo marcado me foram apresentados os documentos que constavam de 10 títulos de posses legitimadas e dos translados das escrituras de compra e venda dessas posses. Aguardava oportunidade para fazer seguir 2 auxiliares a fim de verificarem a área e o mais que ocorresse relativamente às referidas posses. Porém acabo de saber que Carlos Dhein requereu mandado de despejo e à força foram retirados dessas terras, diversos posseiros, alguns dos quais com posses de mais de 30 anos.

⁴²⁴ Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14/2/1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização: 2ª Seção – Terras e Colonização – Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas – Ijuí. OP, Maço 86, Caixa 42, AHRS.

⁴²⁵ Carta. Cruz Alta, 28/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP.

Resolvi fazer seguir amanhã o auxiliar Carlos Gärtner e um ajudante de corda a fim de proceder à averiguação. [...]. Augusto Pestana.⁴²⁶

Examinando a documentação apresentada pelo representante da *Colonizadora*, constataram que não havia irregularidades, e que a mesma estava defendendo sua propriedade, o que lhe facultava a lei. Porém, essa situação criou um clima de hostilidade entre o representante da empresa e os proprietários vizinhos e intrusos, o que acabou retardando o estabelecimento das primeiras famílias de colonos.

Ainda em relação à *Posse dos Mello*, verificaram-se outros problemas de limites. Conforme ofício de Horst Hoffmann a Borges de Medeiros, em 24 de outubro de 1903,⁴²⁷ ao leste da colônia Neu-Württemberg situava-se a posse de Joaquim Leite [Garcia], confinando com as terras compradas pela Empresa do coronel Mello, e que agora compunham as linhas Stuttgart e Leipzig da colônia Neu-Württemberg. O conflito entre a Empresa e Joaquim Leite provinha do fato do último, durante mais de três anos, ter feito suas roças nos lotes n. 26, 27 e 28 da linha Stuttgart, cujos lotes achavam-se afastados da referida posse pelo arroio Lino. Que a empresa em várias oportunidades havia se dirigido a Joaquim Leite, solicitando o fim dessas irregularidades, mas não foi atendida.

Em agosto do corrente ano requisitei a intervenção da polícia em Cruz Alta e por esta foi declarado ao nosso administrador que à intimação da polícia de não continuar a trabalhar em terras da nossa empresa, Leite respondeu pertencerem-lhe estas terras legitimamente e que das mesmas possuía escrituras públicas de compra e venda. A ação da polícia limitou-se então a tomar por termo as declarações de Leite.

Lembrava que Joaquim Leite sempre afirmava que era proprietário de parte dos lotes em questão, tendo em vista que havia feito posse há mais de 50 anos, “e que só abriria mão dos seus pretendidos direitos caso isso lhe fosse expressamente ordenado pelo Governo do Estado ou pelo Sr. Dr. Augusto Pestana”. Por sua vez, a *Colonizadora* possuía os títulos legítimos de terra de todas as suas propriedades, “e

⁴²⁶ Ofício n. 43 de Augusto Pestana, em 14/2/1900. Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização: 2ª Seção – Terras e Colonização – Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas – Ijuí. OP, Maço 86, Caixa 42, AHRS.

⁴²⁷ Ofício. Porto Alegre, 24/10/1903. Horst Hoffmann a A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Caixa 109 – Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

tendo sido ainda estes títulos pelo ato de V^a. Ex. de 14 de outubro de 1902, reconhecidos legítimos, e as terras a que eles se referem, como pertencentes a mencionada empresa e livres de quaisquer dúvidas”. Assim, segundo Hoffmann, era evidente que Leite não tinha direito nenhum a essas terras; além disso, pelo fato dele ter declarado várias vezes que entregaria suas terras mediante um comunicado oficial, era mais uma prova de que não tinha título de posse nem direito às mesmas. Exposta a questão, Horst Hoffmann solicitava providências por parte do governo para resolver o caso.

Na *Posse dos Mello, a Colonizadora Meyer*, como compradora, acabou como responsável pelo despejo dos intrusos. Nos contratos de compra e venda subseqüentes, ficou explícito nas cláusulas que as terras eram “livres e desembaraçadas”, subentendendo-se que não havia intrusos, e caso contrário, o vendedor arcaria com as despesas de seu despejo. Foi o caso da posse comprada a Felipe Fernandes Cordeiro, em 26 de maio de 1904, com a área de 470 hectares. Seguindo os procedimentos legais, a empresa, em comum acordo com Domingos Cordeiro, respondendo pelo proprietário anterior, entrou com uma petição junto ao Juiz Distrital, Manoel de Castro, para iniciar uma ação de despejo contra o intruso Domingos José de Moura, porque não estava “de acordo com a permanência de tal indivíduo em sua propriedade, visto tal permanência lhe causar dano”.⁴²⁸

Um dos fatores que, definitivamente, afastou a *Colonizadora Meyer* da compra de terras do Estado foi a lentidão da máquina burocrática, quando a empresa justamente exigia agilidade, tanto na compra, quanto na sua medição, divisão em lotes e venda aos colonos. Dois anos depois da aquisição à Fazenda do Estado da área que deu origem a linha Rincão, nela ainda havia “posseiros, com posses não legitimadas”, dependendo apenas do Chefe da Comissão de Terras, Augusto Pestana, proceder à medição dessas terras, visto que “os direitos dos posseiros serão respeitados, conforme acordo no ato da compra”. Para agilizar o trabalho, Horst Hoffmann já havia recorrido ao presidente do Estado, e novamente a

⁴²⁸ Ofício. Neu-Württemberg, 24/10/1904. João Diehl F^o. a Manoel de Castro, Caxambu; Ofício. Neu-Württemberg, 19/11/1904. Alfred Bornmüller ao Ilmo. Juiz Distrital; Neu-Württemberg, 19/11/1904. João Diehl F^o. a Manoel de Castro, Caxambu. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

Pestana. Dessa forma, “torna-se inviável comprar terras do governo, pois ficamos por anos sem poder colonizá-las, e tendo que pagar imposto territorial sobre elas”.⁴²⁹

Já em abril de 1902, a empresa repassou para Augusto Pestana a planta da área em questão, com a conclusão da medição e divisão em lotes coloniais, trabalho realizado pelo engenheiro contratado Rudolf Ahrons, solicitando para que ele procedesse à distribuição dos lotes legitimados competentes aos posseiros ali domiciliados, conforme a lista já em seu poder. Para tal distribuição, deveriam ser observados os seguintes pontos: os lotes eram de 25 hectares, quando não informada outra área; “Agostinha Teixeira, além da colônia n. 5 de 12 alqueires, deverá receber, para perfazer a área provavelmente concedida, mais uma colônia adjacente, que vos peço seja um dos lotes limítrofes de n.º 58, 60, 62 ou 64”; caso não fosse possível dar a José Bento o lote de n. 34, em lugar do n. 56, “então vos dignéis de reservar para a mesma *Empresa* o recanto em que está incluído o salto, visto este salto nunca poder oferecer vantagem alguma para o dito José Bento, enquanto que para o progresso da colônia ele se torna de comum utilidade”.⁴³⁰ Em agosto do mesmo ano, Hoffmann reclamou junto a Pestana por causa da demora para proceder à verificação dessas posses e a distribuição dos lotes aos posseiros, “para ficarem desde já eliminadas quaisquer dúvidas entre colonos e posseiros e poder desta forma negociar desembaraçadamente com estas terras”, tendo em vista que essa situação estava dificultando a colocação de colonos na mesma.⁴³¹ Sem resultados, recorreu, em outubro, diretamente ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, pressionando por uma solução, pois em virtude da demora, “a venda de lotes da Empresa na referida área foi suspensa, provocando significativos prejuízos materiais”. Além disso, “surgiram algumas vezes questões entre diversos destes posseiros e os colonos que a Empresa procurou colocar nestes lotes, questões estas que tiveram sempre por desfecho a retirada dos ditos colonos que,

⁴²⁹ Relatório 18/20 - 2ª Parte. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 10/11/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁴³⁰ Ofício. Porto Alegre, 15/4/1902. Horst Hoffmann ao Dr. Augusto Pestana, diretor da Colônia Ijuí. Livro Copiativo 2, Fl. 49-50, MAHP.

⁴³¹ Ofício. Porto Alegre, 2/8/1902. Horst Hoffmann ao Dr. Augusto Pestana, diretor da Colônia Ijuí. Livro Copiativo 2, Fl. 111-112, MAHP.

desconfiados, abandonavam a colônia”. Logo, aguardava uma solução, para que pudessem “negociar livre e desembaraçadamente” esses lotes.⁴³²

O desenrolar dessa questão ainda perdurou ao longo do ano de 1904 e 1905, quando a *Colonizadora* recorreu às autoridades policiais para evacuar os intrusos remanescentes na linha Rincão, e que não tinham direito a um lote colonial, por isso não haviam sido considerados na verificação de posses precedente.⁴³³ Foi o caso dos ocupantes dos lotes 7 e 17, respectivamente Oliveira José A. Filho da Rocha e Benedicto Corrêa, pois “não lhe assistindo direito algum, para evitar dúvidas e não se chamar à ignorância, convidamos-lhe a evacuar quanto antes as propriedades desta empresa, proibindo-lhe muito especialmente a não derrubar matos, continuar a fazer roças e plantações quaisquer que sejam”.⁴³⁴

Essa estrutura de povoamento misto – alemães e luso-brasileiros – da linha Rincão desagradou de imediato a Herrmann Meyer, visto que comprometia seu projeto de colonização étnica. Segundo ele, deveriam pressionar esses *nacionais* para que vendessem os seus lotes para a *Colonizadora*, por preços baixos – o que, na maioria dos casos, acabou ocorrendo.

Outra aquisição de terras ao Estado, em 1928, também foi problemática. Tratava-se de uma área de 12 lotes coloniais, perfazendo 300 hectares, no lugar chamado Ramada, com o objetivo de ampliar a colônia Neu-Württemberg/Palmeira. Quando concluídos os trabalhos de demarcação, veio à tona tratar-se da “posse de Basílio”, pertencente a Basílio Rodrigues da Silva. Nessa situação, para não perder os investimentos, viram-se forçados a comprar a área novamente ao legítimo proprietário, pagando outra vez. Como indenização, a *Colonizadora* recebeu então 12 lotes de terras devolutas adjacentes à colônia Xingu, pelo preço de Rs. 500\$000 por 25 ha. Ali, novamente, houve problemas, pois o chefe da *Comissão de Terras* de Palmeira, Frederico Westphalen, concedeu uma área onde já havia lotes ocupados,

⁴³² Ofício. Porto Alegre, 24/10/1903. Horst Hoffmann a Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul. Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], Caixa 109, MAHP.

⁴³³ Ofício. Neu-Württemberg, 17/11/1904. Alfred Bornmüller ao Major Joaquim Siqueira, Delegado de Polícia, Cruz Alta. Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], Caixa 109, MAHP.

⁴³⁴ Ofício. Neu-Württemberg, 18/1/1905. João Diehl F.º a Oliveira José A. Filho da Rocha, Linha Rincão. Idem a Benedicto Corrêa. Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], Caixa 109, MAHP.

sendo necessário então fazer uma nova concessão de outros lotes. Contudo, dessa transação, não receberam escritura ou título de posse, somente um documento atestando a transação, com o qual não era possível escriturar as terras aos colonos, que pressionavam por isso, no momento da venda.⁴³⁵

Por outro lado, a *Colonizadora* via suas terras sendo invadidas pelos proprietários vizinhos, perturbando a ordem interna. Na colônia Neu-Württemberg, de acordo com a queixa de João Diehl Filho, remetida ao inspetor de quartirão, Francisco Xavier da Costa,

tendo nós já por diversas vezes intimado o Sr. Manoel Clemente da Silva, bocalmente (sic) e por escrito, a fim de prender a sua criação e não deixá-la invadir os nossos terrenos, prometendo-nos que isso não se daria mais, somos obrigados a denunciá-lo vos, porque seguidamente ele torna a soltar a sua criação, prejudicando os nossos matos, assim como até tem ousadia de fazer potreiro em nossas terras, junto ao rio Palmeira, no lote n. 2, conforme hoje soubemos. Já tivemos ensejo de nos referir a vós a respeito do mesmo senhor, respondendo-nos vós, que providências seriam tomadas. Pretendemos agora indenização pelas invasões e prejuízos em nossas terras, desde anos para cá, para o que rogamos a vossa profícua intervenção.⁴³⁶

Na parte do complexo colonial situada no município de Palmeira, os casos de intrusão eram freqüentes. Contribuiu para agravar a situação a própria disputa pela posse dessas terras, como foi o caso de Boi Preto e, posteriormente, na colônia Fortaleza/Erval Seco. A ausência física da *Colonizadora*, a existência de ervais, foram fatores que permitiram que esses intrusos se deixassem ficar na área, tornando-se cada vez mais numerosos. No momento da divisão em lotes, muitos deles acabaram por adquirir as terras que já ocupavam, daí uma das razões para a presença numericamente significativa de nacionais nessa colônia.

⁴³⁵ Carta. Neu-Württemberg, 2/9/1926. Eduard Hempe a Hermann Krapf, Palmeira. Pasta 7 – Cartas Germano Krapf a Empresa de Colonização - vice-versa. Caixa 45, MAHP. Eduard Hempe, em correspondência a Germano Krapf, solicitava sua intervenção para a resolução do problema das terras de Xingu, “relativo aos lotes 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81 e 111, os quais haviam recebidos do Estado sem custos, bem como as colônias n. 117, 118, 121, 122, 123, 143, 144, 145, 153, 154, 155, e 156, pelas quais haviam pagado 2 réis por metro quadrado, todos com atestado da Comissão de Terras de 14 de agosto de 1928. Mas que desde maio, pela nova legislação, só poderiam transferir terras caso apresentassem o título. Como só tinham a cópia dos atestados, logo, não poderiam fornecer escrituras. Que se informasse junto a Frederico Westphalen em quais condições seria possível fornecer as escrituras e que documentos precisava” (Neu-Württemberg, 14/10/1929. Eduard Hempe a Germano Krapf, Palmeira. Pasta 7 - Cartas Germano Krapf à Empresa de Colonização - vice-versa. Caixa 45, MAHP).

⁴³⁶ Carta. Neu-Württemberg, 24/11/1909. João Diehl Filho a Francisco Xavier da Costa, Inspetor deste quartirão. Livro Copiativo 7, Fl. 273, MAHP.

Em 1905, Alfred Bornmüller realizou um estudo detalhado da gleba Guarita/Fortaleza, para avaliar a viabilidade ou não de colonização. A partir de suas conclusões, e em concordância com Herrmann Meyer, estabeleceram que a área até poderia ser comercializada, mas não assumiriam ali os mesmos compromissos de colonização que tinham nas colônias Neu-Württemberg e Xingu. Referente aos intrusos instalados na mesma, por enquanto, deveriam “deixá-los quietos”, pois se revistassem a área com certa freqüência, as derrubadas não causariam prejuízos tão grandes.⁴³⁷

Encarregado pela *Colonizadora*, em 19 de março de 1916, o agrimensor Richard Brüggemann concluiu um levantamento do número de famílias de intrusos estabelecidos em Guarita/Fortaleza. No total, encontrou 32 famílias ou indivíduos, pois não especificou, todos nacionais. Destes, 23 se definiram como “morador e plantador”, 8 como “plantador”, e 1 como agregado. Pelo tempo de moradia na área, tratava-se de um processo de intrusão recente, pois 5 intrusos informaram estar na área há apenas 1 ano; 3 – 2 anos; 1 – 4 anos; 1 – 5 anos; 4 – 6 anos; 2 – 12 anos; 2 – 20 anos; 1 – 28 anos; 2 – 30 anos; e 1 há 35 anos. Desse total, apenas 6 famílias/indivíduos encontravam-se na respectiva área quando ela passou para a empresa, e se julgavam expropriados pelo antigo proprietário.⁴³⁸

Para disciplinar e ordenar essa ocupação, a *Colonizadora*, com o nome dos intrusos em mãos, estabeleceu algumas condições a serem observadas, bem como tolerou a sua presença, concedendo licença para

tirar alguma erva-mate e para plantar **nas terras já cultivadas nas quais plantastes no ano passado**. Estou de acordo que Amadeu Antonio de Brito fique ainda morando por algum tempo nas terras de nossa Empresa e que Manoel e Silva plante este ano **nas mesmas terras nas quais ele plantou no ano passado**. Mas não posso permitir a ninguém que seja feita nova roça, ou na capoeira ou no mato⁴³⁹ (grifo no original).

Igualmente, o crescimento indiscriminado da intrusão nas terras da empresa em Erval Seco também não interessava ao *Chefe da Comissão de Terras de*

⁴³⁷ Carta. Leipzig, 14/7/1905. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁴³⁸ Reconhecimento de Guarita. Guarita, 19/3/1916. Richard Brüggemann. Pasta Linha Guarita, Caixa 27, MAHP.

⁴³⁹ Carta. Neu-Württemberg, 29/9/1916. Hermann Faulhaber a Affonso Antonio dos Santos, Inspetor de Quarteirão, Erval Seco. Pasta 3 – Cartas de Hermann Faulhaber a diversos, Caixa 45, MAHP.

Palmeira, Frederico Westphalen, conforme instruções passadas, provavelmente, ao subdelegado do distrito ou inspetor de quarteirão, em 12 de fevereiro de 1918:

tendo o Senhor Ludgero invadido as terras da Colonização Meyer aí no Herval Seco, e feito plantações, é conveniente, por motivo de ordem, que com ele se entenda fazendo-lhe ver que está cometendo um abuso e mesmo um crime punido pelas leis nacionais em qualquer (?) e em qualquer situação. Temos que manter principalmente na situação atual o ânimo sereno e agir sempre com justiça. Faça-lhe ver que perde as plantações no mínimo ficando mesmo sujeito a indenizar os prejudicados. Certo fico que agirá como sempre.⁴⁴⁰

Nos mesmos termos, o Tenente Florenal Seraphin de Moura dirigiu-se ao mesmo destinatário:

peço-te que obtenhas do Ludgero a saída das terras do Meyer, onde entrou sem licença. O Diretor não quer requerer despejo que podia fazer sem o menor embaraço. Precisamos evitar os abusos dos nossos patrícios que vem prejudicar o nosso desenvolvimento sem vantagem nenhuma para eles.⁴⁴¹

Atendendo aos propósitos da colonização e aos interesses de especulação de Hermann Faulhaber, a posse Guarita/Fortaleza só começou a ser medida e dividida a partir de 1925, e os trabalhos concluídos já sob a administração de Eduard Hempe. Para isso, além da intrusão, enfrentaram outros problemas sérios. A posse Guarita/Fortaleza, com uma área contínua de 9.294 hectares, de propriedade de Evaristo Teixeira do Amaral e demais herdeiros, foi formada pela compra de duas áreas: a primeira, com 8.458 hectares, de Silvestre da Silva Goularte, com título de legitimação de 20 de dezembro de 1890; e a segunda, de José de Mesquita Lobo, com 836 hectares, e título de legitimação de 3 de setembro de 1892. A família Amaral vendeu essa posse em 1899 para a *Colonizadora Meyer*, sem, no entanto, respeitar as cláusulas do contrato de compra anterior estabelecidas com os antigos proprietários. Assim, em 1904, “Silvestre da Silva Goularte fez um arranchamento e plantações sobre a linha seca, dizendo-se dono de um trato de terras com 2.000.000 m² [200ha] que reservou para si quando fez venda ao Sr. Cel. Evaristo”. Respeitando o contrato anterior, a empresa acabou cedendo essa área, arcando

⁴⁴⁰ Palmeira, 12/2/1918. Cópia de Carta de Frederico Westphalen e do Tnte. Florenal Seraphin de Moura a. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP.

⁴⁴¹ Palmeira, 12/2/1918. Cópia de Carta de Frederico Westphalen e do Tnte. Florenal Seraphin de Moura a. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP.

com os prejuízos. Todavia, em 1922, quando Perpétua Martins da Cruz reivindicou como sua mais uma área de 500 hectares, apresentando um título de posse anterior à venda, a *Colonizadora* ingressou com processo judicial contestando o documento, além de pressionar a família Teixeira Amaral no sentido de arcarem com os prejuízos, chamando-os à responsabilidade.⁴⁴²

Em dezembro de 1930, estavam ocorrendo duas ações contra a *Colonizadora Meyer*. A primeira movida pela família Teixeira do Amaral. Com a medição da área, foi verificada a existência de 68 colônias a mais do que constava no título, o que precisava ser legalizado junto ao governo. Frederico Westphalen, chefe da *Comissão de Terras* de Palmeira, era favorável à *Colonizadora*, e o governo do estado também negou o pedido dos familiares, que reivindicavam essa sobra de área, encerrando assim a questão em definitivo em favor da empresa.⁴⁴³

A segunda ação vinha se arrastando por muito tempo, causando “muitos aborrecimentos”. De acordo com as explicações de Eduard Hempe, em 1922 “nós forçamos contra o intruso Joaquim Ferreira da Silva, que com sua família, se estabeleceu na margem esquerda do rio Cannas, na sua desembocadura no rio Guarita, e não queria mais devolver a terra, iniciando assim um processo, o qual nós ganhamos”.⁴⁴⁴ Entretanto, a morte de Joaquim Ferreira da Silva e a Revolução de 1923, atrapalharam Faulhaber na retirada da família e a questão foi esquecida. No

⁴⁴² Palmeira, s./d. [1931] [Germano Krapf] a Bráulio Teixeira do Amaral, Porto Alegre. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP.

⁴⁴³ Relatório. Neu-Württemberg, 2/12/1930. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁴⁴⁴ Em 1922, foi negada a ação de embargo de despejo, impetrada por Joaquim Ferreira da Silva contra a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, por não ter provado a propriedade das benfeitorias (Palmeira 17/7/1922. José Leite de Amaral, primeiro suplente do juiz distrital em exercício. Certidão: Palmeira, 6/6/1930. Pasta 4 - Empresa de Colonização – diversos documentos, Caixa 149, MAHP). Levando o processo para o foro de Santo Ângelo, a sentença do juiz ratificou a decisão anterior: “o apelado Dr. Herrmann Meyer propôs uma ação de despejo contra o apelante Joaquim Ferreira da Silva, afim de este lhe entregar uma fração de terras que ocupa na qualidade de locatário e situadas no lugar denominado ‘Herval Seco’, sétimo distrito desse Município. Dentro do prazo assinado no artigo 1.209 Código Civil pelo locatário foram opostos embargos de benfeitorias as quais depois de concluídas e processadas foram julgados improcedentes pelo Juiz competente. Considerando que, desta sorte o apelante não provou cumpridamente, haver edificado os ranchos a que alude nem construindo engenho para moagem de cana apelando-se apenas dos autos que fez diversas plantações no sítio ocupado”. Contudo, justificava-se que, ao fazer as plantações, causou prejuízos ao proprietário das terras. Assim, manteve-se a ação de despejo, que deveria ser encaminhada para conclusão (Sentença. Santo Ângelo, 14/1/1924. Erasto Maxo de Araújo Correa. Certidão dos autos de despejo. Transcrito do original, Palmeira, 4/6/1930. Pasta 4 - Empresa de Colonização – diversos documentos, Caixa 149, MAHP).

início das medições, “eu ainda encontrei a viúva, Perpétua Martins da Cruz e os filhos crescidos no mesmo lugar”. Recorrendo então ao subintendente, eles se agitaram e recorreram ao advogado de Palmeira, Athanasio Mendes, que em uma visita à casa de Perpétua encontrou um documento antigo datado de 1879, pelo qual o intendente de Palmeira de então concedia ao pai da mesma o direito às terras devolutas na margem do rio Cannas. O referido Alvará abrangia cerca de 20 colônias da empresa. Recorreram então a uma cópia da escritura pública da família Teixeira Amaral, junto ao Arquivo Público do Estado, a qual datava de 1856, bem como informava os limites exatos da área em questão, e que essas terras eram propriedade particular desde 1839. Para Hempe, “o propósito do advogado A. Mendes em Fortaleza era atrapalhar o andamento da colonização e nos forçar a ceder rapidamente”.⁴⁴⁵ No ano seguinte, 1931, a *Colonizadora* e a requerente entraram em acordo, ficando estabelecido que ela escolheria outro lote nas terras públicas da outra margem do rio, e que o seu direito sobre os 20 lotes não existia.⁴⁴⁶

Nesse aspecto, havia o interesse implícito do advogado, Athanasio Mendes, em garantir para si, como pagamento pelos serviços prestados, uma parcela dessas terras. Em carta ao amigo Fritz Zügel, escreveu:

Estou informado que o velho alemão (Empel) (sic) está no firme propósito de botar colonos dentro da posse das “Cannas”, da Perpétua. Peço ao amigo ir até lá e ver bem o que existe de verdade... Autorizo-te a auxiliar a velha Perpétua, para que ela não vá perder o domínio sobre a dita posse, que, se pode dizer, é de sua propriedade. Podes, também, tomar conta da minha parte, que deve ser sobre o lajeado “Secco” até o rio Guarita. Podes aí fazer roças, paiol, etc. Ainda mais uma vez: não deixem os alemãos (sic) se apurarem... Mas, como já te expliquei, não façam violência: o emprego da força só é legal quando os meios brandos não dão resultados.⁴⁴⁷

Entretanto, o caso recomeçou novamente em 1937, quando, com o auxílio de outro advogado e alegando ocupar a área há mais de 30 anos, Perpétua Cruz recusou-se a sair e escolher outro lote. “Nesse meio tempo, seus filhos e genros fizeram derrubadas de mato e abriram novas roças e plantações, causando muita inquietação entre os colonos, que ali já compraram terras de nós [*Colonizadora*].

⁴⁴⁵ Carta. Neu-Württemberg, 2/12/1930. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁴⁴⁶ Carta. Neu-Württemberg, 28/3/1931. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas Herrmann Meyer a Eduard Hempe [e vice-versa], Caixa 44, MAHP.

⁴⁴⁷ Carta. Palmeira, 6/7/1930. Athanasio Mendes a Fritz Zügel. Pasta Linha Cannas, Caixa 27, MAHP.

Com isso, outros desistem de comprar”. Segundo a direção da empresa, entrar novamente com um processo contra Perpétua Cruz não era vantagem, o que o seu advogado sabia muito bem. No sentido de resolver a questão, Eduard Hempe propôs ao advogado da requerente que a mesma ficasse com dois lotes coloniais, pelo valor de 10 contos de réis – um processo implicaria em um gasto de no mínimo 50 contos de réis. Ora, “aqui qualquer um evita um processo, e uma *Empresa* como a nossa, nem pode ter um processo tal, pois afastaria os poucos compradores interessados em nossas terras mais ainda. Por isso já estou negociando”.⁴⁴⁸ O caso foi concluído definitivamente em 5 de março de 1938: Perpétua Cruz vendeu para a *Colonizadora* 133 hectares, sem benfeitorias, pelo preço de Rs. 12:500\$000; reservando para si o lote n. 9, com 27 hectares, onde tinha sua residência. Recebeu naquela data a respectiva escritura pública de compra e venda, arcando a *Colonizadora* com todas as despesas de medição, confecção de planta e registro.⁴⁴⁹

Concluídas as medições, o ritmo de venda de terras na colônia Fortaleza/Erval Seco não correspondeu às expectativas iniciais. Em parte, pela descapitalização dos colonos, e por outra, pela instabilidade política da região. Paralelo a isso, faleceu Herrmann Meyer, idealizador e proprietário da *Colonizadora*, em 1932, fato gerador de uma série de especulações e boatos em relação ao futuro da colonização e o destino a ser dado a essas terras. Com isso, a intrusão voltou a ocorrer, e a empresa, em parte imobilizada em razão do processo de inventário, posteriormente, por causa da II Guerra Mundial e por fim, o inventário devido ao falecimento de Elisabeth Meyer, viu-se forçada novamente a negociar a retirada dessas pessoas.

A disputa entre os intrusos e a *Colonizadora* tornou-se mais áspera durante a II Guerra Mundial, conforme o relato do então administrador da empresa, Paul Pflüger:

⁴⁴⁸ Carta. Neu-Württemberg, 29/5/1937. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 – Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP.

⁴⁴⁹ Carta. Neu-Württemberg, 29/11/1938. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 – Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP; Carta. Cruz Alta, 5/3/1938. Advogado João Augusto Rodrigues a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 5 – Cartas diversas, MAHP; Escritura Pública de Compra e Venda. Comprador: Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, Vendedor: Perpétua Martins da Cruz. Pasta Linha Cannas, Caixa 27, MAHP.

desde 1942 temos sérios problemas com os intrusos, que invadem os matos das terras de Meyer, derrubando em parte os matos e iniciando plantações, e quando fui chamar a atenção deles para deixarem a área, eles me disseram: “o que os alemães querem? As terras pertencem agora aos brasileiros”. O que diz a lei e os direitos, eles não perguntam. Embora isso, conseguimos salvar muitas colônias de mato dessa situação e retirá-los. Hoje [1957], ainda há 10 desses intrusos estabelecidos nas terras de Meyer, mas me prometeram que quando essas terras puderem ser vendidas, eles queriam comprá-las. Poderíamos também expulsar essas pessoas via policial, mas tais ações são extremamente caras. Assim, é melhor tentar tirá-los amigavelmente.⁴⁵⁰

Aproveitando-se das circunstâncias e da incerteza sobre a emissão da escritura por parte da *Colonizadora*, os colonos também se instalaram na condição de intruso em Erval Seco, fazendo plantações e retirando madeira.⁴⁵¹ Na década de 1950, a empresa encarregou um colono, domiciliado em Erval Seco, para fiscalizar a área e coibir a entrada de intrusos e cuidar para que “pessoas estranhas” não fizessem plantações.⁴⁵²

Portanto, a colonização foi uma das formas mais efetivas de legalização de terras e combate à intrusão na região de Cruz Alta e Palmeira. O *lavrador nacional*, na eminência de ser expulso das terras que considerava como suas, tendo em vista o tempo de ocupação, procurou resistir de diferentes formas, e até onde era possível. Em outros momentos, procurou a *Colonizadora Meyer* para negociar a sua permanência, até concluir as colheitas e fazer novas roças; ou buscava uma autorização para continuar explorando os ervais existentes nessas terras. Mas, definitivamente, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* excluiu o *lavrador*

⁴⁵⁰ Carta. Panambi, 8/9/1957, Paul Pflüger a Erich List, advogado e notário, Frankfurt. – Pasta 1 – Cartas diversas – sucessão H. Meyer a. Caixa 45, MAHP.

⁴⁵¹ Foi o caso, por exemplo, de Alfredo Wandscheer e seu filho Theobaldo (Carta. Cruz Alta, 21/9/1957, [Mario Moraes] a Fausto César Pereira, Herval Seco. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP; Carta. Cruz Alta, 21/9/1957, Mario Moraes a Alfredo e Theobaldo Wandscheer, Herval Seco Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP.

⁴⁵² Recibo. Panambi, 15/11/1953. Paul Pflüger, administrador da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, a Willibald Gerhardt. Pasta 1 - Recibos diversos, de 1917-1953. Caixa 41, MAHP. Foram encontrados recibos por conta desses “serviços prestados” para os anos de 1954, 1955, 1956 e 1957. Já em 1910, Hermann Faulhaber havia encarregado o Ten. Cel. Frankelin Candido de Assis, Presidente do Conselho de Palmeira, para “tomar conta da posse do Dr. Meyer fazendo respeitar as terras e ervais não deixando fazer roças nem tirar ervas sem minha ordem”. Ou seja, a preocupação em proteger essa área da intrusão foi uma constante (Carta. Cópia. Cruz Alta, 10/8/1910. Hermann Faulhaber ao Ten. Cel. Frankelin Candido de Assis, Presidente do Conselho de Palmeira. Livro Copiativo 7, Fl. 850^a, MAHP).

nacional de seu projeto de colonização, de modo explícito, na colônia Neu-Württemberg, e de forma mais sutil, nas demais áreas.

3.2.3 Hermann Faulhaber: ousadia e empreendedorismo

No decorrer da primeira década de atuação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, a prioridade dos administradores concentrou-se na estruturação interna das colônias, ordenando a distribuição dos lotes e dos colonos, bem como a construção de uma infra-estrutura mínima. Foi o período de maior dependência econômica dos colonos em relação à empresa, e desta em relação ao seu proprietário. Carlos Dhein (1897-1900), também como sócio, definiu a localização geográfica do complexo colonial. Trabalhando com escassos recursos, empenhou-se em concluir a medição e divisão em lotes da colônia Xingu, e, na colônia Neu-Württemberg, a medição e divisão da *Posse dos Mello*, formando as linhas *Leipzig* e *Stuttgart*. Na seqüência, com a mesma limitação financeira, Horst Hoffmann (1901-1903), então como gerente e com o escritório em Porto Alegre, deu andamento aos trabalhos de medição; e com o objetivo de fechar a área da colônia Neu-Württemberg, adquiriu ao Estado a posse Rincão, formando a linha Rincão; e a posse de Lourenço Lemes de Moraes Gomes, na outra margem do rio Palmeira, no município de Palmeira, e mais duas posses menores; e concluiu a primeira medição do *Stadtplatz Eisenau*.

Alfred Bornmüller (11/1903-1908), ao assumir a administração, imediatamente transferiu o escritório de Porto Alegre para Neu-Württemberg.⁴⁵³ Esse ato simbolicamente representou a presença efetiva da *Colonizadora* no complexo colonial, aproximando os colonos e a direção. De modo geral, foi o período mais crítico e, ao mesmo tempo, o mais estável da colonização. Naquele momento, os problemas gerados nos anos anteriores precisavam ser resolvidos em definitivo – por exemplo, o caso do moinho com Karl Wagner, a estação experimental, o caso

⁴⁵³ Por falta de local adequado, o escritório permaneceu de 1904 até 1906 em uma sala na *Casa do Imigrante*, quando foi transferido para o escritório definitivo, em anexo à casa do guarda-livros.

Waldow von Wahl, dentre outros –, bem como venceram os primeiros contratos de compra de terras. Com uma política de colonização bem clara, estabelecida em combinação com Meyer ainda na Alemanha, definiu como prioridade organizar a área de terras que a empresa já possuía, e a estrutura interna da colônia Neu-Württemberg, onde redefiniu o desenho inicial do *Stadtplatz Eisenau*, implementando efetivamente a sua estrutura urbana. Quanto à expansão da colônia, adquiriu uma pequena área de terras apenas. Seguindo o planejamento, deveriam ser privilegiados os investimentos em Neu-Württemberg, e, se realmente iniciasse um maior afluxo de colonos, povoando-a rapidamente e esgotando as possibilidades de expansão, “então todo peso deverá ser colocado sobre Xingu, e povoar aquela área mais afastada (*Hinterland*). A boa credibilidade de Neu-Württemberg, então, irá se transferir para Xingu, porque pertence à mesma Empresa”.⁴⁵⁴ Voltando a esse ponto, Meyer afirmou:

enquanto ainda tiver terras à venda, o interesse deve se concentrar unicamente sob essa colônia [Neu-Württemberg], e com isso, não dispersar muito o aparato administrativo, o que implicaria em mais custos. Virá o tempo em que poderemos nos dizer que a terra está toda ocupada, então, Xingu despertará um maior interesse. Naturalmente, nós não devemos tratar Xingu como uma madrasta, logo, é necessário resolver ali a questão das estradas, e também deixar ir para lá um pouco dos materiais vindos para Neu-Württemberg, como material escolar, livros da biblioteca, etc.⁴⁵⁵

Talvez Alfred Bornmüller foi o administrador mais *submisso* às metas gerais da *Colonizadora*. Meyer mostrou-se

tranquilo que tudo está em suas mãos [Bornmüller], e que os nossos pontos de vista concordam em questões fundamentais. Agora, acredito que as coisas vão engrenar, pois com as administrações anteriores, a colonização estava tomando um rumo que não era o meu objetivo.

Esperava que dali em diante, “os colonos se sintam bem na colônia sob a sua administração, e nisso também vejo o fator mais importante para a sua prosperidade, e uma melhora econômica proporcional, mas, o que só será possível

⁴⁵⁴ Carta. Leipzig, 26/4/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁴⁵⁵ Carta. Leipzig, 4/6/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

e irá acontecer com uma direção enérgica e o interesse constante da administração [por eles e pela colônia]”.⁴⁵⁶

Hermann Faulhaber encarregou-se da direção da colônia e da administração da empresa em 1908, justamente no momento em que as maiores dificuldades econômicas e de instalação estavam superadas, verificando-se então já uma entrada de capital, e, principalmente, o projeto de colonização como um todo, havia se consolidado, conquistado credibilidade, tornando-se uma referência entre as colônias novas. Em Neu-Württemberg, havia cerca de 150 famílias, perfazendo 800 almas, distribuídas em uma área de 130 quilômetros quadrados.

Ao contrário dos anos anteriores, em princípios da década de 1910, a remigração das colônias velhas para as colônias novas, bem como entre estas, cresceu consideravelmente, motivado principalmente pelo aumento populacional, apresentando como um dos resultados imediatos o aumento da demanda por terras. Na colônia Neu-Württemberg, no caso, a venda de lotes coloniais atingiu o seu limite, esgotando-se. Por isso, oficialmente, a colonização dessa colônia foi encerrada em 1912. Segundo os propósitos de Meyer, o fluxo migratório deveria ser direcionado então para a colônia Fortaleza/Erval Seco, utilizando para isso o renome da *Colonizadora* e de sua colônia-modelo, e o projeto como um todo ser encaminhado para o seu encerramento.

A partir de então, percebe-se que os objetivos de Meyer e de Faulhaber a respeito do futuro da colonização, começaram a se distanciar. Se Meyer queria pôr fim ao empreendimento, Faulhaber entendeu que aquele era o momento ideal para a sua ampliação. Inicialmente, os contornos da colônia Neu-Württemberg deveriam ser bem definidos, com a incorporação das terras não-legitimadas e particulares da vizinhança, pressionando os seus proprietários para a venda. As terras de Fortaleza/Erval Seco, por enquanto, ficariam para especulação, pois havia a expectativa de uma valorização acentuada, decorrente do incremento da colonização pública pelo Estado nas imediações, e o projeto de construção da estrada Palmeira-Águas do Mel (Iraí).

⁴⁵⁶ Carta. Leipzig, 24/11/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Porto Alegre. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

Como pastor e professor, Faulhaber circulava e tinha acesso a espaços da colônia, aonde muitas vezes a administração por si só não chegava. Ao longo da formação da colônia, Faulhaber talvez foi a pessoa mais próxima dos colonos, muitas vezes fazendo a ponte entre eles e a *Colonizadora*, ou as autoridades, penetrando no cotidiano das suas casas e famílias. Além disso, trabalhou na organização das entidades associativas, como a cooperativa, sociedades de canto, sociedade de lanceiros, sociedade escolar, e, ainda, tratava da saúde das pessoas, fornecendo-lhes remédios e fazendo o encaminhamento médico quando necessário.⁴⁵⁷ Uma das características que o diferenciava em relação aos demais administradores da empresa – primeiro Horst Hoffmann e depois Alfred Bornmüller – era a sua maneira de tratar com os colonos e os seus princípios, ou seja, o seu paternalismo e o seu idealismo. Analisando sob esse prisma, compreende-se por que a sua administração foi tão notável, se comparada às demais: Faulhaber não se submeteu à condição de um funcionário da *Colonizadora Meyer*, muito pelo contrário, assumiu o projeto de colonização como seu, conduzindo-o do modo como imaginava e concebia a colonização, valendo-se da autonomia concedida pela procuração passada por Meyer.

Inicialmente, Faulhaber se empenhou para vender os lotes coloniais restantes nas colônias Xingu e Neu-Württemberg, em seguida, investiu na modernização da última – telefone, agência de correios, rede de distribuição de energia elétrica para o *Stadtplatz* –; ampliação da área do *Stadtplatz*; melhoramento das estradas e construção de pontes, em parceria com a municipalidade de Cruz Alta e Palmeira.

Em termos financeiros, a entrada de capital estava superando a saída, pois a *Colonizadora* pela primeira vez estava rendendo lucros. Isso, em parte, porque os contratos de compra e venda celebrados com os colonos estavam sendo quitados, acrescidos os juros, e a alta nas vendas de terras. Resultado disso foi um faturamento, entre 1911 e 1912, de 100 contos de réis. Da leitura de um relatório apresentado por Faulhaber a Herrmann Meyer, sobre o período de 1911 até junho

⁴⁵⁷ Hermann e Marie Faulhaber, antes de viajar ao Brasil, fizeram um curso de primeiros socorros na Alemanha, formando-se como samaritanos. Na colônia, então, na ausência de um médico residente, eles prestavam os primeiros socorros e eram os responsáveis pela farmácia.

de 1914,⁴⁵⁸ é possível ter uma idéia aproximada desse auge de desenvolvimento, o qual se prolongou até pelo menos o final daquela década. No ano de 1911, a *Colonizadora* vendeu 164,5 lotes coloniais, e a maioria dos compradores era proveniente de Santa Cruz e Teutônia. No ano seguinte, 1912, as vendas despencaram, ficando em apenas 11 lotes, e em 1913, só 2 lotes. Os preços dos lotes ficavam entre Rs. 580\$000 e Rs. 850\$000, na área colonial ao norte do rio Palmeira; no *Magdalenenland*, entre Rs. 1:500\$000 até Rs. 2:000\$000, e nas terras em Caxambu por Rs. 1:200\$000 até Rs. 1:300\$000; já uma colônia devolvida ou de segunda mão, custava de 2 a 3,5 contos de réis, e se nela havia roças, seu preço se elevava para 3 a 6 contos de réis.

Com dinheiro em caixa, ele fez as primeiras aquisições de terras: em 1912, ampliou a área de Neu-Württemberg-Palmeira, com a compra de 1.790 hectares da Fazenda Cilada; entre maio de 1913 e maio de 1914, comprou uma área de 1.830 hectares nas imediações da posse *Magdalena*, formando ali a linha *Hunsrück*; mais 1.890 hectares na curva entre os rios Caxambu e Ijuí; além de áreas menores de terras públicas, no total de 306 hectares, nas imediações da linha *München*; e a incorporação de uma fração de 64,8 hectares ao *Stadtplatz*. Enfim, em um ano, comprou 4.091,8 hectares, com o diferencial, de que se tratava de pequenas áreas, situadas de forma intercalada nas terras já pertencentes à empresa, e a sua compra era essencial para fechar os limites da colônia.

O aumento na venda de terras provocou também um imediato crescimento populacional, conforme o *quadro 6*. Assim, em 6 de junho de 1910, havia 207 famílias (918 almas), já em 6 de junho de 1914, esse número passou a 397 famílias (mais de 2.000 almas), das quais 32 eram *brasileiras*, e o restante das 365 famílias, eram de origem alemã. Ao término da administração de Faulhaber, havia na colônia 1.800 famílias, totalizando 14.000 habitantes.

⁴⁵⁸ Relatório de Hermann Faulhaber sobre a colônia Neu-Württemberg, de 1° de janeiro de 1911 a 15 de junho de 1914. Livro Copiativo 18, Fl. 235-256, MAHP.

Ano	Nº de famílias	Nº de almas
1905	99	494
1906	150	800
1910	207	918
1914	397	2.000
1926	1.800	14.000

Quadro 6 – População da colônia Neu-Württemberg, 1905-1926
 Fonte: A Autora (2008)

Relativo aos investimentos em infra-estrutura, de janeiro de 1911 até maio de 1914, construiu 6.090 quilômetros de estradas. Desde 1912, a colônia contava com 5 escolas particulares: a do *Stadtplatz*, e das regiões *Nord* (Norte), *West* (Oeste), *Palmeira* e *Magdalenen*.

Antes de proceder à compra de mais terras, Faulhaber expôs seus planos para Meyer. Ele, em sua resposta, datada de 21 de outubro de 1912,⁴⁵⁹ mostrou-se receoso, entendendo consistir em um risco muito grande aplicar todo esse capital em novos e vultosos investimentos, como a compra de terras e os possíveis rendimentos daí advindos. Sugeriu avaliar melhor essa possibilidade, e posicionou-se totalmente contrário à hipótese de fazer um empréstimo na Alemanha ou no Brasil para a compra de terras, pois Faulhaber deveria trabalhar com o capital que possuía em caixa, ainda mais naquele contexto, quando a situação europeia estava muito incerta devido à guerra nos Bálcãs. Lembrou ao seu administrador e diretor que no campo da colonização “a matemática dos lucros nem sempre funciona, pois é um investimento de risco”. Para novas entradas de dinheiro, deveria pressionar os devedores da empresa para que eles pagassem suas dívidas.

Sobre os projetos futuros da colonização, Meyer imaginava que Faulhaber, com o capital disponível, poderia então comprar as 200 colônias situadas entre o rio Fiúza e o rio Caxambu de particulares. Talvez com a intercessão de Firmino de Paula, conseguiriam a concessão para a venda de uma área de terras públicas antes mesmo da compra das 200 colônias. Levando em conta que compraria todo o

⁴⁵⁹ Carta. Leipzig, 21/10/1912. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer a Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

complexo – ou seja, as terras dos particulares e as terras públicas –, faria um preço módico de 500 mil-réis por colônia. Sobre a idéia de Faulhaber de comprar as terras através de *Strohmänner* – referia-se aos *lavradores nacionais* que moravam nessas terras, mas sem o título de legitimação, e que funcionariam como *testa-de-ferro* ou *laranjas*, uma vez que eles entrariam com o pedido de legitimação de posse das terras por eles ocupadas, repassando-as posteriormente para a *Colonizadora* –, e proceder somente a venda após fechar todo o complexo, era uma opção. Mesmo assim, deveria ver outras saídas, para não precisar fazer duas escrituras. Sobre a compra da *Fazenda da Cilada* – o objetivo central de Faulhaber –, era contrário, pelo menos naquele momento, pois a sua extensão não era tão significativa e ficariam limitados à mesma, além de não ter capital para tanto. Enquanto houvesse terras públicas, deveriam priorizar a compra destas.⁴⁶⁰

Na verdade, Meyer viu enfim a possibilidade de haver um retorno do capital investido, com uma margem de lucro, enquanto Faulhaber pretendia reinvestir esse capital na ampliação da colônia Neu-Württemberg e ainda contrair novas dívidas. Caso comprasse mais terras, deveria “tomar as precauções necessárias para não perder terras, e continuar a colonização, [...], mas sempre tendo presente que isso possa trazer rendimentos em curto espaço de tempo”.⁴⁶¹ Por fim, a crise econômica que assolou a Europa no pré-guerra, foi determinante no redirecionamento do projeto de colonização: em 1912, Meyer comprometeu-se em disponibilizar 50.000Mk para investir na compra de mais terras. Mas, em 22 de março de 1913, cancelou essa remessa, justificando que precisava do dinheiro. Em junho do mesmo ano, informou que faria uma pequena remessa de 10.000Mk, efetivada em 10 de julho. Contudo, deixou bem claro que foi a última, pois a sua situação econômica estava muito complicada. A partir de então, a *Colonizadora* deveria se manter por conta própria.

⁴⁶⁰ Carta. Leipzig, 21/10/1912. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer à Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

⁴⁶¹ Carta. Leipzig, 19/4/1912. Herrmann Meyer à Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg, ao Sr. Faulhaber. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer à Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

Em Neu-Württemberg, os planos de expansão interna da colônia, com a anexação das *ilhas* de terras situadas dentro dos seus limites, foram bem recebidos.

Noticiando esse fato na imprensa, Minoly Gomes de Amorim ponderou:

Temos a satisfação de noticiar que o nosso prestante amigo e digno diretor desta colônia Sr. Hermann Faulhaber, tendo adquirido por compra a diversas posses legitimadas na costa do rio Caxambu, está mandando dividi-la em lotes coloniais a fim de novamente satisfazer a procura de terras que, de dia a dia aumenta.

Ouvimos dizer serem essas terras de excelentes aguadas, abundantes em madeira de lei, e fertilíssimas para a agricultura.

Está fazendo o trabalho de medição e divisão dos lotes o competente engenheiro Hoese, residente no vizinho município de Ijuí, devendo os lotes ser expostos à venda dentro de alguns meses.

Também o patriótico governo do Estado, está mandando discriminar as posses e medir as terras devolutas na zona da serra do Inhame, neste distrito, ligadas a esta colônia. Já foram medidos para mais de trezentos lotes coloniais, além de, talvez, 20 posses particulares. Essas terras estavam ocupadas quase totalmente, por antigos habitantes, aos quais foi assegurado seu direito de cultura efetiva e moradia habitual.⁴⁶²

Essa política de colonização *inovadora* adotada por Faulhaber, também foi tema de um pequeno artigo no jornal *O Ijuhyense*, em 1916.

Para oferecer aos diligentes colonos terras boas e baratas, o diretor da colônia Sr. Faulhaber implantou um sistema louvável. Faulhaber entrava com o requerimento, em nome dos *brasileiros* residentes em terras devolutas próximas da colônia, junto ao Estado, e o título era expedido em nome dos mesmos. O diretor dava, então, *de presente* a esses indivíduos a metade das terras, pagando todo o processo de legalização bem como as terras junto ao Estado, ficando com a outra metade. A sua parte então era demarcada e vendida aos colonos. Depois, com o consentimento do governo, o diretor Faulhaber constrói estradas e pontes, nas áreas onde lhe são garantidos os títulos de propriedade, já investiu nesses serviços 30 contos.

Pretende o benemérito diretor Faulhaber adquirir essas terras, assim como beneficiar ao *pobre brasileiro que nunca vem a ter um pedaço de terra*.

É de esperar que muitas pessoas condenem a atitude de Faulhaber, mas por outro lado, as pessoas agora estão vendo a valorização de suas terras, graças ao trabalho e os investimentos do diretor. Mesmo assim, fizeram denúncias falsas junto ao governo, que recuou provisoriamente de sua promessa de venda.

Espera-se que o governo reconheça o trabalho do diretor Faulhaber e cumpra com a sua palavra. O chefe da *Comissão de Terras*, Dr. Salgado, viajou para Porto Alegre para dar esclarecimentos sobre o negócio, e se espera que o mesmo continue. (grifo nosso). (*O Ijuhyense*, 21/06/1916).

⁴⁶² Provavelmente a notícia foi publicada no jornal *Cruz Alta*, no ano de 1913, pois o recorte não apresenta maiores detalhes (*Álbum de recortes...*, MAHP).

Desse modo, procedeu à última *limpeza* do terreno, deslocando para fora da área colonial os *lavradores nacionais* remanescentes. Esse *deslocamento* era apresentado por Faulhaber como um benefício, pois, afinal, esses indivíduos não tinham capital suficiente para requerer ao Estado a legitimação e compra das terras que ocupavam há muitos anos. Já a *Colonizadora Meyer* não recebia terras do Estado, e quando entrava com pedido de compra, o processo demorava muito, quando não era negado. Para driblar a burocracia e garantir a aprovação do requerimento, Faulhaber empregou uma tática simples: assinava um termo de compromisso com esses *lavradores nacionais*, e fazia, em nome deles, o requerimento de legitimação de posse relativo à área que ocupavam, e à qual tinham direito, e ele entrava com o capital, garantindo o pagamento à vista dessas terras ao Estado. Uma vez recebidos os títulos de legitimação, estes eram repassados para a empresa, quitando assim a negociata. Caso o Estado não aprovasse o requerimento, o dinheiro adiantado deveria ser devolvido para a empresa. Nesse sistema, foram raros os *lavradores nacionais* que permaneceram nas terras até então ocupadas, vendendo imediatamente a parte à qual tinham direito também para Faulhaber. Valendo-se desses métodos, ele comprou toda a área formadora da linha Inhame – então, 4ª secção do 4º distrito –, terras contíguas à linha *München*, e todo complexo da *Ramada*, na parte de Neu-Württemberg-Palmeira. Tais compras iniciaram já em 1912, prolongando-se pelo menos até 1918, e eram, em geral, pequenas frações de terras.

Na *Comissão de Terras de Ijuí*, Faulhaber tinha o apoio incondicional do agrimensor, Sebastião Salgado, que atuou como intermediário junto a Carlos Torres Gonçalves, *Diretor de Terras e Colonização*, endossando os requerimentos da *Colonizadora*, como por exemplo, a

compra de uma área de terras devolutas entre a colônia Neu-Württemberg e o município de Ijuí [1ª e 2ª secção da Ramada], pagando a vista 2 réis por m². Informando tenho a declarar-vos que até o dia 8 do corrente darei início da medição da referida área cuja medição é de urgente necessidade visto que grande parte de indivíduos exploradores e que receberam lotes com direito de ocupantes na 1ª Seção do 4º Distrito de Cruz Alta ultimamente medida já venderam os referidos lotes e estão invadindo aquela área de terras. E como a referida área acha-se ligada à Colônia Neu-Württemberg,

que tem progredido consideravelmente, sou de parecer e acho de justiça que o representante seja atendido como pede.⁴⁶³

Em contrapartida, a empresa “obriga-se a colonizar essas terras dentro do prazo de dois anos e a construir, por sua conta, então as estradas necessárias”.⁴⁶⁴ Com esses argumentos, o Estado vendeu essas terras da 1ª e 2ª secção da Ramada para Faulhaber, já demarcadas e divididas em lotes coloniais, perfazendo uma área total de aproximadamente 828 hectares. Nessa transação, o Estado não levou em conta os moradores dessas terras, como aconteceu, por exemplo, com Clemente Rodrigues e Belarmino José dos Santos, ocupantes do lote n.º. 4, na Ramada. O Estado vendeu esse lote para a *Colonizadora*, e para que não tivessem prejuízo, concedeu-lhes o lote n.º. 5, no qual deveriam se instalar, ou como segunda opção, aceitar a indenização de Rs. 500\$000 oferecida por Faulhaber.⁴⁶⁵ Nesses casos, o progresso da colônia funcionava como sua carta de apresentação e pressão, para atender às suas reivindicações.

Ao sul da colônia Neu-Württemberg, tendo por limite o rio Caxambu, iniciou a negociação de terras com particulares, herdeiros e adquirentes das posses do Major Lucio Alves de Castro, Tenente Antonio José Soares, Gertrudes Magna de Moura e Silva, Francisco de Almeida Ponche-Verde, que formaram as linhas *Caxambu*, *Hunsrück*, *Rheinland* e parte de *Inhame*. Já as famílias Pires e Rolim eram proprietários de parcela das terras que formaram as linhas *Hindenburg* e *Schwaben* – a parte que não venderam formou a denominada linha Gramado.

Quando houve dificuldades para negociação, ou a empresa não contava com capital suficiente, Hermann Faulhaber e o guarda-livros, Eduard Hempe, compravam e escrituravam as terras em seu nome, vendendo posteriormente para a empresa ou direto aos colonos. Isso se verificou, respectivamente, nos lotes adjacentes a linha München e ao rio Caxambu. Minoly Gomes de Amorim atuou do mesmo modo, na compra de vários lotes na linha *Schwaben*. Os casos de permuta

⁴⁶³ Ofício. Ijuí, 2/2/1915. Sebastião Salgado, Comissário Especial de Terras, ao Dr. Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos, Caixa 47, MAHP.

⁴⁶⁴ Requerimento. Ijuí, 13/9/1915. Hermann Faulhaber ao Dr. Carlos Torres Gonçalves, Diretor de Terras e Colonização. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP.

⁴⁶⁵ Ofício. Palmeira, 16/4/1917. Olegário Falcão, funcionário da Comissão de Terras de Palmeira a Clemente Rodrigues, Ramada. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP.

de lotes de terras entre a *Colonizadora* e proprietários ou *lavradores nacionais* vizinhos eram freqüentes, especialmente quando o lote de um *estranho* ao projeto de colonização situava-se dentro da área já adquirida pela empresa, ou impedia o *arredondamento* dos seus limites.

Esgotadas as possibilidades de ampliar o complexo colonial da *Colonizadora Meyer*, Hermann Faulhaber buscou outras saídas para permanecer nessa atividade. No final da década de 1910, o futuro da colonização sinalizava para o oeste do estado de Santa Catarina, uma área inexplorada e com terras muito baratas. Com esses dados em mãos, ele tentou convencer Meyer a investir em um novo projeto de colonização naquela região, reproduzindo ali, em grande escala, o modelo da colônia Neu-Württemberg. Em 1912 Haeussler, representante da *Companhia de Colonização do Rio do Peixe* – um projeto de colonização às margens do rio do Peixe, em Santa Catarina –, por indicação de Faulhaber, procurou Meyer para propor-lhe uma sociedade, ao que ele se negou terminantemente. Na sua avaliação, tratava-se de um empreendimento muito vulnerável, com uma rentabilidade muito reduzida se comparada aos altos investimentos necessários, e, juridicamente, uma empresa brasileira. O seu desenvolvimento poderia ser “rápido e lucrativo, com o afluxo de muitos colonos, como ocorreu nos últimos anos, mas também poderia ser bem diferente, como os anos de crise que tão bem conhecia”. Um ponto mais delicado eram os ideais desse projeto, pois essa *Companhia de Colonização*

tem por objetivo um negócio lucrativo com o mínimo de despesas. Unir o nome da Empresa Meyer com tal empreendimento vai contra os meus princípios, visto que temos como diferencial o *esforço cultural*, que é conhecido por todos, e os colonos vão vir esperando por isso no Rio do Peixe também. Se nós não fizermos isso, todos os colonos e a imprensa vão querer nosso pescoço, e o nosso renome, que com tanto sacrifício e trabalho construímos, será arruinado. Claro que não poderemos realizar ali o que fizemos em Neu-Württemberg, mas um trabalho cultural em Rio do Peixe se faria necessário para o nosso *Renommée*, o que aumentaria em muito as despesas.

Concluindo o caso, Meyer explicou que para assumir o empreendimento e iniciar um novo projeto de colonização, faltavam-lhe recursos financeiros, além de se considerar “muito velho para assumir um projeto de colonização e negociação de

terras, visto que o mesmo pode se prolongar por muitos anos”.⁴⁶⁶ Sem o capital de Meyer, Haeussler desistiu do projeto.

No final da década de 1910, pela experiência e pelo renome adquiridos como diretor da colônia Neu-Württemberg, Hermann Faulhaber foi convidado para ser o diretor de um empreendimento de colonização grandioso, a ser iniciado no oeste catarinense, pela *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.* A sua associação a esse empreendimento foi informada apenas a Meyer quando o mesmo já estava em pleno andamento.

Portanto, Hermann Faulhaber, além de idealista, enquanto esteve à frente da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, demonstrou ser empreendedor e ousado, tramando negociatas envolvendo grandes somas de capital, negociando com proprietários, *lavradores nacionais*, o Estado, além de sua inserção nas redes de poder de Cruz Alta e Palmeira. Por esses caminhos, transformou Neu-Württemberg em uma colônia efetivamente alemã, com seus limites bem delineados, e os elementos a ocuparem esse espaço, bem definidos – isto é, os *lavradores nacionais* remanescentes foram empurrados para fora dos domínios da colônia. O projeto de colonização passou a ser o *seu* projeto; e Faulhaber como a primeira pessoa da *Colonizadora Meyer*, à quem cabiam as decisões mais importantes, e que atuava de forma independente. Dessa forma, o *diretor da colônia Neu-Württemberg* transformou-se no legítimo representante e idealizador desse projeto, enquanto o proprietário da empresa poucas vezes era lembrado.

⁴⁶⁶ Carta. Leipzig, 19/4/1912. Herrmann Meyer à Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg, ao Sr. Faulhaber. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer à Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

3.3 COLONIZAÇÃO: UM NEGÓCIO LUCRATIVO

Herrmann Meyer, ao estudar as possibilidades de investimento de capital no Brasil, considerou a colonização como um negócio lucrativo. Carlos Dhein, olhando a colonização à distância, tinha essa mesma certeza. Então, sem uma análise mais apurada do mercado de terras, seus mecanismos de funcionamento, um orçamento prévio, levando em conta as oscilações do câmbio, lançaram-se como colonizadores.

Conforme já exposto, as terras foram adquiridas de particulares, em alguns casos, do Estado, mas os preços das mesmas eram bem superiores aos imaginados. Ainda, os colonos e imigrantes alemães, com poucas exceções, não tinham capital suficiente para quitar o seu lote colonial no ato da compra. Para não perder compradores e competir no mercado com a concorrência, a *Colonizadora* passou a oferecer facilidades de pagamento, prazos dilatados e baixas taxas de juros. Em decorrência dessa estrutura, o retorno do capital investido também se daria a longo prazo, e de forma fracionada, muitas vezes sob a forma de prestação de serviços. Essa realidade obrigou Meyer a repensar os seus princípios e adotar algumas estratégias mais flexíveis, por isso, ao longo de sua atuação, o seu discurso sofreu mudanças, ajustando-se ao contexto interno da colônia e às condições externas, como a pressão da concorrência, variação cambial, os problemas financeiros particulares do proprietário e a crise européia.

Segundo o balanço da *Colonizadora Meyer*, de 31 de dezembro de 1901, possuía um capital de Rs. 373:051\$670. Esse capital, conforme a compra e venda de terras, se manteve em torno desse valor, por vezes chegando a mais de 400 contos de réis. Em dezembro do ano seguinte, 1902, a *Empresa* já era proprietária de uma área de 24.138,4 hectares. Desse total, foram vendidos até então 96 lotes coloniais na colônia Neu-Württemberg, totalizando 2.400 hectares, e mais 17 lotes na colônia Xingu, um total de 425 hectares.⁴⁶⁷

⁴⁶⁷ Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP.

A divisão das terras sob a forma de lotes coloniais, organizando-as em *linhas*, automaticamente agregava valor a elas. Pelo relatório financeiro de 1902, um lote de terras era vendido na colônia Xingu por Rs. 600\$000, logo, com a venda dos 84 lotes que perfaziam a colônia, a empresa obteria um ganho bruto de Rs. 50:400\$000 – é importante lembrar que, em 1897, foram pagos por essa área apenas Rs. 15:500\$000, ou seja, seu preço de mercado aumentou em 325,16%. O mesmo fenômeno ocorreu em Neu-Württemberg: as 375 colônias medidas, com o preço de venda de Rs. 1:000\$000, renderiam Rs. 375:000\$000. Pelos cálculos apresentados nesse relatório, considerando as demais áreas com valores de venda aproximados, a empresa obteria com a venda de todo o complexo, aproximadamente Rs. 522:400\$000, contra um investimento de cerca de Rs. 200:000\$000. Porém, como Meyer reconheceu mais tarde, quando se tratava de colonização, a matemática dos lucros não funcionava. No segundo semestre de 1902, foram vendidos 8 lotes coloniais, e a entrada de capital foi de apenas Rs. 1:300\$000, pouco mais do preço de um lote na colônia Neu-Württemberg, e dois em Xingu.⁴⁶⁸

O desequilíbrio nas contas da empresa ainda era, em parte, resquício da fase de instalação da colônia, quando foram concedidos empréstimos aos colonos. Por exemplo, havia a situação, o colono Jacob Harres, instalado na colônia Xingu, cuja dívida era em 1º de janeiro de 1902, Rs. 18:700\$000, e, em dezembro do mesmo ano, acrescidos os juros, já estava em Rs. 21:235\$400, valor impagável para um colono.⁴⁶⁹ Além deste, outros episódios inesperados, resultavam em prejuízos para empresa. Foi o caso, por exemplo, de alguns colonos que faleceram – Eduard Eilert, Franz Oswald, Feliciano A. dos Santos –, deixando para trás elevadas dívidas. Na mesma lista, incluíam-se também aqueles que simplesmente abandonavam a colônia.⁴⁷⁰ Portanto, eram situações que precisavam ser previstas no orçamento.

⁴⁶⁸ Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP.

⁴⁶⁹ Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP.

⁴⁷⁰ Carta. Porto Alegre, 27/2/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP.

Para o novo prospecto da *Colonizadora*, em 1906, justificando como motivos a concorrência acirrada e o câmbio totalmente desfavorável, Meyer estabeleceu os novos valores nesses termos: para a colônia Xingu, mantinha-se o preço antigo, ou seja, Rs. 600\$000 por lote. Referente à colônia Neu-Württemberg, definiu preços variados conforme a localização do lote: linhas Rincão, Fiúza I, 15 de Novembro, Leipzig e as terras ainda não divididas, Rs. 800\$000 o lote; todas as demais linhas – Stuttgart, Rio Grande, Italiana, 7 de Setembro, Berlin, München – e a Posse Magdalena, incluindo a posse Cordeiro, por Rs. 1:000\$000 o lote. Os lotes da linha Serrana poderiam ser vendidos a Rs. 800\$000, ou qualquer outro valor. Todavia, esses eram os preços mínimos, e poderiam variar, conforme a área total e as condições do lote.⁴⁷¹ Mais tarde, em 1912, os preços não haviam aumentado muito, mas eram extremamente variáveis. Na parcela Neu-Württemberg-Palmeira, um lote custava entre Rs. 580\$000 e Rs. 850\$000, na Posse Magdalena, de Rs. 1:500\$000 até Rs. 2:000\$000, e nas terras em Caxambu por Rs. 1:200\$000 até Rs. 1:300\$000. Nesses termos, se considerar o valor máximo na posse Magdalena, o preço de um lote dobrou, registrando aumento de 100%; em compensação, o valor mínimo de um lote em Neu-Württemberg-Palmeira era inferior ao preço de um lote em 1899, e menos da metade do preço de um lote na linha Magdalena. No decorrer da década de 1910 e até pelo menos 1923, o preço de um lote colonial manteve-se mais ou menos dentro desses padrões. No pós-1923, como resultado da instabilidade política na região, os preços acabaram sofrendo uma queda, pressionada pela crise econômica, e a descapitalização dos colonos. Assim, na colônia Fortaleza/Eerval Seco, os preços das terras despencaram tanto nas décadas seguintes, que foram vendidos abaixo do valor mínimo.

Entretanto, ao voltar o olhar para o entorno do espaço colonial, percebe-se que os preços dessas terras, a partir do momento em que se tornaram vitais para permitir a expansão da colônia, dispararam. Foi o que ocorreu com as terras dos *posseiros* comprimidos em pequenas propriedades, dentro do espaço colonial. A *Colonizadora*, ao deslocar esse contingente populacional, por um lado, sabia que seria um investimento elevado, pois os até então *posseiros* tinham consciência da

⁴⁷¹ Carta. Leipzig, 11/4/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

importância dessas terras para a colonização. Por outro lado, também imaginava que, ao legitimar essas terras, poucos seriam aqueles que teriam condições financeiras para ressarcir a empresa pelo adiantamento do pagamento do lote realizado junto ao Estado, logo, passariam ao seu patrimônio.

Esse mosaico a ser completado é visível na planta das linhas *Schwaben*, *Hindenburg* e *München II* (Figura 32), nessa seqüência, da esquerda para a direita. Todos os espaços não divididos em lotes coloniais perfaziam as áreas de particulares ou terras devolutas em processo de legalização pelos seus ocupantes. Foi essa a área adquirida por Faulhaber para *arredondar* os limites da colônia, mencionada no item anterior, situada entre os rios Fiúza, ao norte, Caxambu ao sul e oeste, e Ijuí ao oeste e norte.⁴⁷²

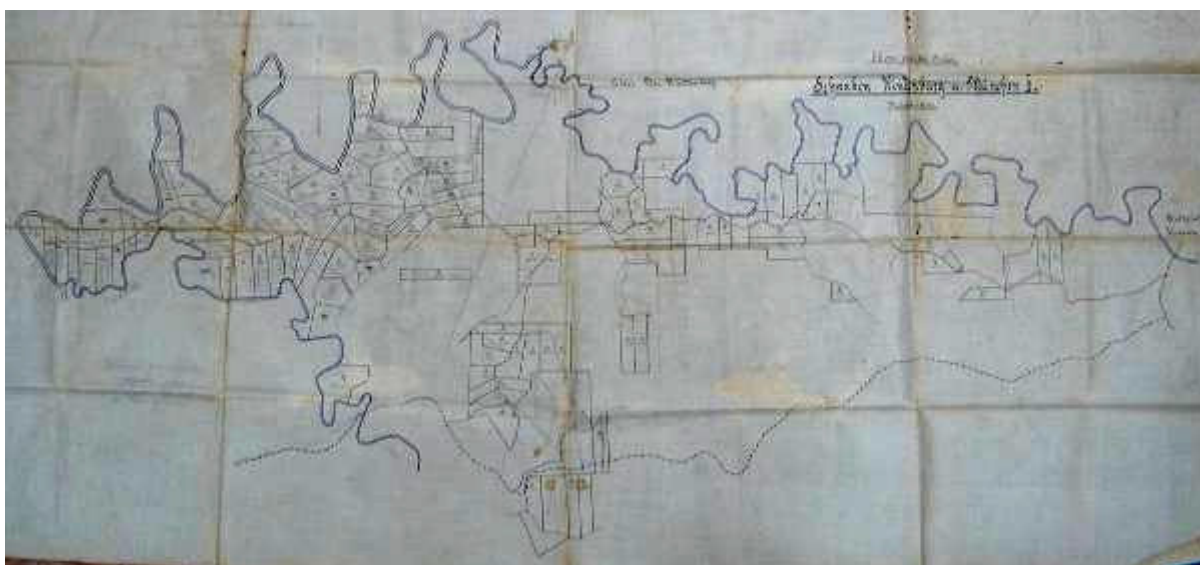


Figura 32 – Planta das Linhas Schwaben, Hindenburg e München II, [em 24/5/1915, por Otto Simons], papel cópia, tam. 53x120 cm
Fonte: Pasta 4, Caixa 17, MAHP

Em agosto de 1917, Hermann Faulhaber elaborou uma listagem detalhada de todas as posses adquiridas desse modo.⁴⁷³ Nota-se, que os títulos de legitimação das mesmas foram expedidos entre 1915 e 1917, e o preço mínimo pago por cada

⁴⁷² Hoje, a linha *Schwaben* chama-se *Entre Rios*, em razão dessa singularidade; Hindenburg passou a Assis Brasil, e München a Morengaba.

⁴⁷³ Lista de terras compradas pela Colonizadora com título de legitimação. Agosto de 1917. Livro Copiativo 27, Fl. 85-88, MAHP.

lote ao Estado ficava entre Rs. 300\$000 e 400\$000. Cabe lembrar, ainda, que a medição e divisão desses lotes, estavam a cargo da *Comissão de Terras*, devendo os ocupantes comprovar moradia habitual e cultura efetiva, atendendo aos parâmetros legais. No geral, eram pequenas frações de terras, e as negociações individualizadas, o que implicou em valores muito distintos pagos por cada lote. Como mostra o *Quadro 7*, a variação das áreas e preços médios pagos por lote de uma secção à outra eram significativas.

Localização	Nº proprietários	Área total (ha)	Preço total (Rs.)	Área média lote (ha)	Preço médio lote (Rs.)
1ª Secção, 4º distrito – Cruz Alta	11	263	3:283\$400	23	298\$000
3ª Secção, 4º distrito – Cruz Alta	2	38	580\$000	19	290\$000
4ª Secção, 4º distrito – Cruz Alta	6	202	4:587\$400	33,6	764\$500
5ª Secção, 4º distrito – Cruz Alta ⁴⁷⁴	2	44	1:348\$500	22	674\$250
1ª Secção Ramada, 4º distrito – Palmeira	15	303	6:637\$740	20,2	442\$500
2ª Secção Ramada, 4º distrito – Palmeira	13	363	8:569\$410	27,9	659\$185
Total	49	1.213	25:007\$663	24,75	510\$360

Quadro 7 – Posses legitimadas adquiridas pela *Colonizadora Meyer*, 1915-1917

Fonte: A autora (2008).

O aumento do valor preço por hectare de terras, o que significa o encarecimento da colonização, fica mais evidente se comparar o dispêndio de capital necessário na virada para o século XX e em 1916/17, quase duas décadas depois. Para a *Posse dos Mello*, em 1898, com área de 1.260 hectares, a *Colonizadora Meyer* desembolsou Rs. 8:000\$000, ou seja, Rs. 6,3 por hectare. Nas propostas de compra de terras, em 1902, 1903, propunha-se a pagar Rs. 3,0, no máximo, Rs. 7,5 por hectare. Duas décadas depois, por uma série de lotes fragmentados, formando um total de 1.213 hectares, pagou Rs. 25:006\$450, ou seja,

⁴⁷⁴ Essas secções eram as áreas devolutas ou de posseiros adjacentes a linha München, Inhame, parte da linha Hindenburg, ou seja, uma faixa de terras entre a posse Magdalena e a linha Hindenburg, até o rio Caxambu, ao sul, demarcadas pela *Comissão de Terras* de Ijuí.

Rs. 20,6 por hectare. O preço das terras teve uma majoração em torno de 312%, e o preço por hectare, 326,9%.

Mesmo assim, a *Colonizadora* não ficava no prejuízo. Cite-se apenas um exemplo: o lote n. 10, da 2ª secção da Ramada, com área de 25,7 hectares, foi vendido para a *empresa* por Joaquim Pinheiro de Ávila, avaliado em Rs. 514\$800, com título de legitimação de 22/8/1916. A metade do mesmo lote, 10b, com área de 12,8 hectares, foi vendida em 10/10/1918 para Fridolino Pimmel, por Rs. 1:673\$000, – o preço da área total deveria ser então Rs. 3:241\$000 – o que representa uma valorização de 629,5%, em apenas dois anos, ou a transformação de um simples lote, em um lote colonial destinado para a colonização.⁴⁷⁵

3.3.1 Infra-estrutura das colônias

Escassez de dinheiro em caixa, foi um dos maiores problemas enfrentados pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, desde a sua fundação, em 1898, até o encerramento definitivo de suas atividades. A empresa não elaborava um orçamento anual detalhado, com previsões de saída e entrada de capital, em virtude da própria natureza incerta do empreendimento, e a estreita dependência da empresa em relação ao seu proprietário. Nas suas contas fixas, estavam os salários do administrador, guarda-livros, pastor e professor. Mas os prazos para esses pagamentos eram flexíveis, pois poderiam ser mensais, trimestrais, semestrais. As demais despesas, como a compra de terras, registro de documentos, medições, abertura de estradas, construção de pontes, pagamento de diárias a trabalhadores, honorários de advogados, impostos, dentre outros, representavam gastos eventuais ou anuais variáveis, efetivados conforme os recursos disponíveis. A entrada de capital também era muito irregular e imprevisível, pois dependia da situação geral da colônia, das colheitas dos colonos, do número de lotes vendidos, o pagamento das mensalidades na escola, do câmbio. Ou seja, o administrador da empresa

⁴⁷⁵ Contrato 1.124, Caixa 9-10, MAHP; Livro Copiativo 27, MAHP. Fl. 85-88 - Lista confeccionada por Hermann Faulhaber em agosto de 1917.

trabalhava com esses limites, baseado em projeções de despesas e projeções de entrada de dinheiro, e quando se via em dificuldades, recorria a Meyer, solicitando mais uma remessa de capital. Essa prática seguiu até 1913, quando Meyer, em dificuldades financeiras na Alemanha, retirou todo e qualquer subsídio para a colonização, justificando que a colônia já poderia se manter com seus próprios recursos, bem como a igreja e escola. Segundo seu parecer, a função da *Colonizadora* era prestar apoio e fornecer as bases para a instalação da colônia, dos colonos e das instituições, mas, logo em seguida, estes deveriam manter-se de forma autônoma, sem prolongar a situação de dependência em relação à empresa ou ao colonizador – o paternalismo em relação à colônia deveria ser passageiro. Porém, Faulhaber empenhou-se em manter esse vínculo paternalista, como uma marca pessoal – o *pai dos colonos* –, mantendo os auxílios para a escola, igreja, entidades associativas, transações estas geralmente omitidas no balanço anual enviado a Meyer, ou acrescidas a outras rubricas, visto que não eram autorizadas.

Os primeiros anos de colonização consumiram as maiores somas de dinheiro. As limitações financeiras da *Colonizadora Meyer* comprometiam não só a operacionalidade da empresa, mas todo o empreendimento colonial, lançando dúvidas sobre a sua capacidade de liquidar os compromissos assumidos. A solicitação de novas remessas de capital ao proprietário, foi sempre uma questão delicada. Horst Hoffmann talvez fosse o mais enfático em sua argumentação para com Meyer, justamente porque coube a ele reorganizar as finanças da empresa após os prejuízos causados por Dhein, e enfrentar a crise geral da colônia, em virtude da frustração de safra provocada pela seca. No primeiro trimestre de 1903, Meyer fez uma remessa de 10.000 marcos, cambiados em 13 de abril, rendendo Rs. 9:660\$000, em uma situação cambial desfavorável. Na mesma ocasião, avisou que nos próximos meses disponibilizaria menos recursos ainda. Contra tal atitude, Horst Hoffmann protestou, expondo a situação na qual se encontrava, pois, nos meses de janeiro a março, verificou-se uma grande entrada de colonos, do contrário, estaria em “apuros de dinheiro, e teria que telegrafar solicitando mais”. Acusava Meyer como responsável por essa situação.

Se isso acontece, você mesmo é o culpado, porque sempre já conhece bem certo antecipadamente as despesas do mês, e as despesas extras de novas

compras e medição, mas sempre espera até a última hora para mandar dinheiro para cá, e nunca nos deixa à disposição, aqui, uma soma significativa. Você escreve que, se no verão, uma nova soma se fizer necessária, ela deverá ser solicitada por escrito. Ora, vai esperar novamente até estarmos em apuros, e então vou telegrafar para solicitar mais dinheiro. Como uma empresa no exterior é para viver bem, com a demora via correio, quando a ação é dinheiro em mãos?⁴⁷⁶

Evidente que a distância entre a colônia e o seu colonizador era um complicador, pois uma nova remessa de dinheiro, quando autorizada, até ser creditada na conta da *Colonizadora Meyer* e esta avisada, para a posterior conversão cambial, levava vários dias.

Montar o fundamento de uma colônia demandava tempo, dinheiro e experiência. Os primeiros anos de colonização foram marcados por tropeços e sérios desentendimentos entre o colonizador e seus administradores, motivados, em primeiro lugar, por questões financeiras, e em segundo lugar, por inexperiência no setor. A fase Carlos Dhein reuniu todos esses ingredientes, adicionado ainda o fato de ser o período mais precário e instável da empresa. Rapidamente, seu otimismo em relação a esse *grande negócio* cedeu lugar ao pessimismo, culminando no seu rompimento definitivo com Meyer.

Creio que vou conseguir terminar todos os trabalhos na Colônia Neu-Württemberg, como as medições, construção de pontes e abertura de estradas. As coisas são mais difíceis do que pareciam à primeira vista. Quanto às terras, comprei mais do que tínhamos de dinheiro. E abrir estradas é uma necessidade muito grande, pois senão os colonos nos deixam na mão, daí quem aproveita são nossos concorrentes. Já contratei a compra de quase todas as glebas lindas. Não adianta, temos de comprá-las. Senão somos nós que abrimos as estradas, construímos as pontes e iniciamos a colonização, e depois os concorrentes fazem bons negócios às nossas custas. Isso jamais deverá acontecer. Se o senhor não tiver mais dinheiro, deve então contrair empréstimo. Quanto aos juros, eu vou ajudar a pagá-los. É claro que pretendo ter parte nos lucros. Nunca estive tão limitado por falta de dinheiro como agora e nunca tive tantas dívidas. Por isso, Dr. Meyer, mande dinheiro e não tenha receio, não vou roubá-lo. São das melhores as minhas intenções com o senhor. Já aconteceu que entrei em choque com um e outro trapaceiro daqui que me queriam lograr.⁴⁷⁷

Rogo-lhe, Dr. Meyer, mande mais dinheiro, sem demora, pois contraí muitas dívidas. Caso contrário vejo-me obrigado a hipotecar minha casa particular. Se acontecer que eu não puder cumprir os compromissos assumidos, aí

⁴⁷⁶ Relatório 5-7. De 1º/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 18/04/1903 – Herrmann Meyer, Leipzig Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP.

⁴⁷⁷ Carta. Cruz Alta, 22/4/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. Tradução de Eugen Leitzke.

deverei exonerar-me da função de seu procurador. É que já caí um tanto em descrédito. Insisto mais uma vez na compra das terras lindeiras, senão algum concorrente vai adquiri-las dentro em poucos dias. Nós abrimos as estradas, construímos pontes, instalamos casa de negócio, ferraria, serraria e moinho, e os concorrentes que nada fizeram, vão aproveitar todas essas vantagens. Portanto, Dr. Meyer, não demore, mande dinheiro ou venha o senhor pessoalmente.⁴⁷⁸

A origem das divergências entre ambos foi a questão econômica. Enquanto Meyer esperava pelo *retorno* de seu negócio, as colônias e os colonos exigiam cada vez mais investimentos, considerados fundamentais para a viabilidade do empreendimento, ou seja, só havia *saída* de capital. Assim, por um lado, Meyer pressionava, pois entendia que estava ocorrendo um dispêndio muito elevado de capital, desconfiando da honestidade do administrador; por outro lado, os colonos reivindicavam uma infra-estrutura capaz de minorar as dificuldades de instalação na colônia, incluindo adiantamentos de mantimentos e dinheiro.

Enquanto tudo estava por fazer, a entrada de capital era praticamente nula, já as despesas, elevadíssimas. Confirmando as previsões mais pessimistas, em 1899, a *Colonizadora* apresentou o seu primeiro *déficit*, mas muito além do esperado. Dentre os motivos, estavam: concessão de adiantamento aos peões e agrimensores para a realização dos trabalhos; compra de utensílios e ferramentas de trabalho; fornecimento de mantimentos e alimentação às pessoas que permaneciam no acampamento, montado na *Posse dos Mello*.⁴⁷⁹ Mas, a razão principal para essa crise, foi a situação financeira particular de Meyer, resultado de

⁴⁷⁸ Carta. Cruz Alta, 30/4/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. Tradução Eugen Leitzke. Carlos Dhein e sua esposa, Cândida Dhein, contraíram uma dívida com a firma Bromberg & Companhia, de Porto Alegre, em 10 de dezembro de 1900, no valor de Rs. 2:147\$000, com a data de vencimento de 10 de setembro de 1901, hipotecando sua casa de moradia, um prédio de material com terreno, localizado a rua General João Manuel, em Cruz Alta. Após o vencimento da mesma, seria acrescentado juro de 1% ao mês e a penhora dos bens. Em 15 de abril de 1910, a sociedade União Operária tornou-se cessionária dessa dívida. Para cobrar a mesma, moveu uma ação executiva contra Carlos Dhein, então em lugar ignorado, e à sua revelia, iniciada em 22 de setembro de 1916. Após longo processo, com penhora do bem, pregão de praça e arrematação, a sociedade União Operária optou por adjudicar o referido bem, quitando com isso a dívida, em 15 de abril de 1920. A sentença foi publicada em 20 de agosto de 1920, com a transmissão de propriedade. Carlos Dhein não foi localizado ao longo do processo nem se manifestou (Processo n. 1012, Executivas. Maço 31, E 62, Cartório do Civil e Crime, Cruz Alta. APERS).

⁴⁷⁹ Geralmente os colonos, quando se dirigiam a Neu-Württemberg para conhecer a colônia, permaneciam nesse mesmo acampamento, vivendo às expensas da *Colonizadora* por um, dois ou vários dias, trazendo consigo por vezes a família toda. Caso não fizessem isso, ninguém viria comprar terras, porque os concorrentes ofereciam essa infra-estrutura (Carta. Cruz Alta, 15/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP).

sua expedição ao Xingu em 1899, onde sofreu sérios prejuízos. Conseqüentemente, suspendeu temporariamente todos os investimentos previstos para a colonização, inclusive a compra de terras. Essa determinação desagradou Dhein, pois já havia contratado a compra de novas terras e o prosseguimento dos trabalhos iniciados. Como saída, contraiu empréstimo em seu nome.

Realmente, desde 1º de novembro de 1899, girei com meu próprio dinheiro e não mais com seu capital, pois o senhor, lamentavelmente, não correspondia aos meus constantes pedidos de remessa de mais dinheiro, e eu, ainda, era obrigado a manter o contrato com o Ahrons, celebrado pessoalmente com o senhor. O dinheiro me escasseou tanto, que me vi obrigado a contrair empréstimo, a fim de saldar compromissos vencidos. Em razão de seu último telegrama, até caí um tanto em descrédito e conforme o nosso contrato, o senhor é obrigado a prover-me do capital necessário.⁴⁸⁰

Nos anos seguintes, fazer empréstimos junto a casas bancárias e comerciais, ou mesmo aos colonos, além de hipotecar terras, tornou-se uma prática recorrente – principalmente Faulhaber, e, posteriormente, Eduard Hempe e Paul Pflüger, para resolver as pendências financeiras da empresa.

O fator *tempo* foi outro empecilho para a *Colonizadora*. A compra de uma gleba de terras era o resultado de semanas, até meses de negociação. Fechado o negócio, a empresa precisava providenciar uma nova medição para então requerer sua inscrição no registro *Torrens*, ou para o reconhecimento do título de propriedade por parte do governo, bem como subdividi-la em lotes. Para a realização desse trabalho, foi contratada a *Firma R. Ahrons & Cia.*, de Porto Alegre, em 27 de dezembro de 1898, de propriedade do engenheiro Rudolf Ahrons.⁴⁸¹ Esses

⁴⁸⁰ Ao remeter o balanço de 1899, concluído em 28 de fevereiro de 1900, acusava um saldo de Rs. 71:783\$548 a favor de Dhein, com todos os juros calculados até essa data. Ainda, foram calculados os juros de 1% ao mês sobre Rs. 40:000\$000 desde 1º de novembro até essa data, e lançados no débito de Meyer (Carta. Cruz Alta, 28/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP).

⁴⁸¹ Rudolf Ahrons (27/12/1869- 6/6/1947), portoalegrense, formou-se como engenheiro civil na Escola Politécnica de Berlim, em 1895. Fundou sua firma de engenharia – Empresa de Engenharia de Rudolf Ahrons – em 1896, a qual foi fechada em 1914, em virtude da I Guerra Mundial. Junto com ele, trabalhava seu filho, Alexandre Ahrons, também formado engenheiro civil. A empresa dedicou-se especialmente à construção civil, em Porto Alegre, tendo como seu arquiteto de 1908 a 1914, o alemão Theodor Wiederspahn. Dentre as obras realizadas na capital, destacam-se: as obras do porto, a construção do Banco da Província (hoje Santander), Banco Pelotense, Delegacia Fiscal (hoje Museu de Arte), dos Correios e Telégrafos (hoje Memorial do Rio Grande do Sul), das Faculdades de Direito e Medicina, dentre outras. Foi professor da Faculdade de Engenharia (UFRGS) e também diretor técnico da empresa *Varig* (cf. FELIZARDO, Joaquim. Rudolf Ahrons I e II. *Correio do Povo*, 14/4/1992, n. 197; e 15/4/1992, n. 198; CORONA, Fernando. A época do Dr. Ahrons. *Correio do Povo*, 10/11/1974. Pasta Rudolf Ahrons e Carlos Alexandre Ahrons. Caixa 62, MAHP).

trabalhos, previstos para serem concluídos em poucas semanas, prolongaram-se por meses, interrompidos por problemas diversos, impedindo, assim, a venda de lotes e, portanto, a entrada de dinheiro, retardando a colonização como um todo.⁴⁸²

Na colônia Neu-Württemberg, os trabalhos de medição iniciaram na *Posse dos Mello*, em fevereiro de 1899. Segundo a versão de Carlos Dhein, que estava acompanhando os trabalhos, ocorreu um desentendimento entre ele e o engenheiro Ahrons.

Quanto ao Dr. Ahrons, creio que não fizemos uma boa escolha, pois ele se nega a prosseguir a medição por Rs. 50\$000 a colônia. Ele afirma que deveríamos ter falado a ele que a terra era muito dobrada e com profundos grotões, que podem causar acidentes, como já lhe aconteceu várias vezes. Será que ele pensou que a terra era quadrada e lisa como uma mesa? O Sr. Dr. teria feito melhor se tivesse levado o Sr. Ahrons para "*Trinta Diablos*", para ele ter uma impressão do que são morros e grotões. Também não lhe agrada que as glebas lindas ainda não foram compradas. Eu comuniquei o Sr. Ahrons para que ele viesse só pelos fins de fevereiro, porque eu não queria comprar essas terras por esses preços. Mas, ao invés de esperar, telegrafou dizendo "eu venho 4 fevereiro". Ele também nega que nós havíamos informado sobre as reais condições da colonização. Conforme meu ponto de vista, deveríamos liberar o Ahrons, e contratar outro agrimensor, que faça os trabalhos com a mesma técnica e talvez por menos honorários. Nós fornecemos comida e trabalhadores. Se nós termos na nossa carta as curvas de nível ou não, tanto faz. Ahrons também não consegue se acertar com os trabalhadores, que daqui a pouco vão debandar.⁴⁸³

⁴⁸² Conforme o primeiro contrato, a firma ficava encarregada pela medição de uma área de duas léguas quadradas e meia – *Posse Magdalena* e *Posse dos Mello* – localizada na bacia do Ijuí Grande, de tal forma que permita a legalização. O levantamento topográfico deveria ser detalhado, destacando os acidentes geográficos, rios e arroios, com os seus nomes corretos, para evitar dúvidas futuras e permitir a localização. Feita essa primeira parte, deveria elaborar uma planta, em escala de 1: 20.000 e dividir a superfície em lotes de 25 hectares, mais ou menos. Nos lotes, deveriam ser colocados marcos de madeira de lei falquejados, com a numeração do lote e um terceiro marco identificando a direção do travessão. No memorial, deveria descrever a direção e os pontos de referência dos marcos. Ainda, apresentar uma planta dos lotes com as curvas de nível, discriminando numericamente o perímetro dos lotes. Além dessa planta, a Firma se encarregava em produzir uma planta em escala reduzida para ser entregue aos compradores, a fim de se orientarem nos seus lotes. Todas as despesas de medição, divisão e transporte eram por conta da referida Firma, que também se responsabilizava pela propaganda na imprensa local, com a publicação de mapas que pudessem indicar aos possíveis compradores a localização da colônia. Comprometia-se a dar maiores explicações sobre as medições dos lotes a quem solicitasse, encaminhando-os até Carlos Dhein, em Cruz Alta. A firma *R. Ahrons & Cia.* poderia vender 40 colônias, recebendo uma porcentagem de 4% sobre o valor da venda. Ao longo das medições, deveria realizar uma análise dos minerais encontrados e os seus valores. Já Herrmann Meyer pagaria pelo serviço de medição no ato da assinatura do contrato Rs. 5:000\$000, mais Rs. 10:000\$000 após a entrega do mapa com a divisão dos lotes, e o restante quando da conclusão dos trabalhos. Pagaria pela medição de cada lote o valor de Rs. 50\$000 (Contrato Firma *R. Ahrons & Cia.* e Dr. Herrmann Meyer. Pasta Rudolf Ahrons e Carlos Alexandre Ahrons, Caixa 62, MAHP).

⁴⁸³ Carta. Cruz Alta, 15/2/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP.

Herrmann Meyer concordou em pagar o valor exigido por Ahrons, além do que foi estabelecido em contrato. Mesmo assim, quando concluída a medição da *Posse dos Mello*, Ahrons interrompeu os trabalhos, deixando para trás a medição da *Posse Magdalena*, alegando prejuízos em virtude do terreno irregular, coberto de mata fechada, negando-se a fornecer os mapas e plantas respectivos, descumprindo o contrato.⁴⁸⁴

Essas circunstâncias inviabilizavam a venda dos lotes. Fato é que já em julho e agosto de 1899, chegaram à colônia duas levas de famílias de colonos, instaladas provisoriamente nas benfeitorias da *Posse dos Mello*, à espera da liberação de seu lote, com certa impaciência, ameaçando uma debandada geral.⁴⁸⁵ Na tentativa de resolver o impasse e evitar prejuízos maiores, ou comprometer a imagem da empresa, Dhein contratou o engenheiro Silvestre Manoel da Silva, de Cruz Alta, pelo valor de Rs. 35\$000 por colônia demarcada, conforme contrato assinado em 30 de outubro de 1899, para refazer e terminar as medições.⁴⁸⁶

Explicando essa nova contratação para Meyer, Dhein enumerou como razões os seus desentendimentos pessoais com o agrimensor e as atitudes dele na colônia. Por insistência de Ahrons, ele havia adquirido mais uma gleba adjacente à *Posse dos Mello*, pagando por ela um valor muito elevado, perfazendo a colônia agora uma área contínua de 400 lotes, aguardando ainda a medição. Nesse ponto, imaginava que, como agrimensor, ele não deveria se intrometer nos negócios da empresa. Ahrons também teria comentado com várias pessoas, inclusive com o próprio Dhein, que não continuaria as medições pelo preço contratado. Verificaram-se também problemas com os lindeiros, surgindo “protestos e contraprotestos por

⁴⁸⁴ Telegrama. Cruz Alta, 24/2/1899; 2/3/1899; 5/3/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

⁴⁸⁵ A primeira leva de migrantes era oriunda de Teutônia, composta pelas famílias de Jacob Bock, Peter Bock e Ernst Muller. Em 7 de agosto chegou uma segunda leva proveniente de São Lourenço: Hermann Venzke, August Schmidt, August Steinhorst, Hermann Göcks e Hermann Sörensen.

⁴⁸⁶ Pelo contrato, a *Firma Herrmann Meyer* – no caso Dhein – se comprometia em fornecer os ajudantes, os mantimentos e o transporte. Previa concluir as medições no prazo de dois meses, de uma área de mais ou menos 300 lotes coloniais de 25 hectares, localizados em Cruz Alta e Palmeira (Contrato. Pasta Herrmann Meyer – Procurações e Contratos, Caixa 31, MAHP). Esse contrato foi assinado à revelia de Herrmann Meyer, que estava protelando a questão com Ahrons, pagando duas vezes pelo mesmo serviço. Para concluir a medição da posse Boi Preto, foi contratado mais um agrimensor. Na avaliação de Dhein, os dois agrimensores estavam realizando um trabalho de qualidade, e estavam interessados na medição de todo o complexo colonial (Carta. Colônia Neu-Württemberg, 10/11/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP).

culpa dele”, por haver invadido as suas áreas, e com os trabalhadores, pois “vinha queixa em cima de queixa”. Ahrons “não tem jeito para lidar com pessoas simples e pacatas do tipo *caboclo*. Se eu não interviesse freqüentemente para acalmar os ânimos, explicando que deveriam levar as coisas assim mesmo, eles até teriam ameaçado a vida dele”. Nessas circunstâncias, “seria muito bom para mim se o Dr. Ahrons não mais voltasse, pois sempre sou obrigado de acompanhar seus trabalhos e correr o risco de, em alguma noite escura, ser eliminado com ele”. Legalmente, conforme o contrato, “Ahrons não executou os trabalhos a contento”, podendo assim rompê-lo.⁴⁸⁷ Dhein, por sua vez, se negou a refazer o contrato e atender ao seu pedido por mais dinheiro. Entendia que, nesse caso, quem deveria fazer o acerto e pressionar para o cumprimento do contrato, era o próprio Meyer.⁴⁸⁸

Tudo indica tratar-se de uma contenda particular entre Carlos Dhein e Rudolf Ahrons, porque, com a saída do primeiro da direção da *Colonizadora*, os demais trabalhos de medição foram executados, em sua maioria, por esse engenheiro. Enquanto esteve na colônia Neu-Württemberg, foi procurador da empresa, com a autorização para comprar terras; com a transferência do escritório para a colônia, permaneceu como o seu agente autorizado em Porto Alegre, responsável por fazer pagamentos, depósito de dinheiro e movimentar a conta bancária da empresa. Ainda, Alexandre Ahrons foi diretor da colônia Neu-Württemberg, durante o segundo semestre de 1900.

Nos trabalhos de medição atuaram também outros agrimensores: na década de 1910, parte das medições foi executada por agrimensores da *Comissão de Terras* de Ijuí e Palmeira, e na década de 1920, na colônia Fortaleza/Erval Seco, ficaram sob a responsabilidade do agrimensor Alfred Closs, com escritório em Carazinho. Várias plantas também foram assinadas pelo agrimensor Richard Brüggemann, estabelecido por um período na colônia Xingu, e um dos pioneiros na colônia Porto Feliz (Mondaí), onde trabalhou nessa função.

O desequilíbrio nas contas da *Colonizadora Meyer* foi resultado, no primeiro momento, das despesas com os trabalhos de medição e divisão em lotes coloniais,

⁴⁸⁷ Carta. Cruz Alta, 17/9/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. Tradução de Eugen Leitzke.

⁴⁸⁸ Carta. Cruz Alta, 6/11/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

incluindo as diárias dos trabalhadores, mantimentos e instrumentos de trabalho. Carlos Dhein engajou como diaristas os *caboclos* estabelecidos nos arredores das colônias, chegando a 40 pessoas. Além de conhecedores da região, eram uma mão-de-obra barata.⁴⁸⁹ Progressivamente, os colonos foram aproveitados em tal atividade, e parte do valor de suas diárias descontadas nas prestações do lote colonial (*Figura 33*). Entretanto, as diárias pagas aos colonos eram mais elevadas do que aquelas pagas aos *caboclos*, encarecendo a colonização.



Figura 33 – Grupo de homens nos trabalhos de construção de estrada, 12x17 cm. Foto de Adam Klos, Neu-Württemberg, s./d.
Fonte: Acervo do MAHP

Obras de infra-estrutura faziam-se necessárias a cada nova ampliação do complexo colonial, incluindo também a sua manutenção. O contrato de compra e venda da empresa estabelecia que, cada colono, era o responsável pela conservação da estrada na extensão de seu lote colonial, do contrário, a *Colonizadora* encarregava-se dos reparos, revertendo os custos para o colono. Essa regra vigorava enquanto as terras ainda pertenciam legalmente à empresa, mas, a partir do momento em que o lote era escriturado, ela se retirava, e tal competência

⁴⁸⁹ Carta. Cruz Alta, 4/1/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

era transferida automaticamente para a municipalidade, valendo então o seu regulamento – todo o sistema de estradas de rodagem e pontes da colônia Neu-Württemberg foi entregue para a municipalidade em 1916, quando elevada a distrito.⁴⁹⁰ Em Palmeira, parte das estradas da colônia Erval Seco passaram à municipalidade em 1939. Naquele contexto de liquidação do empreendimento, a empresa passava a responsabilidade pela manutenção das estradas, ruas e pontes à municipalidade, assim que concluída a construção delas.⁴⁹¹ Quando as estradas planejadas cruzavam por terras públicas ou de particulares, a empresa buscava alguma forma de acordo com eles.⁴⁹²

⁴⁹⁰ Conforme as determinações da Intendência Municipal de Cruz Alta, “todos os moradores e proprietários de terras nas zonas coloniais são obrigados a pagar anualmente o imposto colonial para o melhoramento das estradas seja em prestação de trabalho ou em dinheiro. O que possuir de meia a uma colônia (de 10 a 25 hectares) paga Rs. 10.000 ou quatro dias de serviço. Aqueles que possuírem mais de uma colônia pagarão mais Rs. 5.000 ou dois dias de serviço por cada colônia inteira e Rs. 2.500 ou um dia de serviço por cada meia colônia que excederem. Os moradores ou proprietários de uma chácara (terrenos de 2 a 9 hectares) pagarão Rs. 5.000 ou 2 dias de serviço. O que possuir mais de uma chácara, pagará Rs. 2.500 ou um dia de serviço por chácara que exceder. Se um proprietário ou morador de uma chácara também possuir uma colônia, pagará pela colônia o imposto colonial inteiro e pela chácara só Rs. 2.500 ou um dia de serviço. Todos os proprietários ou moradores de lotes urbanos nas sedes das colônias, que não sejam também proprietários de colônias ou chácaras e por isto já paguem imposto colonial, pagam Rs. 5.000 ou dois dias de serviço. Aqueles que até 31 de Março não pagarem o imposto colonial incorrerão em multa de 50%”. Explicava ainda sobre a divisão da colônia em várias regiões, e a escolha de um inspetor encarregado pela mesma, e responsável por zelar pela conservação dos caminhos de sua respectiva região. O inspetor ficava subordinado a um funcionário da Intendência Municipal. Os caminhos deveriam ser roçados anualmente, até 31 de dezembro, em uma largura de pelo menos 10 metros, e os trabalhos de reparos realizados de 1º de fevereiro a 31 de março (Ofício. Cruz Alta, Outubro de 1910. Intendente Firmino Paula Filho a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. Livro Copiativo 7, Fl. 967-969, MAHP).

⁴⁹¹ Em janeiro de 1939, todas as estradas de rodagem abertas pela *Colonizadora* na colônia Erval Seco, com exceção das ruas da sede, ainda não concluídas, passaram à municipalidade, responsável a partir de então pela sua conservação. Isso porque havia cessado o direito da Empresa Colonizadora de exigir dos adquirentes a conservação das referidas estradas, tendo em vista a transmissão dessa colônia à sucessão Elisabeth Meyer (Requerimento. Neu-Württemberg, 18/1/1939. Paul Pflüger ao Prefeito Municipal de Palmeira. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos. Caixa 47, MAHP; Despacho do Prefeito Westphalen. Palmeira, 27/1/1939. A. Luiz Ozório, Secretário interino, a Eduard Hempte, Erval Seco. Pasta 5 – Cartas diversas, Caixa 46, MAHP).

⁴⁹² Na interligação das linhas Rheinland e Hunsrück, em 1918, a estrada projetada passaria pelas terras da família Rocha. Para resolver a questão, Hermann Faulhaber assinou um contrato com os cedentes, nesses termos: “Contrato assinado pelos filhos menores de Serafim Maria da Rocha, representados pelo mesmo, José Pereira da Rocha, de uma parte, e de outra parte, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, representada pelo seu procurador Hermann Faulhaber. Pelo contrato, os primeiros obrigavam-se a dar gratuitamente o terreno necessário para a construção da estrada projetada pelo agrimensor Otto Simons, com mil e trinta e seis metros de comprimento e doze metros de largura. Em contrapartida, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* obrigava-se a fazer uma cerca dos dois lados da estrada, com palanques de guajuvira, numa distância de oito em oito palmos, com quatro fios, dois de arame liso e um farpado. A madeira poderia ser retirada das terras dos primeiros contratantes. A *Empresa* não poderia ser cobrada pela construção da referida

Em termos de infra-estrutura, uma das prioridades da *Colonizadora* estava em oferecer vias de comunicação aos habitantes das colônias e em bom estado de conservação, interligando as linhas coloniais entre si e com a sede, e desta com as sedes municipais e a estação de trem. Essa estrutura contava como ponto positivo na propaganda da colonização e um dos atrativos decisivos para o estabelecimento ou não dos colonos.

Uma região “rica pelas suas aguadas”, como ressaltava a propaganda, tinha como inconveniente justamente cruzar por esses rios. Lembra-se que a colônia Neu-Württemberg situava-se entre os rios Palmeira e Fiúza, ampliada depois até o rio Caxambu; a colônia Xingu ficava em “uma curva do rio da Várzea”, e a colônia Fortaleza/Erval Seco, entre os rios Fortaleza e Guarita. Automaticamente, os rios isolavam as pessoas de uma e outra margem, e as próprias colônias. Para a construção de pontes, uma obra extremamente onerosa e técnica, em alguns casos, a *Colonizadora* recebeu auxílios por parte da municipalidade. Mas de modo geral, as obras de infra-estrutura correram às expensas da empresa. Só na estrada que conduzia de Cruz Alta até a colônia Neu-Württemberg era interceptada por três rios – do Inglês, Caxambu e Fiúza –, cuja travessia se fazia nos lugares mais rasos, denominados de *passos*. O aumento do nível das águas em períodos de intensas chuvas impedia a passagem de uma margem à outra, às vezes, por vários dias consecutivos, causando muitos transtornos. Em novembro de 1899, Carlos Dhein tentou uma parceria com a Intendência Municipal de Cruz Alta, para as obras de construção de pontes e pontilhões, mas não obteve êxito. A *Colonizadora* então arcou com esses trabalhos, construindo a ponte sobre o rio Fiúza, considerada mais urgente e porta de acesso à colônia. A obra foi concluída em janeiro de 1900, tendo como causa do atraso os vários acidentes de trabalho, e implicou em um

cerca, antes de passados sete anos. Caso a *Empresa* quisesse liquidar o contrato, poderia fazer a cerca antes. Enquanto essa não for construída, os contratantes não poderiam retirar cerne de guajuvira nem da picada nem das áreas confrontantes. O contrato foi assinado em Neu-Württemberg, em 15 de julho de 1918”. Em nota acrescida, José Pereira da Rocha, em seu nome e em nome de seu pai Serafim Pereira da Rocha declarava que “desistimos de todos os direitos do contrato acima, tendo recebido, neste ato, a importância de um conto e quinhentos mil-réis (Rs. 1:500\$000) que a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* nos pagou a título de indenização. Neu-Württemberg, 1 de Setembro de 1925” (Contrato. Pasta 4 - Empresa de Colonização – diversos documentos, Caixa 149, MAHP).

investimento de Rs. 20:000\$000.⁴⁹³ Essa mesma ponte foi reconstruída em 1917,⁴⁹⁴ e novamente, em 1927, então pela Intendência Municipal de Cruz Alta, erguida sobre pilares de alvenaria e pedra, e superestrutura mista de ferro e madeira, medindo 30 metros de comprimento e 5,5 ditos de largura, e custou Rs. 32:690\$000 (*O Commercio*, 5/1/1928, n. 1285, ano IX, p. 2).

As negociações para a construção das demais pontes, localizadas fora da área da colônia, como do rio Caxambu,⁴⁹⁵ ou de importância vital entre os municípios e a colônia, como do rio Palmeira, arrastaram-se por longos anos. Uma ponte sobre o rio Caxambu, no local denominado “Passo dos Thomaz”, na estrada geral que interligava a colônia à sede de Cruz Alta, foi construída pela empresa e entregue ao tráfego em junho de 1916, medindo cerca de 40 metros de comprimento, em madeira de lei, erguida pelo construtor e colono Jacob Schüler (*Cruz Alta*, 18/6/1916, p. 2).⁴⁹⁶ Em 1927, essa estrada foi desviada e construída uma nova ponte de madeira, com 32 metros de extensão, e 5 metros de largura. No mesmo ano, foi construída mais uma ponte sobre o rio Caxambu, no *Passo dos Pires*, interligado as colônias Neu-Württemberg e Rio Branco (Pejuçara), na estrada geral para Ijuí, com um custo de Rs. 6:585\$000.⁴⁹⁷

⁴⁹³ Carta. Cruz Alta, 4/1/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

⁴⁹⁴ Conforme uma nota no jornal *O Progresso* (8/7/1917), de Cruz Alta, as obras iniciaram em maio, e seriam concluídas naqueles dias. Para a realização desses trabalhos, foram contratados os construtores Jacob Schüler e Manoel Malheiros. Já a ponte anterior corria o risco de desabar, em tão más condições se encontrava.

⁴⁹⁵ Uma parcela das terras das margens do rio Caxambu foram incorporadas gradualmente à colônia Neu-Württemberg por Hermann Faulhaber, no decorrer da década de 1910, por essa razão, a *Colonizadora* pressionou tanto a municipalidade para a realização dessa obra.

⁴⁹⁶ Já em 1904, Alfred Bornmüller, em correspondência à municipalidade de Cruz Alta, solicitou a construção de uma ponte sobre o rio Caxambu, para facilitar o escoamento da produção da colônia, contribuindo assim para o aumento da arrecadação do município. Propôs entrar com a metade do numerário necessário para a execução da obra. Mas as negociações não avançaram (Ofício. Neu-Württemberg, 1º/4/1904. Alfred Bornmüller ao Coronel Serafim Fagundes da Fonseca, Intendente do Município de Cruz Alta. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁴⁹⁷ O evento também foi narrado por um noticioso de Cruz Alta, na época, ressaltando a sua importância para o município e os dois distritos. “Inauguração, no domingo, da ponte sobre o rio Caxambu, entre as colônias Neu-Württemberg e Rio Branco. Uma grande comitiva, composta pelos representantes políticos, intendente Vasconcellos Pinto, conselheiros, mais representantes da imprensa e fotógrafos, saíram da praça central de Cruz Alta rumo ao 8º e 9º distritos de Cruz Alta, em 9 autos. A ponte sobre o rio Caxambu, muito ornamentada, ostentava a bandeira brasileira, rio-grandense, alemã e italiana. Em todo o trajeto, as estradas percorridas de auto mostravam ótimas condições de tráfego” (*O Commercio*, 28/6/1927, n. 1.123, ano VIII, p. 2). Na publicação *O Rio Grande do Sul em Revista*, do *Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, em 1928, o município de Cruz Alta enviou como documentação, além de um relatório das obras da administração de José de

Mais uma ponte, sobre o rio Palmeira, interligando as duas partes da colônia Neu-Württemberg, na região da Ramada, foi construída em 1911, – ponte com 24 m de comprimento e 5,30 m de largura –, e teve um custo total de Rs. 7:995\$630. Para essa obra, o município de Cruz Alta contribuiu com Rs. 1:500\$000, e o de Palmeira com Rs. 2:000\$000, de modo que a empresa despendeu Rs. 5:768\$755.⁴⁹⁸

A ponte sobre o rio Fortaleza, na colônia Fortaleza/Eerval Seco, após vários reveses, foi iniciada em 1932, pelo intendente de Palmeira. Para agilizar a obra, a *Colonizadora* doou as madeiras, serradas na serraria de Eduard Hempe, em Eerval Seco.⁴⁹⁹ No rio da Várzea, na colônia Xingu, para fazer a travessia de uma margem à outra, havia uma barca.

Portanto, uma colônia de propriedade particular tinha essas peculiaridades. Tudo gravitava em torno da companhia de colonização e era sua a última palavra. Essa responsabilidade em uma área restrita, com seu próprio regimento interno estipulando direitos e deveres, estabelecidos no contrato de compra e venda de terras, permitia a construção e conservação de uma infra-estrutura exemplar, aos olhos dos demais. Evidencia-se, também, que Faulhaber, aliado a Minoly Gomes de Amorim, conduziu com habilidade as negociações com as municipalidades de Cruz Alta e Palmeira, garantindo parcerias para a ampliação e conservação das estradas de rodagem e pontes. Já para a municipalidade, as colônias particulares rendiam elevados impostos, sem exigir maiores investimentos.⁵⁰⁰ Essa realidade se

Vasconcellos Pinto, um conjunto de imagens: do palácio municipal, as Ruas do Comércio e General Osório com os seus casarões, e seis fotografias retratando as pontes recém-concluídas e os trabalhos de construção de estradas. Destas, quatro referiam-se a inauguração das duas pontes sobre o rio Caxambu, como obras de relevância (GOVERNO DO ESTADO..., 1928: 259-270).

⁴⁹⁸ Relatório de Hermann Faulhaber. Neu-Württemberg, 17/8/1911. Livro Copiativo 8, Fl. 969-970, MAHP.

⁴⁹⁹ Carta. Neu-Württemberg, 29/3/1932. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas Herrmann Meyer a Eduard Hempe [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁰⁰ Em várias ocasiões, a empresa reclamou em função da elevação abusiva dos impostos, como para o exercício de 1952, quando constatou um aumento “de 20 vezes em relação ao valor do ano anterior”, tendo em vista que o aumento dos impostos foi de no máximo o dobro do valor em relação ao ano anterior. Por isso, solicitava a redução dos impostos sobre a área de terras existente em Eerval Seco, e a devolução do valor pago. Justificava que, além de ser um valor e um aumento acima do cobrado aos demais proprietários da mesma região, “há mais de 53 anos a empresa pagava religiosamente seus impostos”, além de construir mais de 200 quilômetros de estradas “que prestam inestimável serviço à população, sem que, nem por isso, hajam onerado os cofres públicos em um centavo que fosse”. Ainda, os benefícios que a Empresa havia prestado à coletividade, através da doação de imóveis para escola, igreja, etc. Que o próprio ramo da Empresa – venda de terras para colonização – “já se firmou, de longa data, no conceito público, pela seriedade nos negócios e

modificou, a partir do momento em que a *Colonizadora* passou tais responsabilidades para a municipalidade. Mesmo distantes, os colonos se faziam ouvir, reclamando por carta, abaixo-assinados ou pessoalmente.

O formato do lote colonial – quadrado ou retangular – foi tema de uma longa discussão interna da *Colonizadora*, como já mencionado. Concluída a sua visita à colônia Neu-Württemberg, o ministro plenipotenciário da Alemanha, Dr. von Treutler, questionou Horst Hoffmann sobre o tamanho e formato do lote colonial. Em resposta, datada de novembro de 1903, Horst Hoffmann explicou que o tamanho de um lote colonial na colônia, bem como a sua redução histórica, tinha como causa principal a própria valorização da terra, visível no estado como um todo, e na colônia, em particular, chegando assim a 25 hectares. Quanto à forma do lote e do terreno urbano, era favorável ao tamanho em quadrado, instalando o camponês a sua casa no centro, mas, em decorrência de questões técnicas, como o abastecimento de água, o terreno um pouco acidentado, e as estradas, assumiram a forma retangular. O colono, então, estabelecia a sua casa ou próxima da melhor água ou da estrada, formando assim a *Picada*, onde a estrada principal tinha lotes alinhados à sua direita e esquerda. Logo, se o lote colonial tem 250 m de largura por 1.000 m de comprimento, construía-se uma estrada de 2.500 metros para 20 lotes coloniais. Se os lotes fossem quadrados, como era a primeira idéia, com 500 m de lado, seriam necessários 5.000 m de estrada, refletindo diretamente no fator custos. “Aqui, geralmente, o colono alemão constrói próximo à estrada, e essa estrutura mantém uma relação de vizinhança mais próxima – o italiano tem faixas de terras mais estreitas ainda, permitindo assim maior proximidade das casas”.⁵⁰¹

Outras obras de infra-estrutura, não incluídas nos planos de Meyer, tornaram-se necessárias, atendendo às reivindicações dos colonos. No segundo semestre de 1899, aquele grupo de famílias que já se encontrava provisoriamente

desinteresse na especulação” (Ofício. Panambi, 24/11/1952. *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* ao Secretário da Fazenda do Estado – Secretaria da Fazenda, Porto Alegre. Caixa 121, MAHP). *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, sita em Panambi, município de Cruz Alta, era possuidora então de uma gleba de terras de cultura e matos situada em Palmeira, com área de 3.166,29 hectares, em 1º/1/1951. Devido a vendas sucessivas, essa área ficou reduzida a 1.894 hectares, em 1º/1/1952.

⁵⁰¹ Carta. Porto Alegre, 12/11/1903. Horst Hoffmann ao Dr. von Treutler, ministro plenipotenciário da Alemanha. Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], Caixa 109, MAHP).

na colônia Neu-Württemberg, e estavam propensas a comprar um lote colonial, colocaram como condição para fechar o negócio a construção de um moinho. Essa obra foi contratada por Dhein nos meses seguintes, por conta da *Colonizadora*, ao mesmo tempo, instalou uma ferraria, e reformou a antiga serraria existente nas terras compradas a Barros, concedendo a exploração ao seu irmão, Arthur Dhein, assumindo este o compromisso de melhorá-la e fornecer tábuas à empresa e aos colonos. Também havia na colônia uma olaria e, próximo, uma pedreira de arenito. Na opinião de Dhein, esses investimentos atraíam os colonos e, posteriormente, poderiam vender o moinho e a serraria novamente, com vantagem financeira. Com esses melhoramentos, automaticamente os preços dos lotes coloniais poderiam ser elevados.⁵⁰²

A possibilidade de instalar uma casa comercial nas colônias Neu-Württemberg e Xingu, por conta da *Colonizadora*, foi estudada detalhadamente pela mesma, avaliando seus prós e contras. Por um lado, era uma necessidade, para atender os colonos, por outro, o poder de consumo deles era tão baixo, que não compensava. Uma prática inicial foi manter junto ao diretor da colônia um estoque de instrumentos de trabalho e mantimentos, que eram vendidos aos colonos. Em seu parecer sobre o assunto, em novembro de 1902, Horst Hoffmann afirmou que a instalação de uma *venda* só seria possível caso Meyer entrasse com um capital de 20 a 30 contos para financiá-la. Comentou, também, que, nas últimas semanas, um colono da zona colonial antiga, que esteve na colônia Neu-Württemberg, considerou as terras muito boas, mas “percebeu que os colonos ali quase não tinham mais o que comer. Isso porque só compravam sal e mate, e geralmente deixavam trazer isso de Cruz Alta, ou compravam dos moradores do campo”. Quando a família necessitava fazer compras maiores, “vão a Cruz Alta, especialmente para as mulheres, consiste em uma ocasião de sociabilidade (‘ir para a cidade’).⁵⁰³ Voltando à questão, em janeiro de 1903, Horst Hoffmann escreveu que havia mudado de opinião, pois uma *venda*

⁵⁰² Carta. Cruz Alta, 15/2/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP.

⁵⁰³ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

por enquanto não é viável, porque, como uma colônia nova, todos ainda satisfazem suas necessidades através da troca de produtos. Somada à forte crise financeira, é um negócio de risco, e até agora, aqueles que se dedicaram ao ramo, foram à bancarrota, como Panzenhagen e Streppel. Um caminho, então, seria ajudar a reerguer esses indivíduos, abastecendo suas vendas, mediante a cobrança de juros, se eles quiserem.⁵⁰⁴

Por fim, a *Colonizadora* acabou por não interferir na formação e no abastecimento das *vendas*; somente quando solicitado, fazia empréstimos aos seus proprietários, e exercia um controle à distância sobre a variedade de produtos oferecidos e os preços praticados, evitando assim a extorsão dos colonos. Gradativamente, acompanhando o desenvolvimento da colônia, formaram-se sólidas casas comerciais, encarregadas da compra e comercialização da produção agrícola dos colonos, em contrapartida, abastecendo as propriedades com os produtos e utensílios ali não produzidos. Na colônia Xingu, existia uma *venda* nas imediações da colônia, com a qual a empresa tentou acordos, foi assumida por diversas pessoas, mas com resultados desastrosos. Em 1904, Herrmann Meyer sugeriu então que se fizesse um acordo com o atual proprietário, Fidêncio Mello, por meio de um contrato, “para que ele abasteça a colônia e compre os produtos dos colonos. Uma venda só abastece a demanda do lugar, e, claro, preferiria que estivesse nas mãos de um alemão, mas dadas as circunstâncias, que seja um brasileiro”.⁵⁰⁵

O transporte dos colonos também contribuiu para o encarecimento da colonização. Conforme as novas determinações, em 1902, do *Auswärtiges Amt* [Ministério dos Negócios Estrangeiros], a *Colonizadora* deveria transportar os imigrantes do porto até a colônia.

Mas não sei ainda de onde tirar esse dinheiro, se incluo o valor nos preços das terras, mas não podemos elevá-los demais, porque a *Hansa* pratica preços mais baixos. Para evitar perdas de dinheiro, vou exigir dos emigrantes o pagamento de uma entrada já aqui, a fim de evitar que fossem ao Brasil às minhas custas e depois não permanecerem na colônia. Vou tentar limitar o número de pessoas e de bagagem, o excedente, vai ser por conta do emigrante. Quando receber a concessão do governo, vou fazer muita propaganda, pois a minha *Empresa* já é muito conhecida por aqui, e assim conseguir juntar grande número de emigrantes, e então, para o

⁵⁰⁴ Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁵⁰⁵ Carta. Leipzig, 4/8/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

transporte de Porto Alegre a Cruz Alta, poderemos reservar um vagão especial por um preço bem mais em conta.⁵⁰⁶

Para minimizar esses custos, Horst Hoffmann negociou por várias semanas com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, para garantir também o transporte gratuito dos imigrantes, mas sem resultados, com a alegação de que se tratava de uma colonização privada, e o transporte só era franqueado aos imigrantes destinados às colônias públicas. Um dos itens da concessão à emigração, fornecida à *Colonizadora* em 1906, tratava do auxílio para o transporte dos emigrantes por ela agenciados. Na prática, o emigrante pagava pelo mesmo, valor posteriormente creditado como uma das parcelas na aquisição de seu lote colonial; e não devolvido, em caso de desistência. Essas regras prevaleceram até pelo menos 1912, prazo de validade da referida concessão para a emigração, sem novo pedido de renovação, visto o reduzido número de emigrantes. A partir de então, cada emigrante passou a ser o responsável direto por todas as despesas relativas à emigração.

Com o propósito de investir em pesquisa e a melhoria das variedades de cultivares existentes, elevando a sua produtividade, além de produzir sementes, Herrmann Meyer e Horst Hoffmann planejaram a instalação de uma *Estação Experimental*.⁵⁰⁷ Interessante notar, nas discussões internas, a importância desse empreendimento: Horst Hoffmann achava necessário fazer esses experimentos, por um lado, por ser moderno e necessário para uma *colônia-modelo*, por outro lado, para auxiliar os colonos, tanto na produção de sementes para o plantio quanto para os experimentos propriamente ditos, visando a aumentar a produtividade e conhecer as cultivares que medravam ou não na região, tão desconhecida então. Com isso, a empresa reforçava a sua preocupação com a produção agrícola e os imigrantes,

⁵⁰⁶ Carta. Leipzig, 1º e 2/9/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

⁵⁰⁷ No momento em que Horst Hoffmann assumiu a administração da *Colonizadora*, Meyer escreveu: "Acredito que você vai me ajudar, efetivamente, a erguer meus dois grandes projetos: o da instalação da estação experimental, que será financiada, em parte, pelo *Kolonial Wirtschaftliches-Komitee*, de Berlim, disponibilizando 30.000 marcos. O outro projeto é a conclusão do *Bund der Bodenreformer*, que querem comprar cerca de 50 colônias em Neu-Württemberg, e dar às pessoas que vão enviar para lá em enfiteuse (aforamento). Enquanto uns emigrantes deverão fazer pagamentos e com seu trabalho pagar a sua propriedade, outros serão assentados pelo *Bund* e deverão ficar no seu lote. Esse projeto ainda está sendo analisado, e em breve terei uma definição" (Carta. Leipzig, 8/12/1902. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Porto Alegre. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP). Esse último projeto provavelmente não foi aprovado pelo *Bund*, pois não há mais referências posteriores sobre o assunto.

recebidos no país como *agentes de modernização*, entretanto, desconhecedores das estações agrícolas do lugar de destino, quais os produtos passíveis de serem cultivados, índices de produtividade, tecnologias de plantio e colheita. A obtenção de sementes européias consistia em outro entrave, em razão dos elevados custos de importação, e quando compradas das casas importadoras, seus preços se elevavam mais ainda.

Para a *Estação Experimental*, a *Colonizadora* reservou 100 hectares de terras, na entrada da colônia Neu-Württemberg, disponibilizando uma casa, um galpão, bem como um técnico. O empreendimento foi financiado pelo *Kolonial Wirtschaftliches-Komitee*, de Berlim, através da *Deutsche Kolonialgesellschaft* de Leipzig, que despendeu para isso 30.000 marcos.⁵⁰⁸ A *Estação Experimental* foi oficializada em outubro de 1903, e as suas atividades encerradas, oficialmente, em janeiro de 1906.

Essa duração efêmera esteve vinculada ao responsável técnico, na pessoa do agrônomo Dr. Friedl Martin, contratado por Meyer na Alemanha. Ele assumiu a função em outubro de 1904 e abandonou a colônia em junho de 1905. Segundo os relatos e protestos, assinados por Alfred Bornmüller, pastor Faulhaber e o *Bauernverein*, representando os colonos, ele demonstrou não *saber para lidar com os colonos*, ou seja, sua personalidade era o seu maior problema, além de não ter dinheiro que chegasse para ele, visto que havia gasto todo o capital disponível na construção da casa de moradia e galpão.⁵⁰⁹ Com a sua saída, Meyer contratou outro

⁵⁰⁸ Na Assembléia geral da *Deutsche Kolonialgesellschaft*, ficou decidido que a seção de Leipzig ia instalar uma *Estação Experimental* científico-econômica na colônia Neu-Württemberg, a fundo perdido, para as construções mais necessárias e para a organização da estação, e os trabalhos, por um período de 3 anos, disponibilizando anualmente M 10.000, num total de M 30.000. Após 3 anos, a *Kolonialgesellschaft* não precisaria mais disponibilizar dinheiro para a estação experimental, pois se ela não se auto-sustentasse, Meyer disponibilizaria recursos por conta própria. A resolução foi publicada na *Kolonialzeitung* de 2 de junho de 1904. Da mesma forma, Meyer pretendia enviar uma circular para os principais jornais do Brasil, comunicando o fato (Carta. Leipzig, 4/6/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

⁵⁰⁹ Carta. Leipzig, 13/6/1905. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP. No retorno para a Alemanha, o Dr. Martin entrou com um processo contra Meyer, solicitando uma indenização, alegando que ainda não havia sido ressarcido dos gastos que tivera. Em negociação com ele, ambos entraram em um acordo, em fevereiro de 1906, reduzindo o valor da indenização para 1.000 marcos, encerrando a questão, para evitar maiores conseqüências e uma campanha difamatória contra Meyer (Carta. Leipzig,

técnico, C. F. Merten, orientando Alfred Bornmüller que, desde o princípio, ficasse claro que ele estaria sob as ordens dele, “para que novas disputas por causa de diferenças não se verifiquem”. Ainda, que Bornmüller fosse bem mais enérgico com ele, explicando que a vida na colônia não era tão fácil, e endurecendo os termos do contrato.⁵¹⁰ Mesmo com essas precauções, Merten abandonou os trabalhos após alguns meses.⁵¹¹ Esses transtornos ocorreram justamente poucas semanas antes do *Congresso Colonial*, onde Meyer precisava prestar contas. Ao comunicar a questão à *Deutsche Kolonialgesellschaft*, esta começou a pressionar por relatórios mais detalhados sobre a aplicação dos recursos, gerando uma discussão áspera com Meyer, decidindo este, então, arcar com as despesas da *Estação Experimental* por conta própria,⁵¹² culminando com o seu fechamento – “o fim dessa triste tragicomédia”.⁵¹³

27/1/1906; 15/2/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

⁵¹⁰ Carta. Leipzig, 13/6/1905. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁵¹¹ Meyer foi informado do fato, por telegrama, em 27 de janeiro, da partida de Merten, mostrando-se surpreso com o fato. Lamentava por ele não ter concluído a fermentação do tabaco, pois esse era o objetivo maior dele na colônia (Carta. Leipzig, 27/1/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

⁵¹² Em correspondência a Meyer, a *Deutsche Kolonialgesellschaft*, de Berlim, na pessoa do Sr. Staudinger, questionou sobre aplicação do valor de 30.000 marcos, destinados ao mesmo para a instalação de uma estação experimental. Em resposta (Leipzig, 14/9/1905) Herrmann Meyer rebateu a acusação de que ele não teria aplicado o dinheiro recebido efetivamente na instalação da estação experimental. Pois, pela sua índole, era totalmente contrário a esse tipo de prática, e o diretor da colônia, Bornmüller, estava bem ciente disso também. Na verdade, o questionamento baseava-se no fato de que a estação estava fazendo, em primeiro lugar, experimentos com o cultivo do tabaco. Meyer justificou que no Brasil e na Europa, as fábricas de cigarros queriam tabaco de melhor qualidade, pelo qual pagavam melhores preços, e que o produzido em Neu-Württemberg era de uma qualidade inferior, daí a necessidade de trabalhar em prol de seu melhoramento. Em Neu-Württemberg, “chegou-se a produzir 3.000 arrobas de tabaco, ou seja, 45.000 kg. Os colonos precisam de um produto que garanta a sua sobrevivência e a entrada de capital. Naquele momento, esse produto era o tabaco”. Ao mesmo tempo, a estação experimental continuava testando todos os produtos europeus, mas em menor escala. Para prosseguir esse estudo, havia contratado e enviado para a colônia o Sr. C. F. Merten, que tinha uma prática de 14 anos no estudo e produção de tabaco nos trópicos. Com a saída do administrador da estação, Dr. Martin, em maio, o Sr. Bornmüller, com a ajuda de um jovem imigrante, Wendler, havia administrado a estação de maio até julho. O referido rapaz trabalharia agora como assistente do Sr. Merten. “Agora, todos os investimentos estão correndo por minha conta, e não tenho culpa se o Sr. Martin gastou a maior parte do dinheiro em construções caras, ao invés de aplicar no campo de experimentação”. Em 10 de outubro de 1905, Holleben, em nome da *Deutsche Kolonialgesellschaft*, de Berlim, informava Meyer que uma Comissão interna havia se reunido e, como veredicto, assentiu que o caso havia tomado proporções além das imaginadas, e que estavam apreciando a sua justificativa. No mais, dizia que a comissão tinha o direito de querer saber onde o dinheiro foi aplicado. Em resposta de 16 de outubro, Meyer agradeceu a receptividade. Questionava, porém, o fato da Comissão querer acompanhar o destino do dinheiro, visto que não encontrou isso escrito em nenhum lugar. Que na reunião da diretoria havia se

Paralelo à *Estação Experimental*, Meyer instalou uma *Estação Meteorológica* em Neu-Württemberg, em 1903, e um ponto de observação a partir de 1906, na colônia Xingu. O pastor Faulhaber era o responsável pelas observações meteorológicas e o registro dos dados do barômetro, termômetro e pluviômetro. Essa estação funcionou, regularmente, até pelo menos 1907, depois, não há mais referências. Os dados das observações meteorológicas entre setembro de 1903 e junho de 1906, na colônia Neu-Württemberg, e de janeiro a maio de 1906 da colônia Xingu, constam como anexo ao prospecto de propaganda da empresa de 1906 (MEYER, 1906a: 31). Nesse registro, detalhava as oscilações climáticas das colônias, indicando para meses de verão muito quentes e o inverno frio. No ano de 1905, no mês de maio, registrou-se o maior índice de chuvas anotado pela estação: 408 milímetros, aliás, foi um ano muito chuvoso, ao contrário dos seis primeiros meses de 1906, onde, com exceção de abril e junho, o índice pluviométrico não alcançou os 100 milímetros mensais, havendo, inclusive, uma seca nos meses de janeiro e fevereiro. Essas informações permitem mapear também as colheitas, dependentes diretas das condições climáticas.

Atendendo aos preceitos publicitários de Meyer, todos esses investimentos deveriam ser incluídos na propaganda da *Colonizadora Meyer*, tornados conhecidos pela imprensa em geral, contribuindo, assim, para a valorização dos lotes coloniais.

3.3.2 Vendem-se terras: os anúncios

Após um ano de seu [Alfred Bornmüller] trabalho, a colônia já deve ter mudado muito, e uma viagem para lá hoje não me traria os aborrecimentos

comprometido verbalmente em escrever um relatório dando conta do desenvolvimento da estação, o que, aliás, realizou em maio. Que pela carta que recebeu, ficou claro que não tinham mais como tratar com a Comissão, assim, pedia sua saída da associação, bem como devolvia o capital pecuniário recebido, de 20.000 marcos, e que de agora em diante, a estação seria única e exclusivamente por sua conta. Em 21 de outubro, o cheque de vinte mil marcos foi creditado na conta da *Deutsche Kolonialgesellschaft*, de Berlim, do qual passaram recibo (Cartas. Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também tem cartas para e de Herrmann Meyer misturadas]. Caixa 148, MAHP).

⁵¹³ Carta. Leipzig, 31/7/1930. Herrmann Meyer à “Faulhaber-Stiftung”, Sr. Fr. Krahe, Neu-Württemberg. Pasta 2 - Cartas - Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP.

da outra vez, quando tive que me haver um dia todo com o trapaceiro Dhein e seus comparsas. Tens muito trabalho, e agradar a todos, não dá. A partir de seus relatos, se pensar o que você já iniciou e fez nos últimos meses, e pensar o que por tantos anos não foi feito. Antes, quando recebia uma carta de Horst Hoffmann, sempre a abria com desconfiança, depois do café, para não estragar o apetite. Agora, me alegro cada vez quando recebo suas cartas porque sei que vou ter boas notícias. Sem despesas não se trabalha, isso eu já percebi. Se você ver que as despesas tem uma necessidade real e trazem retorno, e não são inúteis ou mal empregadas, como antes, então estou de acordo. Assim, os colonos também confiam e aumenta o seu número, e também fica conhecido nos outros círculos coloniais que é feito algo por eles aqui. Só peço que esses melhoramentos se tornem conhecidos, seja através da imprensa, ou de outros modos. Agora que a administração saiu de Porto Alegre, e tens pouco contato com a imprensa, é necessário fazer-se lembrado. Nesse sentido, veja o que o Dr. Ahrons poderá fazer, e quando você for a Porto Alegre, não pode deixar de fazer uma visita aos jornais, pois em Porto Alegre temos muitos inimigos. Também quando colonos inteligentes e de confiança viajarem para a zona de colonização antiga, solicite a eles para que façam propaganda em prol da nossa colonização.⁵¹⁴

Fazer-se conhecido e lembrado, manter uma proximidade com a imprensa, saber quando calar e quando contra-atacar, eram algumas das estratégias publicitárias de Herrmann Meyer, e nas quais insistia junto ao administrador da empresa e diretor das colônias, para evitar exposições desnecessárias. Segundo ele, a *boa imagem da Colonizadora* estava em primeiro lugar.

Inicialmente, Herrmann Meyer tinha como preocupação tornar a *Colonizadora Meyer* e as suas colônias, Xingu e Neu-Württemberg, conhecidas na zona de colonização antiga do Rio Grande do Sul, por meio de anúncios em jornais, informando o novo empreendimento e oferecendo o seu produto: um lote de terras. A partir do momento em que considerou que esse objetivo foi alcançado, e também por questões de custos, cortou de seu orçamento despesas com anúncios em jornais. Essa primeira fase estende-se, basicamente, de 1899 até 1904. Mas, com momentos bem marcados: entre 1899 e 1900, predominou a *propaganda oral*, realizada por Carlos Dhein e seus familiares e amigos, além da própria viagem de Herrmann Meyer pela zona de colonização antiga, e por um ou outro anúncio em jornal, mandado publicar por Meyer. Os outros dois momentos foram 1901 e 1904, respectivamente, quando assumiu a direção geral da empresa Horst Hoffmann e Alfred Bornmüller.

⁵¹⁴ Carta. Leipzig, 26/4/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

Com o fim da sociedade entre Herrmann Meyer e Carlos Dhein, e a fundação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, como uma empresa com apenas um titular, Horst Hoffmann tinha como função principal fazer essa transição de forma discreta, contornar os problemas financeiros e legalizar as terras junto ao governo estadual. Ao mesmo tempo, investir em propaganda, dividida em anúncios de venda de terras, publicados em jornais diversos, e artigos informativos sobre as colônias e a *Colonizadora*, assinados por Horst Hoffmann e Herrmann Meyer, publicados principalmente em jornais da capital do estado e na Alemanha.

Os anúncios de venda de terras, em 1901/1903, eram publicados geralmente por dois meses consecutivos, seguindo-se então um breve intervalo, quando eram retomados. Os jornais variavam, mas Horst Hoffmann costumava enviar esse tipo de anúncio, em língua alemã e portuguesa, conforme o caso, para: *Bote von São Lourenço*, colônia São Lourenço; *Deutsche Post*, São Leopoldo; *Kolonie*, Santa Cruz; *O Combatente*, Santa Maria; *O Estado*, Santa Maria, *Cruz Alta*, Cruz Alta.⁵¹⁵ Em março de 1901, foi enviado aos redatores desses jornais, também, um mapa da área de Neu-Württemberg até então medida, para que o expusessem em seus escritórios.⁵¹⁶

No anúncio em si (*Figura 34*), tinha por preocupação inicial localizar geograficamente a colônia Neu-Württemberg, para depois descrever a qualidade de suas terras, as pequenas indústrias já instaladas, o bom estado das estradas, construídas pela própria *Colonizadora*, a recente fundação de uma escola, bem como garantia a legalidade dos títulos de terras em seu poder. Referente aos preços das terras, estes variavam, naquele momento, entre Rs. 600\$000 e Rs. 1:000\$000, dependendo do tamanho do lote e suas características.

⁵¹⁵ Ver nesse sentido Livro Copiativo 1, MAHP.

⁵¹⁶ Horst Hoffmann enviou a mesma missiva para: Arthur Herrnsdorp, em Santa Cruz; Wilhelm Rotermund, em São Leopoldo; Alexander Voss, colônia São Lourenço; à redação do jornal *O Combatente*, em Santa Maria; Olegario Falcão, redator do *Cruz Alta*, em Cruz Alta; *O Estado*, em Santa Maria (Carta. Porto Alegre, 15/3/1901. Horst Hoffmann a diversos. Livro Copiativo 1, Fl. 166ss., MAHP).

VENDA DE TERRAS
Colônia particular Neu-Württemberg
MUNICIPIO DA CRUZ ALTA

Esta colônia acha-se situada entre as cidades da Cruz Alta e Palmeira, distante da primeira destas cidades 6, da segunda 4 e da estação de Porongos 3 horas de viagem. A colônia consiste em quasi toda sua área de matos abertos regados por grande número de vertentes e arroyos que ao Norte desaguam no rio Palmeira e ao Sul no rio Fiosa. Grande número de rios afluentes oferecem, até no tempo de maior secca, bastante força motriz para serem apropriados ao estabelecimento de moinhos de qualquer genero. Apesar desta abundancia de agua e da força motriz produzida por sufficiente declive dos arroyos, o terreno da colônia não é de tal forma dobrada que, em caso de fortes chuvas a camada da terra fértil corra perigo de ser levada pelas aguas das enxedas para os valles. O terreno em quasi toda a sua área apresenta ondulações suaves, sendo em poucos lugares apenas, mais fortemente dobrado.

A colônia já se acha em parte regularmente povoada por colonos allemães das antigas colonias deste Estado, os quaes já estabeleceram uma vendia, uma olaria, e um engenho de moer e serrar madeiras. Uma escola foi recentemente fundada pela Emissão.

Uma boa estrada de rolizem de cerca de 25 metros de largura, recentemente aberta, atravessa a colônia do Sul a Norte, dando communicação com a cidade de Cruz Alta. Os caminhos vicinaes acham-se em parte abertos, devendo o resto abrir-se por conta do proprietario.

Uma sólida ponte construida sobre o rio Fiosa evita toda e qualquer interrupção das communicações com a cidade de Cruz Alta.

O proprietario, Dr. Hermann Meyer, acha-se em poder dos títulos legais da colônia, os quaes serão apresentados aos interessados, caso o desejarem.

As vendas serão realizadas á dinheiro ou a prazo, devendo neste ultimo caso o comprador pagar 10 % do valor no acto da compra e juros de 6 % ao anno pelo resto da quantia estipulada.

O preço de um lote contendo 25 a 30 hectares ou cerca de 50.000 á 60.000 braças quadradas, é de Rs. 600\$000 á Rs. 1.000\$000 conforme o tamanho e a qualidade do lote escolhido.

Os pretendentes encontrarão na colônia um administrador ahí residente, o qual lhes prestará o necessario auxilio na visita ás terras.

Todas as demais informações quer verbaes quer por escripto, poderão ser prestadas pelo proprietario do Hotel Müller na Cruz Alta, pelo pharmaceutico Fischer em Santa Maria e pelo

Dr. Horst Hoffmann
Procurador Geral e Gerente da Empresa de Colonização
DR. HERMANN MEYER
Porto Alegre, Rua Nova 66
Endereço telegraphico: — HORST, PORTO ALEGRE

Figura 34 – Anúncio de Venda de terras, colônia Neu-Württemberg, 1901
 Fonte: *Cruz Alta*, 26/1/1901, Ano VI, n. 4, p. 3

Em 1903, Horst Hoffmann formulou um novo modelo de anúncio para a *Colonizadora*, bem como ampliou a gama de jornais para a publicação do mesmo, por dois meses: *Deutsche Zeitung*, *Koseritz' Deutsche Zeitung*, *Rio Grandenser Vaterland*, de Porto Alegre; *Deutsche Post*, de São Leopoldo; *Kolonie, Fortschritt*, em Santa Cruz; *Progresso*, Cruz Alta; *Alto-Taquary*, de Lajeado; *Bote von São Lourenço*, de São Lourenço. Na sua avaliação, não seria mais necessário anunciar,

pois, agora, todos já conheciam o seu projeto de colonização nas *colônias velhas*, podendo economizar esse dinheiro. Observou, também, que em Lajeado e Teutônia, onde outras empresas particulares tinham seus empreendimentos, verificava-se certa agitação contra a *Colonizadora Meyer*, mas, mesmo assim, o número de colonos provenientes dessa região era significativo.⁵¹⁷

Nos primeiros meses de 1904, foi publicado um pequeno anúncio, informando sobre os locais onde era possível obter informações sobre as colônias de Meyer:

Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. Pormenorizadas e escrupulosas informações sobre as colônias **Neu-Württemberg** e **Xingu** dá, com atenção, em **Rio Grande, Georg Hansen**, Hotel Europa; em **Porto Alegre, Dr. Rudolf Ahrons**, Rua 7 de Setembro nº. 113; em **Cruz Alta, Rudolf Scharf**, Administrador das colônias, e o Procurador-geral **Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg**, Município Cruz Alta⁵¹⁸ (grifo no original).

Os dados concretos sobre a recepção da propaganda na zona colonial, e a adesão a esse projeto, são os próprios colonos. As colônias São Lourenço e Teutônia forneceram as duas primeiras levas de colonos – e não Montenegro, base das relações de Carlos Dhein –, por acaso, duas colônias particulares, com o número de lotes limitados, obrigando a segunda geração de colonos a migrar em busca de terras. Talvez porque já conheciam um modelo de colonização privada, as suas vantagens e as suas limitações, optaram pela colônia Neu-Württemberg como destino preferencial, buscando reconstruir ali a sua Nova São Lourenço ou Nova Teutônia – segundo Jean Roche (1969), esse poderia ser, perfeitamente, o nome da colônia, visto que Teutônia forneceu, entre 1905 e 1935, quase um terço dos colonos. Santa Cruz, a *colônia-modelo* da zona de colonização antiga, segundo Meyer, foi outro ponto de origem de significativo número de colonos, que viram na colônia Neu-Württemberg uma *continuidade* do modelo de colônia que estavam deixando.

⁵¹⁷ Relatório 5-7. De 1º/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 25/04/1903 (cont.). Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904, Caixa 109, MAHP.

⁵¹⁸ O anúncio foi enviado aos jornais já citados, em 12 de dezembro de 1903, para que fosse publicado de 1º de janeiro até 31 de março de 1904 (Anúncio. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

Observando a composição desses grupos migratórios, percebe-se que não eram famílias isoladas que migravam, mas sim, pessoas que tinham alguma ligação entre si – parentesco, compadrio, vizinhança – assim, eram *redes sociais* que se deslocavam (MATOS, BRAGA, 2004). Na colônia de destino, Neu-Württemberg ou Xingu, tentaram reproduzir novamente essa estrutura anterior, estabelecendo-se em uma mesma linha colonial, e, se possível, em lotes contíguos. Devidamente instaladas, essas famílias, por meio da troca de cartas e visitas com os seus parentes e amigos remanescentes, contavam sobre as possibilidades dessa nova zona colonial e insistiam para que viessem a se integrar a esse projeto.⁵¹⁹ Contribuíam, então, voluntariamente para a propaganda da colônia e do projeto de colonização como um todo.

A propaganda de terras foi retomada novamente em 1911, por Hermann Faulhaber, com o objetivo de vender as terras da parte da colônia Neu-Württemberg situadas no 4º distrito de Palmeira,⁵²⁰ com preços bem mais baixos do que aqueles até então praticados, oferecendo descontos para pagamentos no ato da compra. No anúncio (*Figura 35*), ressaltou essencialmente o desenvolvimento material e cultural da colônia, ou seja, as várias indústrias já instaladas, a estrutura escolar, a *biblioteca popular*, a assistência religiosa aos luteranos e católicos, a linha telefônica e a construção da estação de trem Neu-Württemberg.⁵²¹

⁵¹⁹ Resquícios dessa estrutura original ainda são visíveis nas linhas coloniais do município de Panambi hoje, pois em cada qual predomina uma dessas antigas parentelas, e se a investigação parte desse ponto até os dias atuais, facilmente chega-se à conclusão de que ali muitos são parentes entre si.

⁵²⁰ Em 1896, o 4º distrito de Palmeira denominava-se Ramada, onde também ficava sua sede. Com o aumento do povoamento e a formação de uma pequena vila, denominada Sete de Setembro, esta passou a sede do distrito, em 1933, tendo seu nome alterado para vila Liberdade em 1938, e para Condor, em 1944.

⁵²¹ “Colônia Neu-Württemberg. Terra boa de mato, abundante em água, levemente ondulado. Boa rede de estradas, e estamos trabalhando na ampliação da mesma. Próxima estação de trem: em alguns meses provavelmente Estação Neu-Württemberg, três e meia léguas do *Stadtplatz*, Cruz Alta 8, Santa Bárbara 5 léguas. Ligação telefônica com Cruz Alta e Ijuí desde março de 1911, com a nova estação de trem assim que estiver concluída. Comércio e oficinas: 8 casas comerciais, 3 moinhos, 3 serrarias, 3 olarias, 1 cervejaria, 2 alambiques, 3 ferrarias, 1 funileiro, 2 alfaiates, 1 sapateiro, 2 seleiros e curtidores, diversos marceneiros, construtores e carpinteiros. Situação escolar: No *Stadtplatz* há uma grande escola alemã de duas classes com seis anos, além da escola pública. Na linha ao oeste funciona uma escola alemã desde março de 1910, e a linha ao norte uma escola alemã iniciou em abril de 1911. Situação religiosa: Comunidade Evangélica com aproximadamente 140 membros com um pastor. Os católicos são atendidos regularmente por um padre alemão de Cruz Alta. Grande biblioteca popular com mais de 1.200 volumes e muitos jornais. Preço de uma colônia com 25 hectares: conforme a situação, natureza do solo, cobertura florestal e abundância de água

Kolonie Neu-Württemberg.

Guter Waldboden, wasserreich, sanft hügelig.
 Gutes Wegenetz, an dessen Erweiterung stets gearbeitet wird.
 Nächste Bahnstationen: in einigen Monaten voraussichtlich Station "Neu-Württemberg", drei und eine halbe Legua vom Stadtplatze, Cruz Alta 8, Santa Barbara 5 Leguas.
 Telefonverbindung mit Cruz Alta und Ijuhy seit März 1911, mit der neuen Bahnstation sofort nach deren Fertigstellung.
 Handel und Gewerbe: 8 Geschäftshäuser, 3 Mahlmühlen, 3 Schneidemühlen, 3 Ziegeleien, 1 Bierbrauerei, 2 Schnapsbrennereien, 3 Schmiede, 1 Klempner, 2 Schneider, 1 Schuhmacher, 2 Sattler und Gerber, verschiedene Tischler, Stellmacher und Zimmerleute.
 Schulverhältnisse: Auf dem Stadtplatze: grosse zweiklassige deutsche Schule mit 6 Jahresabteilungen, ausserdem brasilianische Regierungsschule. Im Westbezirk: deutsche Schule, eröffnet im März 1910, im Nordbezirk: deutsche Schule, eröffnet im April 1911.
 Kirchliche Verhältnisse: Evangelische Kirchengemeinde von ungefähr 140 Mitgliedern mit eigenem Pfarrer. Katholiken werden von Cruz Alta aus von einem deutschen Pater kirchlich bedient.
 Grosse Volksbibliothek mit über 1200 Bänden und vielen Zeitungen.

Preis der Kolonie von 25 Hektar: je nach Lage, Bodenbeschaffenheit, Waldbestand und Wasserreichtum

650 bis 850 Milreis

(Geringste Anzahlung 100 Milreis.)

Rabatt: Bei Anzahlung von 200\$ 10 % bei Anzahlung von 300\$ 12 % bei Anzahlung von 400\$ 14 % bei Anzahlung von 500\$ 18 % bei Barzahlung 20 %.

Demnach kostet bei Barzahlung eine Kolonie im Preise von 650 Milreis nur 520 Milreis, eine im Preise von 850 Milreis nur 680 Milreis.

Einwanderershaus zu kostenlosen Aufnahme von Einwanderern.
 Nähere Auskunft durch das

Kolonisations-Unternehmen
Dr. Herrmann Meyer.
 Kolonie Neu-Württemberg, Munizip Cruz Alta.

Figura 35 – Anúncio de venda de terras, Colônia Neu-Württemberg, 1911
 Fonte: *Cruz Alta*, 12/5/1911, N. 1, p. 3; *Neue Deutsche Zeitung*, 13/6/1911

E, mais uma vez, para tornar público o início da venda das terras na colônia Fortaleza/Erval Seco, iniciada efetivamente a partir de 1927, quando as medições estavam sendo concluídas (*Figura 36*). Em momentos de vendas muito estagnadas,

650 até 850 mil-réis. Menor valor de entrada 100 mil-réis. Desconto: no pagamento de uma entrada de 200\$ 10%, no pagamento de 300\$ 12%, no pagamento de 400\$ 14%, no pagamento de 500\$ 18%, no pagamento à vista, 20%. Dependendo, uma colônia custa se pago o valor integral, com o preço de 650 mil-réis só 520 mil-réis; uma com o preço de 850 mil-réis só 680 mil-réis. Casa do Imigrante sem custos, para abrigar os imigrantes. Maiores informações com a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, colônia Neu-Württemberg, município de Cruz Alta”.

a *Colonizadora* recorreu, novamente, à tática da propaganda de colono para colono, envio de correspondências aos parentes e amigos, panfletos, etc. Já em um contexto diferenciado, quando a colonização estava cruzando o rio Uruguai e se dirigindo para as colônias catarinenses, a *Colonizadora* apelava aos colonos para que, antes de tomarem essa decisão, conhecessem primeiro a colônia Fortaleza, com um solo muito fértil e com florestas fechadas, ricas em madeiras. As estradas, um moinho e serraria, estavam em construção. Até aquele momento, haviam sido vendidos 70 terrenos urbanos e 20 chácaras. Um lote colonial custava, então, entre Rs. 3:000\$000 e Rs. 3:500\$000.

Suchen Sie Land?

Run, dann sehen Sie sich, bevor Sie über die Grenze unseres Staates wer weiß wohin gehen, zuerst einmal unsere Ländereien in der Kolonie (1927)

Fortaleza

an. — Die Kolonie liegt nördlich von Palmeira in 7 km Entfernung von der nach dem Badeort Mel führenden Hauptstraße zwischen den Flüssen Fortaleza und Guarita. Sie hat nur besten, schwarzen Boden und schweren Weißwald mit ausgezeichnetem Nutholzbestand. Die Vermessung ist fast fertig, die Wege, eine Schne.de- und Mahlmühle sind im Bau. Die Vermessung der Stadtplätze wird erst vor ca. zwei Monaten beendigt. 70 Stadtplätze und 20 Chacaras haben wir bereits verkauft.

Die Kolonie hat Autoverkehr von Neu-Württemberg über Palmeira.

Preis einer Kolonie
zu 25 ha Rs. 3:000\$000 bis 3:500\$000.

Auch in Neu-Württemberg stehen noch eine Reihe Kolonien und Stadtplätze zum Verkauf.

Kolonisations-Unternehmen
Dr. Hermann Meyer, Neu-Württemberg.

Figura 36 – Anúncio de venda de terras, colônia Fortaleza, 1927
Fonte: *Die Serra-Post*, 20/5/1927

Já em 1937, um lote colonial, na mesma colônia, custava apenas Rs. 2:662\$000, o que representa uma queda nos preços das terras na ordem de 12% a 24%, se comparados aos preços de 1927 (*Figura 37*). Esse valor poderia baixar para

Rs. 2:529\$000, caso o comprador adquirisse 5 lotes coloniais. Ressaltava, também, as condições dessa colônia: localizada próxima à colônia Três Passos, e povoada basicamente por colonos de Neu-Württemberg e das colônias velhas. Quanto à estrutura, já contava então com uma ponte sobre o rio Fortaleza, escola, assistência religiosa, médico, parteira, serraria e moinho, comerciantes e outros ofícios.

Rs. 2:662.000

kostet jetzt, um zu räumen

ein vermessenenes Kolonielos

zu 10 alqueiras mit schwarzem Boden, vollem Laubwald, gutem Wasser und Strassenanschluss in unserer TRES PASSOS benachbarten Kolonie

HERVAL SECCO

bei Abnahme von 5 Kolonien sogar nur **Rs. 2:529.000**

Vergleichen Sie diese Preise mit denen anderer Landverkäufer.

KEIN ZWEITES MAL bietet sich ein so GÜNTIGES LANDGESCHÄFT.

Nach Auszahlung gehen wir sofort Landpapiere

HERVAL SECCO liegt in unserm Staat ca. 35 km. östlich von TRES PASSOS. Es hat guten Absatz und Durchgangsverkehr, grosse Brücken über den Fortaleza, also keinen teuren und zeitraubenden Barkenverkehr.

HERVAL SECCO besitzt SCHUL- und KIRCHENDIENST, ARZT, HERAMME, SCHNEIDE- und MAHLMÜHLEN, VENDISTEN und HANDWERKER.

HERVAL SECCO ist bewohnt von Kolonisten aus Neu-Württemberg und den alten Kolonien.

Neu-Württemberg, 1. Januar 1937.

KOLONISATIONSENTERNEHMEN
Dr. Herrmann Meyer
NEU-WÜRTTEMBERG

Figura 37 – Venda de terras na colônia Erval Seco, *Colonizadora Meyer*, 1937
Fonte: Panfleto. Anexo ao Balanço da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, 1937. Caixa 39, MAHP.

Na década de 1920, iniciava também a colonização particular da *Fazenda da Cilada*, denominada *Colonização Cash*, de propriedade de Alejandro Cash, e tendo como seu representante, Minoly Gomes de Amorim, localizada em Palmeira, adjacente às terras de Neu-Württemberg. Trata-se das terras que Hermann

Faulhaber tentou comprar por várias vezes, mas devido às suas extensões, predominância de terras de campo e condições de venda, não chegaram a um acordo. Mas a sua localização, incrustada às terras de Neu-Württemberg, favoreceu o uso de seu nome como cartão-de-visita para a mesma.

Em 1926, o jornal *O Commercio* (22/5/1926, n. 810, ano VII, p. 3) informava que Alejandro Cash, “proprietário de grandes extensões de terras nas Repúblicas do Prata e proprietário também da *Fazenda da Cilada*, no município de Palmeira, pretende colonizar esta fazenda”,⁵²² nomeando como seu representante Minoly Gomes de Amorim, o qual, nos próximos dias, daria início aos trabalhos de medição. Segundo a opinião do jornal, a “*Fazenda da Cilada* será colonizada rapidamente, havendo já grande número de pretendentes”. O preço de um lote colonial de 25 hectares ficaria em torno de Rs. 8:000\$000 – metade do preço de um lote de segunda mão na colônia Neu-Württemberg, sem benfeitorias.

A *Colonização Cash* se pretendia – e assim foi vista – como uma extensão da colônia Neu-Württemberg, reforçando esses laços ao anunciar a venda de seus 100 lotes coloniais (*Figura 38*). Confirmou, então, as previsões de Carlos Dhein e Hermann Faulhaber: ao deixar de comprar essas terras adjacentes, outro compraria e iria colonizá-las, valendo-se da estrutura construída pela *Colonizadora Meyer* e de seu renome. Ainda, naquele momento, prejudicou a venda de terras da colônia

⁵²² A *Fazenda da Cilada* tinha uma área total de 8.851 hectares, e foi legitimada por João Ferreira Amado, sendo dividida posteriormente entre os seus herdeiros – Belizário, Jeremias, Domingos e Terezio – e vendido uma parte a terceiros, fragmentando-se. Mas as informações sobre essa posse são desconhecidas, merecendo ainda um estudo mais aprofundado, que não é objetivo da Tese. Nas descrições mais antigas da região de Palmeira, inclusive no relato de viagem de Meyer (1899), há referências a uma posse de terras de “castelhanos”, mas nunca haviam vindo conhecer essa área. Pelos indícios, trata-se, então, dessa fazenda, que teria sido comprada por volta de 1840. Segundo dados apresentados por Evaristo Casto (1887), Velloso da Silveira (1979) e Aristides Gomes (1966), entre os grandes estancieiros da região de Cruz Alta e Palmeira, havia castelhanos, franceses, ingleses, portugueses, todos atraídos pela possibilidade de se apossar de grandes extensões de terras. Provavelmente, Cash foi um desses, e somente quando ele faleceu, seu filho, Alejandro Cash teria vindo para legalizar a documentação e dar os encaminhamentos para iniciar a venda das terras, isso já na década de 1920. Uma parte da área foi comprada por César Fripp, que acompanhando a colonização de Cash, loteou a sua propriedade, formando a colônia *Emília*, com área aproximada de 2.157 hectares. Tanto a colônia Cash quanto a colônia Emília apresentavam uma estrutura semelhante à colônia Neu-Württemberg, com lotes coloniais, chácaras e uma pequena sede urbana – na colônia Emília, havia ainda várias invernadas. Como diferencial, nota-se lotes de tamanhos variados e formatos irregulares. As colônias Cash e Emília ainda aguardam um estudo – Bruno Wehrmann (2004), em sua pesquisa sobre Condor apresenta alguns dados, que não se sustentam no próprio estudo, e diferem das informações apresentadas pelos autores acima citados e informadas por outras fontes.

Fortaleza, pois ganhou considerável parcela do excedente populacional da colônia Neu-Württemberg. Só depois de esgotada essa possibilidade, e mais como uma possibilidade de investimento devido ao baixo preço de um lote colonial, esse fluxo migratório foi direcionado para Fortaleza.



Figura 38 – Anúncio de venda de terras, *Colonização Cash*, 1927
 Fonte: *Die Serra-Post*, 8/2/1927

Portanto, os anúncios de venda de terras da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* foram discretos e informativos, dentro de seu objetivo de divulgar esse empreendimento de colonização. Simultaneamente, e talvez com maior repercussão, acionou os mecanismos da propaganda no dia-a-dia dos colonos, realizada na venda da esquina, na estação de trem, na carta a um parente ou conhecido, no envio de um postal, assim, a própria situação dos colonos e os seus relatos atestavam as qualidades e vantagens ali encontradas, sem incorrer em custos para ao agentes da colonização. Nessa ótica, falando a mesma linguagem dos seus consumidores, a empresa conseguia contagiar um público mais amplo e diversificado, visto que no Rio Grande do Sul bastava anunciar a venda de terras nos jornais, e fornecer algumas coordenadas de localização. Já os emigrantes

européus necessitavam de mais subsídios, fornecidos pelos prospectos de propaganda da empresa, de autoria do próprio Meyer.

3.3.3 Lotes coloniais para compradores com dinheiro

Em 1º de dezembro de 1900, foram assinados os primeiros 39 contratos de compra e venda de lotes coloniais da colônia Neu-Württemberg, entre Herrmann Meyer, como vendedor, pessoalmente presente na ocasião, e os colonos, como compradores. Até então, essas famílias moravam em seus lotes, como potenciais compradores, mas sem compromissos legais assumidos, o que tornava a sua permanência instável.

Formular um modelo de contrato, estabelecer as suas cláusulas, respeitando as leis brasileiras e os interesses da *Colonizadora Meyer*, demandou mais tempo do que o previsto. Pelo modelo, era um contrato particular, bilíngüe – português e alemão –, e assinado em duas vias. A empresa garantia ao colono a obtenção de seu lote colonial, desde que ele cumprisse com as cláusulas contratuais. Após quitar a última parcela e não apresentar outra pendência qualquer, o contrato particular com a *Colonizadora* era encerrado, e o colono receberia a escritura definitiva do lote, de acordo com as leis brasileiras. Na primeira versão, a falha mais grave era a ausência de um dispositivo legal que permitisse à *Colonizadora* reclamar o cumprimento do mesmo judicialmente, pois pela sua redação, era um contrato pessoal entre o “proprietário da colônia Neu-Württemberg (Xingu) Dr. Herrmann Meyer e o colono...”. Na segunda versão, em 1908, esse item foi acertado e substituído por: “contrato entre a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e o Sr....”. Além disso, foi incluído, na cláusula 2, a exigência de um valor a ser pago como sinal, o qual não seria restituído caso o colono devolvesse o lote. A estrutura, do contrato se dividia em *obrigações pessoais, obrigações reais e condições eventuais*. O mesmo modelo de contrato era usado para todo o complexo colonial. Em 1913, entrou em vigor um novo modelo de contrato, abrindo espaço para o

registro da data e valores dos pagamentos a serem efetuados e dos prazos para o estabelecimento no lote colonial/terreno urbano.

No prospecto *Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)*, de 1901, Herrmann Meyer, ao explicar a sistemática de venda dos lotes coloniais, chamou atenção para as condições de pagamento, mais acessíveis nas suas colônias do que nas demais. De praxe, em todo o Rio Grande do Sul, os colonos pagavam uma entrada e o restante do valor total do lote em cinco anos, com 6% de juro. Em sua colônia, ele havia estabelecido 6% de juro e seis anos para o pagamento, devendo o colono no ato da compra pagar apenas 10% do valor total. Oferecia outras facilidades também para quem quisesse comprar duas, três, quatro ou mais colônias (pagando em todos os casos 10% do valor total de cada uma) ou assegurar um lote para o seu filho pelo mesmo preço do lote adquirido. Era permitido também um homem solteiro reservar um lote, mediante o pagamento de 30% do valor total, enquanto se empregava em alguma atividade para ganhar mais dinheiro. Com essas precauções, tentava impedir a especulação e garantir o desenvolvimento uniforme da colônia. Pelo contrato (Parte I, cláusula 3), o comprador ou seu representante se comprometia a estabelecer domicílio no lote adquirido e dar início ao cultivo, de modo a desenvolver as suas terras, dentro do prazo de 3 meses, do contrário, perderia o direito de propriedade e as benfeitorias. Nos terrenos urbanos, nos mesmos termos, o comprador deveria erguer a sua casa. Evidente que havia exceções, pois nos casos em que o indivíduo comprava mais de um lote ou terreno, deveria ocupar pelo menos um. Nos casos em que o comprador quitava o valor integral do lote, e recebia a escritura, o contrato particular era anulado, prevalecendo o regimento interno da colônia, que em linhas gerais, reproduzia a mesma orientação.

Para a *Colonizadora*, não interessava naquele momento só vender lotes coloniais, mas, principalmente, povoar esses lotes, propósito primeiro da colonização, dentro do modelo de pequena propriedade agrícola familiar. Assim, o número de lotes vendidos e famílias estabelecidas deveriam ser proporcionais. Para garantir esse modelo, Meyer sugeriu, em 1902, a adoção de dois preços para os lotes na colônia, justificando:

a venda deve ser ordenada, a ponto de não permitir que um mesmo colono compre uma série de colônias juntas, pois, assim, não trabalhará direito essas terras, o que vai contra o princípio da própria colonização. Isso é algo que se encontra muito na antiga zona colonial. Assim, devemos pôr preços mais altos nos lotes reservados, e naqueles onde já esteve alguém estabelecido e há uma casa desocupada.⁵²³

Esse ideal de colonização prevaleceu nas colônias Neu-Württemberg e Xingu, em menor escala na parte Neu-Württemberg/Palmeira. Já em relação às posses Boi Preto e Castilhos, cujos lotes foram vendidos na década de 1910 e início de 1920, e à colônia Erval Seco, onde as vendas de lotes iniciaram na década de 1920, prolongando-se até a década de 1960, o interesse central era a venda de terra, sem assumir ali os mesmos compromissos assumidos na colônia Neu-Württemberg. A composição étnica desses complexos também era indiferente para a empresa, o que justifica a elevada presença de luso-brasileiros e italianos, e a concentração de terras.

O projeto de colonização como um todo, e a venda de terras, em particular, não podem ser analisados de forma linear, como um todo homogêneo e coerente. Ao reduzir o foco para a sua operacionalidade e o discurso interno entre o proprietário e o seu administrador, nota-se as fissuras, a incoerência entre discurso e prática, e os ajustes realizados no decorrer da colonização, decorrentes do contexto micro e macro-histórico.

Herrmann Meyer, antes de tudo, era um capitalista. Ao aplicar seu capital no mercado, no caso, em terras, tinha a expectativa de um retorno lucrativo, garantido por prazos rígidos e clientes padrões. Seguindo o mesmo raciocínio, imaginava os colonos e emigrantes também como empreendedores, pois com o dinheiro empatado em um único lote de terras na zona de colonização antiga, poderiam comprar vários lotes na nova zona colonial, razão da migração da maioria; em condições de câmbio favorável, o *Marco* valia bem mais do que o *Mil-réis*, sendo assim, o pouco capital do emigrante se multiplicava no Brasil.

Porém, contrariando essas previsões, os primeiros compradores de lotes coloniais nas colônias particulares de Meyer não tinham, sequer, dinheiro para pagar um valor de entrada, fato confirmado nos 39 contratos assinados em 1900.

⁵²³ Carta. Leipzig, 8-10/1/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

Avaliando o trabalho realizado por Horst Hoffmann nos primeiros meses de 1901, Meyer afirmou que a situação da *Colonizadora* só melhoraria quando a colonização engrenasse efetivamente, garantindo então a rentabilidade de toda a empresa. Enquanto os preços se mantivessem baixos, o fluxo de imigrantes também aumentaria. Autorizava a venda de “complexos territoriais maiores, desde que os compradores tenham dinheiro para pagar, e não peçam adiantamentos”.⁵²⁴ Já no mês de outubro do mesmo ano, após receber o relatório de Hoffmann, respondeu em sua carta privada: “é com grande alegria que percebo que a *Empresa* está melhorando agora, e com a sua dedicação, vai conseguir transpor os obstáculos [über den Berg zu kommen scheinen]. O progresso da colonização é satisfatório, uma vez que agora também vem pessoas que têm dinheiro, e que até efetivam pagamento [do lote]”.⁵²⁵ Autonomia financeira, esse era o plano para o futuro próximo da *Colonizadora Meyer* e das colônias, pois seu projeto não era filantrópico, e sim, um empreendimento capitalista, cuja venda de seu produto deveria render dividendos.

Eu não tenho recursos financeiros para fazer um projeto caritativo. Acredito que os 153 contos [refere-se ao balanço negativo de Dhein] não foram totalmente perdidos, e ainda é possível esperar até um rendimento deles a longo prazo, através do aumento da colônia e a redução dos gastos com infra-estrutura e auxílio aos colonos. Na questão da assistência aos colonos, não quero mudar, pois é justamente esse fator que leva os colonos para Neu-Württemberg.⁵²⁶

Desse ponto de vista, *auxiliar* os colonos, no sentido de facilitar a compra do lote colonial e oferecer um espaço com uma infra-estrutura privilegiada, não tinha o mesmo significado que *filantropia*, no sentido de *dar de graça*. Em 1904, quando Meyer deixou de fornecer gratuitamente os remédios para a farmácia de primeiros socorros da *Colonizadora*, reafirmou seus princípios, pois “está na hora de acostumar os colonos que cada trabalho também requer uma contrapartida. Agora vou cobrar pelos medicamentos, óbvio que um preço mais baixo do que se

⁵²⁴ Carta. Leipzig, 29/9/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

⁵²⁵ Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

⁵²⁶ Carta. Leipzig, 4/6/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

comprassem em Cruz Alta, apenas para cobrir as minhas despesas”.⁵²⁷ Relativo ao reembolso do capital despendido, orientava Bornmüller para

pressionar o pagamento das parcelas da dívida dos lotes, pois a Hansa só dá dois anos para iniciar esses pagamentos, pelo menos aqueles que têm condições para tal. Mas deve tornar pública a necessidade de fazer os referidos pagamentos e as conseqüências da falta de pagamento. As colheitas nos últimos dois anos foram boas, e deve ser possível ao colono que trabalha manter o seu pagamento, a não ser em casos excepcionais, que pode conferir.⁵²⁸

Fazer cumprir os termos do contrato era essencial para manter a ordem interna na colônia, pois havia certo temor, aumentado com as safras frustradas, ou de uma recusa formal dos colonos de não pagar o seu lote colonial – especialmente no início, sabendo que o contrato de compra e venda não poderia ser cobrado judicialmente –; ou uma debandada geral dos colonos já instalados, desmoralizando a empresa. Fatalmente, qualquer desses casos, representaria a falência do empreendimento de colonização.

A *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* era uma empresa capitalista, de capital privado e limitado, e assim buscava compradores para os seus lotes também com capital. No prospecto da empresa, de 1901, o colonizador lembrou que “infelizmente, no começo, eu tive de conceder aos primeiros colonos um adiantamento de capital, mas muitos foram embora, levando o dinheiro. Agora, o colono não pode e nem deve esperar por qualquer adiantamento por parte da *Colonizadora*”. Salientava que todo o seu capital de circulação era investido na colônia, providenciando “para que os colonos progridam material e moralmente”, mas por sua própria conta. Fornecer dinheiro adiantado aos colonos era um negócio de alto risco para a empresa, caso esses créditos não fossem novamente ressarcidos. “É preciso reconhecer, então, que a minha *Empresa* não se esforça para obter um grande ganho e evadir-se, mas sim, se empenha na criação sólida dessa sociedade colonial. Só assim, uma colonização privada pode progredir, se ela não se apóia sobre recursos ilimitados”. A *Colonizadora* propunha-se a auxiliar as “pessoas com poucos recursos, que em sua *Heimat* não têm uma existência segura,

⁵²⁷ Carta. Leipzig, 6/8/1904. Herrmann Meyer a Pastor Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

⁵²⁸ Carta. Leipzig, 4/6/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

estendendo a mão, para que em sua própria propriedade, pelo trabalho de suas próprias mãos, obterem para si o seu lugar, sem precisar se endividar” (MEYER, 1901: 16-17).

Ciente dessas condições, o emigrante ou colono, antes de se decidir por esse destino, deveria lembrar que “as compras para a organização da colônia, a viagem, primeiro de trem, depois com a carreta e os mantimentos até a primeira colheita custam tudo dinheiro”, e deveriam ser orçados. Para evitar problemas futuros, em 1901, o emigrante deveria ter em mãos pelo menos 2.500 marcos, o que equivalia a Rs. 2:500\$000. “Quem tem isso em mãos, já pode conduzir seu caminho para Neu-Württemberg, ali ele com certeza virá a ter um futuro seguro” (MEYER, 1901: 17).

Segundo Meyer (1901), o preço de um lote colonial, praticado pela sua empresa era condizente com a realidade, fato provado pelo elevado afluxo de *colonos velhos*, conhecedores do mercado de terras do estado. Em 1901, o preço médio de um lote na colônia Neu-Württemberg aumentou de Rs. 800\$000 para Rs. 1:000\$0000. Em 1905, Meyer sugeriu novo reajuste, passando para Rs. 2:000\$000. Já na colônia Xingu, um lote custava Rs. 600\$000, e, em 1929, Rs. 2:700\$000.⁵²⁹

A política interna da *Colonizadora* foi, então, manter os preços mais baixos, mas reduzir cada vez mais os prazos para o pagamento do lote colonial. Em 1906, antes da reimpressão do seu prospecto de propaganda, Meyer informou a Alfred Bornmüller sobre as suas decisões: a sugestão de 8 anos como prazo limite para o pagamento do lote, era um período muito longo, então, dentre as opções, escolheu 7 anos, o que estava no prospecto – o prazo anterior era de 6 anos. A primeira metade deveria ser paga após 4 anos e o restante após os outros 3 anos. “Se um colono trabalhador, após os 4 anos, não puder realizar o pagamento, ainda dá para fazer uma exceção, mas de início, jogar o pagamento para um prazo mais longo, não dá”. Essas negociações poderiam ocorrer em casos excepcionais, como os contratos assinados em 1900, com vencimento em 1906, mas a última safra frustrada, “que prejudicou muito os velhos colonos, concedo então um prazo de 8 anos – após 5

⁵²⁹ Carta. Neu-Württemberg, 16/8/1929. Eduard Hempe a Hermann Krapf. Pasta 7 – Cartas Germano Krapf à Empresa de Colonização – vice-versa. Caixa 45, MAHP.

anos e 3 anos – para aqueles que se estabeleceram até 31 de dezembro de 1903. Para o restante, deverão ser assinados os contratos de 7 anos, sem exceção”. Efetivamente, um considerável número de contratos apresenta uma observação manuscrita, acrescida por Bornmüller, informando sobre a prorrogação do mesmo.⁵³⁰ Nas duas décadas seguintes, os prazos foram estabelecidos diretamente por Hermann Faulhaber, variando entre 1 a 2 anos, dependendo do caso, contados a partir da data da assinatura do contrato, definindo então a data final do vencimento – antes, a referência era apenas o ano do vencimento. No final da década de 1920 e nas décadas seguintes, interessava só o pagamento à vista, e em casos de compras a prazo, estes geralmente eram de 6 meses, e no máximo, 2 anos.

A tendência natural do preço do lote colonial seguir uma linha crescente, acompanhando o desenvolvimento da colônia, foi frustrada, em parte, pela concorrência. A *Colonizadora Meyer* se definia como uma empresa de pequeno porte, proprietária de um complexo colonial extremamente reduzido, se comparada com as grandes colônias da região, de natureza pública e privada, como a *Bauernverein*, a colônia municipal de Santo Ângelo, a própria colônia Ijuí, que tinham condições de oferecer lotes por preços mais competitivos.⁵³¹ Aliás, pelo anúncio da *Colonizadora Meyer*, publicado em 1911, nota-se, inclusive, uma deflação no preço do lote colonial, então entre Rs. 650\$000 e 850\$000. Na colônia Fortaleza/Erval Seco, nas mesmas condições, em 1922 era possível comprar um lote colonial por Rs. Rs. 1:500\$000, e em caso de pagamento a vista, havia um abatimento de 10% do valor total, reduzindo para Rs. 1:350\$00. A mudança principal estava na forma de pagamento: o sinal de compra deveria ser pelo menos a metade do preço, e o

⁵³⁰ Carta. Leipzig, 31/5/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁵³¹ Exemplificando, na colônia municipal Santo Ângelo das Missões, cada colono podia comprar uma ou mais colônias, sendo o preço à vista da colônia de Rs. 250\$000, e a prazo de Rs. 300\$000, não sendo cobrados juros, e o pagamento ser realizado, inclusive, com produtos. “Nenhuma outra colônia oferecia preços semelhantes. Esse preço equivalia à metade do preço de um lote em Serro Azul, e um terço ou um quarto do preço de um lote em Neu-Württemberg, General Osório, Alto Jacuí e outras Companhias de Colonização” (Carta. Santo Ângelo, 1/5/1904. Bráulio Oliveira, Intendente Municipal. Pasta 1 – Cartas Otto Arnold, Diversos ao Diretor. Caixa 47, MAHP). Na colônia alemã de *Dona Ernestina*, o preço de um lote colonial era de 1.600 Marcos, equivalente a cerca de Rs. 850\$000 (Carta. Passo Fundo, 5/7/1904. João Issler à *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Otto Arnold, Diversos ao Diretor, Caixa 47, MAHP).

restante do valor, no prazo máximo de 18 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, com 7% de juros ao ano.⁵³²

Um artigo publicado na imprensa de Júlio de Castilhos, em 1911, e republicado em Cruz Alta, cobrava a colonização da *posse* Castilhos, demonstrando haver interesse em tal iniciativa, e os benefícios que tal empreendimento iria trazer ao município como um todo.

A empresa proprietária desta florescente colônia do nosso município, possui em Julio de Castilhos excelentes terras de cultura.

Tratando de ditas terras, o nosso simpático colega *O Popular*, daquela vila, publicou a local abaixo que, estamos certos, será tomada em consideração por parte de mencionada empresa, que tem a felicidade de contar à frente de seus negócios, o nosso inteligente e infatigável amigo Hermann Faulhaber.

Eis a local:

“Terras incultas – A importante *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, proprietária da florescente colônia *Neu-Württemberg*, do município da Cruz Alta, possui no 5º distrito deste município, uma gleba de terras, com a área superficial de 1.882 hectares.

Tais terras são, segundo informa-nos pessoa competente, de muito boa qualidade, as quais, entretanto, ali estão incultas, nenhum rendimento dando à *Empresa*.

Divididas em lotes, facilmente seriam estes vendidos, pois já escasseiam naquele distrito terras apropriadas à agricultura.

Prestando um real serviço a este município, que teria assim sua colonização grandemente ampliada, ao mesmo tempo em que tirando para si incontestável proveito, pelo desembaraço de um bom capital que jaz improdutivo, há muito tempo, parece-nos devia a citada *Empresa* mandar dividir em lotes as terras aludidas e oferece-las à venda.

Acreditamos aceitável o nosso desprezioso alvitre, e o submetemos, por isso mesmo, ao estudo do operoso sr. Dr. Herrmann Meyer” (*Cruz Alta*, 14/9/1911, capa)

Na posse ou colônia Castilhos, localizada no 8º distrito de Júlio de Castilhos, a demarcação e divisão das terras foi concluída em janeiro de 1921, quando iniciou a venda dos lotes, a cargo de Moyses Prevedello, escrivão distrital, que recebia uma porcentagem sobre cada venda concretizada. O preço de um lote colonial variava de 90 a 125 réis por hectare ou Rs. 2:250\$000 a Rs. 3:125\$000 por cada lote de 25ha (10 alqueires). O sinal de compra deveria ser de pelo menos Rs. 1:000\$000, e o

⁵³² Orientações de Hermann Faulhaber. Neu-Württemberg, 19/2/1922. Livro Copiativo 27, Fl. 429, MAHP.

restante no mais tardar até 31 de maio de 1922, com juros de 7% ao ano. Para pagamentos antes do vencimento, havia desconto.⁵³³

Como decorrência da topografia das colônias, um preço único para os lotes coloniais era inviável, pois prejudicaria tanto a colônia quanto os colonos. O terreno, levemente acidentado, em algumas linhas coloniais, mas *muito dobrado*, na definição de Ahrons, em outras linhas, lotes com solo pedregoso; áreas inundáveis; ou lotes com recursos hídricos valorizados, como quedas d'água; a irregularidade da área superficial do lote, ora ultrapassando os 25 hectares, por incorporar sobras de terreno, ora, ficando bem abaixo dos 25 hectares; levou a *Colonizadora* a definir o preço do lote colonial de acordo com as características do terreno, sua localização e área. Por isso, lotes em terrenos mais acidentados, solo pedregoso ou com menor cobertura vegetal custavam menos do que aqueles localizados em áreas mais privilegiadas.

O comprador escolhia o seu lote colonial, mas essa liberdade de escolha era limitada pela oferta, e pelas combinações internas da empresa. A estratégia adotada, normalmente, consistia em primeiro vender os lotes mais acidentados, ou aqueles localizados no fundo da linha colonial, e, mais tarde, os lotes nas margens das estradas principais e melhor localizados. Outro trato implícito estava em sempre *fechar* uma linha colonial, antes de direcionar a venda de lotes para outra linha. Esse esquema, além de permitir a valorização das terras, contribuía para organizar os colonos próximos uns dos outros.

Relativo ao formato e ao número de lotes das linhas coloniais, eram muito irregulares, não seguindo uma regra (*Quadro 8*). Na colônia Neu-Württemberg, geralmente a linha assumia os mesmos contornos da área indivisa, assim, cada nova compra de terras formava uma linha colonial. Predominaram, então, as linhas com reduzido número de lotes coloniais. Nos demais casos, como era uma área contínua, optou-se por uma divisão conforme as condições do terreno, variando assim o número de lotes por linha.

⁵³³ Orientações de Hermann Faulhaber. Neu-Württemberg, 12/1/1921. Livro Copiativo 27, Fl. 272-273, MAHP.

Colônia	Linha	Nº de lotes
<u>Neu-Württemberg</u> <u>Cruz Alta</u>	Leipzig	55
	Stuttgart	33
	Rio Grande	8
	Berlim	32
	Italiana	24
	Serrana	11
	Brazil	43
	7 de Setembro	21
	15 de Novembro	21
	Magdalena	43
	Malheiros	13
	Rincão	95
	Cordeiro	17
	Palmeira sul	11
	Fagundes	22
	Fiúza	16
	Fiúza II	14
	München I	12
	München II	25
	Schwaben	33
	Hindenburg	54
	Caxambu	23
	Hunsrück	15
Rheinland	31	
Inhame	15	
Stadtplatz Elsenau	3	
<u>Neu-Württemberg</u> <u>Município Palmeira</u>	Divisa	9
	Herrmann	16
	Zeppelin	36
	Palmeira	11
	Raiz	14
	Alfred	19
	Clara	15
	Pinhal	7
	Siegfried	13
	Roland	9

	Weddigen	36
	Emden	12
	Ramada I	19
	Ramada II	28
<u>Xingu</u>	Dr. Meyer	43
<u>Município Palmeira</u>	Nonohay	27
	Palmeira	14
<u>Colônia Fortaleza/Erval Seco</u>	Barra	37
<u>Município Palmeira</u>	Caçador	29
	Capivara	36
	Cannas	41
	Fortaleza	41
	Guarita	51
	Italiana	58
	Palmeira	19
	Vitor	15
	3 de Maio	55
	Chácaras/ Sede Erval Seco	68
	Lotes urbanos/ Sede Erval Seco	31 quadras
	Chácaras/ Sede Italiana	15
	Lotes urbanos/ Sede Italiana	10 quadras
<u>Posse/Colônia Castilhos</u>	Felisberta	80
<u>Município Júlio de Castilhos</u>		
<u>Posse Boi Preto</u>	Boi Preto	40
<u>Município Palmeira</u>		

Quadro 8 – Lotes por colônia e linha colonial
Fonte: A autora (2008).

Em todo o complexo colonial, a colônia Neu-Württemberg foi a mais extensa, com aproximadamente 921 lotes coloniais, destes, 677 ao sul do rio Palmeira, e 244 ao norte. Dentre as linhas coloniais, a linha Rincão foi uma exceção, contando com 95 lotes, enquanto as demais eram menores. Uma parcela dos lotes da linha Berlim foi subdividida, transformados em chácaras, e outra transformada em área urbana. Inicialmente havia 10 chácaras de 5 hectares cada, mas, posteriormente, foram subdivididas novamente, passando a 1 hectare cada. Uma área da linha Hindenburg

foi dividida em terrenos, formando a pequena sede Sanga do Meio. Na linha Rheinland, havia a presença significativa de luso-brasileiros – por exemplo, nessa relação, 12 lotes pertenciam a luso-brasileiros, além de 5 não vendidos, do total de 31, isso representa 38,7% e, se descontar os não-vendidos, 46,15%. A área destinada para o *Stadtplatz* perfazia cerca de 3 colônias, sendo incluídas depois ainda parte das 4 colônias destinadas para a estação experimental, totalizando cerca de 625 terrenos urbanos.

Chama atenção o elevado número de chácaras na colônia Fortaleza/Erval Seco, sinalizando para uma demanda considerável por tal modelo de propriedade. Boi Preto, por sua vez, não chegou a formar uma linha, enquanto Castilhos permaneceu como uma única linha, e a distribuição dos lotes de modo totalmente irregular. Já a colônia Xingu manteve a regularidade dos lotes, e como nas duas últimas, não foi delimitada uma área para sede urbana ou chácaras.

Observando a planta da colônia Neu-Württemberg (*Figura 39*), sobressai o próprio formato irregular da colônia, mas, ao mesmo tempo, as linhas retas, e o alinhamento dos lotes coloniais. Essa área era denominada de *velha Neu-Württemberg*. Os espaços indicados por campo (*Kamp*) e mato (*Urwald*), foram adicionados à colônia por Hermann Faulhaber, formando a *nova Neu-Württemberg*. Ao norte do rio Palmeira, a área foi arredondada, seguindo o traçado já esboçado pela identificação dos rios, entre o arroio Divisa e o lajeado Alegre, aproximadamente. Ao leste, foram compradas as terras entre a linha Leipzig e a linha Berlim, seguindo em direção ao sul até o rio Caxambu, acompanhando o seu curso até sua foz, no rio Ijuí. Em alguns pontos, o limite da colônia foi para além desse rio (linha *Rheinland*). Contudo, essa expansão foi limitada pelas colônias Rio Branco (Pejuçara) e Ijuí.

O número de colônias à disposição para venda era variável, pois dependia, primeiro, da área da colônia naquele momento, e, depois, dos trabalhos de medição. Em seu relatório no final do mês de novembro de 1899, Carlos Dhein informou que, desde a visita de Meyer, em fins do ano anterior, já haviam sido adquiridos mais

13.800 hectares de terras, ao preço total de Rs. 127:000\$000 – nesses números, provavelmente, incluiu alguma posse a ainda em negociação.⁵³⁴

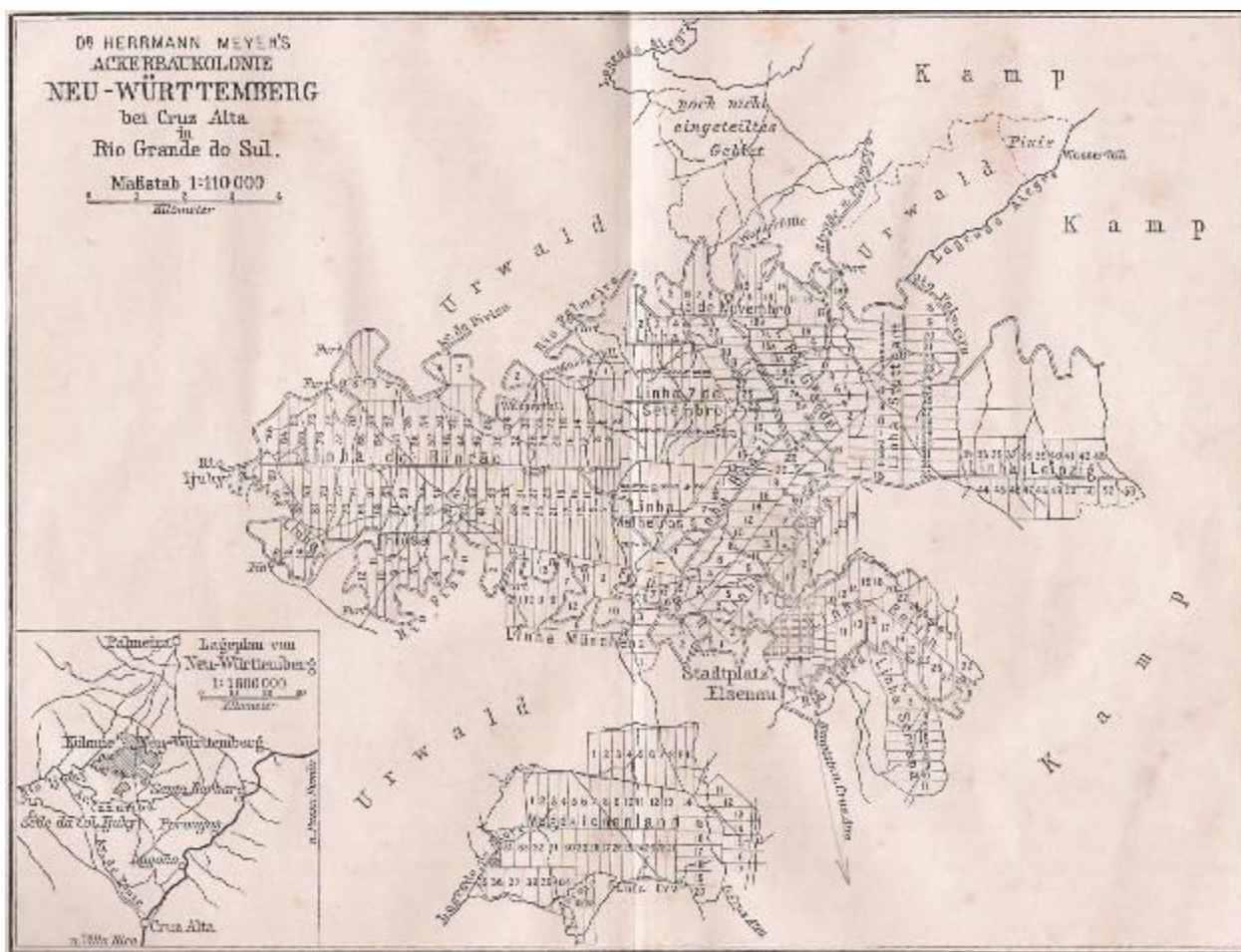


Figura 39 – Planta da colônia Neu-Württemberg, 1906
Fonte: MEYER, 1906a

Em outubro de 1904, Alfred Bornmüller comunicou ao Consulado da Alemanha, em Porto Alegre, a ampliação da colônia Neu-Württemberg, pois contava então com um total de 515 colônias (12.875 hectares), na seguinte situação: 162 colônias vendidas; 3 colônias à disposição para o *Stadtplatz*; 4 colônias para a estação experimental; 346 colônias livres, das quais 216 já estavam demarcadas.⁵³⁵

⁵³⁴ Carta. Cruz Alta, 22/11/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer, Caixa 63, MAHP.

⁵³⁵ Relatório. Neu-Württemberg, 12/10/1904. Alfred Bornmüller ao consulado da Alemanha, Porto Alegre; Carta. Neu-Württemberg, 14/1/1905. Alfred Bornmüller ao Consulado, Porto Alegre. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

A partir da análise dos contratos de compra e venda da *Colonizadora*, obtém-se uma amostragem do movimento de venda de lotes de terras, de 1900 a 1947 – nesse caso, não se trata das escrituras, das quais a empresa não manteve cópia. Esses contratos, em um total de 2.349, estão distribuídos da seguinte forma: 1.870 para a colônia Neu-Württemberg; 171 para a colônia Xingu; e 308 para a colônia Fortaleza/Erval Seco. Esses contratos abrangem um universo de 3.336 lotes, ou seja, 1,4 lotes por comprador. Nesses cálculos totais, considera-se o fator *venda* de uma fração de terras pela *Colonizadora*, não fazendo distinção entre lote colonial, parte de lote colonial, chácara, terreno urbano, tendo em vista que cada caso desses implicava em um contrato, e a colonização de determinada área só se dizia por encerrada em definitivo após a venda do último lote de terras. Também não constam nesses dados os lotes coloniais e urbanos doados para a instalação de escola e igreja, no início da década de 1930.

Conforme os dados coletados e apresentados no gráfico da *Figura 40*, o auge de venda de terras e, por decorrência, de povoamento das colônias foram as décadas de 1910 e 20. Na colônia Neu-Württemberg, no primeiro decênio a comercialização de terras foi modesta, registrando-se um pico de vendas em 1903, com 65 lotes, após uma incisiva propaganda e a contratação de um pastor e professor; entretanto, em 1907, foi assinado apenas um contrato sobre dois lotes, reflexo da crise geral que assolava os colonos, em função da frustração da safra no ano anterior, e a campanha de descrédito movida contra a empresa, principalmente pelo moleiro Karl Wagner, o fracasso da *Estação Experimental*, e de ordem administrativa, pois expiravam os contratos de Alfred Bornmüller e Hermann Faulhaber.

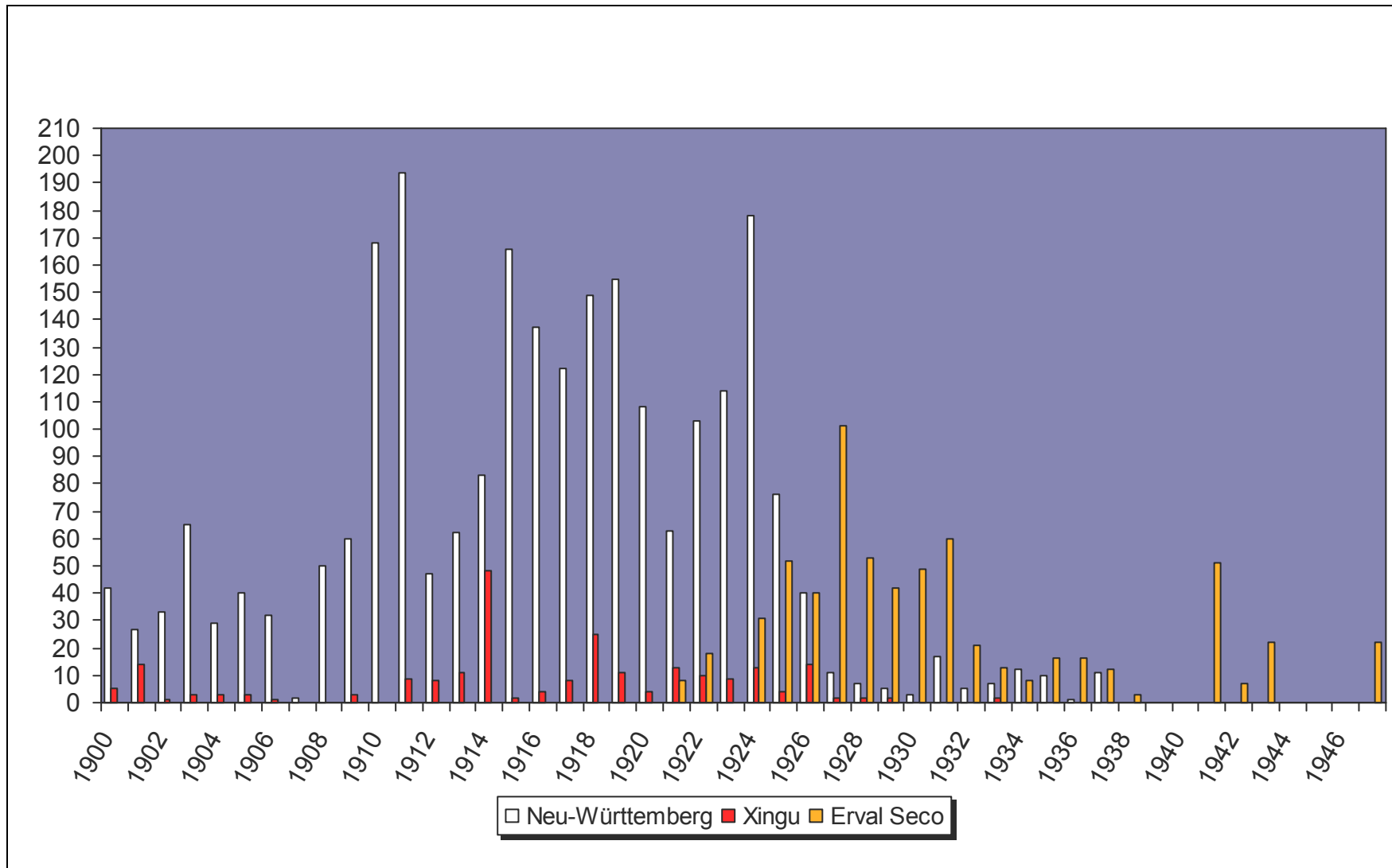


Figura 40 – Gráfico de vendas de lotes coloniais, 1900-1947, Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer
 Fonte: A autora (2008)

Contornados os problemas, as vendas retomaram um ritmo ascendente de 1910 até 1926, mantendo uma média de 115 lotes anuais. Foi a fase áurea da colonização sob a direção de Faulhaber. Em 1910/11, momento do primeiro pico, marca a *liquidação* dos lotes restantes na colônia Neu-Württemberg. O segundo pico ocorreu em 1924, em razão da chegada de um contingente numeroso de imigrantes alemães, quando foram vendidos 178 lotes, dos quais, 40 terrenos urbanos, o que representa 22,4%. Diante da demanda por mais terras, Faulhaber iniciou novas compras, apelando aos proprietários particulares, lavradores nacionais e ao Estado, expandindo o complexo colonial em Cruz Alta e Palmeira. Em 1927, as vendas caíram drasticamente em função da falta de terras, restando apenas alguns terrenos urbanos, e alguns lotes devolvidos por desistência do comprador, ou falta de pagamento.

Era comum o comprador adquirir mais de um lote urbano, pois seu preço era mais em conta para quem tinha pouco capital ou profissionais de ofício – variava em 1910 entre Rs. 50\$000 e Rs. 100\$000. A mesma tendência nota-se no 4º distrito de Palmeira, onde os lotes apresentavam áreas muito irregulares e inferiores ao padrão, bem como preços mais em conta, levavam o comprador a adquirir mais de um lote. Por exemplo, a linha Pinhal, composta por apenas 7 lotes, no total de 188,18 hectares, foi toda arrematada pelo imigrante Karl Knorr – dois lotes em 1909 e o restante, em 1910, por Rs. 6:000\$000. O mesmo ocorreu na linha Roland, composta por 9 lotes, dos quais Otto Breunig comprou 7, perfazendo 182,11ha, por Rs. 4:909\$600, em 16/8/1911.⁵³⁶

Na colônia Xingu, com uma área original de 84 colônias, com a inclusão de mais algumas colônias na década de 1920, recebidas por indenização do Estado, a média anual de lotes vendidos foi mais modesta. No primeiro decênio de colonização, a demanda por terras na colônia foi reduzida, e o índice mais elevado de 1901 justifica-se pelo fato de, naquele ano, terem sido assinados os contratos relativos ao período precedente. Já nas duas décadas seguintes, as vendas mantiveram-se regulares, com o pico mais elevado em 1914, quando foram comercializados 48 lotes, em virtude do crescimento da demanda em geral, e a escassez de terras na colônia Neu-Württemberg, em particular. Com o incremento

⁵³⁶ Contratos de compra e venda da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, Caixa 3-4, MAHP.

da colonização pública em Palmeira, as perspectivas para o desenvolvimento dessa colônia também melhoraram, retirando-a do isolamento geográfico. Os últimos lotes foram vendidos em 1933, encerrando esse empreendimento definitivamente.

Por fim, na colônia Fortaleza/Erval Seco, após duas décadas de dúvidas e especulação, a colonização iniciou em 1921-22, quando foram vendidos 26 lotes. No ano de 1923, a instabilidade política da região zerou as vendas, gradualmente retomadas no ano seguinte, mas, jamais alcançaram o patamar esperado. Em 1927, registrou-se o pico máximo de vendas, com 101 lotes, contudo, o fator definitivo não foi a demanda, mas as circunstâncias: foi o ano pós-morte de Faulhaber, e a descapitalização da *Colonizadora Meyer*, que, sem condições de quitar os depósitos dos colonos junto à mesma, adotou como saída a conversão do capital aplicado em terras, evitando perdas para ambos os lados. No período posterior, a procura por terras manteve-se reduzida e, por vários momentos, totalmente estagnada, em razão da crise financeira, da concorrência, especialmente das colônias em Santa Catarina, e dos problemas internos de sucessão e liquidação da *Colonizadora*. Os últimos contratos foram assinados em 1947, a partir de então, optou-se por só fazer a escritura definitiva em cartório.

Vender terras era a palavra de ordem de Meyer na década de 1920, com o objetivo de encerrar a colonização no Rio Grande do Sul. Assim, a venda do complexo de Fortaleza/Erval Seco (mapa da *Figura 41*; Anexo C e D), se não fosse possível na íntegra, poderia ser em grandes frações, sem preocupações em manter ali o mesmo padrão das demais colônias, como pequena propriedade ou etnia alemã. Daí encontrar-se, por exemplo, várias famílias italianas e grandes propriedades: Orelino Migellon e João Liberalesso adquiriram em 13/6/1925, entre o rio Fortaleza e o Lajeado Capivara, no noroeste da linha Italiana, uma área de 750 hectares; Giacomo Zaniol adquiriu 7 lotes, com área total de 263,2ha na linha Italiana, em 28/3/1922, pelo valor de Rs. 14:200\$000; Antonio Dall'Oglio, comprou em 28/3/1922, também na linha Italiana, 5 lotes, totalizando 165ha, por Rs. 8:900\$000; e José Ferrari comprou 5 lotes na linha Cannas, com área total de 160,4ha, por Rs. 10:278\$000, em 16/5/1925, além de outros. Coincidência ou não, esse grupo de italianos ocupou praticamente toda a *linha Italiana*.

Além destes, destacaram-se ainda como grandes proprietários: Pauline Schmidt, que adquiriu em 5/11/1924 uma área de 375 hectares, por Rs. 20:169\$000; Eduard Hempe, em 23/2/1925, 200 hectares; Reinhold Sturzbecher, em 30/11/1921, adquiriu 150ha; Heinrich Lutz, em 2/6/1925, 100 hectares; o médico Augusto Lieberknecht comprou uma área de 496 hectares, em 1928.

De acordo com as condições da *Colonizadora Meyer*, o pagamento do valor integral dos lotes foi realizado no ato da compra, ou em um prazo máximo de três meses, indício de que se tratava de compradores com capital, além dos preços relativamente baixos dos lotes.⁵³⁷ Em 1931, Eduard Hempe avisou a Meyer que a partir de então, mediante pagamento à vista, também venderia os lotes nas margens das estradas principais, e não só aqueles mais afastados. No entanto, como as colônias eram vendidas sem compromisso de construção, o povoamento e desenvolvimento da colônia era lento, e o *Stadtplatz* estava decrescendo.⁵³⁸

O mesmo padrão prevaleceu para a venda das terras da linha *Felisberta*, na colônia Castilhos, na década de 1920. Quase metade da área foi arrematada por Eduardo Streek, que comprou 207 hectares, pelo valor de Rs. 12:200\$000, em 21/9/1923 e, em 25/10/1923, comprou mais 525 hectares, pagando a importância de Rs. 27:305\$000, comprometendo-se em abrir as estradas na referida área. Os lotes eram muito irregulares, variando a sua área entre 13 e 49 hectares (ver mapa *Anexo E*). Quanto a composição étnica dos compradores, predominaram os italianos, em virtude da localização da área nas imediações da Quarta Colônia italiana.

A partir de 1927, procedeu-se à liquidação definitiva das terras da *Colonizadora Meyer*, e a sua retirada do cenário da colonização, comandando esse processo o procurador-geral e diretor da empresa, Eduard Hempe, sucedido por Paul Pflüger. Inicialmente, segundo a correspondência de Hempe, foi necessário colocar *ordem na casa*, encerrando a fase do paternalismo, visto que havia casos de lotes adquiridos há mais de 20 anos, sem escritura, pois os colonos deixaram de providenciar a documentação por falta de capital, e a empresa não exigiu, assim,

⁵³⁷ Contratos de compra e venda da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, Caixas 25-28, MAHP.

⁵³⁸ Carta. Neu-Württemberg, 28/3/1931. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

legalmente, permanecia como propriedade da empresa, o que refletia diretamente no valor dos impostos cobrados.⁵³⁹

Avaliando o contexto da colonização, em 1929, Eduard Hempe salientou que muitos colonos não estavam conseguindo pagar suas dívidas com a *Colonizadora*, restando a eles a opção de vender o seu lote, e do pouco capital que restaria, comprar um outro lote colonial em uma colônia nova. “O colono compra o seu lote, pensando em pagá-lo após a primeira colheita. Mas, têm aqueles que não se organizam e ficam devendo. Além disso, na administração anterior, era comum os colonos deixarem suas dívidas e depositar seu dinheiro para render juros, pagando só bem mais tarde”. Então, um lote colonial custava em Cruz Alta Rs. 5:000\$000, e em Palmeira de Rs. 3:500\$000 a 4:000\$000. Já os gastos com escritura implicavam em 500\$000.⁵⁴⁰ Solucionando as pendências antigas, a *Colonizadora*, nos casos de falta de pagamento, estava retomando a posse do lote, e revendendo para outro colono.⁵⁴¹ Na colônia Neu-Württemberg, conforme a oferta de terras diminuía, aumentavam os seus preços, tanto que em 1925, um lote sem benfeitorias custava de 7-8 contos de réis, enquanto um lote já arroteado e com benfeitorias, custava de 15 a 30 contos de réis.⁵⁴²

Portanto, a colonização particular – tal qual a pública – exigia um investimento vultoso e a curto prazo, em contrapartida, o retorno desse capital

⁵³⁹ Em 1932, pelo registro da Coletoria, a *Colonizadora* ainda tinha a seguinte área: em Cruz Alta, 2.921 hectares, em Palmeira, 10.312 hectares, totalizando 13.233 hectares, pois estavam incluídas as terras já vendidas, mas sem escritura. Para a venda, a empresa ainda disponibilizava em Cruz Alta, 99,5 hectares; Porto Feliz, 61,0 hectares, Palmeira (Erval Seco), 3.680,5 hectares, no total, 3.841 hectares (Carta. Neu-Württemberg, 9/6/1932. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP). Referente aos bens móveis, Herrmann Meyer, em reconhecimento aos anos de trabalho e dedicação de Marie e Hermann Faulhaber à sua empresa, doou para eles a casa da direção, com a respectiva área de terras, para o que Eduard Hempe deveria proceder a documentação. Também foi decidido que a biblioteca permaneceria na casa e sobre a administração de Marie Faulhaber, e, com isso, ela deixaria de receber a comissão de 3% sob a venda de terras. Da mesma forma, como não poderia pagar a Eduard Hempe os 4% sobre cada lote vendido, presenteava-o com a casa e o terreno na qual estava residindo – a casa do guarda-livros –, mais Rs. 7:000\$000 a serem descontados de sua conta de compra de terras e moinho, devendo providenciar os papéis (Carta confidencial. Leipzig, 30/7/1929. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

⁵⁴⁰ Carta. Neu-Württemberg, 14/11/1929. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁴¹ Carta. Neu-Württemberg, 28/3/1931. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁴² Relatório anual da colonização, 1925. Eduard Hempe. Anexo ao Balanço da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, 1925, Caixa 38, MAHP.

aplicado era a longo prazo. A falta de um planejamento financeiro e um orçamento rígido, bem como a conjuntura econômica nacional e internacional, conduziram o projeto à beira de um abismo.

3.4. A COLÔNIA SUSTENTA O COLONIZADOR

O contexto pré-I Guerra Mundial foi um divisor de águas na política de colonização da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, assumindo-se então efetivamente como uma *empresa de negócios*, interessada na lucratividade do empreendimento, ou seja, a inversão efetiva do fluxo de capital.

A situação mudou para mim. Antigamente, dentro do possível, eu pude aplicar os recursos que possuía disponíveis nos meus negócios nesse trabalho da colonização, embora por vezes fossem limitados. Agora, é a vez de, através da colonização, obter recursos, o quanto for possível. E isso não pode ser uma quimera, eu preciso contar com isso, que conforme o desenrolar dos negócios, cheguem as remessas de dinheiro. É justo depois de tanto trabalho espontâneo e mais as subvenções, chegar a lucrar.

Eu preciso lhe pedir, para continuar operando com o recurso disponível e ter confiança em sua habilidade, de ainda conduzir, mesmo que com maior dificuldade, a venda de lotes coloniais. Como vai fazer isso, fica a seu cargo. Na colônia, o trabalho até aqui foi direcionado para o desenvolvimento da cultura, agora, porém, deve ser acentuado a questão do negócio propriamente dito, e garantir a entrada de capital.

Que toda a desgraça teve que se juntar, é uma desgraça. Mas eu acredito que essas dificuldades, sem novas medidas mais pesadas, serão superadas, e para isso você precisa me ajudar. Como eu confio que Bornmüller, em pouco tempo, irá resolver novamente com dedicação e de forma enérgica a situação na Rússia, eu também confio que você vai me ajudar a transformar as terras novamente em fundos líquidos (capital financeiro) e também me enviar os recursos da melhor forma.⁵⁴³

Meyer alertava que esse assunto era e deveria ser tratado como confidencial, não podendo vazar em hipótese alguma, caso isso acontecesse, perderia todo crédito nos seus negócios. Comprar mais terras em tais circunstâncias, era totalmente desaconselhável.

⁵⁴³ Carta privada. Leipzig, 10/4/1913. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

Desviar o enfoque do *trabalho cultural* para o *negócio propriamente dito*, na prática, não alterava a orientação interna do empreendimento. A *Colonizadora Meyer* foi fundada e funcionava como uma empresa capitalista, que precisava reaver o dinheiro investido e ainda lucrar para se auto-sustentar, bem como defendia o desenvolvimento econômico e independente dos colonos.

Sobre a questão da rentabilidade da colonização, eu também já havia pensado. Eu imaginei que a colonização era algo mais fácil e barato, e que em pouco tempo poderia sair desse negócio. Mas, em virtude dos grandes prejuízos com Dhein, e o progresso muito lento da colônia, eu cheguei à conclusão de que a colonização não é um negócio brilhante. Por isso, eu sempre trabalho e percebo que a Empresa, mais e mais, se distingue da classe de colonizadoras que sobra por aí, por providenciar que o colono cada vez mais esteja em primeiro plano; esse é para mim o princípio do negócio, mas foi cada vez mais deixado para trás [pelas outras empresas]. Eu tenho a pretensão de formar uma Empresa modelar, para mais tarde servir de exemplo para outras colonizações, nas quais a emigração e o desenvolvimento econômico próspero dos colonos seja a sua meta.⁵⁴⁴

Assim, investir no *desenvolvimento cultural* da colônia foi uma maneira encontrada para valorizar a colônia, justificando os elevados preços dos lotes coloniais, e um dos elementos sempre presentes na sua propaganda, como o seu diferencial. Aliás, nas décadas de 1910/20, o reforço da propaganda, com a publicação de uma série de artigos e fotografias da *colônia-modelo* Neu-Württemberg, ia nesse sentido, enquanto buscava garantir a credibilidade da empresa e elevar seu faturamento. Portanto, ao insistir na representação de seu projeto de colonização como um trabalho em prol da germanidade, a *obra de sua vida*, Meyer camuflava o fracasso financeiro de seu empreendimento e o seu próprio como empresário e colonizador.

O projeto de colonização de Herrmann Meyer foi uma iniciativa particular e independente, desvinculada do projeto de expansão pangermânica da Alemanha, como defendem José Tadeu Leal Peixoto (2003) e José A. Moraes do Nascimento (2007; 2008).⁵⁴⁵ Concordando então com Anita Hermannstädter (2004), entende-se

⁵⁴⁴ Carta. Leipzig, 4/6/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43. MAHP.

⁵⁴⁵ “Na verdade, ao examinar-se a política emigratória (pangermanista) alemã em relação ao sul do Brasil, com suas nuances de expansionismo anexionista, no período entre 1890 e 1914, percebe-se que no plano das idéias ela foi muito prolifera, mas que no plano da política concreta mostrou-se inócua. A principal causa do fracasso da política do *Reich* em relação ao sul do Brasil encontra-se nos próprios colonos alemães do Rio Grande do Sul (também Santa Catarina e Paraná), cientes de sua autonomia de cidadãos brasileiros e que, na verdade, não aspiravam nada além da manutenção dos laços culturais e comerciais com a Alemanha” (CUNHA, 2006: 138). Somava-se a isso a própria

que o discurso de Meyer acabou incorporando alguns elementos do discurso pangermanista, especialmente ao apresentar e *vender* o seu projeto cultural, no sentido de manter os laços culturais com a Alemanha. Defendendo-se dos críticos, Meyer afirmou, inúmeras vezes, que seu projeto não tinha qualquer relação com ou interesse político por parte do governo da Alemanha ou expansionista, apenas era autorizado, o que era uma exigência legal. Em relação às instituições pangermânicas, não chegou a fazer parcerias pessoalmente, mas aconselhou os colonos a buscarem financiamentos junto às mesmas para a manutenção de escola, igreja, entidades associativas.

Efetivamente, no final da década de 1890, investir na compra de terras para a posterior colonização era um investimento lucrativo e seguro no Brasil para uma empresa estrangeira, ao menos aparentemente. A começar, na conversão de *marcos* para *mil-réis*, o faturamento, embora variável, chegava a quase 70%. Já no mercado de compra de uma fração de terras e a venda sob a forma de lote colonial, o faturamento se elevava para mais de 300%, sem adicionar o juro cobrado.

Mas, como todo investimento, tinha os seus riscos. Por exemplo, a ocorrência de uma crise econômica, política ou social na Alemanha ou no Brasil, afetaria diretamente o andamento regular da colonização, pois mesmo tratando-se de um espaço micro, era dependente da conjuntura macroeconômica dos dois países. Internamente, precisava contar com eventuais frustrações de safra, descapitalizando os colonos que, em decorrência, deixariam de pagar suas dívidas para com a companhia de colonização, comprometendo a sua estabilidade financeira.

O primeiro momento de crise interna da *Colonizadora Meyer* ocorreu em 1900, quando foi desfeita a sociedade entre Herrmann Meyer e Carlos Dhein, em virtude do *déficit* financeiro de quase Rs. 150:000\$000. Gradualmente, com a liberação de mais dinheiro por parte de Meyer, as contas foram reequilibradas, sem afetar o desenrolar da colonização.

A oscilação do câmbio sempre seria um risco a correr, mas não se acreditava em uma desvalorização acentuada da moeda alemã, a curto prazo. Em 1906, sim, a desvalorização cambial afetou seriamente a colonização. Se até então

ausência do fundamento dessa política: o emigrante, disponível naquele período em número reduzido, impedindo um fluxo emigratório em massa.

investir no Brasil e emigrar era vantajoso, deixou de ser – e justamente no momento em que Meyer havia recebido a concessão para a emigração. Para comprar um lote colonial, que custava Rs. 1:000\$000, o imigrante precisaria despende 1.200 marcos, ou até mais, o mesmo para as demais despesas. Nos anos seguintes, o câmbio manteve certa estabilidade. Suas maiores variações ocorreram durante os dois conflitos mundiais, quando os índices de inflação dispararam na Alemanha, além de impor limites para a conversão de moeda estrangeira para *marcos*. Assim, a remessa de lucros efetuada pela *Colonizadora* ao colonizador, era recebida com grandes prejuízos, situação que se manteve ainda no pós-II Guerra Mundial.

No início da década de 1910, quando as colônias Neu-Württemberg e Xingu começaram a deslançar por conta própria, a situação financeira de Meyer se complicou. Em abril de 1913, ele encerrou definitivamente a remessa de dinheiro para a colonização no Brasil, alegando a situação política e a crise monetária que havia assolado o seu país, com a alta das taxas de juros. Em seus negócios particulares, outra calamidade, em fins de 1912, pois na filial do *Instituto Bibliográfico*, na Rússia, “os nossos dois gerentes lá nos enganaram da pior forma”, provocando prejuízos enormes, pois a empresa havia feito ali um investimento de milhões de marcos. Para tentar resolver o problema, haviam enviado para Petersburgo o seu diretor-geral, Alfred Bornmüller, mas ainda seriam necessárias elevadas somas de dinheiro para sanar a situação, o que o levou a tomar um empréstimo bancário. “Toda essa situação me obriga a cobrar ou executar todas as hipotecas, papéis de valor, áreas de terras, bem como reduzir meu nível de vida ao mínimo, até desafogar um pouco novamente”. Nesse quadro, uma possível guerra com a Rússia, ou dela com outro país, representaria mais dificuldades ainda. Sendo assim, não era possível aplicar mais dinheiro em terras brasileiras, além de que “acho que investir grandes somas de dinheiro hoje, no Rio Grande do Sul, não é mais rentável”.⁵⁴⁶ Daí insistir junto a seu diretor, Faulhaber, para não reinvestir o capital da *Colonizadora Meyer* na ampliação da colônia Neu-Württemberg, justamente no momento em que necessitava de dinheiro.

Com a eclosão da I Guerra Mundial, a inversão do fluxo de capital tornou-se uma questão de sobrevivência para Meyer, conforme a sua correspondência de fins

⁵⁴⁶ Carta privada. Leipzig, 10/4/1913. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

de setembro de 1914, remetida em três vias e por caminhos distintos, “pois já estamos sete semanas em guerra”.

A Empresa de Colonização é para mim agora o posto ativo mais importante do meu capital aplicado [Vermögensaufstellung] e do seu desenvolvimento depende para mim muita coisa, na verdade, tudo. Você [Faulhaber] sabe, o Bibliographisches Institut, devido às manobras dos diretores russos, chegou a uma situação muito precária. Foi realizado um grande empréstimo junto ao Banco russo. Com um plano enérgico e com muita dedicação, Bornmüller saneou a situação, e, a partir de 1916, então, grandes remessas de dinheiro deveriam vir de lá. Contudo, com a guerra, das 16 filiais ali existentes, não sei ainda de quanto foram as perdas. Aliás, nem sei agora de Bornmüller, onde está nesse contexto de guerra, e se ainda está com vida.

Devido ao alto crédito que havíamos feito no banco de Leipzig, o mesmo exigiu o pagamento, e com isso, eu, os meus irmãos e a minha mãe, tivemos que hipotecar tudo, inclusive todos os papéis e demais materiais e bens que possuíamos. A única coisa que ainda resta para mim é a *Empresa de Colonização* porque fica no exterior, e estou financeiramente pior do que os meus irmãos. Para pagar essa grande dívida gradualmente, devemos começar a trabalhar do mínimo novamente. E nesse contexto de guerra, faturar algo na editora, é quase impossível.⁵⁴⁷

Os problemas da filial na Rússia afetaram o *Instituto Bibliográfico* como um todo, levando-o à formação de uma sociedade de ações – *Sociedade Anônima* –, em 1915, e, com a venda de parte das ações, pretendia pagar o empréstimo bancário e não perder a empresa para o banco.⁵⁴⁸

Modestamente, mas com insistência, o proprietário da *Colonizadora* solicitava ao seu diretor, uma remessa de pelo menos 30.000 marcos por ano para arcar com as suas despesas e cumprir com os seus compromissos.⁵⁴⁹

Tenho, assim, a confiança no senhor [Faulhaber] que saiba avaliar a situação; e adaptando-se às novas condições, me ajude a converter as

⁵⁴⁷ Carta privada. Leipzig, 25/9/1914. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

⁵⁴⁸ Carta privada. Leipzig, 28/3/1915. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP. Em julho, com a concretização da sociedade, Meyer considerou que o *Instituto Bibliográfico* estava a salvo, e sob a direção de seu irmão, Arndt, Bornmüller e ele. Também na Rússia, após as conversações em Estocolmo, a sociedade por ações estava quase totalmente formada. “Pelo andamento da mesma até agora, tratando-se de uma sociedade mista, o governo russo não colocou dificuldades, mostrando-se favorável. Contudo, isso poderá mudar caso ocorra uma revolução e assumo um novo governo” (Carta. Leipzig, 31/7/1915. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

⁵⁴⁹ Segundo Meyer, as remessas poderiam ser realizadas da *Deutsch-Brasilianische Bank* para a *Norddeutsche Bank*, pois da mesma forma Carlos Culmey havia procedido para lhe remeter o dinheiro relativo à *Rio Grande Nordwestbahn*. Sugeriu, inclusive, que entrasse em contato com Culmey, e tratasse com ele a venda das terras de Boi Preto e Castilhos (Carta. Leipzig, 31/7/1915. Herrmann Meyer a Diretor Hermann Faulhaber, Colônia Neu-Württemberg. Pasta 1 - Cartas Herrmann Meyer a Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP).

terras em dinheiro com o máximo de vantagem, cobrando, ainda, os atrasos da melhor maneira possível. Deposito esta confiança no senhor, porque o achei digno de fé, em todos os sentidos. Quando o peço de permanecer fiel ao ideal da Empresa, faço, em primeiro lugar com vistas à causa: de levar a feliz êxito a obra tão bem conduzida pelo senhor até agora. Dou-lhe a mais ampla liberdade e direito de disposição. Aja no sentido que o norteou até agora e com a segurança superior, como até agora, então tudo estará bem (MEYER citado por FAUSEL, 1949: 31).

A guerra também dificultou a comunicação entre Meyer e Faulhaber, tanto que no período de 1916 a 1920, não trocaram correspondências, apenas um que outro telegrama, primeiro, pela própria insegurança dos correios, pois as correspondências se extraviavam com mais frequência, eram censuradas e violadas; e, segundo, porque Meyer temia que seus bens no exterior pudessem ser confiscados, pois a Alemanha estava evitando a saída de capital, colocando uma série de restrições. As informações importante eram enviadas via consulado, ou codificadas.⁵⁵⁰ Essa situação permitiu a Faulhaber conduzir os destinos da *Colonizadora* de forma totalmente autônoma, pois sua procuração lhe concedia plenos poderes para isso, sem precisar prestar contas de seus atos e apresentar balanços semestrais, além dos memoriais de fluxo de caixa da empresa. Então, contrariando as orientações de Meyer, reinvestiu o capital na compra de mais terras, visando à ampliação da colônia Neu-Württemberg.

Em 1920, Meyer prorrogou o contrato de Faulhaber por mais 3 anos, contando que a colonização fosse encerrada em, no máximo, 5 anos. Nesse meio tempo, deveria providenciar a venda integral das terras de Fortaleza/Ervat Seco e Castilhos, em Júlio de Castilhos, mesmo que fosse abaixo do valor de mercado, “pois de nada adianta lucrar alguns mil-réis, se convertidos no câmbio, valem quase nada. Também é preciso ter presente que a *Empresa de Colonização* está em liquidação, embora não oficialmente”, pois o negócio já havia se prolongado para além do esperado.⁵⁵¹ Por isso, solicitava para que o diretor regularizasse as pendências da empresa, e a sua conta capital, excluindo as construções constantes no balanço, as quais deveriam ser vendidas por preços baixos ou doadas para a

⁵⁵⁰ Carta. Leipzig, 10/4/1920. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

⁵⁵¹ Carta. Leipzig, 10/4/1920. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

escola, igreja ou associações.⁵⁵² Também solicitou uma remessa mensal de, no mínimo, Rs. 500\$000 de seus rendimentos na *Colonizadora*,⁵⁵³ pois “eu preciso de dinheiro, e urgente, pois cada dia de demora pode ser fatal para mim”. Essa sangria por recursos também foi motivada pelo encarecimento da vida na Alemanha. Por exemplo, enviar um telegrama era muito caro, pois uma palavra custava 6.000 marcos, logo, um telegrama ficava em torno de 30.000 a 40.000 marcos, ou seja, “quase um terço da minha renda mensal”. Os seus rendimentos mensais não cobriam as despesas de sua casa – só para o pão, se gastava mensalmente 15.000 marcos. Então, para juntar algum capital, estava vendendo livros e artigos de sua coleção de etnografia.⁵⁵⁴

A I Guerra Mundial foi vista e vivida de formas distintas e quase opostas por Herrmann Meyer e o seu projeto de colonização. Conforme o historiador Alain Corbin (2005: 17), “os indivíduos que vivem um mesmo período não são contemporâneos”, isto é, “não se sente as mesmas coisas, segundo uma série de critérios: o sexo, a idade, a categoria social, o local geográfico, a tradição, ou a cultura que se recebeu”. Assim, é preciso tentar entender essa “complexidade, essa simultaneidade de atitudes muito diferentes segundo os indivíduos e segundo os grupos”. Para Meyer, vivendo no espaço do conflito, além das perdas materiais, conviveu com a pressão psicológica, o medo, e ao final, a decepção com a derrota de seu país, e o domínio francês posterior, ao qual atribuía o sucateamento do pouco que havia restado. Lamentava ainda o nivelamento dos salários no *Instituto*

⁵⁵² Os imóveis da *Colonizadora* na colônia Neu-Württemberg estavam avaliados então em Rs. 23:281\$590, e eram compostos por: casa do diretor, casa do guarda-livros, escritório, casa do imigrante, escola, casa do professor, casa da chácara 19, casa da chácara 21, potreiro do Fiúza, galpão para cavalos no potreiro do Fiúza (Balanço Anual, 1919. Livro-Caixa da Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer, 1919-1923, MAHP).

⁵⁵³ Carta. Leipzig, 3/8/1922. Herrmann Meyer ao Diretor Hermann Faulhaber, Nova Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP. Correspondência assinada com o carimbo de sua outra sociedade de fachada: “*Visca*” *Kunstmassen G. m.b. H.* Naquele momento, a taxa de câmbio estava 1Mil-réis quase 1000 Marcos.

⁵⁵⁴ Citava outros exemplos ainda para ilustrar o encarecimento de tudo: um terno [*Herrenanzug*] custava então 140.000-150.000 marcos, um par de botas, entre 40.000-50.000 marcos. No ano anterior (1921), havia construído uma pequena casa na *Obergrainau bei Garmisch*, onde já residia desde 1912. Os custos da casa seriam de 25.000 marcos, sendo o custo total da construção de 35.000 marcos. Todavia, esse custo, devido ao terrível encarecimento de tudo, havia se elevado para 1,5 milhões de marcos, e precisava quitar essa conta, pois se desfazer da casa, não era possível, visto que esta estava avaliada em 8-10 milhões de marcos (Carta privada. Leipzig, 1/12/1922. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

Bibliográfico – ele como proprietário, recebia o mesmo que um simples redator –, os seus elevados prejuízos na Rússia, com a perda quase total de seu investimento.

Economicamente, nós chegamos a um nível que significa a falência do Estado, o valor de compra do *Marco* [Mark] caiu de 10 até 20.000. As pessoas vivem da forma mais simples possível. Houve uma grande desvalorização do dinheiro e do próprio capital. Há 24 anos como diretor do *Instituto Bibliográfico*, agora minha participação não passa de um papel, pois o que antes eram milhares de marcos, agora são só alguns cem.⁵⁵⁵

O Meyer otimista, idealista e dono de uma vasta fortuna do final do século XIX, cedeu lugar a um Meyer arrasado, pessimista, decepcionado, literalmente falido e endividado. De capitalista, passou a dependente dos rendimentos da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, instalada no Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a *Colonizadora* e os colonos viviam no auge de seu desenvolvimento, com o aumento da produção e o estado de bem-estar, e acompanhavam o desenrolar do conflito à distância, por meio das notícias divulgadas na imprensa. Também representou o momento de consagração da empresa e do projeto como um todo, registrando os maiores índices de venda de terras e crescimento populacional. No início da década de 1920, ainda se beneficiou com a chegada de um significativo contingente de imigrantes alemães.

Sendo assim, cada qual agiu e reagiu conforme o seu envolvimento com o conflito, com atitudes nem sempre coerentes e compreensíveis hoje. Olhando sob esse prisma, é possível pensar que Faulhaber, prevendo uma possível falência da *Colonizadora* e de seu proprietário, procurou outros meios para se manter no campo da colonização, aceitando o convite para assumir a direção de outra empresa de colonização, a *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*, com sede em Carazinho, e escritório na colônia Neu-Württemberg. Contudo, Meyer não foi consultado ou informado sobre o assunto, e ficou sabendo, “por acaso, ao ler um anúncio dessa

⁵⁵⁵ Carta privada. Leipzig, 3/7/1923. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP. Meyer relatou que as instituições de apoio aos alemães no estrangeiro também se viram em dificuldades, como o *Verein für das Deutschtum im Ausland* [V.D.A.], que sempre enviava significativas somas de dinheiro ao exterior, inclusive havia subsidiado a escola de Neu-Württemberg, agora, com muito sacrifício, conseguia manter a sua entidade na Alemanha, vivendo então de recolher doações em dinheiro. Segundo ele, seria interessante se agora os colonos ajudassem a *Verein*, com a remessa de alguns mil-réis. Além desta, outras organizações alemãs de beneficência estavam em dificuldade e seria de lamentar se deixassem de trabalhar, visto que milhares de pessoas precisavam de sua ajuda. Assim, elas esperavam agora a vinda de recursos (Carta. Leipzig, 30/10/1923. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

empresa no jornal *Volksblatt*". Um tanto contrariado, Meyer cobrou maiores explicações, pois havia imaginado que com o aumento da demanda por lotes coloniais, rapidamente Faulhaber venderia o restante das terras da *Colonizadora Meyer*,

mas, pelo visto, o empenho para a venda de terras não foi tanto, e ao invés de proceder à liquidação da minha *Empresa*, você se juntou a outra companhia, com um certo coeficiente de capital. Contudo, temo que se trate dos bens da minha *Empresa*, de forma desleal, e ainda, misturando os bens das duas empresas. Como as terras dessa outra empresa ficam perto de Guarita [Fortaleza], quem sabe, não ajudará a vender logo essa área. Espero que quando essa outra empresa começar a operar a toda, as minhas terras já estejam todas vendidas.

Eu tenho a esperança e espero que você continue leal às minhas coisas, e conduza a minha *Empresa* até o fim, pois a mesma está sob a sua responsabilidade. Mas acredito que pelo seu longo tempo de permanência e pelo muito trabalho que ali implementou, não vai dar um mau fim à minha *Empresa*. Caso permaneça fiel à minha *Empresa*, nesses poucos anos para o seu fim, e já está trabalhando em outro empreendimento, espero que o mesmo não represente concorrência.⁵⁵⁶

Pressionado, Faulhaber comprometeu-se em liquidar os negócios da *Colonizadora Meyer*, e evitar a concorrência entre ambos os empreendimentos. No que se refere ao balanço e aos relatórios financeiros, manteve-se lacônico. Isso porque, além de utilizar a infra-estrutura do escritório, e o nome de Neu-Württemberg em sua propaganda, indicando Porto Feliz como uma continuidade desta, o capital das duas empresas também se confundia, valendo o mesmo no aspecto burocrático, como na correspondência. Na conta corrente da *Colonizadora Meyer*, por exemplo, a retirada de pequenas somas para gastos cotidianos por parte da *Empresa Chapecó-Pepery* era constante, superando os gastos da primeira. As despesas de viagem de Faulhaber eram anotadas nas despesas gerais da *Colonizadora Meyer*, mas ao que tudo indica, esses deslocamentos ocorriam em virtude de seus negócios no estado vizinho, pois se encontrava por mais tempo na colônia Porto Feliz, do que na colônia Neu-Württemberg, onde Eduard Hempe respondia e encaminhava a documentação por ele, pedindo desculpas aos remetentes pela demora, mas "Faulhaber estava viajando". O fato de Faulhaber ser o diretor das duas empresas, além de garantir credibilidade, dava a impressão, aos de fora, de tratar-se de um mesmo projeto de colonização, aspecto também reforçado pela propaganda do período, ao projetar Porto Feliz como a grande *nova Neu-Württemberg*.

⁵⁵⁶ Carta. Leipzig, 10/4/1920. Herrmann Meyer ao Diretor Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

Incorretamente, muitos dos estudos e artigos produzidos sobre esse projeto de colonização no oeste catarinense afirmaram que Meyer foi sócio do empreendimento, outros, ainda, que foi a sua própria *Colonizadora Meyer* quem fundou Porto Feliz.

A *Revolução de 1923*, que convulsionou a região de Palmeira e Cruz Alta, estagnou a venda de terras, mais os imprevistos na colonização de Porto Feliz, comprometeram as finanças da *Colonizadora Meyer*. Sem condições para quitar seus compromissos, inclusive as hipotecas e empréstimos, Faulhaber recorreu a Meyer, em busca de capital. Contudo, Meyer negou-se definitivamente em ajudar, justificando que não tinha meios para isso, visto que esperava a remessa de dinheiro do Brasil, e não o contrário –, e a possibilidade de conseguir um empréstimo tão elevado na Suíça era muito remota, pois, na hipótese de desvalorização do *marco*, sua falência estaria decretada. Então, “a Empresa, por ela mesma, precisa sair da crise, mesmo que corra sangue, e procurar meios financeiros no Brasil, e não para cada catástrofe à vista, me pedir ajuda”.⁵⁵⁷ Aliás, “a situação está complicada e até ficando perigosa, caso alguém perder a paciência”. Para sair da crise, Faulhaber deveria estudar alguma forma de conseguir capital, como fazer a venda de áreas de terras maiores, cobrar dos devedores, e tentar se livrar de uma hipoteca. Como caminho para superar a crise, sugeriu: buscar um empréstimo, nem que para isso fosse necessário hipotecar as terras de Fortaleza ou Neu-Württemberg, para desafogar um pouco por algum tempo; e se não tivesse outro jeito, dar parte no negócio, ou ganhos nos juros, ou vender uma parte ou até fazer sociedade. A segunda opção, seria tentar vender o restante das terras para os colonos de Neu-Württemberg a preços mais baixos, tendo em vista que eles já tinham algum capital, em lotes individuais ou áreas maiores, e rapidamente arrematariam esses aproximadamente 80 lotes restantes. Dessa forma, poderia conseguir o capital necessário, ou trocar os depósitos dos colonos por terras. O importante era “tirar o [capital] da Empresa do risco, para que não seja prejudicada, caso ocorra qualquer problema, caindo em descrédito”. Entretanto, sabia que Faulhaber, como negociante, recuperaria esse capital novamente, com o devido “cuidado para que o corpo [da Empresa ou da colonização] se mantenha na íntegra, mesmo que perca

⁵⁵⁷ Carta. Leipzig, 21/7/1923. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

alguns membros pelo caminho”. A melhor opção, porém, era a liquidação definitiva da empresa.⁵⁵⁸

Teoricamente, a *Colonizadora Meyer* era uma empresa sólida e consolidada no mercado há mais de duas décadas. As dificuldades financeiras, em parte, justificavam-se pelo próprio contexto externo desfavorável, mas isso não explicava o paradeiro do capital e dos lucros da empresa. Afinal, na década de 1910 e início da década de 1920, a comercialização de terras atingiu o seu ápice, o que resultou no crescimento do faturamento da empresa, somadas ainda as taxas de juros. As remessas de capital para Meyer não eram tão significativas, e motivo de suas reclamações. Pelos balanços de empresa,⁵⁵⁹ houve um significativo aumento de capital, mas, por outro lado, a máquina administrativa tornava-se cada vez mais onerosa, especialmente naquilo que se referia ao pagamento de funcionários e parte da folha de pagamentos da *Stadtplatzschule* Neu-Württemberg, que Faulhaber manteve por conta da empresa, até 1926. Entre 1919 e 1926, o salário anual de Faulhaber ficava em Rs. 15:000\$000; do guarda-livros Eduard Hempe em Rs. 6:216\$500, somando ambos Rs. 21:216\$500. O gasto médio com o salário dos professores da escola da sede era de Rs. 6:103\$300 anuais, mais os gastos gerais com a escola, que por vezes ultrapassavam os 30 contos de réis anuais. As despesas no escritório da empresa, incluindo material de expediente, viagens, documentos, propaganda, jornais, etc., giravam entre 30 e 35 contos de réis anuais. As despesas fixas consumiam anualmente em torno de Rs. 90:000\$00 do orçamento da empresa.

Em 1919, o capital da *Colonizadora* estava em Rs. 598:523\$664. O seu capital em terras era de Rs. 277:157\$468. Na conta de terras vendidas, a mesma chegou a um saldo devedor de Rs. 327:986\$901, sendo pago desse valor ao longo do ano, Rs. 52:497\$125, logo, tinha a receber ainda dos colonos Rs. 275:883\$981. Já a conta corrente registrou um movimento de Rs. 304:137\$770. No capital passivo, consta uma “conta contrato Faulhaber”, no valor de Rs. 293:791\$394, que

⁵⁵⁸ Carta. Leipzig, 21/7/1923. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP; Carta. Leipzig, 21/7/1923. Herrmann Meyer a Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer a Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

⁵⁵⁹ Balanços da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, 1913-1966, Caixas 36-39, MAHP; Livros-Caixa da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, MAHP.

pelo valor, era parte do empréstimo então já realizado à *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*

Para o ano de 1920, o capital havia aumentado para Rs. 641:234\$669; já a conta dos compradores de terras permaneceu praticamente igual, mas a conta corrente aumentou significativamente, passando a Rs. 545:780\$446. No ano seguinte, manteve aproximadamente esses valores. Já em 1922, houve alterações, reduzindo o capital a Rs. 622:330\$010, e a conta corrente se elevando para Rs. 566:896\$374. Em 1923, a empresa faturou na venda de terras Rs. 135:511\$679, mas as despesas da empresa se elevaram para Rs. 54:403\$580. Além disso, ocorreu uma significativa retirada de capital depositado, de mais de 81 contos de réis. Essa situação se agravou em 1924, quando houve uma retirada de Rs. 255:166\$910 dos depósitos em conta corrente, restando um saldo de Rs. 439:748\$263. Já o faturamento com a venda de terras foi de Rs. 121:099\$710.

No balanço de 1925 e primeiro semestre de 1926, constava um anexo explicativo de Eduard Hempe, sobre as mudanças ocorridas no período. Primeiro, comunicou que, em 1925, o seu salário foi pago pela *Chapecó-Pepery*, e a *Colonizadora Meyer* havia contratado um segundo guarda-livros, Karl Konrad. Além disso, os bens imóveis da empresa estavam sendo regularizados, sendo que os mesmos seriam doados para a *Sociedade Escolar*, e então registrados como perdas no balanço de 1926. O *Barracão do Imigrante* e os terrenos adjacentes seriam vendidos.⁵⁶⁰ Já em Xingu, doaria o prédio da escola para a *Sociedade Escolar*, então o único bem naquela colônia, visto que a casa da empresa foi destruída pelos revolucionários. Sobre o elevado débito registrado na conta de venda de terras (*Kolonieverkaufskonto*), explicava que a terceira parte dos devedores eram colonos com pagamentos atrasados, devido aos baixos preços pagos pelos seus produtos. Para essas dívidas, a taxa de juros cobrada estava em 12%, e para as demais, 7%. Para os últimos contratos de terras, o prazo para o pagamento havia sido reduzido para 2 anos, com o pagamento de no mínimo um terço do valor de compra. Assim, os contratos venceriam em 1927-28, e os últimos, em 1929. O problema eminente era uma nota promissória de Rs. 40:000\$000 junto ao *Banco Pelotense*, em Cruz Alta, assinada há dois anos, para subvencionar a *Empresa Chapecó-Pepery*, uma parcela venceria em 1925, e o restante, em 1926. Como resultado imediato do início

⁵⁶⁰ O *Barracão do Imigrante* foi vendido em 1926 para a firma *Fischer, Franke & Cia.*

da medição das terras de Fortaleza, o capital total da *Colonizadora Meyer* aumentou sensivelmente, passando a Rs. 530:000\$000, e o capital total da empresa, a Rs. 763:000\$000. No decorrer do ano de 1925, foram vendidos 2.383,4 hectares de terras na colônia Fortaleza/Erval Seco, rendendo Rs. 153:050\$880.

O balanço de 1926 registrou déficit: o saldo credor estava em Rs. 426:538\$494, enquanto o saldo devedor ficou em Rs. 468:139\$473, ou seja, um saldo negativo de Rs. 41:600\$979. Em novembro de 1926, Meyer socorreu a *Colonizadora* com uma remessa de 40.000 Marcos, que no câmbio, resultaram em Rs. 69:084\$000, com isso, esperava “não afundar mais junto” com essa situação.⁵⁶¹ A *Colonizadora Meyer* contava, então com um capital total de Rs. 1.605:773\$430, cujo aumento era devido ao término das medições da colônia Fortaleza, que estava avaliada em Rs. 845:799\$400.⁵⁶²

Como diretor da *Chapecó-Pepery*, Hermann Faulhaber era o responsável pelas negociações de compra de terras, e todo o processo de regularização. Quando essa transação ultrapassou o orçamento previsto, somadas as demais despesas com os trabalhos de medição, viagens, dentre outros, ele fez um empréstimo escalonado, de cerca de 360 contos de réis, junto a *Colonizadora Meyer*. Enquanto credor, pelos cálculos de Faulhaber, era uma oportunidade ousada para aplicar capital a curto prazo e lucrar, a juros de 12% por ano – a *Colonizadora Meyer* pagava apenas 7%. Em 24 de julho de 1926, a dívida da *Chapecó-Pepery* para com a *Colonizadora Meyer* estava em Rs. 484:130\$420, calculados os juros, de 12% ao ano – pelas informações do devedor, em 31/10/1926, o capital era de Rs. 344:255\$541, sem os juros.⁵⁶³

⁵⁶¹ Carta. Leipzig, 6/11/1926. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg; Carta. Neu-Württemberg, 18/9/1926. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁶² Na colônia Fortaleza/Erval Seco, um lote colonial então era vendido a Rs. 112\$000 o hectare; chácaras Rs. 250\$000 o hectare; lotes urbanos Rs. 1:200\$000. Sobre as terras em Fortaleza, haviam fechado o ano de 1926 com uma área de 3.851,9ha. Pelos preços praticados, obteriam com a venda de toda área Rs. 772:942\$000 (Carta. Neu-Württemberg, 25/4/1927. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

⁵⁶³ Carta. Neu-Württemberg, 27/11/1926. Empresa Chapecó-Pepery Ltda. p. Adolf Stangler e Frederico Kreiser à Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Neu-Württemberg. Pasta 6 – Cartas – Diversos Paul Pflüger a Empresa de Colonização; Empresa Chapecó-Pepery, Caixa 46, MAHP.

Contudo, esse crédito ou aplicação de capital acabou por se prolongar, colocando a *Colonizadora Meyer* em sérias dificuldades financeiras, surgindo a necessidade de contrair empréstimo bancário. Também Faulhaber não cumpriu a ordem de Meyer, que era liquidar o empreendimento e aumentar a remessa de capital para a sua conta particular. Mas o problema maior estava no fato de ocultar essa negociata, visto estar tratando com o capital de Meyer e dos colonos, pois emprestou junto os depósitos de dinheiro que os mesmos mantinham na conta corrente da empresa; e, o mais grave, afora os registros um tanto camuflados no livro-caixa da empresa, mas não incluídos no balanço, essa transação não foi formalizada, com a assinatura de um contrato, carta de dívida, ou nota promissória; isto quer dizer que, caso a *Chapecó-Peperly* se negasse a pagar a dívida, não teriam meios legais para executá-la.

Faulhaber sabia, no entanto, que se tratava de um negócio arriscado, e qualquer retirada de capital, fosse por parte dos sócios da *Chapecó-Peperly*, ou da *Colonizadora Meyer*, ou ainda, por parte dos colonos, representaria a falência da primeira, e comprometeria a segunda empresa. Foi o que ocorreu em julho de 1926, quando um dos sócios da *Chapecó-Peperly* retirou o seu capital, provocando o colapso, e o suicídio de Faulhaber.

Nessas circunstâncias, Meyer nomeou o guarda-livros Eduard Hempe como novo diretor da empresa. Em sua primeira correspondência, esboçando os seus planos para futuro, afirmou:

esse empréstimo, sem eu saber, feito à Chapecó-Co., foi uma pesada decepção para mim, pois com isso comprometeu a minha própria existência. Caso os colonos de Neu-Württemberg retirassem repentinamente o seu capital, com muito sacrifício, conseguiremos saldar esses títulos. A sorte foi que a morte repentina de Faulhaber não causou pânico entre aqueles que têm capital aplicado junto à *Colonizadora*, situação que deverá ser mantida sob controle. [...]. Mas você deve evitar que essa situação delicada vaze e cause desconfiança entre os colonos, fazendo com que retirem seu capital e, com isso, quebrem a minha Empresa também.⁵⁶⁴

A partir de então, Meyer proibiu qualquer relação entre as contas e os funcionários das duas empresas. Seu nome deveria ser dissociado desse outro empreendimento de colonização, o qual mudou seu escritório para Porto Feliz.

⁵⁶⁴ Carta. Leipzig, 30/9/1926. Herrmann Meyer ao Diretor Eduard Hempe, Colônia Neu-Württemberg – Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer a Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

Como plano de trabalho, caberia a Hempe liquidar a colonização em um prazo máximo de 2 a 3 anos, além de recuperar o capital cedido à *Chapecó-Pepery*.⁵⁶⁵ Sugeriu também que as transações financeiras fossem transferidas para o *Banco Brasileiro Alemão*, reduzindo gradualmente os empréstimos e depósitos de colonos junto à direção, “pois não são vantagem, e a *Colonizadora* não deverá se transformar em Caixa Econômica ou Banco”.⁵⁶⁶

A morte de Faulhaber, por si só, gerou um clima de instabilidade na colônia Neu-Württemberg, como notou Hempe, atribuindo o mesmo ao fato de que, talvez, “alguém da *Chapecó-Pepery* comentou que a *Colonizadora Meyer* tinha investido ali algumas centenas de contos, e isso gerou desconfiança. Muitos correram e trocaram seus créditos por terras, outros por dívidas de terras, outros simplesmente retiraram seu dinheiro”. Para complicar, a *Chapecó-Pepery*, alegando não dispor de capital, não estava pagando a sua dívida, e o *Banco Brasileiro-Alemão* havia cobrado a primeira parte do empréstimo de Rs. 30:000\$000 – empréstimo contraído para a mesma em nome da *Colonizadora Meyer*, pela sua credibilidade.⁵⁶⁷ Em 1928, a dívida da *Colonizadora Meyer* apresentava os seguintes números: junto ao Banco Brasileiro Alemão, Rs. 22:093\$775; no Banco do Comércio uma hipoteca de Rs. 70:000\$000; no Banco da Província, Rs. 10:000\$000, e os depósitos dos colonos, Rs. 293:004\$287, totalizando Rs. 395:098\$062.⁵⁶⁸

As mudanças na direção da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e as circunstâncias envolvidas foram comunicadas por Herrmann Meyer ao consulado da Alemanha, em Porto Alegre. Estava preocupado, antes de tudo, com a imagem e o renome de sua empresa. Solicitou ao consulado para acompanhar de perto a nova direção e o comportamento das colônias. Sobre o suicídio de Faulhaber, comentou que, certamente, não sabiam por que a carta do Dr. Otto Schmied o havia levado a

⁵⁶⁵ Após a morte de Faulhaber, a *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.* manteve os seguintes sócios: Adolfo Stangler, Carazinho; Gustav Stangler, idem; Kreiser & Cia., Neu-Württemberg (uma sociedade entre Friedrich Kreiser e Hermann Flad); Antonio Honaiser, Carazinho; Herança do Sr. Faulhaber, Neu-Württemberg; Dr. Antonio Bittencourt Azambuja, Passo Fundo (advogado da Empresa); Dr. Otto Schmied, Não-Me-Toque. Como novos diretores da empresa, assumiram Adolfo Stangler e Friedrich Kreiser, e o seu representante em Porto Feliz passou a ser Erich Schild, genro de Faulhaber.

⁵⁶⁶ Carta. Leipzig, 30/9/1926. Herrmann Meyer ao Diretor Eduard Hempe, Colônia Neu-Württemberg – Pasta 1 – Cartas Herrmann Meyer a Empresa de Colonização, Caixa 44, MAHP.

⁵⁶⁷ Carta. Neu-Württemberg, 18/9/1926. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁶⁸ Carta. Neu-Württemberg, 12/6/1928. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

tal desespero, pois as circunstâncias por si só não o explicavam, indicando tratar-se de uma atitude precipitada. Fato era que Faulhaber não havia investido na *Chapecó-Pepery* apenas todo o seu dinheiro, mas também “quase meio milhão de mil-réis do capital da minha *Colonizadora*, sem que eu estivesse informado disso. As suas intenções, sem dúvida, eram as melhores: ele esperava com isso ganhar um bom juro para pagar à minha empresa”. Atribuiu esse desfecho ao fato de que “a colônia Neu-Württemberg se acostumou mal, a *Empresa de Colonização* manteve um caixa particular, e seu dinheiro foi ali aplicado a juros. Eles ganhavam 7%. Estava a *Chapecó-Pepery* pagando 12%”. Ao mesmo tempo, os colonos eram convidados a aplicar capital na compra de terras junto à *Chapecó-Pepery*, para posterior venda. “Faulhaber precisava contar com uma possível rescisão por parte dos sócios ou a repentina retirada dos depósitos junto à *Colonizadora Meyer*, o que ia colocar a minha própria empresa em perigo”. Naturalmente, em caso de necessidade, “eu poderia socorrê-lo daqui”, mas Faulhaber, “no auge de sua depressão, não encontrou uma solução”. Por fim, “isso vai se acalmar e ajeitar novamente. Eu peço para manter essas questões como confidenciais pelo bem do nome da *Colonizadora* e para não ver a infelicidade do Sr. Faulhaber exposta”.⁵⁶⁹ Portanto, essa questão do empréstimo foi tratada e se manteve como confidencial, porque comprometia a credibilidade e a imagem das duas empresas envolvidas, o que não era de seu interesse.

O passo seguinte foi quitar essa dívida entre as duas empresas. Era do interesse de Meyer que esse dinheiro fosse restituído no menor prazo possível. As negociações deveriam guiar-se no sentido de defender os interesses da *Colonizadora* e sem prejuízo aos colonos. “Prefiro liquidar meus bens com um capital menor e dormir tranqüilo, do que carregar esse peso e culpa por muito tempo”.⁵⁷⁰ Enquanto não chegavam a um acordo, deveria ser evitado qualquer protesto de dívida, pois isso provocaria desconfiança e uma avalanche de retirada de capital, quebrando, sem possibilidade de volta, a empresa. Isso era válido

⁵⁶⁹ Carta. Leipzig, 2/10/1926. Herrmann Meyer ao Consulado Alemão – Porto Alegre. Em anexo, Procuração do Dr. Herrmann Meyer a Eduardo Hempe, passada em 2/10/1926. Pasta POA 11. Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts. Berlin, Alemanha.

⁵⁷⁰ Carta. Leipzig, 10/8/1927. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

também para os empréstimos nos bancos.⁵⁷¹ Descapitalizada, a *Chapecó-Pepery*, na primeira tentativa de acordo, propôs-se a pagar o valor em pequenas prestações, mas, de imediato, não conseguiu cumprir com esse compromisso. Em 1927, apresentou então a proposta de fazer o pagamento em lotes coloniais, e reduzir os juros sobre o capital de 12% para 7%.⁵⁷² Eduard Hempe mostrava-se inclinado a aceitar, pois era a forma mais segura de garantir o pagamento da dívida, pois teriam um papel em mãos, e a tendência geral era a valorização dessas terras. Meyer, por sua vez, era contrário, pois o preço de um lote por Rs. 1:700\$000 lhe parecia muito elevado, e a venda dessas terras posteriormente era muito incerta, pois poderiam sofrer uma rápida valorização, como uma queda de preços, além disso, havia a dificuldade de ligação, dada a distância da via-férrea.⁵⁷³ Aceitando essa proposta, não converteria o capital em capital novamente, mas em bens de capital, o que não era seu propósito. Além disso, Meyer argumentava que “na minha idade, não é mais possível fazer negócios a longo prazo, e os meus herdeiros não poderão, quando eu fechar os olhos, estar diante de questões obscuras, sem saber o que fazer”.⁵⁷⁴

Depois de várias idas e vindas, finalmente em 1929, Hempe garantiu pelo menos a restituição do capital, somado a 6% de juros, ao assumir 218 lotes, de 24,2ha, a Rs. 2:200\$000, da *Chapecó-Pepery*, em Porto Félix, Santa Catarina, os quais foram revendidos imediatamente para o *Volksverein*, rendendo a transação Rs. 479:600\$000. Essa intermediação foi longamente negociada com o *Volksverein*,

⁵⁷¹ Carazinho, 12/4/1927. Empresa Chapecó-Pepery Ltda. p. Adolf Stangler a Eduard Hempe – *Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer*, Neu-Württemberg. Pasta 6 – Cartas – Diversos Paul Pflüger a Empresa de Colonização; Empresa Chapecó-Pepery, Caixa 46, MAHP.

⁵⁷² Um lote de terras em *Porto Feliz de Mondahy* – ao que tudo indica, *Mondahy* era o nome original da região, e em toda a documentação da *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.* e anterior, aparece o mesmo denominando a região, então renomeada Porto Feliz. Com o Estado Novo, voltou o nome original, Mondahy/Mondaí – estava custando em 1927, Rs. 2:500\$000, devendo ser pago um conto de réis de entrada, e o restante em dois anos, com 7% de juros. No mês seguinte em diante pretendiam aumentar o preço para Rs. 3:000\$000. Isso porque do outro lado do Uruguai, o governo já estava vendendo os lotes públicos por Rs. 7:000\$000. Ainda, propunha pagar a dívida com lotes coloniais de 25ha, ao valor de Rs. 2:100\$000, ficando a *Colonizadora Meyer* responsável pela sua comercialização posterior (Ofício. Carazinho, 20/4/1927. Empresa Chapecó-Pepery Ltda. para *Kolonisations Unternehmen Dr. Herrmann Meyer*, Neu-Württemberg. Pasta 6 – Cartas – Diversos Paul Pflüger a Empresa de Colonização; Empresa Chapecó-Pepery, Caixa 46, MAHP).

⁵⁷³ Carta. Leipzig, 24/2/1927. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁷⁴ Carta. Leipzig, 9/5/1928. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP. Desde fevereiro de 1929, Meyer estava muito doente, mas a partir do mês de julho voltaria para Leipzig e retomaria as suas atividades (estava em Baden-Baden). Carta. Leipzig, 7/6/1929. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

“uma empresa séria”, que, dessa forma, faria os pagamentos, parcelados em dois anos, mediante nota promissória, diretamente para a *Colonizadora Meyer*.⁵⁷⁵ Por outras pendências financeiras, a empresa acabou por assumir 61 hectares na colônia Porto Feliz, que foram logo revendidos novamente.

Como última meta, liquidar definitivamente a venda das terras da colônia Fortaleza/Erval Seco. Para agilizar esse processo, todas as estratégias eram válidas, para atrair um fluxo contínuo de colonos, iniciando pela redução do preço de um lote colonial, descontos para compradores de áreas maiores, o que, aliás, deveria ser prioridade, podendo, nesses casos, baixar os preços até Rs. 2:200\$000, e os pagamentos, dentro do possível, deveriam ser efetuados no ato da compra, ou a curto prazo. Essas estratégias comprometiam parte dos lucros, mas interessava a Meyer, em primeiro lugar, recuperar o capital investido. Afinal, “a tentativa de especular com essa área não foi uma boa opção, agora ainda vamos ter prejuízos por conta disso” – Meyer acusava por isso, sem o declarar, Hermann Faulhaber.⁵⁷⁶

No pós-Revolução de 1923 e Coluna Prestes (1926), o mercado de terras na região estagnou, em razão da crise financeira e os preços baixos dos produtos agrícolas. Ainda, o fluxo migratório do estado, tanto da antiga quanto da nova zona colonial, estava se dirigindo para Santa Catarina. Em 1929, a situação da *Colonizadora* estava “à beira de uma catástrofe”, pois os recursos financeiros estavam escassos, e a entrada de capital era insignificante.⁵⁷⁷ Essa conjuntura desfavorável prejudicou a liquidação definitiva dos bens da empresa.

Meyer tinha como objetivo liquidar os bens imóveis e a *Colonizadora* como um todo, propondo a venda de todo o seu patrimônio ativo e passivo, “pois estou velho e a minha doença não me abandonou, logo, quero limpar a mesa dos seus

⁵⁷⁵ Carta. Neu-Württemberg, 1/6/1929. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig; Carta. Leipzig, 7/6/1929. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁵⁷⁶ Mais do que nunca, Meyer queria recuperar o seu capital aplicado no Brasil, pois “no outono faleceu um dos meus irmãos, e há poucas semanas, o outro. Eles eram os principais acionistas do *Instituto Bibliográfico* de Leipzig, que devido à alta inflação, havia sido transformado em uma sociedade anônima. Nenhum deles tem filho-homem para poder sucedê-los como acionistas no *Instituto*. Por isso, preciso contar sempre com o imprevisto, de essas ações da herança serem vendidas e eu precisar comprá-las. E isso será impossível se a curto prazo não vir uma remessa significativa de dinheiro de Neu-Württemberg” (Carta confidencial. Leipzig, 30/7/1929. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP).

⁵⁷⁷ Carta. Neu-Württemberg, 10/4/1929. Eduard Hempe a Walter Schimpf, Leipzig. – (advogado de Meyer). Pasta 1 – Cartas diversas – sucessão H. Meyer a. Caixa 45, MAHP.

negócios”. Eduard Hempe foi encarregado de montar uma estratégia para agilizar uma venda total, ou caso contrário, estudar a melhor forma para proceder à liquidação e uma previsão do tempo necessário para isso.

No espaço colonial, a retirada definitiva da *Colonizadora* nem sempre foi bem vista e compreendida – principalmente por parte do *Schulverein*, que dependia dos subsídios da empresa e, com isso, viu-se em dificuldades. Mas Meyer não se abalou, pois

quem está na vida pública, sempre deve esperar que suas medidas sejam criticadas. As pessoas se acostumaram aí [na colônia Neu-Württemberg e na *Colonizadora*], a sempre esperar pelo meu subsídio e não conseguem entender que isso precisa mudar.⁵⁷⁸

Avaliando todas as possibilidades e o quadro financeiro da *Colonizadora*, Eduard Hempe concluiu, em 1932, que não era possível prever até quando poderia encerrar os negócios, pois, de um lado, havia a venda de terras e a cobrança das prestações antigas, do outro, as dívidas da empresa, e, como fator externo, a instabilidade política do país. Os últimos contratos de pagamento dos colonos venceriam em 1933 – caso isso se confirmasse, precisaria ainda 1 ou 2 anos para liquidar as dívidas –; isso se as condições de comércio de terras melhorassem e só se vendesse ainda à vista.⁵⁷⁹ Mas, “a situação está tão complicada, os preços dos produtos agrícolas tão baixos, que os colonos não conseguem mais juntar o dinheiro para pagar o seu imposto e a escola para os filhos”.⁵⁸⁰

A morte de Herrmann Meyer e o processo de sucessão de bens colocaram novamente a *Colonizadora Meyer* sob suspense. Em primeiro lugar, Eduard Hempe viu-se em dificuldades para negociar com Elisabeth Meyer, a herdeira e sucessora na empresa, isso porque ela pretendia nomear seu genro, Dr. Otto Mittelstädt, como procurador geral.⁵⁸¹ Contrário a tal atitude, mas colocando o seu cargo a disposição,

⁵⁷⁸ Carta. Leipzig, 15/8/1931. Herrmann Meyer a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa], Caixa 44, MAHP.

⁵⁷⁹ Carta. Neu-Württemberg, 29/3/1932. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas Herrmann Meyer a Eduard Hempe [e vice-versa], Caixa 44, MAHP.

⁵⁸⁰ Carta. Neu-Württemberg, 19/8/1933. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa], Caixa 44, MAHP.

⁵⁸¹ Em “conformidade com o Código Civil Alemão, artigos 1937, 1938, o falecido instituiu, por disposição testamentária, Elisabeth Meyer como sua herdeira universal, conforme título de herdeiros passado pelo Tribunal de Segunda Instância de Leipzig, secção V.7 em 14 de novembro de 1932” (Inventário – Dr. Heinrich August Herrmann Meyer, inventariado, e Elisabeth Margareth Joanna

Hempe apresentou como argumento a seu favor a sua trajetória na *Empresa*, e o seu empenho, nos últimos anos, para pagar o elevado débito da mesma. Lembrou ainda que “os colonos são desconfiados, e uma troca de diretor, poderá colocar a credibilidade da *Empresa* em perigo, e eles vão retirar os seus depósitos, dinheiro que não temos para devolver”.⁵⁸²

Na Alemanha, a morte de Meyer também deixou a família em dificuldades econômicas, segundo as informações repassadas por Walther Schimpf, responsável pelo escritório e os assuntos da *Colonizadora Meyer* em Leipzig, bem como de outras questões burocráticas da família. Nas ausências prolongadas de Meyer, bem como ao longo de sua convalescença, foi o responsável direto por toda a correspondência e decisões.

Tudo o que foi feito recentemente por Faulhaber e você (casa, manutenção, provisões, presente, etc.) foi obra minha, e nem sempre foi fácil fazer prevalecer a minha vontade. Mas, eu acredito que procedi corretamente, e por isso eu desejo pôr fim ao trabalho dos meus últimos anos. Fora eu, ninguém mais tem o mínimo de interesse por Neu-Württemberg, muito pelo contrário, eles têm horror à *Empresa*, porque todos os meus sacrifícios não conseguem encerrá-la e resolver a contabilidade. Logo, pressa traz necessidade, e se eu não trabalhar mais junto, então será difícil despachar aqui ainda alguma coisa.⁵⁸³

Walther Schimpf sugeriu a Eduard Hempe, para que resolvessem os destinos da *Colonizadora* sem a intervenção direta de Elisabeth Meyer. Argumentava que era

extremamente difícil tratar de negócios com a Sra. Meyer, pois ela não tem noção sobre a *Colonizadora*, sente-se por isso insegura, e pergunta, ora para esse, ora para aquele conhecido seu, e se deixa levar pelos velhos conselheiros de seu marido. E os conselheiros amigos, na maioria, também não têm noção, e assim, sempre aparecem novos equívocos, que geralmente complicam a minha vida, e que provavelmente vão me fazer deixar a função. Sobre a sua procuração é a mesma coisa. No ano passado ela já estava pronta, então o Dr. Mittelstädt colocou dificuldades – ele ainda

Meyer, inventariante. Cartório da Provedoria de Cruz Alta, 1935. Inventário N° 266, Maço 8, Estante 64, APERS. Cópia fotográfica autenticada, Caixa 30, MAHP).

⁵⁸² Elisabeth Meyer havia proposto, também, que Walter Faulhaber, filho de Hermann Faulhaber, assumisse a *Colonizadora*, mas este recusou o convite (Carta. Neu-Württemberg, 19/8/1933. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP). No que se refere à retirada dos depósitos dos colonos, essa ameaça permaneceu até o vencimento dos últimos depósitos, em fevereiro de 1939, no valor total de Rs. 153:700\$000. Naquele contexto, outra vez, a *Colonizadora* não tinha dinheiro para quitar essa conta, pois a venda de terras estava parada (Carta. Pindorama, 15/12/1938. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 – Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP).

⁵⁸³ Carta. Leipzig, 13/4/1934. Walter Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 – Cartas Walther Schimpf à *Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer*, Caixa 45, MAHP.

é jovem (30 anos) e um pouco incoerente, daí não foi concedida uma única procuração geral a ele, e já me incomodei muito com ele.⁵⁸⁴

Sem uma nova procuração em mãos, Eduard Hempe estava impossibilitado de fazer qualquer transação em nome da *Colonizadora*. Apenas em outubro de 1933, Walther Schimpf remeteu outra procuração, para ser traduzida e registrada, explicando que conseguiu enviar o texto da mesma para Elisabeth Meyer assinar, enquanto estava em sua casa de campo, na Baviera, “longe daqueles que sempre a aconselham, e assim, ela assinou”. Avisava também que deveria providenciar uma reserva de capital “para se virar sozinho, pois a situação não está nada boa”.⁵⁸⁵

O inventário de Herrmann Meyer, iniciado em 1933, estagnou em 1934, porque a empresa não tinha em mãos 60 contos de réis para pagar as despesas do processo, e não conseguiram fazer um empréstimo ou hipoteca, o que sinaliza para a sua fragilidade. Em correspondência ao consulado, Eduard Hempe expôs a sua indignação, pois “por tantos anos trabalhamos em prol do *Deutschtum* e mantivemos a escola no *Stadtplatz* por 25 anos, bem como subsidiamos as escolas das picadas e, agora, quando precisamos de 60 contos, não conseguimos um empréstimo ou hipoteca”.

Nessas condições, vender os bens da *Colonizadora* na íntegra era complicado porque, junto aos mesmos, estavam as dívidas, como o pagamento dos impostos sobre os 13.000 hectares de terras, incluindo os 9.500 hectares já vendidos, mas sem escritura. Muitos compradores já haviam se comprometido a realizar a escritura assim que concluíssem o inventário, mas obrigar os demais a fazerem a escritura, resultaria na devolução de uma série de colônias, o que não era interessante para a empresa, pois traria novas despesas, como a restituição de

⁵⁸⁴ Carta confidencial. Leipzig, 30/6/1933. Walther Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 - Cartas Walther Schimpf à *Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer*, Caixa 45, MAHP. Relativo às suas filhas, informou também que a caçula, Gertraud, era mais tratável, e a única que demonstrava algum interesse pela colônia fundada por seu pai e pela *Empresa*. Gertraud ficou como herdeira dos bens da Empresa no Brasil, com a morte da mãe, enquanto a irmã ficou com outros bens na Alemanha. Todavia, pelas leis brasileiras, essa forma de herança era inválida, daí os ajustes necessários. Anualmente, Gertraud escrevia uma carta a Paul Pflüger agradecendo a remessa de seus dividendos (Pasta 10 - Cartas Gertraud Hosse, Herbert Tauber e Erich List a Paul Pflüger, Caixa 45, MAHP). Em setembro de 1953, Gertraud entrou com processo de divórcio, casando posteriormente com Kurt Hosse (Carta. Frankfurt an Main, 17/4/1953. Erich List a Paul Pflüger, Panambi. Pasta 10 – Cartas Gertraud Hosse, Herbert Tauber e Erich List a Paul Pflüger, Caixa 45, MAHP).

⁵⁸⁵ Carta. Leipzig, 4/10/1933. Walther Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 – Cartas Walther Schimpf a *Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer*, Caixa 45, MAHP.

parte do pagamento já realizado, para o que não tinham meios, além de “tocar essas pobres pessoas nessa época [de crise] de sua casa e de seu quintal”.⁵⁸⁶

Na Alemanha, era impossível conseguir alguma ajuda para amenizar as dificuldades financeiras da *Colonizadora*. Em março de 1934, Walter Schimpf apresentou um quadro da situação financeira da herdeira, Elisabeth Meyer.

A Sra. Meyer está viajando para München, e há algumas semanas, teve uma crise nervosa, e desde então, é impossível falar com ela sobre questões financeiras e impostos. Desde há um mês ela está com necessidade de dinheiro, pois toda a legalização da herança aqui também implica em altos custos. Ela só possui uma grande moradia em Leipzig, uma casa de campo na Baviera, e um elevado número de ações do *Instituto Bibliográfico*. Mas, as ações, há dois anos, não trazem mais dividendos, e provavelmente esse ano e o ano que vem vão ficar paradas, pois todas as firmas tem por objetivo conseguir juntar os meios novamente para trabalhar e pagar suas dívidas nos bancos – e não investir em ações. A Sra. Meyer está vivendo só com a pensão que o *Instituto Bibliográfico* paga para ela, e que é bem elevada, mas não chega para suas despesas. A redução dos gastos é um processo lento, e a venda de uma ou outra propriedade até agora não foi possível. Ela poderia ter vendido algumas ações, embora com prejuízo, mas ela tem bons conhecidos que ficam aconselhando-a para dificultar a minha vida, deixando-a desconfiada, e no fim, nem sabe mais o que faz. Também já foram verificados na família Gareis, da qual ela descende, semelhantes casos de depressão. Nesse caso, nós devemos nos organizar para toda eventualidade, e tentar tratar de forma independente.⁵⁸⁷

Perante esse impasse, Hempe articulou então outras estratégias. Primeiro, viajou pelas suas colônias, oferecendo os lotes remanescentes para que os colonos comprassem mais um para os filhos, mas todos alegaram ter terras o suficiente, e, com os elevados impostos, não era interessante comprar para especulação. Como segunda proposta alternativa, contratou a venda de um lote por 2 contos de réis aos colonos e se, em dois anos, ele não encontrasse um comprador, a *Colonizadora* aceitaria a devolução do lote, pagando ainda 7% de juros sobre o valor. Dessa

⁵⁸⁶ Carta. Neu-Württemberg, 22/9/1934. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 – Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP. Ao mesmo tempo, Walther Schimpf reforçava a oferta de venda da empresa por 100 contos de réis à Eduard Hempe, mas este alegava não dispor desse capital. Também estavam em negociação com um grupo de holandeses, que pretendiam comprar 100 lotes. Contudo, acabou dando em nada, visto que eles haviam aplicado o seu dinheiro em ações de petróleo, e com a queda do preço do mesmo, viram-se em dificuldades, e desistiram da compra (Carta. Leipzig, 13/4/1934. Walter Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 – Cartas Walther Schimpf a Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer, Caixa 45, MAHP).

⁵⁸⁷ Carta confidencial. Leipzig, 1/3/1934. Walter Schimpf a Eduard Hempe, Neu-Württemberg. Pasta 9 – Cartas Walther Schimpf à *Kolonisations-Unternehmen Dr. H. Meyer*, Caixa 45, MAHP.

forma, conseguiu o capital necessário para pagar as custas do inventário, concluído em 20 de abril de 1936.⁵⁸⁸

Na seqüência, tendo em vista *estar em processo de liquidação*, Eduard Hempe empenhou-se em cobrar as contas dos colonos devedores, e agilizar as escrituras pendentes. Como previsto, muitos colonos antigos que ainda não haviam pagado suas terras, deixavam-nas ou devolviam, mas nesses casos, conforme o contrato, a *Colonizadora Meyer* não tinha a obrigação de restituir parte do valor já pago. Contudo, na revenda dessas terras, contavam com um prejuízo de aproximadamente 20%.⁵⁸⁹

A venda de terras estagnou definitivamente no início da década de 1940, contribuindo para isso, como fator externo, a II Guerra Mundial, e interno, a retenção dos bens da empresa, por ser de propriedade de uma estrangeira *sú dita do Eixo*. Na falta de dinheiro e sem poder conceder as escrituras por ver seus bens retidos, a empresa deixou de pagar os impostos de suas terras, razão pela qual, em 1944, a Coletoria Estadual de Palmeira moveu uma execução judicial contra ela, penhorando parte dos seus bens. Para evitar que os mesmos fossem colocados em hasta pública, a empresa pressionou os colonos com impostos atrasados para pagá-los.⁵⁹⁰ Em termos de princípios, seria um fim humilhante para a *Colonizadora*.

Portanto, as mudanças no cenário europeu, e na Alemanha em particular, comprometeram as finanças da família Meyer. A partir da I Guerra Mundial, a

⁵⁸⁸ Carta. Neu-Württemberg, 27/4/1936. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 – Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP. Foram inventariados, como bens de Herrmann Meyer: móveis Rs. 1:564\$919, devedores em conta corrente Rs. 242:118\$964, dinheiro em caixa Rs. 28:017\$520. Dívidas passivas: a herança era devedora por diversos títulos e a diversas pessoas Rs. 163:536\$146. Possuía como terrenos: lotes coloniais em Cruz Alta 69,3ha Rs. 13:860\$000; lotes urbanos e chácaras em Cruz Alta 23,36ha Rs. 13:360\$000; lotes coloniais situados no município de Palmeira com área total de 3.735,9ha avaliados em Rs. 375:590\$000; chácaras e terrenos urbanos, na sede da colônia Fortaleza, com 111ha, avaliados em Rs. 22:200\$000. Capital total: Rs. 694:711\$403, descontadas as dívidas passivas, restava o *monte mór* líquido de Rs. 531:173\$257. Além desses bens, pertenciam à sucessão também as terras já vendidas, mas ainda aguardando a escritura, em alguns casos, não fornecida porque os compradores ainda não haviam pagado o valor integral da mesma, e em outros, por falta de numerário, com área total de 9.703,9ha, avaliados em Rs. 1.442:023\$000 (Inventário – Dr. Heinrich August Herrmann Meyer, inventariado, e Elisabeth Margareth Joanna Meyer, inventariante. Cartório da Provedoria de Cruz Alta, 1935. Inventário N° 266, Maço 8, Estante 64, APERS. Cópia fotográfica autenticada, Caixa 30, MAHP). Para esse processo, foram contratados como advogados da *Colonizadora*, Eulino Ramos e Castilho e Pedro Rod Veleda, ambos de Cruz Alta.

⁵⁸⁹ Carta. Pindorama, 15/12/1938. Eduard Hempe a Else Meyer, Leipzig. Pasta 5 – Cartas Eduard Hempe a Else Meyer, Caixa 44, MAHP.

⁵⁹⁰ Circular. Pindorama, 5/7/1944. Elisabeth M. J. Meyer, p.p. Paul Pflüger aos colonos. Pasta 2 – Cartas Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP.

Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer passou a ser uma importante fonte de renda para Herrmann Meyer, embora a colonização jamais se caracterizou efetivamente como um negócio lucrativo. Isso porque o retorno do capital era moroso, e nas décadas seguintes, a desvalorização da moeda alemã somada à alta da inflação, transformava as remessas de capital do Brasil em valores irrisório, afora os empecilhos legais que barravam a transferência de elevadas somas de dinheiro.⁵⁹¹ A sucessão Meyer aumentou a pressão no sentido de liquidar os negócios e bens da empresa, como uma tentativa de levantar fundos para arcar com as suas despesas na Alemanha, e em segundo plano, por não simpatizar com esse empreendimento no exterior. Para as filhas de Meyer, especialmente Gertraud, o dinheiro enviado do Brasil era a sua poupança e melhor fonte de renda – aliás, em uma das cartas, Gertraud e seu marido, Herbert Tauber, lamentavam por terem ficado “extremamente pobres”, e precisavam recomeçar a sua vida, e que a possibilidade de recomeçar no Brasil ainda se afigurava.⁵⁹² Em 1967, Paul Pflüger ainda realizou uma remessa de 1.900 marcos alemães (DM) para a herdeira, Gertraud Hosse. Em 1966, a sucessão da *Colonizadora Meyer* possuía no distrito de Erval Seco 134,63 hectares de terras, a 5,000 o hectare, ou seja, CR. 673.150,00 por lote colonial.⁵⁹³

⁵⁹¹ No contexto pós-II Guerra Mundial, a remessa de dinheiro do Brasil para a Alemanha foi um dos maiores complicadores, somando-se ainda a desvalorização da moeda alemã. Por exemplo, em 7 de fevereiro de 1962, Paul Pflüger remeteu Cr. 100.000,00 para a conta de Gertraud Hosse, mas, pelas novas regras bancárias, uma alemã não podia receber mais de 1.000.00DMk do estrangeiro por mês, além de não ter marcos no mercado para fazer a conversão. Assim, precisariam ver no banco alemão a possibilidade de converter esse valor em ouro, ou uma outra alternativa. Essa questão foi um dos maiores empecilhos então (Panambi, 11/3/1962. Paul Pflüger a Gertraud Hosse, Manheim. Pasta 1 – Cartas diversas – sucessão H. Meyer a. Caixa 45, MAHP). Em 1968, com a morte de Paul Pflüger, o advogado Eugen Leitzke solicitou uma procuração às herdeiras da Colonizadora, para então legalizar as pendências, mas não há mais registros a partir de então, justamente porque a colonização foi encerrada (Procuração. Panambi, 17/12/1968. Certidão de 29/12/1969, Caixa 30, MAHP).

⁵⁹² Pasta 10 - Cartas Gertraud Hosse, Herbert Tauber e Erich List a Paul Pflüger, Caixa 45, MAHP.

⁵⁹³ Balanço da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*. Panambi, 31/12/1966, Caixa 30, MAHP.

CAPÍTULO IV

COTIDIANO DA COLONIZAÇÃO E DA COLÔNIA

De todos os melhoramentos, de todas as aquisições conseguidas com sacrifícios nem sempre só materiais, nada vejo. Leio-o apenas em cartas e aqui só me resta bater-me com descontentes que, com todos os meios procuram sujar a minha causa, atacando-me com as mais torpes calúnias. Só me causam incômodo, transtorno e preocupações.

Herrmann Meyer citado por FAUSEL, 1949: 12

Colonos alemães são os que vêm povoando o pitoresco núcleo de New-Württemberg (sic) e atualmente que tudo vai multiplicando-se pelo trabalho, pela dedicação na arena do labor, é agradabilíssimo, surpreendente, o espetáculo que se nos depara aos olhos uma dessas colônias.

Minoly Gomes de Amorim, Democrata, 7/7/1907.

Nas relações cotidianas⁵⁹⁴ da colônia e dos seus colonos é possível perceber até que ponto o projeto de colonização elaborado por Herrmann Meyer, foi implementado na íntegra ou adaptado, pressionado pelas circunstâncias, mediado

⁵⁹⁴ Michel de Certeau (2008: 31), citando Paul Leuilliot, afirma: “cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este ‘mundo memória’, segundo expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história ‘irracional’, ou desta ‘não-história’, como o diz ainda A. Dupront. O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível...”, mas “não tão invisível assim”.

pela atuação de seus procuradores e sua rede social, acionada quando necessário, e a contrapropaganda. Nesse espaço, investiga-se também a atuação dos colonos, objetos centrais da colonização, sua organização em defesa de seus interesses comuns, via associativismo e partidos políticos, inserindo-se econômica e politicamente na região.

4.1 IMPASSES DA COLONIZAÇÃO: IMIGRANTES OU COLONOS

Analisando a conjuntura brasileira do século XIX, José de Souza Martins (1973) entende que o imigrante possui um “papel social” de natureza histórica, entre outros papéis sociais que compõem a configuração estrutural dessa sociedade. Ele representa a migração no seu duplo sentido: enquanto mobilidade e remanejamento de força de trabalho no mercado internacional, e enquanto um *movimento social*, dado que subjetivamente têm sentido como preservação ou rejeição de um tipo de vida, como conservação e inovação.

A princípio, tratava-se de uma política de colonização inserida na crise do Brasil agrário. Com a abolição do tráfico negreiro, porém, o que se necessitava era de uma política de imigração para a constituição de um mercado de mão-de-obra, que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura. Pautado nessas novas exigências, a imigração teria de perder seu vínculo exclusivo com os núcleos de povoamento, voltados para a produção de pequenos proprietários e de alimentar a agricultura de subsistência. Todavia, qualquer imigrante era um potencial proprietário, visto as facilidades para a aquisição de sua propriedade. Com o intuito de contornar essa questão, o governo promulgou a Lei de Terras, em 1850.

Essa lei alterava fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. [...]. O imigrante pobre teria que entrar no País com um destino predeterminado: força de trabalho para a grande lavoura (MARTINS, 1973: 51-52).

As opiniões sobre a imigração divergiam. Por um lado, apresentava-se o imigrante como trabalhador, morigerado, sóbrio e laborioso. Por outro, nacionalistas, como Alberto Torres, já no século XIX questionavam a colonização com elementos estrangeiros em detrimento aos nacionais. Alegavam que os imigrantes, rapidamente, se *caboclizavam*, assumindo os ares dos miseráveis nacionais e pouco contribuíam para a riqueza nacional. Só onde havia uma pronta ação do Estado, com a distribuição de terras e a abertura de estradas, os núcleos coloniais podiam progredir.⁵⁹⁵

O imigrante é, antes de tudo, um trabalhador, e sua existência está vinculada especificamente à existência ou não de trabalho. No caso do Rio Grande do Sul, o imigrante vinha para ser colono, e tinha razão de existir enquanto havia terras em abundância disponíveis para os mesmos. Quando a disponibilidade de terras reduziu muito, e o excedente populacional das antigas zonas de colonização precisava ser acomodado, cerraram-se as portas para a entrada de imigrantes – no caso, retiraram-se os subsídios. A partir daquele momento, o imigrante não tinha mais razão de ser. Para Sayad (1998: 55), “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser”. Nesse sentido, um imigrante “só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho;

⁵⁹⁵ Alberto Torres era partidário do retorno da população ao campo. Para ele, a introdução de imigrantes para suprir a falta de mão-de-obra barata e eficaz era dispendiosa para a economia nacional, além de oferecer perigos sociais e vencer, na concorrência, o trabalhador nacional. Além do mais, considerava que os imigrantes, sofrendo nenhuma seleção oficial, desviavam-se em larga escala da zona rural, aumentando o número de pequenas indústrias no meio urbano, formando um contingente de operários nômades e não produtores. “O colono estrangeiro será, quase absolutamente, sempre, por índole, por força do espírito, dominante na vida mundial e intensíssimo entre nós, de avidez de ganho, um instrumento de exploração da nossa terra e da nossa gente, indiferente ou hostil a tudo quanto nos interessa” (TORRES citado por MARSON, 1976: 159). Era ferrenhamente contrário à introdução de imigrantes estrangeiros, defendendo a tese do aproveitamento do “trabalhador nacional”. De acordo com o seu raciocínio, “quando o governo do Império cogitou de importar colonos, para começar a resolver o problema do trabalho assalariado, e quando o primeiro bandeirante de São Paulo, que teve a vantagem de se apropriar de terras, expulsou seu companheiro de aventuras, para dar lugar na fazenda ao estrangeiro emigrado, a monarquia e o proprietário ignorante, senão egoísta, iniciaram o processo de abandono do brasileiro e a dispersão da nacionalidade, que, a partir do sacrifício do primeiro pajem caboclo, para a valorização do café – e da desnacionalização do nosso alto comércio e das nossas grandes indústrias, para a desnacionalização dos instrumentos superiores da vida mental, desde a imprensa até a educação e as religiões – estão fazendo da nossa terra uma hospedaria de exploradores, sobre um território depredado” (TORRES citado por MARSON, 1976: 160).

porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele”.

A alocação do imigrante em sua gleba estava condicionada aos interesses dos seus contratantes. Em São Paulo, a imigração foi motivada pela repressão ao tráfico e pelo encarecimento do escravo. Assim, não houve colonização, mas importação de braços, canalizados para os cafezais, no sistema de parceria.⁵⁹⁶ Ao contrário, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná receberam verdadeiros colonos, isto é, “imigrantes que entraram imediatamente na posse de terra e passavam a viver como pequenos proprietários rurais. Gozavam de valores especiais, viviam sob um regime de núcleo colonial e nada tinham que ver com os latifundiários brasileiros” (MORAES in DAVATZ, 1972: V). Construíram então sua identidade de *Kolonist*, colono, a qual os congregava. Ellen Woortmann (2004) chama atenção que esse termo implica duas dimensões associadas: de um lado, significa trabalhar a terra, ser produtor de alimentos e nesse sentido, é sinônimo de *Bauer*. De outro, significa abrir novas fronteiras agrícolas, muitas vezes em terras distantes e desconhecidas. No entanto, os dois termos sempre estão ligados à terra. Buarque de Holanda (in DAVATZ, 1972) reforça essa idéia, apontando como razão a falta de uma tradição rural da maioria dos imigrantes na Alemanha, daí que muitos teuto-brasileiros se identificam como *colono (Kolonist)*, e só raramente com a palavra *camponês (Bauer)*.

No século XX, o termo *colono* passou a significar um diferencial entre o imigrante rural e urbano, e utilizado muitas vezes de forma depreciativa. O colono seria então o imigrante alemão/descendente que trabalhava na roça com sua família, raramente ia à cidade, falava apenas o dialeto e, por vezes, um português arrevesado, com sotaque. Do lado oposto, estava o imigrante alemão/descendente da cidade, voltado para atividades comerciais, artesanais, operários, etc., identificado como um indivíduo bilíngüe (alemão e português) que falava o ‘alemão

⁵⁹⁶ Sistema que vigorou nas fazendas paulistas no início da imigração particular. “Consistia em pagar o trabalho do colono com uma porcentagem sobre a colheita. Embora fosse muito usado nas primeiras colônias do tipo das fundadas pelo senador Vergueiro, foi substituído pelo pagamento de salário prefixado, muito mais eqüitativo para o colono que ficava mais garantido contra as oscilações de preço do café e outros riscos. O sistema de parceria teve uma influência enorme sobre as condições subseqüentes do trabalho nas fazendas. Serviu de experiência, de método provisório até fazendeiro e colono encontrarem uma fórmula de contrato que satisfizesse ambas as partes” (MORAES in DAVATZ, 1972: VI).

puro' e estava integrado à sua condição de cidadão brasileiro. Essa distinção não estava vinculada à etnia (SANT'ANA, 1991).

Os imigrantes se ajustavam com maior dificuldade a uma colônia em fase de implantação. A adaptação não tinha relação somente com o clima ao qual não estavam habituados, mas também a adaptação ao restante da população era algo complicado.

Apesar da mesma origem étnica e da mesma língua, há entre os alemães e os descendentes de alemães uma diferença maior do que entre estes e os brasileiros originais. Quase um século e meio da história da Alemanha passou sem deixar vestígios nos descendentes dos imigrantes. Da velha herança alemã em contatos com a nova pátria emergiu uma cultura própria, que ao alemão do "Reich" – assim são denominados pelos colonos os imigrantes recém-vindos das províncias da Alemanha – se afigura estranha e não poucas vezes é julgada atrasada (RAMBO in RAMBO e RABUSKE, 2004: 66-67).

Uma parcela dos emigrantes alemães, já no século XIX, era composta por cidadãos, com uma variada gama de profissões, desigualdade de nível cultural e diferença de mentalidade. Chegados ao Rio Grande do Sul, a maior parte custou a adaptar-se à vida rural, sendo os primeiros a desejar estabelecer-se nas cidades, ou após um estágio nas colônias agrícolas, ou mesmo desde o embarque.

Essas questões, embora presentes no debate brasileiro em torno da imigração e colonização, não foram consideradas pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* no momento da fundação das colônias. Foram os resultados práticos decorrentes da instalação dos primeiros imigrantes/*Einwanderer* e colonos nacionais/*Kolonist* que acenderam as discussões entre a administração da empresa e o colonizador sobre o tipo ideal a ser instalado, para evitar a falência do projeto como um todo. Após sucessivos problemas e confabulações em nível de *Colonizadora*, chegou-se ao consenso de que os imigrantes eram inadequados para uma colônia em fase de instalação, ao contrário dos colonos nacionais, e só aproveitáveis para uma segunda fase de colonização, como imigrantes urbanos ou em lotes de segunda mão. A partir de 1906, quando foram editados os últimos prospectos da *Colonizadora Meyer*, o foco da propaganda foi direcionado em definitivo para a antiga zona colonial do Rio Grande do Sul.

O primeiro impasse surgiu já com Carlos Dhein, enquanto sócio e administrador da *Empresa de Colonização*. Ele, como colono e conhecedor das *colônias velhas*, direcionou sua propaganda para essa região, realizando-a

pessoalmente ou via terceiros, explicitando tratar-se de uma colônia para realocar o excedente populacional da antiga zona colonial. Quando adquiriu a posse que deu origem à colônia Xingu, um pequeno número de colonos, conhecidos seus, inclusive seus irmãos, acompanharam-no e se estabeleceram no local, auxiliando nos trabalhos de medição e abertura de estradas, com a instalação das primeiras roças. Por sua vez, Herrmann Meyer imaginava uma colônia com e para emigrantes alemães, trazendo os dois primeiros imigrantes pessoalmente para a colônia Neu-Württemberg, em 1898: Holzwardt e Friedrich Zügel, ambos camponeses de Württemberg, com o intuito de se estabelecerem na colônia como pioneiros, aguardando a chegada de mais um grupo de 150 famílias de camponeses, o que não se concretizou.

Desde o momento do desembarque no porto de Rio Grande até a sua instalação em alguma colônia, os imigrantes eram disputados por agentes da colonização, muitas vezes sendo desviados de seu percurso original. Conforme o secretário João J. Pereira Parobé, da *Secretaria dos Negócios das Obras Públicas*, em seu relatório de 1902, apesar da cautela da Diretoria responsável,

continua a exploração dos vendedores de terras, que desviam os colonos enviados pelo governo para os núcleos coloniais. Grande número de imigrantes não chegam ao ponto de seu destino, indo, levados pelo engodo de promessas mentirosas, ocupar terras particulares, depois de ter o Estado feito regular despesa com o seu transporte. Isto dá-se principalmente com os colonos alemães remetidos para Ijuí e Guarani, justamente os núcleos cujo afastamento de Porto Alegre maiores despesas determinam para o transporte de imigrantes. Não há dúvida que, estando a Diretoria prevenida, como está, evita muitas vezes essa exploração. Mas o remédio para esse mal consiste em acabar o Estado com o transporte dos imigrantes, empregando a grande soma assim despendida em melhoramentos nas zonas colonizadas, principalmente abrindo estradas que facilitem o escoamento dos produtos (*Relatório. Obras Públicas*, 1902: 41).

Aliás, os agentes da emigração estavam presentes em todos os espaços percorridos pelos emigrantes, desde o porto de saída, até a colônia de destino, fossem elas públicas ou particulares. Herrmann Meyer era contrário ao pagamento de agentes na Alemanha para arregimentar emigrantes, por isso, incumbiu-se pessoalmente e por meio de seu escritório, por uma década, de arregimentar e selecionar aqueles a serem destinados para o seu complexo colonial. A cada nova leva, comunicava com antecedência à administração os nomes dos imigrantes.

No Rio Grande do Sul, os agentes de imigração concentravam-se no porto de Rio Grande, em Porto Alegre, e nas estações de trem de Santa Maria e Cruz

Alta, todos eles locais de baldeação, oferecendo terras baratas e de qualidade à venda em diversos núcleos coloniais. Para evitar esse contato, bem como sua passagem por Porto Alegre, onde significativa parcela de imigrantes decidia permanecer, a *Colonizadora Meyer* optou por enviá-los pela linha de trem Rio Grande – Bagé – Santa Maria – Cruz Alta.⁵⁹⁷

Com o propósito de conquistar o seu espaço no campo da colonização e ser respeitada, a *Colonizadora Meyer* viu-se obrigada a oferecer algumas vantagens e propostas competitivas aos seus compradores. Assim, entre 1897 e 1900, sob a administração de Carlos Dhein, foram concedidos adiantamentos em dinheiro aos imigrantes e colonos nacionais, para a compra do lote colonial, ferramentas e mantimentos, a juros módicos, a serem quitados no prazo estipulado na carta de dívida. Porém, essa prática rapidamente mostrou-se insustentável, pois a inadimplência e os prejuízos extrapolaram os limites de crédito da empresa.⁵⁹⁸

Um dos casos de maior projeção nesse período e que colocou a *Colonizadora* em alerta foi do imigrante Johann Heffner. Interessado em emigrar para a colônia Neu-Württemberg, mas desprovido de capital, solicitou um

⁵⁹⁷ Implementar um esquema ordenado de recepção e encaminhamento dos imigrantes desde a sua chegada até a colônia foi um processo demorado dentro da *Colonizadora*, e no primeiro quinquênio da colonização, o ponto central de problemas e contradições. No segundo semestre de 1902, Herrmann Meyer reclamava com Horst Hoffmann sobre esse aspecto, pois havia recebido várias reclamações de imigrantes que chegaram a Rio Grande, e ninguém estava a sua espera para auxiliá-los no pagamento ou isenção das taxas alfandegárias e um hotel, causando pânico. Em alguns casos, o imigrante havia gasto quase todo o seu capital no pagamento das taxas, por desorientação. Outra sugestão consistia em fazer um *baner* com o nome da *Colonizadora – Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer* –, estendendo-a no porto, permitindo assim aos imigrantes rapidamente a identificação do representante da mesma – embora isso parecesse coisa norte-americana. A mesma regra deveria ser seguida em Porto Alegre e na colônia, onde sempre deveria estar um representante da *Colonizadora* bem informado (Carta. Leipzig, 1º e 2/9/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

⁵⁹⁸ Para garantir a permanência de alguns colonos e auxiliar nas construções de suas casas, mantimentos, etc., Carlos Dhein costumava conceder elevados empréstimos, particularmente quando se trava de pessoas de suas relações pessoais. Assim, conforme o balanço de 1901, o maior devedor, dentre os colonos, localizado na colônia Xingu, era Jacob Harres, com Rs. 20:016\$400, seguido por Arthur Dhein, com Rs. 4:072\$000. Em Neu-Württemberg, Adolfo Dhein no valor de Rs. 7:502\$800. A dívida de Harres era impagável, e com os elevados juros, só aumentava, por isso Horst Hoffmann havia pensado, “visto tratar-se de pessoa diligente e honesta, a trabalhar em um pequeno moinho, para assim reerguer-se, pois vender a sua casa e bens agora com a crise é improvável”. Na conta dos prejuízos em Neu-Württemberg, constava “prejuízo pela fuga de F. Zügel, Thill, Hahmann, P. Dhein, Scherengowski, Walaszewski”, num valor total de 3:200.000. Já na colônia Xingu houve “prejuízo por fuga do devedor H. Lindner”, na quantia de Rs. 25.000. No total, somando com outras despesas, teve um prejuízo de Rs. 17:365\$990 pelo balanço de 31 de dezembro de 1901 (Relatório 12. De 16 a 31/12/1901. Porto Alegre, 3/1/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

adiantamento de 1.200 marcos junto a Herrmann Julius Meyer (pai),⁵⁹⁹ de quem era conhecido, mediante a assinatura de uma declaração de dívida, a qual seria lançada nos livros de contabilidade da *Firma Herrmann Meyer*, após ser revalidada em conformidade com as leis brasileiras.⁶⁰⁰ O referido imigrante chegou a Cruz Alta em 6 de março de 1899, sem trazer familiares. Quando interpelado por Carlos Dhein para assinar a revalidação da declaração de dívida, negou-se, alegando que o empréstimo era um negócio particular entre ele, Heffner, e Herrmann Julius Meyer, não dizendo respeito à *Colonizadora Meyer*, bem como achava injusto pagar 6% de juros sobre os 1.200 marcos cambiados em 22 de dezembro do ano anterior.

Defendendo os interesses da companhia, Dhein alegou não ser possível fazer uma exceção, pois isso geraria atritos com os outros colonos, visto que todos pagavam 6% de juros. Ademais, Heffner veio “sem um *Pfennig*”, não podendo pagar sequer o valor da entrada do lote colonial, de Rs. 200\$000, muito menos o valor total, de Rs. 800\$000, conforme o combinado.

Senão, vou precisar adiantar, ainda, Rs. 800\$000 para que o Sr. Heffner possa comprar mantimentos etc., e mais ainda se instalar na colônia. Se viermos a ter mais desses imigrantes, que não têm um tostão roto quando chegam aqui, eu já posso lhe dizer hoje que em seis anos não vão conseguir pagar suas dívidas de móveis e imóveis, muito menos a colônia.⁶⁰¹

Decorrente desse fato, as condições para empréstimos e juros foram modificadas, exigindo mais garantias, como avalista para a assinatura de notas promissórias; e a assinatura do contrato de compra com a máxima brevidade.⁶⁰²

O desfecho desse caso ocorreu antes mesmo do esperado. No informe sobre o andamento da colonização, datado de 9 de abril, assinado provavelmente pelo contador da empresa, foi anexada a seguinte observação: “Johann Heffner pegou as suas coisas e fugiu da colônia de ‘*mala e cuia*’ [*ist mit Sack und Pack von der Colonie geflohen*], estou esperando ele com ajuda policial, que ele deve vir por Santa Bárbara para Cruz Alta. Vou deixá-lo preso na polícia até Carlos Dhein

⁵⁹⁹ Durante os meses de sua segunda expedição ao Xingu mato-grossense, que se estendeu por quase todo ano de 1899, Herrmann Julius Meyer, pai de Herrmann Meyer, respondeu pelos interesses da *Colonizadora*, bem como enviava dinheiro e recebia a correspondência.

⁶⁰⁰ Carta. Cruz Alta, 5/2/1899; 15/2/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer. Caixa 63, MAHP.

⁶⁰¹ Carta. Cruz Alta, 6/3/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer. Caixa 63, MAHP.

⁶⁰² Carta. Cruz Alta, 6/3/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer. Caixa 63, MAHP.

retornar de sua viagem”.⁶⁰³ O abandono puro e simples da colônia, representava apenas um prejuízo isolado para a *Colonizadora*; contudo, seus desdobramentos poderiam ser danosos para o futuro da colonização, caso Heffner iniciasse uma campanha difamatória contra o empreendimento. Na sua versão dos fatos, Carlos Dhein explicou:

o Sr. [Herrmann Julius Meyer] já deve ter recebido há poucos dias uma carta de Heffner, na qual ele tenta denegrir a minha imagem perante o senhor; mas um indivíduo como Heffner nem pode me injuriar. Eu vou dizer. Seu comportamento após a sua chegada eu já lhe informei, mas isso da colônia foi ainda melhor. Portanto, depois que eu o levei para a colônia, seu filho [Herrmann Meyer] mandou uma carta pedindo que logo pagasse o valor da entrada, o que ele não pôde fazer, porque não tinha mais um vintém quando cobrado. Não fazia nada enquanto descansava da viagem, consumindo os mantimentos que lhe dei, sem trabalhar. Nem mesmo a lenha para queimar ele lascou, queimou a lenha da cerca que havia ao redor da casa; roubou milho do sócio, etc. Mas o pior, o que mostra o seu caráter, que depois ele ainda vendeu os mantimentos dos outros, ganhando dinheiro. Seu pobre cavalo [...] ele martirizou até quase a morte [...]. Sua única resposta para a pergunta por que ele vai deixar a colônia é: “Sim, meus filhos de Porto Alegre não me mandam dinheiro e eu sou muito velho para trabalhar, eu imaginei que eles iam me mandar 70-80,000rs, daí eu iria poder cumprir meus compromissos, mas assim eu vou morrer de fome na colônia, então, trabalhar eu não posso. Meus filhos precisam me sustentar”. O que dá para ver, os filhos estão por aí, se eu lhe disser que um filho de Heffner foi preso três vezes por roubo; a filha está no negócio do *demimonde*, e assim por diante. Eu lhe peço por isso que pessoas semelhantes a Heffner, que os pais se deixam sustentar pelos filhos, não sejam mais mandadas para cá. Com esse tipo, a Sociedade vai ter duplo prejuízo, primeiro, vamos perder o empréstimo dado; segundo, vamos perder indivíduos para povoar a colônia. Eu agora já estou para combater isso. Eu vejo a necessidade de mandar um artigo ao Dr. Kapffs, antes que caia em um jornal alemão um artigo de Heffner, para ter uma resposta à mão. Quanto ao adiantamento que o Sr. fez ao Heffner de Mk. 1.200,00, eu lhe informo que isso não vai ser registrado no meu livro, pois ele se recusa a assinar uma carta de dívida pelas nossas leis. Peço para agora em diante esclarecer as pessoas que, quando eles aqui chegarem, vigoram apenas leis brasileiras e que precisam corresponder a elas.⁶⁰⁴

Um imigrante descapitalizado, necessitando de empréstimo e auxílios para sua subsistência; sem família e “muito velho para trabalhar”, não servia em definitivo para a colônia. Ainda, era desastroso para a credibilidade da *Colonizadora*, e um testemunho de um emigrante supostamente enganado manipulado na imprensa

⁶⁰³ Carta. Cruz Alta, 9/4/1899. “D. O.” p. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP.

⁶⁰⁴ Carta. Cruz Alta, 26/4/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer, Leipzig. Caixa 63, MAHP. Indiretamente, Carlos Dhein responsabilizou Herrmann Julius Meyer pelo incidente e os problemas decorrentes, pois, afinal, foi ele quem mandou esse elemento para a colônia e forneceu o adiantamento em dinheiro. À Firma colonizadora, causou um prejuízo de Rs. 692\$500, referente a adiantamento em mantimentos e outros (Livro Caixa 1899 – *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, MAHP).

alemã poderia fazer um estrago sem precedentes. Outro aspecto a ser adaptado a partir de então se referia à questão legal: os emigrantes uma vez no Brasil, tornavam-se automaticamente imigrantes e por extensão, estrangeiros, valendo então as leis brasileiras, e precisavam estar cientes disso, e a documentação da *Colonizadora* deveria ser unificada nesse sentido. Misturar negócios privados e negócios da empresa não era muito interessante, logo, deveria ser evitado.

Com esse episódio, ficou evidente a necessidade de fazer uma triagem dos emigrantes já no momento de sua partida, para evitar problemas posteriores na colônia. Mais alguns “Heffner” significavam a iminente falência do projeto de colonização, seja pelos prejuízos financeiros, seja pela difamação que poderiam sofrer. Segundo Carlos Dhein,

os dois imigrantes de Württemberg, Holzward e Friedrich Zügel que o senhor [Herrmann Meyer] trouxe, já se mandaram. O Holzward logo voltou a Porto Alegre, a fim de aguardar a chegada de sua esposa, do Luiz Zügel e de alguns outros imigrantes. Quando chegaram, o Holzward tanto insinuou que quase todos mudaram os planos e juntamente com Heinrich Schüler viajaram para as Missões, e Holzward e mais 4 ou 5 famílias foram na direção de Guarani. O Luiz Zügel, logo em Porto Alegre, foi envolvido por larápios e acabou perdendo quase todo o seu dinheiro. Viajou então a Cruz Alta e chegou à minha casa. Declarou-se disposto de ir para a nova colônia. Mas não é pessoa para trabalhar na roça. Está agora aqui em Cruz Alta, ganhando seu sustento como pintor. Sua família mandou-lhe 500 Marcos e ele está falando que pretende voltar para a Alemanha. Prezado Dr. Meyer, não vou afirmar categoricamente que os imigrantes da Alemanha não prestam, é que eles deverão primeiro adaptar-se, o que provavelmente leva alguns anos. Johann Heffner e Hermann Lindner também fugiram, como um ladrão na noite escura aproveitando a minha ausência por viagem. Heffner ficou preso por dois dias, mas depois não podiam mais fazer nada, e deixaram-no ir, e, agora, soube que anda por Porto Alegre. Por favor, não mande mais imigrantes da Alemanha que não têm recursos. Deve ser gente que disponha de dinheiro para pagar a viagem e ainda disponibilidade para o sustento de no mínimo para dois anos. Senão essa gente aqui vai passar muita miséria.⁶⁰⁵

Tais casos, registrados no espaço micro da colônia, foram fundamentais para a elaboração de uma política de imigração e colonização por parte da *Colonizadora Meyer*, delineando os seus limites, objetivos, e o seu público alvo, estabelecendo categorias de *desejáveis* e *indesejáveis*. Primeiro, era fundamental

⁶⁰⁵ Carta. Cruz Alta, 17/9/1899. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP. No caso específico de Friedrich Zügel, Carlos Dhein acabou por conceder-lhe um adiantamento para retornar para a Alemanha e buscar a sua família e mais outras, pois enquanto viveu ao “modo alemão”, acabou por se endividar, mas, agora, já havia se ajustado ao modo de vida da colônia – ao contrário de seu irmão, Luiz Zügel, que não servia para colono. Outro objetivo dessa viagem consistia em consertar novamente o que Heffner havia estragado (Carta. Cruz Alta, 19/9/1899. Carlos Dhein a Herrmann Julius Meyer; Carta. Cruz Alta, 21/9/1899. Friedrich Zügel a Herrmann Julius Meyer; Carta. Cruz Alta, 1º/1/1900; 15/1/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP).

dispor de capital. Segundo, a emigração deveria ser de famílias e não de indivíduos isolados, pois raramente uma família abandonava a colônia sorrateiramente. Terceiro, os colonos da zona de colonização antiga eram mais indicados para a fase inicial da colonização, pois já estavam adaptados ao modo de vida local, e raramente fatos similares seriam registrados.

Outra tática já adotada por Carlos Dhein, e depois reproduzida por Horst Hoffmann, foi dissuadir os emigrantes interessados em se estabelecer na colônia, mas “impróprios”. Convidado por Herrmann Meyer para emigrar para as suas colônias, Carl Berger, de Seegeritz, Alemanha, expôs seus propósitos a Carlos Dhein, que considerou

muito louvável o seu propósito de vir para o Rio Grande do Sul. Mas... o que posso deduzir de suas cartas, é que o senhor mal dispõe de dinheiro para custear as despesas de viagem, e que para outras eventualidades o senhor não teria dinheiro algum. Dessa maneira, o senhor não vai longe. Parece boa proposta de que o Dr. Herrmann Meyer lhe tenha prometido ceder um lote colonial ao preço de 806\$000rs, e o resto a prazo a 6% de juros ao ano. Mas isso não significa praticamente nada. É muito recomendável que o senhor, além disso, ainda disponha de dinheiro necessário para suprir a manutenção – alimento, vestuário, ferramentas de trabalho, saúde, etc. para um período de um até dois anos. É certo que em nenhum lugar nesse país o senhor vai conseguir dinheiro a juros tão baixos. Em geral a taxa de juros aqui é de 12% ao ano. Até ocorrem casos em que são cobrados de 18 a 24%. Da parte do Dr. Meyer o senhor não deve esperar outros adiantamentos, além do parcelamento do valor da colônia de terras, pois ele já pagou muito pato com os imigrantes do tipo “alemães novos” (*Neudeutschländer*). Provavelmente o senhor me responderia que suas intenções são as mais honestas, que o senhor pretende trabalhar e economizar arduamente e assim devolver o dinheiro emprestado. Mas isso todos os que o precederam, também, afirmaram. É que as circunstâncias difíceis não tardam a se manifestar. E quem uma vez queimou os dedos, teme o fogo. Talvez em cima desses argumentos a sua resposta seria que o senhor e a sua esposa se encontram na flor da idade, que estão dispostos a trabalhar duro, etc. Mas a minha resposta é que o senhor jamais conseguirá executar seus ideais. Aqui no Brasil, tudo é diferente da Alemanha. Inicialmente o senhor aqui vai fazer muita coisa errada e vai acabar afundando nas dívidas. É essa a desgraça que até agora coube a todos os imigrantes “alemães novos” (*Neudeutschländer*). O senhor deveria dispor de no mínimo 1.000 Marcos, além das despesas de viagem. Caso contrário, aconselho-o a esperar ainda por dois a três anos para a realização de seus planos. No Rio Grande do Sul, ainda há muita terra disponível. É sua a opção de se orientar por meus argumentos colocados nesta carta.⁶⁰⁶

Enquanto o Estado acolhia todos os imigrantes, uma colonizadora privada não podia receber indivíduos sem capital, e sustentá-los. Assim, mesmo que

⁶⁰⁶ Carta. Cruz Alta, 6/11/1899. Carlos Dhein a Carl Berger. Caixa 63, MAHP. Tradução Eugen Leitzke.

houvesse imigrantes, não interessavam os pobres.⁶⁰⁷ Horst Hoffmann lamentava que “entre os europeus” havia tão poucos que se prestavam para a colônia ou queriam ir para lá. A maioria, quando chegava a Porto Alegre, onde eram orientados de como seguir para chegar à colônia, acabavam permanecendo ali. Aqueles que ainda seguiam para Neu-Württemberg, “deve-se esperar que a qualquer momento vão embora novamente”. Até então – maio de 1902 –, apenas “uma família útil” vinda da Alemanha, efetivamente permaneceu – família Friedrich von Braun –, os demais imigrantes abandonaram a colônia imediatamente ou após uma breve estada, pois imaginaram esse lugar “de forma errada”, criando muitas expectativas.

Nós estamos num ponto em que todas as pessoas, que emigram com muitas expectativas da Europa para cá, ou já permanecem aqui em Porto Alegre, ou após pouco tempo já abandonam a colônia novamente, o que significa um grande dano para nós, porque eles aqui no estado, como também na Alemanha, ficam mal-humorados. Nós também temos de ter presente que precisamos de força de trabalho, de técnicos para ajudar na construção de pontes e nos traçados de estradas, que possam trabalhar bem e independentes sob as ordens de Scharf.⁶⁰⁸

Além dos camponeses alemães, a colônia perdia para as áreas urbanas esse tipo de profissional de ofício, tão necessário, mas ainda com poucas possibilidades para se sustentar apenas com o seu trabalho.

Herrmann Meyer, por sua vez, encarava essa situação com mais tranqüilidade.

⁶⁰⁷ Relatório 6. De 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP. Contudo, nas colônias públicas, tais questões também eram preocupantes, especialmente no que se refere à dívida colonial. Nesse sentido, o governo do estado, por meio da *Secretaria de Obras Públicas*, expediu uma circular em 16 de março de 1900, orientando sobre os procedimentos a serem adotados em relação àqueles que já estavam estabelecidos há mais de 7 anos em seu lote colonial, sem proceder à referida quitação, até 31 de dezembro de 1899, data após a qual se devem considerar os lotes revertidos ao domínio do Estado, para serem vendidos em hasta pública. Conferindo a lista dos referidos devedores, a Secretaria orientava aos responsáveis pela arrecadação da dívida colonial em proceder a uma análise criteriosa de cada caso, para não cometer injustiças, no sentido de negociar formas de pagamento da dívida com os “bons colonos”, que por razões diversas, não conseguiram juntar o capital necessário, mas estavam se esforçando para isso. Do contrário, aos “maus colonos, remissos, de maus costumes” deveriam ser aplicadas todas as penas, inclusive a perda do lote, “que alguns mesmo não beneficiam convenientemente, pois não se ocupam da lavoura com assiduidade, nem construíram casa de moradia, tendo feito quando muito pequenos ranchos ou palhoças insignificantes”. Por essas razões, a permanência de tais elementos nos lotes “que eles estragam e devastam, é pernicioso”, devendo-se, nos casos em que se enquadrarem, proceder ao devido despejo (*Relatório da Secretaria de Obras Públicas...*, 1900: 22). Logo, o despejo era uma prática legal, praticada pelo poder público, amparado legalmente, bem como pelas empresas privadas, quando se viam lesados economicamente pelo descumprimento dos contratos de compra e venda de terras.

⁶⁰⁸ Relatório 9/10. De 1 a 31/5/1902. Porto Alegre, 5/6/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

É muito triste se colonos, que saíram daqui para lá, vão novamente embora, mas não podemos mudar isso, então as pessoas que vão daqui constroem, apesar de todas as advertências, sempre muitas ilusões, e quando colocados diante da necessidade do trabalho, então facilmente desanimam. Quando me pedem informações, especialmente pessoas mais instruídas e bem instaladas, sempre pergunto se realmente estavam dispostas a mudar de atividade e lugar e se querem assumir os trabalhos ali necessários.⁶⁰⁹

Para exemplificar as *ilusões fantásticas* que os alemães faziam a respeito de Neu-Württemberg, lembrava das famílias Schlemminger e Löb, com as quais havia trocado correspondência por um ano, informando detalhes sobre Neu-Württemberg. Mesmo assim, haviam criado uma imagem falsa sobre tudo, principalmente as mulheres, e o resultado sempre era o mesmo. Só esperava que essas famílias, “quando retornarem para cá, não se rebelem”. Comentou ainda que um jornal alemão de Porto Alegre havia reproduzido uma notícia de Cruz Alta, tratando sobre o retorno dos imigrantes, afirmando “que nós induzimos essas pessoas. Você deve entender que essa acusação não é verdadeira, pois não me é possível, se eu não vejo essas pessoas pessoalmente, logo, é difícil saber se eles realmente prestam para a colonização”. Era necessário que cada emigrante reduzisse suas expectativas em relação ao que ia encontrar, mesmo que imaginasse a situação muito mais complexa.⁶¹⁰ Conforme Meyer,

o próprio diretor Sellin, informava que dos emigrante que iam para a colônia da Hansa, cerca de 30% abandonavam a mesma novamente. Nós não podemos nos assustar com isso, pois é preciso que cada colônia se transforme, e a Empresa precisa pegar junto e ajudar aqueles colonos mais fracos, mas que demonstram vontade e dedicação, a superar as primeiras dificuldades. Como primeiro princípio, precisamos dar trabalho para essas pessoas, como na abertura de estradas e outras atividades, e com isso propiciar-lhes recursos para que possam prover as suas necessidades, enquanto a colheita não era suficiente para suprir suas carências. A Hansa tem esse mesmo princípio e o pratica com sucesso. Assim, Horst deveria dar dentro do possível trabalhos a eles para que pudessem ganhar um dinheiro.⁶¹¹

A decisão de deixar a sua terra natal vinha acompanhada de uma série de expectativas em relação ao país escolhido para se estabelecer. No imaginário dos emigrantes, existia um lugar ideal, de fartura e riquezas. Ellen Woortmann (2004) parte da noção do *calling*, ou seja, chamamento, uma construção ideológica de

⁶⁰⁹ Carta. Leipzig, 12/5/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

⁶¹⁰ Carta. Leipzig, 24/11/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Porto Alegre. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁶¹¹ Carta. Leipzig, 8-10/1/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

inspiração bíblica, que levou milhares de (i)migrantes deixarem seu local de origem e deslocarem-se para novas terras a eles destinadas por Deus: a *nova Canaã*. Esse fenômeno também pode ser identificado como destino.

Para Horst Hoffmann e Alfred Bornmüller, eram sempre os “piores elementos” [dos imigrantes] os que abandonavam a colônia, e geralmente permaneciam em Porto Alegre, onde acabavam por se estabelecer e apresentar suas queixas ao consulado, implicando em problemas para a *Colonizadora*. Acreditavam então em um desenvolvimento mais seguro da colônia com colonos da antiga zona colonial.⁶¹² Em outros casos, os *maus* elementos foram *retirados* como medida *preventiva* para evitar uma insubordinação geral naquilo que se refere ao pagamento de suas dívidas de terras, como foi o caso de Luis Böhl – primeiro professor, depois comerciante e como última tentativa, colono.⁶¹³ Em todo caso, era necessário vedar a entrada na colônia de *aventureiros*.⁶¹⁴

Essa classificação maniqueísta entre *bom* e *mau* imigrante/colono perpassou também o processo de colonização no século XIX. De modo geral, a historiografia atribui o fracasso da colonização de Torres, em primeira instância, aos *maus* elementos ali instalados, e ao seu isolamento geográfico. Avançando nessa questão, Marcos Tramontini (1999) afirma que na fase pioneira, as autoridades responsáveis pela implementação do projeto de colonização realizavam uma triagem dos imigrantes, classificando-os como *bons* e *maus*, sendo os primeiros destinados para a colônia de São Leopoldo, e o *resto*, para o projeto de colonização de São João das Missões (1825) e de Torres (1826 – Três Forquilhas, como colônia protestante, e São Pedro de Alcântara, como católica). Contudo, essas categorias eram extremamente fluídas: na categoria de *maus* imigrantes geralmente eram enquadrados os *solteiros sem família*, apontados como *imorais*, *bêbados*, *criminosos*, e, por outro lado, também aqueles que reclamavam, que reivindicavam por seus direitos e o cumprimento das cláusulas contratuais. Assim, era bem mais

⁶¹² Cópia de carta anexa. Porto Alegre, 3/12/1903. Horst Hoffmann e Alfred Bornmüller a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶¹³ Carta. Leipzig, 24/11/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Porto Alegre. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP. Na opinião de Meyer, esse tipo de imigrante não servia para a agricultura. “Böhl, agora com talento para colono? Pois eu nunca imaginei que aquele preguiçoso servia para trabalhar na terra” (Carta. Leipzig, 12/6/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

⁶¹⁴ Carta. Leipzig, 4/1/1904. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

cômodo para a administração atribuir a alguns *maus elementos* a origem dos problemas da colônia, a ter de legitimar as suas reivindicações.⁶¹⁵ Quase um século depois, a colonização particular reproduziu a mesma prática e o mesmo discurso: a triagem continuava ocorrendo, incluindo um novo elemento decisivo: possuir ou não capital, ou seja, aqueles que tinham como pagar pelo seu lote colonial eram requisitados preferencialmente pelas colônias particulares, enquanto os pobres eram direcionados para as colônias públicas.

Com o objetivo de orientar a administração da *Colonizadora Meyer* e mapear os emigrantes, no segundo semestre de 1902, a direção da empresa elaborou, um questionário, a ser preenchido pelo candidato no momento de confirmar a sua partida da Alemanha, contendo os seus dados pessoais e as informações formais sobre pagamentos realizados. O questionário era enviado antes mesmo da saída do emigrante ou junto com este, para o administrador da empresa, o qual incluía as suas anotações, assinalando aqueles que efetivamente foram para a colônia, e aqueles que tomaram outro rumo.⁶¹⁶ De uma amostragem de 110 questionários, datados entre 1902 e 1908, 66 famílias de imigrantes (60%) foram para a colônia Neu-Württemberg ou Xingu – se efetivamente adquiriram terras e se estabeleceram, já é outro dado, não informado pelo questionário –, e 44 famílias (40%) tomaram destino ignorado, ou permaneceram em Porto Alegre, Cruz Alta, Santa Maria ou a colônia Ijuí.⁶¹⁷

As 66 famílias totalizavam 194 pessoas, predominando os jovens e jovens casais, com idade entre 20 e 30 anos: constavam 21 solteiros – nesse caso, alguns deixaram sua noiva na Alemanha para trazer mais tarde, ou eram parentes de outros imigrantes, ou noivos de filhas de imigrantes, ou simplesmente solteiros; 14 casais sem filhos – 28 pessoas; 8 casais com um filho – 24 pessoas; 13 famílias compostas pelo casal e dois filhos – 52 pessoas; e 12 famílias com 5 a 7 membros – 69

⁶¹⁵ Tramontini (1999: 208) salienta ainda que “a adjetivação ‘maus’ colonos, como resposta fácil, para a administração e para alguns historiadores, na explicação dos problemas vividos no período pioneiro da colonização de São Leopoldo e do projeto de envio de imigrantes para as Missões e para Torres, acabou resultando num tema tabu”.

⁶¹⁶ Relatório 11/12. De 1/6 a 12/7/1902. Porto Alegre, 17/7/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶¹⁷ Questionários. Pasta 3 – Fichas de imigrantes, Caixa 155, MAHP.

peessoas.⁶¹⁸ Relativo à religião, 55 famílias eram evangélico-luteranas; 7 famílias católicas; 2 famílias evangélicas não luteranas; 2 famílias anabatistas; uma pessoa sem religião, e um ilegível.

Já no quesito profissão atual e anterior, e se era proprietário ou trabalhador empregado, a grande maioria informou ser trabalhador sem propriedade própria. Uma minoria – 10,6% – definiu sua profissão como agricultor (*Landwirt* ou *Landmann*) e, portanto, da área rural. Os demais exerciam múltiplas profissões paralelas à agricultura ligadas ao artesanato; e a grande maioria foram agricultores como profissão anterior à atual. Dentre eles, 10,6% eram ligados ao comércio. As atividades dos demais eram extremamente heterogêneas: sineiro, marceneiro, jardineiro, barbeiro, operário de fábrica, moleiro, ferreiro, seleiro, fotógrafo, pedreiro, ajudante, professor, etc. – especialmente aqueles oriundos de Berlim, eram operários. Pelos indícios, predominaram os imigrantes urbanos com alguma formação ou experiência em trabalhos técnicos, também necessários na colônia, impulsionados pelo desejo de propriedade.

Sistematizando os dados apresentados pelos questionários, sobressai a abrangência da propaganda da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* nas diferentes regiões da Alemanha e adjacências, porém, não chegou a atrair um fluxo emigratório contínuo e compacto, muito pelo contrário, eram pequenos grupos familiares isolados, provenientes dos seguintes estados alemães: *Württemberg*, 11 famílias (Stuttgart 5, Dettingen 3); *Baviera*, 1 família (München); *Berlin*, 9 famílias; *Hamburgo*, 1 família; *Mecklemburgo*, 2 famílias (Schwerin); *Saxônia*, 12 famílias (Dresden, 6; Leipzig 1); Prússia, 25 famílias.⁶¹⁹ Ainda, alemães estabelecidos fora da Alemanha: 1 família da Romênia; 1 família da Suíça; 2 famílias da Áustria; 4 famílias da Hungria.⁶²⁰

⁶¹⁸ No total, são 66 fichas de imigrantes que foram para Neu-Württemberg, contudo, em duas fichas constava uma anotação de irmão solteiro ou genro, os quais acompanhavam a família, o que eleva esses números para 68 famílias/indivíduos.

⁶¹⁹ Manteve-se as definições de estado de origem conforme informado na ficha. Lembra-se, contudo que a Prússia deixou de existir no período nazista e definitivamente em 1947, quando o seu território na Alemanha foi fracionado, dando origem aos seguintes estados: Brandenburgo; Hesên; Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental; Baixa Saxônia, Renânia do Norte-Vestfália; Renânia-Palatinado; Saxônia-Anhalt; Schleswig-Holstein.

⁶²⁰ Relativo à origem dos emigrantes europeus que se dirigiram para as colônias de Herrmann Meyer, é notável a presença de alemães oriundos da Hungria, também nas décadas seguintes.

Nesse contexto, predominaram as famílias vindas da Prússia, seguidas pelas de Württemberg e Berlim. Todavia, esses dados tornam-se mais fluídos quando se constata que entre os colonos vindos de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, havia muitos imigrantes estabelecidos primeiramente ali, mas por questões diversas, remigraram para Neu-Württemberg; ainda, se somar a isso um grupo de mais de dez famílias de alemão-russos e alemão-poloneses, que haviam se estabelecido inicialmente em Porto Alegre, e posteriormente remigraram para a colônia Neu-Württemberg – parte desse grupo foram os fundadores da igreja Batista Imanuel. Além disso, Hermann Faulhaber, quando ainda estava na Alemanha, atuando junto a *Witzenhausen*, se comprometeu a enviar um grupo de alemães estabelecidos na Romênia para as colônias de Meyer, o que acabou não se efetivando.⁶²¹ Portanto, os imigrantes estabelecidos no complexo colonial de Meyer formavam um grupo heterogêneo.

Observando a configuração populacional da colônia de Neu-Württemberg e o comportamento dos imigrantes nesse meio, Hermann Faulhaber anotou, em inícios de 1903:

Quase metade dos nossos camponeses são “velhos colonos” [*alte Kolonisten*], acostumados à vida e ao trabalho na floresta, a maioria já nascidos no Brasil ou imigrados bem jovens. Eles vieram em sua maioria da antiga zona colonial da região leste do estado, em busca de terras baratas e lugar para ter os seus filhos. Eles têm como característica ser individualistas, independentes e autoconsciente, mais do que nossos camponeses lá [na Alemanha]. Eles são independentes, pelo menos em relação ao Estado, à Igreja, ao jornal, ao partido político, apesar de toda sua simplicidade são reis livres em sua terra. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ de nossos colonos são compostos de pessoas, que como artesãos (*Handwerker*) imigraram há anos, e em Porto Alegre ou outro lugar qualquer, exerciam o seu ofício, mas em decorrência da depressão econômica dos últimos anos, foram forçados a tornarem-se colonos: funileiro, serralheiro, sapateiro, marceneiro, ourives. Eles não sabem trabalhar tão bem como os velhos colonos, mas são bem ágeis. Até onde a situação permite, eles exercem paralelo ao seu trabalho agrícola o seu ofício. E só os alemães recém-chegados (*Deutschländer*) imigraram há pouco. Entre eles, há vários tipos humanos misturados. Eu lembro de dois jovens instruídos, agricultores de lá [Alemanha], solteiros, os quais estão morando juntos em uma tenda de

⁶²¹ “Faulhaber já é por algum tempo o administrador da entidade evangélica *Verein für Auswanderer* [Sociedade para a Emigração], e assim tem uma relação particular com a Romênia, sul da Rússia, Finlândia, etc. Vou deixar uma série de prospectos com essa sociedade, e acho que com isso vamos ficar bem conhecidos nessa terra. Da Romênia podemos esperar um considerável número de emigrantes, pois do outro lado do Mar Negro tem um grupo esperando para emigrar, que possuem um pequeno capital em mãos, e Faulhaber pensa que uma parcela dos mesmos se deixará conduzir facilmente para o Rio Grande do Sul e parte para Neu-Württemberg” (Carta privada. Leipzig, 20/10/1901. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

cigano. Vieram com todo tipo de teoria de agricultura para cá, e devido à quebra do arado e de outros experimentos, não plantaram nada ao longo deste ano que eles aqui se encontram; e apesar disso, se sentem homens importantes e regularmente vem a cavalo, com rostos sérios, para o *Stadtplatz* para comprar pão, fazer contato com os demais e saber dos últimos acontecimentos! Ao ver as suas figuras, muitas vezes lembro dos rapazes que brincam de “Urwälder”! Todavia, são pessoas simpáticas e eu gosto de vê-los na casa pastoral. Recentemente veio um eletrotécnico de Berlin com grande família, e era até então diretor de uma grande fábrica, e então perdeu toda sua fortuna, e procura aqui agora sua salvação. Um autêntico berlinense: “agora eu venho, agora tudo vai mudar aqui! Até agora não tinha ninguém aqui ainda que pudesse fazer algo por essas pessoas. Isso vai mudar. E uma festa de Natal bem diferente nós teremos da próxima vez, não mais demoradas velas de cera, mas sim lâmpadas elétricas. Isso vai impressionar as pessoas! Elas vão arregalar os olhos com isso!” Agora ele está lá no meio da floresta e provavelmente está trabalhando na sua plantação. E na colônia tudo está como antes... Outros, após ter enterrado as ilusões que trouxeram, logo se encontram bem aqui, como um Stuttgarter com família, até então empacotador em uma livraria; um marceneiro de Brettach; um eletrotécnico de Stuttgart com esposa, um *Siebenbürger* com família camponesa veio recentemente. Também não quero esquecer daqueles que, após uma curta estada, partiram novamente, porque a vida na floresta, uma vez experimentada, era bem diferente daquela que eles haviam imaginado. Trabalho e não pombas assadas voando, pequeno camponês e nenhuma salvação! [...]. O destino desses que vem para a colônia e em breve já jogam o machado e a enxada para o lado é, na maioria, difícil e triste! Muitos passam a beber cachaça, e acabam morrendo na beira de alguma estrada. Por isso, nunca é demais insistir: só pessoas que são acostumadas a pesados trabalhos braçais e têm alguma experiência, como nossos pequenos camponeses, ou um ofício, podem, depois de superadas as dificuldades iniciais, conquistar aqui uma existência satisfatória. Outros só com raras exceções (FAULHABER citado por FAULHABERSTIFTUNG, 1933: 14-15).

Em 1910, Hermann Faulhaber organizou um mapeamento da população da colônia Neu-Württemberg, no que se refere à sua língua vernácula (*Quadro 9*).

	Número de	
	Famílias	Almas
I - Habitantes cuja língua vernácula é a brasileira	19	107
II – Habitantes cuja língua vernácula é o alemão		
a) famílias cujo pai é natural do Brasil	86	440
b) famílias cujo pai é natural da Alemanha	89	313
c) famílias cujo pai é natural da Áustria	4	21
d) famílias cujo pai é natural da Rússia	8	36
e) famílias cujo pai é natural da Suíça	1	1
Total	207	918

Quadro 9 – Composição étnica da população da colônia Neu-Württemberg, 1910
 Fonte: Relatório. Neu-Württemberg, 6/6/1910. Hermann Faulhaber a Intendência Municipal de Cruz Alta. Livro Copiativo 7, Fl. 700, MAHP.

Pelos dados, 19 famílias falavam apenas o português, e, ao que tudo indica, eram luso-brasileiros, ou teuto-brasileiros assimilados. O restante das 188 famílias

falavam a língua alemã, inclusive as famílias teuto-brasileiras, que em número de indivíduos, eram a maioria da colônia. Já a grande maioria dos imigrantes eram naturalizados brasileiros.

Enquanto alguns imigrantes simplesmente abandonavam a colônia novamente, outros comunicavam a sua resolução à direção da empresa, em geral, dizendo-se iludidos, porque a colônia “não é nada daquilo que está escrito no prospecto”, como foi o caso, por exemplo, de Louis Faerber, conforme sua carta de setembro de 1903.⁶²² Em resposta a ele, Horst Hoffmann afirmou que não era do interesse do Dr. Meyer fazê-lo mudar de idéia, “se você em si mesmo não encontrar a aptidão para progredir”. Protestava, entretanto, contra o fato dele imputar a culpa pela frustração de seus planos a Meyer ou a sua empresa, pois, em primeiro lugar, deveria procurar as razões para isso em si mesmo.

Para o trabalho dos colonos, um se presta menos do que o outro, cada um corre o mesmo risco, e em cada colonização ele existe e vem à tona, que uma série de novos imigrantes abandonam a colônia novamente, porque eles não têm a correta aptidão, para se manter pelo seu trabalho.

Continuando, explicou que na colônia havia vários exemplos de colonos hábeis e diligentes cujos resultados de seu trabalho eram positivos. No começo do ano, ainda, havia escrito “claramente em seu *Prospecto* na página 12, que cada emigrante deveria ter ciência de que haveria muito trabalho”. O Dr. Meyer não garantia a prosperidade dos colonos, visto que isso dependia de cada um e era relativo. Logo, era inevitável que uma série de novos colonos abandonasse novamente a colônia. “Se você quer deixar a colônia, vale o artigo I §3, do contrato assinado, sobre a devolução do lote, onde os melhoramentos, e o seu trabalho e outros custos que teve não tem discussão – perde”. Ao contrário daquilo que Faerber afirmava, Meyer havia escrito, sim, um prospecto orientando os emigrantes, e, como era uma empresa particular, não possuía uma pessoa de confiança ainda na colônia. “Também sobre a sua anunciada brochura [contra a *Colonizadora Meyer*], o Dr. Meyer recebeu a questão com calma. Quando alguém o ataca, ele também sabe se defender, disso você pode ter certeza”. Enfim, agradaria muito a Meyer se voltasse atrás e permanecesse na colônia definitivamente, pois “com

⁶²² Carta. Neu-Württemberg, 7/9/1903. Louis Faerber a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 6 – Cartas – Diversos a Herrmann Meyer, Caixa 44, MAHP.

calma, vai dar certo, mesmo que lhe pareça difícil acostumar-se ao trabalho na terra”.⁶²³

Essa perturbação que inibia todos os novos assentamentos de imigrantes e colonos foi cunhada de “cólera da mata virgem” que, segundo o padre jesuíta Balduíno Rambo, tratava-se de uma “doença da alma”, a qual se aproximava ao “estado de espírito” sobre o qual narravam os viajantes do pólo quando precisavam permanecer por meses em cabanas apertadas de neve.

Uma irritação coletiva traz à tona o lado de sombra da personalidade do colono. Mesquinhez, discórdias, invejas e múltiplas formas de atrito, que andam de cabana em cabana tornando a vida insuportável. Não se trata normalmente dos pioneiros propriamente ditos que, munidos de machado e serra, avançaram sobre as frentes pioneiras na mata virgem, que sucumbem a este estado, mas os decepcionados “caçadores de níqueis” como o povo os chama, isto é, pessoas que perambulam de uma colônia para a outra, à procura do eldorado em cada nova colonização. Como o grande lance nunca acontece para eles, procuram em toda a parte o culpado, menos com eles próprios (RAMBO in RAMBO e RABUSKE, 2004: 62).

Afora as contingências internas e externas à colônia, as condições climáticas também prejudicaram em demasia as colheitas dos primeiros colonos. Em dezembro de 1901, teve início um longo período de estiagem no estado, atingindo as plantações e a criação de gado. Em 9 de fevereiro de 1902, Rudolf Scharf informou:

⁶²³ Carta. Porto Alegre, 9/12/1903 – Horst Hoffmann a Louis Faerber, Colônia Neu-Württemberg, Cruz Alta. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP. No quesito relativo à devolução do lote colonial, Faerber e Horst Hoffmann não entraram em acordo, sendo o segundo processado. Faerber obteve ganho de causa, transferindo residência para Porto Alegre. Esse caso em particular foi um dos principais motivadores para Horst Hoffmann deixar Porto Alegre, em maio de 1904, e retornar para a Alemanha, alegando ainda estar correndo risco de vida. Em setembro de 1904, Alfred Bornmüller comunicou a Faerber “que em virtude de seu lote n. 22 da linha Berlin, estar desocupado desde 20 de junho, sem moradia e plantio, perdeu o direito ao mesmo e todo o seu trabalho em 20 de setembro. Assim, solicitava qual a providência que o mesmo pretendia tomar para resolver a questão, ou se queria colocar outra pessoa na terra, pois o sr. Retzlaff estava interessado” (Carta. Neu-Württemberg, 26/9/1904. Alfred Bornmüller a Louis Faerber, Porto Alegre, Rua Hoffmann, 49. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Em novembro, reafirmou que ainda não havia passado a colônia para outro, mas conforme o contrato, por estar desocupada e não ter recebido resposta da outra correspondência, o mesmo havia perdido todos os seus direitos (Carta. Neu-Württemberg, 26/11/1904. Alfred Bornmüller a Louis Faerber, Porto Alegre, Rua Hoffmann, 49. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Já em dezembro, Bornmüller ofereceu o referido lote para W. Rogge, dizendo que enfim estava livre, e se o mesmo ainda tinha interesse na compra do mesmo (Carta. Neu-Württemberg, 17/12/1904. Alfred Bornmüller a W. Rogge, Linha Berlin. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Outro fato que motivou o processo de Faerber contra Horst Hoffmann foi a violação de correspondência por parte do segundo, pela qual ficou sabendo que o primeiro estava escrevendo uma brochura contra a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e os seus representantes. Em inícios de 1905, Faerber retornou para a Alemanha, comunicando que a referida brochura seria publicada em seguida, o que provavelmente não ocorreu, pois a correspondência de Meyer não mencionou mais esse fato posteriormente (cf. Correspondência de Herrmann Meyer, Horst Hoffmann e Alfred Bornmüller, 1904-1905, Caixa 42 e 43, MAHP).

“a situação das plantações é desanimadora, se dentro de 2 ou 3 dias não der uma boa chuva, toda colheita vai se perder”. Ao mesmo tempo, Rudolf Ahrons estava retornando da colônia Neu-Württemberg, e confirmou a situação, pois em virtude da demorada seca, as colheitas já estavam perdidas. Relatou ainda que as plantações, que em início de dezembro quando passou por ali estavam bem cultivadas e prometiam uma boa colheita, davam agora a mais triste imagem. Nos últimos dois meses, o calor intenso havia prejudicado tudo, queimando totalmente as plantações de feijão e milho, e não havia mais como salvar alguma coisa. Segundo ele, “se os pobres colonos não tiverem um socorro financeiro, eles vão ter de morrer de fome, porque não colheram o suficiente para o seu sustento. Quem tem gado, como porcos, cavalos e mulas, vende-os pelos menores preços, porque não tem milho para tratar”. Com essa seca, Neu-Württemberg havia sofrido mais do que outras colônias, e muitos colonos bem situados falavam em deixá-la e se estabelecer em algum outro lugar. Para o pagamento da próxima parcela dos lotes e os lotes reservados, os colonos não tinham recursos. Conseqüentemente, a oferta de terras para venda havia aumentado, justamente quando ninguém tinha dinheiro. Como uma possível saída, Ahrons aconselhou dividir os prejuízos com os colonos, para que não fossem embora, e fornecer-lhes sementes de trigo para que pudessem plantar, pois nas terras de Neu-Württemberg ele medrava bem, para tentar equilibrar as contas.⁶²⁴

Em visita a Neu-Württemberg na última semana de novembro de 1902, Horst Hoffmann verificou que a situação da maior parte dos colonos era realmente muito grave.

⁶²⁴ Relatório 3. De 1 a 15/2/1902. Porto Alegre, 8/2/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP. Situação semelhante viveu a população de Cruz Alta, em 1887-88. Em várias atas da Câmara Municipal, o tema abordado foi a carestia de sementes para o plantio. Em tais circunstâncias, a Câmara decidiu por comprar sementes de milho e feijão para distribuição junto aos “lavradores pobres”, como forma de auxílio, nomeando alguns cidadãos e estancieiros abastados para ordenar a entrega das sementes. Na segunda Sessão Ordinária, de 7 de novembro de 1888, a Câmara de Vereadores enviou um ofício ao Presidente da Província, expondo “o estado de penúria em que se acha grande parte da população do município: A colheita última foi, em conseqüência da seca, insignificante e por isso insuficiente para alimentação dos agricultores pobres. Este ano, as constantes e torrenciais chuvas que continuam produzindo inundações, impediram as plantações que esta Câmara procurou auxiliar, mandando distribuir sementes: A população pobre está ameaçada a sucumbir de fome, constando já terem falecido algumas pessoas, pedimos a V. Ex. socorros para aliviar esse infortúnio e prevenir males maiores. Esperamos de V. Ex. providências” (Ata da Segunda Sessão Ordinária. Cruz Alta, 7/11/1888, p. 32b-33. Atas da Câmara de Vereadores – 1887-1892, 002 AHM 189, MAHMCA).

Muitos, literalmente, não têm mais o que comer e só ainda vestindo trapos, tanto que crianças maiores andam seminuas.

Milho e feijão, que após a geada de início de outubro ainda puderam ser replantados, estão com boa aparência, isso se chover nos próximos dias. Mas, todos que plantaram sementes de trigo e centeio estão desesperados. O que a geada não matou, foi atacado por lagartas, tanto que várias manchas de plantações, de vários hectares, precisam, a meu ver, ser lavrados novamente e replantados. Nem pensar que a colheita desse ano vai arrancar as pessoas dessa situação.

Por isso é natural a preocupação, particularmente dos bons elementos, os nossos colonos mais antigos, visto que nós estabelecemos pela cláusula do contrato que o pagamento da metade do valor da compra deve ser feito em outubro 1903. Do meu ponto de vista e de Scharf, não há um colono em Neu-Württemberg que vai fazer uma boa colheita, e em 1903 não vai poder pagar mais do que os juros dos três anos decorridos. Eu olhei as roças de praticamente todos os colonos, particularmente daqueles que são nossos devedores, e a minha resposta assim para tal questão formulada foi que cada um que fez um bom trabalho e junto aos quais via que eles superavam com diligência essa fase ruim, não precisavam temer pelo seu futuro no fim de 1903, mas o contrato seria seguido ao pé-da-letra para aqueles que não cuidarem bem das suas roças. Talvez isso traga para muitos um impulso para dedicarem-se com todas as suas forças nesse ano [1903] às suas roças.⁶²⁵

Com o objetivo de ajudar os colonos e evitar uma debandada geral, Horst Hoffmann intensificou os trabalhos de abertura e construção de estradas, possibilitando assim uma fonte de renda aos colonos para comprar comida.

Naquela situação pouco propícia para o desenvolvimento da colônia, e de pobreza extrema dos colonos, surgiu outro imprevisto.

Eu quase tenho que dizer “infelizmente” o ministro plenipotenciário da Alemanha, Sr. Treutler virá no próximo mês ao Rio Grande e, provavelmente, fará uma visita a Neu-Württemberg. Nós precisamos receber, atender e dar uma boa hospedagem, bem como organizar uma recepção festiva. Nas colônias públicas vão ser feitas muitas coisas, nós em Neu-Württemberg, mesmo sendo uma colônia pequena e recente, não devemos ficar muito aquém, para essa rusticidade não sobressair tanto assim. Para os nossos colonos isso de maneira alguma pode trazer sacrifício, e eles irão participar, mesmo que para a maior parte restou o pouco vestuário gasto, e não tem mais roupas de domingo, infelizmente isso não irá trazer uma boa impressão.⁶²⁶

O que poderia ter sido um desastre e comprometer a imagem da colonização como um todo, foi transformado em um grande acontecimento, envolvendo os colonos, administradores da *Colonizadora Meyer* e o ministro da Alemanha, cada qual ostentando a imagem pela qual queria ser visto e reconhecido.

⁶²⁵ Relatório 22/23. De 16/11 a 15/12/1902. Porto Alegre, 17/12/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶²⁶ Relatório 6. De 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

A situação de miséria, pelo menos naquele dia, deveria ser mascarada pelo clima de festa – a primeira grande festa promovida pela empresa para os colonos. Recepção, discursos, visitas, tudo organizado por Rudolf Scharf, com a colaboração de Rudolf Ahrons e sob as instruções de Horst Hoffmann, para mostrar o melhor da colônia e as suas possibilidades de desenvolvimento sustentável no futuro – pois o veredicto da autoridade alemã seria essencial nesse sentido. “Conforme von Treutler, os dias que ali permaneceu foram de descanso, e pela primeira vez visitou uma colônia em formação, onde prevaleciam os trabalhos iniciais de instalação, o que achou muito interessante”.⁶²⁷

Enquanto permanecia essa indefinição e disputa surda entre resultados práticos e ideais de colonização, os próprios imigrantes instalados na colônia, seguindo a tendência registrada ao longo do século XIX, foram engajados a fazer propaganda da colônia Neu-Württemberg na Alemanha, por meio do envio de cartas a serem publicadas na imprensa alemã, merecendo mais credibilidade do que artigos de jornal escritos por Herrmann Meyer ou a propaganda oficial da *Colonizadora*. Em geral, as cartas de imigrantes descreviam positivamente o Brasil, e um de seus propósitos era convencer os parentes, amigos e demais pessoas que haviam ficado no além-mar a migrarem também rumo ao *Novo Mundo*. Porém, esses escritos silenciam sobre os problemas enfrentados nos primeiros tempos, e as

⁶²⁷ “O ministro alemão von Treutler chegou no dia 10 de abril a Porto Alegre, e no dia 15 iniciou as viagens pelas colônias, chegando em Cruz Alta dia 23, quando à noite foram de trem até a estação Porongos, onde pernoitaram no vagão, para seguir na manhã seguinte, dia 24, bem cedo para Neu-Württemberg, com os seus animais. A comitiva era composta por: Horst Hoffmann, Mr. O’Reilly, secretário-chefe do consulado inglês do Rio, von Treutler, Dr. Rudolf Ahrons, Rudolf Scharf, dois militares e dois peões. Pelo meio dia, chegamos no *Stadtplatz*, onde a festa estava preparada e os colonos e as crianças da escola nos aguardavam. O sr. Wagner fez um pequeno discurso, e as crianças cantaram um hino, seguindo depois uma extensa programação. Ele, Mr. O’Reilly e Dr. Ahrons foram até a *Casa do Imigrante*, e os demais seguiram para a casa de Wagner, onde almoçaram. Posteriormente, visitaram o moinho e a serraria, a *Casa do Imigrante*, a venda e a escola. À noite, a céu aberto, ao lado da casa do imigrante, com decoração de Zügel, houve um momento onde Horst falou em nome da Empresa a von Treutler, este falou à Empresa, depois Scharf falou, depois Horst falou a Neu-Württemberg, e depois uma seqüência de colonos falaram, num ambiente ordeiro e alegre, possibilitando uma troca de informações. Às 9 horas da noite, foram até a casa de Wagner, onde ocorreu um baile até altas horas. Segundo sua avaliação, a festa deu uma reanimada nos colonos. Na manhã seguinte, cavalgaram pela colônia e visitaram os colonos Buss, Schmidt e Jacob Bock. Após o meio-dia, foram a pé até as colônias de Böhl e Sörensen, onde a lavoura tinha um aspecto muito agradável, de onde retornaram para o *Stadtplatz* de canoa. À noite houve um concerto na casa de Wagner: Wagner com Flauta, Dr. Ahrons, violino e Böhl, cítara. Na manhã seguinte, dia 27, seguiram a cavalo até Ijuí”. Horst sentia-se responsável em parte pela boa imagem que a colônia causou, correndo tudo bem, com o auxílio também do Dr. Rudolf Ahrons, mas, principalmente Rudolf Scharf, que seguiu as instruções e organizou tudo, “subindo no meu conceito” (Relatório 11/12. De 1/6 a 12/7/1902. Porto Alegre, 17/7/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

dificuldades são transformadas em atos de heroísmo dos pioneiros (cf. ALVES, 2003; NODARI, 2004).

Entretanto, nem todas as cartas se prestavam para publicação. Ao solicitar uma carta de imigrante, Herrmann Meyer recomendou que fosse de autoria de Ludwig Zügel, considerando-o como alguém que escrevia bem, como já havia notado em outras ocasiões, e que com certeza não prejudicaria a boa imagem da *Colonizadora*. O pastor Hermann Faulhaber discordava em absoluto de Meyer, argumentando:

a carta a Ludwig Zügel será reexpedida, mas, se me permite, chamo atenção para o seguinte a respeito dele. Zügel é alguém que mostra pouca boa vontade, e está entre os nossos piores e mais preguiçosos colonos, o que por si só já é do conhecimento de todos, que nós há pouco nos vimos obrigados a conceder como adiantamento a farinha para o seu consumo, ainda que ele já está há 4 anos estabelecido em Neu-Württemberg e freqüentemente realizou maiores trabalhos em Cruz Alta. Os brasileiros dali não querem mais tratar com ele, porque ele os logrou. Além disso, Zügel é justamente aquele, pelo que nós deduzimos por confrontações, que mais tenta convencer aqueles que chegam a Neu-Württemberg a não comprarem terras ali, tanto que todas as pessoas de bem, principalmente os novos württemberger, Braun, Knorr e Schumacher, não querem mais saber dele. Que a sua influência na Alemanha é simplória, nota-se pelo pouco impacto de sua propaganda até agora. Eu estou convencido que Zügel, assim que tiver um pouco de dinheiro em mãos, deixará Neu-Württemberg.⁶²⁸

No mesmo período, outra carta que chegou à imprensa alemã, sendo publicada em vários jornais e no *Tübinger Chronik*, foi escrita por Marie Faulhaber, no primeiro bimestre de 1903, dirigida originalmente a Elisabeth Meyer, “causando a melhor impressão, pois foi a primeira carta escrita por uma senhora instruída e que não foi para lá [Neu-Württemberg] apenas em viagem, mas alguém que vai viver lá por vários anos, mostrando que era possível construir uma vida com tanta simplicidade”.⁶²⁹

Na zona de colonização antiga, paralela à publicação de anúncios nos jornais, correspondências, panfletos, apostou-se na propaganda oral, de “boca-em-boca”, aproveitando os colonos quando em visita a sua colônia de origem, com o

⁶²⁸ Carta anexa ao Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903. Herrmann Faulhaber a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP. Nesse caso, Faulhaber havia mudado de opinião em relação a Zügel, após conhecê-lo pessoalmente, pois essa mesma carta já havia sido enviada para a Alemanha no início de 1902, quando o próprio Faulhaber se dispôs a publicá-la no *Evangelischen Sonntagsblatt* (Carta. Leipzig, 26/3/1902. Herrmann Meyer a Herrmann Faulhaber, Witzzenhausen. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Herrmann Faulhaber, Caixa 42, MAHP).

⁶²⁹ Carta. Leipzig, 5/3/1903. Herrmann Meyer a Herrmann Faulhaber, Eisenau, colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Herrmann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

propósito de trazer novas famílias. Para tal propaganda, recebiam comissão por parte da *Colonizadora*, como Jacob Bock, pois “ele é um colono com caráter e tem muitos parentes em Teutônia, e é respeitado entre eles. A viagem promete bons resultados”.⁶³⁰ Os efeitos dessa propaganda nem sempre eram imediatos, como esperava a empresa, mas a médio prazo. Muitos daqueles colonos que se comprometiam a migrar, depois acabavam desistindo.

Para a colônia Xingu, foi adotada a mesma estratégia. Alfred Bornmüller tinha por objetivo enviar algumas famílias, e com isso dar um novo ânimo à colônia, “colocando-a nos eixos”. Em 1904, o representante da *Colonizadora Meyer* no local, João Kölln, encarregou-se da tarefa de atrair colonos para a mesma, recebendo uma gratificação de Rs. 100\$000. “Como havíamos conversado na minha última visita a Xingu, gostaria de saber se não queres realizar uma viagem por conta da Empresa para Santa Cruz e São João de Montenegro, e conseguir ali alguma família conhecida sua para trazer e estabelecer em Xingu”. Por cada família trazida, pagaria uma comissão de Rs. 10\$000. Ao mesmo tempo, Meyer estava empenhado em angariar algumas famílias de emigrantes para a colônia Xingu.⁶³¹

O imigrante Friedrich von Braun, chegado a colônia Neu-Württemberg em junho de 1902, em uma análise retrospectiva de sua vida no lugar, relatou a Herrmann Meyer suas impressões da colônia de outrora e de 1905, procurando aconselhá-lo, como alguém *de dentro*, sobre a melhor forma de conduzir a colonização e a sua situação atual.⁶³² Instalou-se no lote 23 da linha Berlim, junto com o imigrante Georg Schramm, que adquiriu o lote 21 na mesma linha. Segundo ele, a sua plantação de feijão e milho estava bem instalada, e a produção era bem superior à das colônias velhas, bem como os preços pagos. Lamentava, contudo, que em Neu-Württemberg ainda não havia uma *venda* em condições de receber toda a produção – só havia pequenas *vendas*. Assim, restava-lhes somente “levar a produção até Cruz Alta e vender para brasileiros”. Sobre os estabelecidos em Neu-Württemberg, julgava os alemães, em geral, em uma situação mais precária, muitos

⁶³⁰ Relatório 4/5. De 16/2 a 15/3/1902. Porto Alegre, 20/3/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶³¹ Carta. Neu-Württemberg, 13/4/1904. Alfred Bornmüller a João Kölln, Xingu. Pasta Transcrição de cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

⁶³² Carta de Friedrich von Braun, recebida por Herrmann Meyer em 22/8/1905. Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também há cartas para e de Herrmann Meyer entre elas]. Caixa 148, MAHP.

abandonando a colônia, outros se empregando em Porto Alegre ou em Cruz Alta. Em sua opinião, só as três famílias dos colonos Jakob Bock, mais August Panzenhagen, Heinrich Steinhorst e Karl Buss estavam em uma condição melhor e possuíam as maiores roças, embora ainda morassem em construções menores, possuíam uma quantidade de gado considerável, e estavam

sempre com rostos alegres, embora também, como todo camponês, xingam alto e sempre acham que estão numa situação miserável. Mas isso não foi novidade para mim, porque os nossos camponeses alemães fazem igual. Eu acredito que a vida deles em Neu-Württemberg já era pior, mas agora já superaram as maiores dificuldades.⁶³³

Sem demora “construímos um rancho de araucária, cuja cobertura de palha foi feita por um negro”, e ali se instalaram. Quanto às expectativas, “comprei uma colônia já ocupada anteriormente, e que, em um ano, já queria estar no mesmo nível dos colonos, senão mais adiantado. Não questiono a brochura da Empresa, mas considero que não fui orientado corretamente, ou o suficiente, sobre a colônia”. Os animais e aves para iniciar a sua criação foram comprados de “brasileiros” e de um colono que estava deixando o local. Conforme ele, o desconhecimento do meio e do sistema agrícola foi uma das principais dificuldades para o desenvolvimento dos imigrantes, mas os colonos se adaptavam rapidamente, e progrediam.⁶³⁴ A presença de elevado número de colonos era “um bom sinal para a qualidade da terra e o crédito que a colônia desfrutava no estado, pois os colonos velhos primeiro observam tudo com muito cuidado antes de comprar um lote colonial”.⁶³⁵

No pós-I Guerra Mundial, a Alemanha entrou em uma situação de crise econômica, com a elevação do custo de vida, inflação, limitação de crédito nas instituições bancárias e fuga de capital para o exterior, instabilidade social interna. Nessas circunstâncias, muitos alemães optaram pela emigração. Helmut Schmahl (2007: 30-31) salienta que as ondas de emigração da Alemanha durante o século XX coincidiram com os anos de inflação após a I Guerra Mundial, com a era do nacional-socialismo, bem como no período posterior à II Guerra Mundial.

⁶³³ Carta de Friedrich von Braun, recebida por Herrmann Meyer em 22/8/1905. Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também há cartas para e de Herrmann Meyer entre elas]. Caixa 148, MAHP.

⁶³⁴ Carta de Friedrich von Braun, recebida por Herrmann Meyer em 22/8/1905. Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também há cartas para e de Herrmann Meyer entre elas]. Caixa 148, MAHP.

⁶³⁵ Carta. Leipzig, 16/5/1903. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Eisenau, colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

Entre 1920 e 1924 foram contados 86.000 emigrantes, pessoas empobrecidas ou sem trabalho ou que pretendiam investir seu capital em países que não haviam sido atingidos pela guerra. Seu número foi quase tão expressivo quanto o dos emigrados para a América Latina entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial (SCHMAHL, 2007: 30-31).

Naquele momento, a popularidade da América Latina era devida principalmente ao forte crescimento econômico na Argentina e no Brasil, países que faziam propaganda ativa na busca de imigrantes. Porém, jamais surgiu na Alemanha uma “febre brasileira”, por vários motivos: advertências oficiais da parte alemã; mudanças das condições de imigração por parte do Brasil, nem sempre muito claras; clima subtropical; incompetência de muitos planejadores; relatos de emigrantes enganados; notícias sobre trabalho duro com pouca liberdade econômica; riscos nas colônias pioneiras; logro de colonos por parte das empresas colonizadoras alemãs e o poder de atração muitas vezes superior dos Estados Unidos.

Uma pequena parcela desses emigrantes, provenientes da região de Urach e arredores, em Württemberg, escolheram como destino a colônia Neu-Württemberg, formando um fluxo migratório regular e contínuo de 1920 a 1926, somando 145 famílias, mais 33 famílias de outras regiões alemãs, totalizando 178 famílias, compostas por 638 indivíduos. Tratava-se de um grupo heterogêneo, predominando os imigrantes urbanos, já com alguma especialização, e uma minoria de camponeses, todos eles com capital suficiente para adquirir o seu lote colonial, já de segunda mão, com as benfeitorias ou terreno urbano, minimizando as dificuldades da fase de instalação. Com isso, as poucas colônias restantes em Neu-Württemberg foram comercializadas rapidamente. O crescimento populacional também implicou em um reordenamento interno, no aumento da produção e do consumo, bem como das atividades e da população urbana.

Somente nesse período é possível falar de um afluxo regular de imigrantes alemães na colônia, como resultado da propaganda realizada nas décadas anteriores, bem como a migração em rede.⁶³⁶ Isso fica evidente ao analisar

⁶³⁶ Investigando nos registros da Comunidade luterana os casamentos realizados em Neu-Württemberg e a origem dos cônjuges, Jean Roche (1969: 348) apurou que, entre 1903 e 1907, 53% dos cônjuges nasceram na Alemanha e 47% nas antigas colônias, particularmente Teutônia, e Montenegro; no que diz respeito aos casamentos celebrados entre 1910 e 1935, 16% dos cônjuges nasceram na Alemanha, 16,6 Panambi e 67,8% nas antigas colônias alemãs (28% em Estrela-Teutônia, 14,7% em Santa Cruz, o resto em Lajeado, Caí, Montenegro, etc.); em 1948, 2% dos cônjuges nasceram na Alemanha e apenas 7,7% nas antigas colônias alemãs, mas 63% em

detalhadamente os sobrenomes do conjunto dos imigrantes, permitindo traçar algumas linhas de parentesco, pois os mesmos se repetem; ainda, alguns grupos familiares migraram juntos, outros isolados.

O local que mais liberou emigrantes foi Urach, incluindo Dettingen, Metzingen e Neuhausen, num total de 76 famílias, com 305 pessoas, representando 52,4% dos imigrantes. Outras cidades de Württemberg nas imediações também forneceram significativo contingente populacional: Kirchheim, 6 famílias; Stuttgart, 9 famílias; Nürtingen, 14 famílias; Schorndorf, 8 famílias; Münsingen, 8 famílias; e Neutlingen, Heimsheim, Saulgau, Bissingen a. d. Enz, Esslingen, Aalen, Blaubeuren, Ravensburg, Plochingen, Reutlingen, Leonberg, Ludwigsburg, 24 famílias no total. Outros estados da Alemanha também forneceram emigrantes: Pomerânia, 1 família; Saxônia, 3 famílias; Baden, 4 famílias; Vestfália, 10 famílias; Baviera, 3 famílias; Hessen, 3 famílias; Mecklenburgo, 1 família; Renânia, 4 famílias; Prússia/Polônia, 4 famílias.

O cume desse movimento populacional foi o ano de 1924, quando a colônia Neu-Württemberg recebeu um total de 108 famílias de imigrantes, com 393 pessoas, ou seja, 60,6%, conforme mostra o gráfico da *Figura 42*.

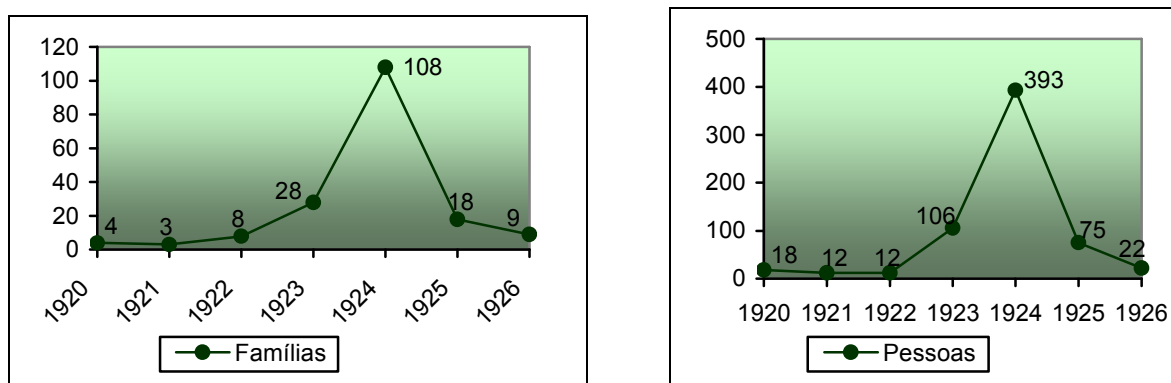


Figura 42 – Gráfico da entrada de imigrantes em Neu-Württemberg entre 1920-26
Fonte: A autora (2008).

Panamby. É importante lembrar que nesses dados não estão incluídos os imigrantes batistas, cujo número era significativo; os imigrantes que retornaram para a Alemanha; e, por fim, tratando-se de uma imigração de jovens e em família, predominaram os casais jovens, cujos filhos nasceram na colônia, então, já registrados como brasileiros. Portanto, não é possível precisar o número de imigrantes entrados na complexo colonial de Meyer, visto que os registros disponíveis são imprecisos.

Na década de 1920, a colônia Neu-Württemberg estava no auge de seu desenvolvimento econômico. Havia demanda por mão-de-obra especializada nas pequenas fábricas em expansão, bem como nas propriedades rurais, justificando assim a entrada de um contingente elevado de imigrantes solteiros – 55 rapazes, ou seja, 30,8% dos imigrantes. Mais uma vez, repetiu-se a tendência já apontada em relação aos questionários analisados, ou seja, aqueles que emigravam eram jovens casais, representando 10,1%; ou casais com um ou dois filhos, 23,5%; casal com três ou quatro filhos, 23,5%; e famílias mais numerosas representavam 11,7% dos imigrantes, conforme o gráfico da *Figura 43*. Era uma emigração familiar para fins de povoamento, pressupondo trabalho pesado e saúde física para isso. De modo geral, pessoas de mais idade perfaziam aquele contingente que atendia ao chamado dos filhos emigrados anteriormente, ou acompanhava os filhos.

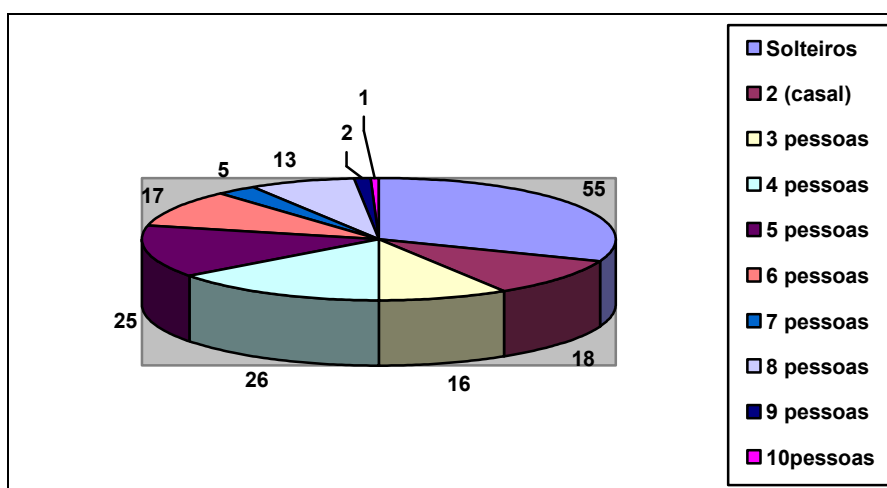


Figura 43 – Gráfico do número de pessoas por família imigrante estabelecida em Neu-Württemberg entre 1920-26.
Fonte: A autora (2008).

Todavia, o descompasso entre a expectativa em relação à colônia e a realidade não foi só uma marca do início da colonização, mas recorrente ao longo do processo migratório. No final da década de 30, uma imigrante alemã, recém chegada a Neu-Württemberg com sua família, relatava seu estranhamento em uma carta aos seus familiares. A começar, pelo hotel que, segundo ela, não passava de uma “estalagem de terceira classe”, mas, para Neu-Württemberg, era o melhor disponível. Quanto às fábricas, das quais lhe haviam falado,

com muito entusiasmo, eram para nós que vínhamos da Europa, pequenas oficinas instaladas em prédios de madeira já bastante velhas. Despertamos curiosidade, pois estávamos vestidos de maneira bem diferente da usual aqui em Pindorama [Neu-Württemberg] e como há bastante tempo não tinham chegado aqui novos imigrantes, despertamos em parte admiração e em parte desconfiança entre o povo quase exclusivamente de origem alemã.⁶³⁷

Portanto, o primeiro decênio de atuação da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* serviu como uma espécie de laboratório, onde o colonizador e seus funcionários testaram na prática os seus ideais de colonização. Facilmente, perceberam que a *colônia ideal* imaginada e a *colônia real possível* diferiam muito entre si, conseqüência da complexidade inerente a um projeto de colonização privado. Com os resultados concretos da colonização em mãos, Meyer então convenceu-se, de que os imigrantes definitivamente eram inapropriados para a fase de instalação da colônia, sendo os colonos nacionais mais apropriados bem como possuíam mais capital financeiro para arcar com as suas despesas. Embora nem sempre declarado oficialmente, a atuação da *Colonizadora Meyer* pautou-se nesse princípio para definir os desejáveis e indesejáveis para as suas colônias. O afluxo imigratório na década de 20, então, ocorreu justamente na fase mais adiantada da colônia, quando os imigrantes passaram a desejáveis, em particular aqueles com formação técnica, tendo por objetivo a modernização da produção fabril e agrícola.

4.1.1 Imigrantes desejáveis e indesejáveis para a colônia

Herrmann Meyer empenhou-se pessoalmente em organizar a propaganda de sua *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e as respectivas colônias, via publicações e imprensa, bem como o envio de material para pessoas de suas relações e aos consulados da Alemanha no exterior, buscando o apoio dos cónsules. Contudo, a recepção dessa propaganda e a sua reinterpretação, bem como sua abrangência, são difíceis de determinar.

Durante a primeira década de atuação da empresa, era comum os interessados em emigrar escreverem uma carta ao proprietário, Herrmann Meyer, ou

⁶³⁷ Carta de Gertrud Schmitt-Prym, fl. 5. Pasta Genealogia Schmitt-Prym, MAHP.

seus administradores, solicitando mais informações sobre o projeto de colonização como um todo e a colônia Neu-Württemberg ou Xingu, em particular. Entre 1902 e 1908, parcela dessa correspondência foi dirigida diretamente ao pastor Hermann Faulhaber, em muitos casos, por indicação de outros pastores ou instituições religiosas, porque era considerado uma pessoa neutra dentro da colônia, descomprometida com os interesses capitalistas da *Colonizadora*.

É evidente, nessa correspondência, que esses *emigrantes em potencial* não tinham noção daquilo que era uma colônia em fase de instalação. Por exemplo, uma carta de outubro de 1905, remetida por A. A. Lang, um alemão de 33 anos, com mulher e dois filhos, residente em Moscou, na Rússia, e que pretendia migrar para um lugar mais quente, por problemas pulmonares. O mesmo havia tomado conhecimento da colônia do Dr. Meyer, e estava solicitando se ali haveria um emprego para ele, pois tinha cursado o ginásio, dominava as línguas alemão, francês, russo, latim e um pouco de polonês. Além disso, era um bom guarda-livros, matemático, desenhista, e escultor, e há mais de 8 anos trabalhava como negociante. Assim, pelo que podia ver, não servia como camponês, mas em outra atividade poderia atuar, e nesse sentido solicitava se poderia encontrar algo à altura. Contava com um capital de 6.000 marcos, o que na Europa era pouco.⁶³⁸ Respondendo a tais questionamentos, a direção da empresa reforçava tratar-se de um empreendimento de colonização agrícola e, fora a vida de camponês, havia poucas opções.

Paralelo à Alemanha e ao Brasil, Meyer direcionou a propaganda de seu empreendimento de colonização para a Argentina, acionando sua rede de relações e o consulado. Este país, em especial a sua capital Buenos Aires, foi o maior centro receptor de imigrantes alemães na América Latina ao longo do século XIX. Nesse sentido, direcionar a propaganda para esse país era interessante, dada a proximidade com o Noroeste do Rio Grande do Sul, onde uma reemigração seria relativamente barata, se comparada com a emigração diretamente da Alemanha. Em alguns casos, os alemães instalados na Argentina e em Neu-Württemberg possuíam relações de parentesco e amizade, ocorrendo por tais caminhos a troca de informações sobre a colônia.

⁶³⁸ Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também tem cartas para e de Herrmann Meyer no meio]. Caixa 148, MAHP.

Escrevendo ao pastor Faulhaber, em novembro de 1905, Eugen Stollmaier, de Bariloche, solicitava mais dados sobre a colônia Neu-Württemberg, explicando que se encontrava ali há algum tempo. Entrementes, havia requerido 260 hectares de terras do governo argentino, aguardando ainda deferimento, mas, pelos seus cálculos, a exploração dessa área implicaria em um elevado investimento de capital. Assim, pretendia reemigrar para o sul do Brasil, junto com um conhecido seu, a chamado de Schmied, ali já estabelecido.⁶³⁹ Contava com um capital de 4.000 marcos, o que acreditava ser suficiente por enquanto. Informava ainda possuir pouca prática na mata, ao contrário de seu conhecido. Era imigrante alemão, solteiro, 30 anos, tinha preferência pela colônia Xingu, “porque o preço do lote colonial é mais baixo”, e precisava de pelo menos 75 hectares. No final da correspondência, explicou: “se escrevo para o pastor para ter maiores informações, é porque quero dados de alguém imparcial, e acho o Senhor a pessoa mais indicada, e eu também sou de Württemberg”.⁶⁴⁰ Ou seja, além de neutro nessa questão, eram conterrâneos, e por isso, forneceria informações verdadeiras. Provavelmente esse emigrante acabou desistindo, pois não foi possível localizá-lo entre os compradores de lotes coloniais em Xingu.

Colonos instalados em outros estados brasileiros, como Santa Catarina, também costumavam escrever em busca de informações e esclarecimentos sobre a disponibilidade e os preços das terras ali praticados.⁶⁴¹

Médicos também tinham interesse em se estabelecer na colônia. Alfred Bornmüller julgava a colônia muito pequena para comportar um profissional da área, que se dedicasse só a essa atividade, pois além do reduzido número de habitantes, havia o fator custos, pois em 1904 os colonos ainda não possuíam capital suficiente para arcar com despesas caras de médico. Para as necessidades mais emergentes, Hermann Faulhaber e sua esposa prestavam atendimento, visto que tinham formação samaritana para isso, e os casos mais graves eram encaminhados para

⁶³⁹ Não consta o prenome do mesmo, mas provavelmente tratava-se de Gustav Schmidt, residente na colônia Xingu desde 1/7/1900, na linha Nonoai.

⁶⁴⁰ Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também tem cartas para e de Herrmann Meyer misturadas]. Caixa 148, MAHP.

⁶⁴¹ Carta. Neu-Württemberg, 6/1/1904. Alfred Bornmüller a Carl Lange, Araponas/Santa Catarina. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP; Carta. Neu-Württemberg, 13/1/1904. Alfred Bornmüller a Heinrich Pautz, Rincão de São Pedro, colônia Toropy. Idem; Carta. Neu-Württemberg, 6/1/1904. Alfred Bornmüller a W. Hugo Hoffmann, Hansa, Alemanha. Idem.

Cruz Alta ou Santa Maria. Caso quisesse desempenhar tal função paralela a outra atividade que lhe garantisse o sustento, era bem vindo.⁶⁴²

Quando se tratavam de imigrantes alemães não-camponeses, o cuidado deveria ser redobrado. Um conhecido de Zügel, Ernst Hess, de Braunschweig, especializado na arte da pintura, remeteu uma carta ao mesmo, que a repassou a Alfred Bornmüller, solicitando mais informações sobre a colônia. Em resposta, o diretor informou que na escola não era possível alocar mais um professor, pois mal conseguiam arcar com o salário do pastor/professor. Aconselhava-o a procurar o escritório da *Colonizadora* em Leipzig, onde poderia obter maiores informações sobre a colônia Neu-Württemberg, que ainda estava na fase de instalação, mas era aconselhável reduzir um pouco a sua expectativa em relação à mesma, pois a realidade era bem mais difícil do que ele imaginava.⁶⁴³ Outro caso foi de E. Verhoeven, de Nymegen, que pretendia comprar 50 hectares de terras na colônia Neu-Württemberg para criar suínos, bovinos e eqüinos de raça e fornecer aos colonos. Avaliando a proposta, Bornmüller respondeu que Neu-Württemberg era uma colônia eminentemente de pequenos camponeses e de terras de mato, logo, não havia mercado para um tipo de produção dessas e nem terras apropriadas. O seu projeto tinha sim futuro no Rio Grande do Sul na zona da campanha, mas não em Neu-Württemberg.⁶⁴⁴

Com o crescimento e desenvolvimento do complexo colonial, as possibilidades, além da vida de camponês, se ampliaram, e aquela parcela de imigrantes até então *indesejáveis*, passaram à categoria de *desejáveis* e necessários.

A entrada de imigrantes inapropriados para a vida na colônia, ou sem destino, acabava por provocar problemas sociais, que extrapolavam os limites da colônia. Como precaução, os emigrantes precisavam restringir suas expectativas e esperanças em relação à nova terra. Joseph Hörmeyer já alertou a esse respeito em 1854, após passar pelo Rio Grande do Sul.

⁶⁴² Carta. Neu-Württemberg, 3/2/1904. Alfred Bornmüller ao Dr. Milasch, Nova Petrópolis. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

⁶⁴³ Carta. Neu-Württemberg, 8/3/1904. Alfred Bornmüller a Ernst Hess, Braunschweig. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

⁶⁴⁴ Carta. Neu-Württemberg, 23/3/1904. Alfred Bornmüller a E. Verhoeven, de Nymegen. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

Esta Província haverá de trazer para o europeu acostumado a tantas comodidades e diversões, rurais e também urbanas, ligado por laços de amizade e parentesco, muitos momentos dolorosos e lhe causar, no início, pesados trabalhos; em vão ele vai correr logo, por causa de quaisquer consertos necessários, à ferraria ou ao seleiro, pois na falta de artesãos ele mesmo há de fazer grande variedade de trabalhos. Sofrerá gravemente no meio de gente estranha, pelos costumes estranhos e pelo desconhecimento do idioma estranho. É por isso que aconselhamos apenas a quem está firmemente decidido a emigrar, a quem possui perseverança e vontade de trabalhar e, principalmente, não teme nenhum trabalho, a vir para cá, podendo o autor predizer-lhe com toda a certeza, mas somente então, um sucesso completo (HÖRMEYER, 1986: 95-96).

Cruz Alta, como ponto de ramificação da via férrea, era um importante entreposto de embarque e desembarque de imigrantes e colonos destinados para a região Norte e Noroeste do estado. Porém, tinha como inconveniente a permanência na cidade ou o retorno daqueles contingentes *sem destino*, chamando atenção da imprensa e dos órgãos competentes.

Continuam nesta cidade por não haverem ainda sido devidamente colocados, os imigrantes [...]. É profundamente lamentável que houvesse sido sancionada uma lei que permite a entrada no Brasil, de imigrantes imprestáveis – ao que parece – para colaborar na obra de engrandecimento e progresso da nossa terra, e que para aqui vêm na esperança de alcançarem facilmente uma fortuna, ludibriados como são pelas falsas promessas de agentes inescrupulosos, que, pagos a tanto por cabeça, estão empenhados única e exclusivamente em nos encaminhar o maior número possível de imigrantes, tendo em vista somente a quantidade e não a qualidade. [...]. Enquanto isso, os imigrantes, búlgaros, na maioria, vão procurando suprir a subsistência de suas famílias. Alguns trabalham por conta da Intendência, outros estão colocados no moinho do Sr. Ruschel Paes & C., algumas mulheres estão empregadas como serviçais e ainda outros trabalham na Charqueada Cruz Alta. Foram destinados dois galpões, perto da caixa-d'água, para ficarem residindo, até serem retirados de Cruz Alta. Enquanto isso, pessoas ajudavam a fornecer alimentos e roupas para os mesmos (*O Commercio*, 29/5/1926, n. 813, ano VII, p. 2).

Portanto, a imigração e colonização, quando planejada, era benéfica, do contrário, implicava em problemas sociais graves. O primeiro centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, foi um momento de balanço sobre a contribuição desses imigrantes para o desenvolvimento do estado, especialmente econômico, bem como o seu próprio desenvolvimento material e cultural.⁶⁴⁵ Para o editor do jornal *O Commercio* de Cruz Alta,

⁶⁴⁵ Foi organizada uma longa agenda de comemorações alusivas a essa data, erguendo uma série de monumentos, abrangendo todas as colônias alemãs do estado. Em Neu-Württemberg, o centenário da imigração alemã foi lembrado festivamente em 20 de setembro, ocasião em que seriam angariados recursos para amortizar a dívida restante da construção da igreja luterana (*O Commercio*, 13/9/1924, n. 552, ano VI, p. 2; *O Commercio*, 16/9/1924, n. 553, ano V, p. 2).

há muito reconheceu-se, no Brasil, que são os alemães, os colonos que mais nos convêm não só pelo espírito ordeiro que – sem detrimento de outros colonos – os caracteriza, como também pela extraordinária resistência e perseverança que têm demonstrado e que, na via crucis que nos primeiros tempos da colonização trilharam, souberam fundar as prósperas colônias que são hoje uma das principais fontes da nossa riqueza nacional (*O Commercio*, 16/9/1924, n. 553, ano VI, p. 2).

Nas colônias novas, inclusive públicas, havia uma preferência por colonos alemães, como na colônia municipal de Santo Ângelo das Missões, onde “a administração municipal aprendeu a dar valor ao elemento alemão. Mais da metade dos habitantes da vila são descendentes de alemães. Os imigrantes alemães serão bem vindos e auxiliados no que for preciso” – já os poloneses não eram aceitos ali.⁶⁴⁶

4.1.2 Projeto de colonização Meyer: um alvo de críticas

A propaganda influencia a todos, mas principalmente àqueles que já demonstram interesse pela emigração. Propaganda e contrapropaganda foram uma constante durante a emigração para o Brasil. A cada dia surgiam artigos na imprensa alemã denunciando sua situação precária, com reclamações de emigrantes que foram ou se sentiram ludibriados, denúncias da atuação desonesta de agentes de emigração. Do outro lado, a incisiva propaganda em prol da emigração para o Brasil e o desenvolvimento das colônias, incluindo a publicação de prospectos, artigos de jornal e cartas de emigrantes. Internamente, a imprensa e a intelectualidade brasileira também debatiam a imigração e colonização como um problema de interesse público, discussão esta intensificada no final do século XIX e na primeira metade do século XX, ora posicionando-se favoráveis, ressaltando os seus benefícios, especialmente os resultados econômicos; ora contrários, apontando os problemas sociais advindos, como a criação de uma população flutuante, desemprego, problema habitacional, criminalidade; e como discussão de fundo, a questão da nacionalidade, passando pela assimilação desses estrangeiros.

⁶⁴⁶ Carta. Santo Ângelo, 1/5/1904. Bráulio Oliveira, Intendente à *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, Neu-Württemberg. Pasta 1 – Cartas Otto Arnold, Diversos ao Diretor, Caixa 47, MAHP.

Esse jogo de interesses divergentes envolveu também o nome da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e o seu projeto de colonização, criticado na Alemanha e no Brasil, crítica esta fomentada ainda pelas constantes reclamações de emigrantes. Segundo Meyer, quem estava nesse mercado, deveria estar preparado para receber as críticas, bem como saber quando responder e com quais argumentos. Ser ponderado era outra necessidade, pois notícias apresentando os aspectos negativos da colônia ou exagerando os positivos, causavam os mesmos estragos e prejudicavam a credibilidade da empresa.

Percorrendo esse espaço da propaganda, é possível mapear uma parte da rede de relações de Herrmann Meyer e a sua posição na mesma, bem como os mecanismos acionados em defesa de seus interesses. Meyer exercia seu tráfico de influência junto a importantes políticos do *Auswärtiges Amt*, de onde recebia, informações diretas e confidenciais. Desse lugar privilegiado, também alertava as autoridades do *Auswärtiges Amt* e o cônsul do Brasil, bem como os cônsules da Alemanha no Brasil, dos casos em que seu empreendimento *poderia vir a ser* atacado via artigos na imprensa, cartas, publicações ou reclamações, defendendo-se por antecipação. Como agente do consulado brasileiro em Leipzig, tinha acesso a informações sigilosas, ampliando o seu raio de ação.⁶⁴⁷

⁶⁴⁷ Devido a sua posição, soube e acompanhou se perto a tentativa de fundação da colônia *Neu-München* [bayersche Ackerbau Kolonie Neu München], em 1902, encarregando Horst Hoffmann de acompanhar o desdobramento desse empreendimento no Rio Grande do Sul, especialmente a chegada do primeiro grupo de emigrantes, provenientes da Baviera. A administração estava a cargo de Karl Walter, “conheço-o pessoalmente, bem como o seu plano de colonização, mas tem muitos aspectos que vão atrapalhar esse projeto. Karl Walter foi engajado na 2ª expedição ao Xingu como ajudante e comissionário, era muito prático e prestativo a todos da expedição, mas muito impertinente e desleal. Ao fim da expedição, após proceder o pagamento, semanas depois pediu mais dinheiro alegando prejuízos. Logo, devemos ficar de olho nele. Ele não tem dinheiro para arcar com as despesas, e esses emigrantes correm risco de ficar desamparados”. Caso isso viesse a se concretizar, Horst Hoffmann deveria atrair esses imigrantes para a colônia Neu-Württemberg (Carta. Leipzig, 12/6/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP). Em contrapartida, Horst Hoffmann informava que “Walter, apoiado por capitalistas de München, pretendia comprar terras na região de Guaporé, aliado da *Firma Dörken & Co.*, que possuía um grande complexo ali, e formar a colônia Neu-München. Mas, que para iniciar, trouxe um grupo de miseráveis de München, liberados pela polícia. Se o empreendimento ia ou não adiante, não sabia, mas o referido administrador já havia deixado claro que iria concorrer diretamente com a *Empresa Meyer*” (Relatório 14. De 15 a 31/7/1902. Porto Alegre, 7/8/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP). “Colônia Neu-München – Karl Walter, que estava sendo financiado pelo capitalista de München Karl Kling, e que se estabeleceu em terras da Firma Dörken & Cia., desfez a sua sociedade com Kling, o qual se encontra aqui também há poucas semanas, e será mantido pela referida Firma. Grande parte dos bavieros já retornaram novamente, e agora todo o complexo colonial da Firma Dörken & Cia. será instalado em outro local. Kling, um jovem inteligente e simples, possui junto com seus irmãos alguns mil marcos, e pretende ficar mais um tempo aqui e viajar pelo Estado, e pelas suas próprias mãos fundar uma empresa de colonização, para o que ele com certeza não é a pessoa certa. Eu penso em vender para

A concorrência explorou, inicialmente, o fato dos títulos de legitimação das terras adquiridas pela *Colonizadora* não terem sido reconhecidos pelo governo do estado, o que ocorreu em 1902, esvaziando as dúvidas em relação à legalidade do empreendimento e o fornecimento de escrituras aos colonos. Outro ponto delicado estava relacionado a propaganda realizada nos próprios vapores que partiam do porto de Hamburgo, levando os emigrantes, com escala, geralmente, nos portos do Rio de Janeiro e Santa Catarina, ou seguindo diretamente ao porto de Rio Grande. Na Alemanha, a concorrente direta da *Colonizadora Meyer* era a *Sociedade Colonizadora Hanseática* ou *Hansa*, com colônias em Santa Catarina. Ambas disputavam os emigrantes na Alemanha, no porto de Hamburgo, nos vapores e no porto catarinense de São Francisco, onde a maioria dos vapores fazia escala, e onde a *Hansa* mantinha o maior número de agentes.

No Rio Grande do Sul, a concorrência era mais diluída. Na própria região do Planalto, atuavam várias companhias de colonização particulares, muitas de médio e grande porte, proprietários de colônias de grandes extensões, ofertando terras mais baratas e próximas a centros urbanos maiores, além das colônias públicas. Na opinião de Horst Hoffmann, o projeto de colonização de Meyer só poderia funcionar em pequena escala, devido às limitações de capital para a expansão. Não estavam em condições de competir ou se equiparar às grandes empresas de colonização, como a Albert Schmidt & Cia., “que tem uma área de 4.000 lotes coloniais demarcados e quase todos comercializados, onde os colonos têm 5 a 6 anos para pagar as terras, além de ter uma estação de trem e telefone, bem como pode manter a igreja e a escola”.⁶⁴⁸

A concorrência mais acirrada entre as companhias de colonização ocorria no plano da disputa por compradores de terras. Para isso, cada qual tinha os seus agentes contratados, distribuídos nos pontos de maior circulação e passagem de imigrantes e colonos.

ele eventualmente Boi Preto, pois ele não se constituirá em um concorrente nosso” (Relatório 21. De 1 a 15/11/1902. Porto Alegre, 17/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

⁶⁴⁸ Relatório 6. De 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

De acordo com o relatório de Horst Hoffmann, no segundo semestre de 1902,⁶⁴⁹ “os imigrantes que vêm para nós, a cada 4 ou 6 semanas, assim que podem, fogem”, isso porque todas as demais empresas privadas de colonização contavam com agentes nos locais mais estratégicos, e pagavam elevadas porcentagens por colônia vendida (entre Rs. 100\$000 e 150\$000), e mais uma porcentagem por colônia entregue. Por essa razão, havia

uma forte agitação contra a nossa empresa, que em parte vem também por inimizades pessoais (como a família [Henrique?] Schüler) que procuram nos prejudicar através do *Musterreiter* [caixeiro-viajante]), e outra parte, são culpadas essas brochuras e artigos de jornal exaltados como de Funke, Gernhardt, Pastenazzi, etc.

Como agravante, o agente de informações do Consulado, Heinrich Koser⁶⁵⁰, valia-se justamente desse material para informar os emigrantes sobre a *Colonizadora Meyer*. Acreditava que, naquele momento, com a intervenção do Consulado e da legação da Alemanha, isso iria parar. Recentemente, havia surgido um artigo sobre a colônia Neu-Württemberg na sessão do jornal *Täglichen Rundschau*, o qual informava que ali “já estavam estabelecidas 250 famílias”, quando na verdade era de conhecimento geral que havia talvez “um terço desse número de famílias residindo”. Em razão disso, Hoffmann dirigiu-se “diretamente ao cônsul-geral C. Feindel,⁶⁵¹ questionando por que ele deixava publicar no seu jornal na Alemanha informações tão exageradas”, visto que “tais erros” sempre o colocavam em uma situação muito penosa.⁶⁵²

Hoffmann também estava preocupado com a propaganda direta realizada contra a *Colonizadora Meyer*, a qual já iniciava nas cidades marítimas da Alemanha, e se estendia aos vapores da *Hamburg-Süd-Amerik. Linie*, como o pastor Faulhaber havia confirmado. Novamente,

a nossa Empresa é acusada de propaganda ilícita, e mesmo designada diretamente como empresa enganadora. Esses boatos prejudiciais são aqui naturalmente alimentados ainda pelas pessoas que olharam as terras da

⁶⁴⁹ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶⁵⁰ Heinrich Ernst Karl Koser, cônsul em Porto Alegre, de 1888 a 1900, primeiro como cônsul, e, a partir de 1899 com o posto de cônsul geral.

⁶⁵¹ Carl Christian Feindel, cônsul com o posto de cônsul-geral, de 1903 a 1905, em Porto Alegre.

⁶⁵² Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

colônia e então puderam constatar o contraste entre a realidade e a descrição que foi feita da mesma.⁶⁵³

Em diversas oportunidades, haviam chegado reclamações ao consulado, especialmente em relação às informações desconstruídas passadas por Heinrich Koser, fato que também foi relatado no Ministério dos Negócios Estrangeiros [*Auswärtiges Amt*]. “Enfim, você [Meyer] nem acredita, o quanto tal propaganda nos prejudica e como ela é usada com êxito pela concorrência, e eu lhe peço insistentemente para fazer o que estiver a seu alcance para impedir esse tipo de coisa”.⁶⁵⁴

A distância entre a colônia e o seu colonizador foi um complicador no momento de orientar os emigrantes. Meyer apresentava aos seus patrícios as suas colônias da forma como ele as imaginava ou desejava que fossem. Horst Hoffmann reclamava constantemente por causa disso, pois os imigrantes, uma vez chegados na colônia, alegavam que Meyer “explicou em Leipzig de forma diferente como as coisas funcionam aqui, do que realmente são”. Já em Porto Alegre, visando “aproveitar todas essas pessoas”, Hoffmann antecipava que na brochura utilizavam-se algumas metáforas, cujo correspondente não iriam encontrar na colônia, como por exemplo, “fazer o caminho de Cruz Alta até Neu-Württemberg de bicicleta, ou quando chegar no *Stadtplatz* iria ver grandes telheiros”.⁶⁵⁵ Em razão dos inúmeros incômodos que tal metáfora causou, Meyer justificou que essa “célebre frase”, sempre retirada da brochura para criticá-lo, era verdadeira, pois

Carlos Dhein conseguiu fazer [esse trajeto de bicicleta], e eu só usei essa expressão para dizer que a estrada era firme e não pantanosa como nas colônias velhas. Por causa dessa má-interpretação, acrescento mais uma

⁶⁵³ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶⁵⁴ Relatório 18/20. De 16/9 a 31/10/1902. Porto Alegre, 6/11/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP. Conforme as informações de Hoffmann, o Cônsul geral Koser teve de se justificar junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Alemanha pela sua falta de conhecimento e desorientação, de onde também foi replicado. Aconselhava ainda Meyer a tornar público o fato de que ele estava abandonando a gerência da Colonizadora, “porque eu acredito que para ele [Koser] só ficar sabendo disso já bastará. Há cerca de um ano, o Sr. Koser, onde pode, me coloca dificuldades, e sobre isso podem falar as pessoas de sua confiança (Haeussler e Co.), e novamente deve ter lançado novas intrigas. Você acredita, pela minha relação privada e íntima com o Sr. von Treutler e Feindel, estão eles melhor orientados no Ministério dos Negócios Estrangeiros do que o Sr. Koser” (Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

⁶⁵⁵ Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

folha ao novo prospecto explicando sobre as condições da estrada e do *Stadtplatz*.⁶⁵⁶

Inicialmente, o colono trabalhava para garantir a sua sobrevivência, e a *Colonizadora* investia em obras conforme disponibilizava de capital e somente nas mais urgentes – ao contrário das colônias públicas, que realizavam trabalhos para ocupar os colonos, segundo Horst Hoffmann. Dentro do possível, procurava reduzir despesas, contratando um engenheiro somente para trabalhos de maior envergadura, para os demais, empregava “brasileiros que moram nas redondezas, que sabem conduzir os trabalhos de derrubada das matas com mais destreza e menos custos. Empregar colonos na abertura de estradas torna-se 35% mais caro do que empregar brasileiros”.⁶⁵⁷

O administrador da *Colonizadora* e diretor do complexo colonial era o representante direto do colonizador, presente no cotidiano da colônia, servindo de mediador entre os interesses da empresa e dos colonos. O andamento regular da colonização era dependente das suas relações e atitudes pessoais e profissionais. A partir da observação do comportamento das colônias e dos seus colonos, Herrmann Meyer concluiu que era necessário uma *didática* para lidar com os colonos ou camponeses, pois quem não dominava essa *didática*, em qualquer atividade que fosse – administrador, professor, pastor, médico –, não obteria êxito. Em virtude de sua estrutura de funcionamento e finalidade, o caráter das colônias e dos colonos, era imprescindível estar presente pessoalmente na colônia e tratar com eles – ponto de concordância da grande maioria dos diretores. Aliás, como constatou Horst Hoffmann, todos os diretores iniciantes cometiam os mesmos erros, inclusive ele, mas logo aprendiam que só era possível lidar com os colonos nessa função quando seguiam firme nos seus princípios, evitando se envolver em contendas desnecessárias.⁶⁵⁸

Por *não ter habilidade para lidar* com os colonos, Horst Hoffmann deixou a gerência da *Colonizadora Meyer*, em 1903, após receber inúmeras reclamações por parte dos colonos, imigrantes e pastor, alegando que ele não sabia negociar com os

⁶⁵⁶ Carta. Leipzig, 12/5/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

⁶⁵⁷ Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶⁵⁸ Relatório 6. De 16 a 31/3/1902. Porto Alegre, 3/4/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

interessados em comprar terras nem com aqueles já estabelecidos, mostrando-se muito áspero e intransigente, além de suas longas ausências do complexo colonial,⁶⁵⁹ e desentendimentos com o próprio Meyer.⁶⁶⁰ Já Rudolf Scharf demonstrava justamente essa habilidade, embora residindo na sede de Cruz Alta, permanecia a maior parte do tempo no complexo colonial. Rebatendo aqueles que criticavam o seu trabalho, Hoffmann lembrou que Scharf era um funcionário excelente e chave para a colonização, pois além de barato – recebia Rs. 300\$000 por mês, mais uma porcentagem de Rs. 10\$000 sob cada colônia vendida –, era a única pessoa ainda a cargo da empresa em Cruz Alta e nas colônias Neu-Württemberg e Xingu, quem recebia os colonos, os arranjava, bem como os seus

⁶⁵⁹ O caso-chave foi um desentendimento em relação ao preço de um lote colonial entre Horst Hoffmann e o imigrante Friedrich Kreiser, arquiteto, 25 anos, com esposa, de Stuttgart, que partiu da Alemanha no vapor de 15 de janeiro de 1903. Segundo Meyer, os lotes onde poderia ser explorada a força d'água deveriam ser vendidos por preços mais elevados e explorados industrialmente. Caso o comprador não estivesse de acordo, deveria então fazer um termo de compromisso. Mas não foi o que aconteceu, pois “como ouvi de Faulhaber, Kreiser havia se sentado com seus parentes e queria contratar um advogado para se queixar contra mim. Quando o sr. Kreiser me visitou, eu expliquei que se ele tivesse interesse em instalar uma empresa técnica, e para isso precisasse da força da água em sua terra, que daí tinha preços mais elevados. Kreiser tinha a pretensão de ir com grande capital para a colônia, e tudo isso nós perdemos. Pelo que sei, ele está em Cruz Alta onde alugou uma casa. Espero que ainda cheguem a algum entendimento, pois posso imaginar o incômodo que isso significará caso oponha queixa contra mim, e se isso chegar aos jornais. Gostaria de lhe pedir menos rigor em tais casos. Recebi cartas de colonos lamentando que Kreiser, que lhes ensinou a avaliar as coisas, por causa de teimosia, deixou a colônia” (Carta. Leipzig, 16/6/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas – Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP; Carta. Neu-Württemberg, 16/3/1903. Fr. Kreiser a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Carta anexa ao Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.). Pelos indícios, Kreiser permaneceu por algum tempo na sede de Cruz Alta, e posteriormente formou a firma Kreiser & Cia., uma sociedade entre Friedrich Kreiser e Hermann Flad, estabelecendo-se na colônia Neu-Württemberg. Também foi um dos sócio-fundadores da colonizadora *Empresa Chapecó-Pepery Ltda.*, em 1919.

⁶⁶⁰ A relação entre Herrmann Meyer e Horst Hoffmann tornou-se cada vez mais complicada. Meyer reclamava constantemente que ele estava muito relapso com a correspondência e relatórios, demorando em responder, omitindo informações, como o caso do pastor Stysinski, o qual desde março de 1903 não representava mais a *Colonizadora* em Rio Grande, e ele só ficou sabendo disso em maio. Nesse meio tempo, havia orientado várias famílias para que procurassem o referido pastor ao chegarem em Rio Grande, dando uma informação incorreta, colocando-o em uma situação muito delicada. Horst Hoffmann, por sua vez, reclamava constantemente que Herrmann Meyer nunca estava satisfeito com nada, respondia suas questões pela metade, ou nem respondia, enviava emigrantes sem avisar previamente ou que não serviam para a colônia, deixava-o sem dinheiro. Enfim, o clima entre ambos piorava a cada relatório (Cf. Cartas entre Herrmann Meyer e Horst Hoffmann, 1903. Caixa 42 e 109, MAHP). Horst Hoffmann, também tinha suas razões. “Mas, uma coisa eu quero dizer: no primeiro e no segundo ano orientei você detalhadamente, sobre tudo o que ocorria aqui e enviei para a Alemanha. Mas, os meus relatórios jamais foram levados em conta para fins de propaganda. Também sobre as terras, orientei como aqui jamais alguém faria igual. Quando percebi que tudo o que escrevia não era levado em conta, e que os relatórios longos me consumiam muito tempo, comecei a me dedicar às coisas mais urgentes e necessárias. Passei para você informações nas cartas privadas de negociações entre mim e o governo que ninguém mais sabia, mas que você usou para fazer publicações (Relatório 18/20 - 2ª Parte. De 16/9 a 31/10/1903. Porto Alegre, 10/11/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44 – 1901 a 1904 – Caixa 109, MAHP).

pertences, encaminhava-os até a colônia e ali para os lotes; comprava e distribuía os mantimentos; conduzia toda administração interna, externa, o caixa e a correspondência. Para auxiliar, possuía um peão de confiança, de origem alemã. Em Cruz Alta, mantinha um escritório para a empresa com os seus próprios móveis, e os seus gastos em viagens pelo complexo colonial, mais vestimentas, pelegos, etc. eram elevados. Além disso, Scharf era uma pessoa de confiança, que se dedicava inteiramente ao trabalho e tinha interesse no crescimento da colonização. Em última instância, dependia de ele convencer definitivamente os colonos a comprar um lote colonial, pois era com ele que assinavam os contratos. Se havia alguém que reclamava dele e que achava que ganhava demais, “com certeza eram os imigrantes que vinham da Alemanha, os quais precisavam seguir sozinhos até Cruz Alta, onde ele os recebia e encaminhava, e só porque precisavam trabalhar muito, reclamavam. Já os colonos não tinham queixas”.⁶⁶¹

O escritório da *Colonizadora Meyer*, instalado na colônia Neu-Württemberg em 1904, centralizou a partir de então todas as atividades da empresa, bem como concentrou vários serviços, dentre eles: a correspondência, importação e exportação de produtos, compra e venda de sementes, contratação de técnicos especializados para implementar novas tecnologias e fazer experimentos agrícolas. Enfim, era o endereço de referência na colônia nas duas primeiras décadas, o centro de sociabilidade, aonde os negócios, problemas e queixas chegavam e precisavam ser resolvidos. Além disso, todas as solicitações de auxílio, informações ou mercadorias deveriam passar pelo escritório da empresa, para uma triagem inicial, e somente então remetidos ao seu destino. Do mesmo modo as correspondências contendo reclamações ou pedidos dos colonos, pois, nas palavras de Meyer, “respondo com prazer aos meus colonos, mas isso pode ser feito via administração”,⁶⁶² ou seja, problemas cotidianos dos colonos deveriam ser resolvidos na própria colônia, sem a sua intervenção.

Instituindo uma forma particular de administrar, com um misto de paternalismo e autoritarismo, Hermann Faulhaber conquistou a confiança e o respeito dos habitantes das colônias Neu-Württemberg e Xingu, visto como o *pai dos*

⁶⁶¹ Relatório 1-4. De 1º/1 a 18/2/1903. Porto Alegre, 15/03/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶⁶² Carta. Leipzig, 26/8/1902. (pp. Müller) Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP.

colonos, reconhecido como o líder da colônia. Sua residência consistiu no centro de convergência dos colonos, dos imigrantes, das autoridades, líderes políticos e dos visitantes em geral. Na definição de um noticioso de Cruz Alta, “homem que foi em vida o verdadeiro protetor da colônia Neu-Württemberg, foi bem um atestado eloquentíssimo de quanto era ele estimado e bem-quisto entre seus conterrâneos e mesmo em todo o seu vasto círculo de relações”. Seu passamento

marca o fim de uma vida cheia de abnegação, plena de serviços prestados para o bem da coletividade, sem cogitações subalternas. O diretor Faulhaber, como já dissemos, sem ser investido de cargo oficial algum, era tido e acatado como chefe da colônia onde vivia, tal seu espírito conciliador e ordeiro e tão circunspetos os conselhos que a todos dava (*O Commercio*, 11/7/1926, n. 834, ano VII, p. 2).

Como colônia particular, as regras de funcionamento interno eram de responsabilidade da *Colonizadora Meyer*, definidas no seu *Regulamento de Terras* e inseridas no contrato de compra e venda de terras, às quais o colono se submetia e concordava no momento da assinatura do referido contrato, comprometendo-se em manter a ordem interna da colônia (MEYER, 1906a). Com a administração instalada na colônia, esse controle tornou-se mais efetivo, tendo em vista a própria proximidade empresa-colono. Cabia então à *Colonizadora* repreender os colonos faltosos, cobrando pelo cumprimento das regras.⁶⁶³ De acordo com as cláusulas do contrato, era de responsabilidade da empresa a resolução de dúvidas relativas às divisas entre os lotes coloniais, enquanto a administração estivesse a seu cargo.⁶⁶⁴ Também era ela quem repreendia os colonos que deixavam o gado solto, provocando prejuízos nas lavouras dos vizinhos.⁶⁶⁵

⁶⁶³ O colono Nicolau Schmitz, de São Sebastião do Caí adquiriu dois lotes coloniais na colônia Neu-Württemberg em 1º de março de 1903, quando assinou o contrato de compra e venda, pagando Rs. 200\$000 como entrada. Todavia, até janeiro de 1904 não havia se estabelecido nem designado outro para ocupar o lote. Para contornar a situação, a Empresa lhe concedeu o prazo até 15 de fevereiro para se manifestar e justificar ou ocupar o lote, caso contrário, perderia todo e qualquer direito em relação aos mesmos (Carta. Neu-Württemberg, 13/1/1904. Alfred Bornmüller a Nicolau Schmitz, São Sebastião do Cahy. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109 [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Na falta de um retorno, foi reenviada nova correspondência, em início de abril, concedendo-lhe como último prazo para se ajustar às normas da Empresa dia 15 de maio, sem nova prorrogação (Carta. Neu-Württemberg, 8/4/1904. João Diehl Fº a Nicolau Schmitz, São Sebastião do Cahy. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁶⁶⁴ Por exemplo, havia dúvidas sobre os limites entre os lotes 31 e 32 da linha Brasil, dos quais reclamava Robert Neubert, sendo que o diretor da colônia se encarregou de resolver a questão, caso ocorressem novas contestações (Carta. Neu-Württemberg, 3/2/1904. Alfred Bornmüller a Robert Neubert. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁶⁶⁵ “Aviso sobre gado solto. Através deste faz-se saber que a partir de 1 de janeiro de 1903 serão tomadas medidas enérgicas contra todo colono que deixar seu gado andar solto no Stadtplatz Eisenau. Até então a Colonizadora irá construir uma porteira dupla na ponte do Fiúza, para evitar a

Questões da vida privada dos colonos também chegavam até o escritório da *Colonizadora*, muitas vezes solicitando a sua intervenção junto aos órgãos competentes, como o consulado, a contratação de advogado, dentre outros, uma vez que os funcionários da mesma conheciam melhor as leis brasileiras e da Alemanha e os caminhos burocráticos, bem como o guarda-livros dominava a língua portuguesa.⁶⁶⁶ Por outro lado, atuavam no aconselhamento dos colonos,

entrada de gado do campo. Também irá cercar as áreas pertencentes àqueles que possuem gado e estão sem meios para fazer isso, devendo o interessado falar com o Administrador, encarregando-se ainda os referidos proprietários a manter as cercas em bom estado de conservação. Cada colono cujo gado, após dois avisos do Administrador, estiver novamente fora do cercado no Stadtplatz, tem 14 dias para deixar a colônia Neu-Württemberg, irrevogavelmente” (Aviso anexo, Porto Alegre, 22/11/1902. Relatório 21. De 1 a 15/11/1902. Porto Alegre, 17/11/1902, Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP). O gado deveria ser mantido preso, mesmo no caso daqueles que não moravam no *Stadtplatz*, regra esta descumprida por Carl Knorr, que deixava seu gado solto, sendo advertido por isso (Carta. Neu-Württemberg, 22/3/1904. Alfred Bornmüller a Carl Knorr. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Contra Friedrich Trennepohl, houve queixas de que seu gado anda solto nas lavouras vizinhas, provocando estragos. Ao assinar o contrato, havia se comprometido em manter a ordem na colônia, e assim esperava que isso fosse cumprido, e que mantivesse o gado cercado. Também perguntava quando enfim iria se estabelecer no lote n. 1 da linha Brasil (Carta. Neu-Württemberg, 9/12/1904. Alfred Bornmüller a Friedrich Trennepohl. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Em nova missiva ao mesmo colono, informava que, ainda sem resposta, naquele dia já vieram novas reclamações a respeito de seu gado solto nas roças dos vizinhos, provocando estragos. Dava a ele o prazo até 31 de dezembro para arrumar a sua colônia n. 1 da linha Brasil e ali se estabelecer, caso contrário, iria mandar recolher o gado da próxima vez que invadissem roças e só os devolveria após pagar uma indenização pelos estragos (Carta. Neu-Württemberg, 17/12/1904. Alfred Bornmüller a Friedrich Trennepohl. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Outros casos, até pitorescos: “como nós estamos informados, seu filho atirou em vários patos que permaneciam no lago do moinho. Como você sabe, isso é proibido, e procure seu filho com urgência, e para ele abandonar essa travessura no futuro. Da próxima vez eu não vou poupá-lo, se necessário” (Carta. Neu-Württemberg, 13/4/1904. Alfred Bornmüller a Fried. Retzlaff, Neu-Württemberg. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁶⁶⁶ Era comum os imigrantes residentes na colônia Neu-Württemberg e Xingu receber dinheiro de parentes ou conhecidos seu país de origem e em alguns casos, heranças ou venda de bens, mas para haver esse capital, precisavam apelar ao consulado, enviar ofícios, e pressionar os cônsules ou bancos. Nesses casos, geralmente a *Colonizadora* intermediava as negociações, acionando a sua rede de relações, em busca de informações para orientar os colonos sobre como deveriam proceder em tais situações (cf. Carta. Neu-Württemberg, 13/1/1904, Alfred Bornmüller ao Kaiser. Russich, Consulado, em Porto Alegre. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Casos familiares particulares também acabavam na mesa da direção, como da criança da Sra. Birnecker, esposa de Georg Birnecker, resolvido por Alfred Bornmüller – uma “mãe solteira”, que deixou o filho no orfanato do asilo *Pella Bethânia*, porque não tinha condições para criar ele. Depois que casou, iniciou uma longa tratativa via Horst Hoffmann e Alfred Bornmüller e o pastor responsável pelo abrigo para a liberação da criança, então com quatro anos, garantindo a empresa pelo bem-estar da mesma na colônia (Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha. Caixa 148, MAHP). Outro caso foi de Rudolf Prager, que teve um filho com Martha König, e o registrou em seu nome no registro civil, dizendo que era casado com a mãe da criança. Emigraram para o Brasil, sendo que a mãe retornou e a criança permaneceu com o pai. Posteriormente, via consulado, a mãe reclamou a criança na Alemanha. Esse foi um caso um tanto confuso, com diversas divergências, e depois de vários meses, quando confirmada a localização da criança, o caso foi encerrado. Ao que tudo indica, a criança permaneceu com o pai (Carta. Porto Alegre, 14/9/1910. Consulado da Alemanha a Hermann Faulhaber. Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha, Caixa 148, MAHP). Na mesma linha, tratava das questões de doença dos colonos, ou encaminhava-os aos médicos – “por recomendação do Dr.

especialmente no aspecto financeiro, quando eles almejavam adquirir mais um lote de terras, tendo em vista a possibilidade de especulação, ou simplesmente a aspiração de ampliar a sua propriedade, mas não possuíam capital suficiente para isso, vendo-se depois em dificuldades para pagar as dívidas contraídas.⁶⁶⁷

A própria relação cotidiana entre os colonos, por vezes conflituosa, também acabava respingando na *Colonizadora*, acusando-a pelo seu desfecho. O colono Félix Rither devolveu o seu lote colonial em 1903, quando havia pagado apenas o valor da entrada de Rs. 160\$000, e retornou para Santa Cruz. A razão para a devolução do lote foram problemas havidos com seu vizinho Heinrich Nickhorn. Segundo Alfred Bornmüller, Rither apenas lhe remeteu uma carta em 18 de novembro de 1903, comunicando que estava devolvendo o lote colonial, desistindo de todos os seus direitos e perdendo todo o seu trabalho já realizado. Quando iria para Porto Alegre, passaria no escritório para conversarem. Todavia, isso não ocorreu, e ele simplesmente abandonou o lote, viajando para Santa Cruz, sem comunicar a *Direção* da colônia. Em relação aos problemas entre os dois colonos, alegou que a empresa não poderia ter intervindo, pois com isso estaria desrespeitando as leis do país. Ora, Rither

deveria ter procurado a polícia, pois é responsabilidade dela, e fazer registro. Visto que também tinha responsabilidade se estava insatisfeito com seus vizinhos. Sobre o passar adiante a referida colônia, não lhe interessava em quais circunstâncias e a quem ela seria vendida.⁶⁶⁸

Wallau, de Porto Alegre, dirijo-me a você. Trata-se de um colono da minha colônia Neu-Württemberg. Como ali não tem médico, e os médicos de Cruz Alta não são confiáveis, quero assim marcar uma consulta. Pelo seu conhecimento, trata-se de câncer de estômago” (Carta. Neu-Württemberg, 16/2/1904. Alfred Bornmüller ao Dr. Victor Teltz, Santa Maria. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP). Ainda em 26/12/1904, solicitou ao mesmo médico para prestar todo o atendimento possível, inclusive de internação, ao sr. Christian Hettich, que as despesas iriam correr por conta da empresa, pois o referido colono estava totalmente sem capital. Ele faleceu em fins de janeiro de 1905, sendo enterrado em Santa Maria, e a empresa pagou todas as despesas de hotel, hospital e enterro para a família (Carta. Neu-Württemberg, 26/12/1904; 8/2/1905. Alfred Bornmüller ao Dr. Victor Teltz, Santa Maria. Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁶⁶⁷ Um dos casos, foi Ludwig Zügel: em janeiro de 1904, ainda não havia quitado a colônia n. 12 da Linha Italiana, pois do valor de Rs. 900\$000 havia pagado apenas Rs. 550\$000. A Empresa solicitava então uma previsão de quando iria quitar o restante dos Rs. 350\$000. Ainda, se até julho conseguiria cumprir com os compromissos assumidos em relação aos lotes n. 18 e 19 da linha Stuttgart (Carta. Neu-Württemberg, 14/1/1904. Alfred Bornmüller a Ludwig Zügel. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁶⁶⁸ Carta. Santa Cruz, 18/1/1904. Alfred Bornmüller a Félix Rither, Rio Pardinho. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

Era de responsabilidade do diretor da colônia manter a ordem na *Casa dos Imigrantes*. A mesma contava com suas regras internas de funcionamento, com tempo de permanência pré-estabelecido e os colonos tinham por responsabilidade deixar as dependências limpas e arrumadas no momento de se afastar do local. Quando essa regra era desrespeitada, cabia à direção da *Colonizadora* chamar o faltoso à ordem – por exemplo, Kurt Irmischer saiu e deixou o quarto que ocupava sujo e ainda extraviou a chave da porta; nessas circunstâncias a direção providenciaria, à custa do mesmo, a limpeza do referido quarto e uma outra fechadura e chave.⁶⁶⁹ Como era um alojamento equipado com beliches, colchões, travesseiros, acolchoados, bem como toda a louça e talheres, com frequência registravam-se casos de sumiço de objetos.⁶⁷⁰

Outros casos de denúncias efetuadas diretamente junto ao consulado da Alemanha em Porto Alegre, chegavam até a direção da *Colonizadora* para os devidos esclarecimentos. Em novembro de 1912, Carl Glufke questionava por carta o consulado se era possível “durante uma permanência de 12 meses na Alemanha estudar para médico e dentista, para o que ele acreditava que a pessoa deveria ter mais escolaridade do que as séries iniciais”. Explicava que em julho de 1911 viajou de Neu-Württemberg à Alemanha o seleiro Friedrich Brendle para estudar para médico e dentista, vindo uma carta da Turíngia dizendo que ele ingressou na Universidade. Em setembro de 1912, Brendle havia retornado pra a colônia, “e fala para todos os habitantes que ele tinha a formação como médico pelo *Virchow Krankenhaus*, de Berlim, e ainda estudou por 4 meses para dentista”. Em Neu-Württemberg, “trata todo e qualquer caso como médico diplomado, e conta para as pessoas que na Alemanha sempre se referiram a ele como colega”. Glufke pedia ao consulado “e em nome de todos os alemães que moram aqui nessa terra, tornar público nos jornais alemães, em defesa dos médicos, se o Sr. Brendle é um médico, um enganador ou um vigarista”.⁶⁷¹ Perante a denúncia, o consulado investigou o caso, solicitando mais informações ao diretor da colônia, Hermann Faulhaber,

⁶⁶⁹ Carta. Neu-Württemberg, 25/3/1904. Alfred Bornmüller a Kurt Irmischer. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

⁶⁷⁰ Em fins de 1902, Horst Hoffmann informou que pretendia dividir as quatro salas grandes ao meio e mandar fazer beliches para colocar nelas, pois os pelegos eram muito caros e sumiam todos. Assim, teriam capacidade para 48 pessoas (Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903, Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

⁶⁷¹ Carta. Neu-Württemberg, 16/11/1912. Carl Glufke ao Consulado da Alemanha, em Porto Alegre. Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha, Caixa 148, MAHP.

questionando se Brendle era um prático ou não, e se estava lesando as pessoas ou não.⁶⁷² Comprovada a formação do mesmo como prático, atuou por longos anos na colônia, mantendo inclusive uma casa de saúde particular.

Todavia, os casos que abalaram as estruturas da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, comprometendo a sua atuação e lançando sérias dúvidas sobre a sua credibilidade, foram os casos Carlos Dhein e Carl Wagner. Ambos, de pessoas de confiança da *Colonizadora Meyer* e de Meyer, transformaram-se em um fantasma a rondar constantemente as colônias, infiltrando-se, manipulando informações, conspirando contra o projeto de colonização, podendo se manifestar a qualquer momento, seja por uma investida concreta ou pela imprensa. Movido pelo medo, Meyer tentava monitorar os seus passos e precaver-se contra um possível ataque, articulando um contra-ataque. Ou, segundo Girardet (1987), como aranhas, vão tecendo as suas teias pacientemente, para enredar o inimigo, cuja ameaça alimentava o medo.

Com a dissolução da sociedade entre Carlos Dhein e Herrmann Meyer, em outubro de 1900, o primeiro transferiu residência para a colônia Xingu, ocupando uma casa de propriedade da *Colonizadora*, à margem do rio da Várzea, juntamente com alguns parentes, sem o consentimento da mesma, “entregando-se todos aos prazeres da caça, pesca, etc.”. Por essa razão, a direção da empresa intimou-o a deixar a dita casa e a própria colônia. Havendo resistência por parte de Dhein, Horst Hoffmann recorreu ao chefe de polícia da região, general Firmino de Paula, a conselho do presidente do estado, Júlio de Castilhos, para mostrar ao mesmo a impossibilidade de permanecer em tais terras, solicitando uma ação enérgica, pois estava atentando contra a ordem pública.⁶⁷³

Por razões familiares, Dhein continuava circulando também na colônia Neu-Württemberg, “e uma vez aí, concita os nossos colonos a acompanhá-lo, insultando os recalcitrantes”. O encarregado da colônia, Carl Wagner, informou ao diretor-geral Hoffmann que “Carlos Dhein chegou aí no último dia 24 com mais 8 homens todos bem armados. De 3 ou 4 de nossos colonos ele tentou extorquir dinheiro, procurou danificar as propriedades de outros, e a outros mais tentou seduzir para que

⁶⁷² Carta. Porto Alegre, 2/12/1912. Cônsul Markmann ao diretor Hermann Faulhaber. Pasta 7 – Cartas Consulado Alemanha, Caixa 148, MAHP.

⁶⁷³ Carta. Porto Alegre, 10/1/1901. Horst Hoffmann ao general Firmino de Paula, Cruz Alta. Livro Copiativo 1, Fl. 17-18, MAHP.

abandonassem as nossas colônias”. Intimado por Wagner para abandonar a colônia, caso contrário, recorreria à administração da *Colonizadora* e às autoridades policiais, teria respondido “com tom provocador e ostentando as suas armas, nós não tememos nem o Dr. Meyer, nem as autoridades da República”, ameaçando ir até a colônia Xingu e “ali incendiar as casas de propriedade do Dr. Meyer, voltando depois a Neu-Württemberg”. Pelos dados que possuía, sua ação parecia ser a de um salteador de beira de estrada, requerendo, logo, a intervenção do chefe de polícia no caso, visto que o delegado de Cruz Alta não havia tomado providências. “Trata-se mais de defender uma Empresa, ao mesmo tempo importante, sólida e garantida pela soma de seus capitais e pelo desinteresse material de seus diretores, e cujo progresso se concilia com o do estado e especialmente com o do município de Cruz Alta”.⁶⁷⁴

Mediante a insistência de Horst Hoffmann, o general Firmino de Paula procedeu a várias diligências para coibir os abusos de Carlos Dhein. Todavia, seu efeito foi negativo, tendo em vista que os próprios denunciantes, na presença das autoridades, negaram todas as denúncias formuladas contra o procedimento de Dhein. Mesmo assim, Hoffmann esperava que ele, “vendo a feição séria que o seu contínuo proceder tomava, se resolva finalmente de pôr cabo a seus desmandos”; já o Intendente de Palmeira havia lhe informado pessoalmente “que Carlos Dhein nada mais possuía e pelo ofício do Sr. delegado da Palmeira fiquei ciente que ele e seus irmãos tem agora posses nas imediações da colônia Xingu”. Em razão disso, trataria ativamente de cobrar as dívidas dos irmãos Dhein para com a *Colonizadora*, “assim como também chamar a atenção para este fato dos credores de Dhein, que constantemente me procuram”.⁶⁷⁵

Paulatinamente, esse conflito particular entre a empresa e um grupo seletivo de colonos, alastrou-se para o restante da colônia Xingu, fugindo ao seu controle. No último bimestre de 1902,

os atritos recomeçaram novamente entre [Carlos] Dhein, [Albert] Grete e [João] Kölln, e os outros colonos estão temerosos, tanto que a família August Haaske, nesse meio tempo, deixou a colônia. Por isso, no dia 11/12 eu tive uma conversa com o coronel Cherubin Costa, policial chefe, que me

⁶⁷⁴ Carta. Porto Alegre, 7/2/1901. Horst Hoffmann ao General Firmino de Paula, Cruz Alta. Livro Copiativo 1, Fl. 81-84, MAHP.

⁶⁷⁵ Carta. Porto Alegre, 1/3/1901. Horst Hoffmann ao General Firmino de Paula, Cruz Alta. Livro Copiativo 1, Fl. 142-143, MAHP.

assegurou que Carlos e Alfonso Dhein como Grete seriam em breve retirados da serra.⁶⁷⁶

As ameaças evoluíram para agressões físicas.⁶⁷⁷ Conforme o representante da empresa na colônia, João Kölln, ele e todos os colonos da colônia Xingu foram ameaçados, criando um clima de instabilidade geral.

Hoje Carlos Dhein veio aqui até a minha casa e insultou a mim e um brasileiro, Sebastião Telles, de todos os modos, e me culpou pelas duas melhores pessoas do mundo, as viúvas Liell e Grethe terem que ser “tocadas” para tão longe [...]. Ele [Carlos] anunciou claramente que os colonos de Xingu poderiam começar a arrumar o lugar porque dentro de dois meses ele precisava dele para fazer uma internada para o seu gado. Também nos proibiu terminantemente de circular pela estrada; ele disse inclusive que agora era chefe maragato, e que ia passar todos os pica-paus ali no mato pelas armas, e que poderiam esperar por isso a qualquer hora da noite. Isso e muito mais ele disse em português, minha testemunha é Sebastião da Silva Telles, inspetor de quarteirão. Este Dhein também ofendeu muito, e me xingou como o maior pica-pau, por não ter defendido a viúva para que ela pudesse permanecer aqui. Dhein quer nos mostrar que elas não vão sair. Sr. Scharf, se alguma medida for tomada contra Dhein, que seja definitiva, ou então nada seja feito. O irmão dele, Alfonso, é tão perigoso quanto. Nós não conseguimos mais trabalhar, pois o tempo todo temos que estar apostos, para evitar um ataque.⁶⁷⁸

Nesse contexto, Carlos Dhein passou a representar uma ameaça real para a *Colonizadora* e as colônias, por colocar sob suspeita a credibilidade e solidez da empresa; incitar colonos a abandonar as colônias; intimidar e extorquir dinheiro dos colonos, prejudicar as suas propriedades, etc. Seu estabelecimento nas imediações

⁶⁷⁶ Relatório 22/23. De 16/11 a 15/12/1902. Porto Alegre, 17/12/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶⁷⁷ “Lamento ter que trazer esse caso à tona. O Grete não foi embora ainda, e já chegaram outros para nos causar preocupações. Há 14 dias atrás, foi o sr. Hermann Juds e o filho de Michel Jadischke até um brasileiro para negociar uma vaca. Quando retornaram, tiveram que passar na casa de J. Harres (que agora tem a barca). Ali se encontravam Gustav Schmidt, Alfonso e Carlos Dhein. Assim que adentraram, Schmidt bateu com um porrete na cabeça de Jadischke, e tirou a sua arma, fechando em seguida todas as portas, além de fazer xingamentos – que as piores pessoas que existiam eram aquelas que moravam nas terras de Meyer. Que ele, Carlos, foi encarregado por Firmino de Paula como policial, e mais outras coisas. No dia seguinte, a Sra. Juds foi até Carlos Dhein para pegar a pistola, daí ele fez pior ainda – dessa vez, ele disse que nenhum colono de Xingu tinha o direito de ir até um brasileiro para fazer negócios, e que ninguém podia portar armas, fora Grete e Schmidt, por isso ele estava ali. A pistola ele não entregou, dizendo que iria mandá-la ao general em Cruz Alta e em poucos dias todos seriam presos por isso. A Sra. Juds disse então que iria recorrer ao Dr. Horst Hoffmann, e depois de dois dias, ele já entregou a pistola novamente. Nós queríamos esperar até que você [Scharf] viesse, porque escrever uma carta é muito perigoso, porque o correio está nas mãos de Harres” (Carta. Colônia Xingu, 1/12/1902. João Kölln a Rudolf Scharf, Cruz Alta. Anexo Relatório 22/23. De 16/11 a 15/12/1902. Porto Alegre, 17/12/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo, Caixa 109, MAHP).

⁶⁷⁸ Carta. Colônia Xingu, 1/12/1902. João Kölln a Rudolf Scharf, Cruz Alta. Anexo Relatório 22/23. De 16/11 a 15/12/1902. Porto Alegre, 17/12/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo, Caixa 109, MAHP; Ofício. Porto Alegre, 9/9/1902. Horst Hoffmann a Alfonso Honório dos Santos, Palmeira. Livro Copiativo 2, Fl. 153, MAHP.

da colônia Xingu e sua circulação na região deixavam os seus habitantes em constante alerta, gerando e alimentando o medo entre eles, levando muitas famílias a abandonar o seu lote. Além de afastar Dhein das terras da empresa, era preciso afastá-lo do convívio dos colonos e dos seus funcionários, porque temia-se um possível complô dele junto a algum funcionário ou demais colonos contra a *Colonizadora*.⁶⁷⁹ Meyer apoiava integralmente as medidas para garantir a ordem na colônia, pois “nós precisamos trabalhar de forma a tirar Dhein e os seus consortes da região serrana, pois ele não vai sossegar ali, e enquanto isso, não podemos mandar outras pessoas para ali. Com Grethe precisamos fazer um processo curto”. Lamentava ainda que o péssimo relacionamento entre algumas famílias levasse elas a abandonar a colônia novamente.⁶⁸⁰

Paralelo a isso, a empresa procurava alertar os desavisados sobre o caráter de Dhein, evitando aproximações, como no caso do professor da escola em Xingu, Hermann Staiger, ao qual Alfred Bornmüller dirigiu uma carta confidencial, nesses termos:

Esse “pequeno burguês” tem culpa no cartório e em muito prejudicou a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e ainda tenta prejudicar. Ele não é um criminoso, mas não tem uma malandragem que não já tenha feito. Ele deve talvez se colocar perante você como o mártir, ele anda reivindicando para todos uma casa comercial. Mas pode ter certeza, que o humanitarismo de Dhein não é uma alma honesta, mas, que com isso ele persegue algum objetivo escuso, e a paz que com muito esforço reina em Xingu, ele novamente compromete para provocar novas perturbações e uma nova carreira infinita de maçada e aborrecimentos. De algum modo, Dhein pretende com isso também ganhar materialmente, à custa de nós [Empresa] ou dos colonos de Xingu. Eu desejo que você, então, nos seus esforços não o subsidie com algum trabalho, o que para ele será uma forma fácil de se imiscuir nos nossos negócios. Eu preciso lhe falar do subsídio, pois o Dr. Meyer subsidia a sua atividade de professor, e assim você tem um compromisso, e também deve se adequar aos princípios da Empresa. Eu espero que não entenda mal o meu conselho amigável, mas sim estar avisado, pois não estou só preocupado com o futuro da colônia, mas também em ajudá-lo.⁶⁸¹

⁶⁷⁹ Na inspeção à colônia Xingu, em março de 1902, o administrador Rudolf Scharf teria visitado Dhein, para tratar dos interesses da empresa, com isso, contrariando Horst Hoffmann e Carl Wagner. Ao ser indagado sobre o fato, Scharf confirmou ter estado com ele, e que o escândalo todo teria sido resultado de uma intriga de Marco Herrmann e Luiz Böhl, com o objetivo de tirá-lo da direção das colônias. Lembrava que se quisesse falar com Dhein, sua mãe morava em Neu-Württemberg, e era só ir até ali (Relatório 4/5. De 16/2 a 15/3/1902. Porto Alegre, 20/3/1902. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP).

⁶⁸⁰ Carta. Leipzig, 2 e 4/3/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP

⁶⁸¹ Carta Confidencial. Neu-Württemberg, 13/4/1904. Alfred Bornmüller ao professor H. Staiger, Xingu. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

Retirando-se definitivamente da região da colônia Xingu, ainda em 1904, aparentemente a influência de Dhein foi aniquilada, embora ainda tenha movido processos contra seus devedores e ser citado em outros por suas dívidas pendentes.⁶⁸²

Seguindo os mesmos caminhos, mas com repercussão bem mais abrangente, foi o caso envolvendo o moleiro Carl [Carlos ou Karl] Wagner. O mesmo foi contratado por Carlos Dhein para a construção de um moinho para a empresa na colônia Neu-Württemberg, ainda em 1900, atendendo com isso às reivindicações dos colonos. Contudo, o moinho não foi concluído conforme os valores combinados, e Wagner se dizia proprietário do mesmo. Em razão disso e por abrigá-lo por várias semanas em sua residência, Carlos Dhein moveu um processo contra ele, cobrando pelo alojamento, com ganho de causa.⁶⁸³

Os problemas com Wagner iniciaram justamente em função do moinho, razão das queixas dos colonos contra os altos preços cobrados pelo moleiro para a moagem e na serraria. Ao longo do ano de 1902, Horst Hoffmann insistiu para Wagner assinar um novo contrato com a *Colonizadora Meyer* e uma promissória, ao que o segundo apresentou uma série de desculpas para não fazer o documento. Inclusive o administrador local, Rudolf Scharf, junto com o inspetor de polícia Koch, o intimaram, sem resultados. O ponto divergente estava justamente na existência de dois contratos divergentes: um verbal, acordado com Carlos Dhein, e um por escrito, estipulado por Hoffmann, o qual Wagner se recusava a assinar. Nessa ambigüidade, conduzia as suas exigências, como uma indenização pelos seus investimentos. Além disso, não havia pagado o seu lote colonial ou recebido qualquer adiantamento, ao contrário do que afirmava. O custo de instalação do moinho girou em torno de Rs. 7:000\$000. Avaliando as suas condições e sua tecnologia, valia no máximo Rs. 8:000\$000, contudo, Wagner o avaliava em Rs. 30:000\$000.

⁶⁸² Carlos Dhein, residente em Palmeira, deu entrada ao processo em 30/1/1903, solicitando a citação de Luiz Böhl, residente na colônia Neu-Württemberg, que lhe era devedor “por encontro de contas da quantia de Rs. 587\$000, proveniente de gêneros que lhe forneceu, assim como de duas máquinas fotográficas com todos os seus acessórios e respectivas drogas para o seu funcionamento, e agora querendo o suplicante ser pago, o suplicado tem criado dificuldades a esse pagamento”. O réu foi intimado em 3/2/1903. A audiência foi realizada no dia 11/2, quando compareceram os advogados de ambas as partes. O valor foi depositado em juízo, e o processo encerrado em 21/3/1906 (Ação Ordinária. Carlos Dhein - A.; Luiz Böhl – Réu. Entrada: 30/1/1903. Cruz Alta. Cartório do Civil e Crime - Sumárias N 840, M 26, E 62, APERS).

⁶⁸³ Ação Ordinária. Carlos Dhein - A.; Carlos Wagner – Réu. Entrada: 30/1/1903. Cruz Alta. Cartório do Civil e Crime - Sumárias N 841, M 26, E 62, APERS.

Pressionado, e em dificuldades financeiras, ele ofereceu o moinho para a empresa por Rs. 9:000\$000, ou seja, um conto acima do valor máximo avaliado.

Meyer considerava a questão muito delicada, pois o moinho era necessário, e tirá-lo de Wagner até poderia ser cogitado, mas “não deveria trazer perdas para a colônia”. Em sua opinião, pelo tempo transcorrido, Wagner já deveria ter instalado a sua serra e a serraria estar em plena função, fornecendo as tábuas e parte da madeira de construção, tanto para a *Colonizadora* quanto para as construções dos colonos, pois a procura por tábuas era elevada. Logo, “poderia estar ganhando dinheiro com isso”.⁶⁸⁴ Ele “me foi indicado pelo Diretor Sellin, de Santa Catarina, como uma pessoa muito competente na sua atividade. E é inacreditável que, mesmo após receber nova grade e a regularização do abastecimento de água, ainda não estava em condições de suprir a demanda da colônia”. Conforme as informações de Ahrons, “a questão da água foi verificada e está resolvida, e se ainda não está em funcionamento, a culpa é do moleiro”. Uma vez descumprindo o contrato, deveria “ser tirado e contratado outra pessoa para a atividade, visto que ele não estava cumprindo com as suas obrigações”,⁶⁸⁵ ou estudar uma forma de passar o moinho para outro, mesmo que esse terceiro fosse assalariado. Acompanhando o desenrolar dos acontecimentos e colhendo mais informações a respeito, Meyer asseverou: “Wagner é um preguiçoso, que não faz o que podia e deveria: trabalhar. Foram realizados elevados investimentos e o empreendimento está parado”. Situação semelhante teria ocorrido também em Santa Catarina, “onde permaneceu na ociosidade e não desempenhou a sua função de moleiro. Até agora ele só trouxe aborrecimentos”.⁶⁸⁶

Horst Hoffmann intermediou, por três anos, as negociações entre o moleiro e a empresa, em busca de uma solução amigável, pois as atitudes e ações de Wagner prejudicavam os interesses da *Colonizadora* e toda a colônia, “a qual, após muito esforço, consegui trazer à ordem”. Na colônia e em Cruz Alta, ele “é visto com reserva pelos elementos decentes, bem como os seus ajudantes”.⁶⁸⁷ Sentindo-se

⁶⁸⁴ Carta. Leipzig, 10 e 11/9/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Caixa 42, MAHP.

⁶⁸⁵ Carta. Leipzig, 8 e 10/1/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Caixa 42, MAHP.

⁶⁸⁶ Carta. Leipzig, 2 e 4/3/1903. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Caixa 42, MAHP.

⁶⁸⁷ Wagner tinha três ajudantes: “Luiz Böhl, antes caixeiro-viajante, e agora advogado pouco sério, e por causa de suas elevadas dívidas, recentemente esteve com problemas na polícia em Cruz Alta; ‘Dr.’ Monschau é naturalista e esteve em várias cidades antes, em todas deixou elevadas dívidas e

pressionado, em abril de 1903, Wagner ameaçou deixar o moinho e “exonerar-se de seu ofício”, esquecendo-se de que “a função de moleiro aqui não funciona como para nós na Idade Média, quando havia direitos de nobreza”.⁶⁸⁸

Em início de julho de 1903, a *Colonizadora* procedeu à uma renegociação geral por escrito dos contratos e compromissos assumidos pelos colonos já estabelecidos, “exigindo continuamente os nossos direitos, para garantir a ordem na colônia; as conseqüências e os prejuízos desses atos [como de Wagner] para a empresa são enormes”. Nesse quadro, Hoffmann traçou uma estratégia para reaver o moinho e o capital nele investido, sob a forma de empréstimo, visto que era fundamental para o desenvolvimento da colônia, motivado especialmente pelas atitudes tomadas pelo moleiro. Mas não achava oportuno simplesmente executar a sua dívida, desalojando-o de sua casa e pátio, pois isso, naturalmente, geraria um grande alvoroço e uma insegurança geral. Seu plano era o seguinte: como acreditava que Wagner teria de arcar com as custas do processo movido por Carlos Dhein contra ele, e quando isso fosse acontecer, imediatamente, iria embargar o moinho pelo valor do empréstimo. “Então isso depende de uma arrematação, onde não vamos tirar mais do que a soma de nossa dívida e nós teremos isso tudo na nossa mão, sem despertar nenhum ódio contra nós”. Caso essa estratégia falhasse, faria Wagner assinar um contrato pelo qual ele “terá de se comprometer com o preço máximo que poderá ser cobrado para a moagem e a serraria, do contrário nós retiramos o dinheiro despendido. Se bem o conheço, Wagner jamais irá assinar tal contrato, e nós faremos então, antes que ele vá adiante, o que eu já expliquei”. Hoffmann pretendia fazer pessoalmente toda essa articulação,

porque ninguém pode com aquele velho teimoso. Tudo que se fala dele é verdade, pois conheço muito bem os defeitos dele. Mas, também não podemos esquecer que é o único que nesses dois anos e meio investiu seu próprio dinheiro aqui, no valor de Rs. 6:000.000, numa colônia de uma

sumiu. Na Alemanha já teria sido fichado por isso. Ambos já estavam há mais tempo no Brasil, já Georg Schramm é um jovem aventureiro, há mais ou menos um ano e meio no Brasil, vivendo primeiro às custas de um sr. de sobrenome von Braun, e depois, sem trabalho e lugar para morar, ficou ali. A senhora Wagner apesar de não concordar com o marido, não conseguia impedi-lo de abrigar e contratar esses três elementos” (Carta. Porto Alegre, 12/10/1903. Horst Hoffmann ao cônsul geral C. Feidel, Porto Alegre. Caixa 109 – Pasta Transcrição de Cartas [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

⁶⁸⁸ Relatório 5-7. De 1/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 18/04/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

empresa nova como a nossa, e permaneceu, trabalhando com vontade a nosso favor.⁶⁸⁹

Como previsto, não foi possível um acordo, somando-se a isso ainda novas reclamações de colonos e a negligência dos serviços realizados no moinho. Hoffmann então executou a dívida, entrando com processo, penhorando o moinho, arrematando-o em hasta pública.⁶⁹⁰ Sobre a arrematação dos bens de Wagner, o advogado contratado da empresa deveria agir conforme considerasse mais adequado e em combinação com Rudolf Scharf, pois “nós só fazemos questão de que o moinho venha para as nossas mãos e não seja arrematado por outrem. Com esta medida pretendemos unicamente evitar que o engenho venha ter algum proprietário inconveniente aos interesses da nossa Empresa”.⁶⁹¹

Porém, Wagner recusou-se a entregar os bens ao representante da *Colonizadora Meyer*, Rudolf Scharf. O processo estendeu-se por mais quinze dias, quando, junto com reforço policial, o oficial de justiça despejou o casal Wagner, entregando os bens à empresa, em fins de setembro de 1903, mas, mesmo assim, Wagner se recusou a sair da cozinha da casa, alegando que esta não estava citada nos autos.

Os desdobramentos desse processo pontual foram mais danosos para a colonização do que o esperado. Wagner, além de processar o depositário de seus bens, Luiz Böhl, iniciou uma campanha de difamação contra a *Colonizadora* e seu

⁶⁸⁹ Relatório 5-7. De 1/3 a 15/4/1903. Porto Alegre, 18/04/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição de Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁶⁹⁰ Carta de arrematação passada a favor do Dr. Herrmann Meyer e extraída dos autos de execução em que são Exequente: Herrmann Meyer e Executado Carlos Wagner. Expedida pelo juiz da Comarca de Cruz Alta. Executava Wagner uma serraria movida por uma turbina, constante de uma serra vertical, como corresponde, e um moinho movido também pela mesma turbina, ambos funcionando regularmente em uma casa construída de madeira, tendo 16 metros de comprimento e 9 de largura. Uma casa de moradia do executado, anexa à mencionada serraria e moinho, também construída de madeira, tendo 9 metros de frente e 6 ditos de fundo, com duas portas e janelas na frente e uma janela nos fundos, situados todos estes bens na colônia Neu-Württemberg. Os bens foram a pregão e arrematados pelos suplicantes. Execução de 2/9/1903. Citado como devedor de Rs. 6:285\$166, da dívida mais juros. Auto de penhora e depósito dos bens, feito a Luiz Böhl, em 8/9/1903. Avaliação dos imóveis. Auto de arrematação. 15/10/1903. Pela serraria e moinho, seis contos e cinco mil-réis, e pela casa, mais um conto e cinco mil-réis. Total: sete contos e dez mil-réis (Rs. 7:010\$000). Sentença. 17/9/1903, passando a carta de arrematação ao arrematante. A Colonizadora foi representada pelo seu advogado, enquanto Wagner não compareceu às audiências, ocorrendo o processo à sua revelia (Carta de arrematação. Caixa 26, MAHP).

⁶⁹¹ Carta. Porto Alegre, 6/10/1903 Horst Hoffmann ao Dr. Victor Manoel de Camargo, Cruz Alta. Livro Copiativo 2, Fl. 490-491, MAHP. A *Colonizadora* contratou o advogado Victor Manoel de Camargo, de Cruz Alta (Carta. Porto Alegre, 4/6/1903 Horst Hoffmann ao Dr. Victor Manoel de Camargo, Cruz Alta. Livro Copiativo 2, Fl. 349-351, MAHP).

proprietário, colocando em dúvida a legitimidade das posses e a credibilidade do empreendimento. Em consequência, a venda de terras despencou nos anos subseqüentes, chegando a apenas um lote em 1907. Para averiguar a veracidade das denúncias, a empresa passou a ser observada, deixando Meyer em uma situação embaraçosa, tendo de se explicar e justificar perante as mais diferentes autoridades e via imprensa. Segundo ele,

de todos os melhoramentos, de todas as aquisições conseguidas com sacrifícios nem sempre só materiais, nada vejo. Leio-o apenas em cartas e aqui só me resta bater-me com descontentes que, com todos os meios procuram sujar a minha causa, atacando-me com as mais torpes calúnias. Só me causam incômodo, transtorno e preocupações. Wagner tentou difamar-me junto às seguintes autoridades: legação no Rio de Janeiro, Ministério do Exterior, Conselho de Emigração, Promotoria Pública, Empresa de Colonização, Instituto Bibliográfico (MEYER citado por FAUSEL, 1949: 12).

Ainda em 1906, às vésperas da aprovação do pedido de Meyer para a concessão para a emigração, Wagner intensificou a sua ação, “causando muita preocupação e muitos aborrecimentos, fazendo de tudo para me prejudicar”. Valendo-se de sua rede de relações e seu prestígio, Meyer inibiu “uma campanha parlamentar que Wagner ia mover contra mim, com a intervenção do Dr. Arendt e Lattmann e o nosso chefe de redação Rippler, do [jornal] *Rundschau*. É importante aliás que esse fato não venha a ser mencionado no *Reichstag*”. Nesse caso em particular, via terceiros, Meyer envolveu-se em uma negociata política para *calar* as acusações de Wagner. Ao que se depreende das rápidas informações de Meyer, dentro do *Reichstag* havia um grupo contrário à concessão por diferenças pessoais com o grupo favorável, e foi justamente a esses membros que Wagner recorreu. Como se tratava de antigas diferenças pessoais, perfeitamente conhecidas por quem vivia nesse meio, Meyer, orientado por seu redator Rippler, acatou a negociata, sem se envolver pessoalmente, e subornou o líder do grupo contrário ao seu pedido e, desse modo, o caso Wagner não veio à tona.⁶⁹²

Carl Wagner, sem domicílio fixo, manteve sua campanha contra o projeto de colonização até pelo menos a década de 1920, período no qual Meyer procurou rastrear e monitorar seus movimentos. Ele representava uma ameaça real

⁶⁹² “Dois membros do *Reichstag*, incitados por Wagner, queriam levar o caso à plenária, mas Rippler, que sabe como lidar com essas pessoas, vai pagar os Mk 300, acalmando os ânimos. É uma vergonha ter pessoas no *Reichstag* desse tipo. Mas ao final de tudo, o mais importante é que a tentativa de Wagner foi frustrada” (Carta. Leipzig, 12/4/1906. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

justamente porque fez suas denúncias chegarem até as autoridades, além de infiltrar seus artigos na imprensa alemã e brasileira, muitas vezes de forma anônima, desaconselhando a emigração para as colônias de Meyer, alegando que perdeu todo o seu capital e que lhe foi atribuída uma dívida que não era sua.⁶⁹³ Em uma correspondência à diretoria da *Allgemeine deutsche Kolonialgesellschaft*, de Berlim, em 1905, lamentou pelo investimento de capital na estação experimental da colônia Neu-Württemberg, “essa contribuição só é dinheiro jogado fora, pois a Empresa desse senhor é suspeita de ganhar dinheiro, porque a mesma não tem como objetivo o bem estar comum, mas trabalha especialmente para a exploração dos colonos”, citando o seu exemplo. Argumentou que a colônia Neu-Württemberg corria o risco de transformar-se em anarquista, pois “um notável e perigoso anarquista juntou-se à administração”. Já o material de divulgação desse complexo colonial apresentava “uma imagem fantasiosa”. Assim, incitou os membros da diretoria para que cobrassem explicações de Meyer no Fórum da *Kolonialgesellschaft* sobre o seu projeto de colonização e os seus propósitos.⁶⁹⁴

No segundo semestre de 1907, Wagner publicou um artigo assinado no jornal *Deutsches Volksblatt*, de Porto Alegre. Para Meyer, tal artigo merecia uma resposta, pois não poderiam deixá-lo prejudicar a colonização dessa forma, pois corriam o risco da migração estagnar em definitivo. Relativo à posição do jornal, “é perceptível que se trata de uma forma de bloquear a ida de católicos para a colônia, tendo em vista que o próprio cônsul esclareceu a Metzler o caso de Wagner”.⁶⁹⁵

Anos mais tarde, Wagner endereçou uma correspondência ao professor Dr. Hans Meyer, irmão de Herrmann Meyer, enviada de Joinville, em 17/4/1912, na qual comunicou o lançamento de um livro sobre a vida das colônias no Brasil, inclusive a colônia de Neu-Württemberg e as falcatruas ali cometidas.⁶⁹⁶ Poucos dias depois,

⁶⁹³ Carta. Berlim, 23/10/1905. Carl Wagner ao Bibliografisches Institut, Leipzig. Pasta 6 - Cartas - Diversos a Herrmann Meyer, Caixa 44, MAHP.

⁶⁹⁴ Carta. Berlim, 12/9/1905. Carl Wagner ao Allgemeinen deutschen Kolonialgesellschaft. Anexo da Carta. Leipzig, 1/8/1912. Cônsul Herrmann Meyer a Itiberé da Cunha, Embaixada do Brasil, Berlim. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos, Caixa 47, MAHP.

⁶⁹⁵ Carta. Leipzig, 4/11/1907. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, a bordo do “Guahyba”. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁶⁹⁶ “O abaixo assinado vêm comunicar a publicação de um novo livro nos próximos meses: *Die Erlebnisse deutscher Auswanderer in Süd- und Nord-Amerika*. Contém documentos de um velho cidadão alemão-brasileiro, bem como documentos oficiais dos dois países e sentença judicial”. Tinha por objetivo a “defesa da honra nacional (*Nationalehre*), a independência e os interesses econômicos do Brasil e outros países”. Naturalmente, “o livro tem elevado significado internacional, uma

recebeu mais uma carta anônima com o mesmo teor. Meyer entregou o caso ao cônsul brasileiro em Berlim, para tomar as providências cabíveis e defendê-lo junto ao governo no Rio Grande do Sul – Wagner era naturalizado brasileiro. Tais fatos não deveriam prejudicar a emigração alemã para o Brasil. Naquele momento, seu projeto pouco seria afetado, porque a colônia já estava povoada, “e é vista por todos como uma colônia-modelo, graças a sua organização cultural e sua situação material saudável”.⁶⁹⁷ O referido livro acabou engavetado – isso, se realmente existiu.

Simultaneamente, a imprensa alemã retomou as críticas contra o governo brasileiro, a *Colonizadora Meyer* e a *Sociedade de Colonização Hanseática*. “Não passa uma semana em que um ou outro jornal não apresenta um artigo no qual ataca o Brasil e as colônias ali estabelecidas, que é possível pensar num sistema organizado que emite tais artigos”.⁶⁹⁸ Avaliando o contexto, Meyer não descartou a hipótese de Wagner fomentar a imprensa com esse tipo de material.⁶⁹⁹ Foram publicados dois artigos em revistas distintas, acusando Herrmann Meyer de capitalista, de especulação, de agente político da Alemanha, procurando formar um Estado dentro do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda, que seu projeto não era muito sério, oferecendo vantagens fantasiosas para os emigrantes que não condiziam com a realidade, levando-os a abandonar a colônia novamente. O primeiro artigo foi publicado em junho na revista *Bank*, de Berlim, atacando a *Colonizadora Meyer* e a *Hansa*. Meyer enviou um artigo de resposta para a revista, publicado em setembro. Também entrou com uma ação de injúria

distribuição internacional e em várias línguas – alemão, português, inglês e francês. Deve interessar-lhe muito, que o importante pesquisador, descobridor e conhecedor do Brasil, Dr. Herrmann Meyer, em Leipzig, e a outros pesquisadores alemães foram tão simpáticos, e *deram* um primoroso material para esse livro. Experiência e esclarecimento são em todo tempo a melhor ajuda para o interesse de todos os países, contra a exploração por parte de políticos internacionais enganadores, parasitas e pedintes. Agentes políticos e espiões, os quais só têm em vista a exploração no exterior e lucrar. Ao editor do livro apresentado, um milionário norte-americano, é naturalmente uma honra oferecer para todas as nações uma obra de valor, tanto que esse livro está sendo muito aguardado. Ass. Carlos Wagner. Joinville, Santa Catarina, Brasil, em 17 abril 1912” (Anexo da Carta. Leipzig, 1/8/1912. Cônsul Herrmann Meyer a Itiberé da Cunha, Embaixada do Brasil, Berlim. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos, Caixa 47, MAHP).

⁶⁹⁷ Carta. Leipzig, 20/7/1912. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP; Carta. Leipzig, 1/8/1912. Cônsul Herrmann Meyer a Itiberé da Cunha, Embaixada do Brasil, Berlim. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos, Caixa 47, MAHP.

⁶⁹⁸ Carta. Leipzig, 26/6/1912. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP.

⁶⁹⁹ Carta. Leipzig, 1/8/1912. Cônsul Herrmann Meyer a Itiberé da Cunha, Embaixada do Brasil, Berlim. Pasta 2 – Cartas e cartões – Diversos a diversos, Caixa 47, MAHP.

(*Beleidigungsklage*) contra os redatores da *Bank*. Os redatores sequer sabiam o nome do autor do texto, apenas que era um emigrante que havia se estabelecido na sua colônia e a abandonado. As custas do processo foram por conta da revista, que ficou obrigada a se retratar.⁷⁰⁰ O *Deutsch-Brasilianischer Tag*, um evento realizado em Berlin em início de setembro de 1912,

foi para mim em especial um desagravo, pois no Congresso havia pessoas envolvidas com colonização, como também pessoas do teuto-brasileiro *Farmerverein*, e também do sul-brasileiro *Kolonistenverein*, que tomaram o meu partido contra o ataque da revista “*Bank*”, e quase registraram um voto de aclamação ao meu projeto e meu trabalho. Depois eu entrei na discussão explicando a não veracidade do ataque da *Bank*, e falei sobre o meu esforço cultural na colônia e a sua expansão. Havia um grande número de brasileiros lá, especialmente da região sul, e de suas próprias bocas pude ouvir como Neu-Württemberg é bem conceituada no sul do Brasil. Mas após essas manifestações, preciso me precaver, e manter material e informações em mãos para me defender perante os ofendidos.⁷⁰¹

O segundo artigo, já esperado, foi publicado dia 15 de novembro de 1912, no semanário francês *Revue Franco-Brasilienne*, do Rio de Janeiro.⁷⁰² Meyer teve acesso à revista “por acaso junto a um colono que veio ao meu escritório, e que comprou a revista em um café no Rio”. Segundo ele, tratava-se de uma revista mantida com dinheiro francês, mas tentava sistematicamente “manchar a imagem de tudo que fosse alemão, e não entendo como tal artigo, que afeta os alemães como um todo, passou despercebido”. Nesse caso, “contra o articulista não tenho vontade de fazer nada, mas vou mobilizar o *Auswärtiges Amt*, e tentar uma mobilização contra tais atitudes, e informar Wagner de tais resoluções”.⁷⁰³

As denúncias formuladas por Meyer, acompanhadas de um pequeno dossiê de documentos comprobatórios, foram investigadas. O *Auswärtiges Amt* descobriu

⁷⁰⁰ Carta. Leipzig, 14/3/1913. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP. Em 12 de março de 1913, saiu o veredicto sobre a ação de ofensa movida por Herrmann Meyer contra os redatores da revista financeira de Berlin, “*Die Bank*”, os senhores Louis Levy (Eschwege) e Aldred Burgmann, porque nos artigos “*Kulturdünger*” (de junho de 1912) e “*Bedenkliches Deutschtum*” (de setembro de 1912) lhe atacaram. Os referidos senhores ficaram responsáveis para publicar na edição de abril do mesmo uma resposta escrita pelo ofendido, ficando os custos por conta da revista. Todavia, a mesma não foi publicada. Os redatores justificaram que não tinham por objetivo ofender Meyer e nem de chamá-lo de negociante a serviço da Alemanha (Carta. Leipzig, 11/4/1913. Herrmann Meyer a [editor da revista?]. Pasta 2 – Herrmann Meyer a diversos. Caixa 44, MAHP).

⁷⁰¹ Carta. Leipzig, 21/10/1912. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP.

⁷⁰² Artigo. Brasil – Alemanha (continuação). Tradução [francês-alemão] da *Revue Franco-Brésilienne*, Rio de Janeiro, Avenue Rio Branco 60. Ano 3, N. 69, de 15/11/1912, página 2-4. Caixa 31, MAHP.

⁷⁰³ Carta. Leipzig, 13/2/1913. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP.

que o autor do artigo, bem como das cartas anônimas enviadas anteriormente a Meyer, era C. C. Müller, de Joinville, incitado por Wagner, mas que por questões diversas, havia deixado a cidade.⁷⁰⁴

Em consequência dessa aura de descrédito e de críticas, somada aos problemas internos com os colonos, a venda de terras e a arrecadação da *Colonizadora* decaíram, gerando uma forte crise financeira, ameaçando a própria continuidade da colonização. Pressionado pelas contingências, o diretor da empresa, Alfred Bornmüller, pediu demissão em 1906, recusada pelo proprietário. Em 1908, quando o administrador Bornmüller deixou o cargo definitivamente e o contrato com o pastor Hermann Faulhaber expirou, Meyer decidiu liquidar definitivamente seus negócios no Rio Grande do Sul, legando toda a colônia ao Sínodo Rio-grandense, que assumiria o trabalho escolar e religioso, ou conseguir uma *Stiftung* junto ao Sínodo e o *Oberkirchenrat* que se encarregaria da venda das terras restantes e do trabalho cultural, encerrando suas atividades posteriormente. As demais áreas de terras venderia novamente, sem colonizar.⁷⁰⁵

Empatei, até agora, mais de meio milhão nesta obra, gastando não somente toda a minha fortuna não investida no Instituto Bibliográfico, mas contraindo, ainda, muitas dívidas nos bancos. [...] Estava errada a minha opinião, de que as instituições beneficentes induziriam os imigrantes a pagar preço mais elevado que em outras regiões, onde nada se lhes oferece. Aceitamos como complemento agradável, um ou outro tem palavra de gratidão, mas não gastam um centil por elas e, muito menos estão dispostos a pagar preço mais elevado, para fazer parte de tal colônia modelo. [...] Estou enterrando uma idéia que julgara ser minha tarefa vitalícia. Isto é pelo menos tão grave quanto o grande prejuízo financeiro... Dediquei à minha criação o meu coração e todo o meu carinho. Entretanto, ninguém pode acima de suas forças. Também aqui as circunstâncias foram mais poderosas que a vontade humana e, por isso, é necessário passar um traço sob minha obra fracassada, antes que seja tarde (MEYER citado por FAUSEL, 1949: 27-28).

Meyer não vislumbrava apenas um malogro financeiro de seu projeto, como também via submergir o ideal no qual acreditava. Como nenhum arranjo para se desfazer do empreendimento foi possível, então Hermann Faulhaber assumiu a direção da *Colonizadora*, conduzindo os negócios dali por diante, quando a colônia passou a financiar o colonizador.

⁷⁰⁴ Carta. Leipzig, 28/11/1913. Herrmann Meyer a Kolonisations-Unternehmen Dr. Herrmann Meyer, Colônia Neu-Württemberg. Caixa 44, MAHP.

⁷⁰⁵ Carta. Leipzig, 5/4/1908. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

Portanto, problemas do cotidiano, circunscritos ao complexo colonial, envolvendo a empresa de colonização e os colonos, em vários momentos, extrapolaram esses limites, chegando às páginas da imprensa, fato que comprometia o projeto como um todo e a sua imagem. As críticas da imprensa alemã ao projeto de colonização e ao colonizador eram mais freqüentes do que da imprensa brasileira. Como uma das estratégias de contra-ataque e defesa, Meyer e a direção da empresa acompanhavam os principais noticiosos dos dois países e as notícias veiculadas sobre a colonização, avaliando os casos em que era necessário enviar um artigo-resposta ou não. Em outros casos, apelavam ao redator do periódico, na tentativa de coibir a publicação de novos artigos contrários ao seu projeto,⁷⁰⁶ ou, em outros casos, quando não publicavam os artigos da empresa.⁷⁰⁷

Tratando-se de uma empresa estrangeira, o segundo caminho para encaminhar as queixas dos colonos era o consulado da Alemanha, sediado em Porto Alegre. Nesses casos, a empresa era contatada e informada sobre a questão, exigindo explicações, além de averiguar a veracidade dos fatos. Por exemplo, o imigrante Irvan Dissing denunciou, junto ao consulado, que a *Colonizadora Meyer* privilegiava os colonos nacionais em detrimento aos imigrantes, porque aqueles tinham mais capital, além de demorar para fornecer a escritura da terra, após a quitação da dívida, contrariando as garantias presentes no seu prospecto.⁷⁰⁸

Justificando-se das acusações, Meyer afirmou que nem todos os imigrantes vinham sem capital, mas que cerca de 90% dos emigrantes alemães eram pobres. Uma vez na colônia, não poderiam permanecer por semanas na *Casa do Imigrante*,

⁷⁰⁶ Em 1901, o jornal *Koseritz Deutsche Zeitung* (?/10/1901, n. 128, v. 30) publicou um artigo sobre a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e contra a *Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft*, o qual merecia uma resposta. Em Cruz Alta, o jornal *O Município* (?/1901) havia se posicionado contrário à colonização e construção da ferrovia, criticando esses projetos (Relatório 8 e 9. De 16/10 a 15/11/1901. Porto Alegre, 20/11/1901, Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Livro Copiativo I, Fl. 445-447, MAHP).

⁷⁰⁷ Cf. Carta. Leipzig, 1/11/1902. Herrmann Meyer a Arno Philipp, *Deutsche Zeitung*, Porto Alegre. Pasta 2 – Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP. O mesmo noticioso publicou um artigo alertando que até aquele momento, o governo do Estado não havia aprovado os títulos de propriedade das terras de Meyer. Caso o governo encontrasse alguma irregularidade nos mesmos, os compradores perderiam o capital empregado. Meyer ficou revoltado, porque essa questão foi levantada no Rio Grande do Sul, enquanto na Alemanha, até então, não havia sido cogitada, e sequer havia esse temor. Óbvio que, a partir de então, gerou um problema grave para a *Colonizadora* (Artigo. *Deutsche Zeitung*. Porto Alegre, 20/11/1902, n. 138. Pasta 2 – Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP).

⁷⁰⁸ Dissing acabou retornando para a Alemanha em 1905, onde moveu um processo contra a *Colonizadora*, perdendo a causa (Cf. Cartas de Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, 1904-1905, Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP).

e só assumir o seu lote quando não tivessem mais dinheiro. Assim que tomava posse do seu lote colonial, era demarcada a estrada que o mesmo deveria construir, na extensão do lote, recebendo por isso um crédito, para pagar as suas despesas. Posteriormente, poderia trabalhar para a *Colonizadora* na abertura das estradas gerais, com o pagamento de diárias, juntando o capital necessário para quitar o seu lote. Entretanto, “tem aqueles que não querem trabalhar nisso, e então reclamam que não conseguem pagar suas dívidas. Sobre os ganhos nos serviços prestados, 2/3 são pagos para ele, e 1/3 é anotado como crédito na conta de seu lote colonial”. Sobre o fato da empresa não fornecer subsídios aos imigrantes e colonos nacionais desprovidos de capital, alegou que eles “precisam aprender a se virar sozinhos, pelos seus próprios meios”, do contrário, “vai acontecer como na terra de origem: ou os subsídios seriam gastos em grande parte no vendeiro, que sabia colocar altos preços nos seus produtos, ou em cerveja e cachaça”.⁷⁰⁹

A cobrança de juros sobre o preço da terras era outro ponto delicado. Para o imigrante Karl Braun,

a situação aqui em Neu-Württemberg parece crítica: mais pessoas vão embora do que vem, e por quê? A terra não consegue pagar os juros, isso porque os produtos que o colono tem para vender apresentam baixos preços, e a maioria dos colonos ainda não tem o que vender. Em absoluto, deveria ter dois anos livres de juros, então o Sr. Dr. [Meyer] faria melhores negócios, e logo Neu-Württemberg estaria povoada. Da forma como está, as pessoas se endividam muito rápido, perdem o ânimo, e vão novamente embora, difamam a terra e o Dr. não chegará a nada.⁷¹⁰

Nesse aspecto, a *Colonizadora* não recuou, permitindo, contudo, a renegociação da dívida, com a ampliação dos prazos para pagamento. Braun criticava também a especulação de terras dentro do espaço colonial – “porque levavam os colonos primeiro para as áreas mais afastadas, e não o deixavam escolher o lote que ele queria?”. Nos seus prospectos, Meyer afirmava justamente o contrário, ou seja, o comprador poderia escolher qualquer lote colonial. Mas, na correspondência privada da empresa, percebe-se claramente essa prática apontada por Braun, de vender primeiro as áreas mais afastadas, iniciando no fundo da *linha colonial*, com isso, valorizando naturalmente as terras mais próximas da sede

⁷⁰⁹ Ofício. Leipzig, 1/12/1904. Herrmann Meyer ao cônsul da Alemanha Freiherrn von Wangenheim, Florianópolis. Pasta 2 – Herrmann Meyer a diversos, Caixa 44, MAHP.

⁷¹⁰ Carta. Neu-Württemberg, 12/7/1902. [Karl] Braun a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 6 – Cartas – Diversos a Herrmann Meyer, Caixa 44, MAHP.

urbana e das estradas gerais. O imigrante sinalizou também para o medo da maioria, de que Meyer desistisse do empreendimento de colonização, e com isso, os colonos perdessem o seu capital. Alertava, ainda, que os agentes da *Colonizadora Hansa* atuavam francamente em Porto Alegre, com propostas bem mais atraentes. A soma dos fatores desfavoráveis da colônia, além de afastar compradores, poderia desviar aqueles já instalados.

Dentre aqueles que se disseram iludidos pela propaganda da empresa, estava Louis Faerber, que remeteu seu protesto para o proprietário da *Colonizadora*, solicitando a devolução de seu dinheiro, e avisando que seguiria para um centro urbano maior, porque na colônia Neu-Württemberg, “em pouco tempo, a pessoa só pode chegar a vegetar”, pela ausência de vida social. Na opinião dele, “tudo que se fala de Neu-Württemberg na Alemanha e o que está na brochura nada mais é do que uma simulação falsa das coisas”.⁷¹¹

Já o imigrante F. W. Busch, um camponês em Mecklenburgo, foi mais enfático, solicitando a devolução do dinheiro investido nessa empreitada.

Dia 15 de abril deixei a minha *Heimat* e fui para Neu-Württemberg, com a esperança de ali encontrar uma terra fértil e uma nova vida, e através do meu trabalho obter minha sobrevivência. Baseado nas cartas dos velhos colonos e do prospecto, esperava encontrar pessoas em boa situação, que mantêm o modo e o costume alemão. Que amarga desilusão. [...]. A colônia Neu-Württemberg era descrita na *Koloniezeitung* e no seu prospecto como muito fértil, com muitas frutas, grãos e verduras, e um clima ideal para isso. Cada colono tinha uma horta com verduras e frutíferas (artigo de Dr. Vallentin). Eu não encontrei junto a nenhum colono uma horta, o frio intenso do inverno e o calor excessivo do verão não deixam nada produzir. As plantações de milho são modestas. [...]. Ao perguntar sobre as plantações irrigadas e a plantação de verduras e frutíferas, as pessoas riram de mim. [...]. Até ia comprar uma colônia, se a direção da empresa fosse mais flexível. Mas o diretor, quando enfim estive à frente dele, disse que não precisava de comerciante, só trabalhadores e diaristas, que era melhor que fôssemos embora. Para isso nós viajamos milhares de milhas, para ouvir tal informação?! Para minha mãe ele perguntou ironicamente se ela sabia fazer o trabalho de uma mulher na colônia. Com isso éramos nós e mais um marceneiro os únicos imigrantes ali para conhecer o lugar, e que entendíamos de todos os trabalhos dos colonos. Diante dessas circunstâncias, nós nos vimos obrigados a não comprar em Neu-Württemberg e voltamos para Porto Alegre. Aqui nós já enviamos um longo artigo para a *Deutsche Zeitung* sobre Neu-Württemberg. Por causa de você eu caí em desgraça.⁷¹²

⁷¹¹ Carta. Neu-Württemberg, 7/9/1903. Louis Faerber a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 6 – Cartas – Diversos a Herrmann Meyer, Caixa 44, MAHP.

⁷¹² Carta. Sem data, recebida em 14/9/05. F. W. Busch a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 6 - Cartas - Diversos a Herrmann Meyer, Caixa 44, MAHP.

Outros imigrantes ainda tinham dinheiro a receber por conta da venda de seus bens na Alemanha, o que, por vezes, demorava, deixando-os em dificuldades. Ao encontrar-se nessas condições, Wilhelm Schäffer recorreu a Horst Hoffmann, solicitando a sua intervenção, para agilizar a remessa de capital, ou providenciar um adiantamento, pois estava em uma “situação insuportável”. Ao emigrar com Rs. 2:250\$000, ele e Meyer imaginaram que não teria problemas financeiros, mas a realidade não era bem assim e, segundo ele, havia faltado mais orientação.⁷¹³

A relação entre a *Colonizadora Meyer* e o consulado nem sempre era harmônica. Assim, em 1904, Alfred Bornmüller chamou a atenção do cônsul Góes, em Rio Grande, sobre um fato ocorrido com um grupo de imigrantes destinados para a colônia Neu-Württemberg, extremamente prejudicial aos interesses da empresa de colonização. Narrou que em novembro, quando os imigrantes Waldow von Wahl, criador de suínos, e os irmãos Deiss, camponeses, passaram na secretaria do consulado para fazer o referido registro e informar o seu destino, o secretário solicitou para que esperassem até que se estabelecessem definitivamente em algum lugar. Então, responderam que iriam para a colônia Neu-Württemberg. A essa resposta, o funcionário teria respondido com um gesto de pena deles por essa escolha.⁷¹⁴

Nota-se, nas colônias da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, que as intrigas e os conflitos localizados envolviam tanto os imigrantes quanto os colonos nacionais, porque acabam se misturando na colônia. Mas os imigrantes lideravam em absoluto a lista daqueles que se sentiam enganados pela empresa, reclamavam das condições precárias da colônia, registravam sua revolta em cartas e encaminhavam a Meyer, ao consulado ou, ainda, jornais e revistas. Raramente os colonos nacionais tomaram essa atitude, justamente porque já estavam adaptados à vida colonial.

Em síntese, tanto nas colônias públicas quanto nas colônias privadas, os colonos saíram em defesa de seus direitos e de sua propriedade, jamais assumindo

⁷¹³ Mais adiante, após várias tentativas, veio o dinheiro no valor solicitado. Carta. Neu-Württemberg, 3/2/1903. W. Schäffer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Anexo do Relatório 24. De 16 a 31/12/1902. Porto Alegre, 7/1/1903. Horst Hoffmann a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta Transcrição Livro Copiativo 44, Caixa 109, MAHP.

⁷¹⁴ Ofício. Neu-Württemberg, 20/4/1904. Alfred Bornmüller ao Cônsul D. Góes, Rio Grande. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

uma posição passiva, tendo a questão da terra como ponto central dessa organização. Nas colônias privadas, o número de processos e reclamações contra os agentes da colonização foram numerosos e alcançaram significativa repercussão, justamente porque era um empreendimento particular, pertencente a um ou mais indivíduos. Já nas colônias públicas, as responsabilidades eram mais diluídas, perdendo-se na hierarquia do poder público, quando não emperrava na máquina administrativa por muitos anos. Ainda no século XIX, nas *colônias velhas*, Marcos Tramontini (1997) observou a existência de uma organização social embrionária dos colonos, ou seja, colonos que reivindicavam, reclamavam, saíam em defesa de seus interesses, faziam abaixo-assinados, queixavam-se às autoridades. O autor defende que a aparente desorganização dos imigrantes fazia parte de uma engrenagem social na qual eles estavam lutando por aquilo que achavam importante. Isto é, mesmo que não de forma partidária, estavam buscando o seu espaço.

4.2 A REDE DE RELAÇÕES NO COTIDIANO DA COLÔNIA

Estabelecer alianças e cooptar adeptos para seu projeto de colonização foi uma das estratégias adotadas pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e seus administradores. Assim, já em 1898, quando de passagem por Porto Alegre, Herrmann Meyer avistou-se com Júlio de Castilhos, e era com ele que tratava diretamente dos seus interesses. Horst Hoffmann seguiu os mesmos passos. Já em Cruz Alta, as negociações ocorriam diretamente com o chefe de polícia e líder republicano da região, general Firmino de Paula. Ainda, Herrmann Meyer era bem visto pelos cônsules da Alemanha no Brasil, como pelo cônsul brasileiro em Berlim, além dos políticos do *Auswärtiges Amt*. Essa rede de relações oficiais era ampliada por relações informais com agentes da navegação, pastores luteranos, padres jesuítas, professores, redações de jornais e revistas, círculos coloniais, dentre outros. Por esses caminhos, a *Colonizadora Meyer* conquistou espaço, e passou de um empreendimento duramente criticado, a um projeto de colonização respeitado.

No Rio Grande do Sul, na busca pelo atendimento de suas reivindicações e no encaminhamento de documentação junto aos órgãos públicos, a *Colonizadora Meyer* manteve como seu representante em Porto Alegre, até início da década de 1910, o engenheiro Rudolf Ahrons,⁷¹⁵ depois João Diehl Filho. Em Rio Grande, até 1904, manteve representação através de pastores, e a partir de então, por meio de Rudolf Scharf, anteriormente em Cruz Alta. Em Palmeira, a partir de meados da década de 20, o industrialista e representante da empresa *Ford*, Germano Krapf, encarregou-se de defender os interesses da *Colonizadora* em Palmeira, junto ao Intendente Municipal, o Chefe da Comissão de Terras Frederico Westphalen, de quem era amigo pessoal, e na colônia Xingu. Já na colônia Erval Seco, era seu representante, inicialmente, Eduard Hempe, posteriormente, Paul Pflüger, e, por fim, Karl Konrad. Com essa delegação de poderes e funções, mantendo pontos de contato junto ao governo e à Comissão de Terras, a empresa conseguiu levar o projeto adiante, especialmente quando dizia respeito à legalização de terras e a expulsão de intrusos.

Em nível de colônia, a rede mais produtiva e visível foi estabelecida entre Hermann Faulhaber, primeiro como pastor e posteriormente como diretor da colônia Neu-Württemberg e administrador da *Colonizadora Meyer*, e o professor público, posteriormente subdelegado, subintendente e conselheiro municipal, capitão Minoly Gomes de Amorim, ambos entusiastas da colonização. A mesma pode ser lida também como a aliança entre os interesses da *Colonizadora* estrangeira e a colônia étnica alemã, com os interesses da municipalidade de Cruz Alta e o meio nacional, mediados pelos dois maiores expoentes de cada grupo.

Em reconhecimento pelos serviços prestados por Minoly Gomes de Amorim em prol da colônia Neu-Württemberg, Herrmann Meyer autorizou o pagamento de uma gratificação de Rs. 300\$000, em julho de 1912. Em agradecimento, dirigiu-se a Faulhaber, reiterando que

os serviços por mim prestados nesta próspera e modelar colônia, onde há anos constituí o meu lar, não são nada mais nem menos que naturais impulsos que deve ter toda a pessoa entusiasta do progresso da terra onde exerce sua atividade, secundando os vossos benéficos esforços e

⁷¹⁵ O engenheiro Rudolf Ahrons acabou se envolvendo em um projeto de colonização na colônia Concórdia, em Santa Catarina, na década de 1930, como sócio da *Sociedade Territorial Mosele, Eberle e Ahrons & Cia.*, com escritório em Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

comprovada retidão administrativa no alto cargo que em boa hora vos foi confiado pelo Dr. Herrmann Meyer.⁷¹⁶

A colônia Neu-Württemberg estava localizada no limite do município de Cruz Alta com o município de Palmeira: justamente na zona de fronteira do domínio político dos coronéis republicanos.⁷¹⁷ A necessidade de cooptar os colonos para as fileiras do partido era evidente, mas sob a tutela de qual coronel, era algo a ser pensado, tendo em vista que a maior área de terras da *Colonizadora Meyer* estava localizada em Palmeira. Antecipando-se, o general Firmino de Paula, chefe republicano de Cruz Alta e de toda a região serrana, articulou seus pontos de apoio no local. Em fevereiro de 1906, instalou na colônia uma escola pública, nomeando como professor o Capitão Minoly Gomes Amorim,⁷¹⁸ filho da elite estancieira cruzaltense, republicano ferrenho. Em 1907, o tenente-coronel Belisário Ferreira Amado, fazendeiro nas proximidades, transferiu residência para a sede da colônia, onde passou a exercer formalmente seu papel de líder republicano local, até a sua morte, poucos anos depois, deixando Minoly como seu sucessor.⁷¹⁹

Desse lugar privilegiado, Minoly observava a colônia Neu-Württemberg e escrevia sobre ela, de forma poética e apaixonada, narrando o movimento do dia-a-dia da colônia, o vai e vem de pessoas e mercadorias, os grandes acontecimentos,

⁷¹⁶ Carta. Neu-Württemberg, 18/7/1912. Minoly Gomes Amorim a Hermann Faulhaber, Neu-Württemberg. Pasta Minoly Gomes Amorim, Caixa 62, MAHP.

⁷¹⁷ Sobre o coronelismo em Cruz Alta e Palmeira, há os estudos de Loiva Otero Félix (1987); Eliane Lúcia Colussi (1996); Lurdes Grolli Ardenghi (2003) e de José A. Moraes do Nascimento (2006).

⁷¹⁸ Nomeação efetuada em 1º de fevereiro de 1906, quando foi instalada a escola pública na colônia Neu-Württemberg (*Cruz Alta*, 8/2/1906).

⁷¹⁹ Gunter Axt (2005: 128-129), analisando o sistema de mando e as relações de poder do sistema castilhistaborgista, salienta que as redes de poder consolidadas ao longo desse período entre o poder central e os chefes políticos locais sempre contavam como fator de instabilidade os distritos coloniais. Isso porque a sua base econômica estava fundamentada na pequena propriedade rural e constituíam lealdades próprias, “para cuja cerzidura padres e pastores desempenhavam papel fundamental, os distritos coloniais representavam uma permanente ameaça de insubordinação”. Os resultados eleitorais sempre podiam ser maquiados pelo uso da fraude, mas essa atitude comprometia o esforço de legitimação do poder central. Assim, Borges de Medeiros “precisava sempre negociar com tais distritos e com suas lideranças comunitárias. Desta feita, investimentos como pontes, estradas ou escolas costumavam ser mais freqüentes em distritos coloniais do que em municípios da campanha. Consciente disso, Borges de Medeiros costumava ser contrário às ambições emancipacionistas dos distritos coloniais”. Posicionamento este evidente em relação a colônia Neu-Württemberg, depois elevada a distrito. Portanto, a zona colonial estava longe de ser um celeiro tranqüilo de votos para o borgismo. Para Axt, “a região integrou o sistema coronelista de poder porque o Estado o integrava como um todo, mas ela sempre desempenhou um fator de instabilidade para o comando central da *rede de compromissos* borgiana, por vezes, até mais difícil de manejar do que as cisões habituais verificadas no interior da elite dirigente”. Na mesma linha, René Gertz (2005: 158) avalia que a “colônia” manteve um distanciamento respeitoso em relação ao castilhismo borgista, nunca aderindo de forma incondicional ou definitiva”.

as tragédias e o cotidiano das famílias. Entre 1907 e 1922, vários artigos de sua autoria foram publicados na imprensa republicana de Cruz Alta, reunidos pelo seu autor em formato de *Álbum de recortes*. Acrescenta-se a eles ainda uma série de discursos pronunciados em saudação a autoridades e visitantes em geral na colônia e, posteriormente, no Conselho Municipal.

O número de jornais que circulavam no Noroeste do Rio Grande do Sul na virada do século XIX e nas primeiras décadas do século XX era significativo. Em Cruz Alta, eram editados vários jornais, quase todos partidários, mas muitos com duração efêmera, valendo o mesmo para Palmeira. Considerando que o índice de analfabetismo era extremamente elevado, o número de leitores deveria ser reduzido, bem como a tiragem. Por exemplo, em 1899, o jornal *Cruz Alta*, de propriedade do *Partido Republicano*, contava com uma tiragem de 1.000 exemplares, aumentada em 1900 para 1.200 exemplares.

Nos primeiros artigos, percebe-se um olhar marcado pelo estranhamento perante o *outro*. Conforme John Dawsey (2005: 233-234), “não apenas crio contraste em relação a um outro; crio um outro contrastivo. Crio contraste numa relação em que me vejo sendo visto por um outro que está se vendo sendo visto por mim”.⁷²⁰ Minoly Gomes de Amorim era alguém *de fora*, tanto da colônia quanto do grupo étnico, proveniente da sede de Cruz Alta, uma cidade luso-brasileira, onde predominava o latifúndio pecuarista. Estabeleceu-se no *Stadtplatz* da colônia Neu-Württemberg, por força das circunstâncias e estava admirado diante do mundo colonial em formação e o seu cotidiano. Sua inserção e aceitação na colônia foi consolidada através de seu casamento, em 30 de abril de 1910, com Amália Schütz, irmã do comerciante Antonio Schütz, somado ao fato de que dominava fluentemente a língua alemã.⁷²¹ Por esses caminhos, tornou-se um importante líder comunitário e

⁷²⁰ “Trata-se de captar a identidade contrastiva como fenômeno intersubjetivo, intercontrastivo. Como Caiuby Novaes nos mostra, a formação de identidade envolve não apenas a construção de um ‘nós’, mas de um ‘outro’ que serve de *alter* e perante o qual me altero. Ao escrever sobre a identidade contrastiva, [...], Cardoso de Oliveira dizia: ‘A identidade contrastiva [...] implica a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam’” (DAWSEY, 2005: 233-234).

⁷²¹ Ao que tudo indica, Minoly Gomes Amorim ministrava aulas particulares de português a Hermann Faulhaber e sua esposa, enquanto este lhe ensinava a língua alemã (cf. Bilhetes trocados entre ambos nesse sentido. Caixa 52, MAHP).

político local, respeitado por alemães e brasileiros, circulando em ambos os grupos, consolidando o predomínio dos republicanos na colônia.

Primeiramente, Minoly apresentou aos leitores do jornal cruzaltense *Democrata* (7/7/1907) a colônia Neu-Württemberg. Descreveu esse lugar e os seus colonos – uma colônia alemã, dedicada ao trabalho, onde a mata cedia espaço para vastas lavouras com colheitas abundantes, as casas se multiplicavam na sede urbana; já o colono, um *herói do trabalho*.

Colonos alemães são os que vêm povoando o pitoresco núcleo de New-Württemberg (sic) e atualmente que tudo vai multiplicando-se pelo trabalho, pela dedicação na arena do labor. É agradabilíssimo, surpreendente, o espetáculo que se nos depara aos olhos uma dessas colônias.

Casinhas de belo aspecto, erguem-se no meio dos milharais, circundadas de paióis abundantes de produtos, arvoredos, poteiros verdejantes onde serpenteando, rumorejam regatos de água pura, cristalina, – tudo enfim, nos dá uma idéia do que é trabalho, a luta tranqüila pela vida, esse suor finalmente abençoado por Deus e que proporciona essa paz confortável de espírito, que goza o rude colono, sempre feliz e despreocupado, ante o viço das suas roças, prometendo-lhes abundante colheita.

Quanto de poesia não anda nesse drama da vida quotidiano, nesse quadro animado da existência, quando, numa tarde avermelhada de estio, o colono, ou seja mais bem dito – o herói do trabalho ao deixar suas lides do dia, vai repousar o corpo cansado, ao lado da fiel consorte e no meio da prole loura e risonha como os anjos do Senhor!

A transformação do espaço colonial e o seu progresso eram visíveis, e acompanhados com expectativa pelos *de fora*, incluindo os demais moradores das redondezas. Enfim, uma colônia particular ímpar nas circunscrições do município, com um estilo de vida diferenciado. Essa constatação empírica vinha responder também àqueles que ainda tinham dúvidas sobre o acerto da colonização, e que não acreditavam no seu futuro.

Conhecida a colônia, cabia apresentar seu proprietário, Dr. Herrmann Meyer, um “abastado capitalista alemão”, que pelo seu “arrojo e audácia”, pelo seu “gênio empreendedor”, após a sua expedição ao Mato Grosso, fundou no Rio Grande do Sul a sua colônia, que “avança progredindo relativamente a passos largos”. Elogiava o bom aspecto das linhas coloniais, especialmente as linhas *Brasil* e *7 de Setembro*, onde havia “excelentes casas, mais próprias para alinhadas ruas de qualquer povoado, do que para abrigarem simplesmente pirâmides de mantimentos”. Já as imensas roças, “são cuidadosamente limpas, como é costume entre os colonos alemães”. A sede da colônia situava-se “numa bela planície, entre quatro serras.

Banham-na dois fortes arroios, abundantíssimos em boa água”. Como problemas da colônia, retardando o seu desenvolvimento, estavam as péssimas estradas, impedindo o trânsito, fazendo-se necessária a construção de pontes e a melhoria das mesmas – reivindicação que direcionava aos poderes competentes (*Democrata*, 14/7/1907).

O ritmo apressado da colônia, onde rapidamente as matas desapareciam e das cinzas do fogo emergiam as roças dos colonos, novas casas surgiam avançando os limites urbanos, era percebido, registrado e divulgado por Minoly através da imprensa. “Avançando sempre, em contínua evolução para o progresso, vai de dia a dia se impondo esta colônia, onde tudo atesta adiantamento, onde tudo faz prever uma era de plena prosperidade e um futuro fartamente compensador” (*Cruz Alta*, 9/6/1910). O desenvolvimento da lavoura era atribuído à fertilidade do solo e ao clima. Até 1909, a agricultura havia sido extremamente prejudicada por secas, que provocaram perda total, e um ataque de gafanhotos. Esperava-se, dali por diante, fartas colheitas, livres de fatores climáticos e pragas, e enfim “a abundância sorrir no meio da laboriosa população dos agricultores, e tudo marchará pelo amplo caminho da prosperidade” (*Cruz Alta*, 21/10/1909).

Em uma carta dirigida a Hermann Faulhaber, em 18 de dezembro de 1910, após uma ausência de 11 meses, Minoly reafirmou o seu entusiasmo frente ao progresso visível da colônia, reclamando apenas do “tremendo, terrível pó” da estrada. “Novas casas, ruas e indústrias aqui levantaram-se triunfalmente. Parece que um espírito poderoso ergue sempre, impele com gigantesca força para o nobre campo do adiantamento esta venturosa colônia”. Pois, “imagine, meu ilustre amigo, no ano de 1909 só contava esta colônia 5 engenhos a vapor de serrar tábuas; hoje, existem 12, além de vários motores já encomendados e inumeráveis outras oficinas, umas já funcionando e outras projetadas”.⁷²² Tendo em vista o crescimento vertiginoso e a disponibilidade de uma infra-estrutura básica, Minoly vislumbrava para a década de 1910 a emancipação política de Neu-Württemberg. Esboçou, inclusive, a sua configuração geográfica.

Fará parte do novo município somente a zona da serra de Ijuí, partindo da colônia Rio Branco [Pejuçara], no 1º distrito, e daí pelo Caxambu abaixo, abrangendo uma pequena parte dos municípios de Palmeira e Santo

⁷²² Carta. Neu-Württemberg, 18/12/1910. Minoly Gomes de Amorim a Hermann Faulhaber, Caixa 62, MAHP.

Ângelo, isto é, somente a zona colonial. Por acordo do governo, já foi criada uma Coletoria das Rendas Estaduais nesta colônia, completamente independente da de Cruz Alta, e que ficará instalada a 1° de Janeiro entrante [1911]. Dizem ser o primeiro passo para a criação do novo município.⁷²³

Só a idéia não era o suficiente, precisava haver interesse político, o que Minoly pensava existir, pois o “General Firmino, Dr. Pestana, Cel. Intendente, Major Anteris Pereira, inclusive a população daqui, [demonstram] estarem todos de acordo com a emancipação da colônia, que virá a ser no futuro, rico e próspero município”.⁷²⁴ Mesmo com todos os fatores favoráveis, a emancipação foi postergada, ocorrendo apenas em 1954, depois de longo e tumultuado processo, assumindo outras configurações geográficas, abrangendo além da área colonial, uma extensa zona de campo (cf. LEITZKE, 1997).

A narrativa vivaz de Minoly, altamente comprometido com o progresso da colônia, era a propaganda voluntária mais efetiva com a qual a *Colonizadora Meyer* contava na imprensa cruzaltense, e através de quem ela reivindicava o apoio da municipalidade. Nesse sentido, em uma nota à imprensa, em 1911, ele solicitava a intervenção do chefe, Firmino de Paula, junto às autoridades em prol da medição das terras da Serra do Inhame e Fiúza, uma área de cerca de três léguas de sesmaria, de excelentes terras para agricultura, na margem da colônia Neu-Württemberg, a fim de serem comercializadas pelo próprio Estado ou pelos posseiros que viriam a ter o título legal de posse. Dessa forma, atenderia à grande demanda por terras, pois só naquele ano de 1911, a empresa de colonização já havia vendido cerca de 150 lotes coloniais, além de terrenos urbanos e chácaras, dispondo apenas de pequenas frações de terras ainda. Atender a essa reivindicação era justo, segundo Minoly, porque a colônia particular não contava com os mesmos recursos das colônias públicas, debatendo-se desde o princípio com enormes dificuldades, “derivadas, quase todas, dos erros de seus primitivos administradores”, erros estes que só gradualmente estavam sendo corrigidos, “graças à tenacidade de seu ilustre proprietário, Dr. Herrmann Meyer, e à reconhecida competência de seu atual diretor, o Sr. Hermann Faulhaber”. Interceder pela referida medição só iria trazer vantagens para o município, pois havia demanda por novas terras, e estas

⁷²³ Carta. Neu-Württemberg, 18/12/1910. Minoly Gomes de Amorim a Hermann Faulhaber, Caixa 62, MAHP.

⁷²⁴ Carta. Neu-Württemberg, 18/12/1910. Minoly Gomes de Amorim a Hermann Faulhaber, Caixa 62, MAHP.

seriam incorporadas imediatamente ao sistema produtivo (*Cruz Alta*, 31/8/1911). Já no ano seguinte, essa área foi discriminada e legitimada, em parte, aos *lavradores nacionais* que a ocupavam como posseiros, e outra, vendida aos colonos.

Para Minoly, a colônia Neu-Württemberg e os seus colonos representavam trabalho, movimento, transformação, progresso, enfim, a natureza dando lugar à civilização.

Hoje, é bastante auspicioso o quadro que apresenta esta colônia: em toda parte reina o movimento, a vida, o trabalho. Quase todas as semanas chegam aqui verdadeiras caravanas de colonos procedentes da zona das colônias velhas, como seja de S. Cruz, Estrela, Lajeado, S. Lourenço, etc. Como é belo e exemplificante o espetáculo que nos oferecem essas abelhas do nosso progresso!

Recém chegados, com suas famílias, carroças, ferramenta de trabalho etc., instalam-se no ermo das nossas florestas virgens, e passados alguns meses, aí, no isolamento das gigantescas árvores, eles transformam o imponente panorama da natureza selvagem – surgem de pronto as asseadas casinhas de tábuas e estendem-se pelas fraldas escarpadas das serras as roças sadias de milharal verde-negro (*Cruz Alta*, 31/8/1911).

Toda essa dinâmica transformista era orquestrada pela regularidade das estações do ano, das quais, em última instância, dependia a produção agrícola.

Felizmente para todos nós, lá vai ficando para traz o feio inverno. Sentimos virem surgindo uns novos ares de primavera e a natureza ostenta-se já esplêndida e festiva. Os previdentes colonos aos poucos vão ensaiando os arados, e as suas roças surgem com essa linda cor de bronze antigo prontas para receber em seu seio fecundo o grão abençoado do cereal. Colonos, homens de trabalho, rudes obreiros do progresso da nossa amada Pátria, a vossa modesta missão como se me afigura nobre e grandiosa! Tudo arrostais com essa suprema calma de verdadeiros heróis: quer sejam as invernias de Junho ou a canícula de Dezembro, sempre e sempre vos encontramos de alma franca e estóica, mergulhados na pugna tremenda da vida! (*Cruz Alta*, 22/8/1912).

Essas reportagens e notícias em geral, de forma implícita, comparavam a colônia, em constante movimento e moderna, à sede de Cruz Alta, considerada atrasada, sem iniciativa, parada no tempo, onde predominava uma pecuária extensiva sem grandes inovações técnicas e o comércio.

Nova Württemberg, atual Pindorama, é bem um hino de trabalho. O braço construtivo do alemão que veio a colaborar conosco na grandeza da nossa terra, soube transformar aquele pedaço de terra cruzaltense, num dos mais ricos e progressistas da região. [...]. Forçoso é reconhecer portanto, o esforço do trabalhador alemão e dos seus descendentes, brasileiros como nós outros e que por isso mesmo ainda mais amam a terra em que

nasceram e onde vivem e prosperam numa eloqüente demonstração de energia, de vitalidade moça (*Folha da Serra*, 1º/1/1939, Ano I, n. 1, p. 24).⁷²⁵

Demonstrar interesse pelo bem estar da colônia e dos colonos, investir na melhoria das estradas e na construção de pontes, buscar parcerias entre a *Colonizadora Meyer* e a Municipalidade para viabilizar essas obras, além de visitar a colônia Neu-Württemberg com certa regularidade, integravam as práticas políticas e de barganha do chefe republicano general Firmino de Paula e do Intendente Municipal, Firmino de Paula Filho, cujos resultados práticos podiam ser conferidos nas urnas, como a sucessiva reeleição do Intendente, no cargo de 1909 a 1923. Ao contrário da maior área de Cruz Alta, a zona colonial era densamente povoada, o que garantia um número de votos mais concentrado.⁷²⁶ Para formalizar o alinhamento nas fileiras republicanas em Neu-Württemberg, foi fundado ali em 11 de abril de 1908 o *Club Republicano local*,⁷²⁷ tendo por lugar a casa comercial de Gustavo Streppel, com a presença de elevado número de republicanos, com o objetivo de fortalecer a sua ação.

Em esta colônia, verdadeiro centro de labor, a par da bem cuidada agricultura, e do mais concernente ao evoluir social na luta honesta pela vida, cuida-se também de política: e quando aqui repercute a voz de comando do Chefe, todos – largando a enxada e o arado – colocam-se a

⁷²⁵ Na década de 1940, referindo-se às comemorações do dia do colono, já em outro contexto, os correspondentes de Neu-Württemberg – Elimar Hartemink, Lindolfo Fensterseifer e Érico Lerch –, já com o nome nacionalizado de Pindorama, reafirmavam essa representação de “colônia do trabalho”: “Em homenagem ao dia consagrado ao colono, transcorrido a 25 do corrente, os estabelecimentos comerciais e industriais desta vila permaneceram fechados todo o dia. Considerando o fato de que esta vila nasceu e formou-se pelo trabalho altamente produtivo, dos colonos, esta data tornou-se significativa. Constituída por um elemento prolífico, trabalhador honesto e de uma mentalidade sã, despida de quaisquer ideologias não compatíveis com o estado, mas integrado no espírito da grande pátria brasileira, esta colônia tem contribuído com parcelas inapreciáveis, e com todo o poder de suas forças, pelo engrandecimento deste município e, por conseguinte, do Brasil. Compreende-se, pois, o espírito festivo com que a população desta vila acolheu esta importante data” (*Diário Serrano*, 31/07/1941, contracapa).

⁷²⁶ Um exemplo foram as eleições para presidente do estado, realizadas em 25 de novembro de 1907, disputadas entre Carlos Barboza e Fernando Abbot, quando o primeiro foi eleito com larga vantagem de votos. Em Cruz Alta, votaram um total de 2.138 eleitores, com os seguintes resultados: Barbosa 2.041 votos; Abbot 95 votos; e dois votos nulos. A sede do município possuía 280 votantes. Em Neu-Württemberg, onde esteve localizada a 7ª seção, Barbosa recebeu 252 votos, e Abbot 2 votos, totalizando 254, ou seja, 11,8% dos votos do município. Já o distrito de Ijuí possuía 826 votantes. A soma do número de votantes da área colonial de Ijuí e Neu-Württemberg representava 50,5% do total do município (*Cruz Alta*, 28/11/1907, 2-3).

⁷²⁷ A primeira diretoria para aquele ano era assim composta: Jacob Bock, Gustavo Streppel e Ernesto Eilert, diretores; Minoly Gomes de Amorim, secretário; Antonio Schütz, Mathias Gassen, Carlos Buhs [Buss] e Augusto Balke, inspetores auxiliares. Na reunião do Partido Republicano, realizada no Centro Republicano de Cruz Alta, em dois de julho de 1908, quando foi aclamado o nome de Firmino de Paula Filho para intendente de Cruz Alta, estiveram presentes representando Neu-Württemberg Minoly Gomes de Amorim, Gustavo Streppel, Antonio Schütz e Carlos Conrado Panzenhagen (*Cruz Alta*, 9/7/1908, capa).

postos, fiéis e obedientes às salutarex praxes da boa disciplina partidária (*Cruz Alta*, 13/8/1908, p. 2).

Enquadrada na disciplina partidária do Partido Republicano e sob o comando do coronel Firmino de Paula, a colônia conquistou maior espaço e representatividade política no grande município de Cruz Alta. Nesse sentido, como já apontam os estudos de René Gertz, os colonos não eram apáticos a questões políticas, como foi afirmado por muito tempo pela historiografia. Durante o século XIX, se não participavam de forma partidária da grande política, realizavam-no na sua organização e reivindicação cotidiana em defesa de seus direitos. Já no século XX, além dessa política a nível de colônia, extrapolaram esses limites, filiando-se a partidos políticos, lançando seus próprios candidatos. A participação política desses colonos, inseridos na República Velha, dava-se dentro de um jogo de barganha. Não ocupavam postos de comando, mas faziam a sua política de outra forma, “na capacidade de se organizarem de forma distinta, mas articulada e complementar à sociedade brasileira como um todo” (TRAMONTINI, 2004: 126). Observando a colônia Neu-Württemberg, essas articulações ficam evidentes, considerando, claro, que a maior parte dos habitantes era descendente de alemães provenientes das colônias velhas, já adaptados ao meio nacional. Cooptar os imigrantes alemães também foi uma preocupação das lideranças políticas, mantendo sempre em seu palanque um representante da etnia alemã para reproduzir os discursos em sua língua.

A presença dos líderes republicanos em Neu-Württemberg era noticiada com grande ênfase pelos noticiosos de Cruz Alta. Por exemplo, lia-se nos jornais que entre 6 e 8 de setembro de 1909, o chefe republicano serrano, General Firmino de Paula, e o Intendente de Cruz Alta, Coronel Firmino de Paula Filho, acompanhados de outras autoridades e amigos, estiveram na colônia, onde foram recebidos “com passeata, festas, discursos, baile e um passeio pelas colônias e indústrias”. O encontro político também foi registrado em uma fotografia, estampada na capa do jornal *Independente*.⁷²⁸ A reportagem descreveu a colônia como próspera e a sua

⁷²⁸ Da fotografia, foram identificados como personagens proeminentes: Augusto Panzenhagen; pastor Mertz; coronel Firmino Paula Filho, intendente; General Firmino Paula, chefe serrano; Hermann Faulhaber, diretor da colônia; Antonio Pereira dos Santos, delegado de polícia; Pedro Bock, presidente do *Steck Klub*; Domingos Cordeiro; Carlos Brendle, comandante do esquadrão de lanceiros do *Steck Klub*; major Julio Theodorico da Rosa, subdelegado do 3º distrito; Carlos Conrado Panzenhagen; capitão Victor Dumoncel Filho, subintendente do 4º distrito; tenente-coronel Belisário Ferreira Amado, chefe republicano do distrito; capitão Minoly Gomes Amorim, professor municipal;

população como “laboriosa, ordeira e digna”. Os excursionistas ficaram hospedados na “confortável residência do devotado e simpático diretor da colônia, Hermann Faulhaber”. Na colônia havia então mais de 400 eleitores do *Partido Republicano (Independente, 17/10/1909, capa)*.

Já a reportagem do jornal *Cruz Alta*, além de detalhar a recepção e as atividades na colônia, transcreveu o discurso de saudação de Minoly Gomes Amorim, em nome “da laboriosa e digna colônia alemã [Neu-Württemberg]” – que se sentia lisonjeada com a presença da comitiva, e que só tinha para oferecer “sua intransigente dedicação e lealdade” –, reafirmando o seu alinhamento partidário.

Emérito e Exmo. Chefe General Firmino Paula! Podeis crer firmemente que no desempenho másculo da missão patriótica a que vos propusestes a guieiro da presente geração republicana da Serra, vereis sempre a vosso lado a fiel hoste de republicanos do 4º distrito, regando os louros do vasto campo dos vossos triunfos, cantando hinos à glória que há de abrigar-vos por fim (*Cruz Alta*, outubro de 1909).

Por ocasião das eleições municipais em 1º de dezembro de 1912, que culminaram com a reeleição de Firmino de Paula Filho, este acompanhou as votações na colônia Neu-Württemberg – e não na sede de Cruz Alta. Segundo o repórter do jornal *Cruz Alta*, presente na comitiva, foram recebidos na ponte do rio Fiúza por Hermann Faulhaber e Minoly Gomes de Amorim, acompanhados de inúmeras pessoas, quando “foi tirada uma fotografia do grupo, ficando no alto e sobre o automóvel o Intendente e o Diretor da Colônia!”. Prosseguindo viagem, chegaram

à pitoresca e poética sede da grande colônia que, quer nas ruas, quer nos seus edifícios principais, ostentava jeitosa ornamentação, deparando-se, à fachada das casas tremulantes ao bafejar da brisa, os estandartes nacional e alemão perfeitamente entrelaçados e após isso uma *mólle* (sic) popular que entusiasticamente aclamava aos novos sons musicais e ao estrugir dos dinamites, à entrada triunfal do chefe da administração cruzaltense!

Logo após o Diretor, orando, disse que a mesma recepção era o testemunho da solidariedade aliada ao apreço com que a colônia obedecia à voz do governo atual de Cruz Alta e à chefia política serrana confiada ao excelso General Firmino, representado ali em o Cel. Firmino Filho, pois desde a direção de ambos nos respectivos campos de suas ações devia a colônia como Cruz Alta, em tão pouco tempo, os progressos belos que ostentavam (*Cruz Alta*, 5/12/1912).

O grupo teve uma boa impressão da colônia Neu-Württemberg, “colocada no auge da prosperidade e da felicidade, honrando Cruz Alta e o Estado pelo seu adiantamento na lavoura e pela cultura social conservada ao lado da harmonia e subordinação à administração e à política dominantes neste município” (*Cruz Alta*, 5/12/1912). Os grandes responsáveis por essa disciplina partidária seriam Minoly Gomes de Amorim, como representante partidário e do Intendente Municipal; e Hermann Faulhaber, representando a *Colonizadora Meyer*, embora sem vínculo partidário por ser estrangeiro.

Pautado no seu desenvolvimento econômico e a barganha política, em 24 de março de 1916, pelo Ato 18 do Intendente Municipal, Neu-Württemberg foi elevada a distrito, formando o 8º distrito de Cruz Alta – até então, junto com Santa Bárbara, formava o 4º distrito. A instalação ocorreu em abril de 1916, em uma solenidade muito concorrida, com a presença de Firmino de Paula Filho e demais autoridades, seguindo-se vários festejos. Os discursos, de praxe, elogiaram o desenvolvimento da colônia, a contribuição do elemento alemão para isso, e a administração exemplar de seu diretor Hermann Faulhaber, em conjunto com a municipalidade (*Cruz Alta*, 16/4/1916). Nesse contexto, Faulhaber aparecia em primeiro plano, ao lado de Minoly, recepcionando autoridades, orientando os colonos, administrando os negócios da Empresa, buscando auxílios e parcerias junto à Intendência Municipal. Herrmann Meyer, por sua vez, era um nome presente, mas fisicamente ausente, sem rosto para a maioria.

Como distrito, passou a ter um subprefeito e subdelegado, cargo esse ocupado, alternadamente, pelos republicanos Minoly Gomes de Amorim (1916-1924; 1933- a junho de 1938)⁷²⁹ e Jayme Dumoncel Pitthan (1925-1930)⁷³⁰, ambos

⁷²⁹ Nos recortes de Minoly, aparece em 1913 sua nomeação como subdelegado de Neu-Württemberg: “Conforme propôs o coronel delegado de polícia deste município, o Dr. Chefe de polícia nomeou o nosso amigo capitão Minoly Amorim subdelegado de polícia do 4.º distrito” (ÁLBUM de Recortes de..., 1913). Também foi o primeiro subintendente de Neu-Württemberg, nomeado para tal cargo em 11 de abril de 1916. Uma vez eleito candidato para o Conselho Municipal, Minoly Gomes de Amorim renunciou ao cargo da subintendência e subdelegacia (*O Commercio*, 24/7/1924, n. 530, ano V, p.2).

⁷³⁰ “Causou boa impressão a nomeação do capitão Jayme Dumoncel Pitthan como subdelegado e subprefeito da colônia, cargo há muito vago, sem cores partidárias” (*O Commercio*, 1/9/1925, n. 701, ano VII, p. 2). “O capitão Jayme Dumoncel Pitthan, residente no 8º distrito de Cruz Alta, nasceu nesse município a 22 de junho de 1889, sendo seus pais o tenente-coronel André Carlos Pitthan, que tomou parte na defesa do regime republicano em 1893, e d. Julia Dumoncel Pitthan. Em 1914 contraiu núpcias, em São Luiz, com d. Aracy Pitthan, de cujo consórcio há dois filhos: Clary e Heitor. O capitão Jayme Pitthan dedica sua atividade à agricultura em geral e particularmente ao plantio de erva-mate

representantes do grande latifúndio pecuarista cruzaltense; e o liberal Luiz Martin Hack (1930-1932), de profissão ferreiro, permanecendo nesse período Jayme Dumoncel Pitthan como subdelegado. Na legislatura de 1924-27, Minoly assumiu como conselheiro municipal em Cruz Alta representando a colônia Neu-Württemberg. Já na legislatura seguinte, 1928-30, foi eleito como representante do distrito o colono Carlos Schafazick, da oposição.⁷³¹ Na legislatura de 1935, elegeu-se o comerciante Leopoldo Hepp. Com o Estado Novo e a dissolução do poder legislativo, este não teve representantes até 1948, quando foram eleitos como vereadores Luiz Martin Hack e Carlos Schaffazick; em 1952 assumiram os vereadores Walter Faulhaber, industrialista, e Willy Dietrich, comerciante.

A década de 1920 marcou a organização partidária da oposição na colônia. Em fins de janeiro de 1924, reuniram-se na colônia os oposicionistas, seguindo de Cruz Alta o general Felipe Portinho, presidente honorário da *Aliança Libertadora* de Cruz Alta; coronel Sebastião de Oliveira, presidente; Dr. Alves Valença, deputado estadual; tenente-coronel João Barboza Portinho, coronel Eduardo Victor Dumoncel, major Francisco V. Dumoncel, e Serafim Moura Amado e Pedro Carlos Bins. “Na entrada da colônia, foram os excursionistas recebidos por multidão de populares, e puxados por uma banda de música, dirigiram-se em extenso préstito para o local do *pic-nic*. Saudou os visitantes, em nome da colônia, o coronel Pompilio Pithan”. Em resposta, Alves Valença concitou todos “a participarem do próximo pleito, não se abstendo e votando sem coação”. Em seguida, “Pedro Carlos Bins falou longamente em alemão, sendo interrompido várias vezes”. Atendendo ao convite de uma comissão de colonos, os excursionistas permaneceram durante a noite em Neu-Württemberg, quando foi realizado um baile no salão *União*, “sendo por essa ocasião fundada a *Aliança Libertadora Alves Valença*, com sede na colônia e obediente à direção da *Aliança Libertadora* de Cruz Alta”, tendo por presidente local o Major Pedro Bayer (*O Comercio*, 29/1/1924, n. 456, ano V, p. 4).

em terras de sua propriedade. No distrito onde reside exerce, com grande proficiência, o cargo de subintendente e subdelegado de Polícia. Descendente de tradicional família castilhistas, o capitão Jayme Dumoncel Pitthan, desde a sua juventude até hoje, vem prestando relevantes serviços ao seu partido, tendo pegado em armas, na defesa das suas idéias, nos últimos movimentos revolucionários do Estado. Cruz Alta, março de 1930” (TIMM e GONZALEZ, [1932]: 139).

⁷³¹ Em 1930, como consequência da Revolução de 30, o governo provisório instituído por Getúlio Vargas dissolveu e extinguiu o Conselho Municipal. Em 1935, foi instituída a Câmara de Vereadores e eleitos os seus primeiros representantes.

Diferindo do restante do país, conforme a avaliação da imprensa cruzaltense, na colônia Neu-Württemberg, nem no período anterior, nem posterior às eleições de 1924, a ordem foi comprometida,

isto não só devido à índole ordeira dos laboriosos habitantes desta terra, como também, pela atitude mansa e pacífica, em que tem se mantido o capitão Minoly Gomes de Amorim, subintendente municipal e subdelegado de polícia deste distrito, dando assim um exemplo digno de ser imitado pelas outras autoridades e ainda também, releva notar, pela Liga Colonial, que tem como seu presidente o professor Renato Benz, espírito culto e elevado, que, sem cor política, muito concorreu para a estabilidade da ordem, e que tão relevantes serviços prestou no período revolucionário, como um traço de união entre os partidários de uma e outra facção que não estavam em armas, tornando-se assim credora da mais sincera gratidão dos habitantes desta colônia (*O Commercio*, 7/6/1924, n. 510, ano V, p. 2).

Para as eleições municipais de 1928, a colônia Neu-Württemberg mobilizou-se como um todo, demonstrando a sua importância em termos de votos e articulação, em busca de novas alianças e apoio a candidaturas de seu interesse. Isso justamente no momento em que a estrutura coronelística da região dava mostras de fissuras e apontava para mudanças. Internamente, o *Partido Republicano* e o *Partido Libertador*⁷³² tomavam forma. Interessante que às vésperas das eleições, quando realizavam a última visita aos distritos, as caravanas dos dois candidatos acabaram se encontrando em Neu-Württemberg. Conforme o jornal *O Commercio*, “os populares acusaram os republicanos pelo encontro, e que em decorrência do silêncio tumular em que foram recebidos, queriam aproveitar-se da platéia dos populares para fazer seu comício”. Os candidatos da chapa popular, Alfredo Brenner e Arnoldo Hemmel foram recebidos no *Salão União*, enquanto a chapa republicana tendo à frente Pedro Scheunemann e Álvaro Hipólito Pinto se reuniu no cinema. “Conforme os entendidos, eram mais de 1.600 pessoas acompanhando ambas” (*O Commercio*, 30/10/1928, n. 1530, ano XI, p. 4). Implícito, o redator reafirmava a imagem que se tinha da colônia Neu-Württemberg, qual seja, uma população ordeira, pois o encontro das duas caravanas não provocou incidentes, uma cedendo espaço para a outra, sem provocações. Era uma

⁷³² Em 3 de junho, após um comício político, foi nomeado e empossado o subdiretório do Partido Libertador em Neu-Württemberg, assim composto: presidente honorário: Alonso Feliz Correa; presidente efetivo: Martim Hack; vice-presidente: coronel Urbano Guedes da Luz; 1º secretário: Jacob Guilherme Frantz; 2º secretário: Julio Lasch; 1º tesoureiro: Henrique Becker (Decker?); 2º tesoureiro: Alfredo Lemos; oradores coronel Pompilio Pitthan e Carlos Schaffazick. Comissão de Propaganda: Carlos Blum, Alexandre Hansntein, Carlos Brendler, Carlos Leopoldo Schaffer, Luiz Schaffazick, Luiz Zügel, Elias Lasch, Pedro Bayer, Pedro Bock, João Zimmermann (*O Commercio*, 5/6/1928, n. 1407, ano X, p. 3).

população que tratava de política a nível de idéias e ideologias, e não como questões pessoais.

Como resultado das eleições realizadas em 9 de novembro de 1928, saiu vitoriosa, por pequena margem de votos, a chapa republicana, com o engenheiro Pedro Paulo Scheunemann. Na colônia Neu-Württemberg, o candidato republicano recebeu 132 votos, enquanto o candidato popular recebeu 383 votos (*O Commercio*, 11/11/1928, n. 1540, ano X, capa). Apesar de perderem as eleições, o fator determinante registrado em Cruz Alta naquele momento foi a cisão do Partido Republicano, com a retirada do general Firmino de Paula e os seus seguidores, os quais apoiaram a chapa popular. Outro aspecto marcante nessa eleição foi a inserção definitiva da zona colonial de Cruz Alta na política, lançando seus candidatos, ou seja, quem lançou a candidatura de Alfredo Brenner e cogitou inicialmente o nome de Arthur Welsch, e posteriormente de Arnaldo Hemmel, foi a *União Colonial* de Neu-Württemberg, junto com as colônias General Osório e 15 de Novembro, todas elas predominantemente de colonização alemã.

O Intendente eleito, Pedro Paulo Scheunemann, como um governante de conciliação, cercou-se de uma equipe administrativa formada pelos funcionários, assessores e técnicos, e levou adiante como primeiro projeto de grande envergadura o melhoramento e a modernização urbana de Cruz Alta, com o alargamento de ruas, construção e remodelação de praças, renomeação das ruas, instrução pública. Perdendo totalmente o apoio dos republicanos e sem o apoio dos populares, acabou por renunciar ao cargo em 15 de abril de 1930. Conforme as leis em vigor, como não completou a metade do primeiro quadriênio, deveriam ser realizadas novas eleições, estas vencidas novamente pelos republicanos, mas com a entrada de recurso e a anulação de algumas mesas, foi reconhecido como intendente municipal Alfredo Brenner, do Partido Libertador – em Neu-Württemberg, o republicano Álvaro Pinto recebeu 258 votos, e Alfredo Brenner, 518 votos (*O Commercio*, 7/6/1930, n. 2007, ano XII, capa).

Em síntese, a imprensa e a elite política de Cruz Alta perceberam a colônia Neu-Württemberg como um importante centro de votos, disputados entre republicanos e liberais. Os propósitos germanistas que orientavam a formação da colônia naquele contexto não representavam qualquer problema para a municipalidade de Cruz Alta ou para o governo estadual. O desenvolvimento

econômico parecia bem mais importante, pois revertia em abastecimento de seu mercado consumidor e impostos, além de contribuir para o crescimento demográfico do município.⁷³³

Na falta de Hermann Faulhaber como liderança maior da colônia e a retirada definitiva da *Colonizadora Meyer*, os colonos foram forçados a se organizar em defesa de seus interesses e reivindicações. Como nova entidade representativa, constitui-se a *União Colonial*, que tinha por princípio não se envolver com questões políticas.⁷³⁴ Tratava-se de “uma liga de lavradores sob a denominação de ‘União Colonial’, atingindo o número atual de adesões 500 sócios inscritos”, isso em 1927. Em 28 de novembro de 1927, a liga dirigiu um requerimento ao Conselho Municipal de Cruz Alta solicitando a redução de impostos municipais para o exercício de 1928.⁷³⁵ Justificava a reivindicação em razão da precariedade da situação econômica da colônia, conseqüência dos baixos preços dos produtos agrícolas, pois

tomando-se por base os anos de 1912-15, anos de prosperidade, não influenciados e prejudicados por guerras e revoluções, resulta que atualmente o valor aquisitivo do dinheiro passou a dois quintos do que era então. O valor da produção porém não subiu na mesma proporção, pelo contrário, o colono agora recebe em média 20% menos do que então recebia.

Se o colono perdia ganhos, os impostos municipais, no mesmo período, haviam subido 700%, elevando-se também consideravelmente os impostos estaduais e federais. A produção colonial não conseguia acompanhar esse estado de coisas, “obrigando-se a recorrer às suas economias e, quando despossuídos destas, são obrigados a fazer empréstimos a contrair novas dívidas”. Estava claro para a *União Colonial* a inviabilidade de tais valores de impostos para o padrão de renda dos colonos. Solicitava então: abolição de impostos sobre carros de uso

⁷³³ Em 1928, o governo do Estado publicou *O Rio Grande do Sul em Revista*, uma autopromoção do governo e do Partido Republicano. Na parte concernente a Cruz Alta, ressaltou o crescimento populacional: em 1889 era de 16.440 habitantes; em 1913, já estava em 26.432; chegando em 1928 em 55.000 habitantes, esse número sempre ascendente mesmo em meio a uma série de desmembramentos de novos municípios. Parte desse aumento populacional era devido ao crescimento da zona colonial. Destacava que o município de Cruz Alta era pastoril e agrícola, possuindo qualidade de terras para todas as culturas. A agricultura era abundante e florescente nos seus núcleos coloniais. A maior fonte de riqueza era oriunda da produção pecuária, contando com numerosos rebanhos, concentrados em mais de 400 fazendas, de área variada.

⁷³⁴ Esse item de seu estatuto não foi respeitado na eleição de 1930, quando a entidade colocou-se abertamente ao lado da candidatura de Alfredo Brenner, gerando uma cisão (*O Commercio*, 4/6/1930, n. 2004, ano XII, p. 4).

⁷³⁵ Requerimento da União Colonial de Neu-Württemberg ao Conselho Municipal, 28/11/1927. Ofícios Enviados para a Câmara de Vereadores, 1929. 001 AHM – CMV 257, MAHMCA.

particular; anulação do “Imposto Policial”, que figurava como “imposto extra”. Isso porque os colonos, “por eles mesmos e sem auxílio de espécie nenhum por parte do Município cuidam e conservam as estradas sendo que cada colono sacrifica anualmente 6 dias de trabalho para este fim; numa época de crise econômica a população não pode suportar ainda impostos extraordinários”. Concluía afirmando que, abolidos esses dois impostos, ainda assim seriam mais elevados do que os pagos por exemplo em Ijuí. No seu parecer de 28 de dezembro de 1927, o Conselho Municipal informava que as aspirações da *Sociedade União Colonial*, de Neu-Württemberg, foram atendidos em parte, e que os itens não contemplados seriam incluídos no orçamento do próximo ano.⁷³⁶

A *União Colonial* enviou novo ofício ao Conselho Municipal, em 1929, reclamando que a sua reivindicação relativa à anulação do imposto sobre carroças de uso particular do agricultor não havia sido atendida. Ora, “a carroça é o utensílio mais necessário do colono, e a situação social do mesmo é crítica devido aos baixos preços de seus produtos”, somado aos demais impostos todos.⁷³⁷ Após várias reclamações por parte dos colonos, o imposto sobre carroça foi extinto em 1930.

Já em setembro de 1929, em face ao descaso para com a colônia Neu-Württemberg, uma comissão de representantes da *União Colonial* reuniu-se com o intendente municipal Pedro Paulo Scheunemann, exigindo melhoramentos urgentes nas estradas, reivindicação atendida imediatamente; bem como providências para coibir a presença de animais soltos na sede da colônia. Quanto às obras de melhoria da praça e arborização, seria prioridade no ano seguinte (*O Commercio*, 28/9/1929, n. 1802, ano XII, p. 4).

Portanto, a colônia Neu-Württemberg, baseada no seu desenvolvimento econômico, suas relações sociais e práticas cotidianas, inseriu-se na política

⁷³⁶ Parecer do Conselho Municipal de Cruz Alta, 28/12/1927. Ofícios Enviados para a Câmara. 001 AHM – CMV 257, MAHMCA. A Comissão de orçamento do Conselho Municipal propôs para o ano de 1928 que “o imposto de carroça de uso do colono para os seus serviços agrícolas seja diminuído de oito mil-réis para quatro mil-réis, que o imposto de expedição e estatística sobre scrinos (sic), fosse diminuído de sete mil-réis para cinco mil-réis, cada um [refere-se a exportação de madeiras e alfafa], que seja extinto o imposto cobrado ao vendedor de produtos coloniais em carroça, no valor de quarenta mil-réis”. Após discussão, as emendas ao orçamento foram aprovadas. No último ponto, a redação ficou assim: “extinto o imposto de indústrias e profissões do valor de quarenta mil-réis sobre vendedor de produtos coloniais em carroça” (Sessão de 28/12/1927. Atas do Conselho Municipal de Cruz Alta 1926-1928, p. 19-19verso. 002CMV – AHM 197, MAHMCA).

⁷³⁷ Requerimento da União Colonial de Neu-Württemberg ao Conselho Municipal, em 20/10/1929. Ofícios Enviados para a Câmara de Vereadores, 1929. 001 AHM – CMV 257, MAHMCA.

cruzaltense, conquistando espaço e fazendo-se representar. A *Colonizadora Meyer*, desde o princípio, incentivou a organização associativa dos colonos, bem como defendeu a sua autonomia e livre iniciativa, principalmente quando se tratava de defender os interesses da coletividade ou buscar recursos para a manutenção de suas entidades.

4.3 COLONOS E O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Os espaços coloniais foram construídos e percebidos como lugares diferenciados dentro dos municípios de Cruz Alta e Palmeira, cujo desenvolvimento seguia caminhos próprios, mas conectado e interdependente do contexto macro. Assim, a *colônia-modelo* Neu-Württemberg desenvolveu a agricultura e a indústria, em um município predominantemente pastoril e comercial, com elevada geração de renda, valendo-se de seu potencial econômico como moeda para barganhar melhorias materiais, e defender os seus interesses.

No Império brasileiro, ao arregimentar os emigrantes na Europa, a preferência recaía automaticamente sobre os camponeses, porque se planejava uma migração rural-rural, reproduzindo na nova pátria o seu modelo camponês, transformando-os em *colonos*. A possibilidade de se tornarem proprietários de terras atraiu também outros setores da população, sem raízes camponesas, e, de modo geral, com poucos recursos financeiros. Outros ocultavam sua verdadeira profissão, para usufruir das vantagens oferecidas, como viagem gratuita e terras. No final do século XIX e no século XX, predominou no sul do Brasil a colonização de iniciativa privada, baseada na imigração espontânea. Para o emigrante, isso representava dispor de capital suficiente para custear a viagem, comprar o seu lote colonial e manter-se nele.

Nesse contexto histórico, o excedente populacional europeu, vindo da Alemanha e Itália, disponível para a emigração era formado principalmente por aqueles expulsos do campo e à margem do processo de industrialização, contando-

se entre eles numerosos artesãos. O Brasil, por sua vez, havia passado de um sistema de produção escravista para assalariado, caminhando para a formação de uma indústria embrionária, e a instauração de um regime político republicano.

No caso da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, os camponeses eram privilegiados, mas não havia restrições aos elementos urbanos, especialmente operários, profissionais de ofício e liberais, imaginando um rápido desenvolvimento em todas as áreas em sua colônia, e na conjugação entre a agricultura e atividades de ofício, garantindo assim uma dupla fonte de renda. Percebe-se que na colônia Neu-Württemberg significativo número de imigrantes se instalaram na sede urbana ou nas chácaras, com uma pequena oficina, enquanto os colonos nacionais dedicaram-se à agricultura e ao comércio, com preferência pelos lotes coloniais.

A nova zona de colonização, ao reunir em pequenas colônias, lado a lado, imigrantes europeus e colonos da antiga zona de colonização, imprimiu ali um ritmo de desenvolvimento acelerado, naquilo que diz respeito ao crescimento demográfico, do comércio e da indústria. Na avaliação de Theodor Amstad (*Cem anos de germanidade...*, 1999), o que a zona antiga cresceu em 50 anos, a nova zona de colonização cresceu em apenas 20 anos, sendo um dos fatores determinantes justamente a presença dos colonos, já adaptados ao meio, já dominando as técnicas de desbravamento da mata subtropical, ao contrário dos imigrantes instalados nas colônias velhas, décadas antes. Além disso, a venda de seu lote garantia-lhes capital suficiente para adquirir outro lote nas colônias novas e a sua sobrevivência. Para Maria Theresa Schorer Petrone (1977: 122), o contato de imigrantes recém-chegados e colonos internos

é duplamente vantajoso, uma vez que os primeiros trazem um equipamento técnico e cultural mais moderno e os segundos já contam com uma experiência em atividades agrícolas mais condizentes com a realidade do país. Esse fato talvez tenha tornado menos dramáticos os primeiros momentos em áreas novas de colonização.

Por sua vez, os imigrantes do século XX eram urbanos, e, nas colônias de destino, procuraram permanecer nos núcleos urbanos em formação, desempenhando ali o seu ofício, principiando o processo de urbanização. Nos casos em que adquiriram um lote rural, instalaram ali a sua oficina, ou migraram para a sede ou outra sede urbana, na primeira oportunidade. De modo geral, essas colônias novas se formaram na periferia das sedes dos municípios ou nas

imediações das estações de trem, contando assim com mercado consumidor capaz de absorver o excedente produtivo e meios de comunicação para o escoamento da produção. Cabe lembrar que na região do Planalto rio-grandense predominavam a pecuária e o extrativismo da erva-mate, deste modo, as colônias tornaram-se as responsáveis por suprir a demanda por alimentos.

Para os imigrantes, camponeses ou cidadãos, a vida na colônia consistiu em longo aprendizado e adaptação às condições precárias inerentes à fase de instalação em um lote colonial, requerendo a adequação de suas tecnologias de produção às características do meio, iniciando pelo processo de derrubada da mata, queimada, arroteamento do solo, plantio e colheita. Nessa fase, o auxílio de um *caboclo* ou colono era de grande serventia, para poupar tempo e dinheiro.⁷³⁸ Aos olhos europeus, esse processo de produção era totalmente irracional, porém, o único possível. Essa adequação ao meio natural foi muito criticada e entendida como uma degradação das tecnologias de produção européias. Joseph Hörmeyer (1986: 46-47, 51) observou, em 1851:

considerando a rentabilidade do solo e o pequeno esforço, se pratica a agricultura nada menos que racionalmente, tentou-se nem o conhecido meio de pôr calcário junto com a semente, nem se observou uma rotação regular da sementeira [...]. Depois de plantar, o colono não se preocupa o ano inteiro com a plantação, até a época da colheita [...]. Infelizmente, os colonos alemães praticam, apesar de toda essa riqueza do solo e da possibilidade de cultivo das mais diferentes espécies de plantas, a cultura do solo de forma muito negligente; não podemos encontrar uma desculpa no fato de ser a mesma ainda mais negligenciada pelos brasileiros.

⁷³⁸ O estranhamento frente ao sistema agrícola adotado pelo colono no estado foi narrado, com detalhes, pelo imigrante João Weiss (1949), imigrado na colônia Erechim, então parte do município de Passo Fundo. Sobre o amanho da terra para o plantio, escreveu: “o agricultor europeu trabalha com arado e animais, com semeadeira e ceifadeira, produzindo assim não só o alimento para a sua família e seus animais como para alimentar muitas outras famílias, vendendo as sobras que realmente obtém. Adquire, assim, o numerário para as suas despesas correntes com a conservação de suas máquinas, compra de ferramentas e utensílios, educação de sua família, etc. O colono no mato conseguirá plantar apenas o suficiente para sua família e seus animais, pois prepara o solo à foice, machado e enxada durante dezenas de anos até que os troncos, tocos e raízes apodrecem e a terra também possa ser lavrada à arado, semeada e colhida por aparelhos de tração animal. Dificuldades de transporte e outras tantas particularidades que para a sua remoção necessitam de longos anos levam a acreditar que a primeira geração dos imigrantes-colonos serve apenas como desbravadores anônimos da terra nova em benefício das gerações futuras” (WEISS, 1949: 80-81).

Leo Waibel⁷³⁹ assinala que, na literatura nacional e estrangeira, os métodos agrícolas dos colonos europeus no sul do Brasil eram altamente elogiados e plenos de êxito, o que contrastava, porém, com a realidade.

A maioria dos colonos usa o mais primitivo sistema agrícola do mundo, que consiste em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, revertendo em vegetação secundária, enquanto nova mata é derrubada para ter o mesmo emprego. O colono chama este sistema de roça ou capoeira; na literatura geográfica é geralmente conhecido como agricultura nômade ou itinerante. Na linguagem dos economistas rurais, é chamado sistema de rotação de terras. Na literatura alemã, é chamado *Raubbau* ou *agricultura extrativa* (WAIBEL, 1979: 244-245).

Segundo o autor, os sistemas agrícolas extensivos não eram indicados para as grandes propriedades, quando aplicados nas pequenas, tornavam-se ilógicos e perigosos. Um sistema extensivo requer três fatores: terra, capital e trabalho, devendo o primeiro ser abundante, o que não acontecia nos pequenos lotes coloniais. A partir do estudo empírico da agricultura praticada nas áreas de colonização no sul do Brasil, Waibel distinguiu três sistemas agrícolas, levando em conta os métodos aplicados, a combinação gado-lavoura e a maneira pela qual os produtos eram preparados e processados para o mercado. São eles: o sistema de rotação de terras primitiva, o sistema de rotação de terras melhorada e a rotação de culturas combinada com a criação de gado. Acreditava na evolução sucessiva de um estágio para o outro.

O primeiro compreendia a fase de instalação, quando o colono, com frequência, devido às influências do meio, baixava os seus padrões físicos, culturais e econômicos, tornando-se um *caboclo*. No segundo, já cultivava produtos europeus, como trigo e centeio, bem como utilizava o arado e a grade para preparar o solo. Contava com a criação de algum gado. O padrão econômico e cultural do colono se elevaria consideravelmente. Usava arado mas não adubo, fazia rotação de terras ainda. Os filhos dos imigrantes continuavam utilizando essas mesmas

⁷³⁹ Virgínia Etges (2000: 154) lembra que Waibel “manifesta uma preocupação com o local, sem recorrer a conceitos da Economia Política para explicar a realidade das colônias do sul do Brasil. Não vê resistência, nem analisa o processo de integração (homogeneização) que o capitalismo coloca em prática naquela região. Tampouco preocupa-se em analisar como o global se articula com o local, ou ainda, como as identidades se formam na simultaneidade das relações entre níveis de vida e organização social diferentes. Nega a coetaneidade quando analisa a situação sócio-cultural dos descendentes de imigrantes no sul, afirmando que ‘regrediram’ a algum estágio inferior do passado, o que adquire um conteúdo ideológico marcante, à medida que os situa em outra época que não a sua, enquanto pesquisador”.

técnicas, esgotando o solo, obrigando-os a migrar. Concluiu que o número de *caboclos* nas colônias que se pretendiam modelo era extremamente elevado. O terceiro e último estágio requeria a aplicação da rotação de culturas em campos arados e adubados. A adubação estava num plano econômico muito mais elevado do que a lavra da terra e requer muito mais trabalho, capital e conhecimento. Assim, na década de 1950,

somente cerca de 5% de todos os colonos europeus do sul do Brasil alcançaram o terceiro estágio de desenvolvimento agrícola; 50% vivem no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45% estão ou no primeiro ou na fase de decadência e estagnação do segundo. No que diz respeito à situação econômica, acho que uns 25% estão bem, 50% estão moderadamente prósperos e os outros 25%, em condição pobre e miserável (WAIBEL, 1979: 255-256).

Ernst Wagemann (1949), um alemão que viajou pelo Espírito Santo, assumiu uma postura semelhante à de Waibel.

Acoima-se de cultura exaustiva o sistema de exploração agrícola dos colonos teutos. Julgado por um critério europeu, é um sistema condenável. Não se aduba o terreno, que se exaure, em virtude da lavoura de longos anos, dos elementos nutritivos; as colheitas diminuem [...]. Chegando ao termo da fecundidade útil da terra, o colono é obrigado a abandonar a casa e o sítio, indo estabelecer-se noutra lugar.

Jean Roche (1969: 286, 288, 295) também questionou o “atraso” dos colonos: “os colonos continuam cultivando como seus antepassados aprenderam dos primeiros ocupantes. Deles receberam também o nome dessa prática, a *Roça* (de que tiraram o verbo ‘*rosen*’, preparar a terra dessa maneira) e os de suas diversas operações”. Atribui a esse sistema de produção encerrada no ciclo *derrubada-queimada-plantação-capoeira*, o qual recomeçava regularmente em cada roça, tendo como resultado uma situação catastrófica, a definição, que lhe parecia mais apropriada, de “*agricultura temporária e periódica da queimada*”. Para ele, as queimadas, calcinando o solo, foi uma das principais razões do empobrecimento dos colonos. Assim, a expansão da frente agrícola no Rio Grande do Sul foi “uma onda que rebenta, mas deixa atrás de si uma economia em ruína”.

Afinal, a crítica recaía sobre o fato dos imigrantes alemães não terem *modernizado* a agricultura brasileira, da forma como se esperava, adotando os mesmos métodos de produção dos *caboclos*, o que, aos olhos europeus, significava um retrocesso. Porém, como salienta Buarque de Holanda (in DAVATZ, 1972: XVI-XVII),

não há talvez exagero em declarar que os métodos bárbaros da agricultura indígena eram em alguns casos os que convinham. Como era uma lavoura não somente extensiva como dissipadora – antes *mineração* do que agricultura; contrariava, portanto, aos olhos do europeu, as leis mais comezinhas da arte de plantar.

A rotação de terras e a migração só foram possíveis em virtude e enquanto houve abundância de terras a serem exploradas.

Todavia, a instalação de colônias voltadas para a produção agrícola foi bem recebida na região Noroeste. Esse espaço colonial alterou o visual da região, intercalando os extensos campos pecuaristas com pequenas propriedades agrícolas, ocupando as áreas florestais, bem como o seu cotidiano, inserindo um novo ritmo de trabalho e produção.

Na colônia Neu-Württemberg, os colonos apostaram de imediato também na diversificação da produção, realizando experimentos com diversos produtos e sementes européias – esse seria o papel da *Estação Experimental*, mas como tal projeto fracassou, coube aos próprios colonos investir na experimentação, produção de sementes e diversificação da produção.⁷⁴⁰ Em 1905, paralelo ao cultivo regular de milho e feijão, iniciou em pequena escala o plantio de centeio, aveia e linhaça. O cultivo do trigo também avançava, testando diferentes variedades de sementes, observando a sua adaptação e o ciclo de desenvolvimento – geralmente, os colonos colhiam o trigo antes de sua maturação completa, o que resultava em prejuízos. Em 1902, por exemplo, Herrmann Meyer enviou uma remessa de sementes de trigo da Alemanha, mas por um desencontro de informações, Horst Hoffmann só conseguiu localizar essas sementes no porto de Rio Grande e obter a liberação na alfândega após o período do plantio. Produzia-se, ainda, amendoim para a fabricação de óleo,

⁷⁴⁰ Por pouco tempo, a *Colonizadora* manteve um campo experimental. Na edição do prospecto de 1904, Meyer forneceu os seguintes dados sobre o mesmo: A *Estação Experimental* foi formada com a ajuda pecuniária da *Deutsche Kolonialgesellschaft*, em maio de 1904. Tinha por tarefa experimentar métodos de produção e aperfeiçoá-los, introduzir novos produtos e repassá-los aos colonos, fazer sementeira. A administração da estação está a cargo do Dr. Fr. Martin, que por longos anos de trabalho com culturas tropicais e subtropicais adquiriu experiência para isso. Para a estação, o Dr. Meyer concedeu 111 hectares de terra na colônia Neu-Württemberg, para a agricultura e as construções. A localização da estação próxima da sede beneficia, em primeiro lugar, os colonos de Neu-Württemberg, onde eles poderão obter variedades de sementes, árvores frutíferas, mais tarde também animais de raça para procriação etc. por preços acessíveis direto do fornecedor e tirar suas dúvidas sobre a produção agrícola (MEYER, 1904a: 8). De acordo com a descrição do imigrante Friedrich von Braun, em 1905, quem chegava à colônia Neu-Württemberg, “logo passando a ponte do Fiúza, à direita, encontra-se a estação experimental, uma construção em estilo europeu, embora em tamanho reduzido e em madeira, com plantações indicas” (Carta de Friedrich von Braun, recebida por Herrmann Meyer em 22/8/1905. Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também há cartas para e de Herrmann Meyer entre elas], Caixa 148, MAHP).

consumido localmente; banha, fumo, mel. O arroz e a farinha de mandioca eram produzidos por *brasileiros*. Houve também uma tentativa de criação do bicho-da-seda, uma parceria entre a empresa e um imigrante.

A *Colonizadora Meyer* funcionava como agente de importação de sementes e intermediária nas negociações em busca dos melhores mercados para a colocação da produção.⁷⁴¹ Horst Hoffmann intermediou a compra de diversas variedades de sementes, junto à *Companhia Hortícola*, situada em Santa Cruz, em 1901, a pedido de Carl Wagner, objetivando iniciar o cultivo dessas variedades na colônia Neu-Württemberg a título de experimento, o que indicava a grande variedade e a pequena quantidade de sementes, incluindo legumes, verduras, cereais, forrageiras, etc.⁷⁴² Em 1903, Meyer remeteu sementes de amora para a *Bauernverein* e para experimento particular da empresa, além de 20 kg de sementes de algodão, fornecidas pelo *Kolonial-Wirtschaftliches Komitee*, de Berlin, nos mesmos termos.⁷⁴³ Para evitar o esgotamento do solo, Meyer insistia para que os colonos usassem adubo, no caso, potássio.⁷⁴⁴ Igualmente, procurava limitar a derrubada irracional da mata, incluindo uma cláusula no contrato de compra e venda de terras, a qual determinava que o comprador poderia apenas derrubar a mata na área a ser cultivada e extrair madeira para a construção de suas benfeitorias e para lenha. Com isso, procurava preservar a mata no lote como fator de valorização do mesmo, caso o comprador o devolvesse, bem como evitar a atuação de madeireiros.

Superadas as dificuldades dos primeiros anos de colonização e da frustração de safra 1902/1903, a colônia Neu-Württemberg começou a se desenvolver. Em relatório de outubro de 1904, destinado ao Consulado da Alemanha em Porto Alegre, Alfred Bornmüller informou que o número de colonos havia aumentado bem como “as melhorias e inovações”. O fluxo de imigrantes,

⁷⁴¹ Cf. Relatórios da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, MAHP.

⁷⁴² Foram encomendadas as seguintes sementes e respectivas quantidades: 100g de beterraba; 100g de cenoura; 5 pacotes de couve branca; 3 pacotes de couve vermelha [roxa?]; 25g de couve-flor; 4 quartos de ervilha; 1 saca de trigo; 1 quarto de lentilha; 1 quarto de feijão (*Saubohnen*); 1 quarto cevada; 1 kg alfafa; 1 quarto aveia; 1 kg algodão; 1kg de Rami (?); 1 kg de café (Carta. Porto Alegre, 23/5/1901. Horst Hoffmann à Companhia Hortícola, Santa Cruz. Livro Copiativo 1, Fl. 247-248, MAHP).

⁷⁴³ Carta. Leipzig, 29/8/1903. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller e Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Cartas de Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

⁷⁴⁴ Carta. Leipzig, 23/2/1905. Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Colônia Neu-Württemberg. Pasta Cartas Herrmann Meyer a Alfred Bornmüller, Caixa 43, MAHP.

especialmente das colônias velhas, era considerável.⁷⁴⁵ Além das 93 famílias então estabelecidas, viriam mais 17, que já haviam adquirido o seu lote colonial e, assim que possível, deixariam as colônias velhas. O número de domicílios em Neu-Württemberg chegava a 110, perfazendo uma população de mais de 400 pessoas.

Em decorrência das boas colheitas dos últimos anos, a situação econômica dos colonos melhorou, e muitos já adquiriram mais gado, porcos e vacas, e alguns até já melhoraram as suas casas. Um grande número de colonos auxilia nos trabalhos da *Empresa*, ganhando com isso um rendimento extra. Sobre um excedente produtivo ainda não podemos falar, pois, hoje, toda a produção ainda é consumida na própria colônia. No ano anterior e no ano corrente, os campos dos colonos foram ampliados consideravelmente com a derrubada de mais mato. No *Stadtplatz* se estabelecem os profissionais de ofício e indústrias.⁷⁴⁶

No ano seguinte, o imigrante Friedrich von Braun, afirmou que

o *Stadtplatz* mudou muito desde 1902, quando a casa do imigrante era a única construção ali existente, e o moinho ainda não estava concluído. Agora já tem várias casas, a casa comercial, e o grande galpão para a fermentação do tabaco, a única construção em alvenaria da colônia. Panzenhagen não é o único negociante do *Stadtplatz*, pois ali se encontram outros, como um ferreiro, um funileiro, uma padaria, uma selaria, um curtume e uma serralha, e um especialista em madeira. Falta ainda um sapateiro, pois tem serviço o suficiente para ele. Também tem na sede duas construções pertencentes à direção: em uma, mora o guarda-livros da empresa, e na outra, fica o escritório da empresa e serve de residência para o professor. A casa do diretor, uma imponente e moderna construção, fica no outro lado na colina. Nas colônias, houve melhorias das construções e ampliação das plantações. Sim, eu acredito, que se alguém que esteve na colônia há 3 anos e chegar aqui novamente, não vai reconhecê-la. As pessoas estão bem mais satisfeitas e não reclamam mais tanto, e não tem ninguém aqui que não seja um pouco agradecido ao Dr. Meyer.⁷⁴⁷

Coletar e organizar dados estatísticos sobre a produção em geral na colônia, integrava o rol de tarefas da administração da empresa. Dentro do possível, esses dados eram divulgados ou apresentados em ocasiões específicas, mostrando através deles o desenvolvimento da colônia. Em 1903, foi organizado um quadro estatístico da criação de animais na colônia e a sua distribuição em 55 propriedades rurais, reproduzido no *Quadro 10*.

⁷⁴⁵ Tratava-se de famílias de imigrantes alemães instalados nas colônias velhas e em Porto Alegre há alguns anos, que remigravam para as colônias novas, dentre elas, a colônia Neu-Württemberg.

⁷⁴⁶ Relatório. Neu-Württemberg, 12/10/1904. Alfred Bornmüller ao consulado da Alemanha, Porto Alegre; Carta. Neu-Württemberg, 14/1/1905. Alfred Bornmüller ao Consulado, Porto Alegre. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP.

⁷⁴⁷ Carta de Friedrich von Braun, recebida por Herrmann Meyer em 22/8/1905. Pasta 1 – Cartas diversas ao pastor Hermann Faulhaber [também há cartas para e de Herrmann Meyer entre elas]. Caixa 148, MAHP.

Pelos números, a criação de porcos era a base econômica da propriedade colonial, atrelada à produção de milho, contando-se 505 animais, suprimindo a demanda por carne e banha – essa, uma das principais fontes de renda dos colonos, o *ouro branco* na década de 20 – e demais derivados. No ano seguinte, estabeleceram-se na colônia os imigrantes Friedrich Günther von Berg⁷⁴⁸ e Waldemar Waldow von Wahl, iniciando a criação de suínos de raça em larga escala, com o objetivo de vendê-los aos colonos locais e da região. Waldow von Wahl fundou a *Setta Branca*, onde manteve a criação de suínos da raça européia puro-sangue *Yorkshire*. Para esse empreendimento ousado e com perspectivas promissoras, contou com um investimento de Rs. 6:000\$000 por parte de Herrmann Meyer. Porém, sua duração foi efêmera, primeiro, por questões financeiras, pois a importação de suínos era muito onerosa; já os “sócios capitalistas” do empreendimento da Alemanha logo se retiraram, e Waldow von Wahl, sem recursos financeiros, acabou por remeter a conta das despesas para Meyer, o que resultou no rompimento entre ambos; segundo, os colonos não tinham capital suficiente para comprar suínos de raça, além de ser uma raça que produzia mais carne, enquanto o interesse da região colonial era a produção de banha. Em síntese, era um projeto audacioso, mas instalado em uma época e região impróprias. Endividado e processado pela *Colonizadora Meyer*, Waldow von Wahl hipotecou seus bens e abandonou a colônia Neu-Württemberg em 1907, seguindo para o Paraguai, onde foi assassinado em 1912.⁷⁴⁹

⁷⁴⁸ Friedrich Günther v. Berg era ex-oficial da artilharia alemã. Já na Alemanha, Meyer havia prometido para ele a venda de toda a linha Serrana, por Rs. 9:000\$000, negociação que acabou por não se efetivar (Carta. Leipzig, 12/6/1902. Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Porto Alegre. Pasta Carta Herrmann Meyer a Horst Hoffmann, Caixa 42, MAHP).

⁷⁴⁹ Em razão do endividamento, a *Colonizadora* entrou com uma ação ordinária contra Hermann Waldemar Waldow von Wahl, cobrando Rs. 3:131.220, e a nulidade da escritura pública de venda de um lote colonial que o referido devedor fez a Carlos Brendli, para fraudar o pagamento da dívida. Com um processo complicado e tumultuado, o juiz anulou todos os processados e condenou os autores nas custas, em sentença de 22/2/1907, sem possibilidade de recorrer. Como a *Colonizadora* não depositou imediatamente o valor das custas, o advogado da outra parte, João Francisco Machado, entrou com um processo de execução de dívida contra a mesma e, ao mesmo tempo, outro contra seus clientes, pelo não pagamento dos honorários (Dr. João Francisco Machado, exeqüente; Dr. Herrmann Meyer, executado. Cruz Alta, 1º/4/1907. Cruz Alta. Execução. N 983, Maço 31, E 62. Cartório do Civil e Crime – Executivas, APERS). A tentativa da *Colonizadora* foi no sentido de anular e embargar a escritura pública de venda do lote colonial n. 19, da linha Berlim, como pagamento da dívida, o qual Hermann Waldemar Victor Waldow von Wahl havia vendido para Carlos Brendli, ambos estrangeiros, lavrando escritura pública em 7/1/1907, pelo valor de Rs. 1:000\$000, pago em moeda corrente. Na mesma data, Bárbara Waldow von Wahl, como credora, concedeu a Carlos Brendli a importância de Rs. 2:500\$000, sem juros e o prazo de três anos para pagar; caso não fizesse o reembolso no devido tempo, começaria a pagar 1% de juro ao mês, até a quitação. Em

Numericamente, em segundo lugar, estava o plantel de 71 cavalos, utilizados como meio de transporte e nos trabalhos agrícolas, pois o número de bois era extremamente reduzido. A atividade leiteira tinha pouco peso na economia familiar, com menos de uma vaca por propriedade, valendo o mesmo para terneiros. Outros animais como mulas, cabras e ovelhas tinham menos representatividade ainda.

	cavalo	mula	vaca	touros	bois	terneiros	porcos	cabra	ovelha
Linha Brazil									
Thomas Schaffazick	1	0	0	0	0	0	17	0	0
Pastel [Wilhelm Restel?]	0	0	0	0	0	0	2	2	0
Samuel Uhr	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Franz Steinhorst	3	0	1	0	0	1	10	0	0
Augusto Henrique Schimmelphennig	0	0	0	3	0	0	5	0	0
Gustav August Schmidt	5	0	2	3	1	1	30	0	1
Anton Steinbach	1	0	0	0	0	0	3	0	0
Friedrich Garn	1	0	0	0	0	0	0	0	0
August Balke	2	0	0	0	0	0	15	0	0
Paul Baumgart	1	0	0	0	0	0	3	0	0
Carlos Kernbaum	0	0	0	0	0	0	15	0	0
Hermann Göcks	2	0	1	0	0	1	7	0	0
Arthur Dhein	2	0	1	0	0	1	5	0	0
Johan Heinrich	1	1	0	0	0	0	11	0	0
José Döth	1	1	0	0	0	0	10	0	0
Nicolas Heinrich	3	0	0	0	0	0	10	0	0
Linha 7 de Setembro									
Fritz Trennepohl	1	0	0	0	0	0	10	0	0
Ernesto Eilert	1	0	1	0	0	1	13	0	0
Mathias Gassen	1	0	0	0	0	0	5	0	0
Karl Wagner	1	0	0	0	0	0	6	0	0
Germano Schumann	1	0	1	0	0	1	16	0	0
Linha Stuttgart									
Ludwig Zügel	3	0	2	0	0	4	20	0	0
José João Elsing	1	0	1	0	0	1	10	0	0
Luiz Schüller	1	0	2	0	0	1	16	0	0
Jakob Bock	0	2	2	0	3	2	0	0	0
Peter Beyer	1	0	2	0	0	2	4	0	0
Wilhelm Trennepohl	2	0	1	0	0	1	15	0	0

garantia, o devedor dava em especial hipoteca a referida colônia sob n. 19, na linha Berlim. Herrmann Meyer acabou desistindo do embargo, permanecendo assim a executiva movida por João Francisco Machado por cobrança de honorários e custas. O imóvel foi penhorado, e por edital de praça em 8/6/1907, foi levado a pregão. Na ausência de interessados no edital de terceira praça, de 13/7/1907, por lei, o juiz converteu o pregão em leilão, e o maior lance oferecido foi de Rs. 630\$000, pelo advogado Gabriel Archanjo da Silva, procurador de Herrmann Meyer, e acabou arrematando a área. O imóvel era avaliado em Rs. 1:500\$000. Em 22/7/1907, deu-se a conclusão dos autos, e foi passada a carta de arrematação para a *Colonizadora* (Dr. João Francisco Machado, exequente; Carlos Brendli, executado. Cruz Alta, 20/3/1907. Execução. N. 985, Maço 31, E 62. Cruz Alta. Cartório do Civil e Crime – Executivas, APERS).

Wilhelm Schemmer	2	0	0	0	0	0	10	0	0
Edmundo Müller	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Linha Leipzig									
Gustav Streppel	0	1	1	0	0	1	7	0	0
Linha Rio Grande									
Adolfo Dhein	6	0	1	0	1	0	3	0	0
Karl Bock	2	0	2	0	0	1	0	0	0
Peter Bock	2	0	1	0	3	2	24	0	0
Linha Berlin									
Georg Birnecker	1	0	1	0	0	0	17	0	0
Christian Hettich	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adolf Kepler	1	0	0	0	0	0	12	0	0
Friedrih von Braun	0	0	0	0	0	0	6	0	0
Henrique Rehn	1	0	0	0	0	0	5	0	0
Carl Hasenritter	1	0	0	0	0	0	11	0	0
Louiz Faerber - Thiele	2	0	0	0	1	0	5	0	0
Wilhelm Rogge	1	0	2	0	2	0	1	0	0
Friedrich Retzlaff	3	0	0	0	0	1	20	0	2
Jorge Juiz Müller	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Georg Schramm	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Linha Italiana									
Heinrich Nickhorn	1	0	0	0	0	0	2	0	0
Ernst Gerlach	0	0	0	0	0	0	5	0	0
Anton Panzenhagen	2	5	2	0	1	2	40	0	0
Luiz Böhl	1	0	0	0	0	0	10	0	0
Hermann Schumacher	0	0	0	0	0	0	4	0	0
Germano Sörensen	1	0	1	0	0	0	10	0	0
Carl Becker	1	0	0	0	0	0	20	0	0
Gustavo Hegner	1	0	1	0	0	0	4	0	0
Luis Buss sênior	4	0	2	0	0	0	25	0	0
Carlos Buss júnior	0	0	1	0	0	2	5	0	0
Stadtplatz									
Karl Wagner	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (55 propriedades)	71	10	33	6	12	26	505	2	3

Quadro 10 – Criação e distribuição de animais por propriedade em Neu-Württemberg, 1903

Fonte: Tabela estatística dos animais em Neu-Württemberg, elaborada por Hermann Faulhaber, em julho de 1903. Livro Copiativo 10, Fl. 110-112, MAHP.

O número de animais por propriedade também é um indício do poder aquisitivo dos colonos. Com exceção de 13 propriedades, todos possuíam um cavalo ou mula, como meios de transporte e tração. Dentre os colonos, destacava-se Gustav August Schmidt, migrante da colônia São Lourenço, que se estabeleceu em Neu-Württemberg em 1899, no lote número 22 da linha Brasil, proprietário então de 5 cavalos, 2 vacas, 3 touros, 1 boi, 1 terneiro, 30 porcos e 1 ovelha, totalizando 43 animais. Também, Anton Panzenhagen, migrante da antiga região colonial, que se instalou na colônia em agosto de 1901, nos lotes número 6 e 9 da linha Italiana, com numerosa família, adquirindo, já em 1902, vários terrenos urbanos na sede da

colônia, onde fundou uma casa comercial.⁷⁵⁰ Segundo os dados, havia em sua propriedade 2 cavalos, 5 mulas, 2 vacas, 1 touro, 2 terneiros e 40 porcos, somando 51 animais. Considerando que os preços dos animais tenham se mantido relativamente próximos aos dados apresentados em 1906 (ver *Quadro 12*), é possível ter uma idéia da situação financeira desses dois colonos: ambos quitaram o valor integral de seu lote colonial até 1906; Schmidt pagou Rs. 200\$000 de entrada, do valor total de Rs. 800\$000, em animais, baseando o cálculo pelo preço mínimo, tinha um capital aproximado de Rs. 700\$000; já Panzenhagen pagou Rs. 400\$000 de entrada, do valor total de Rs. 2:000\$000, e contava com um capital aplicado em animais de aproximadamente Rs. 800\$000.

Em uma relação dos principais agricultores da colônia Neu-Württemberg, provavelmente utilizando como critério principal o seu desenvolvimento material, organizada por Hermann Faulhaber, em 1910, constavam: Augusto Schmidt; João Hepp; Carlos Blum; Luis Schmidt; João (?)össter; Augusto Balke; Jakob Bock; Alberto Keske; Frederico Schemmer; Guilherme Wendland; Frederico Brackmann; Henrique Sautter; Adolfo Neumann; Frederico Prante; Germano Prante; Christian Hettich; Gustavo Streppel; Pedro Bock.⁷⁵¹

Segundo os cálculos estatísticos apresentados em 1906, o plantel de animais da colônia era composto por: animais muares e cavalares, 242; gado vacum, 254; porcos, 1.208. Isso significa que em apenas 3 anos, o número de animais praticamente triplicou. A colônia contava ainda com 59 arados e 19 carroças (*Democrata*, 14/7/1907).

O preço corrente de um lote colonial em Neu-Württemberg em 1903 era Rs. 1:000\$000. Para pagar o seu lote com a venda de sua produção, o colono necessitaria produzir e vender 138 sacas de milho de 60kg, a Rs. 7\$200 a saca. Já em 1906, com o aumento da produção e a queda dos preços, necessitaria de 350 sacas de milho, a Rs. 3\$000 por saca. No caso de feijão, em 1903 seriam necessárias 200 sacas, a Rs. 5\$000 por saca; e, em 1906, 125 sacas, a Rs. 8\$000

⁷⁵⁰ Anton Panzenhagen e seus filhos trabalhavam também como carreteiros, no transporte de produtos para Cruz Alta e vice-versa. Em 1902, adquiriu no *Stadtplatz*, na quadra 4, os terrenos, 20, 22, 24, 1, 3 e 5; e na quadra 12, os terrenos 22, 23, 24 e 25, e no mesmo ano, ainda os terrenos 7 e 9 da quadra 4. Em 1905, comprou na quadra 12 os terrenos 26 e 27 (cf. contratos de compra e venda da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, Caixas 1-14, MAHP).

⁷⁵¹ Ofício. Neu-Württemberg, 19/12/1910. Hermann Faulhaber ao Major Antonio Pereira dos Santos, delegado de polícia de Cruz Alta. Livro Copiativo 8, Fl. 125-127, MAHP.

por saca (*Quadro 11 e 12*). Logo, a oferta de feijão não acompanhou na mesma proporção o crescimento da demanda, implicando na elevação de seu preço.

Comparando os preços praticados em 1903 e 1906, percebe-se o quanto oscilavam, dependentes da produção/oferta no mercado e demanda.⁷⁵²

	Preço para produtor	Preço para comercialização
Milho 20kg	2\$400 – 3\$500	3\$500
Feijão 60kg	5\$000	5\$500
Batatinha 50kg	4\$000	4\$500
Batata-doce 50kg	2\$500	3\$000
Amendoim 25kg	4\$000	4\$500
Arroz 1 saca	16-18\$000	15-10\$00
Lentilha 1saco 60kg	8 - 8\$500	8\$500 – 9\$500
Carne de gado 1kg		100 réis
Carne de porco 1kg		500 – 600 réis
Toucinho 1kg		800 réis
Banha 1kg		1\$000

Quadro 11 – Preço dos produtos em Cruz Alta, 1903

Fonte: Anexo de carta. Elsenau, 9/7/1903. Hermann Faulhaber a Alfred Bornmüller. Livro Copiativo 12, Fl. 65-68. MAHP.

Produto	Preço
Cavalo	30-50 Mil-réis
Mula	55-80 Mil-réis
Vaca de leite	60-80 Mil-réis
Boi	40-60 Mil-réis
Porcas	15-25 Mil-réis
Leitão	3-8 Mil-réis
Milho, 60 kg (1 saca)	3-4 Mil-réis
Feijão, 60 kg	8-10 Mil-réis
Carne de gado, 1kg	300 Réis
Carne de porco, 1kg	5-600 Réis
Banha, 1 kg	7-900 Réis
Manteiga, 1 kg	1,5-2 Mil-réis
Farinha de milho, 1 kg	100 réis
Farinha de centeio, 1 kg	300 réis
Farinha de trigo, argentina, 1 kg	400 réis
Farinha de trigo, nacional, 1 kg	250-300 réis
Mel, 1kg	500 réis
Tecido de algodão nacional, 1 m	0,700-2 Mil-réis
Tábuas para construção, 5 m comprimento, 1ª qualidade	16 Mil-réis
2ª qualidade	14 Mil-réis

Quadro 12 – Preço dos produtos na colônia Neu-Württemberg, 1906

Fonte: MEYER, 1906a: 32.

⁷⁵² Não foi possível localizar uma série de dados longa sobre o volume de produção e os preços dos produtos da colônia Neu-Württemberg ou Xingu. Logo, analisam-se dados fragmentados, como uma breve amostragem, obtendo assim uma dimensão aproximada da situação econômica dos colonos e da colônia em diferentes momentos.

Houve a preocupação, por parte da *Colonizadora*, em implementar uma agricultura de subsistência na colônia, mas, paralelo a esta, era necessário também investir em algum produto mais rentável e para o comércio, como por exemplo, o fumo, garantindo assim a entrada e circulação de capital. Em 1904, quando o agrônomo Dr. Martin, contratado para a *Estação Experimental*, chegou à colônia Neu-Württemberg, acompanhou a produção de tabaco junto a 21 colonos, que já estavam com a área pronta, obtendo bons resultados através de um cultivo racional. O tabaco era então a *pérola* da região colonial. Nas colônias Xingu e Neu-Württemberg, cultivava-se a variedade *Sumatra*, enquanto a variedade *Cuba* era testada.⁷⁵³ As primeiras negociações em busca de praças de comércio e preços competitivos para a comercialização do tabaco foram lideradas pela *Colonizadora*. Esse interesse pelo bem-estar social e econômico dos colonos fazia parte da política da empresa, garantindo, em contrapartida, o pagamento da dívida colonial e a permanência deles na colônia. Em março de 1904, Alfred Bornmüller enviou correspondência aos principais compradores de tabaco da capital, explicando que

os nossos colonos pretendem, por experiência, remeter para ali 30-40 fardos de fumo em folha (Virginia), produto daqui, pelo que estimariam receber as suas ofertas. Outrossim, rogamos o obséquio de informar-nos qual a qualidade, 1ª ou 2ª, escuro ou claro, que terá melhor saída e ficar-lhe-íamos reconhecidos si se dignassem enviar-nos semanalmente os preços do mercado.⁷⁵⁴

Correspondência semelhante e amostras de tabaco também foram remetidas para grandes empresas de cigarros da Alemanha, em 1906, solicitando

⁷⁵³ Nos últimos dias de fevereiro de 1900, o austríaco Wilhelm Althaller, residente em Santa Isabel, Rio de Janeiro, visitou a colônia Neu-Württemberg para uma avaliação das condições do solo e do clima, propondo-se a instalar uma estação experimental para a cultura do fumo *Sumatra* ou talvez *Herzegovina*. Na colônia, já havia pequenas plantações de fumo, das quais o interessado teria levado algumas amostras. Caso o empreendimento fosse concretizado, seria instalada uma fábrica de charutos. Madeira de cedro para a confecção das caixinhas para os charutos havia em abundância. Economicamente, seria um negócio interessante para a colônia, pois contribuiria para a sua valorização. Althaller tinha capital suficiente para dar início ao empreendimento, bem como o respaldo de alguns magnatas cariocas, esperando a autorização de Meyer para dar início ao projeto. Para esse empreendimento, pretendia comprar de dez a vinte colônias (Carta. Cruz Alta, 1º/3/1900. Carlos Dhein a Herrmann Meyer. Caixa 63, MAHP). Ou Meyer não autorizou tal empreendimento, ou o proprietário desistiu, visto que não foi instalado.

⁷⁵⁴ Correspondência enviada, em língua alemã e portuguesa, às seguintes firmas: Bromberg & Cº.; Fraeb, Nickle & Cº.; Hugo Gertum & Cº.; C. Dugge; F. G. Bier & Cº.; Carlos Brenner; Alscher & Cº.; Carlos Naschold & Cº.; Edm. Dreher & Cº.; Bastian & Cº.; Julius Issler; H. D. Meyer; Viúva Bernardo Wahrlich; Otto Niermeyer; Reis & Cezar; Horácio Carvalho & Cº.; Corrêa Leite & Cº.; Otero Gomes & Cº.; C. Torres & Cº. (Ofício. Neu-Württemberg, 2 e 3/3/1904. Alfred Bornmüller a diversas empresas. Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP).

uma avaliação do produto e as possibilidades reais de exportação. Em geral, essas empresas aprovaram a qualidade do produto, aconselhando, porém, a produção de tabaco da variedade *Sumatra*, cuja procura no mercado era maior. Contudo, as negociações não avançaram, porque não conseguiriam manter preços competitivos, em razão das despesas de transporte e demais taxas de exportação.

A liderança da *Colonizadora Meyer* nessas negociações foi delegada, logo em seguida, aos próprios colonos, organizados no *Bauernverein*, conforme Alfred Bornmüller:

aqui está tudo calmo, a colônia vai mudando lentamente. O que você [Horst Hoffmann] me diz do *Bauernverein*, que juntou o tabaco e agora consegue os mais elevados preços para o seu produto. Melhor que a marca *Santo Ângelo* e 3 mil a mais que a marca *Santa Cruz*. [De] Primeira amarelo a arroba Rs. 9.500, de Primeira Rs. 8.500; e de Segunda Rs. 6.370. Isso é bom e trará para todos os colonos um bom acúmulo de capital. E isso tudo sem [Gustav] Streppel, que como concorrente, quer exportar por conta. Melhor assim. Eu arrumei para a *Associação* uma prensa para tabaco, senão as coisas não iam engrenar.⁷⁵⁵

Assim, as plantações de fumo, como produto comercial, e de milho, como produto de subsistência, predominaram nas colônias Xingu e Neu-Württemberg nas duas primeiras décadas do século XX. Na avaliação de Minoly Gomes de Amorim, referente à safra de 1913, na colônia Neu-Württemberg,

podemos francamente dizer que o presente ano tem sido de abundância, de verdadeira fartura mesmo. Milho, feijão, fumo, arroz, tudo houve com uma abundância como há muitos anos não se conhecia. A fertilidade de nossas terras ficou claramente demonstrada. Uma vez que não se manifeste qualquer calamidade climática ou que não sejamos assolados por qualquer praga, o suor dos nossos agricultores faz brotar sempre do seio fecundo da terra a fartura, e com ela a riqueza e felicidade de inúmeros lares.

Milho temos grande quantidade, sendo, entretanto, seu preço atual de 3\$000, visto a grande procura que tem havido.

Fumo em folha foi o dobro da produção do ano anterior. Calculamos de 8 a 10 mil arrobas. Fumo em corda, dará para mais de 3 mil arrobas. Si os preços se conservarem animadores, como no ano passado, só o fumo dará mais de Rs. 100:000\$000 de capital, que entrará para nossa colônia.⁷⁵⁶

No início da década de 1910, a colônia passou a contar com um excedente de produção, destinado para a venda, transação esta intermediada pelos vendedores

⁷⁵⁵ Carta. Neu-Württemberg, 6/8/1904 – Alfred Bornmüller a Horst Hoffmann, Leipzig Pasta Transcrição de Cartas, Caixa 109, [Idem Livro Copiativo 3], MAHP. Na mesma correspondência, informou também que “há pouco tivemos uma grande visita: o Dr. Robert Jannasch e o Dr. Parobé, [...] que nos presenteou com 2.000 videiras, que já estão a caminho”.

⁷⁵⁶ Provavelmente a notícia foi publicada no jornal *Cruz Alta*, no ano de 1913, pois o recorte não apresenta maiores detalhes (Recorte de jornal de Minoly Gomes de Amorim, MAHP).

locais, abastecendo o mercado consumidor de Cruz Alta e o restante, para exportação para outros centros consumidores. Pelos dados coletados pela *Colonizadora Meyer*, em 1909/1910, apresentados no *Quadro 13*, operavam então na colônia Neu-Württemberg 6 casas comerciais, incluindo a cooperativa (*Genossenschaft*), sendo que destas, somente a de Jakob Buss não atuava no setor da exportação. Dentre os produtos exportados, estavam: milho, feijão, banha, fumo, couro e lenha, além dos *itens* diversos, onde se incluíam outros produtos agrícolas e manufaturados.

Em termos de movimentação de mercadorias, a casa comercial de *Anton Schütz* era a mais procurada pelos colonos, totalizando uma exportação de 487.500kg, concentrando especialmente a comercialização de banha, fumo e lenha. Em seguida, estava a *Cooperativa*, com destaque para compra de milho e feijão, enquanto a L. Bastos se sobressai na compra de lenha.

Interessante observar que o quadro contabilizou apenas o excedente produtivo comercializado, o que significa que 3.400 sacas de milho e 1.750 sacas de feijão, representavam possivelmente menos da metade do volume colhido naquele ano, valendo o mesmo para a produção de banha e a lenha. Já em relação ao fumo, as 3.800 arrobas ou 57.000kg, representavam a quase totalidade da produção. Esses dados sinalizam também para o aumento do rebanho bovino na colônia entre 1903 e 1909/1910, visto que em apenas um ano foram abatidos 810 animais, cujo couro foi comercializado. Igualmente, a produção de banha já era considerável, com 2.100 latas ou 37.800kg, aumentando progressivamente nos anos seguintes.

Casa Comercial	Milho		Feijão		Banha		Fumo		Couro		Lenha	Diversos	Peso total
	Sacas	Kg	Sacas	Kg	Lata	Kg	Arroba	Kg	Unid.	Kg	Kg	Kg	Kg
Gustav Streppel	300	18.000	100	6.000	200	3.600	1.200	18.000	50	750	—	—	46.350
Anton Schütz	1.000	60.000	500	30.000	1.000	18.000	1.000	15.000	100	1.500	360.000	3.000	487.500
<i>Genossenschaft</i>	1.200	72.000	600	36.000	600	10.800	600	9.000	60	900	70.000	3.000	201.700
J. Ant. Pereira	400	24.000	100	6.000	—	—	700	10.500	300	4.000	4.000	—	48.500
L. Bastos	500	30.000	450	27.000	300	5.400	300	4.500	300	4.000	343.500	—	414.400
Jakob Buss	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	3.400	204.000	1.750	105.000	2.100	37.800	3.800	57.000	810	11.150	777.500	6.000	1.198.450

Quadro 13 – Exportação na colônia Neu-Württemberg de 1/8/1909 a 31/7/1910

Fonte: Relatório. Hermann Faulhaber ao Consulado da Alemanha, Porto Alegre. Livro Copiativo 8, Fl. 118, MAHP.

No total, a exportação da colônia somou 1.198.450kg, enquanto a importação, no mesmo período e pelas mesmas casas comerciais, foi de apenas 271.200kg, somando Rs. 212:400\$000 – incluindo as duas ferrarias, e excluindo a casa comercial de J. Ant. Pereira, conforme *Quadro 14*.

Casa Comercial	Valor em Rs.	Peso em kg
Gustav Streppel	10:000\$000	22.000
Anton Schütz	50:000\$000	59.200
<i>Genossenschaft</i>	42:600\$000	55.000
L. Bastos	40:000\$000	75.000
Jakob Buss	1:300\$000	3.000
Paul Beckert (ferraria)	2:500\$000	5.000
Adolf Kepler (ferraria)	6:000\$000	10.000
Total	212:400\$000	271.200

Quadro 14 – Importação na colônia Neu-Württemberg de 1/8/1909 a 31/7/1910
 Fonte: Relatório. Hermann Faulhaber ao Consulado da Alemanha, em Porto Alegre. Livro Copiativo 8, Fl. 117, MAHP.

Como maiores importadores, então, destacavam-se Anton Schütz, *Genossenschaft*, e L. Bastos. Indício, em primeiro lugar, do baixo nível de consumo dos colonos e, em segundo lugar, da variedade produtiva interna, capaz de suprir a demanda.

Na aquisição de mercadorias fora da colônia, a *Colonizadora Meyer* e, posteriormente, os comerciantes da colônia, em geral, negociavam com as grandes casas comerciais e importadoras de Porto Alegre, como a *Bromberg e Cia.* ou a *Fraeb, Nickele e Cia.*, a qual possuía uma agência em Santa Maria. Justificavam tal prática pelas próprias características do comércio da sede de Cruz Alta: pequeno porte, pouca variedade de produtos e serviços, e preços muito elevados. Uma outra hipótese é pensar em uma rede de comércio étnica, dando preferência às casas comerciais de seus patrícios, em detrimento às casas de comércio luso-brasileiras, predominantes na sede do município.

O aumento da produção de fumo acarretou problemas relativos ao transporte. Dada a gravidade da situação, em 1924 o Intendente Firmino de Paula Filho, interveio junto ao diretor da Viação Férrea, Ildefonso Pinto, em favor dos

colonos de Neu-Württemberg, reclamando, por telegrama, publicado na imprensa local:

Comerciantes exportadores [da] colônia Neu-Württemberg, por meu intermédio, solicitam a V. Sa. vagões [para] carregarem grande quantidade [de] fumo [que] tem depositado [na] estação Belizário e armazéns próprios ali. Alegam estar [o] armazém [da] estação cheio daquele produto, correndo risco [de] quaisquer acidentes, tendo esses comerciantes também grande estoque [de] fumo [em] seus armazéns [na] colônia que não transportam [para a] estação Belizário por falta [de] espaço ali (*O Commercio*, 23/8/1924, n. 543, ano VI, p. 2).

A *Associação Comercial de Cruz Alta* também interveio na questão, solicitando mais vagões, alegando tratar-se “de riqueza particular e pública”. Acrescentou que “os exportadores de fumo em folha tem abarrotado os galpões da estação da viação férrea estação Belizário, onde existiam cerca de 400 toneladas, estando outra quantidade ainda nos armazéns da colônia” (*O Commercio*, 23/8/1924, n. 543, ano VI, p. 2). Em janeiro de 1925, o novo intendente de Cruz Alta, José Vasconcelos Pinto, recorreu mais uma vez ao chefe de tráfego ferroviário, Frederico Dahne, solicitando “dez carros fechados para fumo na Estação Belizário, fim dar escoamento produção ano passado”, e para Cruz Alta, “carros para madeira, alfafa e cereais”. Justificava que assim o governo auxiliaria os produtores e, com isso, diretamente a Intendência, que precisava de rendas e a obtinha no recebimento do imposto de exportação.⁷⁵⁷

Denota-se através dos dados expostos e dos relatórios da *Colonizadora Meyer* que o auge da produção e comercialização de produtos agrícolas com algum ganho ocorreu entre 1910 e 1925. Na seqüência, em razão das conturbações políticas, uma profunda crise econômica abateu-se sobre a região, com a queda dos preços dos produtos agrícolas, reduzindo o poder de compra dos colonos. Analisando o quadro econômico da colônia em 1928, Eduard Hempe assinalou que a crise financeira estava cada vez mais profunda. “Os nossos colonos, depois da má colheita de tabaco do ano passado, agora produzem principalmente banha, e ganham pela arroba nos últimos meses só 21-25 mil-réis, muito baixo se comparado aos preços dos fretes, por isso, só em Neu-Württemberg estão paradas milhares de

⁷⁵⁷ Telegrama. Cruz Alta, 16/1/1925. José Vasconcelos Pinto, Intendente, ao Dr. Dahne, chefe do Tráfego. Cartas 1921 a 1928, 003AHM 301, MAHMCA.

latas de banha”.⁷⁵⁸ Com a criação do Sindicato da Banha, em 1929, esse mercado viu-se mais prejudicado ainda. Pretendia-se a fundação de uma *Cooperativa da Banha* na colônia, em 1930 (*O Cruzaltense*, 6/7/1930), concorrendo assim com o *Sindicato da Banha* (*O Commercio*, 2/8/1929, n. 1.755, ano XI, p. 4).

Para contornar a crise, sugeria-se a diversificação da produção, e o incremento do cultivo do fumo. “Na colônia Neu-Württemberg semeava-se fumo de qualidade e com sementes selecionadas. Na última safra, foram colhidas 8.000 arrobas de fumo, mas para a próxima estimava-se uma colheita de 30.000 arrobas” (*O Commercio*, 19/7/1929, n. 1743, ano XI, p. 4).

A década de 1920 também acompanhou a modernização da agricultura, com a introdução das primeiras máquinas agrícolas e caminhões. Em 1924, os agricultores E. Striebel e Ludwig Lindner adquiriram do agente da companhia *Sulford*, Leopoldo Hepp, um trator *Fordson*, a fim de cultivar trigo, na linha Caxambu. O trator também iria conduzir cargas para Cruz Alta. Para popularizar o uso do trator e apresentá-lo, a população da colônia foi convidada para acompanhar os testes e demonstrações realizadas na propriedade em questão (*O Commercio*, 24/7/1924, n. 530, ano V, p. 2).

Colonos e imigrantes que se dirigiram para a colônia Neu-Württemberg já estavam familiarizados, na sua maioria, com o sistema do cooperativismo, cientes da necessidade de se organizarem em defesa de seus interesses comuns e para a comercialização da produção. Em seu relatório a Herrmann Meyer de 10 de março de 1903, o pastor Hermann Faulhaber registrou:

no domingo, 1º de março, após o culto, no prédio da escola, realizou-se uma assembléia com a finalidade de fundar um *Bauernverein*.⁷⁵⁹ Acontece o

⁷⁵⁸ Carta. Neu-Württemberg, 12/6/1928. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

⁷⁵⁹ O *Bauernverein* – Associação dos Agricultores – foi fundado no *II Katholikentag* (2º Congresso Católico) realizado em Feliz (RS), em 1900, e seus objetivos direcionavam-se principalmente aos problemas econômicos e técnicos dos agricultores. Uma das principais idéias defendidas pela associação era o cooperativismo. Seu idealizador foi o padre jesuíta Theodor Amstad. Pelos seus estatutos, essa associação foi pensada como uma organização interétnica e interconfessional. As pretensões, portanto, não se limitavam à solução dos problemas dos teuto-brasileiros católicos apenas. Tratava-se de um projeto de promoção humana que não deveria excluir nenhuma das vertentes étnicas ou religiosas presentes no estado. O *Bauernverein* fundou a colônia Serro Azul (Cerro Largo), em 1902. Já em 1912, na assembléia dos católicos em Venâncio Aires, houve uma divisão, e foi fundada a *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* (Sociedade União Popular para os Católicos Alemães do Rio Grande do Sul), também idealizada pelo padre Theodor Amstad SJ., logo, de caráter confessional, enquanto os protestantes continuaram com o

seguinte: meus propósitos de sugerir a criação de tal organização coincidiram com um movimento já existente, representado principalmente por Wilhelm Rogge, Paul Baumgart, Gustav Hegner, Anton Panzenhagen e Johann Adam Heinrich.⁷⁶⁰

Isso significa que os colonos já estavam se organizando para tal fim, mesmo antes da intervenção do pastor Faulhaber, ou seja, não foi obra isolada dele a idéia de formar um *Bauernverein* [Associação de Agricultores] e, posteriormente, uma cooperativa propriamente dita, ao contrário do que geralmente se afirma.⁷⁶¹ Faulhaber desempenhou papel de destaque na elaboração dos estatutos do *Bauernverein*, mas a direção da entidade ficou a cargo dos próprios colonos. Nessa primeira reunião, ficou estipulada uma mensalidade de 100 réis e uma jôia de 1.000 réis. Já em 15 de março de 1903, houve uma segunda assembléia, constituindo oficialmente o *Bauernverein*, com 35 sócios, elegendo a primeira diretoria e uma comissão para a elaboração dos estatutos.⁷⁶² A entidade deveria preocupar-se com as questões dos agricultores, desempenhar uma função cooperativista dos interesses dos colonos, e filiar o núcleo de Neu-Württemberg à *Associação Rio-Grandense de Agricultores, o Riograndenser Bauernverein*.

Bauernverein, sob a designação de *Liga Colonial* (cf. RAMBO, 1992; SCHALLENBERGER, 2001). A *Volksverein* tinha como um de seus líderes o secretário itinerante padre Johannes Rick, SJ., e sua preocupação central era o associativismo alemão, isto é, promover os interesses materiais, espirituais e religiosos. Em 1924, possuía 12 caixas de poupança e empréstimo e o asilo para órfãos e idosos em São Sebastião do Caí. Ainda, dividia-se então em 26 associações distritais com 109 seções, espalhadas por todo o estado (cf. *Cem anos de germanidade*, 1999: 337-338). A colônia Porto Novo (hoje municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis), em Santa Catarina, foi fundada em 1926 pela *Volksverein* (cf. MIDDELDORF, 1932; ZILLES, 1992; WERLE, 2001).

⁷⁶⁰ LEITZKE, Eugen. *Cooperativismo em Neu-Württemberg*. (datilografado). Pasta Cooperativismo, Caixa 73, MAHP.

⁷⁶¹ Em Panambi, a maioria dos pesquisadores e escritos sobre o cooperativismo associam-no diretamente à pessoa de Hermann Faulhaber. Dentre eles, Erich Fausel, Eugen Leitzke, Ivo Beuter, Bruno Wehrmann – o qual confunde a *Associação de Agricultores* e a *Cooperativa* –, e vários outros artigos de imprensa e estudos acadêmicos, que se valeram dessas fontes. Também em 1931 oficializou-se a criação na colônia Neu-Württemberg da *Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada Caixa Rural de Neu-Württemberg*, que era regida através do sistema *Raiffeisen* (cf. FRANTZ, 2006).

⁷⁶² A primeira diretoria ficou assim constituída: Wilhelm Rogge – presidente; Karl Buss – vice-presidente; August Panzenhagen – tesoureiro; Heinrich Panzenhagen – secretário. Para a comissão dos estatutos, além da diretoria, foram eleitos: Wilhelm Trennepohl, Johann Nikolaus Heinrich, Johann Adam Heinrich e Paul Baumgart. Foram registrados os seguintes associados: Pastor Faulhaber; August Panzenhagen, Adolf Kepler, August Steinhorst, Karl Hasenritter, Karl Buss Sen., Karl Knorr, Karl Heinrich, Thomas Schaffazick, Ernst Gerlach, Georg Biernecker, Hermann Sörensen, Gustav Hegner, Friedrich Rehn, Joseph Doeth, Friedrich Zügel, Peter Stenner, Fritz Retzlaff, Wilhelm Rogge, Johann Adam Heinrich, Paul Baumgart, Richard Nickhorn, Samuel Uhr, Karl Buss Jr., Hermann Schumann, Wilhelm Trennepohl, Fritz Trennepohl, Wilhelm Restel, Jacob Bock, Georg Schramm, Dietrich Bornhold, mais quatro nomes ilegíveis (LEITZKE, Eugen. *Cooperativismo em Neu-Württemberg*. (datilografado). Pasta Cooperativismo, Caixa 73, MAHP).

A fundação dessa associação e os seus princípios foram bem vistos por Herrmann Meyer, pois contribuiria para o desenvolvimento da colônia. Para auxiliar na sua estruturação, doou à mesma, em junho de 1903, a quantia de Rs. 250\$00, além de pagar uma anuidade de Rs. 50\$000. Porém, Meyer questionava Horst Hoffmann se Baumgart e Hegner eram realmente “as pessoas certas para assumir tal função”. Como precaução, deveria “observar o desenvolvimento da entidade e, caso notasse que ambos estavam dando outra tendência à entidade, ou os demais membros estivessem descontentes, para então intervir, e passar a administração para outra pessoa”.⁷⁶³ Embora se tratasse de duas instâncias diferentes, cabia à *Colonizadora Meyer* solucionar eventuais problemas e manter a ordem na colônia.

Um ano depois, já se esboçava uma dissidência dentro do *Bauernverein*, que, segundo o relatório de Hermann Faulhaber, era perceptível há mais tempo. Formaram-se dois grupos: o primeiro, composto pelos *velhos colonos*, que não demonstravam muito interesse pela entidade, participavam pouco das reuniões e quase não se manifestavam, e eram vistos como mais *reservados*; o segundo grupo era integrado pelos *Deutschländer ou imigrantes da Europa* e aqueles provenientes de cidades brasileiras maiores, que participavam de todas as reuniões, se manifestavam e tinham idéias de *cooperativismo* em vista, descritos como mais *progressistas*. Gradualmente, esse segundo grupo assumiu a liderança, fazendo com que prevalecessem as suas aspirações. Em 11 de setembro de 1904, o grupo da situação, composto por Rogge, Restel, Hegner e Baumgart, foi derrotado na eleição da nova direção, recebendo apenas um terço dos votos. Dos 60 agricultores então membros da entidade, apenas 2/3 estavam presentes, predominando o grupo da oposição. Assim foi fundada a *Produktions-und Bezugsgenossenschaft [Cooperativa de Produção e Compras da Associação de Agricultores de Neu-Württemberg]*, subordinada ao *Bauernverein* e aceitando apenas os sócios deste. Como comissão administrativa foram eleitos: presidente: Gustav Streppel, comerciante; vice-presidente: Wilhelm Trennepohl; tesoureiro: Augusto Panzenhagen, comerciante; secretário: Heinrich Panzenhagen, comerciante; como conselho fiscal: Friedrich Koch, comerciante; Jacob Bock. É evidente que no grupo dos *Deutschländer* havia alguns colonos, e no dos colonos, alguns imigrantes, como

⁷⁶³ Carta. Leipzig, 16/5/1903. Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Eisenau, colônia Neu-Württemberg. Pasta Carta Herrmann Meyer a Hermann Faulhaber, Caixa 42, MAHP.

von Braun. Mas, de modo geral, a divisão era clara, como também ficava evidente que as idéias de cooperativismo predominavam entre os imigrantes, que acabaram fundando a cooperativa, a qual tinha como objetivo principal comprar os produtos dos colonos, no caso o tabaco, e vender-lhes os produtos necessários para o seu consumo.⁷⁶⁴ Construíram um armazém nas terras da *Estação Experimental*, inaugurado em 27 de maio de 1905, destinado ao armazenamento do tabaco – para a realização dessa obra, a *Colonizadora Meyer* concedeu um empréstimo. Com o aumento da produção e do consumo, esse prédio, muito afastado, foi demolido e transferido mais para o centro da colônia, onde foi inaugurado em 28 de março de 1907 (*Figura 44*). A imponência da construção, por si só, representava o poder econômico e a importância dessa entidade na e para a colônia.



Figura 44 – Prédio da *Genossenschaft* ou *Cooperativa de Produção e Compras de Neu-Württemberg*, s./d. [1907].
Fonte: Acervo, MAHP

Gradualmente, a *Genossenschaft* transformou-se no maior centro comercial local, onde os colonos entregavam os seus produtos e adquiriam o que necessitavam. Manteve, por certo período, uma filial na linha *Hindenburg* e em Neu-Württemberg-Palmeira. No seu auge, contou com 200 sócios. Em 1925-26, sofreu com uma crise financeira profunda, quando a administração do negócio passou ao

⁷⁶⁴ Relatório de Hermann Faulhaber. Eisenau, 6/10/1904. Livro Copiativo n. 11, Fl. 251-252, MAHP.

comerciante J. Schulien, recuperando-se aos poucos.⁷⁶⁵ Mas posteriormente, acometida por novas dificuldades financeiras, encerrou as suas atividades, em 1929. Já o *Bauernverein*, perdendo cada vez mais terreno para a *Cooperativa*, viu a sua representatividade diminuída, optando pela sua dissolução, em 1909, doando os seus bens para a *Sociedade Escolar* de Neu-Württemberg (cf. FAUSEL, 1949).

Dependentes, por um lado, das oscilações dos preços de sua produção no mercado; e de outro, das condições climáticas, pois qualquer anormalidade, como seca, chuvas em excesso, granizo ou geada, ou os ataques de pragas, como a formiga saúva, e de gafanhotos – especialmente no ano de 1907 – poderiam resultar em frustrações de safra, os colonos viam-se sempre à mercê de dificuldades econômicas, desencadeando uma crise interna na colônia. A situação material e cultural dos colonos e da colônia como um todo, contribuía para atrair novos compradores de terras, entre eles, os imigrantes, desviando-os de sua trajetória inicial. Foi o que ocorreu com muitos imigrantes que seguiam para a colônia Porto Feliz, na década de 1920, mas acabaram por se estabelecer em Neu-Württemberg, atraídos pelo estágio de adiantamento da colônia e as possibilidades de ali progredir, seguindo o exemplo dos colonos já instalados (*O Commercio*, 7/6/1924, n. 510, ano V, p. 2).

A produção colonial modificou a ordem de importância da atividade pecuária e a extração da erva-mate em termos totais na arrecadação do município de Cruz Alta. Gradualmente, a arrecadação nos núcleos coloniais pesou mais para os cofres municipais do que as áreas de campo. Em 1907-1908, a colônia Ijuí, então 5º distrito, obteve a maior arrecadação de impostos (*Cruz Alta*, 19/11/1908, capa, p. 2; cont. 24/11/1908, p. 2; 28/11/1908, capa). Com a emancipação de Ijuí em 1912, a colônia Neu-Württemberg assumiu esse lugar. Conforme o quadro comparativo organizado pela Intendência Municipal, com dados de 1923 a 1927 (*Quadro 15*), a arrecadação de Neu-Württemberg, 8º distrito, foi a mais elevada, praticamente triplicando no período, caso no último trimestre de 1927 mantivesse a mesma média dos meses anteriores.

⁷⁶⁵ Relatório. Neu-Württemberg, 25/4/1927. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 – Cartas – Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

Distritos	1923	1924	1925	1926	1927 (jan./set.)
Tesouraria(1°)	142:638\$300	147:137\$300	241:622\$800	250:193\$300	259:295\$800
Fiscais (1°)	52:633\$000	59:144\$200	123:592\$500	89:793\$700	77:142\$900
1° Cidade	19:138\$100	33:495\$700	47:563\$200	52:342\$800	53:170\$400
2° Tupanciretã	18:115\$700	21:989\$500	40:048\$100	46:792\$860	44:910\$600
3° Vallos	12:318\$100	12:188\$100	19:514\$400	27:431\$400	23:094\$600
4° Santa Bárbara	12:406\$000	18:363\$100	26:446\$700	35:277\$400	32:884\$400
5° Três Capões	11:463\$100	24:401\$200	28:871\$300	21:918\$000	21:957\$600
6° Cadeado	5:310\$100	4:604\$400	6:014\$000	9:670\$400	9:999\$700
7° Gen. Osório	26:594\$700	46:598\$600	46:329\$000	56:293\$800	48:979\$100
8° Neu-Württemberg	34:485\$300	27:529\$900	48:130\$000	80:202\$100	74:423\$600
9° Rio Branco	11:868\$800	14:881\$200	17:464\$100	22:293\$600	21:465\$600
10° 15 de Novembro	-----	-----	-----	11:950\$100	26:286\$700
TOTAL	346:971\$200	410:333\$200	645:596\$100	704:159\$460	693:611\$000

Quadro 15 – Comparativo da arrecadação do município de Cruz Alta por distrito, 1923-1927,
Fonte: Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. José de Vasconcelos Pinto, 1927: 49.

No primeiro trimestre de 1928, “a importante colônia Neu-Württemberg contribuiu com Rs. 52:041\$000 aos cofres do município, elevando-se a sua despesa a Rs. 18:826\$000” (*O Commercio*, 6/5/1928, ano IX, p. 2). Já em 1941, a arrecadação anual chegou a Rs. 137:969\$400. Com esse índice de crescimento, acabou se tornando no centro econômico mais dinâmico e progressista do município de Cruz Alta.

Portanto, na colônia Neu-Württemberg, a produção agrícola supria a demanda do próprio núcleo colonial, fornecendo ainda um excedente produtivo, comercializado nas casas de comércio locais e destinado para a exportação. Logo, uma economia de subsistência associada a uma economia de mercado, representada pela produção de fumo e, depois, da banha, garantindo a entrada de capital na propriedade rural. Com isso, o colono passou a contar com poder aquisitivo suficiente para adquirir bens duráveis, além do fato da colônia, como um todo, oferecer uma estrutura capaz de suportar uma variedade maior de produtos e serviços, permitindo assim o estabelecimento de pequenas oficinas e indústrias, vinculadas ao setor agrário e destinadas a processar essa produção. Em parte, essa opção foi uma saída diante dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas e o

contexto de crise do final da década de 1920. A solução para o impasse na agricultura viria somente no final da década de 1940, com o incremento da lavoura de trigo, e na década de 50, com a introdução da cultura da soja (cf. BRUM, 1985).

4.3.1 Industrialização e urbanização

Na virada para o século XX, vivia-se no Brasil um processo de modernização, com o avanço da industrialização, a ampliação da malha ferroviária e as reformas urbanas, semelhante ao vivido no decorrer do século XIX na Europa, ponto de origem dos imigrantes. Porém, o moderno do século findo já não era mais o moderno do século seguinte.⁷⁶⁶

Com a evolução das pequenas oficinas para a estrutura de fábrica, o saber-fazer foi cada vez mais transferido para as máquinas, ou seja, “ainda subsiste um ‘saber’, mas sem o seu aparelho técnico (transformado em máquinas) ou cujas maneiras de fazer não têm legitimidade aos olhos de uma racionalidade produtivista” (CERTEAU, 2007: 141). Essa passagem da oficina para a indústria moderna foi uma das responsáveis pela emigração europeia, e deu-se quase um século depois na zona de colonização, atingindo a colônia Neu-Württemberg, então já município de Panambi, nas décadas de 1960-70.

Fato é que no grande município de Cruz Alta, a colônia Neu-Württemberg destacou-se, desde a sua fundação, como o núcleo colonial independente e progressista. A produção agrícola consistia em sua base econômica. Em paralelo, estava o setor industrial, sob a forma de pequenas oficinas artesanais ou fábricas, que processava a produção agrícola, bem como fabricava os instrumentos de

⁷⁶⁶ Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986: 15).

trabalho para a lavoura e demais utensílios necessários. Atendia tanto à demanda local, quanto à demanda externa.

Neu-Württemberg era vista e representada como um *lugar de trabalho*, onde vivia uma população *laboriosa e ordeira*. Por essa razão, “nesta vila não existem nem vagabundos nem mendigos. As diversas oficinas e fábricas que se desenvolvem se encarregam da assistência social, por isso que não falta trabalho para quem pretenda” (*O Commercio*, 12/9/1929, n. 1789, ano XII, p. 3). Associava-se a oferta de trabalho ao avanço industrial. Rapidamente, a colônia transformou-se no centro econômico mais importante do município, suplantando a sede Cruz Alta – “PINDORAMA [Neu-Württemberg] – uma colméia de trabalho intenso. Dentro de poucos anos de vida transformou-se de simples colônia num dos mais importantes distritos da nossa comuna” (*Diário Serrano*, 19/4/1942, capa, edição especial). Nas entrelinhas, criticavam o relativo atraso industrial da sede do município e a redução de sua arrecadação, que continuava baseada na pecuária e comércio, e apresentavam a colônia Neu-Württemberg como o modelo do que Cruz Alta poderia vir a ser caso diversificasse a sua produção e investisse mais em industrialização e na modernização da produção pecuária.

A presença de imigrantes alemães e seus descendentes nas sedes urbanas das colônias e em cidades maiores, como Porto Alegre, já era notável na segunda metade do século XIX.⁷⁶⁷ Magda Gans (2004), ao mapear os espaços ocupados por essa população na capital, sua origem, seus nomes e os seus estabelecimentos industriais e comerciais, concluiu que a sua representatividade econômica para a capital era bem maior do que se imaginava até então e era afirmado pela historiografia; ainda, que muitos obtiveram uma ascensão econômica considerável.⁷⁶⁸

⁷⁶⁷ Segundo Sánchez-Albornoz (1991), após conquistar a sua independência, a maioria dos estados latino-americanos retirou as restrições coloniais à entrada de estrangeiros e abriram suas portas à entrada de imigrantes europeus em particular. As cidade mais que o campo atraíram os imigrantes, onde exerciam o seu ofício, o comércio e profissões liberais, enquanto os nacionais tendiam a trabalhar na administração pública e em atividades não especializadas. A concentração de estrangeiros nas cidades de Buenos Aires e Montevideu também era elevada no século XIX.

⁷⁶⁸ Na cidade de Pelotas, no sul do estado, segundo o estudo de Marcos Hallal dos Anjos (1996), o estrangeiro tornou-se hegemônico no ramo comercial, e já na segunda metade do século XIX 70% das firmas comerciais da cidade eram compostas por estrangeiros (italianos, portugueses, franceses, alemães, espanhóis), visto que as terras já estavam divididas.

Alexandre Fortes (2001), por sua vez, analisou as relações interétnicas estabelecidas entre os imigrantes/descendentes alemães e com o *outro* no mundo do trabalho, em particular nas empresas *Renner* e *Meyer*, pertencentes a descendentes alemães do *Quarto Distrito* de Porto Alegre. Ambos os proprietários definiam seus empreendimentos como indústria nacional, mas, no seu interior, reproduziam a segmentação étnica existente na cidade e, ao menos até a II Guerra Mundial, influenciavam na política de contratação dos trabalhadores, sua relação com as chefias, assim como sua distribuição por setores. Do lado dos trabalhadores, cada nova leva de imigrantes necessitava constituir o seu espaço social e cultural num universo estruturado não apenas pelas relações de classe e pelas características da nação de destino, mas também por esta hegemonia local que associava germanidade a *status* e poder. A realidade encontrada por Fortes nessas duas empresas em Porto Alegre, se aplicava também nas oficinas e depois indústrias de Neu-Württemberg/Panambi, pelo menos até a década de 1990. Talvez era percebido como natural, porque a quase totalidade dos trabalhadores eram de ascendência alemã. Isso contribuiu, porém, para perpetuar essa estrutura por mais tempo, pois um dos quesitos para ser admitido nas empresas e no comércio em geral era dominar a língua alemã.

Silvia Cristina Lambert Siriani (2003), ao investigar o cotidiano dos imigrantes alemães no século XIX, encontrou um significativo número deles inseridos na atividade comercial e industrial, reafirmando que esse grupo de imigrantes também se instalou nas grandes cidades, como São Paulo, onde eram/tornaram-se urbanos ainda naquele século, conquistando prestígio e poder econômico, e não apenas assalariados nas fazendas de café ou camponeses. Em São Paulo, os alemães não formaram verdadeiramente um núcleo, mas viveram misturados à população local. Essa ascensão econômica foi anotada por Herrmann Meyer (1899), por ocasião de sua passagem pela capital paulista, quando reencontrou vários conhecidos seus, o que foi um dos motivadores para que levasse adiante o seu projeto de um investimento no Rio Grande do Sul.

Imigrantes alemães urbanos, industrialistas e comerciantes, encontrados de forma efetiva nas grandes cidades já no século XIX, tornaram-se efetivamente presentes, delimitando o seu espaço, na nova zona de colonização rio-grandense no início do século XX, especialmente nas colônias privadas, onde a seleção dos

imigrantes não passou necessariamente pela origem camponesa, mas sim, pela questão financeira. Na colônia Neu-Württemberg, a delimitação de uma sede urbana permitiu aos imigrantes e colonos nacionais fixarem-se nesse espaço, oferecendo-lhes a possibilidade de permanecerem ou tornarem-se urbanos. Com isso, o morador urbano viu-se obrigado a exercer o seu ofício para obter algum ganho, estabelecendo uma pequena oficina ou fábrica, ou empregar-se como mão-de-obra assalariada, junto a um outro cidadão. Outros se dedicaram ao comércio, preferencialmente, comerciantes das colônias velhas.

A colônia Neu-Württemberg registrou um alto índice de crescimento econômico e demográfico nas décadas de 1910 e 1920, em virtude da aceleração da venda de terras e, conseqüentemente, a entrada de um considerável contingente populacional. Inclusive, a chegada de um considerável contingente de imigrantes alemães, em sua maioria suabos (*Schwaben*) desiludidos com as condições de vida e de trabalho de seu país no contexto pós-guerra, provenientes de áreas urbanas e sabedores de algum ofício, se não foram os responsáveis diretos pelo incremento da industrialização, pelo menos contribuíram para ativar ou reativar esse processo, apresentando-se como mão-de-obra qualificada, permitindo que se desenvolvesse um conjunto de pequenas fábricas com tecnologias e maquinários modernos, importados geralmente da Alemanha. Embora se tratasse de profissionais de ofício e operários, uma significativa parcela tinha como objetivo primeiro tornar-se proprietário de terras e agricultor, e, assim, adquirirem um lote colonial. Sua vida de agricultor, na maior parte dos casos, foi transitória e frustrante, ou ficou a cargo da mulher e dos filhos menores, enquanto o homem desempenhava o seu ofício, e na primeira ocasião, transferiam residência para a sede urbana ou uma chácara nas imediações. Esse movimento de vai e vem pode ser acompanhado, por exemplo, na trajetória de Adolfo Kepler, ferreiro; Carl Knorr, marceneiro; Joseph Hesselmann, construtor de barcos; Georg Malchow, fotógrafo, além de outros. Todos eles chegaram a adquirir um lote colonial, mas, paralelamente, desempenhavam o seu ofício, o qual, gradativamente, se sobrepôs à atividade agrícola, fazendo com que abandonassem o lote, deslocando-se para a sede da colônia. Nesses casos citados, nota-se ainda uma migração para outras atividades.

Evidente que esses imigrantes foram privilegiados pelo estágio de desenvolvimento da colônia e dos colonos no início da década de 1920, quando já

era possível *ser e permanecer* um trabalhador urbano. Os dados estatísticos reunidos pela *Colonizadora Meyer*, apontam nesse sentido. Informando sobre a produção e profissões da colônia referentes a 1906, também publicados na imprensa, havia então 710 habitantes distribuídos em 131 casas – média de 5,41 pessoas por casa. A população podia vender e adquirir os produtos de primeira necessidade em cinco casas comerciais. Estava “sendo esperado e deve chegar dentro de poucos dias a esta colônia, diretamente da Europa, um motor a vapor, para ser estabelecido um moinho e serraria que venha condizer com o progresso desta terra” (*Democrata*, 14/7/1907).

As atividades de ofício e as fábricas estavam diretamente vinculadas às necessidades imediatas de instalação na colônia, em uma área florestal. Pelos dados reunidos no *Quadro 16*, serrarias, marcenarias e carpintarias, explorando como matéria-prima a madeira, predominavam, tanto pela abundância de matéria-prima quanto pela demanda por tábuas para as construções e móveis.

O número de olarias também era crescente, permitindo a edificação das primeiras casas de alvenaria. O moinho era o ponto central da colônia, multiplicando-se rapidamente nas linhas coloniais, conforme o aumento das colheitas e do consumo de farinha. A presença de ferreiros permitiu a fabricação dos instrumentos de trabalho na própria colônia, como arados e carroças, em associação com os demais profissionais.

Além dos estabelecimentos listados no quadro, em 1925 havia em Neu-Württemberg um total de 22 casas comerciais, das quais 10 localizavam-se no *Stadtplatz*, 1 fábrica de café, 1 fábrica de licor. Contabilizou também 3 construtores de galpões, 3 médicos, 4 dentistas em nível técnico, 4 agentes bancários,⁷⁶⁹ 4 agentes de carros – indício de que essa população colonial possuía capital suficiente para adquirir um carro ou caminhão, e que esse *ícone da modernidade* estava bem presente em seu cotidiano, o que implicava também na construção e manutenção das estradas a ponto de permitir a sua circulação.

⁷⁶⁹ Em 1918, foi criada uma agência do *Banco Pelotense* em Neu-Württemberg, ficando a mesma a cargo de Minoly Gomes de Amorim (*O Progresso*, 7/7/1917).

Estabelecimentos	1906	1910 ⁷⁷⁰	1914	1925
Ferreiro	2	3	5	9
Funileiro	1	1	1	5
Alfaiate	1	1	4	6
Pedreiro	4	0	2	–
Fabricante de Carroça	–	2	2	–
Marceneiro e carpinteiro	5	7	10	7
Serraria	–	2	5	10
Moinho	1	2	5	6
Fábrica de óleos	–	1	1	–
Olaria	–	2	4	7
Cervejaria	2	1	2	2
Fábrica de cachaça	–	2	2	–
Fábrica de gasosa	–	0	2	1
Hoteleiro	1	–	–	5
Açougueiro	2	–	–	–
Seleiro	1	2	3	4
Curtidor e lombilheiro	1	2	3	–
Fotógrafo	1	1	2	–
Sapateiro	0	1	2	5
Fábrica de charutos	–	–	1	–

Quadro 16 – Estabelecimentos profissionais em Neu-Württemberg, 1906-1925
Fonte: A autora (2008).

Hermann Faulhaber, como diretor da colônia, também se empenhou em dotá-la dos elementos mais representativos da modernidade, resultado de uma parceria com a iniciativa privada e pública: linha de telefone e telégrafo (inaugurado

⁷⁷⁰ Relação dos principais industrialistas da colônia Neu-Württemberg, em 1910: *serrarias a vapor*: Frederico Garn, Carlos Knorr, Antonio Schütz (em construção); *moinhos*: Frederico Garn, Edwin Matthias, Germano Schumann Filho; *fábrica de tijolos*: Max Kaul; Reinhold Dähler; *cervejaria*: Germano Trennepohl; *fábrica de cachaça*: Augusto Schmidt, Guilherme Schumann; *ferreiros*: Paulo Beckert, Adolfo Kepler, Ricardo Neitzke; *funileiro*: Leopoldo Hepp; *alfaiataria*: Carlos Dose; *sapateiro*: Eugênio Simões Pires; *oficina de curtumes e selaria*: Ernesto Müller, Miguel Baumgarten; *carpinteiros de carros*: Pedro Bock, Germano Waldow (Relatório. Neu-Württemberg, 19/12/1910. Hermann Faulhaber ao Major Antonio Pereira dos Santos, delegado de polícia de Cruz Alta. Livro Copiativo 8, Fl. 125-127, MAHP). Segundo notícia publicada no jornal de Cruz Alta, o “industrialista” Antonio Schütz inaugurou com festa uma serraria a vapor, no dia 2 de abril de 1911, situada no núcleo da Posse Magdalena. Aos visitantes, foi oferecido um “churrasco à gaúcha”, acompanhado de “cerveja nacional”. Os presentes puderam constatar a “solidez da montagem desse moderno engenho e o aprazível local onde ele se encontra, sendo todos unânimes em elogiar a competência de seu construtor, o sr. João Barg, da colônia Saldanha Marinho” (*Cruz Alta*, 13/04/1911).

em 1º/4/1911, ligando Cruz Alta a Neu-Württemberg),⁷⁷¹ agência de correio (1913), energia elétrica (1914), estação de trem Belizário (1912),⁷⁷² além do melhoramento das estradas e ruas.

Enquanto isso, a sede de Cruz Alta contava, em 1909, com

uma casa bancária criteriosamente dirigida por seu fundador o Major Olivério Veríssimo da Fonseca, uma charqueada (nos subúrbios), 28 casas de negócios em fazendas, gêneros secos e molhados, 3 hotéis, 2 padarias, 4 açougues, 6 advogados provisionados e 2 bacharéis, 3 farmácias, 2 tipografias, 3 seleiros e lombilheiros, 2 relojoeiros, 2 ourivesarias, 4 alfaiatarias, 2 sapatarias e 2 marcenarias bem aperfeiçoadas (SILVEIRA, 1979: 282).

Comparado os estabelecimentos existentes na colônia Neu-Württemberg em 1910, e na sede de Cruz Alta, em 1909, percebe-se a especialização de cada espaço: a colônia, com os profissionais de ofício e estabelecimentos empenhados em atender a sua demanda voltada à agricultura, enquanto na sede predominava o comércio e a oferta de serviços e estabelecimentos tipicamente urbanos.

Com o objetivo de exibir os seus produtos e seu potencial produtivo, a *União Colonial* e *Associação Apícola* de Neu-Württemberg organizaram, em 1930, a primeira *Ausstellung* ou *Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria*, de 29 de março a 1º de abril, tendo como sede o salão *União*. O convite para o evento,

⁷⁷¹ Pelo contrato assinado pela *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* com a Empresa Telefônica de Cruz Alta, a linha telefônica passaria pela nova estação de trem a ser construída em Belizário, e se comprometia em manter, no mínimo, 9 assinaturas no perímetro da colônia, sendo Minoly Gomes de Amorim o responsável pela central telefônica. Durante o contrato, com prazo inicial de 3 anos, seria cobrada uma mensalidade de Rs. 10\$000 e pelas instalações Rs. 70\$000, não podendo elevar-se esse valor. Os postes seriam doados pela *Colonizadora*, em parceria com os colonos. A Empresa Telefônica se comprometia pela manutenção da linha telefônica de Cruz Alta até a estação de trem e, desse ponto até a sede da colônia, o serviço de manutenção caberia à *Colonizadora*, fornecendo a Telefônica o material necessário (Cópia do Contrato entre a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer e Empresa Telefônica de Cruz Alta, 1911. Pasta 2 – Telefone em Neu-Württemberg, Caixa 56, MAHP). Em 1914, já havia 14 aparelhos de telefone ligados à central telefônica de Neu-Württemberg (LEITZKE, 1997).

⁷⁷² A construção da estação Belizário foi o resultado de uma longa negociação entre Hermann Faulhaber, representando a colônia Neu-Württemberg e a *Colonizadora Meyer*, e a Viação Férrea, representada por Gustavo Vauthier, iniciada já em 1910. Até então, havia apenas a Parada Belizário, e duas outras estações, mais afastadas para o trânsito da colônia: a estação Lagoão e estação Porongos, as quais foram desativadas com a construção da nova estação (*Cruz Alta*, 18/08/1910, n 7, p. 2). Em 16 de outubro de 1922, Firmino Paula Filho remeteu um ofício a Frederico Dahne, Diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, solicitando a alteração do nome da Estação Belizário para Estação Neu-Württemberg, como o era anteriormente, visto que essa nova designação estava causando muitos transtornos aos habitantes dessa colônia particular (Ofício 19. Cruz Alta, 16/10/1922. Cartas 1921 a 1928. 003AHM 301, MAHMCA). O prédio da Estação Belizário foi destruído em 24 de novembro de 1933 por um incêndio e, desde então, a estação funcionava em um vagão vazio, desprovido de moradia para o agente da estação e de armazém (Ofício de Leopoldo Hepp, 24/11/1936. Ofícios, Leis, documentos diversos – 1936. 001 CMV – AHM 200, MAHMCA).

publicado em língua alemã na imprensa, reforçava as fronteiras étnicas da colônia e do evento, bem como reafirmava a preocupação com o desenvolvimento cultural da colônia (*O Commercio*, 22/3/1930, p. 3). Por sua vez, o jornal *O Commercio*, de propriedade de Wilhelm Rotermund Jr., um entusiasta do progresso da colônia Neu-Württemberg, acompanhou de perto os preparativos para essa exposição, criando um clima de expectativa junto ao seu público leitor. Em 7 de janeiro, quando se reuniram os 10 delegados, representando a *União Colonial* e a *Sociedade de Apicultores*.⁷⁷³ Ficou decidido que poderiam participar da mesma “exclusivamente produtores de Neu-Württemberg e não seriam aceitos produtos produzidos fora da colônia”. Como premiação, “seriam distribuídas medalhas de ouro e prata, bem como diplomas de artística execução”. Entrementes, haveria “noitadas culturais e conferências” (*O Commercio*, 12/1/1930, n. 1888, Ano XII, p. 2). Para os apicultores, seria uma oportunidade da “região da serra conhecer os colegas de Neu-Württemberg, pois aqui não só se trabalha escrupulosa e metodicamente no ramo da apicultura, mas, também, o quanto se acha desenvolvida a nossa agricultura e indústria!” O propósito da exposição era mostrar aos habitantes de Neu-Württemberg e aos visitantes de fora, “desenvolvimento, a capacidade e grandeza da produção e indústria da nossa colônia” (*O Commercio*, 12/2/1930, n. 1914, ano XII, p. 5). Os organizadores da exposição também buscaram o apoio da municipalidade, assim, o intendente Pedro Paulo Scheunemann, “deu em seu nome e da administração três medalhas de ouro, bem como colocou à disposição dos organizadores a quantia de 2 contos de réis, além de aceitar o convite de inaugurar oficialmente a exposição”. Já as agências do *Banco da Província*, *Banco Nacional do Comércio*, *Banco Popular*, *Banco Pelotense*, *Banco do Rio Grande do Sul*, ofereceram cada, uma medalha de ouro, e a empresa *Rotermund e Rössler*, proprietários do jornal, um “precioso presente” (*O Commercio*, 12/3/1930, n. 1936, ano XII, p. 3).

A exposição foi inaugurada dia 29 de março com “a presença de grande número de pessoas. O ato inaugural foi presidido por Sebastião Veríssimo, na qualidade de subintendente do 1º distrito e atualmente respondendo pelo cargo de

⁷⁷³ A Associação dos Apicultores foi fundada na colônia Neu-Württemberg em 1929. Em sua assembléia geral, realizada em fevereiro de 1930, “consideraram positivos os resultados nesse seu primeiro ano de atuação. Pôde-se manter constantemente o preço de Rs. 1\$500 por quilo, tendo bom consumo a colheita toda” (*O Commercio*, 12/2/1930, n. 1914, ano XII, p. 5).

intendente” (*O Commercio*, 1/4/1930, n. 1953, ano XII, contracapa). Esse momento e a exposição como um todo, dada a sua magnitude, atraiu a atenção da população local e regional.

Visando a orientar o visitante, foi organizado um pequeno *Guia pela Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria*, bilíngüe alemão/português, onde constava toda a programação e os expositores, bem como a premiação conferida aos expositores, e os jurados. A programação cultural reservava espaço para apresentação de concertos e peças de teatro. A capa do livreto (*Figura 45*), na parte superior, apresentava uma fotografia de uma vista parcial da área central ou *morro da igreja* da colônia Neu-Württemberg, identificando o Salão União, sede da exposição. Sua legenda era sugestiva: “Neu-Württemberg, a pérola da Serra”. Dá a ver um pequeno povoado com as suas casas ordenadas, e, no alto, a igreja luterana, contribuindo a construção majestosa para atestar o adiantado desenvolvimento do local. Na parte inferior da capa, no canto esquerdo, a representação de um *colono*, no seu trabalho cotidiano, trajando roupas simples e descalço. A exposição, simbolicamente, reunia então em um mesmo espaço o colono/agricultura e o urbano/indústria, e os frutos de seu trabalho.

Ela estava organizada em três grupos. O *Grupo 1*, sob a epígrafe “Quem a Agricultura protege, engrandece o seu Estado”, contava com 89 expositores, apresentando: produtos agrícolas, fumo, milho, amendoim, linhaça, frutas, conservas, frutas secas, banha, banana, mandioca, erva-mate, abóbora, queijo, etc. Na parte de pecuária: porcos, gado, carneiros, cavalos e cães de raça. Já o *Grupo 2*, composto por 14 expositores, expôs mel, vinho de mel, cera, favos, vinagre de mel, bolo de mel, abelhas e equipamentos para o refinamento do mel. Exibia como epígrafe: “Quem as abelhas cultiva, à humanidade faz bem, pois o mel que elas fabricam, poder sanitário tem”. Por fim, o *Grupo 3*, resumia o ideal e a imagem que se tinha da colônia: “Trabalho é movimento. Movimento é energia. Energia é vida”, era composto por 64 expositores. Cruzando a lista desses expositores com a relação dos imigrantes alemães entrados na colônia, é possível saber que pelo menos 21 desses expositores eram imigrantes alemães, ou seja, 32,8%.⁷⁷⁴ Os demais, descendentes de alemães, mas nenhum luso-brasileiro.

⁷⁷⁴ São eles: Jakob Reichle, Anton Amann, Georg Geckeler, Karl Zobel, Wilhelm Klein, Heinrich Sauter, Eduard Fritz, Karl Fritz, Heinrich Hellmann, Andreas Muckenfuss, Joseph Hemesath, Gottfried



Figura 45 – Capa do *Guia pela Primeira Exposição de Agricultura, Apicultura e Indústria*
 Fonte: Caixa 120, MAHP

Os produtos exibidos naquela ocasião eram diversificados: produtos de moinhos de farinha e azeite; artefatos de marcenaria, mobiliário, carroça e arado; olaria; máquinas diversas para a agricultura; sabão, banha; bebidas como vinhos, licores, cachaça, cerveja, gasosa, sucos; trabalhos de tecelagem, couro, vime, chapéus, calçados e trabalhos manuais; carne e produtos de salsicharia e padaria (*Figura 46*).

Albert Zobel	Lousa com guarnição - 1 Crucifixo
Friedr. Krueger	Productos de moinho de farinha
C. Knorr & Filho	" " " " "
Friedr. Koehler Fo.	Sabão
Ludw. Schaffazyck	Productos do moinho de azeite
Friedr. Krabe	Licores e Succos
Ahlert Irmãos	Cerveja e Gazosa
L. Schmidt Irmãos	" " "
Luiz Mueller	Vinho de uvas
Johann Reichle	Cachaça
A. Amann	Vinho
Helm. Zillmer	Vinho de mel
Carlos Beyl	Mold. para quadros e espelhos, Trab. em mad.
Herb. Winkler	" " " " " Mobilia p. salão
" "	Cadeiras
Georg Geckeler	Mobilia de sala de jantar
" "	Armario
F. Koehler Sr.	"
Korndoerfer & Wentz	Mobilia de cosinha
" "	Armarios
Carl Zobel	1 Buffet
Wilhelm Klein	1 mobilia para escriptorio
" "	Moinho de vento, escadas e diversos trabalhos em madeira
Reinke Irmãos	Obras de marcenaria
Heinr. Sauter	" " tornearia
Ad. Jac. Trentini	1 plaina
Germ. Engler	1 cavallinho em madeira
Adolf Rehn	Bengalas
Heinr. Schneider	Carroça e Arado
R. Saur	Fogões, balanças, Caldeiras para banha, Machina para plantar
Fritz Irmãos	Trab. de offic. mech., Machinas para matar formigas e Machinas para plantar
" "	Modelo de machina a vapor em função
U. Uemminghaus	1 Mobilia para quarto de dormir
" "	Camas de ferro, Obras em tela de arame, estantes para panellas
Wilh. Weizel	Instal. p. quarto de banho e obras em folha
Reinh. Wottrich	Idem Idem
Hellmann e Rehn	Tear em funcionamento, Tecidos
Christ. Burger	Trabalhos de tecelagem manual
Andr. Muckenfuss	Obras de vime
José Hemesath	Productos de olaria
Gottfr. Reusch	" " "
Chapelaria Wolf	Chapéos de senhoras, Corôas
Carlos Hisserich	Artigos pharmaceuticos o hygienicos
Helm. Schroeder	Obras de dentista
Adam Klohs	Photographias
Marg. Beyl	Diversos Trabalhos manuaes
Berta Stumpf	Toalhas de mesa (obra de malha)
Dona H. Winkler	Pinturas diversas
Da. Maria e Hilda Schaffazyck	Camisa de hom., grinalda e véo para noiva
Da. Edith Mueller	Diversos trabalhos manuaes
Da. Luiza Müller	" " "
Da. Olivia Baumgarten	Bordados a "machina "
Curso de trabalhos manuaes da Stadtplatzschule	Diversos trabalhos manuaes
Heinr. Seitz	Pinturas diversas
Da. R. Hoerz	Trabalhos manuaes
Christ. Muckenfuss	Trabalhos artificiaes de cabellos
Elias Lasch	Couros diversos
Miguel Baumgarten	Trabalhos de correaria
Oscar Struecker	" " "
Walter Krambeck	Calçados " "
Friedr. " "	" "
Heinr. Ott	Carne e productos de salsicharia
Rob. Wolf	" " " " "
Edm. Dienstmann	" " " " "
J. G. Schmidt	" " " " "
Wilh. Ulrich	" " " " "
Fritz Riedel	Productos de padaria
Andreas Eisele & Cia.	" " "
Christ. Mayer	1 machina para matar formigas
Ida Windmüller	Vinho e cachaça
	Trabalho manual

Figura 46 – Grupo 3. Indústria. Guia Pela Exposição, p. 17-18
Fonte: Caixa 120, MAHP

Percebe-se aqui a presença de produtos mais elaborados destinados aos colonos e cidadãos que já superaram a fase de instalação e já contam com um excedente produtivo suficiente para adquirir esses bens. Evidentemente, nem todos os proprietários de fábricas e profissionais de ofício expuseram os seus produtos, pois predominaram aqueles ligados à *União Colonial*.

Os anúncios das casas comerciais intercalavam as páginas informativas do *Guia da Exposição*. Dentre elas, a casa *Fischer, Franke e Cia.*, uma das mais importantes casas comerciais da colônia, localizada em frente à praça central, comercializando secos e molhados, louças de porcelana e alumínio, máquinas de costura, roupas, sapatos, ferro, canos para água, material de construção. Era correspondente do *Banco Pfeiffer*, de Porto Alegre. Outra casa comercial, *Casa Silva*, de João Luiz da Silva, comercializava a varejo e por atacado fazendas, ferragens, miudezas, calçados, chapéus, produtos farmacêuticos, perfumaria, vestuário, secos e molhados, louças, artefatos de couro, material de construção, compra e venda de produtos coloniais. Era correspondente do *Banco Nacional do Comércio* e agente da *Atlantic Refining Company of Brasil*, vendendo gasolina, querosene e óleos. Essa casa comercial provavelmente se localizava mais ao sul da sede da colônia. Ainda, havia as casas comerciais *Franke e Cardoso*; *Helmuth Engelmann*; *J. A. Heinrich & Cia.*; *J. Schulien & Cia.*⁷⁷⁵ *Edmundo Rahmeier*. Ainda, *Kepler Irmãos*, uma ferraria especializada em carrocerias de caminhões. *Adolf Kepler & Filho*, comercializando tecidos, gasolina *Texaco* e subagência *Chevrolet*. A *Fábrica de Licores e Sucos* de Friedrich Krahe, que também vendia artefatos para a criação de abelhas e produção de mel, além de mudas de frutíferas. *Farmácia Nova*, ou *Neue Deutsche Apotheke*, de Carlos Hisserich. Há uma sensível ausência de cervejarias, embora essas fossem numerosas. As fábricas metalúrgicas ainda não ocupavam lugar de destaque, afirmando-se no decorrer dos anos 30.

Em dezembro de 1927, o Conselho Municipal de Cruz Alta aprovou dois importantes projetos de lei, visando a acelerar a urbanização e o desenvolvimento da indústria na sede do município e nos distritos. O primeiro, isentava de impostos

⁷⁷⁵ José Schulien, imigrante alemão, veio ao Brasil por volta de 1915, proprietário da casa comercial J. Schulien & Cia, junto com o sócio Reinaldo Trennepohl, o qual cuidava da filial em Palmitos, Santa Catarina (LUDWIG, 1940).

municipais os prédios edificados na sede de Cruz Alta e dos distritos, a partir daquela data, por um prazo de dez anos. Para a concessão desse benefício, era necessário que a planta e o orçamento dessas edificações fossem aprovados pela municipalidade. O segundo projeto-lei autorizava o Intendente Municipal isentar, pelo prazo máximo de dez anos, do pagamento dos impostos de “Indústrias e Exportação”, as novas fábricas a serem fundadas no município. Para usufruir desse benefício, “fins, plantas e orçamentos” seriam estudados e aprovados pela municipalidade.⁷⁷⁶

Vários proprietários de pequenas fábricas de Neu-Württemberg requereram a isenção de impostos junto ao Conselho Municipal, em 1929. Por exemplo, Elias Christiano Lasch transformou seu antigo curtume, fundado em agosto de 1915, em uma fábrica mecanizada de curtir peles, movida à eletricidade, contando com capital de Rs. 30:000\$000. Mas, devido à carência de matéria-prima e outras dificuldades, não poderia render lucros imediatamente.⁷⁷⁷ A fábrica mecânica de tecidos de algodão sob a firma *Hellmann e Rehn*, por sua vez, foi inaugurada em meados de 1929, com o capital de Rs. 20:000\$000. O referido estabelecimento contava com um tear mecânico, uma máquina de sarilhar e uma máquina de urdidura, e novos teares seriam instalados em breve. O requerente salientou que todas as máquinas, salvo raras exceções, foram construídas em Neu-Württemberg.⁷⁷⁸ Já Luiz Schaffazick dirigiu seu requerimento diretamente ao Intendente Municipal, informando ter inaugurado um engenho de óleo de linhaça e amendoim, movido por um motor a óleo cru, com a capacidade de bater 80 quilos por dia. A firma contava com capital de Rs. 15:000\$000. Reforçou também o fato de que todas as máquinas foram

⁷⁷⁶ Ata do Conselho Municipal de Cruz Alta, de 28/12/1927, p. 20 verso - 21. Atas do Conselho Municipal de Cruz Alta 1926-1928. 002CMV – AHM 197, MAHMCA.

⁷⁷⁷ Requerimento de Elias Christiano Lasch ao Conselho Municipal, 4 de novembro de 1929. Ofícios enviados para a Câmara de Vereadores de Cruz Alta. 001 AHM – CMV 257, MAHMCA.

⁷⁷⁸ Requerimento de Hellmann e Rehn ao Conselho Municipal, 5 de abril de 1929. Ofícios enviados para a Câmara de Vereadores de Cruz Alta. 001 AHM – CMV 257, MAHMCA. Conforme o noticiário sobre a colônia Neu-Württemberg, “foi fundada uma pequena fábrica que produzia riscados, brins, tricolina, kaki, e algodão, pertencente a Hellmann & Rehn, sendo o técnico o sr. Hellmann. Sua produção está orçada entre 40 a 50 metros por dia. Por se tratar de uma fábrica em fase de implantação o fio é importado de Santa Catarina, mas os teares são movidos a eletricidade”. Na mesma nota, dava conta também da modernização da Fábrica de Camas de Otto Uemminghaus, então “produzindo artigos desde os mais simples aos mais artísticos” (*O Commercio*, 12/9/1929, n. 1789, ano XII, p. 3).

construídas em Neu-Württemberg.⁷⁷⁹ Todos esses requerimentos foram aprovados.⁷⁸⁰ Nota-se que o argumento central estava baseado na modernização da fábrica, substituindo a produção manual e artesanal pela produção mecanizada. O argumento de que as máquinas adquiridas eram produzidas na colônia Neu-Württemberg é mais um indicativo de que havia profissionais qualificados e especializados na colônia, investindo na fabricação de bens de produção. Indiretamente, esses requerimentos afirmavam a auto-suficiência do núcleo colonial, pois não precisava mais importar toda maquinaria da Alemanha ou da capital do estado.

A produção e distribuição de energia elétrica na própria colônia também foram fundamentais para mecanização da produção. Em Cruz Alta, a luz elétrica foi inaugurada em 16 de julho de 1912, atendendo à iluminação pública e particular, sendo concessionária a firma *Salathiel Soares de Barros & Cia. (Relatório do Intendente Municipal de Cruz Alta, 1924)*.⁷⁸¹ Apenas dois anos depois, em 15 de novembro de 1914, foi inaugurada a instalação de energia elétrica na colônia Neu-Württemberg, fornecida por Albino Weissheimer, tanto para casas particulares quanto comerciais. Para isso, instalou um gerador movido por uma turbina de 5 CV numa queda d'água de 1,80 metros, aproveitando o Arroio do Engenho.⁷⁸²

⁷⁷⁹ Requerimento de Luiz Schaffazick ao Intendente Municipal, em 14/5/1929. Ofícios enviados para a Câmara de Vereadores de Cruz Alta. 001 AHM - CMV 257, MAHMCA.

⁷⁸⁰ Pelo Decreto N. 90, de 13 de dezembro de 1929, o Conselho Municipal de Cruz Alta isentou dos impostos de "Indústrias e Profissões", pelo tempo de 5 anos, a Fábrica de Curtir Peles, de Elias Christiano Lasch; pelo Decreto N. 92, da mesma data e nos mesmos termos, o Engenho de Óleo de Linhaça e Amendoim, de propriedade de Luiz Schaffazick; e pelo Decreto N. 93, nos mesmos termos, a Fábrica de Tecidos de Algodão, de propriedade dos srs. Hellmann e Rehn. Em 1948, por aquele exercício, a *Firma Reinke e Irmãos*, que atuava no ramo da serraria, ficou isenta dos impostos (Decretos do Conselho Municipal. Ofícios enviados para a Câmara de Vereadores de Cruz Alta. 001 AHM - CMV 257; Decreto N. 22 de 4/5/1948. Câmara de Vereadores de Cruz Alta. 001 AHM – CMV 149 ofícios, telegramas, MAHMCA).

⁷⁸¹ A iluminação a gás chegou em Porto Alegre em 1893, e a energia elétrica começou a ser fornecida em 1891, pela usina da *Fiat Lux*. A partir de 1909, passou a funcionar a *Usina Elétrica Municipal*, ampliando a capacidade para iluminação pública e a oferta de energia às residências e ao comércio. Permitiu também as inovações técnicas na área dos transportes através dos bondes elétricos, uma realidade a partir de 1906 (MONTEIRO, 2007).

⁷⁸² Em 1901, foi construído o primeiro moinho de Neu-Württemberg por Carlos Wagner. Em novembro de 1903 o moinho passou para Friedrich Garn. "O sr. Frederico Garn, antigo proprietário de uma serraria a vapor e um moinho anexo, situados na sede desta colônia, acaba de vender essa propriedade, pelo preço de Rs. 18:000\$000, ao nosso correligionário político sr. Albino Weissheimer, comerciante e industrialista residente no município de Montenegro. O sr. Weissheimer transferiu residência com sua família para a colônia Neu-Württemberg, e já providenciou para fazer as reformas necessárias, pretendendo despendar a quantia de Rs. 40:000\$000, a fim de torná-lo de primeira ordem" (*Cruz Alta*, 09/10/1913). Albino Weissheimer adquiriu o lote urbano n. 14, na quadra 19, na *Karlstrasse*, pelo valor de Rs. 4:000\$000, em 26/7/1913, incluindo o açude e o moinho. Um incêndio

Em 1914, a Empresa Kepler, de Adolfo Kepler Sênior, assinou contrato com a Intendência Municipal de Cruz Alta para o fornecimento da iluminação pública da sede urbana de Neu-Württemberg, sendo pago por esse serviço.⁷⁸³ Em 1919, Kepler adquiriu o terreno urbano do açude e o gerador de energia elétrica, associando-se com Georg Eberhardt, ligando uma marcenaria à turbina. A partir desse momento, a turbina movia à noite o gerador e de dia as máquinas da marcenaria. Em decorrência do baixo nível da água do arroio, os proprietários compraram uma locomóvel *Lanz* de 20HP e um dínamo, através da firma *Bromberg*, de Porto Alegre, por 16 contos de réis, aumentando a geração de eletricidade para atender à crescente demanda da colônia. Em 1925, os filhos de Adolfo Kepler Sênior, Adolfo Jr. e Otto, fundaram uma pequena ferraria, na qual instalaram o primeiro motor elétrico da colônia para acionar um torno mecânico (cf. *Origem e descendência da Família Kepler*, 1987; LEITZKE, 1997).

Mas a demanda por energia elétrica foi atendida de forma plena somente com a construção de uma usina hidroelétrica com a capacidade de uma força geradora de 150 HP, na cascata do rio Alegre, na linha Pinhal, na parte Neu-Württemberg-Palmeira, inaugurada em 19/9/1926. Esse empreendimento era de propriedade do imigrante Carlos Knorr,⁷⁸⁴ um “homem tenaz, de grande força de vontade, há mais de um ano que vem, ajudado por seus dignos filhos Carlos e Eugênio, trabalhando febrilmente para a realização desse extraordinário melhoramento agora inaugurado, sob os aplausos de uma população agradecida”. O preço para particulares do quilowatt/hora para a força era de 200 réis e o da luz, de 800 réis. Entre Knorr e Kepler foi realizado um acordo particular, passando o

consumiu o moinho e a serraria, em 18/9/1918, paralisando o fornecimento de energia elétrica. Devolveu o lote e as benfeitorias que não foram destruídas pelo fogo em 2 de dezembro de 1918, passando-as ao seu genro Hermann Krapf (Contrato manuscrito. Pasta 4 - Empresa de Colonização – diversos documentos, Caixa 149, MAHP). Na mesma ocasião, foi inaugurado o cinema permanente da colônia, instalado no salão de propriedade de Carlos Heinrich, cujo aparelho cinematográfico foi adquirido pelo capitão Minoly Gomes de Amorim.

⁷⁸³ Relatório de 1º de outubro de 1914 a 1º de novembro de 1915, apresentando pelo Intendente Municipal Firmino de Paula Filho (*Cruz Alta*, 17/2/1916, p. 3). Ao que se depreende desse relatório, havia um contrato interno entre Weissheimer e Kepler naquilo que se referia a iluminação pública.

⁷⁸⁴ Carlos Ernesto Knorr chegou em Neu-Württemberg em 1902, procedente de Württemberg, Alemanha. Adquiriu o lote colonial n. 16 da Linha Italiana onde se dedicou à agricultura. Paralelo às atividades agrícolas, exercia seu ofício de marceneiro. Em 1905, instalou uma serraria no arroio Engenho. Posteriormente, em 1909, comprou o lote n. 2 da Linha Pinhal, nas margens do rio Alegre, onde havia uma cascata. Nesse local, instalou um engenho de serrar e um moinho e, mais tarde, a usina. Todas as máquinas para tal fim foram fornecidas pela Companhia Brasileira de Eletricidade, Siemens Schuckert S. A., de Porto Alegre.

primeiro a fornecer luz durante a noite toda e por um preço mais reduzido, assinando também um contrato com a Intendência Municipal de Cruz Alta para o privilégio de instalação do serviço de força elétrica na sede da colônia Neu-Württemberg, e luz e força às linhas da referida colônia, em 7/5/1925 (*O Commercio*, 24/9/1926, n. 896, Ano VIII, p. 2).⁷⁸⁵ O número de consumidores de energia elétrica em Neu-Württemberg/Pindorama em 1942 já chegava em 200, mais 30 estabelecimentos (*Diário Serrano*, 19/4/1942, p. 2, edição especial). Acompanhando o crescimento da demanda, Knorr construiu uma segunda usina aproveitando a cascata existente no rio Palmeira, que entrou em funcionamento, oficialmente, em 20/1/1946.⁷⁸⁶

Instalar uma linha de bonde elétrico, interligando a colônia Neu-Württemberg com a sede de Cruz Alta, foi um projeto audacioso do imigrante Johann Friedrich Brendle, de Württemberg, Alemanha, que se estabeleceu na sede Elsenau em 1905.⁷⁸⁷ Para viabilizar o projeto, entrou em contato com a *Allgemeine Electricitätsgesellschaft*, em Berlim. Na produção de energia elétrica, pretendia explorar o potencial de uma cascata existente no rio Palmeira, pertencente ao lote n. 34 da linha Rincão, tratando inclusive da implantação da iluminação elétrica na sede de Cruz Alta, em 1908, com o Intendente Cândido Machado (LEITZKE, 1997). Contudo, ambos os projetos não receberam o apoio imaginado, e não foram implementados. Brendle dedicou-se, posteriormente, à medicina prática.

A *Colonizadora Meyer*, por sua vez, incentivava a exploração econômica dos recursos hídricos, como fonte de energia. Hermann Faulhaber, em seu relatório de 1910, informou:

⁷⁸⁵ Além da sede da colônia Neu-Württemberg, iam fornecer força e luz às linhas Italiana, Magdalena, Leipzig, Rincão, 7 de Setembro, Brasil, Berlim, Stuttgart e München. As instalações deveriam iniciar dentro de 5 meses da data do contrato. A luz seria fornecida durante toda a noite e a força das 6 às 12 e das 13 às 18 horas. O sistema de produção ou fornecimento de luz e força será hidroelétrico, sendo a corrente trifásica e 220 a voltagem, devendo a instalação ter capacidade para produção de 150 cavalos de força, ficando os concessionários obrigados a elevar a mesma produção para 250 quando necessário for. Contrato com duração de 20 anos, prevendo a encampação pelo município, o que nunca aconteceu (*O Commercio*, 12/5/1925, n. 653, ano VI, p. 3).

⁷⁸⁶ Essa usina hidroelétrica continua em funcionamento, e hoje abastece a área urbana e parte da área rural dos municípios de Panambi e Condor. A família Knorr continua sendo a proprietária desse empreendimento, sob a razão social Hidropan Ltda. (cf. LEITZKE, 2002).

⁷⁸⁷ Em 30/8/1905, adquiriu na quadra 22 o terreno número 29, por Rs. 60\$000, pagando de entrada Rs. 6\$000; e na quadra 31a, os terrenos 1 e 2, por Rs. 100\$000, dos quais pagou 10%, devolveu esses dois terrenos em 1911. Aumentou a sua área em 14/4/1906, com a aquisição na quadra 22 do lote 25, por Rs. 60\$000 (Contratos de Compra e Venda, n. 171, 172 e 190, entre a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* e Friedrich Brendle, Caixa 1-2, MAHP).

a fim de facilitar, da melhor maneira possível, a evolução da indústria, não fixei preços mais elevados para colônias que dispõem de força hidráulica. Comprometo, todavia, o comprador, por contrato, a instalar e a fazer funcionar uma instalação industrial no prazo de um ano, em caso contrário, o preço é elevado por 600\$000. Deste modo, favorecemos o desenvolvimento da indústria, e afastamos pessoas que querem aproveitar as quedas d'água para fins especulativos (FAULHABER citado por FAUSEL, 1949: 33).

O auge do processo de industrialização ocorreu no início da década de 30, quando surgiram em Neu-Württemberg inúmeros estabelecimentos industriais, voltados para os mais diferentes ramos da produção. Como um núcleo industrial, o comércio permaneceu em segundo plano. Por outro lado, implicou em um crescimento urbano acentuado. Esse período marcou a formação das primeiras pequenas metalúrgicas, carro-chefe do processo de industrialização de Neu-Württemberg, cujo resultado, a longo prazo, resultou na formação do parque industrial ostentado hoje em Panambi, elevando o município a 3° Pólo Metal-Mecânico do estado.⁷⁸⁸

Dentre as indústrias surgidas no período, de propriedade de imigrantes e que exerceram um papel importante em Neu-Württemberg, destacaram-se, além de Carlos Ernesto Knorr, já mencionado, também Adolfo Kepler Sênior, como ferreiro, evoluindo, junto com seus filhos para a indústria metalúrgica;⁷⁸⁹ Joseph e Francisco

⁷⁸⁸ Em 1949, a colônia Neu-Württemberg, então 6° Distrito de Cruz Alta, já com o nome nacionalizado de Panambi, pleiteava a sua emancipação. Para isso, foi realizado um levantamento do potencial industrial e comercial do futuro município, publicado na forma de um livro, elaborado por Erich Fausel, resultando em uma listagem de “Relação das Firms Comerciais e Industriais estabelecidas em Panambi”, e mais uma listagem de “Relação dos Produtos Industriais e das Atividades Comerciais, Profissionais e Sociais de Panambi”. Ainda constitui uma lacuna na historiografia local um estudo da trajetória dessas empresas, em que momento deixaram de funcionar e por quais circunstâncias. Há indícios de que no início da década de 1970, com a crescente industrialização do país e a modernização das fábricas, aquelas empresas familiares e de pequeno porte que não acompanharam esse processo fecharam suas portas ou faliram, pois não conseguiram mais competir no mercado.

⁷⁸⁹ Adolfo Kepler veio da Rússia, com 14 anos de idade, e montou em Porto Alegre uma pequena ferraria. Em 1901, seguiu para Neu-Württemberg, onde montou uma pequena ferraria – possuía uma bigorna, um foles, alguns martelos – e um capital de Rs. 50\$000 em dinheiro. Depois, vendeu a ferraria e se dedicou ao comércio. Seus filhos Otto e Adolpho Jr. foram para Porto Alegre, onde aperfeiçoaram seus conhecimentos em mecânica e ferraria. O primeiro permaneceu um período na Alemanha, onde aperfeiçoou seus estudos na área. Ao retornar, fundaram uma moderna ferraria na colônia, em 12/5/1925, utilizando energia elétrica, a qual adquiriram de Martim Hack, surgindo a firma *Kepler Irmãos*. Em 1929 aceitaram a subgerência da *Chevrolet*, tornando-se revendedores autorizados em 1936. No ano de 1935 foi anexada a Fábrica de Máquinas Agrícolas e Industriais, sob a direção técnica do sócio Paulo Otto Weber, aceito como sócio em 1938 – imigrante alemão, especializou-se na fabricação de moinhos. Surgiu então a razão social *Kepler Irmãos & Weber*. A firma metalúrgica especializou-se na fabricação de máquinas, evoluindo para *Kepler, Weber & Cia. Ltda.*

Hemesath instalaram um moderno frigorífico;⁷⁹⁰ César Drasche como tecelão, manteve uma fábrica de acolchoados e colchões;⁷⁹¹ além de Walter Faulhaber, da 1ª geração de brasileiros, que iniciou uma fábrica de conservas, que não progrediu, e acabou mudando para a indústria metalúrgica;⁷⁹² e Oscar Schneider, teuto-brasileiro, com fábrica de óleos vegetais e torrefação de café.⁷⁹³

⁷⁹⁰ O frigorífico *Hemesath & Cia. Ltda.* foi fundado em 25/7/1935, pelos imigrantes Joseph, imigrado em 1923, e Francisco Hemesath, imigrado a chamado do irmão, produzindo então apenas produtos suínos e mantendo uma fiabreria. Em 1938, o frigorífico adquiriu máquinas para o refinamento da banha, entrando como sócios na empresa o imigrante Carlos Frederico Lehsten, e em 1942, Oscar Berwanger, de Porto Alegre, sendo o mesmo o exportador da empresa e responsável pelos negócios na capital. O frigorífico tinha capacidade para o preparo de 200 porcos por dia, 15.000 quilos de banha, e a sala de cura, para 50.000 quilos de salames e presuntos. Sem capital para acompanhar a modernização dos frigoríficos, acabou por decretar falência. O frigorífico produzia também salsichas, patês, carne salgada, mortadelas, salames, etc. Sobre a produção relativa a 1941, apresentou os seguintes dados: matança de porcos 8.144, reses 54. A produção industrializada chegou num total de 690.653 quilogramas, sobressaindo: banha 305.000 kg; salsicharias 46.000 kg; carne salgada 44.000 kg. O número de couros aproveitados foi de 7.983. O estabelecimento contava com locais para depósito, sala de refrigeração, sala para salgar, dentre outros. A produção destina-se ao mercado regional e para outros estados do país (*Diário Serrano*, 19/4/1942, p. 2, edição especial; LUDWIG, 1940). Em 1923, Joseph Hemesath e Francisco Winkelmann adquiriram uma pequena olaria. Já Francisco Hemesath exercia sua atividade numa grande fábrica de conservas na Alemanha, antes de emigrar para Neu-Württemberg.

⁷⁹¹ O tecelão *César Drasche*, natural de Lodz (Polônia), chegou ao Brasil em 1931, fixando residência em Neu-Württemberg. Ele abandonou a Polônia porque perdeu sua fábrica de tecidos e, entretanto, também a sua esposa. Em tais circunstâncias, optou por emigrar para o Brasil, sem destino certo, desembarcando em Santa Catarina onde teria encontrado um grupo de pessoas que estavam migrando para Neu-Württemberg, e convenceram-no a também seguir para essa colônia. Em 2/1/1932, iniciou com a fabricação de acolchoados e colchões, acrescentando, em 1934, uma tecelagem de algodão. Seu empreendimento funcionou até 1948, quando incendiou.

⁷⁹² O engenheiro Walter Faulhaber fundou em 1/9/1933 a *Faulhaber & Cia.*, uma fábrica de conservas, em sociedade com seus cunhados. A sociedade tinha por objetivo a plantação de árvores frutíferas, a compra e venda de frutas, a preparação e industrialização das mesmas, a fabricação e a venda de artefatos de metal e de acondicionamentos de folha flandres para todos os fins, principalmente o acondicionamento e enlatamento de frutas e legumes. Em virtude da baixa qualidade das frutas, a fabricação de conservas não progrediu, sendo abandonada em 1939, quando passou definitivamente para a metalurgia, fabricando latas, formas, seringas veterinárias. Em 1º de janeiro de 1954 foi alterada a razão social para Metalúrgica Faulhaber S/A., a qual permanece até os dias atuais. Walter Faulhaber cursou a *Deutsche Technische Hochschule, Karlsruhe* (Universidade Técnica), na Alemanha, onde se formou, retornando ao Brasil em 1933. Registrou seu primeiro contrato social em 1º/1/1935, com o nome de *Faulhaber & Cia.*, com um capital inicial de Rs. 48:000\$000. Eram sócios o Engº. Walter Faulhaber e seus cunhados Karl Klemm e Engº. Erich Schild. Cada um dos sócios contribuiu com uma parcela de Rs. 16:000\$000. A sociedade foi fixada para durar por oito anos, podendo ser prorrogada por prazo igual. Em 28/11/1939, saiu da sociedade o sócio Engº. Erich Schild, e entrou em seu lugar Ernesto E. Kepler, elevando-se o capital para Rs. 60:000\$000, e a produção restringida para a produção e venda de artefatos de flandres, metal e latas para todos os fins. Em 30/10/1942, passou a figurar como *Faulhaber & Cia. Ltda.*, com capital registrado de Cr\$ 100.000,00. Permaneciam como sócios Walter Faulhaber, como majoritário, e Karl Klemm. Em 11 de maio de 1944, com a saída de Karl Klemm, entrou na sociedade Lothário W. Doern. Em 1963, contava com um capital de Cr\$ 36.000.000,00 (Cf. Metalúrgica Faulhaber S/A completa trinta anos de existência. *O Panambiense*, 3/9/1963, n. 237, p. 8; LUDWIG, 1940).

⁷⁹³ Essa fábrica produzia óleo de linhaça cru e fervido, naquele período, trabalhava com duas turmas para dar conta da demanda. O mesmo proprietário produzia também o “Café Globo” e o “Bitter Rusky”. Possuía uma fábrica de moagem e torrefação de café (*Diário Serrano*, 19/4/1942, p. 2, edição especial). A *Fábrica de Café e de Óleos Vegetais* foi fundada em 1/8/1930, por Oscar Schneider. Está

O repórter de um jornal de Cruz Alta, tomado de entusiasmo diante das fábricas do distrito Pindorama [Neu-Württemberg], em 1942, escreveu:

quem visitar Pindorama, a bela sede do nosso 6º distrito e deixar de fazer uma visita aos estabelecimentos industriais do Sr. Oscar Schneider, localizados bem no coração da vila, perde, por certo um dos mais belos espetáculos de trabalho e uma demonstração empolgante da capacidade e da inteligência da nossa gente (*Diário Serrano*, 19/4/1942, p. 2, edição especial).

No mesmo período, os filhos de imigrantes mais abastados foram enviados para a Alemanha para freqüentar cursos técnicos e superiores, redundando o seu retorno na fundação ou modernização das empresas dessas famílias – lembre-se Kepler, Faulhaber, depois Fockink, e assim por diante. A industrialização de Neu-Württemberg também se pautava pelas políticas públicas do período, que incentivavam esse setor.

Portanto, a sustentabilidade dessas fábricas, especialmente do setor metalúrgico, era [e continua] dependente do desenvolvimento e da modernização da agricultura. Mantiveram-se no mercado as fábricas fundadas nas décadas iniciais da colonização, atendendo às demandas e aos serviços mais simplórios dos colonos, que acompanharam o processo de modernização da produção. Embora já assumissem na década de 1940 um caráter mais empresarial, preservavam um perfil de empresa familiar, cujos proprietários participavam diretamente da produção ao lado dos operários, como apontado por um jornalista de Cruz Alta:

a nossa reportagem ainda agora, ao encerrar estas notas sobre Pindorama, está a ver aquele labirinto de máquinas onde homens se movimentam ativamente, com gestos enérgicos, sucessivos e precisos, e onde no trabalho diuturno os homens se retemperam e contribuem com a sua parcela para formar a grandeza do nosso município, do Rio Grande e do País. E, sobretudo, fixou-se profundamente na retina do repórter a figura desse Knorr debruçado sobre enorme tora de pinho, em mangas de camisa e chapéu de palha, como um símbolo vivo do que pode o homem que quer e que trabalha (*Diário Serrano*, 19/4/1942, p. 2, edição especial).

O volume das exportações pela via férrea também cresceu. Segundo os dados publicados no *Álbum do Cinquentenário de Ijuí* (1940: 89), no ano de 1939, a Viação Férrea arrecadou somente na estação da cidade de Cruz Alta, a importância de Rs. 1.551:681\$050. Já a Estação de Belizário, por onde se escoava a produção de Neu-Württemberg/Pindorama, registrou o seguinte movimento, em 1938: 2.014

em funcionamento hoje ainda a fábrica de óleos vegetais, sob a razão social *Indústria de Óleos Vegetais Pindorama – Olivepin*, de propriedade da mesma família.

passageiros, Rs. 39:232\$400; mercadorias expedidas no valor de Rs. 1.416:000\$000; mercadorias recebidas no valor de Rs. 1.644:000\$000. Já a Coletoria Estadual no ano de 1939 arrecadou Rs. 2.020:935\$900 na sede de Cruz Alta, e a Coletoria Estadual em Pindorama, que arrecadou Rs. 180:320\$200.

Esses dados confirmam a importância da Estação Belizário para o distrito de Neu-Württemberg e, por extensão, para o município de Cruz Alta como um todo, pois era a porta de entrada e saída do maior volume de produção. Justificava, também, o apelo dirigido à direção da Viação Férrea para a reconstrução da estação, após o incêndio de 1933, por parte da Câmara de Vereadores e a Intendência Municipal. Explicando a solicitação e indignação da população, o vereador republicado Leopoldo Hepp, representante da colônia na Câmara Municipal, argumentou:

Neu-Württemberg, uma Colônia Modelo situada no Município de Cruz Alta, é também um centro industrial bastante adiantado; novas indústrias surgem e, em consequência o comércio de exportação cresce diariamente. Exporta-se produtos coloniais, matéria-prima e artigos de fabricação local, não só para o interior do nosso Estado, mas também para os Estados vizinhos. A maior parte da nossa exportação transita pela Estação Belizário. A renda anual de Belizário sobe a 200:000\$ mais ou menos; esta renda poderá elevar-se muito mais, mas em vista da situação atual que não oferece segurança alguma para os produtos exportados, tende a diminuir a exportação. As mercadorias estão sujeitas a serem deterioradas mormente na época chuvosa que estamos atravessando, pois a Estação local não tem um Armazém onde as mesmas possam ser depositadas. Muitos industriais estão exportando seus produtos por Ijuí em vista de oferecer mais segurança, prejudicando desta forma o comércio do Município de Cruz Alta.⁷⁹⁴

O aspecto industrial diferenciado da *colônia-modelo* Neu-Württemberg em relação ao restante da área de Cruz Alta e das denominadas *colônias satélites* Xingu e Erval Seco, foi percebido e anotado pela imprensa, curiosos, e também estudiosos, cada qual atribuindo uma razão específica. Alfredo Ludwig (1940: 2), em viagem pelo estado no final da década de 1930, tinha por objetivo “mostrar o nascer das nossas indústrias, a sua evolução trabalhosa, lenta mas firme, o seu atual grau de adiantamento bem grande, e relatar a luta, titânica às vezes, por que passaram seus iniciadores”, atribuiu todo desenvolvimento cultural e material da colônia ao trabalho de Hermann Faulhaber. O historiador Jean Roche (1969: 186) nas suas observações sobre a formação e o desenvolvimento da colônia, chegou à mesma

⁷⁹⁴ Ofício de Leopoldo Hepp. Cruz Alta, 24/11/1936. 001 CMV - AHM 200 Ofícios, Leis, documentos diversos – 1936, MAHMCA.

conclusão, considerando-a uma das “áreas mais dignas de nota”. O autor foi mais longe ainda, projetando em Walter Faulhaber, líder emancipacionista e primeiro prefeito de Panambi,⁷⁹⁵ uma continuidade do modelo da “antiga colônia Neu-Württemberg” e, por extensão, do trabalho e dos ideais de seu pai, Hermann Faulhaber. Ou seja, na transmissão de seu poder de liderança, construído e legitimado por uma rede de alianças, com base nos colonos, escola e igreja, como uma *herança imaterial* (LEVI, 2000). No rearranjo interno da colônia, agora município, um novo grupo emergente, detentor do poder econômico, assumia então efetivamente o poder político: os industrialistas, sinalizando assim para o rumo a ser seguido. Então, Walter Faulhaber representava o tradicional e o moderno ao mesmo tempo, legitimando o seu poder.

Por sua vez, as publicações comemorativas locais, como a de Fausel (1949), por ocasião do cinquentenário de Neu-Württemberg/Panambi, já apresentaram as bases para a análise do desenvolvimento como fruto do ideal e do trabalho de apenas dois homens.

O jubileu de ouro de Panambi, antigo Neu-Württemberg, floresce progressista centro agrícola e industrial [...] podemos asseverar que sua população cumpriu com galhardia sua missão, constituindo-se célula viva de labor fecundo e de civismo construtor.

Sem querermos personalizar, manda a justiça que citemos dois nomes que, por si só, sintetizam toda a grandeza desta colônia [...].

Dr. Herrmann Meyer, esse espírito de pioneiro, que fundou e organizou a futura colônia a expensas próprias, graças ao seu idealismo fecundo e sadio, cuja chama é o apanágio das almas grandes;

Hermann Faulhaber [...] o qual, pelo exemplo e pela ação soube conduzir a população pela vereda do trabalho, da ordem e da prosperidade, imprimindo à colônia o marco indelével de sua vigorosa personalidade.

O legado desses pró-homens de Panambi há-de constituir para as novas gerações uma fonte perene de inspiração, um exemplo vivo a iluminar o caminho seguro do porvir (FAUSEL, 1949: 1).

Segundo Michels (2001) e Peixoto (2003), além da identidade étnica, valores como o trabalho passaram a unificar essa população em torno de um mesmo interesse, ligando esse valor a Meyer e Faulhaber, que tanto se empenharam para conduzi-los todos na “vereda do trabalho, da ordem e da prosperidade”.

A possibilidade de viver da renda de seu ofício, e o aumento do número de pequenas fábricas e o seu crescimento, com a contratação de mais mão-de-obra, teve

⁷⁹⁵ Panambi emancipou-se de Cruz Alta em 15 de dezembro de 1954, e a instalação do primeiro prefeito ocorreu em 28 de fevereiro de 1955.

como resultado uma maior concentração de pessoas na sede urbana de Neu-Württemberg. Os terrenos urbanos com e sem edificações à venda rapidamente se esgotaram, com a majoração dos seus preços, exigindo assim a ampliação da área urbana. Com isso, surgiu a demanda por serviços e necessidades tipicamente urbanas, além de obras de melhorias.

Na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se a idéia de cidade⁷⁹⁶ como estilo de vida, o lugar onde as coisas acontecem. Iniciaram, então, as reformas urbanas em importantes cidades européias, como Paris e Londres, visando à higienização da cidade, à construção e ao alargamento das ruas, e à retirada do centro das cidades daqueles que não condiziam com esses ideais de modernidade – no caso, os pobres, os cortiços, os becos.

O Brasil acompanhou esse movimento na primeira década do século XX, e como ponto central, a modernização da capital Rio de Janeiro (Cf. PESAVENTO, 1999a). Processo semelhante ocorreu também em Porto Alegre, levado adiante pelas elites republicanas no poder, com a abertura de novas avenidas, construção de praças, novos bairros, interligando os diferentes pontos da cidade e o cais do porto. Visava, antes de tudo, a agilizar a circulação de automóveis, ícone da modernidade (MONTEIRO, 2007), associado “à velocidade, à liberdade, ao prestígio e à distinção social” (TRUZS, 2002 citado por MONTEIRO, 2007: 245).

No final da década de 1910, a Intendência Municipal de Cruz Alta passou a investir em obras de urbanização, com a abertura de largas avenidas, a construção e o ajardinamento de praças, além da iluminação pública, alcançando a rua, criando novos espaços de sociabilidade. A maior obra foi a construção do palacete da nova Intendência, cuja planta foi elaborada pelo engenheiro Rudolf Ahrons,⁷⁹⁷ diretamente envolvido com a modernização de Porto Alegre, na área de engenharia e construção. O Palacete, uma “obra moldada pela arquitetura moderna e que faz honra ao desenvolvimento da cidade”, localizado defronte a Praça General Firmino,

⁷⁹⁶ “A aliança da cidade e do conceito jamais os identifica mas joga com sua progressiva simbiose: planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar *a própria pluralidade* do real e dar *efetividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular” (CERTEAU, 2007: 172).

⁷⁹⁷ A primeira planta foi elaborada pelo engenheiro militar Viterbo de Carvalho. Mas, em função deste transferir-se para Santa Maria, abandonando o trabalho, foi encomendada uma nova planta (*Relatório da Intendência Municipal de Cruz Alta*, 1911).

foi inaugurado em 7 de setembro de 1914, e implicou em um custo de 200 contos de réis (*O Commercio*, 5/1/1928, n. 1285, ano IX, p. 2).

O mesmo escritório de engenharia de Ahrons, também foi o responsável pelo planejamento da sede urbana da colônia Neu-Württemberg. Em 1901, foi concluída a planta, apresentando um plano regular e quadriculado de quadras e lotes urbanos, uma área de chácaras e ruas que conduziam e interligavam a área em todas as direções com as linhas coloniais. A irregularidade do terreno, contudo, implicou na adaptação de alguns traçados do projeto original (ver *Figuras 7, 8 e 9*). Em meio à remodelação urbana das grandes cidades, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* teve então já a oportunidade de planejar a sede urbana atendendo aos princípios de urbanidade e modernidade, então em pauta, exigindo aos compradores de terrenos a imediata construção de casas, em madeira ou alvenaria, e de bom aspecto. A construção de estradas e ruas também foi planejada visando à circulação de automóveis.⁷⁹⁸ Dessa maneira, na colônia Neu-Württemberg e posteriormente, repetindo o mesmo esquema na colônia Erval Seco, a sede urbana precedeu ao início da colonização em larga escala, ao contrário da colônia Xingu, na qual foi o resultado da demanda interna, e coube ao Estado a sua implementação.

As primeiras casas de alvenaria foram construídas no início da década de 1910, como o *Castelinho*, da família imigrante Wolgien (*Figura 47*).⁷⁹⁹ Outra importante construção iniciada em 1927, foi o *palacete* de Adolpho Franke, edificado na esquina da rua do *Comércio*, em frente à praça – ao lado da antiga *Casa dos Imigrantes* (*O Commercio*, 23/3/1927, n. 1044, ano VIII, p. 2).⁸⁰⁰ Ainda, no mesmo período, o imigrante, médico diplomado Augusto Liebercknecht construiu um hospital do outro lado da igreja.⁸⁰¹ Comparando o aspecto do casario da sede da colônia dos primeiros anos da colonização, com o casario do final da década de 1930, fica

⁷⁹⁸ Na colônia Neu-Württemberg, pelos indícios, o automóvel já ocupava lugar de destaque na década de 20, pois uma das reivindicações realizadas ao subintendente de Cruz Alta em 1930 foi a realização dos exames para *chauffeur* na colônia devido à elevada demanda – naquela ocasião, se habilitaram 31 pessoas (*O Commercio*, 20/3/1930, n. 1943, ano XII, p. 2).

⁷⁹⁹ O *Castelinho* é uma das construções mais conhecidas em Panambi, pelo seu estilo arquitetônico diferenciado. Por um período abrigou o Museu da cidade. Localiza-se na Rua General Osório, e ainda pertence à mesma família.

⁸⁰⁰ Esse *palacete* ainda resiste ao tempo, mantendo os traços originais, e é endereço de um escritório de advocacia.

⁸⁰¹ Carta. Neu-Württemberg, 26/3/1929. Eduard Hempe a Herrmann Meyer, Leipzig. Pasta 4 - Cartas - Eduard Hempe a Herrmann Meyer [e vice-versa]. Caixa 44, MAHP.

evidente, além do crescimento urbano, a melhoria das edificações, pois as pequenas casas de madeira cederam espaço a amplas construções em alvenaria, ao lado de sofisticados prédios em madeira. Quanto ao seu estilo arquitetônico, manteve-se eclético, seguindo os padrões em voga então, ou conforme as preferências do proprietário.



Figura 47 – *Castelinho*, residência da família Wolgien, 8x11,5 cm. Neu-Württemberg, 1916
Fonte: Acervo MAHP.

Seguindo essa tendência, no final da década de 20, uma das principais reivindicações da colônia foi o ajardinamento da praça central, como algo extremamente importante para a população, pois aquele *campo central para os animais pastarem*, não condizia mais com a realidade e as novas necessidades da colônia. Minoly Gomes de Amorim, em 1927,

propôs à Câmara [Municipal] o nome de Dr. Germano Faulhaber para a praça principal da colônia Neu-Württemberg, dado a sua contribuição para a mesma. Sugeriu ainda que o poder público inaugurasse uma placa com a inscrição do novo nome da praça, bem como bancar as obras de nivelamento e cerca da praça.⁸⁰²

⁸⁰² Cruz Alta, 27/12/1927. Atas do Conselho Municipal de Cruz Alta 1926-1928, p. 16. 002 CMV – AHM 197, MAHMCA. Na reunião do dia seguinte, a Comissão em seu parecer afirmava que não era

No contexto do final da década de 1920, a relação entre a municipalidade e o distrito Neu-Württemberg era reflexo do próprio rearranjo político de Cruz Alta, com o fim do poder dos coronéis, representados pelo líder republicano Firmino de Paula, e enquanto Intendente, Firmino de Paula Filho. Internamente, a colônia acabara de perder seu expoente máximo, familiarizado com essa rede política: Hermann Faulhaber, e com a queda dos republicanos, Minoly Gomes de Amorim também havia perdido a sua representatividade. Esse vazio de poder não foi ocupado por uma liderança personalizada, mas, sim, por um grupo, a *União Colonial*.

O descaso da municipalidade para com a colônia extrapolou o âmbito local e ganhou repercussão na imprensa cruzaltense.

Da capacidade de trabalho dos habitantes daquele recanto de Cruz Alta, diz bem alto o incremento que vão tendo as pequenas indústrias em perspectiva de um desenvolvimento maior. E o que admira é o espírito de realizações práticas, despidas de teorias absurdas de industrialização sem base. É uma lição de pensamento e ação ao mesmo tempo, apesar de todos os entraves opostos à marcha ascensional do seu progresso. É uma força de querer capaz de construir o que todos os esforços teóricos que fogem às leis de Economia não puderam fazer (*O Commercio*, 13/4/1929, n. 1684, ano XII, capa).

Logo, essa população “laboriosa e ordeira” não recebia investimentos por parte da municipalidade.

Enquanto a iniciativa privada vai elevando o nível material e social desta vila [Neu-Württemberg], tanto que no primeiro semestre deste ano foram construídos seis novos prédios de material, causa estranheza a inação do Sr. Dr. Intendente do Município, que vem de há muito prometendo melhoramentos na sede, e até esta data nem sequer se dignou de visitá-la. Enquanto todos os que aqui mourejam procuram dar um novo aspecto à vila, as ruas vivem sem valetas onde as enxurradas possam seguir seu curso, a praça central não é mais que um potreiro onde os rebanhos se divertem e as próprias ruas em vários trechos apresentam em miniatura diversas lagoas dos “Patos” e “Mirim” onde se acolhem várias tocas de “Tatus”. Toda vez que reclamavam ao subintendente, este alegava que precisava autorização do intendente para fazer obras, e que este emitira uma circular proibindo qualquer investimento. Assim, esquecia que boa parte do orçamento do município era arrecadada nessa colônia, e que enfim, ao trabalhador só restava pagar impostos (*O Commercio*, 12/9/1929, n. 1.789, ano XII, p. 3).

de sua competência dar nomes a ruas e praças, enviando então a sugestão ao Intendente Municipal, para este tomar as providências cabíveis, já com a prévia aprovação da Câmara (Cruz Alta, 28/12/1927, p. 18. Atas do Conselho Municipal de Cruz Alta 1926-1928. 002 CMV – AHM 197, MAHMCA. Contudo, essa sugestão acabou não se efetivando, e a praça central nomeada Maurício Cardoso, e na segunda metade do século XX, para Engenheiro Walter Faulhaber, filho do Hermann e primeiro prefeito do município.

Assim, o fator desenvolvimento econômico e arrecadação fiscal foram acionados para justificar as reivindicações e pressionar a municipalidade. O desenvolvimento econômico da iniciativa privada não condizia com as precárias condições da sede urbana, de responsabilidade da municipalidade.

No mesmo ano da *Exposição de 1930*, quando a colônia apresentava seu potencial e sua diversidade produtiva, mostrava-se também como uma sede colonial, isto é, uma estrutura urbana pensada e planejada de forma diferenciada, destoando, dessa forma, do modelo urbano em construção na sede de Cruz Alta. Por tal motivo, os moradores da sede de Neu-Württemberg elaboraram um requerimento, acompanhado de 74 assinaturas, dirigido ao Presidente e demais membros do Conselho Municipal, manifestando o seu descontentamento com a cobrança de imposto sobre terrenos baldios, criado na administração anterior, solicitando a prorrogação da cobrança, dado que naquele momento, a situação da colônia não o comportava. Isso porque esse imposto “visava o desenvolvimento da construção urbana, na sede do município”, o que não era o caso do distrito. A cobrança de mais esse imposto era “profundamente onerosa para esta população rural, onde sobram casas desocupadas”, além disso, “os terrenos baldios aqui existentes são, na sua maioria, terrenos encharcados (tremedais), onde se torna impossível qualquer construção”. Lembravam que “numa sede colonial, são indispensáveis os terrenos para cultura doméstica, criação de aves e manutenção de animais de tração e vaca para leite”.⁸⁰³

Com essa política, a municipalidade de Cruz Alta tinha por objetivo forçar a construção na sede urbana e, dessa forma, reduzir a especulação imobiliária, visto que a maior parte dos terrenos baldios pertencia a abastados estancieiros e comerciantes, que aguardavam pela sua valorização. Porém, a funcionalidade dos terrenos baldios na sede do município e na sede colonial era distinta.⁸⁰⁴

⁸⁰³ Requerimento dos residentes do 8º Distrito de Neu-Württemberg. Neu-Württemberg, 8º distrito de Cruz Alta, 27/3/1930. Ofícios enviados para a Câmara de Vereadores de Cruz Alta. 001 AHM - CMV 257, MAHMCA.

⁸⁰⁴ Problemas urbanos mais sérios verificaram-se na colônia Neu-Württemberg/Panambi no início da década de 1950, quando então já pleiteava a emancipação. Em 1953, o vereador Walter Faulhaber expôs na Câmara de Vereadores de Cruz Alta as irregularidades verificadas no distrito concernentes à abertura de novas ruas e divisão de terras em terrenos, solicitando para isso apenas a escrituração junto ao escrivão distrital. O problema residia no fato dessas ruas não respeitarem a largura mínima exigida pelo código de posturas da prefeitura, e o subprefeito nunca era consultado sobre o caso. Assim, solicitava que a Câmara juntasse uma comissão de juristas e estudasse uma forma legal possível para impedir o avanço de tal mercado imobiliário, exigindo que o interessado na ocasião de

Segundo os dados do recenseamento de 1921, a população de Cruz Alta era de 37.990 habitantes, distribuídos em 9 distritos, e a densidade por quilômetro quadrado de 5,35 habitantes. Neu-Württemberg era o distrito mais populoso, com 7.192 habitantes distribuídos em uma área de 459 km², chegando a uma densidade populacional de 15,66 habitantes por km². Já o 1º distrito, englobando a sede urbana de Cruz Alta e a sua área de campo concentrava o maior contingente populacional, 8.996 habitantes, em uma área de 853 km², e uma densidade de 10,54 habitantes por km² (*O Commercio*, 24/7/1923, n. 396, ano IV, p. 2). Pelo Censo do IBGE de 1940, Cruz Alta contava com uma população total de 57.515 habitantes, destes, 19.970 na sede. A população de Pindorama era de 9.318 habitantes, distribuídos da seguinte forma: na área urbana 640 habitantes; área suburbana 836; área rural 7.842. Dessa forma, a população de Pindorama representava 16,20% do total do município de Cruz Alta, e 24,8% da população total localizada nos distritos, ou seja, fora da sede. Internamente, 6,86% da população ficava na área urbana, 8,97 na área suburbana, somando 15,85% ao todo, e o restante da população, 84,15%, estava na área rural.

Portanto, a colônia Neu-Württemberg formou-se na virada para o século XX, e em tais circunstâncias, recebeu imigrantes provenientes de áreas urbanas da Alemanha, com as mais diferentes especializações, e em pequeno número, camponeses. Se nas duas primeiras décadas de colonização não havia colocação para quem não era camponês, na década de 20 já era possível viver de seu próprio ofício, colaborando para isso o estágio de desenvolvimento da colônia e dos colonos, então já em condições para dar suporte e necessitar em maior escala desse tipo de profissional. Ainda, a maior concentração de pequenas fábricas e o seu crescimento, implicou na contração de mão-de-obra, o que resultou em uma

pedir autorização junto ao escrivão distrital, apresente uma planta devidamente aprovada pela prefeitura. Na justificativa da petição, explicava que “o crescimento vertiginoso das vilas do interior do nosso Município, ainda acelerado pelo afluxo do excesso das populações rurais a procura de existências nas fábricas que estão se criando e desenvolvendo em ritmo crescente, trazem à administração distrital toda sorte de problemas novos”. Explicava que na Vila de Panambi “existem dentro do perímetro urbano, em mãos de particulares, muitas áreas relativamente grandes, cujos proprietários estão organizando a sua subdivisão como bem entendem”. “Infelizmente, os adquiridores são na sua maior parte operários das fábricas que pretendem construir a sua casa própria” (Discurso do vereador Engº. Walter Faulhaber na Câmara de Vereadores de Cruz Alta, em 11/2/1953. Caixa 52, MAHP). Nesse sentido, Walter Faulhaber sinalizava para dois fenômenos: uma cidade planejada sofrendo com o crescimento e desordenamento urbano – não planejado –, motivado essencialmente pelo crescimento industrial. Ainda, a formação de vilas operárias, próximas às fábricas, e a migração rural-urbana.

maior concentração urbana o que, por sua vez, ampliou a necessidade e possibilidade de mais espaços e momentos de sociabilidade.

4.4 CHEGAR, PERMANECER, PARTIR: A MIGRAÇÃO INTERNA

A migração é um fenômeno variado e multiforme, tendo a mobilidade dos homens como ponto comum. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência. Um movimento migratório aparentemente homogêneo pode apresentar, em seu interior, motivações diversas, desde econômicas, sociais, políticas, religiosas ou demográficas. “Migrar corresponde, portanto, a um processo de desajustamento-ajustamento que se traduz na recompensa subjetiva que proporciona. Objetivamente, migrar suprime a inadequação entre o sujeito ou grupo e a sociedade de origem e restaura, nesta, o equilíbrio interno” (MARTINS, 1973: 21). Assim, o (i)migrante vive numa constante dialética de expulsão e atração (RAISON in ROMANO, 1986; SAYAD, 1998).

Por sua vez, a migração interna, de uma colônia para a outra, ou dentro da mesma colônia, além do retorno dos imigrantes, marcou todo o processo de colonização no Rio Grande do Sul e também, em Santa Catarina. No final do século XIX, esse movimento de pessoas tornou-se mais intenso ainda, e a distância entre o lugar de saída e de destino cada vez maior. Nesse contexto, insere-se a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, e entre as colônias novas e, principalmente a partir da década de 1920, das colônias novas para o oeste catarinense, e assim sucessivamente. Todo projeto de colonização ao se lançar, carregava consigo uma leva de migrantes.

A grande expectativa que acompanhava o emigrante ao deixar a Europa rumo ao novo mundo, construída em cima da propaganda, discursos da imprensa, publicações, relatos orais, e a desilusão no momento da chegada, quando percebia que a realidade não correspondia à sua utopia. Na publicação de Heinrich Pillmann (1921: 3), recomendada pela *Colonizadora Meyer*, o autor explicava que a mesma foi escrita por alguém que emigrou para uma colônia pública no Rio Grande do Sul trinta anos atrás, e, nessas circunstâncias, percebeu quão pouco os “novos colonos”

sabiam sobre a nova *Heimat* e a vida que ali levariam. Ainda, que no momento de decidir-se pela emigração, induzidos pelas leituras, cartas e o que ouviam dizer, criavam a sua imagem desse novo espaço, porém, esses materiais não condiziam com a realidade, por isso a maioria acabava se decepcionando ao se deparar com a colônia real. Assim, seu objetivo era indicar aos emigrantes em potencial aquilo que precisavam nos dois primeiros anos de sua nova vida em uma colônia.⁸⁰⁵

Os relatos fantasiosos, encontrados principalmente nas cartas do século XIX, estavam relacionados à censura do governo brasileiro ou dos responsáveis pela colonização, como o próprio Thomas Davatz (1972) denunciava, evitando a vazão de notícias desfavoráveis à imigração e colonização. Somava-se a isso o próprio orgulho do imigrante, de não se confessar derrotado, preocupando os seus parentes deixados na terra-natal. Inúmeras vezes, mentia sobre a real situação em que se encontrava, incentivando seus familiares a emigrar também, reunindo novamente a família.⁸⁰⁶

Cada vez mais era necessário *baixar a febre de emigração*, poupando muitos de um arrependimento tardio. Davatz (1972: 193) aconselhava a todos aqueles que almejavam emigrar que adiassem esse projeto o máximo possível, mesmo que estivessem levando uma vida pobre e cheia de privações, mas honrada e honesta em sua terra natal. Justificava que a decepção, além dos perigos da viagem, não compensava. Ou, quando realmente convencidos de que a emigração

⁸⁰⁵ Esse choque com a realidade foi narrado com caráter de denúncia, relativo a São Paulo, pelo imigrante suíço Thomas Davatz, na década de 1850. “Lindas descrições, relatos atraentes dos países que a imaginação entreviu; quadros pintados de modo parcial e inexato, em que a realidade é por vezes deliberadamente falseada, cartas ou informes sedutores e fascinantes de amigos, de parentes; a eficácia de tantos prospectos de propaganda e também, sobretudo, a atividade infatigável dos agentes de emigração, mais empenhados em recheiar os próprios bolsos do que em suavizar a existência do pobre... – tudo isso e mais alguma coisa contribuiu para que a questão da emigração atingisse um grau verdadeiramente doentio, tornando-se uma legítima febre de emigração que já contaminou muita gente. E assim como na febre física dissipa-se a reflexão tranqüila, o juízo claro, coisa parecida ocorre nas febres de emigração. Aquele a quem ela contagiou, sonha com o país idealizado durante o sono e durante a vigília, no trabalho e no descanso; agarra-se a prospectos e folhetos que tratam, do seu tema favorito, dando-lhes o maior crédito (em regra, porém, quando afagam as suas aspirações). Ao mesmo passo, no entanto, desprezam geralmente as advertências e conselhos dos homens sensatos e, logo que se ofereça oportunidade, decidem-se com freqüência a realizar os seus projetos até o dia em que – quantas vezes! – nada restará senão confessar o triste engano. ‘Fui ludibriado!’, ou: ‘Desta vez estou perdido!’, ‘Tenho de agüentar a brincadeira e fazer das tripas coração!’, ‘Arrependo-me amargamente do dia em que resolvi embarcar, mas agora é suportar tudo em silêncio. Fulano avisou-me em tempo mas é tarde para confessar-lhe o erro!’ Não faço meras conjeturas; limito-me a reproduzir o que, desgraçadamente, tenho escutado, e muitas vezes, com estes ouvidos” (DAVATZ, 1972: 1-2).

⁸⁰⁶ Sobre as cartas de imigrantes, ver os artigos de Débora Bendocchi Alves (2003) e Gisela Anna Büttner Lermen (2002).

seria a única saída, que a *priori* realizassem uma rigorosa investigação sobre a credibilidade do projeto de colonização em questão, buscando uma colocação no país de destino antes de abandonar o de origem. Enfim, desaconselhava o emigrante a se aventurar cegamente rumo à “terra da promessa”, pois “não há quem imagine, em sua terra, como é doloroso ter de definir em um país distante, onde não se encontrou a felicidade apetecida...”.

Quase um século depois, Weiss (1949: 11) retomou a mesma questão, afirmando:

a saudade à terra natal é uma força indomável, capaz de influir de um modo extraordinário no sucesso do emigrante. Ela nem sempre é eliminada por uma vida de bem estar, mas sempre é fomentada quando se encontrar em situação material menos agradável ou difícil.

Segundo o mesmo autor, os tropeiros que conduziram a família da sede da colônia Erechim até o seu lote teriam contado que

há dois anos traziam colonos para a mata, mas que a metade tinha novamente voltado, procurando a cidade onde era mais fácil obter meios de vida. Tinham ido para seus lotes com mulas carregadas, como nós, mas voltavam a pé, só com um saquinho de roupas rotas (WEISS, 1949: 31).

O sonhado enriquecimento, nesses casos, transformava-se em pobreza. O estabelecimento na gleba de terras, por um lado, atendia às expectativas acalentadas desde a Alemanha, mas, por outro, descortinava uma gama de dificuldades não imaginadas.

Impossível descrever a sensação de que estávamos possuídos nos primeiros momentos quando constatamos e compreendemos que estávamos longe, muito longe da civilização, longe de meios normais de vida, numa solidão de fazer doer a alma em angustiosa dúvida quanto à nossa existência futura (WEISS, 1949: 34).

O imigrante Josef Hesselmann, um construtor de barcos, sem trabalho no pós-I Guerra Mundial, na qual foi combatente nas forças da marinha, decidiu deixar a Baviera e emigrar para a colônia Neu-Württemberg. Ali, a família adquiriu um lote colonial de segunda mão, que venderam logo em seguida, e migraram para a sede urbana da colônia, onde o patriarca retomou a sua atividade de ofício no ramo da construção.

Ele [meu pai] pensou que se fosse para a colônia iria enriquecer. Mas ele não era camponês, não sabia trabalhar com a enxada, e o dinheiro que recebeu pela venda de sua casa na Alemanha teve que empregar todo para comprar sua colônia no Brasil. Eles queriam muito voltar para lá uma vez,

mas nunca foi possível, nunca [...] era tão ruim, se ganhava tão pouco, que muitas vezes não tinha [dinheiro] que chega para pagar o fósforo.⁸⁰⁷

Certa dose de fantasia e credulidade existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala. O migrante tende a exagerar as possibilidades disponibilizadas pelo local de destino, como se fossem infinitas, onde a capacidade de ação não encontra obstáculos, idealizando em excesso. Os relatos de imigrantes sobre as dificuldades enfrentadas no novo meio são escassos. A grande epopéia da imigração, construída a *posteriori*, silencia os pormenores, afirmando que as dificuldades foram vencidas pelo trabalho.

A Colonização Alemã tornava-se o resultado de medidas e atitudes coerentes, decididas e positivas. A miséria transformou-se em heroísmo. Os colonos são objetivos, decididos, corajosos e vencedores. No imaginário epopéico, o abandono à própria sorte é uma grande e constante marca. O abandono de quem escapou da pátria mãe e não volta mais. A narrativa lembra que o filho jamais voltará. A epopéia colonizadora é a história do filho pródigo que não voltou! (SANT'ANA, 1991: 62).

De acordo com Giralda Seyferth (2004b), por volta de 1840, atribuía-se o insucesso da colonização e a mobilidade espacial dos colonos, exemplificados no caso de São Pedro de Alcântara, à facilidade de obter terra sem pagar nada por ela. Para aqueles que formulavam as políticas de imigração e colonização, a culpa cabia aos próprios colonos, acusados de só pensar nos subsídios e de não ter nenhum apego à terra recebida. Transformar as terras devolutas em mercadoria seria uma das soluções então para atrair novos imigrantes e uma tentativa de fixá-los.

Esse movimento de vai e vem dos colonos preocupava as autoridades envolvidas diretamente com a política de imigração e colonização pública, como João J. P. Parobé, secretário dos Negócios das Obras Públicas, que se debruçou justamente sobre essa questão em seu relatório de 1903. Segundo ele, o decréscimo da corrente imigratória nos últimos anos tinha como desvantagem “retardar o povoamento”, mas, em compensação, o estado só recebia

peçoal que para aqui vem espontaneamente e com o ânimo de fixar-se, o que não se dava outrora, com a imigração oficial, que os colonos, em grande número, abandonavam os lotes ou passavam a outros recém-chegados e retiravam-se como se verifica pelo cadastro das colônias, cujos lotes em número considerável não estão ocupados pelos primitivos concessionários, sendo mesmo muito comum estarem com terceiro ou quarto ocupante (*Relatório. Obras Públicas*, 1903: 9).

⁸⁰⁷ Depoimento de Charllotte Anna Hesselmann Wolgien concedido a Rosane Marcia Neumann, em 16/06/2002, no Lar de Idosos Moriá, São Leopoldo-RS. Arquivo particular (NEUMANN, 2003).

Isso não era uma característica exclusiva do Rio Grande do Sul. Também em São Paulo a situação não era diferente, pois, geralmente, quando quitada a dívida com a fazenda, esses imigrantes/colonos rumaram para as cidades, onde passaram a exercer a sua profissão de origem ou empregar-se como operários em fábricas, ou outras regiões próximas, onde poderiam adquirir uma pequena propriedade de terras. Assim, tanto na capital quanto no interior, formaram-se pequenos bairros alemães (cf. SIRIANI, 2003; PETRI, 2005). Sobre a mobilidade dos colonos em São Paulo, Holloway (1986: 166-167) afirma que eles retinham algum controle sobre a sua própria força de trabalho, assim,

as causas de mobilidade geográfica podem ser vistas como vantagens relativas entre cursos alternativos de ação, na medida em que o colono percebia suas opções. Afetando sua decisão de sair ou ficar, havia uma combinação de fatores que *empurravam* – os aspectos negativos da vida de colono; e fatores que *puxavam* – os incentivos concretos com o propósito de atrair trabalhadores de um conjunto de mão-de-obra abundante, porém móvel. Os fazendeiros temiam a escassez de mão-de-obra, e competiam entre si pelos trabalhadores.

Ao estabelecer os colonos em pequenas propriedades, era uma forma de reduzir a mobilidade, além de propiciar a produção de alimentos. Ainda, a pequena propriedade não concorria com o latifúndio cafeeiro.

Historiando a condição do trabalhador rural na Alemanha no século XIX, Max Weber aponta que o camponês também não era tão sedentário quanto se imagina. Havia várias categorias de trabalhadores, conforme o modelo do contrato que assinavam junto ao proprietário das mesmas. Todavia, a área que recebiam para cultivar variava. A dimensão oscilava entre dois terços de hectare a um hectare e meio, conforme a qualidade da terra. Via de regra, o senhorio se encarregava da preparação do terreno com suas parrelhas, quando isto não era realizado pelo morador com a pá de corte. Quanto maior a área recebida pelo trabalhador, tanto maior a sua autonomia.

Um homem que recebe somente uma medida de terra ambulante, mutável conforme a rotação da série de colheitas do senhorio, não é um trabalhador “sedentário”, como se tem repetidamente afirmado do lado patronal, mas ele participa apenas do risco e do lucro eventual nas colheitas da propriedade, em seu conjunto, conforme seja o volume do seu fornecimento (WEBER in SILVA e STOLCKE, 1981: 26).

Conseqüentemente, as migrações em busca de trabalho eram corriqueiras. Já nas camadas mais modestas da Alemanha,

existia uma *Heimatlosigkeit* (ausência do sentimento de pátria) estrutural, vivenciada como a não-propriedade do solo ([*Grund*] – *Beitzlosigkeit*), o que tornava alguém sem terra o mesmo que alguém sem pátria, com a conseqüente condição de desgarramento, ou ausência de sentimento comunitário. Emigrar surgia como a única alternativa para um dia se realizar o sonho de ser proprietário de um pedaço de chão (ALENCASTRO e RENAUX, 1997: 318-319).

No Brasil, a mobilidade espacial, rumo a novas frentes de expansão, permaneceu como uma prática recorrente nas zonas de colonização. João Feres (1990) entende que a expansão da agricultura através da abertura de novas frentes de colonização, ou seja, essa fronteira móvel funciona como válvula de escape para a pressão social e econômica, presentes no meio rural. Desloca-se a fronteira, acalmando a agitação social criada por lavradores insatisfeitos, evitando dessa maneira a redivisão das terras e a reorganização da estrutura agrária. Otávio Velho (1979) também se refere ao papel da fronteira controlada – diferindo da fronteira aberta e fronteira fechada – como um escoadouro do excedente de camponeses pobres em momentos de tensão, bem como um *locus* para as transformações capitalistas no seio do campesinato.

Para o imigrante, a propriedade da terra era muito importante. Terra, nesse sentido, significava liberdade, possibilidade de ascensão social e econômica. Porém, a ligação do imigrante com a terra é discutível. Para Ellen Woortmann,

mais que mercadoria, para aqueles camponeses a terra é um valor simbólico, um patrimônio familiar que deve passar de uma geração a outra e permanecer na casa-tronco, a *Stammhaus*. Sua representação incorpora o trabalho ancestral e é referência para o futuro e para a reconstrução, em novas bases, de uma identidade camponesa; é também com relação a ela, como base territorial da casa-tronco, que se organizam as alianças matrimoniais (WOORTMANN, 2004: 25).

E acrescenta:

“Passar para” é uma operação excepcional, um “mal necessário”, mas moralmente legítima por ser interna ao universo de parentesco ou comunitário, embora possa ser vista pela comunidade como resultado de incompetência do herdeiro-guardião. Mas vender para um estranho é visto como resultado de “ambição”: significa transformar a *Land* (e a *Stammhaus*) em mercadoria, renegando a labuta (*schuffen*) das gerações anteriores (WOORTMANN, 2004: 33).

A autora trabalha com a idéia do imigrante-colono como sedentário e apegado à terra de forma sentimental – aquele que recebeu ou pagou o seu lote, permanecendo ali por toda vida, bem como as próximas gerações. Seu

posicionamento desconsidera a constante migração, bem como o valor de mercado da terra.

Outros estudos, como de Willems, Waibel, Roche e Seyferth, são unânimes ao afirmar que o colono era apegado à propriedade da terra como um bem econômico, porque os imigrantes haviam perdido uma virtude camponesa essencial: o apego à terra. Essa “perda cultural” seria a responsável pela venda, na primeira oportunidade, da sua terra, abandonando o seu lar, adquirindo um lote mais em conta, uma “terra boa” ou *Gutes Land*, um lote com uma localização mais favorável, um negócio mais rentável ou, ainda, migravam para os núcleos urbanos, dedicando-se a um ofício, geralmente aquele que já conheciam na Europa.

Várias razões explicam esses deslocamentos, como: o crescimento demográfico da antiga zona de colonização alemã – e italiana –, aliado à escassez de terras para venda, impulsionou o avanço da frente de expansão, formando novas colônias, como as do Planalto rio-grandense; a rotação de terras, semelhante ao hábito nômade do *caboclo* ou do índio, acompanhada do uso intensivo e das queimadas, provocavam o rápido esgotamento do solo, com a queda da produção; a disponibilidade de terras por preços mais acessíveis nas frentes pioneiras de colonização,⁸⁰⁸ o fluxo constante de imigrantes ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, abastecendo as colônias, pois os elementos estrangeiros deixavam as áreas rurais quando atraídos pelas possibilidades apresentadas pelas cidades, ainda mais com o incremento industrial; o abandono ou a conjugação da atividade agrícola com o artesanato rural; a falta de sociabilidade foi a responsável pelo abandono dos lotes ou o desespero de muitos imigrantes, pois a distribuição dos lotes em linhas coloniais, distantes uns dos outros, diferia do modo de vida em aldeia conhecido na Alemanha.⁸⁰⁹

⁸⁰⁸ “A expressão *pioneiro* é originária da terminologia militar e significa ‘escoteiro’, ‘batedor’. Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da *frontier* sertão adentro. Temos aqui um segundo termo da língua inglesa que no Novo Mundo tomou sentido diferente. Na Europa a palavra *frontier* significa o limite político que separa países vizinhos. Nos Estados Unidos, entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: ‘passou a significar o limite da zona povoada’. E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira” (WAIBEL, 1979: 280-281).

⁸⁰⁹ Waibel (1979) fala, sem se deter, sobre a forma de distribuição dos lotes de terras no sul do Brasil, com longas faixas de terras de forma retangular. Esse modelo teria sido comum no final da Idade

Somando-se a esses fatores, Seyferth (2004b) entende que essa mobilidade espacial tinha outros pretextos, que também provocaram invasões irregulares de lotes entre colonos e abandono à revelia das autoridades: a má qualidade das terras e a distância em relação à sede colonial foram causas determinantes da migração, mas também a separação da família aparentada ou emigrada de uma mesma região, que reflete a impossibilidade de escolha da terra, sobretudo nas colônias oficiais.

Um dos problemas fundamentais relacionados ao modelo de colonização adotado no estado era a incompatibilidade entre a área de um lote colonial e as técnicas de produção adotadas, esgotando o solo na primeira geração. Criticando esse aspecto, Waibel (1979) apresenta a expressão alemã *minimale Ackernahrung*; a qual se refere à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a um agricultor e sua família um padrão econômico e cultural decente. A *minimale Ackernahrung* depende principalmente de dois fatores: as características da terra e o sistema agrícola que o lavrador deverá aplicar. Nessas circunstâncias, um agricultor no Brasil deveria receber entre 70 e 100 hectares, no mínimo. Os lotes exíguos eram insuficientes para a reprodução do campesinato ali formado já a partir da segunda geração. Dada essa impossibilidade, o colono obrigava-se a migrar em busca de uma nova área de terras, recomeçando todo o ciclo econômico novamente.

Na opinião de Hermann Blumenau (2002: 32), “uma Colônia deve ser um ponto de apoio para a imigração e não um empecilho ou uma armadilha, onde é fácil chegar, mas difícil ou impossível sair. Pela natureza de seu trabalho e também pelas suas proporções limitadas, ela não pode oferecer ocupação e nem satisfazer os desejos de todos os imigrantes”, logo, chegar e partir fazia parte do cotidiano de qualquer projeto de colonização. Acreditava também que nem todos serviam para uma colônia recém-formada, mas somente aqueles que concordavam em se adaptar a esse estilo de vida inicial, valendo-se do auxílio de pessoas experientes.

Assim, no Brasil, o colono foi menos sedentário do que o camponês europeu. Caracterizavam-no “a ânsia por novas terras e o ‘*Wanderlust*’ (desejo de peregrinar). Quando encontrava terras melhores para si e seus filhos, tornava a se

Média, durante a colonização das montanhas do leste da Alemanha. Todavia, esse tipo de ocupação era quase desconhecida no norte, no oeste e no sul da Alemanha, de onde vieram os primeiros imigrantes, regiões nas quais viviam em vilas aglomeradas, comprimidos uns aos outros.

mudar novamente” (FOUQUET, 1974). Roche (1969: 319) afirma que, excetuando os que permaneciam no lote paterno, os descendentes de colonos migravam em média uma vez durante sua vida. Os imigrantes e seus descendentes alimentavam, então, as migrações internas, o que representa uma marca distintiva da colonização no Rio Grande do Sul. O *pioneirismo* permanente expandiu rapidamente a fronteira agrícola, formando novos núcleos coloniais em áreas cada vez mais afastadas da capital. A esse processo de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas, promovido pelas sucessivas frentes pioneiras, compostas por colonos filhos de imigrantes ou eles próprios, Roche denominou *enxamagem*.

Mais do que a imigração, a remigração interna foi a responsável pela expansão da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul. Isso transparece na rápida ocupação do vale dos rios dos Sinos, Caí e Taquari, e posteriormente das *colônias novas* do Planalto. Se para isso concorriam imigrantes recém chegados, a outra parte era composta por colonos e seus filhos, já estabelecidos há mais tempo. No século XIX, a migração, rumo a um novo lote de terras era a solução para resolver os problemas da zona colonial. Já no século XX, com a escassez de terras, cresceu sensivelmente a divisão das mesmas, resultando em áreas cada vez menores.

As empresas colonizadoras particulares foram fundamentais nesse processo, adquirindo grandes extensões de terras públicas e privadas com o compromisso de colonizá-las e, em alguns casos, para especulação. Waibel ressalta que os pioneiros norte-americanos e brasileiros, seja qual for a sua origem étnica, possuem um traço característico comum, qual seja,

o espírito especulativo das grandes iniciativas e a confiança no futuro, que os leva a caminhar sempre para diante e a comprar novas terras, em vez de procurar garantir e de explorar mais intensamente a propriedade que possuem. Esta fome de novas terras é, principalmente, uma consequência dos sistemas agrícolas adotados pelos colonos (WAIBEL, 1979: 306).

Para Roche, a agricultura dos colonos alemães

teve caráter essencialmente pioneiro. Depois de ter feito recuar a floresta, esgotou o solo, obrigando os colonos das gerações seguintes a emigrar para novas zonas a desbravar ou, mais recentemente, para os centros urbanos. [...]. Para continuarem agricultores, esses agricultores deixavam seu torrão, para encontrarem um novo lote, deixavam o seu, pois não eram rendeiros mas proprietários ou filhos de proprietários. [...]. Porque eram proprietários, mais precisamente pequenos proprietários, os colonos foram condenados a deixar o lote desbravado pelos pais e a continuar ou voltar a ser pioneiros (ROCHE, 1969: 319).

Após um século de imigração e colonização alemã no estado, Theodor Amstad, reportando-se ao movimento das populações rumo às *colônias novas* da região do Planalto, ponderou que demorou “um bom tempo até que os colonos alemães se decidissem por um ‘vôo para tão longe’. O estímulo imediato para tanto foi dado pela febre por terras dos anos noventa. Derrubaram-se para os moradores das colônias velhas os limites de suas estreitas picadas natais, pela compra cega das colônias cobertas de mata” (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 127) – esse movimento teria se intensificado com o final da *Revolução Federalista*. Nesses movimentos migratórios, os colonos carregavam as suas mudanças da forma possível: de trem, a cavalo, de carro ou carroças de boi.

Não raro podia-se assistir ao espetáculo inusitado, como pessoas que até aquele momento mal haviam ultrapassado os marcos de fronteira de seu município, carregarem com toda a naturalidade seus pertences numa carroça, passando três a quatro semanas peregrinando, até alcançarem o extremo noroeste do nosso Estado, em Serro Azul, Pirapó ou Serro Pelado, para aí construir sua nova querência (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 128).

Para Amstad, uma das principais razões para esse deslocamento era o modelo de colônias públicas fundadas no início da República, baseadas na colonização mista, o que fazia com que boa parte dos colonos, detentores de capital, migrassem novamente para colônias particulares, confessionais e etnicamente separadas. Outro fator era a especulação dos compradores e vendedores de terras, que tinham seus agentes espalhados na capital, nas estações de trem, nas colônias, cada qual afirmando que suas terras eram as melhores e as mais baratas. Influenciados por essa propaganda, muitos migraram para as novas frentes de expansão agrícola. “Em questão de 10 a 15 anos o [rio] Ijuí, de Serro Azul até a sua desembocadura no rio Uruguai, numa extensão de 70 a 80 quilômetros, fora ocupado. Acabara-se de fundar a São Leopoldo do século vinte” (*Cem anos de germanidade...*, 1999: 129).

Analisando as descrições sobre o cotidiano da colonização através dos relatórios da *Colonizadora Meyer*, encontra-se nas suas colônias um imigrante/colono com baixo índice de fixação nos locais de chegada, circulando de uma colônia à outra, ou dentro do próprio complexo colonial de uma linha para a outra. O pioneirismo permanente e, por conseqüência, o abandono do lote colonial,

foi um problema com o qual a *Colonizadora* – tal qual os demais empreendimentos de colonização da região – conviveu no decorrer de sua atuação.

Dentro dos limites de uma colônia, a realidade não era muito diferente: a compra e devolução de lotes coloniais, mais a permuta entre os compradores e entre estes e a *Colonizadora Meyer* eram corriqueiros. Para um observador de fora, tal movimento geralmente era lido como um sinal de alerta de que poderia haver algum problema. Dessa posição, um artigo publicado em 1912 acusava Herrmann Meyer de capitalista, e apresentava o fato de que a maioria dos imigrantes novamente abandonava a colônia como um indício de que não se tratava de um projeto de colonização sério.⁸¹⁰

Enfim, a região do Planalto foi basicamente ocupada pela *enxamegem* de colonos da antiga zona de colonização, incluindo como um dos destinos as colônias de propriedade da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*. Como já visto no capítulo precedente, os colonos assinavam um contrato de compra e venda particular com a *Colonizadora*. Conforme a cláusula 14 do contrato: “só depois de ter efetuado o pagamento total e de ter feito plantação no terreno adquirido e fixado moradia habitual, por si ou por seu representante, dentro da zona colonial, poderá o comprador exigir se lhe passe a competente escritura pública de compra e venda”.

Os dados sistematizados no *Quadro 17* e analisados a seguir estão baseados nesses contratos, tendo como espaço a colônia Neu-Württemberg, no período de 1900 a 1942, respectivamente, o primeiro e último contrato constantes em uma série dos mesmos arquivados – eventualmente, alguns podem ter sido extraviados –, lembrando-se, contudo, que não se trata das escrituras públicas, uma vez que essas foram celebradas em cartório, e significavam, automaticamente, o rompimento do vínculo entre a empresa e o comprador, bem como não estão incluídas aqui as transações particulares efetuadas após ser passada a escritura.

⁸¹⁰ Artigo. Brasil – Alemanha (continuação). Tradução [francês-alemão] da *Revue Franco-Brésilienne*, Rio de Janeiro. Ano 3, N. 69, de 15/11/1912, página 2-4. Caixa 31, MAHP.

Ano	Pago à vista	Pago parcelado	Quitação contrato	Desistência contrato	Sede urbana	Devol. 2x	Devol. 3x	Devol. 4x	Alterado §2 -1906	Pgt. até 1906
1900	0	39	32	7	0	1	0	1	14	25
1901	0	26	13	13	0	0	2	0	17	9
1902	1	19	19	1	2	0	0	0	5	15
1903	1	40	30	11	3	3	1	0	9	31
1904	6	23	15	14	8	1	1	0	13	16
1905	0	28	17	11	13	4	0	0	9	19
1906	3	16	8	11	7	4	3	0	4	15
1907	1	0	1	0	1	0	0	0	-	-
1908	2	48	13	37	3	7	1	3	-	-
1909	4	30	11	23	5	5	1	0	-	-
1910	9	87	24	72	17	16	2	0	-	-
1911	5	123	15	113	9	26	9	1	-	-
1912	6	38	14	30	17	3	3	0	-	-
1913	11	43	18	36	31	4	1	0	-	-
1914	12	55	25	42	16	6	1	0	-	-
1915	35	84	32	87	26	4	2	0	-	-
1916	43	67	35	75	3	3	0	0	-	-
1917	58	45	33	70	10	2	0	0	-	-
1918	65	57	30	92	7	0	0	0	-	-
1919	79	52	50	81	13	0	0	0	-	-
1920	60	35	36	59	12	1	0	0	-	-
1921	31	19	16	34	18	1	0	0	-	-
1922	54	24	22	56	13	1	1	0	-	-
1923	47	52	30	69	16	1	0	0	-	-
1924	81	45	60	66	33	1	0	0	-	-
1925	44	13	25	32	18	0	0	0	-	-
1926	16	8	9	15	10	0	0	0	-	-
1927	4	6	4	6	1	0	0	0	-	-
1928	4	2	5	1	3	0	0	0	-	-
1929	2	4	3	3	1	0	0	0	-	-
1930	0	2	0	2	2	0	0	0	-	-
1931	4	9	4	9	2	0	0	0	-	-
1932	1	3	3	1	0	0	0	0	-	-
1933	3	3	2	4	3	0	0	0	-	-
1934	1	6	4	3	4	0	0	0	-	-
1935	6	4	8	2	3	0	0	0	-	-
1936	0	1	1	0	0	0	0	0	-	-
1937	3	6	6	3	5	0	0	0	-	-
1938	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
1939	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
1940	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
1941	1	0	1	0	0	0	0	0	-	-
1942	1	0	1	0	0	0	0	0	-	-
									-	-
Total	704	1.162	675	1.191	336	94	28	5	71	130

Quadro 17 – Contratos de compra e venda da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, 1900-1942

Fonte: A autora (2008).

No total, trata-se de um conjunto de 1.886 contratos, desconsiderando, nesse caso, o número total de lotes vendidos – analisados no gráfico da Figura 40, no capítulo anterior –, visto que a venda de mais de um lote para um mesmo indivíduo, geralmente era registrada no mesmo contrato, propiciando assim uma amostragem próxima da realidade do deslocamento dessa população dentro do espaço colonial.

Desse total de contratos, no quesito forma de pagamento, 38% dos compradores quitaram o contrato no ato da compra, e 62% parcelaram o valor contratado. Do total, 82% dos contratos referem-se a lotes coloniais, e apenas 18% a terrenos urbanos e chácaras na sede Elsenau e terrenos urbanos na sede Sanga do Meio, na linha Hindenburg.

O dado mais evidente nesses contratos é a desistência ou devolução do lote colonial adquirido, assinalada pelo carimbo *zurückgegeben*/devolvido. Do total de contratos, 64% dos compradores desistiram da compra, ou transferiram o contrato para outro, ou permutaram o seu lote, enfim, assinaram um termo de devolução do lote com as benfeitorias, desistindo de todos os seus direitos, em favor da *Colonizadora*. Dependendo do acordo com a empresa, esta concedia um prazo de 30 dias para retirar as benfeitorias. Do mesmo modo, a empresa era obrigada a devolver os valores já pagos, descontada a multa rescisória. Em apenas 36% dos contratos, os seus compradores permaneceram com o lote contratado, solicitando posteriormente a escritura pública.

Na fase inicial da colonização, as desistências apresentaram índices mais elevados quando venciam os prazos para a quitação do contrato. Aqueles contratos assinados entre 1900 e 1906, na sua grande maioria, foram quitados até o prazo de vencimento, que então era de 6 anos. Em 1906, em razão das dificuldades econômicas dos colonos, o § 2, que tratava dos prazos, foi modificado, concedendo mais 2 anos, totalizando 8 anos para o pagamento da última parcela. De um total de 202 contratos assinados até então, 130 já haviam sido liquidados, enquanto 71 contratos foram prorrogados.

A transferência do contrato para terceiros, até ser escriturado, era uma prática comum. Por exemplo, Paul Baumgart adquiriu o lote n. 3 da Linha Brasil, em 1º/12/1900, com área de 240.000 m², pelo valor de Rs 800\$000. Não consta no contrato se pagou um valor de entrada ou não. Em 1906, o prazo para o pagamento

foi prorrogado por mais dois anos, quando deve ter quitado a sua dívida. Contudo, devolveu o lote para a *Colonizadora* em 2/7/1912, a qual o concedeu para Karl Leopold Schüller. Este se desfez do lote em 5/3/1913, menos de um ano depois. A *Colonizadora* concedeu-o a Silveiro Weyrich, o qual também não permaneceu no lote, devolvendo-o em 4/7/1914, quando foi repassado para Heinrich Hinnah. Todavia, este último devolveu a metade do lote em 5/1/1916, que foi vendida para Julius Horst, e o restante, em 18/11/1927. Logo, em 16 anos, o referido lote de terras contou com quatro proprietários diferentes, sendo que os três últimos ficaram de posse do mesmo por pouco tempo, e resultou em um lote fracionado.

Problema mais grave era a inadimplência dos colonos. Em situações delicadas, a *Colonizadora* procurou renegociar o contrato, em outras, pressionou pela devolução do lote, e, como última medida, executou a dívida em juízo. Por exemplo, em 22/3/1907, na ausência de pagamento, a empresa entrou com uma ação ordinária de seqüestro de bens contra Bruno Kertscher, devedor da importância de Rs. 1:500\$000, e mais a importância de trezentos marcos, conforme recibo assinado pela mulher do mesmo, totalizando Rs. 1:727\$700. Para o pagamento da dívida, requereu-se o seqüestro em quatro lotes urbanos e uma pequena casa de madeira, pertencentes ao mesmo devedor, que se encontrava ausente e em lugar ignorado (Edital de citação. *Cruz Alta*, 2/5/1907, p. 3). A política interna da companhia de relacionamento com os colonos tinha por princípio evitar processos judiciais, de qualquer natureza, para não expor a sua imagem, e com isso, afastar os potenciais compradores de terras. Priorizava, então, os acordos internos e diretos entre as partes envolvidas.

Outro dado interessante, que passa despercebido nas análises gerais, relaciona-se ao preço de um lote colonial. A tendência natural seria o preço aumentar, conforme o andar da colonização. Porém, na colônia Neu-Württemberg, em 1900, um lote custava Rs. 800\$000; a partir de 1901 até 1907, foi elevado a Rs. 1:000\$000, chegando a Rs. 1:200\$000. Entretanto, a partir de 1908, com a ampliação da colonização além dos rios Fiúza e Palmeira, extrapolando os limites da *velha Neu-Württemberg*, verificou-se justamente o contrário, ou seja, uma redução sensível no preço de um lote colonial, voltando a Rs. 800\$000, e na área ao norte do rio Palmeira, o preço médio era de Rs. 600\$000, com prazo de até 7 anos para pagar. Com essa alteração no mercado de terras, compensava ao colono desistir do

contrato anterior e reiniciar todo processo pioneiro em outra linha colonial. Logo, a própria variação dos preços dos lotes dentro dos limites da colônia e dos prazos de pagamento incentivava a migração de uma linha à outra, e de uma colônia à outra. No período de 1912 a 1926, o preço do lote ficava entre Rs. 500\$000 e Rs. 6:000\$000, e os prazos, de 6 meses a 4 anos. Ainda, a venda de *partes* de lotes tornou-se comum, como um quarto de lote, meio lote, e assim por diante, reduzindo os custos e resultando no fracionamento do lote, especialmente na colônia Erval Seco, formando uma estrutura de chácara.

Tal redução substancial ou estagnação do preço de um lote colonial contrariava e comprometia a sustentabilidade econômica da *Colonizadora Meyer*. Uma das razões para esse comportamento foi a concorrência, pois vários empreendimentos do gênero na região e no oeste catarinense, públicos ou privados, conseguiam oferecer preços mais competitivos, e com isso, para se manter no mercado, via-se obrigada a reduzir os preços também. Outros fatores foram os conflitos verificados na região, criando um clima de instabilidade, bem como os conflitos externos, além das sucessivas crises econômicas do país. Esse contexto reduziu a demanda por terras e, por decorrência, os preços

Portanto, o deslocamento migratório *interlinhas* acompanhou o movimento de colonização desses espaços, visto que os primeiros compradores de lotes coloniais nas linhas em formação foram os próprios colonos já estabelecidos na colônia, ou os filhos destes. Foi o caso, por exemplo, de Leonard, Felipe e Hermann Schumann: tendo iniciado a venda de terras na parte Neu-Württemberg-Palmeira, devolveram, em 1910, seus lotes na linha Rincão, e atravessaram o rio Palmeira, adquirindo lotes nas linhas Raiz e Clara, por preços mais reduzidos. Dessa forma, as estratégias da *Colonizadora* na tentativa de estabelecer primeiro os colonos nos lotes mais afastados e acidentados, como era o caso da linha Rincão, não alcançou o êxito esperado, justamente em razão da realocação por conta própria dos colonos, seja por questões financeiras, de parentesco, relações pessoais, etc. Fato é que a *Colonizadora* não conseguiu controlar nem deter esses deslocamentos internos.

Acompanhando a trajetória migratória de alguns desses colonos, percebe-se pelo menos dois tipos: aqueles que tinham como interesse ampliar a sua propriedade, adquirindo ou permutando novas áreas de terras nas imediações do lote original, como por exemplo, Peter Bock, na linha Rio Grande e Brasil, na colônia

Neu-Württemberg. O segundo tipo, mais comum, era o *colono errante*, ou talvez justamente o empreendedor, que aproveitava as ofertas de terras, transferindo com muita freqüência o contrato para terceiros. Um típico negociante de terras foi Friedrich Forbrig, o qual também intermediava as negociações de terras entre os *caboclos* e a *Colonizadora Meyer*, bem como comprava terras e posteriormente as revendia para a empresa, dessa forma, foi o titular de 16 contratos – 14 de terrenos urbanos, e 2 de lotes coloniais. Outros, como Carl Dose, Jakob Krämmer, Adolf Kepler, Jakob Schüler Sobrinho, Luis Júlio Kich, Rodolfo Prager e Carlos Scheer, adquiriram sucessivamente vários lotes e terrenos urbanos, em diferentes linhas coloniais e na sede, devolvendo ou transferindo-os em seguida, por vezes pagaram o preço total no ato da compra, outras, parcelaram, até permanecerem definitivamente com uma ou mais propriedades. Por sua vez, Jakob Bock representa talvez ainda um terceiro grupo minoritário, aquele dos imigrantes/colonos mais remediados, que tratavam a compra de terras como aplicação de capital ou, simplesmente, especulação, pois chegou a despendar Rs. 21:150\$000, dividido em duas parcelas, no pagamento de uma área de 211,5 hectares.⁸¹¹ A sede de sua propriedade estava na linha Stuttgart, onde adquiriu o lote 16, em 1/8/1900, quando já estava quase um ano no local, ampliando a propriedade com o lote adjacente 17, em 1/4/1902; posteriormente, comprou lotes nas linhas Clara, Alfred, Palmeira, Palmeira-sul, Rincão, Berlin, Weddigen e Endem, totalizando uma área descontínua de 564,65 hectares, descontadas as áreas devolvidas, restaram ainda 442,35 hectares, ou 17,6 lotes.⁸¹² É fato que a *Colonizadora* procurava coibir a especulação, mas em momentos de dificuldades financeiras, esse ideal era suplantado pela

⁸¹¹ Contrato 629, Caixa 5-6, MAHP.

⁸¹² Jakob Bock comprou, além dos dois lotes na linha Stuttgart, ainda os lotes 3 e 5 da linha Clara, 2 da linha Alfred e 5 da linha Palmeira, totalizando 94 ha, em 2/12/1910, devolvidos em 24/4/1915; os lotes 6,7,8 e 9 na linha Palmeira Sul, 34, 56, 58 e 88 da linha Rincão, somando 211,5ha, em 31/3/1914; parte dos lotes 3 e 5 da linha Clara, com 2,4ha, em 6/12/1915; parte dos lotes 31 e 32 da linha Berlin, com a área de 28,3ha, em 27/7/1918, desistindo do contrato em 21/2/1924; mais uma parte dos lotes 19 e 20 da linha Weddigen, com 10,4ha, em 11/2/1920; o lote 11 da linha Endem, com 29,4ha em 31/3/1920; e uma última área de 8,63ha, em 31/8/1923, cuja linha não foi informada (Contratos, Caixas 1-14, MAHP). Em outros casos, quando se tratavam de investimentos, o comprador procurava comprar vários lotes adjacentes, formando então uma grande propriedade, como João Gattiboni, que adquiriu os lotes 1-4, 7-10, 16, 17, 23, 25, 27 e 29 da linha Barra, na colônia Fortaleza, com a área total de 391ha, importando em Rs. 43:729\$000, em 31/3/1931. Fez o referido pagamento em três parcelas, com uma entrada de Rs. 10:000\$000, e o restante até dezembro do mesmo ano. Em 3/12/1931, devolveu o lote n. 4, e em 21/6/1932 devolveu o restante dos lotes (Contratos de compra e venda, Caixa 26, MAHP).

necessidade de manter a engrenagem da empresa em funcionamento, injetando mais capital.

Estabelecer uma relação direta entre pagamento à vista/parcelado e escrituração/desistência do contrato, até 1912, até é possível, pois se percebe que geralmente o comprador desistia da compra no momento da primeira prestação do contrato, após 4 anos, ou da última prestação, em 6 ou 7 anos, caso não cumpridos esses prazos, a empresa poderia solicitar a desocupação da área. Muitas vezes a devolução do lote ocorria de forma fracionada, em uma tentativa de permanecer em uma área menor e pagável. Um caso excepcional de pagamento para os primeiros anos da colonização foi José Weber, o qual adquiriu, em 10/3/1903, os lotes 1 a 11 da linha 7 de Setembro, perfazendo 269ha pelo valor total de Rs. 11:000\$000, pagando no ato da compra, Rs. 9:509\$200.⁸¹³

Todavia, de 1912 em diante, tal afirmação torna-se arriscada, pois nota-se um gradual aumento do número de colonos que quitavam o seu contrato no ato da compra, mas, mesmo assim, o índice de desistência do contrato não caiu. Isso é um indício de que, uma vez quitada a dívida, o comprador sentia-se proprietário de seu bem, com liberdade para dispor dele, mesmo sem escritura em mãos. E eram justamente esses que desistiam com mais freqüência dos contratos. Nesse caso, tratava-se de uma poupança, pois, no ato da desistência, o valor pago era restituído, podendo aplicar em outro negócio. Especialmente a partir de 1916, o perfil do comprador de terras de Neu-Württemberg mudou, chegando próximo ao *imigrante/colono ideal*, ou seja, aquele que tinha recursos financeiros suficientes para quitar a sua dívida no momento da compra, bem como sinaliza para a melhora material dos colonos já estabelecidos, então já em condições para adquirir um segundo lote ou terreno urbano, como forma de investimento.

Naturalmente, depois de quitada a dívida colonial, a *Colonizadora* passava a escritura definitiva em cartório do lote ao seu proprietário. Na prática, esse sistema foi falho, pois nem a empresa, nem os compradores se preocuparam com a escritura pública de terras, principalmente durante a administração dos negócios por Hermann Faulhaber. Por isso, no próprio contrato, ficavam registradas as desistências de compra, as transferências de contrato, permutas e contratos particulares entre os

⁸¹³ Contrato n° 104, Caixa 1-2, MAHP.

colonos. Com essa sistemática, a *Colonizadora* detinha um maior controle sobre os colonos e as transações de terras e, por outro lado, ambos os interessados economizavam com custas legais para as transferências. Aliás, em caso de devolução, era a própria empresa quem deveria arcar com a restituição do valor já pago. Em razão disso, encontram-se casos como o lote 6 da linha Rincão, vendido em 4/8/1906 para Germano Schumann, por Rs. 800\$000, devolvido em 23/3/1911, e transferido então para Ernst Trennepohl, o qual assumiu a dívida do proprietário anterior, quitando-o. Em 23/8/1941, diante do falecimento do proprietário, a viúva Johanna Trennepohl e os seus filhos desistiram de todos os seus direitos sobre esse lote, solicitando que o mesmo fosse escriturado para Gustavo Plegge (6,73ha) e Waldemar Zenkner (18,27ha), baseado em um acordo particular previamente definido – isto é, 35 anos após a venda o lote foi escriturado.⁸¹⁴ Nesse como em outros casos semelhantes, a família via-se obrigada a exigir a escritura de suas terras no momento da morte do titular do contrato, para então dar entrada do inventário. Por vezes, os herdeiros, em comum acordo, na ausência da escritura, alegavam não haver bens a partilhar, fazendo o inventário com atestado de pobreza, escriturando posteriormente a propriedade para um dos herdeiros, ou em caso de venda, diretamente para o comprador.

A migração não se restringiu apenas ao aspecto interno da colônia. Na abertura de uma nova frente de colonização, os filhos dos pioneiros ou aqueles que já possuíam algum capital, remigravam novamente. Na metade da década de 1920, quando não havia mais a possibilidade de adquirir terras na colônia Neu-Württemberg, ou as disponíveis eram muito caras, iniciava a venda de terras por parte da *Colonizadora Meyer* na colônia Erval Seco, por preços mais baixos, atraindo considerável número de compradores. Outro destino, desde o início da mesma década, foi a colônia Porto Feliz, no oeste catarinense.

Em síntese, o (i)migrante vivia nessa gangorra, dividido entre o permanecer e o partir, vivendo uma situação de provisoriedade (SAYAD, 1998). Nas zonas de colonização, independente do grupo étnico ou da região de origem, continuou migrando, conforme as oportunidades que lhe surgiam, encarando a terra como uma moeda corrente e uma opção para a aplicação do seu capital. Foi o responsável pela expansão da zona colonial antiga, bem como das colônias novas na região do

⁸¹⁴ Contrato n° 216, Caixa 1-2, MAHP.

Planalto rio-grandense, com o avanço da fronteira agrícola e o desenvolvimento da agricultura. O imigrante/colono real, então, jamais deixou de ser um *migrante*, especialmente nas colônias privadas, onde a disponibilidade de terras era menor e a possibilidade de expansão mais limitada. Por fim, a distância temporal entre o chegar e o partir poderia passar pelo permanecer o resto da vida no lugar de destino, ou apenas alguns dias ou semanas.

CONCLUSÃO

No decorrer do século XIX, a iniciativa privada, subsidiada pelo governo imperial, lançou os primeiros ensaios de colonização com imigrantes europeus, em pequena escala, ocupando os espaços deixados pela colonização pública, localizando-se, no Rio Grande do Sul, nas cercanias da capital e das colônias públicas. Já no final do século e primeiras décadas do século XX, na região Norte, Noroeste e Missões, formou-se uma nova zona de colonização, onde predominaram as colônias particulares, instaladas por sociedades de colonização, empresas, indivíduos, estrangeiros ou nacionais, étnicas ou mistas, confessionais ou aconfessionais. Essa região transformou-se em escoadouro do excedente populacional das *colônias velhas*, com a reprodução do mesmo modelo colonial, em um processo de *enxameamento*, segundo Roche (1969), com a fundação de um novo centro de expansão, representado pela colônia Ijuí (1890), a *São Leopoldo do século XX*, nos termos de Amstad (*Cem anos de...*, 1999). Orientado pelos princípios republicanos, o novo modelo de colonização privilegiava a imigração espontânea e a formação de colônias etnicamente mistas.

As colônias privadas ocuparam, geralmente, uma pequena extensão de terras adquiridas de particulares ou ao Estado, com um número limitado de lotes. Internamente, cada qual ditava suas regras e seus preços de terras. Sob esse viés, cada colônia particular é um micro-espço complexo e singular, resultado de uma negociação entre o(s) seu(s) proprietário(s)/idealizador(es), os colonos, os *lavradores nacionais*, os proprietários adjacentes, o poder público, e das contingências macro-históricas. Esses empreendimentos de colonização ocuparam o espaço deixado pelo Estado, cuja política consistia em reduzir os investimentos

em imigração e colonização. Aproveitaram-se também da situação favorável do mercado, motivado pelo crescimento da demanda por lotes coloniais por parte dos colonos. Soma-se a isso a existência de extensas áreas de terras devolutas, que podiam ser adquiridas ao governo. Foi fundamental também o prolongamento da via férrea de Santa Maria até Cruz Alta, em 1894, e a posterior bifurcação em direção a Passo Fundo-Santa Catarina e Santo Ângelo, interligando a região Planalto com o restante do estado, permitindo a circulação de pessoas e mercadorias.

Um dos reflexos imediatos da instalação de colônias foi a majoração dos preços das terras, uma vez incorporadas ao sistema colonial, acontecendo o mesmo também com as áreas adjacentes. Por outro lado, saneou em parte a carestia de alimentos, problema antigo enfrentado pela região, que tinha como base econômica a produção pecuária e o extrativismo da erva-mate, sem afetar diretamente o grande latifúndio, uma vez que ocupou as zonas florestais, geralmente relegadas por este. Ainda, foi importante para a regularização das posses de terras, tanto por parte dos grandes proprietários quanto dos pequenos *lavradores nacionais*, e para a expulsão legal dos intrusos. Provocou um sensível aumento demográfico, resultante do modelo de pequena propriedade agrícola – lotes coloniais de 25 hectares –, que pressupõe uma ocupação densa, enquanto na área de campo predominava o latifúndio e a ocupação pouco densa. As colônias representaram enxertos multiétnicos em uma região até então luso-brasileira, estreitando o contato com o *outro*, nem sempre cordial. Politicamente, as colônias concentravam um significativo percentual de votos, e a cooptação dessa população foi disputada pelos partidos políticos, oportunidade esta aproveitada pelos colonos para estabelecer alianças ou barganhar benefícios. Finalmente, os colonizadores eram responsáveis pela construção e manutenção da infra-estrutura da colônia, como medições de terras, estradas e pontes, sem ônus aos cofres públicos – que se favoreciam com o aumento da arrecadação de impostos.

Portanto, esse foi o cenário de atuação e inserção da *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer*, caracterizada como um empreendimento privado de empresa e de capital estrangeiro, com autonomia suficiente para gerenciar os seus negócios a seu modo, dentro dos parâmetros legais – nesse caso, as leis brasileiras e alemãs, tendo o consulado dos dois países como intermediário na

resolução de problemas. Como espaço, as terras florestais dos municípios de Cruz Alta e Palmeira.

O projeto de colonização de Herrmann Meyer, implementado por intermédio de sua *Colonizadora*, foi pensado e adaptado à conjuntura da nova zona colonial no transcorrer do processo, fazendo concessões, ora pressionado pelos colonos, ora pela concorrência, ora pelos seus próprios administradores. Ou, ainda, pelas circunstâncias políticas, econômicas e sociais, que sacudiram o Brasil e a Alemanha entre 1897 a 1932 – especialmente a I Guerra Mundial – e, no período posterior, atravancaram o processo de liquidação do empreendimento. A concessão da autorização para a emigração por parte do governo da Alemanha, em 1906, por si só assegurava sua legitimidade e credibilidade, ponto sempre ressaltado em sua propaganda.

Em termos de *projeto de colonização étnico*, apresentou-se aos *emigrantes alemães* em potencial como uma alternativa diferenciada em relação às demais opções, uma vez que se propunha a realizar e subsidiar um *trabalho cultural*, centrado na educação e na assistência religiosa, aspectos negligenciados nas demais áreas coloniais do Rio Grande do Sul e, naquele contexto, nas colônias mistas. Empenhou-se na construção de uma *colônia-modelo*, onde era possível *ser e permanecer* alemão, retardando ao máximo a assimilação ao meio nacional. Era a utopia de uma nova *Heimat* em solo brasileiro, onde os imigrantes projetavam todas as suas expectativas e sonhos de dias melhores, além da possibilidade de se tornarem proprietários de terras e de sua produção. Enfim, era a reprodução, em miniatura, de uma *Alemanha brasileira*, uma *Nova Württemberg*. Tal ideário também seduziu os colonos das colônias velhas do estado, atraídos pelos preços reduzidos das terras e pela fertilidade do solo.

Assim, o discurso da colonização vinha carregado por essa sobreposição de representações do *velho* e do *novo*: a velha *Heimat* Europa, as colônias velhas do estado, ambas relacionadas ao presente e ao passado, a um mundo corrompido marcado pelas dificuldades; e a representação da nova *Heimat*, as colônias novas da região Noroeste rio-grandense, como um mundo de possibilidades presentes e futuras. A instalação de uma colônia étnica nessa região contrariava os princípios de colonização mista do Estado, mesmo assim, o empreendimento foi autorizado.

Conhecedor dos meandros e do poder da publicidade, além de ter uma editora nas mãos, Herrmann Meyer investiu maçicamente em propaganda, incluindo nesse rol os seus relatos de viagem, prospectos informativos, normativos e fotográficos, artigos na imprensa e notas pagas, preocupado com a sua imagem e de seu empreendimento colonial. Esse material, além de divulgar o seu projeto de colonização e prestar contas sobre o desenvolvimento, visava a rebater críticas, mas, acima de tudo, ser visto e fazer-se *lembrado*, ao exibir esse lugar e a situação de bem-estar dos colonos, seja na/pela imprensa, seja pelos potenciais emigrantes e colonos migrantes, ou, ainda, nos círculos de discussão de políticas coloniais na Alemanha e no Brasil. Porém, segundo ele, era fundamental manter a lucidez em relação à emigração e à colônia, com o intuito de não alimentar ilusões, pois os prejuízos decorrentes de tal situação não compensavam. Seu objetivo consistia na realização de um trabalho *cultural*, mas não assistencialista ou filantrópico. Limitava-se em fornecer o apoio logístico para a instalação dos imigrantes alemães e descendentes, os quais, por meio de seu próprio trabalho, alcançariam uma existência progressista e autônoma – era contrário ao paternalismo, discordando, neste ponto, de Hermann Faulhaber e da forma como conduziu os negócios da empresa. Assim, construiu Neu-Württemberg como um lugar de cultura alemã e uma oportunidade de desenvolvimento econômico.

O investimento em colonização de Meyer no Brasil se justificava em função de sua aversão aos Estados Unidos e o modo de vida dos emigrantes alemães naquele país, onde rapidamente transformavam-se em norte-americanos; e em razão das dificuldades econômicas enfrentadas pelos alemães em seu país. No Rio Grande do Sul, seu modelo de colônia foi inspirado na colônia oficial de Santa Cruz, com os devidos ajustes e uma roupagem do século XX, privilegiando o atendimento escolar e a assistência religiosa, com a contratação e subvenção de pessoal qualificado para a função. Na Alemanha, acompanhou o projeto de colonização de sua maior concorrente, a *Companhia Hanseática*.

Ideologicamente, o empreendimento de Meyer estava dissociado do *pangermanismo*. Em determinado momento, Meyer até se aproximou de círculos políticos e intelectuais da Alemanha, empenhados na manutenção da germanidade no exterior e na expansão colonial, mas, logo após conseguir a concessão para emigração e em face do reduzido número de emigrantes que aderiram ao seu

projeto, afastou-se completamente desse meio, delegando todo trabalho de colonização aos administradores da *Colonizadora*, conduzindo o seu projeto de modo independente. Na colônia, apenas o casal Faulhaber estava empenhado em manter a própria cultura de origem o mais intacta possível, o que também era a sua função, propiciando aos colonos o mesmo modelo de ensino e momentos de sociabilidade que teriam na sua terra natal – segundo a crítica de Luiz Meisinger, transformando todos os alemães em suabos. Faulhaber e o seu trabalho de regermanização da população colonial foi identificado pelos seus pares, e nos círculos germanistas do estado, como o símbolo do *Deutschtum* no Noroeste do estado.

Herrmann Meyer era, antes de tudo, um capitalista, interessado na multiplicação de seu capital e preocupado com o seu bem-estar e ascensão social, o que está explícito e é facilmente comprovado a partir da análise da documentação administrativa da *Colonizadora* e da correspondência privada, mais as publicações – prospectos e o relato de viagem de 1899 –, e a sua postura no decorrer da colonização. Depois de proceder a um criterioso estudo das possibilidades de investimento no Brasil, na virada do século XIX para o XX, concluiu que naquele momento a colonização era a mais lucrativa, pois a compra de extensas áreas de terras de particulares ou do Estado por preços baixos, e o posterior loteamento e revenda para emigrantes alemães, poderia render lucros de até 300%. Segundo os seus cálculos, tratava-se da aplicação imediata de um capital elevado, com os riscos inerentes, mas o retorno era garantido a curto prazo. Associou-se também a um grupo de capitalistas de Berlim, na sociedade *Rio Grande Nordwestbahn Gesellschaft*, em um audacioso projeto de construção de uma ferrovia no estado, costeando o rio Uruguai, recebendo em troca uma extensa faixa de terras florestais, que seriam colonizadas posteriormente. Para esses planos, a localização da colônia Xingu era estratégica. No conceito de Meyer, colonização e ferrovia eram interdependentes, pois as colônias só se desenvolveriam com a presença de modernos meios de transporte, no caso, a ferrovia, agilizando a circulação de pessoas e mercadorias e permitindo o escoamento da produção para os mercados consumidores.

Entretanto, a falência do projeto da ferrovia reduziu em muito as expectativas de Meyer, implicando no isolamento geográfico da colônia Xingu. Além

disso, a formação de um complexo colonial em área contínua não foi possível, pois o Estado limitava o acesso às terras devolutas para colonização, bem como vedava a concessão gratuita de terras; já os proprietários nem sempre se mostravam inclinados a desfazer-se de sua propriedade, e os preços das terras estavam bem acima dos valores estimados. Por isso, foram adquiridas cinco pequenas posses privadas, distantes uma da outra: Xingu, Erval Seco e Boi Preto em Palmeira, Neu-Württemberg em Cruz Alta e Castilhos em Júlio de Castilhos. Essa estrutura encareceu e retardou a colonização, bem como minou os planos de formar um grande complexo colonial. Os custos para a implantação do projeto de colonização foram bem superiores ao imaginado, e o retorno do capital investido se dava no longo prazo, quando os compradores de terras começavam a saldar suas dívidas. Em síntese, a *Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer* foi um fracasso financeiro para seu proprietário, que jamais recuperou o capital investido, muito menos auferiu dos lucros nas proporções calculadas, frustração essa mascarada pelo desenvolvimento econômico e cultural da *colônia-modelo* Neu-Württemberg.

Um dos requisitos para se estabelecer na colônia particular de Meyer consistia em dispor de capital suficiente para pagar as despesas de viagem, seu lote colonial e garantir o seu sustento até a primeira colheita. Assim, essas colônias não receberam os miseráveis da Europa ou das *colônias velhas*, e sim, a classe daqueles mais remediados e empreendedores, que poderiam permanecer, mas optaram por migrar, em busca de novas opções de investimento, especialmente quando o câmbio era favorável. Isso é notável, uma vez que muitos compradores de terras preferiram depositar parte de seu dinheiro a juros junto à empresa, e parcelar o pagamento do lote, com uma taxa de juros fixa, como uma forma de obter maiores rendimentos, indício também de que possuíam um excedente de capital para isso.

O desdobramento desse projeto de colonização nas relações cotidianas da colônia permite observar um jogo de forças tenso entre o *ideal* de colônia e a colônia *real* possível, ou seja, a releitura do projeto de colonização de Meyer, tanto por parte de seus administradores quanto pelos imigrantes e *colonos nacionais*. Em linhas gerais, a *Colonizadora Meyer* não tinha um projeto de colonização pré-definido, sendo ele construído e adaptado no transcorrer do processo, daí seu discurso muitas vezes ambíguo, assumindo posições contraditórias. As fissuras entre o colonizador e o administrador da empresa também eram evidentes, pois enquanto o

primeiro acompanhava o desenrolar dos acontecimentos *de fora*, o segundo estava na colônia, vivendo no mesmo espaço que os colonos, de onde falava e acompanhava as suas necessidades. O escritório da empresa, com sede em Neu-Württemberg, além de administrar todo complexo colonial, era o centro de convergência das demandas dessa população, o árbitro em questões mais delicadas, o responsável pela manutenção da ordem e o cumprimento das cláusulas do contrato particular de compra e venda de terras.

Referente aos imigrantes e *colonos nacionais*, não eram atores passivos e submissos, daí a necessidade de, em qualquer instância, *saber lidar com os colonos*. Organizados em sociedades, associações ou cooperativas, criaram os seus próprios espaços de sociabilidade, de reivindicação e alianças, além de não serem apáticos às questões políticas. Estabeleceram-se novas redes sociais e relações de poder e hierarquia entre os colonos, e destes em relação à empresa, e esse conjunto em relação ao poder público, redes estas acionadas, quando julgavam necessário.

Embora a colonização tivesse por objetivo o estabelecimento de camponeses e o desenvolvimento da agricultura, predominaram em larga escala imigrantes provenientes de áreas urbanas da Alemanha, onde desempenhavam as mais diferentes profissões. Esse tipo de imigrante, especialmente na década de 1920, fundou, na colônia Neu-Württemberg, as bases para o desenvolvimento da indústria e o crescimento urbano. Os imigrantes procuraram ocupar os espaços vagos, ou seja, os terrenos urbanos e, economicamente, a indústria, enquanto os *colonos nacionais* se ocuparam com o comércio e a agricultura.

A migração, entendida como um deslocamento humano no espaço, guiada por vários fatores conjunturais, foi a responsável pelo povoamento das colônias de Meyer, na nova zona colonial do estado. Numericamente, predominaram os colonos provenientes das colônias velhas e, em menor número, imigrantes de diferentes regiões alemãs, sobressaindo os suabos de Württemberg. Em ambos os casos, era uma (e)migração familiar, visando permanecer em definitivo no lugar de destino, quesito exigido também pela *Colonizadora*, uma vez que era uma colônia de povoamento. Porém, muitos só estiveram de passagem pela colônia, abandonando-a logo em seguida; outros ficaram, mas continuaram se deslocando internamente de uma linha para outra, outros, ainda, foram *retirados* pela empresa como medida

preventiva. Já na década de 1920, sem possibilidades de nova ampliação da área da colônia, os neu-württemberger viram-se forçados a buscar terras em outras colônias, como Erval Seco, da mesma empresa, e Porto Feliz, em Santa Catarina. Assim, a colônia transformou-se de receptora em lugar de expulsão de (i)migrantes/colonos. Esse movimento constante de colonos em direção a novas fronteiras agrícolas é um indício de que não tinham apego sentimental à terra, mas interessava-lhes a propriedade da terra e a sua ampliação. Segundo Martins (1986: 17), “o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-possesores é uma história de perambulação. A história dos camponeses-proprietários do sul é uma história de migrações”.

Um dos resultados mais contundentes do ajustamento do discurso da *Colonizadora Meyer* às circunstâncias e às necessidades financeiras foi a própria formação étnica e estrutural do complexo colonial. Na *colônia-modelo* Neu-Württemberg, houve um esforço para manter uma homogeneidade étnica alemã, deslocando os elementos luso-brasileiros remanescentes para as áreas marginais; o modelo de pequena propriedade; e a manutenção de uma escola e um pastor, até 1912 – Faulhaber manteve os subsídios até 1926 –, e a delimitação de um espaço urbano. Para a colônia Xingu, a *Bela Adormecida*, os investimentos foram mais modestos, e esta acomodou, em geral, os imigrantes ou colonos nacionais com menor poder aquisitivo e os imigrantes poloneses; a empresa subsidiou a escola e o atendimento religioso, realizado esporadicamente pelo pastor de Neu-Württemberg, sem a demarcação de uma área urbana. Já a colônia Fortaleza/Eerval Seco caracterizou-se como uma especulação de terras frustrada, por isso foi colonizada somente na década de 1920, apresentando-se como um negócio de venda de terras, de preferência vários lotes coloniais a um único comprador, independente da origem étnica, daí a presença significativa de colonos italianos, luso-brasileiros, poloneses (somando cerca de 35%), e colonos alemães (aproximadamente 65%); também foram demarcadas duas sedes urbanas. As *posses* Boi Preto e Castilhos foram medidas e vendidas em grandes áreas, sem qualquer outro investimento. Analisando sob essa ótica, fica evidente que cada projeto de colonização particular apresentava as suas especificidades, além de variações internas quanto a forma de execução, isso quer dizer que dentro do plano geral de colonização da *Colonizadora*

Meyer havia micro-planos, aplicados conforme a área em questão, o período, a conjuntura histórica.

Observando a formação da *Colonizadora Meyer* e de seu complexo colonial, é possível identificar fases bem distintas. A primeira, entre 1897 e 1900, uma fase de indefinição e experimentação, marcada pela indecisão de Meyer e a pressão de Carlos Dhein, com a localização e delimitação física do complexo colonial, a partir da compra desordenada de extensas áreas de terras; do outro lado, colonos receosos em relação à credibilidade e legitimidade do empreendimento. A segunda, de 1901 a 1908, uma fase de *encantamento* e entusiasmo de Meyer pelo seu projeto de colonização, com um investimento maciço em propaganda, a busca por parcerias, além da elaboração de um plano de colonização, implementado pela administração da empresa, voltado à formação de uma *colônia-modelo*, com pesado investimento em cultura e infra-estrutura. No final desse período, houve um momento de transição e crise, que afetou tanto a empresa quanto a colônia, quando Meyer decidiu terceirizar a venda das terras restantes, o que acabou não se realizando. Terceira, de 1908 até 1926, caracterizada como uma fase de expansão do complexo colonial, desenvolvimento da empresa e da colônia, com retorno financeiro, verificando-se o maior afluxo de colonos e imigrantes, ou seja, quando a colônia passou a sustentar o colonizador, predominando sua feição capitalista; ainda, a definição dos limites do complexo colonial, com o deslocamento daqueles elementos excluídos do mesmo. Enquanto o complexo colonial e os colonos alcançaram sua estabilidade econômica, a empresa mergulhou em uma profunda crise financeira, mais grave a partir de 1926, motivada essencialmente pela aplicação de seu capital na *Colonizadora Chapecó-Pepery*, crise da qual jamais se recuperou no decorrer de sua última fase de atuação, que se prolongou até a liquidação definitiva de seus bens, na década de 1960.

Na colônia Neu-Württemberg, a pretensa homogeneidade étnica alemã era frágil. Primeiro, o contato com o *outro*, representado pelo luso-brasileiro, era constante, pois se ele era pouco expressivo na colônia, predominava nas áreas adjacentes. Segundo, a categoria *alemães* englobava descendentes de imigrantes de várias gerações, imigrantes suabos, teuto-russos e de outras regiões alemãs, os quais, nessa *colcha de retalhos*, procuraram costurar uma identidade étnica de grupo. Porém, nas relações cotidianas, essas diferenças explodiram, como na

divisão do *Bauernverein* e do *Schulverein*, no primeiro caso, criando a cooperativa, e no segundo, em razão da escola pública – o primeiro ponto de fissura para a manutenção da germanidade, ou a intromissão do poder público no espaço privado, sem ser convidado.

O projeto de colonização não foi sempre recebido e compreendido pelos seus leitores e atores da forma como foi pensado. Ou seja, a execução prática consistiu em um desvio do projeto. Enquanto Herrmann Meyer procurou se desvencilhar do estereótipo de colônia alemã de e para protestantes – pois seu interesse era a venda de terras, e a pertença religiosa não poderia ser mais uma limitação, tendo em vista que o fluxo de católicos para as demais colônias era bem superior –, a colônia criou uma imagem de si como protestante, sendo vista e reconhecida como tal, até hoje. O projeto também não obteve a receptividade e o apoio esperado na Alemanha, sendo antes sim alvo de muitas críticas, o que fez Meyer redirecionar o foco de propaganda e o agenciamento de colonos para o Rio Grande do Sul.

Ausente e distante do complexo colonial, Herrmann Meyer acompanhou o seu desenvolvimento através dos relatórios e demais documentos administrativos produzidos pela *Colonizadora*, previamente filtrados pelo seu administrador, elemento-chave na implementação e condução da colonização como um todo. Na verdade, Meyer representava na colônia e para os colonos apenas o nome de um idealista, um empresário estrangeiro interessado em lucrar. Por sua vez, Faulhaber ficou conhecido e reconhecido em todo estado e fora dele, como o grande responsável pela concretização do projeto de construção de uma *colônia-modelo*, em todos os sentidos, no Noroeste do estado. Por tal razão, com as devidas ressalvas, a morte de Faulhaber deixou a colônia e os colonos desorientados, temendo a disseminação de uma situação de pânico e a conseqüente falência da empresa. O falecimento de Herrmann Meyer e a transferência dos bens para a sucessão foram recebidos no complexo colonial com tranqüilidade e praticamente não interferiram no curso da colonização.

A historiografia da imigração tende a apresentar as colônias particulares como uma unidade, além de despender poucas páginas para o seu estudo. Já os pesquisadores locais costumam exagerar o sucesso desse projeto de colonização, personificando-o na pessoa de Hermann Faulhaber e, em segundo plano, Herrmann

Meyer, fazendo uma análise linear e sem levar em conta o contexto no qual estava inserido. A Tese procurou desconstruir essas interpretações, mostrando um empreendimento interconectado e dependente da conjuntura regional, nacional e internacional; um investimento de risco com uma grande probabilidade de fracasso, sustentando-se em meio a crises financeiras, que objetivava em primeiro lugar reaver os seus investimentos com lucros; especulação de terras; colonos e imigrantes longe daqueles ideais imaginados; conflitos e deslocamento dos *lavradores nacionais* para além dos limites da colônia. Ou seja, um empreendimento pensado por e para homens, com as suas falhas humanas, ambições, ideais, princípios éticos e morais, presentes nas relações cotidianas, levando-os a agir dessa ou daquela forma, sem cair no maniqueísmo de *bons* ou *maus*. Olhando desse prisma, esse emaranhado mundo colonial torna-se mais transparente. Por fim, Herrmann Meyer idealizou seu complexo colonial como *uma Alemanha em miniatura no sul do Brasil*, criando essa *imagem de si, para si* e para os *outros*, sendo paulatinamente reconhecida pelos *outros* como tal, construindo assim a sua identidade individual e coletiva, e a colônia Neu-Württemberg como o modelo mais acabado dessa utopia.

FONTES DE PESQUISA

I Acervos pesquisados

Acervo Documental e de Pesquisa subordinado à Biblioteca da UNISINOS, São Leopoldo/RS

Arquivo Benno Mentz – UFRGS, Porto Alegre/RS

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre/RS

Biblioteca Central da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo/RS

Biblioteca do Colégio Santíssima Trindade, Cruz Alta/RS

Biblioteca da Casa de Cultura Justino Martins, Cruz Alta/RS

Biblioteca Particular de Cecília Faulhaber Grams, Panambi/RS

Bibliothek des Ibero-Amerikanischen Instituts - IAI- SPK, Berlin/Alemanha⁸¹⁵

Das Politische Archiv des Auswärtigen Amts, Berlin/Alemanha⁸¹⁶

Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí/RS

Museu e Arquivo Histórico de Panambi, Panambi/RS

⁸¹⁵ Documentação localizada através do catálogo *on line* da instituição e gentilmente fotografada por Isabel Cristina Arendt, pelo que sou grata.

⁸¹⁶ Agradeço a Andrea Helena Petry Rahmeier que em sua pesquisa, localizou e fotografou essa documentação.

Museu e Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta, Cruz Alta/RS

Museu Municipal Pastor Karl Ramminger, Mondai/SC

Secretaria da Paróquia Evangélica Panambi-Centro – IECLB

II Jornais

A Notícia Ilustrada. Panambi/RS

Aurora da Serra. Cruz Alta/RS

Correio da Serra. Cruz Alta/RS

Correio Serrano. Ijuí/RS

Cruz Alta. Cruz Alta/RS

Democrata. Cruz Alta/RS

Diário Serrano. Cruz Alta/RS

Die Serra-Post. Ijuí/RS

Echo da Serra. Cruz Alta/RS

Folha da Serra. Cruz Alta/RS

Folha das Máquinas. Panambi/RS

O Commercio. Cruz Alta/RS

O Cruzaltense. Cruz Alta/RS

O Ijuhyense. Ijuí/RS

O Independente. Cruz Alta/RS

O Panambiense. Panambi/RS

Rio Grandenser Vaterland. Porto Alegre/RS

Zero Hora. Porto Alegre, RS

III Anuários

Almanaque do Correio Serrano. Ijuí/RS, 1945-1947

Der Familien Freund. Hauskalender und Wegweiser. Porto Alegre/RS, 1949-1956

Illustrierter Familien-Kalender Siedlungshort, Santa Cruz/RS, 1927

Illustrierter Kalender für Brasilien. Rio de Janeiro/RJ, 1948

Kalender für die Deutschen Evangelischen Gemeinden in Brasilien. Porto Alegre/RS, 1923-1941

Kalender für die Deutschen in Brasilien. São Leopoldo/RS, 1898-1940

Koseritz Deutscher Volkskalender für Brasilien, Porto Alegre/RS, 1894;1899-1922

Riograndenser Marien-Kalender. Porto Alegre/RS, 1926-1939

Serra-Post Kalender. Ijuí/RS, 1926-1975

Uhle's Illustrierter deutsch-brasilianischer Familien-kalender. São Paulo/SP, 1909-1920

Uhles Jarbuch /Uhles Kalender, São Paulo/SP, 1928-1941

IV Outras fontes

ABREU, Francisca Marilene (org.). **Panambi. Um pouco da nossa história**. Prefeitura Municipal de Panambi – SMEC, 2006. DVD.

ÁLBUM COMEMORATIVO DO CINCOENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DE IJUÍ: 1890-1940. Livraria Serrana, 1940.

ÁLBUM de Porto Alegre. Organizado por Cav. Vergilio Calegari e Luiz Coimbra Junior.

ÁLBUM de recortes de jornais de Minoly Gomes de Amorim, 1906-1923. Panambi, datil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: população e habitação. v. 20, Tomo I Série Regional: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LEX: coletânea de legislação. São Paulo: Lex, 1938.

LEX: coletânea de legislação. São Paulo: Lex, 1942.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Julio Prates de Castilhos em 20 de setembro de 1896. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1896.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Julio Prates de Castilhos em 20 de setembro de 1897. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1897.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 3ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1899.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 4ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1900. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' A Federação, 1900.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura em 20 de setembro de 1901. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1901.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura em 20 de setembro de 1902. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1902.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 4ª Sessão Ordinária da 4ª Legislatura em 20 de setembro de 1904. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1904.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura em 20 de setembro de 1905. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1905.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura em 20 de setembro de 1906. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' "A Federação", 1906.

MINISTÉRIO FEDERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Perfil da Alemanha.** Berlin: GGP Media GmbH, 2003.

Projeto GenCruz. Genealogia dos municípios originários de Cruz Alta/RS. Secretaria Municipal de Cultura de Cruz Alta, 2006.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta em sua reunião ordinária em 1º de Novembro de 1910 pelo Intendente Coronel Firmino Paula Filho. Período 1º de outubro de 1909 a 30 de setembro de 1910. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1910.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta em sua reunião ordinária em 1º de Novembro de 1910 pelo Intendente Coronel Firmino Paula Filho. Período 1º de outubro de 1910 a 30 de setembro de 1911. Santa Maria: Oficinas graphicas da "Papellaria União", 1911.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta em sua reunião ordinária em 15 de Novembro de 1915 pelo Intendente Coronel Firmino Paula Filho. Período 1º de outubro de 1914 a 30 de setembro de 1915. Cruz Alta: Oficinas Typographicas de Rotermund & Cia., 1916.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta em sua reunião ordinária em 1º de Novembro de 1920 pelo Intendente Coronel Firmino Paula Filho. Período 1º de outubro de 1919 a 30 de setembro de 1920. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' 'A Federação', 1920.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta em sua reunião ordinária em 1º de Novembro de 1924 pelo Intendente Coronel Firmino Paula Filho. Período 1º de outubro de 1923 a 30 de setembro de 1924. Cruz Alta: Typographia Rotermund & Cia., 1924.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta pelo Intendente Dr. José de Vasconcellos Pinto. Período 1º de outubro de 1925 a 30 de setembro de 1926. Cruz Alta: Typographia Rotermund & Rossler, 1926.

Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Cruz Alta pelo Intendente Dr. José de Vasconcellos Pinto. Período 1º de outubro de 1926 a 30 de setembro de 1927. Cruz Alta/Ijuí: Typographia Rotermund & Rossler, 1927.

Relatório da Diretora de Terras e Colonização apresentado pelo Dr. Ildelfonso Soares Pinto ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' "A Federação", 1919.

Relatório da Diretoria Central. 1903. Ao Exm. Sr. Dr. João José Pereira Parobé, D. Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. 10: Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. 31/07/1903. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' A Federação. 1903, p. 21. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 11.

Relatório da Diretoria de Obras Públicas, Terras e Colonização. 1901-1902. Ao Exm. Sr. Dr. João José Pereira Parobé, D. Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. In: Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. 31/07/1902. Porto Alegre: Oficinas Tipographicas d'A Federação. 1902. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 10A.

Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exmo. Sr. general Salvador Aires Pinheiro Machado, Vice-Presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul. Secretário de Estado Engenheiro João José Pereira Parobé. 31/08/1915. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' A Federação. 1915. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 40.

Relatório do chefe da Comissão de verificação de posses e de discriminação de Terras Públicas de Ijuí. 1904. Ao Exm. Sr. chefe da Diretoria de Obras Públicas,

Terras e Colonização. In: Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. 24/08/1904. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' A Federação. 1904. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 11.

Relatório dos Negócios das Obras Públicas. Apresentado ao Exm. Sr. Desembargador Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Secretário de Estado João José Pereira Parobé. 1900. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d' A Federação. 1900. AHRGS. Relatórios. Obras Públicas. OP 08.

SIMÃO, Édina F. KEIDAN, Zina M. **Panambi: Cem anos de Colonização**. Panambi: Museu e Arquivo Histórico de Panambi, 1998-99. (Coletânea de textos publicados em jornal – encadernação).

V Páginas e artigos da *internet*

ANAIS. **(Des)caminhos da colonização**. Espírito Santo: Anpuh-ES, 2000. Disponível em: <http://www.anpuhes.cjb.net>. 29.mar.2001.

Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>.

BERTRAND, Michel. Historia Social y análisis micro histórico. **Cuadernos Digitales**: Publicación Electrónica en Historia, Archivística y Estudios Sociales. Universidad de Costa Rica. Escuela de Historia, Vol. 6, N. 17, agosto 2002. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c17-his.pdf>. Acessado em 19/05/2006.

Bibliographisches Institut. Disponível em: http://www.netzwelt.de/lexikon/Bibliographisches_Institut.html. 9.mai.2005.

CHAMARELLI FILHO, Milton. Fotografia, percepção e subjetividade. **Studium**. Unicamp, SP, n. 18. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/18/01.html>. 06.jul.2005.

Conversão da moeda brasileira. Disponível em: http://www.infobip.com.br/brindicesalteracao_moeda.htm. 20.nov.2006.

Der Tropenpflanzer. Zeitschrift für Tropische Landwirtschaft. Organ des Kolonial-Wirtschaftlichen Komitees. Berlin. Halle a. S. O. Warburg, F. Wohltmann, IX. Jahrgang, 1905. Disponível em: http://www.archive.org/stream/dertropenpflanze09berl/dertropenpflanze09berl_djvu.txt. 5.nov.2008.

Eduard Hempe. Disponível em: <http://hempe.blogspot.com/2007/10/eduardo-hempe.html>. 8.out.2007.

FAZITO, Dimitri. A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**,

ABEP. Ouro Preto/MG, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_.4.mar.2006.

IBGE. Cadastro Central de Empresas 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. 10.jun.2008.

IBGE. Contagem populacional de 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. 10.jun.2008.

JÄGER, Georg. **Deutsche Buchhandelsgeschichte in Grundzügen**. Stichworte, Argumente, Materialien. Folien II. 19. und 20. Jhd. Ludwig-Maximilians-Universität München. Disponível em: <http://www.buchwissenschaft.uni-muenchen.de>. 10.ago.2006.

LESCHEWITZ, Edgar. **Panambi: Vale das Borboletas Azuis**. Disponível em: <http://www.ieclb.com.br/historia.htm>. 10.jan.2005.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. Aportes para uma sociologia dos deslocamentos e das culturas móveis. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP. Ouro Preto/MG, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_.4.mar.2006.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes Sociais, Redes Territoriais e Migrações. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu/MG, 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep. 4.mar.2006.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar o Brasil oitocentista. **Studium**. Unicamp, SP, n. 15. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. 6.jul.2005.

Meyer, Herrmann August. Leibniz-Institut für Länderkunde. Disponível em: <http://www.ifl-leipzig.com>. 9.mar.2007.

Meyer. **Meyers Großes Konversations-Lexikon**. Leipzig 1905-1909, Band 13, S. 741-749. Disponível em: <http://www.zeno.org/Meyers-1905/A/Meyer+%5B1%5D>. 24.abr.2008.

Municípios. Disponível em: <http://www.famurs.com.br>. 10.jun.2008.

Municípios. Disponível em: <http://www.riogrande.com.br/municipios>. 10.jun.2008.

NEUMANN, Rosane Marcia. A colonização do Planalto gaúcho por empresas privadas. **Histórica**. Revista On-line do Arquivo Público do Estado (São Paulo), São Paulo, v.17, p. 3, dez. 2006. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. 10.dez.2006.

NEUMANN, Rosane Marcia. Imagens das colônias da Empresa de Colonização Meyer no Rio Grande do Sul. **Urbana**. Revista Eletrônica do CIEC/UNICAMP. v.2, p. 10, 2007. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/\[10\]URBANA2_NEUMANN.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos2/[10]URBANA2_NEUMANN.pdf). 24.set.2008.

Neu-Württemberg. **Meyers Großes Konversations-Lexikon**. Leipzig 1905-1909, Band 14, S. 587. Disponível em: <http://www.zeno.org/Meyers-1905/A/Neu-W%C3%BCrttemberg>. 24.abr.2008.

PETRI, Kátia Cristina. Terras e Imigração em São Paulo: Política Fundiária e Trabalho Rural. **Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**, n. 2, junho 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br>. 19.mai.2006.

Provincial Presidential Reports: Rio Grande do Sul [Relatório de Presidente de Província]. Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/gras.ht>. 19.mai.2006.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das migrações internacionais. **Anais do XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu/MG, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos>. 04.mar.2006.

SCHNEIDER, Corinna. **Bertha Reinhardt (1866-1944)**. Disponível em: <http://www.uni-tuebingen.de/frauenstudium>. 24.abr.2008.

Tabela de medida agrária. Disponível em: http://www.mda.gov.br/arquivosTABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf. 20.jan.2007.

VIALES HURTADO, Ronny. Las migraciones internacionales: reflexiones teóricas y algunas perspectivas de análisis desde la historia. **Cuadernos Digitales: Publicación Electrónica en Historia, Archivística y Estudios Sociales**. Universidad de Costa Rica, Escuela de Historia, n. 1, ago. 2000. Disponível em: <http://http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/c1-his.htm>. 12.out.2002.

Von Bildungsbürgern und Indianern. Resenha. **Der Tagesspiegel Online**, 23/06/2006. Disponível em: <http://www.tagesspiegel.de>. 24.jun.2006.

WICKERT, Ana Paula; GELPI, Adriana. Processo de ocupação e produção do território da Região Norte do Rio Grande do Sul a partir da implantação da ferrovia Santa Maria a Itararé. **II Congresso Sul-Americano de História**. Passo Fundo, 2005. Disponível em <http://www.2csh.clio.pro.br>. 15.dez.2006.

VI Obras consultadas

50 Jahre Baptistengemeinde “Immanuel” – Panambi. 1906-1956. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1956.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Sobre o fotográfico**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: _____. **História da vida privada no Brasil: Império**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 291-335.

ALMEIDA, Elmar Soero de. **Aprendizagens para o mundo do trabalho: histórias de metalúrgicos em Panambi – RS**. Ijuí, 2000. Dissertação [Mestrado]. Programa Pós-Graduação de Educação nas Ciências, UNIJUÍ, 2000.

ALVES, Débora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.

ANDRÉ, Richard G. Identidades visíveis e invisíveis: a Companhia de Terras Norte do Paraná e a produção de sua auto-imagem através de fotografias. **MÉTIS: história & cultura**, Universidade de Caxias do Sul, v. 4, n. 8. Caxias do Sul: EducS, p. 77-97, jul./dez. 2005.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Porto Alegre, 1996. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1996.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo: A Construção do Mito da Suíça Brasileira (1910-1960)**. Tese [Doutorado]. Niterói (RJ), 2003. Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2003.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência em Palmeira das Missões**. Passo Fundo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UPF, 2003.

ARENDT, Isabel Cristina. Representações e gerenciamento de identidade em periódico em língua alemã no Rio Grande do Sul. **Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2005.

ARRUDA, Gilmar. Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras. In: _____. (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

AXT, Gunter. Apontamentos sobre o sistema castilhistaborgista de relações de poder. In: AXT, Gunter [et al.]. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 133-162.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil, antes e após a proclamação da República. In: WESTPHALEN, Cecília; BALHANA, Altiva Pilatti. **Revoluções e Conferências**, Curitiba, SBPH-PR, 1989.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: UNESP, 1998.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: _____. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BASSANEZI, Maria Sílvia B. Imigrações internacionais no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

BENEDUZI, Luís Fernando. Memória, *restus* e nostalgia: um olhar sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. **MÉTIS: história & cultura**. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul: Educs, v. 4, n. 8. p. 215-231, jul./dez. 2005.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.

BESCHOREN, Maximiliano. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BEUTER, Ivo. **Nova Ubiratã, município-berço do início da colonização do Norte do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT: Gráfica e Editora Futura, 2000.

_____. **Panambi e Tanganica, origem semelhante, porém, destinos diferentes**. Panambi: digitado, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura**. Belo horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. **A Colônia Alemã Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil** = Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien. Org. Cristina Ferreira; trad. Annemarie Fouquet Schünke. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOSERUP, Éster. **Evolução agrária e pressão demográfica**. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: FIDENE, 1985.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. **Testemunha ocular: histórias e imagens**. São Paulo: EDUSC, 2004.

BYTSENKO, Anastassia. **Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX**. Visões do Paraíso e do Inferno. São Paulo, 2006. Tese [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação de Literatura e Cultura Russa, USP, 2006.

CANABARRO, Ivo Santos. **A construção da cultura fotográfica no sul do Brasil**. Imagens de uma sociedade de imigração. Niterói (RJ), 2004. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2004.

_____. Estudos sobre imigração e fotografia. In: MARTINS, Ismênia de Lima (org.). **História: estratégias de pesquisa**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001, p. 41-58.

_____. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 23-39, dezembro 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. A modernização frustrada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 1, mar. 1981.

_____. Brasil: Nações Imaginadas. **Revista Antropolítica**, Niterói: UFF, v. 1, n. 1, p. 7-36, jan/jun 1995.

_____. Entre a liberdade dos antigos e dos modernos: a República no Brasil. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1989.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

_____. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASSOL, Ernesto. **Carlos Torres Gonçalves – Vida, Obra e Significado**. Erechim: Editora São Cristóvão, 2003.

CASTRO, Eurydes; CASTRO, Flávio (orgs.). **Anuário de Cruz Alta**. Em comemoração ao 128º Aniversário de fundação da cidade. s. l.: s. ed., 1949.

CASTRO, Evaristo Affonso de. **Notícia Descritiva da Região Missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CAVALARI, Rossano Viero. **A gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.

Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889).** São Leopoldo, 2004. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2004.

CIANATA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930).** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COLÉGIO EVANGÉLICO PANAMBI. **Colégio Evangélico Panambi: 1903-2003: 100 anos educando para a vida e para o trabalho.** Pesquisa e redação de Sérgio E. Michels. Panambi: Ed. Unijuí, 2003.

COLUSSI, Eliane Lúcia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho.** Passo Fundo: Ediupf, 1996.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República Velha (1889-1930).** v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 395-418.

_____. Os males e os maus: desvãos de textos sobre a emigração italiana para o Brasil. **MÉTIS: história & cultura**, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul: Educs, v. 4, n. 8, p. 11-36, jul./dez. 2005.

CORBIN, Alain. O prazer do historiador. Entrevista concedida a Laurent Vidal. Tradução: Christian Pierre Kasper. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 49, p. 11-31, 2005.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Ed. UPF; Santa Cruz do Sul: UNISCS, 2006.

CUBER, Antoni. **Nas margens do Uruguai.** Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. (Artigo publicado em 1898, no *KALENDARZ POLSKI*).

CUNHA, Jorge Luiz da. **Rio Grande do Sul und die deutsche kolonisation.** Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914. Santa Cruz do Sul: UNISC/Gráfica Léo Quatke, 1995.

_____. Conflitos de interesses sobre a colonização alemã do sul do Brasil na segunda metade do século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXVI, n. 1, p. 183-234, julho 2000.

_____. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **Império.** v. 2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 279-300.

_____. Os limites da emigração. A emigração dos limites: o fracasso da legislação do 2º *Reich* alemão sobre emigração aos países platinos. **R. Jur. FADISMA**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 109-142, 2006.

_____; GÄRTNER, Angelika. As culturas alemã e brasileira no relato da viagem de Herrmann Meyer, nos anos 1898 e 1899, pelas colônias alemãs no Rio Grande do Sul. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 3, p. 55-72, set./dez. 2001.

_____; _____ (orgs.). **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Antropologia do Brasil**. Mito, história, etnicidade. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DALLABRIDA, Tarso. **Selbstschutz, o Exército de autodefesa de Panambi**. Palmas-Paraná, 2003. Monografia [Especialização]. Faculdades Integradas de Palmas-PR, 2003.

DARBON, Sébastien. O etnólogo e suas imagens. In: SAMAIN, Etienne. **O fotográfico**. São Paulo: Ed. Hucitec/CNPq, 1998.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil: 1850**. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

DAWSEY, John C. (org.) **Americans, Imigrantes do Velho Sul no Brasil**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2005.

DEUTSCHEN AUSLAND-INSTITUTS. **Die Schwaben im Ausland**. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1935.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DIETZ, Roberto Eugênio. **Colégio Evangélico Panambi**. 65 anos de atividades de ensino particular. 1903-1968. Panambi: s.ed., 1968.

DOHMS, Hermann. **Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos**. Organizado por Martin N. Dreher. Porto Alegre: EDPUCRS, 2001.

DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade**. 2. ed. rev. e amp. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

_____. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. **Estudos Leopoldenses – Série História**, v. 3, n. 2, 1999.

_____. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. **Estudos Leopoldenses**, v. 31, n. 142, 1995.

_____. Os 180 anos da imigração alemã. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (orgs.). **História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã**. São Leopoldo: Oikos, 2005.

_____. Os protestantismos rio-grandenses. In: _____ (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST, São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 241-255.

_____. Protestantismos na América Meridional. In: _____ (org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 115-138.

_____. (org.). **Imigração & imprensa**. Porto Alegre: EST, São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

DUARTE, Eduardo (org.). **O Centenário da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul 1824-1924**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1946.

DUBOIS, Philippe. Da verossimilhança ao índice. In: _____. **O Ato Fotográfico**. 5 ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História**, Porto Alegre, UFRGS, p. 19-29, 1994.

ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia agrária: a contribuição de Leo Waibel**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as cinzas da mata virgem**. Os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845-1880). Porto Alegre, 1999. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1999.

FAULHABER, Hermann. **Pequeno Tratado de História do Brasil por perguntas e respostas para uso das escolas primárias**. 5. ed. Ijuí: Ulrich Löw, 1937.

FAULHABER, Marie. **Das verlorene Kind**. Schauspiel in 3 Aufzügen. v. 4. Ijuhy/RS: Livr. Serrana, Löw & Filhos Ltda., [1933].

_____. **Ein Bubenstreich und seine Folgen**. Schwank in 3 Akten. v. 6. Ijuhy/RS: Livr. Serrana, [1934].

_____. **Ein schlechter Tausch**. Schwank in 4 Akten. v. 1. Ijuhy/RS: Livr. Serrana, Löw & Filhos Ltda, [1932 e 1933].

_____. **Fritz**. Schauspiel in 4 Akten. v. 3. Ijuhy/RS: Livr. Serrana, Löw & Filhos Ltda, [1933].

_____. **Herrmann, ein deutschbrasilianischer Junge**. Schauspiel in 5 Aufzügen. v. 5. Ijuhy (Rio Grande do Sul): Livr. Serrana, Löw & Filhos Ltda., [1934?].

_____. **Nur immer Paciencia.** Lustspiel in 4 Aufzügen. v. 7. Ijuhy (Rio Grande do Sul): Livr. Serrana, [1934].

FAULHABERSTIFTUNG. **Neu-Württemberg. Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul/ Brasilien.** Stuttgart (Alemanha): Ausland-und Heimat Verlags A.-G., 1933.

FAUSEL, Erich. **Cinquentenário de Panambi 1899-1949.** s.l.: s.ed., 1949.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo.** São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1991.

_____. **Negócios e ócios.** História da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. (org.). **Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina.** São Paulo: EDUSP, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____; RAMBO, Arthur Blásio (Orgs.). **A Revolução Federalista e os teutobrasileiros.** São Leopoldo: UNISINOS; Porto Alegre: UFRGS, 1995.

FENNER, Darci (et. all.). **Xingu 100 anos.** Constantina: Artes Gráficas Constantina Ltda., 1997.

FENSTERSEIFER, Milton. 1899-1999. Centenário da Colonização de Panambi. **Folha das Máquinas,** Caderno especial, Panambi, 23/6/1999.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil.** Amsterdam: Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika – III, 1990.

FERREIRA, Marieta de Moraes; KORNIS, Mônica Almeida. Entrevista com Phillippe Dubois. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, FGV, n. 34, p. 139-156, 2004.

Festschrift über die Einweihung des Faulhaberhauses für die Deutsche Schule Eisenau: gebaut im Auftrage der Faulhaberstiftung vom 16. Januar 1935 - 16. Mai 1935. [Neu-Württemberg], 1935.

FISCHER, Martin. **Etnias diferenciadas na formação de Ijuí.** Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1987.

FORTES, Alexandre. **“Nós do Quarto Distrito...” A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas.** Campinas, 2001. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, 2001.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974.** São Paulo/ São Leopoldo: Instituto Hans Staden/ Federação dos Centros Culturais “25 de Julho”, 1974.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FRANK, Erwin H. Viajar é preciso: Theodor Koch-Grünberg e a *Völkerkunde* alemã do século XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 48, n. 2, Jul./Dec. 2005.

FRANKE, Rudi. **Das Munizip Panambi, ehemalige Kolonie Neu-Württemberg**: Vortrag von Rudi Franke, gehalten am 24.11.1966 in der Zentralstelle für Öffentliche Verwaltung der Deutschen Stiftung für Entwicklungsländer in Berlin (West). Panambi, datilografado, [1966].

FRANTZ, Walter. **A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

FREITAG, Liliane C. **Fronteiras perigosas, migrações internas e a ocupação de espaço vital: o Extremo-Oeste Paranaense (1937-1954)**. São Leopoldo, 1997. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 1997.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. 10. ed. Barcelona: FotoGrafia, 2002.

FUNKE, Alfred. **Deutsche Siedlung über See**. Ein Abriss ihrer Geschichte und ihr Gedeihen in Rio Grande do Sul. Halle a. Saale: Gebauer-Schwetschke Druckerei und Verlag, 1902.

GANS, Magda. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Anpuh/RS, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo A. et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da Colônia Ijuí**. Londrina/PR, 2002. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UEL/UEM, 2002.

_____. Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

GERTZ, René E. **O fascismo no sul do Brasil**. Germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. Eles, os alemães. In: FISCHER, Luís Augusto; GONZAGA, Sergius (orgs.). **Nós, os gaúchos**. 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1995, p. 45-49.

_____. Microhistória da imigração e da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Véritas**, Porto Alegre, v. 32, n. 128, p. 543-551, 1987.

_____. Modelos de imigração (um comentário). In: **Terra Natal – Terra Nova**. O futuro das tradições italiana e alemã no RS. Porto Alegre: EST, 2002, p. 65-71.

_____. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter [et al.]. **Julio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 133-162.

_____. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

_____. Os “quistos” étnicos alemães. **Estudos Leopoldenses. Série História**, São Leopoldo, v. 2, n. 1, p. 7-25, 1998.

GINZBURG, Carlo. **El juez y el historiador**. Consideraciones al margen del proceso Sofri. Madrid, Espanha: ANAYA & Mario Muchnik, 1993.

_____. Introdução. In: _____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. Das colônias e dos colonos no Brasil. **Agora**, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 2, n. 1, p. 91-107, jan./jun. 1997.

GOMES, Aristides de Moraes. **Fundação e evolução das estâncias serranas**. Cruz Alta: A. Dal’Forno Editor, 1966.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **O Rio Grande do Sul em Revista**, 1928.

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, Latifúndio, Migrações**. A Colonização do Período Republicano no RGS- Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa. Porto Alegre, 1988. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1988.

GRITTI, Isabel Rosa. **A imigração judaica para o Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos**. Porto Alegre, 1992. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1992.

GRÜTZMANN, Imgart. **A mágica flor azul: a canção em língua alemã e o germanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1999. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS, 1999.

_____. “Deus, germanidade, pátria”. A presença do germanismo no *Kalender für die deutschen evangelischen Gemeinden in Brasilien*. In: DREHER, Martin N. (org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 308-334.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HEINSFELD, Adelar. As ferrovias na ordem positivista, o progresso corre pelos trilhos. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 273-303.

HENN, Ronaldo. **Os fluxos da notícia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **MÉTIS: história & cultura**, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul: Educus, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005.

HERMANNSTÄDTER, Anita. Herrmann Meyer Der Sertão als schwieriger sozialer Geltungsraum. In: KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Die Xingu-Expedition. (1898-1900)**. Ein Forschungstagebuch. Köln: Böhlau Verlag, 2004, p. 403-434.

HERWIG, Tutz Culmey. **Die Tochter des Pioniers**. São Leopoldo: Rotermund; Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1984.

HINNAH, Denise. **Ser retratista em Panambi**. História oral de vida. Ijuí, 1999. Monografia [Graduação em História]. UNIJUÍ, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Etnia e nacionalismo na Europa de hoje. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 313-325.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional**. s.l.: D. C. Luzzato Ed.: EDUNI-SUL, 1986.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **O Biênio 1824/25 da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1975.

IEPSEN, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a Colônia de São Lourenço: da construção de um mito à reconstrução de uma história.** São Leopoldo, 2008. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2008.

Igreja Batista “Emanuel”. 75º aniversário, 1906-1981. Panambi: [s.e.], 1981.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização: legislação de 1747 a 1915.** Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JACOMELLI, Jussara. **Comissão de Terras: relações de poder em Palmeira.** Passo Fundo: UPF, 2004.

JANNASCH, R. **Ratschläge für Auswanderer nach Südbasilien.** Berlin: Allgemeine Verlags- Agentur, 1897.

JUNGBLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo.** São Miguel do Oeste: Arco Íris Gráfica e Editora, 2000.

KIELING, José Fernando. **Expansão da agropecuária Sul Rio-grandense (1950-1980).** São Paulo, 1995. Tese [Doutorado]. USP, 1995.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América.** São Paulo: EDUSP, 1999.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso”, 1905-1920.** Porto Alegre, 1977. Dissertação [Mestrado]. História da Cultura. PUCRS, 1977.

_____. **RS: terra e poder. História da questão agrária.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Die Xingu-Expedition. (1898-1900). Ein Forschungstagebuch.** Organizado por Michael Kraus. Köln: Böhlau Verlag, 2004.

KOELLN, Arno. **Porto Feliz, a história de uma colonização às margens do rio Uruguai.** São Leopoldo: Rotermund S.A., 1980.

KOSERITZ, Karl von. **Imagens do Brasil.** São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1980.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História.** 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2001.

_____. O relógio de Hiroshima: reflexões sobre os diálogos e silêncios das imagens. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 25, n. 49, p. 35-42, 2005.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3. ed. São Paulo: Ateliê, 2002.

KOTHE, Mercedes Gassen. Os descendentes de alemães. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República Velha (1889-1930).** v. 3, t. 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 377-393.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na república velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxen. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

LASSBERG, Max von. **Reminiscências**. Tradução e apresentação Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória e História. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. I, p. 95-106.

LEITE, Bismarck Beckenbauer Ferreira. **As Companhias Particulares de Colonização**. São Leopoldo, 2003. Monografia [Graduação em História]. UNISINOS, 2003.

LEITZKE, Eugen. **Carlos Ernesto Knorr, Anna Müdsam Knorr**. Cem anos da História familiar em terras brasileiras. s.l.: s.ed., 2002.

_____. Pontos de nossa história. In: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES DE PANAMBI. **Porções de Bem Querer**. Panambi: s. ed., 1997.

LERMEN, Gisela Anna Büttner. Processos de adaptação e de construção de identidades. Ensaio de análise de cartas duma família imigrante alemã, escritas de 1883 a 1938. **História – Unisinos**, v. 6, n. 5, p. 205-260, janeiro/junho 2002.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil, durante a era Vargas. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 28, p. 121-150, 1994.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo, SP: Unesp, 1992.

LIMA, Josino dos Santos. **Cidade de Cruz Alta**: lenda histórica de sua fundação. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1931.

_____. Cruz Alta. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Of. Graf. Livraria O Globo, IV Trimestre, Ano XII, p. 147-164, 1932.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e Cidade**: da razão urbana à lógica do consumo. Álbuns de São Paulo (1887-1954). Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 1997.

LIMBERGER, Eliane Terezinha dos Santos. **Neu-Württemberg: uma colônia alemã no século XX (RS)**. Passo Fundo, 2005. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UPF, 2005.

LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, Mário G. **A vegetação do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOBO, Maurício Nunes. **Imagens em circulação: os cartões-postais produzidos na cidade de Santos pelo fotógrafo José Marques Pereira no início do século XX**. Campinas, SP, 2004. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, 2004.

LOPES, Almerinda da Silva. **Albert Richard Dietze: um artista-fotógrafo alemão no Brasil do século XIX**. Vitória: A1, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, PPGH/PUC-SP, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

LUDWIG, Alfredo. **Uma viagem pelo Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tip. do Centro S.A., 1940.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no vale do Sinos**. São Leopoldo, 2003. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2003.

MAGALHÃES, Marionilde Breopohl de. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998.

MAIA, Rui Leandro Alves da Costa. **O sentido das diferenças**. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

MALHEIROS, Adil Alves. **História da família Malheiros no Rio Grande do Sul – Brasil (Genealogia e Biografia)**. Santa Maria: Editora Pallotti, 1952.

_____. **Panambi: o Vale das Borboletas Azuis**. 2 ed. atual. e ampl. Santa Rosa: Kunde, 1990.

MÁRMORA, Lelio. **Las políticas de migraciones internacionales**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

MARTINI, Maria Luiza. Tatu, caboclo, gaúcho a pé. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **Império**. v. 2, Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 155-185.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneiro, 1973.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. **Tempo**, Departamento de História – UFF, Rio de Janeiro, 7 Letras, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (org.). **Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

MEIRELLES, Suzi Schefer. **Outra vez... o Vale das Borboletinhas Azuis**. Panambi: Bühring, 2008.

MEISINGER, Luiz. **Humor aus der Kolonie: Heitere Erlebnisse und Begebnisse aus den riograndenser deutschen Kolonien**. Ijuí: Livraria Serrana, s./d.

MELLO, Eliane de. **"O Alemão é mais..."**. A construção das relações interétnicas num núcleo de colonização alemã: O caso de Panambi. Ijuí, 2003. Monografia [Graduação em História]. UNIJUÍ, 2003.

_____. **"Esses alemão têm que se convencer que não mandam mais na cidade..."**. Relações entre sociedade receptora e (i)migrantes em Panambi na década de 1970. São Leopoldo, 2006. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivo, patrimônio e memória**. Trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP: FAPESP, 1999.

_____. A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**, Departamento de História – UFF, Rio de Janeiro, 7 Letras, v. 7, n. 14, p. 131-151, 2003b.

_____. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003a.

_____. Rumo a uma "História Visual". In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 33-56.

MERRICK, Thomas W. La Población de América Latina 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **Historia de America Latina**. v. 11. Barcelona: Editorial Crítica, 1997.

MEYER, Dagmar E. Estermann. **Identidades Traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; São Leopoldo: Editora Sinodal, 2000.

MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1903.

_____. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1904a.

_____. **Ackerbaukolonien**. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien). Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906a.

_____. **Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1904b.

_____. **Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906b.

_____. **Die Privatkolonien von Dr. Herrmann Meyer in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1901.

_____. **Meine Reise nach den deutschen Kolonien in RS. 1898-1899**. Gedruckt als "Reisebrief" für seine Freunde. Leipzig: Carl Meyers Graphisches Institut, 1899.

MICHELS, Sérgio Ervino. **A história ensinada na colônia particular de Neu-Württemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação**. Ijuí, 2001. Dissertação [Mestrado]. Programa Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUÍ, 2001.

_____. Colégio Evangélico Panambi – Rumo ao Centenário (1903-2003). **A Notícia Ilustrada**, Caderno Especial, Panambi, 08/11/2002.

MIDDELDORF, Karl. **Porto Novo – Brasilien**. Siedlung für deutschsprechende Katholiken am Uruguayfluss im Staate Santa Catharina in Brasilien. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1932.

Mondaí em fotos. Panambi: Publipan, 1973.

MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 229-257.

MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Edições Cosmos, 1967.

MOTTA, Márcia. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA, abril 2001.

MULHALL, Michael George. **O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs**. Porto Alegre: Bels, 1974.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DE PANAMBI. **Panambi: múltiplos olhares**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados**: a intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2007.

_____. As Companhias Particulares de Colonização entre a etnicidade e o comércio de terras. In: **Entre vales e serras: fronteiras**. Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008, p. 718-738.

_____. Inserção de Herrmann Meyer no comércio da terra no Rio Grande do Sul. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Leituras e interpretações da imigração na América Latina**: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2007.

NEIVA, Arthur Hehl. Estudos sobre a Imigração Semita no Brasil. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, Ano V, n. 2, junho de 1944.

NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil é brasileiro ou traidor”**. As colônias germânicas e a campanha de Nacionalização. São Leopoldo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2003.

_____. A comercialização de terras empreendida por empresas particulares: o caso da Colonizadora Meyer. In: **História e violência: Anais VIII Encontro Estadual de História**. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2006a.

_____. A Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. In: **Simpósio de Pesquisas Históricas dos Grupos de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS**, I, Porto Alegre, 2007.

_____. A iniciativa privada na colonização do noroeste do Rio Grande do Sul: a Colonizadora Meyer. In: SIDEKUM, Antonio; GRÜTZMANN, Imgart; ARENDT, Isabel Cristina (Orgs.). **Campos múltiplos: identidade, cultura e história**. Festschrift em homenagem ao prof. Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008a, p. 123-140.

_____. Colônia Neu-Württemberg: imigração, industrialização e urbanização (1898-1950). **[Anais] VI Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, 2006b.

_____. Imagens da Colonização. **Anais VII Congresso de Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUCRS, 2008b, p.1 – 7.

_____. Imigração e Colonização: a Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer. In: **Anais**. Congresso Sul-Americano de História. Passo Fundo, 2006c.

_____. Neu-Württemberg: o "cartão-postal" da Empresa de Colonização do Dr. Herrmann Meyer. In: **Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural -**

Mundos da Imagem: Do Texto ao Visual. Florianópolis: Clicdata Multimídia, 2006d, p. 4095 – 4104.

_____. O colono migrante. Alguns apontamentos sobre a mobilidade espacial dos imigrantes alemães no Brasil. In: **Entre vales e serras: fronteiras.** Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008c, p. 739-756.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços:** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Chapecó, n. 10, p. 29-51, 2002.

_____. et. all. As Florestas do sul do Brasil na imprensa alemã e a atração de imigrantes. In: DREHER, Martim N. (org.). **Imigração e Imprensa.** Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p.163-175.

NORA, Nilse Cortese Dalla. **Quem chega, quem sai. A política de distribuição de terras em Jaboticaba.** Passo Fundo, 2002. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UPF, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História,** PPG em História da PUCSP, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

OBERACKER, Carlos Henrique. **A contribuição teuta à formação da Nação Brasileira.** Rio de Janeiro: Presença, 1985.

_____. A colonização baseada na pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo II, v. 3. São Paulo: Difel, 1967.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. **Nós e eles:** relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Americanos:** representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. **O Brasil dos imigrantes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo:** a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLKOSKI, Wilson. **História agrária do Médio Alto Uruguai - RS: colonização, (re)apossamento das terras e exclusão (1900-1970).** São Leopoldo, 2002. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2002.

Origem e descendência da Família Kepler. Porto Alegre: Gráfica Editora Estela, 1987.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1992.

OZAN, Maria Elena Rodríguez. El Inmigrante Europeo: 1839-1930. In: ZEA, Leopoldo (coord.). **América Latina en sus ideas**. México e Paris: Siglo XXI e UNESCO, 1986.

PAIVA, Cesar. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e historiografia no Brasil. Comentários sobre algumas obras notáveis. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 41-57, 1º semestre 1993.

Panambi em fotos. Panambi: Edição Publipan, 1972.

Panambi, Cidade das Máquinas, em Fotos. Panambi: Publipan, 1974.

PAULA, Zueleide Casagrande de. A relação antagonista entre homem e natureza no processo de colonização/(re)ocupação do Norte paranaense. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

PEDROSO, Maria Teresa Cavalheiro. **Imigração alemã em Panambi**. Ijuí, 1996. Monografia [Graduação em Geografia]. UNIJUÍ, 1996.

PEIXOTO, José Tadeu Leal. **Panambi: história da formação social de uma comunidade de imigrantes no noroeste gaúcho**. Londrina/PR, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UEL, 2003.

PELLANDA, Ernesto. **A colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1925.

_____. O colono Alemão, o Deuschtum, o nazismo e sua recuperação nacional. **Revista Província de São Pedro**, Porto Alegre: Livraria do Globo, n. 2, p. 110-123, 1945.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 6-30, jun./jul. 2000.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A Política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.

PERES, Sebastião. **Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos**. Porto Alegre, 1994. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

_____. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). **Revista Brasileira de História**, v. 19, n. 37, São Paulo, Set. 1999b.

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999a.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Imigração. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. v. 2, São Paulo: Difel, 1977.

PETRY, Leopoldo. **O 125º aniversário da Colonização alemã no Rio Grande do Sul**, 25 de Julho de 1949, Dia do Colono. São Leopoldo: Rotermund, 1950.

PEZAT, Paulo. Leituras e interpretações de Auguste Comte. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **República Velha (1889-1930)**. v. 3, t. 2. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 29-78.

PHILIPP, Armin. **Conheça sua história**. Panambi: (s.ed.), s.d.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Imigração alemã e construção do Estado Nacional Brasileiro. Rio Grande do Sul, século XIX. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 10, n. 2, p. 165-177, (julho/dez 1997), 1998.

_____. Leituras e interpretações da imigração alemã no Brasil. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Leituras e interpretações da imigração na América Latina**: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 12-20.

PILLMANN, Heinrich. **Was muss der Ansiedler in Südbrasilien notwendig wissen?** Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1921.

PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-Cultural**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM. Chapecó, UNOESC, p. 71-110, 1995.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. "Memória, esquecimento, silêncio". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Aurélio. **O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

PORTZ, Solange da Silva. **Paisagens da Memória: um estudo sobre as fotografias do Plano de Colonização da Empresa Maripá – 1946-1955.** Niterói (RJ), 2002. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFF, 2002.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930.** Porto Alegre, 2005. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2005.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade: Grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

POZZEBON, Maria Catharina Lima. **O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta.** Porto Alegre, 2002. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PANAMBI. **Panambi ontem – hoje.** Integração social – o município. Projeto especial de resgate da cultura local. Panambi: Publipan, 1985.

RADÜNZ, Roberto. **“A terra da liberdade”: o protestantismo luterano em Santa Cruz do Sul no século XIX.** Porto Alegre, 2003. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2003.

RAISON, Jean-Pierr. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (ed.). **Enciclopédia Einaudi.** Região. v. 8. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. p. 488-517.

RAMBO, Arthur B. A dinâmica da expansão colonial. In: **Anais.** Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, IV. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002a, p. 17-23.

_____. A identidade teuto-brasileira em debate. **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre: PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999.

_____. A igreja dos imigrantes. In: DREHER, Martin N. (org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional.** Porto Alegre: Edições EST, 2002b, p. 57-73.

_____. A religiosidade no cotidiano dos imigrantes. In: **Dom Pedro de Alcântara - marcas do tempo.** Porto Alegre: EST, 2009 [no prelo].

_____. Imigração alemã na AL nos séculos 19 e 20: Argentina, Brasil e Chile. **Estudos Ibero Americanos** (Porto Alegre), v. 29, n. 1, p. 107-135, 2003.

_____. Teuto-argentino, teuto-brasileiro, teuto-chileno: identidades em debate. **Estudos Ibero-Americanos,** Porto Alegre, PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 201-222, junho 2005.

_____. A Sociedade União Popular. **Perspectiva Econômica,** v. 27, n. 79, Série Cooperativismo n. 32, 1992.

_____; RABUSKE, Arthur (editores). **Pe. João Evangelista Rick, SJ. Cientista, colonizador, apóstolo social, professor.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: BECKER, Klaus (org.) **Enciclopédia Rio-Grandense**. O Rio Grande antigo. v.1. Canoas: Editora Regional, 1956, p. 75-123.

_____. A nacionalização. **Pesquisas**, São Leopoldo: UNISINOS, n.27, 1989.

RAMOS, Silvana Pirilo. **Hospitalidade e migrações internacionais: o bem receber e o ser bem recebido**. São Paulo: Aleph, 2003.

REIMERS, H. J. **Reise-Führer von Europa nach Brasilien**. Hamburg: L. Friederichchsen & Co., 1914.

REINHEIMER, Dalva Neraci. Colônias alemãs, rios e Porto Alegre: um processo de integração e desenvolvimento no século XIX. In: **Anais**. Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, IV. Lajeado: Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras, 2002, p. 25-40.

REIS, Rossana Rocha. Políticas de Nacionalidade e Políticas de Imigração na França. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, fev. de 1999.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de CEOM, Chapecó, UNOESC, p. 221-258, 1995.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Carmem Adriane. **A prática de educação em organizações cooperativas: o caso Cotripal**. Ijuí, 2005. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUÍ, 2005.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **Festas & Identidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RIETH, Ricardo Willy. Associativismo e protestantismo na imigração e colonização: o caso da Associação Gustavo Adolfo. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 572-580.

_____. Dois modelos de Igreja Luterana: IECLB e IELB. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 256-267.

ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta**. Cruz Alta: Tipografia Liderança A. Dal Forno, 1964.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 2 v.

ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. **Cruz Alta**. Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931**. Passo Fundo: Edupf, 1997.

SALOMOM, Marlon. O clima, a imigração e a invenção do Sul do Brasil no século XIX. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. La Población de América Latina, 1850-1930. Tendencias generales e la inmigración. In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. v. 7. Barcelona: Editorial Crítica, 1991.

SANT'ANA, Sérgio Bairon Blanco. **História Palinódica: significações culturais de uma regionalidade teuto-brasileira**. São Paulo, 1991. Tese [Doutorado]. Universidade de São Paulo, 1991.

_____. O Fantasma da unidade cultural na metáfora palinódica do brasileiro alemão. **Revista História**, São Paulo, n. 129-131, p. 19-30, ago-dez/1993 a ago-dez/94.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. Textos do Dr. Blumenau: o papel do agricultor no *Guia de Instruções aos futuros imigrantes para a Província de Santa Catarina sul do Brasil*. In: DREHER, Martim N. (org.). **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 350-356.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. O retorno. **Travessia** - especial, p. 7-32, janeiro 2000.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O associativismo cristão no sul do Brasil** – a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro. Porto Alegre, 2001. Tese [Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2001.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada na Brasil**. 3. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHMAHL, Helmut. Emigração da Alemanha – um balanço historiográfico. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 29-36.

SCHMITT-PRYM, Elmar et. all. **Paróquia São João Batista de Panambi, 45 anos**. Sarandi: A Região, 1997.

SCHNEIDER, Daniel. **A agricultura em Ijuí 1890-1950: Técnicas e tecnologias**. Ijuí, 2005. Monografia [Graduação em História]. UNIJUÍ, 2005.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até o ano de 1859**. 2. ed. São Leopoldo/Porto Alegre: Ed. Unisinos/EDPUCRS, 2003.

_____. **Brasilien und Wittenberg.** Berlin e Leipzig: Verlag Walter de Gruyter & Cia, 1936.

SERNA, Justo; PONS Anacleto. El ojo de la aguja. ¿De qué hablamos cuando hablamos de microhistória? In: TORRES, Pedro Ruiz (org). **La Historiografía.** Madrid: Marcial Pons, 1993.

SEYFERTH, Giralda. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000a, p. 11-43.

_____. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das Ciências Sociais. **BIB**, São Paulo, n. 57, p. 7-47, 1 sem. 2004a.

_____. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, UFRGS/IFCH, n. 14, nov. 2000b.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar.-mai. 2002.

_____. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana**, Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, out. 1999.

_____. Formação de identidades culturais em contextos migratórios. **Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 2005.

_____. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. **BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 3-35, 1 sem. 1988.

_____. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da terra.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004b.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica:** ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1982.

SIDEKUM, Antônio (org.). **Às sombras do carvalho.** São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LINHARES, Maria Yedda L. Região e História Agrária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, 1995.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão.** São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (orgs.). **A Questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Márcio Antônio Both da. **Por uma lógica camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900.** Porto Alegre, 2004. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2004.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

SIMÃO, Édina Francini. **A compreensão étnico-cultural no ensino de história**. Ijuí, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIJUÍ, 2003.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 11-25.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. **Uma São Paulo alemã: Vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SMITH, Herbert H. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

SMITH, Roberto. **Propriedade de terra & transição**. Estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.

SOARES, Mozart Pereira. **Santo Antônio da Palmeira**. Palmeira das Missões: Bels, 1974.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande – 1920-1945**. Campinas-SP, 2001. Tese [Doutorado]. UNICAMP, 2001.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SPONCHIADO, Breno Antônio. **O Positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2000. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2000.

STEINITZER, Wilhelm. **Brasilianisches Bilderbuch**. München: Ernst Reinhardt, 1928.

STREIT, Isléia Rossler. **Coronéis e imigrantes: das lutas pelo poder à conquista do espaço. Saldanha Marinho**. 1899 a 1930. Passo Fundo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UPF, 2003.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIMM, Octacílio B. GONZALEZ, Eugenio (orgs. e editores). **O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas**. Porto Alegre: Livraria Selbach, [1932].

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

_____. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (orgs.). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 55-63.

_____. Diferença como isolamento ou como demarcação de espaço político: os primeiros anos da colonização. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXVI, n. 1, p. 235-246, julho 2000.

_____. O “mau” imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta. In: **Raízes de Terra de Areia I e IX Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha**. Porto Alegre: EST, 1999, p. 198-208.

_____. Os primórdios da imigração alemã para o sul do Brasil: conflitos e organização. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio (orgs.). **Anais do Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras**, 6. São Leopoldo: Oikos, 2004.

TRUDA, Francisco de Leonardo. **A colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

UMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: EST, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VASQUEZ, Pedro K. **A fotografia no Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VICENZI, Renilda. **Terra nova, vida nova: a colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do Oeste catarinense. 1920-1950**. Passo Fundo, 2003. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UPF, 2003.

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 68-89.

WEBER, Regina. **Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 2002a.

_____. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002b, p. 207-215.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o "25 de julho" em São Leopoldo, 1924-1949**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

WEHRMANN, Bruno Guido. **Condor**. Comunidade, história e cultura. Ijuí: UNIJUÍ, 2004.

WEHRMANN, Temia. **As pequenas indústrias de Assis Brasil em relação às tecnologias**. Ijuí, 2003. Monografia [Graduação em História]. UNIJUÍ, 2003.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular da imigração alemã**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

WEISS, João. **Colonos na Selva**. Conto de um emigrante como colono no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Méier & Blumer LTDA, 1949.

WENTZ, Liliane Irma Mattje. **Os caminhos da madeira: região Norte do Rio Grande do Sul (1902-1950)**. Passo Fundo: UPF, 2004.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

_____. Colonização ítalo-brasileira, teuto-brasileira e teuto-russa no Oeste de Santa Catarina. Atuação da Cia. Territorial Sul Brasil. **Cadernos do CEOM**. n. 11, Chapecó: Grifos, p. 11-53, 1999.

WERLE, André Carlos. **O reino jesuítico germânico nas margens do rio Uruguai: aspectos da formação da colônia Porto Novo (Itapiranga)**. Florianópolis, 2001. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, 2001.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 90-113.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, Osmar Luiz. Igreja na migração – o Sínodo Rio-grandense e o acompanhamento de migrantes. In: DREHER, Martin N. (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST, São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 281-294.

WOLFF, Gladis Helena. **Trilhos de ferro, trilhas de Barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora UnB, 1994.

_____. *Ein gutes land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro*. In: _____.(org.) **Significados da terra**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, UFRGS/IFCH, n. 14, p. 177-204, nov. 2000.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002a.

_____. A conquista da fronteira norte do Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002b, p. 43- 53.

_____. A estrutura agrária. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.). **Império**. v.2. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 187-213.

_____. **História agrária do Planalto Gaúcho. 1850-1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

_____. Leituras e interpretações da imigração no Planalto Riograndense. In: DREHER, Martin N.; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Leituras e interpretações da imigração na América Latina: XV Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 21-28.

_____. Os esquecidos da história: exclusão do lavrador nacional no Rio Grande do Sul. In: _____. et al. **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

ZILLES, Maria. **Porto Novo: uma colônia para teuto-católicos no processo de expansão colonial no sul brasileiro (1912-1933)**. Porto Alegre, 1992. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1992.

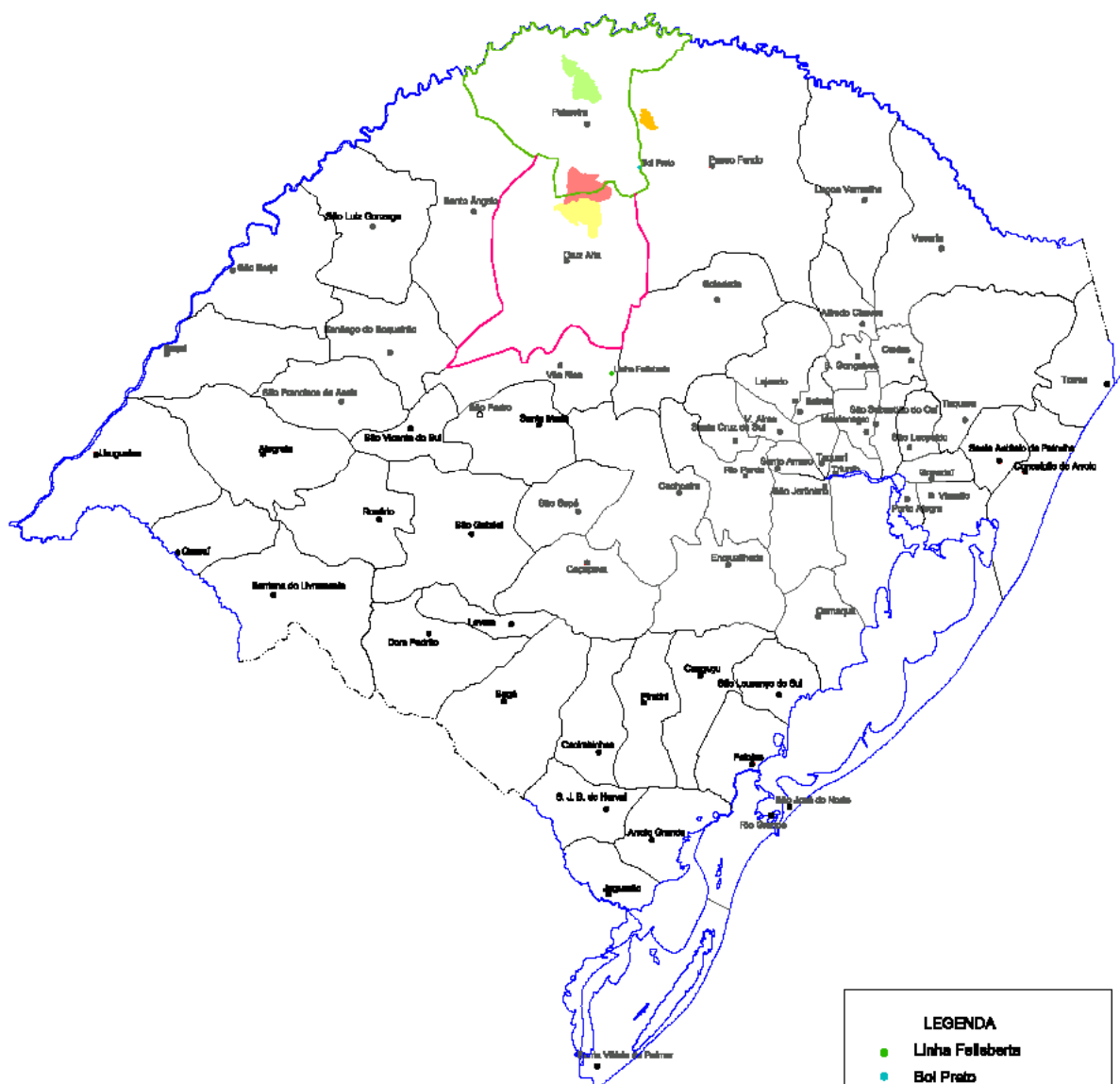
ANEXOS

ANEXO A –

Divisão municipal do RS em 1898

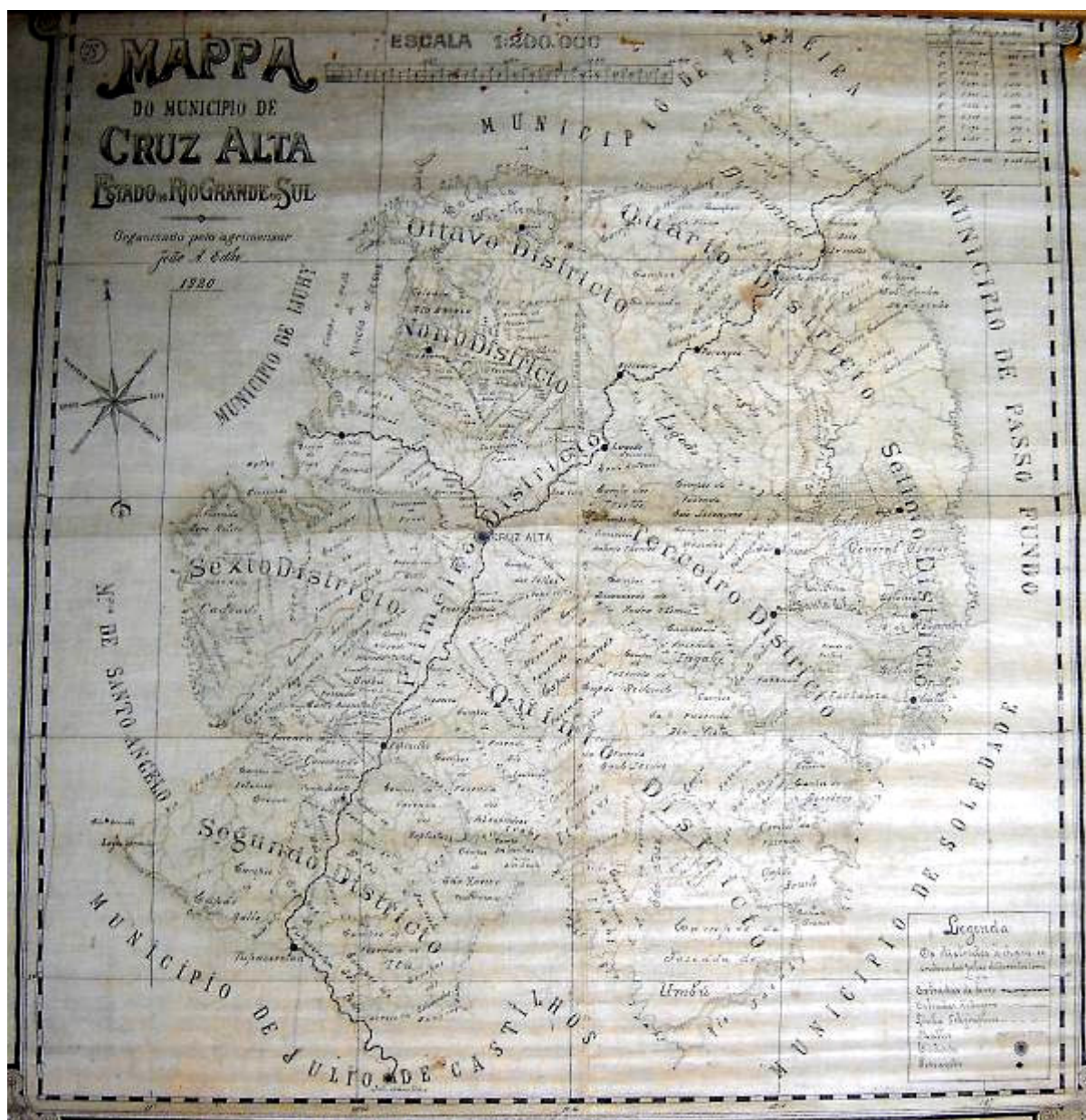
Situação geográfica de Cruz Alta e Palmeira.

Divisão municipal atual.



Fonte: Evolução administrativa municipal do RS. Governo do Estado do RS.

ANEXO B – Divisão distrital do município de Cruz Alta, 1920.

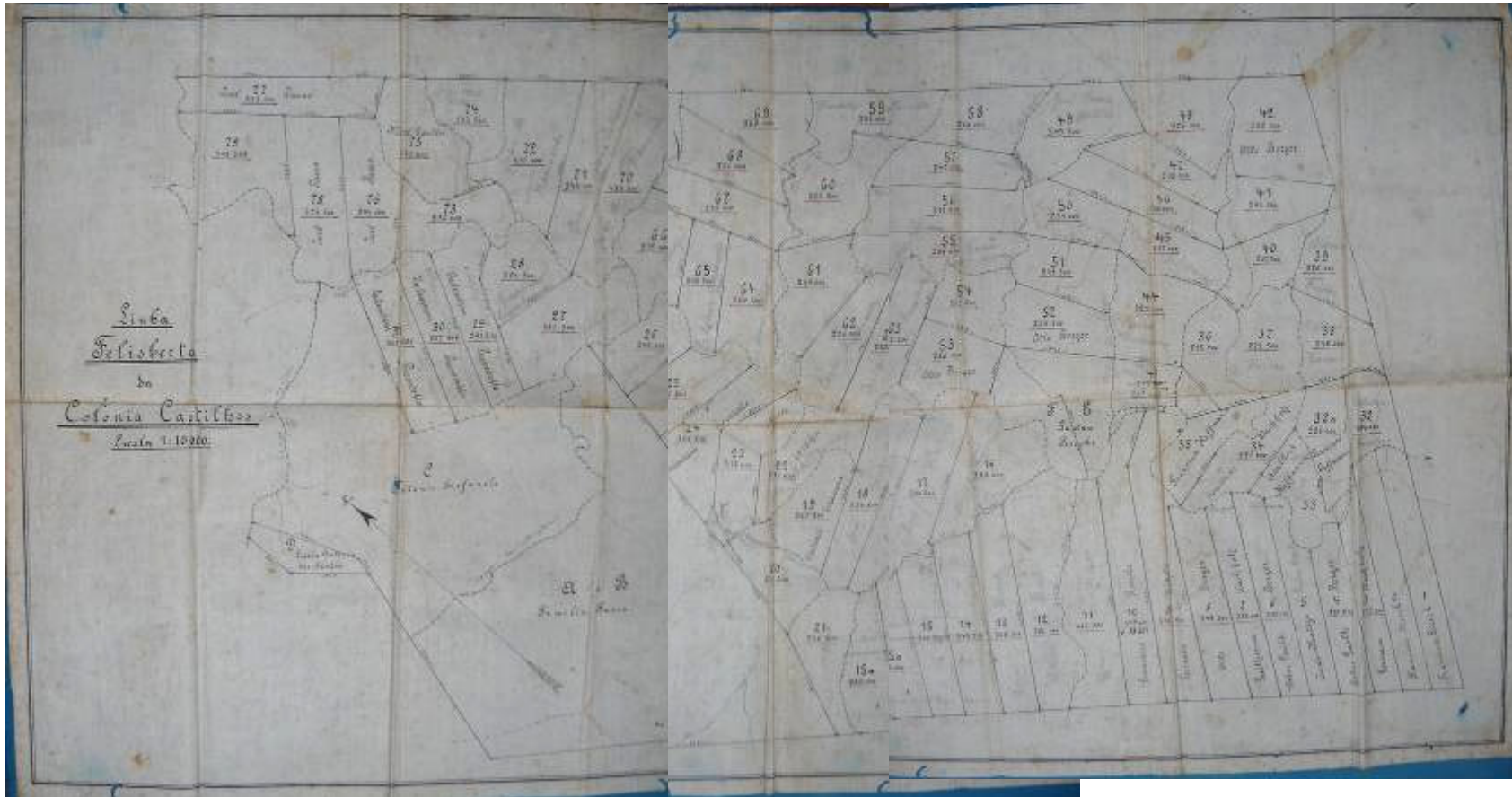


Fonte: Acervo do MAHMCA.

ANEXO C – Planta da sede Erval Seco, Colônia Fortaleza, 1926.

Fonte: Planta do Engenheiro Alfred Closs, dezembro 1926. Rolos de Mapas, MAHP.

ANEXO E – Planta da linha Felisberta, Colônia Castilhos (Júlio de Castilhos)



Fonte: Pasta 5 – Mapas, Caixa 20, MAHP.

ANEXO F – Terras adquiridas pela Empresa de Colonização Dr. Herrmann Meyer

Vendedor	Localização	Área (m²)	Área (ha.)	Cartório da escrituração	Data da compra	Data do registro
Rita Maria do Espírito Santo	9° Distrito Palmeira Xingu	18.180.000	1.818	Palmeira	12/11/1897	12/11/1897
José Joaquim dos Santos Lima e E ^a . (Posse Magdalena)	4° Distrito Cruz Alta L. Magdalena	4.062.136 5.445.000	406 544	Cruz Alta	11/8/1898	31/8/1898
Antonio Galvão Pereira	1° Distrito Palmeira Boi Preto	10.000.000	1.000	Santo Ângelo (certidão)	5/11/1898	5/11/1898
Cassiano de Oliveira Mello e outros (Posse dos Mello)	4° Distrito Cruz Alta L. Stuttgart e Leipzig	12.601.688	1.260	Cruz Alta	26/11/1898	26/11/1898
Evaristo Teixeira do Amaral e outros	7° Distrito Palmeira Fortaleza	92.949.430	9.294	Porto Alegre	9/3/1899	9/3/1899
Joaquim Dias de Oliveira e E ^a .	4° Distrito Cruz Alta Sede	5.045.122	504	Cruz Alta	11/3/1899	14/3/1899
Francisco Manoel de Barros e E ^a	4° Distrito Cruz Alta L. Berlin, Italiana, Brasil	12.901.055	1.290	Cruz Alta	1/5/1899	13/7/1899
Belizário Moreira do Amaral	4° Distrito Cruz Alta L. Berlin e Serrana	6.004.696	600	Cruz Alta	11/8/1899	25/1/1900
Ignácio Eleutherio dos Santos e E ^a	4° Distrito Cruz Alta L. Brasil, Rio Grande, 7 de Setembro	61.609.018	6.160	Palmeira	8/2/1900	17/4/1900
Fazenda do Estado	4° Distrito Cruz Alta L. Rincão	26.629.513	2.662	Cruz Alta	14/10/1901	6/12/1901
Lourenço Lemes de Moraes Gomes e Fh ^o .	4° Distrito Palmeira L. Roland, Siegfried (Oeste da estrada geral)	19.251.900	1.925	Cruz Alta	11/12/1901	22/12/1901

Laurinda de Moraes Malheiros e F ^{os} .	4° Distrito Cruz Alta L. Fiúsa II e München	7.706.549	770	Cruz Alta	25/6/1902	27/6/1902
Pedro de Camargo Vieira	4° Distrito Cruz Alta L. Fiúsa II	906.000	90	Cruz Alta	18/5/1903	19/5/1903
Companhia Estrada de Ferro Noroeste Rio Grande em liquidação	Vila Rica (Júlio de Castilhos) Castilhos	10.867.905	1.086	Arquivo Público	10/6/1903	10/6/1903
Felippe Fernando Cordeiro	4° Distrito Cruz Alta L. Cordeiro	4.700.176	470	Cruz Alta	26/5/1904	30/5/1904
Henriqueta Leopoldina Amado	4° Distrito Palmeira Leste da estrada geral	8.693.700	869	Cruz Alta	13/6/1904	11/8/1904
Joaquim Leite Garcia e outros	4° Distrito Cruz Alta L. Leipzig	206.000	20,6	Cruz Alta	25/2/1907	27/2/1907
Paulino Olympio de Oliveira	Cruz Alta Fazenda Alto Lagoão – Estação Belizário	470.000	47	Neu-Württemberg	13/10/1910	13/10/1910
Marcolino Ribeiro Martins e Fh°. (Posse Rosa Balbina de Campos Martins)	4° Distrito Palmeira L. Siegfried, Roland	5.475.000	547	Palmeira	10/1/1911	14/1/1911
Juliana Corrêa de Moraes Gomes	4° Distrito Palmeira L. Roland, Siegfried	1.860.000	186	Palmeira	31/12/1910	31/3/1911
Pedro Pires do Rosário	4° Distrito Cruz Alta L. Hindenburg	434.000	43,4	Neu-Württemberg	20/12/1912	20/12/1912
Benevenuto Pires Rolim	4° Distrito Cruz Alta L. Hindenburg	750.000	75	Neu-Württemberg	20/12/1912	20/12/1912
Polycarpo Thomaz da Silva e outros (Posse Pedro Thomaz de Moura e Silva)	4° Distrito Cruz Alta L. Rheinland	8.000.000	800	Cruz Alta	6/8/1913	12/5/1913
Tito Franklin Alves e outros	4° Distrito Cruz Alta L. Hunsrück, Rheinland	1.750.000	175	Cruz Alta	27/5/1913	29/5/1913
José Alves de Castro	4° Distrito de Cruz Alta L. Caxambu	509.000	50,9	Neu-Württemberg	30/5/1913	30/5/1913

João Constantino Carlan e E ^a e outros	4° Distrito Cruz Alta L. Hunsrück, Rheinland	3.500.000	350	Cruz Alta	30/5/1913	3/6/1913
José Joaquim Pinheiro	4° Distrito Cruz Alta L. Hunsrück, Rheinland)	262.000	26	Cruz Alta	1/7/1913	31/7/1913
Domingos Rodrigues Cordeiro e outros	4° Distrito Cruz Alta L. Hunsrück	980.000	98	Neu-Württemberg	7/8/1913	16/8/1913
João Constantino Carlan e E ^a e outros	4° Distrito Cruz Alta L. Hunsrück, Rheinland	500.000	50	Cruz Alta	27/8/1913	27/8/1913
Antonio Theodoro Winckler e outros	4° Distrito Cruz Alta L. Fagundes	1.023.540	102	Cruz Alta	27/8/1913	27/8/1913
Raymundo Pires Rolim e outros	4° Distrito Cruz Alta L. München, Hindenburg	1.478.971	147	Neu-Württemberg	14/3/1914	22/4/1914
Saturnino Pantaleão de Oliveira e Gervasio Ferreira dos Santos	4° Distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	500.000	50	Neu-Württemberg	10/9/1914	10/9/1914
Marcirio Marques Cavalheiro	4° Distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	325.000	32,5	Neu-Württemberg	30/9/1914	30/9/1914
Francisca Mendes de Oliveira	4° Distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	230.000	23	Neu-Württemberg	10/10/1914	10/10/1914
Francisco Jacintho da Silva	4° distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	243.000	24,3	Neu-Württemberg	15/12/1914	15/12/1914
Alfredo José dos Santos	4° distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	229.000	22,9	Neu-Württemberg	12/1/1915	12/1/1915
Pedro Pires do Rosário	4° distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	249.000	24,9	Neu-Württemberg	20/1/1915	20/1/1915
José de Camargo Pinheiro	4° distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	160.000	16	Neu-Württemberg	1/2/1915	1/2/1915
Theodoro de Camargo Vieira	4° distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	490.000	49	Neu-Württemberg	1/2/1915	1/2/1915

Anastácio Firmo de Góes	4º distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	250.000	25	Neu-Württemberg	9/6/1915	9/6/1915
Firmino Faustino da Maia	4º Distrito de Cruz Alta	250.000	25	Neu-Württemberg	31/12/1915	31/12/1915
Guilherme Nardes de Aguiar e outros	8º Distrito Cruz Alta L. München, Hindenburg	4.320.000	432	Neu-Württemberg	1/8/1914	7/1/1916
Augusto Schmidt e Eª e outros	8º Distrito Cruz Alta L. Hindenburg, Schwaben	1.592.705	1.059	Neu-Württemberg	3/6/1915	7/1/1916
Minoly Gomes de Amorim e outros	8º Distrito Cruz Alta L. Hindenburg, Schwaben	2.426.993	242	Neu-Württemberg	20/8/1915	7/1/1916
Santiago Antonio Cordeiro e outros	8º Distrito Cruz Alta L. Hindenburg, Schwaben	1.540.000	154	Neu-Württemberg	27/9/1915	17/2/1916
Lino Rodrigues dos Santos e Joaquim Lucio de Oliveira	4º distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	499.000	49,9	Neu-Württemberg	11/3/1916	11/3/1916
Amaliha Alves dos Santos	4º distrito de Cruz Alta L. München, Hindenburg	235.000	23,5	Neu-Württemberg	13/7/1916	13/7/1916
Rosalina Silveira de Mello	4º distrito de Cruz Alta L. München	1.515.000	151,5	Neu-Württemberg	26/8/1916	26/8/1916
Sergio Antonio Baptista e outros	4º Distrito Palmeira L. Endem (2ª secção da Ramada)	1.990.000	199	Neu-Württemberg	27/10/1916	18/11/1916
Bazilio Rodrigues da Silva e Fhº	4º Distrito Palmeira L. Weddigen	2.304.500	230	Neu-Württemberg	21/10/1916	23/11/1916
Antonio Nogueira Martins e Fhº	4º Distrito Palmeira L. Weddigen	2.293.328	229	Neu-Württemberg	26/10/1916	23/11/1916
Domingos Ribeiro Martins	4º distrito de Palmeira L. Siegfried	1.07.000	107	Neu-Württemberg	20/2/1917	7/3/1917
Minoly Gomes de Amorim e outros	8º Distrito Cruz Alta L. Hindenburg, Schwaben	?	?	Neu-Württemberg	15/2/1917	5/4/1917
Rufino Rodrigues da Silva	8º distrito de Neu-	610.000	61	Neu-Württemberg	6/3/1917	5/4/1917

	Württemberg					
Frederico Forbrig, Manoel José de Barros; Antonio Rodrigues dos Santos; Hilário Rodrigues dos Santos; Manoel de Barros Sobrinho; Leandro Germano; Serafim da Silva Pessoa	8° Distrito de Neu-Württemberg	1.530.000	153	Neu-Württemberg	15/3/1917	5/4/1917
Carlos Theodoro Winckler e outros	8° Distrito Cruz Alta L. Fagundes	566.533	56	Cruz Alta	15/6/1917	19/6/1917
Manoel Rodrigues de Oliveira	Cruz Alta L. Caxambu	1.577.000	157,7	Neu-Württemberg	1/8/1917	1/8/1917
Carlinda Theodoro Winckler e outros	8° Distrito Cruz Alta L. Fagundes	311.303	31	Cruz Alta	17/8/1917	5/8/1917
Leandro Germano e E ^a . E outros	8° Distrito Cruz Alta L. Leipzig	453.000	45	Neu-Württemberg	21/8/1917	23/1/1918
Bárbara Prestes da Silva e outros	8° Distrito Cruz Alta L. Fagundes	848.212	84	Neu-Württemberg	8/11/1917	23/1/1918
Manoel Rodrigues de Oliveira	Cruz Alta L. Caxambu	170.000	17	Neu-Württemberg	1/8/1918	1/8/1918
Esmelindro do Amaral e outros	4° Distrito Palmeira L. Endem	?		Neu-Württemberg	4/7/1918	20/8/1918
João Maria de Siqueira Chaves e outros	8° Distrito Cruz Alta L. Leipzig	139.750	13	Neu-Württemberg	2/9/1918	8/1/1919
Francisco de Almeida Ponche-Verde, Feliciano José de Almeida, Pantaleão e Reymundo José de Almeida	Cruz Alta L. Caxambu	500.000	50	Neu-Württemberg	20/3/1919	20/3/1919
Palmyra Soares de Moura	8° Distrito Cruz Alta L. Caxambu	210.000	21	Cruz Alta	30/6/1919	23/8/1919
Ângelo Bergoli; Maria Magdalena Ponche Verde; Aníbal Dias de Meira; Gertrudes Rodrigues dos Santos e outros; Oliverio Rodrigues dos Santos; Theodoro Guterres de Oliveira; Balbino Ribeiro da Silva; Onofre Bento Rodrigues; Raphael Julio do	8° distrito de Neu-Württemberg L. Inhame	3.210.000	312	Neu-Württemberg	20/7/1920	20/7/1920

Amaral; Maria Pires Brandão; João Lopes de Albuquerque; José Souza; Paulo Schollmeyer						
Germano Antonio Baptista e outros	4° Distrito Palmeira L. Enden	?		Palmeira	19/4/1920	6/9/1920
Severino Joze de Freitas; Firmino Joze de Freitas	Cruz Alta L. Caxambu	340.000	34	Neu-Württemberg	3/11/1920	3/11/1920
Ângelo Bergoli e E ^a e outros	8° Distrito Cruz Alta L. Hindenburg, Schwaben	700.000	70	Neu-Württemberg	29/7/1920	17/12/1920
Loureiro (?) José de Freitas	8° Distrito Cruz Alta L. Caxambu	340.000	34	Cruz Alta	3/11/1920	22/9/1922
Frederico Forbrig e outros	8° Distrito Cruz Alta L. Schwaben, Rincão	1.130.000	113	Cruz Alta	1/7/1929	9/7/1929

Fonte: Listagem avulsa. Pasta 4 – Empresa de Colonização Diversos documentos, Caixa 149, MAHP; Escrituras públicas de compra e venda de terras, Caixas 21, 22 e 23, MAHP. Sistematização dos dados: a autora (2008).